

THERESA CRISTINA ZAVARIS TANEZINI

TERRITÓRIOS EM CONFLITO NO ALTO SERTÃO SERGIPANO



SEBASTIÃO SALGADO
MOVIMENTO DOS SEM TERRA

Marcha dos Camponeses na Fazenda Cuiabá em 1996. Marco da Territorialização do MST no Alto Sertão Sergipano.

São Cristovão-SE
2015

THERESA CRISTINA ZAVARIS TANEZINI

TERRITÓRIOS EM CONFLITO NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

VOLUME 1

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, área de concentração Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional, linha de pesquisa Organização e Produção do Espaço Agrário, como exigência para obtenção do título de doutora em Geografia.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Alexandrina Luz Conceição.

São Cristovão-SE
2015

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

T162t Tanezini, Theresa Cristina Zavaris
Territórios em conflito no alto sertão sergipano / Theresa
Cristina Zavaris Tanezini ; orientadora Alexandrina Luz Conceição.
– São Cristóvão, 2014.
762 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de
Sergipe, 2014.

1. Geografia agrícola – Sergipe. 2. Movimentos sociais rurais.
3. Reforma agrária. 4. Espaço em economia. 5. Capital
(Economia). 6. Camponeses. I. Conceição, Alexandrina Luz,
orient. II. Título.

CDU 911.3:63(813.7)

THERESA CRISTINA ZAVARIS TANEZINI

**TERRITÓRIOS EM CONFLITO
NO ALTO SERTÃO SERGIPANO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, com área de concentração em Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional, linha de Pesquisa Organização e Produção do Espaço Agrário, como exigência para obtenção do título de doutora em Geografia, sob a orientação da Prof.^a. Dr.^a Alexandrina Luz Conceição.

Data da aprovação: 31 de março de 2014


Prof.^a. Dr.^a Alexandrina Luz Conceição (Orientadora).

NP GEO/ UFS


Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Alves França (Examinadora)

NP GEO/ UFS


Prof. Dr. Ciro Bezerra (Examinador)

CEDU/UFAL


Prof. Dr. Marco Mitidiero (Examinador)

DGEOC/UFPB


Prof.^a. Dr.^a. Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves (Examinadora)

DSS/UFS


Prof.^a Marleide Maria Santos Sérgio (Examinadora suplente)

DGEO/ UFS

Aos que **lutam pela reforma agrária** suportando o **sofrimento** que se apresenta de inúmeras formas: **ao tomarem a decisão corajosa de se insurgir** contra “a escravidão” do trabalho assalariado precarizado ou do desemprego estrutural, lançando-se numa luta árdua e longa pela terra, que significa libertação, autonomia camponesa; **ao se arriscarem nas ocupações** sob ameaças de repressão particular e oficial; **ao aguentarem o cansaço das longas marchas para as cidades**, sob olhares indiferentes e contrários, mas também encontrando gestos de apoio; **ao enfrentarem os preconceitos** de uma sociedade sem consciência; **ao se submeterem às condições duras de sobrevivência** embaixo da “lona preta”, sobretudo sob o Sol do Sertão Sergipano; **ao se proporem a decifrar o mundo das letras** vencendo o analfabetismo; **ao se esforçarem nos cursos de formação** para entender a realidade e não apenas senti-la; **ao reivindicarem e esperarem pelo Poder Público**, que deveria ser de fato de todos e para todos (democracia) e não apenas de e para alguns, cujas respostas, quando chegam, estão sempre atrasadas, são descontínuas e insuficientes; **ao insistirem em plantar para comer e dar de comer** alimentos, mesmo sem o apoio necessário por não serem tratados como agentes econômicos importantes, embora o sejam; enfim, **ao se disporem a aprender no dia a dia dos acampamentos e assentamentos a conviver coletivamente**, a se organizar na base e a exercitar a solidariedade, ou seja, a **pertencer a um movimento social**, que não é fácil numa cultura individualista como a nossa, transformando-se de indivíduos excluídos dos direitos de cidadania, melhor dizendo, incluídos numa condição subalterna nessa sociedade desigual e injusta, num sujeito político coletivo, que ganha na luta, consciência de classe trabalhadora camponesa. A todos vocês militantes, dirigentes em todas as instâncias do MST, e sobretudo da sua base social incansável - acampados e assentados - meu profundo respeito e admiração ! Viva os 30 anos do MST!

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são muitos, de natureza diversa, porque num trabalho intelectual em nível de pós-graduação muita gente se envolve e o apoio institucional é imprescindível. A gratidão não se refere apenas a este produto, mas a um longo processo de formação que se deu em duas fases e, por isso, se prolongou demais, que essa Tese encerra (embora ainda sem concluir o projeto de pesquisa original).

Primeiramente, aos mais próximos, meus queridos: pais – Linda e Nelton; filhos – Nelton e Teresa; netos – Neltinho e Olavinho; irmãos – Fátima e Kátia, sogros – José (*in memoriam*) e Teresa; cunhados (as) sobretudo – Dinha, Tota, Nidi e Celino, sobrinhos (as); minha nora Adriana e meu genro Claudio; com os quais não pude partilhar muitos momentos preciosos ... uma perda irreparável ! Obrigada pela compreensão de tantas ausências em nome do trabalho intelectual solitário e pela (im)paciência para eu concluir. Da mesma forma as amigas mais próximas – Marlene, Mariana, Nadja, Alcidea. Neildes, obrigada pela cobertura tantos anos!

Ao meu companheiro – Gismário, obrigada pela convivência afetiva deliciosa, parceria intelectual permanente, assessoria ou pesquisas conjuntas e militância permanente por uma sociedade mais justa, junto com os movimentos sociais do campo populares. E particularmente, por ter sido pai e mãe enquanto eu morava fora.

Várias instituições viabilizaram esse longo processo de doutorado em duas etapas, ou apoiaram especificamente a investigação empírica e a elaboração desta Tese; nelas muitas pessoas foram fundamentais:

A CAPES, obrigada pela bolsa de estudos concedida no primeiro curso de doutorado na UnB e pela abertura na negociação que permitiu a possibilidade de uma segunda tentativa de obter a titulação (contrapartida necessária da bolsa concedida).

À Universidade Federal de Sergipe, à Reitoria através de duas Pró-Reitorias. À de Pós- Graduação e Pesquisa/CICADT representada pelo pró-reitor Claudio e Renata, agradeço pela mediação junto a CAPES na primeira fase e pela liberação de recursos (THESIS) que ajudaram a tabulação dos dados da pesquisa nesta segunda etapa, sob coordenação de Israel.

A Pró-Reitoria de Extensão, representada por Isaura, Elza, aos pró-reitores Luis e Luis Alberto (*ambos in memoriam*), Rui Belém e Conceição, minha admiração pela linha social que imprimem na extensão universitária e agradecimento pelo apoio no tripé ensino-pesquisa-extensão que me permitiram o “mergulho profundo” no processo de reforma agrária em Sergipe, particularmente representando a UFS junto ao INCRA SR-23/SE: viabilização socioeconômica do assentamento Quissamã (1994-1997); coordenação do I Censo Nacional de Reforma Agrária (1996/97) e da Pesquisa de Avaliação do PROCERA (1997/98); supervisão estadual da assistência técnica no Projeto Lumiar (1997/99); coordenação do Curso de Capacitação de monitores de Saúde nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária (1997); professora do PRONERA nível médio e PROQUERA nível superior; coordenação da elaboração de PDAs (1999-2001), participação no Projeto Emergencial do Jacaré-Curituba (1999) e junto ao Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão Sergipano (2003-2010), junto ao qual a coordenação do Projeto Universalização do acesso aos direitos sociais em áreas de reforma agrária e comunidades de pequenos agricultores familiares do Alto Sertão Sergipano (2006-2009). Em muitas dessas atividades estava junto com o prof. Givaldo do DEA, abrindo caminhos.

Ao Conselho Departamental de Serviço Social obrigada pelas liberações. A Lúcia e Lica que acompanharam mais de perto respectivamente como “co-orientadora” e “tutora” na primeira fase e demais colegas que procuraram aliviar a carga horária de trabalho nessa segunda fase (sem liberação das atividades docentes).

A todos os professores dos cursos de doutorado – de Políticas Sociais no DSS/UnB e de Geografia no NPGeo/UFS, obrigada pelos conhecimentos compartilhados. A Denise Bontempo e Potyara Pereira, respectivamente orientadora e coordenadora do primeiro curso, obrigada por tentarem superar as dificuldades e sofrerem comigo as frustrações da não conclusão do mesmo.

Ao professor Guilherme Delgado (do grupo de políticas sociais do IPEA), obrigada pela (co) orientação não formalizada que me atualizou no debate nacional sobre a questão agrária e me permitiu conhecer pessoalmente a equipe de especialistas que elaborou, num diálogo com os movimentos sociais do campo, a proposta do II Plano Nacional da Reforma Agrária (outubro de 2003), que tanta esperança trouxe de efetiva democratização da terra, no início do governo Lula:

Plínio Arruda Sampaio, Juliano Carvalho e, sobretudo, Fernando Gaiger Silveira. Agradeço aos dois últimos por se disponibilizarem a contribuir com o II PRRA/SE (2003/5) e na elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão Sergipano (2005/6), ligando Sergipe com a vanguarda intelectual da ABRA.

Agradeço a todos os superintendentes regionais do INCRA/SR-23/SE nas pessoas de Carlos Siqueira Fontenele e de Leonardo Góis, bem como os Ouvidores Agrários Risalva Paiva e Paulo Chagas por abrirem espaço para a parceria com a UFS, viabilizando atividades de ensino (estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório), extensão universitária e pesquisa, ao longo de mais de uma década e disponibilizarem todas as informações solicitadas. Aos técnicos mais antigos – Araújo, Quintino, Sávio, Gonzaga, Oliveira, Emanuel, Paulo Chagas, Fontenele e aos servidores mais recentes – Eveline, André, Sany, Nelson, Risalva, Herbert, Wesley obrigada por compartilharem sua experiência diária na implementação da reforma agrária e dos territórios quilombolas, e aos motoristas que nos conduziram aos assentamentos. Particularmente ao Edson, obrigada por transformar minhas ideias em mapas, integrando as bases cartográficas de várias instituições (INCRA, IBGE, CODEVASF, SRH), criando ferramentas para os técnicos de ATES que poderão aperfeiçoar os diagnósticos e planos de ação dos assentamentos.

Da UFS contei ainda com a energia e entusiasmo de 45 jovens universitários de diversos cursos, a quem agradeço pela participação voluntária, em troca de conhecimento (nas oficinas e *in loco*) como entrevistadores (em rodízio) das 12 viagens de campo entre novembro de 2006 e fevereiro de 2007, às 58 áreas de reforma agrária, tribo Xocó e duas comunidades quilombolas do Alto Sertão Sergipano que consistiam no universo até 31 de outubro de 2006 – inesquecíveis!

Os agradecimentos se estendem aos gestores e motoristas da UFS, da antiga Escola Agrotécnica Federal de Sergipe (hoje IFS), do Sindicato dos Previdenciários (SINDIPREV) e a Giovâneo, que viabilizaram o transporte; aos sindicatos dos Trabalhadores da Mineração (SINDIMINAS), da Deso (SINDISAN) e dos Professores estaduais (SINTESE) que apoiaram com recursos materiais e ao MST-estadual e regional do Alto Sertão, que mobilizou hospedagem e alimentação da equipe de pesquisa nas áreas e, na pessoa de Val ao setor de cultura que nos propiciou noites culturais maravilhosas!

Mais uma vez ao prof. Guilherme e Gaiger obrigada por reconhecerem que meu “analfabetismo virtual” não podia inviabilizar a quantidade e qualidade dos

dados coletados e por discutirem sobre as principais dimensões a serem priorizadas dentro do abrangente diagnóstico realizado. Ao coordenador do Grupo de Políticas Sociais do IPEA Jorge Abrahão de Castro agradeço por liberar o estagiário de informática – Augusto, e a este pela infinita paciência para elaborar (a posteriori do formulário de campo) a “máscara de entrada dos dados” (ACCESS) em Brasília, com orientação de Gaiger e empenho para treinar a equipe de digitadoras/programadoras em Aracaju.

Agradeço às digitadoras – Giselma, Andréa, Graziela, Andrezza, Flávia e Ticiane e, especialmente a Bia e Flavia por também se aventurarem na nova linguagem de programação. A conclusão da tabulação eletrônica dos dados não seria possível sem a intervenção especializada do professor Luís (SENAC).

A todos que participaram desse processo investigativo, incluindo as famílias – homens, mulheres e jovens entrevistados, nos assentamentos/tribo/quilombos, permanece o compromisso de concluir a análise e interpretação desses dados e devolvê-los a vocês!

Aos articuladores – Gismário e Marcos Cesar e membros do colegiado do Território do Alto Sertão Sergipano, técnicos de entidades federais, estaduais e municipais comprometidos e, sobretudo, os representantes dos movimentos sociais do campo – MST, MPA, FEACOM, tribo Xocó, comunidade quilombola do Mocambo, STRs, Colônias de pescadores e outras entidades da sociedade civil organizada - Conselhos municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, CARITAS, CDJBC, obrigada pela aprendizagem política propiciada por sua participação autônoma e crítica na tentativa de construção de um projeto de desenvolvimento territorial que leve o campesinato em conta.

Novamente a Giselma, ao casal Teresa e Claudio, Liz e, principalmente Renk, obrigada pelo apoio no “mutirão” final para o fechamento deste relatório de pesquisa. Ao Colegiado e Coordenação do NPGEIO nas pessoas das professoras Vera e Josefa, dando todas as chances do início ao fim dessa segunda etapa, para que eu pudesse concluir esta Tese levando o curso a bom termo.

Termino com um agradecimento especial à minha orientadora-mestre-amiga Alexandrina Luz Conceição, por conseguirmos dialogar em vários níveis: como autora foi interlocutora nesta Tese com sua Dissertação de Mestrado de 1991, que tem importantes e atuais indicações teóricas. Como mestre, agradeço por sua competência e dedicação aos seus alunos, socializando seu grande conhecimento e

cobrando de nós aprofundamento teórico-metodológico, destacando a importância e atualidade do método marxista e a necessidade de estudar os clássicos, além dos autores contemporâneos. Obrigada pela sua insistência na importância da vivência de grupos de estudo, dando vida ao GPECT/LEA e SPARTAKUS; pelo seu exemplo de práxis comprometida com o campesinato, a reforma agrária e a transformação social profunda. Como orientadora, pelo diálogo respeitoso das diferenças, pela exigência no desenvolvimento da Tese sem perder o foco, mas confiando sempre. E enfim, por ser essa pessoa profundamente sensível e humana, amiga!

*Há aqueles que lutam um dia, esses são bons,
Há aqueles que lutam um ano, esses são muito bons,
Há aqueles que lutam muitos anos, esses são melhores,
Há aqueles que lutam toda a vida, esses são imprescindíveis!
(versos de Bertold Brecht, recitados por Mercedes Soza).*

RESUMO

A Tese intitulada “Territórios em conflito no Alto Sertão Sergipano” tem como objetivo a reflexão crítica de dois processos sócioterritoriais distintos e conflitivos, fundados na apropriação da terra: de um lado, a territorialização e a monopolização do território pelo capital, hegemônica e vinculada à acumulação do capital em escala nacional e internacional, compreendido como desenvolvimento desigual e combinado; e, de outro lado, a resistência e recriação camponesa como territorialização alternativa; analisando o papel contraditório do Estado em face das territorialidades conflitantes que traduzem espacialmente a luta de classes no campo. Ao se adotar a Geografia Crítica como referencial teórico-metodológico, compreende-se o espaço social, como “lócus das relações sociais de produção”, resultante do processo de produção do espaço pelo capital em confronto com os movimentos sócioterritoriais, em uma abordagem relacional da concepção de território, que enfatiza os processos geográficos de T-D-R; enquanto lutas sociais, como versão geográfica da questão agrária. Objetivou-se analisar os processos empíricos que se desenrolaram, historicamente, na produção e transformação do espaço agrário do Alto Sertão Sergipano. Esta Tese defende três ideias centrais: 1ª) A conquista da terra pelos movimentos sócioterritoriais, sobretudo o MST, e a redistribuição fundiária massiva que marcou a experiência de reforma agrária nesse espaço geográfico, um ponto de inflexão na disputa territorial, reverteu o avanço do capital, e propiciou a recampanização dos trabalhadores rurais sem terra ao serem assentados; 2ª) A configuração da área reformada e as alianças entre assentados e os camponeses tradicionais, por meio de seus movimentos sociais, passando a exigir, em conjunto, seu reconhecimento enquanto sujeitos políticos e agentes econômicos gestam um abrangente e significativo território camponês; 3ª) Esse território alternativo questiona e também interfere no espaço hegemônico da ordem social e política dominante. Os resultados da pesquisa mostraram que as 6.092 famílias organizadas pelo MSTR, Pastorais Sociais, MST, além dos índios Xocó e dos Quilombolas (Mocambo e Serra da Guia), entre 1979 e 2014, conquistaram 104.612,28 hectares. A estrutura fundiária foi radicalmente alterada: do universo de 12.728 imóveis e 390.716 hectares cadastrados (INCRA, 2013), restaram apenas 05 latifúndios de mais de 1.000 hectares (0,03% do total), que abrangiam 6.392 hectares (1,6 % da área total). Em 48 acampamentos 1.575 famílias continuam lutando pela democratização da terra. Na disputa pelo controle da água, o perímetro irrigado empresarial Jacaré-Curituba foi revertido para a reforma agrária, e há assentamentos dentro do futuro perímetro Nova Califórnia e ao longo do canal Xingó. Concluiu-se que os movimentos sócioterritoriais tiveram sucesso na desterritorialização da grande propriedade improdutiva e produtiva, atuando no sentido da redistribuição de riqueza, renda e poder no Alto Sertão Sergipano.

Palavras-chave: Territórios em conflito. Movimentos sócioterritoriais. Reforma agrária. Territórios alternativos. Campesinato.

ABSTRACT

The thesis entitled "Territories in conflict in Alto Sertão Sergipano" proposes a critical reflection as the study objective, of two distinct and conflictive social-territorial processes, based in land appropriation: on one hand, the territory expansion and monopolization by capital, hegemonic and linked to capital accumulation in a national and international scale, understood as an unequal and combined development; and, on the other hand, the resistance and landing recreation as the alternative expansion; analyzing the State's contradictory role regarding the conflictive territoriality, which spatially demonstrates the conflicts between classes in the fields. Adopting Critical Geography as theoretical and methodological reference, the social space is understood as the place where production social relationships happen, which is a result of the production process of the space by capital confronting the social-territorial movements, with a relative approach of the creation of territory, which emphasizes the T-D-R geographical processes; regarding the social conflicts, as a geographical version of the agrarian matter. This study aimed to analyze the empirical processes that were historically developed in the production and transformation of the agrarian landscape in Sergipe's most arid area. This thesis defends three main ideas: the first one is the land acquisition by social-territorial movements, mainly the MST (acronym for Landless Workers Movement) and the massive agrarian redistribution which highlights the experience of agrarian reform in this geographical space, a point of inflection in the territorial dispute, reverting the capital advance, it enabled the reconstitution of landless workers by establishing them in their place as peasants; the second one is the configuration of the reformed area and the alliances between the established agrarian workers and the traditional peasants, through their social movements, starting to demand, as a group, their acknowledgement as political subjects and economic agents who manage a comprehensive and significant agrarian territory; the third idea discussed is that this alternative territory questions and also interferes in the predominant space of the social and political supreme order. Results from the research show that 6,092 families organized by the MSTR, religious pastoral groups, MST, in addition to the Xocó indigenous group and the African Quilombola communities (Mocambo and Serra da Guia), between 1979 and 2014, conquered 104,612.28 hectare. The agrarian structure has been radically altered: from the figure of 12,728 properties and 390,716 hectare registered (INCRA, 2013), only 5 land properties of 1,000 hectare each (0.03% of the total area) have remained, which covered 6,392 hectare (1.6% of the total area). In 48 settlements 1,575 families keep fighting for the democratization of the land. In the dispute for water supplies control, the business watered perimeter Jacaré-Curitiba was converted into the agrarian reform and there are settlements in the future perimeter Nova Califórnia and the region of the Xingó Canal. In conclusion, the social-territorial movements were successful in expanding territories for most part of the non-productive and productive properties, making it possible for land, wealth and income to be properly distributed.

Key-words: Territories in conflict. Social-territorial movements. Agrarian reform; Alternative territories. Peasants, agrarian workers class.

RÉSUMÉ

La Thèse intitulée "Territoires en conflit au Haut Sertão Sergipano" vise une réflexion critique de deux processus socio-territoriaux distincts et conflictuels, fondés sur la possession de la terre: d'une part, la territorialité et le monopole du territoire par le capital, hégémonique, liée à l'accumulation du capital dans une échelle nationale et internationale, et qui est comprise comme un développement inégal et combiné ; et de l'autre part, la résistance et la récréation campagnarde comme alternative; tout en analysant le rôle contradictoire de l'Etat face à des territorialités conflictuelles qui traduisent l'espace de la lutte de classes sociales à la campagne. Par l'adoption de la Géographie Critique comme référentiel théorique et méthodologique, on comprend « l'espace social », comme "l'locus des relations sociales de production », c'est-à-dire, comme résultat du processus de production de l'espace par le capital en conflit avec les mouvements socio-territoriaux, et ceci dans un abordage relationnel de la conception de territoire qui met en valeur les processus géographiques du T-D-R ; en tant que luttes sociales et représentation géographique du cas agraire. L'objectif fut d'analyser les processus empiriques qui se sont déroulés, historiquement, dans la production et transformation de l'espace agraire du « Haut Sertão Sergipano », région de l'Etat de Sergipe, marquée par le manque d'eau et par la sécheresse. Cette Thèse défend trois idées centrales: premièrement, la conquête de la terre par les mouvements socio-territoriaux, en particulier, par le MST- Mouvement de Sans-Terre, et la redistribution foncière massive qui a marqué l'expérience de la réforme agraire dans cet espace géographique, il en résulte un point d'inflexion à la dispute territoriale ce qui a ralenti le pouvoir du capital; et qui a pu favoriser la reprise du savoir-faire de ces travailleurs ruraux qui n'avaient pas de terre ; deuxièmement, la configuration de la superficie réformée par les mouvements sociaux. Des alliances ont été établies entre ceux qui ont gagné leurs terres et les autres, autrement dit, les paysans traditionnels, les deux parties exigeant ensemble, leur reconnaissance en tant que sujets politique et agents économiques gérant ainsi un grand et significatif territoire paysan ; troisièmement, ce territoire alternatif remet en question et intervient aussi dans l'espace hégémonique de l'ordre social et politique dominant. Les résultats de la présente recherche montrent que les 6.092 familles organisées par le MSTR - Mouvement Syndical des Travailleurs Ruraux, Pastorales sociales, MST, ainsi que par les indigènes Xocó et « Quilombolas » - Natifs des communautés organisées autrefois par les esclaves noirs « Mocambo » et « Serra da Guia » ont conquis 104.612,28 hectares entre 1979 et 2014. La structure foncière a complètement été modifiée. En effet, du montant de 12.728 immobiliers et 390.716 hectares inscrits (selon les sources de l'INCRA, 2013), Il ne reste que 05 Grande propriété foncière, mesurant plus de 1.000 hectares (0,03% du total), et qui correspondaient avant à 6.392 hectares (1,6% de la superficie total). Dans 48 campements, 1.575 familles continuent leur lutte pour la démocratisation de la terre. Dans cette bataille pour le contrôle de l'eau, le périmètre irrigué privé Jacaré-Curituba a été adressé à la réforme agraire et il y a des établissements des MST à périmètre Nova Califórnia et tout au long du canal Xingó. Nous pouvons en conclure que les mouvements socio-territoriaux ont réussi auprès du processus politique de redistribution de la terre des grandes propriétés improductives et productives, en assurant le partage de la richesse, des revenus et du pouvoir.

Mots-clés: Territoires en conflit. Mouvements socio-territoriaux. Réforme agraire. Territoires alternatifs. Paysannat

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01** – Mapa dos Territórios Rurais de Sergipe – INCRA e SDT/MDA 2006..... p. 54
- Figura 02** – Foto da Comemoração da Conquista da Fazenda Cuiabá – 1996.....p.459
- Figura 03** – Mapa das Áreas Irrigáveis dos Assentamentos abrangidos pelo Projeto Manuel Dionízio (ex Nova Califórnia) e Canal Xingó em Canindé do São Francisco e Poço Redondop.509
- Figura 04** – Mapa dos Assentamentos de Reforma Agrária de Sergipe – INCRA – 1990.....p.545
- Figura 05** – Foto da Entrada dos Sem Terra na Fazenda Cuiabá, Marco da Territorialização do MST no Alto Sertão Sergipano – 21 de Abril de 1996.....p.561
- Figura 06** – Mapa dos Assentamentos de Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano – INCRA – Outubro de 2006.....p.589
- Figura 07** – Mapa do Perímetro Desapropriado por Interesse do Estado – INCRA/SE 2004.....p.602
- Figura 08** – Mapa dos Assentamentos de Reforma Agrária e Territórios Quilombolas – INCRA - Dezembro de 2013.....p.616
- Figura 09** – Mapa da “Área Reformada” Construída pelos Movimentos Sócioterritoriais do Alto Sertão Sergipano nas Três Fases da Luta pela Terra e Redistribuição Fundiária pela FUNAI, FCP e INCRA 1979 – 2014621

LISTA DE QUADROS

- Quadro 01** – Classificação de Imóveis Rurais – Brasil – 1993.....p. 399
- Quadro 02** – Evolução da Fundamentação dos Direitos dos Povos Indígenas em Pactos Internacionais e na Legislação Brasileira até 1996.....p. 432
- Quadro 03** – Luta de Gerações da Tribo Xocó pela Terra – Porto da Folha/SE.....p.434
- Quadro 04** – Fundamentação dos Direitos dos Povos Tradicionais nos Pactos Internacionais e na Legislação Brasileira até 1996p. 443
- Quadro 05** – Luta dos remanescentes do quilombo do Mocambo – Porto da Folha/SE até 1996p.444
- Quadro 06** – Maiores Propriedades do Alto Sertão Sergipano – INCRA – 1990p.448
- Quadro 07** – Primeiras Conquistas da Luta pela Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano – INCRA - 1986 – 1996 p.449
- Quadro 08** – Fundamentação Legal sobre Reconhecimento das Comunidades Quilombolas e seu Território na Segunda Fase da Luta pela Terra no Alto Sertão Sergipano – 1996 – 2006p.475
- Quadro 09** – Luta da Comunidade Remanescente de Quilombo /Processo de Reconhecimento da Serra da Guia – Poço Redondo/SE p.480
- Quadro 10** – Fundamentação Legal da Luta pelo Reconhecimento de Comunidades Quilombolas e seu território - 2007 – 2010 p.501
- Quadro 11** – Luta da Comunidade Remanescente do Quilombo Serra da Guia/Processo de Reconhecimento, Demarcação e Titulação do Território – 2007 – 2013 p.504
- Quadro 12** – A reterritorialização dos Xocó – Porto da Folha/SE – 1979,1991...p.539

Quadro 13 – Classificação dos Imóveis Rurais do Alto Sertão Sergipano – 1997	p.562
Quadro 14 – Fundamentação Legal pertinente à Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas na Legislação Brasileira - 1996 – 2006	p.570
Quadro 15 – A Reterritorialização do Mocambo – Porto da Folha/SE – 1992 – 2000	p.573
Quadro 16 – Fundamentação Legal do Processo de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas - 2007- 2014	p.613
Quadro 17 – A Reterritorialização da Comunidade de Quilombo Serra da Guia, Poço Redondo-SE / Processo de Regularização Fundiária – FCP/INCRA - 2007 – 2014.....	p.613

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01** – Distribuição da Terra Agrícola no Mundo: Índice de Desigualdade de Gini em Ordem Crescente – Século XXp. 348
- Tabela 02** – Superfície Agrícola Média de Países Europeus – 1972p.355
- Tabela 03** – Dimensão dos Estabelecimentos Agrícolas em Países da África, conforme Teto ou Piso da última Classe de Área – FAO – 1996 - 2005.....p. 358
- Tabela 04** – Dimensão dos Estabelecimentos Agrícolas em Países da América, conforme a última Classe de Área – FAO - 1996-2005.....p. 359
- Tabela 05** – Dimensão dos Estabelecimentos Agrícolas em Países da Ásia, conforme a última Classe de Área – FAO - 1996-2005..... p.360
- Tabela 06** – Dimensão dos Estabelecimentos Agrícolas em Países da Europa, conforme a última Classe de Área – FAO - 1996-2005.....p.360
- Tabela 07** – Dimensão dos Estabelecimentos Agrícolas em Países da Oceania, conforme a última Classe de Área – FAO – 1996 -2005.....p.361
- Tabela 08** – Área Total e Número dos Estabelecimentos, por Estrato de Área - Brasil – IBGE - 1995/96 e 2006.....p. 363
- Tabela 09** – Reforma Agrária “da Espada” na América Latina no Século XX.....p.364
- Tabela 10** – Países que estabeleceram Limites Máximos para a Propriedade no Século XX.p. 365
- Tabela 11** – Famílias Assentadas por Ano no Brasil – INCRA - 1985 a 1995.....p. 374
- Tabela 12** – Famílias Assentadas por Ano no Brasil – INCRA – 1995 a 2002.....p. 376
- Tabela 13** – Famílias Assentadas por Ano no Brasil – INCRA – 2003 a 2013.....p. 380

- Tabela 14** – Evolução do Índice de Gini dos Estabelecimentos Rurais - Brasil e Estados da Região Nordeste – IBGE – 1985 - 2006.....p. 390
- Tabela 15** – Distribuição dos Imóveis Rurais conforme Índice de Gini – Brasil, Grandes Regiões, Estados da Região Nordeste – INCRA - 1992, 1998 e 2003.p. 392
- Tabela 16** – Maiores Imóveis Rurais de cada Estado por Região – INCRA – 1985p. 395
- Tabela 17** – Brasil - Imóveis Rurais pela Área Total – INCRA - 1992 e 2003.....p. 396
- Tabela 18** – Evolução da Concentração da Propriedade da Terra no Brasil – INCRA - 2003-2010.....p. 400
- Tabela 19** – Assentamentos Rurais – Grandes Regiões, Estados do Nordeste e Brasil - 1979 – 2009.....p.407
- Tabela 20** – O Complexo Jacaré-Curituba em Ordem Cronológica de Criação – dos Assentamentos – INCRA - 1997 a 2002.....p. 469
- Tabela 21** – Famílias Acampadas e Assentadas por Município do Alto Sertão Sergipano – INCRA - 2006.....p. 484
- Tabela 22** – Evolução dos Acampamentos por Município, no Alto Sertão Sergipano, em Ordem Decrescente do Número de Famílias Acampadas em 2010 e Movimentos Sociais Responsáveis – INCRA - 2006 – 2010..... p. 493
- Tabela 23** – Total de Acampamentos Existentes e Famílias envolvidas, Iniciados nas Três Fases da Luta pela Terra no Alto Sertão Sergipano – INCRA - Janeiro de 2014.....p.495
- Tabela 24** – Imóveis Rurais segundo Categorias do Estatuto da Terra na Microrregião Homogênea Sertão Sergipano do São Francisco - 1972..... p.529
- Tabela 25** – Estrutura Fundiária da MRH Sertão Sergipano do São Francisco – 1972 – o “ponto zero”p.530

Tabela 26 – Territorialização dos Movimentos Sócioterritoriais no Alto Sertão Sergipano - Primeira fase – INCRA - 1979 a 1993.....	p.547
Tabela 27 – Assentamentos do Alto Sertão Sergipano no I Censo Nacional da Reforma Agrária em Ordem Cronológica da Desapropriação –INCRA - 1986 a out/1996	p.549
Tabela 28 – Áreas desapropriadas no Alto Sertão Sergipano no I Censo Nacional da Reforma Agrária por município e em ordem cronológica – INCRA - 1986 - out/1996	p.550
Tabela 29 – Territorialização dos Movimentos Sócioterritoriais no Alto Sertão Sergipano em Ordem Cronológica das Conquistas da Primeira Fase da Luta - 1979 a out de 1996.....	p.553
Tabela 30 – Territorialização dos Movimentos Sócioterritoriais do Alto Sertão Sergipano por Município e em Ordem Cronológica - 1979 – out. 1996.....	p.554
Tabela 31 – Impacto da Redistribuição Fundiária para a Reforma Agrária por Município do Alto Sertão Sergipano – 1986 a 1996 em relação ao ponto zero de 1972 - INCRA.....	p.556
Tabela 32 – Relação dos Imóveis Desapropriados pelo INCRA no PA Jacaré - Curitiba até 1999	p.564
Tabela 33 – Imóveis em Desapropriação pelo INCRA no PA Jacaré-Curitiba - 1999.....	p.565
Tabela 34 – Imóveis a vistoriar no Jacaré Curitiba em 1999.....	p.565
Tabela 35 – Imóveis do Jacaré-Curitiba Não Desapropriáveis pelo INCRA.....	p.566
Tabela 36 – Distribuição Espacial do Complexo Jacaré-Curitiba	p.567
Tabela 37 – Assentamentos de Reforma Agrária do Alto Sertão Sergipano – nov. 1996 – dez. 2006.....	p.568

- Tabela 38** - Territorialização dos Movimentos Sócioterritoriais Sem Terra e Povos Tradicionais no Alto Sertão Sergipano – 1979 /dez.2006.....p.576
- Tabela 39** – Redistribuição Fundiária no Alto Sertão Sergipano – 1979 a 2006..p.581
- Tabela 40** – Número de Imóveis Rurais e Área Total, segundo Condição de Domínio e por Estratos de Área Total, no Alto Sertão Sergipano – Agosto 2003.....p.582
- Tabela 41** – Distribuição do Número e Área Total segundo a Categoria de Imóvel Rural, por Município do Alto Sertão Sergipano em Ordem Decrescente por Área das Grandes Propriedades - Dezembro 2005.....p.586
- Tabela 42** – Comparação do Número e Área dos Latifúndios por Exploração (1972) com as Grandes e Médias Propriedades (dez. 2005) no Alto Sertão Sergipano.....p.586
- Tabela 43** – Número e Área de Grandes e Médios Imóveis do Alto Sertão Sergipano – INCRA - dezembro 2005.....p.588
- Tabela 44** – Assentamentos pelo Crédito Fundiário no Alto Sertão Sergipano – 2003-2006.....p.591
- Tabela 45** – Assentamentos por Ano no Alto Sertão Sergipano - 2007 a 2014..p. 594
- Tabela 46** – Assentamentos de Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano – INCRA - 1986 a Janeiro de 2014.....p.608
- Tabela 47** – Comparação do Número e Área dos Latifúndios por Exploração (1972) com Assentamentos/Desapropriações no Alto Sertão Sergipano - entre 1979 e fevereiro 2014..... p.622
- Tabela 48** – Estrutura Fundiária do Alto Sertão Sergipano – INCRA - 2013p.625

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG – Articulação Brasileira do Agronegócio
ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
ACO – Ação Católica Operária
ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AGB – Associação Geográfica Brasileira
AL – Estado de Alagoas
ANAÍ – Associação Nacional de Ação Indigenista
ANEPS – Associação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde
ANPOCS – Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais
APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental nos Assentamentos de Reforma Agrária
BA – Estado da Bahia
BB – Banco do Brasil
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Mundial
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS – Sigla dos países emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAI – Complexo Agroindustrial
CAPOIB – Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil
CARITAS – instituição regional ligada da rede da CARITAS BRASILEIRA, órgão da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CCS – Cooperativa de Comercialização e Serviços
CCSF – Cooperativa de Comercialização e Serviços Fortalecida
CD – Comitê de Decisão Nacional do INCRA
CDJBC – Centro Dom José Brandão de Castro
CDR – Comitê de Decisão Regional do INCRA
CE – Estado do Ceará
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEBS – Comunidades Eclesiais de Base
CECAC – Centro de Capacitação Canudos
CEDR – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEE – Comunidade Econômica Europeia
CEPAL/ONU – Comissão Econômica para a América Latina, órgão regional da Organização das Nações Unidas
CF – Constituição Federal
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores
CGU – Controladoria Geral da União
CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIMI – Comissão Indigenista Missionária
CJ/MDA - Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Agrário
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNPA - Conselho Nacional de Política Agrícola
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COHIDRO – Companhia de Recursos Hídricos e Irrigação do Governo de Sergipe
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONCLAT – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CONCLAT – Central Sindical das Classes Trabalhadoras (dissidente da central única)
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONCUT – Congresso da Central Única dos Trabalhadores
CONSAGRO – Conselho Nacional do Agronegócio
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTACAP – Programa experimental de assistência técnica no Nordeste em convênio do INCRA com o BNB.
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOPRASE – Cooperativa de Reforma Agrária de Sergipe
CPA – Cooperativa de Produção Agrícola
CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CONSAGRO – Conselho Nacional do Agronegócio
COOPRASE – Cooperativa de Reforma Agrária de Sergipe
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Reforma Agrária
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DEA – Departamento de Engenharia Agrônômica
DEAGRO – Departamento de Estado da Agropecuária de Sergipe
DEM – Partido Democrático
DESCA - Direitos econômicos, sociais, culturais e à alimentação
DGEO – Departamento de Geografia
DENOCS – Departamento Nacional de Obras contra a Seca
DOE – Diário Oficial do Estado de Sergipe
DOU – Diário Oficial da União
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
DSS – Departamento de Serviço Social
EC – Emenda Constitucional
ECO 92 – Conferência Internacional de Meio Ambiente do PNUD/ONU
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMDAGRO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
EUA – Estados Unidos da América
FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nation* (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura)
FAPESE– Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe
FCP – Fundação Cultural Palmares
FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia
FEACOM – Federação das Associações Comunitárias dos Pequenos Produtores de Porto da Folha
FETASE – Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Sergipe
FETRAF/Sul – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul
FETRAF/Brasil – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil
FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIPE/USP – Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNA – Frente Nacional da Agricultura
FNRAJC – Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
FOME ZERO – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
G8 – Grupo dos 7 países mais ricos do mundo ocidental mais a Rússia
GEE - Grau de Eficiência da Exploração
GPS – *Global Positioning System*/ Sistema de Posicionamento Global
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
GUT – Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBASE – Instituto Brasileiro de Estudos Socioeconômicos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDH – Índice para o Desenvolvimento Humano
IDH – M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCRA – SR -23/SE – Superintendência Regional do INCRA de Sergipe
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Social Aplicada
ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
JAC – Juventude Agrária Católica
JEC – Juventude Estudantil Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LC – Lei Complementar

LUMIAR – Programa Nacional de Assistência Técnica para Assentamentos de Reforma Agrária

MA – Estado do Maranhão

MAARA – Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MARA – Ministério da Agricultura e Reforma Agrária

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MC – Ministério da Cultura

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC/SECAD - Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

MEAF – Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários

MEAF – Ministério Extraordinário de Política Fundiária

MEB – Movimento de Educação de Base

MF – Módulo Fiscal

MI – Ministério da Integração Nacional

MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MLC – Movimento de Luta Camponesa

MLT – Movimento de Luta pela Terra

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas

MOPS- Movimento Popular em Saúde

MP – Medida Provisória

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MPF – Ministério Público Federal

MRG – Microrregião Geográfica

MRH – Microrregião Homogênea

MS – Estado de Mato Grosso do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTR – Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais

MT – Ministério do Trabalho

NE – Região Nordeste

NEAD - Núcleo de Estudos Agrários
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
NMS – Novos Movimentos Sociais
NPGeo/UFS – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PA – Estado do Pará
PA – Projeto de Assentamento de Reforma Agrária do INCRA
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos.
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PB – Estado da Paraíba
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento de Reforma Agrária
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PDT/ASS – Plano de Desenvolvimento do Território do Alto Sertão Sergipano
PE – Projeto de assentamento de reforma agrária estadual ou colônia agrícola
PE – Estado de Pernambuco
PFE – Procuradores Federais Especiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PFL – Partido da Frente Liberal
PI – Estado do Piauí
PIB – Produto Interno Bruto
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PM – Polícia Militar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNRA – Plano Nacional da Reforma Agrária

PNSAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PPCT/PCPR - Plano de Participação das Comunidades Tradicionais do Projeto de Combate à Pobreza Rural em Sergipe

PPI - Programa Plurianual de Irrigação,

PR – Estado do Paraná

PRAMENSE – Projeto de Produção de Alimentos e Melhoria do Estado Nutricional em Áreas Rurais de Baixa Renda de Sergipe

PROHCASE – Promoção do Homem do Campo de Sergipe

PROCERA – Programa Crédito Especial para a Reforma Agrária

PROJETO SERTANEJO – Programa Especial de Transformação e Fortalecimento da Economia da Região Semiárida do Nordeste

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PRONESE – Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Governo do Estado de Sergipe

PROEX/UFS – Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de Sergipe.

PROQUERA – Programa de Qualificação para a Reforma Agrária

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

PROVAP – Programa Nacional de Valorização da Pequena Produção

PRRA/SE – Plano Regional de Reforma Agrária de Sergipe

PSDB – Partido Socialdemocrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RN – Estado do Rio Grande do Norte

RO – Estado de Rondônia

RTIDT – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território de Comunidade Remanescente de Quilombo

SACI – Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania

SAGRI – Secretaria da Agricultura do Governo do Estado de Sergipe

SDT/MDA – Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário

SE – Estado de Sergipe

SEED/NECIC - Secretaria de Estado da Educação/Núcleo da Educação, da Diversidade e Cidadania

SEINFRA – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Recursos Ambientais

SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento do Governo de Sergipe

SEMEX – Semana de Extensão da Universidade Federal de Sergipe

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de Sergipe

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SETRAPIS/COOPPIR - Secretaria de Estado do Trabalho, da Juventude Promoção Social/ Coordenação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SINGA – Simpósio de Geografia Agrária

SIPRA – Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária

SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural

SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural

SRB – Sociedade Rural Brasileira

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Supremo Tribunal de Justiça

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

TDA – Título da Dívida Agrária

T-D-R - Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização

TSE – Superior Tribunal Eleitoral

UDR – União Democrática Ruralista

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UHE – Usina Hidrelétrica

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNESP – Universidade Estadual de São Paulo

UNICEF – *United Nations Children Fund* (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

UNITUBA – União das Associações do Assentamento Jacaré-Curituba

USDA – *United States Department fo Agriculture* (Departamento de Agricultura do governo dos Estados Unidos da América)

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.39
SEÇÃO 1 ESPAÇO E TERRITÓRIO NO DEBATE GEOGRÁFICO	p.61
1.1 A Categoria Espaço como Conceito-Chave na Trajetória do Debate Geográfico	p.62
1.1.1 A Ressignificação do Espaço na Geografia Crítica	p. 69
1.2 Um Breve Debate sobre Abordagem do Território no Pensamento Geográfico	p.83
1.2.1 Abordagem Relacional do Território da Geografia Crítica: Multiterritorialidade e Multi ou Transescalaridade	p.87
1.2.2 A Multidimensionalidade na Abordagem Relacional do Território	p.95
SEÇÃO 2 ESPACIALIZAÇÃO/TERRITORIALIZAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS E O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO	p.101
2.1 Desenvolvimento Desigual e Combinado do Modo de Produção Capitalista e a Produção de Espaços Diferenciais	p.102
2.2 Estado e Sociedade Civil na Concepção Marxista	p.112
2.3 A Territorialização das Classes e o papel do Estado na Produção de Espaços Diferenciais e Territórios em Conflito	p.115
2.3.1 A Territorialização do Capital/ da Burguesia/ do Estado no Processo de Produção do Espaço Hegemônico/Dominante	p.118
2.3.2 A Territorialização de Grupos Populares na Produção de Espaços Diferenciais	p.130
2.3.3 Apropriação <i>versus</i> Dominação/Propriedade do Espaço	p.146
SEÇÃO 3 A PERDA DO DIREITO NATURAL DE APROPRIAÇÃO DA TERRA PELOS CAMPONESES E A CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA NA GÊNESE DA DOMINAÇÃO E DA QUESTÃO AGRÁRIA	p.153
3.1 O Direito “Jus Naturale” de Apropriação de Glebas Individuais e Terras Comuns pelos Camponeses: do Direito Consuetudinário ao Direito Civil	p.155
3.2 A Propriedade Privada da Terra Condicionada pelo Trabalho nos Debates sobre a Sociedade Civil, o Estado e o Direito Civil na Idade Moderna	p.169

3.3 Do Direito Natural ao Direito Civil de Propriedade Privada da Terra nas Revoluções Burguesas dos Séculos XVII e XVIII Invertendo seu Significado	p.185
---	-------

SEÇÃO 4 A PROPRIEDADE PRIVADA NO DIREITO LIBERAL BURGUESES VERSUS A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA NO DEBATE CONTEMPORÂNEOp.211

4.1 A Concepção Individualista da Propriedade no Direito Civil Positivo Legitimado pela Filosofia Política, submetida ao Liberalismo Econômico	p. 213
---	--------

4.2 A Crise do Estado Liberal, a Ascensão do Estado Social e do Sentido Social do Direito de Propriedade a partir do Século XX	p.225
---	-------

4.3 Da Questão Agrária nos Séculos XIX e XX ao Princípio da Função Social (da Terra) no Constitucionalismo Social	p.242
--	-------

4.3.1 A Revolução Camponesa e a Constituição Mexicana de 1917	p.245
--	-------

4.3.2 A Constituição de Weimar, de 1919: Opção do Socialismo Reformista em Aliança com a Burguesia pela Democracia Social contra a Revolução Proletária	p.251
--	-------

4.3.3 A Constituição Espanhola, de 1931: a Construção Republicana Tardia contra a Nobreza, a Igreja e a Influência das Forças de Esquerda Radicais	p.256
---	-------

4.4 O Princípio da Função Social da Propriedade da Terra incorporado pelas Constituições e Legislação Infraconstitucional Brasileira e a Reforma Agrária	p.261
---	-------

SEÇÃO 5 TERRITÓRIOS EM CONFLITO: A VERSÃO GEOGRÁFICA DA QUESTÃO AGRÁRIA COMO EXPRESSÃO DA LUTA DE CLASSES NO CAMPO p.285

5.1 As Duas Formas de Avanço do Capital na Agricultura	p.288
---	-------

5.1.1 A Territorialização do Capital	p.288
---	-------

5.1.2 A Monopolização do Território Camponês pelo Capital	p.294
--	-------

5.2 A Resistência Camponesa e a Construção de Espaços Diferenciais, ou Territórios de Resistência e Liberdade Alternativos ao Espaço Hegemônico do Capital	p.304
---	-------

5.3 Movimentos Sociais do Campo e Movimentos Sócioterritoriais e Sócioespaciais	p.316
--	-------

5.4 A Formação de Movimentos Sociais no Campo ou Movimentos sócioterritoriais, com Destaque para o MST e a Luta pela Reforma Agrária no Brasil contra as Forças do Agronegócio Latifundiário	p.327
---	-------

SEÇÃO 6 A REFORMA AGRÁRIA COMO POLÍTICA REDISTRIBUTIVAp.344

6.1 Um Olhar sobre a Distribuição da Terra e as Experiências de Reforma Agrária no Mundo p.345

6.2 O Brasil na Contramão da Democratização da Terra p.371

6.2.1 O Descumprimento da Diretriz Constitucional da Função Social da Propriedade da Terra Compromete a Massividade da Reforma Agrária no Brasil p.372

6.2.2 A Tendência Concentradora da Terra se Sobrepe às Iniciativas Redistributivas p.389

6.2.3 As Duas Formas da Luta pela Reforma Agrária Autêntica: as Ocupações dos Latifúndios e as Campanhas Nacionais pela Definição do Limite Máximo da Propriedade Rural no Brasil p.401

SEÇÃO 7 TERRITÓRIOS EM CONFLITO NO ALTO SERTÃO SERGIPANO:

A TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS CAMPONESES E A CONSTRUÇÃO DE UMA “ÁREA REFORMADA”..... p.411

7.1 A Diversidade de Lutas e a União das Forças de Diferentes Movimentos sócioterritoriais na Primeira Fase da Luta pela Terra no Alto Sertão Sergipano - 1979 a 1996 p.414

7.1.1 A Luta dos Povos Tradicionais pela Reterritorialização p.416

7.1.1.1 A Luta dos Xocó de Reconquista do seu Território p.420

7.1.1.2 Mocambo a Primeira Comunidade de Remanescentes Quilombolas a se Lançar na Luta pela Terra no Alto Sertão Sergipano p.439

7.1.2 A União de Forças de Vários Movimentos Sociais do Campo: STRs, Pastorais Sociais e o Nascente MST Conquista os Primeiros Assentamentos de Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano – 1986 - 1996.....p.445

7. 2 A Luta pela Territorialização do MST e dos Quilombolas do Mocambo na Segunda Fase da Luta pela Terra, no Alto Sertão Sergipano – 1996 a 2006 p.451

7.2.1 A Luta do MST pela Territorialização no Alto Sertão Sergipano a partir de 1996 p. 451

7.2.2 A Disputa da Terra e da Água no Alto Sertão Sergipano: a Reversão do Grande Projeto Empresarial de Irrigação Jacaré-Curituba para a Reforma Agrária – 1997-1998..... p. 463

7.2.3 Avança o Processo de Reconquista de Territórios pelos Povos Tradicionais - Comunidades Quilombolas no Alto Sertão Sergipano - 1996 -2006 p. 474

7.2.3.1 A Transformação da Comunidade do Mocambo em Movimento Sócioterritorial com a Conquista do seu Território - 1992 – 2000 p.476

7.2.3.2 A Luta da Serra da Guia pelo seu Reconhecimento como Remanescente de Comunidade de Quilombo p.478

7.2.4 A Construção de uma “Área Reformada” pela Territorialização do MST reforçada pelo II Plano Nacional da Reforma Agrária - 2003 - 2006p.481

7.2.5 As Alianças entre os Movimentos Sócioterritoriais e a Construção do Território Camponês nucleado pela “Área Reformada” p. 486

7. 3 A Diversificação das Estratégias na Terceira e Atual Fase da Luta pela Terra e pela Água no Alto Sertão Sergipano - 2007 a 2014 p. 492

7.3.1 A Luta Continua com a Busca de Alternativas de Apropriação da Terrap.493

7.3.2 A Vitória da Luta pela Terra dos Quilombolas da Serra da Guia p.501

7.3.3 A Disputa de Concepções dos Projetos de Irrigação p.506

7.3.3.1 Nova Califórnia *versus* Manoel Dionízio e o Canal Xingó: a Disputa pela Terra e pela Água se Amplia p.507

7.3.3.2 A Conclusão das Obras de Irrigação do Jacaré-Curituba e a Redefinição dos Rumos Produtivos p.513

7.3.4 A Continuidade da Construção de Alianças e Lutas Conjuntas dos Movimentos Sócioterritoriais Camponeses e o Acesso ao Poder Institucional pelo MST p. 516

SEÇÃO 8 IMPACTOS DAS LUTAS TERRITORIAIS E DA AÇÃO DO ESTADO NA TRANSFORMAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO ALTO SERTÃO SERGIPANO p. 520

8.1 O Espaço Agrário do Alto Sertão Sergipano antes da Luta pela Terra (“o Ponto Zero”) p. 524

8.2 A Transformação do Espaço Agrário do Alto Sertão Sergipano decorrente da Territorialização dos Movimentos Sócioterritoriais de Luta pela Terra e das Ações de Redistribuição Fundiária pelo Estado..... p.533

8.2.1 A Transformação da Estrutura Fundiária na Primeira Fase da Luta pela Terra entre 1979 e 1996 no Alto Sertão Sergipano..... p.535

8.2.1.1 A Territorialização dos Índios Xocóp. 535

8.2.1.2 A Territorialização dos “Sem-Terra” por meio de Diversos Movimentos Sócioterritoriais – 1986 a 1996p.540

8.2.1.3 Impactos da Territorialização dos Diversos Movimentos Sócioterritoriais na Estrutura Fundiária do Alto Sertão Sergipano na Primeira Fase da Luta pela Terrap.546

8.2.2 A Transformação da Estrutura Fundiária decorrente do Processo de Territorialização do MST e dos Quilombolas do Mocambo na Segunda Fase da Luta pela Terra – 1996 – 2006 no Alto Sertão Sergipano	p. 559
8.2.2.1 A territorialização do MST.....	p.560
8.2.2.2 A Territorialização da Comunidade Quilombola do Mocambo.....	p.569
8.2.2.3 Impactos da Territorialização dos Movimentos Sócioterritoriais na Segunda Fase da Luta pela Terra no Alto Sertão Sergipano.....	p.574
8.2.3 A Transformação da Estrutura Fundiária decorrente da Territorialização dos “Sem Terra” e dos quilombolas da Serra da Guia na Terceira Fase da Luta pela Terra e pela Água - 2007 a 2014 no Alto Sertão Sergipano	p.592
8.2.3.1 A busca de Alternativas pelo MST para a Continuidade da Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano	p.594
8.2.3.2 A Territorialização da Comunidade Quilombola da Serra da Guia.....	p.609
8.2.3.3 A territorialização dos movimentos sócioterritoriais nucleada pela “área reformada” em 2013.....	p. 614
8.2.3.4 Impacto da Redistribuição Fundiária em Relação ao Ponto Zero de 1972 refletida na Estrutura Fundiária de 2013	p.622
CONCLUSÕES.....	p.629
REFERÊNCIAS.....	p.647
APÊNDICES	p.683
APÊNDICE A – 01 Tabela 01 Relação Nominal dos Assentamentos do Alto Sertão Sergipano em Ordem Cronológica – Primeira Fase - out. 1986 a out. de 1996.....	p.684
APÊNDICE B – Tabela 02 Relação Nominal dos Assentamentos do Alto Sertão Sergipano em Ordem Cronológica . Segunda Fase-Nov de 1996 a Dez. de 2006.....	p.685
APÊNDICE C – Tabela 03 Relação Nominal dos Projetos de Assentamento e Colônias Estaduais do Alto Sertão Sergipano em Ordem Cronológica. Terceira Fase - Jan.de 2007 a Jan.de 2014	p.687
APÊNDICE D – Tabela 04 Área Desapropriada nos Projetos de Assentamentos e Colônias Estaduais do Alto Sertão Sergipano por Ano e por Município – Terceira Fase Jan. 2007 a Jan. 2014.....	p.690
APÊNDICE E – Tabela 05 Acampamentos em Ordem Cronológica Iniciados nas Três Fases da Luta pela Terra no Alto Sertão Sergipano existentes em 31 de janeiro de 2014.....	p.691

APÊNDICE F – Tabela 06 Relação Nominal dos Acampamentos e Número de Famílias envolvidas no Alto Sertão Sergipano por Município em Ordem Cronológica existentes em 31 de janeiro de 2014	p.693
APÊNDICE G – Tabela 07 Relação Nominal de Projetos de Assentamento de Poço Redondo nas Três Fases da Luta pela Terra - nov. 1986 a fev. 2014.....	p.695
APÊNDICE H – Figura 01 Mapa de Poço Redondo: Assentamentos de Reforma Agrária por Setores Censitários - 1986 – 2013.....	p.696
APÊNDICE I – Figura 02 Mapa das Classes de Renda dos Chefes de Domicílio Rurais e Assentamentos Rurais por Setores Censitários do Município de Poço Redondo.....	p.697
APÊNDICE J – Tabela 08 Relação Nominal dos Projetos de Assentamento do Município de Canindé do São Francisco nas Três Fases da Luta pela Terra - dez.1996 a 2011	p.698
APÊNDICE K – Figura 03 Mapa - Assentamentos de Reforma Agrária, por Setores Censitários de Canindé do São Francisco - dez. 1996 – 2013.....	p.708
APÊNDICE L – Figura 04 Mapa das Classes de Renda dos Chefes de Domicílio Rurais e Assentamentos Rurais, por Setores Censitários do Município de Canindé do São Francisco.....	p.700
APÊNDICE M – Tabela 09 Relação Nominal dos Assentamentos do Município de Nossa Senhora da Glória nas Três Fases da Luta pela Terra - dez.1997 a 2010.....	p.702
APÊNDICE N – Figura 05 Mapa dos Assentamentos de Reforma Agrária por Setores Censitários do Município de Nossa Senhora da Glória - dez. 1997 a 2010.....	p.703
APÊNDICE O – Figura 06 Mapa das Classes de Renda dos Chefes de Domicílio Rurais do e Assentamentos Rurais por Setores Censitários do Município de Nossa Senhora da Glória.....	p.704
APÊNDICE P – Tabela 10 Relação Nominal de Assentamentos do Município de Monte Alegre de Sergipe nas Três Fases da Luta pela Terra - abril 1991 a 2009.	p.705
APÊNDICE Q Figura 07 Mapa dos Assentamento de Reforma Agrária por Setores Censitários do Município de Monte Alegre de Sergipe - Abril 1997 – 2009.....	p.706
APÊNDICE R – Figura 08 Mapa das Classes de Renda dos Chefes de Domicílio Rurais e Assentamentos de Reforma Agrária por Setores Censitários do Município de Monte Alegre de Sergipe.....	p.707

APÊNDICE S – Tabela 11 Assentamentos de Gararu nas Três Fases da Luta pela Terra de abril de 1991 a 2008	p 708
APÊNDICE T – Figura 09 Mapa Assentamentos de Reforma Agrária por Setores Censitários do Município de Gararu:– abril 1991 a 2008.....	p. 709
APÊNDICE U – Figura 10 Mapa das Classes de Renda dos Chefes de Domicílios Rurais e Assentamentos Rurais por Setores Censitários do Município de Gararu.....	p.710
APÊNDICE V – Tabela 12 Relação Nominal e Caracterização dos Projetos de Assentamento de Porto da Folha nas Três Fases da Luta pela Terra - maio 1987 a 2011.....	p.711
APÊNDICE W – Figura 11 Mapa Assentamentos de Reforma Agrária por Setores Censitários do Município de Porto da Folha – maio de 1997 a 2011.....	p 712
APÊNDICE X – Figura 12 Mapa das Classes de Renda dos Chefes de Domicílio Rurais e Assentamentos Rurais por Setores Censitários do Município de Porto da Folha	p.713
APÊNDICE Y – Figura 13 Mapa dos Assentamentos do Alto Sertão Sergipano por Sistemas e Subistemas Ambientais e por Subbacias – NESA/NPGEO/CODEVASF (1998), SRH (2004) e INCRA (out.2006)	p.714
ANEXOS	p.716
ANEXO A – Tabela 01 Canindé do São Francisco: Estrutura Fundiária por Classes de Área INCRA – 2013.....	p. 717
ANEXO B – Tabela 02 Canindé do São Francisco: Estrutura Fundiária por Módulos Fiscais INCRA – 2013.....	p.718
ANEXO C – Tabela 03 Canindé do São Francisco: Estrutura Fundiária por Tipo de Imóvel – INCRA - 2013.....	p.719
ANEXO D – Tabela 04 Gararu: Estrutura Fundiária por Classes de Área – INCRA – 2013	p.720
ANEXO E– Tabela 05 Gararu: Estrutura Fundiária por Módulos Fiscais – INCRA- 2013	p. 721
ANEXO F – Tabela 06 Gararu: Estrutura Fundiária por Tipo de Imóvel – INCRA – 2013	p.722
ANEXO G – Tabela 07 Monte Alegre de Sergipe: Estrutura Fundiária por Classes de Área – INCRA - 2013.....	p.723
ANEXO H – Tabela 08 Monte Alegre de Sergipe: Estrutura Fundiária por Módulos Fiscais – INCRA – 2013	p.724

ANEXO I – Tabela 09 Monte Alegre de Sergipe: Estrutura Fundiária por Tipo de Imóvel – INCRA - 2013	p. 725
ANEXO J – Tabela 10 Nossa Senhora da Glória: Estrutura Fundiária por Classes de Área – INCRA – 2013.....	p.726
ANEXO K – Tabela 11 Nossa Senhora da Glória: Estrutura Fundiária por Módulos Fiscais – INCRA – 2013.....	p.727
ANEXO L – Tabela 12 Nossa Senhora da Glória: Estrutura Fundiária por Tipo de Imóvel – INCRA – 2013.....	p.728
ANEXO M – Tabela 13 Poço Redondo: Estrutura Fundiária por Classes de Área – INCRA- 2013.....	p. 729
ANEXO N – Tabela 14 Poço Redondo: Estrutura Fundiária por Módulos Fiscais – INCRA - 2013	p. 730
ANEXO O – Tabela 15 Poço Redondo: Estrutura Fundiária por Tipo de Imóvel – INCRA – 2013	p. 731
ANEXO P – Tabela 16 Porto da Folha: Estrutura Fundiária por Classes de Área – INCRA – 2013	p. 732
ANEXO Q – Tabela 17 Porto da Folha: Estrutura Fundiária por Módulos Fiscais – INCRA – 2013	p. 733
ANEXO R – Tabela 18 Porto da Folha: Estrutura Fundiária por Tipo de Imóvel – INCRA – 2013	p.734
ANEXO S – Figura 01 Panfleto sobre o projeto de irrigação Nova Califórnia no Alto Sertão Sergipano – no mandato do governador João Alves Filho (5 partes).....	p.735

INTRODUÇÃO

A expressão “Territórios em conflito” compreende o objeto de estudo desta Tese que reflete sobre dois processos sócioespaciais distintos e conflitivos que vem historicamente produzindo o espaço agrário do Alto Sertão Sergipano, seja, pela territorialização do capital, ou pela territorialização do campesinato.

Por um lado, a territorialização do capital tem sido historicamente hegemônica no Alto Sertão Sergipano, em função de projetos de desenvolvimento econômico, apoiados pelo Estado. Na atualidade envolve diversas frações burguesas integradas no chamado agronegócio direta ou indiretamente vinculadas a acumulação do capital em escala nacional e internacional. Sua permanência, transformando esse espaço agrário, está condicionada pela lucratividade, portanto, é instável e pode ser transitória. Por outro lado, a produção camponesa do espaço manifesta um modo de produzir e viver de habitantes do Alto Sertão, sendo um projeto de gerações dos camponeses tradicionais, que vêm resistindo aos processos de expropriação e anseiam por autonomia na sua reprodução social. Essa territorialização alternativa ao espaço hegemônico vem sendo reforçada pela recente recriação do campesinato no bojo da reforma agrária.

Esse conflito, na atualidade, é representado no plano sócio-econômico pela disputa de dois modelos de agricultura - entre o agronegócio e a agricultura familiar. O governo vem assumindo esta distinção em vários estudos, desde o da FAO/INCRA (1994), destacando a importância da agricultura familiar e seus diversos segmentos “estimada por aproximações sucessivas já que as estatísticas não utilizam esse critério em suas classificações” (FAO, 1994, p.5); que subsidiou a criação da Política Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF, em 1995. O estudo “Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico”, coordenado por Carlos F. Guanziroli, de agosto de 1996, aprimorou os métodos estatísticos para delimitar o universo da agricultura familiar no País em contraposição à agricultura patronal e diferenciou internamente suas categorias componentes, a partir das tabulações especiais do Censo Agropecuário de 1985, enfatizando o regime de trabalho e o modo de gestão adotado nas unidades produtivas. O Censo Agropecuário de 2006, que fez o corte metodológico entre estabelecimentos rurais familiares e não familiares (IBGE, 2009).

No plano sóciopolítico, por um lado existe uma abrangente e sólida organização que representa o interesse do agronegócio no plano nacional – a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária – CNA (que congrega sindicatos

rurais patronais e incorporou a antiga Sociedade Rural Brasileira – SRB, dos pecuaristas), presidida pela senadora Kátia Abreu, que também articula a atuante bancada parlamentar ruralista no Congresso Nacional. A União Democrática Ruralista – UDR, embora com menor visibilidade, no momento atual, é outra entidade dos latifundiários que faz acirrada campanha de enfrentamento, inclusive armado, aos “sem terra”, em defesa do “sagrado direito de propriedade”, desconhecendo a cláusula constitucional que exige o cumprimento da “função social da terra” (BRASIL, 1934, 1937, 1946, 1967/69, 1988), detalhada, sobretudo na Lei nº 4.504, o Estatuto da Terra, de 1964 (CONTAG, 1979) e na Lei Agrária, nº 8.629, de 1993, que regulamenta as diretrizes constitucionais atuais (BRASIL/PFE-INCRA, 2011).

Por outro lado, a agricultura familiar é uma designação muito ampla e flexível que abrange médios e pequenos produtores rurais com acesso diferenciado à terra, diferentes níveis de capitalização e participantes de diversas formas de organização política.

Há distintas relações de agricultores familiares com a agricultura empresarial, tanto econômica, quanto política. Grande parte dos médios e até dos pequenos produtores integram complexos agroindustriais (CAIs) na condição de fornecedores de matéria prima agrícola ou pecuária e fazem parte da base social do movimento cooperativista, comandado nacionalmente pela Organização das Cooperativas do Brasil – OCB. Os agricultores familiares são disputados pela própria CNA, que procura associá-los via imposto sindical.

Outros agricultores familiares, embora sejam parceiros econômicos do empresariado rural em diversas cadeias produtivas, organizaram-se politicamente de forma independente, sendo a mais antiga dessas organizações, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais- MSTR, que congrega imensa rede de Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs, nos municípios, federações estaduais, a exemplo da FETASE – Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Sergipe, fundada em 18/06/1962, reconhecida pelo Ministério do Trabalho - MT no ano seguinte, entre as primeiras federações que deram origem à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, fundada em 1963.

A unificação de todos os produtores que utilizam prioritariamente a mão de obra familiar, sob a denominação de agricultura familiar, diferenciando-os dos empresários rurais (produtores não familiares) que utilizam prioritariamente

trabalhadores assalariados, foi problematizada por Sueli L. C. Rosa, estudiosa das relações sociais de produção no campo, no debate da sociologia rural¹, em “Os Desafios do PRONAF: Os Limites de Sua Implementação” (ROSA, 1996, p. 5).

A autora chamou a atenção para o fato de que, no bojo da discussão dos critérios para o enquadramento dos beneficiários do PRONAF, em 1995, a CONTAG perdeu para a CNA a própria definição do conceito de agricultor familiar: para a primeira, só deveriam ser assim considerados os pequenos produtores rurais² que utilizassem exclusivamente mão de obra familiar de forma permanente, aceitando apenas o assalariamento temporário nos momentos de “pico” do processo produtivo. Venceu a proposta da CNA que admitia até dois assalariados permanentes, além dos temporários.

Também aceitando essa distinção, recentemente surgiu a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar - FETRAF/Sul transformada em FETRAF/Brasil em 2005; todas elas vinculadas à Central Única dos Trabalhadores – CUT, fundada em 1983.

Todavia, do ponto de vista econômico, a grande maioria dos agricultores familiares não integra as cadeias produtivas do agronegócio e politicamente não se articula com a CNA ou OCB. Uma parte dos trabalhadores rurais expropriados, os “sem terra” (assalariados, desempregados ou com acesso precário ou insuficiente à terra) que lutaram para voltar à condição de produtores diretos que outrora tiveram seus familiares, continuam a compor a base social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, criado em 1984, e a lutar nas suas fileiras, mesmo quando conquistam a terra e se transformam em assentados. O mesmo ocorre nas dezenas de outros movimentos semelhantes como o Movimento de Luta pela Terra - MLT, Movimento de Luta Camponesa – MLC e CARAS [CARITAS?], que atuam em Sergipe e constam nas listas de acampamentos da Ouvidoria Agrária do INCRA-SR/23-SE.

Outra parte dos pequenos produtores buscou afirmar a identidade camponesa diferenciada da agricultura familiar em geral, adjetivando-a ao criar uma organização autônoma em 1995 - o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

¹ Sueli L.C Rosa “Do Agrícola e do Agrário: Proposta para uma Análise do Modelo Brasileiro” (1995).

² No governo Itamar Franco, a política de crédito rural a juros subsidiados ainda denominava-se Programa de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais – PROVAP (1994). O 4º Encontro Nacional de Geografia Agrária, em Uberlândia, em dezembro de 1983 tinha como proposição principal as contradições da Pequena e da Grande Produção Agrícola, como retratou (PESSOA, 1984). Mais de uma década depois DINIZ (1996) entre outros autores ainda se referiam a esse conceito.

A maioria absoluta desses pequenos agricultores familiares, porém, continua isolada em suas unidades de produção em pequena escala, espacialmente dispersas e não se organiza em nenhum movimento social do campo. Por essas considerações, a expressão “agricultura familiar” não ajuda a compreender a verdadeira polarização que ocorre no campo brasileiro entre os dois modelos da agricultura – a “terra de negócio”, isto é, a grande exploração capitalista ou “agricultura empresarial latifundiária”, o agronegócio (com o qual muitos agricultores familiares estão integrados) e a “terra de trabalho”, como diferenciou José de Souza Martins em seu livro “Expropriação e Violência: a questão política no campo” (1980, p. 45), ou seja, a agricultura camponesa³.

No Brasil, os latifundiários⁴, hoje como outrora, concentram a terra (riqueza), a renda e o poder no campo, submetendo milhões de camponeses, na grande maioria minifundiários (posseiros/ocupantes ou pequenos proprietários) nas franjas das grandes propriedades rurais, e os que vivem e trabalham dentro das mesmas (moradores, parceiros ou arrendatários) sujeitos a diversos mecanismos de dependência, mantendo-os na extrema pobreza. Esta situação que expressa a clássica questão agrária no país ganhou visibilidade a partir das lutas das Ligas Camponesas, protagonizada, sobretudo por foreiros (arrendatários) dos engenhos canavieiros nordestinos, que representavam os anseios desse segmento social amplamente majoritário e espacialmente disseminado da população rural. Desde então, o conceito de camponês ganhou um significado específico no país – tendo como significante os camponeses pobres, com forte conotação política.

A manutenção e/ou retomada do conceito de camponês por diversos movimentos sociais do campo de caráter popular (que integram a Via *Campesina* internacional, criada em 1993 – MST, CPT, PJR, MPA, MMC etc)⁵ se dá

³ O campesinato foi o objeto de estudo de diversos autores ao longo de meio século desde os anos sessenta do século XX: Wolf (1976), Mendras (1978); Queiroz (1976), Wanderley (1985 e 1997), Archetti (1987), Woortmann e Woortmann (1997), Almeida (2003), Guzman e Molina (2005), Marques (2008), Welch et alii (2009), Carvalho (2014) etc.

⁴ Latifundiário nesta Tese refere-se ao grande proprietário rural, quer sua propriedade seja produtiva ou improdutiva, perdendo a conotação de segmento “atrasado” do patronato rural dado que, nas condições atuais, a ociosidade da terra, generalizada no país, é atribuída não apenas a dificuldades de investimento por descapitalização ou endividamento ou ainda à mentalidade rentista, não empreendedora; mas, sobretudo por especulação, ampliação de área reservada para futuros investimentos em conjunturas econômicas favoráveis, diversificação de negócios privilegiando outros setores pelos modernos grupos empresariais do *agribusiness*.

⁵ Além dos já citados MST e MPA passaram a integrar a Via *Campesina* a Comissão Pastoral da Terra - CPT, a Pastoral da Juventude Rural – PJR, ambos ligados à Igreja Católica, o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC, entre outros.

concomitantemente à sustentação teórica desse conceito por parte de alguns intelectuais no debate acadêmico nas ciências sociais - antropológico, sociológico⁶, econômico, ecológico e geográfico, contra a generalização do termo agricultura familiar. Nessa última área de conhecimento Ariovaldo Umbelino Oliveira (1991), Alexandrina Luz Conceição (1991), João Edmilson Fabrini (2005), Bernardo Mançano Fernandes (2007 e 2008d), Eliane Tomiasi Paulino (2008 e 2010), Marta Inez Medeiros Marques (2008), entre outros geógrafos críticos têm sustentado a importância e atualidade do conceito de camponês, posição compartilhada pela autora desta Tese.

Dessa forma, o conceito de campesinato, no Brasil atual, refere-se diretamente ao modo de vida e produção do amplo contingente de pequenos lavradores ou produtores rurais familiares (referência ao pequeno tamanho da terra, ao emprego da força de trabalho prioritariamente da família)⁷ dedicado à “agricultura de subsistência”, como afirma Guilherme Costa Delgado (2004 a, b), ou seja, à agricultura voltada para o autoconsumo e a venda de excedentes, que representam os “pobres do campo” (referência ao nível de renda), mencionados no II Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, lançado em novembro de 2003 (MDA, 2004); os agricultores familiares descapitalizados (Guanziroli, 2005), que têm sido historicamente excluídos das políticas públicas de desenvolvimento rural (políticas agrícolas de crédito, assistência técnica, pesquisa agropecuária e políticas sociais). Em passado recente, em resposta às suas lutas sociais, estes vêm acessando programas governamentais focalizados no contexto do combate a pobreza rural, alguns dos quais por meio da política de reforma agrária.

Nesta introdução faz-se necessário apresentar o referencial teórico-metodológico dentro do debate geográfico a partir do qual se dará o tratamento analítico do objeto de estudo. A Geografia, como ciência social estuda a sociedade objetivada via cinco conceitos-chave que se referem à ação humana modelando a

⁶ Desde a última década do século XX Horácio Martins de Carvalho expresidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, reafirma a pertinência do conceito de camponês (2005 a e b, 2009 a), no debate com intelectuais, como Ricardo Abramovay (1992) que o considerava superado e defendia sua substituição pelo conceito de agricultor familiar, com base nos modernos agricultores familiares europeus e nos “*farmers*” americanos.

⁷ Segundo Sérgio Pereira Leite, em seu estudo de 1992, citado por Rosa (1996, p. 5) deve-se considerar que são três as categorias consideradas quanto à conceituação do pequeno produtor: o pequeno proprietário, quando se faz o corte analítico pelo tamanho da área; o pequeno produtor familiar, quando se faz o corte pelo emprego da força de trabalho; e o pequeno produtor, quando se faz o corte por renda.

superfície terrestre: espaço, paisagem, região, território e lugar. Há diferentes concepções de cada conceito-chave que estão vinculadas a uma das correntes do pensamento geográfico: a Geografia tradicional (em suas distintas correntes), a abordagem teórico-quantitativa, a geografia crítica e a cultural e humanista renovada, as três últimas participantes do mencionado movimento de renovação do pensamento geográfico a partir de meados do século XX (Castro, Gomes e Corrêa, 2005).

Na perspectiva da Geografia Crítica, esposada nesta Tese, identificam-se duas categorias analíticas para a construção do objeto de estudo: espaço e território. A teoria do espaço nesta abordagem teve como marco as obras do filósofo francês Henri Lefebvre, da década de 1970, sendo esboçada em “O Direito à Cidade – Espaço e Política” (2008) e aprofundada em “A Produção do Espaço” (2006). O conceito “produção do espaço” refere-se ao espaço entendido não como uma localidade, e sim como espaço social, vivido, concebido e percebido em estreita correlação com a prática social; o espaço social como materialização da existência humana.

Roberto Lobato Corrêa (2005) ressalta que nos artigos da Revista Americana “*Antipode*”, em 1977, Milton Santos elaborou o conceito de formação sócio espacial, como elemento central da teoria e método de uma “geografia nova”, expressão adotada em contraposição à “nova geografia” apregoada pela corrente teórico-quantitativa, desde meados da década de 1950.

Rogério Haesbaert (2002) reconhece que a Geografia Crítica marca a reaproximação com as Ciências Sociais em relação às bases filosóficas que norteiam a elaboração do conhecimento. Alexandrina Luz Conceição (1991, p.85) já tinha ressaltado que a utilização do método marxiano-engelsiano de interpretação da realidade social⁸ favoreceu a interdisciplinaridade. Menciona a autora que Santos, em “Por uma Geografia Nova”, em 1978 (2008), referia-se ao marxismo como “uma abordagem interdisciplinar”.⁹

Nos seus escritos, Santos refletiu sobre a produção do espaço pelo capital. Em Economia Espacial: críticas e alternativas, no capítulo “Espaço e Dominação:

⁸ Diversos autores dedicaram-se a explicitar esse método: Lênin em 1913 (1980), Lukacs (1974 e 1979), Luxemburgo (1969), Lefebvre (1968, 1979), Prado Jr. (1979, 1981), Lowy (1978, 1987), Malagodi (1987), Netto (1996, 2011), Netto e Braz (2006), Coutinho, 2006.

⁹ Conceição (1991, p. 116) afirma ser de grande valia ler o capítulo IX “Uma abordagem Interdisciplinar” deste livro, no qual o autor sintetiza muito bem a questão da interdisciplinaridade na Geografia.

Uma Abordagem Marxista” (2003), o autor afirmava que no espaço organizado pelo homem, se identificam as formas, os fixos e também as interações espaciais, os fluxos. Decorrentes da modernização diferenciadora, as relações entre espaço, técnica e tempo são introduzidas pelo capital definindo a dominação. Ele refletia ainda sobre o movimento do capital na contemporaneidade que denominava “a totalidade do diabo”, discutindo como essas formas geográficas que difundem o capital mudam as estruturas espaciais, tanto no mundo rural, quanto no mundo urbano.

Segundo Conceição (1991) a própria coerência do uso do método dialético conduz à análise teórica do Estado, ator fundamental na regulação das relações sociais e espaciais. O materialismo dialético humanista de Lefebvre projeta a subjetividade individual na coletiva, valorizando o papel ativo do sujeito coletivo, ou seja, das classes sociais na história diante do sistema econômico e político (Estado).

A luta de classes está presente na abordagem lefebvriana do Estado produzindo o espaço. Para Lefebvre não existe Estado sem contra-Estado, não existe poder sem contrapoder que o ameace realmente, como ressaltaram Kosminsky e Andrade (1996). Para o filósofo, em sua obra Espaço e Política (2008, p. 57), as contradições do espaço advêm de sua forma racional, do conteúdo prático e social. O espaço da sociedade capitalista é contraditório dissimulado ou mascarado, embora pareça lógico. Na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas.

Nesta Tese as contradições no espaço, isto é, os conflitos são analisados a partir da categoria território, tributário da retomada da centralidade do conceito de espaço na análise geográfica e sua resignificação como espaço social pela Geografia Crítica. O conceito de território dentro desta opção teórico-metodológica supera a noção estatista referente ao território de uma Nação, e abraça a abordagem relacional do território, que enfatiza os processos de produção do espaço (social) de forma multiescalar, multidimensional e de multiterritorialidades. No início dos anos oitenta do século XX, Claude Raffestin (1993) introduziu a problemática relacional no Brasil que envolve diferentes atores sociais, em diferentes escalas. Distintas relações sociais ao se constituírem numa forma de poder produzem um espaço social específico – o território. Raffestin (1993) e Santos (2006) definem os territórios como sistemas de ações e sistemas de objetos, similitude ressaltada por Fernandes (2005, p. 63).

Retomando a definição de Milton Santos, do território como totalidade, Fernandes (2005) afirma ainda que a abordagem do território feita pela Geografia Crítica considera que, constituindo-se em frações do espaço o território é multidimensional, isto é, um espaço político, econômico e cultural, portanto, só é compreendido em todas as dimensões que o compõem com as qualidades multidimensionais, composicionais e completivas dos espaços. Para este autor esses espaços sociais concretos (materiais e imateriais) são produzidos a partir da intencionalidade, ou seja, um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa utiliza para poder se realizar, conquistar espaços e territórios. Nesse sentido, o território é uma totalidade restringida pela intencionalidade dos sujeitos sociais que buscam materializar no espaço um modo de existir, uma identidade.

O território é resultante da prática social das classes, o que permite compreender as formas com que a sociedade modela e organiza o espaço no qual se reproduz o capital (a classe burguesa e suas frações) e os grupos populares (frações da classe trabalhadora). Por um lado, o espaço unilateralmente produzido pela lógica econômica do grande capital nas escalas internacional e nacional, é compreendido enquanto movimento desigual e combinado, a partir dos clássicos marxistas, retomados por geógrafos como Neil Smith (1988) ou desigual e contraditório conforme Ariovaldo U. Oliveira (1991), articulado com a lógica político-econômica do Estado. Por outro lado, os grupos sociais populares criam espaços ou territórios “alternativos”, criticando e resistindo ao espaço hegemônico.

Nesta Tese a expressão conceitual “territórios em conflito” refere-se à disputa pela apropriação da terra, desdobrando-se em outros conceitos como “territorialização do capital monopolista”, “monopolização do território pelo capital”, que são compreendidos a partir da discussão do papel do “Estado burguês”, bem como “movimentos sócioterritoriais e sócioespaciais”, “resistência e recriação camponesa como territorialização alternativa” e “reforma agrária”. Entende-se que os processos geográficos de espacialização e de territorialização e seus desdobramentos na desterritorialização e reterritorialização na escala subnacional são direta ou indiretamente vinculados à acumulação do capital em escala nacional e internacional.

A perspectiva geográfica assumida nesta Tese enfoca as territorializações conflitantes que traduzem espacialmente a luta de classes no campo entre

capitalistas agrários e camponeses, por meio de seus movimentos sociais (olhar sociológico) ou movimentos sócioterritoriais (olhar geográfico), conforme Fernandes (2005). Seguindo a trilha aberta por este autor, embora procurando uma interpretação própria, compreende-se aqui que, quando sujeitos diferentes disputam a apropriação do espaço, tendo como ponto de partida a apropriação da terra, meio de produção fundamental e sua expressão jurídica - a propriedade ocorre a territorialização do vencedor e a desterritorialização do perdedor, enquanto movimentos sócioterritoriais simultâneos, complementares, mas ao mesmo tempo, desiguais, contraditórios e conflitivos.

Neste sentido, a problemática dos territórios em conflito é delimitada ao focar o processo de produção do espaço em correlação com a prática social das classes em confronto, que funda a análise dos processos empíricos que se desenrolaram historicamente na produção do espaço agrário do Alto Sertão Sergipano.

O objetivo geral dessa Tese foi analisar as transformações do espaço agrário do Alto Sertão Sergipano, ocorridas a partir dos processos geográficos distintos e conflitivos que representam as lutas sociais (territorialização das classes): a territorialização do capital e a do campesinato. Foram investigadas as mudanças fundiárias decorrentes dos referidos processos geográficos, enfocando, sobretudo, a recente territorialização dos movimentos de luta pela reforma agrária.

Como objetivos específicos, buscou-se, de um lado, explicar as relações sociais e de poder que produzem o espaço agrário a partir do confronto de classes na luta pela terra, configurado por territórios distintos, mas envolvidos em relações de complementaridade e de conflitualidade. De outro lado, buscou-se analisar o papel do Estado, avaliando em que medida suas ações, por meio de políticas públicas de desenvolvimento regional, fundiárias, agrárias, agrícolas e sociais reforçaram contraditoriamente as territorialidades em disputa.

Foi enfatizada a forma específica do processo de enfrentamento da questão agrária, que aponta para um ponto de inflexão na disputa territorial, isto é, na tendência histórica da apropriação da terra, que vem ocorrendo a aproximadamente três décadas, singularizando esse espaço geográfico - a territorialização dos movimentos sociais do campo pela reforma agrária: o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais - MSTR e pastorais sociais da Igreja Católica (Diocese de Propriá) apoiaram os índios Xocó, única tribo existente neste estado, na primeira luta

vitoriosa, no Alto Sertão Sergipano, em 1979, cujo território foi reconhecido pela FUNAI e ampliado em 1991.

Os referidos MSTR e pastorais sociais, aos quais se juntou o incipiente MST, fizeram a primeira ocupação/acampamento que resultou no primeiro assentamento de reforma agrária do INCRA no Alto Sertão Sergipano – Barra da Onça, em 1986. A partir de então esses movimentos isoladamente e com distintas formas de luta, seguiram na luta pela conquista da terra, com destaque para o MST, a partir de 1996, que alcançou o desejado caráter massivo. Outros povos tradicionais – os remanescentes quilombolas lançaram-se na luta pela terra, reconquistando territórios seculares dos seus ancestrais - o Mocambo, em 1992 e Serra da Guia, em 2012.

Como afirma Conceição (2009a) “Só a luta pela reforma agrária garante a apropriação do território pelos movimentos sociais do campo de caráter popular”¹⁰.

Na menor escala de análise¹¹ - cada assentamento, legalmente criado pelo INCRA é considerado uma “área reformada”. No entanto considera-se nesta Tese mais adequada à utilização da expressão “área reformada”, para um conjunto dos assentamentos contíguos e/ou próximos, num sentido que se aproxima do que o método de programação regional, do Estatuto da Terra, de 1964, conferiu ao conceito de “áreas prioritárias da agricultura reformada”, resgatado por José Gomes da Silva (1971, p.42).

Beatriz Heredia et al em “Análise dos Impactos dos Assentamentos de Reforma Agrária (2002, p. 77, grifo dos autores) menciona o processo de formação de áreas reformadas *a posteriori*:

a proposta de PNRA, pautada no Estatuto da Terra, visava o estabelecimento de zonas prioritárias de reforma agrária. No entanto, a reação das forças anti-reformistas levou ao abandono dessa ideia. Daí para frente realizaram-se desapropriações não planejadas que, embora bem mais frequentes do que no regime militar, ocorreram na esteira dos conflitos e das mobilizações sociais que, com o arrefecimento da repressão, desenvolveram-se mais rapidamente. As medidas que resultaram na criação de assentamentos no período democrático, sem estarem orientadas para a realização de uma reforma agrária “massiva”, como exigiam os movimentos de trabalhadores, mas adotadas sob pressão destes, foram

¹⁰ Conceição, maio de 2009, comentários em aula de Teoria Agrária/NPGEO/UFS.

¹¹ A expressão “menor escala” refere-se a determinado nível de aproximação da realidade, à menor unidade de análise geográfica, conforme Castro (2005) e está invertida em relação à linguagem especificamente cartográfica que seria “maior escala”.

potencializadas por uma certa simultaneidade (“pacotes” de desapropriações) e por sua concentração nas regiões em que os movimentos atuavam, mesmo não atingindo necessariamente áreas contíguas. A percepção do sucesso do caminho adotado estimulou trabalhadores das cercanias a seguirem na mesma linha, sendo feitas novas desapropriações, adensando-se os assentamentos em determinadas áreas e levando os movimentos a tentarem repetir a experiência em outras tantas. Assim foram surgindo “áreas reformadas” *a posteriori*.¹²

Esse mesmo sentido de “áreas prioritárias para a reforma agrária” foi retomado no documento “Áreas Reformadas” (INCRA/MDA, março de 2003, p.1), preparatório do II PNRA, onde se explicita: “A Reforma Agrária será centrada na definição de áreas reformadas objetivando o desenvolvimento territorial do país. A caracterização geográfica do conceito de áreas reformadas, tendo como referência as diretrizes estratégicas pretende se aproximar o conceito à dimensão territorial (seja o município, a microrregião, a microbacia hidrográfica, biomas)”. A prioridade das ações regionais é a caracterização de áreas prioritárias/reformadas em escala regional (unidades territoriais que apresentarem significativa proporção de áreas com grandes propriedades improdutivas e terras públicas e presumivelmente devolutas).

Nessa nova perspectiva os estudos de Beatriz Heredia et al o relatório final da pesquisa “Impactos dos Assentamentos de Reforma Agrária” (2004), sem utilizar a conceituação de “áreas reformadas”, preferiu tratar grandes conjuntos de assentamentos (concentração elevada do número de assentamentos e famílias) de vários municípios vizinhos como regiões ou “manchas” decorrentes da contiguidade ou proximidade espacial dos mesmos, que podem produzir muito maior impacto no seu entorno, estabelecendo um novo marco para as análises da territorialização da reforma agrária, superando o estudo de casos isolados.

Gomes da Silva (1971) enfatiza o aspecto político que interessa a esta Tese, ao afirmar que quando se conjugam determinadas condições como: uma sólida organização e ação radical dos movimentos sociais do campo, com uma redistribuição fundiária massiva (relativa a determinado espaço geográfico) e a sinergia de entidades governamentais e não governamentais – três elementos constitutivos de uma “área reformada”, a política de reforma agrária possibilita a

¹² A proposta do mencionado Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985 foi coordenada por José Gomes da Silva.

segmentos sociais excluídos e jamais consultados, exigirem seu reconhecimento enquanto agentes econômicos e sujeitos políticos.

No referido documento do INCRA/MDA (2003) essa dimensão política reaparece ao considerar dentre as diretrizes estratégicas que a reforma agrária, objetiva a desconcentração da terra, assegurando o cumprimento da função social da terra ao garantir a prevalência do direito coletivo sobre o direito individual e também é instrumento de democratização do poder. Nesse Último aspecto, a situação esperada é a seguinte: “as famílias assentadas devem influir e representar força política no poder local e regional, possibilitando a transformação da realidade social e econômica”. Dessa forma a cartografia temática é representada pelos mapas da proporção da população acampada / tensão social e da proporção de famílias assentadas.

A acumulação de forças dos mencionados movimentos sócioterritoriais, durante mais de três décadas, vem se dando na relação direta com o processo gradual, mas cumulativo, de redistribuição fundiária de forma massiva em relação à superfície territorial dos seis municípios que formam o território do Alto Sertão Sergipano: Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Monte Alegre de Sergipe, Porto da Folha, Nossa Senhora da Glória e Gararu (Figura 01), conferindo-lhe o caráter de uma “área reformada” em construção.

Essa experiência histórica singular evidencia o caráter estrutural da reforma agrária como política pública e sua potencialidade para alterar as condições de vida dos trabalhadores rurais, tanto na superação da “pobreza material”, pelo fato do acesso à terra alterar as relações sociais de produção que conformam a estrutura agrária; como da “pobreza política” (DEMO, 2003), pela participação em movimentos sociais do campo, suas formas de organização e lutas coletivas.

O ponto de partida da investigação foi à hipótese de que a experiência da reforma agrária no Alto Sertão Sergipano configurou uma “área reformada” que oportuniza a recampanização¹³ dos trabalhadores rurais sem terra, cuja vitória faz ressurgir a pequena posse/propriedade fundiária diretamente associada ao trabalho, que passa a cumprir sua função social, em oposição à grande propriedade fundiária capitalista baseada na exploração do trabalho alheio.

¹³ Outros autores preferem “campeonização”, definido (e mensurado) como aumento absoluto do número de responsáveis e membros não remunerados da família no total do pessoal ocupado, bem como aumento relativo do total do pessoal ocupado (DINIZ, 1987, p. 97).

Essa ideia central desdobra-se numa segunda hipótese da possibilidade de gestação de um abrangente e politicamente significativo território camponês, em parte recriado pela reforma agrária, espaço apropriado, território usado. O novo espaço agrário produzido – a “área reformada” - pode constituir-se num núcleo político a partir do qual se fortalece o território camponês, na medida em que os “Sem Terra”¹⁴, com experiência organizativa e de luta coletiva, desde a fase de acampamento, que continua na fase de assentamento, quando conquistam a terra e recriam a condição social camponesa, ao lutarem pelas melhorias das condições de trabalho e de vida: estradas, assistência técnica, pelo crédito e contra o endividamento, infraestrutura produtiva e social (posto de saúde, educação do e no campo etc), articulam-se nessas lutas com os movimentos sócioterritoriais que representam os camponeses tradicionais (MPA, FEACOM-Porto da Folha etc).

Esses novos camponeses organizados em movimentos sócioterritoriais também procuram se aproximar de camponeses isolados ou apenas organizados em associações nas várias localidades, sem articulação horizontal entre si e com forte integração verticalizada com o Estado, muitas vezes, envolvidos pelos mecanismos clientelistas da relação política tradicional com a população rural (LISBOA, 1999, 2007), apontando-lhes perspectivas de luta conjunta.

Dessa forma o Alto Sertão Sergipano, que abriga um significativo contingente numérico camponês, representa de forma inédita, no Estado de Sergipe, a possibilidade concreta de gestação de um espaço de resistência, um território “de vida, de luta e de construção da justiça social”¹⁵ alternativo ao espaço hegemônico do capital.

A institucionalização do território do Alto Sertão Sergipano, conforme estabelecido, desde 2003, pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/SR 23¹⁶ e Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, como mostra o mapa dos territórios rurais de Sergipe, reconheceu o processo de construção da “área reformada” como território de luta dos movimentos sócioterritoriais; mantendo

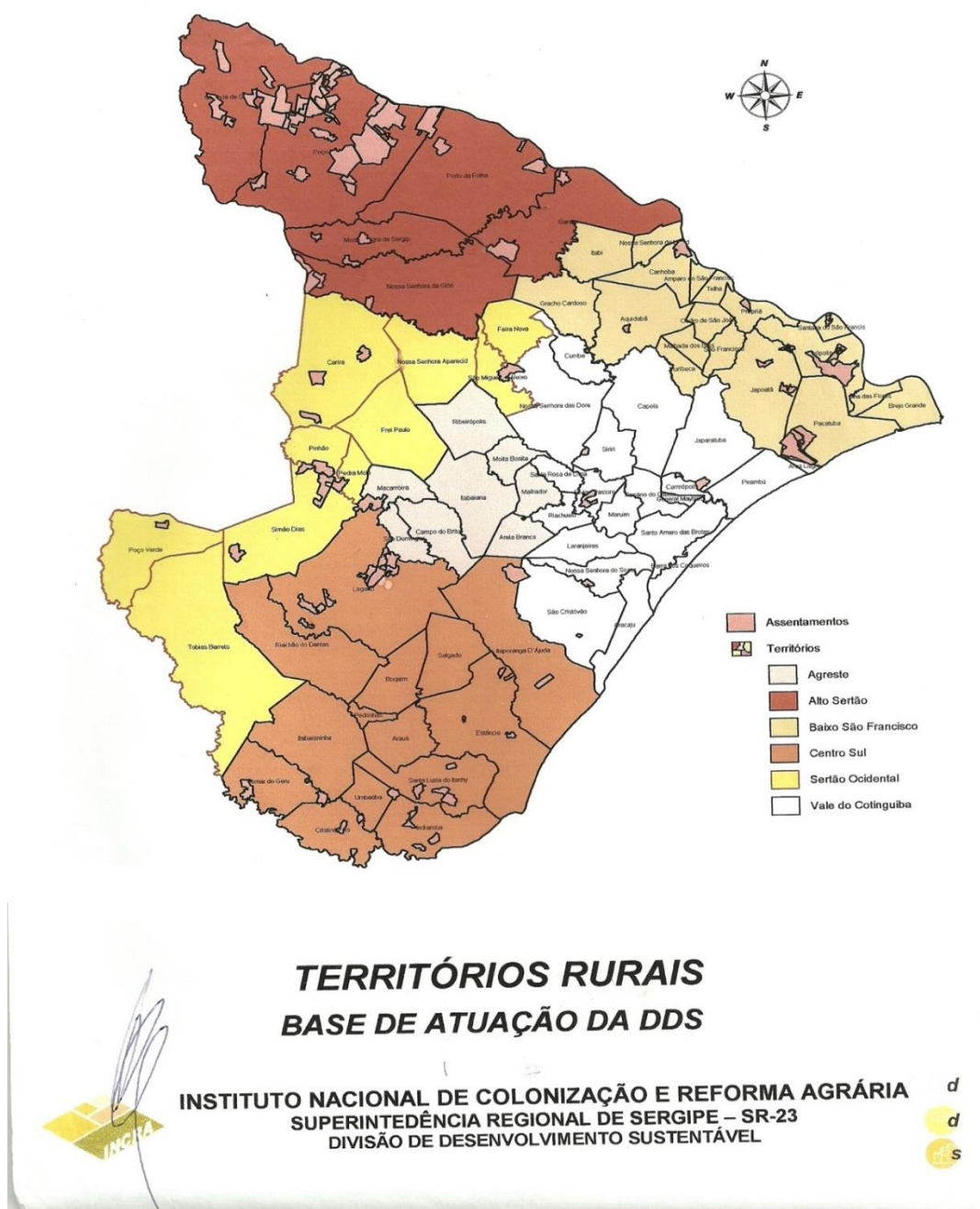
¹⁴ Lideranças do MST chamam a atenção para a diferença importante entre as expressões “sem terra” e “Sem Terra”, ressaltando que a segunda implica necessariamente na referência da ação coletiva organizada enquanto base social desse movimento social em particular.

¹⁵ Referência direta ao subtítulo do livro de OLIVEIRA, A.U; MARQUES, M.I.M (Orgs.) O Campo no Século XXI (2004).

¹⁶ Não é sem importância o fato do INCRA SR/23 ter tomado a frente no estado de Sergipe da implantação dos territórios rurais do MDA, particularmente no Alto Sertão Sergipano, que via de regra se dá apenas pela SDT.

a mesma delimitação espacial que fez convergir o território institucional e o território real, da luta social, de que trata esta Tese (figura 1).

Aprofundando as duas ideias centrais mencionadas, defende-se ainda nesta Tese a terceira hipótese, de que os territórios alternativos não apenas questionam, mas, também, interferem nos fluxos do espaço liso homogeneizante imposto pela ordem social e política dominante, criando nele suas “rugosidades”, ou seja, a nova ordem espacial alternativa influi no



Fonte: INCRA (2006) e SDT/MDA (2006). Organização e Elaboração: Edson Magalhães Bastos Júnior, cartografia do INCRA-SR/23.

Figura 1 Mapa dos Territórios Rurais de Sergipe – INCRA e SDT/MDA – 2006.

direcionamento dos processos econômicos e sociais. Pelas alianças que constroem para promoverem a resistência organizada enquanto movimentos sócioterritoriais, em lutas conjuntas esses sujeitos sociais podem avançar na disputa da infraestrutura planejada e/ou implantada pelo Estado, subvertendo os rumos das políticas públicas de desenvolvimento do Alto Sertão Sergipano.

A relevância desta temática se evidencia pelo fato de que, em geral os planos de desenvolvimento do Estado brasileiro, em suas diversas escalas espaciais (nacional, macro, meso e microrregionais, municipais), foram e são voltados, prioritária, senão exclusivamente para reforçar o avanço do capital no campo, o que no semiárido nordestino se traduz em propostas modernizantes de implantação de grandes perímetros irrigados, tendo como referencial, no Vale do São Francisco, o polo Juazeiro – Petrolina. A reforma agrária permitiu que tal situação se invertesse, por meio de um processo sócioespacial que posiciona os camponeses de maneira ímpar para prosseguir na disputa dos recursos naturais – terra e água – e das políticas públicas do Estado que definem os rumos do desenvolvimento regional com as forças econômicas do grande capital nacional e transnacional aliada do latifundiário local, propondo projetos de irrigação e agroindustrialização, com base na cooperação agrícola e na defesa de uma nova matriz produtiva fundada na transição agroecológica. Dessa forma, lutam pela redistribuição de riqueza, renda e poder na região, extrapolando os circuitos inferiores e interferindo nos circuitos superiores da economia, conforme Milton Santos (2003 e 2004).

A posição éticopolítica da pesquisadora é engajada com o ponto de vista dos camponeses, dando visibilidade à sua luta, sustentada no método materialista-histórico-dialético que questiona a suposta neutralidade científica. Esta investigação geográfica foi realizada com a utilização combinada de diversas técnicas e instrumentos quali-quantitativos, descritos a seguir.

Entre as fontes secundárias, a pesquisa bibliográfica resgatou a discussão teórico-conceitual do debate geográfico, mas também filosófico e de outras ciências humanas e sociais sobre a participação histórica do campesinato em lutas por reforma agrária e transformação social; a trajetória do direito de propriedade da terra intrinsecamente ligado ao trabalho do jusnaturalismo, desvirtuada pelo liberalismo econômico e político e seu direito positivo e resgatada pelo conceito contemporâneo

da “função social da terra”. Foi perseguido o diálogo com a produção do próprio NPGE, sobretudo com os estudos sobre o Alto Sertão Sergipano.

A pesquisa de dados censitários em fontes oficiais, o censo agropecuário de 2006 do IBGE (2009 e 2ª. versão em 2013) e do *World Agricultural Census – 2005-2010*, da FAO (2010) permitiu a análise da distribuição da terra nos diversos continentes como parâmetros comparativos da estrutura fundiária no Brasil, e as estatísticas cadastrais do INCRA permitiram a análise das transformações fundiárias do Alto Sertão Sergipano em diversos momentos entre 1972 (ponto zero) e a realidade atual em 2013.

A pesquisa jornalística impressa conseguiu captar momentos de mobilização e reivindicações dos movimentos sócioterritoriais, de maior repercussão do embate entre os territórios em conflito e de inaugurações de assentamentos por autoridades ou reconhecimento dos territórios dos povos tradicionais do Alto Sertão Sergipano, complementada pela consulta aos *sites* dos movimentos sociais que representam interesses da elite e dos trabalhadores sem terra e dos órgãos governamentais.

Dentre as fontes primárias, a pesquisa documental procurou analisar a ação dos movimentos sociais e o papel do Estado, nos protocolos de intenção assinados entre eles, nos atos oficiais publicados e nos materiais que fazem a publicidade dos seus projetos. Os dois tipos de listagens do INCRA/SR23-SE – de acampamentos da Ouvidoria Agrária, deste órgão, de 31/01/2014 e de assentamentos de 24/02/2014, foram fontes primárias nesta investigação porque são listas operacionais para o órgão, não publicadas, que foram sistematizadas e analisadas pela autora, evidenciando a produção de um novo espaço agrário na medida em que avançou a reforma agrária.

O trabalho de campo *in loco* caracterizou-se por duas técnicas combinadas: a observação participante assistemática (perspectiva diacrônica), refletindo a inserção da pesquisadora no Alto Sertão, desde 1995, em atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, que oportunizaram observar “por dentro” alguns dos processos analisados, inclusive enquanto membro do Colegiado de Desenvolvimento Sustentável do Território do Alto Sertão, desde 2003, representando a Universidade Federal de Sergipe, juntamente com Alcidéia Silva (PROEX/UFS). Entrevistas semiestruturadas individuais ou grupais realizadas com gestores, técnicos governamentais e de ATES, lideranças ou base dos movimentos sociais, assentados e acampados foram realizadas entre 2006 e 2013, na busca das

informações acerca dos projetos empresariais / governamentais e dos projetos de reforma agrária.

Entrevistas estruturadas (perspectiva sincrônica) foram realizadas com 461 famílias assentadas, entre novembro de 2006 e fevereiro de 2007, centradas nas dimensões terra, trabalho, produção, renda, patrimônio, condições de vida, organicidade em movimentos sociais, avaliação de políticas públicas, a partir de uma amostra estratificada de cada um dos 54 PAs, mais a tribo dos índios Xocó, o Mocambo e o Bom Sucesso (assentamento do MST pelo Banco da Terra), totalizando 57 assentamentos/tribo/comunidade quilombola, que consistia o universo da reforma agrária, em outubro 2006, além de um contato com a liderança da Serra da Guia. O objetivo era demonstrar as transformações nas relações sociais de produção, alterando a estrutura agrária decorrentes da redistribuição fundiária. No entanto, dificuldades pessoais e técnicas retardaram a tabulação eletrônica dos dados, impossibilitando sua análise no âmbito deste relatório final, obrigando a reorientação da pesquisa exclusivamente para a apropriação da terra, consistindo num limite desta Tese (em relação ao projeto de pesquisa inicial que continha outras dimensões analíticas do trabalho/produção e vida nos assentamentos).

Apesar disso, deixa aberta a continuidade da pesquisa sobre a complexidade da reforma agrária no Alto Sertão Sergipano, destancando-se que esse universo foi sobremaneira ampliado, existindo atualmente, em fevereiro de 2014, 97 assentamentos de reforma agrária, nos quais vivem 5.302 famílias, além daqueles decorrentes de outros mecanismos de reordenamento fundiário, um deles criador, com recursos do Banco da Terra, para assentar 60 famílias excedentes de um acampamento do MST e outros 15, com recursos do Crédito Fundiário para assentar 311 famílias, coordenadas pelo MSTR, ambos com intermediação do governo do estado de Sergipe (Governo de Sergipe/PRONESE, 2006).

Somando-se os três povos tradicionais que reconquistaram seus territórios seculares, as 108 famílias da tribo Xocó, em 4.317 hectares, em Porto da Folha e as famílias remanescentes quilombolas, sendo 114 do Mocambo, em 2.100 hectares no mesmo município e 197 da Serra da Guia, em Poço Redondo, em 9.013,16 hectares aos mencionados assentamentos rurais o processo cumulativo de territorialização dos movimentos sócioterritoriais, recuando a 1979 até fevereiro de 2014 totalizou 116 assentamentos/tribo/comunidades quilombolas, com 6.092 famílias e 104.612,28 hectares.

Essa “área reformada” será acrescida a cada vitória das 1.575 famílias acampadas em 48 ocupações. Também está prevista a regularização fundiária de um significativo contingente de pequenos posseiros que somados aos pequenos proprietários tradicionais, conformam um grande contingente camponês no Alto Sertão Sergipano reforçado pela reforma agrária.

Esta Tese está estruturada em oito seções, além desta Introdução e das Conclusões. **A primeira seção** resgata os conceitos de espaço e território na trajetória do pensamento geográfico. Enfatiza a retomada do espaço como conceito chave da geografia pelos geógrafos críticos, sobretudo seu núcleo radical fundado no materialismo dialético, com nova significação enquanto espaço social e o papel das classes e do Estado na produção desse espaço que expressa o desenvolvimento capitalista desigual e combinado/contraditório. Também enfoca a mudança da definição de território enquanto superfície de uma Nação que se constitui no espaço vital para o Estado, a uma abordagem relacional multiescalar, multidimensional e multiterritorial, envolvendo diversos atores (institucionais) e sujeitos políticos, inclusive grupos populares.

A segunda seção retoma o debate sobre os processos geográficos primários de espacialização, territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R), reforçando a perspectiva que os trata enquanto expressões espaciais da luta de classes. Aborda, por um lado, a produção do espaço pelo capital/burguesia e Estado, que se torna dominante e, de outro lado, a espacialização/territorialização dos grupos populares, que procuram, manter, conquistar ou (re)construir territórios alternativos ao espaço hegemônico.

A terceira seção entra na discussão do direito fundamental que está em jogo nos territórios em conflito enfocados nesta Tese – o direito de propriedade da terra. Retoma as origens do debate na filosofia social e no direito focando o jusnaturalismo que condicionava a propriedade da terra ao trabalho como direito natural (humano fundamental). Além disso, situa as lutas sociais camponesas, suas (raras) vitórias ao longo da História que mostram a correlação direta entre distribuição mais igualitária da propriedade da terra e democracia social e política. Por fim situa a questão agrária quando ocorre o questionamento da significação distorcida desse direito operada pela inversão do seu significado enquanto direito civil (positivo) absoluto de preservação da grande propriedade individual burguesa com o desenvolvimento do

Estado liberal, legitimado pelas teorias políticas liberais, submetidas ao liberalismo econômico, que consolida o Modo de Produção Capitalista.

A quarta seção continua a reflexão teórico-histórica sobre o direito de propriedade da terra pontuando que somente com a crise econômica, social e política do Estado Liberal, a partir do inegável protagonismo das forças socialistas no acirramento da luta de classes, foram gestadas experiências de construção do Estado Social, resultante de dois processos políticos distintos: os processos revolucionários do proletariado e campesinato que resultaram nas experiências de construção do Modo de Produção Socialista e os decorrentes do pacto social-democrata entre as frações da classe trabalhadora e a burguesia gestando o *Welfare State* (Estado de Bem Estar Social), que possibilitaram a retomada do sentido social do direito de propriedade, expresso na função social da terra, adotando o constitucionalismo social inaugurado nas três primeiras décadas do século XX, nas constituições republicanas do México (1917), de *Weimar/Alemanha* (1919) e da Espanha (1931) e seus rebatimentos nas Constituições e legislação infraconstitucional no Brasil.

A quinta seção retoma o clássico debate sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, por meio dos dois processos de avanço do capital, trazidos para o debate geográfico atual – territorialização e monopolização do território pelo capital; e a espacialização/territorialização camponesa alternativa como resistência, reapropriação ou conquista da terra contra a propriedade burguesa/dominação. Nesse sentido a expressão conceitual “territórios em conflito” é analisada como a versão geográfica da questão agrária, por isso a análise é centrada nos movimentos sócioterritoriais e sócioespaciais, colocando a apropriação do espaço e os processos de TDR como expressões espaciais da luta das classes, com destaque, no Brasil para a territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

A sexta seção aborda o enfrentamento efetivo da questão agrária por meio da política pública redistributiva de terras. Estende o olhar sobre a situação da distribuição da terra e experiências de reforma agrária no mundo, que apontam num sentido geral para uma política estratégica de Estado ao delimitar o tamanho máximo da propriedade da terra em diversos países, enquanto o Brasil aparece na contramão da democratização da terra, na medida em que vem concentrando sua estrutura fundiária, com raras exceções, como em Sergipe, particularmente influenciado pelo processo de desconcentração da terra no Alto Sertão Sergipano.

No país a luta pelo limite máximo da terra por meio de uma emenda constitucional tem sido derrotada no Congresso Nacional.

A sétima e o oitava seções dialogam entre si, complementando-se para mostrar os territórios em conflito no Alto Sertão Sergipano, estando o sétimo centrado na luta pela terra, e o oitavo nos resultados dessa luta – a redistribuição fundiária. **A sétima seção** apresenta e contextualiza a luta pela territorialização de cada um dos diversos movimentos sócioterritoriais dos trabalhadores rurais sem terra, indígenas e quilombolas e os movimentos sócioespaciais que os apoiam, acompanhando processualmente cada uma dessas lutas numa ou mais das três fases da luta pela terra no Alto Sertão: de 1979 e 1986 a outubro de 1996; de novembro de 1996 a dezembro de 2006 e de 2007 a fevereiro de 2014. “Territórios em conflito” referem-se à disputa da terra e da água enfocando as vitórias dos “sem terra”, sobretudo do MST e dos povos tradicionais, no período de 35 anos, entre 1979 e 2014.

A oitava seção apresenta os resultados do processos socioespaciais que configuraram os territórios em conflito. Por um lado, enfatiza o gradual processo de apropriação/reapropriação da terra do conjunto dos movimentos sócioterritoriais camponeses nas mesmas três fases. Por outro lado, ou na contraface do mesmo processo T-D-R, a análise da redistribuição fundiária evidencia a desterritorialização dos “latifúndios por exploração” (grandes e médias propriedades improdutivas), comparados aos existentes em 1972 (estabelecido como “ponto zero”).

Isso implica refletir sobre a ação contraditória do Poder Público, que envolve desde os avanços legislativos a partir de novos princípios e valores incorporados em conferências internacionais, ações do executivo federal, sobretudo do INCRA, mas também da FUNAI e da Fundação Cultural Palmares, com ou sem parcerias com o governo estadual do estado de Sergipe. O desfecho da disputa territorial, que vem transformando a estrutura fundiária do Alto Sertão Sergipano, também é visualmente demonstrado pela cartografia dos assentamentos em três momentos, 1992, outubro de 2006 e 2013 (incluindo os dois territórios quilombolas).

Foi evidenciada uma guinada interessante, surgida na finalização da última seção, ao se buscar a explicação para a existência e multiplicação das colônias agrícolas estaduais (que, todavia, constam na listagem geral de assentamentos do INCRA-SR23) na terceira fase, a mais recente da luta pela terra no Alto Sertão Sergipano, que exigiu a retomada da pesquisa bibliográfica e documental (legal),

resultando numa visão mais ampla acerca do princípio da função social da propriedade como base do constitucionalismo social, das modalidades de desapropriação por interesse social e seus específicos instrumentos legais de desapropriação da terra. Além da “desapropriação por interesse social” de imóveis que não cumpriam a função social da propriedade (improdutivos) para fins de reforma agrária propriamente dita (desapropriação-sanção), também foi verificada no Alto Sertão Sergipano a desapropriação de imóveis produtivos, por meio de dois mecanismos: a “desapropriação por interesse social geral” em decorrência do reconhecimento dos territórios indígena e quilombolas, bem como, por compra (Banco da Terra e Crédito Fundiário). De forma surpreendente, chegou-se à constatação de que a luta social foi capaz de promover em favor dos “Sem-Terra”, outro tipo de desapropriação - a “desapropriação por interesse de Estado”/“utilidade pública” ao reverter decretos governamentais, que inicialmente objetivavam favorecer grandes grupos empresariais, para a reforma agrária, diretamente ligada à disputa pelo controle da água (perímetros irrigados).

Por fim, **as Conclusões**, apresentam a análise dos resultados alcançados na pesquisa, em face das três hipóteses que a nortearam.

SEÇÃO 1

ESPAÇO E TERRITÓRIO NO DEBATE GEOGRÁFICO

Iná Elias de Castro; Paulo César da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa (2005) apresentam a Geografia, como ciência social, que tem como objeto de estudo a sociedade, objetivada via cinco conceitos-chave: espaço, paisagem, região, lugar e território.

Há diferentes concepções de cada conceito-chave da Geografia vinculadas às correntes do pensamento geográfico, conforme as matrizes filosóficas que as fundamentam: a geografia tradicional da virada do século XIX para o XX, em suas distintas correntes de raízes positivista, historicista e dialética, conforme Ariovaldo Oliveira (2004).

As correntes do movimento de renovação do pensamento geográfico, a partir de meados do século XX são: a abordagem teórico-quantitativa (neopositivista); a Geografia crítica e a geografia humanista e cultural renovada.

A Geografia Crítica tem como núcleo a geografia radical (de raiz materialista-histórica-dialética/marxista), mas ganhou adeptos que operaram “guinadas teórico-metodológicas”, de um lado, a partir de teorias funcionalistas e/ou estruturalistas da matriz hegemônica positivista (materialista) ou neopositivista; ou mantiveram-se em referenciais idealistas, como os anarquistas ou ainda assumindo posturas mais ecléticas, dialogando com as matrizes compreensivas (fundadas por filosofias idealistas/historicistas e existencialistas/fenomenológicas), que conformaram a geografia humanista e cultural renovada.

Esta última vertente do referido movimento de renovação do pensamento geográfico, se funda numa matriz neohistoricista e fenomenológica, com peso crescente na geografia e outras ciências sociais contemporâneas, dentro de um movimento artístico-cultural-filosófico-científico pós-moderno.

Esta primeira seção resgata os conceitos de espaço e território na trajetória do pensamento geográfico moderno e contemporâneo, mostrando a inter-relação entre os dois conceitos, ou seja, a coerência da concepção de território, em relação à de espaço, dentro do referencial teórico-metodológico nos quais se inscrevem. Também será mencionado quando o espaço e/ou o território aparecem implícitos ou interligados aos demais conceitos geográficos fundamentais.

1.1 A Categoria Espaço como Conceito-Chave na Trajetória do Debate Geográfico

Atualmente, para todas as correntes da Geografia é consenso a centralidade do espaço entre os conceitos-chave que expressam a ação humana modelando a superfície terrestre, embora com significados distintos (Castro, Gomes e Corrêa, 2005). Tanto com relação ao conceito de espaço quanto ao de território a definição clássica não foi superada, tendo havido uma diversificação do significado dos mesmos, como parte da renovação teórico-metodológica do pensamento geográfico, que se espalhou para todos os ramos dessa disciplina.

Segundo Paulo Cesar Gomes (2005), etimologicamente espaço do latim *spatium* é visto como contínuo ou como intervalo no qual os corpos estão dispostos conforme certa ordem. Para Roberto Lobato Corrêa (2005) na trajetória do pensamento geográfico tradicional o espaço era entendido como porção específica da superfície da Terra. Entre 1870 e 1950, não era considerado o objeto da Geografia, estando o conteúdo dessa noção contido em outros conceitos.

Os precursores da Geografia Física referiam-se a uma noção objetiva do espaço, embutida nos conceitos por eles utilizados: as regiões naturais para Buache¹⁷ que analisava as bacias hidrográficas como seus demarcadores naturais, em meados do século XVIII; o meio para os geólogos Lyell (Inglaterra) e Beaumont (França) tratado como sinônimo de região em meados do século XIX (Corrêa, 2005 e Gomes, 2005).

No último quartel dos oitocentos, como afirmou Alexandrina Luz Conceição (2009)¹⁸ a Geografia institucionalizou-se como ciência, nas universidades europeias, particularmente na Alemanha, a partir de Alexander Humboldt e Karl Ritter. A categoria definidora do espaço, para Humboldt¹⁹ era a Natureza, na sua dimensão máxima do universo, enquanto cosmovisão. Ritter alcançou maior precisão e aprofundamento dos estudos geográficos, delimitados em escalas espaciais menores, introduzindo o conceito de lugar, como sinônimo de região, como porção de área, localidade, com latitude e longitude, com um elemento físico

¹⁷ Diversos autores, por sua importância para a história do pensamento nas Ciências Sociais, particularmente na Geografia, são mencionados no texto e seus estudos contextualizados, sem, contudo, constarem nas referências finais, porque não foram diretamente analisados e sim os estudiosos que os citaram, cujas obras aparecem datadas entre parênteses.

¹⁸ Conceição em explanação oral, na disciplina História do Pensamento Geográfico, em 2009.

¹⁹ Humboldt sofreu influência da Zoologia e da Zootécnica (disciplinas da Biologia). Seu método propunha que o olhar do geógrafo devia ir além da paisagem (que inicialmente correspondia ao bucólico, à vida natural do campo) voltando-se à interpretação do que via.

determinante²⁰. Havia várias semelhanças entre eles: ambos não separavam a ciência natural e a ciência humana, espaço e tempo, geografia e história em suas formulações; para o primeiro a Natureza referia-se a tudo o que está fora do limite do homem e para o segundo o homem é visível, mas não faz parte da Natureza, continua fora da paisagem.

Para o terceiro autor clássico da Geografia moderna, Friedrich Ratzel, o conceito de espaço aparece explicitamente como espaço vital, ou seja, a base indispensável da vida do homem. É compreendido a partir da Geografia Física, da influência do clima e da vegetação sobre a vida humana; como solo, meio, tal qual em Lyell, e, como Humboldt, sofre influência organicista e evolucionista da Biologia (visão darwinista e lamarcheana). O espaço vital é sinônimo de meio que propicia as condições de vida, alimento e moradia, encerrando condições de trabalho, naturais ou socialmente produzidas²¹. Todavia para outros estudiosos da Geografia Humana tradicional positivista é a região ou a paisagem natural o conceito-chave, concreta, objetiva, com característica de contiguidade e em diversas dimensões.

Lucien Febvre (historiógrafo) ao escrever sobre a evolução da Geografia Humana, na segunda década do século XX, demarcando a divisão da ciência geográfica a partir da relação sociedade-natureza criou as expressões “determinismo geográfico” e “possibilíssimo”.

Esse autor enquadrou Ratzel como fundador da primeira escola, porque, ele defendia a importância primordial das condições naturais (meio ambiente) como base para o entendimento dos processos de desenvolvimento econômico e social, seguido por sua discípula, Ellen Semple²². Haesbaert (2002) afirma que o espaço na corrente determinista é visto de modo mecanicista como sistema de elementos materialmente interligados, com funções estanques e a região como porção do espaço, destacada de um todo maior onde a estrutura de conjunto rege a ordem e a

²⁰ Ritter inaugurou o método científico no conhecimento geográfico, propondo a leitura minuciosa e detalhada da região, levando em conta a história (como tempo linear, cronológico), para se enxergar as particularidades e as singularidades de uma localidade, e a comparação entre diversas paisagens da Terra, identificando, a partir do princípio da analogia, suas semelhanças e diferenças.

²¹ Seu método visa descrever e analisar a combinação dos elementos da Natureza e a interação dos seus fenômenos espacialmente: clima, relevo, vegetação etc formando a diversidade de áreas ou os tipos de paisagens ou regiões naturais.

²² Essa interpretação foi corroborada, em meados da década de 1970, por Nelson Werneck Sodré, bem como, posteriormente por: Rui Moreira (1983), Antônio Carlos Robert Moraes (1990) e Roberto Lobato Corrêa (2005). Entretanto autores como Paulo Celso Gomes (2005) e Alexandrina Luz Conceição (2009) chamam atenção para esse equívoco, na medida em que teria sido sua discípula, Semple e não Ratzel quem enfatizou de forma determinística a influência do meio físico sobre as sociedades.

estabilidade ou o progresso da organização social. Baseava-se em analogias simplificadas entre a organização do espaço social e dos organismos biológicos (organicismo), na qual a produção social manifesta os próprios mecanismos da Natureza.

Outro discípulo de Ratzel, Vidal de La Blache, que foi considerado como fundador da corrente possibilista, também se inspirou na Geologia, para classificar sua divisão regional no início do século XX e seu discípulo L. Gallois também manteve as divisões físicas da superfície terrestre ou regiões naturais (relevo, solo e clima) como condições impostas à atividade humana; mas também outras causas igualmente necessárias: de posição, de facilidade de comunicação que correspondiam, em cada época, a um estágio de civilização determinado. Paul Claval, nos anos setenta, destacava que ainda era a região natural (da Geografia Física) o conceito-chave da caracterização regional.

No entanto a grande diferença do possibilismo em relação ao determinismo é que, ao invés da dimensão natural definir a organização social e explicar suas diferenças sociais e a diversidade espacial é sempre o homem/a sociedade que, por meio das técnicas (seu nível cultural, educacional), intervém na Natureza (passível de ser captada, usada, apropriada pelo homem), define como vai utilizar e dispor dos recursos naturais construindo paisagens culturais em função dos seus interesses.

Nesse sentido a noção de espaço para o possibilismo, implícita no conceito privilegiado de região, correspondia à visão newtoniana e kantiana do espaço, como *lôcus* que contém fenômenos naturais e sociais; e o estatuto ontológico da região é de uma realidade concreta, física, que independe do pesquisador: uma área contínua e contígua, mas não se confunde com unidades morfológicas e fisicamente pré-constituídas; existe como um quadro de referência para a população que nela habita e pela sua ação transformadora do meio ambiente, ao longo de uma evolução histórica, molda nesse espaço certos gêneros de vida, numa combinação única – visão idiográfica da realidade a partir do relativismo historicista (Gomes, 2005 e Corrêa, 2005).

A terceira matriz da Geografia Clássica ou Tradicional é a dialética, segundo Ariovaldo U. Oliveira (2004), com base nos estudos de Horácio Capel e Manuel Corrêa de Andrade, da década de oitenta, representada pelos geógrafos anarquistas Elisee Reclus (francês contemporâneo de La Blache), e Prior Alexeyevich Kropotkin

(russo)²³, na virada do século XIX para o XX, importância reconhecida por outros estudiosos do pensamento geográfico, como Rui Moreira (1983) e Antônio Carlos Robert Moraes (1990).

Dentre as inúmeras obras de Reclus, entre 1864 e 1905²⁴, nos três textos analisados - de 1864 (2010a), de 1894 (2010b) e de 1905 (2010c) - ele raramente utiliza o termo espaço e quando o faz em geral é para qualificar uma extensão: espaço insuficiente, espaços de grandes extensões (RECLUS, 2010a, p.58-68); espaço restrito, a astronomia contempla o espaço sem fim, espaço mais vasto (RECLUS, 2010b, p. 72-88).

A noção de espaço para Reclus está implícita em diversas outras definições espaciais: cosmos, universo; planeta (superfície do planeta, vida planetária), globo, mundo (mapa mundi), Natureza, meio, priorizando a terra ou a Terra: “A terra é o corpo da humanidade e o homem é a alma da terra [...] Essas obras úteis (drenagens, irrigação etc.) constituem autênticas revoluções geográficas que mudam o aspecto da terra sobre espaços de grande extensão” (RECLUS, 2010a, p.52-68). Sua análise espacial progride em diversas escalas menores²⁵.

Paul Boino (2010, p. 31-32), intérprete do pensamento reclusiano, afirma que sua abordagem sobre as relações entre o Homem e a Natureza, diferentemente de Humboldt e Ritter (para quem o homem estava fora da Natureza), considera que o Homem é componente integral da Natureza, formada de elementos físicos (o relevo, o clima etc.), ecológicos (os vegetais e os animais) e humanos que mantém com os anteriores laços de interdependência. Reclus “desenvolveu um pensamento geográfico global e coerente. [...] Seus trabalhos cobrem o conjunto do campo da

²³ Há necessidade de se aprofundar as semelhanças e diferenças entre a perspectiva dialética anarquista, de matriz filosófica idealista e a dialética materialista-histórica marxiana-engelsiana. Não foram poucos os embates entre tais concepções teóricas e consequentes visões políticas entre Karl Marx, Friedrich Engels e seus seguidores e os representantes anarquistas clássicos como Joseph Proudhon (um dos mais famosos socialistas utópicos), Mikhail Bakunin entre outros decorrentes das diferenças ontológicas. O único texto encontrado de Kropotkin (1979) tem conteúdo eminentemente político e não contribui para a compreensão do seu pensamento geográfico, por isso a análise que se segue refere-se apenas a Reclus. Cf. TEIXEIRA, Aloisio (Org.). *Utópicos, Herédicos e Malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro, Record, 2002.

²⁴ Os três textos analisados são da coletânea organizada por Plínio A. Coelho em 2010 - *Elisée Reclus - Da ação humana na Geografia Física e Geografia Comparada no espaço e no tempo*, que também contém o prefácio de *O Homem e a Terra*, de 1905 e um artigo de Paulo Boino, “O pensamento geográfico de Elisée Reclus”, de 2008.

²⁵ Reclus também se referiu, a porções do planeta: continentes (superfície continental), superfície dos desertos, regiões vitais do planeta; em escala nacional, apenas em 1894 (2010b) referiu-se a país (num sentido objetivo) e país da felicidade, grande pátria (num sentido subjetivo). Em escalas menores ou indefinidas: terra (cultivada), solo, meio ambiente, paisagem e nomes próprios de locais, lugares, zonas, distritos, províncias.

geografia, tanto em geografia humana quanto em geografia física [...] defendia a unicidade da geografia” (BOINO, 2010, p.28).

A historicidade era crucial para Reclus (2010a); a questão da preservação do equilíbrio natural não se colocava com respeito a uma ordem exterior imutável, ao contrário sendo a natureza dinâmica transforma-se incessantemente; as condições naturais podem ser determinantes de, um ponto de vista relativo, quanto menos avançada for à organização social, mas como a história geral modifica o valor relativo de todas as coisas, há aspectos da natureza que, mesmo sem terem mudado, passam a exercer uma ação diferente, porque as interações entre os elementos de um determinado meio evoluem e a sociedade controla cada vez mais os elementos naturais (buscando não ameaçar seu equilíbrio) ²⁶.

Reclus em 1905 (2010c) retoma a ideia de que o meio, sinônimo de Natureza é sempre infinitamente complexo. O caráter integracionista e dinâmico desse conceito não se refere a uma justaposição de elementos mais ou menos independentes, mas a um sistema complexo, formado de elementos interdependentes, um todo sustentado por interações constantes, cuja relação entre espaço e tempo intrínseca ao mesmo, tem uma dupla dimensão: o meio-espaço, apreendido no plano sincrônico, caracteriza-se pelos mil fenômenos exteriores constituindo um sistema de interações complexas (sentido integrador) articulado com o meio-tempo, apreendido no plano diacrônico, em sua evolução, suas transformações incessantes, suas repercussões sem fim²⁷.

Reclus (2010b) também fez referências espaciais subjetivas ligadas à imaginação, aos sentimentos e à beleza (estética) em três sentidos: nostálgico, de

²⁶ Sobre a ação humana (antrópica) sobre a Terra Reclus (2010a) afirma que o Homem deve evitar atentar contra laços de interdependência que o ligam a seu meio, o que por efeito de retorno, poderia ser-lhe fatal. Porém tentar preservar o equilíbrio natural não deve impedi-lo de ordenar a utilização da natureza, a partir do desenvolvimento de seu conhecimento sobre o funcionamento do mundo para levar em conta tais fenômenos de retroações, prevenindo-se de certos perigos (BOINO, 2010, p. 33).

²⁷ Segundo Boino (2010, p. 30-31) seu método de Geografia comparada analisa o mundo “como ele é” por meio de pesquisas comparadas pelos continentes e pelos séculos; mas percebe-se sua matriz filosófica idealista: É a história da Terra (formas terrestres) e da humanidade em suas ações e reações contínuas desde as origens conhecidas (RECLUS, 2010b, p.78-79). Uma História humana geral na sucessão das eras, levando em conta as condições de toda ambiência (solo, clima etc) “que mostraria o acordo dos Homens e da Terra”, os modos de agir dos povos explicados por “sua harmonia com a evolução do planeta”. Reconhece que descobrir a lei de um progresso humano, “perseguir no tempo cada período da vida dos povos correspondendo à mudança dos meios, observar a ação combinada da Natureza e do próprio Homem reagindo sobre a Terra que o formou” é uma “miragem sedutora” (RECLUS, 2010c, p.46).

esperança ligada a lendas místicas ou à história sagrada²⁸, com inúmeros exemplos (fruto da observação) e, por fim, ligados aos ideais anarquistas:

O mundo mudou de orientação: não olha mais para o passado. Às centenas foram fundados nos Estados Unidos, no México, no Brasil, na Austrália, até mesmo na velha Europa, na África em grande quantidade, colônias e falanstérios pelos quais se busca com maior ou menor sucesso estabelecer sociedades de trabalhadores felizes. Mas este é o lado muito pequeno da experimentação geral. Além dessas inúmeras empresas que tentam aplicar no solo as forças industriais, os procedimentos químicos e a força solidarizada do trabalho livre e que – na falta de outro mérito, têm ao menos um valor de estudo psicológico – a sociedade inteira, com o turbilhão de seus diversos modos de agir, tornou-se um vasto campo de estudos e experiências para transformação geral das coisas [...] outros homens de ideal pensam em humanizar a grande pátria unir-se com ela de modo mais íntimo, fazer dela uma residência de felicidade para todos aqueles que nela se encontram (RECLUS, 2010b, p. 95-96).

Boino (2010, p.16) foi incisivo em afirmar que, além de todas as referências naturais “[...] desde a origem, a geografia abordou as questões econômicas, políticas e sociais e foi por escolha voluntária que a corporação de geógrafos abandonou esses terrenos [...]”.

Esse comentário crítico de Boino se adequa à análise espacial da primeira vertente do movimento de renovação do pensamento geográfico que se tornou hegemônica entre 1950 e 1970 - a abordagem teórico-quantitativa (filiada ao positivismo lógico ou neopositivismo) que assumiu uma perspectiva nomotética, para elaborar uma concepção racionalista de espaço, como uma “planície isotrópica” ou superfície uniforme, na qual fenômenos econômicos ocorriam sem qualquer relação com fenômenos políticos ou sociais²⁹.

Rogério Haesbaert (2002) reconhece que a retomada da categoria espaço como conceito geográfico chave deveu-se aos geógrafos críticos (da segunda vertente do movimento de renovação do pensamento geográfico), sobretudo, ao seu núcleo radical marxista, sendo revalorizada na atualidade as contribuições originais

²⁸ No primeiro sentido – nostálgico (pátria perdida, paraíso perdido); o maior número de referências foi ligado ao segundo sentido - lendas místicas (paraíso, “El Dorado”, paraísos naturais, país da felicidade, jardim das delícias, antigo paraíso terrestre) ou à história sagrada “[...] o cristianismo para desviar de vãs esperanças terrestres mostrou o paraíso no céu [...]”; os cristãos esperam ainda um milagre para que a terra divinize-se sob o governo direto de um “Rei de Glória” (RECLUS, 2010, p.95-96).

²⁹ Adota a visão da unidade epistemológica da ciência, que consagrou o raciocínio hipotético dedutivo das ciências naturais e os modelos matemáticos de organização espacial.

de anarquistas, por Capel e Andrade, nos anos oitenta e Oliveira (2004) e outros na atualidade.

Representante da terceira vertente do referido movimento de renovação do pensamento geográfico – a Geografia Humanista e Cultural Renovada, Haesbaert não apresenta o espaço entre os conceitos básicos da Geografia em sua proposta de sistematização³⁰, todavia essa noção está presente de duas maneiras: primeiro como uma categoria geral “por trás” de todos os demais conceitos, na medida em que cada um deles privilegia determinada dimensão espacial, em segundo lugar, relaciona-se com o conceito de meio ambiente, que possui caráter predominantemente objetivo; a dimensão do espaço privilegiada é a natural; em diversas escalas e com relação ao enfoque das relações sociedade/natureza é forte com relação à natureza e fraco em relação à sociedade. Esse conceito de meio ambiente tornou-se importante na Geografia Física em várias correntes e, também, na Geografia Cultural de Berque (Haesbaert 2002, p.142).

Para Corrêa (2005) a noção de espaço ainda é utilizada pelo senso comum e em diversas ciências sociais, como referência geral de localização e extensão (delimitando características diferenciadoras das áreas), correspondendo à concepção tradicional.

1.1.1 A Ressignificação do Espaço na Geografia Crítica

A abordagem crítica da Geografia, a partir de meados do século XX, como afirma Corrêa (2005) “[...] procurou romper com a Geografia tradicional e com a Geografia teórico-quantitativa em intensos debates”. Esse autor destacou dois movimentos que ocorreram no campo do conhecimento espacial, a partir da influência da teoria crítica. Por um lado surgiu o interesse de não geógrafos marxistas em pensar o espaço e, por outro lado surgiu a Geografia crítica, especialmente em sua vertente radical (marxista). Ligados ao primeiro movimento este autor destacou o filósofo e sociólogo francês Henri Lefévre e o sociólogo

³⁰ Haesbaert (2002) se diferencia de Castro, Gomes e Corrêa (2005) por suprimir o conceito de espaço das categorias-chave e acrescentar os conceitos de meio ambiente (relacionado à noção de espaço e ao conceito de paisagem) e redes (relacionado com os conceitos de região e de território), mantendo o conceito de lugar.

espanhol Manuel Castells. E ligados ao segundo movimento dois geógrafos foram destacados: o brasileiro Milton Santos e o inglês David Harvey³¹.

Esta Tese segue Corrêa (2005) com relação aos movimentos que assinalaram a presença da teoria Crítica no pensamento geográfico, como fio condutor dessa reflexão, mas adianta-se que Henri Lefebvre aparece com destaque, porque os estudos referentes aos debates sobre espaço e território na atualidade, que fundaram a construção teórica do objeto de estudo continuam a adotar ou sua perspectiva teórico-metodológica para a análise espacial, no caso de geógrafos marxistas, o que também é perseguido pela autora, ou, a utilizar certas ferramentas conceituais por ele elaboradas no caso de geógrafos críticos (não marxistas) e culturalistas.

Moraes (1990), geógrafo crítico marxista, afirmava que o temário geral, constituído no período da Geografia Tradicional e mantido pelo movimento renovador, circunscreve o domínio do conhecimento geográfico aos fatos referentes ao espaço (concreto, finito e delimitável) – a superfície terrestre. “Só será geográfico um estudo que aborde a forma, ou a formação, ou a dinâmica (movimento ou funcionamento), ou a organização, ou a transformação do espaço terrestre [...]” (MORAES, 1990, p.29).

A Geografia Crítica, a partir de meados do século XX, como reconheceram tanto Haesbaert (2002) como Corrêa (2005), recolocou o espaço como conceito-chave na análise geográfica. O espaço ressignificado como espaço social, surge na abordagem inaugurada pelo filósofo francês Henri Lefebvre, que retoma criticamente os conceitos de espaço elaborados anteriormente³², na sua coletânea de artigos escritos entre 1968 e 1972: “O Direito à cidade – Espaço e Política”, publicado em 1972 (2008)³³, que foi um marco da análise espacial crítica materialista dialética.

³¹ Talvez pelo isolamento imposto (politicamente) a Reclus como foi mencionado por Moreira (1983) e Moraes (1990), não se encontrou referência à retomada da contribuição da perspectiva dialética, complexa e humanista da Geografia Social reclusiana no debate sobre a ressignificação do conceito de espaço na Geografia Crítica.

³² A Geografia crítica radical (marxista) segundo Paul Boino (2010) remonta aos anos 1950, com Pierre George, mas ele não é aqui retomado porque não foi possível analisar sua obra; recuperando-se apenas referências à sua concepção de espaço embutida no conceito de região, onde se desenvolvia determinado gênero de vida (Conceição, 1991), o que aponta para o diálogo com o possibilismo labacheano historicista (Oliveira, 2004).

³³ “*Le Droit à la Ville – Suivi de Espace et Politique*” apareceu em 1968 (sem indicação da editora) e foi publicado pela Anthropos, Paris, em 1972. No Brasil foi traduzido e publicado como “Espaço e Política” por Documentos/SP, em 2003; e, posteriormente, pelo grupo “(Im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, da UFMG, em 2008, coordenado por Sérgio Martins, que a prefacia, tendo sido essa a versão consultada.

Sua teoria do espaço esboçada enquanto conhecimento e crítica do espaço atual (urbano) remeteu à necessidade de um estudo global do espaço, desenvolvido no livro *“La Production de L’Espace”*, escrito entre 1970 e 1973, e publicado integralmente em 1985 (2006)³⁴.

No debate geográfico dos anos 1970 o foco recaía sobre a presença e o significado do conceito de espaço nas obras nos clássicos da filosofia social como Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Karl Marx e Friedrich Engels gerando uma polêmica³⁵: alguns autores sustentavam que a análise espacial era negligenciada na nova abordagem teórico-metodológica de Marx e Engels, que privilegiava o tempo – a perspectiva histórica e outros sustentavam o contrário (Corrêa, 2005)³⁶.

Lefebvre (2006) chamava a atenção de que por trás desse debate nas ciências, a relação entre os conceitos de tempo e de espaço eram eixos nas construções filosóficas do século XIX e XX, e refere-se ao tempo, não em termos de supervalorização, mas, sim do seu resgate ou restauração após a fetichização do espaço, operada por Hegel, que imobilizou o espaço às ordens do Estado, tanto pela filosofia quanto pela atividade prática crítica.

Romero Venâncio (2002) lembra a questão crucial metodológica: Marx e Engels superaram as referências gerais sobre o espaço “terreal e seus corpos” (idealizado) de seu mestre Hegel por exigência do seu novo método, materialista-histórico-dialético, a partir do qual todas as suas análises sobre processos sociais concretos são sempre históricas, isto é, espacialmente e temporalmente situadas, compreensão compartilhada nesta Tese.

³⁴ “A Produção do Espaço” teve edição parcial em 1974 (capítulo VI) e integral em 1985. A primeira versão em português saiu em 2006, pelo Núcleo de Geografia Urbana da UFMG; edição consultada; na qual a numeração não é sequenciada para toda a obra, mas, recomeça em cada um dos sete capítulos, por isso, no texto consta, a exceção da introdução, o número do capítulo em algarismo romano, seguido do número da página.

³⁵ Corrêa (2005) cita Claval, Soja e Hadjimichalis entre os autores que acusaram Marx de valorizar o tempo/a temporalidade/a história em detrimento do espaço, na década de setenta. Paul Claval afirma que o espaço aparece marginalmente na obra marxiana anterior ao *Grundrisse* (publicado em russo, em 1939; em alemão, em 1953 e em inglês, em 1973). Essa própria exceção mencionada por tratar-se do esboço inicial da obra máxima de Marx, por si só já relativiza sua crítica. No entanto, mesmo com a publicação de *O Capital* e tradução para inúmeras línguas até os anos oitenta, Soja no início dos anos noventa ainda afirmava que os marxistas, abordaram o espaço de modo semelhante às ciências burguesas, como receptáculo ou espelho externo da sociedade até Lefebvre. No século XXI Haesbaert (2002) e Corrêa (2005) insistem na negligência e interpretação incorreta do espaço pelos marxistas ocidentais (Lukács, Gramsci e autores da Escola de Frankfurt).

³⁶ Segundo o próprio Corrêa (2005) a acusação de negligenciamento do espaço na obra de Marx e Engels, que ele mesmo assumiu, foi combatida no final da década de setenta e início de oitenta por: Saey, Van Beuningen, Garnier e Pfortzel.

Nas ciências sociais, que foram institucionalizadas em academias universitárias na virada do século XIX para o XX, conforme Lefebvre (2006, p.15) o espaço foi fragmentado e recortado: além do espaço lógico-matemático e do espaço da natureza (físico, o cosmos, o dos fluxos das energias), surgiu uma multiplicidade indefinida de espaços: geográficos, econômicos (comerciais, nacionais, continentais, mundiais), demográficos, sociológicos, ecológicos, políticos, históricos, dos fluxos de energia mental (da loucura), arquitetural, plástico, literário, de lazer, de trabalho, de jogos, de transportes, de equipamentos etc. “O recorte é considerado uma técnica científica (prática teórica) para simplificar e destacar elementos dos fluxos caóticos dos fenômenos [...]”; tal multiplicidade para o filósofo exprime “uma tendência muito forte, dominante no seio da sociedade existente (do modo de produção), o trabalho do conhecimento assim como o trabalho material se divide sem fim” (LEFEBVRE, 2006, p.15). Essa fragmentação do conhecimento científico é questionada pelos marxistas que defendem a visão de totalidade (interdisciplinar) como única possibilidade de compreensão da realidade em sua complexidade e dinamismo, por aproximações sucessivas.

Segundo Martins (2008) no prefácio da edição brasileira do livro “Espaço e Política” Lefebvre é contra a fragmentação do espaço assumida pelas diversas ciências; critica as disciplinas parcelares (o saber em migalhas) e opta por uma abordagem interdisciplinar, teórico-prática, concreta, esboçando uma teoria unitária, que tenta recompor numa unidade teórica, o físico (a natureza, o cosmos), o mental (a lógica e abstração formal) e o social. Alinhando-se com a filosofia clássica, buscou uma síntese superior dialética, abordando os “[...] conhecimentos à escala global; como esses conhecimentos não se encontram mais separados da prática, trata-se de metafilosofia” (LEFEBVRE, 2008, p. 36).

Contudo o espaço sobre o qual Lefebvre se debruça é o espaço social.

Sobre a Geografia, Lefebvre (2008, p.33-34) afirmou que essa ciência procura seu caminho há anos, porém se dispersou em recortes e representações do espaço e se perdeu em considerações sobre fragmentos do espaço (objetos, coisas que existem no espaço). É preciso que se “[...] reconheça na massa infinita dos detalhes os princípios do entendimento que reina num domínio [...]”, como afirmou Hegel sobre a economia política, para se tornar de fato uma ciência do espaço; porém a passagem da filosofia a ciência do espaço foi marcada, não pelo estabelecimento de um eixo claro e sim por controvérsias que continuaram. “As pesquisas culminaram

em descrições (sem alcançar o momento analítico, ainda menos o teórico), inventários do que há no espaço [...]” e em discursos sobre o espaço, mas não produziram um conhecimento do espaço, que ele se propôs a fazer (LEFEBVRE, 2006, p. 03-15).

Para esse autor as sociedades humanas (como os corpos vivos) não podem ser analisadas fora dos cosmos, do “mundo”. A própria Natureza, segundo ele, compreendida a partir do conceito de produção do espaço, é produto da ação humana e a paisagem é obra humana. A natureza é formada, modelada, transformada, dominada, controlada, devastada, ameaçada de aniquilamento (que ameaça a espécie humana) e é politizada. Na teoria crítica a relação indissociável entre as duas dimensões do espaço existente - natural e social, é expressa pelos conceitos de “natureza primeira” e “natureza segunda”.

Nas duas obras analisadas Lefebvre refere-se ao espaço real, físico, natural como “natureza primeira”, sobre a qual existem dados sensíveis (matéria e energias): meio ambiente, terra, espaço-natureza, solo, terreno (maior parte das referências), a ‘matéria prima’ material da cidade. Não resta mais a “natureza primeira” em seu estado original, submetido ao espaço social, na medida em que os bens naturais, outrora abundantes foram tornando-se raros desigualmente: o espaço, água³⁷, ar³⁸, luz, ameaçados, tornaram-se novas raridades e foram transformados em valor de uso e valor troca:

Esses valores de uso entraram nos valores de troca. A natureza como o espaço e com o espaço é posta em pedaços fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente. É destruída e como tal remanejada segundo exigências da sociedade neocapitalista. A raridade do espaço nas zonas industrializadas e urbanizadas contrasta com o vazio dos espaços ainda desocupados os desertos terrestres e os espaços interplanetários; a carestia do espaço ocupado/rarefeito é um fenômeno recente, com consequências cada vez mais graves (LEFEBVRE, 2008, p. 54).

³⁷ Observa-se a penúria do espaço em lugares definidos: arredores dos centros, onde é preciso racionar a água; as reservas subterrâneas se esgotam, o lençol freático abaixa. A água rapidamente se transforma num produto industrial, pois a fornecida pelos meios habituais deixa de ser propícia ao consumo: águas aparentemente protegidas são poluídas; em alguns lugares é preciso produzir água doce tratando da água do mar (LEFEBVRE, 2006).

³⁸ O ar já é produto industrial no ar condicionado; vê-se chegar o momento em que o ar será filtrado acima das aglomerações, ao redor das cidades (LEFEBVRE, 2006).

Para Lefebvre o espaço social, como toda realidade, depende metodológica e teoricamente de três conceitos-chave, gerais, polissêmicos: a forma³⁹, a estrutura e a função; um não existe sem o outro, e os três existem reciprocamente. Todavia, ao contrário do espaço dos objetos, no espaço das instituições, ou seja, nas realidades sociais amplia-se a distância entre as formas, as funções e as estruturas, sua relação se dissimula, se torna indecifrável, indecodificável, na medida em que as funções de uma instituição são diferentes e até opostas às suas formas aparentes, as estruturas devem ser reveladas.

Nessa perspectiva, segundo o filósofo todo espaço social pode ser submetido a três tipos de análise: formal, estrutural e funcional, com métodos específicos. A análise formal, particularmente aceita na análise espacial (na descrição de contornos, determinação de fronteiras, envoltórios, áreas ou volumes), sustenta-se no movimento forma-conteúdo, enquanto relação concreta. O real social, muda, porque as atividades produtoras e as formas dessas atividades se modificam. A ciência do espaço, com um enfoque globalizador, deve passar do conhecimento “[...] da produção das coisas no espaço à produção direta do espaço como tal (em escala planetária), esta supondo aquela” (LEFEBVRE, 2008, p.111-112).

O conceito de “produção do espaço” relaciona-se ao fato de que o espaço é um produto da história. Essa noção, como afirma Lefebvre, não foi por ele inventada, mas surgiu entre 1920 e 1930, simultaneamente a partir de duas escolas: a Bauhaus, na Alemanha e a escola arquitetônica da Rússia soviética, considerando ambos “inovadores, descobridores do espaço”. Para o filósofo os primeiros foram mais longe porque compreenderam:

que os objetos (arquitetônicos, urbanísticos, mas também mobiliários) não podem mais ser produzidos isoladamente, o conjunto resultando de um encontro fortuito de uma questão de gosto. Cada objeto (monumento ou edifício, móvel ou imóvel) deve ser percebido na sua totalidade no seio do espaço, girando-se em torno dele, apreendendo-se todos os seus aspectos. O que exige

³⁹Forma tem diversas acepções: estética, plástica, abstrata (lógico-matemática) etc. As grandes formas: a centralidade, a repetição, a diferença, a recorrência, a reciprocidade etc. Entre as formas próximas da pureza e os conteúdos, existem mediações: todo dispositivo espacial utiliza essas formas: figuras curvas e/ou linhas retas com predominância de umas sobre as outras. Os elementos formais entram numa textura e aí se diversificam, introduzindo ao mesmo tempo o repetitivo e o diferencial, articulando o conjunto, permitindo a passagem da parte ao todo e inversamente a evocação no todo das partes constitutivas. A dificuldade de uma descrição formal decorre de ser perpassada por ideologias, implícita ou explicitamente redutoras, apesar de sua pretensão exata (LEFEBVRE, 2006).

que o próprio espaço seja percebido, concebido, apreendido e engendrado como um todo. Os níveis e dimensões do espaço, do global ao mais local (o móvel) dependem de uma concepção unitária e de uma mesma atividade produtora [...]. (LEFEBVRE, 2008, p. 140).

A contribuição dos grandes arquitetos soviéticos foi perceberem que para mudar de vida é preciso mudar o espaço (sua ocupação), e procurarem criar relações sociais novas, produzindo um espaço original e uma morfologia social inédita. Os “artistas-filósofos” (das duas escolas) deixaram um legado, o conceito teórico – a produção do espaço – que significa que “[...] as sociedades sempre produziram um, certo espaço seu, na superfície do solo” (LEFEBVRE, 2008, p.140).

Complementou que sua tentativa, avançando com relação aos seus precursores, foi fazer com a ciência do espaço – a Geografia - algo semelhante ao que Marx, na segunda metade do século XIX, havia feito com a ciência econômica que, então, se perdia na enumeração na descrição e na contabilização dos objetos produzidos; substituindo o estudo das coisas pela análise crítica da atividade produtora das coisas, ou seja, a análise crítica do modo de produção capitalista e a crítica da economia política⁴⁰. Sua tentativa foi elaborar a economia política do espaço crítica (que utiliza resultados da economia urbana, da geografia regional ou geral, da antropologia do espaço, da sociologia do espaço, de uma arqueologia, de uma história do espaço); ressaltando que (embora utilize espaços recortados, fragmentados – social, institucional, mental) eles fazem parte da teoria mais ampla da produção do espaço, modificando-a em função, sobretudo, do centro da reflexão, além de uma mudança de escala (de volta da análise regional para a global, na qual as escalas menores se articulam).

Lefebvre (2006) apresentou as dificuldades iniciais de sua abordagem inovadora da “produção do espaço” em suas relações com concepções de espaço que preexistiam: o espaço vazio, o de extrema abstração formal (o espaço lógico

⁴⁰ A economia política, antes e depois de Marx, pretendeu ser a ciência da produção (das coisas, objetos, mercadorias) no quadro sócio-político do capitalismo de Estado e das políticas das organizações nacionais e internacionais, confundindo a ciência (modelizações refinadas) e a política econômica enquanto prática da produção que permitiu às empresas alcançar eficácia, dominando o efeito dos acasos e flutuações, vinculando técnica e atos de poder; ambos contendo uma ideologia – o produtivismo, crescimento ilimitado controlado e garantido pela potência pública (poderes legítimos aceitos sem crítica): os estudos de mercado e de motivações permitiram dominar o mercado; a publicidade permitiu manipular as necessidades; a pesquisa operacional e informática de gestão aperfeiçoaram processos.

matemático), o prático sensível e os espaços sociais. Ele não exclui pesquisas “sobre o terreno” contanto que não separe, isole ou disjunte:

A pesquisa sobre o espaço social apoia-se numa globalidade, mas não exclui pesquisas “sobre o terreno”, precisas e determinadas. Contudo o perigo do “pontual” valorizado porque controlável por vezes mensurável [...]. O modo de produção projeta essas relações sobre o terreno, o qual reage sobre elas (LEFEBVRE, 2006, p.07).

A saída encontrada pelo filósofo foi apoiar-se nos conceitos de Hegel: o universal concreto, o geral, o particular, o singular, apresentando o espaço como universalidade concreta, em sentido amplo, como na filosofia de Marx, (em sua crítica da precisão ilusória da economia política liberal clássica). A nova abordagem leva em conta o particular (os espaços sociais descritos ou recortados), o geral (o espaço lógico e a matemática), o singular (os lugares considerados como naturais, dotados apenas de uma realidade física e sensível), retomando a teoria unitária do espaço (físico, mental, social).

O espaço social surge em relação ao espaço natural numa relação desfavorável ao segundo, perversa. O meio ambiente - água e ar poluídos “[...] a ‘matéria prima’ material da cidade, devastada sem escrúpulos” (LEFEBVRE, 2006, p.04-05)⁴¹.

[...] o espaço natureza (físico) se distancia. Irreversivelmente. Ele foi e permanece terreno comum de partida: a origem, o original do processo social, talvez a base de toda “originalidade”. Ele não desaparece da cena. Fundo do quadro, cenário [...] fonte e recurso, tudo conspira para prejudicá-la. O espaço-natureza se distancia: horizonte recuado [...] matéria prima sobre a qual operaram as forças produtivas das sociedades para produzir seu espaço. Vencida [...] (LEFEBVRE, 2006, p.29).

Tornou-se necessário reproduzir a natureza, sobretudo, nos grandes países industrializados. Esse é um processo em curso, poderoso, irreversível.

Cada vez mais será preciso produzir esses bens. Poluição, deterioração do meio ambiente e da natureza [...] os elementos

⁴¹ Compartilha da crítica de esquerda sobre “as forças de destruição” no sistema capitalista, as implicações e consequências da devastação da natureza, sem afastar dentre as hipóteses para o futuro a de “autodestruição ou destruição do planeta”, “destruição da natureza no e pelo homem” (LEFEBVRE, 2006, p.66).

perdem a sua natureza. Os elementos com envoltórios espaciais ganham valor (de troca e de uso). Eles entram nos circuitos das trocas – produção-repartição-distribuição. Eles integram as riquezas e dependem da economia política. Menos estritamente localizadas do que as matérias primas elas se situam no espaço como um todo, esse espaço que ocupa inteiramente a reprodução das relações de produção (LEFEBVRE, 2008, p.123, grifos nossos)⁴².

Inicialmente a referência teórica sobre produção estava restrita à produção das coisas, de objetos, de mercadorias (conceito rigoroso, mas limitativo de trabalho - o trabalho manual, o trabalho produtivo de coisas, de mais valia etc.); ao que se acrescenta - a partir do uso da natureza enquanto matéria prima “à projeção no terreno das relações referentes à produção e ao consumo das coisas e a consequente constituição de lugares diferenciados pelas funções que neles se exercem” (LEFEBVRE, 2008, p.7), por exemplo, grosso modo, campo ou indústria (produção) e cidade (consumo).

O espaço e o tempo produzidos, “loteados”, vendidos/comprados como coisas e objetos, num sentido global, são um conjunto de relações sociais, aspectos principais da “natureza segunda”, efeitos da ação de sociedades sobre a “natureza primeira”- os dados sensíveis: a matéria e as energias:

Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode ser, portanto isolado e permanecer estático. Ele se dialectiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais. Ele entra também na reprodução, a do aparelho produtivo, da reprodução ampliada, das relações que ele realiza praticamente “sobre o terreno”? [...] A produção do espaço não seria “dominante” no modo de produção, mas religaria os aspectos da prática coordenando-os, reunindo-os numa “prática”, precisamente. [...] produção (da organização espacial própria a cada sociedade) (LEFEBVRE, 2006, p.5-6).

⁴² Segundo a crítica da economia política de Marx e Engels, se houvesse apenas abundância de bens, simplesmente usados, não haveria economia política, que é um estudo objetivo do consumo, das necessidades e até da produção da penúria, das raridades relativas dos bens. Os economistas completam os efeitos da lei do valor, na medida em que não esclarecem os limites e insuficiências dessa produção e contribuem para o Estado repartir a penúria sob as máscaras da justiça, da igualdade, da liberdade e até da fraternidade (Lefebvre, 2008).

O espaço social sobre o qual Lefebvre se debruçou é “[...] o espaço vivido o da prática social”. Ele vê no espaço o desenvolvimento de uma atividade social. O conjunto de problemas parciais tem um traço comum - a espacialidade. Esse espaço vivido é um aspecto essencial de um conhecimento de determinada realidade social (LEFEBVRE, 2008, p. 17-18). O modo de produção não pode se realizar sem subverter as relações e o espaço existente se define pela gestão e produção coletivas do próprio espaço, que inclui a natureza reproduzida e transformada no espaço social, integrada/reintegrada após sua degradação enquanto força produtiva (LEFEBVRE, 2008, p.144-145).

Os conceitos se situavam nos espaços sociais, relacionados às estratégias que se desenvolvem e se confrontam planetariamente. Para Lefebvre como em Marx (o que não é compreendido pelos que fazem uma leitura economicista do marxismo) o modo de produção é a sociedade, é o conjunto das relações sociais. Não há “uma relação direta, imediata e imediatamente apreendida, portanto transparente, entre o modo de produção (a sociedade considerada) e seu espaço” porque existem descompassos provocados por “ideologias que se intercalam” ou “ilusões que se interpõem” na produção de um novo espaço (LEFEBVRE, 2006, p.5). Ele define que “a prática espacial consiste numa projeção ‘sobre o terreno’ de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social separando-os [...] essa *práxis* implica e aprofunda mais de uma contradição” (LEFEBVRE, 2006, p.15).

Ele desenvolve a ideia de multidimensionalidade do espaço “real”, o da prática social (espaço socialmente real) [...] o espaço inteiro - mental, físico, social (LEFEBVRE, 2006, I p. 19 e p. 23). Três conceitos definem a triplicidade do espaço inteiro: percebido-concebido-vivido tem alcance se se apodera do concreto (não do imediato), engloba processos integradores, engloba o imaginário. A prática espacial (espaço vivido), as representações do espaço (espaço percebido) e os espaços de representação (espaço concebido) intervêm de forma diferente na produção do espaço: segundo suas qualidades e propriedades, segundo as sociedades (modo de produção), segundo as épocas (LEFEBVRE, 2006, p. 40).

Lefebvre (2006, p. 06) afirma que há uma história do espaço, na medida em que o espaço (social), a produção da organização espacial própria a cada sociedade, muda com esse modo de produção, com “as sociedades”. Em sua leitura o espaço é “[...] alguma coisa significativa da sociedade inteira [...]” (LEFEBVRE, 2008, p.36-37):

o objeto estudado deve situar-se no seio de uma totalidade pressuposta – sistema social, sistema espacial ou sistema urbano [ele acha possível] que o espaço desempenhe um papel ou função decisiva no estabelecimento de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema. É preciso mostrar sua função – prática e estratégica [...] (LEFEBVRE, 2008, p.39)⁴³.

Esta sociedade é a sociedade burguesa, mais precisamente a sociedade neocapitalista. Nessa sociedade segundo Lefebvre (2006) o real encontra-se no fim e não no início. O método dialético permite apreender teoricamente a difícil questão da centralidade (simultaneidade de tudo o que pode se reunir, se encontrar, se acumular). “Cada época, cada período cada modo de produção suscitou (produziu) sua própria centralidade: centro político, comercial, religioso etc.”, que pereceram/desapareceram por saturação, pela incapacidade de atração ou por assalto dos excluídos, dos rejeitados para as periferias (LEFEBVRE, 2008, p.141-142). Atualmente, no modo de produção capitalista, a centralização é total, concentrando as riquezas, o poder, os meios do poder, a informação, o conhecimento, a cultura etc.

Há um espaço-tempo historicamente definido, espaço construído, trabalhado, praticado pelas relações sociais. Inversamente não há determinação espacial do social, a não ser enquanto atividade social eficaz expressa numa forma espacial. O natural e o cultural são unificados indissolivelmente na prática histórica (única realidade material do ponto de vista social). O espaço, socialmente falando, assim como o tempo, é a articulação de práticas históricas concretas (uma conjuntura). Assim,

A significação social das diferentes formas e tipos de espaço, a divisão significativa do espaço, as unidades espaciais, não tem sentido fora do corte da estrutura social, em termos, portanto de modo de produção e formações sociais. Isto significa que cada modo de produção, e, enfim, cada estágio de um modo de produção implica uma divisão distinta do espaço, não somente em termos teóricos, mas em termos das relações reais instauradas entre os diferentes espaços [...] (LEFEBVRE, 2006, p.7).

⁴³ O espaço não obedece a uma lógica, não é sistema, apesar das coações e representações. Mas permite a coerência autorizando a lógica da ação - praxiologia ou estratégia: lógica da sobrevivência, lógica do urbanismo, lógica da mercadoria, lógica do Estado etc. (LEFEBVRE, 2008).

Para Lefebvre (2006), todo espaço, construído conjunturalmente, numa formação social, comporta a articulação de modos de produção (estrutura social), na qual a dominância exprime-se sobre um fundo de formas históricas cristalizadas do espaço. Dessa forma o povoamento de um espaço (sua ocupação) se efetua sempre segundo formas espaciais descritivas e analisáveis, na medida em que são comparáveis no tempo: dispersão ou concentração, forma circular ou quadrangular de uma cidade, cujo conteúdo as transforma.

A multiescalaridade espacial também está presente na sua pesquisa sobre o espaço social, que se apoia numa globalidade que se implica e articula “[...] o local, o regional, o nacional, o mundial se implicam e se imbricam: implicações-conflitos” (LEFEBVRE, 2006, p.07).

Retomando a referida introdução de Roberto Lobato Corrêa (2005) aos movimentos que fizeram avançar a Geografia Crítica, foi destacada a importância do sociólogo espanhol Manuel Castells na afirmação do novo referencial teórico-metodológico nas ciências sociais no Brasil. Até 1974 Castells dedicou-se à pesquisa sobre temas urbanos e regionais em países centrais e dependentes; nessa fase, particularmente influenciou o debate geográfico. No posfácio da edição francesa de 1975 de “A Questão Urbana”, publicado em português na revista da AGB (1977), afirma que se tratava de um trabalho teórico que criticava ideologias do urbano e defendia o reconhecimento do campo histórico.

Ao mesmo tempo comunicava sua experiência investigativa como parte de uma corrente de pesquisa empírica debruçada sobre “problemas urbanos” (ligados à reprodução coletiva da força de trabalho – estrutura urbana) em vários países, que se torna um movimento intelectual muito mais amplo e coletivo voltado para a relação teoria e prática, isto é, procurava ligar a atividade científica à prática social e política⁴⁴.

Castells (1977) refere-se a dois trabalhos de Henri Lefebvre, onde desenvolve sua teorização sobre o espaço social e a produção do espaço⁴⁵ como novos e

⁴⁴ Castells (1977, p. 31) detalha as novas tendências da pesquisa urbana, que inexistiam em 1970 “[...] representam uma transformação fundamental da análise das contradições urbanas pelas ciências sociais”. Dentre os grupos de pesquisa de diversos países menciona os trabalhos de Lucio Kavarich e Paul Singer do CEBRAP em São Paulo, representando o Brasil, que “[...] tentam em condições difíceis [ditadura militar] pensar de um modo novo as questões urbanas e regionais, articulando a análise do espaço às relações de classe, à exploração econômica e à dominação política” (CASTELLS, 1977, p.36).

⁴⁵ As duas obras referidas por Castells são “*La Pensée Marxiste et la Ville*” (Casterman, Paris, 1972) e “*A produção do espaço*” (Anthropos, Paris, 1974).

importantes trabalhos na França, mas em face do mencionado movimento intelectual do qual ele fazia parte correspondem a “[...] uma leitura pessoal de Lefebvre dos clássicos marxistas, em relação à cidade, todavia produzidos à margem desta corrente, e sem participar nem da problemática, nem das orientações.” (CASTELLS, 1977, p.31-32).

Corrêa (2005) ao descrever o segundo movimento no campo do conhecimento espacial, nos anos 1970, ressaltou a contribuição do geógrafo brasileiro Milton Santos, que tem importância reconhecida como um dos fundadores da Geografia Crítica em termos mundiais. François Dosse (1993 e 1994) refere-se ao seu papel no reaparecimento da Revista francesa “*Espaces Temps*” de forma independente e com nova orientação, em cujo quarto número, de 1976, aparece um manifesto que coloca o espaço social como pedra angular, juntamente com o tempo social, sintonizado com as mudanças nas ciências sociais.

Naquele momento, além da mencionada polêmica sobre a presença ou não do conceito de espaço na obra de Marx e Engels, o foco do debate recaía sobre a natureza e significado do espaço e sobre as categorias de análise do espaço (CORRÊA, 2005). Santos deu continuidade à perspectiva lefebvriana humanista de análise espacial, procurando superar o peso da influência estrutural-funcionalista, hegemônica nas Ciências Sociais, na formação geográfica até a década de setenta do século XX, que evoluiu para uma análise histórico-estrutural.

A contribuição conceitual de Santos ressalta as ferramentas teóricas de Marx bem como elabora outros conceitos específicos para a análise espacial. Em “*Society and Space: Social Formation as Theory and Method*”, seu artigo na Revista americana “*Antipode*”, em 1977, contribuiu para a nova abordagem teórico-metodológica, elaborando o conceito de formação sócioespacial, como elemento central da teoria e método de uma “Geografia nova”, contrapondo-se à “Nova Geografia” como se autointitulava a corrente teórico-quantitativa desde meados da década de 1950.

Ele articula os conceitos marxistas de modo de produção e formação econômico-social, com o conceito de espaço, afirmando sua interdependência, considerando que o espaço é a base territorial historicamente determinada, que dá concretude aos dois conceitos referidos, articulados nas formas espaciais. Dessa forma, contribuiu para avançar o debate sobre o conteúdo geográfico do conceito de formação econômico-social, desdobrando-o nos conceitos de formação

sócioespacial ou formação espacial, ou seja, uma sociedade só se concretiza através do espaço que ela produz e este só é inteligível através da sociedade⁴⁶.

Corrêa (2005) destaca a ideia de Santos de que a formação sócioespacial: “é um meta-conceito” ou um “paradigma”, dessa maneira os conceitos-chave de natureza operativa - paisagem, região, espaço (organização espacial) lugar e território - estão contidos, mas também contém a formação sócioespacial; e que o espaço organizado pelo homem, não é entendido como reflexo social, mas fator social, instância da sociedade, estrutura social subordinada e subordinante, que desempenha um papel na sociedade, condicionando-a, compartilhando do complexo processo de existência e reprodução - submetido à lei da totalidade com autonomia relativa.

Da obra “Por uma Geografia Nova” de Santos, Fernandes (2005) resgatou a afirmativa de que o espaço geográfico é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um conjunto de relações sociais, um quadro único no qual a história se dá.

Por fim Corrêa (2005) ressalta como momento fundamental de afirmação da Geografia Crítica, a guinada teórico-metodológica do geógrafo inglês David Harvey da abordagem teórico-quantitativa (neopositivista) para a abordagem crítica, a partir de 1975, incorporando o marxismo em suas análises, e pretendendo reconstruir geograficamente essa teoria. Alexandre Diniz (1984) já havia enfatizado que a Geografia radical “[...] contou com apoio destacado de geógrafos que haviam participado da criação da Geografia Teórica e Quantitativa, como David Harvey” (DINIZ, 1984, p. 51). Manuel Castells (1977) também contextualiza a contribuição de Harvey nos Estados Unidos fortalecendo a inovadora linha de pesquisas urbanas, da qual ele faz parte. Destaca-se aqui o diálogo de Harvey com Neil Smith materializada no prefácio da obra Desenvolvimento Desigual (SMITH, 1ª. ed.1984). Suas obras principais são: Condição Pós Moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural (2003) e A Produção Capitalista do Espaço (2005).

⁴⁶ O conceito de formação sócioespacial ou formação espacial de Milton Santos parece ser inédito na teoria espacial crítica, pois não tinha sido referido por Lefebvre nas duas obras analisadas, que são diretamente relacionadas com sua teorização espacial, embora a significação do mesmo seja parte do conceito de produção do espaço lefebvriano.

1.2 Um Breve Debate sobre Abordagem do Território no Pensamento Geográfico

O segundo conceito enfocado neste estudo é o de território. As relações entre espaço, Estado moderno⁴⁷ e território nacional era debatida na filosofia social do século XVIII e XIX. Lefebvre (2006, p.24) destacou que na filosofia de Hegel “[...] o tempo histórico engendra o espaço onde se estende e sobre o qual reina o Estado”. Mas, o tempo congela-se (a história desaparece, a ação torna-se memória, a produção torna-se contemplação) e fixa-se na racionalidade instaurando um espaço imóvel, lugar e meio da razão realizada, do Ser racional, que expressa um conjunto coerente de instituições, de grupos e de sistemas parciais (o direito, a moral, a família, a cidade, o ofício etc) ocupando um território nacional dominado por um Estado. Ocorre a fetichização do espaço às ordens do Estado, dito de outra forma, Hegel teorizou sobre o Estado territorial reificado e fetichizado.

Na Geografia Tradicional ou Clássica Ratzel introduziu o conceito de território, inseparável e intrinsecamente articulado ao conceito de espaço em sua antropogeografia (de fundamento positivista). Este autor é a grande referência teórica para o surgimento do território como conceito geográfico, ao introduzir a reflexão sobre o domínio do espaço vital (com fortes raízes na ecologia), concebido em função do estabelecimento de fronteiras nacionais pelo Estado. Ele teorizava o domínio do espaço (espaço vital) como elemento crucial na história do homem, dessa forma o território está vinculado à apropriação do espaço por um determinado grupo e refere-se às necessidades territoriais de uma sociedade, em busca de uma relação de equilíbrio entre o total da população e os recursos naturais, mediada pela capacidade técnica, ou seja, em função de seu desenvolvimento tecnológico.

A razão de ser do Estado na visão ratzeliana é a preservação e ampliação do espaço vital que transforma a noção de espaço em território através da política, em alusão direta ao monopólio da ação política estatal, portanto, a escala privilegiada é a nacional. Diversos autores contextualizam a teoria de Ratzel elaborada quando a Alemanha já tinha cidades industriais, mas promovia uma tardia unificação da

⁴⁷ O Estado moderno nos países europeus, desde o século XV surgiu a partir do processo de superação dos feudos pela unificação das regiões e, mais do que isso pelo estabelecimento de fronteiras nacionais, juntamente com a definição de uma língua nacional oficial, da mesma forma que a moeda e o exército, centralizando o poder na figura de monarcas absolutistas, substituídas em alguns países, posteriormente por monarquias constitucionais (Inglaterra no século XVI) ou repúblicas (Estados Unidos e França no século XVIII).

Nação. Defendendo que um país próspero, com economia dinâmica deveria expandir suas fronteiras, justificava o imperialismo alemão, entre 1870 e 1920, reforçando-o nas disputas de fronteira com a França, por isso enfrentou a oposição política de um de seus discípulos, o geógrafo francês Vidal de La Blache⁴⁸.

Ao invés de tratar do todo nacional, universal (o espaço-território estatista) a escola francesa lablacheana optou pela parte, por destacar o particular, o singular (abordagem idiográfica), por conseguinte, o conceito valorizado foi o de região (escala subnacional) ao invés do território (então ligado à escala nacional). Todavia a noção de território segundo Alexandre Diniz (1984), estava presente num dos três princípios nos quais se fundava o método da corrente histórica da geografia humana dos geógrafos franceses - Vidal de La Blache e Albert Demangeon: as relações que se estabelecem entre o homem e a base territorial, que nessa abordagem corresponde ao meio físico, conjunto de recursos naturais, da mesma forma que no espaço vital ratzeliano, enfatizando todavia a escala subnacional – regional.⁴⁹

A caracterização do meio físico era o primeiro passo metodológico para identificar a combinação de fatores pelos quais, uma população e suas atividades econômicas adaptam-se a uma base territorial, mostrando “os traços distintivos da unidade regional”, a configuração única da individualidade e da identidade de cada região, “uma personalidade”, “uma forma de ser diferente, particular” No seu quadro das regiões francesas, do início do século XX, La Blache levou em consideração aquilo que é durável, permanente, que foi formado e nomeado ao longo de décadas, séculos para a caracterização regional; nessa interpretação a paisagem cultural constitui um território (Gomes, 2005).

A abordagem relacional do território, não estatista (relação povo-território), a multidimensionalidade e a escala subnacional, esboçada pela Geografia Humanista de La Blache também são encontradas na Geografia social dialética de Elisée Reclus (2010a)⁵⁰ que utilizou o conceito de território em diversas passagens do texto

⁴⁸ No final da década de 1920, La Blache publica “*La France de L’Est*” referindo-se às regiões de Alsácia e Lorena. Por trás da neutralidade científica, sua análise possuía um forte componente político, confrontando-se termos teóricos e políticos com Ratzel.

⁴⁹ Diniz (1984) afirmou que os outros dois princípios do método lablacheano são as possibilidades do homem diante do meio físico e a necessidade do estudo da evolução das coisas para a sua compreensão. Também para Gomes (2005) o método lablacheano de investigação geográfica era empírico, com base no trabalho de campo *in loco* e partia da descrição das características físicas (clima, morfologia, ou qualquer outro elemento natural).

⁵⁰ Reclus (2010b), afirmou ter estudado em sua “Nova Geografia Universal” os homens nas diversas regiões do globo. Referiu-se nas obras de 1864 e 1895 a regiões a serem comparadas e

com significados distintos, além do território nacional, como sinônimo de paisagem cultural, superfícies ocupadas com determinadas atividades econômicas ou território ocupado por uma população (objetiva e subjetivamente).

Apesar da tradição da geografia clássica (Humboldt e Ritter) defender a unidade de pensamento geográfico (Geografia Física e Humana) também presente na Geografia Social de Reclus, que tratava todas as dimensões do espaço de forma integrada (coerente com a abordagem dialética), na história do pensamento geográfico foi havendo uma subdivisão em vários ramos especializados: Geografia Política, Geografia Econômica, que por sua vez, se desmembrou em Geografia Agrária, e, posteriormente Geografia Urbana e Geografia Cultural.

Na Geopolítica foi sendo consolidada a tradicional concepção ratzeliana, que realça o vínculo do território com o poder, particularmente com o poder estatal, enquanto território nacional. Paralelamente a abordagem teórico-quantitativa, hegemônica entre 1950 e 1970, se desenvolveu no campo da Geografia Econômica, adotada por sistemas de planejamento público e privado⁵¹. Nessa abordagem lugar e território não eram mais utilizados como conceitos geográficos, pois o homem aparecia de forma abstrata (como média) ou é inexistente, conforme Milton Santos (1978), ao analisar a teoria espacial que se preocupa com atividades econômicas isoladas ou em grupos; e com os fluxos entre esses agrupamentos ou nódulos de atividades, também representados por firmas e os fluxos entre elas: *inputs e outputs*.

Antônio Carlos Robert de Moraes (1990) também se referiu a ela como uma abordagem da realidade, sem sujeito, na qual inexistiam as relações entre os homens; deixando de fora as relações sociais, por isso não fazia sentido qualquer referência a território; e Giuseppe Dematteis (2007, p.54) também realçou seu objetivismo e pragmatismo acéticos, ressaltando, porém, que “alguns continuarão a trabalhar com a abordagem analítico-quantitativa”.

Segundo Saquet (2007) a redescoberta do território como um conceito complexo, se explica pelas mudanças simultâneas e recíprocas, que ocorreram na

nomeadas. No prefácio de 1905, aparecem referências a regiões do globo, paisagens do planeta, todas as regiões do universo, superfície das regiões.

⁵¹ O foco era a descrição e quantificação da produção no espaço, com o desenvolvimento das teorias locacionais, sobretudo de indústrias. No espaço como planície isotrópica ou superfície uniforme, as unidades espaciais resultavam de um processo de classificação, enquanto agrupamentos e divisões lógicas e sua representação matricial, com base em técnicas estatísticas de tratamento de inúmeras variáveis (geomorfologia, cobertura vegetal, ocupação humana, densidade demográfica, padrão cultural, circulação em todas as direções, renda) em função da racionalidade econômica - minimização de custos/maximização de lucros/satisfação.

realidade (mudanças sócio-espaciais) a partir de meados do século XX, na vida cotidiana e na vida em sociedade. A expansão do capitalismo e seus aspectos culturais agravaram-se e apresentaram novos desafios para os cientistas sociais, que se debruçaram sobre “suas contradições, agentes sociais, relações de classe”.

A complexidade da vida cotidiana exigiu mudanças da filosofia e das ciências sociais, uma abordagem interdisciplinar, apesar das especificidades metodológicas de cada concepção. Esse autor afirma que a evolução da abordagem relacional do território foi orientada por duas “perspectivas filosóficas e epistemológicas”: o materialismo histórico-dialético, elaborado por Marx e Engels, no qual se funda o núcleo radical da Geografia Crítica⁵² a fenomenologia, neo-historicismo e pós-estruturalismo⁵³ nos quais se funda a Geografia Humanista e Cultural Renovada⁵⁴.

Ambas são tributárias da retomada da centralidade do conceito de espaço na análise geográfica e sua ressignificação, como espaço social por Lefebvre (2008; 2006), entre os anos sessenta e oitenta. No debate geográfico o início da nova abordagem deve também a Dematteis e seu entendimento do território como produto de conflitos e contradições sociais. Em decorrência essas novas abordagens do território, são múltiplas, relacionais e processuais; articulam nesse conceito as interações das dimensões sociais e naturais; o processo histórico de dinâmicas territoriais que envolvem relações de poder, e são multiescalares, multiterritoriais e multidimensionais⁵⁵.

⁵² Saquet não explicitou a caracterização dos fundamentos filosóficos dos geógrafos críticos não marxistas e nem os próprios autores o fizeram nos trabalhos consultados.

⁵³ A abordagem territorial da dinâmica política e cultural, que trata de representações sociais, da importância de signos e símbolos (simbólico-identitária) como formas de controle da vida cotidiana, destacando a historicidade e a escalaridade foi fundamentada nas obras de três filósofos franceses, em meados de 1980: Gilles Deleuze (como o parceiro Rólnik) e do também psicanalista Felix Guattari - que enfatizam a subjetividade individual e coletiva (subjetivistas/culturalistas) e Michel Foucault (microfísica do poder), além de Castoriadis e Baudrillard (pós-estruturalistas), apesar de divergências metodológicas entre eles (Saquet, 2007, p.15).

⁵⁴ “O geógrafo deve resgatar suas raízes e assimilar a diversidade com que o novo se manifesta, na ordenação do espaço e na dinâmica múltipla e fragmentária do espaço social”, referindo-se à Geografia Humanista de Pelph e Fu-Tuan, predominantemente subjetiva, que privilegiava a dimensão cultural do espaço geográfico, a escala local e o conceito de lugar, uma lógica zonal pontual, com fraca ênfase para processos, dinâmicas e fluxos, bem como para as relações sociedade – natureza (Haesbaert, 2002, p.13-14 e p.142).

⁵⁵ Saquet (2007) destaca no debate territorial internacional os autores por escolas nacionais: Ratzel da escola alemã; os pesquisadores de língua inglesa, da Inglaterra e dos Estados Unidos (Gotmann, Sack, Entrikin, Harvey e Soja); e a escola francesa (Deleuze, Guattari, Foucault, Lefebvre, Raffestin, Guichonnet e Badie) que tem uma interação significativa, sobretudo Raffestin, com a escola italiana (Dematteis, Vagaggini, Quaini, Bagnasco, Indovina e Calabi, Magnaghi e Becattini), desconhecida no Brasil cuja importância ele divulga nesta obra.

1.2.1 Abordagem Relacional do Território da Geografia Crítica – Multiterritorialidade e Multi ou Transescalaridade

Focalizando as temáticas centrais do debate territorial Saquet (2007, p.14-15) resgatou da sistematização feita por Giuseppe Dematteis⁵⁶ as duas grandes “revoluções conceituais” do território que reelaboraram a ciência geográfica a partir dos anos 1950-60: por um lado os estudos que retomaram a geopolítica do espaço e por outro lado, aqueles dedicados ao desenvolvimento territorial, à reestruturação do capital e aos movimentos sociais, além da própria discussão teórico-metodológica (epistemológica) acerca do território⁵⁷.

Apesar do pioneirismo do geógrafo culturalista Jean Gottmann na abordagem relacional do território, nos Estados Unidos, desde as décadas de quarenta e cinquenta do século XX vários geógrafos críticos, muitos deles marxistas, além de Guichonnet⁵⁸, contribuíram para a “primeira revolução conceitual do território” – a abordagem territorial geopolítica, a partir da década de 1960 de: Giuseppe Dematteis e dele em parceria com Vincenzo Vagaggini, Maximo Quaini, Edward Soja, Claude Raffestin, Arnaldo Bagnasco, Robert Sack, Nicolas Entrikin e David Harvey (nos trabalhos de 1975 em diante deste último autor).

Para Vagaggini e Dematteis o ideário do materialismo dialético⁵⁹ possibilitou uma compreensão mais coerente das relações inerentes ao espaço: totalidade, interconexão, transformação, dinâmica e contradições, que se tornaram categorias fundamentais da abordagem geográfica, era base de um novo paradigma fundado no princípio explicativo, processos sociais/formas (materiais) para a análise das relações (sociais) de produção.

Em decorrência o processo histórico e as relações sociais em diferentes níveis escalares assumiram centralidade em estudos geográficos. Saquet (2007)

⁵⁶ Saquet (2007) retomou de Dematteis as quatro tendências do debate internacional sobre territórios, duas interdisciplinares (desde a década de 1960) e duas eminentemente econômicas (se expandem a partir da segunda metade dos anos 1980), nas quais agrupa as concepções de estudiosos brasileiros e estrangeiros com vinculações temáticas numa ou noutra direção das “revoluções conceituais”.

⁵⁷ Na constituição do território no nível epistemológico Saquet (2007, p. 63), apontou, por um lado, a contribuição de Deleuze e Guattari e, por outro lado, Dematteis e, no Brasil, Santos, que representou uma das “[...] três obras que marcaram a reflexão epistemológica na Geografia, contribuindo decisivamente na elaboração de abordagens territoriais no Brasil [...]”, como representante da primeira geração; seguido por Haesbaert, representando a segunda geração e o próprio Saquet como a terceira geração (Saquet, 2007, p. 121-122).

⁵⁸ Não foi identificado o referencial teórico-metodológico deste autor no texto de Saquet (2007).

⁵⁹ Nesta Tese insiste-se na referência a esse método com a grafia materialismo-histórico-dialético.

afirma ser a nova significação marxista do território “eminentemente econômica”, ao entendê-lo a partir de relações de produção e das forças produtivas, por não compreendê-las como relações sociais, mas se contradiz ao relacioná-la com a tendência política e econômica dos estudos territoriais.

Considera-se nesta Tese como lacuna na referida sistematização de Dematteis retomada por Saquet (2007), não ter sido mencionado um geógrafo que teve papel fundamental para o avanço da Geopolítica, Yves Lacoste (1989), que contribuiu para consolidar a Geografia crítica, nos anos oitenta, com sua revista *Heródote*⁶⁰, talvez por considerar que não contribuiu diretamente para a nova elaboração relacional do território.

Lacoste retomou a contribuição pioneira de Elisée Reclus à abordagem do território na perspectiva geopolítica. Segundo Boino (2010, p.25) Lacoste o identificou como o primeiro geopolítico e resgatou sua análise territorializada do poder político e militar dos Estados, “uma geopolítica não-facista”⁶¹, abordagem científica e política anarquista que ressaltava as diferenças sociais, o papel das classes, internas aos recortes espaciais (regionais). Por isso sua análise espacial não se confundia com a de Ratzel nem com a de La Blache, marcadas pelos “geografismos” - procedimentos que personificavam uma entidade geográfica (Estado, região, cidade) ou adotavam “entidades quase metafísicas – os povos”. Embora um dos significados de território na Geografia Social de Reclus (2010 a e b) fosse o território de uma Nação, a presença do Estado aparecia de forma mais sutil do que em Ratzel, como criador das condições (obras de infraestrutura) para garantir o território.

Saquet (2007) relaciona a qualificação de estudos sobre a categoria território no Brasil, a partir do biênio 1992-93, com a realização em São Paulo dos seminários internacionais sobre “O novo mapa do mundo e território: globalização e fragmentação”, como também com a divulgação da tradução portuguesa do livro de Raffestin “Por uma Geografia do Poder” (1993), o grande marco da abordagem relacional do território, mesmo reconhecendo as gerações anteriores de estudiosos

⁶⁰ A partir dos anos oitenta os membros da revista *Heródote* dedicaram-se aos problemas de geopolíticas internas e externas, em escala regional, nacional, continental e internacional. Em 1983 seu subtítulo foi alterado – Revista de Geografia e Geopolítica; e até 1985, 35 números temáticos tinham sido publicados com artigos de diversas áreas das ciências sociais “sobre o raciocínio geográfico”. Pela sua tiragem é a mais importante revista francesa de geografia e permanece a única revista de Geografia geopolítica, conforme apresentação (orelha) do livro de Lacoste (1989).

⁶¹ A geopolítica estava desacreditada desde que a teoria do espaço vital de Ratzel serviu para legitimar a política expansionista dos nazistas.

que já refletiam sobre o conceito de território no país nas décadas de setenta e oitenta do século XX, como Milton Santos (1996), para quem Raffestin (1993) também foi considerado um dos clássicos da concepção renovada do conceito de território, influenciando seu próprio pensamento.

Com relação à escalaridade Raffestin (1993) também tratava o espaço geográfico concreto de uma nação como território. Na verdade, o território-Nação é reafirmado por todas as correntes geográficas sendo acrescidas as novas significações. Raffestin introduz várias novidades na análise territorial, a primeira delas, que as relações de poder configuram os territórios, mas estes não se referem mais exclusivamente ao monopólio da ação política estatal no território nacional, embora este poder continue a ser exercido com grande peso na regulação das relações econômicas e político-administrativas internas (Geografia Política) e nas relações econômicas e políticas externas (Geopolítica contemporânea).

Embora mantendo uma concepção areal, Milton Santos também ampliou a significação do seu conceito de território para além daquela restrita ao Estado-Nação. Cada território para Santos é uma totalidade, um quadro único que não pode ser considerado isoladamente, em face de uma totalidade maior - a modernização capitalista desigual e espacialmente diferenciadora. Ele “[...] elabora uma abordagem materialista centrada no conceito de espaço geográfico e pautada em processos sociais, reconhecendo a natureza como elemento do território” (SAQUET, 2007, p.122). Apesar da referência a processos sociais Saquet caracteriza a abordagem de Santos sobre o território como econômico-material.

Em seu livro “Metamorfose do Espaço Habitado” de 1988 (1994) Santos afirma que há diferença entre o conceito de espaço e o de configuração territorial, cuja realidade vem de sua materialidade e refere-se à configuração técnica de lugares contínuos - área (SANTOS, 1994, p.51), concepção que juntamente com Raffestin e os autores italianos (marxistas) é uma das mais importantes dos estudos territoriais no debate geográfico no plano internacional, consolidando a nova abordagem territorial da Geografia Crítica. A partir de tal ampliação conceitual o território em Santos tornou-se “sinônimo de espaço geográfico socialmente organizado ou, ainda como quadro de vida e híbrido” (SAQUET, 2007, p.124).

Outros dois geógrafos críticos centram sua teorização na Geografia política e econômica conforme Saquet (2007): Marcelo Souza (2005) e Bernardo Mançano Fernandes (2005), sendo que o primeiro autor define o território, como um espaço

definido e delimitado a partir de relações de poder, enfocando a região, seguido por geógrafos não críticos: Haesbaert (2002),⁶² Corrêa (2005) e Castro (2005)⁶³.

Fernandes (2005) retoma a reflexão teórica de Lefebvre, sobre o conceito de espaço da versão inglesa *"The Production of Space"*, de 1991, para uma melhor compreensão da importância das relações sociais que se movimentam e se fixam sobre o espaço produzido e transformado pela prática social dos grupos humanos, introduzindo na sua compreensão o movimento, o tempo histórico, os processos que definem a produção do espaço. Embora afirme sintetizar a concepção lefebvriana, todavia ele se afasta da teoria unitária proposta pelo filósofo, a "economia política do espaço" ao defender, seguindo a trilha de Raffestin (1993) e Santos (1994a) a produção de um corpo conceitual especificamente geográfico, em diálogo com outras ciências sociais, para uma melhor compreensão do espaço geográfico, ou seja, privilegia este recorte.

Buscando superar a dicotomia entre a tradição da Geografia Física e da Geografia Humana para Fernandes (2005, p.2) o espaço geográfico é primeiramente espaço objetivado funcional, criado originalmente pela Natureza, produzido e transformado pelo movimento das forças naturais e da vida, construindo paisagens naturais. Mas contém também todos os tipos de espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas e entre estas e a Natureza; modificando as paisagens naturais ao construir paisagens culturais; produzindo e transformando continuamente o espaço social, contido no espaço geográfico.

Com base nos três autores – Lefebvre, Raffestin e Santos - Fernandes (2005) mantém a concepção areal de território, mas afirma que se trata de escalas subnacionais, ou seja, analisa as relações de poder estatal num determinado território (região, departamento, província, cidade etc) no interior de uma nação, embora sempre articulados com processos mais amplos, isto é, com o movimento do

⁶² Haesbaert (2002) reforça a abordagem multiescalar do território, superando a escala nacional e revalorizando os conceitos de região, sobre o qual afirma que a relação espaço e poder, característica da região passa a ser analisada no conceito de território, com base na ideia de dominação e poder, como fatores fundamentais na diferenciação de áreas; além dos conceitos de paisagem e lugar.

⁶³ Corrêa (2005) e Castro (2005) também identificam a gestão de territórios, como unidades administrativas, enquanto estratégias do poder público, relacionadas com o conceito de região. Para Corrêa o significado etimológico de região vem do latim *regere* - governar e *regione* - que delimitava a unidade política e territorial do Império romano, para designar áreas que, mesmo dispondo de administrações locais "com certa autonomia" eram "subordinadas" ao "governo central" de Roma; a noção se desenvolveu ligada à relação entre a centralização do poder e sua extensão espacial sobre uma área de grande diversidade social e cultural.

capital na escala global (abordagem espacial/territorial pluriescalar, multiescalar ou transescalar), da mesma forma que para Santos (1994).

Embora ambos sejam conceitos intrinsecamente políticos, a escala nacional associada ao conceito de território ratzeliano o diferencia fundamentalmente das novas abordagens do conceito associadas fundamentalmente à escala subnacional, regional e outras ainda menores. Porém mais do que isso geógrafos marxistas como Conceição (2009) enfatiza o caráter multiescalar ou transescalar do espaço; enquanto categoria maior que articula todas as demais categorias fundamentais da Geografia. O espaço, não é área, não é lugar, não é região, não é território, não é paisagem, não é natureza, mas toda área, todo lugar, toda região, todo território, toda paisagem, toda natureza está contida no espaço; são produzidos. A relatividade do espaço decorre do fato dele estar sempre em movimento histórico e articular todas as escalas com o conjunto das relações sociais de produção, no mesmo sentido colocado por Lefebvre, particularmente as articulações transescalares do movimento do capital global-nacional-regional-local.

Segundo Saquet (2007), conforme a referida classificação de Dematteis a “segunda revolução conceitual do território” corresponde aos estudos acerca do desenvolvimento territorial⁶⁴, reestruturação do capital e dos movimentos sociais, além da própria discussão teórico-metodológica (epistemológica) acerca do território. Operada basicamente pela crítica marxista da economia política e da sociedade capitalista, seu marco inicial é identificado com os estudos do próprio Dematteis, nos anos sessenta do século XX, retomado na década seguinte pela Geografia radical foi compreendido a partir do movimento ou processualidades e multiescalaridades ou transescalaridade por meio de uma abordagem interdisciplinar a partir dos autores que enfatizaram os movimentos sociais: Indovina e Calabi, Magnaghi, Bagnasco e Becattini (Saquet, 2007, p.14-15).

Naquela década, conforme Saquet, o debate internacional sobre o território estava consolidado e abrangente, somando-se aos pioneiros outros autores que, consolidaram essa temática que se desenvolve até o final do século XX e na primeira década do século XXI. Embora Raffestin não tenha sido mencionado por Dematteis ou Saquet (2007) como participante dessa segunda tendência das

⁶⁴ As duas abordagens territoriais econômicas agruparam os estudos que ressaltaram a regionalização (concepção areal do espaço correspondente à concepção zonal do território) e, de outro lado, a que enfatizou as redes e fluxos (concepção reticular do território).

análises territoriais, ele retoma de Lefebvre que o território resulta da prática social de diversos grupos sociais, a partir da qual passou a ser enfatizado o papel das classes sociais e do Estado na produção do espaço e na dinâmica sócioespacial⁶⁵, apontando para a existência de multiterritorialidades, isto é, distintas relações sociais que, ao se constituírem-se numa forma de poder produzem espaços sociais específicos – os territórios; o espaço/território como *locus* da reprodução das relações sociais de produção, para além da construção de objetos ou de coisas no espaço.

Para Santos (1996) a partir da construção social do espaço geográfico tanto os objetos como as ações estão no território. Ele ampliou a significação do seu conceito de território para além da concepção areal ao definir cada território como uma totalidade, um quadro único que não pode ser considerado isoladamente, e sim, como um conjunto indissociável no qual se realizam todos os tipos de relações, solidárias e também contraditórias, em face da referida totalidade maior capitalista desigual e espacialmente diferenciadora.

Santos (1994b) avançou ao afirmar ser o território o lugar onde os processos se efetivam através do acontecer; há uma unidade entre as processualidades histórica e multiescalar, nutrindo o pretérito, o ser e o vir a ser em cada lugar cotidianamente. Afirmou que a possibilidade da mundialização de um grande número de ações acarreta para muitos lugares o problema da superposição de ações com escalas diversas, o que exige uma abordagem transescalar.

Fernandes (2005) afirma o espaço produzido e transformado pelas relações sociais, pela prática social dos grupos humanos, constrói paisagens culturais: regiões, territórios e lugares, contidos no espaço geográfico. Com base nos três autores – Lefebvre, Raffestin e Santos, para esse autor espaço geográfico e território ainda que diferentes, são o mesmo. Ele concebe o território, como parte do espaço geográfico; o território é um tipo de espaço social produzido pelas relações entre pessoas ou relações sociais, contido no espaço geográfico. Mas o espaço é um *a priori* e o território um *a posteriori*. O espaço é perene enquanto o território é intermitente.

Concordando com Raffestin (1993), esse autor afirma que no interior do espaço nacional há diferentes territórios (frações desse espaço material) e também

⁶⁵ A abordagem territorial reclusiana ressaltava as diferenças sociais internas das regiões, ou seja, o papel das classes, embora não as tratasse como multiterritorialidades.

identifica a gestão de territórios com estratégias privadas⁶⁶, reforçando a análise espacial de multiterritorialidades. Seguindo a trilha aberta por Lefebvre também inclui como territórios os espaços privados: empresas, fábricas, propriedades, casas, cômodos, corpos etc

Saquet (2007) relaciona a expansão dos estudos territoriais na Geografia, na Economia, Sociologia entre outras ciências sociais com as mudanças históricas e teóricas na França, Suíça, EUA, Inglaterra e Itália, enfatizando o pioneirismo de Dematteis em ressaltar a relação área-rede, ou seja, às concepções areais dos territórios foram acrescidas novas concepções nas quais os fluxos e as redes em trama assumem centralidade em estudos geográficos territoriais.

No Brasil os processos sociais e territoriais – a emergência das redes de circulação e comunicação também fazem evoluir a concepção territorial que além da tecnificação do consumo do espaço leva em conta os interesses dos produtores do espaço, na sua prática social cotidiana que envolvem contradições sociais. Por influência de Raffestin, Santos (1994b) introduz a noção de “constituição de redes” afirmando que tal configuração territorial (técnica) pode ser local ou com um controle remoto, distante por meio das redes no nível mundial. Fernandes (2005) seguiu nessa direção da abordagem territorial a partir da relação área – rede, ao afirmar que as relações sociais por sua diversidade criam vários tipos de territórios que são territórios contínuos e em áreas extensas ou descontínuos em pontos e redes⁶⁷.

Souza (2005), nas suas reflexões sobre desenvolvimento territorial, retoma os muitos conceitos de território que dão um caráter polissêmico a esse termo fundamental usado na prática social em função dos mais diferentes objetivos, atualizando-o ao tratá-lo como um espaço definido e delimitado a partir de relações de poder, portanto, tem fortes relações com autonomia e desenvolvimento, como desdobramentos da organização sócioespacial. Esse autor é seguido por Marco Aurélio Saquet (2007), que se coloca como um geógrafo crítico tendente a uma concepção eclética⁶⁸, da mesma forma que Roberto Lobato Corrêa (2005) que nos

⁶⁶ Haesbaert (2002), Corrêa (2005) e Castro (2005) também identificam a gestão de territórios, como estratégias privadas.

⁶⁷ Haesbaert (2002) supera os territórios enquanto territórios-zona (de Pelph e Fu-Tuan), ao valorizar as diversas redes implantadas a partir da modernidade entendidas enquanto territórios-rede e os aglomerados de exclusão, numa conjugação da perspectiva área-rede, rede-rede e rede-lugar, ressaltadas na sua construção dos territórios de identidade.

⁶⁸ Saquet (2007) explicita a influência da Geografia crítica radical (marxista), na sua própria concepção desde 2003, ao tratar espaço e território como conceitos ligados e indissociáveis; ao articular tempo, espaço e território, baseando-se em Bagnasco, Raffestin, além dos filósofos

anos noventa trabalhou com caráter areal do território, mas destacou as redes e reconheceu elementos da economia, da política e da cultura. Apresentou o conceito de espaço ou organização espacial como mais amplo e abrangente do que o território, que significava o controle político de um segmento do espaço (área). Essas práticas são de um agente social, do Estado, de empresas e grupos sociais.

Dematteis em seu artigo “O Território: uma oportunidade para Repensar a Geografia” (2007)⁶⁹ realçou a centralidade do conceito de território na pesquisa geográfica nos últimos anos (no século XXI) “em relação aos problemas colocados pela evolução recente da sociedade humana” com novos significados (reforçando a redefinição do objeto e do papel da Geografia)⁷⁰

Ao sintetizar as abordagens metodológicas do território na segunda metade dos anos 1980, adotadas por geógrafos e outros cientistas sociais Haesbaert (2002, p.10) também destacou como representantes da Geografia Crítica, além de Raffestin e Sack mencionados, Pred e Gregory, reconhecendo que nesta corrente teórica, majoritária no pensamento geográfico ainda no século XXI, o conceito de território foi e continua a ser central.

Um último destaque entre os geógrafos brasileiros, segundo Saquet (2007) foi para o geógrafo crítico marxista Ariovaldo U. Oliveira (1991), para quem o território, como conceito subsidiário ao de espaço geográfico, ainda aparece como localização, área, numa abordagem mais econômica das relações capital-trabalho (pessoas, processos produtivos e da circulação de mercadorias, no circuito de rotação e reprodução do capital). Apesar da ênfase econômica Saquet é obrigado a reconhecer que Oliveira não se restringe a ela ao afirmar que a formação do território decorre de combinações e articulações sociais e mediações

clássicos marxistas – Marx, Engels e Lefebvre, no amadurecimento de sua trajetória intelectual; mas ao mesmo tempo se fundamenta no geógrafo crítico não marxista Souza e nos territórios de identidade do culturalista Haesbaert (2002). Corrêa também procura conciliar a abordagem econômica com a abordagem política e cultural.

⁶⁹ Dematteis vinculado ao Departamento Interateneo Territorio Politécnico e Universidade de Turim – Itália, no seu artigo que apresenta o livro *Abordagens e Concepções de Território*, de Saquet (2007) destaca que nesta obra o autor fez “o exame crítico de uma vastíssima literatura”.

⁷⁰ Geografia como ciência da diferenciação do espaço terrestre, ciência das relações multiescalares entre o ambiente físico e a sociedade humana, ciência da paisagem etc. São superadas tanto as concepções simplificadoras e reducionistas do território como “um conjunto de ecossistemas regidos por leis naturais” (“sem atores”); quanto às concepções do território como “um simples espaço de interação entre atores, privado de relações com a materialidade do ambiente natural e construído”, das ciências sociais e políticas mais abstratas (DEMATTEIS, 2007, p.7-8).

supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc)⁷¹. Na sua obra de 2002, o conceito de território ganha centralidade, como totalidade concreta, síntese contraditória do modo de produção capitalista.

1.2.2 A Multidimensionalidade na Abordagem Relacional do Território

Antes de focar o debate contemporâneo acerca da multidimensionalidade na abordagem territorial interessa aqui enfatizar, como o fez Paul Boino (2010 a, b, c) que a análise dialética de Reclus, esboçava uma abordagem multidimensional do território, se antecipando em sete décadas ao debate contemporâneo nas várias ciências sociais e humanas – sociologia, etnologia, psicologia e geografia etc, sobre as relações entre sociedade (ou o indivíduo) e o espaço, e, em quase meio século em relação ao surgimento da Geografia Crítica marxista⁷². Reclus (2010a) mencionava aspectos objetivos e subjetivos em sua análise territorial, coerente com sua concepção de espaço. Na abordagem objetiva do território ressaltava a relação de determinada população com seu território ocupado objetivamente como habitat ou produção e na abordagem subjetiva do território, o sentimento de pertença do indivíduo ou grupo social em relação a um território, ou seja, a territorialidade, exemplificada pelo sentimento patriótico do indivíduo com relação ao território nacional.

Lefebvre inaugura o debate sobre a multidimensionalidade do território retomando da análise marxista os conceitos de infra e superestrutura da sociedade:

[...] utilizar conceitos não limitados a um campo específico de experiência, mas comuns à ciência social em geral. É o que tentamos efetuar neste momento, ao empreendermos a análise do consumo coletivo, a partir do modo de produção, percorrendo, sucessivamente, os problemas teóricos levantados no estudo da infraestrutura do modo de produção capitalista e em seguida na superestrutura. Como boa lógica tal passo é autosuficiente. O único problema, e é o essencial, é reatar este desenvolvimento conceitual a práticas históricas concretas, de modo a estabelecer leis sociais

⁷¹ Nesta Tese utiliza-se o conceito marxiano de superestrutura e de elementos superestruturais: jurídico-político e ideológico.

⁷² A única referência a Pierre George, anteriormente mencionado como pioneiro da Geografia marxista conforme Paul Boino (2010) desde os anos 1950 é que ele tratou o tema do território e da territorialidade de forma semelhante a La Blache, como gênero de vida. Saquet (2007) destacou na concepção da escola regional francesa lablacheana a territorialidade ativa, a dimensão cultural e identitária, que levantou a grande diversidade cultural da humanidade e das paisagens, retomada na atualidade pela corrente humanista e cultural renovada.

que deem conta dos fenômenos objetivados, ultrapassando as construções puramente formais (LEFEBVRE, 2008, p.5).

Vários autores retomam a ideia de que o território como espaço social, inclui o espaço vivido, incorporando atos sociais, de sujeitos ao mesmo tempo coletivos e individuais, a prática espacial e o imaginário, o espaço mental, certas representações (simbólicas) dessas interferências das relações sociais de produção-reprodução. Dessa forma o espaço social corresponde ao espaço da representação: construído, produzido, projetado, elaborado, vivido (LEFEBVRE, 2008), isto é o espaço existente atravessado pelas representações, nas quais ele distingue: as representações do espaço (conhecimentos, signos, códigos, relações formais) que conformam o espaço concebido (que mistura ideologia e conhecimento elaborados por especialistas/tecnocratas, dominante do espaço vivido; e os espaços de representação, ou os espaços percebidos, isto é, os espaços naturais e sociais práticos, produzidos, apropriados, vividos por um indivíduo ou grupo social a partir do emprego do tempo nos lugares relacionados com as atividades cotidianas, e, ao mesmo tempo simbólicos, porque carregados das referidas representações⁷³ (simbolismos, arte, subterrâneos da vida social, religião).⁷⁴

Em síntese, o espaço da prática social é aquele que fenômenos sensíveis ocupam sem excluir o imaginário, os projetos e projeções, os símbolos, as utopias⁷⁵. A prática e a teoria da vida social se desenvolvem também no espaço. No discurso cotidiano surgem diversos espaços que reduzem a escala⁷⁶ local ao micro: a esquina da rua, da praça, do mercado, do centro comercial ou cultural, de um lugar

⁷³ De Lefebvre, Haesbaert (2002) resgata o conceito de espaço produzido como resultado do trabalho humano, como produto sócio-espacial, de relações concretas e simbólicas (potencializando representações sociais e símbolos) em favor de interesses econômicos (acumulação) e políticos (controle), nos discursos cotidianos dos diversos indivíduos ou de grupos, supervalorizando a dimensão ideológica ou cultural.

⁷⁴ Capacidade prática da sociedade de dispor de lugares religiosos (rituais) e políticos; povoados de significante e significado. Uma realidade superior prático - social e espacial se vive antes de se conceber (LEFEBVRE, 2006).

⁷⁵ A “abordagem político-disciplinar e simbólica” do espaço geográfico e do território também afirma conciliar os aspectos objetivos e subjetivos, num diálogo cada vez mais transdisciplinar da geografia com outras ciências sociais. O território é compreendido enquanto mediação espacial do poder que resulta da “[...] interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política”. As redes implantadas na modernidade são compreendidas no âmbito da territorialidade, isto é, vinculadas a identidades culturais, ao sentimento de pertencimento (HAESBAERT, 2004, p.93).

⁷⁶ Os problemas dos geógrafos com a grande variação do tamanho dos fenômenos (objetos de estudo) e dos limites impostos ao conceito de escala na geografia, por sua analogia com a cartografia, é tratado por Castro (2005), que defende que a escala seja entendida como uma estratégia de aproximação do real.

público, um cômodo num apartamento etc. Conjuntamente, ou seja, sem isolá-los, descrevem um espaço social, na medida em que “[...] correspondem a um uso desse espaço, portanto a uma prática espacial da qual elas dizem e compõem” (LEFEBVRE, 2006, p.20)⁷⁷.

Na década de 1970, conforme Saquet (2007), o debate internacional sobre o território e a territorialidade estava consolidado e abrangente. Porém a qualificação de estudos sobre essas categorias no Brasil, só ocorreram na década de noventa, tendo como marco a divulgação da obra de Raffestin (1993) como a mais expressiva concepção na abordagem econômica e política, sobre a materialidade do território e a imaterialidade das sensações e representações. A análise de Raffestin⁷⁸ da dimensão imaterial do território (informação e conhecimento) como um “trunfo” é retomada por vários geógrafos críticos: Bertha Becker (divulgadora da obra de Raffestin) e Manuel Correia de Andrade valorizam a territorialidade, sendo que para a autora corresponde à face vivida do poder e do território; e para o autor a elementos do território nacional (objetos, pessoas, ideologia e gestão; recursos como o povo) e ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado (sentimento de pertencimento ao Estado-Nação, nacionalidade), de forma semelhante à Reclus e Badie. Otávio Ianni também concebeu o território como material e imaterial.

No debate contemporâneo a partir da década de 1990 representantes das duas correntes do movimento de renovação do pensamento geográfico fazem acusações mútuas com relação ao caráter unidimensional de suas análises territoriais, como Fernandes (2005) e Haesbaert (2002)⁷⁹.

⁷⁷ O espaço tem sido associado, por autores das duas correntes geográficas em análise, a todas as escalas - do macro à micro: global, continental, nacional, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa, ou de um cômodo da mesma, como foram mencionados tanto pelo geógrafo crítico Fernandes (2005), quanto pelo geógrafo humanista e culturalista Haesbaert (2002), que também considera o próprio corpo como um território.

⁷⁸ O próprio Raffestin, segundo Saquet (2007) denominou sua abordagem como estrutural-construtivista, pensada a partir de argumentações de Jean Piaget.

⁷⁹ A Geografia Crítica é acusada de ser unidimensional, especialmente o marxismo mais ortodoxo (predominante na década de 1980) “[...] dos geógrafos engajados em torno de teorias universalizantes e simplificadoras, quase sempre, mas ainda assim dotadas de poder explicativo [...] a tradicional abordagem da organização econômica, produzindo sua divisão territorial do trabalho [...] é preciso reconhecer que o espaço sobrepõe à função produtiva, e às vezes de modo ainda mais enfático, uma função político-disciplinar e simbólica” ausente ou relegada a segundo plano nessas análises, com exceção de Lefebvre; e propõe a superação da dicotomia entre sensibilidade e razão, experiência e representação (HAESBAERT, 2002, p. 09-10 e 14).

Fernandes (2005) questiona o fato de muitos geógrafos e cientistas sociais utilizarem o conceito de território como uma dimensão das relações sociais; isto é, tratarem o espaço geográfico somente como espaço político ou econômico ou cultural, de forma unidimensional. Para ele a Geografia Crítica toma como ponto de partida a análise da dinâmica múltipla do espaço social. Para que se torne compreensível é necessário que se defina o espaço do qual se está falando, levantando teoricamente as qualidades desse espaço, em todas as dimensões que o compõem. A materialização da existência humana conforma o espaço social, formado por espaços materiais resultantes das relações homem-natureza e homem – homem por meio do trabalho, por meio das quais as pessoas produzem espaços no movimento da vida, da natureza e da artificialidade e produção de conhecimento e são frutos dessa multidimensionalidade. Mas, os sujeitos sociais também buscam materializar no espaço um modo de existir, uma identidade, construindo territórios imateriais (políticos, religiosos, culturais, espaços mentais, de pensamento, espaços de conhecimento, um paradigma⁸⁰, ciberespaços/cibernéticos etc).

A mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico por meio da intencionalidade determina a construção de territórios concretos. Estes possuem o sentido de “trunfo” que Raffestin (1993) defendeu para o conceito de território. Sem a produção de espaços e de territórios o conhecimento como relação social pode ser subordinado por outros conhecimentos, relações sociais, espaços e territórios. (FERNANDES, 2005, p.4).

Retomando a definição de Santos do território como totalidade, Fernandes considera que, mesmo constituindo-se em frações de outros espaços materiais ou imateriais, o território concreto é multidimensional, é, espaço político, econômico e cultural, portanto, só é compreendido em todas as dimensões que o compõem:

[...] é importante lembrar que o território é um espaço geográfico assim como a região e o lugar e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços. A partir desse princípio é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. (FERNANDES, 2005, p.3).

⁸⁰ Para Fernandes (2005) o conhecimento é um importante tipo de território, por isso para a construção de leituras da realidade é fundamental criar métodos de análise que são espaços mentais onde os pensamentos são elaborados; para um uso não servil dos territórios dos paradigmas é necessário utilizar-se a propriedade do método.

Marcelo Souza (2005) também centra sua abordagem na dimensão política do território, como um campo de forças, relações de poder espacialmente delimitado, a partir de uma compreensão multidimensional das relações de poder, isto é, o território significa a materialidade que sustenta a vida, determina as práticas espaciais e processos sociais que envolvem o imaginário, identitarismos (territorialidades). E a partir de Souza, bem como Raffestin e Corrêa, Saquet (2007) teoriza sobre a (i)materialidade do território a partir da noção de espaço construído socialmente (relação espaço-tempo) tanto objetiva quanto subjetivamente destaca a produção do território sob as relações sociedade-natureza, condição para a reprodução social; campo de forças econômicas – políticas – culturais enquanto relações sócioespaciais historicamente determinadas e a abordagem territorial como um caminho para se elaborar e atuar em projetos de desenvolvimento econômico local (SAQUET, 2007, p.126 e 127)⁸¹.

Diferentemente de outros geógrafos críticos acima mencionados Ariovaldo Oliveira (1991) não aborda o território a partir dos conceitos de materialidade e imaterialidade, realçando a abordagem conceitual marxista clássica do modo de produção, que articula as dimensões do processo produtivo em sua integralidade (infraestrutura)⁸², com as mediações supraestruturais, destacando as mediações políticas (a função de regulação do Estado); como também as mediações ideológicas e simbólicas.

Nesta Tese, considera-se necessário lembrar que a análise marxiana-engelsiana constituía justamente a “crítica da economia política” (liberal clássica) por considerar que seu objeto de estudo não eram as forças produtivas e as relações técnicas de produção, mas “tratava-se de estudar as relações sociais”, as relações sociais de produção em face do desenvolvimento das forças produtivas na sociedade entendida como Modo de Produção (infraestrutura e superestrutura).

Todas as concepções da Geografia Crítica contribuem para a abordagem do território nesta Tese, contudo persegue-se a coerência com o método, filtrando tais

⁸¹ Saquet (2007) destaca as análises de Deleuze e Guattari sobre as novas territorialidades (i)materiais, nas quais há fluxos, conexões, articulações, codificação e decodificação, poder. As territorialidades são culturais (folclóricas), políticas (do Estado, de partidos e de bairros) e econômicas (centradas na criação e reprodução do capitalismo).

⁸² É importante observar que em Oliveira (2002), aparece a totalidade concreta do processo de produção/distribuição/circulação/consumo que se dá ao nível da infraestrutura econômico-social, ou seja, no âmbito da sociedade civil ou esfera dos interesses materiais, definindo a partir da posição objetiva das classes (classe em si) definida por sua relação com a apropriação/propriedade dos meios de produção, dentre eles a terra.

contribuições teórico-conceituais; destacando-se esse último autor pelo suporte teórico-metodológico marxista ao tratamento analítico dos processos empíricos em tela.

SEÇÃO 2

ESPACIALIZAÇÃO/TERRITORIALIZAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS E O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Esta segunda seção retoma e aprofunda a discussão iniciada anteriormente sobre o conceito de território na abordagem relacional da Geografia Crítica, enquanto multiterritorialidades; numa abordagem que enfatiza a produção dos espaços sociais - os territórios por distintas classes sociais e pelo Estado, articulada com a concepção transescalar do desenvolvimento desigual e combinado/contraditório do Modo de Produção Capitalista, a partir do qual os processos geográficos de espacialização, e, sobretudo, territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) expressam lutas sociais, territórios em conflito.

2.1 Desenvolvimento Desigual e Combinado do Modo de Produção Capitalista e a Produção de Espaços Diferenciais

Corrêa (2005) afirma a necessidade da análise espacial se articular concretamente com a análise de determinado sistema social. O geógrafo anarquista Elisee Reclus precursor da análise dialética na Geografia, conforme Oliveira (2004) em sua obra “O Homem e a Terra” havia analisado o capitalismo, o colonialismo, a urbanização, as mutações sociais, inaugurando uma “maneira de ver o mundo em sua globalidade e em suas dinâmicas”, fundando “[...] uma Geografia social, econômica e política, colocando em relevo os modos de produção, os sistemas de exploração capitalista e de opressão estatista” (BOINO, 2010, p.12-18).

O primeiro autor que se autodenominou defensor da abordagem materialista-histórico-dialética de Marx para embasar sua teoria espacial foi Lefebvre (2008, 2006) que se diferenciou das análises espaciais anteriores ao introduzir o conceito de “produção do espaço” relacionado com a prática social, como campo de ações de um indivíduo ou grupo social (classes). O filósofo afirmou que a especificidade dos tipos de espaço corresponde à instância determinante e dominante, do modo de produção, no caso do capitalismo: o econômico; e passou a analisar em sua economia política do espaço a relação entre o processo de produção em sentido amplo – produção, circulação/troca, distribuição e consumo no modo de produção capitalista e o processo de produção do espaço. Portanto o ponto de partida da abordagem marxista do espaço lefebvriana é o pressuposto de que ele é produzido por processos que se estabelecem a partir das relações de produção, da divisão

social do trabalho, que articula espaços delimitados inseridos através de determinadas mediações e escalas na totalidade das relações mundiais.

A divisão do espaço, em termos de divisão econômica, nesse modo de produção significa uma organização do espaço específica para cada um dos elementos do processo de produção imediata (força de trabalho e reprodução da força de trabalho, ou seja, gestão do trabalho e meios de produção e reprodução dos meios de produção). Numa economia tão complexa como a do capitalismo avançado, ou melhor, no estágio monopolista do modo de produção capitalista, os meios de produção não se organizam no plano espacial ao nível de uma empresa; o meio de interdependências técnicas generalizadas, os recursos comuns, as “economias externas” (para os marginalistas) realizam-se numa escala muito maior referente à gestão e à circulação do capital, caracterizando-se por sua deslocalização tendencial do espaço enquanto fonte de especificidade.⁸³

No capitalismo a produção do espaço é campo de atuação para a reprodução de determinados capitais, nos circuitos industrial e financeiro, que adquirem importância crucial nos mecanismos gerais da reprodução ampliada do capital, com contradições (no espaço e do espaço), decorrentes da capacidade técnica e científica desigual de uma produção do espaço social em escala planetária e dos termos da troca.

Ele considerou o conceito de composição orgânica do capital (proporção do capital variável e de capital constante) um dos mais importantes do pensamento marxista, destacando a espacialidade do mesmo, que se refere a uma localização. A teoria de uma composição desigual dos capitais e de uma composição orgânica média (não concerne apenas às empresas, aos ramos industriais separadamente, mas se estende às regiões, países) de uma tendência ao crescimento da composição, faz parte das teorias e leis tendenciais descobertas por Karl Marx,

[...] embora raramente seja considerada no critério do desenvolvimento e do subdesenvolvimento não há dúvida de que essa noção apresenta as características mais pertinentes a esse respeito, pois ela compreende simultaneamente o processo (tendência desigual ao crescimento da composição orgânica do capital) e o resultado (competição, confrontação dos valores de troca produzidos por capitais de composição média desigual segundo o setor e o país) as transferências de capitais (de mais valia) de um

⁸³ O tempo, ao contrário, torna-se mais e mais central no processo, fracionando-o em operações específicas segundo a velocidade diferencial de realização.

país ou de um setor a outro desempenham um papel incessante á escala mundial (LEFEBVRE, 2008, p. 134).

Afirma este autor que as distintas composições orgânicas do capital, que se concretizam enquanto relações espaciais não se separam. As mencionadas diferenças nas composições orgânicas dos capitais (econômicas) dão suporte às contradições à escala das estratégias (políticas). O mercado mundial das mercadorias, dos capitais (seu principal componente) ganha uma existência concreta a partir do momento em que ocupa o espaço e se reparte em espaços determinados – centros-periferias, significações e não significações (conceito de concreto espacial)⁸⁴, bem como outras oposições/contradições expressas ou dissimuladas - troca-uso, totalidade-fragmentação, homogeneidade-diferença e produção-autodestruição.

No espaço das forças produtivas e dos meios de produção, de uma economia política do espaço, onde os centros urbanos ganham destaque, para o bem e para o mal,⁸⁵ não é possível escapar às consequências da lei de desenvolvimento desigual. A centralidade da produção do espaço, reverso e contrapartida da transformação/destruição da natureza, ligada a relações técnicas de produção não perdeu centralidade, na medida em que “um salto das forças produtivas” na produção do espaço (a partir da alta tecnicidade possibilitada pelas ciências que captam e utilizam energias massivas ou finas – informática, cibernética – que permitiu a automação) e, juntamente com o fenômeno urbano, servem “[...] ao controle do espaço existente”. Descobre-se a “essência da dominação sobre a natureza” (LEFEBVRE, 2008, p. 141).

⁸⁴ O espaço concreto não coincide com nenhum dos recortes que o analista nele efetua, ele se concebe como um envolvimento de níveis sucessivos. No nível elementar (micro) as unidades de produção e as áreas de troca e de consumo mantêm sua importância (produtos estudados pela economia clássica, ligados à história com a praça do mercado, o mercado central e o campanário, nas cidades). No nível mais elevado há o mercado mundial (espaço planetário) com seus componentes mais próximos, os países (caracterizados por uma composição orgânica do capital). Entre ambos existem as cidades e as grandes zonas urbanas (LEFEBVRE, 2008).

⁸⁵ As grandes zonas urbanas desempenham um papel cada vez mais considerável sob todos os pontos de vista e seus problemas tornam-se essenciais: em relação às forças produtivas, para estimulá-las ou freá-las e também nos problemas políticos: incontroláveis, insuportáveis, ingovernáveis. Salvar as cidades! É a palavra de ordem política. Os problemas não resolvidos (insolúveis certamente no quadro social e político atual: nas relações de produção existentes) reagem sobre o conjunto da sociedade: degradação da vida cívica e social, tendência à baixa da produtividade e das taxas de crescimento, embora os poderes políticos continuem visando a perseguição indefinida do crescimento (LEFEBVRE, 2008).

No Brasil, um marco que norteou a discussão sobre o desenvolvimento capitalista desigual, e mais precisamente sobre as causas do subdesenvolvimento do país foi a criação da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, como órgão regional da Organização das Nações Unidas - ONU, em 1948, propondo ações (reformistas) para superá-lo, no bojo dos governos liberais populistas. A nova teorização econômica cepalina por meio dos trabalhos de Raul Prebisch e, sobretudo, do economista brasileiro Celso Furtado, avançou na elaboração da “Teoria do Subdesenvolvimento”, que se contrapunha aos economistas neoclássicos, para interpretar a análise da Formação Econômica do Brasil (1970).

Analizando a participação de geógrafos brasileiros nesse debate, Conceição (1991) destacou que, eles vinham formulando seus escritos fundamentados na teoria do desenvolvimento desigual em concordância com as análises dos clássicos marxistas, embora predominasse um viés estruturalista nessa leitura. Havia variação nas abordagens⁸⁶ entre os autores, influenciada pela própria realidade sócio-política estudada. André Gunder Frank (1980) avançou na compreensão do conceito de dependência como necessária e intrínseca na mudança, superando a ideologia dualista⁸⁷, assimilado tanto pela “burguesia progressista nacional”, como pela esquerda (CONCEIÇÃO, 1991, p.109).

Os estudos de Milton Santos sobre a produção de espaços diferenciados se coadunavam com a mencionada discussão do desenvolvimento (capitalista) desigual que perpassava diversas ciências sociais, a começar por Lefebvre⁸⁸, numa abordagem geral (nos diversos continentes) e outros estudiosos dedicados à história econômica na América Latina, também mencionados por Conceição (1991).

⁸⁶ Como exemplo dessas variadas concepções Henri Lefebvre (2006; 2008) menciona a teoria do desenvolvimento desigual; Francisco Oliveira em 1971 (1981), Alexandrina Conceição (1991) e Michel Lowy (2000) referiram-se à teoria do desenvolvimento desigual e combinado; e Ariovaldo Oliveira (2004) à teoria do desenvolvimento desigual e contraditório.

⁸⁷ Conceição (1991, p. 118) afirma que Gunder Frank em suas obras “O desenvolvimento do subdesenvolvimento” e “Lupenburguesia: lumpendesarrollo” trata a palavra dependência como um eufemismo para encobrir a subordinação, a opressão, a alienação e o racismo tanto dos capitalistas internos como externos (imperialistas) que causam sofrimento ao povo empobrecido e oprimido.

⁸⁸ Crescimento e desenvolvimento não coincidem; o primeiro não conduz automaticamente ao segundo (Lefebvre, 2008). Ele se antecipa em quase três décadas do reconhecimento desse debate nos fóruns internacionais sobre o desenvolvimento, promovidos pelo PNUD/ONU; que resultaram na criação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (no qual o PIB per capita é apenas um dos indicadores mensurados juntamente com mortalidade infantil e taxa de escolarização), como parâmetro de análise da situação dos países (*ranking* anual) e de avaliação de políticas governamentais.

Em “Espaço e Dominação: Uma Abordagem Marxista”, de 1979, Santos (2004), afirma que no espaço organizado pelo homem, se identificam as formas, os fixos e também as interações espaciais, os fluxos. E decorrentes da modernização diferenciadora (relações entre espaço, técnica e tempo), introduzidas pelo capital, identifica relações entre espaço e dominação.

No livro “Metamorfoses do Espaço Habitado”, de 1988 (1994a), quando analisou os fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia, Santos reflete sobre a heterogeneidade espacial que se tornou visível a partir das transformações ocorridas na metade do século XIX: expansão da população mundial, migrações maciças do velho para o novo mundo; a exploração urbana e metropolitana (a criação de um meio geográfico artificial que se torna um espaço do homem), exigindo a atualização das categorias geográficas de região e paisagem.

Sua reflexão no texto “Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico – Científico Internacional”, de 1994, resgatada por Corrêa (2005) trata das relações entre economia, espaço e meio técnico científico. Essa temática foi retomada em “A Natureza do Espaço”, de 1996 (2006), analisando o processo da modernização diferenciadora responsável pela propagação desigual das técnicas e meios que acirra a diferenciação dos espaços e a heterogeneidade do espaço habitado, a partir das migrações e criação do meio geográfico artificial urbano e metropolitano.

Com o desenvolvimento acelerado das forças produtivas materiais na contemporaneidade, os marxistas voltaram sua atenção para as novas tecnologias da informação que caracterizam a sociedade capitalista “pós-tecnológica”, como o fez Lefebvre (2008) ou Manuel Castells e sua trilogia: “A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura” (1999 a,b,c), Milton Santos e vários dos seus seguidores.

A reflexão sobre as novas lógicas, centro-periferia passa tanto pela relação entre países como pela relação entre regiões dentro da organização desigual do espaço, sobretudo nos países periféricos. Lefebvre também refletia a partir do desenvolvimento desigual sobre a organização do espaço em unidades específicas e articuladas, segundo os arranjos e os ritmos dos meios de produção, corresponde às distinções das práticas sociais em termos de regiões de um dado país:

A questão regional expressa em termos de desequilíbrios econômicos no interior de um mesmo país, a realidade conhecida de

modo imediato e o que a tradição marxista trata como efeitos do desenvolvimento desigual do capitalismo, isto é, desenvolvimento desigual das forças produtivas e especificidade na organização dos meios de produção, segundo um ritmo diferencial ligado aos interesses do capital. Desenvolvimento desigual dos setores econômicos, exploração desigual dos recursos naturais, concentração dos meios de produção nas condições mais favoráveis, criação de meios produtivos ou 'unidades de produção complexas', eis as bases econômicas daquilo a que se chamam as regiões e as disparidades regionais (LEFEBVRE, 2008, p.08).

A análise de Antônio Gramsci "A Questão Meridional" (2006) evidencia o desenvolvimento desigual e combinado entre as regiões norte industrial e sul agrária e agrícola da Itália. Referindo-se ao território nacional, ao analisar o movimento contraditório em relação à totalidade das leis e categorias da dialética, o sociólogo e economista Francisco de Oliveira, mencionado por Conceição (1991, p.115), em sua obra "Crítica da Razão Dualista", de 1972 (1981) realizou a crítica marxista da análise funcional, dualista, nas suas duas vertentes: teoria do desenvolvimento desigual (historicista) e teoria da modernização (neopositivista).

O autor em "A Navegação Venturosa" – ensaios sobre Celso Furtado (2003) afirma que se baseou na teoria do desenvolvimento desigual e combinado para analisar a relação agricultura-indústria e seus distintos papéis na acumulação do capital na economia nacional, por trás da problemática da desigualdade regional Nordeste-Sudeste, evidenciando a articulação dialética dos dois Brasis - moderno industrializado e do atrasado agrário.

Para Lefebvre (2006) em toda sociedade o espaço tem uma dupla natureza e existência geral: imediatez/objetividade (se coloca no centro se destina, se mede e serve para medir) e, ao mesmo tempo, é mediação (é intermediário) através de cada plano ou contorno opaco (o espaço contém opacidades, corpos e objetos, lugares escondidos, até impenetráveis, viscosidades, buracos negros) visa-se estabelecer o espaço social como transparência, ocupada somente por luzes/presenças/influências. O espaço oferece sequências/conjuntos de objetos/encadeamentos de corpos, de modo que cada um se descobre de outros, deslizem sem cessar do não visível/obscuridade/opacidade/sombra/críptico/oculto ao visível/transparência/ luminosidade/claridade/lúcido. "Lá onde existe espaço natural [...] e mais ainda lá onde existe espaço social o movimento que vai da opacidade à iluminação, do críptico ao descriptado, é perpétuo. A atividade de

descrição incessante e objetiva quanto subjetiva no que ela supera essa velha oposição filosófica” (LEFEBVRE, 2006, p.9).

Seguindo essa trilha Milton Santos e Maria Laura Silveira em “O Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI” (2001), refletem sobre as novas desigualdades regionais a partir dos conceitos de: zonas de densidade e rarefação, fluidez e viscosidade, espaços de rapidez e lentidão, espaços luminosos e espaços opacos, espaços que mandam e que obedecem.

Manuel Castells contribuiu para a compreensão da teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capital (1979). Dois autores marxistas contemporâneos têm se destacado na análise do movimento do capital na escala planetária na atualidade: o economista François Chesnais (1996; 1998) e Chesnais et al (2003) tem dado grande contribuição para a compreensão da mundialização do capital, enquanto mundialização financeira. E o filósofo húngaro (lukacsiano) István Mészáros em sua obra “Para Além do Capital”, em 1995 (2002), faz a mais abrangente análise do processo sóciometabólico do capital, destacando os limites estruturais do capitalismo, por trás das crises cíclicas conjunturais; que desdobra em inúmeros outros trabalhos.

Retomando a abordagem lefebvriana, dialética, a pesquisa sobre o espaço social apoia-se numa globalidade que articula “[...] o local, o regional, o nacional, o mundial se implicam e se imbricam: implicações-conflitos” (LEFEBVRE, 2006, p.07).

O espaço é produzido segundo as visões e os interesses dos produtores, embora tenha a aparência de surgir do solo natural para substituir equitativamente a natureza. Às vezes ele tem até a aparência de um espaço da energia vital e do desejo⁸⁹, embora seja o espaço das necessidades filtradas e codificadas (LEFEBVRE, 2008).

Dessa forma Lefebvre (2008, p.125-126) se opõe à “[...] cansativa sistematização tentada pela escola estrutural-funcional-marxista (de Louis

⁸⁹ Conforme Haesbaert (2002) no início dos anos setenta do século XX, do filósofo Gilles Deleuze e do psicanalista e filósofo Félix Guattari, em “O Anti-Edipo: capitalismo e esquizofrenia” fazem uma reflexão profunda sobre a reprodução do capital, destacando o desejo como um processo inerente a essa lógica, enfatizando a subjetividade. Guattari e Rolnik (na década de oitenta) destacaram a influência da ordem espacial no direcionamento dos processos sociais como evidência para a geografia política ou geopolítica e a ideia de que “o objetivo da produção da subjetividade capitalística é reduzir tudo a uma tábula rasa”, por meio de diversas formas de manipulação do espaço.

Althusser) sobre o Modo de Produção, fechado por suas preocupações [na qual] a lógica de classe não existe”.

Por isso além da distribuição espacial desigual dos meios de produção e das trocas desiguais no mercado em diversas escalas, Lefebvre, retoma de Marx a reflexão sobre as relações de distribuição e consumo para a compreensão global do processo de produção e reprodução do modo de produção capitalista.

As relações de distribuição, ou seja, de propriedade que são inerentes ao processo global de produção (decorrentes da realização da produção pela troca, com a distribuição da renda social pelos atores econômicos, mas também, dialeticamente antecipando-se à própria produção pelas relações de propriedade que pré-definem o papel dos produtores – empresários e trabalhadores, e os resultados da produção social da riqueza que poderão dispor). Tais relações de distribuição/propriedade expandem-se submetendo o que era apropriado pelo uso. Para Lefebvre (2008, p. 125-126), na Economia Política do Espaço⁹⁰ valor de troca e valor de uso se encontram numa relação dialética, pois ambos situam-se no espaço.

A mobilização do espaço se inicia no solo, reduzido ao solo possuído a título de propriedade privada; o monopólio do solo (do espaço) adiciona seus efeitos aos do capitalismo monopolizador; porque o pagamento das rendas do uso do solo depende da sua propriedade e se estende ao espaço inteiro (LEFEBVRE, 2008, p. 125-126).

O imobiliário e a construção deixam de serem circuitos secundários e ramos anexos do capitalismo industrial e financeiro para passar ao primeiro plano, ainda que desigualmente, o que se refere à grande lei bastante conhecida do desenvolvimento desigual (LEFEBVRE, 2008, p. 125-126).

⁹⁰ A incipiente economia política do espaço é uma economia implicando uma política (uma ou várias estratégias), que se adiantam à economia porque lida com a questão do poder (apesar de se discernir mal da economia urbana, um caso de economia clássica e da política econômica tradicional, que estuda de forma objetiva e válida: custos, transportes, equipamentos etc). É a expressão teórica e crítica de uma prática social no quadro da sociedade existente (das relações de produção capitalista) embora não anule a produção dos bens de consumo (duráveis ou não) nem seus problemas, tende a mostrar os deslocamentos que se realizam na prática - substituições de agentes e de pessoas, transferências de responsabilidades, usurpações de competências e poderes, ideologias, confrontações e estratégias novas. O problema da posse e da gestão dos meios de produção permanece intocado, embora deslocado para a produção, para a gestão, para a organização do espaço, o que amplia as contradições ao invés de abolí-las. Essa crítica teórica da realidade, não revoga os conceitos elaborados por Marx (valor de uso, valor de troca) nem seu método, ela os transforma ao transpô-los para uma escala mais ampla, para outro nível – espacial, da escala local à planetária (LEFEBVRE, 2008).

Por fim o espaço é loteado, como os objetos para o consumo (automóveis, móveis, vestuário, alimentação) recebe valor de troca, expresso em dinheiro e em signos de prestígio e de posição social (diferenças no interior da sociedade burguesa), e implica em “intercambialidade, comparabilidade entre lugares na oferta e procura”. Há um consumo ostensivo do espaço pela burguesia e pelas classes médias.

Eis uma contradição profunda entre todas – o espaço é conhecido, reconhecido, explorado, balizado, elaborado a escalas colossais, enquanto conjunto englobando a Terra e o sistema solar. Intensificam-se as possibilidades de ocupá-lo, mobilizá-lo, preenchê-lo, de produzi-lo. As informações afluem anulando as distâncias, que desdenham da materialidade dispersa no espaço e no tempo. Ao mesmo tempo o espaço é artificialmente rarefeito para valer mais caro, ele é fragmentado, pulverizado, para a venda no atacado e varejo. Ele é o meio das segregações. As ciências parcelares o recortam (economia política, história, sociologia e demografia) e só se reencontra a unidade nas laboriosas montagens interdisciplinares [...] (LEFEBVRE, 2008, p.125).

A forma espacial, com suas novas contradições: a do centro (que depende de um poder) e a da periferia desempenha um papel. Do ponto de vista simbólico, os espaços produzidos podem ser insignificantes ou supersignificantes e podem gerar em conflito (controle da penúria do espaço).

Lefebvre procurou vislumbrar para além dos mecanismos estruturais econômicos, sujeitos sociais individuais e coletivos, abrindo espaço para um debate interdisciplinar sobre o papel das classes, grupos e indivíduos, ao nível da sociedade civil, enquanto esfera dos interesses materiais (infraestrutura) e sua articulação orgânica com a superestrutura jurídico-político-ideológica.

A produção do espaço tende hoje a dominar a prática social, sem alcançar tal propósito dadas as relações de produção. Ela corresponde às forças produtivas. Ela supõe o emprego das forças produtivas e das técnicas existentes, a iniciativa de grupos ou classes capazes de intervir a uma grande escala, a intervenção, igualmente, de indivíduos capazes de conceber objetivos a essa escala, atuando num quadro institucional determinado, portadores inevitavelmente de ideologias e de representações, sobretudo de representações espaciais. Ideologias e representações correspondentes aos grupos ou classes, portanto às relações sociais de produção, ou seja, aos obstáculos diante das forças produtivas e das possibilidades que ela contém (LEFEBVRE, 2008, p.141).

A prática social na sociedade capitalista é definida como prática social, econômica, política, industrial⁹¹ ou urbana (LEFEBVRE, 2008). As contradições da urbanização acelerada, expressão espacial do crescimento quantitativo da economia e das forças produtivas (riqueza) para os propósitos da acumulação de capital, provocam a deterioração da vida social⁹². Com o neocapitalismo moderno três níveis se imbricam no espaço social, que tem um papel nesse triplo arranjo: o da reprodução biológica (da família)⁹³, o da reprodução da força de trabalho (a classe operária como tal)⁹⁴ e o da reprodução das relações sociais de produção, constitutivas da sociedade capitalista.

O arcabouço teórico-conceitual marxista atualiza a compreensão das profundas mudanças econômicas e políticas que ocorrem no mundo na contemporaneidade e as contradições sociais e espaciais que acarretam ou aguçam os conflitos de classe. A nova significação do espaço geográfico enquanto espaço social implica analisar o papel das classes e do Estado na produção de espaços diferenciais que expressam o desenvolvimento capitalista desigual e combinado/contraditório.

Segundo Conceição (1991) a própria coerência do uso do método materialista- histórico - dialético conduz à análise teórica do Estado, ator fundamental na regulação das relações sociais e espaciais. Antes de retomar o papel do Estado na produção e transformação do espaço e na construção / destruição de territórios será feita uma pequena digressão sobre esse conceito entre os clássicos marxistas.

⁹¹ Existem dois significados para o termo industrial. Pode ser entendido como sinônimo de fabril, que se considera aqui seu sentido restrito, e como sinônimo de produtivo, tal qual é adotado por Marx em *O Capital*, capítulo XXIV (1971), especialmente no tópico sobre a gênese do arrendatário capitalista, que se considera aqui no seu sentido amplo, no qual até mesmo a atividade agropecuária, mais especificamente o investimento de capital na produção agropecuária está incluído enquanto capital industrial.

⁹² O que Lefebvre (2008) estudou na França após a segunda guerra mundial sobre o fenômeno urbano se aplica às demais aglomerações em ritmos e extensão diferenciados. A expansão das cidades resultou na degradação da arquitetura e do quadro urbanístico e na racionalidade segregadora para ordenar o espaço: a constituição/deslocamentos dos centros de decisão, riqueza, poder, informação, conhecimento etc.

⁹³ Do ponto de vista do habitante da cidade/trabalhador/consumidor, ele compra um espaço loteado, povoado com signos de prestígio e hierarquia social, adquire uma distância que vincula sua habitação aos lugares separados (trabalho, centro de comércio, cultura, decisão/poder, lazer/de recuperação, reprodução da força de trabalho) que implica no emprego do tempo recortado. A característica essencial da reprodução social são os espaços-tempo despedaçados, ligados à reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 2008).

⁹⁴ A racionalidade segregadora resulta na dispersão/expulsão dos trabalhadores "incômodos" para as periferias desurbanizadas, distanciadas dos centros urbanos, criando uma segregação econômica, social e cultural (LEFEBVRE, 2008).

2.2 Estado e Sociedade Civil na Concepção Marxista

A concepção liberal do Estado, hegemônica ainda hoje, o vê como um ente abstrato acima das classes, enquanto para a concepção marxista o Estado representa relações jurídicas – políticas e ideológicas (superestrutura da sociedade), atravessadas pelo “conflito de interesses materiais” (socioeconômicos) estabelecidos no âmbito da sociedade civil (base ou infraestrutura da sociedade), a esfera dos interesses materiais.

A concepção do Estado passou por uma rápida evolução na análise de Marx iniciada no âmbito superestrutural (a análise da política e do direito) ⁹⁵ que só posteriormente abrangeu a relação dialética (orgânica e não contingente) com a base/infraestrutura econômica social – a sociedade civil (analisada pela economia política).

Em “Contribuição à crítica da filosofia do Direito de Hegel - introdução” em 1843; 1844 (2010)⁹⁶, segundo Celso Frederico (2010, p.10) Marx se contrapôs a mais influente (e conservadora) obra “A Filosofia do Direito”, que representava “uma apologia ao Estado Moderno, apresentado, como momento final e triunfante da racionalidade”. Marx já anunciava sua perspectiva materialista diante do idealismo hegeliano (filosofia especulativa) ao referir-se ao homem: “O homem não é um ser abstrato, acorrido fora do mundo. O homem é, de fato, o mundo do homem, o Estado, a sociedade”⁹⁷. Ele já esboçava a divisão da sociedade “em raças as mais diversas”, dominadas, regidas, possuídas e era preciso descrever cada setor da sociedade alemã, submeter à própria realidade político-social moderna à crítica, “ensinar ao povo a horrorizar-se consigo mesmo, para insuflar-lhe coragem”.

⁹⁵ Não há como negar que esse paradigma tenha valorizado questões intrinsecamente políticas como a luta de classes e o papel e os aparelhos do Estado para garantir a dominação apoiado em instituições jurídicas; ou negar que tenha dado importância às questões culturais/ideológicas como a alienação na formação da consciência social de cada tempo histórico, incluindo a religião, a arte, a filosofia e a ciência; os mecanismos ideológicos de mistificação do real – os fetichismos; os mecanismos de alienação, as instituições sociais: família, religião, sistema educacional, meios de comunicação de massa como aparelhos ideológicos no âmbito do Estado e da sociedade civil, a hegemonia etc, a consciência de classe em si e para si, seguindo a tradição de Marx e Engels.

⁹⁶ As anotações de Marx de 1844 só foram publicadas postumamente em 1927. Foi publicada no Brasil pela Boitempo, em 2005. A introdução à Filosofia do Direito de Hegel, consultada foi a da editora Expressão popular de 2010.

⁹⁷ Esse Estado, essa sociedade, produzem a religião, uma consciência de mundo equivocada, por constituírem um mundo equivocado [...] a miséria religiosa é a expressão e o protesto contra a miséria real [...] é o suspiro da criatura atormentada [...] é o ópio do povo. Propõe a crítica (razão) como meio de rejeição das ilusões, da crítica da religião desmascaramento da autoalienação sagrada, profana, ou a crítica do direito e da política (Marx, 2010).

A crítica marxiana centrou-se na passagem da sociedade civil para o Estado (constitucional, na Inglaterra e França). Ele já chamava a atenção para a relação da indústria e do mundo da riqueza em geral com o mundo político é um problema fundamental nos tempos modernos, era campo da economia política ou domínio da sociedade sobre a riqueza⁹⁸. Para ele haveria uma separação, antagonismo entre eles, que ele expressava como “um sistema de governo que se nutria da conservação da desgraça”. A crítica da filosofia alemã do Estado e do direito, que Marx realiza,

[...] consiste tanto na análise crítica do Estado moderno e da realidade a ele inerente, como também na negação enérgica de todo o caráter anterior da consciência alemã, política e jurídica, cuja manifestação mais eminente, universal, elevada ao patamar de ciência é justamente a filosofia do direito especulativa [...] a imagem conceitual alemã de Estado moderno apartada do verdadeiro ser humano, só foi possível porque e na medida em que o próprio Estado moderno está apartado do verdadeiro ser humano ou só satisfaz o ser humano integralmente de maneira imaginária [...] a crítica da filosofia especulativa do direito [...] volta-se para tarefas a serem resolvidas pelo emprego de um único instrumento: a práxis (MARX, 2010, p.42-43).

Marx, conforme Frederico (2010) analisava o Estado como uma alienação do poder popular (sociedade civil) à esfera estatal. Propõe a desalienação o que implica retomar nas mãos o poder decisório, numa perspectiva política radical de democracia direta, na qual os indivíduos exercem diretamente o poder de decisão (semelhante à assembleia de Rousseau).

Conforme Luciano Gruppi (1980) e Martin Carnoy (2004) a concepção do Estado restrito - desde Karl Marx e Friedrich Engels a Vladimir I. Lênin - ressalta que é uma esfera produzida pelas classes dominantes em função dos seus interesses, consagrados em leis e garantidos pelo monopólio da repressão. O Estado é composto pelos grupos dominantes para os interesses dos quais se voltam suas ações, por meio de políticas públicas, embora fetichizadas pelo discurso do “interesse geral da sociedade” ou do “interesse nacional”.

⁹⁸ O direito contratual se inscreve e imobiliza no e pelo Estado, perdendo-se na alienação política; quanto à política como tal ela constituiu e manteve apenas relações políticas e não relações sociais. Nesse sentido, Lefebvre compartilha da crítica marxiana da filosofia hegeliana do Estado e da tese hegeliana da classe política.

Segundo Carnoy (2004) em um contexto histórico posterior, Antônio Gramsci, preocupado com o fenômeno do amplo apoio popular ao nazi-fascismo na Alemanha e Itália, refletiu sobre a hipertrofia das funções ideológicas do Estado, que envolve diretamente várias entidades da sociedade civil no processo de sua legitimação, sem descartar as funções repressivas das quais foi vítima, criando o conceito de Estado ampliado, concepção difundida no Brasil por Carlos Nelson Coutinho (2006).

Louis Althusser, em 1969 (1978) e conjuntamente com Balibar, em 1970 fazem parte da corrente estruturalista das ciências sociais⁹⁹ que se contrapunha ao humanismo marxista de Lefebvre e ao existencialismo de Jean Paul Sartre, acusando-os de supervalorizar o sujeito na sociedade; compreendendo, ao contrário, que os indivíduos são subjugados pelos aparelhos repressivos e ideológicos do Estado e suas ações individuais são meros atos condicionados.

Conforme Dosse (2004) os acontecimentos de maio de 1968, a partir do epicentro em Paris, irradiaram-se para outras partes do mundo, projetando a ação de massas de jovens estudantes, operários e outros grupos sociais, valorizaram as posições de Lefebvre e Sartre, derrotando a proposta da economia, sociedade e Estado sem sujeito, o que decretou a crise do estruturalismo como método explicativo da realidade, precipitando rompimentos e o surgimento de um movimento pós-estruturalista na direção oposta (subjetivista).

Nicos Poulantzas sofreu impactos dessa crise mencionada, enquanto seguidor da linha althusseriana (*Poder Político e Classes Sociais*, 1977). Contudo sua obra “O Estado, o poder e o socialismo” (1980) evidencia o rompimento com essa abordagem, superando o estruturalismo ao incorporar a dialética marxiana e a complexificação gramsciana (que explicitou melhor as relações entre base e superestrutura na contemporaneidade) no desenvolvimento de sua teoria do Estado capitalista no contexto das últimas décadas do século XX, como afirmam Paulo Silveira (1984) e Martin Carnoy (2004). Dessa forma o autor compreende que o Estado (que corresponde ao modo de produção capitalista) é perpassado pela luta de classes que se dá no âmbito da sociedade civil.

Para Conceição (1991) no campo político, a questão do Estado, vista pela ótica do “Marxismo Ocidental”, conforme a análise feita por Perry Anderson em 1976

⁹⁹ Como afirma Carnoy (2004) a abordagem althusseriana procurou harmonizar o pensamento marxista com o pensamento estruturalista positivista voltado para a identificação dos elementos estruturais invariantes em todas as esferas (autônomas) da sociedade: econômica, social, política e cultural, estudadas por cada uma das ciências sociais separadamente.

(1989) passa a ser revista considerando-se as novas estruturas do capitalismo moderno. A partir desse debate no âmbito do pensamento marxista, levando-se em conta as transformações na forma que o Estado burguês assumiu e suas relações com a sociedade, nos diversos contextos históricos, compreende-se neste estudo que internamente na esfera política se reflete a desigualdade da estrutura de classes da sociedade, portanto na formação econômico-social brasileira atual, entende-se que a classe dominante (e suas frações) ocupam espaços privilegiados de representação interna e possuem peso preponderante em todos os poderes da República, de forma mais ou menos evidente.

Articuladas em partidos políticos no Parlamento as frações burguesas garantem uma correlação de forças favorável aos seus interesses¹⁰⁰ transformados em leis gerais. Possui peso preponderante nas diversas instituições do núcleo central do Estado - o governo (executivo federal), definindo, em seu favor, a disputa do fundo público, conforme Francisco Oliveira (1988) e os rumos das políticas executadas pelas inúmeras instituições públicas (loteadas pelas diversas forças econômicas e políticas/partidos), o que se desdobra nos âmbitos subnacionais (estados e municípios) por meio das oligarquias regionais e locais. E o judiciário consolida esse “*status quo*” cristalizado na institucionalização conservadora das normas sociais (do direito positivo), que raramente leva em conta o “direito achado na rua”, isto é, decorrente das lutas populares: Souza Jr. (1993); Souza Jr e Aguiar (1993); Molina, Souza Jr e Tourinho Neto (2002).

Apesar disso, o Estado não constitui um bloco monolítico; sendo perpassado pela luta de frações de classe da própria burguesia ou pela luta de classes, que se dá no âmbito da sociedade civil, a depender da correlação de forças em cada conjuntura.

2.3 A Territorialização das Classes e o papel do Estado na Produção de Espaços Diferenciais e Territórios em Conflito

Sendo o espaço produzido por processos que se estabelecem a partir das relações sociais de produção e da divisão social do trabalho, que articula espaços delimitados, inseridos através de determinadas mediações e escalas na totalidade

¹⁰⁰ Também formam contemporaneamente blocos que representam interesses de igrejas e entidades de classe, com destaque, neste estudo para a bancada ruralista.

das relações mundiais, a Geografia Crítica, inicialmente influenciada pelo método marxista, dedica-se em primeiro lugar à análise do espaço unilateralmente produzido, pela lógica econômica do grande capital articulada com a lógica político-econômica do Estado; processo cuja análise foi enriquecida com a introdução do conceito de território; isto é, enfatizando-se a territorialização da burguesia/do capital/do Estado hegemônica/dominante, desterritorializadora de outros grupos sociais.

Mas também surgiram estudos sobre a espacialização/territorialização ou reterritorialização de grupos sociais populares em seus movimentos de resistência ao avanço capitalista. Todas essas referências teóricas são relevantes para a compreensão dos processos empíricos que produzem o espaço agrário do Alto Sertão Sergipano.

Fernandes (2005) apresenta uma preocupação didática de sistematizar esses conceitos que expressam o que ele chama de processos geográficos primários por meio dos quais os grupos sociais produzem o espaço (social) ou constroem territórios, em primeiro lugar, levando em conta a multidimensionalidade do espaço social (objetivos/materiais e subjetivos/imateriais), que parece ser consenso em todas as abordagens territoriais sistematizadas por Saquet (2007): a espacialização é objetiva, é movimento concreto e contínuo das ações e sua reprodução no espaço geográfico e no território, expressando fluxos e refluxos; enquanto a espacialidade corresponde à dimensão subjetiva do referido movimento e ao multidimensionamento de uma ação. Ambos são fugazes, de difícil delimitação e demarcação, mas de fácil identificação e podem acontecer ao mesmo tempo.

Da mesma forma enquanto a territorialização é o processo geográfico que representa as ações concretas de produção de um território, a territorialidade é a manifestação subjetiva dos movimentos de relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas¹⁰¹, dos processos geográficos que constroem territórios, sobre sua materialidade/objetividade e imaterialidade/subjetividade (incluindo as representações).

¹⁰¹ Para Fernandes (2005) há dois tipos de territorialidade que podem acontecer simultaneamente: a local, que, a depender dos usos que as relações mantenedoras fazem do território, pode ser simples, quando o espaço é utilizado apenas para seu fim próprio, ou múltipla, para os diferentes usos do território em diferentes momentos; e a territorialidade deslocada que refere-se às reproduções de ações, relações ou expressões próprias de um território, mas que acontecem em outros.

Dentre esses processos geográficos esta Tese privilegia os objetivos de espacialização e, sobretudo, de territorialização e seus desdobramentos, sem desmerecer a questão da espacialidade/territorialidade, que no caso dos movimentos sociais enfocados, particularmente o MST, é por eles denominada “mística”, como analisou Maria Edilúzia Santos (2005 e 2010).

Para caracterizar o movimento objetivo das forças sociais na produção do espaço Fernandes (2005, p. 5) dialoga com Milton Santos em “Metamorfoses do Espaço Habitado” de 1988 (1994a), na qual define espacialização, como circunstancial, presente. Uma vez realizada como movimento concreto das ações e sua reprodução no espaço geográfico torna-se fato acontecido. A espacialização não é expansão, mas fluxo e refluxo da multidimensionalidade dos espaços e também é impossível de ser destruído, por isso não existe desespacialização¹⁰².

Fernandes (2005, p.04-05) seguindo Raffestin (1993) reflete sobre a multiterritorialidade¹⁰³ ao afirmar que o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder, concedido pela receptividade.

A diversidade das relações sociais cria vários tipos de territórios, de diferentes escalas (multi ou pluri escalaridade) e dimensões, territórios contínuos ou ininterruptos e em áreas extensas ou descontínuos em pontos e redes. Exatamente porque possuem limites, fronteiras de grupos sociais distintos os territórios são espaços de conflitualidades. Como são conjuntos indissociáveis, os territórios acontecem simultaneamente são espaços de solidariedade e conflito, liberdade e dominação, de expropriação e resistência.

Nos processos geográficos relacionados às relações sócioterritoriais que dão movimento ao espaço, acontece ao mesmo tempo à expansão e a destruição, a criação e o refluxo decorrentes de contradições, porque o território é ao mesmo tempo uma convenção e uma confrontação. Os processos geográficos nos quais se desdobra a territorialização são a desterritorialização e a reterritorialização – TDR. O refluxo e a destruição de territórios são ações concretas representadas pela desterritorialização de grupos sociais e a retomada de territórios é representada pela

¹⁰² Fernandes cita dois exemplos de espacialização de natureza econômica e política: respectivamente o comércio, com a circulação de mercadorias e as marchas do MST.

¹⁰³ Haesbaert (2004) também resgata de Raffestin (1993) a ideia de que há **multiterritorialidades**.

reterritorialização dos mesmos¹⁰⁴. Essa é uma questão central nesta Tese sobre territórios em conflito.

2.3.1 A Territorialização do Capital/ da Burguesia/ do Estado no Processo de Produção do Espaço Hegemônico/Dominante

Segundo Conceição (1991) à investigação do processo de produção do espaço (social) delimitado na abordagem materialista dialética, interessa a articulação das diferentes dimensões escalares com o movimento histórico do capital na escala global, ou seja, os processos gerais de mundialização do capital assumem especificidades espaciais locais através da combinação dos processos de dependência, articulação, integração, etc.

Nos escritos de 1970 a 1978, Milton Santos reflete sobre a produção do espaço pelo capital: publicados na coletânea “Economia Espacial – críticas e alternativas” (2003). Ele denomina o movimento do capital na contemporaneidade de “a totalidade do diabo”, discutindo como essas formas geográficas que difundem o capital mudam as estruturas espaciais, tanto no mundo rural, quanto no mundo urbano. Em “O Espaço Dividido” de 1975 (2004) analisou a economia urbana e a relação campo-cidade nos países subdesenvolvidos. A organização espacial nesses países, decorrente do processo de modernização diferenciadora, resultava na coexistência de dois circuitos econômicos - superior e inferior, interligados, com a mesma origem, mesmo conjunto de causas.

Lefebvre (2008; 2006), na contracorrente de um pensamento marxista economicista no início dos anos 1970 refletiu sobre o papel do Estado na produção do espaço. Para Hegel, afirmou Lefebvre (2006), o tempo histórico engendrou o espaço – o território nacional - onde se estende e sobre o qual reina o Estado (o ser racional corresponde a um conjunto coerente de instituições, de grupos e de sistemas parciais - o direito, a moral, a família, a cidade, o ofício). O espaço dominado, imóvel, lugar e meio da razão realizada (a história desaparece substituída pela repetição e circularidade); a fetichização do espaço às ordens do Estado.

¹⁰⁴ Da mesma forma, a **desterritorialidade** representa no plano subjetivo o refluxo e destruição de territórios, que acontece com o impedimento de realização de uma das ações múltiplas de um território. Por fim a **reterritorialidade**, se dá subjetivamente com o retorno de uma das ações múltiplas do território.

O espaço social moderno é velado em sua transparência ilusória pelo poder político estatal, que dá sentido completo ao conceito de espaço da dominação. O Estado apoiado sobre as classes sociais e frações de classe, é um sujeito que age para conservar e reproduzir suas próprias condições.

Como já afirmado, o espaço dominante vem de longe na história e no histórico, pois começou com o poder político como tal, pela arquitetura militar - as fortificações as muralhas, os trabalhos de diques e de irrigação (espaço dominado). Na época moderna a dominação aumenta com a tecnicidade e com o papel das forças armadas, da guerra, do Estado e do Poder político; tornando-se completamente dominante. Os investimentos que “brutalizam a paisagem” são induzidos, viabilizados ou avalizados pelo Estado. O espaço antes apropriado torna-se fechado, esterilizado, vazio após a vitória opressiva da dominação (LEFEBVRE, 2006).

O espaço economicamente gerido pelo capital, socialmente dominado pela burguesia e politicamente regido pelo Estado tem como paradigma a dominação-apropriação, privilegiando a dominação tecnológica e o produto, o imediato e a mediação (do material técnico aos mediadores - promotores financeiros das operações construtivas). Ele reduz o uso e o trabalho entre outros espaços apropriados. A mencionada “[...] tendência dominante de fragmentação, separação, e esmigalhamento do espaço é subordinada a certo poder central/centro, efetuada pelo saber, em nome do poder” (LEFEBVRE, 2006, p.16).

Preocupados em explicitar em suas análises espaciais o processo de desenvolvimento desigual e combinado que comanda a acumulação capitalista com apoio do Estado os autores foram construindo diversas conceituações para definir o movimento de avanço espacial do capital: espaço abstrato, espaço instrumental ou instrumentalizado, espaço dominante/hegemônico, espaço homogêneo, espaço liso, território usado etc.

O capitalismo e o neocapitalismo, para Lefebvre (2008) produziram o espaço abstrato – que contém o mundo das mercadorias, sua lógica, suas estratégias à escala mundial, a potência do dinheiro, que se apoia em enormes redes de bancos, centros de negócio, de grandes unidades de produção¹⁰⁵. E também no espaço das

¹⁰⁵ Tomado como um dos fundamentos da abordagem culturalista, Goldfinger nos anos oitenta também afirma que na era da geofinança, a mobilidade do capital volatiliza os espaços representada pela influência da ordem espacial no direcionamento dos processos sociais, ao lado

autoestradas, dos aeroportos, das redes de informação; dos lugares cruzamentos, dos centros comerciais para onde confluem as mercadorias, os dinheiros, os veículos. É ligado a investimentos, práticas e técnicas de construções e destruições, sobretudo no centro das (grandes) cidades. A mobilização do espaço torna-se frenética e leva a autodestruição de espaços produzidos (o terreno, territórios, zonas novas). Nesse espaço da acumulação o lugar da riqueza, sujeito da história, o centro do espaço histórico explodiu.

No entanto, por ser o espaço abstrato é de um lado fruto de uma dominação política muito forte e, de outro lado, de um impulso das forças produtivas burguesas. O espaço continua a ser politicamente controlado. O Estado dispõe dos códigos existentes, os constrói, os impõe; os manipula. “O Poder não se deixa encerrar numa única lógica. Ele tem estratégias tão vastas quanto ele tem de recursos.” (LEFEBVRE, 2006, p.51-58).

Nas sociedades em que a riqueza se configura como uma imensa acumulação de mercadorias, como afirmou Marx, o espaço se tornou instrumental como refletiu Lefebvre. A burguesia despoticamente esclarecida e o capital dominaram parcialmente o mercado das mercadorias, servindo-se do espaço abstrato como instrumento (espaço instrumental, instrumentalizado). Esse mercado subordina os mercados locais e regionais ao mercado nacional; logo existem níveis hierarquizados. Conforme Sergio Martins, que prefaciou a obra desse filósofo “O Direito à Cidade – Espaço e Política”:

[...] o espaço é instrumentalizado para vários fins: dispersar a classe operaria, reparti-la nos lugares, organizar os fluxos submetidos a regras institucionais, controlar o espaço e reger tecnocraticamente a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalistas, lugar e meio onde se desenvolvem estratégias, onde elas se enfrentam. (MARTINS, 2008, p. 6-7).

É o espaço dominante dos centros de riqueza e de poder, em face dos espaços dominados, das periferias - na escala mundial da relação desigual entre países (LEFEBVRE, 2008). Ele passou a referir-se aos espaços hegemônicos, criados pelo capital, como espaços lisos, da lucratividade, significação também adotada por Claude Raffestin (1993), Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) e

de uma geopolítica global das grandes corporações, dentro de um jogo de contradições nas ordens sociais majoritárias (Haesbaert, 2002, p.15).

Milton Santos (2006), esse último, ao salientar essa tendência mais abrangente afirmou que o espaço liso desempenha um papel na sociedade condicionando-a. Articulando os dois conceitos, Lefebvre tratou do território enquanto espaço político abstrato (dimensões de poder e controle social) como sinônimo de espaço liso¹⁰⁶.

O espaço abstrato parece homogêneo e serve de instrumento, a aqueles poderes que negam o que lhes resistem e os ameaçam – as diferenças. O Estado e cada uma das instituições que o compõem supõem um espaço e o organizam segundo suas exigências:

Relações sociais inerentes às relações de propriedade (a propriedade do solo, da terra, em particular) e de outra parte ligada às forças produtivas (que parcelam essa terra, esse solo) o espaço social manifesta sua polivalência sua realidade ao mesmo tempo formal e material. Produto que se utiliza, consome ele é também meio de produção; redes de trocas, fluxo de matérias primas e de energias que recortam o espaço e são por ele determinadas. Este meio de produção produzido como tal não pode se separar nem das forças produtivas das técnicas e do saber nem da divisão do trabalho social que o modela, nem da natureza nem do Estado e das superestruturas. (LEFEBVRE, 2006, p.11).

O espaço da “modernidade” (capitalista) se caracteriza, segundo Lefebvre (2006, p.6) pela “homogeneidade-fragmentação-hierarquização generalizada com efeitos análogos no funcionamento da sociedade inteira”. Ele tende para o homogêneo que se fragmenta e setorializa, ocultando as relações reais e os conflitos.

O filósofo também detalhou a articulação multiescalar e multidimensional (econômico, político e cultural/ideológico) entre: capital internacional, classe dominante /burguesia e aparelho de Estado de certo país, empresas e especificidades ideológicas regionais.

[...] a prática espacial consiste numa projeção “sobre o terreno” de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social, separando-os e isso sem abandonar por um instante o controle global, a saber, o assujeitamento da sociedade inteira à prática

¹⁰⁶ Haesbaert em 1987 (2002, p.15) resgata da obra de Guattari de meados da mesma década a compreensão das formas com que **a sociedade modela e organiza o espaço** no qual se reproduz, particularmente o espaço unilateralmente produzido, seja, pela lógica econômica do grande capital (na escala internacional), ou seja, em menor escala (nacional), articulada com a **lógica político-econômica do Estado** (e suas estratégias mais amplas do jogo político e de manipulação do espaço) formando um **espaço liso**, homogeneizante, imposto pela ordem social e política dominante, enquanto espaço hegemônico, que ele denomina **território**.

política, ao poder do Estado. Como se verá essa práxis implica e aprofunda mais de uma contradição. (LEFEBVRE, 2006, p.15).

Continua Lefebvre que na sociedade os fechamentos (encerramentos) tendem a se tornar absolutos, na medida em que, o que caracteriza a propriedade privada, o espaço da cidade, o território do Estado-Nação é a fronteira fechada, que ele também denomina de envoltório (envelope), distinguindo um interior e um exterior, de modo relativo e sempre permeável, como uma membrana.

Em sua obra de 2008, noutro sentido o espaço é um intermediário (um modo, um instrumento, um meio). Enquanto mediação é um espaço instrumental e funcional, é um instrumento, político intencionalmente manipulado, um modo de poder individual ou coletivo – do Estado, da classe dominante - a burguesia, dos tecnocratas/burocratas, mesmo dissimulado sob as aparências coerentes da figura espacial. O Estado organiza a produção e a reprodução social. Esse espaço ao mesmo funcional e instrumental vincula-se à organização espacial da reprodução da força de trabalho pelo consumo em aglomerações ou unidades urbanas - realidades geográfico-sociais.

O que Lefebvre afirmou sobre a burocracia se estende a outras instituições da sociedade moderna: a justiça, o exército, a polícia etc. Embora se coloque como legível e transparente; ela é opaca, indecifrável, ilegível, do mesmo modo os aparelhos (estatais e políticos). O espaço abstrato é produto da violência e da guerra. Ele é político e instituído por um Estado, portanto institucional.

Todo Estado nasce da violência e o poder estatista não persiste a não ser pela violência exercida sobre um espaço. Esta violência provém da natureza, tanto pelos recursos colocados em jogo, quanto pelo que está em jogo: riquezas, territórios. Ela faz ao mesmo tempo violência a toda natureza, pois ela lhe impõe leis, recortes administrativos, princípios políticos estranhos às qualidades iniciais dos territórios e das gentes. (LEFEBVRE, 2006, p.35).

O filósofo resgatou a história do Estado e da dominação no Ocidente em sua produção do espaço. Ele questionou o mundo moderno naquilo que tem de específico e universal. A nação e o nacionalismo, de um território, as fronteiras naturais e ampliadas no tempo histórico. A burguesia produziu um espaço: o de um Estado – nação. O fascismo tentou impor um fantasma orgânico na vida social: o sangue, a raça, a nação e o Estado nacional absoluto. Resta estudar hoje a conexão

desses espaços com o mercado mundial, o imperialismo e as estratégias, as firmas multinacionais e suas áreas.

O espaço comum das atividades diversas e parcelares no quadro imposto da sociedade burguesa é um esquema do qual essa sociedade se serve para tentar constituir-se em sistema coerente, mascarando ou dissimulando suas contradições, incluídas as do próprio espaço: global/pulverizado, conjunto/disjunto.

No entanto, por ser o espaço abstrato fruto de uma dominação política muito forte, de um impulso das forças produtivas e de um domínio insuficiente dos mercados, particularmente o domínio do mercado de capitais, que se revela mais difícil (dificuldades ditas monetárias). A burguesia e o capitalismo têm, desde agora, muita dificuldade para dominar seu produto e seu meio de dominação: o espaço apesar da potência e da racionalidade do Estado não o transforma em seu setor frágil, seu corpo vulnerável. “As estratégias da classe dominante se revelam, perigosas, arriscadas, destruindo o possível e o futuro, submetendo-o a interesses momentâneos a curto prazo” (LEFEBVRE, 2008, p.45).

Lefebvre afirma que a prática econômica é inerente à prática social e política do capitalismo de Estado. Todavia suas contradições (incapacidade do modelo para garantir crescimento sem inflação e sem desemprego, portanto crescimento harmonioso) correspondem a um caos espacial cada vez mais evidente. Na atualidade o modo de produção capitalista (e talvez o socialismo de Estado) se transformou e superou (não no sentido da sua negação, mas de extravasamento) a esfera da produção propriamente dita, ou seja, “o capitalismo só se manteve estendendo-se ao espaço inteiro”, passando a:

[...] se defender num *front* muito mais amplo mais diversificado mais complexo a reprodução das relações de produção que não coincidem mais com a reprodução dos meios de produção ela se efetua através da cotidianidade através dos lares, da cultura, através da escola e da universidade através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro (LEFEBVRE, 2008, p. 7).

Lefebvre (2008; 2006) incluiu na sua teoria espacial: as dimensões éticas, de ação humana (política), a estética em todas as manifestações artísticas, além das ideologias e conhecimentos (filosóficos e científicos); “[...] significativo e o significado do poder coincidem: a violência, por conseguinte, a morte. Em nome de Deus, do

Príncipe, do Pai, do Patrão, do Patrimônio”. O espaço civil e militar estratégico é um espaço instrumental (nada inocente) marcado por significantes reconhecidos, sobretudo imagens visuais que representam a presença estatista, cujo controle e dominação abstrata da natureza implica/recobre a dominação concreta sobre os homens reunidos em sociedade, sobre os quais se exerce vigilância e controle, sustentando uma ordem moral (LEFEBVRE, 2008).

Essa sociedade não pode sair do seu espaço, superá-lo, só pode pretender a sistematização desse espaço, o que remete à discussão sobre a intervenção cada vez mais ampla do aparelho de Estado por meio da planificação. Na segunda metade do século XX o Estado se consolida a escala mundial. Ele pesa sobre a sociedade com todo o seu peso: ele planifica, organiza “racionalmente” a sociedade com a contribuição dos conhecimentos e das técnicas, impondo medidas análogas, senão homólogas, quaisquer que sejam as ideologias políticas, o passado histórico, a origem social das pessoas no poder. O aparelho político das classes dominantes/do grande capital domina os processos e unidades de consumo, se torna o verdadeiro arranjador da vida cotidiana (no espaço urbano).

Para Lefebvre (2008 e 2006) a “produção do espaço” pelos grupos sociais: a produção do espaço abstrato pelo capital e o incremento pela classe burguesa da intervenção do aparelho do Estado para a regulação do sistema espacial (urbano) por meio da planificação transformando o território num espaço instrumental/dominado, embora esse processo seja contraditório e enfrente resistências. Em sua obra de 2008 o território é retomado enquanto espaço instrumental produzido, manipulado pelos tecnocratas no âmbito global, do Estado, das estratégias, que tem o nome burocrático de ordenamento territorial (abstração). Somente os interesses privados dos promotores imobiliários e bancos apropriam-se dele; servem-se dos instrumentos que o Estado lhes fornece, dispõem dos meios, senhores do terreno, das técnicas, das forças produtivas, senhores ocasionais.

A política espacial urbana também oscila do privado/individual/neoliberalismo ao coletivo/estatista/neodirigismo ilustrada no terreno respectivamente pelos pavilhões dos subúrbios impulsionados pelo lado privado e pelos grandes conjuntos (do lado público). A urbanidade é a forma do encontro e da reunião de todos os elementos da vida social - coisas, pessoas, signos, centro de informação e de decisão. Através dessas contradições a análise crítica do espaço político e da

política do espaço mostra as tendências e os perigos/ameaças incluídas na situação.

Para Lefebvre (2006) a planificação espacial/ordenamento territorial, autoritário objetiva moldar, modelar racionalmente o espaço.¹⁰⁷ Vários especialistas tratam do espaço (território regional, nacional, continental, mundial): arquitetos, urbanistas, planejadores, economistas sob o tacão de um ator privilegiado – o político, que impõe as relações de poder no espaço, a dominação, o controle e a exploração.

O planejamento ou a política do espaço abrange três dimensões da planificação: material, quantificável e cifrável. Do ponto de vista político há planificação autoritária e centralizada ou planificação democrática, que implicam o estabelecimento de localizações, conhecimento das redes de troca, de comunicações, dos fluxos, o estudo dos centros de produção e de consumo.

Os diferentes espaços: geográfico, econômico, político referem-se a espaços socioeconômicos e sociopolíticos (concreto espacial). O filósofo marxista argumenta que as contradições e conflitos da produção das coisas no espaço – gestão e posse dos meios de produção - são reproduzidas e ampliadas pelas contradições do espaço, como a tendência atual de constituir centros de decisão que pretendem reunir tudo num território restrito (raridade do espaço). Tal penúria do espaço é mantida, consentida, desejada e expressamente organizada; articulada com as relações sociais de produção e reprodução que implicam estratégias e táticas políticas.

Na escala global, planetária o poder de Estado (político) que domina um espaço adquire potência e instrumento de potência; o espaço tem um uso mediato direto (lucros) e indireto (estratégias). “Nesse nível, nessa escala, as estratégias políticas servem-se do espaço duplamente: utilizam todos os recursos dos espaços ricos e se desenvolvem em todos os espaços existentes” (LEFEBVRE, 2008, p. 135).

¹⁰⁷ No caso francês, o planejamento espacial traçou um eixo norte-sul na superfície territorial do país, através dos vales fluviais; projetando metrópoles de equilíbrio em torno de Paris e em certas regiões para produzir um espaço nacional harmonioso. Embora **o espaço abstrato** seja obra do grande capital **e seu Estado**, a política de ordenamento do território francês oscilou entre propostas ora descentralizadoras, ora centralizadoras. A planificação pela via financeira, foi rompida pelo neoliberalismo e mal reconstituída depois, dado que os interesses privados se confrontaram com a tradição coletiva/estatista francesa.

Ainda segundo o filósofo o Estado esmaga o tempo (se torna fim e sentido da história como em Hegel), reduzindo as diferenças a repetições, a circularidades (equilíbrio, *feed back*, regulações etc.). Esse Estado Moderno se põe/impõe como centro estável das sociedades e dos espaços (nacionais); impõe uma lógica que põe fim aos conflitos e contradições (achata o social e o “cultural”); neutraliza o que resiste por castração ou esmagamento. O espaço concebido assalta o vivido que se esmaga (é esmagado). O histórico e a natureza como nostalgia (perdidos).

Dessa forma, o espaço dos habitantes, dos usuários corresponde tanto ao seu espaço percebido (imediato) - a realidade cotidiana (urbana), os percursos e redes religando os lugares do trabalho, da vida privada, dos lazeres (e emprego do tempo), quanto ao espaço vivido, como espaço de representação, porque atravessado por imagens e símbolos das representações dominantes – signos verbais e não verbais concebidos (LEFEBVRE, 2006) ¹⁰⁸.

O espaço deixou de ser neutro geograficamente e abriu-se uma perspectiva nova para a compreensão desse espaço instrumentalizado como território, enquanto espaço contraditório.

Para compreender os mesmos processos analisados por Lefebvre a partir dos conceitos de produção do espaço e de territórios pelos grupos sociais, em particular a produção do espaço hegemônico pelo capital/a burguesia e pelo Estado, também trabalhados por Milton Santos, alguns geógrafos marxistas a partir da década de setenta, introduziram a abordagem territorial, valorizando a dimensão do poder intrínseca a essas relações.

Giuseppe Dematteis (2007) afirmou que todos os geógrafos (inclusive não marxistas) que utilizam o conceito de território e seus derivados – T-D-R e territorialidade, na primeira década do século XXI devem à teoria crítica marxista a compreensão do território como relações sociais de produção, interações sociais.

Maximo Quaini analisou as relações de produção, produzidas pelo capital em seu movimento de rotação, afirmando que elas constroem a organização territorial do capitalismo, marcada pela exploração nas relações capital – trabalho e também

¹⁰⁸ Embora Lefebvre não tenha feito nenhuma correlação direta entre esses mencionados conceitos, entende-se aqui a vinculação entre **o espaço abstrato**, dominante e **o espaço concebido**, o espaço social produzido pela classe burguesa (forças econômico-sociais e político-culturais/ideológicas dominantes), em relação complementar e antagônica (unidade dos contrários) com a classe trabalhadora (força social explorada, oprimida, alienada), habitante, usadora do espaço apropriado (**percebido, vivido**) como **espaço dominado**. Dessa maneira o capital é uma relação social (Marx) e espacial (Lefebvre).

pela expropriação do trabalhador direto (camponês), ou seja, da desterritorialização¹⁰⁹, como produto social historicamente constituído, econômica e politicamente (sem excluir a dimensão cultural). Giuseppe Dematteis e Vincenzo Vagaggini também ressaltaram formas e as relações sociais, historicamente definidas, evidenciadas no processo de reestruturação do capital e de sua territorialização de maneira transescalar, em seus estudos sobre o desenvolvimento territorial.

Conforme Saquet (2007) na abordagem dialética do sociólogo Manuel Castells (1999, p. 108) os fluxos local e global correspondem grosso modo à articulação territorial que afeta os lugares. Outros autores analisaram os efeitos da industrialização nos lugares no século XXI como na produção conjunta de Dansero, Emanuel e Governa, bem como no livro de David Harvey (2005), que afirma a dívida para com Henri Lefebvre sobre a ideia de que o domínio do espaço é central na efetivação do poder social na vida cotidiana como um mecanismo fundamental na busca do lucro e reprodução ampliada do capital. O geógrafo inglês acrescentou às suas reflexões as conexões espaço/tempo e entre economia política e cultura na modernidade e na pós-modernidade em “Condição Pós Moderna” (2003).

Bertrand Badie em meados da década de noventa utiliza o conceito de “território usado”, enquanto uma construção social, instrumento da ação, produto de um processo histórico que inclui o controle social por forças econômicas e políticas (Estado-Nação), da mesma forma que por relações sociais transescalares, sob a ditadura do dinheiro, ou seja, é usado como recurso pelos atores hegemônicos. Apoiando-se nos estudos de Robert Sack da década anterior, a territorialidade (moderna) para Badie é resultado político da dominação social, pela atuação e controle (atuação dominadora e normativa) do Estado-nação sobre pessoas, fenômenos e relações sociais, em certa área delimitada. Esse autor relacionou a intensificação da territorialidade com a constituição do Estado-moderno/Estado-Nação, afirmando ser a evolução da nacionalidade “lenta e rica de contradições”, enfatizando que sem identidade/nacionalidade não há território. Santos (em 1996 e 2002) adotou esse conceito de “território usado” de Badie.

Haesbaert (2004) resgata de Raffestin (1993) o caráter econômico que sinaliza para uma abordagem múltipla do território e dos processos geográficos

¹⁰⁹ A expropriação do camponês é para Marx em 1867 (1980) o segredo da chamada acumulação primitiva do capital (O Capital, livro I, capítulo XXIV).

primários, sobretudo no que tange às dimensões sociais da territorialização do capital - a econômica e a política. Há o reconhecimento do movimento do território de força de trabalho, por exemplo, excluída e do movimento efetivado com a constituição de redes de circulação e comunicação.

A Geografia Crítica no Brasil privilegia as dimensões política e econômica da territorialização do capital e seus desdobramentos T-D-R (o papel do Estado e outras relações de poder, inerentes ao conceito de território) representada por diversos autores brasileiros: Milton Santos, Manuel Correia de Andrade, Antonio Carlos Robert de Moraes, Berta Becker, Ariovaldo Umbelino Oliveira, Alexandrina Luz Conceição, Bernardo Mançano Fernandes entre outros¹¹⁰.

Outra contribuição importante de Santos (1996) diz respeito ao papel normativo do Estado na produção capitalista mundial. Ao contrário do discurso neoliberal, na prática a ordem mundial é cada vez mais normativa e, é exercida, por normas jurídicas (Estado) e não apenas pela lei de mercado (da oferta/procura). O território significa relações de normatização e regulação econômicas e políticas, efetivando-se em pontos, redes sociais e normas/controle, interligando lugares, pessoas e ampliando as possibilidades de circulação e comunicação.

Também de Lefebvre, Fernandes (2005) retoma a ideia de que as relações sociais produzem os espaços sociais e territórios (totalidades restringidas) pelas suas intencionalidades entendidas como modos de compreensão (diferentes leituras sócio-espaciais) e ações que grupos ou classes sociais utilizam para poderem se materializar no espaço, que, conforme o campo de forças em disputa, enfocando as forças econômicas e políticas dominantes. Dessa forma as relações de poder configuram os territórios, fruto do monopólio da ação política estatal no território nacional, que continua a ser exercido com grande peso na regulação das relações econômicas e político-administrativas internas dos países, e nas relações econômicas e políticas externas, produzindo o espaço abstrato, instrumental, o espaço de dominação.

¹¹⁰ As concepções de todos esses autores foram analisadas por Saquet (2007), que retoma uma classificação feita por Giuseppe Dematteis acerca dos estudos territoriais em quatro tendências, dentre elas a abordagem territorial que enfatiza as dimensões política e cultural do território, assumida pela Geografia Humanista e Cultural Renovada no Brasil representada por Haesbaert (2002). Há ainda duas abordagens eminentemente econômicas do território, sendo que uma delas enfatizou as redes e fluxos existentes nos processos de territorialização (concepção reticular do território) e nos seus desdobramentos T-D-R.

Segundo Saquet (2007) tais autores entenderam que a territorialização do Estado se manifesta como área que pode corresponder a um recorte político-administrativo e gestão do território, sinônimo de região ou do Estado - Nação, historicamente condicionada, conciliando a relação área-rede, e evidenciando as relações político-econômicas.

Para Fernandes (2005) um mesmo objeto pode ser parte de diferentes ações no processo de produção do espaço ou os diferentes objetos e sujeitos podem produzir diferentes processos geográficos. Dessa forma, territorialização e desterritorialização podem acontecer simultaneamente em lugares diferentes, mas, segundo ele, não acontecem ao mesmo tempo e no mesmo lugar. Diferentemente dessa afirmativa, entende-se nesta Tese que, quando sujeitos diferentes disputam a apropriação de um objeto, no caso em estudo, a terra como principal meio de produção no campo, ocorre a territorialização do vencedor e a desterritorialização do perdedor, enquanto movimentos desiguais contraditórios e conflitivos, simultâneos, como resultado do confronto de classes sociais num mesmo espaço geográfico (ao mesmo tempo e no mesmo lugar).

Para Haesbaert (2002), há uma clara distinção nos fatores determinantes dos processos T-D-R: a desterritorialização está diretamente vinculada à modernização e à globalização (contextualizada após a década de 1960, marcada por grandes transformações técnico-científicas), na medida em que, os processos de mobilidade do capital, isto é, as redes nacionais – globais, as redes envolvidas pela circulação do capital têm um caráter intrinsecamente desterritorializador e “sem pátria”, ou seja, implica a destruição de antigos territórios e/ou desintegração de novos espaços (HAESBAERT, 1997, p.116).¹¹¹

Saquet (2007) retoma de sua obra anterior sua perspectiva multiterritorial que entende a produção do território como um processo econômico, social, político e cultural a um só tempo. Como produto de contradições sócioespaciais o processo de territorialização do capital envolve desterritorialização/desterritorialidade e

¹¹¹ Saquet (2007) compartilha com esses autores a significação de **território** como **área** (concepção areal) **sob a ordem do capital** (ismo). Dessa maneira, referia-se às relações materiais de **formação do território** (produção de mercadorias). O mundo está centrado na maximização do rendimento do capital “[...] a produção de valor é controlada por um sistema econômico-financeiro global, que tem como única força a acumulação capitalista, e como resultados, a alteração da biosfera, **a redução da biodiversidade e da diversidade cultural**, o aumento das desigualdades e da guerra.” (SAQUET, 2007, p.11).

reterritorialização/reterritorialidades embora enfatize os conceitos que se referem à dimensão subjetiva:

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos sócioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e as reterritorialidades. No meu entendimento, no próprio movimento de circulação e reprodução do capital, há territorialidades e territorialização. (SAQUET, 2003 apud SAQUET, 2007 p.126).

Nas duas tendências interdisciplinares dos estudos territoriais, as argumentações construídas com contribuições da Geografia, Sociologia e Economia ratificam a importância do lugar (concepção areal) e da territorialização mesmo na era das redes e da fluidez.

Todos esses autores tanto da tendência política e econômica dos estudos territoriais, da Geografia Crítica quanto da tendência político-cultural, da Geografia Humanista e Cultural Renovada, embora tenha sido analisada prioritariamente a primeira delas como referencial desta Tese enfatizam aspectos relacionais e processuais da formação e dominação do espaço geográfico ou do território; sendo a dominação duplamente relacionada com o poder do Estado-nação (dominação geopolítica) e com a dominação social, a reprodução do capital e a problemática do desenvolvimento desigual, predominando (quase que exclusivamente) a territorialização do capital, da burguesia e seu Estado liberal, desterritorializando grupos sociais e culturais; mesmo assim admite-se a possibilidade de existência, territorialização ou reterritorialização (nas formas área-redes e rede-lugar, território-rede-lugar), desses grupos dominados que constroem espaços diferenciais, territórios alternativos, como produto e condição de cada relação espaço-tempo, de descontinuidades que se efetuam no movimento histórico e relacional.

2.3.2 A Territorialização de Grupos Populares na Produção de Espaços Diferenciais

Todas as abordagens relacionais do território põem ênfase nos grupos sociais populares que criam espaços diferenciais, apropriados, territórios usados, espaços de resistência, rugosidades (Geografia Crítica) ou configuram

constrangimentos/rugosidades, contra-espacos, territórios alternativos (Geografia Humanista e Cultural Renovada) ao espaço unilateralmente produzido, seja, pela lógica econômica do grande capital (na escala internacional), e em menor escala (nacional), articulada com a lógica político-econômica do Estado.

A crítica da economia política não trata de fatores econômicos abstratos (como a economia política clássica e, posteriormente neoclássica/marginalista ou neoliberal), mas de relações sociais, de interesses contraditórios no âmbito da sociedade civil que se expressam em relações de propriedade, luta de classes, representações políticas, formas de Estado e de consciência¹¹².

O materialismo dialético de Lefebvre, humanista, projeta a subjetividade individual para a coletiva, valorizando o papel ativo do sujeito coletivo, ou seja, das classes sociais na história diante do sistema econômico e político (Estado) também compreendido enquanto produto da concepção e ação da burguesia. O objeto da reflexão teórica de Lefebvre (2008), como foi dito é o espaço instrumental ou o território, produzido em função de interesses de forças sociais. A partir da reflexão marxiana sobre as sociedades em que a riqueza se configura como uma imensa acumulação de mercadorias, o filósofo afirma que o espaço se tornou instrumentalizado para vários fins: dispersar a classe operária repartí-la nos lugares, organizar os fluxos submetidos a regras institucionais, controlar o espaço e reger tecnocraticamente a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalistas, lugar e meio onde se desenvolvem estratégias.

O espaço instrumentalizado como território é contraditório. Há contradições entre *habitat*, segregações que excluem e expulsam as pessoas para a periferia, constituindo espaços periféricos e pobres. Os espaços sociais, enquanto espaços diferenciais estão relacionados às estratégias de classes para assegurar a reprodução das relações essenciais contraditórias e conflituosas através do espaço inteiro (planetariamente). A classe trabalhadora (força social explorada, oprimida, alienada) é habitante, usadora do espaço apropriado (percebido, vivido) como espaço dominado pelo capital e controlado/manipulado pelo Estado (concebido).

¹¹² A crítica de que falta a esse método o componente político ou o cultural – ideológico, não compreende que a análise das relações sociais complexas a partir das transformações na base material, as relações técnicas e sociais de produção; decorre do fato de que estas ocorrem mais rapidamente e são mais facilmente percebidas pelo estudioso que as transformações superestruturais – das relações jurídicas, políticas e ideológicas que as permeiam.

Na luta da burguesia pelo espaço e no espaço¹¹³, na produção do espaço abstrato instrumental (manipulado por toda espécie de autoridades), impõe a passividade e o silêncio dos usuários que suportam sem vastas revoltas as manipulações que lhes custam seus espaços, suas vidas cotidianas, ou se restringe a protestos de grupos esclarecidos (elitistas), que fazem barulho sem grandes resultados, pois permanecem à margem da política, ou seja, não ganham partidos ditos de esquerda (LEFEBVRE, 2006)¹¹⁴. Esse é um fenômeno mundial com causas e razões múltiplas: a importância da burocracia, da capacidade de violência terrificante e da mídia (ao produzir a abstração redutora do vivido e saber não crítico, obtém indiferença pelo desvio da atenção/interesse dos usuários e pela substituição de objetos a esses objetivos/reivindicações). Porém a violência não fica sempre latente, oculta (ameaça); suas contradições, aqui e ali explodem.

Embora o território, para Lefebvre (2008 e 2006) seja um espaço instrumental/dominado pelo capital e pelo Estado, esse processo é contraditório, enfrenta resistências e permite a formação de espaços diferenciais na territorialização de grupos populares. Para Lefebvre (2008) no capitalismo monopolista de Estado as transformações das contradições de classe em termos de prática política (com efeitos nas relações de poder) implicam na emergência de novos traços estruturais e, por conseguinte, novos conflitos sociais e políticos.

Ele exemplifica, com relação à vida urbana: a ampliação das reivindicações salariais e exigências crescentes das condições do conjunto de sua reprodução (consumo na vida cotidiana) pelos movimentos de reivindicação urbana em duas direções, a depender da articulação das contradições e práticas: ou da dialética entre aparelho estatal e movimentos sociais urbanos, politizando a problemática urbana, ou para integração e participação na definição de ações e políticas que os propiciem por intervenção dos aparelhos de Estado em resposta aos movimentos sociais ou por meio de revoltas cada vez mais violentas e pontuais espontâneas (concentrando de modo coletivo a agressividade individual), sem falar dos

¹¹³ A antiga luta de classes entre a burguesia e a aristocracia produziu espaços onde essa luta transparece manifestamente (LEFEBVRE, 2006).

¹¹⁴ O espaço abstrato implica acordo tácito, um pacto de não agressão, um quase contrato de não violência. Ou seja, de reciprocidade, de uso partilhado. Também conduzindo a um consenso. O que por sua vez é exercida uma lógica e uma estratégia no espaço. Existem lugares comuns, lugares partilhados, cuja posse e consumo não podem ser inteiramente privados, como cafés, as praças, os monumentos.

movimentos de contra cultura¹¹⁵, que pode desembocar em mudança. O espaço de poder pode ser dissolvido em razão de conflitos e contradições que nele nascem.

Entretanto as forças fervilham neste espaço. A racionalidade do Estado, das técnicas, dos planos e programas, suscita a contestação. A violência subversiva replica à violência do poder. Guerras e revoluções, fracassos e vitórias, confrontos e distúrbios, o mundo moderno corresponde à visão trágica de Nietzsche. A normalidade estatista impõe também a perpétua transgressão. O tempo, o negativo surge explosivamente. Sua negatividade nova trágica se manifesta: a violência incessante. As forças fervilhantes destampam a panela. Vencidas elas sobrevivem. Elas se batem, às vezes ferozmente, para se afirmar e se transformar em adversidade. (LEFEBVRE, 2006, p. 25).

Conforme as reflexões lefebvrianas as forças sociais e políticas (estatistas) que engendraram o espaço, tentam dominá-lo e não conseguem o que leva a realidade espacial em direção a uma espécie de autonomia impossível de dominar.

Existem contradições do espaço. O método para abordar os problemas do espaço não pode ser unicamente formal, lógica ou logística. Analisando as contradições do espaço na sociedade e na prática social ele deve e pode ser também um método dialético. Se o espaço é político, se existem conflitos e contradições no espaço, depende de dupla crítica – de direita (da burocracia e da intervenção estatista que perturbam a iniciativa privada, ou seja, os capitais) e de esquerda (é uma crítica da burocracia e da intervenção estatista porque não considera os usuários, a prática social, a prática urbana). (LEFEBVRE, 2006, p. 27).

Lefebvre (2008, p. 62) afirmou que o espaço sempre foi político, ideológico, porque é um produto social. A produção do espaço se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo, explorá-lo. A análise crítica define a partir de que estratégia determinado espaço foi produzido por seus usuários. Os centros políticos, comerciais religiosos etc criados em cada, período ou modo de produção podem perecer/desaparecer por mecanismos internos, mas também por assalto dos excluídos, dos rejeitados para as periferias (LEFEBVRE, 2008, p.141-142).

¹¹⁵ Novas tendências de revolta pequeno-burguesa centrada sobre uma contracultura criticam o modelo de consumo e a vida cotidiana e não as relações de produção e dominação política, como o faz a crítica humanista do quadro da vida totalitária e global, ou os registros naturalistas da ideologia do meio ambiente, tomando como ponto de apoio a utopia comunitária do passado ou do futuro ao invés de contradições na estrutura de classes, fornecem a principal massa militante aos movimentos baseados na ideologia urbana. Um problema é saber em quais condições eles se tornam um componente dos movimentos sociais urbanos colocando em causa o poder de classe.

Lefebvre (2008 e 2006) não se deteve na constatação da realidade, apontando, para a necessidade de engajamento dos filósofos e cientistas sociais na transformação da mesma, com propostas de intervenção na vida social e seu espaço - “o direito à cidade”.¹¹⁶ O direito a cidade vem à tona como recusa (difusão das conquistas materiais da sociedade) práxis social e historicamente determinada (como afirmou e viveu Marx); reapropriação dos tempos espaços da vida, movimento em direção à constituição de uma democracia concreta contra a vida colonizada pela passividade nutrida pelo consumo, a irracionalidade que governa a industrialização, organização discriminatória e segregadora, os descompassos do real para os excluídos da cidade, da civilização, da sociedade, empobrecimento da realização do humano.

Nos eventos internacionais, em 1971 e 1972 (no contexto pós - mobilizações de maio de 1968 que, a partir de Paris, se irradiaram para outros países), realizados em Nova York foi explicitada a crítica da vida social e dos espaços sociais nos EUA e debatido um projeto alternativo. Lefebvre (2008, p. 106-110) mencionou a ideia de Manuel Castells de que a intervenção massiva do povo é indispensável à maneira de viver na cidade e seu espaço como em qualquer transformação social, revolucionária.

Só é possível mudar a vida e a sociedade, se existir a produção de um espaço apropriado. O espaço contém possibilidades de emancipação do homem na procura de sua universalidade. A possibilidade de apropriação total do espaço pela sociedade está hoje bloqueada pela fragmentação a que o espaço é submetido por sua venda em parcelas, aos pedaços assim como por sua fragmentação teórica (várias disciplinas que se debruçam sobre o urbano).

Há então a possibilidade de apropriação total do espaço pela sociedade; para isso é preciso compreendê-lo, mas também modificá-lo, completá-lo, em função de outras demandas e de outros projetos. Ele considera que cada sociedade, cada modo de produção, incluindo certas relações sociais de produção (a divisão de trabalho e sua organização, portanto as funções sociais hierarquizadas) e de

¹¹⁶ É preciso inverter a tendência dominante a que vai em direção à fragmentação, à separação, ao esmigalhamento subordinados a certo centro ou poder central, efetuada pelo saber em nome do poder. Tal inversão não pode se realizar sem dificuldades; não basta para operá-la substituir preocupações globais às pontuais. Pode-se supor que ela mobilizará muitas forças. Convirá motivá-las orientá-las no curso de sua própria execução, etapa por etapa. O espaço (social) produzido/produtor entra também na reprodução, a do aparelho produtivo, da reprodução ampliada, das relações que ele realiza praticamente “sobre o terreno” (LEFEBVRE, 2006).

reprodução (relações biofisiológicas entre os sexos, as idades, com a organização especificada da família)¹¹⁷, produz um espaço seu, um espaço diferencial.

Enquanto o espaço abstrato, dominante conduz, arrasta, prevalece (sobre) a apropriação sem que ela possa desaparecer, ao contrário: a prática e a teoria (crítica) proclamam sua importância reclamando a restituição. O espaço diferencial materializa as contradições e representa um espaço novo (apropriado, de resistência).

Numa perspectiva menos pessimista, pode-se mostrar que o espaço abstrato, contém contradições específicas; essas contradições do espaço procedem em parte de antigas contradições oriundas do tempo histórico, modificando-as: ora agravando-as ou atenuando-as. Entre essas antigas contradições nascem novas que eventualmente conduzem o espaço abstrato em razão dessa negatividade, que terá o nome de espaço diferencial. Porque o espaço abstrato tende para a homogeneidade, porque ele reduz as diferenças (particularidades) existentes, e porque o espaço novo só pode nascer (ser produzido) acentuando as diferenças. Ele reunirá o que o espaço abstrato separa: as funções, os elementos e momentos da prática social. Ele acabará com as localizações que rompem a unidade do corpo (individual e social), do corpo de necessidade. (LEFEBVRE, 2006, p.44).

Em seu livro *A Revolução Urbana* (2004)¹¹⁸ Lefebvre afirma que é preciso ver mais longe que: existe uma política do espaço, o espaço é político e aponta para propostas estratégicas amplas de gestão e posse coletiva dos meios de produção¹¹⁹, ao invés de pequenas ações táticas¹²⁰. Mencionou que Jorge Jahime Oseki, diante da cidade moderna que implodia e explodia, já afirmava que a fundação do espaço urbano é considerada um direito, é compreendida e explorada em suas possibilidades práticas. Exposta em sua gênese e produção através da crítica de suas virtualidades bloqueadas é enunciada sua superação. Nas cidades do

¹¹⁷ Os dois encadeamentos – produção e reprodução – não podem se separar: a divisão do trabalho repercute na família e aí se sustenta, inversamente a organização familiar interfere com a divisão do trabalho, todavia o espaço social discerne essas atividades para localizá-las não sem fracasso, no capitalismo.

¹¹⁸ “*A Revolução Urbana*” é outra obra dedicada ao espaço urbano, cuja primeira edição é de 1970; teve tradução e edição brasileira pela Humanitas/UFMG, em 1999, 1ª reimpressão em 2002 e 2ª. Reimpressão em 2004, que foi a obra consultada.

¹¹⁹ O filósofo previu a posse coletiva dos meios de produção e a gestão social da produção em função das necessidades sociais por volta do ano 2000, num socialismo mundial diferente do que Marx chamava de socialismo, do qual decorrerá a capacidade recuperadora do capitalismo, mas não excluía a possibilidade de catástrofes irreversíveis se esse caminho não for trilhado.

¹²⁰ Assim como o espaço a natureza encontra-se politizada desde agora está inserida em estratégias conscientes ou inconscientes; ex parques nacionais.

continente americano onde a homogeneidade suburbana evidencia as absurdas desigualdades sociais que congregam, provocando processos de segregação e violência (inéditos) é que se podem encontrar práticas indicadoras de transformações urbanas mais radicais.

Dessa forma Lefebvre se nega apenas a constatar a realidade, retomando a importância da *práxis* no método marxista. Para este autor, o conhecimento crítico da produção do espaço, participa do processo de desalienação, integra o movimento de emancipação, de apropriação e (re)apropriação do espaço pela maioria silenciosa, que faz parte do que ele chama de “revolução total”¹²¹. O espaço contém possibilidades de emancipação do homem na procura de sua universalidade. Tanto para Lefebvre como para Marx é o proletariado que suporta toda a alienação que contém o germe da superação da sociedade em que vivemos. O filósofo propõe a formação consciente de uma *práxis* urbana, com sua racionalidade própria; para que a História exista como de nossa ação concreta, escolhas de transformação da sociedade pela reinversão desse mundo invertido. Existe uma escala, a da pequena cidade, que, segundo ele, tornaria operativo o direito à cidade, como também foi pensado por Rousseau, viabilizando o exercício da democracia direta (assembleia popular).

Milton Santos, no livro “A Natureza do Espaço”, em 1988 (2006) ao refletir sobre a heterogeneidade do espaço habitado, o processo de modernização diferenciadora (propagação desigual das técnicas e meios) que acirra a diferenciação dos espaços apresentou o conceito de “rugosidades” a partir das estratégias sociais de resistência, que são enfocadas nesta Tese. O espaço-território é sempre ao mesmo tempo espaço concreto, dominado, instrumento de controle e exploração, mas também é espaço diferencial que traz em si potencialidades. O conceito de “território usado” adotado tanto por Badie quanto por Santos (1996) também se aplica aos espaços diferenciais de Lefebvre (2008, 2006).

Apoiado em Lefebvre, Fernandes (2005) afirma que as pessoas produzem espaços no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, da produção de conhecimento, ao se relacionarem diversamente e que o território é o espaço

¹²¹ A revolução mundial total, econômica, demográfica, cultural, psíquica hoje impossível-possível, urgente e fugidio/longínquo, subversão completa, destruição da política deveria por fim ao poder que domina os seres humanos, poder abstrato que utiliza os meios objetivos a um fim substituindo-o por poderes da apropriação e da (re) apropriação, da limitação do poder pela enorme maioria silenciosa.

produzido pela prática social, como campo de ações de um indivíduo ou grupo social, e enfatiza que tais relações sociais produzem os espaços sociais a partir de suas intencionalidades (modos de compreensão, diferentes leituras sócio-espaciais) e ações que sujeitos sociais (grupos ou classes sociais) utilizam para poderem se materializar no espaço, conquistar territórios (se territorializar), conformando um campo de forças em disputa mesmo não sendo; enquanto forças sociais que se apropriam do espaço como usadores, constroem territórios, buscando se realizar espaço um modo de existir, uma identidade.

Os processos que produzem contraditoriamente aglomeração, concentração espacial de elementos comuns, homogeneização, também produzem difusão, espraiamento dos elementos de diferenciação em seus limites espaciais, barreiras naturais ou sociais, inércia, isto é, ação que reforça especificidades (sociais e culturais) herdadas do passado¹²², de coesão, busca de autonomia.

Conforme Saquet (2007) o conceito de território é tratado como espaço ocupado, apropriado e controlado; produto de relações sociais de produção por Dematteis, Harvey e Quaini ao longo da década de setenta. Para esse último autor a abordagem materialista da geografia histórica deve estudar a organização espacial sincrônica e diacrônica e as relações sociedade-natureza (dimensões sociais e incorporação da natureza) para compreender a organização territorial, que é complexa, estratificada, articulada, apropriada e construída socialmente. Grupos ou classes sociais estão presentes na abordagem relacional e material (econômica) do território. A abordagem histórico-crítica de Dematteis apreende a complexidade do território num duplo aspecto: tanto dos problemas territoriais, inerentes à coexistência, no espaço, de fatos heterogêneos combinados territorialmente a partir de uma construção social, com base em Muscara, em seu trabalho dos anos sessenta, que compreendera o território como uma complexa combinação particular de certas relações territoriais (horizontais e verticais), com desigualdades (entre níveis territoriais que variam do local ao planetário), com características naturais (clima, solo ...), relações horizontais (entre pessoas, produção, circulação) e verticais (climas, tipos de culturas, distribuição do habitat). Complexidade de ação voltada à

¹²² Saquet (2007) reconhece como um problema (e não como uma contradição estrutural), potencializar, conservar e reproduzir tal diversidade territorial, lugar de vida construído historicamente num mundo centrado na maximização do rendimento do capital financeiro global.

transformação do próprio território pelos sujeitos sociais, que considerou uma contribuição importante e inovadora para a compreensão do território.

Dematteis centrou sua análise no princípio de interação social na organização territorial como produto, tanto da relação do homem com a natureza (modificada), ou seja, as relações entre o sistema social e seu suporte material, como produto de contradições e relações efetivadas entre os homens¹²³. Saquet (2007) resgatou outras abordagens voltadas para a reflexão entre territorialidade e autonomia, lembrando Nicholas Entrikin (entre os pesquisadores de língua inglesa ou francesa), ou Massimo Quaini (entre os italianos) e sua geografia democrática reforçando a tendência a partir dos anos 1990, de revalorização dos lugares e dos particularismos, considerando-se os elementos da natureza e dos processos históricos e mostrando conexões entre diferentes níveis escalares.

No Brasil, como já foi dito, Claude Raffestin (1993) introduziu a problemática relacional no debate sobre território, no nosso país, envolvendo em diferentes escalas, diferentes sujeitos políticos, distintas relações sociais, formas de poder que produzem distintos espaços sociais (multiterritorialidades). O conceito de território permite compreender as formas com que a sociedade modela e organiza o espaço no qual se reproduz a territorialização do capital, mas também de outros grupos sociais - populares, referindo-se a T-D-R. Sendo assim os territórios também se referem a espaços de resistência ao processo homogeneizador da territorialização do capital, com base no conceito de “rugosidades” no espaço liso da lucratividade, de Milton Santos.

Retoma-se o segundo sentido do conceito de “território usado” de Badie, em 1996 (SAQUET, 2007) enquanto uma construção social, instrumento da ação, produto de um processo histórico; pois além de ser usado pelos atores hegemônicos, por meio do controle social, por forças econômicas e políticas – o Estado-Nação e sob a ditadura do dinheiro, substantivado por uma trama de relações sociais transescalares; também é usado como abrigo pelos hegemonizados.

¹²³ Para Dematteis a ação recíproca é uma categoria analítica do método materialista histórico – dialético, que permite estudar o espaço transformado, a partir de uma abordagem relacional e processual do território, entendendo-o como enraizamento, produto das atividades do homem interação/ligação/relação social com a natureza terrestre. A natureza ainda é concebida como palco dos processos sociais, recorte da superfície terrestre. Porém, o autor vislumbra o processo histórico e os acontecimentos coexistentes, o que denomina sistemas socioterritoriais tentando reconhecer ao mesmo tempo aspectos da natureza e da sociedade (SAQUET, 2007).

Saquet (2007) destaca na Geografia Crítica no Brasil a concepção relacional e fundamentalmente político-econômica do território de Fernandes (1996; 2000) que enfatiza as relações sociais espaço-temporalmente definidas, apoiada na leitura de Raffestin, tanto na multidimensionalidade e multiterritorialidade quanto na intencionalidade na construção de territórios. A multidimensionalidade do poder, dos conflitos em todos os níveis relacionais no início da década de oitenta, feita por Becker, seguidora de Raffestin, recupera a noção de território, como espaço de distintos atores sociais, produzido socialmente para além da atuação do Estado.

Segundo Fernandes (2008b, p.1), como também Moreira em 2002 e Feliciano em 2003, tanto os movimentos populares reagem aos contraespaços. Para os três autores, conforme o primeiro autor as medidas políticas do Estado constituem-se como barreiras espaciais para impedir a espacialização e territorialização dos movimentos populares (referindo-se aos camponeses).

Nesta Tese concorda-se com a ideia fundamental do autor, de que o Estado cria obstáculos para impedir a territorialização de grupos populares por meio de seus movimentos sociais. Porém não acompanha os referidos autores ao denominarem tais barreiras levantadas pelo Estado contra os mesmos, como “contraespaços”. Coerente com o raciocínio iniciado por Henri Lefebvre e Milton Santos de que o capital/a burguesia/o Estado homogeneízam o espaço, contra o qual se insurgem os movimentos populares criando espaços de resistência como “rugosidades” nesse espaço liso hegemônico, nesse sentido a ação decisiva do Estado forma o espaço dominante e é a ação dos movimentos camponeses que, ao contrário produz “contraespaços” ao territorializarem-se.

Souza no início do século XXI admite o movimento do território de força de trabalho e o movimento de constituição de redes de circulação e comunicação, elemento inerente também à reterritorialização (território-rede), admitindo a dimensão econômica, todavia em seus estudos a dimensão valorizada na territorialização é a política e a cultural que contribui na definição da coesão e unidade, da identidade e regionalismos. Destaca as relações políticas como campo de forças que se projetam sobre um substrato espacial; mas acrescenta que o território significa a materialidade que sustenta a vida, determina as práticas espaciais e influencia os processos identificatórios (conflitos políticos, o controle do espaço e identitarismos). Sua concepção tem um caráter político forte em favor da reconstrução dos territórios e conquista da autonomia, ainda mais presente em seu

trabalho posterior, território como organização sócio-espacial definida e delimitada a partir de relações de poder, relacionada à prática social em função de diferentes objetivos; com fortes relações, com autonomia e desenvolvimento.

Na Geografia Cultural e Humanista Renovada também foi observada a ênfase nos grupos sociais populares que criam “territórios alternativos” em relação ao espaço liso hegemônico do capital e do Estado (HAESBAERT, 2002, p. 9-14). A importância dos constrangimentos, na linguagem de Guattari, para entender as estratégias político-econômicas que podem corresponder também à base para a formulação de propostas minoritárias de convivência social que permita a articulação ou preservação de identidades coletivas diferenciadoras.

Haesbaert (2002) reconhece a problemática relacional introduzida por Raffestin, mas afirma que ela envolve diferentes atores sociais (indivíduos ou grupos) e, apesar de enfatizar a dimensão política não valoriza os movimentos sociais. A produção do espaço por grupos sociais não dominantes em geral constitui aglomerados de exclusão, mas em alguns casos podem constituir territórios alternativos, mencionando a esperança por uma “[...] alternativa que literal e metaforicamente permita a construção de um espaço muito mais igualitário e democrático, onde se dê a inserção dos excluídos de todos os matizes [...]”, criada pelas diversas redes implantadas a partir da modernidade, vinculado a identidades culturais. Ao referir-se às relações de poder, enfatiza a “microfísica” do poder, a partir de Michel Foucault¹²⁴. A apropriação a partir de um ator social que não é apenas de classe social (indivíduo ou grupo), valorizando-se o sentimento de pertencimento. O sentido que este autor dá à expressão “Territórios alternativos” significa a crítica aos espaços hegemônicos.

Esse espaço geográfico que participa ou compõe, direta e indiretamente, nossas relações cotidianas, com seus muros, fronteiras, suas infovias, suas imagens, seus fluxos, suas “rugosidades”, este é o grande universo em que aqui e ali, tímida ou mais incisivamente procuramos desenhar nossos “territórios alternativos”. (HAESBAERT, 2002, p. 11, grifo nosso).

Percebe-se na citação acima que Haesbaert (2002) utiliza o conceito de “rugosidades no espaço liso, homogeneizante”, da mesma forma que os geógrafos

¹²⁴ Guattari e Rolnik em seu trabalho de 1950, retomado por Haesbaert (2002) relacionavam os territórios alternativos com os conceitos de ‘micropolítica’, elaborado por Foucault.

Santos e Silveira (2001) e Santos (2006), que parece corresponder a uma versão geografizada de processos identificados pelo filósofo francês Guattari, em 1985, como “contraespaços” ou como constrangimentos à ordem social majoritária.

Essa configuração de contraespaços dentro das ordens sociais majoritárias precisa ser analisada, seja na escala mínima das relações cotidianas, seja em escalas mais amplas, pois é neste jogo de contradições que pode ser divisado e incentivado um novo arranjo espacial capitaneado por uma base democrática que permita o confronto de identidades com o florescimento de uma diversidade liberadora. (HAESBAERT, 2002, p.15).

Haesbaert denomina esses “contraespaços” ou “constrangimentos” como “territórios alternativos”, admitindo a possibilidade de os grupos manifestarem articulações territoriais de resistência em contraposição ao espaço liso homogeneizante imposto pela ordem social e política dominante. Ao lado de uma geopolítica global das grandes corporações brotam “micropolíticas” capazes de forjar resistências menores – mas não menos relevantes – em que os territórios alternativos “tentam impor sua própria ordem, ainda minoritária e anárquica, mas talvez por isso mesmo, embrião de uma nova forma de ordenação territorial que começa a ser gestada.” (HAESBAERT, 2002, p. 14).

Haesbaert (2002), quando se refere aos espaços ou territórios alternativos criados pelos movimentos sociais, que constroem contra-espacos em diferentes escalas concorda com os autores marxistas que afirmaram/am que os movimentos populares “desenham tímida ou mais incisivamente territórios alternativos”, “rugosidades” em relação ao espaço “liso” unilateralmente produzido, seja, pela lógica econômica do grande capital (na escala internacional) ou em menor escala (nacional), pela lógica político-econômica do Estado, criticando esses espaços dominantes.

Contudo, segundo Saquet (2007) Haesbaert em 1995 e 1997, apoiando-se em Deleuze e Guattari centra sua análise nas novas territorialidades¹²⁵ constituídas nas reterritorializações (fluxos, conexões, articulações, codificação e decodificação, poder), ou seja, nos aspectos (i)materiais, subjetivos da constituição no real.

Haesbaert (2002) discutiu que as diversas redes vinculadas a identidades culturais, constituem-se em componentes da produção do espaço, enfatizando dentre os processos T-D-R, a reterritorialização e suas relações com os aglomerados de exclusão. Ele elabora uma argumentação sobre o território-rede destacando a reterritorialização e o desenvolvimento a partir de fatores e elementos políticos e culturais em unidade. Sendo a territorialização, para ele, enraizadora, promovendo a coesão, com caráter intrínseco e introvertido, ela se liga muito mais às iniciativas político-culturais de apropriação e domínio. A (re) territorialização corresponde à constituição de novos territórios com uma nova apropriação política e/ou simbólica do espaço, também incluindo redes, novo ordenamento político (múltiplas relações de poder) impregnado pelo componente cultural (identidade geradora de coesão), que se revela mais nítida à escala local, em termos de território e regionalmente em termos de rede. O processo de (re) territorialização promove multiterritorialidades (múltiplas relações vividas por diferentes indivíduos e grupos sociais em distintas escalas de interação), relação retomada em sua obra de 2004, voltando a destacar juntamente com as dimensões política e cultural, a econômica e introduzindo na reflexão a importância da natureza na formação histórica de certo território. Dessa forma valoriza como antes as redes de circulação e comunicação, as interações sociais, enfim a (i)materialidade dos processos territoriais, que envolve subjetividade individual e coletiva. O território nessa perspectiva

[...] enquanto mediação espacial do poder resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política. (HAESBAERT, 2004, p.93).

O foco nos movimentos sociais, que interessa a esta Tese é encontrado em poucos autores da primeira tendência dos estudos territoriais política e econômica. Saquet (2007) identificou a perspectiva sociológico-geográfica da análise territorial de Arnaldo Bagnasco a partir do final da década de setenta, que enfatiza a compreensão das relações de classe, de poder, ou seja, as forças, interesses das classes e suas relações no processo de territorialização. A complexidade e a articulação territorial são centrais em sua abordagem. Valorizando a relação espaço-

tempo, referiu-se à constituição histórica de fenômenos sociais (mudanças) que detalhou em outra obra de 1988.

Por essa concepção, o desenvolvimento é compreendido como resultado da articulação da sociedade nacional, como complementaridade entre as classes sociais que se territorializam. Isso significa sem dúvidas um grande avanço para os estudos de sociologia, economia e geografia, mostrando o movimento, as ligações e o jogo de poder, no território. (SAQUET, 2007, p. 60-61).

Saquet (2007) destaca a “geografia da complexidade” do geógrafo marxista Dematteis de meados da década de noventa, Superando as atuações de engenheiros e de macroeconomistas, o território é condição de processos de desenvolvimento. Esses pressupostos da escola italiana de estudos territoriais serão adotados na política de desenvolvimento territorial do primeiro o governo de Lula da Silva, que aborda a relação espaço-tempo para compreender o desenvolvimento econômico, a diversidade, a reciprocidade entre forças sociais, as mudanças dos sujeitos locais com suas convergências e conflitos, na construção de territórios, fatores físicos e histórico-culturais que influenciam o desenvolvimento local; o território é visto a partir de relações sociais, particularmente movimentos sociais em busca de autonomia

[...] orientadas à conquista da autonomia das sociedades locais. Autonomia não significa [...] autosuficiência, não implica fechamento com relação ao exterior, mas capacidade de autogoverno das relações de territorialidade, internas e externas, de autoproteção de um desenvolvimento centrado nessas relações. (DEMATTEIS, 2007, p.9).

É uma territorialidade ativa, na medida em que redes de sujeitos individuais e coletivos se propõem a interagir para governar uma territorialidade, elaborar políticas de rede. A territorialidade ativa é conflituosa, porque se propõe a agir para provocar mudanças sociais, como concebeu Magnaghi no final da década de noventa. Para além da interpretação da territorialização reconhecendo o movimento, as contradições a identidade e a natureza das relações de poder, essa abordagem visa um caráter político organizacional que vá além da simples participação dos sujeitos em reuniões (com mais padrões e menos empregados). Dessa forma o pesquisador precisa reorientar os chamados projetos de desenvolvimento do próprio território menos alienação e subordinação, dando-lhes um caráter político de atuação

cotidiana em favor da criação de um novo território autogerido. Apesar de sua importância Saquet (2007) afirmou terem sido essas obras desconhecidas no Brasil, até o início do século XXI.

No Brasil o destaque vai para Ariovaldo U. Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes, ambos, conforme Saquet (2007, p.124) reforçando a perspectiva marxista. O primeiro explica a formação das regiões ou frações de uma formação territorial pelas “as forças produtivas e relações de produção que geram/conformam o território, o que significa manutenção/transformação, distribuição e concentração, desigualdades e contradições, valorização e reprodução”. Esse autor retoma a teoria do desenvolvimento territorial desigual para explicar as desigualdades internas de um país. Portanto, o território é “resultado dessas relações sociais que se territorializam desigualmente por mediações e ações, sobretudo econômicas e políticas, de controle, na processualidade da luta de classes.” (SAQUET, 2007, p.134).

Ainda conforme Saquet (2007) Fernandes diferencia-se dos demais autores da tendência econômica e política do território no país, ao ressaltar o papel dos movimentos sociais (de caráter popular) enquanto representações de interesses de classe na produção desses territórios de resistência politizando esse conceito ao tratar da luta de classes. Para Fernandes (2005) a ideia de que os homens em suas relações sociais produzem diversos tipos de espaços sociais concretos, materiais e imateriais, pela sua prática social, como campo de ações de um indivíduo ou grupo social, a partir da ideia lefebvriana de que o território é uma totalidade restringida pela intencionalidade dos sujeitos sociais; que criam diferentes leituras, sócio-espaciais e ações, conforme o campo de forças, focando algumas dessas forças sociais não dominantes.

Na territorialização há fluxos e movimento, enraizamento, localização, identificação e distribuição. O território corresponde a uma área ou a um lugar de vida, apropriado, ocupado e transformado; um lugar de negociações e dominação, de conflitos e lutas entre diferentes classes sociais. O território alternativo como recusa, como práxis social, o qual o homem domina suas próprias obras no movimento em direção a constituição de uma democracia concreta (política e social). Para essa abordagem dos movimentos de construção de espaços e conquista de territórios é importante porque revela espaços e territórios antes não pensados.

Na Geografia Humanista e Cultural Renovada, Haesbaert (2002) também menciona movimentos sociais. O fato da mobilidade do capital volatilizar os espaços não impede a emergência de movimentos sociais, “que tentam impor suas especificidades em diferentes escalas”. Nem sempre a produção da subjetividade capitalística consegue reduzir tudo a uma tabula rasa, mesmo nos países capitalistas desenvolvidos, onde surgem movimentos sociais desde a escala cotidiana, no nível do bairro (movimentos comunitários) até aquela que a geografia costuma denominar de regional para a qual Guattari, em 1986 cita as formas de subjetividade coletiva dos movimentos regionalistas lutas como a do povo bretão, basco e corso (HAESBAERT, 2002).

A resistência de territórios identitários, étnicos (territorialidades multiformes, complexas e múltiplas) fragiliza as fronteiras, acirra os conflitos, destrói o princípio da territorialidade exclusivamente enquanto nacionalidade, apontando para a dissolução/fim do território (do Estado-nação), o que reforça a necessidade de se compreender os particularismos, a heterogeneidade, e adquirir informações sobre as organizações identitárias em diferentes recortes espaciais e a forma histórica de descrição e apreensão da territorialidade plural, dos lugares. Nesse duplo aspecto, contraditório e antagônico, esse conceito ajuda a compreensão dos territórios em conflito, enfocado neste estudo.

Por fim, destacam-se nesta Tese as contribuições de Oliveira e Fernandes na abordagem territorial (T-D-R) nos estudos sobre o campo, valorizando os movimentos sociais. Oliveira (1990) é ressaltado por sua teorização acerca das duas formas de avanço do capital na agricultura, como parte do desenvolvimento capitalista desigual e contraditório e pelo pioneirismo no mapeamento histórico dos movimentos sociais camponeses, em *A Geografia das Lutas no Campo*, de 1988 (1993).

Fernandes (1996, 2001), destaca respectivamente a territorialização do MST em São Paulo e no país, identificado enquanto organização política de territórios materializados nos acampamentos e, sobretudo nos assentamentos e a infraestrutura que ele conquista: escolas, cooperativas, secretarias, unidades agroindustriais, veículos, implementos, ou seja, o território pode ser resumido num conjunto de obras e relações sociais historicamente definidas que significam uma apropriação ou reapropriação territorial a partir da conquista da terra. A partir da observação da territorialização enquanto fenômeno concreto Fernandes (2005)

elabora a análise teórica que articula os movimentos sócioterritoriais e sócioespaciais com a construção de territórios articulada com os processos geográficos (T-D-R) entendidos enquanto lutas sociais, decorrentes da intencionalidade de sujeitos sociais; contribuições que permitem tratar a questão agrária enquanto luta de classes e territórios em conflito, que tem um caráter político e de práxis muito forte.

No plano jurídico-político, o direito positivo mantém o *status quo*, ou seja, os interesses da burguesia, todavia os movimentos sociais por meio de sua prática social e política, ou seja, das lutas populares, tem conseguido vencer ações, formando jurisprudência que conforma um novo tipo de direito denominado - “direito achado na rua”: Souza Jr.(1993); Souza Jr e Aguiar, (1993); Molina, Souza Jr e Tourinho Neto(2002), sendo uma dessas frentes o direito agrário na disputa pela terra, pela democratização da propriedade rural, objeto deste processo investigativo.

2.3.3 Apropriação *versus* Dominação/Propriedade do Espaço

Interessa particularmente na discussão dos territórios em conflito a problemática da apropriação/uso – propriedade levantada por Lefebvre (2008, 2006) e retomada por outros autores em suas abordagens territoriais.

A prática espacial de uma sociedade é descoberta decifrando seu espaço. Lefebvre (2008) refere-se a lugares diversificados que tanto se opõem quanto se completam ou se assemelham; introduzindo uma classificação (grade) por topias: isotopias (lugares análogos); heterotopias (lugares contrastantes); utopias (lugar do que não tem ou não tem mais lugar, o absoluto, o divino, o impossível). O filósofo faz uma oposição altamente pertinente entre os espaços dominados e os espaços apropriados, e afirma que somente o estudo crítico do espaço permite elucidar esses conceitos para a compreensão da prática espacial.

Ele se apoia na leitura de Marx, para quem a apropriação se opõe fortemente à propriedade, mas, o conceito não é completamente esclarecido, na medida em que se refere ao próprio homem e o trabalho (social) transformador da natureza e, nesse sentido, não discerne completamente dominação e apropriação, pois enxerga o trabalho e as técnicas dominando a natureza material, dela se apropriando e transformando-a para o uso, ou seja, a satisfação de suas necessidades. “A

natureza, de inimigo, de mãe ingrata se transforma em bens” (LEFEBVRE, 2008, p. 60).

Lefebvre mantém a idéia básica de Marx de que, se um espaço natural é modificado para servir as necessidades e possibilidades de um grupo, pode-se dizer que este grupo dele se apropria¹²⁶ (LEFEBVRE, 2008). Continua seguindo Marx ao afirmar que a apropriação se opõe fortemente à propriedade (referindo-se a apropriação capitalista para o mercado). A posse/propriedade é um desvio da atividade apropriativa. Há o conflito entre o uso e a troca. O uso não coincide com o valor de uso, pois este corresponde aos termos implicados pela mercadoria, especialmente as relações de propriedade, ao passo que “[...] uso corresponde ao domínio do que é vivido sob os termos da apropriação fora e quiçá contra os pressupostos da valorização.” (LEFEBVRE, 2006, p.35).¹²⁷

Lefebvre ainda afirma que a diferenciação do espaço, a produção de uma sociedade desequilibrada e desigual e de um desenvolvimento espacial desigual, se deve à divisão social e territorial do trabalho, que se estabelece no processo de acumulação capitalista, que produz e distingue espacialmente, possuidores e despossuídos. O capital reduz o uso e o trabalho entre outros espaços apropriados. As sociedades onde a reprodução da riqueza abstrata é tomada como fim em si, as relações de propriedade que lhe são inerentes se expandem submetendo crescentemente em seu favor o que era passível de apropriação pelo uso.

O filósofo desenvolve seu raciocínio afirmando que o novo modo de produção, ou melhor, o neocapitalismo produz um espaço social novo numa relação dialética, num processo de apropriação (pelo capital) de um espaço preexistente, penetrando e introduzindo modificações lentas numa espacialidade já consolidada, que passa a ordenar para seus fins, tornando-se espaço de dominação (dominado-apropriado). A dominação do poder econômico e político da burguesia é o espaço não apropriado para e pelo uso; é imediato e mediato, pertence à ordem próxima vizinhança e ordem distante sociedade, o Estado (LEFEBVRE, 2008). O espaço dominante

¹²⁶ Apropriação é usada na acepção conferida ao termo por Marx, nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, de 1844 (2008).

¹²⁷ Lefebvre menciona que a relação dialética entre valor de troca e valor de uso foi magistralmente demonstrada por Marx em O Capital ao analisar a forma da troca. Lefebvre desenvolveu essa análise em “O Estado e o modo de produção estatal”, 1977 e em “O Estado – as contradições do Estado moderno”, 1978.

[...] resulta de projetos de um mestre; obra no sentido do trabalho mais do que no sentido artístico [Para dominar um espaço] a técnica introduz num espaço anterior uma forma o mais frequente uma forma retilínea, retangular (a malha, o quadriculado). A autoestrada brutaliza a paisagem e o país: ela corta, como uma grande faca, o espaço. [O espaço dominado] geralmente fechado, esterilizado, vazio. Seu conceito só toma seu sentido se opor ao conceito inseparável da apropriação (LEFEBVRE, 2006, p. 59).

O capitalismo expande-se “subordinando a si o que lhe preexistia”: natureza, agricultura, solo e subsolo, edificações e realidades urbanas históricas. A mobilização do espaço se inicia no solo, reduzido ao solo possuído a título de propriedade privada; o pagamento das rendas do uso do solo depende da sua propriedade decorrente do monopólio do solo e se estende ao espaço inteiro (LEFEBVRE, 2008, p. 125-126). A mudança de escala é qualitativa (local) diante da homogeneização-fragmentação do espaço para outros fins. O comprador de um volume habitável adquire um tempo cotidiano e aprazibilidade; uso imediato do espaço, por meio de um valor de uso e de troca.

Lefebvre (2006) aponta como uma dificuldade (dentro da estrita tradição marxista) o fato do “conceito de espaço (social) e o próprio espaço escaparem à classificação ‘base-estrutura-superestrutura’ ”¹²⁸, ou seja, o espaço “aparece, se forma, intervém” num ou noutro nível: nas forças produtivas, na divisão do trabalho, nas trocas (é vendido e comprado, tem valor de troca e de uso), nas relações de dominação (de propriedade)¹²⁹ e também no funcionamento das superestruturas - instituições, na cultura, no saber. “Portanto, desigualmente, mas por toda parte” (LEFEBVRE, 2006, p.5).

¹²⁸ Lefebvre (2006, p. 05) afirma que o espaço social não se situa a tal ou tais “níveis”, “planos”, classicamente distinguidos e hierarquizados, contrapondo-se a uma corrente marxista (estruturalista) que não analisa dialeticamente esta relação entre base e superestrutura. Pergunta o autor se por isso deveria abandonar a orientação marxista, como sugeriram e fizeram muitos, não apenas na análise do espaço. Ao contrário sua opção foi “retornar às fontes, aprofundar a análise aportando novos conceitos, aprimorando e experimentando renovar as *démarches*.”

¹²⁹ Lefebvre (2006) afirma que as relações de propriedade não seriam parte da superestrutura, e sim da base-estrutura econômico-social. Há uma concordância nesta Tese com Lefebvre acerca da interpretação da categoria marxiana de base-estrutura econômica (infraestrutura) ser de fato sócio-econômica, por tratar-se de relações sociais de produção diretamente articuladas com as relações de distribuição que envolve a apropriação da terra como meio de produção (solo) e, conseqüentemente a definição prévia da repartição da riqueza socialmente produzida, envolvendo disputas e conflitos de classe. Todavia reafirma-se com base em Marx que a propriedade também deve ser entendida como a expressão jurídica (superestrutura) das relações sociais de produção distribuídas conforme a apropriação dos meios de produção, portanto na sua relação dialética, orgânica com a base/infraestrutura econômica, que é a esfera das relações sociais entre classes, dos seus interesses materiais ou sociedade civil.

O dominado e o apropriado podem ir juntos, deveriam, mas a história da acumulação é também a história de sua separação, de sua contradição. A relação dominado-apropriado não se limita a uma oposição significativa; origina uma contradição, um movimento conflitual que se desenvolve até a vitória opressiva da dominação, que reduz ao extremo a apropriação. Mas o conceito de dominação só se completa em sua significação com o poder político, o Estado na produção do espaço.

Nas suas obras de 1994 e 1995, Haesbaert (2002, p.126) referiu-se a processos de dominação e apropriação na construção de um espaço especial - o território:

[...] espaço concreto, dominado, instrumento de controle e exploração e espaço diferentemente apropriado (concreta e simbolicamente utilizando a distinção lefebvriana entre dominação e apropriação) através da qual, se produzem símbolos, identidades, enfim uma multiplicidade de significados que operam em conjunto com funções estratégicas variando conforme o contexto em que são construídos. (HAESBAERT, 2002, p.10).

Haesbaert (2002, p. 126) afirma na citação acima que o território é espaço dominado, isto é, instrumento de controle e exploração, concreto; e, ao mesmo tempo é espaço apropriado, concreta e simbolicamente. Em outra passagem afirma que o território “[...] assume um caráter de relação de dominação político-econômica e de apropriação simbólico-cultural”. Não há concordância com Haesbaert na sua leitura de Lefebvre, acerca dos conceitos de dominação e apropriação, correlacionando cada um desses conceitos a determinadas dimensões da realidade social; sendo a apenas a apropriação é concreta (funções estratégicas) e simbólico-cultural (símbolos, identidades)¹³⁰ e a dominação político-econômica seria apenas concreta¹³¹.

Não é esse o entendimento que se tem nesta Tese sobre a significação dos referidos conceitos de apropriação e dominação nas obras de Lefebvre. Considera-se aqui que ambos são político-econômicos (concretos) e simbólico-culturais, como dimensões indissociáveis. Para Lefebvre no espaço (social) há a intervenção do

¹³⁰ Um espaço apropriado assemelha-se, atinge seu auge (n)a obra de arte (LEFEBVRE, 2008; 2006).

¹³¹ Outro autor enumerado por Saquet (2007) que valorizou o conceito de apropriação foi Corrêa, nos anos noventa, quando definiu conceito de território como a apropriação e o controle político por parte do Estado, das empresas, de um segmento do espaço (área), num sentido concreto/objetivo, como sinônimo de territorialização; embora ele não trabalhe explicitamente com o conceito de dominação, utilizando o conceito de territorialidade num sentido objetivo (simbólico-cultural).

trabalho, que se relaciona com o uso do espaço para atender as necessidades humanas expresso no conceito de apropriação e a intervenção das relações de dominação (de propriedade) e outros níveis da superestrutura, portanto desigualmente por toda parte. Mas o espaço dominante numa sociedade (em um modo de produção) não é apenas concreto – político-econômico, porque também é atravessado pela dimensão simbólico-cultural. O espaço dominante corresponde às concepções dominantes do espaço, às representações do espaço, ao espaço concebido pelos agentes do Estado – tecnocratas, planejadores, urbanistas, retalhadores e agenciadores, cientistas, artistas que intervêm no espaço dos habitantes, dos usuários.

[...] a representação do espaço sempre serviria a uma estratégia, abstrata e concreta, pensada e desejada, projetada; Tal espaço se povoa com certo arbítrio do poder, podendo reagir sobre povoamentos históricos; impõe certa coesão pela violência e dissimula contradições da realidade sob a aparência racional e objetiva da regulação, projetada. O espaço é, ao mesmo tempo, ideológico (porque político) e saber (pois comporta representações elaboradas), racional-funcional (inclusão dissimulada do saber no ideológico e da ideologia do saber). O espaço atende a uma função, a um projeto, estratégia na sociedade neocapitalista, burocrática, de consumo dirigido. (LEFEBVRE, 2008, p.46).

A apropriação de um território se transforma em dominação, quando articulam as relações socioespaciais ao processo de acumulação do capital, suplantando o uso, envolvendo o espaço no processo de mercantilização (valor de uso e valor de troca) garantido pelas relações de poder do Estado, portanto vincula-se às forças hegemônicas (ao espaço liso, homogeneizante produto dos processos de territorialização capitalista/desterritorialização de antigas relações de produção; torna-se espaço abstrato). Lefebvre (2008) reflete sobre a consciência possível da totalidade pela classe operária como verdadeira e sobre a espacialização da falsa consciência mórbida do alienado (da filosofia e consciência burguesa projetada na sociedade) que cria o lugar da reificação das relações sociais, fora do tempo, fora da vida e da *práxis* (teoria do espaço social como cilada/armadilha na qual a burguesia captura a classe operária). O espaço veicula normas e valores da sociedade burguesa (valor de troca e a mercadoria, fetichismo), segundo Joseph Gabel, citado pelo filósofo.

Por fim é importante destacar com Lefebvre que a dominação espacial pelo capital/burguesia e seu Estado nacional não é absoluta, o que se evidencia pelo ressurgimento de espaços apropriados, diferenciais nos regionalismos e pela apropriação do espaço por grupos sociais não dominantes, quando a consciência da classe trabalhadora rompe sua alienação, retoma a *práxis* e se orienta a partir de novos valores de outra sociedade.

Nas suas obras de 1994 e 1995, Haesbaert também referiu-se a processos de dominação e apropriação na construção do território vinculado a aglomerados de exclusão (espaços ocupados por grupos sociais não dominantes no espaço hegemônico). Porém afirma que no jogo de contraposições, independente da escala, pode ser incentivado um novo arranjo espacial de base democrática que permita o florescimento de uma diversidade liberadora, de propostas minoritárias de convivência social e o confronto que articule/preserve identidades coletivas diferenciadoras, que ele denomina territórios alternativos.¹³² Corrêa também concebe a apropriação e o controle político de um território (segmento do espaço ou área) por parte de outros grupos sociais, num sentido concreto, como sinônimo de territorialização; e a territorialidade como um conjunto de práticas e suas manifestações, materiais e simbólicas, efetivadas para garantir a apropriação e o controle do território.

O que se quer enfatizar nesta Tese é que o conceito de apropriação enquanto constituinte de espaços diferenciais, apropriados para e pelo uso, em função das necessidades dos usuários, ajuda a compreender os processos empíricos que se investiga, isto é, a apropriação ou o uso do espaço cria e consolida a espacialidade de um grupo social, no caso em estudo, os vários tipos de grupos camponeses tradicionais incluindo indígenas e quilombolas¹³³; subvertida quando a expansão capitalista transforma esse espaço na grande propriedade privada capitalista. Mas, em reverso, o território também é compreendido como um espaço produzido socialmente, que permite a disseminação de poderes pelo campesinato e dos

¹³²Guattari e Rolnik em seu trabalho da década de cinquenta do século XX, retomado por Haesbaert (2002) o conceito de apropriação, de Lefebvre a partir de um sujeito (que não é apenas de uma classe social), valorizando-se a identidade cultural, o sentimento de pertencimento individual e coletivo.

¹³³ Cabe lembrar a distinção feita por Marx entre a pequena propriedade privada diretamente ligada ao trabalho do produtor direto – camponês e a grande propriedade privada capitalista que explora o trabalho alheio, como duas formas de propriedade diametralmente opostas, a primeira sucumbindo diante do avanço da segunda nos processos históricos analisados na Europa do século XIX, por Marx, em O Capital, capítulos XXIV e XXV (1980).

trabalhadores rurais sem terra como parte da “enorme maioria silenciosa”, como frações da classe trabalhadora no campo, representadas por seus movimentos sociais, a partir da (re)apropriação do espaço, quando (re)conquistam a terra como espaços de resistência, “território usado”, espaço vivido, diferencial, território alternativo, exercendo certa pressão sobre o Estado, explorando suas contradições. Nesse sentido, quando conseguem reorientar parte dos recursos e ações estatais (políticas públicas) atendendo aos seus interesses produzem rugosidades no espaço liso hegemônico, como chamaram a atenção Santos e Fernandes.

Dessa forma os territórios em conflito referem-se à apropriação, articulada com movimentos de (re)territorialização de grupos sociais não dominantes, que envolvem novas relações de posse/propriedade, como reitera Lefebvre “[..] é óbvio que a produção de objetos no espaço não desaparece [...]” e transformações da posse/propriedade/gestão dos meios de produção, inclusive do solo, vão se aperfeiçoando no sentido coletivo, transformando as relações de produção (LEFEBVRE, 2008, p.144-145). Por isso a questão da posse/propriedade da terra é central no conceito e nos processos históricos que envolveram disputas da terra, como disputas de territórios que configuram a questão agrária como se verá nas seções seguintes.

SEÇÃO 3

**A PERDA DO DIREITO NATURAL DE APROPRIAÇÃO DA TERRA
PELOS CAMPONESES E A CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA NA
GÊNESE DA DOMINAÇÃO E DA QUESTÃO AGRÁRIA**

O conceito da “questão agrária” assumido nesta Tese compreende o componente político como elemento central, ou seja, a organização e a mobilização dos pequenos camponeses e/ou dos trabalhadores rurais “sem terra”, para denunciar as relações agrárias marcadas pela exploração, opressão e dominação, decorrente da estrutura fundiária concentrada, seja para lutar contra sua expulsão da terra (expropriação), seja para conquistá-la (apropriação) ou ainda retomá-la (reapropriação), resultando em vários tipos de conflitos sociais contra latifundiários.

Nesta terceira seção retoma-se a pesquisa histórica sobre a evolução das lutas camponesas e dos “sem terra” pelo direito social de apropriação da terra em reação à maneira como ocorreu em diversas sociedades a distribuição da posse/propriedade da terra que define o lugar ocupado socialmente por esses produtores diretos e, por conseguinte, as formas de organização do trabalho, as relações sociais de produção (uso da terra) e sua parte (ínfima) no resultado da riqueza socialmente produzida; ou seja, as relações de distribuição na sua relação dialética antecedendo e sucedendo a produção e a circulação, bem como definindo o padrão de consumo no processo global de produção, como analisou Marx em 1859 (MARX, 1977).

Tais lutas se opunham à concentração da propriedade da terra, um dos elementos estruturais geradores de desigualdades sociais em diversas sociedades, que caracterizam o cerne da questão agrária, portanto a visão retrospectiva foi adotada como elemento fundamental, para a construção teórica do objeto de estudo relacionando a redemocratização¹³⁴ da propriedade da terra como direito natural de todos os homens, como expressão jurídica de novas relações sociais de produção que engendrem maior igualdade social, base de uma democracia política plena.

¹³⁴ Redemocratização da terra é colocada em dois sentidos: primeiramente, num sentido essencial como referência à existência prévia da democratização generalizada da terra, ou seja, da propriedade comunal da terra como constitutiva das primeiras formas de organização social igualitárias na longuíssima pré-história da humanidade, traduzida como “estado de natureza” no debate entre os filósofos sociais e, posteriormente, denominada pelos marxistas como Modo de Produção Comunista Primitivo que foi subvertida nos estágios posteriores de “civilização”. Num segundo sentido, na atualidade, é a redemocratização da estrutura fundiária concentrada (território do capital), com a qual os movimentos sociais do campo populares se defrontam alimentados pelas experiências concretas tanto do Modo de Produção Socialista, que se baseiam na propriedade social da terra (estatal e cooperativada) quanto das mais avançadas experiências do *Welfare State* em países capitalistas que se baseiam em formas individuais/familiares e coletivas (cooperativadas) de apropriação da terra.

3.1 O Direito “Jus Naturale” de Apropriação de Glebas Individuais e Terras Comuns pelos Camponeses: do Direito Consuetudinário ao Direito Civil

Uma análise histórica crítica da ótica das classes populares, particularmente do campesinado parte de uma constatação geral - eles são praticamente “invisíveis” na história oficial dos que detêm o poder, como afirmou Leo Huberman (1980). Mas apesar disso foi possível captar alguns exemplos da inter-relação entre o enfrentamento da desigualdade social pelos segmentos populares, dentre eles particularmente os camponeses, que se insurgiram contra a grande propriedade fundiária e obtiveram significativos avanços nas lutas gerais por sua inclusão social, participação política, liberdade e igualdade, cujas conquistas e retrocessos refletiram a correlação de forças em cada momento histórico e lugar.

Essas lutas também se revestiram em batalhas no campo jurídico-político-ideológico, ou seja, os direitos sociais e políticos reivindicados e concretizados e como estes se articularam com as formas de Estado e graus de consciência social (ideologias ou concepções religiosas, filosóficas e científicas). Não é mera coincidência que nessas raras circunstâncias históricas em que a democratização da terra foi conquistada, foram alcançadas formas mais avançadas de democratização da vida social e política.

O renascimento, marco cultural do alvorecer da Idade Moderna, significou no Ocidente o resgate artístico e filosófico da antiguidade. A história greco-romana foi sistematicamente revisitada pelos grandes pensadores a partir do século XV, que retomaram as teorizações dos filósofos gregos sobre a natureza e sobre o homem, incorporados nos debates da modernidade; destacando-se desse patrimônio cultural clássico o jusnaturalismo.

Nas definições dos gregos sobre política, Estado e sociedade apareciam fundidos. A gênese da expressão “*societas civilis*” resgatada por Jean Cohen e Andrew Arato, em seu estudo de 1992, segundo Sérgio Costa (1995), estaria na tradução para o latim do conceito “*koinonia politike*” de Aristóteles, que se refere a uma comunidade pública ético-política de iguais, existindo um *éthos* compartilhado por todos os membros da comunidade social da *pólis*¹³⁵. O Estado tinha a função de

¹³⁵ Na Grécia antiga a palavra *polis* designava uma verdadeira cidade-estado, que compreendia além da cidade propriamente dita as áreas agrícolas no entorno da mesma. Tal era a imbricação entre a vida social e política que, para os gregos, alguém que não se interessasse pelos assuntos da *pólis* ou da comunidade, isto é, públicos, preocupando-se apenas com os próprios interesses individuais era “idiota”.

assegurar a felicidade e a virtude dos cidadãos, sendo a política e a moral - “o que seria certo fazer”, mutuamente referenciadas. Naquele contexto, segundo Guido Fasso (2004) surgiu a doutrina ou sistema de normas de conduta intersubjetiva com base no “direito natural”, eticamente superior ao sistema constituído pelas normas fixadas pelo Estado e, em caso de conflito, o primeiro deveria prevalecer¹³⁶.

Da mesma forma o filósofo romano Cícero, em sua obra “De República”, entendia que o “*jus naturale*”, não era propriamente um conjunto de leis e sim a ideia de que, acima do Estado e das instituições, existe um princípio de justiça válido universalmente; uma lei verdadeira conforme a razão justa, consoante à natureza comum a todos os homens, constante (em todos os espaços), imutável e eterna, que o homem não pode violar sem renegar a própria natureza humana. A ideia de Cícero sobre o *jus naturale* foi retomada por pensadores cristãos, medievais e modernos (MAIOR, 1972).

Essas considerações sobre o direito natural, relativas à vida em comunidade (estado natural) se articulam com a historicidade do direito de propriedade da terra retomada por Marcelo Colombelli Mezzomo (2005, p.1) quando afirma que “a propriedade é, no seu início, um fenômeno coletivo, reflexo da estruturação familiar da sociedade. Em noção rudimentar repele o indivíduo e prestigia a *gens*, o grupo como titular da propriedade, restando a cada qual senão a disponibilidade de uns poucos objetos pessoais”.

Para Arruda e Pilletti (1995) a centralização do poder na figura do monarca, consumando o processo de unificação dos feudos em reinos e desses em monarquias nacionais marcou a constituição do Estado moderno desde o século XIII: Portugal, Espanha, Inglaterra e França estavam unificados na segunda metade do século XV.¹³⁷

Na medida em que foram surgindo às nações europeias (com território, moeda, língua oficial e exército profissional nacional), cada uma delas uniu poderio naval e políticas econômicas mercantilistas em função do crescimento da riqueza do

¹³⁶ Nos pensadores da Grécia antiga encontram-se elementos para a construção inicial do jusnaturalismo desde Antígona, Calicles, Hípias, Antífonte, Alcídamente, (os três últimos proclamavam o que é justo conforme a igualdade natural de todos os homens), Platão e Aristóteles, mas sua elaboração deveu-se aos estóicos, para quem toda a natureza era governada por uma lei universal racional e imanente.

¹³⁷ Maquiavel (1996) referiu-se à Alemanha no início do século XVI como uma miríade de cidades livres. Arruda e Pillet (1995) afirmam que no século seguinte, a guerra com a França, resultou no fim do poder imperial da Germânia e a Alemanha foi reduzida a uma confederação de 350 pequenos estados no Tratado de Westfália, em 1648.

país, lançando-se nos grandes empreendimentos financeiros, comerciais e militares que descobriram as rotas oceânicas de acesso ao Oriente e novos continentes, alargando o mercado entre países, ao tempo em que se transformavam internamente com a produção manufatureira e agrícola em larga escala (o que teve prosseguimento mesmo quando passaram a vigorar as ideias fisiocratas e liberais).

Quando surgiu a forma estatal moderna nasceu à reflexão sobre ela. O diplomata florentino Nicolau Maquiavel (1469-1527) ao realizar a narrativa histórica da ação de diversos príncipes baseada na observação da realidade da sua época, separada da imaginação (no campo da moral e religiosos)¹³⁸ e no método comparativo, inaugurava a ciência política objetiva. Conforme Hegel, De Sanctis e Gramsci,

Maquiavel fundou uma nova moral que é a do cidadão, do homem que constrói o Estado; uma moral imanente, mundana, que vive no relacionamento entre os homens. Não é mais a moral da alma individual que deveria apresentar-se ao julgamento divino “formosa” e limpa. (GRUPPI, 1980, p.11).

Segundo Sergio Bath (1999, p. 07) a presença do egoísmo, ambição, maldade, desejos e paixões, separaram o político da ética e do direito. Maquiavel propôs para o Príncipe normas diferentes das aplicáveis aos cidadãos comuns, antecipando alguns temas do debate que ocorreria nos séculos seguintes sobre as relações sociais e sobre o governo civil:

[...] o cidadão que se torna soberano não por meio do crime ou de violência intolerável, mas pelo favor dos seus concidadãos: é o que se poderia chamar de governo civil [...] chega-se a ele com o apoio da opinião do povo ou da aristocracia. (MAQUIAVEL, 1996, p.31).

Os aristocratas eram poucos, ricos e dominadores e o povo (a burguesia e as massas populares de artesãos, jornaleiros e camponeses) era caracterizado pelo seu grande número e combatividade. Ele registrou o confronto entre essas forças sociais (luta de classes):

¹³⁸ Antes de Maquiavel, a teoria do estado era fruto da especulação filosófica vinculada à moral em Platão (428-348 aC) e Aristóteles (384-322 aC); Santo Agostinho (354-430), para quem o Estado era uma preparação dos homens ao Reino de Deus; Tomás de Aquino (1225-1274) ou Dante (1265-1321) como teoria de ideais de organização política e social; ou seus contemporâneos Erasmo de Rotterdam (1465-1536) no “Manual do Príncipe Cristão” e Thomas More (1478-1535) na “Utopia”, com base no humanismo abstrato construíram modelos ideais do bom governante de uma sociedade justa.

Em todas as cidades se podem encontrar esses **dois partidos antagônicos**, que nascem do **desejo popular de evitar a opressão dos poderosos** e as **tendências desses últimos para comandar e oprimir o povo**. Desses **dois interesses que se opõem** surge uma das três consequências: o governo absoluto, a liberdade ou a desordem. (MAQUIAVEL, 1996, p.31, grifos nossos).

Dos três desfechos possíveis da luta social apontados por ele, a “desordem”, decorrente do “ávido desejo de lucrar”, desenfreado, seria retomada como “estado de natureza”, por alguns filósofos, no debate da filosofia social sobre a relação entre Estado e Sociedade mais de um século depois; e os outros dois – a liberdade ou o governo absoluto - constituíam alternativas de governo civil, nos quais o Príncipe devia mais ou menos contentar aos súditos promovendo a conciliação dos interesses da aristocracia com os do povo:

Todos os Estados, todos os domínios que tem havido e que há sobre os homens foram e são **repúblicas ou principados**. Os **principados** ou são **hereditários** cujo senhor é príncipe pelo sangue, por longo tempo, ou são novos [...]. Ou são como **membros** acrescentados a um **Estado** [...] estes domínios assim adquiridos são, ou acostumados à **sujeição a um príncipe**, ou são **livres**, e são adquiridos com tropas de outrem ou próprios pela fortuna ou pelo mérito. (MAQUIAVEL, 1996, p. 33-35, grifos nossos).

O “governo absoluto” era a primeira das alternativas de governo civil, no passado e na sua própria época, ao observar o poderio dos principados, dinastias que governavam Portugal, Espanha, Inglaterra e França, como Estados modernos e unitários; unidade nacional que, ao teorizar, ele desejava que se tornasse realidade na Itália¹³⁹. Admitia que o poder do Príncipe fundava-se mais “no ser temido do que ser amado” (monarquias absolutistas). Mas, ao mesmo tempo alertava “esses Estados correm perigo, quando o príncipe passa da posição de governante civil para a de senhor despótico”. (MAQUIAVEL, 1996, p. 32-33).

A segunda alternativa de governo civil, por ele denominada “liberdade”, ou “repúblicas”, referia-se às experiências democráticas (inclusive a vivida por ele no governo da comuna na República de Florença). Numa democracia o poder baseia-se no consentimento do povo e o “príncipe, mesmo dos mais sábios, não pode ser tão sábio como o povo”. (GRUPPI, 1980, p.8). Para o objetivo desta Tese interessa destacar da apresentação da obra de Maquiavel, feita por João Paulo Martins (1996)

¹³⁹ Só muito mais tarde, no século XIX a Itália e a Alemanha foram unificadas.

os fundamentos da diferença entre as repúblicas/governos de liberdade e os governos absolutos:

Em função **do modo pelo qual os bens são compartilhados**, as sociedades concretas assumem diferentes formas. Assim, onde persista ou possa persistir uma relativa **igualdade entre os cidadãos**, o fundador de Estados deve estabelecer uma **república**. Ocorrendo **o contrário**, manda a prudência, que seja constituído um **principado**. (MARTINS, 1996, p.18, grifos nossos).

O conceito de república de Maquiavel referia-se a existência de instituições distintas do monarca no governo da comunidade (senado e magistrados na aplicação da justiça e outras funções). Na sua pesquisa histórica da antiguidade resgatou duas modalidades de república identificando como exemplos as experiências de governo da Grécia e da Roma antigas: a república aristocrática “em que uma maioria de governados encontra-se subordinado a uma minoria de governantes”, como se deu em Esparta e a república democrática ou democracia na qual se dá o contrário. Ele subdividiu as experiências democráticas em democracia restrita, isto é, “a maioria governa, mas não todos”, como ocorreu em Atenas e a democracia ampla “quando a coletividade se autogoverna, fenômeno encontrado em Roma após a instituição dos tribunos da plebe e a admissão do povo à magistratura.” (MARTINS, 1996, p.18).

O mencionado período de democracia plena na República romana relacionou-se com a longa série de lutas contra dos plebeus contra os patrícios questionando as desigualdades sociais e de direitos e as arbitrariedades dos últimos sobre os primeiros. Entre os plebeus romanos (nativos ou imigrantes) na fase monárquica antecedente havia: artesãos, comerciantes e pequenos agricultores, que habitavam as vilas. A condição básica para a posse de terra era pertencer à comunidade, já que o solo era dividido em duas partes: a parcela de cada cidadão romano e as terras públicas da comunidade, das quais eram copossuidores.

Os plebeus recorriam às antigas leis romanas baseadas no direito consuetudinário (transmitido oralmente pelos costumes), tentando resistir à implantação das grandes propriedades individuais de senadores e cavaleiros nas colônias de Roma, arrendadas ou trabalhadas por escravos, que asfixiavam a economia camponesa nos seus arredores, pela concorrência dos produtos coloniais importados. Quando o pequeno agricultor romano endividado, era despojado de

suas terras transformava-se em trabalhador avulso nas colheitas ou deixava o campo para formar a numerosa massa de desocupados de Roma, onde, apesar do Estado oferecer “pão e circo” para alienar a multidão, a insatisfação dos plebeus vez por outra eclodia em revoltas.

Arruda e Pilleti (1995) registraram cinco grandes revoltas plebéias ao longo de pouco mais de dois séculos (entre 494 e 286 a.C) que resultaram em crescente homogeneização social: a primeira (em 494 a.C) caracterizou-se pela retirada em massa de plebeus de Roma para o Monte Sagrado que ficava próximo, afetando a segurança da cidade por desfalcar o exército; por meio dessa forma de luta conquistaram, mais de vinte anos depois, o direito de possuírem defensores especiais, os dez tribunos da plebe no Senado, considerados “sacrossantos e invioláveis”, com poder conjunto de veto das leis contrárias aos interesses de sua classe, que constituiu a Assembleia da Plebe (em 471 a.C) para elegê-los.

A segunda revolta plebéia ocorreu em 450 a.C na qual nova ameaça de retirada de Roma resultou na conquista da “Lei das Doze Tábuas de Bronze” que fixava por escrito as leis do antigo direito consuetudinário, que lhes dizia respeito, considerada a mais antiga lei romana, e sua assembleia podia encaminhar leis para o Senado ou Cônsul (Maior, 1972). Princípios gerais dos antigos costumes foram condensados através dos editos, para orientar os julgamentos dos magistrados encarregados da justiça, e, ao aplicarem e interpretarem a lei criaram duas espécies de direito: “*jus civile*”, relativo aos cidadãos romanos, que distinguia “homem” e “pessoa”: homem era apenas sua condição física e pessoa era sua qualificação jurídica como magistrado, soldado, sócio de empresa comercial etc. O complemento do primeiro, era o “*jus gentium*” que dizia respeito a todos os povos de maneira geral, autorizava a escravidão (os escravos não eram considerados “pessoas”, por isso eram destituídos de direitos) e a existência da propriedade privada.

Com as outras três grandes revoltas os plebeus viram atendidas reivindicações econômicas e sociais e foram ocupando cargos públicos até nivelarem-se aos patrícios nos direitos políticos. Dois séculos depois das primeiras revoltas e das conquistas graduais estavam criadas as condições para a implantação de uma república democrática em Roma e “[...] por volta do século III aC, o regime republicano romano se caracterizava por um equilíbrio de poderes entre as classes em luta. Tal equilíbrio, no fundo escondia a existência de um Estado patrício e um Estado plebeu”. (ARRUDA; PILLETI, 1995, p.61).

No bojo dessa experiência romana de democracia plena destacada por Maquiavel, as reivindicações dos plebeus incluíam a distribuição de terras públicas e/ou a limitação do tamanho da propriedade dos ricos. Os tribunos da plebe e os camponeses protagonizaram a primeira e única proposta de reforma agrária na antiguidade ocidental. Conforme Maior (1972), Arruda e Pilleti (1995) e Morissawa (2001) a miséria das classes inferiores em Roma, provocadora de revoltas de escravos e plebeus pobres, preocuparam dois tribunos da plebe, eleitos num espaço de dez anos entre um e outro - Tibério e Caio Graco, filhos de um nobre romano, que se esforçaram por usar o peso político do cargo para restabelecer a classe média dos pequenos proprietários rurais que haviam feito a grandeza de Roma contra a oligarquia latifundiária.

Tibério Graco, eleito em 133 a. C, propôs uma lei segundo a qual ninguém deveria possuir mais do que 310 acres de terra, ou seja, 125 hectares (Maior, 1972)¹⁴⁰. Se fosse arrendatário, o limite seria de 125 hectares, mais 62,5 hectares para cada filho do mesmo. As terras excedentes de tais limites voltariam às mãos do Estado e seriam redistribuídas aos cidadãos pobres do campo e da cidade (7,5 hectares para cada) que também receberiam empréstimos para o início dos trabalhos agrícolas. Tal reforma agrária não interessava aos ricos ocupantes das terras públicas (Arruda; Pilette, 1995). Variam as versões dos estudiosos consultados sobre o processo de aprovação dessa lei, mas todos os autores concordam que a reação a esse movimento foi extremamente violenta, resultando no massacre de 300 revoltosos, inclusive do tribuno. Porém o Senado não ousou revogar a lei agrária aprovada.

Caio Graco dez anos depois (em 123 a. C) apoiado por mais ampla aliança de forças sociais, canalizou institucionalmente a luta dos camponeses, quando o Senado revogou as leis que estendiam os benefícios da legislação de Tibério para as colônias romanas – Cápuia e Tarento. Reiniciou-se a luta armada e repetiu-se o massacre e morte do segundo tribuno da plebe. Os historiadores consultados não explicitaram a extensão prática das reformas dos Gracos.¹⁴¹

¹⁴⁰ Um acre corresponde hoje a 0,4047 hectares.

¹⁴¹ A importância dos dois tribunos romanos seria lembrada por um líder popular que era deputado no Parlamento francês protagonista da Revolução, marco da Idade Contemporânea no Ocidente, da qual herdamos as ideias políticas mais avançadas da época – que adotou como codinome “Gracho” Babeuf e pregou a apropriação coletivista da terra, precursor das ideias socialistas que prosperariam no século XIX e se tornariam realidade no XX.

Mesmo que a sustentação popular tenha sido insuficiente diante do peso da aristocracia/oligarquia que destruiu a República e instaurou a tirania imperial em Roma, a efêmera experiência histórica mostrou, por um lado, a estreita correlação entre democratização da terra e redução da desigualdade social e, por outro, que as “verdadeiras repúblicas” só existiram quando as classes populares, através das lutas sociais, conseguiram participar das decisões sobre a vida social e política da comunidade, isto é, democratizaram a própria sociedade e o Estado.

Segundo Maior (1972) mesmo durante a fase imperial, apesar da repressão, houve continuidade da pressão camponesa que resultou em algumas vitórias pontuais. No fim do século II, quando o Império Romano vivia a pior crise de sua história; registraram-se seguidas revoltas camponesas isoladas, facilmente abafadas¹⁴². Porém, no século seguinte, na medida em que o número de escravos caiu e seu preço subiu, além das fugas facilitadas durante as incursões dos bárbaros e do deslocamento de camadas urbanas para o campo evitando a tributação, os latifúndios começaram a ser divididos em pequenos arrendamentos: alguns camponeses pagavam pelo uso da terra trabalhando alguns dias para os donos da propriedade rural; outros se tornavam colonos (presos à terra para sempre) e outros mais tornaram-se pequenos proprietários livres que, todavia, punham suas terras sob proteção de um grande senhor, todas elas embriões das relações feudais.

Mezzomo (2005) afirma que a despeito dos avanços políticos e jurídicos decorrentes das lutas sociais “o longo processo evolutivo do direito de propriedade reverteu o quadro [do direito natural coletivo] e espelha a afirmação do indivíduo enquanto tal. Chegou a propriedade na Roma Antiga ao reverso, ou seja, fórmula maior e estampilha da potestade individual”.

A história das diferentes civilizações é marcada por períodos de descentralização e concentração de poder, decorrentes da formação, consolidação e declínio de formas políticas que se sucederam em determinado espaço social: cidades - Estado, impérios, feudos, reinos ou principados (monarquias absolutas) ou repúblicas locais ou nacionais, resultantes de processos internos econômico-sociais e políticos, incluindo lutas sociais; bem como, das relações externas em tempos de paz, integrando circuitos econômicos e em tempos de guerra, redefinindo a geopolítica mundial (territórios e domínios).

¹⁴² Segundo Arruda e Pilleti (1995) naquele século o “Edito Perpétuo” codificou o direito dos magistrados e dos imperadores.

Com a derrocada do Império Romano no Ocidente, pelas crises internas e pelas invasões dos povos bárbaros que provocam a queda de Roma, em 456, encerrou-se a antiguidade clássica e iniciou-se a Idade Média. Todavia é preciso lembrar a divisão anterior do Império Romano, com a morte do imperador Teodósio (379-394), em duas partes governadas por seus herdeiros: Roma foi restabelecida como a capital do Império Romano do Ocidente, governado por Honório; e a capital de todo o Império Romano - Constantinopla¹⁴³ foi mantida como sede do Império Romano no Oriente, governado por Arcádio. No lado oriental do Império romano, denominado Império Bizantino, perpetuou-se por mais mil anos a civilização da antiguidade clássica, preservando o patrimônio cultural ocidental (greco-romano) mesclado com as diversas culturas orientais¹⁴⁴. Sua capital durante grande parte do período medieval foi a cidade mais rica e mais famosa do mundo, com grande desenvolvimento industrial e comercial ligando o Mediterrâneo e o Oriente, até cair sobre o controle dos turcos mulçumanos, em 1453, marco da passagem da Idade Média para a Idade Moderna.¹⁴⁵

Sobre a preservação do patrimônio cultural ocidental destaca-se a revisão e compilação do direito romano preservado no *Corpus Juris Civilis*, do imperador bizantino Justiniano (527-565), que possibilitou sua transmissão ao mundo moderno (adaptado às novas condições criadas pelo despotismo oriental e ao cristianismo adotado como religião oficial). “O antigo *jus civile* (direito civil) aplicava-se ao cidadão das mais diversas nacionalidades, e o *jus naturale* (direito natural) era tido como um direito de origem divina, concepção que, aliás, vigorou durante toda a filosofia medieval posterior”(MAIOR, 1972, p. 192).

¹⁴³ A antiga cidade de Bizâncio passou a chamar-se Constantinopla, quando se tornou a sede de todo o Império Romano, sob o governo do imperador romano Constantino (312- 337), tomando aspecto de metrópole (MAIOR, 1972, p.151).

¹⁴⁴ Segundo Maior (1972, p.189 - 191) o Império Bizantino era um aglomerado étnico de mais de vinte povos, mas por influência helenística, tinha uma cultura essencialmente grega em contato com o Oriente, direito romano e uma civilização cristã, que assumiu características próprias, como igreja ortodoxa grega, quando seus patriarcas romperam com o poder dos pontífices católicos romanos, no “cisma do Oriente” em 1054.

¹⁴⁵ Diferentemente do destino do Império Romano Ocidental fadado a desaparecer e de Roma, que se despovoou e perdeu importância global até o século XX, ao tornar-se novamente a capital da Itália e, sobretudo, com a criação do Estado do Vaticano, como concessão de Mussolini, sede do catolicismo mundial contemporâneo; Constantinopla que passou a denominar-se Istambul, sob o Império turco-otomano que atravessou toda a Idade Moderna e a Idade Contemporânea até a década de 1930, nunca perdeu importância econômica e cultural mundial ao manter sua posição comercial estratégica como ponte entre Europa e Ásia e ao tornar-se um dos principais centros da religião islâmica, embora a capital da Turquia hoje seja Ankara, na região central do país.

No único registro de revoltas populares no mundo oriental, foram destacadas por Morissawa (2001) na Pérsia, no século V da era cristã¹⁴⁶, cuja organização social era fundada na família e na propriedade privada¹⁴⁷, as lutas de escravos, camponeses semiescravizados e trabalhadores livres das cidades e dos campos contra o poder dos senhores de terras, que resultaram na primeira reforma agrária radical da história. O líder Mazdak (reformador religioso) preconizava a igualdade entre os homens, a coletivização da terra e a distribuição igualitária dos bens produzidos. “Para Mazdak o mundo era dirigido por quatro forças: o discernimento, a Inteligência, a memória e a alegria. Através de uma reforma religiosa tentou estabelecer a idéia de um regime de absoluta igualdade social e de comunidade de bens”. (MAIOR, 1972, p. 50).

No embate com a nobreza o imperador persa Kavadh tentou uma reforma social, apoiando os mazdakistas, que radicalizaram sua ação ocupando terras dos grandes senhores, saqueando castelos, cidades e haréns. Todavia seu sucessor Cosróis I, combateu severamente essas ideias, massacrou o movimento e expulsou os camponeses das terras ocupadas, voltando os persas à antiga ordem social¹⁴⁸.

Na Europa naquele mesmo período, do século V ao IX (Alta Idade Média), a atividade comercial decaiu e a vida urbana retrocedeu ao ruralismo, sendo o poder pulverizado pelos inúmeros senhores feudais, que dominavam coisas e pessoas, dentro dos seus limites fundiários privados.

O estado medieval é propriedade do senhor, é um **estado patrimonial**: é patrimônio do monarca, do marquês, do conde, do barão etc., **o senhor é dono do território**, bem como de tudo que nele se encontra (homens e bens), pode vendê-lo, dá-lo de presente,

¹⁴⁶ A Pérsia que tinha se constituído num dos maiores impérios do mundo antigo, dominando o Egito, a Babilônia e a Lídia no Oriente Próximo, tinha sido vencida em 330 a.C por Alexandre, durante a expansão helenística e, após sua morte, fez parte do reino da Síria, junto com a Mesopotâmia, sob poder de Seleuco.

¹⁴⁷ Morissawa (2001) menciona a existência da nobreza feudal na Pérsia medieval, no entanto há necessidade de aprofundar historicamente essas referências em face do debate histórico-teórico sobre a continuidade na Idade Média do Modo de Produção Asiático surgido na Idade antiga no Oriente, caracterizado pela servidão camponesa coletiva ao Estado forte (dinastias no poder) bem como da própria menção do autor ao governo centralizado de imperadores persas que se opõe à descentralização do poder entre inúmeros senhores feudais característico do Modo de Produção Feudal.

¹⁴⁸ Na Idade Média, no século VII a Pérsia voltaria a fazer parte de um poderoso império, quando Maomé promoveu a unificação política das tribos árabes em um Estado teocrático, criou uma nova religião monoteísta, sob influência cristã - o islamismo, sistematizada no Corão, e iniciou a expansão do mundo árabe ou civilização muçulmana por toda a península arábica (século VII), alcançando a península ibérica, na Europa, dominando quase metade do mundo civilizado no século VIII.

cedê-lo em qualquer momento como se fosse uma área de caça reservada. E podia se **perpetuar hereditariamente** - sociedade e o poder político (Estado) são inseparáveis, estão entrelaçados e são transmitidos juntos. (GRUPPI, 1980, p.9, grifos nossos).

O mundo ocidental de então era uma sociedade estável fundada na autarquia dos feudos, cuja produção de autosubsistência teve poucos progressos tecnológicos e cujas relações sociais perpetuavam o jugo servil da massa camponesa¹⁴⁹, a que Huberman (1980) se referiu como opressão esmagadora que causou violentas revoltas isoladas de camponeses servos, explosões locais, que apesar de sua fúria eram facilmente dominadas.

Para mencionar também os elementos supraestruturais - políticos e ideológicos - Fasso (2004) lembra a imbricação da igreja católica romana com o sistema feudal no Ocidente, cujos mais altos postos hierárquicos eclesiásticos integravam a nobreza latifundiária e o papado era disputado pelas dinastias, constituindo-se os exércitos e a religião dois elementos fundamentais da manutenção do poder pelos nobres. Todavia no pensamento cristão dos primeiros séculos, o *“jus naturale”* exerceu influência decisiva na “lei por uma vontade divina” de Santo Agostinho (sec. III), sem explicar em que medida inspirou revoltas camponesas.

Na busca de compreender a relação entre as idéias religiosas, as mudanças no direito e as referidas revoltas, no segundo período medieval, do século X ao XV, o direito do Império Romano, e com ele o direito absoluto da propriedade individual, floresceu novamente por volta do século XII com a “Glosa”, fundido ao Direito comum do medievo (MEZZOMO, 2005, p.1). Contra ele continuava a se opor o pensamento religioso medieval católico da Baixa Idade Média apoiado no jusnaturalismo: Graciano (séc. XII) e São Tomás de Aquino (sec. XIII), que fundiu “a

¹⁴⁹ A estrutura básica de um feudo consistia numa aldeia cercada de imensas glebas de terra divididas em três partes: a reserva/domínio senhorial, o manso servil (cujas terras não eram cultivadas de forma contínua, mas por faixas em geral em três campos) e as terras de uso comum (prados, terrenos ermos, bosques e pasto). A servidão se iniciava quando camponeses sem terra se ofereciam como trabalhadores braçais e ficavam ligados à terra independente de qual senhor detinha sua propriedade, transmitindo essa condição servil para seus descendentes: trabalhavam dois a três dias da semana nas terras reservadas ao senhor, sem qualquer pagamento; tinham o direito de plantar e criar para sua sobrevivência no manso servil e usar as terras de uso comum para extrair madeira, caçar etc e eram obrigados a pagar pesados tributos em produtos. Vários graus de servidão diferenciavam as condições de vida e trabalho dos camponeses: servos do domínio, fronteiriços, aldeões, vilões e pequenos proprietários independentes. (Huberman, 1980; Morisawa, 2001).

ideia de lei divina e racional”, como base da doutrina moral e política católica (tomismo) que teria influência sobre o pensamento cristão até o século XX.

Não foram registrados pelos historiadores consultados exemplos concretos de lutas espacialmente situadas, que questionassem as relações sociais de produção, decorrentes do latifúndio feudal nos séculos X a XIII, embora tenham afirmado que tais revoltas camponesas contra a exploração feudal fossem se generalizando.

As exigências de alterações no regime de servidão se radicalizaram a partir do século XIV. Huberman (1980) referiu-se à violência dessas insurreições contra os senhores feudais e a igreja, ajudados por burgueses das cidades, que tiveram como causas objetivas o fato da peste negra (entre 1348 e 1350), ao ceifar milhares de vidas, ocasionando escassez de trabalho no campo, ter valorizado o camponês e os trabalhadores agrícolas, o que fez aumentar as exigências de libertação da servidão e deu às revoltas dos anos quinhentos um caráter diferente:

Numa série de levantes em toda a Europa ocidental, os camponeses utilizaram esse poder numa tentativa de conquistar pela força as concessões que não podiam obter – ou conservar – de outro modo. Os historiadores discordam das causas das revoltas camponesas. Uma corrente diz que os senhores de terra desejam forçar os camponeses à prestação de trabalho, como antes; outra sustenta que os senhores se recusavam a conceder a comutação, quando o camponês já tinha consciência de sua força e lutava para conseguir vantagens. Provavelmente ambos estão certos. De qualquer modo, sabemos pelos documentos que atos de violência foram perpetrados de ambos os lados: **queima de arquivos e propriedades**, assassinatos de camponeses ou de seus opressores, ou a execução “legal” de camponeses revolucionários que tiveram a desgraça de ser capturados. Um desses camponeses foi Adam Clymme, segundo arquivos de Assize, na ilha de Ely, na Inglaterra [sem especificar o ano]. (HUBERMAN, 1980, p.59-60, grifos nossos).

Entre as numerosas insurreições camponesas tiveram destaque as *jacqueries* na França em 1358 (ARRUDA; PILLETTI, 1995). Huberman (1980) também mencionou documentos que registraram a amplitude da repressão aos revoltosos (enforcamento de milhares de camponeses) e a diminuição das revoltas. Mesmo assim, os senhores feudais e o clero não conseguiram “sustar o processo de desenvolvimento agrário”, ou seja, a substituição das obrigações por serviços e parte da produção por contratos pelos quais deviam pagar uma renda monetária fixa pelo uso da terra; o que tornava parte dos servos homens livres (ARRUDA; PILETTI, 1995). Huberman complementa que a substituição do trabalho servil pelos

arrendamentos pagos em dinheiro, iniciada desde os séculos XIII e XIV, já era uma realidade na maior parte da Europa ocidental em meados do século XV, quando surgiu o mercado de terras (compradas, vendidas, trocadas livremente). Morissawa (2001) também afirmou que na Inglaterra em meados do século XV havia camponeses com contratos de arrendamento hereditários, trabalhando em boa parte das terras dos feudos, em troca de pagamentos de taxas aos senhores e prestações de serviços. Muitos camponeses conquistaram a emancipação completa nas áreas mais próximas das cidades e vias de comércio, embora nas mais afastadas a servidão perdurasse.

Para a maioria dos camponeses o direito consuetudinário mais importante era o uso das terras comunais, onde podiam plantar e colocar seus rebanhos para pastar e beber água e de onde retiravam a lenha e a madeira de que necessitavam. As forças econômicas, sociais e políticas que desarticulariam o mundo feudal já se faziam presentes, mas o seu fim ainda seria um processo que duraria quatro séculos (Hubermann, 1980).

Morissawa (2001) baseando-se na obra “As Guerras Camponesas na Alemanha”, de Friedrich Engels, em 1850 (1975), refere-se ao campesinato no processo de transformações econômicas na Alemanha, que, desde o século XIV e XV, iniciara seu lento desenvolvimento industrial e comercial, contudo, ainda era constituída por inúmeros feudos governados por príncipes; nas cidades que dominavam o campo ao seu redor havia famílias patrícias dominantes, as quais se opunham a burguesia e os plebeus (burgueses falidos, artesãos, jornaleiros, “lumpenproletários” sem profissão e residência fixa, que faziam pequenos serviços esporádicos ou mendigavam e se alistavam no exército, em tempo de guerra) e camponeses, sufocados pela carga tributária imposta pelos senhores feudais, pela igreja e pelos funcionários reais.

Parece ter sido mais decisiva sobre essas novas revoltas camponesas a influência das idéias do direito *jus naturale* apregoadas por outra tendência religiosa medieval antagônica ao catolicismo: Guilherme de Occam (séc XIV) que “retomou a prioridade divina do direito”, como base da reforma protestante, ou seja, a incorporação do direito de todos à terra da doutrina jusnaturalista mesclada pelos princípios religiosos protestantes foi um poderoso elemento ideológico alimentador das lutas camponesas.

A pregação de Martinho Lutero (1483-1546), a partir de 1517, atacando as instituições e dogmas da igreja católica, foi vitoriosa com o apoio da pequena nobreza interessada na unificação alemã e de príncipes alemães oponentes da influência papal e do imperador católico continha valores que se coadunavam com a luta camponesa pelo acesso à terra para superar a condição de miséria e opressão decorrentes da desigualdade social. O exemplo dos primitivos cristãos dos primeiros séculos ilustrava a pregação da “igualdade cristã entre todos os membros da comunidade”, equiparando, nobres, patrícios e burgueses privilegiados aos camponeses e plebeus; e exigia o fim dos serviços pessoais, tributos, privilégios e das diferenças mais profundas na propriedade.

A incitação do povo à destruição do clero foi o estopim para lutas sociais, cujas reações dividiram, por um lado, o próprio Lutero que procurou conciliar com os burgueses reformistas, e mesmo com aristocratas e o próprio clero e, do outro lado, Tomás Munzer que se juntou aos anabatistas, seita protestante alemã mais radical da época, formando um partido revolucionário em 1520, que expressava a crescente oposição das camadas inferiores da sociedade - camponeses e plebeus. Em sua pregação Munzer materializava o igualitarismo teórico de Lutero (ARRUDA; PILETTI, 1995).

Segundo esses historiadores, dois anos após a rebelião frustrada da pequena nobreza alemã, ocorreu em 1524, um levante popular com reivindicações de liberdade e de igualdade social, apoiado por burgueses moderados, grande parte da pequena nobreza e alguns príncipes. Embora perseguidos, torturados e executados, os anabatistas não desistiram da luta. Munzer ligou os revoltosos do sudoeste da Alemanha, do Tirol e da Áustria, apoiando as reivindicações imediatas da massa de camponeses e plebeus, que formaram um contingente de mais de 40 mil revoltosos armados que participaram da insurreição geral em fevereiro do ano seguinte, que em bandos incendiavam castelos e conventos, contra exércitos da alta nobreza em diversos pontos da Suábia que dois meses depois se estendia à Francônia.

Entretanto a grande massa do campo estava disposta a conciliar com os senhores que fizessem as concessões imediatas que lhe interessava e os “lumpemproletários” desertavam com frequência; não estavam preparados, nem equipados para sustentar uma guerra. Por isso as rebeliões foram reprimidas obrigando sua rendição cinco meses depois de iniciada (em julho), resultando em mais de cinco mil camponeses trucidados e Munzer capturado, torturado e

decapitado. Mesmo assim outras sublevações deram-se na Alsácia e na Áustria sustentando a guerra até 1527; com reflexos ainda em 1536.

Segundo Engels (1975) apesar dos resultados desastrosos para os camponeses alemães que perderam todos os seus direitos (as terras comunais lhes foram confiscadas) e muitos foram expulsos do campo, as guerras camponesas na Alemanha de 1525-1527, foram o acontecimento mais esclarecedor do estado de opressão em que o camponês vivia naquele período histórico. Ele avaliou que as ideias de Munzer estavam adiantadas em relação à sua época, porque a classe que ele representava não estava ainda formada. O clero e os nobres arrasados favoreceram o domínio dos príncipes; as lutas religiosas e os conflitos políticos permaneceriam misturados nas guerras dos séculos seguintes.

As ideias jusnaturalistas também tiveram presentes no voluntarismo das alas extremas do calvinismo e sua vertente puritana inglesa, que chegou ao Novo Mundo. Huberman (1980) afirma que, ao contrário dos primeiros reformadores - Lutero, Calvino e Knox, “tentaram reformar mais do que a religião”; operando a reforma protestante na medida em que reforçou no plano político, o espírito nacionalista de seus adeptos, pelo fato da oposição religiosa a Roma coincidir com os interesses burgueses por um nascente Estado nacional. Sua nova ética elogiava a livre iniciativa e o objetivo da busca do lucro como esforços legítimos, estudada pelo sociólogo alemão Max Weber, em sua obra “Reforma Protestante e o Espírito do Capitalismo”, de 1905 (2001).

De forma mais ou menos incisiva todos os reformadores fundiram concepções políticas e religiosas (ideológicas). Na sociedade feudal os direitos e deveres eram relativos à ordem/estamento ao qual o indivíduo pertencia, como medida da desigualdade de classes, sem que houvesse nenhum princípio sobre a igualdade, exceto nas cidades medievais livres, enquanto direitos específicos estritamente locais; e a participação nos negócios públicos era mais um dever.

Porém, os camponeses oprimidos entendiam suas pregações sobre a igualdade, de forma direta e incorporavam da mensagem religiosa o exemplo messiânico de Cristo, como um “sinal” que chegara a hora de se libertarem da servidão e reconquistarem seu direito natural à terra que trabalhavam.

3.2 A Propriedade Privada da Terra Condicionada pelo Trabalho nos Debates sobre a Sociedade Civil e Estado e o Direito Civil na Idade Moderna

Na filosofia social, diferentes e competitivas doutrinas sobre o Estado moderno e suas relações com a sociedade, envolvem discussões acerca da economia e da política, da liberdade e da igualdade, da índole e função social do Estado, conforme Potyara Pereira (2001).

O ponto de partida do debate filosófico dos séculos XVI ao XVIII era a concepção que os pensadores tinham sobre as relações humanas. O direito de acesso à propriedade da terra (como direito natural ou humano fundamental) estava presente nas teorizações sobre a relação Estado-Sociedade da qual foi destacada a conceituação de “sociedade civil”.

As lutas sociais entre diversas classes que atravessaram a antiguidade e a Idade Média e se aguçavam com as lutas burguesas e de segmentos populares, dentre elas as revoltas camponesas na Idade Moderna, foram o pano de fundo do debate sobre o “estado de natureza”, semelhante ao estado de “desordem” apresentado dois séculos antes por Maquiavel.

Inicialmente as teorias legitimavam a forma absoluta de centralização do poder representando a fase inicial do Estado moderno, quando se tornou uma organização distinta da sociedade civil, embora fosse a expressão desta, dado que a nobreza aristocrática latifundiária e católica ainda buscava preservar seu poder junto com o monarca absolutista enquanto nobreza da corte, adaptando-se à nova ordem, na qual o rei passou a encarnar de forma absoluta a soberania estatal com sua prática econômica mercantilista (Estado forte intervencionista).

Jean Bodin (1530-1596) em sua obra “Sobre a República” de 1576, conforme Gruppi (1980) teorizou sobre o Estado unitário, não constituído pelo território e pelo povo e sim pelo poder do monarca que interpretava e obedecia às leis divinas de forma autônoma, sem precisar receber a investidura do papa:

É a soberania o verdadeiro alicerce, a pedra angular de toda a estrutura do Estado, da qual dependem os magistrados, as leis as ordenações; essa soberania é a única ligação que transforma num único corpo perfeito, as famílias, os indivíduos, os grupos separados. O Estado é poder absoluto é a coesão de todos os elementos da sociedade. (GRUPPI,1980, p.12).

Essa coesão/consenso em torno do Estado se transformou com Thomas Hobbes (1588-1679) na teoria mais completa do Estado absolutista para quem o pacto social que permitiria aos homens a vida em sociedade deveria produzir um

Estado duríssimo em seu poder, pois só a concentração total do poder real, seria a garantia do cumprimento do contrato social, sendo a obediência dos súditos obtida pela fidelidade e, sobretudo pelo terror (GRUPPI, 1980). Nessa teorização o ponto de partida da ação humana e, conseqüentemente da ação moral e política é o “conato” ou os homens no “estado natural”, quando a comunidade era regulada apenas pelo direito natural transmitido pelos costumes e textos sagrados.

Contudo os homens como animais se jogam uns contra os outros pelo desejo de poder, de riquezas, de propriedades, “cada homem é um lobo para o seu próximo” e, para evitar a destruição mútua pelas paixões naturais estabelecem um acordo para constituírem um estado que “refreie os lobos” - a “sociedade civil”, considerada um estágio superior de civilidade. Mediante um “contrato social” constituía-se o Estado ou “sociedade política” para regular essas relações sociais submetidas a leis (escritas) e os conflitos ao julgamento imparcial. Estado (sociedade política) e sociedade civil permaneciam fundidos teoricamente.

Na sua crítica ao “estado de natureza”, que deveria ser superado pela “sociedade civil”, Hobbes questionava o impulso à grande propriedade privada, que se desenvolvia na Inglaterra, opondo-se do ponto de vista aristocrático, às transformações econômicas e sociais impulsionadas pelos burgueses, com apoio político-institucional da revolução de 1640 (a revolução de 1688 só ocorreria nove anos após sua morte).

Debatendo contra a teoria absolutista, a teoria liberal do Estado assumiu a luta pelos direitos civis e políticos individuais contra o poder dos monarcas. Esse é o aspecto central da teorização de outro filósofo inglês John Locke (1632-1704) que se destacou no debate das relações entre Estado e sociedade no século XVII¹⁵⁰.

Segundo Fasso (2004) as ideias do filósofo romano Cícero sobre o direito *jus natural*, anteriormente referida, também influenciaram as primeiras doutrinas jusnaturalistas modernas, que assumiram características laicas e liberais, com Locke, presente no discurso da construção do Estado Liberal de Direito, que se inscreve no contexto da segunda revolução da burguesia inglesa, de 1688. Seu ponto de partida é o mesmo de Hobbes e outros filósofos, o “estado natural” que ele caracteriza como:

¹⁵⁰ Ver Norberto Bobbio. Locke e o Direito Natural, 1997.

[...] um **estado de total liberdade** para ordenar-lhes o **agir e regular-lhe as posses e as pessoas** de acordo com sua conveniência, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem. Estado também de **igualdade**, no qual qualquer poder e jurisdição são recíprocos, e ninguém tem mais do que qualquer outro [...] terão também que ser iguais umas às outras “sem subordinação ou sujeição” [...] sendo todos providos de faculdades iguais, compartilhando de uma natureza comum, não há como supor qualquer forma de subordinação entre os homens que nos autorize a destruir a outrem, como se fôssemos objetos uns dos outros [...] não podendo salvo o caso de castigar um ofensor, tirar ou prejudicar a vida, ou o que tende à **preservação da vida, a liberdade, a saúde, os membros ou os bens de outrem**. (LOCKE, 2002, p.23-25, grifos nossos).

De acordo com o direito natural Locke afirma que o homem no “estado de natureza” é livre e independente, senhor da sua própria pessoa e a ninguém é sujeito, destacando a liberdade necessária à preservação da própria vida e dos membros a ele ligado (na referência à saúde), sobre a qual o homem não tem poder nem autoridade de escravizar-se a quem quer que seja, dedicado à segurança contra danos e ataques de outros homens à sua integridade física e suas posses ou bens, contra invasões de sua propriedade. A liberdade não significa que se possa viver como lhe convém ou fazer o que deseja sem ser refreado por quaisquer leis; concordando com Sir Robert Filmer afirma que “[...] é necessário ter regra permanente a lhe pautar a vida [...]” (LOCKE, 2002, p.35), regras da convivência igualitária.

Baseando-se no estudioso dos direitos naturais, Richard Hooker (1554-1600) Locke afirmou que a igualdade dos homens por sua natureza é evidente por si mesma, indubitável e o que é igual deve ter a mesma medida, implica obrigações mútuas, gerando as grandes máximas de justiça e caridade. Da mesma forma que Hobbes, entendia que os inconvenientes do “estado de natureza” eram passíveis de controle pelo “contrato social”¹⁵¹, mas para ele as regras do direito natural consistiam num pacto social e moral de convivência. Sendo todos iguais, “tão reis quanto ele” no estado natural; porém havendo muitos “pouco observadores da equidade e da justiça”, tornaria a fruição da liberdade incerta e o desfrute da propriedade (pessoas e bens que possui) nessa condição muito insegura e arriscada e constantemente

¹⁵¹ Para Gruppi (1980) a ideia de contrato social era um reflexo dos contratos mercantis de compra e venda e transferência de propriedades na ideologia e concepção liberal de Estado. Diferentemente para Fasso (2004) esse era um conceito caro aos jusnaturalistas, dentro da tradição grega e escolástica, com outro sentido, de pacto social e moral.

sujeita a invasões. Para impedir aos homens mutuamente se molestarem, prejudicando a outrem na vida, na saúde, na liberdade ou nas posses, isto é, na sua propriedade, o estado de natureza possui regras da razão e da equidade fixados pelo costume (LOCKE, 2002).

O ofensor que quebra o pacto destinado a garantir a preservação e a paz de toda a Humanidade poderia ser julgado e sofrer a execução da lei da natureza (castigo de reparação e restrição) nas mãos de todos os homens (que poderiam legitimamente revidar por autopreservação). Entretanto sendo todos juízes de suas próprias desavenças e tendo o poder executivo da lei natural, a inclinação para o mal, para a paixão e para a vingança poderia induzí-los a excessos na punição a outrem gerando confusão e desordem. Dessa maneira admitia faltar no “estado de natureza” uma lei estabelecida, firmada, conhecida, recebida e aceita pelo consentimento comum que definisse o que é justo e injusto e a medida comum para resolver as controvérsias entre os homens; um juiz equânime e indiferente com autoridade reconhecida para ajuizar sobre as controvérsias; e o poder que sustentasse a justa sentença, de acordo com a lei estabelecida, garantindo-lhe a devida execução pela força, visando à paz segurança e bem geral do povo. Tais circunstâncias forçam o homem a abandonar uma condição que embora livre, atemoriza e é cheia de perigos constantes.

Por isso busca juntar-se com outros para **conservação recíproca da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de “propriedade”** [...] o maior e principal objetivo dos homens se reunirem em comunidade aceitando um **governo comum** é a **preservação da propriedade**. (LOCKE, 2002, p.92, grifos nossos).

Quando certo número de indivíduos livres, iguais e independentes abre mão do próprio poder de executar as leis da natureza, transferindo-o à comunidade pela união voluntária e por consenso escolhem livremente uma forma de governo e os governantes, nasce a “sociedade civil ou política”. Porém, ao invés da superação do “estado de natureza” defendida por Hobbes, Locke via na nova fase um aperfeiçoamento do mesmo, exigindo a incorporação do direito natural nas leis positivas dos países e suas municipalidades. Dessa forma o jusnaturalismo e o positivismo jurídico contraditoriamente influenciaram a ciência do direito civil moderno. Para Locke, como para Hobbes a sociedade civil constitui o Estado, ou poder político que consistia no direito de elaborar as leis e a função de fazer cumprir

o “contrato social”. Todavia as divergências teóricas entre eles se ampliavam a respeito do grau de autonomia estatal em relação à sociedade civil, para garantir o cumprimento do referido contrato social, mantido pela força ou poder divino inquestionável pelo Estado absoluto, conforme Hobbes e Filmer, ou do acordo mútuo que fez surgir a comunidade, que garante a autoridade do Estado que tem:

[...] o direito de elaborar as leis, incluindo a pena de morte e, portanto, as demais penalidades menores, **no intuito de regular e conservar a propriedade** e de utilizar a força da comunidade para garantir a execução de tais leis e para protegê-las de ofensas externas. E tudo isso visando só ao bem da comunidade (LOCKE, 2002, p.22, grifos nossos).

Combatendo as ideias absolutistas, ele insiste na necessidade de se impor restrições ao monarca, que também deve submeter-se aos direitos e deveres pactuados e obedecer às leis firmadas em textos jurídicos escritos. A liberdade é proclamada justamente em relação ao poder absoluto e arbitrário de qualquer homem sobre outro (inclusive o rei). O governo será mantido enquanto houver consentimento por ser considerado um governo legítimo. O poder político a que ele se refere é, pois, poder público e o governo civil é governo público em nome da comunidade. Se o governante não respeitar o “contrato social”, as leis admitem que o contrato possa ser desfeito (os últimos capítulos do “Segundo Tratado do Governo”, de 1690, falam de usurpação, tirania e dissolução do governo tirano).

Nesse momento começa a nascer, conforme Gruppi (1980) a distinção entre sociedade civil e sociedade política, entre privado e público (no sentido que vai adquirir no século XVIII).

A noção de Estado Liberal de Direito, limitado pela lei ganhou relevância na Idade Moderna, incorporando também a ideia de divisão dos poderes, com o surgimento do Parlamento como forma de conter o poder dos governantes (Monarquias constitucionais), possibilitando garantias individuais que transformavam o “súdito” num “cidadão” (PEREIRA, 2001, p. 29). Para o liberalismo político o Estado passa a ser concebido como uma instância separada da sociedade. A sociedade referenda a atividade do Estado, por meio do voto do cidadão, na eleição dos seus representantes para o Parlamento, surgindo a democracia representativa.

As leis formam um corpo constitucional que rege o funcionamento da sociedade e o Estado devia ser passivo diante das garantias à liberdade individual e

livre iniciativa (esfera privada)¹⁵² e ativo em relação aos interesses gerais da comunidade-Nação, mantendo-se, tanto quanto o Estado mercantilista, fortemente intervencionista na vida econômica, garantindo o desenvolvimento das manufaturas, dentro do território nacional; e, através das grandes companhias de comércio competir no mercado global, lastreado em outras instituições (de crédito, casas de câmbio, bolsas de mercadorias e valores etc.), nas guerras de conquista e na exploração dos impérios ultramarinos¹⁵³, impulsionados pela fusão de interesses governamentais e empresariais burgueses, no momento histórico no qual a Inglaterra passava a dominar a economia mundial (ARRIGUI, 2003).

Essa teorização liberal do Estado foi subdividida em duas vertentes: a democrática, que defendia uma concepção ampla dos direitos humanos, articulando liberdade e igualdade e a liberal propriamente dita, restrita à luta política pelas liberdades e garantias individuais que conformaram a cidadania burguesa contra os privilégios da aristocracia feudal e o arbítrio dos monarcas absolutistas, não incorporando os interesses dos segmentos sociais populares, o valor da igualdade, e, muito menos de uma das suas variantes radicais - a equidade. A conjunção das ideias de liberdade e igualdade materializou-se apenas no princípio da igualdade jurídica (todos são iguais perante a lei), que conformava uma sociedade formada por cidadãos livres e iguais, ou seja, indivíduos no gozo dos direitos de um Estado, entendendo-se direitos como exigências básicas para o ser humano reconhecido pela lei (Pereira, 2001).

O direito de propriedade, como expressão jurídica (superestrutura) das relações sociais de produção (infraestrutura), surgiu como tem sido analisado, a partir do jusnaturalismo.

No “Segundo Tratado sobre o Governo”, de 1690, Locke (2002) dedica um capítulo específico à propriedade, como um dos direitos naturais, com base nos juristas Grocios e Pufendorf, que, segundo Paul Bastide (1997), foram os primeiros a estudar o nascimento da ideia de propriedade. Locke reflete sobre a razão natural que afirma o direito do homem à própria preservação, através do alimento, da

¹⁵² Paralelamente ao liberalismo político, surgiam as idéias liberais sobre as relações econômicas, esboçadas pelos fisiocratas (Quesnay e Turgot), para quem o “*laissez faire, laissez passe*” (deixar fazer e deixar passar) se insurgia contra as restrições dos senhores feudais ao comércio via taxações, pedágios etc, que seria adotado por Adam Smith em 1776, quando a economia política liberal alcançou o *status* de ciência (SMITH, 1983).

¹⁵³ Princípios e instrumentos mercantilistas, como o amplo protecionismo agrícola, continuaram a integrar a política econômica conduzida pelos Estados modernos que assumiram um discurso liberal (de livre iniciativa, livre comércio, livre câmbio etc).

bebida e tudo o que a Natureza oferece para a subsistência. Parte do pressuposto de que

Deus concedeu o mundo e tudo o que ele contém em comum a todos os homens destinando ao seu uso, para seu sustento e conforto da existência; é possível chegar a ter **propriedade de qualquer coisa**. (LOCKE, 2002, p. 37, grifos nossos).

O filósofo inglês afirma que Deus deu aos homens de tudo abundantemente, mas também lhes deu a razão para apropriarem-se da natureza e de todos os seus frutos de modo correto. Cada homem tem uma propriedade particular à sua própria pessoa - o trabalho de seus braços e a obra das suas mãos, que se mistura, superpõe-se e acrescenta algo mais à natureza, algo que pertence ao homem (trabalhador), por isso ao agregar com seu trabalho um valor à natureza, retira-a do direito comum de outros homens, tornando-a direito privado dele, sem depender do consentimento expresso dos demais membros da comunidade. Então é o trabalho que inicia e fixa a propriedade sobre uma parte da natureza, sem o que, o comum não teria utilidade. Pela razão os bens naturais como bens potenciais são um direito comum a todos, mas, permite que passem a pertencer àquele que lhes dedicou o próprio trabalho à sua apropriação.

Afirmar o direito primordial de posse dos bens naturais pelo trabalho não significa que este homem possa açambarcar deles o quanto queira, porque a mesma lei da natureza limita o tamanho da propriedade, obtida pelo trabalho, que depende do quanto se pode usufruir, usar sem desperdiçar e destruir (proporções moderadas). “Se os homens se mantivessem dentro dos limites do razoável poderiam açambarcar o quanto lhes pudesse ser útil, sem ter por que lutar e discutir sobre a propriedade.” (LOCKE, 2002, p. 40).

A relação entre propriedade e liberdade é evidente na concepção lockeana: o homem está plenamente livre no estado natural, mas este não garante a propriedade. Quando os homens constituem sociedade, abandonando a igualdade, a liberdade e o poder executivo de cada um do estado de natureza aos cuidados da comunidade, o fazem para melhor preservar a si próprio, a sua liberdade e propriedade “[...] sem supor que se estenda para além do bem comum” (GRUPPI, 1980, p.94-95).

O poder legislativo assume a obrigação de garantir a propriedade de cada membro da comunidade. Dado que a sociedade civil e política não substitui, mas aperfeiçoa o estado de natureza, ainda está em vigor nas leis positivas a lei original para o início da propriedade privada daquilo que era comum, ou seja, o trabalho para a determinação da propriedade, na parte civilizada da Humanidade.

Locke reforça a ideia de que Deus deu a terra em comum a todos os homens, mas não para que ficasse sempre em comum e inculta, sendo preferível o grande número de homens à extensão de domínios sem produção. Sua explicação retoma a ideia inicial de que é o trabalho que confere a maior parte do valor à terra e dele decorre a maior parte dos produtos úteis da terra, por isso o trabalho propicia o direito à propriedade e a terra, apropriada pelo trabalho e bem cultivada, aumenta com suas provisões para o sustento da vida humana, as reservas comuns da Humanidade, muito mais do que terras comunitárias incultas; qualquer que seja a atividade agrícola ou pastoril o que se consegue armazenar ou usar no tempo útil é do pleno direito de quem se esforçou com seu trabalho para obter esse resultado. É do trabalho que resulta a diferença de valor dos cultivos, e, por isso, pode dar direitos diferentes sobre a terra para uso particular, sem gerar dúvida de direito.

As ideias jusnaturalistas de Locke, em geral, e, particularmente, sobre a propriedade da terra, seriam retomadas mais de sessenta anos depois pelo filósofo francês, Jean Jacques Rousseau (1712–1778) ao participar do debate sobre as relações entre sociedade civil e Estado a partir de uma concepção democrático-burguesa da teoria política, contrapôs-se frontalmente à concepção absolutista de Hobbes e outros, mas também à concepção liberal de Locke, apesar dos pontos de convergência entre eles, na medida em que trouxe para o centro desse debate a desigualdade social.

Suas reflexões sobre a propriedade estão no “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”, de 1754 (ROUSSEAU, 1997). Rousseau voltou racionalmente ao estado primitivo da humanidade para destacar o que há de original na natureza humana, a essência do estado natural - para julgar o estado de sua época. A condição natural dos homens movidos pelo instinto de conservação “prende o homem a si mesmo” (sentimento de “amor de si mesmo”), modificado pela piedade (sentimento “que o prende a outrem”), dois fundamentos do direito natural, que produzem a humanidade enquanto estado de “felicidade, virtude

e liberdade”. Esse ponto de partida é o mesmo de Locke, posto que ambos compartilhavam das ideias jusnaturalistas, da chamada “escola do direito natural”.

Entretanto, ao invés do estado de natureza ser substituído por um estágio superior (Hobbes) ou aperfeiçoada pela “sociedade civil” (Locke), ele foi destruído pela civilização, que perturba as relações entre os homens e violenta a humanidade. Dessa maneira, os homens nascem livres e iguais, mas em todo lugar estão “a ferros” (acorrentados); a evolução social corrompeu a bondade e igualdade original do homem natural, produzindo várias desigualdades que precisam ser explicadas para se entender as oposições presentes na sociedade civil do seu tempo: ricos e pobres, poderosos e fracos, senhores e escravos; rompendo a designação abstrata do homem genérico refere-se aos homens que se odiaram entre si à medida que seus interesses se cruzam (classes).

O estado de natureza primitivo (possui apenas desigualdades naturais ou físicas) se torna estado social pelos progressos, natureza artificial (que possui a desigualdade moral e política). Em sua visão negativa sobre o desenvolvimento humano afirma “não foi sem esforço que conseguimos tornar-nos tão infelizes”, desde os imensos trabalhos que alteraram drasticamente a Natureza, ao comércio e às artes e ciências (Luzes). Diferentemente do homem selvagem, que ao alimentar-se fica em paz, o homem em sociedade não tem descanso: depois do necessário, vem o supérfluo, as delícias, as imensas riquezas e, por fim os súditos e os escravos.

Rousseau foi o primeiro filósofo que denunciou a propriedade privada como a raiz da desigualdade social. A propriedade foi uma ideia que não se formou repentinamente no espírito do homem, ao contrário foi inventada tardiamente e depois de longa evolução - progressos, indústria e luzes - que a tornou necessária. Nos cinco estágios pelos quais passou a humanidade no seu desenvolvimento houve crescimento da desigualdade. Mas o surgimento da propriedade privada foi o estágio decisivo, de passagem do estado de natureza para o estado social; retomando o axioma de Locke “não haveria afronta se não houvesse propriedade.” (ROUSSEAU, 1997, p. 93).

A propriedade privada da terra era central no conceito de propriedade de que tratavam Hobbes, Locke e também Rousseau. O progresso intelectual que supõe trabalho, curiosidade e previdência, próprias do comportamento do homem social, também supôs duas condições que são convenções sociais: a linguagem e a divisão

de terras. Tornou-se famosa sua explicação sobre a propriedade privada da terra na origem do conceito de “sociedade civil”:

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo **cercado um terreno**, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores, não poupou ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: “Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes de que os frutos são de todos e que **a terra não pertence a ninguém.**” (ROUSSEAU, 1997, p.87, grifos nossos).

A propriedade da terra gerou a primeira grande desigualdade, entre ricos e pobres e, ao mesmo tempo, a formação dos princípios das primeiras sociedades civis baseadas em leis, ela é, pois, fruto de um processo econômico intrinsecamente articulado com o elemento jurídico-político, que gera e reproduz a diferenciação social. Ao resgatar a história do desenvolvimento do trabalho do homem no estado de natureza, Rousseau (1997, p.89) afirma que inicialmente as produções da terra forneciam todos os socorros necessários e os homens no seu instinto de conservação disputavam a subsistência com outros homens; a diferença das terras, dos climas, das estações impôs maneiras de viver e “o amor ao bem estar era o único móvel das ações humanas”. Os trabalhos se multiplicaram chegando-se a duas artes – metalurgia e agricultura. Com a produção agrícola surge a propriedade da terra, que se tornou o ponto de inflexão desse desenvolvimento:

Da cultura de **terras** resultou necessariamente, **a sua partilha e da propriedade**, uma vez reconhecida, as primeiras regras de justiça, pois, para dar a cada um o que é seu, é preciso que cada um possua alguma coisa; além disso, começando os homens a alongar suas vistas até o futuro e tendo todos a noção de possuírem algum bem passível de perda, nenhum deixou de temer a represália dos danos que poderia causar a outrem. Essa origem mostra-se ainda mais natural, por ser impossível conceber a ideia de propriedade nascendo de algo que não a mão de obra, pois não se compreende como, **para apropriar-se de coisas que não produziu** o homem nisso conseguiu por mais do que seu trabalho. Somente o trabalho, dando ao cultivador um direito sobre o produto da terra que ele trabalhou, dá-lhe consequentemente o direito sobre a gleba pelo menos até a colheita, assim sendo a cada ano; por determinar tal fato uma posse contínua, transforma-se facilmente em propriedade. Quando os antigos, diz Grócio, emprestaram a Ceres o epíteto de legisladora e a uma festa celebrada em sua honra o nome de Tesmoforia, com isso quiseram dar a entender ter **a partilha das**

terras produzido uma nova espécie de direito, isto é, **o direito de propriedade, diverso daquele resultante da lei natural.** (ROUSSEAU, 1997, p.95 – 96, grifos nossos).

Para Rousseau, como para Locke o direito de propriedade decorre do trabalho (livre e independente) do produtor direto, que pela posse contínua da terra que cultiva, tem esse direito assegurado como um direito natural para garantir sua subsistência. Para explicar a mudança dessa situação a partir da desigualdade fundamental da propriedade da terra, ele utiliza dois argumentos: por um lado a desigualdade teria evoluído gradualmente pela diferenciação dos talentos naturais multiplicada pelo rendimento do trabalho, que beneficiaria os mais corajosos ou atirados, tornando-os mais ricos; por outro lado, o homem “sentiu necessidade do socorro de outro” e desde que se percebeu “ser útil a um só contar com provisões para dois”, desapareceu a igualdade e o trabalho tornou-se necessário.

Com o surgimento da propriedade e da desigualdade “[...] as vastas florestas transformara-se em campos aprazíveis regados ‘com o suor dos homens’, nos quais logo se viu a escravidão e a miséria germinarem e crescerem com as colheitas” (ROUSSEAU, 1997, p.94). Ao invés do ouro e da prata foram o ferro e o trigo que civilizaram o homem e perderam o gênero humano. Quando se tornou possível a produção de excedentes é que surgiu a preocupação com o tamanho da propriedade da terra (o que também foi levantado por Locke).

Sendo a força insuficiente “para conservar o que adquiriu”, o rico cria a sociedade civil, as leis (direito civil) e os governantes. O contrato social é mais vantajoso para os ricos, cujos bens garante dando-lhes novas forças, o que vai implicar, para os pobres, novos entraves, destruindo irremediavelmente a liberdade natural e o direito natural à propriedade da terra (pelo trabalho). O mais singular dessa alienação é que a comunidade assegura a posse legítima dos particulares, cambiando a usurpação por direito verdadeiro, e o gozo pela propriedade (posse produtiva) “fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade fizeram de uma usurpação sagaz um direito irrevogável e, para lucro de alguns ambiciosos daí por diante sujeitaram todos os gênero humano ao trabalho, à servidão, à miséria” (ROUSSEAU, 1997, 100).

Para Gruppi (1980) Rousseau preconizava uma sociedade pequeno-burguesa de artesãos: sua ideologia é a expressão dessa camada social e, ao mesmo tempo, que ele negou a propriedade privada, mas não indica como superá-la. Entende-se

nesta Tese que essas afirmativas de Gruppi são contraditórias e trazem uma definição generalista de propriedade privada. Se Rousseau representava os interesses dos artesãos, pequenos proprietários dos meios de produção em suas oficinas, ele não poderia ter negado o direito de propriedade privada (surgida do trabalho) do produtor direto – artesão e, da mesma forma do camponês.

Para os dois filósofos – Locke e Rousseau - não é a propriedade privada de todos (a partir do trabalho), conforme o direito natural, com tamanho limitado, ao contrário, é a grande propriedade privada, com proporções ilimitadas que gera a desigualdade social e a usurpação das pequenas propriedades e das terras comuns dos camponeses, ou seja, a concentração da propriedade pela burguesia, que opôs aos artesãos a manufatura, inviabilizando-os, e da mesma forma os cultivadores da terra, com cercamento dos campos e contratos agrários, que impediam a consolidação da pequena propriedade camponesa. As trocas desiguais da agricultura com outros setores econômicos e falta de apoio dos governos, expulsava os produtores direto do campo.

Rousseau propunha no novo contrato social, uma reversão do processo de usurpação da propriedade pelos ricos e a volta ao estado de natureza, no qual a propriedade privada dos pobres (produtores livres e independentes) era generalizada.

Antecipando a discussão do século seguinte sobre a questão agrária articulada com a gênese da questão social (estrutural no Modo de Produção capitalista), Rousseau afirmou que através da instituição da propriedade inseparável da desigualdade, foi possível colocar um homem “na situação, de não viver sem o outro”, que não existia no estado de natureza, subjugando-o em laços de servidão e dominação (dependência mútua e necessidades recíprocas, o rico dos serviços do pobre e este do socorro do primeiro). Por isso afirma que a divisão desigual da terra suprimiu o estado de natureza e é a origem “de todos os males”: violência, assassinios, envenenamentos, assaltos e as próprias punições desses crimes, apontando como o maior de todos os males o luxo, sinônimo de concentração de riqueza, dinheiro, moeda e capital (do qual nasceram às artes liberais e mecânicas, o comércio, as letras, que fizeram a indústria florescer, que enriqueceram os Estados), mas para sustentá-lo oprime e arruína o operário e o cidadão, resultando numa imensa desigualdade social, concretizada em distintas maneiras de viver: excesso de ociosidade de uns e o excesso de trabalho de outros, em ofícios

insalubres, que abreviam a vida; inadequada alimentação por excesso dos ricos e por falta dos pobres; uns morrem de suas necessidades outros de seus excessos.

Outra tese que Rousseau defendeu foi da relativa dependência entre a desigualdade de poder e a desigualdade de posses. Para o autor quando a propriedade estabeleceu a linha divisória entre possuidores e não possuidores surgiu a desigualdade entre os homens, dividindo-os entre ricos e pobres, firma-se a liberdade dos primeiros (a livre iniciativa burguesa defendida pela economia liberal) e acaba a liberdade dos últimos. Daí decorre as outras desigualdades entre poderosos e fracos (quando os ricos tornaram-se magistrados, pela riqueza, talento e idade) e entre senhores e escravos (mudança do poder legítimo em arbitrário, com o despotismo). Se nada fosse feito para reverter as mencionadas tendências: ver-se-ia poderosos e ricos “no cume das grandezas e das fortunas”, enquanto a multidão rastejaria “na obscuridade e na miséria”, a opressão cresceria continuamente “sem que os oprimidos pudessem jamais saber qual seu termo, nem quais os meios legítimos que lhes restaria para sustá-la”; “ver-se- as reclamações dos fracos serem consideradas murmúrio sedicioso”, pois os ricos deixariam de ser felizes se o povo deixasse de ser miserável.

O filósofo não descuidou do elemento ideológico utilizado pelos ricos e pelo governo para garantir a dominação diante de condições tão desiguais decorrentes da propriedade desigual, fazendo desse ponto de vista uma releitura do “contrato social”, contrário ao direito natural: forçados pela necessidade (do trabalho alheio) os ricos conceberam um projeto para fazer dos pobres, de seus adversários, seus defensores; inspirar-lhes outras máximas e dar-lhes outras instituições, que lhes fossem favoráveis. Propuseram “a união de todos”, porque ninguém encontrava segurança, “para defender os fracos” da opressão, conter os ambiciosos e “assegurar a cada um a posse daquilo que lhe pertence” através de leis positivas, regulamentos de “justiça e paz”, tornando-se deste modo o direito civil “a regra comum dos cidadãos”, que sacrificam parte da sua liberdade, dando origem à sociedade civil e política, porém de fato, oferece aos pobres apenas a segurança da pessoa, enquanto ao rico garante a propriedade.

Na leitura rousseaniana, da mesma forma como tinha correlacionado Maquiavel, o grau de desigualdade define a forma de governo: a desigualdade com lucro de um só leva à monarquia; de alguns à aristocracia; e de maior número, à democracia. Os abusos das competições levam à hereditariedade, ao despotismo.

Participando do embate ideológico e político do seu tempo Rousseau (1997, p.61) fez uma oposição sistemática à exaltação isolada da liberdade individual, que ganhava corpo entre os pensadores liberais, reapresentando a igualdade. A maioria dos males não é obra divina, do acaso ou natural, mas é resultante da ação humana, e que poderia ser evitado se todos tivessem conservado a maneira simples de viver prescrita pela natureza.

Conforme Marilena Chauí (1997, p. 15) os abusos do estado social civilizado não poderia colocar o homem abaixo da vida primitiva, “a Natureza palpita dentro de cada ser humano como íntimo sentimento de vida”, seu propósito é combater os abusos; o princípio da liberdade constitui-se como norma, imperativa. A consciência da liberdade é exigência da ética fundamental:

Ninguém como ele afirmou o princípio da liberdade como direito inalienável e exigência essencial da própria natureza espiritual do homem. Com isso, levou às últimas consequências a linha de pensamento iniciada pelo **humanismo renascentista e sobretudo pela reforma protestante**. Esta última, especialmente expressava as necessidades e aspirações das coletividades que reivindicavam o valor da intimidade e os direitos da consciência religiosa de cada um, em face do princípio católico da autoridade. (CHAUI, 1997, p.17, grifos nossos).

Sua intenção é dar às ações humanas uma moralidade, a razão que traga ao gênero humano às luzes e à felicidade, pelo exercício das virtudes (retoma Aristóteles). Seu objetivo era encontrar os caminhos práticos para o homem alcançar a felicidade, tanto o indivíduo quanto a sociedade, dessa forma distancia-se do individualismo (antítese da coletividade).

[...] reivindica a consciência da dignidade do homem em geral e ilumina o valor universal da personalidade humana, cuja consciência moral não se traduz no sentimento particularista do amor-próprio, mas na universalidade do amor de si [...] a interioridade por excelência e a força expansiva da alma que identifica o indivíduo com seus semelhantes, é a ponte que liga o eu individual ao eu comum, a vontade particular à vontade geral. (CHAUI, 1997, p.18).

Para Hobbes e Locke o “contrato social” produz a sociedade e o governo enquanto para Rousseau o contrato só constitui a sociedade (que deve servir à plena expansão da personalidade do indivíduo). Não é o Estado que deve ser soberano, mas ao contrário é a sociedade que nunca pode perder sua soberania, e

para isso, nunca deve criar um Estado distinto, separado de si mesmo, defendendo a identidade entre sociedade civil e política. Rousseau quer dar forma à doutrina da igualdade, ao “ideal de vida comunitária” e à democracia - que dá felicidade. O único órgão soberano para ele era a assembleia ou livre associação de homens inteligentes, e é nesta que a sociedade civil expressa sua soberania¹⁵⁴, sem um poder executivo separado dela; negando a distinção dos três poderes de Montesquieu¹⁵⁵; a vontade geral “superior à ação de qualquer vontade particular” não é autoridade externa obedecida pelo indivíduo.

Liberto dos estreitos limites de seu próprio ser individual encontra plenitude numa **verdadeira experiência social de fraternidade e igualdade, junto a cidadãos que aceitam o mesmo ideal**. Sua concepção do direito político é essencialmente **democrática**, na medida em que faz depender toda a autoridade e toda soberania de sua vinculação com o povo em sua totalidade. (CHAUÍ, 1997, p.19, grifos nossos).

A política envolve uma nova moralidade resgatada do estado natural e se transpõe para a sociedade civil a “igualdade rigorosa” do estado de natureza¹⁵⁶.

¹⁵⁴ Os exemplos mais próximos do seu sistema político, quase sem separação entre sociedade civil e Estado, na Grécia antiga foram o dos espartanos e, sobretudo de Atenas, na época de Péricles, centrada na Eclésia (assembleia) ou conselho composto por quinhentos membros, eleitos por grupos de cinquenta de cada tribo (divisão administrativa), na qual não havia distinção entre poder legislativo e executivo (os membros revezavam-se em turnos para as tarefas governamentais), durante poucas semanas em que ficava reunido em sessão permanente. Na era Moderna o protestantismo possibilitou experiências democráticas igualitárias nas comunidades de imigrantes que colonizaram a América do Norte, com forte conotação étnico-religiosa puritana (os *Quakers*, fechados em relação ao mundo exterior) e na República de Genebra depois da reforma calvinista, para ele o Estado mais perfeito possível existente na terra; mas reconhecia que sua democracia, possível em uma pequena cidade, tinha difícil aplicação num Estado moderno, centralizado, tratando-se de um Estado ideal (GRUPPI, 1980, p.18).

¹⁵⁵ Sua afirmação de que todos os cidadãos “poderão chegar a identificar-se, por fim com o todo maior, sentir-se membro da pátria” e que a realização concreta do “eu comum” e da “vontade geral”, gera certo tipo de sociedade à qual os cidadãos passam a prestar obediência, segundo Chauí (1997) deu margem para uma acusação de retorno absolutista no século XIX, porque isolaram essas afirmativas do seu ideal igualitário, comunitário e democrático.

¹⁵⁶ As máximas do estado natural são: o homem é livre; a virtude individual é idêntica à virtude social (respeito à idéia de amar aos seus semelhantes e aos sagrados laços da comunidade de que são membros); há unidade profunda entre governantes e governados; o direito de legislação é comum a todos os cidadãos, mas reserva-se aos magistrados o direito de propor leis e todos valorizam a constituição; a autoridade da lei justa visa sempre ao “bem público” e não reconhece exceção para nenhum privilegiado, nem mesmo o rei (e longevidade da lei demonstra sua adaptação ao povo); o príncipe e seus ministros “saberão prevenir, sanar ou paliar abusos e males” e por isso são obedecidos pelos seus súditos-cidadãos; os cidadãos ativos animam os chefes, “mostrando-lhes sem temor nem adulação a grandeza de sua tarefa e a austeridade de seu dever”; a república não possui ambições territoriais, os cidadãos encontraram a felicidade e as classes mais desfavorecidas a consideração dos magistrados.

Para Fasso (2004) a proposta ideal de Rousseau estabelece um termo de referência e avaliação para a realidade histórico-política - a justiça distributiva (democracia econômico-social e política) que se opõe à “igualdade rigorosa” do estado de natureza. Ainda que fosse praticável na sociedade civil, como todos os membros do Estado lhe devem serviços proporcionais a seus talentos e suas forças (de cada um conforme a capacidade) os cidadãos, por sua vez devem ser distinguidos e favorecidos na proporção de seus serviços (a cada um conforme o seu trabalho). Banindo a “injusta igualdade”, que faz com que todos os cidadãos participem das mesmas vantagens, sem estabelecer nenhuma diferença, entre os maus e os honestos se comprometem irrecorrivelmente com aquela que recompensa e pune a cada um de acordo com o seu mérito, não o pessoal, mas o das ações, no sentido de Isócrates (Aeropagítica), os serviços reais que prestam ao Estado, suscetíveis de julgamento mais exato pela estima pública (o povo é juiz dos costumes).

3.3 Do Direito Natural ao Direito Civil de Propriedade Privada da Terra nas Revoluções Burguesas dos Séculos XVII e XVIII Invertendo seu Significado

O debate filosófico moderno sobre o “estado de natureza”, “sociedade civil” e “sociedade política”, refletia os processos históricos que impulsionavam as transformações econômicas, sociais e políticas na Idade Moderna.

O desenvolvimento da grande propriedade privada simultaneamente com o surgimento das grandes manufaturas em detrimento das oficinas artesanais, e simultaneamente das grandes propriedades rurais a partir da expropriação dos camponeses, substituindo as lavouras pelas pastagens de ovelhas na Inglaterra, consolidando a ascensão burguesa mercantil (comercial e financista) e transformando uma de suas frações em burguesia industrial, ou seja, que investia seus capitais diretamente na produção.

A luta da burguesia pelo poder político culminou nas revoluções que ocorreram nos séculos XVII na Inglaterra e nos Países Baixos e no XVIII com a independência das treze colônias inglesas e o surgimento dos Estados Unidos da América, bem como com a Revolução Francesa. Apesar de terem sido revoluções burguesas delas participaram camadas populares, dentre elas os camponeses, que aqui são enfatizados.

A primeira revolução burguesa na Inglaterra armou-se em 1640, quando o rei convocou o Parlamento, que se manteve em funcionamento independente de nova convocação real, cerceando seus poderes. O estopim da guerra civil, em 1642 foi a exigência do rei de prisão dos parlamentares opositores. O exército real apoiado pelos latifundiários, católicos e anglicanos, foi vencido em 1645, pelo exército do Parlamento, composto, sobretudo por camponeses comandado por Oliver Cromwell (1599-1658), pequeno proprietário rural, com apoio da burguesia mercantil e manufatureira londrina e da *gentry* (nobreza progressista rural), presbíteros e puritanos. Dois anos depois quase uma centena de deputados realistas foi presa e excluída e em 1649 o rei foi executado (GRUPPI, 1980).

Cromwell criou inicialmente uma república - a "*Commonwelth*" (comunidade governada livremente pelo povo), mas em 1653 dissolveu o Parlamento e tornou-se o "*Lord protector*" que, "com mãos fortes, garantia o sentido econômico-burguês dessa revolução" até sua morte em 1658 (MONTEIRO, 2000, p.7). Seu sucessor não conseguiu evitar a restauração monárquica dos Stuarts dois anos depois. Essa derrota, no entanto, manteve acesa a chama revolucionária que explodiria novamente trinta anos depois.

Arruda e Pilleti (1995) fazem uma ligação dos dois processos revolucionários de 1640/58 e 1688/89 destacando o aspecto político. O processo revolucionário de quase meio século garantiu à burguesia mercantil, usurária, manufatureira e protestante a chegada definitiva ao poder na Inglaterra, ao consolidar a vitória do Parlamento sobre o absolutismo, instaurando a Monarquia Constitucional Moderna, uma das primeiras formas históricas do Estado liberal¹⁵⁷.

Os filósofos passam a ser analisados enquanto protagonistas desses momentos históricos, sendo suas ideias vitoriosas ou não nos processos revolucionários que vivenciaram e na condução da ordem econômica, social e política deles decorrentes ou ainda projetadas para processos posteriores.

Como já foi mencionada, a teoria absolutista do Estado de Thomas Hobbes (1588-1679), representava o ponto de vista aristocrático, que se opunha às

¹⁵⁷ Naquele mesmo momento da primeira revolução inglesa, a burguesia mercantil e financeira dos Países Baixos vencia a guerra de independência contra a Espanha e se unificaria para formar um fortíssimo Estado, cujas Companhias de Comércio das Índias Ocidentais e Orientais lançaram-se ao mar em busca de colônias e entrepostos comerciais em todo o mundo. A República da Holanda, que na verdade consistiu numa monarquia constitucional, tornaria-se a nação capitalista mais avançada no século XVII, superada pela Inglaterra no século seguinte.

transformações econômicas e sociais impulsionadas pela burguesia inglesa em 1640¹⁵⁸.

Do lado contrário, a teoria liberal do Estado de Locke, que participou ativamente da “Revolução Gloriosa”, de 1688, assumiu a luta pelos direitos civis e políticos individuais contra o poder dos monarcas, inscritos na “Declaração dos Direitos”, de 1689, imposta ao rei da Inglaterra, condensando, pela primeira vez, as conquistas políticas, com repercussões jurídicas e institucionais e as rupturas ideológicas.¹⁵⁹ Seus dois “Tratados sobre o Governo Civil” justificaram o processo revolucionário burguês. O primeiro “Tratado” que condensa sua teorização social e política foi publicado um ano depois da referida declaração, em 1690 (LOCKE, 2002).

Destacando outro aspecto no sentido mais estrutural, dos fundamentos econômicos das duas fases desse processo revolucionário, que toca na questão da propriedade da terra e das vias de desenvolvimento capitalista da agricultura, Hubermann (1980) se refere às transformações no campo e cidades, a partir do século XVI, na Inglaterra e em toda a Europa.

O autor enfatizou dois processos para “arrancar mais dinheiro” das terras: a alterações do sistema de arrendamento e o fechamento das terras. No primeiro caso gradualmente vinham sendo eliminados os direitos hereditários aos contratos de arrendamento, que passavam a ter prazo fixo, além de ter seu valor aumentado a cada renovação ou serem arbitrariamente cancelados.

No segundo caso, para aumentar a criação de ovelhas, para produzir a lã demandada pela multiplicação das manufaturas têxteis, que se instalavam no campo na primeira metade do século XVII e depois nas cidades, incrementava-se o cercamento das terras comunais, inviabilizando para muitos camponeses as condições objetivas de sua reprodução social; ao desistirem do arrendamento tornavam-se assalariados agrícolas nos cultivos comerciais ou nas manufaturas:

¹⁵⁸ Hobbes manifestava aversão à democracia; ao referir-se a Tucídides, na Guerra do Peloponeso afirmava que “um rei é mais capaz que uma república”. Devido à defesa explícita que fazia da realeza e temendo reações dos partidários da revolução liberal que se armava na Inglaterra, sua obra “O Leviatã - Matéria, Forma, e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil” foi escrito no exílio voluntário em Paris onde servia a corte inglesa também exilada, publicada em Londres, em 1651 um ano antes de sua volta ao país (MONTEIRO, 2000, p.6).

¹⁵⁹ As rupturas ideológicas com a Igreja católica, desde o renascimento foram a da razão, das ciências contra as explicações teológicas e da ética com a nova moral religiosa apregoada pela reforma protestante removendo obstáculos católicos (condenação da usura) para a livre iniciativa em busca de lucro.

Para os camponeses que haviam sido prejudicados com o fechamento das terras, essa difusão da indústria pelo campo foi uma oportunidade de aumentar de alguns *xelins* a sua reduzida renda. Muitos, que de outra forma teriam deixado a aldeia, puderam permanecer nela porque o mercador lhes trazia trabalho. (HUBERMAN, 1980, 122-123).

Hubermann, ressaltando a composição e a luta de classes de maneira ampla, afirmou que tanto a revolução puritana de 1640, quanto a revolução gloriosa de 1688/89 são partes de um mesmo processo revolucionário liberal burguês. Todavia enquanto a primeira foi resultante da aliança da pequena burguesia com as massas populares e certas frações burguesas, resultou numa proposta republicana, a segunda assinalou o acordo da grande burguesia com a aristocracia, recuando e perpetuando a monarquia.

No aspecto que interessa ressaltar nesta Tese da participação ativa das classes populares, especialmente dos camponeses nos processos revolucionários e os direitos que efetivamente conquistaram, nos mesmos, a “direção econômica burguesa” assumida pela revolução, apesar de ser conduzida por um representante da pequena burguesia rural, acima mencionada explica por que:

[...] os escavadores do movimento proletário rural que pretendiam tomar terras do Estado, da nobreza e do clero anglicano, foram dizimados. Liquidado o movimento mais democrático dentro da Revolução inglesa, os menos favorecidos ficaram sem esperanças e aderiram a movimentos religiosos radicais, como os “*ranters*” e os “*seekers*”. (ARRUDA; PILLETI, 1995, p.177, grifos nossos).

Não é sem importância lembrar aqui que a burguesia inglesa no segundo momento da sua revolução não teve que assumir nenhum compromisso com segmentos populares, notadamente os camponeses que tinham sido derrotados em 1648, juntamente com o próprio governo de Cromwell, conduzido ao poder com sua participação direta, inclusive na luta armada. Não houve registros históricos de participação popular (e particularmente camponesa) na fase da revolução tipicamente burguesa. Huberman recorda:

[...] na Inglaterra a vitória [de 1689] foi conquistada por uma decisão e não com luta. Parece que na Inglaterra comércio e nascimento se conheciam bem e se entendiam melhor do que nos outros países. A burguesia inglesa pôde tornar-se uma aristocracia rural, e a

aristocracia rural dedicou-se aos negócios sem se preocupar muito com o preconceito de “estar acima destas coisas.” (HUBERMAN, 1980, p.163-164).

No entanto, do ponto de vista econômico houve continuidade entre os dois momentos revolucionários, na medida em que não detiveram, ao contrário impulsionaram o processo de transformação dos antigos contratos agrários na Inglaterra apesar de suas profundas diferenças em termos da composição das classes que delas fizeram parte (HUBERMANN, 1980).

As mais avançadas legislações liberais sobre o tema da propriedade foram geradas, no calor dos acontecimentos históricos, quando a burguesia inglesa, ilustrada, defensora da razão, alcançou o poder político de forma definitiva. A favor dos novos acontecimentos a teoria de Locke é apresentada como representante do pensamento liberal vitorioso. Para ele em continuidade com a Idade Média, a propriedade moderna (posses e bens), é objeto de herança, mas, diferentemente do poder político feudal medieval, deve ter uma origem democrática, parlamentar e ser renovável, evoluindo da Monarquia absolutista para a constitucional.

A grande questão que Gruppi (1980) coloca, e é retomada aqui, é que, se a propriedade é uma liberdade e um direito humano natural que garante plena igualdade entre todos os homens, pressupõe-se que todo povo tenha uma propriedade e se o direito natural é fundante do direito civil (leis positivas) na sociedade política moderna, exige-se que todo o povo tenha acesso à propriedade.

A partir desta questão e desta posição foi examinada a contribuição de Locke não apenas para o debate filosófico sobre as relações entre a sociedade civil e o Estado, mas também se e como suas ideias influenciaram os desdobramentos históricos da revolução gloriosa, quando a burguesia definia o rumo do desenvolvimento capitalista da agricultura inglesa, reproduzindo no campo teórico o embate político interno à segunda fase da revolução burguesa.

Para Locke o governo deveria aumentar as terras e seu bom aproveitamento e garantir com leis justas e sábias a liberdade, proteção e estímulo à indústria honesta dos homens (à produção na agricultura e manufatura) exemplificada pelo pão, vinho e roupas, porque o trabalho é o alicerce para o direito de posse e não “a ambição dos agressores e altercadores” (que a disputam), que não deveriam se beneficiar dos esforços de outrem. Menciona a pressão exercida sobre as áreas comuns ainda protegidas pelo direito natural e pelas leis do país:

É verdade que **em terras comuns**, na Inglaterra ou em qualquer outro país onde há muita gente organizada, que dispõe de dinheiro e comércio, **ninguém pode cercar qualquer parte do terreno ou dele apropriar-se sem o consentimento de todos os membros da comunidade: convencionou-se deixar esse terreno em comum, isto é, conforme as leis do país, que não se podem violar**. E embora seja comum em relação a um grupo, não o é para todos, mas **constitui propriedade conjunta do país ou da paróquia**. (LOCKE, 2002, p.41, grifos nossos).

O princípio que se conhece atualmente como função social da terra (sua ocupação produtiva como condição para a manutenção do direito de posse/propriedade) é deduzido do direito natural, quando “[...] apesar de cercada, a terra for considerada como abandonada a posse pode ser passada a terceiro” (LOCKE, 2002, p.44). O filósofo referiu-se explicitamente ao surgimento da grande propriedade no contexto da mercantilização da terra:

A mesma regra sobre a propriedade, isto é, que todo homem deva possuir tanto quanto possa utilizar, valeria ainda no mundo de hoje, sem prejuízo para ninguém, uma vez que existe terra bastante para o dobro de habitantes se a invenção do dinheiro e o tácito acordo dos homens que atribuiu valor monetário à terra, não tivessem consentido à existência de maiores posses e do direito à elas; e como isso ocorreu terei ocasião de mostrar mais detidamente a seguir. (LOCKE, 2002, p.43).

O homem começou a aplicar o próprio trabalho para obter mais do que pudesse utilizar, incrementando a produção de excedentes a ser trocada na economia mercantil e monetária. Antes afirmara que diferentes graus de operosidade do trabalho davam aos homens posses em proporções diferentes, assim também a invenção do dinheiro deu-lhes oportunidade de continuar a ampliá-las. Para Locke existiu a “idade do ouro”, na fase inicial do estado civil que aperfeiçoou o estado de natureza, mas reconhecia que no seu contexto histórico, na Inglaterra, “a vã ambição e o amor próprio” da sociedade desencadeava o “desejo criminoso de possuir”, a “maligna cobiça” que corrompeu o espírito dos homens em um verdadeiro equívoco de poder e da honra em função da “ambição e luxo”. Ele admitia que, tanto o dinheiro quanto o comércio estavam revertendo o tamanho razoável, pressuposto do direito natural da propriedade de todos.

Hoje, todavia, **a propriedade** diz respeito principalmente não aos frutos da terra e aos animais que a habitam, mas **à terra em si**

mesma, que tudo abrange e suporta, e parece-me evidente que também nesse caso a propriedade se adquire como nos casos anteriores. **A extensão de terra que um homem lavra, planta, melhora, cultiva e de cujos produtos desfruta, constitui a sua propriedade.** Pelo trabalho, digamos, destaca-a do que é comum. Nem anulará esse direito afirmar que qualquer outro teria igual direito a essa extensão de terra, **não sendo, pois, legítimo àquele apropriar-se ou fechá-la sem o consentimento dos demais membros da comunidade.** Tanto Deus como a própria razão lhes ordenava dominar a terra, isto é, melhorá-la para benefício da vida e fecundá-la com algo que lhe pertencesse, o próprio trabalho. Aquele que obedecendo a esta injunção divina, dominou, lavrou e semeou parte da terra, agregou-lhe com isso algo que era seu, a que ninguém mais tinha direito, nem podia, sem causar dano, tirar dele. (LOCKE, 2002, p.40, grifos nossos)¹⁶⁰.

A atividade agrícola, voltada de início para o atendimento das necessidades humanas tornou-se gradualmente mercantil e o aumento da população e da riqueza estimulados pelo uso do dinheiro, provocou certa escassez e valorização da terra. Surgiram leis que regulamentaram as propriedades individuais que o trabalho e a indústria tinham começado a definir, pressionando as áreas comunitárias e desrespeitando o direito natural:

E as alianças que mais tarde foram assentes entre vários Estados e reinos, **condenando, abertamente ou não, qualquer direito ou reivindicação à posse da terra por parte de terceiros**, abandonaram de comum acordo, as pretensões ao direito natural comum que tinham na origem a esses territórios; e assim por tais acordos assertivos, **estabeleceram entre si a propriedade, em parcelas distintas da terra.** (LOCKE, 2002, p.48, grifos nossos).

Em que pese o processo de cercamento das áreas comuns, ainda existiam no final do século XVII no território inglês extensas áreas de terras comunitárias, cujos habitantes compartilhavam o seu uso entre os que moravam no local, mas isso raramente acontecia nas regiões onde os homens concordavam com o uso do dinheiro. Locke analisou a concentração fundiária como consequência do processo econômico (aumento da produção) na medida em que houve maior investimento de capital na terra e a validação imediata desse processo no plano jurídico pelas novas leis positivas:

¹⁶⁰ A referência vaga ao “fechamento” das terras se tornará uma desaprovação explícita do processo de cercamento das terras comuns dos camponeses da Inglaterra no século XVII, na obra escrita no calor do acontecimento revolucionário do final do mesmo, pode ser interpretada como fundamentação de propostas para o partido burgues progressista no Parlamento inglês a serem implementadas pelo Estado constitucional em formação.

Uma vez que o ouro e a prata têm pouca utilidade para a vida humana se comparados com o alimento, vestuário e transporte, sendo seu valor apenas consensual entre os homens enquanto é o trabalho que dá em grande parte a medida das coisas, **é evidente que os homens concordaram com a posse desigual e assimétrica da terra**, tendo descoberto, pela **aceitação tácita e espontânea, a maneira de alguém possuir licitamente mais terra** do que aquela cujo produto pode utilizar, recebendo em troca, pelo excesso de produto ouro e prata que pode guardar sem causar dano aos outros, uma vez que esses metais não se deterioram nem se estragam. Os homens viabilizaram tal **divisão desigual de posses** à margem da sociedade sem precisar de acordos especiais, atribuindo valor ao ouro e à prata e concordando tacitamente sobre o uso do dinheiro; **e havendo governos, as leis regulam o direito de propriedade, e constituições positivas determinam a posse da terra.** (LOCKE, 2002, p.50, grifos nossos).

Ele explicita na citação a grande exploração mercantil e sua face jurídica a grande propriedade e reconhece que o direito natural - a igualdade e liberdade (de todos) - sucumbe ao novo direito positivo que legaliza a desigualdade da propriedade, criada, em grande parte pelo cercamento das terras comunais. Encerra o capítulo sobre a propriedade com uma volta ao estado de natureza (nostalgia) inverso da situação que presencia e critica, representando a vertente do pensamento liberal que procurou compatibilizar-se com os princípios jusnaturalistas¹⁶¹, mas diferencia os “ofensores” ou “criminosos” no estado natural, quanto os “agressores” e “altercadores” no estado civil, identificando-os com “a gente organizada que dispõe de dinheiro e comércio”, adjetivando-os como desonestos e usurpadores da propriedade de outros, conforme o direito natural.

Locke não se acomoda de maneira fatalista ao processo de transformação que se desenrola, que se choca com o parâmetro da igualdade, presente no direito natural, por isso condena as tendências geradoras de desigualdades claramente percebidas, ainda que sutilmente. Suas ideias influenciaram fortemente a democracia liberal inglesa, o que não quer dizer que todas as suas ideias foram assumidas, pelo novo governo inglês do qual participou.

Conforme Arruda e Pilleti (1995) a nova ordem na Inglaterra com base na implantação do projeto burguês apoiado no liberalismo econômico e político, incrementou a concentração fundiária. Prevaleceu exclusivamente o interesse econômico sobre o social na concepção de desenvolvimento no país que assumia o

¹⁶¹ Locke avançava em relação à situação e ideias políticas anteriores (absolutas), quanto no método de abordagem da realidade, que, apesar de declarar-se empirista, não escapa ao mecanicismo abstrato, ao tratar do homem em geral.

comando desse processo em nível mundial e a liderança política na criação de um Estado democrático formal que não tinha qualquer relação do aspecto jurídico-político com a equidade social, como sinônimo de igualdade, gerando uma crise do jusnaturalismo naquele país. A propriedade privada como direito civil tomaria sentido oposto ao seu significado no direito natural, passando a ser utilizado para garantir e legitimar a grande propriedade burguesa.

Se a liberdade juntamente com a igualdade, permaneceu em algum discurso na Inglaterra foi apenas como figura de retórica:

[...] em 1694 formou-se o tripé fundamental para o desenvolvimento do país [...]: o Parlamento, o Tesouro e o Banco da Inglaterra. Abriram-se as condições para o avanço econômico que resultaria na Revolução Industrial. De um lado uma **revolução na agricultura através dos cercamentos que beneficiou a gentry**. De outro a expansão comercial e marítima garantida pelos Atos de Navegação, que atendiam aos interesses da burguesia mercantil. Assim se fez a Revolução Gloriosa, que assinalou a ascensão da burguesia ao controle total do Estado. (ARRUDA; PILLETI, 1995, p.177, grifos nossos).

Huberman (1980) destacou que a velha ideia de que a terra era importante em relação ao total de trabalho sobre ela executado desapareceu quando a revolução dos preços tornou o dinheiro mais importante do que os homens e a terra tornou-se fonte de renda, em decorrência do desenvolvimento do comércio e indústria.

As pessoas haviam aprendido a tratá-la como tratam a propriedade em geral – tornou-se brinquedo de especuladores que compravam e vendiam pela oportunidade de fazer dinheiro. **O movimento de fechamento das terras** provocou muito sofrimento, mas ampliou as possibilidades de melhorar a agricultura. E quando a indústria capitalista teve necessidade de trabalhadores, encontrou parte da mão de obra entre esses infelizes desprovidos de terra, que haviam passado a ter apenas a sua capacidade de trabalho para ganhar a vida. (HUBERMAN, 1980, p.118, grifos nossos).

Apesar de ter sido derrotado no próprio contexto revolucionário inglês do qual fez parte a importância de se analisar o pensamento de Locke no estudo da propriedade privada da terra se deve ao fato destacado por Gruppi (1980) e Martins e Monteiro (1997) acerca dos seus dois “Tratados sobre o Governo Civil” de que ele exerceu a mais profunda influência sobre o pensamento ocidental e sobre as

democracias liberais resultantes dos acontecimentos revolucionários do século seguinte em contextos profundamente distintos da Inglaterra do seu tempo, cujos documentos balizadores retomaram os princípios jusnaturalistas:

No século XVIII, os iluministas franceses foram buscar em suas obras as principais ideias responsáveis pela **revolução francesa**. Montesquieu (1689-1755) inspirou-se em Locke para formular a teoria da separação dos três poderes. A mesma influência encontra-se nos pensadores americanos que colaboraram para a **declaração da independência americana** em 1776. (MARTINS; MONTEIRO, 1997, p.17, grifos nossos).

Locke em 1690 fez referência ao processo de ocupação do território americano comparativamente ao que ocorria na Inglaterra do seu tempo: de início, onde não existia algo duradouro e raro de bastante valor para que se guarde (o dinheiro), como na América, os homens não tinham estímulo para ampliar as próprias posses de terras; foi o uso do dinheiro duradouro e não perecível que os homens puderam guardar, pelo qual por convenção podia-se trocar pelos produtos vitais, verdadeiramente úteis, mas perecíveis, logo o veremos a ampliar suas posses.

Ele reafirma várias vezes a relação direta entre cultivar a terra e ter domínio sobre ela que introduziu a propriedade privada, cujo tamanho é delimitado pela quantidade de trabalho e de necessidades da vida, negando que algum trabalho pudesse apropriar-se ou dominar tudo; e, por conseguinte, ser impossível qualquer homem usurpar o direito de outro, limitando todas as posses a proporções moderadas, como ocorria na Espanha e na América às vésperas da independência das treze colônias.

A valorização dos direitos do homem estava presente em textos importantes dos acontecimentos revolucionários do século XVIII. As filosofias de Locke e de Rousseau serviram de modelo para a teoria liberal do Estado constitucional americano, que assumiu a forma de governo de uma república federativa das treze ex-colônias inglesas que criava a possibilidade de estender a alternância no poder já existente no Parlamento (legislativo) na longa experiência constitucional inglesa, também para o executivo, não mais governado por uma dinastia hereditária, mas por um dos cidadãos (um presidente), mediante o voto em períodos pré-definidos e de

existir, em alguns estados, uma Justiça autônoma, como terceiro poder (PEREIRA, 2001).

Gruppi (1980) caracteriza a República Federativa dos Estados Unidos da América como experiência política estável, relacionada ao fato da sociedade ser relativamente homogênea, diretamente relacionada com a forma como se procedeu a distribuição da terra no processo de ocupação e povoamento americano na costa leste, quando menciona que a ocupação colonial inglesa na primeira metade do século XVII¹⁶² foi marcada pelo apossamento de terra transformado em pequena propriedade privada e ao *self governmen*; não sem antes, a maioria dos colonos, de origem inglesa (protestantes exilados) ter sido submetida a mecanismos de retenção da sua força de trabalho por vários anos¹⁶³.

Arruda e Pilleti (1995) completam que o governo inglês estimulou a ocupação das terras das suas colônias rumo ao oeste, para combater as pretensões francesas e espanholas, reconhecendo as posses livres até 1763 (marco do fim do domínio da França no centro e norte do território). O direcionamento da metrópole com relação ao processo de povoamento se alteraria a partir da proclamação Régia que demarcou as terras, além dos “Aleghanis” como reserva indígena, e, no ano seguinte, completou a política de contenção do pioneirismo com o “Ato de Quebec” pelo qual o seu governador passaria a controlar grande parte das terras do centro-oeste.

Essas novas leis inviabilizaram a estratégia adotada pelos pioneiros de ir avançando sobre terras virgens, vendendo as posses anteriores. Os grandes proprietários sulistas, endividados com os comerciantes importadores e exportadores da Inglaterra, também dependiam da possibilidade de ocupação de novas terras. Tais medidas, longe de visar a proteção dos povos nativos, mostravam a intenção da Coroa britânica de controlar e lucrar com o mercado de terras nas colônias quando elas estavam valorizadas.

O processo de separação das treze colônias americanas da metrópole inglesa definiria novo marco legal para a apropriação fundiária em função dos interesses dos

¹⁶² Apesar do continente americano ter sido descoberto em 1492 e das primeiras tentativas de colonização inglesa da América do Norte se darem a partir de 1584, a colonização como um processo contínuo só se iniciaria no início do século XVII tendo a Virgínia como berço, portanto na independência o povo contava com menos de dois séculos de história colonial.

¹⁶³ Os colonos trabalharam para as Companhias de Comércio ou para os proprietários de terras, durante 4 a 7 anos, para pagar a passagem e manutenção, findo o qual receberam 20 hectares; “colonização sistemática” que Marx analisou em 1867, livro I, capítulo XXV (1980).

próprios colonos. A longa luta pela independência descrita por Maior (1972) e por Arruda e Pilleti (1995) se deu durante dois anos em duas frentes simultâneas entre 1775 e 1777: a militar¹⁶⁴, liderada por George Washington (1732-1799) e a frente política, destacando-se que nos dois Congressos continentais revolucionários de Filadélfia e nos congressos em cada colônia foi sendo construído o novo arcabouço jurídico que criaria a nova nação: o primeiro congresso de 1774 elaborou a “Declaração de Direitos dos Colonos”,¹⁶⁵ com a conclusão dos trabalhos do segundo congresso revolucionário iniciado em 1775, os delegados de todos os territórios proclamaram em 04 de julho de 1776, a criação da confederação e da união perpétua dos treze estados “independentes e iguais a que lhe dão direito as leis naturais e a Natureza de Deus” que abre a “Declaração de Independência” elaborada por Thomas Jefferson (1743-1826), Benjamim Franklin (1706-1790) e Samuel Adams (1722-1803)¹⁶⁶.

Entre as colônias, a de Virgínia havia saído na frente com uma explícita “Declaração do Povo de Bem”, declarando-se independente e também elaborou a primeira constituição estadual, antecedendo a federal¹⁶⁷, seguida pela Pensilvânia e Nova York em 1776 e as duas últimas colônias em 1791, dois anos após a eleição de George Washington como o primeiro presidente.

A constituição americana sofreu algumas modificações com o tempo, uma das quais, em 1791, ficou conhecida como *Bill of Rights* (Lei dos Direitos), de espírito liberal e democrático que serviria de modelo mais tarde para as constituições das repúblicas latino-americanas, no aspecto político formal.

¹⁶⁴ Na guerra declarada em 1775, as milícias revolucionárias adotaram a tática de guerrilhas derrotando em 1777, com apoio da França e Espanha, o exército regular inglês (profissional), apesar da superioridade técnica de seus armamentos.

¹⁶⁵ Contra as Leis intoleráveis inglesas que aumentavam a carga tributária e impunham restrições à autonomia no comércio colonial nos triângulos comerciais (colônias-metrópole; colônias-Antilhas).

¹⁶⁶ O Tratado de Versalhes, em 1783 reconheceu a independência dos Estados Unidos da América com fronteiras nos grande lagos e nos vales férteis do Mississipi, com uma população concentrada na costa atlântica “[...] com algumas ‘pontas’ que avançavam para o interior, seguindo os vales e cursos dos principais rios [...]” (CIVITAS, 1972, p.757), sendo o norte e as planícies centrais consideradas regiões de vazio demográfico, do ponto de vista do colono branco, embora aí se concentrassem inúmeras tribos indígenas, dentre elas os legendários Sioux (CIVITAS, 1972, p. 745).

¹⁶⁷ De Virgínia saíram os protagonistas em postos-chaves na construção do poder nacional que se constituía: Jefferson participou da elaboração da Constituição Federal, com Washington, Franklin, além de James Madison e Alexander Hamilton, que representavam as duas grandes forças econômico-sociais e políticas que construíam o projeto de futuro da República americana (MAIOR, 1972). Esta colônia capitalizou as negociações da primeira fase de extensão das fronteiras americanas para o centro-oeste, triplicando seu território.

Fasso (2004) afirmou que prevaleceu o espírito genuinamente jusnaturalista, refletindo as influências do pensamento de Locke¹⁶⁸ e Rousseau, nas ideias sobre a propriedade presentes na declaração de independência e na constituição do estado da Virgínia, passadas para o plano nacional. Na sua análise do direito de propriedade Pisón (1998, p. 70-71) resgatou o primeiro artigo da referida “Declaração de Virgínia”, onde se afirma: “todos os homens são, por natureza, igualmente livres e independentes, e têm certos direitos inerentes de tal forma que, quando se organizam em sociedade, não podem eles nem seus descendentes ser despojados nem privados por nenhuma espécie de contrato [...]”. O texto jurídico-político estabelecia explicitamente a propriedade como um dos direitos naturais e universais que cabia a todos os colonos, estabelecida em função do trabalho produtivo, portanto deveriam ter dimensão necessária para garantir a subsistência e produção de excedentes como garantia da sua liberdade individual, independência e bem estar.

No debate posterior entre liberdades positivas ou negativas do indivíduo em relação ao Estado, ficava patente que a propriedade privada era uma liberdade positiva que exigia do novo governo apoio material (os meios de adquirí-la). Embora fosse rico agricultor e senhor de escravos, como estadista, Jefferson, defendia a emancipação dos negros e a democratização da propriedade, duas propostas intimamente ligadas; a política de ocupação de terras nos estados do norte e centro-oeste (Virgínia) gerou uma estrutura fundiária predominantemente de pequenas propriedades, existindo também médias propriedades, base da policultura e manufatura que, de forma articulada, alavancaram seu desenvolvimento econômico e social.

No século XIX a colonização avançou desbravando terras virgens, sendo a população ainda escassa em relação ao imenso território conquistado. A população rural seria majoritária até 1920 (CIVITA, 1972. p.759-760)¹⁶⁹.

Atrás dos pioneiros, de barretes de peles, de gestos rudes, e espírito aventureiro, surgiu uma burguesia arrojada e individualista que se estabelecia nas cidades, construía casas ao invés de cabanas,

¹⁶⁸ Martins e Monteiro (1997) registraram a influência do pensamento liberal de Locke na constituição da Carolina do Norte

¹⁶⁹ Civita (1972) calcula em 1790, que a população urbana (que vivia em núcleos com mais de 2.500 habitantes) correspondia apenas a 5% de toda a população do país sem dar números absolutos. Celestino Sousa (1911) estimou a população dos Estados Unidos no final do século XVIII entre 2,2 a 4 milhões de habitantes.

fundava colégios e erguia igrejas. Esses dois grupos tinham um desejo comum: **queriam terra. Os pioneiros para seguirem avante e lavrá-la e os burgueses para comerciarem e especularem.** (MAIOR, 1972, p.372, grifos nossos).

No entanto pelos desdobramentos históricos observados *a posteriori*, se porventura os manifestos políticos e textos jurídicos que inauguraram os estados americanos se assemelharam, os do norte/centro e do sul deram interpretações distintas ao direito natural de propriedade, sendo que estes últimos mantiveram intocada a grande propriedade mercantil exportadora (de algodão, tabaco e anil) e o trabalho escravo, por quase um século até a guerra de secessão de 1860, quando foi abolido¹⁷⁰.

Partindo-se do pressuposto que o elemento jurídico-político está subordinado ao processo histórico real - econômico e social, foi investigada também a França para se compreender como o direito de propriedade da terra foi concebido na mais famosa revolução burguesa, que inaugurou a Idade Contemporânea, com base em Celestino de Sousa (1911), que fez uma compilação histórica das obras de autores franceses dentre eles Michelet e Victor Hugo, reconhecidos personagens da revolução francesa.

Sousa (1911) estimou que no final do século XVIII a França (com 25 milhões de habitantes) era muitas vezes mais populosa que a recente nação americana (com 2,2 a 4 milhões), mas a diferença mais fundamental é que, enquanto a última, situada no Novo Mundo constituía-se enquanto sociedade civil e política a partir de um modelo liberal de colonização adotado por sua metrópole (que realizara internamente sua revolução burguesa um século antes), a primeira, situada no velho continente europeu, é uma nação típica do antigo regime, tanto em termos econômico-sociais, presa ao feudalismo agrário, com bem menor desenvolvimento manufatureiro e industrial que a Inglaterra, como em termos políticos com uma das mais poderosas monarquias absolutistas existentes no mundo de então.

Partindo de situações sócio-históricas tão distintas os dois processos revolucionários contemporâneos – americano e francês - não se desenvolveram paralelamente, mas tiveram relações diretas entre si (com a participação francesa na

¹⁷⁰ Vladimir I. Lênin, em seu “Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América”, escrito em 1915 (1980), também afirmaria que o arrendamento, no sentido europeu era “civilizado”, “capitalista”, e foi uma das formas de contrato agrário, adotada nas ex *plantations* algodoeiras escravistas, após a abolição da escravidão como desdobramento da vitória do norte na guerra de Secessão na década de sessenta do século XIX.

guerra de independência americana) e seus protagonistas nos dois lados do Atlântico, nutriam afinidades ideológicas com o iluminismo e liberalismo, compartilhando as mesmas fontes teóricas e reforçando-se mutuamente através de contatos políticos diretos e pessoais: o

jusnaturalismo balizou o arcabouço jurídico-político das duas experiências históricas marcantes com relação à situação da terra, “símbolo de poder e prestígio” em ambas, apesar das diferenças: no caso americano, o território era constituído por terra virgem e pública (o Estado colonizador inglês não reconhecia os territórios dos povos nativos), oferecida aos colonos europeus para ser desbravada; como estímulo para viverem nas colônias além-mar (além das perseguições religiosas). No segundo caso o território francês não tinha mais terras públicas disponíveis, por isso a disputa pela terra entre as classes sociais envolvia, necessariamente, a transferência da propriedade privada (sua redistribuição).

Sousa (1911) apresenta o quadro econômico, social e político da França, na segunda metade do século XVIII, quando ainda não se faziam recenseamentos, dividindo a população de 25 milhões de franceses em 600.000 privilegiados e mais de 24 milhões de não privilegiados. No entanto a sociedade estamental no país dividia-se em três estados do ponto de vista social e político (com representação no Parlamento): clero¹⁷¹, nobreza¹⁷² e burguesia.¹⁷³

Representada também pelo terceiro estado (parlamentares burgueses) a grande massa da nação ou povo composta dos artífices¹⁷⁴ e, por fim, os mais de 21 milhões de pessoas que viviam do trabalho rural: operários agrícolas (colonos

¹⁷¹ o primeiro estado composto por 130.000 pessoas - o clero (alto, regular e baixo secular ou paroquial) cujas propriedades das ordens religiosas ocupavam $\frac{1}{4}$ do território francês e seus rendimentos provinham do dízimo de todos os produtos e direitos feudais das mesmas.

¹⁷² O segundo estado com 140.000 pessoas – nobreza: de espada ou de sangue, dos fidalgos com títulos, subdivididos entre a alta nobreza da corte ou de toga ou de funções que ocupava cargos hereditários na estrutura do Estado, recrutada na alta burguesia e numerosa pequena nobreza ou de província, cujas propriedades abarcaram $\frac{3}{4}$ do território francês.

¹⁷³ Por fim, o terceiro estado representava mais de 95% da população, no qual a burguesia, componente da classe média superior, com 250.000 pessoas: as classes educadas/ilustradas dos indivíduos de profissões liberais ou providos de empregos, que não exerciam nenhum ofício mecânico (escritores, doutores, professores, advogados, juízes, notários, escrivães, procuradores e funcionários) e as classes abastadas: a gente de finanças, desde banqueiros até recebedores de contribuições, fabricantes e grandes negociantes/mercadores), que quase não possuíam terras e enriqueceram com o comércio do século XVIII e empréstimos ao Estado, e cultivavam o desejo de reforma política e social.

¹⁷⁴ Os artífices (patrões e operários livres), não ultrapassavam dois milhões e meio de pessoas ocupadas num mister manual, agrupadas nas velhas corporações de artes e ofícios, vivendo em pequenas aldeias e cidades, sobretudo em Paris e agrupadas nas velhas corporações de artes e ofícios. A fraca proporção de 1/10 da população total era decorrente do incipiente desenvolvimento industrial.

contratados ao ano a preço do vestuário, habitação e alimentação e jornaleiros pagos diariamente), sem cálculo do seu montante e camponeses: um milhão tinham a posse da terra, mas ainda estavam sujeitos à condição de servos, no sentido absoluto, acumulando obrigações aos senhores feudais, ao Estado e à igreja (em produto e em trabalho), “eram os mais desgraçados”.

A imensa maioria era composta dos milhões de rendeiros, que pelo direito de uso do solo, partilhava com os proprietários os produtos da cultura (parceria). Entre os camponeses que haviam adquirido a propriedade do solo (pequenos proprietários) apenas 500.000 a fruía em “pleno senhorio” (o que não os liberava do pagamento de pesados tributos diretos e indiretos ao rei e o dízimo da produção como obrigação religiosa).

Referindo-se à pesadíssima carga tributária sobre o campesinato francês, Sousa (1911, p. 31-32) retoma uma citação do cardeal Richelieu, em 1630 “[...] o camponês era a besta de carga do Estado [...]”, que ele considerava válida para a situação de 1789. No período pré-revolucionário resgata os cálculos de Turgot (ministro das finanças) sobre a carga tributária que pesava sobre os camponeses “[...] se tivesse 100 francos de rendimento líquido, era despojado de 75 francos ou de $\frac{3}{4}$ partes do seu rendimento, pelo rei, cura e senhor feudal.”

Huberman (1980) também enfatizou a questão tributária como o elemento desencadeador do processo revolucionário embora suas causas profundas estivessem no “*ancien regime*” e mencionou que Turgot tentara em vão em 1776 por em prática algumas reformas do sistema fiscal, taxando as classes privilegiadas, para evitar tributar ainda mais as classes produtoras, coerente com sua visão fisiocrata; mas sem vencer a resistência do clero e da nobreza, demitiu-se. Resgata a situação do camponês francês, retratada pelo liberal Alexis de Tocqueville, corroborando a informação anterior de que nem todos os pagamentos e serviços feudais haviam desaparecido mesmo para a grande massa camponesa livre, que detinha a propriedade de cerca de um terço das terras do país e pagava impostos ao estado, dízimos ao clero e taxas à nobreza o que ainda representava uma carga de 80% dos seus ganhos. Dessa forma o sistema feudal ao aprisionar a propriedade privada, extorquia a renda absoluta da terra, de praticamente todos os camponeses, que nela imprimiam seu trabalho, variando apenas a intensidade da exploração. Qualquer ano de má colheita os deixava à beira da fome.

Arruda e Pileti (1995) completam esse quadro enfocando as cidades, após um tratado com a Inglaterra, no qual a principiante indústria francesa perdia a concorrência para os manufaturados ingleses que entravam livremente no país e as finanças públicas estavam em crise: centenas de milhares de mendigos vagavam famintos, meio bandidos. Dos 650.000 habitantes de Paris, 400.000 representavam o povo, dos quais 120.000 eram indigentes.

O descontentamento era geral, conforme Sousa (1911)¹⁷⁵. Em 1784 o rei convocaria a Assembleia dos Notáveis - nobres e clérigos, tentando em vão convencê-los a abdicarem dos privilégios de isenção tributária, gerando revoltas em algumas províncias. Como último recurso para equilibrar as finanças restava ao monarca convocar em 1789 a Assembleia dos Estados Gerais, que não se reunia desde 1614 (há 173 anos !). O rei visava repassar os indispensáveis encargos tributários ao terceiro estado, confiando na maioria formal da nobreza e do clero na tradicional votação em bloco “por ordem ou estados” das bancadas parlamentares.

Havia revoltas no campo pelas péssimas colheitas decorrentes da seca e inverno rigoroso, de 1788, que diminuíram a produção de alimentos instalando-se a penúria e fome no campo, e aumento de seus preços na cidade, onde também eclodiam descontentamentos.

Foram convocadas eleições para os deputados, nas várias partes do país entre fevereiro e maio de 1789, com fraudes e manobras. De acordo com a tradição dos Estados Gerais, os delegados eram eleitos por paróquias e reunidos por baillados para eleger os deputados e apresentar os “cadernos exposições dos queixumes e aspirações”, de cada ordem ou das três reunidas (SOUSA, 1911). Os 50 mil cadernos obrigatoriamente recolhidos pelos delegados, na grande maioria denunciavam a “escravização” pelos direitos feudais e reivindicam a abolição de todas as servidões que pesavam sobre o povo e sobre a terra como questão urgente.

Sousa (1911) ressaltou o protagonismo dos parlamentares do terceiro estado¹⁷⁶, quando os acontecimentos se precipitaram e cada dia poderia implicar em

¹⁷⁵ Para Sousa (1911), por mais de uma década, o Estado não encontrava solução para a avultada dívida nacional, agravada pelos gastos militares da França na guerra de independência americana até 1783, e as tentativas de recuperação econômica de seus ministros Calonne, Malesherbes e Necker não surtiem efeito.

¹⁷⁶ Os panfletos dos candidatos do terceiro estado em Paris atacavam os erros do Antigo Regime e agitavam o povo. Porém nos referidos cadernos (mecanismo institucionalizado que canalizava o descontentamento) as queixas moderadas apontavam para soluções graduais e a conservação da

mudanças drásticas da conjuntura e reconheceu também o protagonismo popular quando afirma “o seu êxito deve-se ao povo de Paris, que interviu duas vezes - em 8 e em 13 e 14 de julho”. No primeiro momento a “intervenção do povo de Paris salvou a assembleia e garantiu o triunfo da revolução” (SOUSA, 1911, p. 46) referindo-se às milícias populares que armazavam armas e preparavam barricadas¹⁷⁷.

No segundo momento a burguesia forneceu a liderança, enquanto os outros grupos realmente lutaram: o povo se fazia presente nas sessões da assembleia através da pequena representação parlamentar, ou participando diretamente, amontoados e aos gritos, exercendo pressão; nas barricadas nas ruas de Paris, e depois tomando a Bastilha. Marat, porta voz da classe trabalhadora mais pobre teria afirmado que a plebe, os infelizes (as camadas mais baixas da sociedade, os trabalhadores, artesãos, pequenos comerciantes, camponeses) abria caminho por sobre todos os obstáculos pela força do número e fazia a revolução (HUBERMAN, 1980, p.162).

Pereira (2001) afirmou que os textos de Locke inspiraram “o princípio da igualdade jurídica” dos revolucionários franceses¹⁷⁸. Todavia essa concepção não era consensual no debate parlamentar. Huberman (1980) resgatou a interpretação particular (invertida) de C.D. Hanzen, representante da elite parlamentar sobre o direito natural e a justiça, ao definir que o objetivo da justiça era preservar os direitos de propriedade e os direitos da pessoa “oriundos das prerrogativas de nascimento e posição” dos vários estados da monarquia francesa: o clero tinha funções relacionadas com a instrução e o culto; os nobres a defesa do Estado e conselhos ao Rei e a classe mais baixa os tributos, a indústria e serviço corporal; abolir essas distinções significava “derrubar toda a constituição francesa”. Por isso opunha-se a uma igualdade de deveres que destruía “as distinções necessárias”, que levaria à desordem como “resultado inevitável da igualdade”.

Outra concepção, liberal democrática, de Rousseau, que defendia a liberdade, indissociável da igualdade e da soberania da sociedade, também

nobreza “com seus direitos, honras e preeminências”; nada que sugerisse “uma revolução violenta” (SOUSA, 1911).

¹⁷⁷ A primeira data refere-se à instalação da Assembleia Nacional Constituinte, num clima de grande instabilidade, por um lado com a ameaça de prisões de deputados e dissolução da mesma, e, por outro lado, a exigência de parlamentares de retirada das tropas reais próximas de Versalhes, como condição para iniciarem os trabalhos constituintes.

¹⁷⁸ Pereira, em 2001 afirmou que Locke também influenciou “o princípio da igualdade jurídica” dos reformadores do sistema político alemão e austríaco (século XIX).

influenciou o processo revolucionário fortalecendo as forças populares na medida em que abria espaço para esses segmentos sociais pudessem fundamentar suas reivindicações de acesso à propriedade, a depender da correlação de forças internas aos processos revolucionários.

Quando se referiu ao “homem como lobo do homem”, como afirmou Rousseau, Hobbes não descreveu a condição natural dos homens, mas os homens do seu tempo, maus, depravados; referindo-se à luta e a crueldade que caracterizaram o surgimento da burguesia e a formação do mercado, como também admitia Locke (GRUPPI, 1980).

O pensamento rousseauiano enfatizava que ao invés de ter conduzido à felicidade da espécie humana (razão pública), a dominância da razão particular e do amor próprio resultou numa impressionante desproporção entre essas coisas: os lucros de uns encontram-se no prejuízo dos semelhantes e a prosperidade de uns particulares se assenta na perda de outros (envolvendo multidões nas calamidades públicas: doenças, mortalidade, guerra, fome), para assegurar a própria impunidade.

Rousseau refere-se indiretamente ao processo de concentração fundiária em toda a Europa, mas vai ser suficientemente claro quando afirma que “a riqueza suscita a ambição, a concorrência, a rivalidade de interesses, a herança e a dominação universal.” A desigualdade das fortunas gerou o uso e abuso das riquezas entre poderosos e os mais miseráveis “fazendo de suas forças ou de suas necessidades uma espécie de direito ao bem alheio” - as usurpações dos ricos, as extorsões dos pobres, as paixões desenfreadas de todos os homens avaros, ambiciosos e maus “abafando a piedade natural e a voz ainda fraca da justiça”: opondo o “direito natural do primeiro ocupante” ao “direito do mais forte” na sociedade nascente, instaurando o estado de guerra (ROUSSEAU, 1997, p.98).

Numa visão ampla sobre o papel da agricultura no desenvolvimento econômico das Nações e as consequências para os camponeses, o filósofo afirma:

É fácil ver que, por sua natureza, a agricultura deverá ser a menos lucrativa de todas as artes, pois sendo seus produtos, quanto ao uso, os mais indispensáveis para todos os homens, deverá o seu preço ser proporcional às posses de todos os pobres [...]. Tais são as causas visíveis de todas as misérias a que a opulência acaba por lançar as nações mais admiradas. À medida que a indústria e as artes se estendem e florescem o cultivador desprezado sobrecarregado de impostos necessários à manutenção do luxo e condenado a passar uma vida de trabalho

e fome, abandona seus campos para ir procurar nas cidades o pão que deveria levar para lá. Quanto mais as capitais enchem de admiração os olhos estúpidos do povo, tanto mais se deveria sofrer vendo os **campos abandonados**, as **terras incultas** e as estradas inundadas de infelizes cidadãos, transformados em mendigos ou ladrões e destinados a um dia acabarem a sua miséria no suplicio ou num monturo. É assim que o Estado enriquecendo por um lado se enfraquece e se despoeva por outro. (ROUSSEAU, 1997, p. 131, grifos nossos).

O filósofo francês admitia que o estado de natureza não pudesse subsistir eterna e imutavelmente, diante das tendências ao aperfeiçoamento do homem natural, “mas não era necessário que se desenvolvesse numa direção determinada”. A via que a humanidade tomou, resulta na realidade, de fatos contingentes, ao acaso e ao sabor do arbítrio, mas poderia e deveria ter sido dirigida durante seu desenvolvimento; desse modo o bem teria sido conservado, na passagem para o estado social. Ele se afasta do iluminismo que defende “uma lei natural” (fatalismo conformista), ao invés disso “defende o critério ético acima de todos os valores e só o crê realizável por uma ação voluntária” (ROUSSEAU, 1997, p. 44).

A desigualdade moral, que reina entre os povos policiados autorizada unicamente pelo direito positivo, é contrária ao direito natural, para o qual não é legítima. É manifestamente contra a lei da natureza “[...] um punhado de pessoas regurgitar superfluidades enquanto a uma multidão faminta a falta o necessário” (ROUSSEAU, 1997, p.116). Onde cessa o vigor das leis e da autoridade de seus defensores não pode existir segurança ou liberdade para ninguém. Os homens não podem renunciar a esses bens essenciais da sua condição natural, dentre eles a terra de todos pelo trabalho – base da igualdade; é por causa dela que o homem selvagem conhece o repouso e a liberdade. Sua severa crítica ao antigo regime prediz e invoca a revolução:

Se o governo usurpa a soberania (do povo) rompe o pacto social e todos os simples e cidadãos são postos por direito em sua liberdade natural; deveria o povo, que paga por todas as faltas do chefe, ter o direito de renunciar à dependência [...] Com o último grau da desigualdade - o despotismo, as noções do bem e os princípios de justiça desfalecem então tudo se governa unicamente pela lei do mais forte. **A rebelião que finalmente degola ou destrona um sultão é um ato tão jurídico, quanto àqueles pelos quais ele, na véspera, dispunha das vidas e dos bens de seus súditos.** Só a força o mantinha, **só a força o derruba**; todas as coisas se passam assim segundo a ordem natural e seja qual for o resultado dessas

revoluções breves e frequentes ninguém pode lamentar-se da injustiça de outrem [...] o rei é um criminoso punível. (ROUSSEAU, 1997, p.108 – 113, grifos nossos).

Sua mais violenta acusação é à desigualdade de acesso à riqueza. Acreditando na possibilidade de regeneração da sociedade pervertida anuncia o “novo contrato social”. Sem romper com a ideia de igualdade diante da lei, defendendo a igualdade jurídica a articulou com a igualdade. O “homem só poderá ser livre se for igual”. Sendo quase nula a desigualdade no estado de natureza deve sua força e seu desenvolvimento a nossas faculdades e aos progressos do espírito humano, tornando-se afinal estável e legítima graças ao estabelecimento da propriedade e das leis, a liberdade civil é a transposição da liberdade natural ao estado social.

Para tentar compreender o desfecho da revolução francesa com relação à propriedade da terra, é preciso lembrar que o enfrentamento da poderosa elite feudal, só foi possível à burguesia mobilizando sob a direção do terceiro estado - a ampla maioria dos segmentos populares que agitavam as cidades, mas também faziam explodir a violência no campo. Foram essas forças sociais e políticas as mais influenciadas pelo pensamento de Rousseau. O fundamento jurídico-político da luta camponesa continuou a ser a propriedade privada da terra no direito natural, condicionado pelo trabalho.

Sousa (1911, p. 52-53) e Arruda e Pilleti (1995, p.188) apresentam registros históricos da participação da massa camponesa no processo revolucionário, aproveitando a conjuntura para saltar os castelos e as mansões senhoriais “se apoderarem dos pergaminhos em que vinham consignados os rendosos direitos feudais e os rasgarem e queimarem”; “invadem cartórios e queimam títulos de propriedade”, para destruir o jugo feudal.

Essas formas de luta radicais e incontroláveis precipitaram o processo de transformação social. Em 04 de agosto de 1789, a Assembleia Nacional Constituinte¹⁷⁹ se reúne “para por cobro aos motins que agitavam toda a França” os deputados aprovam a abolição dos direitos feudais.

¹⁷⁹ Na Assembleia Nacional francesa os aristocratas sentavam-se à direita e a burguesia democrática junto aos representantes da pequena burguesia e de segmentos populares (*sans culotes*) à esquerda. É possível que tal posição física dos deputados correlacionada ao posicionamento político das bancadas tivesse relação com a longínqua tradição das instituições romanas, como o Senado que se reunia no Fórum e, após as oratórias sobre os assuntos propostos pelo presidente, “procediam a votação da seguinte maneira: os senadores favoráveis a determinada questão

Em 26 de agosto de 1789 a assembleia nacional aprovou a famosa “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, de inspiração iluminista, estabelecendo um contrato social, conforme Locke e Rousseau. Quando o rei recusou-se a aprovar a declaração a massa parisiense se revoltou novamente, nas jornadas de outubro, invadindo o Palácio de Versalhes.

Procurando extrair do processo revolucionário geral, as consequências sobre o direito de propriedade Pison (1998), analisa o documento, resgatando seu artigo primeiro “todos os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”; o segundo explicitando os direitos naturais e imprescritíveis fundantes de toda associação política: a liberdade, a igualdade perante a lei, a inviolabilidade da propriedade e o direito de resistir à opressão; e no artigo dezessete encontrou ainda sutis restrições à propriedade.

As obrigações devidas pelos camponeses ao rei e à Igreja foram suprimidas, mas, na medida em que a propriedade da terra na mão da aristocracia latifundiária permanecia intacta, os camponeses deveriam continuar a pagar aos senhores pelo direito de usar a terra (a renda - produto e a renda – trabalho se transformou em renda em dinheiro). Dessa forma o fim do feudalismo não transformou os camponeses servos em pequenos proprietários livres, mas em arrendatários, ou seja, de fato não democratizou a propriedade da terra. Entretanto dado à decisão tomada vinte e dois dias antes (ao abolir a servidão feudal) o sentido geral da afirmativa não se referia ao direito de propriedade universal (para todos), como ocorria no processo de construção dos Estados Unidos da América, a partir dos estados progressistas (do norte).

A correlação interna de forças na primeira fase da revolução francesa tinha mantido o latifúndio intacto, apenas coibindo os abusos dos senhores feudais, em termos de cobranças de obrigações aos camponeses, para desonerar a produção, fazendo prevalecer as ideias defendidas pelos fisiocratas franceses – Mercier de la Riviere em 1767, que Turgot vinha tentando implementar mais de uma década antes: a inviolabilidade da propriedade privada, particularmente da terra; a liberdade se traduzia no direito do indivíduo fazer de sua propriedade o que melhor lhe agradasse, desde que não prejudicasse a outros.

passavam para a direita e os que pensavam de maneira diferente iam para a esquerda” (MAIOR, 1972, p.166).

Atrás da argumentação a favor do comércio livre estava a convicção de que o agricultor devia ter permissão para produzir o que quisesse, para vender onde desejasse, a liberdade completa era essencial ao gozo dos direitos de propriedade. A propriedade da terra a que os fisiocratas se referiam era a propriedade privada de grandes, médios e pequenos proprietários livres e independentes que, aliviados de impostos devidos ao governo e à igreja e outros tributos e taxas de passagem (alfândegas internas) aos senhores feudais, podiam investir tais recursos para incrementar a produção (HUBERMAN, 1980)¹⁸⁰.

Porém para a ampla maioria de pequenos camponeses, entendia-se que o arrendamento (reconhecimento legal do trabalho que faz a terra produzir) garantia-lhes liberdade equivalente à de um proprietário, enquanto durasse o contrato. O arrendamento era uma possibilidade de participação do pequeno camponês no desenvolvimento capitalista da agricultura, dentro do projeto burguês, cujos governos ajudavam a incrementar, tanto na Inglaterra, quanto na França, sendo que na ilha era um mecanismo residual, diante do avanço do processo de cercamento dos campos, que formava modernos latifúndios com operários agrícolas, enquanto no continente atingia milhões de camponeses (a maioria absoluta da população).

Com consequência direta no direito de propriedade, em agosto de 1790, a Assembleia Nacional Constituinte aprovou a Constituição Civil do Clero, declarando confiscadas as extensas propriedades eclesiásticas (para servirem de lastro para a emissão dos “*assignats*”, Bônus do Estado ou papel moeda), tornando os padres funcionários do Estado. As províncias reconstituíram-se por um ato de associação voluntária na federação, em 14 de julho daquele ano e a nova organização resultante da revolução foi regulada pela Constituição de 1791, convertendo a França em uma Monarquia Liberal (constitucional), com separação de poderes conforme pregara Montesquieu (1689-1755). Abolido o feudalismo e privilégios feudais, nacionalizados os bens eclesiásticos e suprimidas as antigas ordens, proclamava-se a igualdade civil¹⁸¹ e descentralizava-se a administração.

¹⁸⁰ Os fisiocratas questionavam o excesso de regulamentação e impostos do Estado sobre os produtores, quando na França era proibido exportar cereais e transportá-los de uma parte a outra do país, sem pagar impostos, defendendo que não poderia haver grande abundância de produção sem grande liberdade. É de Gournay a famosa frase do liberalismo econômico “*Laissez – faire e laissez passe*” (deixar fazer e deixar passar) retomada por Adam Smith.

¹⁸¹ Ainda só seria eleitor quem tivesse um mínimo de riqueza e foi mantida a escravidão nas colônias

Durante o curso da revolução a burguesia teve oportunidades para enriquecer e fortalecer-se: especulou com as terras tomadas da Igreja e da nobreza e amontoou fortunas imensas através de contratos fraudulentos com o exército. Marat, um dos porta-vozes da classe trabalhadora denunciava antes de 1793 “[...] o que as classes superiores ocultam é que a Revolução acabou beneficiando somente os donos de terras, os advogados e os chicaneiros.” (HUBERMAN, 1980, p.162).

Continuava instável a correlação de forças que conduzia as transformações no antigo regime na França, diante da contrarrevolução dos exércitos de Estados absolutistas vizinhos – Áustria e Prússia - que vinham em socorro da nobreza e do rei francês, por uma questão de “[...] comum interesse de todos os soberanos europeus.” (MAIOR, 1972, p. 328)¹⁸².

Internamente se dava a disputa dos rumos da revolução, dentro e fora do Parlamento entre as frações burguesas – alta burguesia ou pequeno-burguesa, com a participação de segmentos populares organizados (clubes e partidos), e, mesmo das multidões¹⁸³, o que se refletiu nas distintas fases nas quais se desdobraria a Revolução: a proclamação da República pela Convenção Nacional. No ano I da República, em janeiro de 1793 o rei foi guilhotinado.

Pela nova constituição daquele ano, os 750 deputados escolhiam a mesa dirigente com funções executivas (República parlamentarista),¹⁸⁴ foi instituído o sufrágio universal masculino. Foram eleitos, jacobinos e montanheses, e promulgadas leis econômicas e sociais que ampliaram seu caráter popular; dentre elas, as que afetavam o direito de propriedade da terra estabelecido, porém, não no sentido da democratização desse direito em favor dos camponeses.

Diante da ameaça externa (aliança de países liberais burgueses, como a Holanda e a Inglaterra com o Sacro-Império monarquista absolutista) a Convenção criou instituições de exceção, que inauguraram a fase conhecida como “Terror” - de junho 1793 a julho de 1794, pela Montanha (Robespierre), pelos indulgentes que

¹⁸² Tudo o que acontecia na França tinha repercussões na Holanda, Bélgica, Suíça, Itália, Inglaterra, Irlanda, Alemanha e Áustria, aguçando ideias e estratégias revolucionárias e contrarrevolucionárias. A prisão do rei em fuga suspeito de traição (em julho de 1791) que aguardava julgamento e a vitória militar das tropas francesas, fazendo recuar o exército invasor (setembro de 1792) justificaram a radicalização do processo político.

¹⁸³ Quando os prussianos atravessaram as fronteiras francesas, a massa parisiense liderada por Danton e Marat invadiu as prisões chacinando monarquistas no “massacre de setembro” (MAIOR, 1972).

¹⁸⁴ A república parlamentar concretizava para uma grande nação a assembleia teorizada por Rousseau sem separação de poderes entre legislativo e executivo.

cobravam o fim das perseguições (Danton) e pelos extremistas radicais que defendiam mais violência (Herbert). Com essa última força Robespierre se afinou, eliminando toda a oposição (incluindo ex aliados Danton e Herbert), terror que se voltou contra ele próprio, guilhotinado junto com Saint Just, quando alta burguesia (girondinos) retomou o controle da Convenção¹⁸⁵ e fechou os clubes jacobinos, espalhados pelo país. Sousa (1911) comenta sobre os objetivos no novo movimento jacobino:

Alguns **dos iguais**, em particular o seu chefe **Graccho Babeuf** queriam completar a revolução política com **uma revolução social**. Queriam **suprimir a propriedade individual, que a Convenção proclamara inviolável e sagrada**. “**A terra, diziam eles não pertence a ninguém; os seus frutos pertencem a todos**”. Era a primeira aparição em política da doutrina socialista, chamada comunismo ou coletivismo. (SOUSA, 1911, p.149, grifos nossos).

Os projetos precursores do coletivismo infundiram grande temor nos proprietários territoriais (realistas) maioria no corpo eleitoral “[...] obcecados por lembranças da história romana e pelo espectro das leis agrárias” (SOUSA, 1911, p.149). Os clubes jacobinos foram reabertos e defenderam a bandeira do sufrágio universal, também obtendo expressiva vitória eleitoral de seus deputados, em 1798. Houve tentativas de golpe à direita e à esquerda nos anos seguintes.

A alta burguesia representada no diretório e principais ministérios e pela maioria do conselho dos anciãos, temendo a radicalidade popular deu a presidência do conselho dos quinhentos ao irmão de Napoleão abrindo caminho ao golpe de estado de 1799; sem ver incompatibilidade entre as ideias liberais e a força explícita do general-imperador.

Mesmo com esse desfecho autoritário, ao fazer um balanço final da obra da revolução os autores franceses, compilados por Sousa (1911), alguns deles protagonistas, outros contemporâneos, política, ideológica e emocionalmente envolvidos, resgataram o discurso filosófico de Locke, Rousseau e outros jusnaturalistas nas conquistas da revolução à sociedade e ao conhecimento: razão, livre câmbio, liberdade mercantil e concorrência, liberdade política, igualdade jurídica perante a lei, justiça nacional. Todavia na confrontação entre discurso filosófico,

185 A partir da chamada reação termidoriana, em agosto do mesmo ano, a nova constituição criou uma assembleia dividida em duas câmaras – o conselho dos Quinhentos e o dos anciãos, que elegiam o Diretório, que em nome da ordem e da moderação, revogou as “leis de sangue”.

religioso, científico e história, percebeu-se que toda referência geral e universal ao homem é autocentrada, é versão ideologizada do interesse específico de classe burguesa que se faz geral, do dominante que se quer fazer hegemônico e soa do ponto de vista das camadas populares, como afirmou Marat, como hipócrita.

A estrutura fundiária da França, depois da revolução ficou assim dividida: 1/3 do território tomado pelos antigos latifúndios feudais, mesmo com o fim do Feudalismo como Modo de Produção (que definia as relações econômicas, sociais, políticas) permaneceram nas mãos dos antigos proprietários que embora a servidão feudal tivesse sido abolida, continuaram a extrair a renda absoluta da terra de camponeses, transformada em arrendamento em dinheiro (forma capitalista). Parte dessas grandes propriedades foi gradualmente comprada pela burguesia agrária. Os 1/3 que representavam as terras das antigas ordens religiosas foram confiscadas pelo Estado e as terras nacionalizadas foram passadas para a alta burguesia em duas diversas frações, além da pequena burguesia agricultura que se fortaleceu. Por fim a grande massa camponesa livre que detinha 1/3 das terras do país (pequena propriedade) conseguiu conservá-la, saindo também fortalecida (HUBERMANN, 1980).

Apesar das duas revoluções proclamarem o reconhecimento solene do direito natural jusnaturalista, de apropriação pelo trabalho dos bens da natureza, sobretudo a revolução francesa tornou o que é “comum” em um “bem particular”. Começa a haver uma distorção do seu sentido original na questão do direito de propriedade da terra, no qual todos teriam direito. Mantém-se em parte o compromisso com a ocupação produtiva da terra, mas agora de um ponto de vista empresarial a custa do trabalho e outrem, porque a terra torna-se mercadoria. O compromisso político com a redistribuição da terra, com o livre acesso avançou no máximo até o arrendamento depois das revoluções burguesas liberais e democráticas mais avançadas até o século XVIII: na Inglaterra, no sul dos EUA, na França. A possibilidade de apropriação privada da terra pelo trabalho por todos os produtores livres e independentes, como preconizava o direito natural é inviabilizada.

SEÇÃO 4

A PROPRIEDADE PRIVADA NO DIREITO LIBERAL BURGUEÊS *VERSUS* A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA NO DEBATE CONTEMPORÂNEO

T.H Marshall (1967) afirma que, nos velhos tempos, os direitos, posteriormente identificados separadamente como “civis”, “políticos” ou “sociais” eram fundidos num só, como também as instituições e as próprias funções do Estado (assembleia legislativa, conselho governamental e tribunal de justiça).

O Estado Moderno, em Hobbes e Locke representava a segurança e a redução da incerteza social que permitia o desfrute do direito de propriedade, e através deste, o exercício da liberdade individual por meio dos direitos civis - relacionados com a vida, a autonomia e propriedade da pessoa: contra a tortura, prisões injustificadas, perda de liberdade e perda dos bens sem julgamento e pela defesa da liberdade de expressão, de informação e de imprensa, que implicaram cada vez mais em liberdades negativas contra o arbítrio do Estado, onde e enquanto vingou o poder parlamentar burguês, no período de luta entre o velho e o novo regime (Pisón, 1998).

Na experiência histórica da Grã Bretanha, tanto os direitos civis quanto os políticos foram sendo conquistados gradualmente, embora nas duas etapas da revolução burguesa tenham sido consolidados, acrescidos ou generalizados, até alcançar a forma liberal de Estado, que se diferenciava do Estado absolutista (POLANYI, 2003, p.26). Mesmo no início do século XIX ainda “[...] não havia distinção entre poder político e econômico, entre objetivos econômicos e políticos por parte do governo.”

Todavia Marshall (1967) ressalta uma diferença entre o alcance dos direitos civis e políticos: enquanto a cidadania civil era universal (afirmação que precisa ser relativizada pelo exemplo flagrante do direito de propriedade), a cidadania política não conferia um direito, mas reconhecia uma capacidade (econômica) para praticar tais atos, legalmente permitidos. Na verdade, não se tratava, nesse último caso, da criação de novos direitos, mas da extensão de velhos direitos políticos a novos sujeitos sociais, fruto de lutas sociais: o direito de participar no exercício do poder político, como eleitor ou como um dos membros de um organismo investido da autoridade política, tanto do Parlamento, quanto dos conselhos do governo local.

Embora Marshall em sua proposta geracional (evolutiva linear) dos direitos, não se referisse mais a qualquer mudança nos direitos civis no século XIX, enfatiza-se aqui a consolidação do novo sentido ao direito de propriedade, tendo a França como centro irradiador, exemplar na multiplicidade de significados que esse direito assumiu dentro do próprio processo revolucionário a depender do ponto de vista de

classe de quem o propôs (aristocracia e clero feudal, alta burguesia, pequena burguesia ou forças populares). A grande Revolução proclamou a república, contudo foi o Império napoleônico que garantiu a “direção capitalista”.

O direito natural de propriedade privada ainda constituía-se enquanto valor da nova ordem social anunciada nas revoluções liberais, todavia como Rousseau advertira, o conteúdo do direito de propriedade estava se transformando, de um direito sagrado, natural e universal, intrinsecamente ligado ao trabalho, num direito individual de aquisição por compra até, por fim, restringir-se à cidadania burguesa como direito de garantia dos grandes proprietários em oposição ao trabalho (explorando-o), ao alcançar fundamentos teóricos e jurídicos como direito civil (leis positivas).

O processo de desenvolvimento capitalista no campo se deu a partir da expropriação camponesas e a concentração fundiária que estabeleceu a grande propriedade burguesa, denominado “via clássica inglesa” e “via prussiana”, sendo ressaltado como exceção a “via americana”¹⁸⁶.

O novo conteúdo da propriedade privada (da terra) como direito civil fundamental foi legitimado por certa interpretação do jusnaturalismo e pelo alinhamento ideológico do liberalismo político às ideias da economia política liberal clássica.

Esse processo materializou no campo jurídico e político a derrota histórica da corrente liberal democrática e das forças sociais populares, quando a classe burguesa (ex-aliada como força revolucionária dirigente) chegou ao poder, a partir de pactos pelo alto com a aristocracia latifundiária, em sucessivos exemplos históricos.

4.1 A Concepção Individualista da Propriedade no Direito Civil Positivo Legitimado pela Filosofia Política, submetida ao Liberalismo Econômico

¹⁸⁶ A “via americana” de desenvolvimento capitalista da agricultura refere-se ao processo de democratização da terra que acompanhou a ocupação do imenso território virgem pelos pioneiros, no norte e na expansão para o oeste, abstraindo-se as “*plantations*” escravistas do sul. No entanto a Nação independente não reproduziria esse modelo em sua expansão imperialista para o México onde seus grupos econômicos e o governo fez alianças com latifundiários promovendo a expropriação dos “*ejidos*” camponeses e enorme concentração fundiária no início do século XX ou em Cuba, onde empresas americanas dominavam as grandes “*plantations*” de cana de açúcar e tabaco, até 1961.

O caráter individualista da filosofia, ou ideologia, segundo Pisón (1998, p.25) apoiou inicialmente os movimentos políticos do século XVIII, nos quais a burguesia como classe social economicamente forte, mas alijada do poder político reivindicava direitos civis e políticos individuais (vida, segurança, liberdade e propriedade). Da mesma forma Mezzomo (2005) afirmou que a filosofia iluminista retoma os valores individuais do direito de propriedade.

O liberalismo político começa a se materializar com as revoluções liberais do século XVIII, sobretudo após a grande Revolução Francesa, que inaugurou a Idade Contemporânea, e marca a realização do Estado Liberal de Direito encarnado na Monarquia Constitucional da Grã Bretanha, e na República na França, embora não tenha se sustentado no século XIX (PISON, 1998). Acrescenta-se a construção da experiência republicana no Novo Mundo após a independência das colônias inglesas na América do Norte, com base nas ideias filosóficas (econômicas, sociais e políticas) mais avançadas da época: inglesas, de Locke e francesas, de Montesquieu e Rousseau; cuidadosamente, adaptadas às condições e aos interesses americanos, mantendo-se o direito natural como referência para o arcabouço jurídico-institucional da nação recém-formada.

A definição de Estado liberal, adotada por Pisón (1998) baseada em Diaz, em “Estado de Direito e Sociedade Democrática”, de 1986, toma como exemplo a revolução francesa (tratada como um todo, sem distinguir suas fases internas), ao referir-se a um Estado de Direito onde impera a lei como expressão da vontade geral; a organização política obedece ao princípio de divisão de poderes; a administração está submetida ao princípio de legalidade através de sistemas de controle e responsabilidade que assegure seu funcionamento conforme o direito; e os direitos fundamentais da pessoa humana (civis e políticos individuais) são garantidos.

Entretanto, como visto na seção anterior, o processo revolucionário francês (tratado como um modelo) teve intensas disputas internas, foi instável, radical e violento, onde os próprios direitos civis elementares foram suspensos vez por outra. O protagonismo principal, dirigente, foi da Assembleia (cuja composição de forças se alterava a cada fase do processo revolucionário) sustentada, nas ruas e campos pelas forças populares. Os parlamentares franceses levaram apenas uma década para criar uma nova institucionalidade, o que os parlamentares e juízes da ilha

britânica tinham feito em séculos.¹⁸⁷ Segundo Pisón (1998) o século XIX foi o século do Estado Liberal-burguês, inspirado nos princípios da revolução francesa. Caracterizou-se como um Estado passivo, que não deveria intervir na vida econômica, nem nos fluxos de mercado, que reconheceu apenas certos direitos e liberdades.¹⁸⁸

Apesar dos valores democráticos de liberdade, igualdade, e fraternidade/solidariedade constituírem um ideal difundido por toda a Europa, alcançando e inspirando movimentos políticos em várias partes do mundo, como na América Latina, essas revoluções burguesas resultaram, numa nova ordem social desigual, que não extinguiu a grande propriedade privada, nem mesmo de forma absoluta o latifúndio feudal, embora a abolição da servidão o tenha enfraquecido.

Felix E. Oppenheim (2004, p. 661) demarcou a oposição filosófica entre idealismo/racionalismo e naturalismo/empirismo/positivismo que passaria ao plano do direito no embate entre duas escolas meta-éticas da Justiça: a cognitivista e a não cognitivista. A primeira escola, cognitivista, racionalista, defendia a justiça substancial, uma lei superior justa relacionada com o direito e dever moral. Oppenheim retoma Platão ao tratar a Justiça como sinônimo de virtude, em sua “República”: “[...] estamos buscando a Justiça, que é um bem muito mais precioso do que muitas barras de ouro [...]”, e Aristóteles em sua “Ética”: “[...] completa virtude e como excelência no verdadeiro sentido da palavra”, embora estivesse mais interessado em considerar o tipo de Justiça “que é parte da virtude”, no sentido mais restrito e comum que articula o justo, com o moralmente bom e vice e versa. O

¹⁸⁷ Na longa tradição parlamentar inglesa que conviveu com os déspotas, o Direito Consuetudinário do Reino, fundado no direito natural tinha, desde 1614, expresso uma repugnância aos monopólios (no mundo do trabalho – as corporações de ofícios); era elástico, permitindo aos juízes aplicá-lo, levando em conta as mudanças gradativas das circunstâncias em favor do bom senso; e para confrontar leis escritas circunstanciais de algum monarca, lançavam mão do direito natural, que oferecia certezas. Por isso para Fasso (2004) o Direito Consuetudinário serviu de modelo para sucessivas reformas legislativas, enfrentando a crise da vida jurídica fundada no direito “comum” (direito romano sistematizado por Justiniano, modificado, ao longo do tempo por infindáveis normas praticamente impossíveis de serem conhecidas). Marshall (1967) também afirma que a criação dos tribunais de justiça teve papel decisivo na mudança de atitude com relação ao novo princípio da liberdade individual.

¹⁸⁸ Essa afirmativa, central no discurso do liberalismo econômico, é relativizada por Marx, em 1867 (1980), na sua crítica da economia política clássica, demonstrando historicamente que a “mão invisível do mercado”, é, na verdade, o Estado burguês, que sempre acionou diversos mecanismos da chamada “acumulação primitiva do capital” (escravidão moderna, colonialismo direto, saques, guerras, retenção de mão de obra na colonização sistemática, leis expropriadoras do campesinato e disciplinadoras da força de trabalho fabril, políticas sociais de manutenção do exército industrial de reserva, dívida pública, tributação, política monetária e cambial, protecionismo etc), para garantir as condições de funcionamento perfeito das leis econômicas propriamente ditas da acumulação capitalista (reprodução ampliada do capital).

discurso dos movimentos políticos revolucionários na Idade Moderna retomava do jusnaturalismo os direitos naturais, direitos humanos, que passaram a ser defendidos pela Escola de Direito Natural Racionalista para a composição dos direitos civis.

Continua Oppenheim que a segunda escola ética da justiça, não cognitivista, de fundamento positivista, reunia os defensores da justiça formal. O princípio da legalidade ou da justiça formal estabelece que seja legítimo, e, portanto, justo, o que o Poder Legislativo define como tal, isto é, o que existe em certo sistema preexistente de lei positiva (a norma exige, permite ou proíbe). A lei positiva não pode ser desobedecida pelos cidadãos e exclui a arbitrariedade no seu julgamento, exigindo a previsão das decisões judiciais e imparcialidade dos juízes, “governo de leis, não de homens”. A norma jurídica submete a Justiça e a moralidade, exigindo reciprocidade.

Os adeptos dessa última escola também retomam a “Ética”, de Aristóteles, afirmando que lá já estava presente que “aquele que viola a lei é injusto”. No “Dicionário de Economia” de Paulo Sandroni (1985), e nos verbetes escritos por Giuliano Pontara e por Guido Fasso, no “Dicionário de Política” organizado por Bobbio et al (2004, p.1275) a escola não cognitivista foi identificada com o pensamento utilitarista, que, teve como precursores na antiguidade clássica os sofistas gregos.

Retomando Oppenheim (2004) entre os defensores da escola não cognitivista na época moderna, Hobbes, no século XVII teria admitido se falar em lei “justa”, apenas se fosse sinônimo de “legal”, da mesma forma relacionando “injusto” com “ilegal”. Essa escola se tornaria hegemônica a partir do século XVIII e David Hume (1711-1776) no seu “Tratado da Natureza Humana”, de 1739, seria seu representante clássico; também mencionado por Sandroni (1985), Pontara (2004) e Fasso (2004).

Hume relacionava a origem dos problemas relativos à justiça com as comunidades, apontando dois motivos essenciais: os homens estão interessados em si mesmos e os bens são escassos.

É apenas no **egoísmo** e na **limitada generosidade dos homens** – juntamente com os **escassos recursos** que a natureza colocou à disposição para suas necessidades – que a **justiça** tem suas origens [...] Aumentai a bondade dos homens ou a abundância da natureza

em grau suficiente e tereis tornado inútil a Justiça, substituindo-a com virtudes mais nobres e com bênçãos mais preciosas. (OPPENHEIM, 2004, p.662, grifos nossos).

Para Fasso (2004), houve uma ascensão inicial do jusnaturalismo na passagem do século XVII ao XIX, apoiado pela primeira escola cognitivista do direito, racionalista, sendo cogitada sua incorporação pelo direito civil positivo:

[...] o **jusnaturalismo** com sua teoria de um **direito absoluto e universalmente válido**, porque ditado pela **razão**, era capaz de fornecer as bases doutrinárias para uma **reforma racional da legislação**. Parecia que o problema da reforma consistia em **converter em normas positivas as normas do direito natural**, que se haviam de pôr em prática de uma vez para sempre. Foi este o propósito das **codificações** que tiveram lugar (destacamos a **prussiana e a francesa** pela sua particular importância) entre o fim do século XVIII e inícios do XIX, embora, na realidade, os codificadores levassem em conta, **além do direito natural, o direito vigente**, buscando dar a este uma sistematização racional que o aproximasse do modelo jusnaturalista. (FASSO, 2004, p.659, grifos nossos).

Todavia, segundo o mesmo autor a posição relevante alcançada pelo jusnaturalismo do início dos oitocentos seria frustrada por duas circunstâncias: primeiramente quando, transposto o direito racional para o código Napoleônico,

de 1804, não se admitia outro direito senão este, fazendo triunfar o princípio de que todos os problemas encontrariam solução dentro do ordenamento jurídico do Estado, e não se poderia recorrer ao direito natural nem em caso de lacuna da lei, característico do positivismo jurídico. Em segundo lugar, com o surgimento do historicismo que, embora racionalista, diferenciava-se do direito natural absoluto e universal, por ser intrinsecamente relativista.

Com relação ao direito de propriedade a proclamação de Napoleão Bonaparte no “Dezoito de Brumário” é elucidativa: “[...] o conselho dos anciãos chamou-me; acudi ao chamamento. Um projeto de restauração geral fora consertado entre os homens, em quem a não costuma ver os defensores da liberdade, da igualdade e da propriedade” (SOUSA, 1911, p.156, grifo nosso), por substituir a fraternidade das palavras chave da revolução francesa pela propriedade. No direito de propriedade privada que seria generalizado pelo Código Napoleônico, o adjetivo “privado” passou a significar “privilégio” de poucos. Segundo Mezzomo (2005, p.2) o Diploma Civil

Francês, inspirado no modelo romano-canônico refletiu uma concepção absoluta de propriedade.

Destinava-se evidentemente **a proteger a propriedade – não a feudal, mas a burguesa**. O Código tem cerca de 2000 artigos, dos quais apenas 7 tratam do trabalho e **cerca de 800 da propriedade privada** [...] foi feito pela burguesia para a burguesia [...] **foi feito pelos donos da propriedade para a proteção da propriedade**. Quando o fumo da batalha se dissipou, viu-se que a burguesia conquistara o direito de comprar e vender o que lhe agradasse, como, quando e onde quisesse. O feudalismo estava morto. E morto, não só na França, mas em todos os países conquistados pelo exército de Napoleão. Este levou consigo o mercado livre (e os princípios do Código Napoleônico) em suas marchas vitoriosas. Não é de surpreender que fosse bem recebido pela burguesia das nações conquistadas! Nesses países a servidão foi abolida, as obrigações e pagamentos feudais eliminados e **o direito dos camponeses proprietários, dos comerciantes e industriais** de comprar e vender sem restrições regulamentos ou contenções, se estabeleceu definitivamente. (HUBERMAN, 1980, p.162-163, grifos nossos).

No mesmo sentido Maior (1972) afirma que o código de Napoleão foi respeitado como a “obra de um segundo Justiniano”, vigorando por mais de um século na França e na Bélgica e influenciando a elaboração dos sistemas legais da Alemanha, Itália, Suíça, Japão e Brasil nos séculos XIX e XX.

Dessa forma ocorria uma mudança das normas jurídicas com a regulamentação da vida individual transformada em tema de direito público, como afirmou Pereira (2001), em decorrência das mudanças das relações na nova sociedade de livre mercado, no início do processo da industrialização e urbanização no continente europeu (segunda revolução industrial) que se seguiu à inglesa e a consolidação desta.

Os direitos humanos professados pelo liberalismo político foram conformando a cidadania. Marshall (1967) afirmou que a cidadania no início dos oitocentos ainda se baseava num conjunto de ideais, crenças e valores implícitos de igualdade, cuja evolução na Inglaterra e demais países europeus se deu *pari passu* com o desenvolvimento do capitalismo, que é um sistema não de igualdade, mas de desigualdade, expressa nas classes sociais, cujas diferenças “[...] emergem da combinação de uma variedade de fatores relacionados com as instituições da propriedade e educação e a estrutura da economia nacional” (MARSHALL, 1967, p.77).

As concepções sobre a cidadania gradualmente foram se amoldando às ideias dominantes do liberalismo econômico clássico inaugurado por Adam Smith. Huberman (1980, p. 197), retoma da obra de Smith, de 1776, uma de suas afirmativas sobre a propriedade que ainda se relacionava diretamente com o trabalho, na medida em que para o economista a propriedade, que constituía a base de todas as outras propriedades era a que todo homem tem de seu próprio trabalho - que consistia o patrimônio do pobre. Impedir alguém, de empregar essa força e destreza de suas mãos de forma que lhe parece justa, sem prejudicar seu vizinho, é uma violação evidente do mais sagrado direito. Smith consagra como liberdade, a libertação da servidão feudal, que deu ao trabalhador a mobilidade do trabalho conquistada pelo contrato de trabalho assalariado. Já não aparece no seu pensamento referência à propriedade da terra pelo trabalhador pobre e o trabalho para si.

No entanto, seguindo seus antecessores fisiocratas que tinham como máxima “*laissez faire et laissez passe*” (deixar fazer e deixar passar) Smith elaborou o conceito de “homem econômico” (abstrato), a partir da ideia de que a divisão do trabalho na sociedade dependia da “propensão do homem de barganhar, permutar e trocar uma coisa pela outra”, isto é, da existência de mercados (no mercado de trabalho, por meio de contratos patrão e trabalhador como iguais trocam livremente força de trabalho por salário).¹⁸⁹ A partir daí estabeleceu-se o paradigma da economia de mercado autoregulável, ou “economia dirigida pelos preços do mercado” e nada além deles, capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa”, como axioma dessa ciência (Polanyi, 2003).

Os economistas clássicos ingleses seguidores de Smith (1776) e suas principais obras, são enumerados por Huberman (1980): Godwin, 1798; Malthus, 1798; Ricardo, 1817; James Mill, Mac Culloch e Nassau Senior, entre 1831 e 1837; e John Stuart Mill, 1842; cujos ensinamentos difundiram-se pela França e Alemanha através de traduções e exposições.

Pisón (1998) também se refere a uma característica dos próprios direitos civis, que eram, desde sua origem, acentuadamente individuais, e esta é a razão

¹⁸⁹ Marx em 1867 (1980) ressaltou que o trabalhador era duplamente livre: livre das relações de escravidão e servidão (ênfatisado pela economia política liberal), mas também livre dos meios de produção, isto é, totalmente expropriado, restando-lhe apenas sua força de trabalho a vender a um capitalista.

pela qual se harmonizaram com o período individualista do capitalismo. Admite que a cidadania - os direitos civis e políticos não estavam em conflito com as desigualdades da sociedade capitalista, ao contrário, eram necessários para a manutenção daquela determinada forma de desigualdade, eram indispensáveis a uma economia de mercado competitivo, onde o homem estava capacitado a proteger a si mesmo. Por isso o princípio da liberdade econômica individual, garantido pelos direitos civis em vigor, foi aceito como axiomático (a liberdade completa do indivíduo dispor do seu tempo e de seu trabalho conforme seus interesses, livre iniciativa, livre empresa e trabalho livre assalariado).

O autor também chama a atenção para o fato de que inversamente do que transparece do arcabouço teórico e jurídico que ressalta explicitamente o caráter universal dos direitos humanos, na prática, um desses direitos naturais e civis passou a definir a abrangência da cidadania ou a extensão dos demais direitos - o direito de propriedade privada. A liberdade tanto no sentido econômico como no político levava em consideração a desigualdade entre proprietários e não proprietários. A liberdade vai estar em função da propriedade, na base do Estado de Direito Liberal, como direito fundamental burguês, esvaziando o sentido do direito natural de todos.

A desigualdade social, criada pela grande propriedade privada burguesa, que já havia sido questionada incisivamente por Rousseau, tornou-se, de fato, o alicerce do liberalismo político. Só será considerado homem livre e cidadão, quem for proprietário, condição para ser independente.

Gruppi (1980) resgata a evolução das concepções filosóficas que consolidaram as ideias políticas liberais no século XVIII e XIX, sobre a relação Sociedade Civil-Estado no contexto em que a aristocracia vai se aburguesando e a alta burguesia se confirma como classe dominante: Immanuel Kant, Benjamin Constant de Rebecque e Charles Tocqueville, mostram com clareza que o papel do Estado Burguês era “garantir determinadas liberdades” a partir do direito fundamental de propriedade:

O pensamento político de Immanuel Kant (1724-1804) é resgatado por Gruppi (1980). Levando em conta as teorizações de Locke e Rousseau e a Revolução Francesa, Kant procura compatibilizar o jusnaturalismo com as ideias liberais, ao afirmar que a soberania pertence ao povo, primeiro princípio democrático, advertindo que o monarca não poder deixar de ser um intérprete da soberania popular e que as

leis civis devem sempre corresponder ao direito natural. Reafirma que o Estado é um Estado de Direito na medida em que nele existem alguns direitos que nunca podem ser colocados em discussão; direitos permanentes, eternos – direitos naturais que delimitam a cidadania: direito de propriedade, a liberdade da palavra, de expressão, de reunião e de associação, de representação no Parlamento. Dele advém a ideia de que toda lei é tão sagrada, tão inviolável que é crime até mesmo colocá-la em discussão.

Porém, Kant esclarece que há cidadãos dependentes e independentes e que apenas os cidadãos que não dependem dos outros, isto é, os proprietários, podem exprimir uma opinião política e decidir na política do Estado. “Os servos das fazendas, os aprendizes das oficinas artesanais, não podem ter direito de voto nem serem eleitos. Os direitos políticos ativos cabem somente aos proprietários” (GRUPPI, 1980, p. 17).

Esse autor resgata a contribuição de Benjamim Constant de Rebecque (1767-1830) que trás a separação entre economia e política apregoada pelos economistas liberais para o campo da política; tornando mais nítida a separação entre Estado e sociedade civil, ao comparar as democracias da antiguidade, com o liberalismo moderno. Segundo ele, os direitos dos cidadãos da república romana e da democracia ateniense¹⁹⁰ eram enormes e a liberdade exercia-se na esfera pública, de forma coletiva e diretamente, sem delegar ao governo muitas funções da soberania de Estado. Mas, tal amplitude de direitos não ocorria na esfera particular, pois havia completa subordinação do indivíduo à autoridade do conjunto social, ou seja, a esfera privada era vinculante, sendo suas ações severamente vigiadas. Não havia independência individual, nem na opinião pessoal, nem nas atividades econômicas e, sobretudo em matéria de religião (não havia liberdade de consciência). Toda a esfera do privado era absorvida pela esfera pública e as atividades econômicas eram controladas pela vida política.

O contrário continua Rebecque, ocorre no liberalismo político moderno, referindo-se à França, Inglaterra e também aos Estados Unidos, onde os cidadãos só limitadamente podem influenciar na condução do governo:

¹⁹⁰ Esses foram os mesmos exemplos históricos que inspiraram Rousseau e Hegel, apesar de chegarem a conclusões teóricas contrárias sobre a relação Sociedade e Estado, sendo a interpretação de Rebecque mais próxima desse último sobre a proeminência do Estado.

[...] a liberdade do cidadão se exerce essencialmente na esfera do privado e, em relação ao Estado, é muito fraca, inconsistente, parcial. [...] Para cada um deles **liberdade** é o direito de submeter-se apenas à lei; de não ser preso, ou mantido na cadeia, ou condenado à morte, nem sofrer maus tratos de qualquer outro tipo pela vontade arbitrária de um ou mais indivíduos [...] é o direito de expressar sua própria opinião, de exercer o seu trabalho, **de dispor da sua propriedade e até abusar dela**, de ir e vir sem pedir licença, Finalmente é o direito para cada um de exercer sua influência sobre a administração do governo, quer concorrendo à nomeação de todos ou alguns de seus funcionários, quer com reclamações, petições, pedidos que a autoridade é forçada a levar em consideração de alguma forma (GRUPPI,1980, p.21, grifos nossos).

A partir dessa nítida distinção que faz entre sociedade civil e sociedade política, localizando a liberdade do homem moderno como aquela reivindicada e exercida na grande esfera do privado, Rebecque afirma que os direitos gozados principalmente na vida particular são direitos de iniciativa econômica e defende a identificação entre propriedade e liberdade, e da liberdade como diferença e não como igualdade, pois a igualdade destrói toda a liberdade, contrapondo-se explicitamente à igualdade de Rousseau, e defendendo que sua concepção deveria ser rejeitada como uma grande ameaça à liberdade.

Tal afirmativa de que a “igualdade mataria a liberdade”, já tinha sido pronunciada pelo clero e aristocracia francesa, no embate com o fisiocrata Turgot, em 1776, quando era ministro das finanças do país, como resgatou Huberman (1980). No século XIX como no XVIII, os argumentos burgueses e aristocráticos se confundem. Por trás da defesa da “livre de iniciativa”, pelos liberais está explícita a necessidade de aprisionamento dos meios de produção. A propriedade privada burguesa conforme o direito civil positivo é indiscutível e inviolável, mesmo pelo Estado.

As ideias de Rebecque se concretizaram no “Ato Adicional à Constituição do Império”, considerado a nova constituição imperial, que Napoleão tentava reorganizar o em moldes mais liberais no seu governo dos “cem dias”, em março de 1815 (considerado novo golpe), mas só durou pouco mais de três meses¹⁹¹.

Ainda segundo Gruppi (1980), a concepção “rousseauiniana” também foi enfrentada pelo liberal Aléxis Charles H. de Tocqueville (1805-1859), que afirmava,

¹⁹¹ A derrota militar das tropas francesas do Império de Napoleão Bonaparte, pela aliança militar das forças aristocráticas absolutistas feudais da “Santa Aliança” européia, com as forças liberais burguesas da Inglaterra e Holanda (ressaltada de forma irônica por Marx, em 1867/1980), resultou na restauração monárquica absolutista (da dinastia dos Bourbons).

com transparência que há uma correlação indissociável entre propriedade e a liberdade, isto é, que a liberdade exige desigualdade. A partir da desigualdade econômica e cultural existente nas sociedades defendia a sociedade democrática (baseando-se no exemplo americano) que iria realizar a igualdade jurídica através da criação de crescente igualdade de condições que passava pela expansão dos serviços públicos, para que o indivíduo pudesse ascender socialmente através da mobilidade social, alcançando-se maior uniformização dos modos de vida (maior igualdade social). Permanecia o dilema entre a igualdade e a liberdade: a afirmação absoluta da primeira destruiria a segunda, acabando em tirania.

Polanyi (2003) deu uma importante contribuição para a compreensão das transformações que se passavam no campo da filosofia do direito no século XIX, quando relacionou a corrente ética da justiça não cognitivista, de fundamento positivista, mencionada por Oppenheim (2004) diretamente com as idéias econômicas liberais ao identificá-la com o “utilitarismo”.

“Utilitarismo” para Sandroni (1985) e Pontara (2004, p.1275) é a doutrina ética normativa, segundo a qual o bem ou a felicidade “está na obtenção do útil”, ou no “afastar-se da dor e aproximar-se o máximo possível do prazer”. Conforme Fasso (2004) para os utilitaristas a justificação moral de uma ação depende exclusivamente de sua utilidade, ou seja, do valor das consequências a ele conexas. Preocupam-se com o valor intrínseco (axiológico) das consequências isto é, as que são boas ou más por si mesmas, diferenciando-se dos instrumentalistas, e não reconhece nenhuma dualidade de princípios entre ética individual ou privada e ética social ou política. Como sistemas éticos, são teleológicos no sentido universal, ou seja, identificam os princípios e critérios do agir moralmente justificado, da ação moralmente reta, obrigatória ou proibida que, efetivamente, conduz às melhores consequências possíveis para todo ser sensível.

Na Idade Contemporânea segundo Sandroni (1985), Polanyi (2003), Pontara (2004) e Fasso (2004) o utilitarismo como teoria não cognitivista da justiça foi representado pelos filósofos ingleses Jeremy Bentham (1748-1832), James Mill (1773-1836) e John Stuart Mill (1806-1873), entre outros. Bentham procurava colocar em prática as soluções teorizadas para os problemas sociais, através do Estado, por isso era qualificado por Polanyi como um “engenheiro social”. Esse autor enfatizou que James Mill (que também era historiador) e seu filho John Stuart Mill estavam entre os principais representantes da economia política clássica liberal.

Os utilitaristas são antijusnaturalistas. Uma das objeções mais sérias levantada frequentemente contra o utilitarismo é aquela que implica conclusões inaceitáveis do ponto de vista da justiça. O problema fundamental da justiça retributiva é o que concerne à justificação moral da punição. Stuart Mill afirmava que os significados de justiça (que fundamenta os direitos do indivíduo) e utilidade (considerações de interesse social geral) são contrastantes entre si na justiça formal devendo ser avaliados em relação ao outro, podendo a lei positiva contemplar uma ou outra noção, a depender das circunstâncias.

Apesar dos avanços e retrocessos políticos na França¹⁹² e em outros países, acentuava-se como tendência no século XIX, a convergência entre o ideal democrático e o ideal liberal, fundindo-se, pelo fato de que ambos faziam oposição comum a todo clericalismo e absolutismo e exigiam liberdade individual, igualdade civil e política e soberania popular (Gruppi, 1980).

Se a revolução francesa muito deveu a pensamento de Voltaire e Diderot, Quesnay e Rousseau, a discussão em torno da *Poor Law* formou as mentes de Bentham e Burke, Godwin e Malthus, Ricardo e Marx, Robert Owen e John Stuart Mill, Darwin e Spencer, que partilharam com a revolução francesa a paternidade espiritual da civilização do século XIX. [...] A realidade nascente chegou à nossa consciência através da **economia política**. Com efeito, suas regularidades surpreendentes e **contradições** assombrosas tinham que ser enquadradas num esquema de **filosofia e teologia** para poderem ser assimiladas como significados humanos. Os fatos obstinados e **as leis brutais e inexoráveis que surgiram para abolir nossa liberdade** tinham que se **reconciliar**, de uma forma ou de outra, com essa mesma **liberdade**. Isto se tornou a mola mestra das **forças metafísicas** que secretamente sustentaram **os positivistas e os utilitaristas**. (POLANYI, 2003, p.107, grifos nossos).

Essa crítica contundente de Polanyi (2003) feita à essas correntes filosóficas e das ciências sociais que lhes seguiram como justificadoras da nova ordem em nome da liberdade abrange uma série de escritores de economia política, história

¹⁹² O retrocesso político representado pela restauração monárquica absolutista em 1815 seria novamente revertido pela revolução liberal de 1830, resultante da união das forças republicanas, bonapartistas e do povo em novas barricadas. Entretanto o que parecia ser a instauração de uma nova República resultou numa nova Monarquia, comandada pela burguesia, embora o “rei cidadão” submetido ao Parlamento (Monarquia Constitucional) procurasse conciliar a orientação liberal com o antigo regime aristocrático. A história francesa da segunda metade do século XIX ainda alternaria a segunda república, novo golpe de Estado imperial de Luis Bonaparte, até alcançar a terceira república. (MAIOR, 1972, p.355-356).

social, filosofia política e sociologia em geral, denunciando seu papel mistificador, justificador, isto é, legitimador da ideologia dominante.

A **filosofia liberal** jamais falhou tão redondamente como na compreensão do problema da mudança. Animada por uma fé emocional na espontaneidade, a atitude de senso comum em relação à mudança foi substituída por uma **pronta aceitação mística das consequências sociais do progresso econômico**, quaisquer que elas fossem. As verdades elementares da ciência política e da arte de governar foram primeiro, desacreditadas, e depois esquecidas [...] Essas verdades elementares da arte de governar tradicional, que muitas vezes refletiam os ensinamentos de uma filosofia social herdada dos antepassados, foram apagadas do pensamento dos mestres do século XIX pela ação corrosiva de um **utilitarismo cru**, aliada a uma **confiança não crítica** nas alegadas propriedades autocurativas de um crescimento inconsciente. (POLANYI, 2003, p.200, grifos nossos).

Compreende-se porque Fasso (2004) concluiu que o jusnaturalismo cairia em total descrédito no decorrer do século XIX, sobrevivendo apenas em sua forma católica baseada na doutrina de São Tomás de Aquino, retomada com finalidade conservadora e até reacionária para contestar a legitimidade do Estado liberal, constitucional. Tal conservadorismo se explica pela posição de classe do clero como representante da velha ordem feudal latifundiária e aristocrática que era minada em toda a parte.

O adjetivo jusnaturalista adquiriu sentido depreciativo, pois “jurídico” seria apenas relativo ao direito positivo. “De vez em quando, se anunciava certo ‘ressurgir’ do direito natural; mas eram vozes isoladas que caíam totalmente no vácuo” (FASSO, 2004. p.659).

4.2 A Crise do Estado Liberal, a Ascensão do Estado Social e do Sentido Social do Direito de Propriedade a partir do Século XX

Na sociedade feudal os direitos e deveres eram relativos ao *status* (ordem ou estamento) ao qual o indivíduo pertencia, perpetuando a desigualdade de classes, sem que houvesse nenhum princípio sobre a igualdade dos cidadãos, exceto nas cidades medievais livres (comunas), mas eram direitos e deveres específicos, estritamente locais, onde a participação nos negócios públicos era mais um dever do que um direito.

Os embriões constitucionais dos direitos sociais na Inglaterra tem sua origem histórica na participação do indivíduo naquelas comunidades locais - da vila e associações funcionais inglesas - as guildas, mas esses elementos foram gradativamente dissolvidos. Ao pensarem o Estado moderno, como um Estado “protetor”, os filósofos ingleses Hobbes e Locke buscaram a segurança e a redução da incerteza social, através da proteção social, que combinaria direitos econômicos, sociais e culturais, proporcionados pela providência estatal. Porém o sistema de regulamentação dos salários (herdado das antigas corporações de ofícios) entrou em decadência no século XVIII, quando feriu o contrato de trabalho livre que se afirmava e generalizava.

Duas antigas leis inglesas foram precursoras dos direitos sociais (de seguridade social): a “*Law of Settlement and Removal*” e, sobretudo a “*Poor Law*” (Lei dos Pobres) elizabetana, instituição nacional aplicada localmente, para “suprimir a vadiagem” e disciplinar a força de trabalho em face das exigências do trabalho assalariado, aliviar a pobreza e buscar (um mínimo de) bem estar social, para preservar a ordem social planejada. A “*Poor Law*” teve vigência até 1834, quando foi desfigurada, ao se confrontar com a nova ordem econômica competitiva, ficando fora dos direitos de cidadania¹⁹³.

Polanyi (2003) destaca o sistema “*Speenhamland*” de assistência aos pobres na história da cidadania, cuja relevância ia além da “*Poor Law*”, consistindo numa tentativa de introduzir um elemento de previdência social na própria estrutura do sistema salarial do livre mercado; quando a regulamentação dos salários não cabia: oferecia através de abonos complementares aos rendimentos do trabalho, um salário mínimo e salário família garantido, combinado com o direito ao trabalho ou sustento. Por seu intermédio a velha ordem (a antiga classe proprietária rural) reuniu suas forças, transferiu a reprodução da força de trabalho para o Estado, ao tempo em que resistiu à implantação do mercado livre de trabalho.

Na sociedade contemporânea o Estado Liberal reconheceu os direitos civis e políticos a partir dos valores democráticos difundidos pela Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade. Entretanto a “igualdade”, foi reduzida à igualdade jurídica no mercado livre de trabalho e entre cidadãos de direitos; e a

¹⁹³ A assistência aos incapazes - devido à idade ou doença – e aos indigentes continuou a ser oferecida, mas eles abriam mão de seus direitos civis de liberdade e aos direitos políticos ao se internarem nas casas de trabalho.

“fraternidade” não foi associada ao valor da “solidariedade” relativa à proteção social nem à “igualdade”, reduzindo-se ao direito de associação e reunião de iguais em função dos próprios interesses. Os direitos sociais ficaram fora da cidadania. A centralidade no debate sobre a cidadania se deu em torno da “liberdade”, a base dos direitos civis, econômicos e políticos, num contexto em que prevalecia o individualismo liberal burguês.

Marshall (1967) resgata Maine, em sua obra “*Ancient Law*” de 1878, quando afirma que o movimento das sociedades progressistas tem sido um movimento do antigo *status* diferencial (sistema de classes/estamentos do feudalismo perpetuado pelo contrato e costumes) para o contrato moderno ou acordo livre, novo *status* uniforme de cidadania, entre homens livres e iguais, embora não necessariamente em poder “[...] que ofereceu o fundamento de igualdade sobre o qual a estrutura da desigualdade foi edificada.” (MARSHALL, 1967, p.80).

Tais direitos democráticos conviveram com uma nova ordem social desigual, baseada cada vez mais na concentração da propriedade privada em todos os ramos de produção. Na confrontação permanente entre discurso filosófico, religioso, científico e a História real, toda referência geral e universal ao homem, enfatizando a liberdade é autocentrada, ou seja, é versão ideologizada, fetichizada do interesse específico da classe burguesa que se faz geral, como classe dominante impulsionadora do desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista ou do interesse de um país central que se quer fazer hegemônico, mistificando a realidade.

Conforme Polanyi (2003) o utilitarista Bentham acaba por desqualificar “o mito da mão invisível do mercado” quando admite que o Estado se estrutura para intervir na montagem dos mecanismos do livre mercado, esse não foi produto das livres forças econômicas (livre iniciativa de indivíduos) e sim planejado pelas forças econômicas no poder.

Nas relações econômicas internacionais o discurso burguês substituiu o protecionismo, o privilégio e o monopólio pelo livre câmbio, pela liberdade mercantil e pela concorrência, todavia alguns pensadores liberais alemães e franceses (burgueses) perceberam que as ideias do “livre comércio” e “da livre concorrência”, das teorias tidas como universais (economia liberal clássica inglesa), de fato, favoreciam aos interesses econômicos da burguesia da Inglaterra, potência hegemônica, por isso apresentaram propostas contrárias de política econômica para seus países.

Na filosofia política a crítica da concepção liberal, individualista de liberdade foi sustentada pelo filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), maior representante do idealismo alemão (que defendia princípios absolutos e universais) em cuja teorização o jusnaturalismo sobrevivia. Para Hegel o Estado liberal não é ético, pois somente garante a esfera das liberdades, a inviolabilidade da pessoa e da iniciativa privada em campo econômico, não educa. Por isso, em seu modelo ideal estabeleceu a necessidade de uma distinção plena entre sociedade civil, como esfera dos interesses privados (na sociedade capitalista) e Estado, como esfera dos interesses públicos, da universalidade, da racionalidade e da ética, pois concretiza uma concepção moral, que triunfa sobre os interesses privados da sociedade civil. Se a esfera estatal é a esfera pública, o Estado deve ser o fundamento da sociedade civil, da família, da soberania do povo, mas diferentemente de Rousseau e Kant a sociedade civil não triunfa sobre a sociedade política; ao contrário para ele é o Estado que triunfa sobre a sociedade civil, que é incorporada e de certa forma aniquila-se.

Bryan S. Turner em “A Igualdade” (1986) menciona que a igualdade passou a ser teorizada/difundida a partir de quatro dimensões: “ontológica”, “de oportunidades”, “de condições”, acrescentando-se posteriormente a “igualdade de resultados”; que representam a evolução da interpretação do significado desse conceito ao avançar gradualmente a consciência social nos séculos XIX e XX, fruto das lutas sociais.

A “igualdade ontológica” é inerente aos seres humanos, constituinte de princípios religiosos e correntes filosóficas, dentre as quais vem sendo destacado o jusnaturalismo.

A “igualdade de oportunidades” é um princípio das doutrinas liberais, que a partir de um mesmo patamar de direitos inicial (abstrato, resquício jusnaturalista), valoriza a competição entre os indivíduos, no mercado (de bens e de trabalho), que por seu próprio mérito, conquistarão o acesso a posições sociais superiores (mobilidade social ascendente individual).

Marshall (1967) afirma que os direitos civis e políticos em vigor nos séculos XVIII e XIX não foram tão equitativos, na prática, quanto o professavam ser em princípio. Pisón (1998, p.28) também destaca que o Estado Liberal de Direito reconhecia formalmente os direitos civis e políticos, “[...] mas não garantia a

igualdade de todos os cidadãos, porque existiam desigualdades de riqueza e de oportunidades”.

Pisón (1998) chama a atenção para outro aspecto que implica afirmar que a concepção de democracia firmada em textos jurídicos era “formal”, justamente porque os textos legais faziam mero reconhecimento jurídico dos direitos, despreocupando-se dos meios judiciais de proteção dos mesmos, ou seja, a própria distribuição da justiça estava fora do alcance do indivíduo pobre, por isso foram estabelecidos os tribunais dos Condados na Inglaterra, em 1846 e a justiça gratuita.

Sem romper com o pensamento liberal os defensores da “igualdade de condições”, como Tocqueville (1805-1859), procuram avançar em relação à dimensão anterior, ao admitir, não um patamar de igualdade inicial, mas ao contrário, a desigualdade econômica e cultural existente nas sociedades. Para ele a sociedade democrática deveria criar crescente igualdade de condições que passava pela expansão dos serviços públicos, para que os indivíduos pudessem alcançar a igualdade jurídica¹⁹⁴.

Pisón (1998) questiona o fundamento maior da igualdade burguesa ao afirmar que mesmo “a igualdade perante a lei”, não existia de fato, porque as classes inferiores, além de sofrerem com a distribuição desigual da renda, os preconceitos de classe e a intimidação pelas classes superiores, não tinham igualdade de condições na disputa eleitoral. Dessa maneira, durante longo tempo, apenas os cidadãos proprietários e arrendatários ou locatários (que compraram o usufruto), puderam participar do processo democrático eleitoral (o voto era censitário, isto é, seletivo a partir de critérios econômicos). Os instrumentos da democracia moderna (seletivos) foram aperfeiçoados pelas classes altas e transmitidos às mais baixas por meio do jornalismo político (para todos que sabiam ler), dos comícios, das campanhas de propaganda. Entre os direitos políticos conforme Pisón (1998) os únicos que tinham um sentido mais coletivo era a liberdade de reunião e de associação (sociedades liberais).¹⁹⁵

¹⁹⁴ Outros passaram a defender o nivelamento da satisfação de um mínimo de necessidades básicas, substancialmente idêntica em todos os indivíduos, contudo de maneira cada vez mais difusa afirmam ser responsabilidade de todos – Estado e sociedade: mercado e famílias estabelecer tais condições.

¹⁹⁵ Gruppi (1980) complementa que foram criadas a partir de 1830, diversas sociedades liberais em seu país, Itália, surgindo na região do Piemonte (mais industrializada) e espalhando-se pelas

Diante do quadro de iniquidades que se agravavam na mesma medida do crescimento da riqueza, resultantes do progresso econômico, surgiram e se acirraram os movimentos sociais e políticos da classe trabalhadora ao longo do século XIX na Europa. Os mesmos valores democráticos liberais fortaleceram essa luta pela mudança de orientação dos “direitos do homem” postos juridicamente. O movimento operário realizou a crítica ao reconhecimento meramente formal da igualdade perante a lei, que não existia de fato para todos os cidadãos porque existiam desigualdades de riqueza, descortinando a estrutura de classes e desencadeando a luta de classes, a chamada questão social.

Embora em filosofia as ideias liberais proclamassem a razão individualista e utilitarista, opondo a liberdade à igualdade, contra a reflexão de Rousseau, iniciou-se a luta pelo “novo contrato social”, resgatando o pensamento rousseauiano que propunha uma reversão do processo de usurpação da propriedade pelos ricos em nome da justiça social, retomando a igualdade como condição para a liberdade - “o homem só poderá ser livre se for igual”, assumida juntamente com a fraternidade, enquanto utopia da democracia econômico-social e política pelos ideólogos da classe trabalhadora.

A luta pelo acesso aos direitos civis, políticos e sociais foi perseguida ao longo de todo o século. O direito de voto era um monopólio fechado de grupos, numa época que as famílias consideravam suas propriedades imóveis como o fundamento tanto social quanto econômico de sua existência. A Lei de 1832 - “*Reform Act*” que imprimiu mudanças no sistema eleitoral britânico, deu um primeiro passo para ampliar o eleitorado, estendendo o direito de voto para os homens adultos de classe média e os pequenos e médios proprietários de terra, mas estes representavam ainda menos de 1/5 da população masculina adulta, dado que os trabalhadores não foram incluídos.

Os operários em luta pelos direitos políticos e sociais (trabalhistas) associaram-se ao movimento cartista. Em 1838 William Lovett e Feargus O'Connor elaboraram uma petição ao Parlamento - “A Carta do Povo” - pela criação do voto secreto, igualdade de direitos eleitorais, abolição do voto censitário e remuneração dos parlamentares. Dez anos depois continuavam a pressionar a casa legislativa pelo atendimento de suas demandas; todavia o sufrágio universal masculino só seria

demais regiões, com a unificação do país, em 1848. Tais sociedades pretendiam selecionar as capacidades, afinidades e ser qualitativas e espiritualistas.

conquistado nos países europeus no final do século XIX e a admissão da participação política das mulheres no início do século XX (MARSHALL, 1967).

Simultaneamente ocorria a luta pelo direito de associação e de reunião (para poderem se reunir livremente e manifestar suas causas publicamente), sendo o mencionado movimento cartista inglês o embrião do movimento sindical. A partir das idéias socialistas utópicas do inglês Robert Owen (1771-1858) e o suíço Daniel Legrand (1783-1859), que pensaram o desenvolvimento industrial com a harmonização da legislação trabalhista e melhorias das relações e condições de trabalho, o primeiro avançou em experiências sociais precursoras da organização cooperativista (de produtores agrícolas e fabris) e ambos foram seguidos por outros socialistas utópicos e anarquistas.

A organização dos trabalhadores alcançaria, na segunda metade do século XIX, articulação nacional em diversos países e internacional, com a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT, em 1856, que admitia os dois tipos de organização – sindical e cooperativa.

Como fruto dos conflitos de classe, confrontando o pensamento jurídico clássico, que trata a cidadania como comum e indiferenciada, surgiu a teorização que adota como único referencial válido para o conceito de igualdade e cidadania na sociedade contemporânea o reconhecimento da diferença entre as pessoas, todas como portadoras de direitos (direitos das minorias), introduzindo-se a noção de equidade.

John Rawls em suas obras “Teoria da Justiça” do início década de setenta e “Justiça como Equidade”, de 1987 (2003) afirmou que a luta por direitos no século XX se deu a partir dos valores de justiça, igualdade, liberdade, democracia e bem estar¹⁹⁶. De Marshall (1967) a Pisón (1998) observou-se que os direitos sociais foram gradualmente pensados e implantados com enorme variação de amplitude, desde o direito a um mínimo de bem estar econômico e segurança ao direito de participar por completo na herança social e levar a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões prevalecentes na sociedade.

¹⁹⁶ O famoso prêmio Nobel de economia Amartya Sen (2000), que representa a geração de pensadores que conseguiu o máximo avanço do pensamento liberal no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, com a criação do índice de Desenvolvimento Humano – IDH em 2000, havia considerado em 1991 que a teoria da Justiça de Rawls era a mais influente e a mais importante apresentada no século XX. No entanto Potyara Pereira em “Necessidades Humanas” (2000) faz a crítica dos limites dessa teorização, cuja definição de equidade se assenta na “igualdade de oportunidades” sendo muito vaga com relação ao estabelecimento do mínimo para o estabelecimento da “igualdade de condições”.

A igualdade perante a lei (Constituições) fez desaparecer as jurisdições de classe, para dar lugar à justiça nacional e igualitária, subordinou os interesses particulares ao interesse coletivo, provocando reformas e inovações no direito civil e direito mercantil, baseadas num critério mais amplo e racional, mais equitativo.

Aos poucos, vencendo a resistência historicista, seriam retomadas ideias caras à escola meta-ética cognitivista da Justiça conforme Oppenheim (2004, p. 661), ou seja, a defesa da justiça substancial como uma noção ética fundamental, como um “fim social”; uma lei superior justa relacionada com o direito e dever moral (normativa) e com a crítica moral - o que é justo e moralmente bom ou mau. Em direito público interno os direitos naturais do homem e da nação voltariam a ser reconhecidos.

A última das dimensões mencionadas por Turner (1986), a da “igualdade de resultados”, também tem como ponto de partida a existência histórica da desigualdade constitutiva da sociedade de mercado (capitalista). Ela apregoa mudanças nas regras de distribuição (alterando a repartição de riqueza e de acesso a serviços públicos) como responsabilidade do Estado, o que só se torna possível quando ele se transmuta de um Estado liberal burguês para um Estado Social (espaço público, republicano, de todos), intervindo tanto para estabelecer o patamar de igualdades de início, quanto para regular as forças de mercado, garantindo o alcance de efetiva igualdade de conclusão, como será analisado adiante.

Expressando um compromisso moral com a justiça social essa noção de igualdade se completa com a de equidade (tratar desigualmente os desiguais), segundo um dos princípios socialistas estabelecidos por Marx em 1875 “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”.

Segundo Jônathas Silva (1996), o surgimento da noção de função social no Direito, evidentemente não aconteceu de um momento para outro, aparecendo no mundo jurídico apenas no final do século XIX, como elaboração do professor de direito constitucional francês Léon Duguit (1859-1928). Dentro do marco filosófico positivista trouxe para a análise jurídica a influência da filosofia social de Augusto Comte (1798-1857) e de seu discípulo Emile Durkheim (1858-1917)¹⁹⁷ que

¹⁹⁷ Conforme Silva (1996) a influência do sociólogo Durkheim sobre o pensamento jurídico de Duguit se deveu pela convivência de ambos no mesmo meio acadêmico de Bordeaux, onde o primeiro lecionava na Faculdade de Letras e o segundo na de Direito. Duguit absorveu o objetivismo positivista do clássico “As Regras do Método Sociológico” de Durkheim, fundado no método indutivo empirista: observar os fatos objetivamente, como coisas, classificá-los, evidenciá-los pela

estabeleceu o método científico da Sociologia. Para Duguit, que se tornou o grande teórico da doutrina sociológica do Direito e do Estado, o direito passa a ser visto como um fato social, uma realidade coletiva capaz de exercer uma coerção exterior sobre indivíduos e grupos. (SILVA, 1996, p. 37). No seu “Tratado de Direito Constitucional” de 1927 e em “As transformações Gerais do Direito Privado no Século XX” (s/d) Duguit negou o conceito clássico de propriedade privada do Direito individualista, ao afirmar a função social do detentor da riqueza, portanto, a propriedade não é mais o direito subjetivo do proprietário individual.

O pensamento jurídico de Duguit insurgiu-se contra a famosa Escola da Exegese, constituída em torno do Código Civil de Napoleão, de 1804. Esse foi o primeiro questionamento direto ao código napoleônico e, portanto, o primeiro questionamento ao direito absoluto da propriedade, que havia sido consagrado no século XIX, num compromisso solene com o individualismo jurídico vigente. Ao elaborar o princípio da função social da propriedade Duguit questionou a concepção de propriedade, prevista no artigo 544 do referido código como sentido de gozar e dispor das coisas da maneira mais absoluta e, ao contrário, estabeleceu a limitação ao direito individual por meio da afirmação de um dever coletivo *a priori*. Jônathas Silva (1996, p.35) afirmou que a nova concepção de Duguit de que a propriedade é para todo possuidor de uma riqueza o dever, a obrigação de ordem objetiva, de empregar a riqueza que possui e manter e aumentar a interdependência social foi se generalizando.

O autor apresenta como discípulo de Duguit no Brasil, o professor de direito agrário da Faculdade de Direito da Bahia, Hermano Augusto Machado no seu livro “A função social e a tipificação do direito de propriedade”, de 1981. Segundo Machado, ao negar a existência de direitos subjetivos por configurarem uma abstração (não corresponderem à realidade), Duguit propôs a ruína do individualismo jurídico e do sistema de técnica jurídica, denominado “sistema civilista”.

Silva (1996, p.38) concorda com Machado, que Duguit teria sintetizado as peças essenciais do sistema civilista que questionava: 1- a liberdade individual implica a autonomia da vontade individual como direito de querer juridicamente, o direito de poder, por um ato de vontade, sob certas condições criar uma situação

comprovação mensurando a frequência em que ocorrem, quando o novo ramo do Direito perseguia o *status* de ciência moderna institucionalizada, como as demais ciências sociais.

jurídica; 2 – O princípio da inviolabilidade do direito de propriedade compreendido como direito absoluto de usar, de gozar e de dispor de uma coisa; 3 – o contrato, que no sistema jurídico civilista constitui o ato jurídico por excelência; 4 – o princípio da responsabilidade individual por culpa. O autor chama a atenção de que a posição doutrinária, assumida por Duguit,

[...] não só **questionou o individualismo jurídico, excessivamente fortalecido pelo Código de Napoleão**, mas também, em nível da **Teoria Geral do Direito**, ensejou uma profunda reflexão sobre **o direito subjetivo** como uma faculdade de agir do **indivíduo ou do proprietário**; como era concebido pelo **jusnaturalismo racionalista** do fim do século XVIII. (SILVA, 1996, p.38, grifo nosso).

A afirmação inequívoca da função social da propriedade para esse autor afigura-se da mais alta atualidade e importância e engendra verdadeira conformação no próprio conteúdo do direito de propriedade, que tem gerado, acesa polêmica nos debates políticos e jurídicos ao longo dos tempos. Segundo Machado o princípio da função social da propriedade estabelecido na doutrina jurídica por Duguit, foi absorvido no Direito Constitucional internacional, a despeito das posições doutrinárias individualistas dominantes, herdeiras do código napoleônico.

Da mesma forma Mezzomo (2005, p. 2) afirma que o direito civil individualista do referido código “refletiu uma concepção absoluta de propriedade que, com o transcorrer deste século [XX] começou a ceder, ante a pressão dos valores sociais que se fizeram conhecer nos ordenamentos jurídicos”.

Entende-se nesta Tese, que a função social da propriedade, foi um princípio doutrinário do constitucionalista francês Duguit, que respondeu no plano teórico-conceitual da ciência jurídica ao novo momento histórico no qual se disseminava a reflexão ética e econômica sobre o custo humano da revolução industrial e crescia a participação política ativa da classe operária, ao transcorrer um século de sua organização política e econômica desde o movimento cartista à AIT, passando pelos sindicatos e pelo movimento cooperativista e de lutas de diversas gerações de trabalhadores europeus por direitos civis, políticos e sociais.

No contexto histórico da primeira metade do século XX colhiam-se os primeiros frutos da participação política ativa da classe operária e camponesa (com menor visibilidade) nas lutas democrático-burguesas desde o século XVIII, superando formas autoritárias de governo - monarquias absolutistas/impérios e,

onde foi possível, ultrapassando as monarquias constitucionais fazendo surgir a forma republicana de governo nos países europeus ou conquistando-as a partir das lutas de independência dos países coloniais (América Latina), todavia, em grande parte delas, sendo aliadas do poder concluída a transição revolucionária.

Colhiam-se também os frutos do amadurecimento revolucionário da classe trabalhadora na construção de um projeto societário socialista que, materializou as diversas matrizes desse pensamento (socialismo utópico, anarquismo, marxismo/socialismo científico e revolucionário e socialismo reformista dissidente), colocando-os em prática nas primeiras revoluções proletárias de 1848-1850; passando pela experiência de governo popular da “Comuna de Paris”, em 1871, e nas grandes revoluções socialistas, cujo marco foi a Revolução Russa, de 1917 que influenciaria o movimento operário e camponês em todo o mundo, incentivando a criação de partidos comunistas, como no Brasil, em 1922 e inspirando novos processos revolucionários.

Mezzomo (2005), apesar de explicitar sua posição ideológica contrária aos movimentos socialistas que desembocaram em revoluções sociais, saudando o fato de terem sido na atualidade revertidas a partir da queda do muro de Berlim em 1989; e do desaparecimento da União Soviética em 1991 reconhece entretanto:

o mérito de terem apontado algumas questões cruciais do **modelo Liberal Iluminista de Estado**, na medida em que fizeram ver que **não basta a garantia formal de igualdade**, sendo necessária uma **ação efetiva do Estado na redução das desigualdades** e na produção de condições concretas capazes de garantir o desenvolvimento e **a dignidade de todo o conjunto da sociedade**. Surgiu, então **a concepção do Estado Democrático Social**, agasalhando um **modelo político-jurídico permeável aos valores sociais** que irradiam por todo o ordenamento jurídico como princípios informativos e mesmo **objetivos do Estado** (MEZZOMO, 2005, p.2, grifos nossos).

Embora o autor tenha sido omissos, afirma-se nesta Tese que o Estado Socialista se inclui na forma de Estado Democrático Social, caracterizada por ele, porque se constitui, de fato, num regime político-jurídico no qual os valores sociais são centrais no ordenamento jurídico e nos objetivos do Estado, que inaugura a ação planejada e efetiva de redução das desigualdades sociais, garante o desenvolvimento e a dignidade do conjunto da sociedade.

Maria Cláudia Bucchianeri Pinheiro (2006), também afirma que foi a partir do fim da primeira-guerra mundial e, “notadamente, a partir de 1917, quando o sucesso da Revolução Russa e o modo de produção socialista passaram a inspirar e motivar a classe trabalhadora de todo o mundo” que ocorreu a falência do modelo do constitucionalismo clássico, fazendo surgir o constitucionalismo social.

Para a autora o constitucionalismo social se refere à solene intenção estatal expressa no texto constitucional de consagrar para além da igualdade formal e da liberdade individual, também a igualdade material e os demais direitos sociais decorrentes, que caracterizam o Estado Democrático de Direito. Levando em conta sua definição o Estado Socialista atende a essas características. Ela retoma de Fabio Konder Comparato, em sua obra de 2001, “A afirmação histórica dos Direitos Humanos” o resgate histórico de que entre a Constituição mexicana, de 1917 e a de Weimar (Alemanha), de 1919, dois marcos do constitucionalismo social, eclodiu a revolução russa, acontecimento decisivo na evolução da humanidade do século XX. O III Congresso Pan-Russo dos Sovietes de Deputados Operários, Soldados e Camponeses, reunidos em Moscou, adotou a “Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado”, em 4 de janeiro de 1918, antes do fim da guerra¹⁹⁸ e a Constituição Soviética ou Lei Fundamental Soviética, de 10 de julho de 1918.

Para debater a transformação nas Constituições com o advento do constitucionalismo social, com base em Ingo Sarlet, a autora retoma a diferenciação dos - “direitos do homem”, “direitos humanos” e “direitos fundamentais”. A primeira expressão, “direitos do homem” é uma designação mais abstrata, “com contornos mais amplos e imprecisos” daqueles direitos naturais ainda não positivados.

As duas outras expressões correspondem a direitos já positivados, sendo que os “direitos fundamentais” são aqueles assegurados nas cartas constitucionais de cada país, enquanto os “direitos humanos” correspondem àqueles reconhecidos na esfera internacional (nos tratados e convenções).

Continua Pinheiro (2006), que os “direitos fundamentais” remontam ao advento do Estado liberal moderno e das teorias contratualistas dos séculos XVII e XVIII que, para justificar e legitimar a criação da figura estatal, mas, reconhecendo a

¹⁹⁸ Pinheiro (2006) também retoma de Comparato, sua referência à Constituição soviética afirmando que nesse documento apoiado na doutrina marxista, são adotadas várias medidas que constavam da Constituição mexicana, tanto no campo sócio-econômico quanto no político.

relação, essencialmente desigual entre soberano e indivíduo, garantiram a proteção do cidadão contra indevidas ingerências do Poder, através da criação dos chamados “direitos fundamentais de primeira dimensão (ou direitos da liberdade ou liberdades públicas)”¹⁹⁹, que, portanto, são direitos e prerrogativas exercidos contra o Estado (negativos). Ela ressalta a “importantíssima idéia da supremacia do indivíduo sobre o Estado” que teve como princípios norteadores, o liberalismo (quaisquer intervenções estatais são tidas como nocivas), o individualismo, a liberdade e a segurança, caros ao modelo do constitucionalismo clássico.

Contudo a autora menciona duas razões que levaram ao fim do modelo de constitucionalismo clássico: primeiramente, muitos dos direitos à liberdade, então previstos nos ordenamentos constitucionais – tal como ocorria, por exemplo, com o direito à propriedade, destacado nesta Tese somente era exercido por alguns membros da coletividade, e que, para os outros, faltavam meios que permitissem adquirir tais prerrogativas.

Em segundo lugar a alteração da realidade social com a industrialização da sociedade decorrente da Revolução Industrial inglesa, que produziu efeitos em todo o mundo, a ampliação e mudança de perfil do mercado de trabalho de eminentemente agrário para industrial e urbano, trouxeram novas demandas para permitir a plena realização do indivíduo em seu ambiente social, que as Cartas Constitucionais do modelo clássico liberal não levavam em conta.

Embora Mezzomo (2005) e Pinheiro (2006) tenham enfatizado a relação entre o advento das revoluções socialistas e o constitucionalismo social, essas Constituições não foram tomadas como exemplos fundantes, respectivamente do Estado Democrático Social ou do Estado Democrático de Direito.

Comparato faz uma clara defesa do Estado da Democracia Social, com uma estrutura mais elaborada, que representou a melhor defesa da dignidade humana, porque complementou os direitos civis e políticos, com os direitos econômicos e sociais. Para o autor essa é uma terceira forma de Estado oposta tanto ao sistema comunista, quanto ao liberal-capitalismo porque no primeiro “os direitos civis e políticos eram negados” e no segundo os direitos econômicos e sociais são

¹⁹⁹ Os direitos fundamentais de primeira dimensão são os direitos civis e políticos: direito à intimidade, à privacidade, à liberdade de reunião, de associação e à livre manifestação do pensamento e à propriedade privada. A autora nega a classificação de Marshall (1967) que se refere a gerações de direitos por ser cronológica, referindo-se a uma sucessão ao invés de uma agregação, complementação como ela enfatiza.

ignorados. Por isso o autor não reconhece que as Constituições dos novos Estados Socialistas que se implantavam na Rússia, em 1917, na China, em 1949 e em Cuba, em 1959 etc possam ser exemplos do novo constitucionalismo social.

Pinheiro (2006, p. 1, grifos nossos), seguindo Comparato, ao definir os critérios para classificar uma Carta como um texto constitutivo do constitucionalismo social afirma que o advento do constitucionalismo social não se deu mediante substituição das liberdades negativas pelos direitos prestacionais, mas, sim, mediante complementação (somatório) dos direitos de liberdade (indivíduo contra o Estado) com os direitos de natureza social (indivíduo enquanto membro de uma coletividade, exercendo direitos através do Estado). Vê-se, portanto, que o que confere natureza social a determinado ordenamento constitucional é o reconhecimento manifestado pelo Estado – e expresso no texto de sua Lei Fundamental – no sentido de que, além de garantir, aos cidadãos, o respeito às liberdades clássicas de que são titulares, a sua intervenção no seio sociedade é desejada e necessária para que os indivíduos possam melhor desfrutar de seus direitos e de suas garantias.

Essa argumentação introdutória da autora se desdobrou em reforço ao posicionamento anterior de Comparato, para explicar que não serão consideradas, a Declaração Soviética dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado (1918) e a Lei Fundamental Soviética (10/07/1918), como exemplos do constitucionalismo social, mesmo reconhecendo “a forte inspiração social de tais diplomas”. Ela não consegue esconder seu ponto de vista ideológico, inclusive relativizando sua própria afirmação anterior:

a pretexto **de concretizar avanços em tema de direitos sociais, culminaram por aniquilar os direitos de liberdade**, cuja conquista levou séculos para efetivar-se. Na realidade, os **avanços obtidos em tema de direitos sociais** – se é que os houve *[sic]* – culminaram por ser ofuscados diante das **opressões manipuladas** por uma **auto-reconhecida ditadura (ditadura do proletariado)** que [...] buscava a **fusão entre Estado e sociedade**, mediante a **supressão das liberdades públicas**. Não se pode atribuir, pois, o caráter de vanguarda em tema de **proteção a direitos fundamentais** a uma Carta que, além de ter significado **um retrocesso** no que se refere à **liberdade pública de seus cidadãos**, simbolizou **típico instrumento de tratamento discriminatório e excludente** entre o **proletariado** e as **"classes possuidoras"**. (PINHEIRO, 2006, p.1).

Essa argumentação de Pinheiro segue a de Comparato, quando afirma que os direitos humanos, são fundados no princípio da igualdade essencial entre todos, de qualquer grupo ou classe social. Se os dois autores colocam como característica do constitucionalismo clássico a defesa dos direitos fundamentais de liberdade, fundados nesse mesmo princípio da “igualdade essencial entre todos”, foram bastante tolerantes em relação ao fato de tais direitos terem sido historicamente elaborados pela classe burguesa em função dos seus interesses e exercidos por ela, como Pinheiro admitiu com relação ao direito de propriedade, que também é central na citação de Comparato, destacada pela autora, que retoma Marx, embora não se posicione diante do questionamento do filósofo, que se refere justamente ao referido princípio:

Desde o seu ensaio juvenil sobre a Questão Judiciária, publicado em 1843, Marx criticou a concepção francesa de **Direitos dos Homens**, separados dos **direitos do cidadão**, como consagradora da **grande separação burguesa** entre **sociedade política e sociedade civil**, dicotomia essa **fundada na propriedade privada**. Os direitos do homem não passariam de barreiras ou marcos divisórios entre os indivíduos, em tudo e por tudo semelhante aos limites da propriedade territorial. E os direitos do cidadão, sobretudo numa época de sufrágio censitário, nada mais seriam do que autênticos **privilégios dos burgueses**, em **exclusão da classe operária**. (COMPARATO, 2001 apud PINHEIRO, 2006, p.6).

Mas Comparato é implacável ao tomar o mesmo princípio “da igualdade essencial entre todos” ao fazer referência, superficial e irônica ao “Manifesto do Partido Comunista”, de 1848, que esboça as linhas-mestras da sociedade comunista: “só os trabalhadores têm direitos e só eles constituem o povo, titular da soberania política”. O autor despreza do Manifesto as referências cuidadosas aos vários segmentos sociais que poderiam participar da aliança política com os trabalhadores (operários e camponeses), e aqueles que resistiriam ao avanço das forças populares nas revoluções socialistas. Bem como o sentido estratégico da teorização social e política de Marx e Engels almejando o fim das distinções de classe na futura sociedade comunista, quando todos forem, ao mesmo tempo, proprietários dos meios de produção e trabalhadores, e a consequente superação do próprio Estado (de uma classe) substituído pela livre associação dos produtores

diretos, convergindo com as ideias anarquistas, como reaparece no Capital de 1967 (1980).

O autor passa a defender uma concepção abstrata de “povo” única referência de aplicação do princípio “da igualdade essencial entre todos”, desprezando intencionalmente as desigualdades de classes sociais e de forças políticas que se aliam ou se confrontam abertamente nos momentos revolucionários, quando compara o referido Manifesto com a Constituição Mexicana: “Sem dúvida, na Constituição Mexicana de 1917 não se fazem as exclusões sociais próprias do marxismo: o povo mexicano não é reduzido unicamente à classe trabalhadora”.

Pinheiro (2006) esclarece o fundamento filosófico ao qual se filia, ao retomar as palavras de Vieira de Andrade, que ela considera “irretocáveis”, destacando o caráter “subversivo” de algumas doutrinas do “movimento socializante”, porque além de modificar/subverter profundamente o sistema dos “direitos fundamentais” também alterou/subverteu “a própria filosofia que lhes estava subjacente”, ou seja, a concepção liberal-capitalista dos direitos fundamentais, que eles parecem querer manter, trazendo consigo novas doutrinas e teorias.

Dentre as teorias/doutrinas “subversivas” menciona o marxismo-leninismo, acusando-o de “expropriar os direitos fundamentais, ao funcionalizá-los, colocando-os a serviço de um projeto de sociedade” *[sic]*²⁰⁰. Por isso exclui da denominação de constitucionalismo social, a Declaração e a Constituição Soviética, deixando de revelar quais foram as inovações desses textos.

Sua conclusão é cristalina, a respeito dos marcos em que se coloca para caracterizar o constitucionalismo social ao afirmar que a tradição liberal ocidental não foi dissolvida, ao contrário, ela passa “de uma maneira natural e perfeitamente coerente” dos direitos de liberdade aos direitos políticos (ambos de primeira dimensão tradicionalmente concebidos como direitos de índole negativa) e depois aos direitos econômicos e sociais, em face do advento do constitucionalismo social (ao incorporar um viés positivo que impõe ao Poder Público, a obrigação de fazer algo para garanti-los). O constitucionalismo social faz a síntese da condensação dos direitos de primeira, segunda e terceira dimensão, exemplificando com o “direito à

²⁰⁰ Pinheiro (2006), com base em Andrade apresenta outras duas doutrinas: a estatização fascista (que corporativizou os direitos fundamentais) e a massificação e o racismo nacional-socialista (que os destruíram por completo), tomadas simplesmente como teorias políticas totalitárias, nas quais incluiu o marxismo-leninismo, desconhecendo que são teoricamente opostas e politicamente antagônicas, alimentando assim o falseamento da realidade pelo senso comum.

Vida”, interpretado como o direito à uma existência digna - à saúde, à assistência social e ao lazer, bem como a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Silva (1996) afirma que o constitucionalismo social foi inaugurado com as Constituições republicanas: do México, em 1917; de Weimar-Alemanha, em 1919; e da Espanha, em 1931, que, nos seus respectivos países, foram pioneiras ao superar o constitucionalismo liberal (individualista), que ignorava os problemas sociais e a ordem econômica. Pisón (1998) complementa que desde as primeiras declarações de direitos podem rastrear-se pistas do que depois seria lugar comum nas constituições e nos textos internacionais na atualidade.

Por isso o direito de propriedade individual absoluto teve a possibilidade de transformar-se em obrigação para os fins sociais e econômicos do ordenamento produtivo, conforme Silva (1996). Esse autor retoma a contextualização feita por Mirkiné Guetzévitch em seu livro “As Novas Tendências do Direito Constitucional”, em 1933, no qual analisou as constituições de vários países nas primeiras quatro décadas do século XX, das quais ele era contemporâneo. As novas constituições foram redigidas numa época em que partido algum podia ignorar a questão social. O senso social do direito não é mais uma doutrina, ou uma escola jurídica. Não era possível distinguir-se entre o indivíduo político e o indivíduo social, por isso ocorreu a transformação da teoria geral do Estado e da doutrina dos direitos individuais, no sentido de ir além do reconhecimento da independência jurídica do indivíduo pelo Estado, para criar um mínimo de condições necessárias para assegurar a independência social do mesmo.

Segundo Comparato, resgatado por Pinheiro (2006), apesar do pioneirismo da Constituição mexicana, foi a de Weimar que representou o auge da crise do Estado Liberal do século XVIII e da ascensão do Estado Social do século XX, exercendo decisiva influência sobre a evolução de instituições políticas de orientações divergentes no Ocidente: de um lado, o movimento fascista na Itália, tomou por base suas disposições sobre o Estado-social-interventor, “para deformá-las e criar a organização corporativa da economia dominada pelo partido único”.

De outro lado, a partir do arcabouço jurídico constitucional de Weimar se ergueria o Estado da Democracia Social, que representou a melhor defesa da dignidade humana, ao complementar os direitos civis e políticos com os direitos econômicos e sociais, como uma alternativa tanto ao sistema comunista quanto ao liberal-capitalismo. Ainda que sua existência concreta tenha sido efêmera no México,

na Alemanha e na Espanha, em experiências republicanas, na primeira metade do século, foi retomado em vários países após o trágico interregno nazi-fascista e a 2ª Guerra Mundial, adquirindo uma estrutura mais elaborada (em Repúblicas ou Monarquias Parlamentaristas). O autor está se referindo às experiências históricas do *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social, na América do Norte e, sobretudo na Europa que conseguiu ao longo das três décadas “gloriosas” de crescimento econômico dos países centrais do mundo capitalista elevar os padrões de vida e de trabalho da população em geral.

Segundo ele os dois grandes Pactos Internacionais de Direitos Humanos, votados pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1966, foram o desfecho do processo de institucionalização da democracia social, iniciado pelas duas Constituições no início do século – a do México e a de Weimar.

Para Galloni (1993) as constituições dos países ocidentais do primeiro e segundo pós-guerra, o enunciado do conceito de função social da propriedade, inspirado na Constituição de Weimar, de 1919, retomava a tradição jusnaturalista da valorização dos direitos do homem (universal), em relação direta aos direitos fundamentais de liberdade, que incluem o direito de propriedade, submetido à função social.²⁰¹

4.3 Da Questão Agrária nos Séculos XIX e XX ao Princípio da Função Social (da Terra) no Constitucionalismo Social

Segundo Mezzomo (2005, p.10) o advento do Estado Liberal contra o Estado Patrimonial, de feição absolutista, que confundia a propriedade do Estado com a do Monarca, dado que o Estado era o monarca, contribuiu para a despersonalização do domínio público, ao separar a “*res publicae*” do denominado “domínio da coroa”.

No entanto as lutas camponesas continuavam no século XIX contra a servidão, contribuindo decisivamente para enfraquecer o poder dos senhores feudais, bem como contra o mencionado Estado Patrimonial, representado por Monarquias absolutistas modernas, que se alinharam e procuraram manter

²⁰¹ “*Bill of Rights*”: da “Declaração dos Direitos do Homem”, da revolução inglesa de 1689; da “Declaração do Povo de Bem”, da Virgínia e da “Declaração dos Direitos do Homem” que compunha o manifesto nacional da independência das colônias inglesas da América de 1776; da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” que nucleou a “Constituição Francesa”, de 1789 e outros manifestos das fases seguintes. Como afirmou Pereira (2001) “o princípio da igualdade jurídica” com relação aos direitos fundamentais também influenciou os reformadores do sistema político alemão e austríaco (século XIX).

privilégios feudais e eclesiásticos preservando os latifúndios e, com eles a alta posição social da aristocracia e nobreza da Corte e a defesa política das dinastias monárquicas, em diversos países europeus que viviam complexos processos de transição do Modo de Produção Feudal para o Capitalismo, com avanços e retrocessos.

No entanto, mesmo nos países capitalistas mais industrializados ou em vias de alavancar sua industrialização, os camponeses continuavam a lutar procurando resistir ao avassalador esvaziamento dos campos, com o desenvolvimento capitalista da agricultura, promovido ou sustentado pelo Estado burguês, independentemente da forma política que assumisse: Estado Liberal (Monarquias Constitucionais), como nas revoltas camponesas na Inglaterra em 1831 registradas por Arruda e Pilleti (1995); seja como Estado Imperial, francês representado pelos dois Bonapartes ou alemão representado pelo Kaiser Guilherme II onde se implantava a “via prussiana” em detrimento das terras comuns camponesas.

A primeira vez que Karl Marx se deparou especificamente com a questão agrária, foi em 1842/43 como redator do jornal *Rheinische Zeitung* (Gazeta Renana), publicado em Colônia, Alemanha, como recordou no prefácio de 1857 de sua Contribuição à Crítica da Economia Política (1977). Polemizando contra a decisão da Assembléia da Renânia (região alemã que mais sofria a influência da industrialização francesa da era napoleônica), que acusava os camponeses do vale do rio Mosela, por roubo de lenha, Marx adentrou “a esfera dos interesses materiais” resgatando o direito consuetudinário dos camponeses às terras comunais de florestas contíguas às aldeias (que ainda existia em toda a Europa como resquício da instituição feudal), essenciais para complementar sua subsistência e garantir sua reprodução social, que era flagrantemente desrespeitado, diante do crescente interesse do capital por aquelas terras.

Com o amadurecimento intelectual a partir dos seus estudos da economia política, na segunda metade daquele século, quando passou a observar os acontecimentos diretamente da Inglaterra, país que estava na vanguarda do desenvolvimento capitalista, Marx em sua obra máxima – O Capital, em 1867 (Livro I vol 1, 1972 e vol 2, 1980) já tinha compreendido que a expropriação do campesinato era o “segredo da chamada acumulação primitiva do capital” que não era apenas pré-capitalista e se detinha quando o capitalismo industrial se impunha, ao contrário era com ele exacerbada; e, estendendo sua análise para outros países, inclusive as

colônias modernas, afirmou que esse processo adquiria cores e ritmos específicos em cada formação social.

As lutas sociais camponesas, reivindicavam o direito natural de todos os produtores à terra, sem qualquer forma de servidão. A reconciliação entre trabalho e direito de propriedade num sentido produtivo e social, como um direito “comum” (coletivo) no meio rural era reforçada nas formulações teórico- políticas apesar de suas diferenças: renunciadas no movimento jacobino da revolução francesa, dos socialistas utópicos, anarquistas, marxistas (socialismo científico) assumido por comunistas e socialistas (que posteriormente defendem teses revisionistas).

Marx e Engels, em 1848 (1985) construíram a proposta de aliança operário-camponesa anunciada no Manifesto do Partido Comunista, considerando os camponeses indispensáveis na construção de uma revolução social. Eles investigaram as condições objetivas do campesinato em vários países e momentos históricos, concluindo que a dispersão das pequenas unidades de produção homólogas dificultava sua organização nacional, o que os tornava vulneráveis economicamente ao avanço da grande exploração capitalista e, ao mesmo tempo, subjetivamente retardava a formação da consciência de classe (em si, para si), o que os tornou massa de manobra no apoio a forças políticas conservadoras que acenavam para o atendimento de suas reivindicações específicas.

Também investigaram a natureza e o contexto de suas lutas para compreender o fracasso das inúmeras revoltas camponesas ocorridas historicamente analisadas por Engels em 1850 (ENGELS, 1975); quanto para avaliar seu papel nas lutas sociais vindouras e como incorporar suas bandeiras nos programas dos partidos revolucionários do final do século XIX, e em “O problema camponês na França e na Alemanha”, em 1895 (1981).

O mais importante estudo sobre a questão agrária no conjunto dos países europeus foi o de Karl Kautsky, em 1898 (1980). Vladimir I. Lênin também se deteve nessa temática na Rússia, em textos do período pré e pós-revolução russa no século XX, de 1898 a 1923.

A participação camponesa em processos revolucionários no início do século XX, sem adentrar no seu papel na construção da Revolução Social e do Estado Socialista na Rússia e depois na URSS, teve rebatimento direto na primeira das três Constituições que representam marcos do constitucionalismo social e da Democracia Social nos países capitalistas – a Constituição Mexicana.

4.3.1 A Revolução Camponesa e a Constituição Mexicana de 1917

Segundo Pinheiro (2006), a Constituição promulgada na cidade de Querétaro, México, em 31 de janeiro de 1917, configura o reconhecimento e a positivação, das reivindicações e dos princípios inspiradores da Revolução Mexicana, iniciada em 1910, como também foi enfatizado por um protagonista da época, o constitucionalista e ex-presidente da Corte Constitucional Fix-Zamudio. A autora ressalta que a análise do texto constitucional, ainda em vigor (apesar de emendas posteriores) leve em conta seus antecedentes históricos.

Para os objetivos desta Tese, cabe ressaltar desde o início que a mencionada Revolução Mexicana, não deve ser tratada como um processo revolucionário unívoco, reconhecendo-se desde logo que, a partir de divergências internas, desdobrou-se em duas revoluções: uma revolução liberal e uma revolução camponesa, apoiada em Felipe Deveza, em seu texto “Revolução Mexicana: cem anos da heroica guerra camponesa por terra e liberdade” (2010). Portanto interessa destacar a natureza agrária desta Carta dentro das contribuições ao constitucionalismo social.

A ditadura de Porfírio Díaz que se arrastava há quarenta e quatro anos, desde 1876, se sustentava no exército com poder de polícia, na Igreja Católica com ampla liberdade de ação, em grandes empresas privadas nacionais e estrangeiras, notadamente americanas, que exploravam algodão, milho e petróleo e nos grandes proprietários de terra (*terratenientes*), beneficiados pela política governamental de extinção dos “*ejidos*” (terras das comunidades indígenas). As insatisfações nacionais contra o crescente autoritarismo foram canalizadas para as eleições presidenciais (de 1910), quando Francisco Madero, latifundiário de tendência política liberal, se candidatou contra o ditador, foi preso, e Díaz, como candidato único foi reeleito. Mas não deteve o avanço da revolução mexicana que mobilizou milhões de camponeses e índios (despojados de suas terras).

Madero fugiu da prisão, exilou-se nos Estados Unidos e de lá lançou uma conclamação à rebelião armada contra Díaz, prometendo no novo governo, promover a reforma eleitoral e a reforma agrária. A resposta popular foi imediata e, rapidamente, a revolta se espalhou pelo país. Ao sul, o chefe camponês Emiliano Zapata, comandava 20 (vinte) mil homens armados com fuzis e facões utilizados para o corte de cana de açúcar (“Legião da Morte”) e ao norte destacavam-se

Pancho Villa e Pascual Orozco. Diante do levante camponês armado, o ditador renunciou e fugiu.

Madero foi eleito Presidente, em 1911, mas não cumpriu as promessas evidenciando o realinhamento dos burgueses com os latifundiários e interesses americanos, perdendo o apoio dos líderes camponeses que se recusaram a depor as armas. A intensa agitação social que se seguiu desembocou na revolução agrária, conforme Deveza (2010), ao se unirem os dois exércitos camponeses que lutavam por "*Tierra y Libertad*", tomarem a capital, lançarem em novembro daquele ano, o avançado programa agrário zapatista - "Plano de Ayala", de reforma agrária nas regiões por eles controladas no norte e no sul e repelirem a repressão comandada pelo general do exército Victoriano Huerta.

Dois anos depois, em fevereiro de 1913, o general Huerta assassinou o presidente e tomou o poder, o que levou à instauração do movimento constitucionalista, para restaurar a ordem democrática, formado por quatro líderes militares de todas as regiões do país, chefiada por Venustiano Carranza, Álvaro Obregón, ambos liberais, com participação de Zapata e Villa. O movimento proclamou o "Plano de Reconstrução Constitucional" e pressionou Huerta por mais de um ano, que afinal, em julho de 1914 renunciou passando o governo para Carranza.

As forças vitoriosas, todavia, dividiram-se quanto aos rumos do processo revolucionário: detendo-se nos limites de uma revolução liberal ou procurando avançar para operar as transformações sociais estruturais numa revolução popular. O objetivo de Carranza e Obregón era a reforma da Constituição Liberal de 1857 (constitucionalistas), enquanto Zapata e Villa (convencionistas) defendiam as transformações radicais reivindicadas pela convenção de Aguascalientes, daquele mesmo ano: proibição da reeleição do Presidente da República, retorno dos "*ejidos*" com a devolução das respectivas terras às comunidades indígenas, nacionalização das grandes empresas e bancos, consolidação de direitos trabalhistas à classe média emergente e separação radical entre Igreja e Estado. Venceram os primeiros e Carranza deu início ao processo gradual de construção das novas instituições mexicanas sem a radicalização desejada pelas forças populares.

A resistência armada camponesa prosseguiu, tornando os antigos aliados em inimigos. Nas regiões controladas pelos exércitos camponeses, sobretudo por Zapata no antigo território asteca ao sul, de forte tradição camponesa, começaram a

ser colocadas em prática, à revelia do governo oficial, as reformas do “Plano de Ayala”: devolução da terra às comunidades indígenas, expropriação de um terço das terras dos grandes proprietários para distribuição aos camponeses sem terra e confisco total das terras de quem se opusesse às reformas. Além da reforma agrária radical, formaram escolas técnicas, fábricas de ferramentas, um banco de crédito rural – Banco Agrícola Nacional e um Partido Agrário.

A partir de 1915 (durante a primeira guerra mundial) a correlação de forças mudou com a derrota temporária do exército do norte (liderado por Villa), obrigando o recuo de Zapata, mesmo assim mantiveram a resistência avançando nas ações revolucionárias. Buscando legitimar-se diante das concretizações promovidas por Zapata, Carranza convocou a Assembléia Constituinte, que procurou institucionalizar e regulamentar as reivindicações revolucionárias. Pinheiro (2006) resgata de Daniel Moreno a ideia de que poucas vezes o pensamento jurídico foi devedor de forma tão determinante da realidade social e das idéias postas em jogo, como no caso da Assembléia constituinte mexicana, devido a causas econômicas, sobretudo a dura exploração que sofriam os camponeses e as paupérrimas condições em que viviam os operários.

Pinheiro (2006) retoma as reflexões sobre a Assembléia Constituinte Mexicana “El Constitucionalismo Social Mexicano – La integración constitucional de México (1808-1988)”, de Jorge Sayeg Elú. O autor observa o curtíssimo espaço de tempo de discussão e aprovação do novo texto constitucional, já que a Assembléia Constituinte foi aberta em 01/12/1916 e a nova Constituição foi promulgada apenas dois meses depois. Os militares formavam a maioria da constituinte, mas tornaram-se os portadores das idéias mais radicais ali suscitadas. O projeto de “constituição reformada” (da constituição liberal de 1857), apresentado por Carranza foi tido como deficiente, sobretudo com relação às reformas sociais, tratadas de forma ampla, quase abstrata cuja regulamentação dependia de lei ordinária. Os legisladores constituintes assumiram elaborar “as leis reclamadas pelo povo nos campos de batalha”, sobretudo camponeses e índios.

A nova Carta Magna, promulgada na cidade de Querétaro, em 31 de janeiro de 1917 instituiu a República Liberal e inaugurou o constitucionalismo social, dando expressão máxima às aspirações reivindicadas pela revolução mexicana, ou melhor, representou uma resposta reformista à primeira revolução camponesa do século XX (que seria seguida pela revolução chinesa em 1949) e uma das mais importantes da

América Latina até hoje, juntamente com a revolução cubana, em 1959, apesar de estar presente a inspiração da doutrina anarcossindicalista de Bakunin.

A autora analisou em que medida os direitos constitucionais efetivamente inovaram em tema de concretização de direitos fundamentais sociais²⁰², Após analisar todo o texto constitucional a concluiu que o texto apresenta inúmeros direitos civis e políticos clássicos à liberdade (primeira dimensão)²⁰³ reunidos enquanto garantias individuais (cap 1), dentre os quais destaca-se aqui a proibição da escravidão e a vedação da prisão por dívida, por sua importância nas relações agrárias.

A Constituição introduziu as determinações de índole social direitos sociais (de segunda dimensão)²⁰⁴, dos quais são destacados aqui o direito ao trabalho e ao produto que dele resulta e a proibição de contratos que importem na perda de liberdade do indivíduo. Os dois pilares que correspondiam às aspirações e reivindicações veiculadas pela Revolução Mexicana se encontram no Título VI (art. 123) – Do Trabalho²⁰⁵ e Previdência Social²⁰⁶ e o art. 23 relativo à Questão Agrária.

²⁰² A Constituição Mexicana promulgada em 31/01/1917(entrou em vigor em 01/05/1917) compunha-se de 136 artigos (a maioria deles, longos e com vários incisos), além das disposições transitórias. Esses 136 artigos foram sistematizados em IX Títulos, que podiam, por sua vez, dividir-se em capítulos e seções. A autora procedeu a análise de cada um deles destacando o Título I da Constituição Mexicana de 1917 formado por IV Capítulos, quais sejam: Das Garantias Individuais (Cap. I), Dos Mexicanos (Cap. II), Dos Estrangeiros (Cap. III) e Dos Cidadãos Mexicanos (Cap. IV); e o Título VI (composto exclusivamente pelo célebre artigo 123), Do Trabalho e da Previdência Social.

²⁰³ Os direitos de primeira dimensão: igualdade entre os sexos; liberdade de expressão e de informação, vedação à censura prévia; direito de petição; liberdade de reunião e de associação; direito à livre circulação; princípio do juiz natural e proibição de juízo de exceção; irretroatividade das leis prejudiciais aos cidadãos; devido processo; legalidade em matéria penal; vedação à extradição por crimes políticos; inviolabilidade de domicílio; sigilo de correspondências; vedação ao exercício arbitrário das próprias razões; acesso gratuito ao Poder Judiciário, garantias do acusado; vedação de penas cruéis; princípio do *non bis in idem*; liberdade religiosa; mandato de seis anos conferido ao Presidente da República sem reeleição, alternância política e separação Estado/Igreja.

²⁰⁴ Os direitos e garantias de segunda dimensão, presentes nos arts. 27 e 123 estão dispersos ao longo de todo o texto: proteção à família, direito à saúde (dever da Federação e entidades federativas), direito à moradia digna (com apoio Estatal), proteção pública dos menores e a vedação à constituição de monopólios de natureza econômica.

²⁰⁵ São inúmeros os direitos sociais (de segunda dimensão) especificamente relacionados ao trabalho: direito ao emprego (obrigação do Estado de promover a criação de postos de trabalho); jornada de trabalho máxima de 8 (oito) horas; jornada noturna de 6 (seis) horas; proibição do trabalho aos menores de 14 e jornada máxima de 6 (seis) horas aos maiores de 14 e menores de 16; um dia de descanso para cada 6 dias trabalhados; direitos das gestantes; salário mínimo digno (estabelecido numa comissão nacional formada por representantes dos trabalhadores, patrões e do governo); direito a salários iguais aos que exercem iguais funções, sem discriminação de gênero ou nacionalidade; participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; horas extras limitadas a três diárias, realizadas no máximo três dias consecutivos, e acrescidas de 100%; criação de um fundo nacional de habitação (administrado pelo Governo Federal, trabalhadores e patrões); direito à capacitação ao trabalho; responsabilidade do

A autora apoiada em Ary Brandão Oliveira, Nestor de Buen e Mário de la Cueva ressalta que a população mexicana em 1910, era eminentemente composta por camponeses dado, por isso o viés camponês da revolução mexicana. O México mal iniciava seu processo de industrialização, por isso, embora contasse com uma pequena classe trabalhadora (leia-se classe operária), ela não teve nenhum papel no processo revolucionário. A questão operária ainda não se fazia sentir, mas a sensibilidade dos jovens generais e chefes revolucionários, bem como do governo presidencialista, antecipou soluções enérgicas para regular as relações de trabalho, inaugurando o direito constitucional do trabalho²⁰⁷. Destaca-se aqui a inclusão dos trabalhadores do campo e dos camponeses e familiares na lei de seguro social.

O segundo pilar do atendimento das legítimas reivindicações revolucionárias mexicanas se encontra no art. 27 que tratou da questão agrária, resgatando as idéias centrais da Revolução camponesa:

a propriedade da nação relativamente às terras e águas (que podiam, ou não, ser transmitidas a particulares, mediante propriedade privada), a possibilidade de desapropriação de terras por utilidade pública, mediante indenização, a proteção da pequena propriedade (art. 27, XV) e a função social da propriedade.

Ao disciplinar o modo de organização dos assentamentos, a Constituição mexicana mencionou a necessidade de se editar medidas para preservar e restaurar o equilíbrio ecológico e para evitar a destruição dos elementos naturais. Dessa forma articulou a reforma agrária com os direitos fundamentais de terceira dimensão²⁰⁸, de titularidade difusa, que protegem a coletividade como um todo,

empregador por acidente de trabalho; direito à formação de sindicatos; direito de greve (inclusive em favor dos patrões e funcionários públicos); criação das juntas de conciliação (igual número dos trabalhadores e dos patrões e um do governo); direito à indenização em caso de demissão sem justa causa.

²⁰⁶ Outro direito social (de segunda dimensão) assegurado foi o reconhecimento da utilidade pública da Lei de Seguro Social (seguros por invalidez, velhice, de vida, de interrupção involuntária do trabalho, de enfermidades e acidentes de trabalho e qualquer outro destinado à proteção e ao bem-estar dos trabalhadores, camponeses não-assalariados e outros setores sociais e familiares).

²⁰⁷ A autora chama a atenção para a notável abrangência e extensão do rol de direitos trabalhistas, incluindo prescrições de índole eminentemente infraconstitucional.

²⁰⁸ Os direitos de terceira dimensão são relativos ao meio ambiente equilibrado, à paz, à autodeterminação dos povos e à preservação do patrimônio histórico e cultural. O artigo 3º das Constituição Mexicana, ao versar sobre o sistema público de educação, afirma que este deverá promover, além de todas as faculdades do ser humano, "a consciência da solidariedade internacional". No artigo 25, que trata sobre a intervenção do Estado no domínio econômico, afirma-se que os setores sociais e privados da economia sujeitam-se aos interesses públicos e ao uso, em benefício geral, dos recursos produtivos, devendo-se cuidar, portanto, de sua conservação e do meio ambiente.

reforçando os princípios da fraternidade ou da solidariedade. Colocou em relação de recíproca interação e mútua influência o direito à propriedade (1ª dimensão), a função social da propriedade (2ª dimensão) e a proteção ambiental (3ª. dimensão), com nítida percepção do caráter complementar que lhes é inerente. A dimensão ambiental não reapareceria nas duas Constituições posteriores referenciais do constitucionalismo social.

Dois anos mais tarde, em 1919 a nova Constituição não “saía do papel”, completamente ignorada pelo Governo, que, na prática combinava a política populista com dura repressão às forças populares: Zapata foi assassinado, mas não arrefeceu a guerra civil até que, em 1920, Carranza foi deposto e morto, assumindo o general Obregón, quando Villa abandonou a luta, mas, mesmo assim, também foi assassinado, três anos depois.

Deveza retomou de Adolfo Gilly, em “A Revolução Interrompida” em 1980, que devido à traição da burguesia mexicana liberal (dirigente do governo Carranza) em relação às expectativas da massa camponesa e indígena devido à aliança interna com os latifundiários alinhada com interesses imperialistas americanos e os limites programáticos e a direção regionalista camponesa, sem aliança com o proletariado urbano. As agitações sociais e políticas no México se prolongariam por duas décadas, mas as forças revolucionárias se institucionalizaram²⁰⁹. No final do século ressurgiria no sul do país o exército zapatista de libertação nacional, comandado pelo vice-comandante Marcos, marcando o ressurgimento das lutas camponesas²¹⁰.

Embora os juristas estudados tratem de uma única Revolução Mexicana, reconhecendo dentro dela uma maioria numérica camponesa sem desconhecer suas lideranças – Zapata e Villa -, a opção desta Tese foi destacar a Revolução Camponesa Mexicana, seguindo Deveza (2010) que se deu inicialmente por dentro da Revolução Liberal, mas dela divergiu, se apartou e implementou um programa de reforma agrária radical, sendo duramente reprimidas, e seus líderes mortos pelas forças liberais no governo formado com seu apoio anterior, reeditando o clássico processo de traição burguesa à aliança com forças populares, quando chega ao poder, preferindo o realinhamento com forças econômicas e políticas conservadores.

²⁰⁹ Em 1929 foi fundado o Partido Revolucionário Nacional (PRN), rebatizado, em 1938, de Partido Revolucionário do México e, em 1946, de Partido Revolucionário Institucional (PRI), que se tornou, por décadas, o virtual partido único no país.

²¹⁰ Ver OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (org). Chiapas: construindo a esperança, 2002.

Outro aspecto que merece atenção é a aproximação entre a revolução camponesa mexicana e a revolução russa, pela contemporaneidade pela composição popular e pelo fundamento no pensamento socialista-anarquista de Bakunin e marxista respectivamente evidenciada pelas palavras do próprio Zapata (que não conheceu pessoalmente a experiência russa) em carta ao general Genaro, em 1918, resgatadas por Deveza:

Muito ganharíamos, muito ganharia a humanidade e a justiça, se todos os povos da América e todas as nações da velha Europa compreendessem que a causa do México Revolucionário e a causa da Rússia são e representam a causa da humanidade, o interesse supremo de todos os povos oprimidos [...]. Aqui como lá, existem grandes senhores, desumanos, gananciosos e cruéis que vêm explorando de pais a filhos até a tortura as grandes massas camponesas. E aqui, como lá, os homens escravizados, os homens de consciência adormecida, começam a despertar, a sacudir-se, a agitar-se, a castigar [...]. Não é de se estranhar pelo mesmo que o proletariado mundial aplauda e admire a Revolução Russa, do mesmo modo, que outorgará toda a sua adesão, sua simpatia e seu apoio a esta Revolução Mexicana, ao dar-se cabal conta de seus fins”. (Carta de Emiliano Zapata ao General Genaro Amescua, Tlaltizapán, Morelos, em 14 de fevereiro de 1918).

Por fim, com relação ao que é enfatizado nesta Tese, tão grave e abrangente era a questão agrária no México, e tal foi a importância da revolução camponesa que permitiu que suas reivindicações fossem contempladas pela Lei Magna da República do México, de 1917, sendo sua natureza fundamentalmente agrária ressaltada pelos diversos juristas. A partir dela, o princípio da função social da terra se estendeu ao princípio social da propriedade (qualquer que seja ela), e não poderia mais ser desprezado nos textos constitucionais posteriores. Nesse aspecto ela teve mais importância que a Constituição de Weimar, que incorporou tal princípio geral, difundindo-o.

4.3.2 A Constituição de Weimar, de 1919: Opção do Socialismo Reformista em Aliança com a Burguesia pela Democracia Social contra a Revolução Proletária

Segundo Maria Claudia B. Pinheiro (2006), a Constituição de Weimar, de 1919, foi promulgada no contexto da derrota da Alemanha na primeira guerra

mundial²¹¹. O exame dos seus antecedentes históricos evidenciam que politicamente ao instituir República Democrática Parlamentar Liberal, foi uma resposta das forças socialistas reformistas em aliança com a burguesia liberal e, mesmo, com conservadores do Império alemão (que recuavam naquele momento admitindo dividir o poder com o Parlamento), abortou um processo revolucionário radical que proclamara, na Baviera, em 8 de novembro de 1918, uma “República Democrática e Socialista”, liderada por Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, do grupo *Spartakus*, formando um governo paralelo ao do Império alemão encarnado pelo Kaiser Guilherme II ²¹².

As forças socialistas reformistas, sobretudo o Partido Socialista Majoritário Alemão – MSPD, chefiado por Friedrich Ebert, assumiram de imediato a dianteira da reação, rompendo com o governo imperial²¹³, convocando uma greve geral, proclamando uma “República liberal”, formando um governo provisório do MSPD, chamando o Partido Social Democrático Independente – USPD²¹⁴ para isolar as forças de esquerda radicais e contemplando a massa operária ao promulgar decretos estabelecendo a jornada de trabalho de oito horas, o direito de voto às mulheres e várias medidas de assistência social aos setores mais carentes da população, além de desencadeando o processo eleitoral constituinte. Paralelamente promoveu dura repressão às forças do governo socialista, derrotando-o.²¹⁵

Os resultados da eleição da Assembleia Nacional (em 6 de fevereiro), contrariando as expectativas, não deram maioria aos socialistas,²¹⁶ que perdem a

²¹¹ Pinheiro (2006) retoma as informações de Comparato, de 2001, sobre o saldo negativo da guerra para a Alemanha que contou cerca de dois milhões de mortos e desaparecidos (quase 10% da população masculina), além de incontáveis mutilados, gerando grande instabilidade, descrença nos valores tradicionais do Império e tendência a soluções extremas.

²¹² A rebelião dos marinheiros no porto de Kiel, em 29 de outubro de 1918, descumprindo uma ordem do comando da frota de alto-mar, de se lançarem à “batalha final” da primeira guerra, ao ganhar adesão da maior parte das forças navais, desencadeou numa guerra civil, ao mesmo tempo multiplicavam-se os “conselhos de soldados e operários” semelhantes aos *soviets* russos, desembocando dez dias depois na proclamação do governo socialista.

²¹³ Forçou a abdicação de Guilherme II, não aceitou a nomeação do Príncipe Max de Baden, como chefe de governo, nem sua designação para que o líder do MSPD como chanceler, sendo a República anunciada por seu ministro Philip Scheidemann do balcão da chancelaria em Berlim.

²¹⁴ O USPD propunha a instituição da ditadura do proletariado e a completa socialização da economia, bandeiras idênticas às do *Spartakus*, mas submeteu-se à proposta de aliança com a força majoritária aceitando o processo constituinte para referendar uma democracia liberal (revolução democrático-burguesa).

²¹⁵ Forças policiais (grupos paramilitares) do governo liberal provisório MSPD-USPD travaram sangrentos combates de rua, contra as milícias do governo socialista, entre 6 e 15 de janeiro de 1919, em Berlim, capturando os líderes do *Spartakus*, Liebknecht e Luxemburgo, sumariamente executados.

²¹⁶ Os partidos socialistas obtiveram 185 vagas (163 do MSPD e 22 do USPD) das 414 cadeiras.

direção do processo político, passando a depender de alianças com a burguesia liberal e forças aristocráticas ligadas à dinastia imperial no processo constituinte, que se estenderia até 31 de julho.

O projeto de Constituição redigido por Hugo Preuss, discípulo do historiador do direito e teórico do antigo comunitarismo germânico, Otto v. Gierke, que procurava conciliar ideias pré-medievais com exigências socialistas ou liberais-capitalistas da civilização industrial foi discutido, emendado e aprovado²¹⁷, instituindo uma singular “república democrática parlamentar”, de fato uma Monarquia Constitucional (Império)²¹⁸, entre 1919 e 1933, quando seria derrotada pelo Partido nazista, liderado por Adolf Hitler, que implantou um regime totalitário.²¹⁹

A Constituição de Weimar (*Weimarer Verfassung*), apesar das ambiguidades, apresentou, nas palavras de Comparato de 2001, conteúdo “equilibrado” e “prudentemente inovador”, introduzindo novos valores sociais, por isso, da mesma forma que a constituição mexicana dois anos antes, foi um dos marcos do constitucionalismo social.

Em sua estrutura dualista a primeira parte tem por objetivo apresentar a nova organização do Estado que quebrava o poder imperial e se reorganiza em função da Sociedade e não mais do indivíduo. A Constituição assume uma orientação marcadamente social e não individualista, e em função disso o Estado estrutura-se para realizar políticas públicas e programas de ação governamental que imprimam nova orientação na política de investimentos e de distribuição de bens, promovendo pela via tributária uma intervenção no livre jogo do mercado e uma redistribuição de renda (atitude positiva), com base no princípio da isonomia, no combate às

²¹⁷ A Constituição foi aprovada por 272 votos (apenas 87 votos além da bancada socialista), registrando 75 votos contrários e 67 abstenções.

²¹⁸ Conforme Comparato o novo Estado, que se quis reconstruir sobre as ruínas do antigo é anunciado pela Constituição: “o império alemão (das *Deutsche Reich*) é uma República!” De fato não abolia formalmente o Império Alemão, ou Reino (monarquia), mas substituiu a personalidade do Imperador ou Kaiser pela do Presidente Imperial ou Presidente do Império, que era eleito democraticamente pelo povo e nomeava o Chanceler do Império, que passava a responder ao parlamento (*Reichstag*), consagrando a proposta inicial conciliadora do Kaiser Guilherme II.

²¹⁹ Ainda seguindo Comparato, pouco antes de encerrarem os trabalhos a Assembleia Nacional Constituinte teve que ratificar o tratado de Versalhes, em 9 de julho, por meio do qual as potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial, impuseram à Alemanha indenizações de guerra em montante desproporcional e insuportável, o que segundo o economista inglês John Maynard Keynes, sangrou financeiramente o país por dez anos, o que, com o colapso da Bolsa de Nova York (1929) e a grande depressão mundial que se seguiu, propiciou a entrada em cena da barbárie nazista, que destruiu a República de Weimar em poucas semanas, no início de 1933. Contudo tecnicamente a Constituição de Weimar permaneceu em vigor durante o Terceiro *Reich*, até a sua derrota na Segunda Guerra Mundial, em 1945.

desigualdades (que estabelecem uma relação de inferioridade de pessoas ou grupos em relação a outros).

Na segunda parte apresenta a declaração dos direitos e deveres fundamentais, ou as clássicas liberdades individuais, como instrumentos de defesa contra o Estado, que os novos Poderes Públicos não estavam autorizados a invadir (de primeira dimensão) e mesmo aí não se voltou apenas a indivíduos, mas também, de modo pioneiro a grupos sociais²²⁰ Também estabelecia os novos direitos de conteúdo social (de segunda dimensão), relativos à família²²¹, às relações de produção e de trabalho, à previdência, à saúde, à cultura, e, sobretudo a educação pública.

Um dos pilares da construção da Democracia Social, que Pinheiro retoma de Comparato foi o conjunto de normas do trabalho, ressaltando dois aspectos: primeiramente foi assentado o direito ao trabalho, que o sistema liberal-capitalista sempre negou; o que implicou o dever do Estado de desenvolver a política de pleno emprego. Em segundo lugar a extraordinária antecipação histórica da preocupação em se estabelecerem padrões mínimos de regulação internacional do trabalho assalariado, tendo em vista a criação, à época ainda incipiente, de um mercado internacional de trabalho, incorporando as convenções aprovadas pela então recém-criada Organização Internacional do Trabalho – OIT. Foi instituída a participação de empregadores na regulação estatal da economia, mas não a de trabalhadores, como na constituição mexicana. O segundo pilar foi a educação pública²²², incorporando a evolução ocorrida durante o século XIX diante dos flagrantes

²²⁰ Atribuiu aos grupos sociais de expressão não alemã o direito de conservarem o seu idioma respeitando e protegendo as diferenças culturais, que não implicam a superioridade de alguns em relação a outros. Esse aspecto é importantíssimo e a despeito da constituição permanecer em vigor, foi absolutamente invertida quando os nazistas disseminaram o mito da “superioridade racial ariana” e passaram a discriminar, isolar em guetos, perseguir e exterminar judeus e outros grupos culturalmente diversos. O respeito às diferenças seria estendido às diferenças biológicas ou deficiências naturais de indivíduos.

²²¹ A Constituição alemã introduziu pela primeira vez na história do direito ocidental, no campo da vida familiar a regra da igualdade jurídica entre marido e mulher e equiparou os filhos ilegítimos aos legitimamente havidos durante o matrimônio, no que diz respeito à política social do Estado, além de por a família e a juventude sob a proteção estatal.

²²² O Estado assumiu o dever fundamental da educação escolar. A educação fundamental foi estabelecida com a duração de oito anos, e a educação complementar até os dezoito anos de idade do educando. Outro aspecto inovador foi a possibilidade de adaptar o ensino escolar ao meio cultural e religioso das famílias. O ensino fundamental e complementar e o respectivo material didático eram gratuitos e previu-se a concessão de subsídios públicos aos pais de alunos considerados aptos a cursar o ensino médio e o superior.

impactos positivos na elevação social das camadas mais pobres da população em vários países da Europa Ocidental.

Interessou a esta Tese buscar na Constituição de Weimar como ela se colocou diante do direito de propriedade (um dos direitos fundamentais de primeira dimensão) e se levou em conta o princípio da função social da propriedade (de segunda dimensão).

Silva (1996, p. 42) retomou a obra “O direito agrário nas constituições europeias” de Galloni, em 1983, na qual ele ressalta a importância da referida Constituição de Weimar, a partir da qual²²³ as constituições passaram a consagrar direitos econômicos e sociais. O direito de propriedade foi repensado, incorporando a função social que explicitava ser o direito individual condicionado à “obrigação para os fins sociais e econômicos do ordenamento produtivo”, e seu descumprimento passível de punição. Seu artigo 153 seção V da vida Econômica expressa o que garante a propriedade, define seu conteúdo e seus limites. Prevê a expropriação, mediante justa indenização, e, no caso de litígio acerca do quantitativo da mesma, o recurso aos tribunais ordinários. O uso e exercício da propriedade deve representar uma função social. Dessa forma foi bastante avançada ao deixar claro que a propriedade não comporta só faculdades, mas também obrigações, indicando assim as garantias econômico-sociais dos cidadãos. Indiscutivelmente, consagrou a função social como limite ao direito individual do proprietário.

Os constituintes alemães não fizeram qualquer referência à realidade social do campo alemão do final da segunda década do século XX, naturalizando a via prussiana de desenvolvimento capitalista da agricultura, ou seja, a via clássica que promovia a concentração fundiária, sendo omissos com relação ao direito agrário ou rural, desconsiderando sua evolução desde a segunda metade do século anterior²²⁴ ou a Constituição mexicana, de dois anos antes. No entanto ao determinar o princípio geral da função social da propriedade em geral, a função social da terra está implícita.

²²³ Apesar do pioneirismo da Constituição Mexicana foi a Constituição de Weimar que teve mais difusão nos debates no âmbito do direito e da política na Europa e de lá influenciando outros países no mundo.

²²⁴ Desde a segunda metade do século XIX até as duas primeiras décadas dos noventa, o direito rural ou agrário havia avançado no plano internacional: a Argentina promulgou em 1865 seu Código Rural, em vigor, seguida pelo Panamá, Paraguai, Uruguai e até mesmo o Brasil iniciava essa discussão em 1908.

Silva (1996) mostra como a função social da propriedade se transmigrou para o âmbito do Direito Agrário tornando-se o mais importante dos seus princípios gerais, citando o professor espanhol Alberto Ballarin Marcial, ao focar o tema em sua obra “Função social da terra – evolução do princípio jurídico do direito de propriedade rural” (s/d). As duas constituições – mexicana e de Weimar - contribuíram não apenas diretamente por incorporar o princípio da função social da terra, mas porque estabeleceram um novo modelo de Estado social repeliu o Estado-mínimo do liberalismo, na medida em que não apenas carregaram ao Estado uma série de pesados encargos sociais, mas também por valorizarem a propriedade de bens pelo Estado (sobretudo imóveis) tratados como elementos indispensáveis à consecução da finalidade máxima do Estado: o bem comum. Dessa forma o conteúdo da propriedade privada (da terra) ganhou novos contornos superando a concepção como direito absoluto individual²²⁵.

Uma das características contidas no conceito de propriedade privada da terra é que ela seria entendida como uma “propriedade revogável” (verbetes escritos por Ferreira em Sandroni, 1985), ou seja, a possibilidade do Estado “reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua”, que está sujeita “a ser revogada ou destinada a extinguir-se independentemente da vontade do proprietário”.

4.3.3 A Constituição Espanhola, de 1931: a Construção Republicana Tardia contra a Nobreza e a Igreja e a Influência das Forças de Esquerda Radicais

O terceiro marco do constitucionalismo social, a Constituição da Espanha, de 1931, refletiu a realidade do país que perdera para as demais potências imperialistas todas as colônias do seu imenso império ultramarino moderno até o final do século XIX e internamente ainda era marcadamente agrário com desenvolvimento social e cultural desigual entre as cidades e o país rural, entre regiões e entre classes e dominado pela Igreja Católica e uma Monarquia Parlamentarista fragilizada pelo golpe ditatorial -1923-1931.

²²⁵ Propriedade significa pertença ou direito legítimo, direito de usar, gozar e dispor de bens, sobre os quais se exerce esse direito de propriedade plena, no qual posse, uso, gozo e disposição se acham reunidos na pessoa do proprietário. Apesar de superado juridicamente muitos ainda defendem essa concepção na atualidade.

Essa reflexão se baseia no texto de Paulo Preston “*The Spanish Civil War: Reaction, Revolution, and Revenge*” (2010).²²⁶ A Carta Magna republicana espanhola voltou a dar grande peso à questão agrária, não pelo protagonismo camponês, mas porque a própria burguesia liberal em aliança com forças de esquerda, lutava contra a nobreza e o poder eclesiástico, extinguindo a primeira instituição sumariamente e decretando a separação entre Igreja e Estado fatal para a segunda, expropriando seus latifúndios.

Os antecedentes históricos da Constituição de 1931 remontam ao Rei Alfonso XIII, que, buscando legitimidade para a continuidade das instituições monárquicas²²⁷, propôs a Monarquia parlamentarista e convocou eleições municipais para a Assembleia Nacional Constituinte, realizadas em 12 de abril de 1931.

Apesar da previsível vantagem dos partidos monárquicos na conquista de lugares (graças a um artigo da antiga constituição que promovia o caciquismo), o número de votos obtidos pelos partidos republicanos foi muito maior, sobretudo nas zonas urbanas que tinham crescente importância na vida econômica e social do país. Diante da falta de apoio popular o Rei, sem abdicar formalmente, foi para o exílio, no dia 14, em Paris e depois Roma. A bandeira tricolor republicana tinha sido levantada em Eibar, na véspera e no mesmo dia da partida do Rei, nas principais cidades espanholas, incluindo Barcelona e Madrid, que proclamaram a II República, composta por uma “Frente Popular”, na qual além de liberais republicanos, havia socialistas e comunistas. O governo provisório, instalado por decreto de 6 de maio de 1931, foi presidido por um fazendeiro católico de Córdoba, Niceto Alcalá Zamora, confirmado na presidência pelas Cortes, eleitas em 28 de junho, permanecendo no poder até 1936.

Foram esclarecedores do espectro ideológico das forças políticas presentes no processo constituinte os comentários do autor: a Comissão Jurídica Assessora das Cortes Constituintes, vinculada ao Ministério de Justiça para elaborar um anteprojeto de Constituição era composta por “homens de centro”, distinguindo-se das “forças radicais” que defendiam “outra visão” de República.

²²⁶ As informações históricas foram complementadas pelo Almanaque Abril Cultural, 2014.

²²⁷ O autor faz uma referência ao Rei reassumindo o poder após o período de ditadura do general Miguel Primo de Rivera, que interrompeu a estabilidade da Dinastia monárquica dos Bourbons desde 1700 ao dar o golpe em 1923, iniciando um governo de coloração fascista que reprimia manifestações operárias e reivindicações regionais.

Durante o processo constituinte as relações entre a Igreja Católica e a República eram tensas: assaltos e incêndios de Conventos, colégios e centros católicos (em maio). O cardeal primaz censurou o regime, organizou encontros clandestinos antirrepublicanos e foi expulso do país (em junho). A questão religiosa era tão delicada que em 14 de outubro o presidente Zamora abandonou o cargo em protesto, sem efeito contra os artigos 24 e 26 da nova constituição republicana, que separavam Igreja e Estado.

A Constituição foi aprovada por um referendo dia 6 de dezembro de 1931 e pelas Cortes Constituintes três dias depois, significando o início legal da Segunda Republica Espanhola, parlamentar, mas fortemente permeada pela influência das forças populares de esquerda em sua auto-definição: "uma República democrática de trabalhadores de toda classe, que se organiza em regime de Liberdade e Justiça".

A estrutura do texto constitucional tinha 9 capítulos (125 artigos ao todo) e duas disposições transitórias. Apresentava as garantias e direitos constitucionais como "*Direitos e deveres dos espanhóis*" (Título III), subdividido em - liberdades e direitos individuais (Cap, 1- Garantias individuais e políticas), ou seja, mantinha os direitos fundamentais de primeira dimensão²²⁸; e em direitos sociais (Cap 2: Família, economia e cultura)²²⁹, introduzindo os direitos de segunda dimensão.

O destaque inicial é que a Constituição suprimiu todo privilégio de classe social e de riqueza, o que equivalia a anular a nobreza como entidade jurídica e separou a Igreja do Estado, também abolindo os privilégios do clero e da Igreja.

O texto mostrava a influência das forças de esquerda no processo ao admitir a possibilidade de socialização da propriedade, indicando especificamente a nacionalização da terra, das minas, dos bancos, das ferrovias e dos principais serviços públicos. Também com relação à forma do Poder legislativo alterou a proposta da comissão que defendia o sistema bicameral, argumentando que prevalecia na imensa maioria dos países democráticos, contra um regime unicameral devido aos "inconvenientes de uma Câmara popular sem freio", que acabou por prevalecer, chamada "Congresso dos Deputados", eleitos diretamente

²²⁸ Os direitos civis e políticos reconhecidos eram: a liberdade religiosa, de expressão, reunião, associação e petição (ao governo), residência e circulação, escolha de profissão, inviolabilidade do domicílio e da correspondência, igualdade frente da justiça, o sufrágio é universal para homens e mulheres maiores de 23 anos conforme às leis.

²²⁹ Os direitos sociais era: proteção da família, direito ao divórcio, ao trabalho, à cultura, ao ensino.

por sufrágio universal²³⁰, além de incluir um mecanismo de democracia direta, o referendo popular, formalizado por 15% do corpo eleitoral exceto sobre tratados internacionais, leis tributárias ou estatutos regionais²³¹.

No ano seguinte (em 24 de janeiro de 1932) o governo dissolveu a Companhia de Jesus e confiscou todos os seus bens em Espanha. No entanto a instabilidade da correlação de forças posterior, com constantes ameaças golpistas²³², favoreceu os movimentos por autonomia regional²³³, não possibilitou que qualquer projeto de nacionalização fosse colocado em prática e praticamente impediu a efetivação dos direitos postos.

A “Guerra Civil Espanhola” estourou em 17 de julho de 1936 entre as forças republicanas (com participação de forças de esquerda), para garantir as eleições vencidas pela “Frente Popular” contra as forças militares do exército regular apoiados pela Igreja e oligarquia rural, que ganhou contornos internacionais: os violentos combates entre as milícias populares lideradas por anarquistas, socialistas e comunistas, apoiados pela URSS, com armas e milhares de voluntários das brigadas internacionais de 50 países; contra os militares, comandados pelo General Franco, apoiado por Hitler e Mussoline, que enviam tropas e aviões. Os republicanos reorganizaram uma instituição de representação do governo no exterior, denominada “República Espanhola no Exílio”²³⁴.

As forças republicanas foram derrotadas em 1º de abril 1939, quando o general Franco saiu vitorioso, e sobreviveram na oposição ao franquismo a partir de

²³⁰ O mandato parlamentar era de quatro anos reelegíveis indefinidamente e reuniram-se ordinariamente entre fevereiro-abril e outubro-novembro, e extraordinariamente a pedido do Presidente da República.

²³¹ Na organização territorial garantia a unidade do Estado, respeitando a autonomia dos municípios, províncias e regiões. Para constituir uma região autônoma requeria-se que fosse proposto pela maioria dos seus municípios ou que representassem dois terços do censo eleitoral; posteriormente devia ser aprovado por dois terços dos eleitores da região e que finalmente o aprovassem as Cortes com o Estatuto proposto.

²³² Forças militares ligadas ao antigo ditador procuravam desestabilizar a República, fracassando a primeira tentativa do general Sanjurjo (em 10 de agosto 1932), detido em fuga para Portugal, julgado e condenado à morte, pena comutada em cadeia perpétua pelo presidente. No ano seguinte José Antônio Primo de Rivera fundou a “Falange Espanhola” (em 29 de outubro). Menos de três anos depois estoura a guerra civil.

²³³ As Cortes reconheceram como regiões autônomas: a Catalunha (1932) e sua capital Barcelona (1937 - 1939); o País Basco (1936) e sua capital Valência (1936 - 1937). Na Galiza o plebiscito de 1936 aprovou a autonomia, mas sua ratificação pelas Cortes foi interrompida pelo começo da Guerra Civil. As três regiões são consideradas nacionalidades históricas com cultura e língua própria. Durante a ditadura de Franco em 1959 foi fundada a organização separatista – Patria Basca e Liberdade (ETA) que adotou a luta armada até 2011.

²³⁴ “A República Espanhola no Exílio” entre 1936 e 1939, com sede na cidade do México, foi presidida por Manuel Azaña, e mantinha a vigência da Constituição de 1931.

estratégias diversas.²³⁵ A ditadura franquista durou 38 anos²³⁶; período no qual ele restaurou a Monarquia, em 1947,²³⁷ tornando-se regente vitalício, sucedido após sua morte pelo príncipe, coroado Rei Juan Carlos I, em 1975, que conduziu a redemocratização do país, no sentido de uma Monarquia parlamentarista, fundada em eleições, em 1977 e na nova constituição democrática, de 1978, que restabeleceu a liberdade partidária e sindical que rege o país até hoje.

Como foi discutido nesta seção o constitucionalismo social abriu caminho para que o princípio da função social da terra fosse consagrado, possibilitando que a reforma agrária (redistribuição da propriedade privada) se tornasse uma realidade histórica generalizada em diversos países no século XX, a partir de distintos processos: de forma isolada e pontual ou como parte de revoluções sociais mais amplas, que teve como primeiro exemplo a referida revolução camponesa mexicana, apesar de seu fracasso, cuja experiência influenciou a Constituição Mexicana de 1917, que estabeleceu pioneiramente esse princípio, antes discutido no âmbito doutrinário por Duguit, na lei máxima de um país.

Um segundo exemplo, que merece ser mencionado, foi a conquista do poder na Rússia pela revolução proletária e camponesa, dirigida pelo partido bolchevique, com Lênin à frente, expropriando a grande propriedade privada burguesa e implantando a propriedade social da terra: a grande propriedade social estatal (*sovkhose*), mas também, o que é menos conhecido, mantendo as pequenas e médias propriedades privadas associadas em cooperativas (*kolkhoses*). Essa

²³⁵ As forças mais radicais de esquerda (anarquistas, socialistas e comunistas) adotaram estratégias revolucionárias diversas no processo de resistência à ditadura Franco. As forças republicanas liberais mantiveram “A República Espanhola no Exílio” defendendo a legalidade da Constituição de 1931, que, após a segunda Guerra Mundial, transferiu sua sede para Paris (em 8 de fevereiro de 1946), mais perto dos acontecimentos na Espanha, permanecendo até 1977, quando aceitaram participar da chamada “Transição Espanhola” que instalou a Monarquia Constitucional Parlamentarista. Na nova conjuntura espanhola seria no Parlamento que essas forças estariam organizadas participando da alternância do poder que se seguiu, sendo que em 1982 o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) ganhou as eleições e Felipe Gonzales tornou-se o primeiro chefe de governo socialista de 1982 a 1996, o que se repetiria em 2003 e em 2008 com José Luiz Zapatero.

²³⁶ A Espanha sob a ditadura de Franco conseguiu sobreviver ao isolamento da Europa graças a ajuda financeira e militar dos Estados Unidos, que proporcionou relativo progresso econômico a partir de 1960; evidenciando a falácia do discurso americano de defesa da democracia nos anos da “Guerra Fria”, o que se repetiria em outros golpes na América Latina.

²³⁷ As forças monarquistas haviam se reorganizado quando o Rei Alfonsin XIII garantiu a sucessão dinástica ao abdicar em favor do seu neto Juan Carlos de Bourbon, um mês antes de morrer em fevereiro de 1941, o que permitiu com a reviravolta política, a restauração monárquica em 1947, a nomeação do príncipe como futuro sucessor de Franco em 1969 e sua volta ao poder com a morte do ditador em 1975 quando foi coroado Rei. Apesar da convivência com a ditadura a Monarquia foi protagonista da Transição Democrática.

experiência histórica das transformações do campo foi sistematizada no Código Agrário das Repúblicas Federais Socialistas dos Sovietes, de 1925 (publicado um ano após a morte de Lênin sucedido por Joseph Stalin). Embora não tenha sido incluída como exemplo de referência do constitucionalismo social, o que é aqui questionado, sem dúvida nenhuma é uma grande referência do direito agrário mundial até a atualidade. Outra referência internacional do direito agrário é o Código Agrário do México, de 22 de março de 1934, que introduziu pioneiramente a magistratura agrária.

4.4 O Princípio da Função Social da Propriedade da Terra incorporado pelas Constituições e Legislação Infraconstitucional Brasileira e a Reforma Agrária

Jônathas Silva (1996, p.9) resgatou o discurso proferido por Ruy Barbosa, em 1919, no qual se refere que as Constituições do Brasil até a sua época, normatizavam as declarações de direitos consagrados no século XVIII, questionando que já não correspondiam à consciência jurídica internacional e afirmando que não eram imutáveis. Referia-se ao projeto de Estado liberal encarnado na Constituição do Império de 1824 e na Constituição republicana de 1891, bem como ao Código Civil de 1916 que refletiam a concepção liberal da propriedade e preconizava a necessidade de se alterar a inflexibilidade do individualismo jurídico das mesmas diante do “sopro da socialização” que agitava o mundo.

No entanto os ecos das novas tendências do direito constitucional contemporâneo, incorporando o sentido social do Direito chegaram ao Brasil na esteira das diretrizes lançadas pela citada Constituição de Weimar, de 1919 (percebe-se que não foi difundida no Brasil a Constituição Mexicana de 1917). O constitucionalismo social altera radicalmente a concepção do Estado rompendo com o projeto de Estado liberal e encaminhando-se para a adoção de um Estado Democrático Social intervencionista, ou seja, responsável por criar um mínimo de condições necessárias para assegurar a independência social de todos os indivíduos. Para isso, além das clássicas garantias dos direitos fundamentais (civis e políticos individuais), incorpora normas sobre direitos sociais e da ordem econômica, financeira e social,

Ismael Vieira de Cristo (2000), ao analisar os preceitos mais avançados das Constituições brasileiras, a respeito do tema que intitulava seu livro “Acesso à

Justiça e participação popular: reflexões sobre o direito de ação”, afirmou ser quase unânime entre os doutrinadores a tese de que o constituinte pátrio inspirou-se na Constituição de Weimar para garantir aos jurisdicionados o princípio de acesso à justiça. O autor atribui como mérito desta Constituição alemã o fato de dar o patamar de princípio constitucional uma noção muito antiga de acesso à Justiça e de explicitá-lo, o que o autor relaciona com a independência e fortalecimento do poder judiciário (considerado pilar da democracia e da tripartição dos poderes republicanos), quando o Estado chama para si o monopólio da prestação jurisdicional deste princípio. Todos, indistintamente são os destinatários do princípio do direito de ação diretamente relacionado a própria dignidade da pessoa humana.

As três Constituições Republicanas brasileiras - de 1934, 1946 e 1988 – segundo Silva (1996), também realçaram o “sentido social do direito”, seguindo as novas tendências do constitucionalismo social mundial. Para o autor sem dúvida foram essas Constituições que consagraram por força do exercício de um poder constituinte originário e democrático institucionalizando aquilo que fora proposto por Ruy Barbosa, em 1919.

Silva (1996, p.9) analisou a evolução do sistema constitucional brasileiro sobre o direito de propriedade numa perspectiva do direito constitucional comparado, e da legislação infraconstitucional examinando as normas do Direito Civil e do Direito Agrário em busca das origens do princípio da função social da terra.

Com relação ao marco inicial da legislação agrária no Brasil, no período Colonial, os territórios dos povos nativos tornaram-se terras públicas pertencentes à Corôa Portuguesa e transferiram-se a particulares, por meio de doações (sesmarias) que legalizavam as posses. Proveniente de legislação agrária portuguesa análoga que objetivava incentivar o povoamento e a ocupação efetiva do território, do que se beneficiava o Estado Mercantilista com impostos sobre a produção, o instituto de sesmarias no Brasil-Colônia continha cláusula que condicionava o direito de propriedade delas decorrentes ao efetivo uso produtivo do solo com lavouras ou rebanhos sob pena de serem devolvidas à Corôa para serem redistribuídas.²³⁸

²³⁸ A Lei de Sesmaria de Portugal, de 26 de junho de 1375 ordenava “Todos os que tiverem herdades, sejam próprias, emprezadas, aforadas ou qualquer outro título que sobre as mesmas lhes dê direito sejam constrangidos a lavrá-las e semeá-las [...] Se os senhores das herdades não quiserem estar por aquele arbitramento, e por qualquer maneira o embargarem por seu poderio, devem perdê-las para o comum, a que serão aplicadas para sempre; devendo arrecadar-se o seu

No Brasil independente as terras passaram ao domínio do Estado Nacional e, na medida em que as sesmarias foram extintas em 1822, apenas as posses continuaram como mecanismo de acesso às terras públicas.

A Constituição imperial elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador Dom Pedro I, em 25 de março de 1824, de dupla filiação - romana e inspirada na “*Common Law*”, também foi influenciada pelo Código napoleônico de 1804. Era absenteísta em face das atividades do mercado, limitando-se a reconhecer a independência jurídica do indivíduo, nos direitos e garantias individuais, dentre eles “o direito de propriedade em toda a sua plenitude”. Todavia já previa condições limitantes ao direito absoluto de propriedade: “Se o bem público legalmente verificado exigir o uso e emprego da propriedade do cidadão será ele previamente indenizado do valor dela [...]” (art 179, XXII).

Tanto as sesmarias quanto as posses preexistentes foram reconhecidas pela Lei imperial nº 601 de 18 de setembro de 1850, a chamada Lei de Terras, regulamentada pelo Decreto Imperial de 30/11/1854, desde que tal reconhecimento fosse formalmente solicitado. A partir dessa Lei a propriedade da terra no Brasil por particulares só poderia ocorrer exclusivamente por meio do mecanismo de compra, instituindo o mercado de terras no País²³⁹.

A Constituição do Estado do Brasil publicada no Diário Oficial da União, de 24 de fevereiro de 1891, definindo as novas regras jurídicas da República tinha nítido corte liberal, afirmando a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, segurança individual e à propriedade “em toda sua plenitude” (arts. 64 e 72). O espírito liberal foi reforçado pelo Código Civil (Lei 3.071 de 1916), que passou a reger as relações jurídicas de ordem privada.

Com base em Giovani Galloni em o “Direito Agrário nas Constituições brasileiras”, Silva (1996) resgatou dentre as diretrizes da mencionada Constituição de Weimar, a expressão “a propriedade obriga”, ou seja, a propriedade representa, ao mesmo tempo, um direito e um dever diante da coletividade, e, pela primeira vez,

rendimento a benefício comum, em cujo território forem situadas” (BRASIL, 2007 apud BRASIL/PFE, 2011, p.43). O uso produtivo também foi definindo certo tamanho padrão das mesmas, estabelecidos em legislação posterior ou pelo costume (1 X 1 légua para cana de açúcar 3 X 1 para currais de gado). Contudo as condições objetivas de implantação da lei afrouxaram essa obrigação legal.

²³⁹ Ao mesmo tempo essa lei foi o marco fundamental da disciplina das terras devolutas, levantando para sua transferência as condições de medição, confirmação **e cultura (efetiva produção)**.

definiu como tarefa do Estado, “a tutela do trabalho e a programação econômica para coordenar a iniciativa econômica privada”.

Em resposta às novas tendências do constitucionalismo social a Emenda Constitucional de 3/9/1926 à Carta Magna brasileira de 1891 passou a conter uma ressalva ao direito de propriedade “salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia”.

O surgimento da noção de função social da propriedade da terra como princípio geral constitucional no Direito brasileiro, evidentemente também não aconteceu de um momento para outro²⁴⁰. Mezzomo afirma que nesse modelo de Estado contemporâneo de feição social democrática que visa atingir o bem comum. Para o autor a questão do domínio do solo, sempre foi capital em nossa história, mas, a partir de então, sua apropriação particular (individual) vai ser cada vez mais limitada por condicionantes juridicamente definidos pelas Constituições, doutrina e jurisprudência.

Não que antes não houvesse de respeitar o limite da utilização em cotejo com o direito alheio, mas como diz Caio Mario da Silva Pereira: “Mais do que antes, o direito moderno, que concebe **a noção jurídica da propriedade como essencialmente relativa**, assegura ao *dominus* o exercício dos seus direitos **em subordinação aos interesses coletivos**. Se outrora **a propriedade direito absoluto já se limitava**, tanto mais agora quando se vislumbra um **conteúdo social no seu uso**. Assim sendo, a concepção moderna, longe de ser um exemplo de potestade absoluta, é um **direito limitado no interesse da coletividade, ou seja, é relativa**. Assim o magistrado Carvalho Santos apontava. (MEZZOMO, 2005, p.2, grifos nossos).

Essa nova base doutrinária do ordenamento jurídico brasileiro, sintonizada com o constitucionalismo social internacional abria a possibilidade de inserir o debate da função social da terra na Constituição de 1934, considerada nitidamente weimariana, ou seja, democrática e social voltada para a finalidade de bem estar; afirmando explicitamente a desapropriação da propriedade privada no seu descumprimento.

²⁴⁰ Para Silva (1996, p.10) a discussão pioneira do Direito Agrário no Brasil, por influência do Uruguai, iniciou-se no I Congresso Agrícola, realizado em Pelotas (RS), em 1908, que recomendou a elaboração do Código Agrário Nacional. Em 1912 o professor de direito constitucional e deputado federal (RS) a criação de uma comissão para elaborar o Projeto de Código Rural, apresentado dois anos depois por ele ao Parlamento. Contudo, isolado do arcabouço jurídico mais geral só seria retomado depois de 1930.

É garantido o direito de propriedade que não poderá ser exercido contra o **interesse social ou coletivo** na forma que a lei determinar. A **desapropriação por necessidade ou utilidade pública** far-se-á nos termos da lei, mediante previa e justa indenização. Em caso de perigo iminente como a guerra ou **comoção intestina**, poderão as autoridades competentes **usar da propriedade particular até onde o bem público** o exija ressalvando o direito de indenização ulterior (CF, 1934, artigo 17, grifos nossos).

A tendência codificadora agrária influenciou o constituinte de 1934 no impulso jusagrarista. O Direito Agrário ao normatizar as relações da atividade agrária com fundamento na função social da terra passou a ser objeto de preocupação do direito constitucional contemporâneo, figurando entre os princípios de ordem econômica, ensejando ao constitucionalista e ao agrarista uma reflexão interdisciplinar.²⁴¹

Compete à União legislar sobre normas fundamentais do direito rural, desapropriação, bens do domínio federal (CF 34, art 5), procurar-se-á fixar o homem no campo²⁴² e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento de terras públicas (art 121). Para as colônias agrícolas decorrentes de cooperação entre União e Estados “serão encaminhados os habitantes de zonas empobrecidas que o desejarem e os sem trabalho”.

Conforme Silva (1996, p.13) a Constituição de 1934 também foi pioneira em tratar da questão indígena: estatuto do índio, reserva indígena, parque indígena, colônia agrícola indígena, território federal indígena e outros assuntos. “A União deve legislar sobre incorporação dos silvícolas à comunidade nacional” (art 5). Prega “o respeito à posse de silvícolas que se achem permanentemente localizados nas terras, sendo-lhes vedado aliená-las” (art 129).

Mezzomo (2005, p.5) resgata a longa polêmica acerca da possibilidade de usucapião sobre terras públicas (reconhecimento legal da sua ocupação), apesar da longa tradição histórica das posses²⁴³, com destaque aqui para o usucapião

²⁴¹ As diretrizes constitucionais sobre o direito rural desdobraram-se nas discussões das Assembléias Legislativas estaduais, encampadas pelas Constituições dos estados, a exemplo de Goiás de 4 de agosto de 1935. Contudo as leis do trabalho promulgadas durante o Estado Novo em 1942, não foram estendidas ao campo, o que ocorreu somente em 1963 com o Estatuto do Trabalhador Rural – ETR e a regulamentação de outros tipos de contratos agrários (arrendamentos e parcerias) em 1964, com o Estatuto da Terra.

²⁴² A lei promoverá o amparo à produção e estabelecerá as condições de trabalho, visando a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do país, tanto nas cidades como nos campos; o trabalho agrícola terá regulamentação especial e a educação rural.

²⁴³ A corrente predominante da jurisprudência apontava para a proibição do mesmo no decreto 22.785 de 31/5/1933, contrariada pela Constituição de 1934, levando em conta o que a lei nº 601,

constitucional reconhecido pelos jusagraristas como usucapião agrário²⁴⁴ e sua relação com o princípio da função social da terra, como afirmou Silva (1996, p.53).

A Constituição de 1937 não foi analisada por Silva (1996), porque, para ele, não representou uma conjuntura republicana democrática, ou seja, não foi fruto da discussão de uma Assembléia Nacional Constituinte, na medida em que foi lançada logo após o golpe de Getúlio Vargas que inaugurou o Estado Novo. No entanto, esta foi o objeto de estudo de Paulo Sérgio da Silva em seu livro “A Constituição brasileira de 10 de novembro de 1937 – um retrato com luz e sombra” (2008), que trata da interconexão entre Estado, política, direito e história, enfocando o fechamento do governo constitucional e a elaboração do golpe de 1937 e da imediata promulgação da Constituição (no mesmo dia do golpe), elaborada pelo Ministro da Justiça, Francisco Campos, que traz as marcas do poder que a instituiu.

Com base no último autor, interessa nesta Tese resgatar da mesma seus avanços ou retrocessos relativos ao direito de propriedade da terra. Na justificativa do seu elaborador a Constituição de 1937, configura um Estado Social intervencionista. Silva (1996) reconhece que essa Carta mantém o princípio da função social da terra da Constituição democrática de 1934, sendo que a propriedade (um dos direitos e as garantias individuais) contém a mesma ressalva “salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia; ou seja, limitados pelas conveniências do regime de adquirir imóveis” e em decorrência disso trás avanços.

A Constituição de 1937 demarca os direitos especiais de posse dos silvícolas sobrepondo-se a todo direito privado nos mesmos termos constitucionais anteriores com a proibição de aliená-las (art. 154) e mantém os mesmos requisitos de 1934 para o usucapião pro labore ou agrário em terras públicas (art 148)²⁴⁵.

de 1850, regeu sobre a posse, bem como o Código Civil, de 1916. A doutrina sobre o usucapião pró-labore (Silva, 1996, p.12) aponta a tipologia das cinco espécies de usucapião consagradas pela legislação brasileira.

²⁴⁴ O deputado socialista João Mangabeira no anteprojeto da Constituição propôs o usucapião pró-labore ou agrário, por meio do qual 5 anos de posse da terra produtiva criaria o direito a plena propriedade do solo privado, punindo o proprietário descuidado e preguiçoso. No entanto o texto aprovado pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934 ampliou para 10 anos contínuos o tempo de posse e definiu como o tamanho máximo de até 10 hectares produtivos por seu trabalho e morada lhe daria domínio do solo, por sentença declaratória.

²⁴⁵ “Todo brasileiro que não sendo proprietário rural ou urbano, ocupar por 10 anos contínuos, sem oposição nem de domínio alheio, um trecho de terra até 10 hectares tornando-o produtivo com seu trabalho e tendo nela sua morada adquirirá o domínio mediante sentença declaratória devidamente transcrita”. Mas as divergências continuaram e o decreto lei nº 710 de 19/9/1938 proibiu o usucapião sobre imóveis públicos (MEZZOMO, 2005, p. 5).

Mezzomo (2005, p. 8) analisa o mais importante documento legal infraconstitucional sobre desapropriação, que se desdobrou a partir das Cartas Magnas de 1934 e 1937, sendo sua regulamentação pioneira, elaborada ainda no contexto do Estado Novo, o Decreto-Lei 3.365 de 21 de junho de 1941. Ao refletir sobre a formação do patrimônio público, os bens de propriedade do Estado, adquiridos por várias formas próprias do direito público e por formas comuns do direito privado (doações, heranças vagas etc); sendo mais comum no caso de imóveis a utilização do mecanismo de desapropriação. Dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública (art. 1) explicitando-a:

mediante **declaração de utilidade pública**, todos os bens poderão ser **desapropriados** pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios (art 2) [...] A desapropriação poderá abranger área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam a venda (DL 3.365, 21/6/1941, art. 4, grifos nossos).

Na verdade essa lei evidenciou dois tipos de desapropriação: “a desapropriação por necessidade ou utilidade pública²⁴⁶ e por interesse social, inclusive para fins de reforma agrária” (art 15)²⁴⁷, o que deixa entrever que há outro tipo de desapropriação por interesse social, que posteriormente se denominará interesse social genérico.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 18 de setembro de 1946 embora reafirme a inviolabilidade dos direitos e garantias individuais concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade (art 141), consolida o condicionante do uso da propriedade ao bem estar social, explicitando o princípio da função social da terra e, no seu descumprimento prevê a possibilidade legislada pela União (art 5) de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por

²⁴⁶ Os casos de desapropriação por utilidade pública far-se-ão por decreto dos mandatários dos vários níveis de poder: presidente, governador, interventor ou prefeito (art. 6), mesmo que o legislativo tome a iniciativa da desapropriação (art.8). A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou judicialmente, até cinco anos após o qual o decreto caducará (art 10).

²⁴⁷ “Ao imóvel desapropriado para implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, não se dará outra utilização nem haverá retrocessão” (art 8 parágrafo 3º). O referido artigo afirma que em ambos, no caso de imissão na posse, havendo divergências entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem, fixado na sentença, expressos em termos reais, incidirão juros compensatórios de até seis por cento ao ano sobre o valor da diferença eventualmente apurada, a contar da imissão na posse, vedado o cálculo de juros compostos. Os demais artigos detalham essas questões envolvendo contestação judicial, indenizações etc

interesse social, quando a lei poderá promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade, sobretudo nas zonas empobrecidas e com desempregados, mediante prévia e justa indenização em dinheiro em Títulos especiais da Dívida Pública (art 147)²⁴⁸, ao invés da indenização em dinheiro, o que viabilizava o processo de reforma agrária do ponto de vista orçamentário.

Silva (1996, p.12) ressaltou o papel da reforma agrária, apontando suas relações com o constitucionalismo social, configurado nas constituições de 1934 e 1946 – democráticas, ao que se acrescentou a de 1937, por terem dado novas perspectivas sobre o conceito e natureza da propriedade “[...] a propriedade, ao mesmo tempo em que representa um direito constitui também um dever assumido frente à coletividade”.

A questão indígena também foi retomada em 1946, cabendo, à União legislar sobre a incorporação dos silvícolas à comunhão nacional (art 5º, “r”), reafirmando que “será respeitado aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados com a condição de não a transferirem (art 216).

Silva (1996, p.12) e Mezzomo (2005, p.5) ressaltam que foi mantido inalterado o usucapião²⁴⁹ para facilitar a fixação do homem do campo, por meio de planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas.²⁵⁰ Porém, segundo estudiosos do Direito agrário a Carta Magna de 1946 não deu continuidade ao tímido impulso jus-agrarista da Constituição de 1934, na medida em que contrariou a autonomia do direito rural.²⁵¹

²⁴⁸ Com cláusula de exata correção monetária, segundo índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia, resgatáveis no prazo máximo de 20 anos, em parcelas anuais sucessivas assegurada a sua aceitação a qualquer tempo, como meio de pagamento de até 50% do Imposto Territorial Rural – ITR e do preço de terras públicas (art 147).

²⁴⁹ A CF 1946 continua a estabelecer a permissão de alcançar o domínio de terras públicas por meio de usucapião de posses de até 10 hectares mantidas por 10 anos contínuos cultivados e com morada, por sentença declaratória. Silva (1996) reflete sobre a natureza social do usucapião pró-labore ou agrário nas constituições de 1934 e 1946, acrescentando-se 1937, incorporado na constituição goiana de 1947, mas a legislação infraconstitucional permanece divergente: seguindo o mencionado decreto lei de 1938 o Decreto – lei nº 9760 de 5/9/1946 continuou a proibir o usucapião sobre imóveis públicos.

²⁵⁰ Priorizando os nacionais e dentre eles os habitantes (art 156).

²⁵¹ “Não dispôs nem mesmo sobre a competência da União para legislar sobre normas fundamentais do direito rural”. O projeto de código rural, de 27 de maio de 1948, do Rio Grande do Sul, elaborado por Joaquim Luis Osorio, F. Contreiras Rodrigues e J Loureiro da Silva propugnou por autonomia desse ramo da ciência jurídica. Francisco Malta Cardoso, no seu “Tratado do Direito Rural Brasileiro”, de 1953, também cobrou autonomia, sistematização e aperfeiçoamento desse ramo do direito, cabendo aos estados da federação promulgar seus respectivos códigos rurais ante a omissão da Constituição para legislar sobre ele.

O tratamento da função social da propriedade, da desapropriação por interesse social, o levantamento de projetos de reforma agrária feitos por Nestor Duarte, Afrânio de Carvalho, Coutinho Cavalcanti, Último de Carvalho, Milton Campos, Aniz – Brada e Herbert Levy, ao que se acrescenta Gileno de Carli, revelam os rumos tomados pelo problema agrário no Brasil.

A Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, assinada pelo Presidente João Goulart (DOU 7/11/1962), define os casos de desapropriação por interesse social²⁵² “decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social”, de acordo com as diretrizes constitucionais de 1946, visando o “estabelecimento e a manutenção de colônias ou cooperativas”. O governo brasileiro subscreeveu a Carta de *Punta del Este* – Uruguai, em 1962 juntamente com as demais Repúblicas Americanas, que tinha entre outros objetivos naquela década:

Impulsionar, respeitando as particularidades de cada País **programas de reforma agrária integral** encaminhada à **efetiva transformação onde for necessária a modificação das estruturas dos injustos sistemas de posse e uso da terra**, a fim de **substituir o regime de latifúndios e minifúndios por um sistema justo de propriedade**, de maneira que, complementada por: crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização e distribuição dos seus produtos a terra se constitua para o homem que a trabalha, em base da sua estabilidade econômica, fundamento do seu crescente bem estar e garantia de sua liberdade e dignidade. (CONTAG, 1979, p.11 e 12, grifos nossos).

O golpe militar de 31 de março de 1964 alterou drasticamente a conjuntura da república liberal populista, inviabilizando o cumprimento dos avanços no direito agrário no sentido da regulamentação das diretrizes constitucionais de 1946, que, contudo sucessivos governos militares continuavam a promulgar: o Ato Institucional de 9 de abril de 1964 destacou a prioridade que o Poder Executivo dava “à solução do problema agrário, regulamentando assim após quatro lustros de vigência da atual Carta Magna, o imperativo constitucional de ‘promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos’, para restaurar a ordem social,

²⁵² “O expropriante tem o prazo de dois anos a partir da decretação da desapropriação por interesse social para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado” (art.3).

econômica e financeira do país” (art 4), honrando os compromissos internacionais assumidos em *Punta del Este*.

Na mensagem nº 33 dirigida ao Congresso Nacional em 26 de outubro de 1964 (CONTAG, 1979), o General Castelo Branco justifica a urgência da nova regulamentação sobre a terra, esperava receber o aval do Parlamento para a decisão histórica “destinada a evitar a tensão social por abrir a milhões de brasileiros a oportunidade de integração ao progresso econômico e social do País” atendendo a diversos setores da sociedade: técnicos e entidades especializadas; a Igreja (sensível ao progresso social no mundo contemporâneo e sobre “a posse e uso dos bens que Deus criou”); órgãos de imprensa; partidos políticos; contribuição legislativa (numerosos projetos de lei em andamento nas duas Casas); casas de ciência; institutos cívicos; entidades de classe dos proprietários e trabalhadores rurais.

O projeto de lei do Estatuto da Terra (que se transformou na Lei nº 4.504, de 1964) encaminha soluções econômicas e jurídicas que prioriza a modificação da estrutura agrária, colocando a propriedade da terra em função da exploração agrícola ao invés do intuito especulativo (que deixa a terra com reduzida ou inexistente produtividade visando apenas a valorização fundiária como decorrência do progresso geral do País). Opondo-se explicitamente à opção socialista apregoa a opção democrática que se baseia:

no **estímulo à propriedade privada**, no direito do agricultor proprietário aos frutos de seu trabalho e, naturalmente ao aumento da produtividade reintegra a propriedade em sua natural **função social condicionando seu aproveitamento ao bem-estar geral**; cria com base no conceito modular de área do estabelecimento rural, um sistema que permite a formação de **propriedade de tamanho econômico em relação ao conjunto familiar** (Lei 4.504 de 1964 In: CONTAG, 1979, p. 16, grifos nossos).

Nesse novo contexto de ajuste dos marcos legais relativos ao direito agrário a Emenda Constitucional - EC à Constituição Federal de 1946 (nº10), de 10 de novembro de 1964, mantém o “bem estar social” como condicionante para a garantia o direito de propriedade e a competência da União para promover a desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social da propriedade territorial

rural, em zonas prioritárias²⁵³, garantindo ao expropriado o pagamento da prévia e justa indenização em Títulos Especiais da Dívida Pública, quando se tratar de latifúndio conceituado em lei.²⁵⁴

A referida EC/64 à Constituição de 1946 em nada mudou a afirmação geral sobre a competência da União legislar sobre a incorporação dos silvícolas à comunhão nacional, respeitando a posse das terras onde se achem permanentemente localizados com a condição de não a transferirem. Mas avançou com relação ao tamanho da posse permitida em usucapião²⁵⁵ e consagrou o “direito agrário”, como um ramo do direito.²⁵⁶

No Estatuto da Terra (Lei ordinária nº 4.504), de 30 de novembro de 1964, que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais²⁵⁷, para os fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola (art 1)²⁵⁸, a reforma agrária é definida como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regimento de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade”; assegurando a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta lei.

A estrutura fundiária estava polarizada por dois tipos de imóveis, alvos da reforma agrária: o “Minifúndio”, o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar (inciso IV) e o “Latifúndio”, o imóvel rural (inciso V) que:

²⁵³ A EC detalhou que os planos que envolvem a desapropriação para fins de reforma agrária, serão aprovados por decreto do Poder Executivo e sua execução será da competência de órgãos colegiados constituídos por brasileiros de notável saber e idoneidade, nomeados pelo Presidente da República depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal.

²⁵⁴ Excetuadas as benfeitorias necessárias e úteis, sempre pagas em dinheiro, mantém a cláusula de exata correção monetária, segundo índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia, resgatáveis no prazo máximo de 20 anos, em parcelas anuais sucessivas [...].

²⁵⁵ A lei definiu que os estados assegurarão aos posseiros de terras devolutas, que tenham morada habitual por 10 anos, preferência para aquisição até 100 hectares, ao invés do limite anterior de 10 hectares pela CF 1946.

²⁵⁶ O direito agrário cuida dinamicamente da terra e dos problemas jurídicos afetos a ela [...], como ressaltou Silva (1996, p.11), enquanto Octávio Mello Alvarenga destacou suas “[...] preocupações com a Justiça agrária e o sentido agrário e rural” (art 4 e 141).

²⁵⁷ I – “Imóvel Rural”, o prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, que através de iniciativa privada.

²⁵⁸ A Política Agrícola é definida como “o conjunto de providências de **amparo à propriedade da terra**, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural as atividades agro-pecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do País” (parágrafo 2º).

- a) Exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, parágrafo 1º alínea “b” desta lei, tendo em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine;
- b) Não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorados, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural.²⁵⁹

As definições operacionais de minifúndio e latifúndio eram articuladas com o conceito referencial de propriedade familiar:

II- “Propriedade Familiar”, o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros;

O conceito de “Módulo Rural” é relacionado a determinado tamanho de área fixada. A dimensão da área dos módulos de propriedade rural será fixada para cada zona de características econômicas e ecológicas homogêneas, distintamente, por tipos de exploração rural que nela possam ocorrer e no caso de exploração mista pela média ponderada das partes do imóvel destinadas a cada um dos tipos (art 5).

A caracterização das condições de cumprimento da função social da terra é a grande novidade introduzida pelo Estatuto da Terra (parágrafo 1º):

A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) Favorece o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) Mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) Assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) Observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

Na seção relativa às Terras Particulares “a propriedade privada de terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal e caracterizado nesta lei” (Cap 3, Seção II, art 12); “o Poder Público promoverá a gradativa extinção das formas de ocupação e

²⁵⁹ Não se considerava latifúndio o imóvel rural de qualquer dimensão, ainda que de domínio particular, cujo objetivo de preservação florestal ou de outros recursos naturais foi reconhecido para fins de tombamento ou vocacionado para a exploração florestal planejada e racionalmente realizada.

exploração da terra que contrariem sua função social” (art 13). É dever do Poder Público estimular planos para a utilização racional da terra e propiciar ao trabalhador a justa remuneração e acesso aos benefícios do aumento da produtividade e bem estar coletivo. O acesso do trabalhador rural à propriedade da terra deve ocorrer, sobretudo onde habita e em zonas prioritárias, previstas em planos nacionais e regionais de reforma agrária.

A respeito das disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam (art 2, “d”) o Estatuto da Terra detalha que esse critério do cumprimento da função social inclui legislação trabalhista dos trabalhadores rurais assalariados e os contratos agrários de arrendamento e parceria (No capítulo sobre o uso ou a posse temporária da terra, título III, capítulo IV seções I a III).

Segundo Silva (1996, p. 11) a proteção ao meio ambiente estranha à constituição de 1934 e 1946, foi tratada no âmbito do direito agrário como um princípio próprio desse direito e um dos critérios da função social da terra (art 2, “c”) que procura a harmonia entre o homem e o meio, na conservação dos recursos naturais renováveis. Nas definições sobre o desenvolvimento rural apresenta possibilidades conservacionistas para adequada solução, racional e científica das questões referentes ao meio ambiente rural.

O órgão responsável pela implantação da reforma agrária era o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, diretamente subordinado ao Presidente da República. A tributação progressiva da terra, por meio do imposto territorial rural também é apontada como instrumento para a implantação da reforma agrária “que o povo brasileiro reclama entre suas aspirações mais legítimas” a partir do zoneamento e, sobretudo, do cadastro, o mais valioso elemento que o Governo disporá para viabilizar a reforma agrária, na medida em que “seus dados servirão de base para a tributação estadual sobre a terra e para a desapropriação pelo Governo Federal se e quando necessária” que, em terras particulares será feita em caráter prioritário, quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social (art 15),²⁶⁰ e para a colonização em terras públicas²⁶¹.

²⁶⁰ O título II é dedicado ao detalhamento da política de Reforma Agrária que se subdivide em quatro capítulos: 1- dos Objetivos e dos Meios de Acesso à Propriedade Rural; 2 - da Distribuição de Terras; 3 - do Financiamento e 4 - da Execução e da Administração.

²⁶¹ No capítulo 3 - das Terras Públicas e Particulares, na seção I, o Poder Público poderá utilizar as terras públicas para fins de colonização (art 10). Pode celebrar convênios com Estados e

Nos casos de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária o Estatuto da Terra manteve a possibilidade de pagamento da terra desapropriada em Títulos da Dívida Agrária – TDAs e a indenização de benfeitorias em dinheiro (art 105, título IV das Disposições Gerais e Transitórias). Apesar de ser considerada uma forma de desapropriação-sanção mantém a remuneração do proprietário que descumpria a função social da terra conforme a lei exige.²⁶²

Dois temas da legislação anterior, intrinsecamente articulados, também são reiterados no Estatuto da Terra: a possibilidade de usucapião para os posseiros “a todo agricultor assiste o direito de permanecer na terra que cultive [...]”²⁶³ e, particularmente a garantia às populações indígenas do “direito à posse da terra que ocupam ou que lhe sejam atribuídas, de acordo com a legislação especial que disciplina o regime tutelar a que estão sujeitas” (art 2).

Admitindo que o referido Estatuto da Terra objetiva promover o desenvolvimento rural em duas direções: na primeira os projetos de reforma agrária e as colônias agrícolas receberão assistência integral²⁶⁴ para os “parceleiros”, aqueles que venham a adquirir lotes ou parcelas em área destinada à Reforma Agrária ou à colonização pública ou privada²⁶⁵ (artigo 4º inciso VII) ou ainda em condomínio, estimulando o cooperativismo rural como nas CIRAs (art 3).

Municípios e deve levar em conta as peculiaridades regionais em áreas de desbravamento com a colonização. Nesse aspecto há uma definição espacial estratégica na priorização na utilização das terras públicas por meio da colonização de áreas pioneiras (com vistas às necessidades de expansão das fronteiras agrícolas e ocupação de vazios demográficos na vastidão do território nacional).

²⁶² Sobre os quais incidem juros e correção monetária.

²⁶³ No capítulo 3 - das Terras Públicas e Particulares, na seção I, o IBRA representa a União para promover a discriminação das terras devolutas federais e com autoridade para reconhecer as posses legítimas manifestadas através de cultura efetiva e morada habitual, bem como para incorporar ao patrimônio público as terras devolutas federais ilegalmente ocupadas e as que se encontrarem desocupadas (art 11). A situação dos ocupantes de terras públicas federais ainda é retomada no capítulo do uso ou da posse Temporária da Terra do Título sobre a Política de Desenvolvimento Rural (título III, capítulo IV seção IV).

²⁶⁴ A assistência integral implica o emprego de todos os meios de assistência e proteção à economia rural e a coordenação das atividades de extensão rural (título III, cap III, art 73). No capítulo da Assistência e Proteção à Economia Rural (cap. III) são apresentadas as diversas políticas agrícolas: I - assistência técnica; II- produção e distribuição de sementes e mudas; III- criação, venda e distribuição de reprodutores e uso da inseminação artificial; IV- mecanização agrícola; V- cooperativismo; VI- assistência financeira e creditícia; VII- assistência à comercialização; VIII- industrialização e beneficiamento dos produtos; IX- eletrificação rural e obras de infraestrutura; X- seguro agrícola; XI- educação, através de estabelecimentos agrícolas de orientação profissional e XII- garantia de preços mínimos à produção agrícola. Todos os meios serão utilizados para dar plena capacitação ao agricultor e sua família e visam especialmente ao preparo educacional, à formação empresarial e técnico-profissional (parágrafo único). Cada um dos instrumentos foi detalhado em seções na mesma ordem em que foram enumerados, exceto os dois últimos.

²⁶⁵ “Colonização” é toda a atividade oficial ou particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade particular ou através de Cooperativas [...].(art

“Cooperativa Integral de Reforma Agrária (CIRA)”, toda sociedade cooperativista mista de natureza civil [...] criada nas áreas prioritárias de reforma agrária, contando temporariamente com a contribuição financeira e técnica do Poder Público, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, com a finalidade de industrializar, beneficiar, preparar e padronizar a produção agro-pecuária, bem como realizar os demais objetivos previstos na legislação vigente. (art 4, VIII).

Na segunda direção da política de desenvolvimento rural, por meio de políticas agrícolas de responsabilidade do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA, subordinado ao Ministério da Agricultura, com relação às terras particulares o Poder Público visa criar e expandir empresas rurais de pessoas físicas e jurídicas, a ampliação do sistema cooperativo e organização de empresas em companhias que democratizem o capital, desde que garantidos os princípios de justiça social e o uso adequado da terra com alto índice de produtividade (art 15):

“Empresa Rural” é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico [...] da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel, segundo padrões fixados, pública e previamente pelo Poder Executivo. Para esse fim equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias (artigo 4).

Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG (1979, p.5) nos 15 anos de promulgação do Estatuto da Terra ele “tem sido alvo de críticas de conservadores e progressistas”, mas para a direção do movimento sindical de trabalhadores rurais “seu maior defeito é nunca ter sido efetivamente aplicado”.

Ambos os princípios da função social da terra e da desapropriação por interesse social passaram inalterados pela Constituição de 24 de janeiro de 1967 e pela Emenda Constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969, assinada pelos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar (de acordo com artigo 2 do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968 e usando das atribuições que lhes confere o art 3º do Ato Institucional nº 16 de 14 de outubro de 1969).

4). A colonização oficial, realizada em terras já incorporadas ao Patrimônio Público e a colonização particular (loteamento de terras privadas) para alocar famílias em núcleos agrícolas ou agroindustriais foi detalhada no título III - Política de Desenvolvimento Rural (cap II), que também trata da Tributação da Terra (cap I).

Aos brasileiros e estrangeiros residentes no País é garantida a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade (CF 67 art. 150/EC art. 153). Porém, seguindo a tendência constitucionalista social anterior, a ordem econômica tem por fim realizar a justiça social com base no princípio da função social da propriedade (CF/67 art 157, III), entre outros. A EC/69 altera a redação da CF/67 (art.161 III) ao acrescentar a “ordem econômica e social”, que tem por fim realizar “o desenvolvimento nacional e a justiça social” com base no princípio da função social da propriedade.

Dessa forma é garantido o direito de propriedade salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou interesse social. Cabe à União legislar sobre o direito agrário (entre outros) e a desapropriação (art 8, XVII). A União tem a competência exclusiva de promover a desapropriação da propriedade territorial mediante pagamento de prévia e justa indenização, fixada segundo os critérios legais, em títulos especiais de dívida pública, somente quando se tratar de latifúndio, ou propriedades rurais cuja forma de exploração contraria o disposto neste artigo, excetuadas as benfeitorias necessárias e úteis sempre pagas em dinheiro (CF/67 art 157)²⁶⁶. Um decreto do Poder Executivo fixará as zonas prioritárias de reforma agrária. O presidente da República poderá privativamente delegar a desapropriação de imóveis rurais de interesse social (art 5). A mesma redação foi mantida na EC/69 (art 161 -1 a 5). No mesmo ano, o Decreto Lei nº 554/69 regulamentou sobre a desapropriação por interesse social de imóveis rurais para fins de reforma agrária.

A questão indígena foi detalhada na CF/67, sem qualquer alteração na EC/69: foi assegurado aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam que são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar (art 186) e reconhecido o seu direito de usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nela existentes (art 198)²⁶⁷. As condições de legitimação da posse, em termos

²⁶⁶ Com cláusula de exata correção monetária resgatáveis no prazo máximo de 20 anos em parcelas anuais sucessivas [...] (parágrafo 1º).

²⁶⁷ Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas por silvícolas, **que não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização** contra a União e a FUNAI. As terras ocupadas pelos silvícolas incluem-se entre os bens da União (EC 69, art 4, II e IV).

semelhantes às constituições anteriores seriam dispostas por lei federal infraconstitucional (art.171).²⁶⁸

A CONTAG e a CNBB promoveram a Campanha pela Reforma Agrária em 1980, com base na função social da terra e na desapropriação por interesse social, na forma como estão definidos no Estatuto da Terra, de 1964, documento de maior visibilidade, que não foi desqualificado pela CF/67 e EC/69. Na conjuntura da Nova República o mesmo Estatuto também foi o fundamento jurídico da implantação do I Plano Nacional da Reforma Agrária – PNRA, em 1985.

A Constituição de 1988, em vigor, institui um Estado Democrático de Direito (preâmbulo e art 1) destinado a

assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida na ordem interna e internacional com a solução pacífica das controvérsias (preâmbulo).

Seus fundamentos são: “a soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político” (art 1) e seus objetivos: “construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação” (art 3).

Entre os direitos e deveres individuais e coletivos continua a garantir a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no País “a inviolabilidade dos direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (art 5), este último contudo, da mesma forma que antes, possui um condicionante – “é garantido o direito de propriedade” e “a propriedade atenderá a sua função social”.

Ao tratar da Ordem Econômica e Financeira, dentre os princípios gerais da atividade econômica (título VII cap. I) afirma que a ordem econômica funda-se na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes

²⁶⁸ De preferência para a aquisição, até 100 hectares, de terras públicas por aqueles que as tornarem produtivas com o seu trabalho e de sua família e que, salvo para a execução de planos de reforma agrária não se fará sem prévia aprovação do Senado Federal, alienação ou concessão de terras com área superior a três mil hectares.

princípios: propriedade privada (inciso II) e função social da propriedade (inciso III), cujos critérios são retomados do Estatuto da Terra de 1964:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – Observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – Exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores (art 186, I a IV).

A medida prevista em caso do descumprimento da função social da terra é a desapropriação rementendo para lei ordinária a regulamentação do “procedimento para a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro ressalvados os casos previstos nesta Constituição” (artigo 5º inciso XXIV).²⁶⁹

A desapropriação reaparece no texto constitucional como competência legislativa privativa da União (art 22, I e II) e, no capítulo sobre a Política Agrícola e Fundiária (cap III do título VII da Ordem Econômica e Financeira) a desapropriação por interesse social é retomada como o instrumento da reforma agrária “compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social [...]” (art 184), detalhando o mecanismo de indenização do imóvel desapropriado “mediante prévia e justa indenização em Títulos da Dívida Agrária”.²⁷⁰ O único caso previsto de expropriação sem qualquer indenização ao seu proprietário, é o caso “das glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas”; as quais “serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos sem qualquer

²⁶⁹ Consta também entre os direitos e deveres individuais e coletivos (cap I, no título II dos direitos e garantias fundamentais) que a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento (art 5, XXVI).

²⁷⁰ Com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão e cuja utilização será definida em lei”, e no seu parágrafo primeiro ressalva a forma de indenização das benfeitorias “as benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro”.

indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei” (art 243 do título IX - das Disposições Constitucionais Gerais).

Ao afirmar que “a destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária”, admite para este fim o único caso em que as alienações ou as concessões de terras públicas maiores que dois mil e quinhentos hectares, possam ocorrer sem prévia autorização do Congresso Nacional (art 188). Há uma ressalva de que “são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra” (art 185, I), bem como “a propriedade produtiva”, sendo que “a lei fixará normas para o cumprimento relativo à sua função social” (art 185, II e parágrafo único).

Define ainda que “o procedimento contraditório especial de rito sumário para o processo judicial de desapropriação” será definido em lei complementar e, que anualmente será fixado no orçamento da União “o volume total de TDAs e montante de recursos para o programa de reforma agrária”.

Do ponto de vista dos trabalhadores rurais sem terra que conquistam um imóvel desapropriado pelo descumprimento da função social da terra, a Lei Maior determina que “os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos”, concedidos “ao homem ou à mulher ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei” (art 189). Em continuidade às Constituições anteriores a CF/88 reconhece a posse como forma de acesso à terra, reduzindo o tempo de ocupação mas também a área.²⁷¹

A CF/88 dedica várias passagens do texto aos indígenas. Ao referir-se aos bens da União, da mesma forma que em textos constitucionais anteriores, reconhece as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios (Organização do

²⁷¹ A legislação ordinária como a lei nº 6.969 de 10 de dezembro de 1981 instituiu a modalidade de usucapião especial, mostrando como aquela forma alcançaria as terras devolutas federais, estaduais e municipais (SILVA, 1996, p.12). Contrariando a compreensão das constituições anteriores de 1934, 1937, 1946/64 e 1967/69, Estatuto da Terra e a mais recente lei ordinária de 1981, sobre a natureza social do usucapião pró-labore ou agrário, negligenciado pelos constituintes de 1988: embora afirme que “aquele que não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade” (art 191), seu parágrafo único é restritivo “os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião”.

Estado, Título III, cap I, art 20, XI). Também afirma que compete privativamente à União legislar sobre populações indígenas (art 22, XIV) e que são funções institucionais do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas (art 129, V) e aos juízes federais compete processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas (art 109, XI). Um capítulo da Ordem Social (VIII) é específico sobre índios. “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (art 231). Seis dos sete parágrafos deste capítulo referem-se às terras indígenas: o 1º define em que consistem as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas: “as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”; o 2º explicita o caráter do domínio das terras pelos índios “as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios, dos lagos nelas existentes” e o 3º refere-se à necessidade de sua participação nos projetos e resultados relativos ao aproveitamento dos recursos hídricos e riquezas minerais. Os três parágrafos seguintes afirmam que as terras indígenas: 4º - “são inalienáveis e indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis; 5º - garantindo que “é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras”, salvo em caso de catástrofe ou epidemia ou no interesse da soberania nacional após deliberação do Congresso Nacional “garantido em qualquer hipótese o retorno imediato logo que cesse o risco” e 6º - “são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras [...]” ou a exploração das referidas riquezas.²⁷²

Uma das grandes novidades da atual Constituição é que estende o instrumento de tombamento ou desapropriação por interesse social para a regularização fundiária de territórios dos povos tradicionais, consolidando avanços

²⁷² O último parágrafo afirma que não se aplica às terras indígenas o disposto no artigo 174 parágrafos 3 e 4, ou seja, que o Estado favorecerá as atividades garimpeiras em cooperativas, que terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais. E no artigo 232 afirma-se que “os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa dos seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”.

da legislação de proteção aos povos indígenas e pela primeira vez incluindo as comunidades remanescentes de quilombos²⁷³, reafirmando que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, garantido-lhes a propriedade (art 5). Tanto os povos indígenas quanto as comunidades quilombolas passam a ser reconhecidos constitucionalmente como grupos fundamentais da formação brasileira, cujos modos de vida, costumes e tradições devem ser preservados como patrimônio cultural do país.²⁷⁴ Como consequência dessa nova concepção cultural, são apontados os instrumentos de proteção desse patrimônio, dos quais se destacam: “o Poder Público, com a colaboração da comunidade promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação” e “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas de antigos quilombos”. Nas Disposições Constitucionais Gerais (Título IX) mais uma vez é reafirmada a importância dos grupos formadores do povo brasileiro.²⁷⁵ Finalmente no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dois artigos reforçam o caminho para a solução da questão das terras indígenas e quilombolas: “A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição” (art 67) e “Aos

²⁷³ Essa alteração se coaduna com outros posicionamentos presentes ao longo do texto constitucional que tem como um dos seus objetivos, promover o bem de todos, sem preconceitos de raça e cor e quaisquer forma de discriminação (art 3, IV) Afirma que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão” (art 5, XLII). É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural [...]” (art 23, III) e impedir a evasão, a destruição e a descaracterização desses bens (IV); “combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos” (X). A “proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico [...]” reaparece no artigo que se refere ao que compete tanto a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios legislar (art 24).

²⁷⁴ Na Ordem Social ao tratar especificamente da Cultura (Título VIII, seção II, cap III - da educação, da cultura e do desporto), a CF/88 afirma que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (art 215) discriminando em seus parágrafos: “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (1º) e “a lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais” (2º). Na sequência define em que consiste o patrimônio cultural brasileiro: os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (art 215 parágrafo 1º).

²⁷⁵ Ao se inserir “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro” (art 242).

remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (art 68).

A regulamentação dos dispositivos constitucionais acerca da reforma agrária (Cap. III, Título VII), veio com a edição da Lei nº 8.629/93 (Lei material), que tornou-se conhecida como “lei agrária” e com a Lei Complementar nº 76/93 (Lei processual), conhecida como “lei do rito sumário”.

A própria definição legal diferenciadora do imóvel rural e urbano à luz do critério da localização ou da destinação é fonte de controvérsia, conforme Jorge Miranda Ribeiro (2000), cuja publicação foi apoiada pela Confederação Nacional da Agricultura-CNA, o que recoloca a necessidade de autonomia do direito agrário, reforçada pela Constituição de 1988 e pela “lei agrária” de 1993²⁷⁶, que afirmar se a definição do imóvel rural relacionada com a destinação, ou seja, a atividade nele exercida, independente de sua localização no meio rural ou urbano: “imóvel rural é o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja sua localização, que se destine ou possa se destinar a exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal, agro-industrial”:

Outro elemento caracterizador do imóvel rural é sua continuidade econômica e não física, podendo existir uma única unidade de exploração econômica, apesar de haver vários registros de um ou mais proprietários²⁷⁷. Esse é o entendimento atual do órgão responsável pela execução da reforma agrária (NE INCRA nº 95/2010, art 5, parágrafo 1º): “Para fins da abrangência da área a ser vistoriada, é o imóvel rural o prédio rústico de área contínua que contemple a unidade de exploração econômica, podendo ser composto de vários registros de um ou mais proprietários” (BRASIL/PFE, 2011, p.29), e também é considerado para efeito de inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Rural, corroborado por decisões do Supremo Tribunal Federal e pela jurisprudência para “afastar situações fictícias de desmembramento, visando identificar e extirpar simulações que visam dividir um

²⁷⁶ A Constituição Federal de 1988 afirma que compete privativamente à União legislar sobre o direito agrário (artigo 22 inciso I) e aponta para a autonomia do Direito Agrário, que será retomada explicitamente no subtítulo do livro dos procuradores federais do INCRA: “Lei 8.629/93 comentada por procuradores federais – uma contribuição da PFE/INCRA para o fortalecimento da reforma agrária e do direito agrário autônomo” (2011).

²⁷⁷ Diferencia-se do Direito Civil (de 1916 atualizado em 2002) que considera imóvel rural apenas os que se localizam fora do perímetro urbano e cada um dos registros em cartório de registro de imóveis.

imóvel em pequenas ou médias propriedades como tentativa de furtar-se à aferição do cumprimento da função social da propriedade e à possibilidade de desapropriação-sanção para fins de reforma agrária”. (BRASIL/PFE, 2011, p.77).

Na “lei agrária” a classificação dos imóveis corresponde à sua dimensão, a partir da quantidade de módulos fiscais - MF (criado pela lei nº 6.746/79 que alterou o Imposto Territorial Rural - ITR). Os MF são definidos em hectares pelo INCRA para cada município do país que guarda relação com o conceito de módulo rural/pequena propriedade como referência fundamental, ou seja, correspondem à área mediana dos MR dos imóveis rurais daquela localidade: pequena propriedade (1 até 4 MF); média propriedade (4 até 15 MF) ou grande propriedade (15 ou mais). Para essa classificação não se deve observar apenas a área aproveitável, mas a área total do imóvel, diferentemente das normas tributárias²⁷⁸. A pequena e média propriedade, desde que seu proprietário não tenha outra propriedade, tem imunidade constitucional contra a desapropriação (CF 88, art 185 e Lei 8.629/93, art 4).

Tanto Jônatha Silva (1996) quanto Leandro Paulsen, em seu livro “Desapropriação e Reforma Agrária” (1997) na parte referente à “Função social da propriedade: uma abordagem dogmática” se debruça nos fundamentos teóricos e históricos das posições que defendem as concepções clássicas de propriedade privada e as novas concepções sobre sua função social, examinando as diversas concepções proprietárias.

No mesmo sentido Delze dos Santos Laureano, em seu livro “O MST e a Constituição Um sujeito histórico na luta pela reforma agrária” (2007) afirma que a Carta Magna de 1988 legitima o direito de agir coletivo, reforçando a perspectiva dos teóricos do “direito achado na rua”. Dessa forma, abriu-se para a luta de classes no campo brasileiro, na esfera superestrutural (jurídico-político e ideológica), outra frente de batalha entre a interpretação do direito absoluto da propriedade e da função social da propriedade, que se dá entre latifundiários e trabalhadores rurais “sem terra”, mas também entre legisladores, Poder Executivo e os operadores do Direito. Conforme os juízes, procuradores e outros juristas também evidenciaram luta de classes se dá de forma aberta e crua no campo, mas também de forma velada na batalha das idéias por dentro do Estado: a *práxis* diária dos movimentos

²⁷⁸ Segundo os Procuradores Federais do INCRA coexistem atualmente no ordenamento jurídico, as classificações do imóvel rural em minifúndio, propriedade familiar, pequena e média propriedade, propriedade produtiva/empresa rural e latifúndio (BRASIL/PFE, 2011, p. 229)

sociais, por um lado, dos grupos organizados de “sem trabalho” e “sem terra”, que por meio de sua participação política procuram diminuir as desigualdades e provocar mudança social, e de outro lado, do “*lobby*” e pressões palacianas dos ruralistas, na verdade, ditam e orientam as ações da Administração, no Legislativo e no Judiciário, “a reboque dos fenômenos sociais”²⁷⁹. O processo de organização dessas forças sociais e seu confronto por fora e por dentro do Estado será o tema da próxima seção.

²⁷⁹ Discorda-se aqui apenas da referência de Castilho (1997) de que o Estado, que ele se refere enquanto Administração não tenha “consistência político-ideológica clara” e, por isso apenas institucionaliza o que os fatos já consumaram, pois o Estado é burguês.

SEÇÃO 5

TERRITÓRIOS EM CONFLITO: A VERSÃO GEOGRÁFICA DA QUESTÃO AGRÁRIA COMO EXPRESSÃO DA LUTA DE CLASSES NO CAMPO

João Pedro Stédile afirma que existem diferentes formas de analisar a questão agrária no geral e no Brasil, em particular, e que para cada linha interpretativa há uma ampla gama de pesquisas - de historiadores, geógrafos, cientistas políticos e sociólogos. Das fontes históricas, resgata-se a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e controle dos territórios e da posse da terra; das fontes geográficas a forma como as sociedades, as pessoas utilizam o principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana do território; nas fontes políticas o foco recai sobre os problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político; das sociológicas (sociologia rural) as formas como se desenvolvem a organização da produção agrícola as relações sociais de produção. No conjunto, essas análises sobre a realidade agrária procuram explicar como se organiza a posse, a propriedade e o uso da terra na sociedade brasileira.

O enfoque privilegiado por Stédile é a economia política, intrinsecamente ligada com a história; o qual é compartilhado neste trabalho, que implica uma análise interdisciplinar de todas as contribuições mencionadas, ou seja, analisar o desenvolvimento das forças produtivas e a evolução das classes sociais no campo o desenvolvimento de suas lutas e os movimentos sociais que as representam. Essa luta de classes no âmbito da sociedade civil e também da sociedade política, marcará a abordagem da relação entre Estado e sociedade que atravessa todo o ciclo vital da política de reforma agrária²⁸⁰.

Nesse sentido a concepção específica que ele atribuiu à Geografia é mais refinada porque enriquecida pelo debate interdisciplinar mencionado em seções anteriores. Enfatiza-se aqui a forma como os grupos sociais, que são forças econômicas, políticas e culturais, se apropriam do principal bem da natureza, que é a terra, ao longo da ocupação humana do Alto Sertão Sergipano construindo territórios.

Para aprofundar a reflexão sobre “territórios em conflito” retoma-se nesta quinta seção o debate geográfico sobre territórios e territorialização (da seção 2), tratando especificamente da teorização sobre as relações entre o capital e o trabalho na produção do espaço agrário, articuladas ao processo transescalar ou multiescalar

²⁸⁰ Decisão política, concepção do arcabouço legal, destinação orçamentária, implantação e avaliação.

de desenvolvimento desigual e combinado/ contraditório do capitalismo. Por um lado, a análise teórica enfoca as duas formas de avanço do capital no campo: a territorialização e a monopolização do território pelo capital; consolidando a propriedade da terra pelos capitalistas latifundiários. Por outro lado, a permanência de distintas formas de acesso ou apropriação e uso da terra pelo campesinato (nas suas diversas categorias) das quais resultam determinadas relações sociais de produção espacializadas, representam a resistência camponesa ao avanço do capital e a construção de territórios alternativos ao espaço hegemônico do capital, especialmente nas áreas de reforma agrária, e nos territórios indígena e quilombolas.

Não é demais repetir que o conceito de questão agrária adotado nesta Tese, diferentemente de José Graziano da Silva (1982), além da dimensão sócio-econômica, que caracteriza a realidade agrária, inclui a luta de classes no campo, portanto a dimensão sócio-política da estrutura de classes é elemento fundamental nesta abordagem²⁸¹, que leva em conta a trajetória histórica dos movimentos sociais do campo e entidades de apoio, que, respectivamente, são tratados no debate geográfico atual como movimentos sócioterritoriais e sócioespaciais. Os processos geográficos primários T-D-R (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) são aqui compreendidos como a versão geográfica da questão agrária.

Esses conceitos se materializam historicamente ao se analisar a oposição entre as classes e a luta de classes no Brasil, que se dá na esfera dos interesses materiais (infraestrutura econômico-social ou sociedade civil) e também se expressa no plano jurídico-político e ideológico (superestrutural), que se transforma em outra frente de luta: a disputa do direito de propriedade e a pressão sobre o Estado por políticas públicas que o viabilizem, que atravessam diversos aparelhos estatais, que, em geral, impõem entraves à efetiva implantação da reforma agrária, como foi visto na seção anterior, que tratou, como exemplos dessas “batalhas internas” das manobras da bancada ruralista desde a Assembleia Nacional Constituinte, passando pelo governo Fernando Henrique Cardoso e as sucessivas medidas provisórias até 2001 que desfiguraram a Lei agrária e impôs sérios obstáculos às ocupações de

²⁸¹ Dois autores são destacados nessa ênfase sóciopolítica da questão agrária – Horácio Martins de Carvalho (2004c) e Juliano Carvalho Filho (2008).

terra, principal instrumento de pressão dos movimentos sociais do campo e das manobras judiciais que eternizam ou arquivam processos.

Os avanços e retrocessos da luta pela terra dependem das lutas dos movimentos sócio-territoriais em determinadas conjunturas nacionais, impulsionando as desapropriações por interesse social das grandes propriedades que descumprem o princípio da função social da terra e as áreas de reforma agrária, bem como as desapropriações por interesse de Estado ou utilidade pública (para o reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas). O Alto Sertão Sergipano, não sendo foco da reflexão nesta seção, será apenas mencionado ao longo dos tópicos, exemplificando como os diversos movimentos, que vão sendo analisados produzem e transformam esse espaço agrário.

5.1 As Duas Formas de Avanço do Capital na Agricultura

A primeira vertente dos estudos geográficos que enfocam a perspectiva econômica e política dos territórios e da territorialidade no campo é representada pelos estudos de Ariovaldo Umbelino Oliveira desde o início da década de oitenta (1991 e 1994). Na análise desse autor o capital avança na agricultura de duas formas: se territorializando ou monopolizando o território. Esses conceitos por ele elaborados traduzem espacialmente conceitos clássicos do debate da questão agrária na crítica da economia política e nas ciências sociais no Brasil, respectivamente a territorialização do capital traduz a expropriação do campesinato (desterritorialização) e a monopolização do território pelo capital traduz a subordinação ou subsunção do camponês ao capital.

5.1.1 A Territorialização do Capital

No livro I de “O Capital”, escrito em 1867, K. Marx (v. 2, 1980) pontuou que a gênese do desenvolvimento capitalista se assentou na expropriação do campesinato, ou seja, a separação dos produtores diretos dos seus meios de produção (a terra), fundante deste modo de produção que consolida a grande propriedade baseada na exploração do trabalho alheio. Ressaltou que a expropriação do campesinato é o segredo da acumulação primitiva do capital, que

não se confunde apenas com acumulação originária (pré-capitalista), mas é um mecanismo da lei geral da acumulação capitalista. O camponês expropriado e proletarizado libera terra para a concentração fundiária que acompanha o desenvolvimento do capitalismo no campo e constituiu e alimenta o crescimento do exército industrial de reserva (superpopulação relativa - latente na agricultura) que rebaixa salários e favorece a superexploração/lucratividade nos outros setores da economia.

A análise teórico-histórica de Marx desencadeou o debate sobre o destino do campesinato diante do avanço do capital na agricultura, tendo como ponto de partida a constatação das condições objetivas das pequenas unidades camponesas dispersas e isoladas, da tendência à sua destruição, pela diferenciação interna (transformação de parte do campesinato em arrendatários capitalistas e expropriação/proletarização da maioria pelos processos de fechamento dos campos e substituição de lavouras por pastagens, como ele observou na Inglaterra e em todo o Reino Unido (Escócia, Irlanda e País de Gales) e em outros países europeus.

No entanto, Marx enfatizou que as circunstâncias históricas específicas de cada formação econômico-social, imprimem ritmos e “cores” diferenciadas ao processo real, retardando-o ou mesmo, ao analisar a história e a estrutura dos tradicionais “mir” russos, podendo servir de base para outros rumos do desenvolvimento no campo, o que sempre, em última instância depende da luta de classes numa conjunção específica de espaço e tempo.

Lênin analisou a Rússia no período da transição feudal para relações capitalistas, em seu “Desenvolvimento do capitalismo na Rússia” na virada do XIX para o século XX (1982) que apontavam para a diferenciação interna do campesinato, o enriquecimento de alguns e a expropriação/proletarização da maioria. Da mesma forma a análise leninista das diversas formas de ocupação e uso da terra no norte, no sul e no oeste americano em Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América, por volta da primeira década do século XX (1980), a partir das séries históricas estatísticas encontrou sinalizações da mesma tendência de supremacia da grande propriedade privada capitalista, desaparecimento do campesinato e crescimento do assalariamento.

Essa mesma tendência Karl Kautsky, observou em “A Questão Agrária”, na sua ampla análise censitária de diversos países europeus, em 1898 (1980), embora

tenha feito importante ressalva, de que os camponeses poderiam deter tal tendência se se organizassem em cooperativas.

No Brasil, desde o século XVI até o XIX, a legislação agrária, respectivamente a Lei de Sesmarias, muito restritivamente, legitimou grandes posses de quem tivesse “cabedal” para cultivar a terra ou nela desenvolver criações, legalizando-as como propriedades; e depois a Lei de Terras, de 1850, exclusivamente por compra²⁸² consolidaram o latifúndio no país. Maria Nazaré Wanderley afirma que a concentração fundiária singulariza o Brasil em relação ao mundo desenvolvido:

[...] o processo de modernização da agricultura e de desenvolvimento rural nos países hoje considerados modernos e avançados percebe facilmente que todos eles, de uma forma ou de outra, resolveram previamente sua “questão fundiária”. Infelizmente não se pode dizer o mesmo do Brasil, que pretendeu “modernizar” sua agricultura sem enfrentar os desafios de também tornar moderna a propriedade da terra. (WANDERLEY, 1997, p.37).

A territorialização do capital seria impensável sem o papel do Estado, com suas políticas macroeconômicas de desenvolvimento econômico e setoriais, de desenvolvimento rural (sobretudo crédito rural) induzindo e/ou dando suporte ao processo de transformação nas relações de produção no campo que se deram no sentido da chamada modernização conservadora, ampliando sem limites o latifúndio transformado em empresa rural articulada com complexos agroindustriais – CAIs e processos de concentração e centralização de capital - terra, água, equipamentos industriais etc.²⁸³

²⁸² Ruy Cirne Lima escreveu em 1933 a “Pequena Historia Territorial do Brasil: sesmarias e lei de terras devolutas” (2002). Segundo Maria Nazaré Wanderley que apresenta a obra, este livro é um clássico da análise da evolução da legislação fundiária e as implicações jurídicas dos diversos regimes de acesso legal á terra no país reconstitui os primórdios da primitiva legislação portuguesa de D Fernando às Ordenações Alfonsinas Manuelinas (sec XVI) e Filipinas (sec. XVII e XVIII); a implantação da legislação portuguesa no Brasil até 1822, quando o regime de sesmarias foi extinto; seguido do período de predominância do sistema de posses, tendo como marco da propriedade privada moderna da terra, a promulgação da lei de terras, em 1850 (generalizando o mercado de terras que atingiu principalmente as terras devolutas). A história territorial brasileira interessa a todos que reconhecem a importância da questão fundiária no cenário atual do desenvolvimento brasileiro nas: instituições públicas, academia, organizações e movimentos sociais.

²⁸³ Continua Cyrne Lima que a estrutura fundiária concentrada permanece até hoje na origem do fraco desempenho da agricultura, da exclusão social e da reprodução de importantes e significativos vazios sociais no meio rural, decorrentes de recursos públicos comprometidos para estimular a modernização sem reforma agrária, que gestaram uma “[...] modernização conservadora, na verdade, mais conservadora do que moderna.”. A questão da terra permanece como um dos principais temas em debate na sociedade brasileira, “[...] o que explica, sem dúvida,

Por trás da análise sob o prisma do desenvolvimento rural e regional, os processos demográficos, sociais e geográficos decorrentes da territorialização do capital e desterritorialização dos camponeses, sobretudo nordestinos, traduzem a mobilidade do trabalho, funcional à reprodução ampliada do capital nos centros mais dinâmicos da economia nacional, ao mesmo tempo, que reproduz a miséria no campo. Essa teoria do desenvolvimento capitalista desigual e combinado permitiu a Francisco Oliveira, em sua “Crítica à Razão Dualista” escrito em 1972 (1981), realizar a análise dialética da essência da relação campo-cidade, agricultura-indústria, das disparidades regionais nordeste-sudeste, explicando como as relações mais modernas dependem da reprodução das relações atrasadas em outros espaços geográficos do país.

No debate geográfico a análise de Ariovaldo Oliveira se volta para o processo geral de desenvolvimento capitalista na agricultura. Em seu livro: “O campo brasileiro no final dos anos 80” (1994), o autor afirma que o que caracteriza a agricultura no país são as grandes explorações, com base nas relações de trabalho assalariadas, que se multiplicam e se fortalecem com a industrialização do campo, enquanto territórios do capital, hegemônicos na produção do espaço agrário.

Oliveira (1991) evidenciou que o primeiro processo de avanço do capital no campo, responsável pela generalização da estrutura agrária atual, é a territorialização do capital quando este se instala e domina totalmente determinado território, expropriando os produtores diretos, que aí estavam previamente especializados promovendo a concentração fundiária. A separação dos trabalhadores do seu meio de trabalho: a terra significa sua proletarização, ou seja, sua transformação em assalariados rurais.

Em textos mais recentes, Oliveira (2003 e 2004) associa as transformações do campo e o agronegócio no Brasil à “Barbárie e Modernidade” e no segundo texto exemplifica esse processo na atualidade como “território do negócio e da lucratividade”, afirmando que o capital é apoiado pelo Estado por meio de suas políticas de desenvolvimento rural.

Como comentou Conceição (1991), a perspectiva analítica de Oliveira teve continuidade com seus orientandos na defesa de suas dissertações de mestrado, como o geógrafo Antônio Thomaz Jr., em 1988, sobre a territorialização do capital

a aceitação pela sociedade dos movimentos sociais que a reivindicam.” (WANDERLEY, 1997, p. 37).

na agroindústria canavieira, em Jaboticabal (SP), demonstrando como os usineiros concentram a propriedade da terra, impõem a monocultura, garantem a hegemonia da produção do montante da matéria prima moída e extraem a renda capitalista da terra (sobretrabalho). Para o autor o capitalista da indústria, o proprietário de terra e o capitalista da agricultura, tem um só nome, são uma só pessoa, que, para produzir utilizam do trabalho assalariado de bóias-frias.

Fernandes (2005), também seguidor dessa análise teórica de Oliveira (1991), também tratou do avanço do capital no campo como territorialização do capital, quando este se instala e domina as relações sociais de produção no campo. Ao analisar o movimento do agronegócio, na atualidade no Brasil, afirma que os produtores diretos ou o campesinato que havia se especializado/territorializado, em determinado espaço geográfico é desterritorializado.

Do ponto de vista dos camponeses expropriados/desterritorializados, proletarizados, apenas uma ínfima parcela pode assalariar-se de forma permanente no mercado formal (com carteira assinada / direitos trabalhistas e previdenciários) no campo e na cidade (sobretudo em funções menos qualificadas da construção civil). Crescentes excedentes não incorporados aos processos produtivos da agropecuária modernizada (devido ao alto grau de mecanização) são arregimentados para trabalhos temporários no campo na mesma ou em outras regiões, tornando-se migrantes sazonais, para a colheita de cana ou de laranja (corumbas).

Outros contingentes de trabalhadores desterritorializados deslocam-se para fora da região de origem, buscando se reproduzir como camponeses ou submetendo-se a qualquer relação de trabalho (inclusive assemelhadas ao trabalho escravo) nas áreas de fronteira agrícola ou são definitivamente expulsos do campo para as cidades, engrossando as “pontas de rua” das sedes municipais, da capital do seu estado; migram para médias e grandes cidades/capitais da macrorregião, ou ainda, para as metrópoles nacionais, inchando as periferias urbanas e em geral engrossando o já imenso mercado informal de trabalho.

Lygia Sigaud tem um estudo clássico sobre a proletarianização dos moradores dos engenhos transformados em trabalhadores assalariados da cana de açúcar de Pernambuco (1979) exemplificando o processo de toda a região canavieira nordestina. Horácio Martins de Carvalho (2004 b, c) também analisou os Impactos do Agronegócio no país, enfocando o período neoliberal.

O avanço mais recente do agronegócio no campo no estado de Sergipe foi pontuado por Alexandrina Luz Conceição (2011). Do ponto de vista dos camponeses Célia Regina B. Santos em “Reorganização do Espaço Agrário e (des)territorialização das relações tradicionais” (1996).

A territorialização do capital tem sido apoiada por projetos de desenvolvimento econômico do Estado, ligados à infraestrutura: de transporte (navegação do Rio São Francisco, vias férreas paralelas ao curso do rio e estradas de rodagem); de abastecimento d'água (açudagem, poços artesianos e canais para saneamento urbano e irrigação); e energia elétrica (usina do Xingó).

A atuação estatal e empresarial que dinamizou o Alto Sertão Sergipano, nas duas últimas décadas do século XX no sentido da territorialização do capital, foi estudada por várias dissertações de mestrado do NPGeo/UFS, ao longo de mais de vinte anos entre o final da década de oitenta do século e o final da primeira década do século XXI: VARGAS, Maria Augusta M. Vargas. “A Natureza Sertaneja da política de desenvolvimento: sertão sergipano do São Francisco” (1988), que aprofunda esse debate em sua tese de doutorado “Desenvolvimento Regional em Questão – O Baixo São Francisco Revisitado” (1999); Rute Santana Reis, em “Sertão Noroeste Sergipano – Mudanças Recentes e Ação Governamental” (1991); Genésio José dos Santos. Mudanças técnicas e impactos ambientais na agricultura de Canindé de São Francisco – 1985-2005 (2007), ressaltando a implantação dos perímetros irrigados.

Duas dessas dissertações enfocam as consequências da modernização do campo no Alto Sertão Sergipano na força de trabalho: Nelmires Ferreira Silva em “Adeus Cascalho: Jovens Sergipanos na Odisseia do Trabalho Temporário” (2003) e Luciene Leite Santos, em “Mobilidade do trabalho na fronteira do município de Canindé do São Francisco: a estratégia de formação e degradação do espaço” (2004).

Silva (2003) analisou o processo de territorialização a partir do ponto de vista dos trabalhadores, sobretudo os jovens sergipanos, cujo trabalho temporário, refletindo sobre a falta de perspectivas de vida para os jovens, no meio rural, particularmente no sertão focando a intensa mobilidade temporária na atualidade, colocando-os a disposição do capital, ora os fixando, ora os expulsando, ora os tornando flexíveis, o que caracteriza o processo migratório em Sergipe (com

destaque para os municípios de Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Carira e Nossa Senhora Aparecida).

Santos (2004) centra sua análise na área de fronteira de Sergipe e os estados da Bahia, e Alagoas, onde se localiza a usina hidrelétrica, ressaltando que, parte de tais investimentos tiveram objetivos voltados para fora desse espaço geográfico (trecho de passagem entre pontos de origem e destino alhures ou geração de energia elétrica para centros industriais, enquanto a população rural permanecia sem acesso a esse serviço até pouco tempo), embora o Alto Sertão Sergipano tenha se beneficiado indiretamente dos mesmos, pela atração de força de trabalho para sua construção, elevação do preço da terra e crescimento dos aglomerados urbanos.

5.1.2 A Monopolização do Território Camponês pelo Capital

Ricardo Abramovay em “Paradigmas do capitalismo Agrário em Questão” (1992) considera um equívoco o paradigma marxista representado por Vladimir I. Lênin, em 1899 (1982) e Karl Kautsky em 1898 (1980), na esteira do próprio Marx em 1867 (1980) em afirmar a destruição do campesinato com o avanço do capitalismo no campo. O autor defende a tese de que, no final do século XX foi a tendência contrária que se impôs, argumentando com dados estatísticos que a maioria da população do campo em diversos países europeus é constituída pela “agricultura familiar moderna”, cujo espaço agrário por ela produzido é caracterizado por pequenas e médias propriedades (estrutura fundiária desconcentrada), derrotando a “lei geral da acumulação capitalista”, fundada nos processos de concentração e centralização do capital (produtivo) no campo.

Do ponto de vista das relações sociais de produção dentro dessas modernas unidades produtivas, os cultivos e criações (intensivos) são realizados, senão exclusivamente, em grande parte, pela própria força de trabalho familiar, apoiada por equipamentos mecanizados (adaptados à pequenas propriedades), derrotando também a tese da prevalência do assalariamento rural (relações capitalistas propriamente ditas).

Em primeiro lugar o autor desconsiderou a indissociável vinculação da teorização marxista com as tendências empiricamente observadas nos respectivos

contextos históricos analisados.²⁸⁴ A segunda discordância em relação ao estudo de Abramovay (1992) é que, embora ele tenha apresentado, com muitos dados numéricos, a generalização da pequena e média propriedade nos diversos países, porém não esclarece o processo histórico que propiciou tal estrutura desconcentrada, ou seja, não explicita o ponto de inflexão histórica crucial no desenvolvimento capitalista na Europa, que foi o advento do poderoso Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*), embora tenha analisado detidamente o papel da agricultura como um dos setores econômicos regulados.

Em meio ao processo histórico-estrutural de substituição do capitalismo da livre concorrência pelo capitalismo monopolista na Europa, desde 1870 (como já observara Lênin em seu livro “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, o surgimento de um Estado social se tornou historicamente viável, depois da profunda crise de 1929 (de superprodução/subconsumo) que se prolongou como depressão durante a década de 1930, seguida pelo contexto da segunda guerra mundial e pelo período de reconstrução das várias economias europeias que tinham sido palco da guerra, quando a burguesia industrial acena para a classe trabalhadora. Esse pacto entre capital e trabalho vigorou com maior ou menor intensidade em cada país, resultando em diferenças de concepção entre os sistemas de proteção social instituídos²⁸⁵, durante trinta anos - entre 1945 e 1975, no qual a garantia de pleno emprego e distribuição de renda para os trabalhadores, em troca da intensificação do trabalho (produtividade) era indispensável à retomada da produção e consumo de massas, base do modelo fordista/taylorista de industrialização. No plano político ideológico o pano de fundo era a “guerra fria” entre o mundo capitalista e o socialista em expansão a partir das revoluções na Rússia, 1917 e da criação da URSS no pós II Guerra à qual se agregaram inúmeros países do leste europeu e a revolução chinesa de 1949; nesse sentido as concessões burguesas às ideias socialistas

²⁸⁴ É preciso recordar que o materialismo histórico é lógico e ontologicamente dialético, ou seja, acompanha o movimento do real, na construção do conhecimento.

²⁸⁵ As diferenças marcantes entre os países que vivenciaram experiências de “*Welfare State*” foram pontuadas por diversos autores, que, a partir de análises comparativas, dando ênfase a distintos critérios, distinguem basicamente os mesmos países em três grandes tipologias: residual/liberal, corporativo/conservador e institucional/social-democrata propriamente dito. Entre os países do *Welfare State* residual de corte liberal estão a Grã Bretanha e os países industrializados da América do Norte (EUA e Canadá); entre os corporativos/conservadores a França, Alemanha e Itália e, por fim entre os institucionais/social-democratas destacam-se os países europeus setentrionais – Dinamarca (pioneira), Noruega, Suécia, Islândia. Essas últimas foram às experiências que mais avançaram no sentido redistributivo; dando a esses países até hoje os melhores índices de IDH.

reformistas (social-democratas), eram uma solução da luta de classes, alternativa às revoluções proletárias.

Abramovay (1992) refere-se a inclusão dos sindicatos e cooperativas de produtores rurais na composição do pacto social, na construção do Estado de regulação social, que instituiu o planejamento e absoluto controle da produção, distribuição, circulação e consumo (de massa). Os agricultores familiares - *farmers* (que em nada se assemelham aos camponeses tradicionais) cumpriram um papel econômico estratégico para que o fordismo/taylorismo e keynesianismo tivessem sucesso. Seu esforço de incrementar a produtividade da agropecuária e agroindustrialização dos alimentos, totalmente coordenada pelo Estado juntamente com as organizações dos produtores em cooperativas e comissões de diversos níveis, bem como pela Comissão Econômica Européia, permitiu o rebaixamento dos preços dos alimentos, liberando parte do orçamento das famílias operárias para comprar os bens, sobretudo os de consumo duráveis, estimulando a produção em massa que impulsionou o desenvolvimento industrial e ao mesmo tempo levou a Europa à posição de segundo país exportador de produtos agrícolas atrás dos Estados Unidos.

O que se enfatiza é que no bojo desse processo foram implantados reordenamentos agrários, que reverteram a tendência econômica – a “via inglesa” do século XVI em diante e a chamada “via prussiana” na Alemanha, analisada por Max Weber, em 1892 (1981), e em outros países como na Rússia no final do século XIX analisada pelos clássicos marxistas. A base fundiária se democratizou não porque a lei geral da acumulação capitalista deixou de ser explicativa do funcionamento do avanço do capital no campo pela via da sua territorialização, conforme Oliveira (se tivesse sido deixada à livre iniciativa e à “mão invisível” do mercado, ou seja, aos seus mecanismos auto-reguladores, num Estado estritamente liberal) e sim em decorrência da intervenção direta do Estado social regulador da economia (keynesiano) resultante do mencionado pacto político (aliança operário-camponesa com a burguesia) em contexto capitalista.

Abramovay mencionou a conjugação de diversas políticas agrícolas em economias planejadas: a mecanização adaptada viabilizando a exploração de pequenas explorações apenas com força de trabalho familiar, sem assalariamento. A importância crucial da agricultura de alimentos e que os pequenos agricultores são os agentes econômicos para realizá-las, levando em conta questões agroecológicas

e de saúde pública, reconhecidas pela população consciente e pelo Estado. O pacto político e social incluiu os pequenos agricultores na distribuição da renda, possibilitando sua reprodução num patamar igualado aos outros agentes econômicos (trabalhadores urbanos); de tal forma foram garantidos pelo Estado que o autor chega a denominá-los “funcionários públicos”.

Foi possível reter de Abramovay (1992) várias observações sobre o papel e destino do campesinato ressaltando-se que o leitor não deve se prender apenas à semelhança de forma - a integração dos *farmers* aos CAIs, mas levar em conta a profunda diferenciação de contexto – a forma como se estruturou e funcionou a sociedade, ressaltando-se a organização cooperativa generalizada no campo; a base fundiária nacional ter sido efetivamente democratizada em diversos países europeus, o que remete ao papel do Estado intervindo de forma massiva e intempestiva também na estrutura fundiária. A base fundiária democratizada e a organização cooperativa, num Estado regulado impõe ressalvas ao enquadramento dessa experiência histórica com o processo de monopolização do território pelo capital, conforme Oliveira (1990, 1994) analisa no Brasil.

A conceituação de monopolização do território camponês pelo capital exige uma abordagem mais complexa de análise sobre a natureza das relações sociais de produção presentes, mesmo na posse ou propriedade camponesa da terra. Como havia alertado Marx e Engels, por trás de formas aparentes, nesse caso, até mesmo de acesso à propriedade da terra, podem se esconder relações de profunda dependência do capital e exploração, que retiram a autonomia e liberdade do camponês.

José Vicente Tavares dos Santos, no livro “Colonos do Vinho – estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital” (1978) foi um dos pioneiros nessa abordagem ao mergulhar no mundo dos pequenos produtores de vinho das serras da região colonial italiana do Rio Grande do Sul, identificando o trabalho familiar, as práticas de ajuda mútua, a propriedade da terra e outros meios de produção, a reprodução simples da produção camponesa etc. O projeto camponês implica na garantia da propriedade privada da terra, a autonomia do trabalho e a utopia comunitária.

O desenvolvimento capitalista no campo se dá de forma contraditória, ou seja, desigual e combinada. A reprodução do capital ocorre também a partir de relações não capitalistas (trabalho não assalariado). Oliveira (1990, 1991 e 1994), ao partir da

explicação dialética do processo desigual e contraditório, evidenciou como o capitalismo vem contraditoriamente unificando o que separou desde o início, a agricultura e indústria, como haviam analisado Marx e Engels em “A Ideologia Alemã”, de 1845 (2007), por meio da monopolização do território pelo capital monopolista.

Tavares dos Santos (1978) analisou teoricamente os vínculos entre o camponês e o capital industrial, caracterizando a relação que ele observava empiricamente entre camponês – vinícola, como um processo formal de subordinação do trabalho camponês ao capital no qual se extraia mais valia absoluta²⁸⁶ do camponês na produção da uva como matéria prima fornecida para o setor industrial de vinhos no Rio Grande do Sul, observando inclusive a penetração de empresas multinacionais até 1975. Esse autor também analisou o processo de formação de cooperativas vinícolas, a partir da poupança dos camponeses (aquisição de cotas) em dois períodos 1911-1913²⁸⁷ e entre 1929-1930²⁸⁸. Apesar de atrativos iniciais, na primeira fase, houve destruição da indústria doméstica rural e centralização da produção de vinho em 16 cooperativas que sucumbiram diante da concorrência e de outras formas de reação da associação de grandes produtores de vinho que passou, inclusive, por ação do Estado pela falta de enquadramento das mesmas nos critérios sanitários. Para ele, finda a experiência cooperativista, as cooperativas traduziram a mesma exploração de sobretrabalho e submissão às exigências do capital, sofrida nas empresas.

No debate geográfico segundo Ariovaldo Oliveira (1994), no final da década de oitenta, o avanço do capital no campo também se dá quando o capital não expropria, mas submete os camponeses aos seus interesses, por meio de relações

²⁸⁶ Tavares dos Santos (1978) diferencia do processo de subsunção real do trabalho ao capital, correspondente ao assalariamento, a forma especificamente capitalista do processo de trabalho, conforme Marx no capítulo inédito do capital; que corresponderia do ponto de vista geográfico ao processo de territorialização do capital.

²⁸⁷ Na primeira fase houve a destruição da indústria doméstica rural e centralização da produção vinícola em 16 cooperativas originadas na poupança dos camponeses, que sucumbiram diante da reação da associação de produtores de vinho.

²⁸⁸ Na segunda fase, foi a época de fundação das cooperativas estudadas pelo autor na década de setenta, ligadas a um movimento nacional cooperativista, estimulado pelo Governo, que começaram comercializando o vinho dos associados, mas posteriormente passaram a receber também a uva, destruindo novamente a indústria doméstica rural e centralizando a indústria vinícola.

sociais de produção tradicionais no campo brasileiro como: parceria, arrendamento, colonato, relações de moradia “de condição” ou sujeição²⁸⁹.

Essa relação envolve três personagens sociais: o capitalista industrial (que investe capital na agricultura/produção e circulação do produto agrícola), o proprietário da terra – rentista, que vive da renda (respectivamente em produto, dinheiro ou trabalho pelo aluguel da terra) e o camponês, que trabalha a terra com a família. Acrescenta-se aqui, que as duas primeiras “personagens” podem ser desempenhadas pelo mesmo agente econômico, que se beneficia de duas formas de renda (renda absoluta da terra e lucro, ou extração de sobretrabalho).

Nessas condições, provocadas pelo acesso precário a terra os camponeses são uma classe social que vive no campo, entretanto, não têm o direito de produzir exclusivamente para a sua subsistência e venda de excedentes, porque a cana, o arroz, o gado, a mandioca etc. que eles cultivam, tornam-se mercadorias que serão vendidas pelo capitalista. Dessa maneira, eles não têm o domínio da terra (não se apropriam efetivamente), não têm o controle do que plantar, que é ditado pelo capital. Na verdade, trocam seu trabalho por uma parte da produção ou pelo direito de morar e cultivar parcialmente para sua subsistência, dentro da grande propriedade; sendo preteridos da apropriação de grande parte dos frutos do seu trabalho e, por conseguinte, na distribuição social da renda (no conjunto da sociedade), reproduzindo-se historicamente em condições miseráveis.

A modernização pautada pela industrialização do campo e subordinação da agricultura à indústria (como processo mais visível) e ao capital financeiro (como processo subjacente após a generalização do crédito rural – desde 1965) foi incrementada com a articulação de diversas frações burguesas no chamado agronegócio na última década do século XX, vinculado ao processo de acumulação do capital, em escala nacional e internacional.

Oliveira (1994) avançou em sua análise afirmando que o capital pode monopolizar o espaço ou o território camponês, mesmo quando ele detém a posse ou a propriedade da terra (fora da grande propriedade ou na sua “franja”), quando

²⁸⁹ Cada uma dessas relações sociais de produção tem sido exaustivamente estudada por diversos estudiosos, como exemplo é indicado um estudo de cada categoria de camponês: parceria – Loureiro, Maria Rita. *Parceria e Capitalismo* (1977); colonato do café - Martins, José de Souza. “O Cativeiro da Terra” (1981 b); relações de moradia “de condição” ou sujeição nos engenhos nordestinos: Sigaud, Lygia. *Clandestinos e os Direitos – Estudos sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco* (1979); arrendamento: vários estudos sobre as ligas camponesas também mencionam as relações de trabalho de foreiros (designação regional) para arrendatários na Zona da Mata de Pernambuco.

mantém relações com ela, pois, embora não tenha se assalariado, planta sob controle do capital.

Contudo, o autor explicitou uma importante diferenciação entre as unidades de produção camponesas que se reproduzem socialmente e espacialmente de duas maneiras totalmente diversas: como territorialização camponesa monopolizada pelo capital, quando este submete as relações de trabalho das famílias camponesas à sua lógica de reprodução ampliada, independentemente dessas relações se darem dentro ou fora do latifúndio, estando presente a exploração do trabalho e extração do sobretrabalho (além da renda absoluta da terra para diversas categorias que vivem/produzem dentro dos latifúndios). Os camponeses também podem produzir espaço e território de forma autônoma, como será visto no próximo tópico.

Para Oliveira (1994), na atualidade a monopolização do capital se traduz nos modernos sistemas de integração produtiva agropecuária, agroindustrial, comercial e/ou financeira, que marcaram, desde a década de 1980, os Complexos Agroindustriais – CAIs, que evoluíram (e se institucionalizaram), a partir da década de 1990, no agronegócio. Nessa relação agricultura – indústria, o capital domina a agroindústria, submetendo os pequenos e médios produtores agropecuários de matéria prima (leite, aves etc.). Os camponeses, além de consumir insumos repassados pelo capital, não retém subprodutos (exemplo o soro do leite) e transferem renda para o setor industrial, nas diferenças brutais de preço pago pela matéria prima e produto beneficiado. Oliveira (2004) também se refere à monopolização do espaço pelo capital no campo, enquanto “território da lucratividade”. A permanência dos CAIs, em determinados espaços geográficos, está condicionada pela lucratividade, portanto, é instável e pode ser transitória. As relações de integração do camponês aos CAIs é incentivada pelos órgãos de assistência técnica do Estado como direção única da modernização da pequena produção. Essa integração é estudada por vários autores desde a década de oitenta, como Delma Pessanha Neves, 1981 ao final dos anos noventa, como John Wilkinson, 1999 e 2002. Antônio Thomaz Jr. reflete sobre “Se Camponês, se Operário! Limites e Desafios para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil” (Brasil).

Fernandes (1996a) também tratou do processo de dominação do capital no campo, compreendendo que este ocorre quando o capital se instala no campo, e

domina as relações sociais de trabalho e produção como ocorre com o movimento do agronegócio, que ele denomina, de maneira geral, como territorialização do capital.

Sob as mais modernas relações econômicas no campo se esconde o processo de monopólio do território pelo capital, que submete os camponeses aos seus interesses por meio de relações de integração produtiva agropecuária, agroindustrial, comercial e financeira (verticalização da produção, inserção nas cadeias produtivas). Tal modernização do campo esconde relações de profunda dependência do fornecedor de matéria prima ao capital e exploração, que retiram a autonomia e liberdade do camponês; de maneira semelhante às relações tradicionais de produção que representavam para alguns, o “atraso” do campo.

Se há modernização tecnológica (mecanização e uso de insumos químicos com indiscriminada utilização de agrotóxicos proibidos em outros países) e econômica, a inserção dos camponeses nos CAIs continua a representar relações sociais de produção atrasadas socialmente, congelando as condições mínimas de sobrevivência do pequeno produtor direto. Acelera-se o processo de diferenciação do campesinato, uma minoria consegue se capitalizar no conjunto da chamada agricultura familiar; e muitos por processo de endividamento (clássico) terminam sendo expropriados e expulsos do campo. (territorialização).

Da mesma forma que na territorialização do capital, o processo de monopolização do território camponês pelo capital, tem sido apoiado pelas políticas públicas de desenvolvimento rural e regional, com ênfase no crédito, que submete a assistência técnica, com seu papel difusor de novas tecnologias de extensão rural, ou seja, de convencimento do pequeno produtor das vantagens da integração produtiva com os CAIs e do papel impositivo via projeto de investimento ou custeio. É em função dessa minoria que o governo libera a maior parte dos recursos das políticas agrícolas, independente do apelo social do PRONAF de 1995. É para a ampla maioria da chamada agricultura familiar, ou seja, os milhões de camponeses pobres em busca de vida digna no campo, que o processo de endividamento significa interrupção de safra, e, para alguns a perda da terra.

Esse novo enquadramento interfere drasticamente na estratégia camponesa de diversificação produtiva para se adequar à exigência de produção especializada em maior quantidade (tornando-se consumidor de insumos), garantindo por essa via

sua inserção em mercados mais amplos (sem esclarecer a total dependência criada enquanto fornecedor de um único produto, numa relação econômica regida por contratos precários unilateralmente elaborados e preços igualmente estabelecidos de forma unilateral pelo setor industrial, mal fiscalizado, e os riscos socializados com os pequenos produtores agropecuários nas crises do setor produtivo). Essa inserção na cadeia produtiva capitalista altera a natureza do produtor que deixa de manter as características fundamentais do camponês para assumir uma condição de agricultor familiar em processo de capitalização, assemelhando-se ao *farmers* totalmente integrados ao desenvolvimento do capitalismo no campo nos países desenvolvidos na Europa e EUA.

No Nordeste semiárido, o Vale do São Francisco tem sido o *locus* privilegiado para a segunda forma de avanço do capital no campo – a monopolização do território pelo capital, inclusive a partir da institucionalização desse espaço geográfico como território institucional do Estado (por meio de dois órgãos governamentais de nível federal - a CHESF e a CODEVASF que tiveram alterações institucionais); com planejamentos específicos para atingir finalidades complementares no discurso – geração de energia, irrigação e navegação; que se tornaram conflitantes na prática, sendo o último objetivo abandonado.

As transformações do espaço agrário a partir da implantação da agroindústria empresarial, sobretudo a partir da fruticultura irrigada tem sido exaltada por autores, como Gustavo Maia Gomes em “Velhas Secas em Novos Sertões – continuidades e mudanças na economia do Semiárido e dos Cerrados nordestinos” (2001). O autor elogia no que chama de novos sertões os processos de integração de agricultores familiares aos CAIs reforçando o discurso governamental.

Por outro lado essas transformações foram criticamente analisadas por geógrafos como Manuel Correia de Andrade especialmente em seu livro “Tradição e Mudança – a Organização do Espaço Rural e Urbano na área de Irrigação do submédio São Francisco” (1983). O processo de monopolização do capital na atualidade é retratado por Raimunda Áurea D. Sousa em sua Tese “O AgroHidronegócio no Vale do São Francisco: Território de Produção de Riqueza e Subtração da Riqueza da Produção” (2013).

Como parte da bacia do Rio São Francisco, o processo histórico da produção do espaço agrário do Alto Sertão Sergipano se fez pelo processo de monopolização do território pelo capital na medida em que, tradicionalmente os vaqueiros-

moradores dos grandes currais de gado, criavam o sistema de parceria (a quarta), além dos cultivos de subsistência. Esse era considerado, por Raimundo Faoro (1984 e 1979) um sistema de muito maior liberdade em comparação com as relações sociais de produção da *plantation* canavieira. José Wellington C. Vilar analisou o “Papel da pecuarização no processo de produção do espaço agrário sergipano” (1991).

No entanto, o avanço do processo de ocupação humana, apossamento e apropriação da terra por pequenos, médios e grandes proprietários, e intensificação nesse espaço geográfico do cultivo de lavouras de “sequeiro” (lavouras temporárias de ciclo curto, cujo calendário agrícola depende do clima – chuvas/estiagem), introduziu o cercamento diminuindo gradualmente as áreas de caatinga onde o gado era criado solto, inviabilizando o tradicional sistema de pecuária extensiva e, por conseguinte, do sistema de parceria na remuneração dos vaqueiros que se tornaram assalariados com ou sem carteira assinada. Não se observou na literatura sobre o Alto Sertão referências ao cultivo de algodão nessas fazendas que incrementaram as parcerias, em outros locais do semiárido sergipano e nordestino.

Nas médias e grandes propriedades da ribeira, das lagoas e das várzeas do São Francisco e seus afluentes, como no Rio Capivara, em Porto da Folha, cultivava-se arroz de vazante, no sistema de meação ou arrendamento. Porém, os meeiros e os arrendatários vêm declinando em número, depois que toda essa atividade econômica foi desarticulada com a finalização da construção da barragem do Xingó, em 1996, e seu enchimento, que interrompeu o ciclo natural de cheias e vazantes do grande rio, como explica Reginaldo G. dos Santos (2010).

As relações monopolizadoras do território camponês pelo capital nesse espaço geográfico ainda são representadas hoje pela tradicional submissão dos pequenos produtores de leite aos laticínios de grande e médio porte. O que se ressalta é que vem ocorrendo um processo de centralização do capital industrial, que inclusive, contou num certo período com a participação de grupos econômicos internacionais (como foi o caso da Parmalat, que pagava aos produtores deste território preço mais baixo do que sua matriz pagava na mesma época aos produtores italianos), até que no momento de crise, fechou várias fábricas no país inclusive neste local. As indústrias de grande porte, especializadas na produção do leite pasteurizado e derivados, concorrem entre si, ou formam cartéis informais para definir preço e dividir os fornecedores, mas, também, afetam diretamente e vem

desarticulando a extensa rede de indústrias de médio e pequeno porte, bem como a indústria doméstica rural, inclusive pressionadas por exigências sanitárias pelos órgãos fiscalizadores como foi ressaltado nos relatórios de pesquisa de Chignier, Caroline et al. (1997) e Pinaud, Justine et al (1997). Miguel Heimar Souto analisou esse setor leiteiro do Alto Sertão Sergipano em “Caminhos e Descaminhos da atividade leiteira no noroeste de Sergipe” (1998). A produção e comercialização dos derivados de leite são o foco de Tânia Maria B. F. de Oliveira, em “Dinâmica da Produção e Comercialização dos Produtos Lácteos de Nossa Senhora da Glória, Semiárido Sergipano” (2007).

Apesar da pressão do capital para se territorializar, os posseiros e os pequenos proprietários têm conseguido reproduzir seus territórios camponeses fora dos latifúndios, aparentemente de forma autônoma, como será tratado no próximo tópico. Entretanto uma avaliação da possível submissão dos mesmos ao processo de monopolização desse território camponês pelo capital necessitaria de estudos específicos.

5.2 A Resistência Camponesa e a Construção de Espaços Diferenciais, ou Territórios de Resistência e Liberdade Alternativos ao Espaço Hegemônico do Capital

“Territórios em conflito” se refere no plano teórico, dentro do debate geográfico, à participação do campesinato produzindo territórios alternativos ao espaço hegemônico do capital agrário. Esta Tese denomina esses territórios produzidos por pequenos proprietários e também por posseiros, incluindo dentre eles povos tradicionais - povos indígenas e comunidades quilombolas em seus processos de resistência seculares, continuadas por seus remanescentes - como territórios de sobrevivência e liberdade, constituindo o enorme segmento dos produtores mais pobres, dentro do modelo da chamada agricultura familiar, caracterizado pela produção para o autoconsumo e venda de excedentes, com base no trabalho familiar, sem relações de exploração (assalariamento permanente).

Considerando-se o conjunto dessas famílias camponesas, enquanto condição objetiva de classe (classe em si) constituem o segmento da população trabalhadora brasileira dos mais fragilizados em suas condições materiais de existência, submetidos a relações de subalternidade no seu processo de inserção na sociedade

brasileira, como é analisado por Carmelita Yazbec (2001) ou como os “excluídos desde sempre”, conforme Marcio Pochmann (2000).

O economista Guilherme Costa Delgado (2004), analisou o setor denominado por ele de “agricultura de subsistência”, tido como um dos “obstáculos” ao desenvolvimento do país. Numa outra publicação deste texto organizada por Jether P. Ramalho, este estudo objetivou.

[...] resgatar a relevância e o significado de um importante setor social voltado a suprir as condições de subsistência de parte considerável da população brasileira. Nem sempre, nas análises e propostas de um modelo social para o Brasil, avalia-se com profundidade esse segmento econômico, em que ainda subsistem formas de ocupação humana e da produção de bens que não se enquadram nos moldes do sistema capitalista. A convivência desse expressivo contingente demográfico e sua permanência histórica constituem-se em desafios teóricos e práticos ao pensamento econômico e político sobre o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. (RAMALHO, 2004, p. 7).

Delgado retomou três clássicos da história econômica do Brasil, que entre a década de quarenta e cinquenta, publicaram estudos sobre a agricultura de subsistência e pecuária desde o período colonial: Caio Prado Jr, em “Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia”, de 1942 (1995); Celso Furtado, em “Formação Econômica do Brasil” (1970) e Raimundo Faoro, em “Os Donos do Poder – formação do patronato político brasileiro” (1984 e 1979)²⁹⁰, efetuando uma análise comparativa da caracterização por eles efetivada a partir de alguns aspectos-chave.

Os três historiadores concordam que, desde o período colonial, trata-se de um amplo setor da economia rural que ocupava uma parcela expressiva da população, espacializada de forma disseminada por todo o país, no litoral, e, sobretudo, penetrando os rios, como o São Francisco, nos sertões interiores do Nordeste e outras regiões, ocupando uma vasta zona “geograficamente externa às zonas das grandes lavouras canavieiras” (setor orgânico da economia, segundo Prado Jr.), em geral articulado com a atividade pecuária extensiva, e tem se reproduzido até a atualidade. Nessas atividades não existia a atividade escrava e

²⁹⁰ Faoro conforme Delgado (2004, p. 51) referindo-se aos diversos sertões brasileiros, mencionou que “[...] cessada a preação dos índios e a busca das pedras preciosas, como motivação imediata das entradas e bandeiras do século XVII, a maior parte da população indígena aculturada, dos poucos quilombos aí formados e da porção de brancos que aí penetrou, atravessará os séculos XVII e XVIII tenuamente articulados à economia colonial dominante”

sim o uso da força de trabalho familiar destinada ao consumo (a roça é a base da economia de subsistência) e abastecimento de gêneros alimentícios interno da colônia (setor inorgânico da econômica) e gozam de certa autonomia.

A despeito da falta de apoio governamental, como uma realidade geral em países do terceiro mundo, o sistema produtivo camponês tem conseguido perpetuar-se a partir da reprodução mercantil simples. Como não há exploração direta do trabalho familiar por um latifundiário rentista (extração da renda absoluta da terra) dado que há o domínio pleno da posse ou propriedade da terra, nem do sobretrabalho pelo capital, porque permanece a margem de sistemas produtivos integrados, a própria família retém essas partes da renda do sobretrabalho, que ela mesma se impõe, reproduzindo-se socialmente enquanto unidade de consumo. Apesar de ser característica a produção para o autoconsumo (entenda-se consumo humano e animal, ou consumo produtivo), é intrínseca à unidade familiar camponesa comercializar os excedentes da produção em mercados locais.

Na evolução dos estudos geográficos e de outras ciências sociais grande parte dos autores compreendeu que o modo de trabalho e de vida específico camponês, fundando suas análises na contribuição teórica do agrônomo russo

Alexander V. Chayanov, sobretudo em *Teoria dos Sistemas Econômicos não capitalistas* (1975), estudioso clássico da discussão teórica que valoriza a economia camponesa²⁹¹, que conformaria um “modo de produção” específico, no mesmo nível que o modo escravista ou capitalista, conforme Eduardo Archetti (1987).

O pensamento chayanoviano tem sido difundido no Brasil e no mundo, até a atualidade, pelo sociólogo polonês judeu, naturalizado britânico, que atua na Universidade de Moscou, Teodor Shanin (2008).

Segundo Marta Inez Medeiros Marques em seu artigo, “Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil” (2008, p.9), teve como ponto de partida as ideias de Shanin, cujos estudos sobre o campesinato “[...] servem de marco e referência para inúmeros estudiosos de todo o mundo”. A autora resgata o debate, entre os chamados populistas russos dentre os quais destaca Chayanov, em sua defesa da

²⁹¹ Chayanov foi contemporâneo de Lênin e Stalin, contra quem sustentou ao longo de mais de três décadas o debate a cerca a importância da economia camponesa, nas duas fases da história russa – o contexto capitalista (da revolução democrático-burguesa) e socialista (da revolução proletária dirigida pelos bolcheviques), apontando inclusive as vantagens desse tipo de economia ou “modo de produção”, sobre a grande exploração (tanto capitalista, quanto socialista). Tornou-se oponente do processo stalinista de coletivização forçada, pagando com a vida a sustentação de suas idéias.

economia camponesa e Lênin e Kautsky (marxistas) focando “nos processos de industrialização e modernização e a consequente descampenização”. Percebe-se que este mesmo debate clássico, que havia sido resgatado por Alexandrina Conceição (1991) ainda “está na ordem do dia” nas discussões da geografia agrária, praticamente vinte anos depois.

A concepção sobre a economia camponesa constituir-se num modo de produção distinto, embora articulado com o modo de produção capitalista dominante foi abraçada e defendida por diversos cientistas sociais brasileiros. No debate geográfico, nesses termos, o debate parece estar superado, substituído por espacialização/territorialização camponesa; não se confundindo modelo, economia camponesa, economia familiar, unidade de produção ou exploração camponesa, com modo de produção. Entretanto a posição de Chayanov de definir as relações sociais de produção do campesinato como relações ou formas não capitalistas mantém atualidade.

Oliveira (1991; 1994), analisando a questão agrária, posiciona-se no debate sobre o desaparecimento ou possibilidades de reprodução social do camponês, defendendo que, no Brasil, apesar da constante pressão do capital (territorialização e monopolização) os dados censitários oficiais (IBGE, Censos Agropecuários, 1975 e 1985) evidenciam que o campesinato brasileiro tem sido bem sucedido em suas estratégias de sobrevivência, em diversos ramos de produção da agricultura e em diversas regiões do país, inclusive aumentando seu contingente numérico.

Para Oliveira (1994), entretanto, somente há liberdade quando o camponês tem, efetivamente, o domínio do uso do território; quando, de fato, se apropria do território. Territorialidade é movimento de ocupação efetiva e autônoma do território. O território camponês se caracteriza, como pequenas unidades produtivas familiares²⁹², onde se dão relações de trabalho não assalariadas, em pequenas porções de terra (posses ou propriedades)²⁹³. Dessa forma entre as unidades de produção camponesas, só há território alternativo para aquelas que conseguem produzir de forma autônoma, o que só é possível com a apropriação da terra - posse

²⁹² O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em suas análises nos Censos Agropecuários decenais, utiliza o conceito de “estabelecimento rural”, significando as unidades de produção que fazem referência ao “uso” da terra, independente da forma de ocupação da mesma.

²⁹³ O Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária – INCRA em suas análises nos cadastros fundiários, publicados em (re)cadastamentos gerais eventuais (sem periodicidade definida), desde 1972, utiliza o conceito de “imóvel rural”, significando as formas de ocupação da terra – posse ou propriedade, sem levar em conta o seu “uso”.

ou propriedade (condição necessária), embora isso não seja condição suficiente, diante da constante ameaça de monopolização do espaço/território pelo capital. Os territórios camponeses alcançam uma condição produtiva autônoma, quando conseguem decidir o que plantar, quando e como, nesse último caso definindo o ritmo de trabalho e a divisão do trabalho familiar, a partir de suas próprias ferramentas de trabalho.

Embora não estivesse discutindo esse aspecto explicitamente, no referido texto Oliveira (1994) desconsidera que, nessa relação mercantil (reprodução mercantil simples) a unidade de produção camponesa se relaciona com outras formas do capital no processo de circulação de seus produtos (mercadorias), onde existem outros mecanismos de extração de parte do sobretrabalho camponês, e de transferência de renda da agricultura para outros setores econômicos, no processo de distribuição, responsáveis por manter esse segmento social num padrão mínimo de existência com relação a parâmetros civilizatórios conquistados.

Os Simpósios Nacionais e Internacionais de Geografia Agrária – SINGAS, desde 2003, têm reunido diversos estudiosos em torno do debate sobre o campesinato, que atualizam suas lutas de resistência aos dois processos de avanço do capital no campo – enquanto “territórios em conflito”, entre os quais destacamos: Ariovaldo Umbelino Oliveira, Rosemeire Aparecida Almeida, João Edmilson Fabrini, Eliane Tomiasi Paulino, Antônio Thomas Jr, Bernardo Mançano Fernandes e Suzane Tosta Souza. Nos dois primeiros momentos o debate foi publicado: I SINGA Internacional e II Nacional em dezembro de 2003 (2004)²⁹⁴; II SINGA Internacional e III Nacional em 2005 (2007)²⁹⁵. O IV Simpósio Internacional e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária. A Questão (da Reforma) Agrária na América Latina. Balanço e Perspectivas, realizado em Niterói, em 2009, contou com IV Simpósio Internacional publicou anais eletrônicos²⁹⁶. O VIII Simpósio Nacional e VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária está previsto para 2015.

Nesta Tese a produção camponesa, é compreendida como expressão um modo de produzir e viver de habitantes do campo, sendo um projeto de gerações de

²⁹⁴ OLIVEIRA, A.U; MARQUES, Marta Inês M. (Orgs.) O Campo no Século XXI. Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social. **II Simpósio Nacional de Geografia Agrária e I Simpósio Internacional**, dez. 2003 (2004).

²⁹⁵ FERNANDES, Bernardo M., MARQUES, Marta Inês M. e SUZUKI, Julio Cesar (orgs) Geografia Agrária – teoria e poder. III Simpósio Nacional e II Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2007, 1ª. reimpressão, abril 2009.

²⁹⁶ www.uff.br/vsinga.

camponeses tradicionais, que vem resistindo aos processos de expropriação/territorialização do capital e também ao processo de monopolização do território pelo capital, considerados por isso à margem dos circuitos mercantis dominantes. Esses camponeses anseiam e lutam dia a dia por preservar sua autonomia na sua reprodução social. Os assentados de reforma agrária se tornam novos camponeses.

A manutenção e/ou retomada do conceito de camponês, por diversos movimentos sociais do campo de caráter popular, tem se dado desde a criação da Via Campesina no Brasil a partir de 1993, composta pelo: MST, MAB, MMC, CPT, PJR, Feab etc²⁹⁷. Annette Aurélie Desmarais recupera essa trajetória em 2007 (2013).

Destaca-se o pioneirismo do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, criado em 1995, em alimentar essa discussão teórico-conceitual e sistematizá-la, com assessoria de Horácio Martins de Carvalho, presidente da ABRA na década de 1990, que coordenou um dos estudos mais significativos do ponto de vista da afirmação teórica e política da importância do campesinato na atualidade como resultado do acúmulo dessa discussão coletiva foi “O Campesinato no século XXI – possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil” (2005)²⁹⁸.

Na economia e sociologia rural Carlos Guanziroli, enquanto coordenador da FAO/MDA no Brasil já analisava comparativamente a posição dos assentados da reforma agrária dentre as diversas categorias de agricultores familiares a partir dos critérios do PRONAF em “Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI” (2005) classificando-os do ponto de vista da renda como um segmento em melhor situação que a maioria absoluta dos pequenos agricultores familiares descapitalizados. Participando do debate teórico sob a pluriatividade enfatizada por diversos autores, dentre eles Sérgio Schneider (2003), Guanziroli discordava dos mesmos, afirmando que a pluriatividade, ou seja, a liberação de algum membro da família para trabalhar fora da unidade familiar de produção sempre fez parte da estratégia de reprodução social das famílias camponesas, por isso não as

²⁹⁷ Esses movimentos sociais que compõem a Via Campesina: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB; Movimento das Mulheres Camponesas – MMC; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Pastoral da Juventude Rural – PJR e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – Feab, naquele momento.

²⁹⁸ Outros estudos sobre o novo campesinato e a reforma agrária são: CARVAHO (2005 a, b ; 2009 a, b) e CLACSO (2005).

descaracterizava enquanto camponeses, transformando-os em agricultores familiares modernos.

Para Oliveira (1991), enriquecendo o debate geográfico a territorialização da agricultura camponesa, modificando paisagens ao mudar a estrutura fundiária e as relações sociais, inclui as novas áreas de reforma agrária. Em sua obra de 2004 referiu-se tanto aos territórios dos camponeses tradicionais quanto dos novos camponeses, assentados vitoriosos na luta pela conquista da terra, como “territórios de vida e de justiça social”.

Com relação especificamente ao campesinato sertanejo cabe aqui retomar o tom altamente pejorativo do tratamento do campesinato tradicional no Vale do São Francisco pelo já mencionado autor Gustavo Maia Gomes (2001), considerados como representantes do “velho sertão”, ou da economia tradicional do semiárido, pelo autor como a maior região subdesenvolvida das Américas, na qual o principal grupo de atividades autônomas é a economia agropecuária, predominantemente de “subsistência” e venda para um mercado local; que dependem menos dos mercados e é considerada estagnada. O autor retoma o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste - GTDN de 1967, coordenado por Celso Furtado, afirmando que o mundo que o economista descreveu – com três subsetores – pecuária, algodão e alimentos, seria o mesmo no início do século XXI, com exceção da existência de pequenas cidades.

A produção de alimentos e em menor extensão, a pecuária eram autônomas porque criavam a própria demanda, não dependendo, para a sua sobrevivência e expansão, da comercialização de eventuais excedentes. Na verdade, a pecuária não comercial e a produção de alimentos para auto-consumo são atividades autônomas de uma classe que poderíamos chamar primitiva, pois praticamente não geram estímulos para o aparecimento de atividades derivadas [...]. (GOMES, 2001, p. 259).

As desqualificações feitas pelo autor correspondem a uma forma de interpretação hegemônica a partir do olhar comprometido com os “novos sertões” representados pelos agricultores familiares modernizados, integrados com os CAIs, tratados anteriormente. As mesmas caracterizações feitas por Gomes, podem ser interpretadas a partir de outro olhar – da preservação dessa autonomia, que apoia o pleno desenvolvimento sem comprometer suas características próprias.

[...] o desempenho de longo prazo da economia global confunde-se com o comportamento no tempo de seus setores de autoconsumo. Como esses criam sua própria demanda, se houver um ambiente favorável à ampliação do estoque de recursos incorporados à produção, por exemplo, se existirem terras não desbravadas, ou parcialmente desocupadas, e se a população humana e os rebanhos estiverem crescendo, a economia também crescerá, dentro de um padrão que tenderá a ser vegetativo, ou seja, de reprodução por impulso próprio, sem transformações qualitativas. Se o crescimento se dará ou não com aumento de produtividade (deixando, portanto, de ser meramente vegetativo) é algo que depende, em grande medida, da qualidade dos novos recursos, especialmente terras, que se forem agregando ao processo produtivo. (GOMES, 2001, p. 259).

O Vale do São Francisco foi considerado nas estimativas da equipe que elaborou o diagnóstico para a proposta do II Plano Nacional de Reforma Agrária (outubro de 2003), um espaço agrário com uma provável incidência de grande número de pequenos posseiros que aguardam a regularização fundiária (pelo INCRA em parceria com o governo do estado), cuja primeira etapa, a de demarcação dos limites da posse, é, muitas vezes, conflituosa dado à inexistência de georreferenciamento geral no Brasil, resultando no fenômeno comum no país dos diversos andares de declaração de domínio sobre o mesmo solo incluindo grandes proprietários nessas disputas. Segue-se a fase de titularização legal, transformando a natureza desses imóveis – de pequenas posses em pequenas propriedades.

As pequenas posses se multiplicaram historicamente, se espalhando, sobretudo, pelos sertões, sem qualquer reconhecimento da sua existência. No Alto Sertão Sergipano também tem se reproduzido fora dos latifúndios, segmentos camponeses que garantem até hoje suas pequenas propriedades e posses, resistindo à desterritorialização pelo capital e aparentemente escapando também à submissão ao processo de monopolização desse território camponês pelo capital.

Vários estudos de antropologia e sociologia rural dedicaram-se aos camponeses, em geral posseiros, mas também sobre os pequenos proprietários que gozavam de certa autonomia, denominados por esses autores como “sitiantes tradicionais”. A dissertação de mestrado *Sitiantes e Roceiros. A produção camponesa num contexto de pecuarização*, da antropóloga Ellen Woortmann (1981) e o trabalho conjunto com Klaas Woortmann. “O Trabalho da Terra – a lógica e a simbólica da lavoura camponesa” (1997) caracterizaram minuciosamente as relações sociais de produção da agricultura camponesa em contexto de

pecuarização, a vida comunitária e elementos simbólicos, escolhendo como área de estudo, municípios abrangidos no território do Alto Sertão Sergipano. Em “Significados da Terra” (2004), tendo como organizadora Ellen Woortmann, além de aprofundar as temáticas anteriores, dialoga com outros autores que incluem terras indígenas e os novos camponeses de assentamentos de reforma agrária nessa categoria de camponeses livres.

Em várias obras, a teoria chayanoviana sobre a pequena unidade de produção camponesa se combina com um esforço de pesquisa empírica, com destaque inicial para a dissertação de mestrado de Geografia de Ideni Teresinha Antonello, “O Camponês Sertanejo” (1994).

A partir da análise minuciosa de fontes estatísticas do IBGE combinada com trabalho de campo resultando na publicação em 1996, em estudos que incluem o Alto Sertão Sergipano no universo de análise ou em amostras do estado: na coletânea organizada por José Alexandre Diniz. Agricultura e Pequena Produção em Sergipe (1996a) dois artigos são relevantes: “Tamanho e Limite de Estabelecimentos camponeses em Sergipe – uma definição estatística para uso de dados censitários”, Diniz e Antonello definiram que a classe de limite dos estabelecimentos camponeses em todos os municípios do Alto Sertão Sergipano de 50 a menos de 100 hectares; e em “As condições materiais de produção do camponês sertanejo sergipano”, Antonello caracteriza e localiza os estabelecimentos de cinco dos seis municípios em tela (exceto Gararu), com base nos dados censitários do IBGE de 1970 e 1985 (distribuição da terra, áreas médias dos estabelecimentos, a condição do produtor -proprietário, arrendatário e ocupante, o uso da tecnologia, os recursos hídricos).

Na coletânea organizada por Lourival Santana Santos. Camponeses de Sergipe – Estratégias de Reprodução (1996b), Antonello, utiliza a mesma fonte para analisar a realidade do sertão sergipano em 1985, em “Força de Trabalho Familiar: Célula da Reprodução Camponesa”.

Em “A Condição Camponesa em Sergipe” – Desigualdade e Persistência da Agricultura Familiar (1996c) Diniz utilizou os dados censitários do IBGE para mensurar a espacialização da pequena produção no estado, desde 1940 a 1985, em alguns aspectos atualizando para 1993, concluindo com uma tipologia na qual todo o Alto Sertão Sergipano se enquadrou no tipo 11, “camponeses de pecuária melhorada”.

Num estudo posterior “A Metamorfose do Trabalho e a Mutação do Campesinato” (2001) Antonello caracterizou teórica e empiricamente (a partir de dois estudos de caso dos camponeses franceses e sergipanos de diversas áreas, entre eles, os camponeses sertanejos, a partir de dados censitários comparativos de 1980 a 1995/1996, evidenciando o processo de territorialização camponesa no Alto Sertão Sergipano.

Sônia de Souza M. Menezes ressalta a autonomia dessa produção de derivados de leite em “As fabriquetas de queijo: uma estratégia de reprodução camponesa no município de Itabi-SE” (2001), ampliada e aprofundada em sua tese de doutorado “A Força dos Laços de proximidade na Tradição e inovação no/do Território das Fabriquetas de Queijo Sergipano” (2009). A extensa rede de agroindústrias leiteiras e de derivados, de médio e pequeno porte, bem como a indústria doméstica rural (as tradicionais fabriquetas de queijo coalho, requeijão cozido, manteiga etc.) tinha tradição de comercialização para um mercado regional atingindo outros estados.

O estudo mais recente sobre o campesinato autônomo foi o de Ricardo M. Santos “Se Planta e Colhe Alimentos neste Sertão: resistência e permanência da autonomia camponesa e as estratégias do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) nas contradições do projeto de soberania alimentar” (2012), referindo-se aos pequenos proprietários do Alto Sertão Sergipano.

Por fim, nesta Tese é ressaltada a necessidade do debate do conceito clássico de camponês (não do camponês feudal, mas no contexto capitalista, e até mesmo nas experiências históricas socialistas como sinalizadoras do sentido estratégico), não atrelado apenas a uma unidade de produção familiar, mas também resgatando a relação do campesinato com o movimento cooperativista, elemento menos conhecido da vida e obra de Alexander Chayanov, a grande referência teórica dessa temática.

Essa perspectiva acompanha a preocupação do MST em resgatar as experiências coletivas passadas e conhecer as experiências existentes em diversas partes do mundo para fundamentar sua proposta de “cooperação agrícola”, que possam ajudar aos assentados, novos camponeses, a experimentar relações sociais de produção que reforcem os laços comunitários construídos no acampamento, ou

mesmo antes na comunidade de origem.²⁹⁹ Em geral é característica da produção camponesa a diversificação produtiva e a utilização do consorciamento de várias culturas na mesma área, o que modernamente vem sendo interpretada como uma matriz produtiva que dá um importante passo na transição agroecológica, como ressaltam Eduardo Sevilla Gusmán e Manoel Gonzales de Molina em seu livro “Sobre a evolução do conceito de campesinato: um aporte para via campesina” (2005).

Tal sistema produtivo diversificado, que combina agricultura e pecuária, é complexo e necessita de trabalho extra nos momentos de pico do calendário agrícola, que é suprido tradicionalmente pela contratação de força de trabalho assalariada temporária ou reproduzindo práticas comunitárias tradicionais de mutirão ou ajuda mútua entre vizinhos, o que aqui é enfatizado, ao afirmar que o camponês não tem uma referência exclusivamente familiar, mas também comunitária.

Em todos os continentes, em meados do século passado, em países hoje do primeiro e do terceiro mundo eram encontradas formas de produção ou comercialização coletiva, com destaque para as aldeias camponesas orientais.

O que se afirma nesta Tese é que a cooperação agrícola e o cooperativismo reforçou o historicamente o campesinato nos “*kolkhoses*” tanto nos países socialistas, como se observa em Klavdi Bogoliubov (1983) em seu estudo sobre o Desenvolvimento do Sector Agrário na URSS; quanto nos países capitalistas (*no Welfare State*), por isso não pode ser desprezado da análise teórica.

A CONCRAB/MST (2001) fez uma síntese das experiências clássicas de cooperação agrícola no oriente e ocidente: dos MIR aos Kolkhoz e Sovkhoz na Rússia, os Kibutz (em Israel), as Comunas Chinesas e as CPAs Cubanas.

No Brasil, em meados do século XX a prática do mutirão foi encontrada na região Nordeste e definida por Hélio Galvão (1959, p. 23) como “[...] um sistema de trabalho não remunerado, que constitui excelente prática de solidariedade, prática de sadio e espontâneo cooperativismo, nascido do espírito de vizinhança e de solidariedade nas necessidades mais prementes”. Possui diversas denominações

²⁹⁹ Apesar de uma tendência individualista/familiar (ao assumir o lote) diferentes formas de cooperação agrícola são tentadas, dentre elas o cooperativismo classista autônomo em relação à OCB, para abastecer o mercado institucional de alimentos e vencer os atravessadores nos mercados locais, regionais e até nacionais. O MST e a Via Campesina Brasil ajudam a construir a proposta alternativa de comercialização com diversos outros movimentos sociais da cidade no Fórum Nacional de Economia Solidária. Carvalho (1998 e 2004 a) também reflete sobre as formas de associativismo nos assentamentos de reforma agrária.

regionais, entre as quais em Sergipe são chamadas de “adjutório” e “batalhão” (GALVÃO, 1959).

O autor resgatou estudos que afirmam que o mutirão tem origem africana, como o de Arthur Ramos em “As Culturas Negras no Novo Mundo”, de 1937, ou que é uma “tradição legada pelos índios”, segundo defende J. Figueiredo Filho em “Mutirão, ‘Adjunto’ Nordeste, origem Ameríndia”, 1942. Com relação aos povos indígenas ou comunidades remanescentes quilombolas, há o cultivo coletivo em solo comum.

No entanto essas relações comunitárias camponesas também estavam presentes de forma generalizada em todas as regiões brasileiras e podem ter sido provenientes de Portugal ou de outros países europeus que participaram da colonização brasileira.

A prática cultural das roças comunitárias e outras formas de trabalho coletivo, foi incentivada pela Igreja Católica progressista nos anos setenta e oitenta em comunidades de camponeses pobres, como analisou Neide Esterci (1982 e 1984).

O cooperativismo se subdivide naquelas entidades estruturadas a partir da OCB – Organização das Cooperativas do Brasil³⁰⁰ e no cooperativismo classista e autônomo defendido pelo MST estruturado pela CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

Depois de retomar elementos históricos e análises de processos empíricos sobre o campesinato é pertinente retomar a reflexão Lefebvre (2008) quando aliou a abordagem objetiva e subjetiva do espaço percebido (o da percepção comum à escala do indivíduo e de seu grupo, a família, a vizinhança, aí compreendendo o “ambiente”; o corpo e os gestos, à imagem do corpo e ao espaço da vizinhança psicológico e sociológico).

A problemática do espaço vivido é aspecto essencial de um conhecimento da realidade urbana e rural e de forma mais ampla à problemática global (conteúdo sensível, material, vivido, prático). Os objetos, grupos, indivíduos se localizam no espaço efetivo socialmente realizado, e no tempo histórico, como o do tempo vivido. Em oposição ao espaço concebido pelo poder do capital e do Estado, muitas vezes internalizado pelo usador, o habitante comum, o território alternativo representa para

³⁰⁰ José Wilson dos Santos. O Processo Social do Cooperativismo Sergipano de meados da década de 90 ao início do século XXI (2003).

Lefebvre a recusa à *práxis* social e historicamente determinada, dominada pelo capital.

Com base nas obras de Marx, o filósofo defende que o homem tem que dominar suas próprias obras; por meio da reapropriação dos tempos - espaços da vida, num movimento em direção à constituição de uma democracia concreta, contrária à vida colonizada pela passividade nutrida pelo consumo, irracionalidade que governa a industrialização, organização discriminatória e segregadora, descompassos do real para os excluídos da cidade, da civilização, da sociedade, empobrecimento da realização do humano.

A luta pelo direito à cidade que o autor prega em sua obra, focada no espaço urbano é traduzida nesta Tese como a luta pela vida digna no campo.

5.3 Movimentos Sociais do Campo e Movimentos Sócioterritoriais e Sócioespaciais

Tendo o conflito social no campo como ponto de partida segue-se a discussão teórica dos movimentos sociais do campo que participam dos conflitos pela terra. A análise geográfica se enriquece para além da distribuição espacial dos movimentos sociais, com uma elaboração teórica sobre os mesmo e a criação de novos conceitos: movimentos sócioterritoriais e sócioespaciais. Com essas ferramentas conceituais analisa-se sucintamente a trajetória dos movimentos sócioterritoriais que se tornam protagonistas da democratização da terra no contexto da implementação da reforma agrária como política pública explicitando contra quem se confrontam nessa luta de classes que se inicia na esfera dos interesses materiais ou sociedade civil e se prolonga no Estado e na batalha das ideias, ou na consciência coletiva, para a qual contribuem os debates acadêmicos.

Na perspectiva sociológica há uma vasta literatura sobre movimentos sociais, da qual se destaca Maria da Glória Gohn (2000; 2003; 2010). Em “Teoria dos Movimentos Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos” (1997), ela resgata as matrizes teóricas nas quais se fundam esses estudos nos vários continentes, enfatizando os estudos da América Latina em busca de maior autonomia desta produção intelectual em relação aos arcabouços conceituais construídos a partir de realidades distintas dos países do terceiro mundo.

Daniel Camacho em “Movimentos Sociais: algumas discussões conceituais” (1987) e Ilse Scherer Warren em “Movimentos Sociais” (1987), entre outros autores, abraçam essa perspectiva, aprofundando a discussão conceitual, que enfoca o caráter popular dos movimentos sociais. O referido autor apresenta um vasto painel empírico dos movimentos sociais latino-americanos, sobretudo indígenas entre os movimentos camponeses. Esses autores elaboram ferramentas conceituais para a compreensão dos mesmos, com a diferença de que a primeira se coloca numa perspectiva mais eclética, enquanto a segunda reforça a abordagem materialista dialética. Scherer Warren avança essa discussão, enfatizando o fenômeno recente da articulação de movimentos sociais em redes, seguida por Gohn. Ambas apresentam amplo painel sobre os movimentos sociais do campo e na cidade no país, sempre atualizado.

A tendência mais recente nos estudos internacionais sobre os movimentos sociais, no contexto do chamado pensamento pós-moderno, que chega ao Brasil nos anos noventa, na medida em que nega o paradigma marxista, nega também a articulação deste com outros conceitos clássicos da Sociologia, como o de estrutura de classes. Conforme Theresa Cristina Tanezini (2004) há os novos fenômenos de organização e mobilização de grupos sociais teorizados, por Alberto Mellucci (1989) e Alain Touraine (2006) enquanto Novos Movimentos Sociais – NMS: ambientalistas, feministas, anti-racistas, étnicos, pela liberdade de opção sexual, pela paz etc. Os “velhos” movimentos sociais de corte classista – popular e sindical, operário e camponês – cujas características de sua composição, ideologia, objetivos, métodos de ação se diferenciam dos NMS, apesar de continuarem atuando, perdem visibilidade nas análises sociológicas e antropológicas contemporâneas.³⁰¹

O sociólogo francês Alain Touraine, um dos importantes teóricos dos movimentos sociais, desde a década de oitenta do século XX, exemplifica essa “guinada” intelectual. Não é possível concordar com Touraine (2006), quando afirma que a forma coletiva de pensar a partir do político, bem como do paradigma econômico e social está superada com o enfraquecimento de todas as categorias sociais de análise e de ação: classes sociais e riqueza, burguesia e proletariado,

³⁰¹ Tanezini (2004) debateu a importância dos “Velhos” Movimentos Sociais, com ênfase no MST, para os quais as novas problemáticas (dos NMS) se articulam com antigas bandeiras de luta, riqueza que é perdida nas análises que abandonaram esses movimentos como objeto de estudo significativo em seus processos de mudança teórico-metodológica.

sindicatos e greves, estratificação e mobilidade social, desigualdade e redistribuição, inclusive movimento social. Ao contrário do que ele afirma, considera-se neste estudo que todos esses conceitos permanecem centrais para se compreender a questão agrária.

Nunca é demais lembrar que a questão-chave do método fundado na perspectiva ontológico-social de Marx é a importância dos conceitos permanecerem válidos, porque a realidade que eles retratam igualmente permanece. Marx na “Introdução a Crítica da Economia Política” de 1859 (1977), afirmou que “a consciência não é senão o ser consciente” reconhecendo a prioridade, a determinação do real no método (materialista-histórico-dialético) que vai da aparência à essência, no qual, as categorias racionais cumprem um papel central de desvendar os fenômenos sociais concretos.

Touraine (2006), descolado do movimento do real, decreta arbitrariamente o desaparecimento das sociedades como sistemas integrados e portadores de um sentido geral, a decadência e o desaparecimento do universo que chamávamos de ‘social’, diante da ruptura dos laços sociais e do triunfo de um individualismo desorganizador. É preciso, segundo ele, aceitar como ponto de partida da análise essa destruição ou perda de centralidade de todas as ‘categorias sociais’ - as classes sociais e os movimentos sociais, até as instituições ou ‘agências de socialização’, nome que foi dado à escola e à família ao definir a educação como socialização, mas “[...] esta perda de centralidade das categorias ‘sociais’ é tão radicalmente nova que sentimos dificuldade em renunciar as análises sociológicas que estávamos habituados” (TOURAINÉ, 2006, p.10).

Em substituição ao paradigma econômico, social e político, o autor propõe um novo paradigma cultural³⁰², que nomeia novos atores e novos conflitos, no qual as representações do eu e das coletividades são descobertas por um novo olhar, centrado no sujeito, na relação direta do sujeito consigo mesmo, sem passar pelas mediações metassociais que pertencem ao campo da filosofia da história. Essa nova abordagem valoriza “[...] a afirmação da liberdade e da capacidade dos seres humanos de criar-se e de transformar-se individual e coletivamente [...]”

³⁰² Touraine (2006) não explicitou seu referencial teórico-metodológico, apesar da chamada pós-modernidade resgatar a matriz idealista, subjetivista na filosofia (neokantiana e neohegeliana) que supervaloriza a dimensão cultural da realidade social, nas ciências sociais. Todavia diante da mobilização dos trabalhadores em diversos países europeus em resposta às medidas tomadas pelos governos na crise atual do capitalismo, ele teve que admitir que a “luta de classes” estava de volta.

(TOURAINÉ, 2006, p.10); os objetivos de liberdade pessoal ou a pertença a uma comunidade herdada, coletividades voltadas para o interior de si mesmas e de cada um daqueles que ali vivem (objetivos que não são propriamente ‘sociais’). Nesse novo paradigma, conforme o autor há lugar para protestos, conflitos e reformas, construções de defesas, de críticas e de movimentos de libertação em torno dos direitos culturais e nessa reviravolta as mulheres são as atrizes principais.

Observa-se que a menção aos grupos concretos e suas formas de reação às formas de dominação (e neles os indivíduos), não está distante do que se valoriza aqui, mas a necessidade do autor de construir um novo “olhar” unilateral sobre eles é que se distancia da “complexificação do olhar” perseguida neste estudo, que procura enxergar a inter-relação entre as dimensões ecológicas, econômicas, sociais, jurídico-políticas e culturais-ideológicas do fenômeno que se analisa – os movimentos sociais do campo.

Na contramão da mencionada tendência, na sociologia brasileira o debate sobre movimentos sociais foi alimentado também por Emir Sader (1987), Safira Amann (1991), Evelina Dagnino (1994), Odilon Poli (1999), a coletânea organizada por Roberto Leher e Mariana Setúbal (2005) etc.

Entende-se nesta Tese que os movimentos sociais correspondem à representação de interesses de todas as classes sociais e frações de classe da sociedade. Dessa forma os movimentos sociais são aqui compreendidos na articulação orgânica entre infraestrutura econômico-social (posição de classe em si objetiva) e superestrutura jurídico-político-ideológica, na medida em que contribuem com sua ação coletiva, decisivamente para o processo de ganho de consciência de classe em si “para si”, por meio da organização, mobilização/luta.

Particularmente sobre movimentos sociais no campo são referências importantes pelo pioneirismo, o clássico “Os camponeses e a política no Brasil”, de José de Souza Martins (1981); pelo didatismo fornecendo uma visão de conjunto desses movimentos “História dos Movimentos Sociais no Campo”, (1989a) e “Reforma Agrária no Brasil – História e atualidade da luta pela terra” de Leonilde Sérvolo Medeiros (2007).

Merece destaque as elaborações dos próprios movimentos sociais, como a publicação da CONTAG, A Luta pela Terra no Brasil (1980), diversos documentos e cartilhas dos vários movimentos sobre sua história; sobretudo os vários e importantes trabalhos de João Pedro Stédile que enfocam os movimentos sociais na

análise da questão agrária e da reforma agrária nas coletâneas por ele organizadas (1994, 1997, 2005 a,b,c), como as ligas camponesas (2006 a) e a própria classe dominante (2006b). Em parceria intelectual com Bernardo Mançano Fernandes escreve sobre o MST (2001). É muito vasta a literatura sobre movimentos sociais do campo.³⁰³

Retomando a perspectiva geográfica dos estudos dos movimentos sociais destaca-se que na década de 1980, conforme Fernandes (2005) a geografia brasileira intensificou seus estudos sobre os movimentos sociais. Oliveira publicou a sua “Geografia das Lutas no Campo” (1993), recapitulando a história dos movimentos sociais do campo no Brasil: desde os primeiros indígenas, quilombolas seguindo cada conjuntura da história do país até o MST na década de oitenta do século XX, mapeando a distribuição espacial dos mesmos.

Todavia, continua Fernandes (2005) “a explicação das ações e relações desses movimentos se dava a partir de referenciais externos à Geografia”: as teorias sociológicas, econômicas ou históricas. O autor retomou de Lefebvre os elementos teórico-conceituais da geografia humana: o espaço geográfico em sua totalidade, físico e humano, estudado em movimentos, ou o movimento no espaço e no território, onde acontecem formas de organização, relações e as ações, em todas as suas dimensões: social, político, econômico, ambiental, cultural etc. Dialogando diretamente com Fernandes, em seu texto “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais” (2005) na territorialização há fluxos e movimento, enraizamento, localização, identificação e distribuição. O território corresponde a uma área ou a um lugar de vida, apropriado, ocupado e transformado; um lugar de negociações e dominação, de conflitos e lutas entre diferentes classes sociais. Como área o território pode corresponder a um recorte político-administrativo sinônimo de região ou do Estado-Nação. Como lugar, tem um caráter político e de práxis muito forte, identificado como organização política e infraestrutural (acampamentos, assentamentos, escolas, cooperativas, secretarias, unidades agroindustriais, veículos, implementos), ou seja, o território pode ser resumido num

³⁰³ Entre os estudos sobre movimentos sociais do campo também se deve mencionar: Anamaria Aimoré Bonin (1987), Cândido Grzybowski (1991), Moacir Palmeira e Sérgio Leite (1997), Marta Harnecker (2003), Isabel Rauber (2004), Miguel Carter (2010), etc. Há inúmeras dissertações, teses, livros e artigos sobre esses movimentos, particularmente sobre o MST.

conjunto de obras e relações sociais historicamente definidas que se desterritorializam e se reterritorializam Raffestin (1993); Haesbaert (2002) em determinando tempo e espaço.

Fernandes (2005) com base no texto “A Produção do Espaço” de Henri Lefebvre (trabalhando com a versão inglesa de 1991), passou a estudar a realidade contemporânea, construindo uma leitura geográfica dos processos sociais, a partir das ações dos movimentos sociais, superando os conteúdos sociológicos que marcaram essa expressão e definiu-os especificamente como movimentos sócioespaciais ou sócioterritoriais.

Movimento social e movimento sócioespacial ou sócioterritorial, para este autor, são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa dos seus interesses em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos sócioterritoriais ou movimentos sócioespaciais, desde uma perspectiva geográfica.

Na perspectiva geográfica, segundo ele os processos geográficos primários de territorialização, desterritorialização e reterritorialização – T-D-R envolvem os movimentos socioterritoriais com apoio dos movimentos socioespaciais e podem ocorrer em diferentes combinações: a territorialização de diferentes segmentos sociais pode ocorrer simultaneamente em distintos lugares; a territorialização e a desterritorialização podem suceder-se no tempo e ainda ocorrer a reterritorialização no mesmo espaço ou em outro³⁰⁴; ou ainda, acrescenta-se aqui, enquanto movimentos desiguais contraditórios e conflitivos, como resultado do confronto de classes sociais na disputa da terra, territorialização e desterritorialização ocorrem em relação a um mesmo espaço num mesmo momento.

Fernandes aprofunda sua reflexão sobre territórios em outros trabalhos: “Entrando nos territórios do Território” (2008a); “Sobre a tipologia de territórios” (2008b). Questão Agrária conflitualidade e desenvolvimento territorial.(2008c). Os territórios explicitam os interesses de classe que os movimentos sociais representam e promovem a luta de classes no âmbito da sociedade civil

³⁰⁴ Fernandes exemplifica a territorialização, desterritorialização e reterritorialização T-D-R com o movimento de empresas capitalistas que se instalam e mudam de cidades e países de acordo com as conjunturas políticas e econômicas (2005, p.4).

(reivindicações, pressões de fora para dentro, negociações) ou no Estado (ocupando espaços de representação interna nos aparelhos do Estado/instituições/Parlamento, Judiciário, Executivo com seus vários órgãos), em última instância disputando o fundo público.

Portanto na proposta de realizar uma análise geográfica dos movimentos, passa pela compreensão dos espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos, materializados na realidade, em lugares diversos, espaços múltiplos, por isso é possível mapeá-los, como o faz Fernandes, no DATALUTA (2005b).

Esses conceitos possibilitam compreender as ações dos movimentos, como as formas de organização e as relações sociais constroem/definem e delimitam os espaços e os territórios, materiais e imateriais; na multidimensionalidade possível, na composibilidade e na completividade em todas as interações que são constituintes de transformação da realidade a partir de processos geográficos – T-D-R, anteriormente referidos.

Conforme Fernandes (2005) há diferentes formas de organização dos movimentos sócioespaciais: eles são instituições formais, como os Estados, as empresas, os sindicatos, as igrejas e as ONGs ou instituições não formais (políticas no sentido *lato*) por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica. Há diferentes escalas de ações nos movimentos sócioespaciais, que podem atuar da escala mundial à local³⁰⁵.

Neste ponto há uma discordância do autor quando ele define o Estado e as empresas como movimentos sócioespaciais. Obviamente se considera que essas instituições fundamentais da sociedade capitalista, produzem espaço, organizam, transformam espaços e se movimentam e movimentam o espaço; mas tratá-las especificamente como movimentos sócioespaciais não enriquece a teorização sobre movimentos socioterritoriais, na perspectiva geográfica, diretamente voltados para a ação coletiva das classes sociais, no caso, a burguesia, no âmbito da sociedade civil (o que exclui o Estado embora seus interesses e ações perpassem os diversos espaços de poder estatal), enfatizando a dimensão política, isto é, as entidades que representam interesses de classe e não apenas as forças econômicas, o que exclui

³⁰⁵ Segundo Fernandes (2005), o *Greenpeace* é um movimento sócio - espacial global, isto é, uma agência de mediação, que atua em escala mundial. Registre-se aqui outra divergência pontual com o autor, já que se considera que se trata de um movimento social e não uma agência de mediação e apoio a outros movimentos sociais, embora não se territorialize num espaço geográfico delimitado.

as empresas, enquanto movimentos microeconômicos do capital; embora sejam intrinsecamente articulados - capital/burguesia/Estado.

Para esse autor é necessário discutir a diferenciação entre os movimentos sócioespaciais e os movimentos sócioterritoriais. Para o autor o espaço é essencial para os movimentos. É evidente que não existem movimentos sociais sem espaço e que todos os movimentos produzem algum tipo de espaço: território ou lugar. Neste sentido, todos os movimentos são sócioespaciais, inclusive os sócioterritoriais, porque o território é construído a partir do espaço.

A distinção de um movimento sócioterritorial dentro do conjunto dos movimentos sócioespaciais passa pelo movimento do espaço e sua transformação em território. A partir de Raffestin no início da década de oitenta (1993), que parte da premissa de que para alguns movimentos o território é seu trunfo e, portanto, é essencial para sua existência, Fernandes analisa que nem todos os movimentos têm o território como “trunfo” e, portanto, existem movimentos sócioespaciais e movimentos sócioterritoriais na cidade³⁰⁶, no campo e na floresta.

Os movimentos sócioterritoriais são apenas aqueles movimentos sócioespaciais que, ao produzirem e construírem o espaço social, o transformam em território. “É possível marcar os movimentos das forças políticas sobre o espaço geográfico, transformando as paisagens, criando e destruindo territórios” (FERNANDES, 2005, p. 7). Os movimentos sócioterritoriais para atingirem seus objetivos, na medida em que espacializam-se e promovem espacialidades, constroem espaços políticos, a partir da defesa dos seus próprios interesses. Esse é ponto crucial para a diferenciação desses movimentos sócioterritoriais dos movimentos sócioespaciais. Jean-Yves Martin (2002) também propõe uma “Geografia da nova radicalidade popular”, a partir do caso do MST.

Os espaços produzidos pelos movimentos sócioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com suas ações. Esses movimentos fazem-se nos espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva onde geram as práticas políticas de seu desenvolvimento. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A

³⁰⁶ Nas cidades Fernandes menciona as organizações de bairro, em luta contra a carestia ou pela implantação de serviços sociais como energia elétrica asfalto escolas etc, como movimentos sócio-territoriais que atuam em escala local, mas entende que predominantemente são os movimentos de “sem-teto”, que constroem seus espaços e espacializam-se para conquistar o território, promovendo assim a territorialização da luta pela terra e pela moradia nos espaços urbanos (FERNANDES, 2005).

construção desses espaços e seu dimensionamento são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços.

Na abordagem abraçada nesta Tese defende-se que, a apropriação concreta do território se dá por meio da conquista da terra pelos movimentos sócioterritoriais e simbolicamente se reveste da ideia de território de sobrevivência e liberdade, isto é, de autonomia camponesa que resiste à dominação (ao controle e exploração) enquanto espaços sociais materiais que traduzem o modo de vida e trabalho dos camponeses e enquanto espaços imateriais, espaços políticos, abstratos, cuja configuração como território carrega forte dimensão de poder e controle social do espaço agrário conquistado, na medida em que consegue subverter relações de propriedade historicamente constituídas.

Optou-se por considerar os espaços construídos pelos movimentos sócioterritoriais, como contra-espaços ou territórios alternativos (de resistência, em oposição), no sentido atribuído por Rogério Haesbaert (2002) contrariamente ao sentido atribuído por Fernandes (2005), pelo fato de se coadunar com o conceito de “rugosidades” no “espaço liso hegemônico” do capital e do Estado cunhado por Milton Santos. “Os territórios alternativos não apenas questionam, mas também interferem nos fluxos dos espaços hegemônicos, como espaços lisos, criando neles suas ‘rugosidades’ representada pela influência da ordem espacial no direcionamento dos processos sociais”.

“Contra-espaços”, “espaços alternativos”, “rugosidades no espaço liso”, construídos pelos movimentos sociais vão, no mesmo sentido dos “espaços diferenciais”, em oposição ao “espaço abstrato” e “instrumental” do capital/burguesia/Estado. Os contra-espaços nutrem a esperança por uma “alternativa” que permita a construção de um espaço muito mais igualitário e democrático, onde se dê a inserção dos excluídos de todos os matizes. Neste jogo de contraposições, para Haesbaert (2002, p.11) “[...] pode ser divisado e incentivado um novo arranjo espacial capitaneado por uma base democrática que permita o confronto de identidades com o florescimento de uma diversidade liberadora”³⁰⁷.

³⁰⁷ Relembrando a posição de Haesbaert neste aspecto discutida no capítulo 3, as formas de manipulação do espaço podem corresponder também à base para a formulação de propostas minoritárias de convivência social e a um referencial indispensável para a articulação ou preservação de identidades coletivas diferenciadoras. Brotam “micropolíticas” capazes de forjar resistências menores – mas não menos relevantes – em que territórios alternativos tentam impor

Retoma-se de Fernandes sua distinção dos movimentos sócioterritoriais que surgem “[...] quando se instala o conflito por meio das suas ações, quando reagem ao avanço do desenvolvimento capitalista no campo, ancorado no Estado, e são promotores de desenvolvimento e refluxo das políticas das instituições.” As ações dos movimentos de construção de espaços e conquista de território realizam negociações, superam condições de exclusão e implicam em ressocialização na medida em que conquistam territórios. Essa abordagem é importante porque “[...] revela espaços e territórios antes não pensados” (FERNANDES, 2005, p.1).

A superação de pré-conceitos contra os sujeitos que lutam por suas existências na conquista de seus territórios. Muitas vezes são denominados baderneiros porque mexeram, entraram, penetraram em espaços – territórios de onde foram excluídos e que por causa da desigualdade econômica e do controle social não poderiam entrar ou permanecer em seus territórios. (FERNANDES, 2005, p.9).

Essa diferenciação dos movimentos sócioespaciais e sócioterritoriais contribui para uma melhor compreensão das intencionalidades geradoras de conflitualidades e possibilita um estudo geográfico dos processos desenvolvidos pelos movimentos sócioterritoriais. A maior parte é de movimentos sócioterritoriais isolados – por atuarem em um espaço geográfico restrito (uma determinada microrregião ou num espaço geográfico equivalente) e não por estarem sem contato com outras instituições. Todos os movimentos sócioterritoriais começam como movimentos isolados, localizados e na medida em que amadurecem se projetam no espaço nacional.

No campo e na floresta os movimentos sócioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas, outros povos tradicionais da floresta (seringueiros, castanheiras) ou ribeirinhos (camponeses-pescadores) e quilombolas, em luta pela terra e pelo território. Embora também possam participar da produção de espaços políticos e se especializarem, os movimentos sócioespaciais, são apenas agências de mediação, intermediárias, entidades de apoio ou contrárias aos sujeitos que

sua própria ordem, ainda minoritária e anárquica, embrião de uma nova forma de ordenação territorial que começa a ser gestada. (GUATTARI; ROLNIK em 1986 apud HAESBAERT, 2002, p.15).

reivindicam um território³⁰⁸, não existem a partir de um território. No caso das entidades de apoio, de representação dos interesses dos movimentos sócioterritoriais do campo, “[...] as imaterialidades representadas pelas intencionalidades defendidas não se materializam como território próprio, mas como território dos movimentos sócioterritoriais que elas defendem”.

As igrejas, quando defendem seus próprios interesses, também são movimentos sócioterritoriais, porém, na realidade do campo brasileiro a igreja católica tem se colocado na posição de agência mediadora, como movimento sócioespacial, no caso do Centro Indígena Missionário – CIMI ou da Comissão Pastoral da Terra - CPT.

Como parte das ações desta última entidade de apoio aos movimentos sócioterritoriais a CPT publica anualmente um relatório desses movimentos e dos conflitos. Até 31 de dez 2004, existiam em torno de 240 movimentos sócio-territoriais no campo, atuando em todo o território brasileiro, conforme relatório da CPT, de 2005, p.219-224, retomado por Fernandes (2008c). A pesquisa confirma que dos movimentos sócio-territoriais a maior parte é de movimentos isolados – por atuarem em um espaço geográfico restrito; e que eles respondiam por um número menor de ações.

Fernandes (2008c, p. 8) identificou nesta pesquisa da CPT de 2005, os movimentos sócio-territoriais territorializados, ou seja, aqueles que, ao se territorializarem, “[...] rompem com a escala local, ampliam suas ações, dimensionam seus espaços em diversas macrorregiões e se organizam em rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização”. Os movimentos sociais do campo que se territorializaram, apareceram no referido relatório executando um número maior de ações. A mencionada pesquisa também mapeia os movimentos sócio-espaciais. Esta análise segundo Saquet (2007) se inicia com as análises de Fernandes, desde 1995, seguido por diversos outros autores, que enfatizam a dimensão política dos processos geográficos T-D-R, enfocando a ação coletiva dos movimentos sociais, entendidos como formas de organização e representação dos interesses das classes sociais no campo. Dessa forma Fernandes é quem inaugura a expressão que é o objeto desta Tese:

³⁰⁸ As igrejas quando agem como agências de mediação e as ONGS se constituem apenas como movimentos sócio-espaciais, podem defender desde os interesses de uma multinacional aos interesses de um movimento indígena.

“territórios em conflito”, abordando de forma indissociável e inter-relacionada os conflitos sociais, lutas de classes no campo, como a versão geográfica da questão agrária, nos seus momentos de confronto aberto e violento na disputa da apropriação da terra.

Parte dos trabalhadores rurais expropriados, os “sem terra”, que lutaram/lutam para voltar à condição de produtores diretos, reconquistando a terra conformando um novo campesinato. A reflexão sociológica acerca dos movimentos sociais do campo ganha contorno espacial na nova abordagem que enriquece a análise geográfica para além da distribuição espacial desses movimentos, quando passa a tratá-los como movimentos sócio-territoriais e sócio-espaciais, colocando a apropriação do espaço e os processos de T-D-R no centro da luta das classes.

A seguir será apresentado sinteticamente o processo de organização das classes do campo brasileiro e das entidades que atuaram politicamente na representação de seus interesses, de forma multiescalar, isto é, no plano local (municipal), buscando alcançar o nível de articulação estadual e por fim nacional, enfocando os movimentos sociais de caráter popular, ou melhor, os movimentos sócio-territoriais e sócio-espaciais que protagonizam a luta pela terra na atualidade.

5.4 A Formação de Movimentos Sociais no Campo ou Movimentos sócio-territoriais, com Destaque para o MST e a Luta pela Reforma Agrária no Brasil contra as Forças do Agronegócio Latifundiário

Fernandes (2005) destacou a dimensão política do conceito de territorialização e território e enfatizou o processo de territorialização dos movimentos sociais do campo, em seu processo de luta e conquista da terra, particularmente o MST. Esta Tese acompanha esse autor em sua abordagem.

Para Fernandes na territorialização há fluxos e movimento, enraizamento, localização, identificação e distribuição. O território corresponde a uma área ou a um lugar de vida, apropriado, ocupado e transformado; um lugar de negociações e dominação, de conflitos e lutas entre diferentes classes sociais. Como lugar, tem um caráter político e de práxis muito forte, identificado com organização política e infraestrutural, que ele exemplifica com acampamentos, assentamentos, escolas, cooperativas, secretarias, unidades agroindustriais, veículos, implementos, ou seja, o território pode ser resumido num conjunto de obras e relações sociais

historicamente definidas que se desterritorializam e se reterritorializam no tempo e no espaço.

No plano político-institucional interno os movimentos sócioterritoriais que hoje protagonizam a luta pela terra surgiram no final da ditadura militar, já que este regime produziu um corte na história dos movimentos sociais do campo que haviam se organizado e se articulado nacionalmente³⁰⁹, entre 1945 e 1964, interrompendo a experiência política e organizativa entre gerações de lavradores/camponeses e trabalhadores agrícolas. Alguns foram desarticulados pela intensidade da violência que abateu suas lideranças, como no caso das Ligas Camponesas, que adotavam marchas do campo para a cidade, na sua luta que se desdobrava no campo jurídico (com seu advogado Francisco Julião), conquistando a primeira desapropriação do engenho Galiléia, em Pernambuco, no Nordeste; e do Movimento dos Agricultores Sem Terra - MASTER, que ocupava latifúndios no Rio Grande do Sul. Outro sobreviveu e foi ampliado em número, embora tutelado, o Movimento Sindical dos Trabalhadores rurais - MSTR.

Ainda em plena ditadura, as lutas sociais no país ressurgiram localmente: no campo - conflitos de posseiros, moradores, arrendatários e parceiros contra a expropriação de suas terras; nas cidades - greves contra o arrocho salarial. Tal inquietação de diversos segmentos sociais transformou a crise econômica do regime militar após 1974 em crise política de legitimidade.

Movimentos sócioespaciais que surgiram no período ditatorial foram importantes pontos de apoio para os nascentes movimentos sócioterritoriais: a Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA surgiu em 1967, formada por intelectuais dispostos a travar a batalha das ideias com as forças conservadoras. Seu primeiro presidente, José Gomes da Silva, publicou, em 1971, o livro “A Reforma Agrária no Brasil”, denunciando a distorção dessa política que passava a ser tratada como sinônimo de política agrícola ou modernização capitalista da agricultura, esvaziando seu sentido profundo de reorganização radical da estrutura fundiária, interferindo a partir daí na estrutura agrária.

A Comissão Pastoral da Terra – CPT, foi criada em 1975, como um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, fruto da I Conferência Episcopal

³⁰⁹ Por um lado, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB foi fundada no I Congresso Nacional Camponês em 1962. Também o movimento sindical de trabalhadores rurais consolidava sua organização com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, em 1963.

Latinoamericana em 1968, em Medellín (Colômbia); que instituiu as pastorais sociais como instrumento de ação fundamentada na Teologia da Libertação, para que a Igreja pudesse cumprir seu compromisso com os oprimidos, rompendo com o Estado, que naquele período assumia a forma de ditaduras militares em vários países. Em 1979, esse compromisso foi consolidado noutra conferência episcopal em Puebla (México). Outro movimento sócio espacial vinculado à CNBB que teve importância no apoio aos povos indígenas, também, em luta contra a desterritorialização foi o Conselho Indigenista Missionário – CIMI.

O Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais - MSTR, único dos movimentos sociais do campo fundado antes da ditadura militar, continuava a ser um grande conjunto corporativo (STRs, Federações e Confederação), denominado por estudiosos como “complexo CONTAG”. A partir do seu III Congresso em 1979, conseguiu retomar uma postura de defesa de autonomia frente ao Estado, rompendo o atrelamento que marcou essa relação no período ditatorial, como foi mencionado.

Nos anos oitenta o MSTR retomou a luta em duas frentes: a trabalhista e a luta pela terra. Na luta pela melhoria dos salários e extensão dos direitos trabalhistas ao campo, pela regulamentação dos contratos de trabalho não assalariado, contra “as relações de moradia sob condição” como “o cambão” (trabalho gratuito – renda trabalho pelo direito de uso da terra para plantar roça) nos engenhos e o “barracão” das usinas (retenção da força de trabalho por dívidas) teve como destaque as greves espacialmente amplas e politicamente unificadas³¹⁰.

Mas, apesar da CONTAG participar da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, juntamente com a CNBB, em 1980³¹¹, para que o Estatuto da Terra, promulgado em 1964, “saísse do papel”, deixava séria lacuna referente à luta pela terra, reduzida a palavra de ordem pela reforma agrária em todos os seus eventos e documentos, mas sem encontrar uma forma de organização eficaz na base, com

³¹⁰ As greves de trabalhadores assalariados no campo surgiram em todo país, diferenciando-se das ocorridas desde a década de cinquenta pelo seu caráter unificado a partir de dissídios coletivos deslanchados simultaneamente por vários sindicatos que se espacializavam nas regiões canavieiras etc. No Nordeste essas mobilizações abrangentes iniciadas em Pernambuco antes do golpe militar, posteriormente, nos anos oitenta, foram retomadas e estenderam-se para outros estados: Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte em sincronia.

³¹¹ O posicionamento da CNBB está registrado no documento “Igreja e Problemas da Terra”, 1980; enquanto a CONTAG realiza seu III Congresso nacional de 1979 e publica em 1980 o livro “A luta pela Terra no Brasil”.

raras e honrosas exceções que conseguiram solucionar questões de dívidas trabalhistas pela apropriação da terra.

Alexandrina Luz Conceição (1991), comentando o livro de Eder Sader “Quando novos personagens entraram em cena”, em 1988, retratou o clima de então “o que acontecera na manhã do dia 1º de maio de 1980 parecia condensar a história de todo o movimento social que naquele dia mostrava a cara ao sol.” Ela resgatou o “[...] sentimento de êxtase em que se encontravam os novos e os velhos-novos personagens [...]” (CONCEIÇÃO, 1991, p.84).

Dentre esses movimentos os camponeses, se enchiam de coragem para retomar a luta contra o governo militar que acenava com uma perspectiva de “abertura política”. Segundo a autora aquela euforia contagiou o 4º Encontro Nacional dos Geógrafos que assinalou “[...] o início de uma nova era para a produção geográfica brasileira; a era do rompimento com o atrelamento aos aparelhos ideológicos do Estado [...]” (OLIVEIRA, 1980, p. 40), no contexto do rompimento mais geral no plano ideológico com o “Sobre o modo capitalista de pensar”, expressão tomada do título do livro de José de Souza Martins (1980b). Com relação aos movimentos sociais no campo esse autor lançou um livro que se tornou clássico “Os camponeses e a política no Brasil” (1981a).

Nas cidades e também no campo, os movimentos sociais de caráter popular e sindical fizeram das suas lutas específicas, parte da luta geral de enfrentamento direto do Estado autoritário (sustentado pela burguesia nacional atrelada ao capital internacional), pela democratização da sociedade brasileira, que necessariamente passa pela democratização da riqueza e da renda, e, nesse bojo, trouxeram novamente a reforma agrária para a agenda política.

No seio do sindicalismo brasileiro, a mais antiga forma de organização da classe trabalhadora na cidade e no campo, que, sobreviveu à repressão, enquadramento de lideranças na lei de segurança nacional ou tutela direta, como analisou Nobre (1990), iniciava-se um movimento de renovação “pela base”, impulsionada pela ascensão da tendência “combativa”, disseminando “oposições sindicais” que venciam eleições e renovavam a direção dessas entidades no sentido de retomada das lutas específicas.

Ao mesmo tempo essa nova força política promovia uma intensa articulação entre diferentes categorias profissionais tentando quebrar o corporativismo que tinha mantido a organização dos trabalhadores nos limites da estrutura sindical tradicional

(desde a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, de 1942), que resultou na I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras – I CONCLAT, em 1981 e na proposta de formação de uma Central Única dos Trabalhadores como instrumento superior de articulação sindical livre (não previstas na CLT), em 1983. Os trabalhadores rurais representados pelos delegados sindicais da CONTAG também participaram enquanto frações da classe trabalhadora na I CONCLAT e influenciaram para que a reforma agrária fosse assumida nas suas resoluções políticas. A proposta de uma central única não logrou êxito, pois foram fundadas duas centrais sindicais – a CUT e a CONCLAT (à qual a CONTAG se filiou), depois denominada Central Geral dos Trabalhadores - CGT.

Com a reforma eleitoral de 1982, deu-se a fundação do Partido dos Trabalhadores nucleado pelas principais lideranças do sindicalismo combativo e forças mais intelectualizadas de esquerda; e outros partidos de perfil ideológico trabalhista, o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e o Partido Democrático Trabalhista – PDT, embora não tenham sido legalizados os partidos comunistas (sendo que uma parte da sua militância atuava antes por dentro do MDB, e depois da referida reforma, no PMDB).

O esforço de análise dialética da relação entre infraestrutura e superestrutura encontra sua mediação na estrutura de classes, ou seja, que classes ou frações de classe estavam se aglutinando, constituindo em novos movimentos sociais? No caso dos movimentos de luta pela terra no Brasil essa resposta é complexa e surpreendente.

Por um lado, vários segmentos camponeses foram desterritorializados de forma crescente a partir da maior agressividade na territorialização do capital no campo, com apoio decisivo dos governos militares, aprofundando a histórica distorção na forma de apropriação e uso da terra, que se generalizava por todo o país, provocando a destruição das relações sociais de produção/contratos agrários tradicionais e a expropriação do campesinato dentro e fora das grandes propriedades rurais. A expropriação do campesinato é o mecanismo-chave da acumulação primitiva do capital, não como acumulação originária, pré-capitalista, mas processo sempre renovado, participante da lei geral da acumulação capitalista propriamente dita.

Por outro lado, a tecnificação da agricultura via mecanização e uso de insumos químicos intensificou a exploração dos proletários rurais e o desemprego,

acelerando e ampliando a mobilidade temporária da força de trabalho proletarizada no sentido campo-campo ou a expulsão de grande contingente da população do campo para as cidades, invertendo a composição demográfica do país nos anos setenta entre habitantes rurais urbanos.

Sem falar que o crescimento econômico ocorreu, provocando a intensificação do trabalho, o arrocho salarial e o desemprego no setor industrial, liberando uma parcela da classe operária para o setor de comércio e serviços, com base no trabalho precário, formando um colossal mercado informal, espacialmente disseminado.

Esses processos de liberação da força de trabalho, no campo e na cidade, que aceleravam e aprofundavam a acumulação capitalista, historicamente vinham engrossando o exército industrial de reserva, compondo o *lumpenproletariado* ou a superpopulação relativa (sob os mais variados matizes); que, por pressionar o mercado de trabalho, rebaixando salários, amplificava o círculo vicioso de superexploração e pauperização dos trabalhadores, no período de maior produção de riqueza (milagre brasileiro do crescimento econômico, de 1968 a 1974). Para Marx (1980) quanto maior a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva do seu trabalho maior será o exército de reserva.

A crise econômica desencadeada com a alta dos preços do petróleo (1974, 1979), que particularmente estancou o crescimento industrial no país e no mundo (transformando a década de 1980 na conhecida “década perdida”) e esgotou a saída pelo setor terciário e mercado informal, excessivamente inchado; redirecionou uma parcela de todos esses segmentos dos trabalhadores supérfluos para a luta pela terra: os desempregados ou parcialmente empregado/subempregados nas indústrias não agrícolas (parcela da superpopulação flutuante); os trabalhadores agrícolas desempregados ou subempregados engrossados pelos camponeses/ produtores diretos com acesso precário à terra continuamente expropriados (parcela da superpopulação latente na agricultura) continuamente repelidos do campo e a parcela da superpopulação estagnada e parte da superpopulação consolidada do campo e da cidade.

A luta pela terra nesse momento se tornou uma saída não apenas para trabalhadores do campo, mas também para segmentos urbanos sem alternativa nas cidades, iniciando uma nova mobilidade inversa cidade-campo para algumas frações da classe trabalhadora urbana. Considerando-se as famílias individualmente, todos

os segmentos da superpopulação relativa (que conformaram e alimentam constantemente o exército industrial de reserva) constituem os segmentos sociais mais fragilizados da sociedade, em suas condições materiais de existência e nas relações de subalternidade e exclusão social e política. No entanto essas categorias de trabalhadores ativos (assalariados e não assalariados – diversas categorias de camponeses com acesso precário à terra ou proprietários com terra insuficiente) e frações da população supérflua para o capital, ao participarem de movimentos sociais, tornaram-se parte de um sujeito político coletivo.

No final da década de setenta a CPT incentivou a organização autônoma dos trabalhadores sem terra, estimulando a troca de experiência entre distintos grupos que adotavam, em diferentes estados, a ocupação de terras como forma de luta, como tinha feito o antigo MASTER, no Rio Grande do Sul, ou seja, superavam a fase defensiva da luta pela terra inaugurando uma fase ofensiva dessa luta, tornando-se desde sua gênese movimentos sócioterritoriais. Esse processo de reflexão crítica, troca de experiências e articulações, resultou a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, fundado em 1984.

Fernandes reconstituiu a formação e a territorialização do MST em São Paulo (1996b) e no país (2001a). O MST adotou ações massivas e radicais: ocupação de latifúndios, ocupação de órgãos públicos e as longas marchas para a cidade e espacialmente alcançava a escala nacional; retomando a bandeira da reforma agrária “na lei ou na marra” das ligas, de quem se consideravam herdeiros no plano ideológico/simbólico através de sua mística, preservando na memória coletiva essas experiências históricas transmitidas para a sua militância na base como parte do processo de formação política.

O MST assumiu uma natureza sindical (sem estar atrelado à estrutura formal oficial) e também se alinhou com o processo nacional de articulação da classe trabalhadora brasileira, a aliança operário – camponesa foi construída por dentro da CUT³¹² que assumiu a bandeira da “reforma agrária ampla, massiva e imediata”. A reforma agrária como parte da luta geral pela democratização da sociedade brasileira teve como protagonistas os trabalhadores rurais sem terra (de distintas

³¹² Diversos sindicatos urbanos filiados à Central Única dos Trabalhadores passaram a divulgar dados sobre a questão agrária na imprensa operária e apoiar as mobilizações do MST, e a criação de Comitês permanentes de luta pela reforma agrária estaduais.

origens), juntamente com diversas outras forças progressistas dentro do país que buscavam articular-se com as forças democráticas em âmbito internacional.

Todavia se os movimentos sociais do campo brasileiros tinham renascido com novas formas de luta massiva e radical para retomar o efetivo enfrentamento da questão agrária, a possibilidade da reforma agrária que vislumbravam, encontrava uma conjuntura internacional de refluxo social, com a derrota das forças de esquerda (liberal-democratas e socialistas reformistas) que tinham construído o Estado Democrático Social, que consagrara o princípio da função social da terra e a possibilidade de desapropriação por interesse social no constitucionalismo social (incorporado em diversas Constituições no Brasil, independente da conjuntura política: 1934, 1937, 1946/Emenda Constitucional-EC 1966 e 1967/EC1969), embora fora do contexto interno do país que jamais viveu uma fase de “Bem Estar Social”³¹³.

Com a crise econômica mundial de meados da década de setenta, que representava o esgotamento das “três décadas gloriosas” de crescimento capitalista, o Estado Social (tanto o *Welfare State* quanto o Socialista), que tinha sido bem sucedido na diminuição das desigualdades sociais entrou numa crise fiscal. No mundo capitalista desenvolvido, deu-se o rompimento do pacto social, entre empresários, sindicatos operários e entidades camponesas. A teorização keynesiana do capitalismo-regulado foi substituída pela nova teoria econômica neoliberal defendida pelas forças conservadoras. Tanto nos Estados Unidos com Ronald Reagan, quanto na Europa, a partir da Inglaterra com Margareth Thatcher, no início da década de 1980, os avanços no âmbito dos direitos sociais conquistados pelas lutas dos trabalhadores há mais de um século foram interrompidos e começaram a ser revertidos.

Francisco de Oliveira resume as recomendações neoliberais na sua essência - que o “Estado se torne mínimo para o social e máximo para o capital”. As drásticas alterações no contexto internacional não foram inicialmente compreendidas pelos movimentos sociais brasileiros em face da luta política interna contra a ditadura que estava em primeiro plano. As forças populares depositavam na transição

³¹³ A evolução dos povos tem revelado a exclusão como um processo combinado e desigual simultâneo à inclusão. Em outras palavras, o desenvolvimento de um país pode gerar condições de inclusão em paralelo à exclusão em outros (POCHMANN, 2003).

democrática suas esperanças de conquistar antigas reformas estruturais (reformas de base) entre elas a agrária.

Foi preciso esperar superação histórica do regime militar, para que a reforma agrária fosse anunciada, pela primeira vez na história do país, como uma política pública ampla, para pagar uma imensa dívida social assumida pela presidência da República, na conjuntura da transição democrática. Em 1985, inaugurando a Nova República, foi lançado o I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, coordenado por José Gomes da Silva, intelectual historicamente comprometido com a causa, então presidente da ABRA.

A ação coletiva dos “sem terra”, assinala que a luta do campo alcançou um estágio superior, diferenciando-se profundamente da luta anterior de grupos de camponeses isolados, sobretudo os posseiros, que entravam em conflito com os latifundiários, em reação contra a expropriação da sua terra, contra as mencionadas agressões do latifundiário na tentativa de sua expulsão do campo. Nessa nova fase os movimentos sócio-territoriais assumem uma postura ofensiva na disputa da propriedade da terra, a luta assume um caráter radical - com a derrubada das cercas na ocupação massiva, com ações sincronizadas em distintos espaços e momentos; insistente - enfrentando sucessivos despejos, alimentada por um trabalho de mobilização permanente e formação política-ideológica; aperfeiçoamento dos processos de negociação conjugado com uma pressão que nunca cessa.

O MST cria uma estrutura organizativa flexível – espacial (dentro de cada acampamento e assentamento, regional, estadual, nacional) e setorial descentralizada, que se complexifica, além da mencionada frente de massas (responsável pelas reuniões que convidam os trabalhadores para integrar a luta) derrubando desde o início “outras cercas”, setores que se desenvolvem com relativa autonomia e articulações específicas em todas as escalas: de educação, de saúde, de formação, de produção, de comunicação, de relações internacionais etc. A luta pela conquista da terra “palmo a palmo” força a implantação da reforma agrária como política redistributiva, mesmo que de forma gradual e pontual – cada assentamento é um novo território, uma área reformada, com conotação política não desprezível. Maria Franco Garcia e Antônio Thomaz Jr.(2002) estudam a luta pela terra travada pelos trabalhadores rurais fazendo uma interlocução entre gênero, trabalho e território.

A ocupação de terras foi o motor da multiplicação de assentamentos em todo o país. Dessa forma, Fernandes (2005) caracteriza o MST como um movimento sócioterritorial territorializado que inspirou a criação de inúmeros movimentos de luta pela terra que atuavam em nível local, regional ou nacional. Na quase totalidade das vezes, essa longa luta ocorre sem qualquer visibilidade e quando há cobertura da mídia às ocupações ocorre, em geral, a criminalização dos movimentos sociais, o que se dá invariavelmente qualificando-as de “invasão”, numa referência direta ao direito de propriedade da terra por parte dos latifundiários, sem esclarecer à opinião pública sobre o condicionante constitucional do cumprimento da função social para que tal propriedade seja legítima e legal.

Além de manter a luta “palmo a palmo” no campo outra frente de luta pela reforma agrária que se tornou relevante voltou-se para pressionar o Estado na para assumir o compromisso com a redistribuição de terras como política estratégica de desenvolvimento nacional, como um desenvolvimento econômico e social. O alvo foi a Assembleia Nacional Constituinte, desde a eleição dos deputados e senadores constituintes em 1986 até a intensa mobilização reunindo dois milhões de assinaturas para garantir a emenda popular pela “reforma agrária ampla, massiva e imediata, sob o controle dos trabalhadores” durante o processo (1987/1988).

Gomes da Silva, em 1989, em seu livro “Buraco Negro, a reforma agrária na constituinte”, analisou que esse foi um dos temas que provocou os debates mais acalorados na Assembleia Nacional Constituinte. Contudo a correlação de forças interna do Congresso era dominada pela bancada parlamentar ruralista e por pressões externas da classe latifundiária por meio da Confederação Nacional da Agricultura – CNA e da União Democrática Ruralista – UDR, frustrou as expectativas de uma “reforma agraria ampla, massiva e imediata”.

Por seu turno, Celso Frederico Marés, ex Procurador Geral do INCRA, em seu livro “A função social da terra”, escrito em 2003, chama a atenção para a luta de classes que passa por dentro do Congresso Nacional. Os constituintes da bancada ruralista que representavam o interesse dos latifundiários tinham conseguido introduzir dificuldades no texto constitucional para inviabilizar sua aplicação, dentre elas a de remeter praticamente tudo à legislação complementar.

Mesmo com entraves e artimanhas a Carta Magna manteve o referido princípio da função social da terra e manteve aberta a possibilidade de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, utilizando Títulos

da Dívida Agrária para a indenização da terra, restringindo a prévia e justa indenização em dinheiro apenas para as benfeitorias, o que viabilizava economicamente essa política, mesmo que de forma gradual. Da mesma forma avançou com relação ao reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais às terras que ocupavam. A luta pela terra no Brasil se articulava com a luta pelo direito à alimentação em âmbito internacional.

Todos os tratados elaborados por representantes de diversos países nas conferências internacionais promovidas pela ONU ou seus diversos órgãos setoriais que enfocam o desenvolvimento social (PNUD, FAO, OIT, OMS, UNESCO, UNICEF) da década de oitenta em diante, se traduziram mais como esforços de movimentos e ONG's (sociedade civil) e de forças liberais mais progressistas por dentro dessas instituições no sentido de reiterar os direitos humanos (civis, políticos e sociais) e debater os direitos difusos (à vida desta e das futuras gerações, ambientais e pela paz), que se tornavam frágeis recomendações não subscritas pelos governos dos principais países, agravando sua crise de legitimidade. Mesmo assim as contradições exigiam propostas de enfrentamento da pobreza crescente, da insegurança alimentar e nutricional e da falta de soberania alimentar de grande parte dos países subdesenvolvidos, em desenvolvimento e até desenvolvidos (produção nacional de alimentos contra a excessiva dependência da importação dos mesmos num mercado instável e especulativo).

O receituário neoliberal foi difundido no Brasil e demais países da América Latina a partir do “Consenso de Washington”, em 1989, a partir do qual o FMI e Banco Mundial (também organismos da ONU) passariam a intervir diretamente na política macroeconômica dos governos a pretexto de encontrar soluções para o altíssimo grau de endividamento externo.

Na conjuntura inaugurada pelo vice-presidente Itamar Franco, que assumiu o comando do governo após o “*impeachment*” do Presidente Fernando Collor de Mello, tinha acabado de acontecer a “RIO-92”, no Rio de Janeiro, que tinha sido uma conferência entre líderes mundiais sobre desenvolvimento sustentável (PNUD/ONU) e também um gigantesco evento paralelo da sociedade civil internacional³¹⁴, onde se

³¹⁴ Nas enormes tendas armadas no parque do Flamengo eram debatidos e construídos 70 tratados da sociedade civil sobre os mais diversos temas ambientais, levados por uma comissão para dentro da conferência oficial, na qual determinadas Ong's internacionais tiveram assento e faziam *lobby* junto a determinados líderes governamentais, além da mencionada articulação entre movimentos sociais internacionais, construindo redes, beneficiadas pelos avanços na

deram encontros internacionais de povos indígenas e movimentos camponeses entre outros que resultaram em articulações permanentes. O debate ambiental se coadunava com o debate social que avançou na defesa do direito à alimentação saudável (como direito social), entre os direitos humanos fundamentais – DESCA (direitos econômicos, sociais, culturais e à alimentação), apontando para isso a necessidade da terra para diversos povos, mantendo a atualidade do tema da reforma agrária, embora como ecos cada vez mais fracos.

Os movimentos sociais se mobilizavam nessa direção. A “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, articulado nacionalmente pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho) em 1993 denunciava o “prato vazio” em campanhas televisivas, promovia ações emergenciais por meio dos inúmeros comitês de solidariedade nas campanhas anuais “Natal sem Fome”. Em resposta à pressão da sociedade foi elaborado o Mapa da Fome no Brasil (IPEA, 1993).

O “Grito da Terra Brasil”, de 1994, reuniu CONTAG, MST, CNBB e outros movimentos sociais, pela reforma agrária e pela democratização da política de crédito rural, conquistando o “Programa de Valorização da Pequena Produção – PROVAP” (responsável pela maior parte da produção de alimentos para a população brasileira); bem como a possibilidade de seus representantes participarem do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, que desencadeou fóruns que decidiram pela elaboração de mapas da fome estaduais e discutiram propostas para o “Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”.³¹⁵ Os números evidenciaram os bolsões de fome e miséria no campo, embora também avançassem nas periferias urbanas e a reforma agrária sempre fazia parte das recomendações finais.

Os movimentos sociais continuavam a luta, procurando recuperar-se da derrota política da proposta de “reforma agrária ampla, massiva e imediata” sofrida na assembleia constituinte, lutando pela aplicação, caso a caso, do princípio da função social da terra e do instrumento de desapropriação, mantidos na Lei Maior de 1988, bem como na “Lei Agrária” e na “Lei do Rito Sumário”, promulgadas em 1993.

comunicação eletrônica. Mas lá também estavam presentes e se articulavam os empresários que defendiam a gestão ecológica dos empreendimentos capitalistas ou apontavam as soluções de problemas ambientais como novos negócios.

³¹⁵ Em Sergipe esse processo foi estimulado pela Pro- Reitoria de Extensão Universitária da Universidade Federal de Sergipe no “Fórum Brasil em Debate” em 1994.

Seguindo a tendência de articulação dos movimentos sociais em redes, como o caso da Via Campesina Internacional³¹⁶ criada em 1993, numa tentativa de reunir forças no confronto permanente em torno da questão agrária no Brasil, dois anos depois foi criado o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo³¹⁷, com caráter de articulação permanente de movimentos sociais do campo – tanto movimentos sócioterritoriais quanto sócioespaciais, que raras vezes foi recebido pelo governo. O mencionado movimento “Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida” também passou a pressionar o governo para enfrentar as causas estruturais da fome, dentre elas a concentração da terra; tornando-se, dois anos depois, coordenador da Campanha Nacional pela Reforma Agrária de 1995, publicando a “Carta da Terra”.

Dentro da reforma do Estado de 1995, que descentraliza para a sociedade/mercado o compartilhamento da gestão pública. De um lado foi consolidada a articulação do agronegócio em rede, desde a criação da ABAG, com a criação da Frente Nacional da Agricultura - FNA, em 1995, e o Conselho Nacional do Agronegócio - CONSAGRO, em 1998, por dentro do Ministério da Agricultura que representou a gestão compartilhada paritária entre representantes dos diversos setores do agronegócio e dos vários órgãos federais e departamentos desse ministério, num apoio governamental permanente à modernização do campo e ao setor exportador de commodities considerado estratégico para o desenvolvimento nacional.

Do outro lado, o ministério responsável pela política fundiária e política agrícola para a agricultura familiar, cujas constantes refundações ou renomeações elucidavam as oscilações dessas políticas, com parco orçamento e sem poder de decisão autônomo: Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária – MAARA (1992-1996), Ministério Extraordinário de Política Fundiária – MEAF (1996), Ministério de Política Fundiária e Agricultura Familiar – MEPF (1999), Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2000). O INCRA vai sendo esvaziado tanto financeiramente, quanto de várias de suas funções, a ponto dos movimentos sociais

³¹⁶ A Via Campesina foi integrada por diversos movimentos nacionais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB, Movimento das Mulheres Camponesas - MMC, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Federação dos Estudantes de Agronomia - FEAB.

³¹⁷ O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo – FNRAJC, com mais de quarenta entidades, promoveu inúmeros eventos: Tribunal do Latifúndio, Campanha Nacional pela limitação do tamanho da terra, etc.

lutarem “contra o órgão” ao pressioná-lo como responsável pela criação de assentamentos e, ao mesmo tempo lutarem “a favor” do órgão, para que não fosse extinto. Da mesma forma FHC reverteu a incipiente política de segurança alimentar e nutricional, ao extinguir o CONSEA e alterar a natureza do programa de crédito rural dos pequenos produtores (de alimentos) transformado em “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF” (1995), que redirecionou a maior parte dos recursos daquele programa com justificamente claramente social, para os pequenos e médios produtores rurais vinculados aos CAIs, centralizados em determinadas regiões e produtos (*comodities* para exportação).

No prefácio ao livro de Paulsen (1997, p.7 e 8, grifos nossos), Manoel Lauro Volkmer de Castilho, juiz do tribunal regional federal da 4ª Região, de Porto Alegre afirmou que: a “inescondível paradoxalidade da desapropriação para fins de reforma agrária” por tratar de conflitos e antagonismos de classe na sociedade brasileira se espraia para os Parlamentos e, para as leis agrárias, para a jurisprudência, não deixando ninguém (especialista ou leigo – comprometido ou indiferente profissional ou curioso):

[...] à margem do processo cultural e ideológico, social e econômico que nos próximos anos vai dominar as relações entre os segmentos sociais envolvidos. Nesta perspectiva, até mesmo o Judiciário, cuja vocação natural para o conservadorismo e o tradicionalismo lhe tem atraído críticas indiscriminadas de proprietários e trabalhadores sem terra, pode vir a adotar postura cada vez mais consciente e participante. Exemplo disso é o julgado no Habeas Corpus nº 4339-SP (DJ 08.04.96) em que o Superior Tribunal de Justiça considerou **a ocupação** de fato de terras de terceiros, **improdutivas ou mal exploradas**, inevitável decorrência da busca do **direito da vida digna, ao trabalho e à satisfação das necessidades elementares da pessoa humana pelas grandes massas de excluídos**.

Ignorando o mencionado avanço no entendimento do Supremo Tribunal de Justiça – STJ, bem como do Supremo Tribunal Federal - STF acerca da legitimidade da “ocupação” de terras como forma de luta dos movimentos sócio territoriais, o maior impacto negativo direto do governo FHC na luta pela terra foi a crescente criminalização dos movimentos sociais do campo, tratados, sobretudo com repressão, que culminou com o massacre de 17 sem terras em Eldorado dos Carajás, no Pará, a judicialização da luta pela terra nos tribunais e, sobretudo a penalização da “ocupação” dos latifúndios (Medida Provisória – MP, de 2001), para

inibir a ação do MST e dos demais movimentos sócioterritoriais. Continua o juiz Castilho, no mesmo prefácio ao livro de Paulsen (1997, p.7, grifos nossos):

A questão da terra é, por certo, a mais candente das questões nacionais que o Brasil, neste e nos próximos anos terá que enfrentar com urgência. A necessidade inadiável de solução para o problema, que **não é só social, senão também econômico e estrutural**, não se justifica só pela **desigualdade imperdoável entre proprietários e não proprietários**, mas, particularmente pela exigência da **correção e democratização dos padrões de produção econômica**. Em outras palavras a **reforma agrária** não se pode limitar só a uma imposição de **justiça social**, já de si obrigatória, porque resulta também ela igualmente imprescindível se pretende **desenvolvimento econômico justo e duradouro**. **A reforma agrária** é, assim, o Rubicão dos países com compromisso sério no **progresso econômico-social**, cuja travessia haverá de marcar seguramente a sua maioria como nação independente, e o Brasil não foge à regra.

Ainda sem sofrer diretamente os impactos da onda neoliberal que vinha dos países centrais, no Brasil era elaborada uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil, pelo Instituto Cidadania e Fundação Djalma Guimarães, out. 2001, cuja coordenação política esteve a cargo, de Luís Inácio Lula da Silva e a coordenação técnica de José Graziano da Silva, foi elaborado a partir de vários seminários nacionais com movimentos sociais e Ong's³¹⁸, e entregue ao governo de Fernando Henrique Cardoso, sem qualquer consequência. Horácio Martins de Carvalho analisou os impactos neoliberais sobre a reforma agrária (2004c)³¹⁹.

Os movimentos sociais do campo renovaram as esperanças de superar o neoliberalismo, ao eleger Lula presidente, pelos compromissos históricos do Partido dos Trabalhadores, que ajudaram a construir, que são reapresentados no programa “Vida Digna no Campo” durante a campanha presidencial do PT em 2002. No governo federal eleito, a reforma agrária foi anunciada como um dos eixos da estratégia de desenvolvimento econômico e social nacional denominada programa Fome Zero (2003).

Os movimentos foram chamados a discutir a proposta do II Plano Nacional da Reforma Agrária – PNRA, elaborada por intelectuais historicamente comprometidos

³¹⁸ Em 1990, passavam fome no meio rural no Brasil 4.054.247 famílias e, em Sergipe, 69.375 famílias (IBGE/PNAD; IPEA, “Mapa da Fome”, 1991).

³¹⁹ Jose de Souza Martins assumiu uma postura crítica sobre o MST em “Reforma Agrária – O Impossível Diálogo” (2000) e “O Sujeito Oculto. Ordem e Transgressão na Reforma Agrária” (2003).

com a reforma agrária, sob a coordenação do então presidente da ABRA, Plínio Arruda Sampaio, finalizada em outubro de 2003. Presentes na plenária do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça do Campo – FNRAJC, os movimentos sociais do campo ouviram o anúncio do plano oficial pelo próprio Presidente da República e Ministro do Desenvolvimento Agrário – Miguel Rosseto³²⁰. Contudo, de pronto perceberam a timidez diante da proposta de reforma agrária massiva, o que se agravou em sua implantação que reproduziu o gradualismo na solução da questão agrária que continuava a depender do enfrentamento direto entre os movimentos sócioterritoriais.

O PNSAN (de 2001) foi assumido como linha de ação interministerial direcionadora do eixo de desenvolvimento social do novo governo federal, coordenado por uma Secretaria extraordinária, comandada por José Graziano da Silva, diretamente ligada à presidência da República. O CONSEA foi rearticulado e passou a ter influência na elaboração das “Diretrizes do Plano Safra da Agricultura Familiar”, elaborada por Guilherme Costa Delgado.

Posteriormente, extinta a secretaria os programas ligados à política de segurança alimentar e nutricional passaram ao âmbito de atuação do Ministério da Assistência Social, denominado Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, mantido no governo de Dilma Rouseff. Esse direcionamento passou a vincular a política de reforma agrária e outras do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Fome Zero (concretizado no maior programa Bolsa Família, além da inclusão produtiva e outras ações) articulando as ações do INCRA, os programas de assistência técnica aos pequenos produtores rurais (via editais e chamadas públicas) e os programas da CONAB (do Ministério da Agricultura) às novas diretrizes³²¹.

Os movimentos denunciavam o aumento da concentração da terra e o agravamento da situação do campo herdada do contexto neoliberal, até FHC, que se tentava encerrar. Dessa forma a luta no campo se dava em duas frentes: contra a expropriação e expulsão do meio rural (de forma defensiva), ou para conquistar a

³²⁰ O Ministério do Desenvolvimento Agrário ficou sob a direção do Partido dos Trabalhadores, sendo que Rosseto representava uma das correntes de esquerda do partido – “Democracia Radical”, em cuja apresentação do plano referia-se aos “pobres do campo” numa alusão às obras de Lênin, quando se dirigia aos camponeses pobres na Rússia.

³²¹ Na atualidade Jose Graziano da Silva coordena a FAO/ONU levando a proposta FOME ZERO em âmbito internacional para países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

terra ou ainda retomá-la via desapropriação por interesse social (de forma ofensiva)³²².

Dessa forma a questão agrária, centrada na concentração da terra, um dos elementos estruturais que tornam o país um dos campeões mundiais em desigualdade social; responsável por relações agrárias marcadas pela exploração e opressão permanecia uma chaga aberta na sociedade brasileira.

Na próxima seção vai ser apresentada a distribuição da terra em diversos países, e o papel do Estado na efetivação de reformas agrárias radicais – massivas e intempestivas, a partir da definição do limite máximo da terra e redistribuição da mesma. O Brasil aparece na contramão com uma histórica concentração fundiária que se agrava, apesar da retomada do discurso da reforma agrária pelos sucessivos governos após o encerramento da ditadura militar e de ações pontuais de assentamento de famílias sem terra. Por fim é retomada a luta dos movimentos sociais do campo para limitar o tamanho da terra no Brasil como única forma de retomada da “reforma agrária ampla, massiva e intempestiva” que tem sido levada às ruas, à sociedade civil em forma de plebiscito popular (não legal, mas legítimo) e ao Parlamento na campanha permanente pelo fim do latifúndio no país.

³²² Apesar da luta pela terra ser central os movimentos sociais do campo tem outras reivindicações na sua luta pela reforma agrária: acesso a políticas agrícolas de crédito, assistência técnica, pesquisa; além de políticas sociais como a educação do campo, habitação e infraestrutura básica (estradas, água/saneamento e energia elétrica); saúde, transporte, proteção previdenciária etc.

SEÇÃO 6

A REFORMA AGRÁRIA COMO POLÍTICA REDISTRIBUTIVA

A seção anterior tratou teoricamente da questão agrária a partir dos conceitos de territórios em conflito e dos processos geográficos de T-D-R. numa perspectiva que enfocou a importância dos movimentos sócioterritoriais na sua luta pela terra e pela formação de territórios camponeses alternativos ao espaço hegemônico decorrente da territorialização do capital e da monopolização do território pelo capital.

Esta sexta seção reflete sobre a importância da reforma agrária como política pública redistributiva, destacando-se seu caráter massivo, intempestivo e radical, em vários países. Destaca-se o papel do Estado social, sustentando e modernizando a agricultura familiar parcelária ou cooperativizada, e a necessidade de continuidade desse suporte no contexto atual em que a segurança e soberania alimentar e nutricional tornam-se estratégicas.

O caso brasileiro é apresentado como um triste contraponto à realidade agrária mundial, porque o Estado, nas diversas conjunturas, vem transferindo para os movimentos sócioterritoriais a responsabilidade de conquistar a terra “palmo a palmo”; reduzindo a recém-implantada política reforma agrária a um programa pontual de assentamentos que depende, caso a caso, do desfecho da luta de classes aberta e crua na sua violência, enquanto segue aumentando a concentração fundiária.

6.1 Um Olhar sobre a Distribuição da Terra e as Experiências de Reforma Agrária no Mundo

A análise da reforma agrária será feita a partir do parâmetro da equidade³²³. A dimensão adotada para indicar em que medida a concepção dessa política pública de reorganização agrária concretiza objetivo “mais equitativo” é a fundiária, porque a terra é o meio de produção fundamental na agricultura e, portanto, a efetiva redistribuição fundiária representa redistribuição de riqueza (de patrimônio produtivo e de propriedade).

Existem várias políticas fundiárias de reorganização agrária, que visam melhorar as relações sociais de produção no campo, segundo Sérgio Pereira Leite

³²³ Emprega-se neste estudo o conceito de equidade, com o significado de uma ação que parte do pressuposto de que a distribuição da riqueza na sociedade é desigual. Nesse sentido, uma distribuição igual de recursos mantém ou aumenta essa desigualdade; daí os que tem menos devem receber mais, na direção de um futuro nivelamento social, ou igualdade concreta.

(2006): o imposto territorial progressivo, o cadastro fundiário com a resolução dos conflitos de limites, a regularização fundiária com a titulação de posseiros, a distribuição de terras públicas ou colonização, o crédito fundiário para quem quer comprar a terra etc; que operam mudanças quantitativas.

Porém, como afirmou José Gomes da Silva, em seu clássico livro, escrito em 1968: “A Reforma Agrária no Brasil” (1971), só a reforma agrária pode transformar substancialmente a estrutura fundiária. Escrito em pleno contexto da ditadura militar, essa definição de reforma agrária redistributiva era um contraponto técnico e político do discurso intelectual (acadêmico integrando a tecnocracia institucional) e do discurso político que começavam a tratar da reforma agrária como sinônimo de um conjunto de políticas agrícolas viabilizadoras da modernização conservadora.

Ao referir-se aos diversos tipos de políticas aplicadas ao melhoramento da agricultura, Gomes da Silva (1971) hierarquizou as políticas fundiárias articulando-as com as políticas agrícolas, em três tipos, conforme objetivos: primeiro os simples instrumentos de política que operam mudanças quantitativas e raramente conduzem a qualquer transformação substancial na estrutura da economia, como os aumentos de impostos ou modificação nas taxas de arrendamento ou parcerias³²⁴, ao que se acrescenta o cadastro fundiário.

Em segundo lugar as políticas fundiárias que, a despeito de manter as estruturas em seu todo, operam mudanças em seu contexto, de maior ou menor profundidade, como a colonização³²⁵, incluindo-se também a regularização e o crédito fundiário etc. Enfatiza o autor que esses dois primeiros tipos de mudanças são instrumentais e se situam no âmbito de decisão do administrador público ou privado.

Em terceiro lugar a reforma agrária, que é a mais radical dentre essas políticas, por provocar mudanças da estrutura agrária (relações sociais de produção, regime de uso da terra) que nenhum dos mencionados instrumentos de política fundiária, e, muito menos de política agrícola teriam condições de fazer.

³²⁴ Dentre as políticas agrícolas desse tipo Gomes da Silva (1971) enumera: subsídios diretos e indiretos como o estímulo financeiro ao uso de fertilizantes e suplementos minerais via sistema de compra a prazo e pagamento de juros pelo Banco Central, revenda e redução de taxa de juros para cultivo de cereais ou redução de taxa de juros para financiar adubos.

³²⁵ As políticas agrícolas que também podem provocar essas modificações, segundo Gomes da Silva (1971) são: a criação de sistema de garantia de preços mínimos, o programa de caminhos vicinais, o sistema de financiamento integral de adubos.

Gomes da Silva debatia contra as definições de reforma agrária criadas no contexto da ditadura militar, que se restringiam às políticas agrárias instrumentais ou modificações do segundo tipo como a colonização, e, sobretudo forçavam uma identificação explícita deste conceito com o desenvolvimento rural (políticas agrícolas): “Reforma Agrária não é distribuição de terra, mas assistência técnica, crédito, garantia de preços etc”.

Por isso, ele foi enfático ao afirmar que nenhum instrumento de política agrícola constitui por si mesmo uma reforma agrária, com exceção da nacionalização da indústria de adubos. Mas, ao realizar-se a reforma, considerava óbvio que esse elenco de medidas e instrumentos convencionais fosse integrado ao processo, pois se o governo punha essas medidas a serviço do latifundiário, porque deveria faltar ao parceleiro? “[...] esse produtor ainda débil que apenas engatinha nas lides empresariais” (GOMES DA SILVA, 1971, p.39). Sua atitude vigilante no debate conceitual tem continuidade com os estudiosos da ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária, da qual ele foi fundador.

A reforma agrária provoca a modificação fundamental do *status* fundiário. Portanto, um autêntico conceito de reforma agrária tem que se referir ao regime de “tenência da terra” ³²⁶; tem que alterar o direito de propriedade da terra. Nesse sentido, a palavra chave deste conceito é a redistribuição fundiária.

Entende-se a reforma agrária como: “[...] o processo amplo, imediato e drástico, de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra promovida pelo governo, com ativa participação dos próprios camponeses, objetivando sua promoção humana e social, econômica e política” (GOMES DA SILVA, 1971, p.37-38).

Ações de reorganização fundiária têm sido implementadas em países desenvolvidos pelo Estado, em determinadas circunstâncias sóciopolíticas nas quais os interesses dos camponeses coincidiram com os da burguesia (no caso da Revolução Francesa, no final do século XVIII), ou que a pressão dos trabalhadores as colocou na agenda política, na virada do século XIX para o XX e após a segunda guerra mundial a partir de 1945.

³²⁶ “Tenência da terra” no espanhol expressa “as relações legais e tradicionais existentes entre pessoas, grupos e instituições, para regulamentar os direitos ao uso da terra, sua transferência e usufruto de seus produtos e as obrigações derivadas de tais direitos. No dicionário da Língua Portuguesa de Cândido Figueredo “tenência” é o acto de ter, que dá uma ideia clara do seu significado em relação aos assuntos agrários, referindo-se diretamente ao regime de posse, uso e gozo da terra (GOMES DA SILVA, 1971, p. 26).

Gomes da Silva (1971)³²⁷ reproduz de Samuel Huntington, em 1970 um complexo quadro da “vulnerabilidade e inquietação rural” no mundo, utilizando o índice de desigualdade da distribuição da terra agrícola (índice de GINI), a existência de arrendamentos (% do número total) cruzada com a percentagem da força de trabalho empregada na agricultura, na primeira metade do século XX, em 53 países do mundo (desenvolvido e subdesenvolvido).

O índice de GINI³²⁸ da distribuição da terra sintetiza o grau de concentração da distribuição da propriedade da terra. Seus limites variam de 0 – 1, sendo que 0 (ZERO) significa uma situação de igualdade absoluta, ou seja, não existe concentração nenhuma e 1 (UM) que significa uma situação de desigualdade total ou concentração absoluta. Para analisar os resultados deve-se considerar:

- a) De 0 até 0,1 – representa concentração nula;
- b) De 0,101 até 0,250 – concentração muito baixa;
- c) De 0,251 até 0,500 – concentração baixa;
- d) De 0,501 até 0,700 – concentração média;
- e) De 0,701 até 0,800 – concentração forte;
- f) De 0,801 até 0,900 – concentração muito forte;
- g) De 0,901 até 1,00 – concentração fortíssima, tendendo a absoluta.

O foco desta Tese obrigou o recorte apenas dos índices de Gini, da concentração da posse da terra, conforme apresentados na tabela nº 01 a seguir.

Foram analisados 54 países, mas, sendo um deles o Reino Unido, que na verdade, congrega 4 países – Inglaterra, Irlanda do sul, Escócia e País de Gales) a tabela analisou 57 países.

Tabela 01 Distribuição da Terra Agrícola no Mundo: Índice de Desigualdade de Gini em Ordem Crescente – Século XX.

% FT agricultura	Índices de Gini			
	0,499 e abaixo	0,500 a 0,699	0,700 a 0,799	0,800 e acima

³²⁷ Gomes da Silva se baseia em estudo de Thoenbeck, de 1966, sobre a influência da reforma agrária no crescimento econômico e em Huntington que, em 1970, discute dimensões políticas da reforma agrária.

³²⁸ O Índice de Gini é utilizado em economia para expressar a desigualdade de distribuição de dois fatores.

0-29% (17 países)	Dinamarca 0,46 (1959) Suíça 0,49 (1939) Canadá 0,49 (1931)	França 0,58 (1948) Suécia 0,58 (1944) Bélgica 0,59 (1959) Holanda 0,61 (1950) Luxemburgo 0,64 (1950) Alemanha Oc. 0,67 (1949) Noruega 0,67 (1959)	EUA 0,71 (1950) R.Unido 0,71 (1950) P. Rico 0,74 (1959) N. Zelândia 0,77 (1949)	Itália 0,80 (1946) Argentina 0,86 (1952) Austrália 0,93 (1948)
30-59% (20 países)	Polônia 0,45 (1960) Formosa 0,65 (1930) a 0,46 (1960) Japão 0,47 (1960)	Filipinas 0,59 (1948) e 0,53 (1960) Irlanda 0,60 (1960) Finlândia 0,60 (1950) México 0,96 (1930) a 0,69 (1960)	Panamá 0,74 (1961) Áustria 0,74 (1951) Grécia 0,75 (1930) Espanha 0,78 (1929) Cuba 0,79 (1945) Rep. Dominicana 0,79 (1950)	Uruguai 0,82 (1950) Jamaica 0,82 (1943) Colômbia 0,86 (1960) Equador 0,86 (1954) Costa Rica 0,89 (1950) Venezuela 0,91 (1956) Chile 0,94 (1936)
Acima 60% (17 países)	Iugoslávia 0,44 (1950)	Paquistão Or. 0,51 (1960) Índia 0,63 (1954) a 0,59 (1961) Paquistão Oc. 0,61 (1960) Irã 0,65 (1960) Egito 0,67 (1964) Vietnã Sul 0,67 (1935)	Líbia 0,70 (1960) Nicarágua 0,76 (1950) Honduras 0,70 (1952)	Egito 0,81 (1952) El Salvador 0,83 (1950) Brasil 0,84 (1950) Guatemala 0,86 (1950) Peru 0,88 (1950) Irã 0,88 (1958) Bolívia 0,94 (1950)
Totais 54 países	7 países	17 países	13 países	17 países

Fonte: Recorte do quadro de Gomes da Silva (1971, p. 24 e 25) resgatado de Hungtinton, em 1970.

Notas: Quatro categorias foram adotadas: 0,499 e abaixo - baixa concentração; 0,500 a 0,699 - concentração média; 0,700 a 0,799 - concentração forte; 0,800 ou mais - concentração forte a muito forte.

Os índices de Gini foram mensurados na maioria dos casos em meados do século XX: apenas um país em 1929; 7 países na década de trinta; 7 países na de quarenta; 25 países na de cinquenta e 14 países na década de sessenta. Em quatro casos aparecem dois índices atualizando a realidade fundiária de um mesmo país: de 1930 para 1960 (Formosa); de 1948 para 1960 (Filipinas); de 1930 para 1960 (México) e de 1954 para 1961 (Índia).

Com relação à distribuição fundiária a tabela mostra que 24 países tinham baixa ou média concentração, dentre os quais apenas 7 países tinham baixa concentração (até 0,499); 17 tinham concentração média (entre 0,500 e 0,699). A maior parte, ou seja, 30 países possuíam concentração forte ou muito forte, sendo 13 com concentração forte (entre 0,700 a 0,799) e 17 com concentração muito forte (de 0,800 ou mais).

Foi possível estabelecer uma correlação direta entre o maior grau de desenvolvimento do país, ou seja, os mais industrializados, que também possuem o maior grau de desenvolvimento da agricultura (mecanização agrícola) que permita um menor uso da força de trabalho, de até 29% presente em 17 países (11 europeus, 4 americanos e 2 da Oceania), com uma menor concentração fundiária na medida em que desse bloco, 10 países tem baixa (3) e média concentração (7), enquanto dos outros 7 tem concentração forte (4) ou muito forte (3).

Comparando a realidade encontrada em meados do século XX com os elementos teóricos das análises agrárias clássicas surpreende que a Alemanha (onde a clássica “via prussiana” de desenvolvimento da agricultura que preservava o latifúndio era analisada na virada do século XIX para o XX, por Friedrich Engels, Max Weber e Karl Kautsky), esteja entre os países com média concentração fundiária, nos primeiros anos pós II Guerra (1949), quando mal se iniciava a experiência do *Welfare State*.

O fato do Reino Unido com forte concentração fundiária corrobora, o processo histórico de séculos de expropriação camponesa (fechamento e limpeza dos campos), analisado por Marx, com ligeira relativização por não estar na última categoria, aponta para transformações desconcentradoras na primeira metade do século XX e igualmente na experiência do *Welfare State*.

Num sentido contrário, não chegou a ser surpreendente que os Estados Unidos (a “via americana” de desenvolvimento agrário com democratização da terra) tenha aparecido entre os países de concentração muito forte, desde que Lênin evidenciou tendências de reconcentração fundiária na sua análise da agricultura americana no início do século XX.

Por fim a Itália estar representada no grupo com a mais forte concentração fundiária corrobora a análise de Antônio Gramsci sobre o peso do latifúndio do sul da Itália no contexto nacional, mesmo havendo grande desconcentração no norte industrializado.

No bloco intermediário dos 20 países com médio desenvolvimento da agricultura, dependente do uso de força de trabalho de 30 a 59% (6 europeus, 3 asiáticos e 11 latino americanos) 7 possuíam baixa ou média concentração fundiária. Dos 3 com baixa concentração, o Japão tinha realizado uma reforma agrária no pós II Guerra, sob ocupação militar americana e a Polônia alinhada com as transformações socialistas da agricultura.

Entre os 4 países com média concentração fundiária, evidenciou-se forte movimento desconcentrador entre os dois índices de Gini apresentados pelas Filipinas (de 0,59 em 1948 para 0,53 em 1960); em Formosa de 0,65 em 1930 para 0,46 em 1960 e no México, com concentração quase absoluta de 0,96 em 1930 para 0,69 em 1960. Entre 13 os países com forte e muito forte concentração, a presença de Cuba entre os 6 países com forte concentração em 1945 reflete a estrutura fundiária antes da revolução nacionalista e socialista de 1959/1961. Todos os 7 países com concentração fundiária muito forte são latino americanos refletindo o modelo histórico de desenvolvimento dessas ex colônias de exploração, como a Venezuela (0,91) e Chile (0,94) .

No outro polo também foi possível estabelecer uma correlação direta entre os 17 países com menor grau de desenvolvimento (1 europeu, 7 asiáticos, 2 africanos e 7 latino americanos), ou seja, países do Terceiro Mundo, menos industrializados e com o menor grau de desenvolvimento da agricultura, considerando-se a menor mecanização agrícola, portanto, dependente de maior uso da força de trabalho (acima de 60%) e a maior concentração fundiária na medida em que apenas 7 países possuíam baixa ou média concentração e, dentre eles apenas a Iugoslávia com baixa concentração, enquanto 10 países possuíam forte ou muito forte concentração; e dentre esses 7 últimos estava o Brasil.

Gomes da Silva (1971) também retomou de Eric Thorbeck, de 1966 a análise dos diversos tipos de políticas agrícolas e o processo de desenvolvimento econômico, mencionando que a redistribuição de terras e as modificações dos contratos agrários (arrendamento, parceria etc.) como as reformas mais importantes para países com desenvolvimento econômico atrasado, ligadas aos objetivos principais de justiça distributiva, igualdade de oportunidades e desenvolvimento econômico; devendo combinar-se com modificações estruturais (investimento em infraestrutura social) e extensão rural (assistência técnica). Medidas impositivas e subsídios a viabilizavam.

Gomes da Silva (1971) demonstra que a produção e o índice de produtividade agrícola foram incrementados após processos de reforma agrária: Itália, Formosa, RAU (Alemanha), Espanha, Japão, Bulgária, México, Venezuela, além de uma

experiência conduzida por organização privada no Chile³²⁹; sendo as do Egito³³⁰, Japão³³¹ e Formosa³³² “pela espada”.

Quando o Índice de Gini começou a ser medido no Brasil, em 1940 (pelo IBGE), o país apresentava uma concentração fundiária muito forte (0,84), mantido em 1950, mas não era o “vice-campeão” de desigualdade na posse da terra como é hoje (liderada pelo Paraguai), como vai ser tratado adiante.

Como já observado anteriormente, Ricardo Abramovay, em seu livro: “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão” (1992) analisou a prevalência da força de trabalho familiar nos países desenvolvidos; ao contrário da destruição da pequena e média propriedade pela concentração fundiária e a generalização do trabalho assalariado no campo, teorizada pelos clássicos marxistas (Marx, Engels, Lênin e Kautsky), cuja adoção como “lei universal” no debate da questão agrária no Brasil o autor questiona, embora reconheça que refletiam os contextos históricos sobre os quais teorizaram.

Embora tenha feito algumas descrições sobre os estabelecimentos familiares: nível de desenvolvimento tecnológico e estratégias de reprodução (pluriatividade) no caso da agricultura de tempo parcial (*part time farming*) optou por uma abordagem macroeconômica, enfatizando seu papel na produção de alimentos para os mercados nacionais, diminuindo a dependência dos alimentos importados ou para exportação. Ao baratear o preço dos alimentos, libera parte do salário dos trabalhadores urbanos para o consumo de bens duráveis, dentro da estratégia fordista de desenvolvimento capitalista, baseada na produção e consumo de massas, no contexto de reconstrução das economias dos países centrais que foram palco da segunda guerra mundial.

O autor afirmou que não há qualquer semelhança da antiga unidade de produção camponesa³³³ e essa agricultura familiar, que se constitui numa inédita organização social da agricultura empreendedora, cooperativizada, “criatura do

³²⁹ Gomes da Silva, 1971, p. 40 sobre o projeto do instituto de promoção agrária do Chile e p. 44 sobre incremento de produtividade.

³³⁰ No governo do coronel Nasser foram assentadas 256.670 famílias em 308.670 ha no Egito.

³³¹ O General Mac Arthur, comandante do exército de ocupação americana no Japão assentou 4.748.000 famílias em 1.900.000 hectares.

³³² Em Formosa o governo do General Chen Cheng assentou 554.833 famílias.

³³³ Abramovay (1992) afirma que há traços tipicamente camponeses na vida rural europeia até o final do século XX que ele denomina estabelecimentos rurais muito pequenos – “*minor*”, unidades de produção de menos de 6 hectares, que não possuem pessoas trabalhando em tempo integral, nem agricultor, nem trabalhador assalariado (*very small farms*).

Estado e sua política agrícola”, no capitalismo regulado (*Welfare State*). A Dinamarca foi precursora da opção coletiva da agricultura familiar;

[...] desde a metade do século XIX os agricultores familiares não levavam seus produtos isoladamente para o mercado, estavam inseridos na dinâmica exportadora cooperativista, responsável pelas vendas, padronização e industrialização da produção. No início do século XX cada cidade possuía sua cooperativa de transformação industrial. (ABRAMOVAY, 1992, p.194).

Em 1914 havia 1.668 cooperativas naquele país, numa organização verticalizada de “complexos”, isto é, sucessão de operações produtivas da produção agrícola até industrialização e distribuição³³⁴. O modelo dinamarquês foi seguido em toda a Europa com modalidades historicamente diferentes.

Como Abramovay está tratando da questão agrícola, a dimensão da posse/propriedade da terra não é argumento central na sua discussão de que a agricultura familiar tem caráter de grande exploração. Mas apresenta dados em algumas passagens da obra, que interessam a esta Tese e chega a mencionar a estrutura fundiária desconcentrada de determinados países como resultado de distintas políticas fundiárias: imposto territorial progressivo, fixação de limites máximos para a propriedade rural tanto pelo governo quanto por cooperativas distribuição/venda de terras públicas ou reformas agrárias.

Segundo o autor, na Dinamarca na metade do século XVII apenas 6% das terras aráveis estava nas mãos dos camponeses livres. A Coroa vendeu a maior parte das suas terras (50% das terras do país) e em 1786 os camponeses conquistaram a emancipação da servidão, o estatuto do arrendatário, crédito de longo prazo em banco público e taxa de juros baixos para comprarem terras etc. Em 1818 os camponeses já possuíam $\frac{1}{2}$ das terras que cultivavam e conquistaram a condição de plena cidadania. A nova estrutura agrária foi a base da sociedade democrática do século XIX. A própria Dinamarca promoveu o processo de industrialização e a reforma agrária, como reforço econômico, social e político dos agricultores familiares, que em 1905 já possuíam 87% dos estabelecimentos agrícolas (ABRAMOVAY, 1992). Na tabela acima esse foi o país com o menor grau de concentração fundiária entre os 54 analisados, com índice de Gini – 0,49.

³³⁴ Abramovay investigou empiricamente a presença de cooperativas sem tirar disso consequências teóricas que o aproximariam de Kark Kautsky na “Questão Agrária”, de 1898 (1980).

No Reino Unido, o clássico desenvolvimento histórico do capitalismo no campo expropriando o campesinato substituído pela grande propriedade burguesa, analisado por Marx em 1867 (1980) foi invertido a partir de meados daquele século e no final do mesmo os grandes empreendimentos capitalistas tinham sido derrotados³³⁵. Em 1908 88% das terras eram arrendadas por agricultores familiares. Após a primeira guerra mundial políticas públicas fortaleceram a agricultura familiar, a tal ponto que, em 1974, 97,5% dos estabelecimentos da Inglaterra e País de Gales eram familiares, com predomínio das terras próprias (62% em 1983). Na Inglaterra 82% da superfície agrícola útil era ocupada em 1989 por estabelecimentos de mais de 50 hectares.

A situação inglesa era ainda contrastante com outros países europeus de estrutura fundiária muito mais fragmentada, conforme Abramovay (1992). A estrutura agrária europeia chegou a tal grau de parcelização (atomização) da propriedade do solo, que passou a prejudicar o uso da mecanização³³⁶, interferindo no seu desempenho econômico³³⁷. Em 1968 apenas 3% das explorações agrícolas da Comunidade Econômica Europeia – CEE tinha mais de 50 hectares; a superfície média das explorações era 11 hectares e, 2/3 delas tinham tamanho menor do que 10 hectares.

Diversos Estados europeus promoveram políticas de (re)concentração fundiária seguindo a “Política das Estruturas e Rendas” da Comissão Agrícola da CEE, Relatório Mansholt, Roma, 1958. Na Europa entre 1958 e 1972, 2/3 dos estabelecimentos de menos de 10 hectares e 1/2 dos de 10 a 20 hectares desapareceram, aumentando a superfície média dos estabelecimentos agrícolas.

³³⁵ José Eli da Veiga, citado por Abramovay (1992) questiona que Marx em 1867, não tenha observado que 60% dos estabelecimentos ingleses em 1851 tinham menos de 100 acres, ou seja, menos de 40 hectares (1 hectare, 10.000 metros quadrados; 1 acre, 4047 metros quadrados e 0,4047 hectares). Em 1870 mais de 80% era *small farmer*.

³³⁶ Existiam formas comunitárias de partilhar ou alugar máquinas agrícolas, o que seria impossível para um pequeno agricultor isoladamente. “Na Europa ao menos nas primeiras décadas da modernização intensiva a cooperação entre os agricultores funcionou como importante fator contrabalançando as limitações da estrutura fundiária à mecanização do trabalho agrícola.” (ABRAMOVAY, 1992, p. 185).

³³⁷ Isso não quer dizer que não existam latifúndios ou grandes propriedades na Europa ou que elas não ocupem importante parcela da superfície agricultável. No sul da Itália, em algumas regiões de Portugal, na Espanha ou nos EUA.

Tabela 02 Superfície Agrícola Média de Países Europeus – 1972.

Países	Alemanha	França	Itália	Países Baixos (Holanda e Luxemburgo)	Bélgica
Superfície Agrícola média	12,7 há	22,2 há	8 há	13,8 há	13 há

Fonte: Adaptado do Quadro Estrutura das Explorações Agrícolas de Abramovay (1992, p. 185).

Na França em 1950 o tamanho médio das explorações era 10 hectares; em 1972, como mostra a tabela subiu para 22,2 hectares e em meados dos anos 1980, para 25 a 35 hectares (excluindo do cálculo os estabelecimentos de menos de 1 hectare). Mesmo com as políticas de reconcentração fundiária na Dinamarca, Islândia, Bélgica, Países Baixos (Holanda e Luxemburgo), Alemanha (pré-unificação), Suíça, Itália e Grécia as explorações de menos de 50 hectares ocupavam mais da metade da superfície agrícola em 1990. A meta na Europa é chegar a um tamanho médio do estabelecimento europeu por faixa entre 80 e 120 hectares.

Para Abramovay (1992) nos EUA apenas as propriedades de menos de 160 acres (64 hectares) podiam na década de noventa do século XX se beneficiar de água para irrigação em represas e barragens públicas. O autor identifica uma concentração do processo produtivo agrícola, mas, com base na unidade familiar, sem generalização do trabalho assalariado (a tendência identificada por Lênin no início do século XX foi revertida).

Conforme pesquisa sobre economia agrícola no território americano há vantagem relativa do tamanho de propriedades sobre o custo do empreendimento. Ele exemplifica casos de propriedades especializadas muito grandes (cujo tamanho é muito variável conforme o produto) comparando custos com as médias de cada setor apresentados em ordem decrescente dessa vantagem relativa: o setor que mais se beneficiaria da concentração da propriedade seria o de milho, no qual há vantagem econômica de uma empresa muito grande (de 404 hectares) em relação a uma empresa de tamanho moderado (de 101 hectares) de 11%, ou seja, a cada aumento de 15% no tamanho reduziria 1% dos custos. Uma empresa imensa produtora de trigo (de 1.052 hectares) teria uma vantagem de custo de apenas 3% sobre uma média (de 259 hectares) e teria que aumentar 36% o tamanho para diminuir 1% do custo. Uma empresa muito grande de algodão (1.214 hectares) teria

a vantagem de 2% sobre as médias (de 263 hectares) e precisaria aumentar 77% o tamanho para conseguir uma redução de 1% do custo. Empresas “muito grandes” produtoras de soja (de 323 hectares) teriam a vantagem de apenas 1% sobre as médias (de 121 hectares), sendo necessário aumentar 179% do tamanho para diminuir 1% no custo de produção.

No caso do arroz, ao contrário, numa situação generalizada nacionalmente apontou para uma deseconomia do tamanho muito grande (de 971 hectares) teria uma desvantagem de 4% dos custos do que uma média propriedade (de 242 hectares). Ainda segundo Abramovay (1992, p. 240) o Relatório da USDA (departamento de agricultura dos EUA) de 1981 afirmou que:

[...] em estabelecimentos relativamente pequenos é possível usar de maneira econômica a maior parte dos recursos técnicos disponíveis para agricultura. O tamanho necessário para atingir 90% das economias de escala em 1979 era 58 hectares, para a produção de amendoim, soja, milho no sudeste dos EUA; e 182 hectares de trigo e centeio no Pacífico (noroeste). Para atingir os 10% remanescentes de recursos técnicos de maneira econômica essas propriedades deveriam mais do que dobrar sua extensão.

Dessa forma, mesmo que se procurasse obter todas as vantagens econômicas (para alcançar uma diminuição de custos mínima) o referido relatório estava usando como parâmetros 116 a 364 hectares. A partir dessas reflexões sobre as vantagens econômicas relacionadas com o tamanho dos empreendimentos agropecuários familiares num país com imenso território como os Estados Unidos, que é semelhante ao Brasil. O autor afirma estar preocupado com a opção de desenvolvimento econômico da agricultura baseado na extrema concentração da terra, que para ele compromete a equidade social. “O desafio da questão agrária referente em última análise a estrutura fundiária é ao problema da justiça social” (ABRAMOVAY, 1992, p.256).

Na atualidade, nessa segunda década do século XXI, segundo a literatura corrente, a maior parte, dos países do mundo possui estruturas fundiárias democratizadas, ou porque possuem tradição camponesa que sobrevive em suas pequenas posses/propriedades ou democratizaram a estrutura fundiária com políticas fundiárias, tanto para dar sustentação a uma agricultura familiar individualizada moderna ou instituindo a propriedade social, cooperativada ou

estatal. No entanto verificar o quadro fundiário a partir de informações oficiais não é tarefa fácil³³⁸.

Os documentos disponíveis nos sites da ONU, PNUD e FAO, não trazem uma análise de conjunto da distribuição da propriedade da terra (número de propriedades da terra, por diversas classes de área, e superfície que ocupam), em séries históricas que possibilitem uma análise crítica da transformação da estrutura fundiária e a visualização dos mencionados processos de (re)concentração ou da desconcentração resultante de políticas de reforma agrária.

Todavia como a FAO/ONU anuncia em várias de suas publicações há uma relação direta da insegurança alimentar, a falta de soberania alimentar no mundo e às condições de acesso a terra (e à água), a insistência nessa busca chegou ao relatório *“World Census of Agriculture - Main Results and Metadata by Country”*, 1996 - 2005, nº 12, FAO, Rome, 2010. Nesse documento aparece para cada um dos 114 países as respectivas tabelas elaboradas a partir de uma matriz comum, dos resultados dos seus censos agropecuários, realizados entre 1996 e 2005, enviados para a FAO (de um conjunto maior de 144 países que realizaram censos no período).

Com distinta experiência na elaboração de censos decenais, muitos países enviaram informações agrícolas (uso da terra), mas não informações diretas sobre o acesso a terra (propriedade ou posse), e, mais especificamente, sobre o tamanho dos estabelecimentos agrícolas. Por conseguinte, do universo de países que aparecem no referido censo (FAO, 2010), restou uma amostra de 84 países, de cinco continentes, que apresentaram a distribuição dos estabelecimentos agropecuários conforme classes de área (“holdings”). De cada uma dessas

³³⁸ A pesquisa feita em sites de busca utilizando palavras-chave relacionadas com esse tema, não encontrou respostas satisfatórias. Parece que essa dificuldade também tem atingido equipes de pesquisadores, na medida em que se observam compêndios que sintetizam as principais informações econômicas, sociais, políticas e culturais sobre o mundo, acessíveis ao público em geral, estão ausentes informações fundiárias, por exemplo: na “Enciclopédia Mundo Contemporâneo” da Folha de São Paulo (2000) e nos almanaques “Abril Cultural” (sendo o mais atual o de 2013), que atualizam anualmente uma série de informações comparativas para elaborar “rankings” entre os países, utilizando a ONU, como fonte, bem como os perfis de cada um deles. A bibliografia mais especializada também apresenta essa lacuna: na “Coleção Geografia Ilustrada”, da Abril Cultural (1972) e em livros didáticos de Geografia (do nível médio) tais informações fundiárias são raras e encontradas apenas em algumas passagens de textos que caracterizam alguns países, não permitindo comparações. Por fim não foi encontrada nenhuma sistematização sobre o quadro fundiário mundial na atualidade, nos anais do “Simpósio Internacional de Experiência Fundiária” INCRA/MEAF, BID, BIRD, IPEA), realizado em Salvador/Brasil, em 1984. Uma limitação desse trabalho foi não ter tido tempo hábil para continuar investigando nos sites do Banco Mundial e da Via Campesina Internacional.

distribuições foi destacada a última classe de área³³⁹ adotada por cada país, elaborando-se as tabelas seguintes por continente. A tabela 03 a seguir mostra a última classe de área dos estabelecimentos agropecuários dos países da África.

Tabela 03 Dimensão dos Estabelecimentos Agrícolas em Países da África, conforme a última Classe de Área – FAO - 1996 -2005.

Ultima classe de Área (ha)	PAISES – AFRICA
0,5 +	Sri Lanka (0,8+)
2 +	Cabo Verde
Até 3	Lesoto
3 +	Guiné (5+)
10 +	Egito (12,6 +), Etiópia
20 +	Costa do Marfim, Mali, Senegal, Togo
Ate 50	Namíbia
100 +	Marrocos, Tunísia
Até 200	Argélia
200 +	Tanzânia (232+)
Até 1000	Moçambique

Fonte: elaborado pela autora com base no relatório de cada país para o “*World Census of Agriculture Main Results and Metadata by Country*”, 1996- 2005, nº 12, FAO, Rome, 2010. Outros países que ficaram fora da amostra: África do Sul, Botswana, Butão, Cabo Verde, Comores, Gâmbia, Líbia, Madagascar, Seicheles, Uganda, Zâmbia, porque não enviaram esses dados em seus relatórios à FAO.

No continente africano, dos dezesseis países que apresentaram as informações sobre as classes de área, a maioria absoluta (onze) apontou como limite máximo da dimensão dos estabelecimentos até 50 hectares (sobretudo entre 10 e 20 hectares), chamando-se a atenção para as superfícies ínfimas menores de 03 hectares (de quatro países) e outros dois países mencionaram 100 hectares “ou mais” na última classe de área. O limite de 200 hectares foi o teto para um país e foi ultrapassado por outro (232 hectares “ou mais”). Apenas Moçambique apresentou como limite máximo superior a 500 hectares, ou melhor de 1000 hectares “ou mais”.

³³⁹ Muitas das classes de área apresentadas são delimitadas com clareza “até determinada quantidade de hectares” (chamados de limite máximo ou teto). Outros países apresentam limites apenas indicativos deixando em aberto a possibilidade de serem ultrapassados “certa quantidade de hectares ou mais”, no entanto como se trata da elaboração de tabelas por classes de área, interpretou-se que tais estabelecimentos não se afastam muito do tamanho indicativo, porque caso contrário poderia ter sido enquadrado numa classe de área superior, conforme a matriz da FAO.

Tabela 04 Dimensão dos Estabelecimentos Agrícolas em Países da América, conforme a última Classe de Área – FAO - 1996-2005.

Última classe de Área (ha)	PAÍSES – AMÉRICA
0,5 +	Panamá (1 +)
10 +	Guiana Francesa (até 20)
40 +	São Vicente e Granadinas (40,5 há +)
100 +	Porto Rico (102,18 +), Ilhas Virgens (105,2 +)
Até 200	Equador
200 +	Jamaica, Santa Lúcia (202,3 +), Nicarágua (até 350 ha)
Até 500	Colômbia
500 +	EUA (809,4 +), Trinidad e Tobago
1000 +	Brasil, Chile, Venezuela
10.000 +	Uruguai

Fonte: elaborado pela autora com base no relatório de cada país para o “*World Census of Agriculture Main Results and Metadata by Country*”, 1996- 2005, nº 12, FAO, Rome, 2010. Outros países da América que ficaram fora da amostra: Argentina, Canadá, Guadalupe, Martinica, São Cristóvão e Nevis.

A tabela 04 mostra a última classe de área dos estabelecimentos agropecuários na América evidenciando, no geral, maior concentração fundiária que no continente africano.

Adotando-se 500 hectares como a linha de corte, entre os quinze países da amostra, a maioria indicou o tamanho dos estabelecimentos agropecuários abaixo dessa linha, mas apenas três mencionaram como teto 50 hectares; outros três indicaram até 200 hectares e outros quatro ficaram abaixo de 500 hectares. Dois outros países com superfícies territoriais nacionais absolutamente discrepantes – o gigante americano (EUA) e as pequenas ilhas de Trinidad e Tobago mencionaram limites de classe de área de 500 hectares “ou mais”. Por fim, três países sul-americanos (Brasil³⁴⁰, Chile e Venezuela) mencionaram 1000 hectares “ou mais” na última classe de área e o Uruguai mencionou 10.000 hectares “ou mais”. Essas dimensões elevadas relacionam-se tanto com o passado fundado nas grandes explorações coloniais, estruturas mantidas na via de desenvolvimento do capitalismo na América Latina. O Paraguai (considerado um país com a mais alta concentração fundiária na atualidade) não prestou essas informações, ficando fora da amostra.

³⁴⁰ No Brasil o fato de deixar a última classe de área de 1000 hectares “ou mais” em determinadas classificações do IBGE esconde o que o próprio órgão mostra em outras classificações mais desagregadas que pode haver empreendimentos agropecuários que superam em muito os 10.000 hectares explicitados pelo Uruguai como será visto adiante.

Tabela 05 Dimensão dos Estabelecimentos Agrícolas em Países da Ásia, conforme a última Classe de Área – FAO - 1996-2005.

Última classe de Área (há)	PAÍSES- ÁSIA
Até 3	Indonésia
10 +	China (13,4 +), Nepal, Vietnã
20 +	Índia, Mianmar (20,2+), Reunião, Tailândia (22,4+).
Até 50	Líbano
50 +	Paquistão (60+)
100 +	Catar
Até 200	Jordânia
500 +	Geórgia *, Lituânia *, Turquia
1000 +	Irã
Até 5000	Kirguistão (até 2500)

Fonte: elaborada pela autora com base no relatório de cada país para o “*World Census of Agriculture Main Results and Metadata by Country*”, 1996- 2005, nº 12, FAO, Rome, 2010.

Obs.: Outros países da Ásia que ficaram fora da amostra: Afeganistão, Arábia Saudita, Azerbaijão, Bangladesh, Coreia do Norte, Iêmen, Japão, Malásia, Mongólia;

A tabela 05 mostra a última classe de área dos estabelecimentos agropecuários da Ásia. Dos dezessete países analisados, a maioria absoluta (treze) indicaram estabelecimentos com tamanho abaixo de 200 hectares, e, dentre eles a maior parte (dez países) com limites de área até 50 hectares “ou mais” e outros três até 200 hectares. Apenas três mencionaram estabelecimentos na última classe de área de 500 hectares “ou mais” e menor número (dois) superaram 1000 hectares (Irã e Kirguistão), sendo neste último até 2500 hectares.

Tabela 06 Dimensão dos Estabelecimentos Agrícolas em Países da Europa, conforme a última Classe de Área – FAO - 1996-2005.

Última classe de Área (há)	PAÍSES – EUROPA
Até 3	Albânia
10 +	Malta
20 +	Croácia (20,01 +), Sérvia
50 +	Noruega
Até 100	Estônia, Itália, Luxemburgo, Portugal
100 +	Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Escócia, Finlândia, França, Grécia, Inglaterra, Irlanda, Irlanda do Norte, Holanda, País de Gales e Suécia.
500 +	Espanha
Até 1000	Rep. Tcheca *, Polônia
1000 +	Eslováquia*
10.000 +	Hungria*

Fonte: elaborado pela autora com base no relatório de cada país para o “*World Census of Agriculture Main Results and Metadata by Country*”, 1996- 2005, nº 12, FAO, Rome, 2010. Outros países da Europa que ficaram fora da amostra: Romênia, Eslovênia;

A tabela 06 mostra as últimas classes de área dos estabelecimentos agropecuários dos países da Europa. Dos vinte e oito países que informaram as classes de área das unidades de produção, a maioria (vinte e três países) apresentou limites máximos em torno de 100 hectares “ou mais”, dos quais, quatro tinham tamanho até 20 hectares, um de 50 hectares “e mais,” os outros quatorze mencionaram 100 hectares “ou mais”. Apenas cinco países superaram 500 hectares.

Dentre esses grandes empreendimentos apenas dois entre os dezenove países da Europa ocidental – Espanha e Polônia, este último “até” 1000 hectares. Entre os nove países do Leste europeu, a República Tcheca indicou o limite máximo da última classe de área até 1000 hectares e a Eslováquia e a Hungria superaram esse limite, sendo que este último país mencionou 10.000 hectares ou mais. Cabe a ressalva de que, sobretudo nesses países, que vivenciam em diferentes níveis a transição da experiência socialista para a capitalista, tiveram peso, estabelecimentos maiores coletivos - fazendas estatais e de cooperativas, além de empresas e pessoas físicas.

A tabela 07 a seguir mostra as últimas classes de área dos estabelecimentos agropecuários da Oceania. Dos sete países da Oceania na amostra, quase todos (seis) apresentaram limites de classe de área de 40 hectares “ou mais” e apenas a Nova Zelândia superou os 1000 hectares, demarcando até 4000 hectares a última classe de área.

Tabela 07 Dimensão dos Estabelecimentos Agrícolas em Países da Oceania, conforme a última Classe de Área – FAO - 1996-2005.

Última classe de Área (ha)	PAÍSES – OCEANIA
3 +	Ilhas Cook (até 4)
20 +	Samoa (20,2 +), Guam (20,2 +), Marianas (20,2+), Filipinas (25 +)
40 +	Samoa, Tonga (40,5+)
Até 5000	Nova Zelândia (até 4000 ha)

Fonte: elaborada pela autora com base no relatório de cada país para o “*World Census of Agriculture Main Results and Metadata by Country*”, 1996- 2005, nº 12, FAO, Rome, 2010.

Obs.: Outros países da Oceania que ficaram fora da amostra: Austrália. Nova Caledônia.

Em síntese da amostra de 84 países (17 África, 15 na América, 17 Ásia, 28 Europa e 7 da Oceania) a maioria absoluta nos cinco continentes 55 (65,47%) apresentou limite máximo dos estabelecimentos agropecuários até 100 hectares “ou mais”. Desses, 35 países (41,66% do total) mencionaram dimensões até 50 hectares “ou mais”, com destaque para a Oceania onde quase todos apresentaram limite até

40 hectares “ou mais” e a África onde é significativo o limite máximo entre 10 e 20 hectares, chamando atenção para superfícies menores de 3 hectares (em 4 países).

Levando-se em conta o limite de 200 hectares “ou mais” no conjunto dos países da amostra foi adotado por 21 países (25%), com destaque para a quase totalidade dos países asiáticos, sobretudo abaixo de 200 hectares.

Somente na América apenas 04 países (4,76%) mencionaram limites abaixo de 500 hectares. Se o corte analítico se eleva para os 500 hectares “ou mais” como limite máximo da última classe de área dos estabelecimentos agropecuários ele foi adotado por dez países (11,9 %), predominando na América, e sem ser mencionado na África e Oceania. Afirmado-se o corte analítico acima de 500 hectares (incluindo os de mais de 1000 hectares) totalizou-se 22 países (26,2%).

Por fim, os países que apresentaram como última classe de área estabelecimentos com dimensões de 1000 hectares “ou mais” somaram doze (14,3%), destacando-se: quatro países sul-americanos - Brasil, Chile, Venezuela e Uruguai (este último declarou limite de 10.000 hectares “ou mais”); seguido de outros quatro países europeus – Espanha, Polônia, Eslováquia e a Hungria (este último também declarou limites de 10.000 hectares “ou mais”); dois asiáticos - Irã e Kirguistão (este último declarou dimensões até 2500 hectares); e com um país cada, Nova Zelândia (declarou até 4000 hectares), na Oceania e Moçambique na África³⁴¹.

O Brasil com seus 8,5 milhões de quilômetros quadrados de superfície (8.574.416 km²), que representam aproximadamente 850 milhões de hectares (854.000.000 ha), tem 371 milhões de hectares de solos agricultáveis (classificados em quatro faixas de potencialidade agrícola: boa, boa a regular, regular a boa e regular), totalizando pouco menos da metade (43,7%) do território nacional.

O IBGE apresenta a distribuição da terra, tendo como unidade de análise o estabelecimento rural, definido como “terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor (pessoa física ou jurídica), onde se processa uma exploração agropecuária”, para analisar o uso do solo no país, quem está

³⁴¹ O referido censo agropecuário mundial apresenta para classe de área o número de estabelecimentos, bem como a área total por eles ocupada, além do tipo de estabelecimento – pessoa física, corporativo, cooperativos, governamentais; bem como da condição do produtor – se proprietário ou arrendatário (com pagamento fixo em moeda, em produto, ou pagamento proporcional da produção etc), que permitirão em estudo posterior uma maior aproximação da estrutura agrária e fundiária.

produzindo na terra, independente de ser ou não proprietário³⁴². A próxima tabela (número 08) apresenta a distribuição dos estabelecimentos rurais em dois momentos diferentes, em 1995/96 e em 2006, apresentadas pelo IBGE.

O universo dos estabelecimentos rurais se elevou de 4,8 milhões em 1995/96 para 5,2 milhões, dez anos depois. Em 2006, nessa distribuição dos estabelecimentos agropecuários a última classe de área dos estabelecimentos subiu de 1000 “ou mais” em 1995/96 para 2500 “e mais” em 2006.

Em 1995/96 os estabelecimentos de 1000 hectares “e mais” que representavam 1,01% abrangiam 45,10% da área total. Em 2006 embora os estabelecimentos dessa última classe de área de 2500 hectares “e mais” representem um insignificante percentual em número (0,29%), concentram quase 30% da área total. Se for somado à área abarcada pelos estabelecimentos de mais de 1000 hectares, chega-se respectivamente aos percentuais de 0,9% do número total de estabelecimentos (menos de 50 mil no universo de mais de 5 milhões), todavia ocupando 44,41% da área total. Essa distribuição dos estabelecimentos agropecuários, levantada pelo IBGE, é apenas uma aproximação da realidade fundiária.

Tabela 08 Área Total e Número dos Estabelecimentos, por Estrato de Área - Brasil – IBGE - 1995/96 e 2006.

Grupo de área total (ha)	1995/1996		2006		1995/1996		2006	
	Total de Estab	% Estab	Total Estab	% Estab	Área total (ha)	% Área	Área total (ha)	% Área
- de 1 ha	512.032	10,5	-	-	280.956	0,08	-	-
De 1 a - 2 ha	471298	9,69	-	-	637186	0,18	-	-
De 2 a - 5 ha	796723	16,39	-	-	2543527	0,72	-	-
De 5 a - 10 ha	622320	12,80	-	-	4420526	1,25	-	-
Até 10 ha	-	-	2.477.071	47,86	-	-	7.798.607	2,36
De 10 a – 20	701417	14,43	736.792	14,27	9799204	2,77	10.289.684	3,12
De 20 a – 50	814695	16,76	843.911	16,30	25438629	7,19	26.120.628	9,91
De 50 a – 100	400375	8,24	390.874	7,55	27455753	7,76	26.482.780	8,02
De 100 a – 200	246314	5,07	220.255	4,25	32919190	9,30	29.342.738	8,90
De 200 a – 500	1656243	34,08	150.859	2,91	50436030	14,26	46.395.555	14,06

³⁴² Os censos agropecuários de 1920, 1940, e a partir daí decenais até 1970, 1975, 1985, 1995/95 e 2006. Em 1995/96 houve mudança do período de referência para o ano agrícola (1º de agosto de 1995 a 31 de julho de 1996), em relação aos censos anteriores que adotavam o ano civil (tendo como data de referência 31 de dezembro).

De 500 a – 1000	58407	1,20	53.792	1,04	40186297	11,36	36.958.185	11,20
De 1000 ha e +	49359	1,01	-		159493948	45,10	-	-
De 1000 a - 2500	-	-	31.899	0,61	-	-	48.072.546	14,57
De 2500 e +	-	-	15.012	0,29	-	-	98.480.672	29,84
Total Brasil	4.859.865	100,0	5.175.489	100,0	353.611.246	100,0	329.941.393	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1995/96 enviado para a FAO e 2006. Brasil e Unidades da Federação. Tabela 1.1.1. p.176.

Ao referir-se a América Latina, Abramovay (1992), apesar das especificidades do desenvolvimento histórico de cada país, identificou aspectos semelhantes em todos eles: a concentração da renda e a persistência da miséria absoluta relacionada diretamente com a estrutura fundiária concentrada. Desde as críticas das teses da CEPAL defendidas por Celso Furtado e Raul Prebisch nos anos cinquenta, as transformações da base tecnológica da agricultura nos anos sessenta e a integração da agricultura (inclusive familiar) ao capital industrial e ao movimento geral da acumulação capitalista a questão agrícola parece ter sido solucionada no Brasil, o que para os conservadores, tornou desnecessária a reforma agrária. No início da última década do século XX, Abramovay afirmou que na América Latina “[...] ainda não se deu o encontro entre desenvolvimento e equidade. Nos países capitalistas centrais foi a agricultura que desempenhou papel estratégico neste encontro” (ABRAMOVAY, 1992, p. 256).

José Gomes da Silva em seu livro “A Reforma Agrária no Brasil” (1971), escrito no contexto do auge do período militar no país, havia mencionado algumas experiências de reforma agrária, chamando a atenção de que foram feitas por governos militares.

Tabela 09 Reforma Agrária “da Espada” na América Latina no Século XX.

País	Famílias Assentadas	Superfície Distribuída (Ha)	Inspirador, Executor ou Promotor
México	691.960	19.551.414	Gal. Lázaro Cárdenas
	925.984	15351.420	Generais: Adolfo de La Huera, Álvaro Obregon, P. Elias Calles, Abelardo Rodrigues e Avila Camacho
Equador	35.000	500.000	Junta Militar
Peru	23.003	-	Gal. Juan Velasco Alvarado
Honduras	4.668	68.263	Gal. Oswaldo Lopez Areliano
Paraguai	45.853	1.762.882	Gal. A Stroessner
País	Famílias Assentadas	Superfície Distribuída (Ha)	Inspirador, Executor ou Promotor

Panamá	4.085	174.679	Gal Torrijos
---------------	-------	---------	--------------

Fonte: Gomes da Silva, José. A Reforma Agrária no Brasil, Rio de Janeiro, Zahar, 1971.p.225.

Gismário F. Nobre, Neide Miele e Theresa Cristina Zavaris (1985) formularam questões para problematizar algumas experiências de reforma agrária na América Latina, além da emblemática reforma do Japão, em 1946, respondendo com base na caracterização feita por Jose Eli da Veiga (1981): Bolívia, em 1952; Cuba, em 1959 e Venezuela, em 1959.

Uma das mais interessantes formas de realizar a reforma agrária ampla, massiva e de forma intempestiva, foi adotada em vários países, onde a sociedade mobilizada exigiu que o Estado assumisse a responsabilidade direta de fazê-la: definido legalmente um limite máximo para o tamanho da propriedade da terra em todo o território nacional, sendo o excedente acima do mesmo redistribuído. No quadro seguinte visualizam-se os países, nos quais esse processo se deu, em ordem cronológica crescente, entre 1946 e 2001, dentre eles, quatro países latino-americanos: Cuba, Peru, na década de 1960 e El Salvador e Nicarágua, na década de 1980.

Tabela 10 Países que estabeleceram Limites Máximos para a Propriedade no Século XX.

País	Ano da Lei agrária	Limite (Hectares)	País	Ano da Lei agrária	Limite (Hectares)
Japão	1946	12	Índia	1972	21,9
Itália	1950	300	Sri Lanka	1972	20
Coréia do Sul	1950	3	Argélia	1973	45
Taiwan	1953	11.6	Paquistão	1977	8
Indonésia	1962	20	El Salvador	1980	500
Cuba	1963	67	Nicarágua	1981	700
Síria	1963	300	Bangladesh	1984	8,1
Egito	1969	21	Filipinas	1988	5
Peru	1969	150	Tailândia	1989	8
Iraque	1970	500	Nepal	2001	6,8

Fonte: CARTER, Miguel. Combatendo a desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo, editora da UNESP, 2010, p. 48. Divulgada na Campanha do Plebiscito Popular pelo limite da propriedade da terra, em 2008. Grifos nossos nos países latinoamericanos.

A comparação dessa tabela com a referente à concentração da terra com base nos índices de Gini, em meados do século XX (Tabela nº 01) apresentada por Gomes da Silva (1971) permite interessantes reflexões: na África somente o Egito

que tinha uma concentração muito forte, com o referido índice de 0,81 (1952), realizou a reforma agrária mais radical que define o limite máximo para todas as propriedades, redistribuindo a terra de forma massiva, a partir de 21 hectares.

Países europeus desenvolvidos que, todavia, ainda não tinham sua estrutura fundiária, desconcentrada também adotaram a reforma agrária mais radical: a Itália cujo índice de Gini era 0,80 (1946) em 1950 estabeleceu o limite máximo de 300 hectares. Em decorrência disso, e de fatores naturais de fragmentação da propriedade por herança, por exemplo, em 1972 a superfície agrícola média encontrada foi de 8 hectares. Na Espanha que tinha alto índice de concentração da terra nas primeiras décadas do século XX, com índice de 0,78 (1929); e na Alemanha ocidental onde a chamada “via prussiana” de desenvolvimento capitalista da agricultura (baseada no reforço ao latifúndio) resultou num índice de 0,67 (1949), bem como a Bulgária realizaram a reforma agrária.

Na Ásia, conforme o autor, vários países também tomaram a decisão política estatal de desconcentrar a propriedade da terra de forma massiva e abrangente (reformas agrárias radicais), o que se refletiu em melhorias dos respectivos índices de Gini: no Japão 0,47 (1960) resultante da mencionada reforma agrária “pela espada” de 1946, que estabeleceu o limite máximo de 12 hectares. Nas Filipinas os referidos índices em momentos diferentes mostram uma melhoria gradual da distribuição fundiária 0,59 (1948) e 0,53 (1960), mas em 1988 adotou-se o limite máximo da terra em 5 hectares. O Iraque, que tinha muito forte concentração fundiária, com índice de 0,88 (1958) definiu em 1970 que o limite máximo seria de 500 hectares. O Paquistão Oriental apresentava índice de Gini de 0,51 (1960) enquanto o Paquistão Ocidental tinha uma estrutura mais concentrada com índice de 0,61 (1960); num deles o governo definiu o limite máximo da propriedade da terra em 1977 em 8 hectares. Formosa que tinha índice de Gini de 0,65 (1930) realizou uma reforma agrária “pela espada” que se refletiu na melhoria do índice 0,46 (1960).

Abre-se aqui um parêntese para a reflexão sobre os países emergentes do chamado BRICs: Brasil, Rússia, Índia, China, ao qual se junta posteriormente a África do Sul. Com relação à Rússia e China, o enquadramento como “emergente” não condiz com a posição real de ambos entre as maiores potências, nos restritos fóruns econômicos (G 8, no caso da Rússia) ou da China cotada para alcançar a posição econômica hegemônica no mundo (alto PIB e taxas de crescimento), ultrapassando nos próximos anos os EUA, a partir da estratégia de abertura

econômica das Zonas industriais especiais); além de serem atuantes no reservado Conselho de Segurança da ONU, que decide política e militarmente os destinos do mundo.

Esta Tese quer ressaltar nesses dois gigantes continentais, por um lado, a longa história de socialização da base fundiária (MIR russos e aldeias camponesas chinesas) modernizadas nas experiências socialistas, sem destruir a propriedade social da terra, cooperativada (kolkhose na Rússia ao lado das fazendas estatais e comunas chinesas), e, por outro lado, a manutenção da pequena propriedade camponesa, que também vem se modernizando com uma mecanização de pequeno porte adaptada ao tamanho dessas unidades produtivas, o que aponta para uma mobilização de forças produtivas no campo, ainda eclipsada, no caso chinês pelo recente e fulminante desenvolvimento industrial (que tem se beneficiado de uma migração em massa de parte da força de trabalho do campo extremamente barata).

Destaca-se também o processo indiano de reforma agrária, que tinha uma estrutura fundiária forte 0,63 (1954) que havia melhorado para 0,59 (1961), no entanto em 1972 seu governo tomou a decisão radical de definir o limite máximo em 21,9 hectares. Esse terceiro país continental, como o Brasil, a partir da democratização da base fundiária vem potencializando uma imensa força de trabalho para a agricultura de autoconsumo e produção de excedentes para o mercado.

Essa digressão sobre a via de desenvolvimento econômico-social do campo adotada pelos chamados “emergentes” coloca o Brasil numa posição isolada de manutenção e agravamento de uma estrutura fundiária altamente concentrada, que desperdiça recursos humanos no campo e se mantém no tradicional papel de exportador de “*comodities*” agrícolas – alimentos, como carnes, café e açúcar e insumos para produção/ração animal – milho e soja, além de combustível – etanol (de cana), sem resolver as questões de soberania e segurança alimentar da sua população que são preocupações mundiais crescentes na atualidade.

Dentre os países latino-americanos que realizaram medidas verdadeiramente redistributivas da terra segundo Gomes da Silva (1971): o México é o país latino-americano mais antigo nessa tentativa desde a revolução camponesa do começo do século XX, embora frustrada, o que se reflete na fortíssima concentração fundiária, com índice de Gini de 0,96 (1930), todavia realizou uma reforma agrária que teve repercussões nesse índice que baixou para 0,69 (1960).

Dentre os países da América central e Caribe, Cuba representa o caso latino-americano mais radical porque as três etapas de reforma agrária se deram no bojo de uma revolução socialista com forte participação camponesa. A estrutura fortemente concentrada, com índice de Gini de 0,79 (1945) da ilha foi profundamente alterada entre 1959 a 1963, quando se adotou o limite máximo de 67 hectares para a propriedade individual que está vinculada a estruturas econômico-sociais e políticas cooperativadas (CPAs e CCSs), além das empresas estatais e até hoje o governo continua tomando medidas para a redistribuição de terras ociosas ou de baixa produtividade dessas últimas (diante da crise do bloco socialista) incentivando o campesinato (CCSFs)³⁴³.

Duas outras experiências de reforma agrária se deram no bojo de revoluções de caráter popular. El Salvador no bojo da revolução de 1980 definiu o limite máximo da terra em 500 hectares. A Nicarágua que tinha forte concentração fundiária, com índice de Gini de 0,76 (1950) também definiu em 1981 que o tamanho máximo da terra em 700 hectares, após a vitória do “Movimento Sandinista de Libertação Nacional”, com forte base camponesa. Entre os quatro países latino-americanos que estabeleceram o limite máximo da terra, apenas a Nicarágua, apareceu no mencionado censo agropecuário mundial (FAO, 1996-2005), indicando que a última classe de área dos estabelecimentos agrícolas é de até 350 hectares. Honduras com índice de Gini de 0,70 (1952) e Panamá com índice de 0,74 realizaram reformas agrárias, esta última também “pela espada”.

Na América do Sul, o Peru que tinha uma estrutura fortemente concentrada com índice de Gini de 0,88 (1950) adotou em 1969 o limite máximo da terra em 150 hectares. No caso do Chile diante de uma fortíssima concentração fundiária com índice de 0,94 (1936), Gomes da Silva (1971) identificou uma experiência de reforma agrária conduzida por organização privada, questionando que só o governo pode atingir a massividade e tempestividade requerida numa reforma agrária verdadeira³⁴⁴ que altere a estrutura fundiária de forma abrangente.

Países sul-americanos com concentração fundiária fortíssima, representadas pelos índices de Gini como: Bolívia com 0,94 (1950), Venezuela com 0,91 (1956) e o

³⁴³ CPAs- cooperativas de produção; CCSs – cooperativas de comercialização e serviços; CCSFs – cooperativas de comercialização e serviços fortalecidas, com apoio à agregação de valor aos produtos agropecuários via agroindustrialização.

³⁴⁴ Gomes da Silva, 1971, p. 40 sobre o projeto do instituto de promoção agraria do Chile e p. 44 sobre incremento de produtividade.

Equador com 0,86 (1954) fizeram reformas agrárias, respectivamente em 1952; em 1959, e o Equador (sem data) foi “pela espada”. Interessa ressaltar nos três países que a democratização da terra parcial não foi suficiente para a pretendida democratização da sociedade em experiências recentes de governos com forte base popular no chamado processo “do socialismo do século XXI”, aprofundando a transformação da estrutura fundiária, atendendo no caso boliviano, à constituição do novo Estado multiétnico (das várias nações indígenas com raízes pré-colombianas), no caso venezuelano do Estado Bolivariano e do Equador (com forte base popular). No último país todo o processo social em curso se reflete em sua posição nos últimos “*rankings*” de outro índice crescentemente valorizado desde 2002 – o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, muito a frente do Brasil.

Gomes da Silva (1971) recuperou do sociólogo colombiano Antônio Garcia, em sua “Dinâmica de las Reformas Agrárias en América Latina”, de 1969, os dois tipos de reformas agrárias que vinham ocorrendo nos países latino-americanos até o final da década de sessenta: as estruturais, quando resultavam de transformações revolucionárias³⁴⁵, fundamentadas na substituição ou alteração profunda das relações tradicionais de poder, modificando as regras institucionais da sociedade tradicional. Garcia, também se referiu às reformas convencionais, quando formavam parte de uma operação negociada entre as velhas e as novas forças sociais, objetivando modificar o monopólio latifundista, sem mudar as relações sóciojurídicas mais amplas.

Havia ainda um terceiro processo que Garcia chamou inicialmente de reforma agrária marginal, quando não se perseguia a ruptura do monopólio da terra, mas tão somente uma reparação superficial dessas estruturas de modo a desviar a pressão camponesa e a pressão nacional, apoiando-se no sistema tradicional de partidos e na institucionalidade da sociedade tradicional; mas posteriormente caracterizou-a como “contrarreforma agrária”, o que foi corroborado por Gomes da Silva (1971) e por este estudo. Nesse último tipo se enquadram as propostas reformistas agrárias do Banco Mundial/ONU.

³⁴⁵ A História mundial registrou exemplos isolados de reforma agrária na antiguidade ocidental e na idade média oriental e diversas reformas agrárias ocorridas nos séculos XVIII, XIX e XX no bojo de processos revolucionários conduzidos pela burguesia, pelo proletariado e pelo próprio campesinato, ou conduzidas pelos governos, como “as reformas da espada” que os EUA implantaram no Japão, além de outros países asiáticos no segundo pós-guerra.

Há mais de meio século a FAO/ONU aponta a reforma agrária dentre as propostas para os países periféricos, mas coloca sob esse conceito tanto as políticas fundiárias com caráter meramente distributivo (distribuição de terras públicas, colonização), quanto às de caráter redistributivo (desapropriatório dos latifúndios), na medida em que o foco estava no incremento da produção agrícola, que fornecesse matérias primas e alimentos que apoiariam o processo de industrialização, tirando do “atraso”, países subdesenvolvidos. Seu pressuposto era que só o processo de crescimento econômico capitalista, com a integração dos camponeses aos CAIs, superaria a pobreza absoluta, criando uma classe média no campo, ou um mercado consumidor para os produtos industrializados (insumos produtivos, máquinas e bens de consumo duráveis), cujas mercadorias diminuiriam o peso dos alimentos nos salários urbanos, tornando esses trabalhadores inserindo-os também no mercado de bens de consumo duráveis, seguindo o caminho dos países desenvolvidos, num ciclo virtuoso.

Nos exemplos onde de fato isso foi alcançado não se menciona que foi um processo totalmente controlado pelo Estado (*Welfare State*), como demonstrou Abramovay (1992). Desde que se tornou impossível contornar a crise, vem sendo gradualmente desmontado, com fortes resistências, o suporte institucional que garantiu a coordenação central da produção agropecuária disseminada, feita em base fundiária desconcentrada e descentralizada e sua exportação fortemente protegida por medidas protecionistas, bem como o nivelamento da distribuição de renda entre campo e cidade. Se o discurso ultraliberal (neoliberal) dos governos americanos e da União Europeia, de fato se tomar um redirecionamento de políticas de desenvolvimento econômico os agricultores familiares vão se defrontar diretamente com a lei férrea da oferta e da procura em termos mundiais.

Para o Terceiro Mundo recentemente o Banco Mundial propôs a versão neoliberal da reforma agrária – a chamada “reforma agrária de mercado”, na qual o Estado é apenas o intermediário entre compradores e vendedores interessados na compra de terras, no mercado, fornecendo o crédito fundiário.

Essa proposta despreza toda a discussão ética e jurídico-política acumulada, sobre o fato da estrutura fundiária altamente concentrada representar uma injustiça social que fere o princípio da função social da terra que se tornou diretriz nas constituições mais avançadas do mundo.

É a distribuição³⁴⁶ a razão de ser da economia política (David Ricardo), isto é, a parte da riqueza socialmente produzida que todos os grupos sociais se apropriam. Para a crítica da economia política, dialeticamente, a distribuição tanto sucede como pode preceder a produção, pois, a parte de cada classe (salário, lucro, juro, renda da terra) na riqueza socialmente produzida, se dá conforme sua posição no processo global de produção, a partir de relações de propriedade previamente definidas pelas gerações anteriores (Marx). A reforma agrária tem potencial para alterar não apenas a distribuição pessoal, mas a distribuição funcional da renda, na medida em que toca na redistribuição da riqueza (a terra), tanto como meio de produção fundamental (democratização do acesso ao solo), quanto como propriedade fundiária (que se articula com relações sociais de produção e de poder), por isso sua efetivação passa por determinado desfecho da luta de classes, que implique na democratização da sociedade e do Estado e, por conseguinte da alteração de todo o modelo de desenvolvimento econômico-social.

Gomes da Silva (1971) explicitou analiticamente as adjetivações do conceito como o conjunto de objetivos que a reforma agrária integral deve perseguir. Por ser um processo, a reforma agrária implica numa série ordenada de atos sucessivos, imediata e delimitada no tempo, não podendo arrastar-se indefinidamente “frustrando esperanças dos homens”. Trata-se de um processo amplo (massivo) que deve beneficiar uma parte significativa da população sem terra, não se limitando a projetos-piloto ou empreendimentos isolados. A agricultura reformada não pode apenas constituir uma transitória concessão, para acalmar a inquietação camponesa, ao contrário, a drasticidade incorporada ao conceito refere-se à necessidade dela apresentar características estruturais diferentes do *status quo* anterior modificado, mediante a efetiva redistribuição dos direitos sobre a propriedade rural, sendo a modificação do regime de posse, uso e gozo da terra a essência do processo reformista.

6.2 O Brasil na Contramão da Democratização da Terra

³⁴⁶ Para a economia política a distribuição como uma das etapas do ciclo produtivo, é vista de forma linear como a renda resultante da produção realizada na troca, que viabiliza o consumo.

Em meados do século XX o Brasil ainda estava na contramão dos outros países com forte concentração fundiária devido à opção de desenvolvimento rural que se coadunava com o papel reservado para a agricultura no conjunto da política macroeconômica, o que levou ao agravamento da concentração fundiária. Para Gomes da Silva (1971), desde a década de 1950, o país já apresentava uma estrutura fundiária concentrada, com índice de Gini de 0,84 que permaneceria fortemente concentrada na segunda metade do século XX.

6.2.1 O Descumprimento da Diretriz Constitucional da Função Social da Propriedade da Terra Compromete a Massividade da Reforma Agrária no Brasil

A estrutura fundiária altamente concentrada representa uma injustiça social, que fere o princípio da função social da terra, diretriz constitucional brasileira desde 1934 (há 80 anos) que tem como objetivo assegurar o direito humano a milhões de sem terra. Em contraposição ao reformismo liberal da ONU que passou a defender a “reforma agrária de mercado”, a reforma agrária integral ou autêntica, conforme definição de Gomes da Silva (1971), corroborada nesta Tese, deve se pautar nesse princípio. O direito positivo que coloca a função social da propriedade como diretriz constitucional atual (1988), é reiteradamente negado pelos latifundiários e escamoteado da opinião pública pela mídia, não é enfatizado no discurso governamental (sempre zelando por sua governabilidade), nem pela Justiça (cega como defensora da Lei Máxima do país e sua efetivação para todos) nem pelo Legislativo, que os parlamentares ruralistas tentam repetidas vezes alterar.

Há meio século, desde a Constituição de 1946, o instrumento legal de desapropriação por interesse social (viabilizada pelos Títulos da Dívida Agrária – TDAs para indenização da terra desapropriada e indenização em dinheiro das benfeitorias), é o único que potencializa a transformação estrutural da realidade agrária através da redistribuição fundiária, na medida em que “o latifúndio desapropriado é entregue aos sem terra”. No entanto, essa opção pela desapropriação por interesse social na forma como vem sendo realizada no país é comprometida tanto na massividade quanto na drasticidade (imediatez e delimitação no tempo)³⁴⁷.

³⁴⁷ Desde 1860 a Agricultura estava na alçada da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; que na República tornou-se o Ministério da Indústria, Viação e Obras

A reforma agrária tornou-se política pública federal com o I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, lançado na plenária de trabalhadores rurais, no IV Congresso Nacional da CONTAG, em 1985, cujo respaldo legal ainda era o “Estatuto da Terra”, de 1964 (dos militares)³⁴⁸, num contexto de ampla mobilização popular pela redemocratização do país. José Gomes da Silva, então presidente da ABRA, que coordenou a elaboração do plano foi convidado a ser ministro do recém-criado Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD, pelo Decreto nº 91.214 de 30/4/85. Porém ao divergir da versão final do plano oficial publicada (MIRAD, 1985), gerou-se uma crise que implicou na sua renúncia do Ministério, voltando a atuar ao nível da sociedade civil, na ABRA. José Roberto Novaes (1987) problematizou o I PNRA.

A implantação da reforma agrária, nos cinco anos desde o I PNRA foi morosa porque envolveu processos individuais de desapropriação que passam por uma série de obstáculos: dificuldades técnicas do INCRA, índices técnicos desatualizados, burocratização, batalhas judiciais até serem um a um assinados pelo Presidente da República, criando um abismo crescente entre a demanda, o planejamento e a execução, comprometendo sua massividade e intempestividade.

A tabela seguinte faz um recorte da primeira fase da reforma agrária no Brasil, os dez primeiros anos de implantação do I PNRA. No governo Sarney, o número de famílias assentadas por ano variou de aproximadamente 12 a 32 mil, sob o efeito inicial do I PNRA, totalizando mais de oitenta mil famílias nos cinco anos de governo.

Celso Frederico Marés (PFE/INCRA, 2011) mencionou que os senões, imprecisões, exceções que os constituintes conservadores da bancada ruralista ligada à CNA e à UDR conseguiram introduzir na Carta Magna de 1988, a imposição de que as diretrizes constitucionais para serem efetivadas dependeriam de nova legislação ordinária, que demoraria cinco anos para ser promulgada, além de ambiguidades que passaram ao texto da lei regulamentadora de 1993.

Públicas, transformado em 1909 em Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1930 se autonomizou como Ministério da Agricultura. Mas, apesar dos avanços legais a reforma agrária até o início da década de oitenta estava excluída das ações ministeriais, apesar da criação de institutos como o IBRA e posteriormente o INCRA em 1971. O Ministério Extraordinário para Assessoria Fundiária - MEAF foi criado apenas em 1982 e regulamentado pelo Decreto nº 87.457/82, para fazer cumprir o Estatuto da Terra (1964).

³⁴⁸ Nobre, Miele e Zavaris (1985) problematizaram a reforma agrária, do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504 de novembro de 1964, comparando-o com a proposta de reforma agrária dos trabalhadores (CONTAG e CUT), 21 anos depois, num momento que antecedeu ao lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária - I PNRA (MIRAD, 1985).

No governo de Collor e de Itamar (1990-1994) houve um freio ainda maior na política de assentamentos. O mandato de Fernando Collor de Mello (1990-1992) representou uma desarticulação da política de reforma agrária. O MIRAD foi extinto pela Medida Provisória – MP nº 291/89 transformada na Lei nº 7.739 de 16/3/1989 e o INCRA, após fechamento por meses, foi incorporado ao antigo Ministério da Agricultura (tradicional braço institucional da burguesia agrária). Foi desconsiderado o I PNRA e nem foi pensado qualquer novo plano de reforma agrária.

Tabela 11 Famílias Assentadas por Ano no Brasil – INCRA - 1985 – 1995.

Ano	Número de famílias assentadas	Conjuntura
1985 – I PNRA	-	SARNEY
1986	12.211	
1987	32.790	
1988	23.853	
1989	13.470	
Subtotal 1985-1989	82.324 +	
1990	12.875	COLLOR ITAMAR
1991	14.939	
1992	23.630	
1993	4.268	
Mai 1994	4.523	
Subtotal 1990 – 1994	60.235 +	
Subtotal 1986 – 1995	139.223 +	Total 1.123 PAs

Fonte: Dados do INCRA na agenda do MST, 1996. Os sinais de (+) reconhecem que os dados não estão completos e o número de famílias assentadas é maior.

Todavia as pressões dos movimentos sociais exigiram que a reforma agrária fosse recolocada como prioridade entre as ações do governo federal o que resultou na renomeação do Ministério da Agricultura enquanto Ministério da Agricultura e Reforma Agrária – MARA, pela MP nº 150 transformada na Lei nº 8028 de 12/4/1990, assumindo a reforma agrária e a irrigação. O número de famílias assentadas variou entre 12 e 23 mil famílias/ano, da mesma forma que no governo anterior.

A instabilidade geral do governo Collor culminou com o *“Impeachment”* do Presidente da República, em 1992, assumindo o vice-presidente Itamar Franco, que deu continuidade ao mandato em meio à crise política, centrando as ações na mudança da política monetária (Plano Real, em 1994). No entanto cedendo às pressões dos movimentos sociais do campo recolocou a reforma agrária na pauta

institucional. Houve nova renomeação ministerial com o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária – MAARA, em dezembro de 1992.

No plano legislativo, afinal depois de meia década atrasando a reforma agrária, foram regulamentadas as diretrizes constitucionais na “Lei Agrária” e na “Lei do Rito Sumário”, sancionadas pelo Presidente, em 1993, sem efeitos imediatos. A lei agrária foi analisada por Eliano Sergio L Lopes (1993) em seu artigo “Com a Lei do Itamar, a Reforma Agrária vai andar?”. Os dados respondem negativamente à pergunta feita pelo autor. Nos dois anos da política de assentamentos de Itamar o ritmo decresceu violentamente registrando apenas 4000 famílias/ano. A totalização dos dois mandatos somou pouco mais de 60 mil famílias, 20 mil a menos em comparação com o governo Sarney.

No governo FHC I – 1995-1998, não se fez menção ao I PNRA nem foi elaborado um novo plano nacional de reforma agrária, ao contrário essa expressão conceitual não foi mais utilizada como política desse governo para o meio rural, o que também se refletiu na denominação do Ministério responsável pela mesma: no seu primeiro mandato foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária pelo Decreto nº 1889/96; transformado no início do segundo mandato em Ministério de Política Fundiária e Agricultura Familiar pela MP nº 1911/99 alterado pela MP 1913/99. Mais uma vez esse ministério foi renomeado para Ministério do Desenvolvimento Agrário, instituído pelo Decreto nº 3.338/2000.

Nesse mesmo período consolidando a dualidade das políticas agrárias e agrícolas em relação ao recorte das classes do campo como público-alvo, o governo FHC incorpora no Ministério da Agricultura outros setores ligados ao agronegócio (transversal á antiga divisão dos setores econômicos em primário, secundário e terciário) ao renomear o ministério da Agricultura como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, pela MP nº 2216-37 de 31/8/2001, incluindo as atividades industriais, comerciais e de transporte.

O número de famílias assentadas totalizou nos dois mandatos 540 mil famílias assentadas, 6,5 vezes mais do que Sarney tinha realizado em cinco anos; 9 vezes mais do que Collor-Itamar em quatro anos e quase 4 vezes mais que todos os assentamentos realizados nos 9 anos desde 1985.

Tabela 12 Famílias Assentadas por Ano no Brasil – INCRA - 1995 – 2002.

Ano	Número de famílias assentadas	Conjuntura
1995	42.912	FHC I
1996	62.044	
1997	81.944	
1998	101.094	
Subtotal 1995 – 1998	287.994	
1999	85.226	FHC II
2000	60.521	
2001	63.477	
2002	43.486	
Subtotal 1999- 2002	252.710	
Subtotal FHC 1995-2002	540.704	

Fonte: Dados do INCRA divulgados na notícia do Globo, 30 de janeiro de 2014. “Número de Famílias assentadas sobe, mas é menor que de anos FHC e Lula”.

É relevante fazer a comparação interna da política de assentamentos do primeiro para o segundo mandato de FHC, porque enquanto o primeiro cresceu ano a ano o número de famílias assentadas de 43 para 101 mil famílias/ano, totalizando quase 288 mil famílias; no segundo mandato, ao contrário decresce ano a ano variando entre 85 e 43 mil famílias/ano o que chegou a uma totalização de 252 mil. Esses números se explicam pela opção pela “reforma agrária de mercado” (Banco da Terra), remunerando via compra pelo governo da parte que os latifundiários estivessem interessados em vender (em geral o pior solo e localização), que seria ressarcido pelos beneficiários, em substituição à desapropriação por interesse social, dentro da concepção neoliberal, do “Novo Mundo Rural”.

Na disputa acirrada do governo FHC para esvaziar a influência do MST, além do recrudescimento da violência, foi divulgada na mídia o cadastramento individual dos demandantes de terra pelo correio ou junto ao INCRA. Mas os movimentos sociais e a opinião pública não acompanharam o que ocorria por dentro do governo no sentido de desmontar o pouco que tinha sido conquistado em termos de embasamento legal para a reforma agrária. A publicação do livro dos Procuradores Federais do INCRA, que comentam cada um dos artigos da “lei agrária”, trouxe a público, como a referida “lei” foi descaracterizada. O mencionado procurador Celso Frederico Marés, ao prefaciá-lo referido livro (BRASIL/PFE-INCRA, 2011), revelou que o texto legal da “lei agrária”, de 1993, na verdade, foi sucessivamente alterado, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, impondo supressões e condições para ser aplicada, com a intenção de desfigurá-la, por meio de inúmeras Medidas Provisórias, desde a MP nº 1.577/1997 e suas reedições até a MP nº 2.183-56/2001,

atualmente em vigor, por força da Emenda Constitucional nº 32/2001 (art.2), portanto, nessa condição precária se mantém:

Nenhum outro dispositivo, princípio ou instituição da Constituição brasileira de 1988 é tão reticente enquanto a sua autoaplicabilidade do que a reforma agrária. Os artigos, para serem aplicados, exigem lei e, alguns, mais de uma. **A lei foi, alguns anos depois substancialmente alterada por medida provisória [...] A medida provisória, que já estava na 56ª edição em 2001, quando a Emenda Constitucional nº 32 interrompeu as sucessivas edições e manteve definitivamente provisória as reedições anteriores, alterou substancialmente a lei nº 8.629/93. (BRASIL/PFE-INCRA, 2011, p. 18, grifos nossos).**

Referindo-se ao conteúdo do texto original da lei e das alterações feitas o prefaciador elucida os interesses conflitantes que existem por trás do processo de elaboração de uma lei dessa natureza:

Esta lei, **mudada pela medida provisória**, é o objeto dos comentários deste livro. A lei, a de antes e a alterada, é uma **mistura de interesses e submissões**: se, por um lado, traça loas à reforma agrária, por outro, cria mecanismos que dificulta sua realização. Se fosse lida apenas a partir de **interesses privados**, poderia ser entendida como uma **lei contra a reforma agrária**, mas não poderia sê-lo porque **a constituição é a favor**, por isso é preciso modular o Direito inscrito nessa lei, de acordo com **os princípios e o sistema** e não contra eles. Dura missão do jurista comentarista. Todo cuidado é pouco. Mas a tarefa foi cumprida, com grandeza e equilíbrio, pelos procuradores e procuradoras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nesta obra. Essa era uma tarefa que só poderia ser cumprida por esses **juristas**, os encarregados não só de pensar, juridicamente, a política pública, chamada reforma agrária, **colocando em prática a lei que a concretiza**, mas, sobretudo, de **defendê-la em juízo**. (BRASIL/PFE-INCRA, 2011, p.19, grifos nossos).

Várias artimanhas são esclarecidas pelos Procuradores (BRASIL/PFE-INCRA, 2011, p. 324 e 325) a respeito do procedimento desapropriatório, a Medida provisória nº 2.183-56 de 2001, que altera a Lei 8.629/93, aumenta as exigências de procedimento de comunicação prévia e escrita ao proprietário ou seu representante, que contradiz “o rito sumário”, retirando qualquer eficácia da lei processual complementar (Lei Complementar - LC 76/93). Também afrontam a presunção de legitimidade dos atos administrativos, tanto do decreto presidencial como todo o processo administrativo – laudo de vistoria etc do INCRA que tem a atribuição legal de aferir o cumprimento da função social da propriedade rural por meio de

procedimento contraditório especial de rito sumário (art 184 CF 88 e 1º LC 76/93) necessária contemporaneidade da perícia judicial e da perícia administrativa.

Dessa forma, continua Marés, os legisladores podiam contar com “[...] a interpretação dos Juízes, Tribunais e do próprio Poder Executivo que fariam do texto letra morta, transportando a esperança anunciada na Constituição para o velho enfrentamento diário das classes dominantes, onde a lei é sempre contra.” (BRASIL/PFE-INCRA, 2011, p. 25).

Por fim, apesar da “ocupação”, como instrumento de pressão legítimo dos movimentos populares sobre o Estado de Direito Democrático, visando a implantação de programa constante na Constituição de 1988, ter sido reconhecida pelo STJ, em julgamentos desde 1996, 1997, FHC introduziu por meio da referida MP de 2001, duas cláusulas impeditivas da desapropriação por interesse social, a revelia da Constituição e da Lei Agrária, que atingiram diretamente os movimentos sociais de luta pela terra: a proibição de vistoria, avaliação ou desapropriação por dois anos dos imóveis de domínio público ou particular “objeto de esbulho possessório ou “invasão” motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo” (art 2º, parágrafo 6º) e a penalização com exclusão do programa de reforma agrária de assentado ou pretendente identificado como participante de ocupações de propriedades ou prédios públicos e com o impedimento de repasse de recursos públicos aos movimentos sociais que dirigisse ou apoiasse tais ações (parágrafo 7º). Por fim previa a apuração de responsabilidade civil e administrativa por omissão que propiciasse o descumprimento dessas vedações (parágrafo 6º).

Tais medidas criaram obstáculos quase intransponíveis para a continuidade da reforma agrária que exigiram intensa batalha judicial de diversos casos concretos, até que o STF consolidasse interpretação da validade dessa norma, apenas se houvesse nexo causal entre a ocupação e o estado de improdutividade do imóvel vistoriado pelo INCRA, considerando-se a área ocupada e sua localização e o tempo de ocupação. Os Procuradores Federais do INCRA ressaltam que:

não obstante a lei utilizar o termo “invasão”, para os movimentos sociais **há uma diferença entre ocupação e invasão**. Nesse sentido, a **ocupação é um movimento de reivindicação pela implantação da reforma agrária** enquanto que a invasão é um movimento de quem pretende tirar (subtrair) algo de alguém, sem a devida compensação. (BRASIL/PFE-INCRA, 2011, p.45/46).

Luís Inácio Lula da Silva, eleito por uma ampla base social popular da qual fazem parte os movimentos sociais do campo, em torno de um programa democrático-popular de desenvolvimento nacional (econômico e social), para o mandato presidencial de 2003-2006, recolocou a reforma agrária em seu discurso de posse como medida estrutural articulada com a antiga proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para o País (Instituto Cidadania, 2001) transformada em eixo do programa do governo federal – Fome Zero, articulado por uma secretaria diretamente vinculada à Presidência da República, coordenada por José Graziano da Silva.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi ver revogado pelo Decreto nº 4.723/03 e recriado com o mesmo nome, mas com competências redefinidas. Havia um grande acúmulo de experiência reflexiva sobre a reforma agrária registrado em resoluções gerais e em documentos específicos do coletivo agrário do PT, do núcleo agrário parlamentar do partido, assessorados por Gerson Teixeira (atual presidente da ABRA) e Rolf Hagenbart (que se tornaria presidente do INCRA nesse primeiro mandato presidencial).

Houve intensa mobilização de militantes da reforma agrária acompanhando a articulação de estudiosos de renome nacional, dentre eles o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira e o sociólogo José Juliano de Carvalho Filho, para elaborar a proposta do II Plano Nacional da Reforma Agrária – II PNRA, sob a coordenação do então presidente da ABRA, Plínio Arruda Sampaio (SAMPAIO, 2003), juntamente com a equipe técnica do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, discutida com os movimentos sociais do campo.

Todavia, um mês depois, quando foi publicado o II PNRA (MDA, 2006), apresentado pessoalmente pelo Presidente e pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, diante da plenária da “Conferência da Terra”, promovida pelo Fórum Nacional Reforma Agrária e Justiça no Campo - FNRAJC, ficaram evidentes as substantivas diferenças entre a proposta original (de outubro de 2003) e o plano oficial, sobretudo as reduções drásticas nas metas de assentamento para quatro anos, que caíram de 1 milhão, para 400 mil famílias (por desapropriação) complementada por outras medidas, inclusive o crédito fundiário (compra da terra), que comprometia o aspecto central da proposta – a massividade da reforma agrária. Apesar disso, a sociedade civil organizada procurou influenciar a elaboração dos

planos regionais de reforma agrária³⁴⁹, que, em Sergipe, se deu de forma bastante participativa, registrando-se a presença de mais de cem entidades populares.

Tabela 13 Famílias Assentadas por Ano no Brasil – INCRA - 2003 – 2013.

Ano	Número de famílias assentadas	Conjuntura
2003	36.301	LULA I
2004	81.254	II PNRA (nov.2003)
2005	127.506	
2006	136.358	
Subtotal 2003 – 2006	381.419	
2007	67.535	LULA II
2008	70.157	
2009	55.498	
2010	39.479	
Subtotal 2007 – 2010	232.669	
Subtotal 2003-2010	614.088	
2011	22.021	DILMA
2012	23.075	
2013	30.239	
Subtotal 2007 – 2013	75.335	

Fonte: Dados do INCRA divulgados na notícia do Globo, 30 de janeiro de 2014. “Número de Famílias assentadas sobe, mas é menor que de anos FHC e Lula”.

Observa-se na tabela 13 que no primeiro mandato de Lula o número de famílias assentadas por ano foi crescente, variando de 36 a 136 mil, superando os melhores resultados de FHC, tanto no número de famílias/ano quanto na totalização. No entanto, o resultado de 381 mil estava abaixo da própria meta de assentamento do plano oficial (400 mil) para o primeiro mandato.

A situação piorou no segundo mandato de Lula com número de famílias/ano decrescente. Nos dois primeiros anos o número de 67 e 70 mil famílias/ano, representava a metade em relação ao último ano do período anterior do próprio governo, sendo que nos dois últimos anos 55 e 40 mil, igualou-se aos piores números família/ano de FHC, embora ainda tenha alcançado maior totalização geral com mais de 614 mil famílias assentadas.

Para se compreender os obstáculos ao avanço da reforma agrária, é preciso refletir sobre a falta de vontade política de fazer um enfrentamento mais direto com os latifundiários, que garantiam o superávit da balança de pagamentos do país, com a exportação de *commodities*, ao contrário, o governo de coalização (de partidos e

³⁴⁹ No II PNRA uma centena de pessoas representativas de movimentos sociais e entidades de apoio participou da elaboração do diagnóstico e propostas para o II PNRA a partir de 2003 até 2005, coordenado pela profa Neilza Barreto da UFS. Houve participação da autora na equipe do INCRA-SE de sistematização final do plano e na avaliação em Brasília.

classes) é consolidado com a representação direta de cada segmento no respectivo ministério como o presidente da OCB representando as entidades patronais promotoras do agronegócio, também articulador da mencionada Frente Nacional da Agricultura e Consagro alçado ao Ministério da Agricultura.

Com relação às bases legais permanecia em vigor no governo Lula a MP de 2001 (de FHC). O INCRA não possuía até 2011, normativo interno que disciplinasse o dispositivo da referida MP a respeito das punições em caso de “ocupação” de propriedades. O Despacho PFE/INCRA/CGA/nº 309/2009, aponta para processo administrativo conforme a lei nº 9.784/99, questionando que ele implica em punição permanente, vedada constitucionalmente, o que vinha sendo acatado pelo STF e STJ.

Um levantamento da PFE/INCRA constatou pelo menos 220 processos de desapropriação obstruídos na justiça atingindo 11.000 famílias, publicados no artigo “Reforma Agrária - Por que não anda?” na Revista Carta Capital de 30 de janeiro de 2008, denunciando como entraves a postura do judiciário, dado que os juízes não aplicam o rito sumário e a defasagem dos índices de produtividade agrícola que dificultam a implantação da reforma agrária no país.

O DATALUTA (2010) divulgou um total de 8.620 assentamentos rurais desde 1979 até 2009, nos 30 anos de ações fundiárias (incluindo colonização e reforma agrária), período no qual 1.015.918 famílias passaram a ter acesso à terra.

Dilma Rousseff, quando assumiu a Presidência da República, para um mandato de 2011 a 2014, também não mencionou um ajustamento das metas do II PNRA, ou um plano nacional do seu governo, tratando desse assunto no plano interno do INCRA. Os números de assentamento de famílias, embora tenha sustentado um ligeiro crescimento de um ano para o outro, nos três anos avaliados, começa num patamar muito abaixo do pior desempenho do governo Lula, confirmando a tendência de queda, variando entre 22 e 30 mil famílias/ano, semelhante ao ritmo de Sarney e Collor-Itamar, nos seus melhores anos, e um resultado parcial total de 75 mil famílias, que não permite comparação por ser um resultado parcial.

A partir da soma dos subtotais especificamente dos assentamentos de reforma agrária (INCRA) de cada conjuntura presidencial, entre 1985 e 2013 chega-se à totalização de 1.372.686 famílias assentadas. Esse total obtido ao longo de 28 anos superou em pouco mais de três centenas de famílias a meta da proposta do II

PNRA para apenas 4 anos de governo, o que demonstra o gradualismo, que só não foi totalmente parelizado pelas pressões da luta de classes no campo. Dessa forma nos doze anos de governo do PT apesar de um bom desempenho inicial a reforma agrária foi sendo esvaziada.

Faendo um balanço geral do contexto atual de mundialização do capital, após mais de três décadas de implantação do receituário neoliberal ortodoxo de política macroeconômica e de gestão pública, nos países centrais as contradições do modo de produção capitalista se tornam mais evidentes, chegou-se quase a uma unanimidade entre diversos órgãos da ONU – FAO, PNUD, UNICEF e pelo próprio Banco Mundial, de que a desigualdade social entre países centrais e periféricos aumentou, e dentro de cada país (inclusive dos mais ricos) e criaram-se novas formas de exclusão a partir da insegurança no trabalho e do desemprego estrutural junto àqueles que jamais foram incluídos no desenvolvimento, agravando a pobreza, a miséria e a fome em escala planetária.

Os países, latino americanos se destacam negativamente em desigualdade social, particularmente o Brasil após mais de duas décadas de submissão aos ditames do FMI e Banco Mundial adotando o mencionado receituário neoliberal nas suas políticas macroeconômicas, sobretudo a partir de FHC³⁵⁰, sem ter sido alterada nos governos liderados pelo PT, calcada num enxugamento orçamentário em função de um “superávit primário”, isto é, recursos do Tesouro Nacional reservados para pagar a Dívida Pública com credores internacionais e nacionais, prejudicial aos investimentos e às políticas públicas.

A diferença entre o governo do PSDB e do PT é que o primeiro assumiu e implantou o receituário neoliberal ortodoxo, enquanto o último vem tentando implantar de forma ambígua algumas políticas neoliberais mesclada com uma versão muito moderada de política econômica heterodoxa³⁵¹ – ao defender e manter

³⁵⁰ Retirada do Estado da regulamentação da economia, liberalizando os fluxos do capital financeiro; privatização de grandes empresas industriais estatais, inclusive de setores estratégicos de cada país, não raro assumidas por grandes corporações multinacionais; Na fase mais recente do desenvolvimento capitalista monopolista, a da mundialização do capital (financeirização da riqueza) ocorre mais uma crise de acumulação, sobretudo dos países mais industrializados, a partir de 1975, que transformaram os anos 80 na “década perdida”, provocando a crise fiscal do Estado social; buscando-se solução nas idéias econômicas ultraliberais (que faziam oposição a Keynes na década de 1940 - Friedmann e Hayek) colocadas em prática pelos governos Thatcher (Inglaterra) e Reagan (EUA).

³⁵¹ Dado que no contexto internacional a teoria keynesiana foi considerada superada, os intelectuais ligados ao governo têm dificuldade de definir qual é a fundamentação teórica da política de desenvolvimento econômico e social dos governos do PT, marcada pela ambiguidade, em alguns

o papel interventor do Estado na regulação da vida econômica, para sustentar o mercado interno,³⁵² utilizando os bancos oficiais (BB, Caixa Econômica Federal e BNDES) como instrumentos ainda eficazes da política governamental induzindo certa concorrência com o sistema financeiro privado. Contudo na divisão internacional do trabalho o país só encontra lugar como exportador de *commodities*, que criou uma crescente dependência do governo do desempenho do setor agrário-exportador (na balança comercial), de onde o país captava receitas equilibrando a balança de pagamentos, o que torna os principais inimigos dos movimentos sociais do campo pró-reforma agrária pilares de sustentação do próprio governo, que procura conciliar interesses liberando recursos para fortalecer a agricultura familiar (que tem articulações com o agronegócio), em nome da soberania alimentar, porque ela garante o abastecimento alimentar da população brasileira, enfrentando os problemas da agricultura enquanto problemas agrícolas, procurando evitar a explosiva questão agrária.

Foi se tornando consenso, inicialmente que os índices técnicos em vigor cujos parâmetros de produtividade foram estabelecidos na década de setenta do século XX, incorporados na Instrução Especial do INCRA nº 19 de maio de 1980, carecem de urgente atualização. Como foi previsto na Constituição Federal de 1988 (art 186, I) e na “lei agrária” de 1993 (art.11): “os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional pelo Ministro da Agricultura e Reforma Agrária”- MARA. A competência foi alterada posteriormente do MARA para os Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário- MDA e da Agricultura e do Abastecimento - MAPA, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola (MP nº 2.183-56 de 2001).

Mas tal revisão dos índices, que permitiria ampliar a possibilidade de obtenção de terras improdutivas para a reforma agrária, tem sido obstaculizada pelos interesses dos latifundiários no atual Ministério da Agricultura, Pecuária e

discursos e aspectos da sua implantação parece ser neo-keynesiana e em outros é francamente neoliberal.

³⁵² Os governos do PT mantém uma continuada política de sustentação de empregos formais, valorização do salário mínimo, democratização do crédito ao consumidor, além de manejar incentivos fiscais setoriais, que permitiu minimizar os impactos da crise internacional até 2014, e promove consistente política de transferência de renda (pela amplitude que alcançou não pode ser considerada “focalizada”, no entanto essa denominação é ainda pertinente pelo perfil do usuário extremamente pobre e pelo pequeno valor da renda transferida).

Abastecimento - MAPA e no Conselho Nacional de Política Agrícola. “A reivindicação sócio-jurídica pela revisão dos referidos índices e parâmetros é pauta de estudos de diversos segmentos da sociedade civil e também do Ministério Público Federal” (BRASIL/PFE-INCRA, 2011, p.127). A ABRA tem participado dessa batalha diretamente, contando com o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

O Congresso Nacional nesse período não alterou a fragilização da “lei agrária” de 1993, descaracterizada por sucessivas Medidas Provisórias até “ficar no limbo criado pelo parlamento em 2001; nunca foi convertida em lei, mas tornou-se definitiva. Portanto [...] é uma lei alterada por ato provisório destinado a durar para sempre” (BRASIL/PFE-INCRA, 2011, p.18). Os movimentos sócioterritoriais já propuseram o confisco das grandes propriedades flagradas pelo aparato policial militar com plantio de “psicotrópicos”, como prevê igualmente a Constituição de 88 e a “lei agrária”, porém, nenhuma desapropriação foi realizada. Ao contrário no âmbito parlamentar, a bancada favorável à reforma agrária tem sofrido derrotas: na definição do Código Florestal em torno da qual se assistiu a luta ferrenha dos ruralistas na atualização da lei ambiental no país (cada vez mais flexibilizada), para o seu favorecimento; nas novas abordagens da questão quilombola e indígena no Congresso Nacional que se volta para a redefinição de vários termos o que é índio, quilombola etc, com a atuação dos ruralistas procurando reverter seus direitos como povos tradicionais. Qualquer aspecto que possa representar avanço na reforma agrária enfrenta ferrenha oposição como na Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Terra, que os ruralistas aprovaram um texto alternativo ao do relator do PT, que se voltou para a criminalização do MST.

Por fim, não se pode deixar de mencionar o Judiciário, cujos processos internos não são transparentes para a opinião pública, via imprensa. O referido livro dos Procuradores Federais do INCRA (BRASIL/PFE-INCRA, 2011) também evidencia porque tantas batalhas processuais são perdidas “por minúcias” conceituais e técnicas a ponto de ser reivindicado um direito agrário autônomo, ouvidoria agrária, tribunal agrário etc.

Um dos mais flagrantes problemas de interpretação da Lei Maior do país, de 1988, em vigor, pelos juízes, como apontam os Procuradores Federais do INCRA é relativo à desapropriação das grandes propriedades rurais “que não cumprem a função social”, que sempre foi tratada de forma restritiva, levando em conta

unicamente a produção do imóvel, ou seja, se o imóvel era “improdutivo”. Por isso a polêmica está centrada na referida atualização dos índices de produtividade.

Jamais foram levados em conta os outros três elementos que configuram o descumprimento do princípio da função social da terra. Pela observância global desse princípio as grandes propriedades improdutivas e parte das propriedades produtivas estão em condições de ilegalidade, quando não atendem simultaneamente aos critérios de: respeito à legislação ambiental, cumprimento da legislação trabalhista e bem estar de todos que vivem e trabalham na propriedade. A definição de propriedade produtiva na Lei nº 8.629/93 (arts 2 e 6) incorpora a ampliação do conceito de função social da terra da Constituição de 1988:

diz respeito, inclusive **aos aspectos ambientais, trabalhistas e de bem-estar** enquanto indicadores da racionalidade da exploração, e, pois, da produtividade efetivamente tutelada pela lei, qual seja, a que **resulta ser obtida mediante – simultâneo equacionamento harmônico das variantes da função social** (KAIPPER, 2005, p. 4, grifos nossos).

A maioria dos processos de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária restringe-se unicamente ao descumprimento da função social da terra em relação aos “níveis satisfatórios de produtividade” (alínea “b”) que deveriam ser periodicamente atualizados. Reconhecem os Procuradores Federais do INCRA, que o próprio Poder Executivo, na prática, até 2005 levava em conta como fundamento da desapropriação-sanção para fim de reforma agrária apenas o fator produtividade, apoiando-se na mensuração de dois indicadores (estabelecidos pelo Estatuto da Terra de 1964), quais sejam, o GUT – Grau de Utilização da Terra e GEE – Grau de Eficiência na Exploração.

Criou-se uma expectativa de que a compreensão restritiva da função social da propriedade da terra, em função apenas da produção/produtividade, mudasse a partir do parecer conjunto da Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Agrário (CJ/MDA) de autoria dos referidos Joaquim Modesto Pinto Júnior e Valdez Adriane Farias, conforme Decreto nº 5.035/04, no sentido de preencher a lacuna na orientação normativa acerca da matéria, atendendo a recomendação do Tribunal de Contas da União para que se conferisse efetividade aos incisos II a IV do artigo 9º da Lei nº 8.629/93, exposto na íntegra na publicação “Função Social da Propriedade – dimensões ambiental e trabalhista” (2005). O então Consultor Jurídico do

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Carlos Henrique Kaipper, na sua apresentação da referida publicação, afirmava:

A partir de uma interpretação sistemática da Constituição Federal de 1988, fazendo cotejo com a legislação ordinária, referindo a melhor doutrina e invocando sinalizações da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, conclui o Parecer, em síntese, que **a propriedade rural no Brasil**, embora possa figurar como “**produtiva**” sob o ponto de vista economicista, é passível **à desapropriação-sanção para fim de reforma agrária** prevista no art. 184 da CF/88, se constatado o **descumprimento das outras condicionantes da função social da propriedade**, previstas nos incisos II, III e IV do art. 186 da CF/88, quais sejam: utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente (inc.II), observância das disposições que regulamentam as relações de trabalho (inc.III) e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (inc.IV). (KAIPPER, 2005, p. 3, grifos nossos).

A despeito do explícito alargamento do conceito de função social da terra desde o “Estatuto Terra” (há meio século !) até a “lei agrária” de 1993, e, por conseguinte, das condições simultâneas para o seu efetivo cumprimento, até hoje há grande dificuldade de se aplicar as referidas alíneas “c” (conservação dos recursos naturais) e “d” (cumprimento da legislação do trabalho rural), bem como a alínea “a” (bem estar de possuidores e trabalhadores), alegando-se que consistem num critério subjetivo de difícil aferição, como discutem Joaquim Modesto Pinto Júnior, advogado da União, e Valdez Adriane Farias, Procurador Federal (2005).

Como evidencia a Procuradoria Geral do INCRA, em sua elucidativa “Nota Técnica” de 2010, na própria execução das vistorias por técnicos do INCRA e, sobretudo, na interpretação por juízes em processos de reintegração de posse ou suspensão do processo desapropriatório, apenas o critério de produtividade é levado em conta, utilizando-se uma interpretação restrita e isolada do art 185 da CF 88, que se refere à imunidade da propriedade produtiva.

A desapropriação social, a partir do descumprimento da legislação ambiental ou trabalhista (direitos dos assalariados e dos trabalhadores não assalariados regidos por outros contratos agrários – parceria e arrendamento) tem como obstáculo a falta de condições operacionais respectivamente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA e Polícia Florestal, de um lado e das Delegacias Regionais do Trabalho – DRT do outro lado para essa fiscalização no campo e as ameaças (inclusive de morte) que sofrem seus funcionários nessas diligências,

noticiadas na imprensa. As grandes e modernas empresas autuadas em flagrante, por manterem trabalhadores em situação análoga ao trabalho escravo também não tem sido desapropriadas. Por fim o bem estar de todos que inclui condições de moradia, alimentação, direito de ir e vir etc, tem sido questionada por implicar numa interpretação subjetiva, inaplicável.

A realização da reforma agrária como política ampla, massiva e intempestiva, assumida como responsabilidade do Estado, como preconizava José Gomes da Silva (1971) a respeito das características de uma verdadeira reforma agrária radical, encontrou diversos obstáculos em sua implantação no Brasil, decorrentes da articulação da classe dominante ruralista no bloco de poder, por dentro do Congresso Nacional, do executivo federal (em diversas conjunturas políticas) e do judiciário, quase intransponíveis para os movimentos sócioterritoriais brasileiros.

Dessa forma ao não assumir efetivamente a reforma agrária como política de Estado a solução da questão agrária, incluindo os territórios dos povos tradicionais e a questão ambiental, que se articulam cada vez mais, continuou a ser transferida para o confronto aberto entre as classes ao nível da sociedade civil, acirrando a luta de classes no campo, que não cessou mesmo com os bloqueios tentados com a emissão da mencionada MP de FHC de 2001, proibitiva das ocupações, que também não foi derrubada durante os governos do PT, embora tenha sido “afrouxada” sua implantação. Esse processo chega a desfechos regionais e locais distintos, mas no geral, a diminuição da criação de novos assentamentos foi substituída pelo discurso de “Qualidade dos Assentamentos”, consolidando a territorialidade do MST nos assentamentos pela conquista de outras políticas agrícolas³⁵³, infraestrutura³⁵⁴ e políticas sociais³⁵⁵.

³⁵³ A conquista do crédito especial para a reforma agrária (PROCERA), de 1986 a 1999, foi estendida aos demais agricultores familiares com o PRONAF/95, ao qual os assentados foram incorporados. A luta pela assistência técnica obteve ganhos graduais crescentes: experiência pontual no Nordeste, CONTACAP/BNB, em 1996; estendido nacionalmente com o LUMIAR, de 1997 a 1999, retomada, apenas a partir de 2003, com a nova política de ATES e ATER.

³⁵⁴ A luta vem conquistando sucessivos aumentos dos valores para as habitações e infraestrutura básica: estradas, água/saneamento, destacando-se o programa “Um milhão de Cisternas” no semiárido, e energia elétrica, destacando-se o “Luz para Todos”); exigências prévias à emancipação/titulação dos assentamentos.

³⁵⁵ Implantação do Sistema Único de Saúde – SUS (1990), proteção previdenciária como beneficiários especiais do INSS (1993), educação do campo pelo PRONERA/INCRA, desde 1998 - desde a alfabetização ao ensino superior; e implantação do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (1993), a partir da regulamentação pelo Congresso Nacional em 2011.

Acompanhando a multiplicação dos assentamentos iniciaram-se estudos científicos procuravam caracterizar o novo fenômeno social e econômico cujo pioneirismo coube à FAO/PNUD/MAARA com o Projeto BRA 87/022. “Principais Indicadores Sócioeconômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária”, coordenada por Carlos Guanziroli cujos relatórios tiveram várias versões (1992 a , 1992b, 1994).

A UNESP começou a analisar a abrangência da reforma agrária com Vera Lúcia B. Ferrante e Sônia Maria P.P Bergamasco que coordenaram o Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo – Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos do Estado de São Paulo (1995).

A UFRRJ também se destacou nesses estudos com dois estudos coordenados por Leonilde Servolo Medeiros e Sergio Leite. A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas (1999), que analisaram assentamentos de reforma agrária (pelo INCRA) e colônias estaduais em “Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional” (2004).

Integrando a equipe de pesquisa do CPDA/UFRRJ Eliano Sérgio Lopes da Universidade Federal de Sergipe - UFS, coordenou a equipe que analisou assentamentos e colônias de Sergipe em “Um Olhar sobre os Assentamentos Rurais do estado de Sergipe” (1999); em sua tese de doutorado “Assentamentos Rurais e Desenvolvimento Local: Dimensões Econômicas e Sócio-Políticas e Redes Sociais no Campo Sergipano” (2000) e em “Organização Produtiva e Impactos dos Assentamentos Rurais do Estado de Sergipe” (2004).

Também da UFS, Theresa Cristina Zavaris Tanezini participou da equipe coordenada pela UNESP- Jaboticabal que elaborou a “Avaliação do PROCERA”, em assentamentos e colônias estaduais de vários estados brasileiros, dentre eles Sergipe, nas suas diversas microregiões (TANEZINI, 1998).

Outras Universidades se envolveram no estudo da reforma agrária como a Universidade de Brasília, sendo precursora Sueli L C Rosa em Projetos de Assentamento (1992).

SCHMIDT, Benício V, MARINHO, Denúbio, N C e ROSA, Sueli.L.C. coordenaram o I Censo Nacional dos Assentamentos de Reforma Agrária do INCRA no Brasil (1997) e foram organizadores da publicação acadêmica que refletiu sobre diversos aspectos dos resultados do censo nacional em “Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil” (1998). Participando dessa pesquisa Tanezini desmembrou os dados do censo nacional sobre a realidade dos assentamentos

desse estado em “Sergipe no I Censo Nacional dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do INCRA” (2000).

A Universidade de São Paulo-USP, representada por Gerd Sparovek em “A Qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária Brasileira” (2003). O próprio INCRA elaborou com seus técnicos a “Pesquisa Nacional Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos do Brasil” (2010).

Dentre as inúmeras análises qualitativas destacam-se as de: Vera Lúcia B. Ferrante (org) em Retratos de Assentamentos (1994); Maria Conceição D’Incao e Gérard Roy em “Nós, Cidadãos – Aprendendo e ensinando a democracia” (1995); Delma Pessanha Neves em “Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas” (1997) e Antônio Thomaz Jr. “Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil” (2010), além de inúmeras dissertações e teses.

6.2.2 A Tendência Concentradora da Terra se Sobrepe às Iniciativas Redistributivas

As esperanças no governo Lula e Dilma foram frustradas e levaram ao extremo o esforço de toda uma geração de sem terra, diretamente envolvida na disputa desigual pela terra, que vem perdendo terreno diante da força do capital que avança no campo, aumentando, ao invés de diminuir a concentração fundiária no país.

Um aspecto que é importante lembrar, na perspectiva mais ampla da estrutura fundiária nacional é que, simultaneamente, a cada assentamento conquistado, avançam as forças concentradoras da terra, ou seja, a territorialização do capital expropria os pequenos e médios posseiros e proprietários e implanta novas grandes explorações com base no trabalho assalariado.

É um fato que, no cômputo geral, os assentamentos criados não conseguem “arranhar” a estrutura fundiária no país, que continua crescentemente concentrada como evidenciam os índices de Gini.

O índice de Gini foi, inicialmente, medido, no Brasil, em 1940, tanto pelo IBGE (grau de distribuição dos estabelecimentos rurais) quanto pelo INCRA (grau de distribuição dos imóveis rurais).

Nas duas fontes a evolução desse índice é muito semelhante. No caso da distribuição dos estabelecimentos rurais (IBGE), os valores desse índice iniciaram com 0,84 (1940) e se mantiveram este mesmo valor na década de 1950; subindo para 0,939 em 1960; recuou para 0,843 (1970), voltando a crescer para 0,854 (1975) e 0,857 (em 1980 e em 1985), indicando a perpetuação de uma estrutura fortemente concentrada.

Tabela 14 Evolução do Índice de Gini dos Estabelecimentos Rurais, do Brasil e Estados da Região Nordeste – IBGE - 1985/2006.

Unidade da federação	Área dos estabelecimentos rurais (ha)		
	1985	1995	2006
Brasil	0,857	0,856	0,872
Alagoas	0,858	0,863	0,871
Maranhão	0,923	0,903	0,864
Ceará	0,815	0,845	0,861
Piauí	0,896	0,873	0,855
Bahia	0,840	0,834	0,840
Pernambuco	0,829	0,821	0,825
Rio Grande do Norte	0,853	0,852	0,824
Paraíba	0,842	0,834	0,822
Sergipe	0,858	0,846	0,821

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grande Regiões e Unidades da Federação, publicado em 2007. Tabela 10 p. 109. OBS: Lembrando que de 0 até 0,1 – representa concentração nula; de 0,101 até 0,250 – muito baixa; de 0,251 até 0,500 – baixa; de 0,501 até 0,700 – média; de 0,701 até 0,800 – forte; de 0,801 até 0,900 – muito forte e de 0,901 até 1,00 – fortíssima, tendendo a absoluta. Esses números foram extraídos de Gasques, J.G e Conceição, J.C P.R “A Demanda por Terra para a Reforma Agrária no Brasil” (1997), citado na agenda do MST de 2007.

A tabela sobre os contrastes da distribuição do uso da terra a partir de 1985 evidencia a manutenção do alto grau de concentração para o Brasil. Apesar de ligeira queda entre 1985 e 1995, ocorreu um sensível aumento da concentração da área dos estabelecimentos rurais entre 1995 e 2006, alcançando 0,872, mantendo-se sempre na faixa de concentração fundiária muito forte.

A análise do IBGE comparativa das grandes regiões aponta que o Nordeste se coloca no mesmo patamar do país com distribuição de terras concentrada, representando a perpetuação da estrutura agrária colonial com base nas grandes propriedades canavieiras escravistas e pastoris, mas também a base fundiária da moderna agricultura da soja no cerrado do oeste baiano. A região Sul apresenta os menores índices de desigualdade decorrentes do processo de colonização pelos imigrantes europeus.

Os índices de Gini dos estabelecimentos nos estados nordestinos são apresentados em ordem decrescente no último ano de medição em 2006, quando todos aparecem abaixo do índice nacional, embora se coloquem na mesma faixa - de concentração fundiária muito forte: Alagoas apresentou nesse ano a pior concentração fundiária (em 1985 e 1995 a concentração nesse estado tinha sido maior que o índice nacional) e sempre crescente. Outro estado que ampliou sua concentração fundiária nas três décadas foi o Ceará. O Maranhão que entre 1985 e 1995 se colocava acima do índice nacional, na última faixa indicativa de concentração fortíssima, apresentou evolução decrescente³⁵⁶ e em 2006 se colocou em segundo lugar entre os estados do Nordeste, com concentração muito forte. Na Bahia o índice teve ligeira queda entre 1985 e 1995 e voltou ao patamar inicial em 2006. A estrutura do uso da terra em Pernambuco teve ligeira desconcentração entre 1985 e 1995, mas voltou a se concentrar em 2006, embora com índice abaixo de 1985. Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe tiveram evolução decrescente do índice de Gini nos três anos de medição, embora, mantendo-se na faixa de concentração muito forte. O estado de Sergipe em 1985 representava a quarta maior concentração fundiária entre os estabelecimentos agrícolas (0,858); em 1995 já se colocava com o menor índice entre os estados nordestinos (0,846) o que se repete em 2006 (0,821)³⁵⁷.

No caso do índice de GINI da posse/propriedade da terra calculado a partir dos dados da distribuição dos imóveis rurais do cadastro do INCRA em toda a série histórica, este índice mantém-se altamente concentrado, de 0,80 ou mais, acusando elevação do seu valor através do tempo, apesar de pequenas oscilações: 0,86 (1966); 0,83 (1972); 0,84 (1976); 0,85 (1978).

A tabela seguinte mostra esse índice calculado para 1992, 1998 e 2003 para o Brasil, para os estados do Nordeste. Observa-se a tendência de alta concentração no país entre 1992 e 1998 embora tenha diminuído entre 1998 e 2003 para valores menores que o inicial, o que resultou numa evolução negativa do índice de Gini de – 0,010.

Entre as grandes regiões do país, conforme mostrou a tabela 15 o Nordeste apresentava, em 1992, índice de Gini que representava “forte concentração

³⁵⁶ Ocorrem pequenos estabelecimentos de posseiros e arrendatários no golfão do Maranhão.

³⁵⁷ O estado de Sergipe com uma superfície de 22.050, 4 km² que corresponde a 2,2 milhões de hectares, é o menor estado brasileiro (ocupa apenas 0,26% do território nacional).

fundiária”, a terceira estrutura mais desigual atrás do Norte e Centro Oeste. Em 1998 a concentração fundiária aumentou, alcançando a faixa de “concentração muito forte”, tornando-se a segunda região com maior valor do referido índice, atrás apenas do Norte. Em 2003, apesar de pequena desconcentração, que a fez voltar à faixa de “forte concentração”, tornou-se a região mais desigual do país na estrutura fundiária.

Tabela 15 Distribuição dos Imóveis Rurais conforme Índice de Gini – Brasil, Grandes Regiões, Estados da Região Nordeste – INCRA - 1992, 1998, 2003.

UF	1992	1998	2003	Evolução 1992/2003
Brasil	0,826	0,838	0,821	- 0,010
Nordeste	0,786	0,805	0,790	
Centro Oeste	0,804	0,804	0,784	
Norte	0,844	0,847	0,778	
Sudeste	0,741	0,749	0,738	
Sul	0,692	0,699	0,672	
Rio Grande do Norte	0,739	0,759	0,752	0,013
Piauí	0,743	0,767	0,755	0,012
Ceará	0,684	0,695	0,691	0,007
Bahia	0,802	0,826	0,807	0,004
Paraíba	0,753	0,758	0,755	0,002
Alagoas	0,783	0,783	0,784	0,001
Sergipe	0,788	0,788	0,781	- 0,014
Pernambuco	0,757	0,756	0,742	- 0,015
Maranhão	0,740	0,759	0,719	- 0,021

Fonte dos dados INCRA, cadastro SNCR 2003. Esta tabela foi adaptada do Atlas da Questão Agrária Brasileira: Uma análise dos Problemas Agrários através do Mapa, de Eduardo Paulon Girardi, UFMT; www.uff.br/usinga/trabalho, na qual os estados nordestinos apareciam em ordem alfabética³⁵⁸

Os estados nordestinos aparecem na tabela em ordem decrescente da evolução 1992/2003 da distribuição fundiária, na qual seis estados aumentaram a concentração e apenas três apresentaram desconcentração de terras nesse período.

³⁵⁸ A tabela de Girardi foi reapresentada na “Estrutura Fundiária” do DATA LUTA e em “Um Breve Histórico da Formação do Latifúndio no Brasil e seus rebatimentos no espaço agrário do Nordeste de Aline Farias Fialho et al, s/d www.uesb.br .Embora utilizem a mesma fonte oficial dos dados fundiários do INCRA, o índice de Gini apresentou pequenas variações nos valores que, todavia, alteram a posição relativa dos estados em “A Formação da Propriedade e a Concentração de Terras no Brasil”, de José Luis Alcântara Filho e Rosa Maria Oliveira Fontes, que efetuaram os cálculos do referido índice. Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada, vol. 4 nº 7, julh-dez 2009, p. 78.

Entre os estados que aumentaram a concentração fundiária foi recorrente em quase todos eles concentração de terras entre 1992 e 1998 e ligeira desconcentração entre 1998 e 2003, com exceção de Alagoas, como será visto adiante.

A Bahia apresentou o quarto maior aumento da concentração fundiária no período (0,004), atrás do Rio Grande do Norte, Piauí e Ceará. Mas na comparação do conjunto dos estados do Nordeste, foi o único estado que apresentou os maiores valores do índice de Gini nos três anos mensurados (1º lugar), que o situavam no patamar de “concentração muito forte”.

O Rio Grande do Norte, o Piauí, a Paraíba e Alagoas registraram aumento da concentração no período 1992/2003 dentro da mesma faixa de “forte concentração fundiária”: o primeiro se destacou com o maior aumento da concentração de terras (0,013), embora não apresentasse os maiores valores do índice de Gini na comparação com os demais estados nordestinos, ao contrário tinha sido o penúltimo em 1992 e ocupou posições intermediárias em 1998 e 2003 (respectivamente a 5ª e a 6ª posição).

O Piauí registrou o segundo maior aumento da concentração no período (0,012), embora comparativamente aos demais estados da região os valores do referido índice o colocassem em posição intermediária nos três anos, respectivamente em 6º, 4º e 5º lugar.

A Paraíba apresentou o quinto maior aumento da concentração no período (0,002), cujos valores do referido índice o colocavam na situação intermediária em relação ao contexto regional (5º lugar em 1992 e 4º em 2003) ou com os menores valores (7º lugar em 1998).

Alagoas apresentou o sexto maior aumento da concentração no período 1992/2003 (0,001), embora tivesse mantido uma situação estável do índice de Gini em 1992 e 1998 com ligeiro aumento em 2003, sendo que o valor do índice na comparação regional colocava esse estado em 3º lugar em concentração de terra nos dois primeiros anos e em 2º lugar no último ano.

Os três estados que apresentaram desconcentração fundiária no período 1992/2003 foram Sergipe, Pernambuco e Maranhão, embora os três se mantivessem sempre na faixa de “forte concentração fundiária”.

Sergipe apresentou a menor desconcentração (- 0,014) entre os três estados; a evolução do índice de Gini em 1992 e 1998 apresentou o mesmo valor que,

comparativamente ao conjunto dos estados nordestinos representavam a segunda maior concentração fundiária, atrás apenas da Bahia, e a diminuição em 2003 o colocaram na terceira posição (atrás da Bahia e Alagoas). Pernambuco apresentou maior desconcentração que Sergipe ($-0,015$); a evolução do referido índice foi decrescente nos três anos, acentuando-se entre 1998 e 2003, o que na comparação entre os estados nordestinos o colocava numa posição intermediária em 1992 (4º posição) e nas últimas posições em 1998 (8ª. lugar) e em 2003 (7º lugar).

Por fim, a desconcentração de terras foi mais acentuada no Maranhão ($-0,021$), embora entre 1992 e 1998 tenha havido um aumento dos valores do índice, que só regrediram, acentuadamente em 2003. Na comparação com os outros estados da região em 1992 esse estado apresentou os menores valores do índice (7º lugar), em 1998 colocou-se numa posição intermediária (6º lugar) e voltou à penúltima posição dos nove estados em 2003.

O Ceará foi o terceiro estado com o maior aumento da concentração fundiária no período (0,007), embora sempre situado na faixa de “média concentração” cujos valores do índice foram os menores regionalmente nos três anos (9º lugar).

Na comparação dos índices de Gini de 2003 e 2011, conforme o INCRA SR-23-SE, confirmam as duas tendências que tinham sido observadas para os imóveis rurais na tabela anterior: a concentração no Brasil aumentou de 0,821614 para 0,844537, que reflete uma concentração fundiária sempre “muito forte”, enquanto em Sergipe houve a diminuição do valor do índice de 0,781012 para 0,762835, embora permanecendo na mesma faixa - “fortemente concentrada”.

A segunda maneira de se analisar a concentração da estrutura fundiária é mensurada diretamente pela classificação dos imóveis rurais, relacionada ao tamanho da propriedade/posse, feita pelo INCRA. O imóvel rural é a unidade de análise do INCRA, que quer dizer “prédio rústico de área, qualquer que seja sua localização, que se destina à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial”. A análise do Cadastro Rural do INCRA³⁵⁹ permite distinguir como se acha distribuído o espaço fundiário entre seus detentores (proprietários e posseiros/ocupantes). A análise dos diversos cadastros permite refletir sobre as

³⁵⁹ Da superfície territorial do Brasil de 850 milhões de hectares, a área total cadastrada pelo INCRA era de 600 milhões em 1986. O IBRA publicou o cadastro fundiário de 1966 e o INCRA (criado em 1971) publicou os cadastros fundiários de 1972, 1978 e 1992. Nesse último recadastramento apenas 38% da área total do país é cadastrada (alguém se diz dono dela); no Nordeste apenas 43%. As áreas devolutas nas mãos do Estado somam 250 milhões de hectares.

contínuas mudanças resultantes da compra, venda, partilha dos imóveis rurais (herança), e, o que mais interessa neste estudo, a redistribuição fundiária pela reforma agrária.

A partir da publicação do seu Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR; o INCRA apresenta a distribuição dos imóveis rurais (posses/propriedades) conforme as diversas classes de área.

Nessa classificação (muito diferente do IBGE cujo limite máximo da última classe de área foi de 1000 hectares “e mais” em 1995/96, como foi enviado para o Censo Agropecuário Mundial da FAO - de 1995 a 2005; chegando a 2.500 hectares “e mais” em 2006). A classificação dos imóveis feita pelo INCRA considera que a área total dos latifúndios de aproximadamente 285 milhões de hectares, as 264 propriedades de 100 mil hectares “e mais” ocupavam 32,5 milhões de hectares, em 1985.

O Cadastro Rural do INCRA (divulgado em 1985) indica desagregação de 23 áreas do maior latifúndio de cada estado, somando 10,1 milhões de hectares, das quais se separou apenas as de 100.000 hectares “e mais” conforme a tabela seguinte. Uma só empresa com 03 propriedades gigantes dispõe de 4,1 milhões de hectares – Manasa/Cilec (AM). Além dos grandes grupos agropecuários, inúmeros grupos industriais e financeiros têm terra no Brasil.

Tabela 16 Maiores Imóveis Rurais de cada Estado por Região – INCRA – 1985.

Região Norte (ha)	Região Nordeste (ha)	Região Sudeste (ha)	Região Centro Oeste (ha)	Região Sul (ha)
2,9 milhão (PA) 1,3milhão (AM) 1 milhão (AP) 975 mil (AC) 325 mil (RO)	577 mil (PI) 491 mil (BA) 448 mil (MA)	100mil (MG)	1 milhão (MT) 249 mil (MS) 193 mil (GO)	159 mil (PR)

Fonte: Adaptada da tabela INCRA, 1985.

Segundo Oliveira et al, em 2004 citado por José Luis Alcântara Filho e Rosa Maria Oliveira (2009) as 300 maiores propriedades rurais do país ocupam uma área territorial semelhante às dos estados de São Paulo e Paraná. As 27 maiores propriedades do país ocupam uma área territorial semelhante à do estado de São Paulo.

A tabela seguinte mostra a evolução da estrutura fundiária no Brasil entre 1992 e 2003, ano de lançamento do II Plano Nacional de Reforma Agrária.

Tabela 17 Brasil - Imóveis Rurais pela Área Total – INCRA - 1992 e 2003.

Classe de área total (hectare)	1992				2003			
	Total Imóveis	% Imóveis	Área Total Hectares	% Área	Total Imóveis	% Imóv	Área Total Hectares	% Área
Menos de 500	3.019.500	97,0	130.033.617,0	39,3	4.153.129	96,8	174.975.309,6	41,8
500 a - 1.000	51.442	1,7	35.573.732,4	10,7	68.972	1,6	47.807.934,8	11,4
1.000 a - 2.000	23.644	0,8	32.523.253,9	9,8	35.281	0,8	48.711.363,1	11,6
2.000 a - 5.000	14.840	0,5	43.804.397,5	13,2	26.341	0,6	77.612.461,9	18,5
5.000 a - 10.000	3.492	0,1	24.524.954,4	7,4	5.780	0,1	41.777.204,4	9,9
10.000 a - 20.000	1.236	0,0	16.945.648,2	5,1	631	0,01	8.574.142,7	2,0
20.000 a - 50.000	553	0,0	16.062.217,2	4,8	294	0,0	8.502.361,6	2,0
50.000 a - 100.000	116	0,0	7.848.521,7	2,4	32	0,0	2.181.548,4	0,5
100.000 e mais	75	0,0	24.047.669,1	7,3	22	0,0	8.314.316,3	1,9
Total	3.114.898	100,0	331.364.012,0	100,0	4.290.482	100,0	418.456.640,8	100,0

Fonte: Adaptação das Tabelas do SNCR/INCRA – Recadastramento 1992 e out. 2003.

OBS: Para estimar a primeira classe de área desta tabela adaptada (de menos de 500 hectares) foram agregadas as seguintes classes de área das tabelas originais: igual a 0; - de 1; 1 a - 2; 2 a -5, 5 a - 10, 10 a - 25; 25 a - 50; 50 a - 100; 100 a - 200; 200 a - 500 ha.

Na estrutura fundiária apresentada no II PNRA, 2003, os dados de 2000 hectares e mais aparecem agregados: 32.264 (0,7% dos imóveis) que ocupam uma área de 132.631.509 hectares (331,7% da área total cadastrada). Também estavam agregadas as classes de área: até 10 ha (com área média de 5,7 hectares); de 10 a - 25 (17,2 ha); 25 a - 50 (35,3 ha); 50 a - 100 ha (69,3 há), de 100 a -200 há (135,6 ha) e 200 a - 500 ha (311, 6 ha). As áreas médias das propriedades de 500 a - 1000 há (694,4 ha), de 1000 a - 2000 (1.381,80 ha) e de 2000 “e mais” (4.110,82 ha).

A primeira observação é sobre o universo de 3,1 milhões de imóveis rurais em 1992, comparativamente ao universo dos estabelecimentos rurais de 4,8 milhões em 1995/96. O número menor de posses/propriedades (imóveis) em relação ao de estabelecimentos rurais significa que dentro de uma propriedade podem existir

vários estabelecimentos rurais que significam unidades produtivas de arrendatários, parceiros, moradores, entre outras³⁶⁰.

O recorte da tabela do INCRA teve dois objetivos: evidenciar a brutal concentração fundiária, inimaginável no “mundo civilizado” (apesar do Brasil ter perdido a posição de campeão da concentração da terra para o Paraguai) e evidenciar a dimensão descomunal dos latifúndios no Brasil..

Com relação ao primeiro objetivo, evidenciar a concentração fundiária, observa-se na tabela, que em 1992, 97% dos imóveis de menos de 500 hectares ocupavam apenas 39,3% do total da área cadastrada no país, enquanto as propriedades acima de 500 hectares, que representam apenas 3,1% dos imóveis, abarcam 60,7% da área total. Enfocando apenas as propriedades acima de 1.000 hectares o número de imóveis cai para o percentual de 1,3%, todavia concentra metade das terras (50,0%).

Em 2003, praticamente o mesmo número de imóveis de menos de 500 hectares (96,80% do total) ocupou 41,81% da área total, um pouco maior que em 1992. Os imóveis de mais de 500 hectares que mantiveram praticamente o mesmo número (3,18% do total de imóveis) ocuparam uma área de 58,15%. Com relação aos imóveis de mais de 1.000 hectares eles apresentam peso relativo de 1,4% do total, ligeiramente maior que 1992 e ocupam 46,73% da área total cadastrada. Embora os dados de 2003 apresentem ligeiro aumento da área pelas propriedades de menos de 500 hectares e diminuição das propriedades de mais de 500 hectares, o que é relevante é a grande concentração fundiária.

O segundo objetivo da apresentação destes dados foi evidenciar a dimensão descomunal dos latifúndios, no Brasil. Dentre as grandes propriedades estatisticamente irrelevantes em relação ao número total de imóveis (0,0), em termos de números absolutos, em 1992, apenas 1.980 delas de enormes dimensões (de mais de 10.000 hectares cada) abocanhavam 65 milhões de hectares (19,6%) da área total cadastrada maior do que à área ocupada por todos os mais de 2.3 milhões

³⁶⁰ O total da área cadastrada com imóveis em 1992 era de 331,3 milhões de hectares em 1992 enquanto a área total dos estabelecimentos em 1995/96 era de 353,6 milhões de hectares. Seria de se esperar que a segunda área fosse menor que a primeira. Sem elementos para explicar a inversão, ou qual dos dois dados se aproxima mais da realidade, afirma-se apenas que as duas fontes são declaratórias sendo o cadastro dos imóveis acrescidos de documentos de propriedade, que recentemente vem acompanhada da exigência de coordenadas e medições com “GPS”, enquanto não se conclui o “georreferenciamento” geral dos imóveis; enquanto na situação do censo agropecuário o recenseador entrevista o informante.

de posses/propriedades (2.341.295,3 imóveis) de menos de 100 hectares (86% do total de imóveis) que ocupam 17,9% da área total cadastrada.

Se for enfocada apenas a última classe de área, acima de 100.000 hectares observa-se que, em 1992, esta representava (0,0 % dos imóveis) com 7.3% do total das terras cadastradas. Em 2003 os mesmos números estatisticamente irrelevantes (0,0%) se apropriavam de 1,98% da área total.

A comparação dos dois anos aponta para uma fragmentação dessa última classe de área, mais por mecanismos da própria classe latifundiária do que por efeitos da reforma agrária do I PNRA (1985-1889) ou da política de assentamentos de 1990-2002.

Para demonstrar o peso dessas propriedades de dimensões descomunais os números absolutos ajudam mais: em 1992 as 75 imensas propriedades ocupavam 24 milhões de hectares; o que equivalia à área ocupada por todos os pequenos imóveis até 25 hectares e parte dos que abarcam até 50 hectares (que ultrapassa 60% do total dos imóveis do país). Em 2003, apenas 22 imóveis de 100.000 hectares “e mais” ocupavam 8, 3 milhões de hectares que, apesar da redução em relação a 1992, ainda equivale a toda a área ocupada por todos os imóveis até 10 hectares mais uma parte daqueles até 25 hectares.

Outra forma adotada pelo INCRA para a classificação dos imóveis é a definição do tipo de propriedade a partir do conceito de módulo rural. Como já foi dito o conceito de módulo rural representa a unidade mínima de área suficiente para prover o sustento de produtor rural e sua família (Estatuto da Terra, 1964): “a propriedade familiar rentável é um imóvel rural, que explorado diretamente pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros”.

A partir do conceito de módulo rural a denominação de módulo fiscal, serve de base para a cobrança do imposto territorial rural e medidas de fiscalização (vistorias do INCRA) para classificar os imóveis rurais.

A mencionada Lei nº 8.629 (de 25/02/1993), denominada Lei Agrária, regulamentadora dos dispositivos constitucionais de 1988 relativos à reforma agrária (BRASIL, 1993), sancionada por Itamar Franco, introduziu novos conceitos para a classificação dos imóveis rurais (posses e propriedades) com base em dois critérios cruzados (adotados até hoje): mantém o antigo critério da função social da terra pela

avaliação da produção/produtividade dos imóveis, conforme o grau de utilização da terra (GUT) e grau de eficiência da exploração (GEE) – determinando se a propriedade é produtiva ou improdutiva; e altera o critério de classificação das propriedades rurais pelo detalhamento do critério da dimensão do imóvel - minifúndio, pequena propriedade, média propriedade e grande propriedade, conforme discriminação no quadro seguinte:

Quadro 1 Classificação de Imóveis Rurais – Brasil – 1993.

Classificação dos imóveis	Módulos fiscais	Caracterização
Minifúndios	menos de 1 módulo fiscal	corresponde a uma área tão pequena que não garante ao agricultor e sua família sobreviver e prosperar, por isso é considerado antieconômico pela lei.
Pequena propriedade	varia de 1 a 4 MF	conforme a tabela de 1992 variava entre 45 a 116 hectares a depender da região
Média Propriedade	varia de 4 a 15 MF	em média seu tamanho variava entre 158 e 448 hectares
Grande Propriedade	acima de 15 MF a 600 MF “e mais”.	em média 649 hectares

Fonte: Lei Agrária, 1993

Pela Constituição as pequenas e médias propriedades (se o proprietário não possuir outros imóveis) não podem ser desapropriadas pela função social da terra e, mesmo as grandes propriedades só podem sê-lo se não cumprirem a função social da terra.

O Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária/MEPF e o INCRA, em 1997, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso elaboraram uma “Tabela dos Indicadores Básicos do Sistema Nacional de Cadastro Rural”, definindo o valor em hectare do Módulo Fiscal/ MF de cada município brasileiro.

Conforme definição do tamanho, o módulo fiscal varia de região para região levando em conta a situação geográfica, a qualidade do solo, o relevo, as condições de acesso ao local, o tipo de atividade econômica desenvolvida, a renda obtida dessa exploração e de outras explorações existentes no município que, embora não predominantes sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada, tendo como parâmetro a dimensão de uma propriedade familiar rentável.

Tabela 18 Evolução da Concentração da Propriedade de Terra no Brasil –INCRA - 2003 - 2010.

Classificação Imóveis	2003			2010			Cresc Área 2010- 2003
	Número	Área (ha.)	Peso s/área total	Número	Área (ha.)	Peso s/área total	
Minifúndio	2.736.052	38.973.371	9,3%	3.318.077	46.684.657	8,2%	19,7%
Pequena Propriedade	1.142.937	74.195.134	17,7%	1.338.300	88.789.805	15,5%	19,7%
Média Propriedade	297.220	88.100.414	21,1%	380.584	113.879.540	19,9%	29,3%
Grande Propriedade	112.463	214.843.865	51,3%	130.515	318.904.739	55,8%	48,4%
a)Improdutiva	58.331	133.774.802	31,9%	69.233	228.508.510	(40,0%)	71,0%
b)Produtiva	54.132	81.069.063	19,4%	61.282	90.396.229	(15,8%)	11,5%
Total Brasil	4.290.482	418.456.641	100%	5.181.645	571.740.919	100%	36,6%

Fonte: Cadastro do INCRA – Classificação segundo dados declarados pelo proprietário – e de acordo com a Lei Agrária/93.

Observa-se que a grande propriedade, em 2010, abarca 55,8% da área total. Entre 2003 e 2010 foi registrado crescimento desse segmento no domínio fundiário. As grandes propriedades improdutivas representam em 2010 40% da área total e 71% (da área do conjunto das grandes propriedades), demonstrando a prevalência da especulação e/ou baixa produtividade dos latifúndios; que são as passíveis de desapropriação segundo a Lei Agrária de 1993. Portanto, em termos absolutos no Brasil em 2010 há 69.233 imóveis rurais considerados improdutivos (que abarcam 228 milhões de terras) que poderão ser disputadas pelos movimentos sócio-territoriais e desapropriadas para reforma agrária.

Essa estrutura fundiária extremamente concentrada é agravada pelo fato da ociosidade de grande parte das terras, sobretudo nos latifúndios. A concentração extrema de terras, a ociosidade e a desnacionalização³⁶¹ das terras do país, são três faces da estrutura fundiária brasileira que explicam a gravidade da questão agrária no país, na contramão da soberania, segurança alimentar e verdadeiro enfrentamento da pobreza (mais do que pobreza extrema; pobreza relativa/desigualdade mais do que pobreza absoluta).

Segundo o MIRAD (1988), com base nos dados do censo agropecuário do IBGE (1985), três indicadores apontam para a ociosidade das terras no país (áreas

³⁶¹ De 30 a 50 milhões de hectares eram de empresas estrangeiras no país, em 1985 (INCRA, 1986).

sem nenhuma utilização): o grau de ociosidade total, a área ociosa em hectares e a incidência dos latifúndios na área ociosa.

O grau de ociosidade total no Brasil é de 42,6%, no Nordeste 54,4% e em Sergipe 31,9%. Na região Sul, a mais desconcentrada esse percentual cai para 15,2 % enquanto na região de maior domínio do agronegócio, o Centro Oeste a ociosidade é de 42,6% !

A área ociosa em hectares: Brasil 81.818.014 hectares, dos quais 28.883.864 hectares no Nordeste (293.632 hectares em Sergipe), e curiosamente 30.659.654 hectares ociosos no Centro Oeste, montante maior do que na região Norte 7.425.806 há. A região sul é que apresenta menor área ociosa entre as regiões é 4.403.184 ha.

A incidência dos latifúndios na área ociosa no Brasil é de 88,7%, e nas regiões em ordem crescente: no Sul é de 74,1%, no Nordeste de 85,9% (em Sergipe 70%) e no Centro Oeste 95,5%. Isso desfaz o mito da grande exploração ser produtiva por si só.

Conforme recadastramento do INCRA de 1992, 24% dos imóveis são improdutivos, ou seja, 746 mil imóveis e 62% de todas as terras são improdutivas. No Nordeste 20% dos imóveis são improdutivos, e 69% da área total. De acordo com o Cadastro do INCRA de 1996 as terras improdutivas dentro dos 35.083 latifúndios com mais de 1.000 hectares totalizava 153 milhões de hectares, equivalente à soma dos territórios da França, Alemanha, Espanha, Suíça e Áustria. No Nordeste são 7.481 latifúndios de mais de 1.000 hectares, a área improdutiva é de 25 milhões de hectares.

6.2.3 As Duas Formas da Luta pela Reforma Agrária Autêntica: as Ocupações de Terra e as Campanhas Nacionais pela Definição do Limite Máximo da Propriedade Rural no Brasil

No Brasil a reforma agrária, que já foi reconhecida como uma “das reformas de base”, pelo presidente da república João Goulart, em 1964, continua a ser proposta como uma das políticas estruturantes do modelo popular de agricultura, ou seja, de democratização do desenvolvimento rural, que seja inclusivo para um universo dos trabalhadores sem terra ou com terra insuficiente variando entre 4,5 e 5 milhões de famílias, como aparece no diagnóstico do “Projeto Fome Zero” (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

Gomes da Silva (1971) estabeleceu duas outras características de uma reforma agrária autêntica: desencadear um processo amplo, que atinja milhares de famílias e com milhões de hectares afetados, só pode ser iniciado e concretizado pelo governo central. Insiste-se aqui, que em outros países optou-se pela definição de um limite máximo para todas as propriedades do território nacional, enquanto, no Brasil, a correlação de forças altamente desfavorável determinou que se utilizasse o instrumento da desapropriação de cada propriedade (processo que se inicia no nível técnico e vai até a assinatura da presidência da República), num processo moroso apesar de legalmente ter sido instituído o “rito sumário”.

A última característica da definição de reforma agrária autêntica de Gomes da Silva (1971) é que ela deve ser planejada, desencadeada e conduzida em todas as suas fases e etapas com a ativa e constante participação dos camponeses sem terra, independentemente da sua categoria,³⁶² para obter de fato a promoção humana (individual) do futuro parceiro³⁶³ e, de forma mais ampla um desenvolvimento econômico, social e político coletivo, que reforça a organização dos camponeses e os incorpora na classe média rural.

Para o autor há uma grande similitude entre a sua definição de reforma agrária e a do Estatuto da Terra (criado em 1964), o que parece ser uma “força de expressão”, em face da ambiguidade desse texto legal fruto de uma conjuntura política repressiva (ditadura militar). A definição de Gomes da Silva permanece atual e não deixa dúvida sobre a radicalidade que deve adquirir esse processo, qualificado em suas várias dimensões. Dois aspectos dessa referência conceitual devem ser ainda ressaltados, em função dos objetivos desta Tese. Primeiramente a relação direta entre o caráter estrutural redistributivo da reforma agrária e o seu grande objetivo social “a promoção das frações mais débeis dos recursos humanos do setor rural”. A dimensão da equidade se articula com a reforma agrária, desde que foi criada constitucionalmente a possibilidade de desapropriação das grandes

³⁶² A palavra camponês é utilizada para designar o beneficiário da Reforma Agrária, qualquer que seja sua posição na escala de “tenência da terra” assalariados, parceiros, colonos, moradores, ocupantes, arrendatários, posseiros, minifundistas; no entanto, para José Gomes da Silva (1971), deveria haver uma prioridade de assentamento dos assalariados, seguidos dos diversos tipos de precaristas (parceiros, posseiros, arrendatários, etc) e, por último os pequenos proprietários com terra insuficiente deveriam ser incluídos.

³⁶³ Os fundamentos dessa proposta explicitada por José Gomes da Silva (1971) se encontram segundo ele, na Doutrina social da igreja, desde 1891, combatendo as pretensões comunistas na reforma agrária; ao mesmo tempo evidencia o conteúdo político conservador do seu tratamento pelo aparelho de Estado militarista.

propriedades rurais que não cumprem a função social da terra, ou seja, quando adquiriu caráter redistributivo, possibilitando também a democratização de outras riquezas ou ativos mediante indenização das benfeitorias existentes no imóvel (infraestrutura).³⁶⁴

O conceito de campesinato abraçado nesta Tese refere-se diretamente ao modo de vida do amplo contingente de pequenos lavradores ou produtores rurais (referência ao pequeno tamanho da terra) dedicados à “agricultura de subsistência com venda dos excedentes”, que representam os “pobres do campo”, descapitalizados (referência ao nível de renda). A maioria absoluta dos camponeses continua isolada em suas unidades de produção em pequena escala, dispersas pelo campo, embora possam habitar pequenos povoados rurais (comunidades). Eles têm sido historicamente excluídos das políticas públicas de desenvolvimento rural (pesquisa, crédito, assistência técnica etc.) e das demais políticas sociais. Em passado recente, em resposta às suas lutas sociais, os camponeses vêm acessando alguns programas governamentais no contexto do combate a pobreza rural.

Três aspectos merecem reflexão sobre reforma agrária do Brasil em comparação àquelas realizadas no plano global. O primeiro aspecto conceitual é a relação entre campesinato e a propriedade da terra. Para Gomes da Silva (1971), qualquer assentado da reforma agrária é um camponês, independente da sua condição anterior de sem terra: arrendatário, assalariado etc. Nesse mesmo sentido o MST e estudiosos da reforma agrária concordam que há uma enorme variedade de categorias que demandam terra, abrangendo a todos dentro da denominação “sem terra”.

Conforme o IBGE (1985) havia, no Brasil, 4.816.621 trabalhadores rurais sem terra, entendidos enquanto arrendatários, parceiros, ocupantes (posseiros) ou pequenos proprietários com terra insuficiente (até 5 hectares), assalariados permanentes e temporários, havendo estudos que estimam em 44% o número de assalariados que lutavam pela terra. Em Sergipe, esse número era 101.388 sem terras das diversas categorias: 9.411 arrendatários, 2.086 parceiros, 14.892

³⁶⁴ Por essa mútua implicação alguns autores defendem que a reforma agrária é uma política social por excelência, em função dos seus objetivos e público-alvo, como uma política do eixo do trabalho (Jaccoud et alii, 2005). Outros enfatizam seus instrumentos de desenvolvimento rural que configuram a reforma agrária como política econômica: política fundiária que redistribui terra, além de outros ativos de infraestrutura produtiva e habitação (patrimônio, riqueza) e de políticas agrícolas (crédito, assistência técnica e pesquisa) de apoio à produção agropecuária, agroindustrialização e comercialização que elevam a renda.

ocupantes até 5 há; 54.699 pequenos proprietários com menos de 5 hectares, além dos assalariados.

Uma segunda reflexão conceitual é sobre o tamanho da propriedade camponesa. Bernardo Mançano Fernandes, no Atlas Fundiário Brasileiro (1996), faz um corte em 200 hectares (ou acima) do qual estão os imóveis patronais (que ocupavam respectivamente 74% e 71% da área total em 1992 e 2003) e abaixo do qual os imóveis da agricultura familiar (que ocupavam respectivamente 26% e 29% da área total nos mesmos anos).

Essa questão se desdobra na das semelhanças e diferenças entre o camponês e o agricultor familiar, esboçada na introdução, e sua compatibilização com os dados censitários. O que assemelha agricultores familiares e camponeses é a utilização prioritária da força de trabalho familiar, com recurso temporário ao trabalho assalariado e a gestão própria da unidade produtiva. No entanto ressalta-se nesta Tese a necessidade de diferenciar os camponeses dentro desse amplo conjunto da agricultura familiar, que engloba médios e pequenos produtores rurais (IBGE), levando em conta prioritariamente o critério da riqueza (patrimônio produtivo) a começar pela terra, o que se tentou flexibilizar no governo FHC no bojo das discussões do “Novo Mundo Rural” e dos critérios de acesso ao PRONAF (1995).

Segundo o INCRA, os pequenos posseiros/proprietários são os que possuem de 1 a 4 módulos fiscais, porém nesta Tese considera-se como camponeses os pequenos posseiros/proprietários e também os minifundiários (que possuem menos de 1 módulo fiscal). Como a transformação de módulos para hectare é relativa em cada município, considera-se camponeses, modo geral, aqueles com menos de 100 hectares (considerando-se pertinente os 200 hectares regionalmente), até que esta discussão teórica e diferenciação empírica avance no país, levando-se em conta a renda e outros indicadores. Considerando-se as áreas médias do II PNRA (2003) os imóveis entre 5,7 até 69,3 hectares pertencem a 3.611.429 pequenos proprietários/posseiros, considerados pequenos agricultores familiares ou camponeses.

A relação dos novos camponeses com a terra a partir da reforma agrária se dá de duas maneiras distintas, e a “evolução” de uma para outra envolve polêmica. A condição de assentado propicia ao novo camponês, a propriedade da terra, mesmo antes de receber a titulação, por deter a posse da terra de maneira estável,

como assentados não titulados (conforme o IBGE), garantidos pela imissão da posse pelo INCRA.

A questão da titulação individual das terras, embora seja um desejo dos assentados deve, segundo o MST, ser adiada até que todas as condições de infraestrutura, previstas na etapa de implantação do projeto de assentamento estejam, de fato, implementadas e a produção viabilizada pelos créditos de fomento, investimento, custeio e habitação previstos. A experiência histórica das colônias, deixadas no inteiro abandono após a titulação e a própria experiência vivida em assentados de reforma agrária, na conjuntura FHC, ao resistirem aos processos apressados de “emancipação dos assentamentos”, reforça essa preocupação constante.

O terceiro aspecto relevante sobre a posição do MST de adiamento da titulação individual passa por uma compreensão mais ampla sobre a dinâmica do movimento do capital no campo, e da luta cotidiana contra as investidas dos representantes do capital sobre cada assentado, não apenas com os tradicionais mecanismos de monopolização do território – via contratos de fornecimento, vantagens comparativas sobre os projetos governamentais ou associativos etc.; mas, também, pelas tentativas de reversão fundiária com propostas de arrendamento ou “compra” de lotes dos assentados que desistem, burlando o controle do INCRA. A posse coletiva (imitada pelo INCRA), enquanto são debatidas outras formas jurídicas de acesso definitivo a terra como comodato, usufruto perpétuo, propriedade coletiva cooperativada é considerada uma situação transitória a ser ainda preservada.

Esse último aspecto remete à mencionada relação entre a unidade de produção camponesa e a cooperação agrícola, defendida pelo MST. Entre as diversas formas de cooperação agrícola está o cooperativismo classista livre do controle da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (considerada aclassista, porém majoritariamente empresarial, cujo poder do associado nas decisões das cooperativas está relacionado com a cota-parte que possuem). A criação da rede de cooperativas regionais coordenada pela CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, possibilitou ao MST iniciar-se na disputa do mercado institucional de alimentos e dos mercados locais e regionais na relação direta com os consumidores, inclusive reforçando a concepção e a criação de uma rede de economia solidária assumida pelo governo Lula (ao criar

uma secretaria de mesmo nome coordenada pelo economista estudioso do tema Paul Singer)³⁶⁵.

Vai sendo incorporado nos discursos de diversos movimentos sócioterritoriais a a caracterização do modelo de reforma agrária popular que passa pela transição agroecológica³⁶⁶ que resgata aspectos da produção camponesa tradicional, também assumida por técnicos de órgãos governamentais e presente no II PNRA e II PRRA-SE, em frontal oposição ao modelo de agricultura empresarial fundado nos transgênicos e agrotóxicos para alcançar cada vez mais extensiva e intensiva produção monocultora para exportação de *commodities* agrícolas.

A redistributividade ganha maior relevância por afetar diretamente, tanto do ponto de vista econômico como político, um segmento da elite - os latifundiários improdutivos e especuladores, o que na abordagem geográfica implica em sua desterritorialização em prol de um público alvo quantitativa e qualitativamente relevante, por constituir-se num grande contingente de famílias que fazem parte dos bolsões de pobreza e miséria do país.

A desapropriação do imóvel improdutivo e a criação do projeto de assentamento – PA se constitui, sem dúvida uma vitória expressiva contra a histórica estrutura fundiária e agrária não apenas redistribuindo a terra, e dessa forma territorializando os sem terra, tornando-os novos camponeses, mas, também alterando relações de dominação e dependência, que são comemoradas pelos assentados, como afirmou Sérgio Leite (2006) e foi corroborado nos depoimentos coletados durante o trabalho de campo efetuado nesta investigação como a “libertação da escravidão”.

Através da desapropriação da terra se reverte a condição proletária, intrinsecamente dependente de outrem (o patrão), ou pior, “*lumpemproletária*” decorrente de processos sociais e espaciais anteriores de expropriação/desterritorialização, subemprego e desemprego, fazendo o trabalhador ou produtor direto reencontrar o meios de produção (familiar e/ou coletivamente), do qual havia sido separado, cujo processo de recampanização lhe devolve a autonomia, o auto-emprego, o trabalho livre.

³⁶⁵ Uma avaliação da economia solidária no plano teórico-conceitual e na prática foge aos limites desta Tese.

³⁶⁶ O debate agroecológico não está isento de incompreensões e divergências internas, nessa fase de incipiente identificação das experiências concretas, confundindo-se agricultura agroecológica com agricultura orgânica, e sua relação com o resgate das praticas tradicionais da agricultura camponesa.

É justamente nesta potencialidade equitativa, redistributiva radical, que reside à razão das imensas dificuldades presentes em todo o ciclo vital da política de reforma agrária (tomada de decisão, definição legal, implantação com garantia orçamentária). Cada uma das etapas (que não são lineares) constitui-se em campos de interesse antagônicos e momentos em que as resistências ocorrem fora e dentro do Estado. O autor enfatiza as correlações de forças sociais envolvidas no processo de reforma agrária dentro do Estado, na medida em que ela depende dos parlamentos (leis), do executivo (decretos) e das cortes (jurisprudência), para que as transformações sejam feitas em tempo e condições que assegurem um mínimo de estabilidade (GOMES DA SILVA, 1971). Como foi dito anteriormente a mídia jamais utiliza o termo conforme os documentos legais que admitem a “ocupação” pelos sem terra das propriedades que não cumprem a função social da terra, tratando-os sempre como “invasores”.

Quando os movimentos sócioterritoriais conquistam a possibilidade de desapropriação dos imóveis, ao ser comprovada tecnicamente pelo órgão estatal o descumprimento da função social da terra, começa um processo que se concretiza com a imissão de posse pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e a criação do assentamento.

A tabela seguinte cujas regiões e estados nordestinos são apresentados em ordem decrescente pelo número de assentamentos, mostra também o número de famílias assentadas e a área redistribuída por meio da reforma agrária no período entre 1979 e 2009, com destaque para o Nordeste.

Na análise comparativa das grandes regiões do país, o Nordeste tinha quase a metade do total dos assentamentos do país (46 %) e liderava no número de famílias assentadas (32,5 % do total das famílias assentadas no país). O percentual da área obtida cai drasticamente (12,8%), pois a região Norte se destaca na arrecadação de terras (tamanho médio dos assentamentos).

Tabela 19 Assentamentos Rurais – Grandes Regiões, Estados do Nordeste e Brasil - 1979 – 2009.

Região/UF	Assentamento	%	Famílias	%	Área	%
Nordeste	3.964	46,0	330.002	32,5	9.850.376	12,8
Norte	1.920	22,3	437.456	43,1	57.137.003	74,2
Centro-Oeste	1.176	13,6	159.732	15,7	7.818.193	10,2
Sul	796	9,2	38.900	3,8	791.438	1,0

Sudeste	764	8,9	49.828	4,9	1.404.349	1,8
MA	959	11,1	130.594	12,9	4.302.136	5,6
BA	648	7,5	49.456	4,9	1.738.894	2,3
PE	553	6,4	34.291	3,4	537.650	0,7
PI	478	5,5	33.541	3,3	1.340.064	1,7
CE	416	8,4	24.724	2,4	877.247	1,1
RN	288	3,3	20.385	2,0	524.071	0,7
PB	271	3,1	14.037	1,4	256.156	0,3
SE	197	2,3	9.417	0,9	170.529	0,2
AL	154	1,8	13.557	1,3	103.630	0,1
Brasil	8.620	100,0	1.015.918	100,0	77.001.370	100,0

Fonte: Adaptada de DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2010, cujos estados estavam em ordem alfabética. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>.

Na comparação entre os estados nordestinos observa-se que o Maranhão, a Bahia, Pernambuco e Ceará destacaram-se na reforma agrária. Em Sergipe foram criados 197 assentamentos (que representam apenas 2,3% do total de assentamentos do país, percentuais que são insignificantes no número de famílias assentadas e na área redistribuída), que colocava o estado na penúltima posição regionalmente.

Na análise da reforma agrária não basta afirmar da sua existência ou não enquanto política pública, mas é necessário qualificá-la e nesse sentido a questão da abrangência (massividade) é um divisor de águas. A realização pontual da política de assentamentos de reforma agrária, sem recursos humanos e financeiros suficientes, apesar do discurso ou do *marketing* social, representa uma rendição dos governos às pressões do capital financeiro internacional para manter e ampliar o atual processo de globalização hegemônica neoliberal e da elite interna no sentido da perpetuação do histórico modelo conservador de desenvolvimento da agricultura brasileira concentrador de terra e de renda e, portanto socialmente excludente.

Um segundo aspecto que hoje se constitui importante para os estudos sobre a reforma agrária é a explicitação do método pelo qual a pretendida massividade poderia ser alcançada num país continental como o Brasil. A programação regional prevista no Estatuto da Terra que estabelece as “áreas prioritárias” de redistribuição fundiária, “[...] feita com vistas ao aproveitamento total e preferencial dos recursos humanos que vivem sobre as terras desapropriadas e que a lei considera como os sujeitos do processo” (GOMES DA SILVA, 1971, p.42-43).

Ao invés de considerar o conceito de “área reformada” como sinônimo de cada projeto de assentamento de reforma agrária, esta Tese explica como um conjunto de assentamentos, numa escala espacial semelhante às áreas prioritárias regionais (ESTATUTO DA TERRA, 1964), mas diferenciando-se profundamente porque não a concebe como fruto de um planejamento autoritário, mas como um território, construído a partir da luta dos movimentos sócio-territoriais pela reforma agrária.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA, lançado em novembro de 2003 (MDA, 2003) apontou para a estratégia de desenvolvimento territorial (institucional) que se coadunou em alguns espaços, de alguns estados, com a “construção de áreas reformadas”, quando ocorreu a convergência da espacialização das lutas dos movimentos sociais com as ações de governo voltadas para a correção da estrutura agrária a partir da democratização da terra (como riqueza), como afirmou José Juliano de Carvalho Filho, da ABRA, em 2005³⁶⁷. A verdadeira reforma agrária, conforme José Gomes da Silva (1971) capaz de transformar efetivamente o espaço agrário tem como um dos critérios a massividade. Daí a importância das “áreas reformadas”.

Outra forma de retomada da luta pela reforma agrária massiva no Brasil tem sido as campanhas dos movimentos sociais do campo, reunidos no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo - FNRAJC, desde 1995, que lançaram em 2000, a campanha “Repertir a terra para multiplicar o pão” pela emenda constitucional que limita o tamanho da propriedade da terra no Brasil, ou seja, ao informar, debater, conscientizar e mobilizar a sociedade para pressionar os parlamentares em apoio à proposta de emenda ao artigo 186 da Constituição, que

³⁶⁷ Palestra proferida no INCRA – SR 23 Sergipe por ocasião do lançamento do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão Sergipano PDT/ASS (SILVEIRA, 2006), do qual foi assessor. Este professor da Faculdade de Economia da USP e pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE/USP) foi o convidado especial por conhecer profundamente este espaço geográfico, como pesquisador avaliador da efetividade dos principais programas do governo no Nordeste na década de setenta, tanto os de planejamento regional, como o Programa Plurianual de Irrigação, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA, o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE, e o Programa Especial de Transformação e Fortalecimento da Economia da Região Semi-árida do Nordeste (PROJETO SERTANEJO). Também analisou os programas voltados para as populações de baixa renda: o Projeto de Produção de Alimentos e Nutrição em Áreas Rurais de Baixa Renda no Nordeste e dentro dele o projeto experimental Produção de Alimentos e Melhoria do Estado Nutricional em Áreas de Baixa Renda de Sergipe - PRAMENSE. Ele sintetizou sua experiência de pesquisa documental e de campo concluída em 1982, na comunicação “Ação do Estado no Meio Rural do Nordeste e Noroeste, uma discussão sobre a Eficácia”, compondo o painel “O Estado e a Distribuição de Renda na Agricultura”, no XXVI Congresso Anual da SOBER (1988).

define “a função social da propriedade”, com a inclusão do item V, estabelecendo como limite máximo para a propriedade da terra no país 35 módulos fiscais, sendo as áreas excedentes incorporadas automaticamente ao patrimônio público livre de indenização e disponível para a reforma agrária, com prazo até 2003.

A proposta do limite de 35 módulos fiscais vai muito além dos 15 módulos fiscais que delimitam a grande propriedade pelo INCRA, mas está muito aquém dos 600 módulos fiscais “ou mais” das propriedades gigantes existentes no país. Adotar como parâmetro o módulo fiscal permitiria estabelecer para cada município do país o limite máximo da dimensão das propriedades em hectares (independente de ser produtiva ou improdutiva).

Novamente em 2007 o FNRAJC resgatou a campanha “Uma medida de Justiça: acabar com 500 anos de latifúndio”, que culminou em 2010, com sua incorporação pelo tradicional “Grito dos Excluídos”, na semana da Pátria, que promoveu um plebiscito popular pelo limite da propriedade da terra no Brasil “em defesa da reforma agrária e da soberania alimentar”. Nesse mesmo ano a Via Campesina realizou um abaixo assinado sobre o limite do tamanho da propriedade até 2011, entregando-o ao novo Parlamento brasileiro e ao Presidente da República.

Como nenhuma dessas propostas conseguiu avançar no Congresso Nacional no sentido de estabelecer uma emenda constitucional na qual se fundasse uma ação fundiária “abrangente, massiva e intempestiva”, assumida pelo Estado, segue a questão agrária ao sabor das tendências da territorialização do capital no campo brasileiro e da resistência camponesa, ou seja, da luta de classes no campo. Se Sergipe não se destaca quantitativamente, no total de assentamentos do país ou do Nordeste, conforme a tabela 18, embora apresente ligeira desconcentração fundiária, se destaca qualitativamente pela existência de uma “área reformada em construção” no Alto Sertão Sergipano, que merece ser conhecida, como será apresentada na próxima seção.

SEÇÃO 7

**TERRITÓRIOS EM CONFLITO NO ALTO SERTÃO SERGIPANO:
A TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS CAMPONESES
E A CONSTRUÇÃO DE UMA “ÁREA REFORMADA”**

Na seção anterior refletiu-se sobre a distribuição das terras agrícolas no mundo, em geral desconcentradas (comparativamente às dimensões dos latifúndios no Brasil) resultantes, em vários países de reformas agrárias massivas e radicais, reforçando a reprodução camponesa ou dos agricultores familiares. Destacou-se o papel do Estado Social, tanto nas experiências socialistas, quanto em países capitalistas, sobretudo sob o *Welfare State* sustentando e modernizando respectivamente a agricultura familiar cooperativizada e/ou parcelária, e a necessidade de continuidade desse suporte no contexto atual em que são considerados estratégicos a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar - capacidade de cada país garantir a produção de alimentos para sua população, apesar da pressão contrária do “mercado mundial de alimentos” dominado por grandes corporações transnacionais.

O caso brasileiro foi apresentado como um triste contraponto à realidade agrária mundial, tanto por sua estrutura fundiária extremamente concentrada, onde o latifúndio alcança dimensões sem paralelo, quanto porque o Estado, nas diversas conjunturas, vem transferindo para os movimentos sócioterritoriais a resolução da questão agrária a depender do desfecho da luta de classes aberta e violenta na luta pela terra.

A recém-implantada política de reforma agrária, desde o I PNRA (MIRAD, 1985) ao II PNRA (MDA, 2003), vem sendo reduzida a um programa gradual de assentamentos pontuais por meio da conquista da terra “palmo a palmo”. O Nordeste e Sergipe foram visualizados sem que fugissem do quadro fundiário nacional, no entanto a região nordestina se destacou por situar quase a metade dos assentamentos e das famílias assentadas do país (sem correspondência com o total da área arrecadada).

“Territórios em conflito”, nesta Tese, é uma expressão conceitual construída no debate geográfico que se refere à luta entre latifundiários e trabalhadores sem terra pela apropriação da terra expressa por processos geográficos desiguais, contraditórios, conflitivos, que ocorrem simultaneamente num mesmo espaço geográfico. Nesta disputa ocorre a territorialização do vencedor e a desterritorialização do perdedor.

Esta seção analisa a forma específica do processo de enfrentamento da questão agrária redefinindo o processo de produção do espaço do Alto Sertão Sergipano nos últimos trinta e cinco anos. As reflexões teóricas anteriores são

retomadas utilizando as ferramentas conceituais para compreender a territorialização dos movimentos sócioterritoriais, no sentido inverso do processo hegemônico secular de territorialização do capital e da monopolização do território camponês pelo capital. O novo campesinato surgido das lutas sociais e concretizado pela política pública redistributiva de terra vem produzindo um novo espaço, construindo seu território.

A crescente acumulação de forças dos “sem terra”, representados por diversos movimentos sociais do campo de caráter popular, ao serem bem sucedidos na conquista da terra - desde os índios Xocó, em 1979 ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST³⁶⁸, passando por Sindicatos de Trabalhadores Rurais, pastorais sociais e remanescentes quilombolas, com apoio de da Diocese de Propriá e movimentos sindicais e políticos das cidades. Esses novos sujeitos coletivos vêm conseguindo inverter as relações de poder tradicionais saindo vitoriosos em vários embates tanto com poderosas forças econômicas regionais - o latifúndio tradicional quanto com empresas capitalistas modernas, revertendo, em seu favor, planos governamentais de desenvolvimento regional.

Só a luta pela reforma agrária garante a apropriação do território pelos movimentos sociais do campo. Dessas lutas vem resultando a produção do espaço por um novo campesinato surgido das lutas sociais pela terra e concretizado pela política pública redistributiva de terra.

Nos vários momentos de confronto aberto, em geral, violentos, há uma mudança na luta que altera seu caráter defensivo dos camponeses tradicionais resistindo contra a desterritorialização e o atual momento da luta que se torna ofensiva no sentido da reterritorialização pelas novas gerações de povos tradicionais ou pela territorialização dos “sem terra”; que, de forma inédita conseguem desterritorializar latifúndios improdutivos e produtivos.

Outra diferença importante entre os territórios camponeses tradicionais e o território camponês atual, é que antes se restringiam a espaços onde se reproduzia determinado “modo de vida” a partir de relações sociais de produção não

³⁶⁸ É interessante observar a diferença entre a expressão “sem terra” e “Sem Terra”. Os sem terra são todas as categorias de trabalhadores rurais com acesso precário à terra (parceiros, rendeiros), ou detendo sua posse sem o título de propriedade (posseiros), além de pequenos proprietários com terra insuficiente, assalariados e desempregados rurais e urbanos que se lançam na luta pela terra num dos mais de oitenta movimentos sociais do campo de caráter popular que atuam em âmbito local, regional ou nacional. Os “Sem Terra” formam a base social do MST sejam eles sem terra ou assentados.

capitalistas, microterritórios que correspondiam a cada unidade de produção camponesa ou a espaços de resistência étnico-cultural (tribo, quilombos), nos dois casos caracterizados pelo isolamento familiar ou comunitário (escala local); mas, na fase atual, são territórios de “Sem Terra” e camponeses organizados enquanto movimentos sociais que se territorializam na luta coletiva (tornando-se movimentos sócioterritoriais, alguns deles territorializados nacionalmente).

Dessa forma, esses novos protagonistas enquanto sujeitos coletivos produzem não apenas novos espaços econômico-sociais, mas novos espaços de poder, que vinculam a atuação local a uma organicidade regional/nacional e internacional, capaz de canalizar apoios de outros movimentos sociais e entidades, nessas diversas escalas.

Dentre os diferentes tipos territoriais possíveis, conforme Fernandes (2005), primeiramente, enfatiza-se neste estudo, a construção de territórios, utilizando como unidade mínima de análise – a propriedade rural (improdutiva ou produtiva), objeto da disputa entre as classes em luta, que, ao ser, afinal, desapropriada transforma-se em território indígena ou quilombola ou assentamento de reforma agrária.

Em seguida, amplia-se o foco da análise para o conjunto das propriedades rurais desapropriadas e compradas no Alto Sertão Sergipano para serem redistribuídas que constituíram as bases para a conformação dos limites territoriais que representam a área de influência política de determinados movimentos sócioterritoriais, isoladamente e em conjunto, se torna sinônimo de “área reformada”³⁶⁹, de acordo com a teorização de José Gomes da Silva (1971) e de território camponês de resistência e liberdade.

7.1 A Diversidade de Lutas e a União das Forças de Diferentes Movimentos sócioterritoriais na Primeira Fase da Luta pela Terra no Alto Sertão Sergipano - 1979 a 1996

A primeira fase da luta pela reforma agrária no Alto Sertão Sergipano caracteriza-se pela diversidade de movimentos sociais do campo que se lançaram na luta pela terra de maneira específica, mas não de forma isolada; desde o

³⁶⁹ Embora reconhecendo que o INCRA e outros órgãos públicos considerem cada projeto de assentamento como uma área reformada, neste estudo adota-se esse conceito no sentido mais amplo atribuído por Gomes da Silva (1971) que se aplica no Alto Sertão Sergipano, com a conotação política que se quer enfatizar.

começo, contaram com a solidariedade de outros movimentos sociais do campo e entidades de apoio.

O que é mais visível é que a retomada da mobilização dos movimentos sociais, no Alto Sertão Sergipano no final da década de 1970 foi apoiada pelo bispo da Diocese de Propriá, Dom José Brandão de Castro por meio da Comissão Pastoral da Terra, como foi analisado por José Adailton B. em “A Comissão Pastoral da Terra e a questão agrária: trajetória de luta e resistência no Baixo São Francisco” (2006). Marleide Maria Santos em “Movimentos Sociais: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe” (2008), define movimentos sociais enquanto expressão do conteúdo da divisão e das relações conflituosas entre as classes sociais, que é esposada por esta Tese. A autora faz uma retrospectiva das lutas do campo reforçadas pela criação da Diocese de Propriá, em 30 de abril de 1960, e como atravessaram o período da ditadura militar³⁷⁰, “*locus*” do ressurgimento das mobilizações dos trabalhadores rurais na década de setenta, que ela define como “um amplo e novo processo de espacialização da luta pela terra e por reforma agrária no estado” (SANTOS, 2008, p.102)³⁷¹.

Mas a luta pela terra no Alto Sertão Sergipano também se deu sintonizada com o processo nacional de lutas sociais que transformaram a crise econômica do regime militar em crise política. A renovação do sindicalismo brasileiro “pela

base” não se deu apenas na cidade (movimento operário), mas também no campo, com admirável capilaridade das “oposições sindicais” que venciam eleições e se tornavam novas direções combativas.

Essa nova força política promovia uma intensa articulação entre diferentes segmentos da classe trabalhadora, na memorável I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora- CONCLAT, na criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT (e

³⁷⁰ SANTOS (1999 e 2008) analisa as lutas no Baixo São Francisco e o protagonismo do MEB, desde 1962; a importância do Concílio Vaticano II (1962-1965), do qual o bispo de Propriá participou que reconheceu o compromisso da igreja com setores dominantes e abriu um novo olhar para a situação e as lutas de resistência popular, que repercutiram no Brasil e no Nordeste. Remonta à primeira ocupação do estado, a Fazenda Bica, em 1963 por ferroviários e a reação da sociedade de criadores; o I Encontro de Trabalhadores Rurais do Baixo São Francisco pouco antes do golpe de 1964; pontuou que militantes das ligas tornaram-se dirigentes sindicais e a criação das comunidades eclesiais de base – CEBS, no começo da década de sessenta ligadas aos STRs e na década de setenta mais vinculadas à igreja da Teologia da Libertação.

³⁷¹ Acrescenta-se aqui o pioneirismo dos posseiros de Santana dos Frades, em Pacatuba, que resultou no primeiro assentamento do INCRA em 1977, retratada por Rosemiro Silva (2002)

sua dissidência – Central Geral dos Trabalhadores - CGT) e no Partido dos Trabalhadores-PT³⁷².

Simultaneamente ao processo de renovação sindical, desde o final da década de setenta, distintos movimentos de luta pela terra radicalizavam suas formas de luta adotando a “ocupação dos latifúndios”. Apoiados em sua articulação pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, fundaram um movimento nacional em 1984 – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que assumiu uma natureza sindical - a luta pela terra como luta por condições de trabalho (não assalariado) no campo -, embora sem atrelamento à estrutura sindical oficial.

Nesse contexto, em Sergipe, como em outros estados, surgiram reuniões de articulação de diversos movimentos e, mais especificamente, formou-se um Comitê de Apoio à Luta pela Reforma Agrária, que reunia representantes de vários movimentos sociais e intelectuais.

Dessa forma a solidariedade e ação conjunta marcou o processo de mobilização dos movimentos sociais do campo, no Alto Sertão Sergipano, cujos protagonistas locais se articulavam diretamente ao que havia de mais avançado em termos de organização das forças progressistas no plano nacional.

Por exemplo, o bispo da Diocese de Propriá tinha sido um dos fundadores da Comissão Pastoral da Terra – CPT nacional, em 1975 (que se torna um importante movimento sócioespacial); e as lideranças sindicais rurais eram ligadas ao “sindicalismo combativo”, dentre elas Manoel Dionízio, que foi presidente da CUT no estado, bem como eram dirigentes estaduais do PT.

7.1.1 A Luta dos Povos Tradicionais pela Reterritorialização

O processo de luta pela (re)territorialização dos movimentos sócioterritoriais inclui os povos tradicionais. Dentro do fio condutor desta reflexão teórica – os processos geográficos T-D-R que representam lutas sociais ou territórios em conflito, ressalta-se a luta dos grupos étnico-raciais indígenas e remanescentes quilombolas, por sua reterritorialização, compreendidos enquanto camponeses com acesso

³⁷² Com a reforma eleitoral de 1982 outros partidos do campo progressista foram fundados: o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e o Partido Democrático Trabalhista- PDT ambos de perfil ideológico trabalhista, mas não tiveram influência no processo de renovação sindical no Alto Sertão Sergipano.

precário à terra, portanto enquadrados enquanto “sem terra”, mais especificamente, posseiros.

A formação econômica, social e política de Sergipe, como em outros estados brasileiros é marcada pela concentração de terras nas mãos de uns poucos privilegiados – traço marcante da colonização portuguesa. O papel do atual território de Sergipe que integrou a Capitania da Bahia, em 1534 e, a partir de 1549, a capitania de Sergipe de *El Rei*, na divisão do trabalho colonial era criar gado para o fornecimento de carne, além da farinha e outros “mantimentos” (alimentos) para as principais zonas canavieiras ao norte (Pernambuco) e ao sul (Recôncavo baiano). No século XVIII, o gado embrenhava-se pelos sertões, enquanto os canaviais iam ocupando os vales férteis dos “rios de açúcar”, consolidando a economia açucareira nas primeiras décadas do XIX.

Esse processo significou a expropriação dos territórios e escravização dos povos nativos; a escravização de negros capturados em tribos da África, e a falta de acesso à propriedade legal da terra para brancos e mestiços.

O Sertão Sergipano do São Francisco, como é sabido, foi povoado, além dos colonos portugueses latifundiários, por negros e indígenas fugitivos das propriedades escravistas canavieiras e por brancos e mestiços livres e pobres.

Embora parte dos camponeses tenha se fixado dentro das grandes fazendas como parceiros ou arrendatários, o foco da análise recai sobre aqueles que conseguiram se apossar de glebas, na beira do rio, ou em área de difícil acesso e dedicar-se ao cultivo alimentar, fora dos latifúndios, mesmo que mantendo com eles relações de trabalho temporárias. Como afirmou Ruy Cirne Lima:

O método usado até 1822 para a distribuição das terras foi por meio das sesmarias e o que tem se empregado de então para cá foi por meio das **posses**. Depois da abolição das sesmarias, então, **a posse** passou a campear livremente, ampliando-se de zona a zona, à proporção que a civilização dilatava a sua expansão geográfica. Era **a ocupação** tomando o lugar das **concessões do poder público**, e era, igualmente, o triunfo do colono humilde, do rústico desamparado, sobre o senhor de engenhos ou fazendas, o latifundiário sob o favor da metrópole. A sesmaria é o latifúndio, inacessível ao lavrador sem recursos. **A posse** é, pelo contrário – ao menos nos seus primórdios -, **a pequena propriedade agrícola, criada pela necessidade**, na ausência de providência administrativa sobre a sorte do colono livre, e vitoriosamente firmada pela **ocupação**. (LIMA, 2002, p.51, grifos nossos).

Essa situação de apossamento secular não se deu sem conflitos de terra, que implicaram em deslocamentos de áreas e novas fugas, com a interveniência do Estado, na repressão sobre índios e negros. A Lei de Terras (nº 601), de 1850, extinguiu o regime jurídico da posse como meio de acesso a terra, restringindo-o à compra. O processo de libertação da força de trabalho da escravidão reivindicado pelo movimento abolicionista, foi gradualmente implementado pelo governo imperial ao longo da segunda metade do século XIX, combinado com a política de imigração em massa, sobretudo de europeus³⁷³; mas ambos foram precedidos pelo aprisionamento da terra, pela referida Lei de Terras, nos moldes propostos por Walkefield, nas colônias inglesas dos Estados Unidos da América, como analisou Marx, em 1867 (1980)³⁷⁴, depois também aplicado na Austrália, para reter os imigrantes livres nas grandes explorações, como mencionou Cyrne Lima (2002).

Porém, se no “Sul” do país, a terra, depois de vários anos, foi comprada por parte dos colonos imigrantes, fazendo surgir a pequena propriedade, no “Norte” ela permaneceu inacessível aos ex-escravos, dado que as formas de sujeição no período de transição para o assalariamento rural, incluíam o “cambão”, trabalho gratuito ao patrão alguns dias da semana e o “barracão” que sempre funcionou como mecanismo de retenção por dívidas. Até a década de 1980 o movimento sindical “combativo” lutava contra esses mecanismos de superexploração do trabalho.

A cláusula da referida lei de 1850 que reconheceu o direito do posseiro à terra efetivamente cultivada impôs uma restrição a esse acesso, dado que ele deveria ser iniciado por petição de um requerente. Todos os pequenos posseiros do Alto Sertão Sergipano, dentre eles os negros remanescentes de quilombos e índios não puderam usufruir desse direito, porque, por sua própria exclusão social e cultural, nunca souberam que poderiam requerê-lo “nos prazos marcados”. Assim,

A **Lei nº 601**, de 18 de setembro de 1850, por conseguinte, embora **reconhecesse**, de plano, a aquisição da propriedade pela “**posse com cultura efetiva**”, cuidou de corrigir os excessos havidos nesse particular, **fugindo**, porém, por outro lado, de **decretar uma**

³⁷³ O período de transição para formas de trabalho assalariadas comportou de maneira geral uma gama de formas mistas (semiassalariadas) acompanhadas de mecanismos de retenção por dívida - como o barracão, que explorava tanto os colonos das fazendas de café quanto os moradores “de condição” dos engenhos e das usinas de açúcar.

³⁷⁴ Marx analisou esse processo de “colonização sistemática” no capítulo XXV do Livro I de O Capital – Teoria Moderna da Colonização, em 1867 (1980).

expropriação em massa, cujos efeitos seriam imprevisíveis, atenta a repercussão que teria sobre a nossa economia e a nossa própria organização social. **Instituiu-se, pois, a formalidade da legitimação, a ser solicitada**, sob pena de, com isso, pelos posseiros nessas condições, e mercê da qual se lhes reduzia a extensão de seus domínios. (LIMA, 2002, p.59, grifos nossos).³⁷⁵

Dessa forma, a possibilidade desses povos tradicionais obterem o reconhecimento dos seus territórios teria que esperar pelos resultados das lutas gerais dos trabalhadores pelos Direitos Humanos, e, em várias partes do mundo consolidadas enquanto Direitos Fundamentais, com o avanço do constitucionalismo social, que se tornaria referência para os nossos juristas, sendo aos poucos incorporados nas diversas Constituições Brasileiras (como foi apresentado na seção 4).

Os direitos dos povos tradicionais foram inseridos nas resoluções de assembleias e conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas, criada em 1945, em tratados e convenções internacionais que o governo brasileiro subscreveu: desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948; e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966.

São lutas de afirmação culturais (étnico-raciais) de resgate da memória da língua e outros costumes reforçando os territórios de identidade, defendidos por Haesbaert (2002), retomados por Amanda Christinne N. Marques, em “Direito `a Diferença: olhares sobre as Legislações indígena e Quilombola no Brasil” (2012, p. 4) desenvolve a reflexão sobre a terra como parte de direitos de existência material e também simbólica, território ancestral, abrigo de suas manifestações culturais, tanto do processo produtivo como reatualização de costumes e tradições onde está representada a história de seu povo e a memória do lugar.

No Alto Sertão Sergipano a luta do povos tradicionais pela reterritorialização começou com os índios Xocó que, na verdade, inauguraram a questão agrária e a transformação desse espaço agrário, seguido pelos remanescentes do quilombo

³⁷⁵ A legitimação das posses estava limitada a “uma sesmaria para cultura ou criação igual às últimas concedidas na mesma comarca ou nas mais vizinhas” (Lei 601 de 18 de setembro de 1850, art. 5º parágrafo 1º).

Mocambo, ambos situados no município de Porto da Folha, nas margens do Rio São Francisco.

7.1.1.1 A Luta dos Xocó de Reconquista do seu Território

Tratar os índios, enquanto camponeses, traz um aspecto importante da reterritorialização (território material) que resgata a dívida social histórica para com os povos indígenas. Historiadores estimam que, no Brasil em 1500, havia 5 a 10 milhões de indígenas que foram expropriados de seus territórios, invadidos pelos colonizadores portugueses e de outras nacionalidades européias³⁷⁶.

Nesse contato, entre forças tão desiguais foram dizimados pelas guerras ou escravizados e depois sofreram uma tentativa de “integração” pela Igreja católica com as missões indígenas no século XVIII que promoveram a aculturação, ou melhor, a destruição e submissão cultural³⁷⁷.

Em Sergipe os índios resistiram à ocupação dos seus territórios por séculos, mas quase todos sucumbiram à guerra de extermínio³⁷⁸ ou foram destribalizados e dispersados, em áreas rurais e urbanas. Retrata-se aqui a luta de uma pequena tribo, a única sobrevivente em Sergipe na atualidade, situada no Alto Sertão Sergipano, no município de Porto da Folha.

Integram-se desse modo os Xocó ao contingente de 294.000 índios que viviam no Brasil no final do século XX, conforme os Censo Demográfico (IBGE, 1991)³⁷⁹. Conforme os dados dos censos demográficos seguintes foi registrado um aumento expressivo da população indígena³⁸⁰: 734.000 pessoas em 2000, e

³⁷⁶ Os povos nativos do território do atual estado de Sergipe foram contactados pelos portugueses desde as expedições guarda costa de 1501 e de Martim Afonso de Souza em 1531, além dos franceses, expulsos a partir de 1601, com quem realizavam inicialmente escambo (pau brasil, pimenta e algodão). Com a conquista de Sergipe em 1590 pelos portugueses intensificaram-se os massacres nas aldeias indígenas; aos quais os índios revidavam com ataques a fazendas, engenhos e povoações ao longo dos quatro séculos de colonização. Não se tem informação sobre a relação entre colonizador e indígenas no Brasil Holandês que abrangeu Sergipe entre 1637 e 1646.

³⁷⁷ A catequese dos índios de Sergipe pelos jesuítas tinha sido tentada no século XVI, iniciando-se a partir de 1575, mas fracassou porque a revolta indígena contra a violência dos soldados que protegiam a missão expulsou os militares e religiosos.

³⁷⁸ Na província autônoma desde 1822, a Confederação do Equador em Pernambuco, em 1824, teve como reflexo a revolta dos índios de Pacatuba em 1827.

³⁷⁹ Desde 1991 o Censo Demográfico do IBGE coleta dados sobre a população indígena brasileira por meio da categoria “indígena” no quesito cor ou raça.

³⁸⁰ O IBGE explica que esse aumento se deve não apenas aos efeitos demográficos (natalidade, mortalidade e migração), mas também a um possível crescimento do número de pessoas que se consideram indígenas, sobretudo em áreas urbanas. “O Brasil Indígena” IBGE/FUNAI (2010).

896.000 pessoas em 2010 (que se declaravam/consideravam indígenas),³⁸¹ sem contar as tribos isoladas não recenseada.

No censo demográfico 2010, foi introduzido um conjunto de perguntas específicas, para as pessoas que se declararam indígenas no quesito cor ou raça, como povo ou etnia a que pertenciam e as línguas indígenas faladas, bem como foi incorporado um novo recorte geográfico, que foi a localização do domicílio indígena – dentro ou fora de “Terras Indígenas” (com portaria declaratória do Ministério da Justiça), reconhecidas pelo governo federal.

Eles travam uma longa luta contra a extinção física ou cultural. Os índios atuais, nas suas diferentes formas de ser, de viver e de relacionar-se com a sociedade nacional, constituem-se em exemplos das diferentes possibilidades do que é ser índio no Brasil, após séculos de genocídio e etnocídio praticado contra os primitivos habitantes desta terra.

A distribuição espacial da população indígena em 2010 mostra que 572.083 (63,8%) viviam na área rural, revelando um estreito vínculo com a terra; dentre esses 491.420 moravam em Terras Indígenas³⁸² e 80.663 índios fora delas. Do total da população indígena 325.000 (36,2%) viviam nas áreas urbanas.

Sobre a língua falada por essa população 37,4% dos indígenas de 5 anos ou mais falavam no domicílio uma língua indígena e 17,5% não falavam o português. Entre os que viviam dentro de terras indígenas, esses percentuais sobem respectivamente para 57,3% e 28,8%, o que demonstra a importância da demarcação de territórios para as possibilidades de preservação das características sócio-culturais e estilos de vida dos indígenas.

Os resultados do censo demográfico 2010 mostraram um país com expressiva diversidade étnico-cultural entre os índios: 274 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias diferentes. Contudo em relação ao número original essas etnias encontradas representam os poucos remanescentes que restaram em 500 anos de colonização: de 1.500 a 2.000 povos foram extintos caracterizando um genocídio e etnocídio.

³⁸¹ O Censo 2010 computou na população indígena as pessoas residentes em “Terras Indígenas” que não se declararam indígena no quesito “cor ou raça”, mas se consideraram indígenas ao responder afirmativamente à pergunta direta “Você se considera indígena?”.

³⁸² Do montante da população indígena que vive em Terras indígenas, ou seja, 517.000 pessoas (57,7% da população total), 25.963 moram em meio urbano (5,02% dos que vivem em terras indígenas reconhecidas). Do total de 379.534 indígenas que vivem fora das terras indígenas 298.821 vivem no meio urbano (78,73% dos que vivem fora das terras indígenas).

Os 570 indígenas da tribo Xocó, não são identificados dentro dos grandes troncos linguísticos - Tupi e Macro-jê, aparecendo entre “outras etnias cujas línguas não são classificadas nem em troncos, nem em famílias”. Na referência aos indivíduos que falam outra língua, nenhum deles respondeu.

Vera Lúcia Calheiros Mata, em “A semente da terra” (1989) (tese de doutorado de antropologia apresentada no Museu Nacional em 1989), referente à identidade e a recuperação das terras dos Kariri-Xocó³⁸³ de Porto Real do Colégio (AL) na margem esquerda do rio São Francisco, cuja história tem momentos de interceção com a dos Xocó, de Porto da Folha (SE) na margem direita do mesmo.

A autora retomou a política do governo português, de colocar em aldeias ou missões religiosas remanescentes indígenas de vários grupos tribais, que haviam sido quase dizimados. A história do antigo aldeamento de São Pedro, remonta à missão que os capuchinhos fundaram nas margens do rio São Francisco, no século XVII, para catequizar os índios Aramuru. Do século seguinte são os primeiros registros dos “Ceocose”, como eram chamados os Xocó, que, segundo ela pertencia à etnia “Kariri-Xocó”³⁸⁴, originados de Pão de Açúcar, de onde foram transferidos para a ilha fluvial de São Pedro no rio São Francisco, na qual viveram junto com outros índios Kariri-Xocó vindos da aldeia de Porto Real do Colégio³⁸⁵, ambos, municípios do atual estado de Alagoas, além de índios de outras etnias.

A Lei de 4 de junho de 1703, que se baseava no Alvará Régio de 1700, determinava que “a cada missão se dê uma légua em quadra para a sustentação dos índios e missionários”. Com a expulsão dos jesuítas em 1759 aldeias indígenas, passaram para a administração de outros missionários ou à leiga, apoiada por um assistente espiritual³⁸⁶.

Na primeira metade do século XIX, a missão de São Pedro de Porto da Folha ainda

³⁸³ Para Mata (1989) a denominação Kariri (ou Kirirí) é um nome recorrente que evoca uma grande nação, ou etnia, que teria ocupado boa parte do território dos atuais estados nordestinos desde a Bahia até o Maranhão. As referências aos Xocó remontam ao século XVIII, e também foram encontrados no sertão do Ceará. No Censo Demográfico do IBGE de 2010 os Kariri-Xocó, com 2073 indivíduos também aparece entre “outras etnias cujas línguas não são classificadas nem em troncos, nem em famílias”; e apenas 9 indivíduos de 5 anos ou mais falam uma língua indígena.

³⁸⁴ No Censo Demográfico de 2010 do IBGE, que é declaratório pelos próprios indígenas os Xocó aparecem como etnias distintas dos Kariri-Xocó.

³⁸⁵ Segundo Mata (1989) na aldeia de Colégio viviam Cropotós, Cariris, Aconans, Ceococes (certamente plural de Ciocó ou Xocó) e Prakiós.

³⁸⁶ Mata (1989) afirma que datam do final período colonial as Informações sobre os índios bárbaros dos “certões de Pernambuco”, de Frei Vital Frescarolo. Também sobre o passado colonial há uma tese de doutorado de Pedro Putoni, “A guerra dos bárbaros”, defendida na Universidade de São Paulo em 1998.

constava como uma das cinco povoações indígenas que restavam em Sergipe. A ocupação de terras devolutas foi proibida pela Lei de Terras, de 1850, como foi dito, cuja exceção não pôde ser utilizada pelos ancestrais dos Xocó: embora tivessem posses efetivamente cultivadas, foram excluídos dos benefícios dessa lei porque lhes era inacessível “requisitar seus direitos nos prazos estipulados” (art. 12).

O jornalista Cristian Goes (Cinforme, 2 a 8/6/1997) retomou da tradição oral dos índios que, por ocasião da viagem de Dom Pedro II, conhecendo o rio São Francisco até a cachoeira de Paulo Afonso, em 1859, e as comunidades das suas margens, a comitiva teria parado na Ilha de São Pedro, onde o Imperador prometeu demarcar aquela terra para a comunidade que nela vivia³⁸⁷. Além de ser uma prerrogativa do Poder Imperial essa decisão se coadunava com a referida lei que previa que o governo poderia “reservar terras para a colonização dos indígenas entre outros objetivos”. O engenheiro da comitiva teria iniciado a demarcação das terras dos índios, sem que fosse esclarecido porque não foi então concluída.

Sem poder afirmar a correlação entre um fato e outro, na mesma lei nº 601 constava que os territórios dos índios que não viviam mais aldeados e eram confundidos com a população civilizada deviam ser incorporados à nação, argumento que foi utilizado pelo Presidente da Província de Sergipe, para negar a existência de índios no território sergipano, extinguindo as aldeias. Os índios da missão de São Pedro dispersados pela violência dos fazendeiros, fugiram para Alagoas, para viver junto com os índios Kariri-Xocó, em Porto Real do Colégio.

Segundo Mata (1989) a aldeia missionária é o berço do “caboclo”, identificação genérica que, no século XIX adquire um conteúdo racista, através do qual a política do Império desqualificou as populações indígenas numa política a que o jurista Dalmo Dallari denominou “anti-aldeia”. Alegando a inexistência de “índios de raça primitiva”, as aldeias foram extintas em 17 de julho de 1873 pelo Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Parte dos índios Xocó aldeados foram

³⁸⁷ Mata (1989) também retoma a tradição oral do grupo Kiriri-Xocó de Porto Real do Colégio-AL, que atribuiu o direito à posse imemorial das terras a uma doação do imperador Pedro II, que teria ocorrido na viagem mencionada ao rio São Francisco, onde em Porto Real do Colégio foi recebido por um grupo de índios, como está registrado no “Diário da Viagem ao Norte do Brasil”, de Pedro II, que mostra os preconceitos do imperador para com os índios que então estavam em vias de perder suas terras como “descendentes de raça já bastante cruzada” (Pedro II, 1959: 111). Uma série de circunstâncias faz com que essa terra fique com as destinações mais diversas, em poder do Estado, quer no Império, quer na República.

buscar refúgio junto aos Kariri-Xocó de Porto Real do Colégio-Alagoas, na outra margem do rio e parte permaneceu no município sergipano de Porto da Folha.

“Ao longo de mais de cem anos, é possível acompanhar as articulações dos índios Xocó em reaver as suas terras, envolvendo violências que tornavam a dispersar o grupo, e a negação da origem indígena para não sofrerem discriminações. Eram conhecidos como caboclos da Caiçara”. Nessas lutas José Maurício Arruti (2006) também destaca vários momentos de articulação entre os Xocó e os Kariri-Xocó.

Antes de reconquistar seu território, os índios viviam quase como escravos trabalhando para os fazendeiros, sem poder se expressar culturalmente “se uma pessoa usasse qualquer coisa que fosse indígena era motivo para apanhar ou morrer”, “o calo boca durou mais de 100 anos”, “a gente não podia dizer que era índio” (depoimentos registrados por Goes em 1997).

Os índios compunham frações do campesinato sertanejo, eram posseiros nas terras ribeirinhas que disputaram com os latifundiários. As Constituições Brasileiras até 1946 reconheciam a existência de “silvícolas”, no território brasileiro, garantindo-lhes alguns direitos, sobretudo às terras onde viviam e trabalhavam, sem existir canais institucionais para colocar tais direitos em prática, embora o Serviço de Proteção ao Índio – SPI tivesse sido criado desde 1910.

Avançava o reconhecimento internacional da legitimidade dos movimentos étnico-raciais e das multiculturalidades: os direitos indígenas surgiram na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 e, especificamente, desde a Recomendação sobre Populações Indígenas e Tribais, de 1957, definidos no âmbito da ONU.

Apesar desses avanços prevalecia no País a idéia de integração à sociedade nacional, o que foi exacerbado durante a ditadura militar, quando foi intensificada a aculturação dos indígenas, pois “a ideia de nação não comportaria essas nacionalidades. Por isso os povos indígenas teriam que se transformar em cidadãos brasileiros sem outra identificação étnica”, como afirmou Saulo Feitosa (CIMI) em reportagem da Folha de São Paulo, de 25/11/2012. A questão indígena estava abafada pela ação tuteladora da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, vinculada ao Ministério da Justiça, criada pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967.

Amazonir Fuini-ô, repórter da secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília - UnB, publicou notícia de 04/04/2011, que divulga a tese em História Social,

de Poliana Soares dos Santos Bicalho, de 2010, sobre a história do movimento indígena no Brasil. Segundo a autora a partir dos anos 1970 os índios brasileiros passaram a organizar seus próprios movimentos sociais para defender seus direitos. Conforme observou Bicalho (2010), o movimento indígena surgiu a partir de 1974, promovendo diversas assembleias, nas quais chefes e outros participantes começaram a discutir juntos e a tomar consciência da dominação. O movimento passa a atuar de três maneiras: formação de lideranças próprias³⁸⁸, articulação entre os povos e parcerias com entidades de apoio e o Estado, com o grande objetivo de demarcação de suas terras. Entre as entidades de apoio destaca-se aqui o Centro Indigenista Missionário – CIMI (movimento sócioespacial imprescindível na fase inicial da organização indígena), que surgiu em 1972, teve como um dos seus coordenadores o bispo da Diocese de Goiânia – Dom Thomas Balduino.³⁸⁹

Nesse contexto de organização e articulação indígena nacional os Xocó iniciaram sua luta em três frentes: as mobilizações enquanto “trabalhadores rurais” posseiros, a batalha judicial contra os fazendeiros e a investigação documental em busca dos seus direitos indígenas.

Pesquisadores do NPGE/UFS dedicaram-se aos Xocó de Porto da Folha, em Sergipe: Avelar Santos Jr. elaborou sua dissertação de mestrado “A Terra Xocó: um espaço como expressão de um povo (2005); outra dissertação de

Natelson Oliveira de Souza “A História está no ‘drama’: jovens Xocó e produção de socialidade com linguagem das artes” (2013) divide a luta dos Xocó, numa perspectiva historiográfica em dois ciclos de eventos, que se superpõem: o primeiro iniciado em setembro de 1978 vai até 1984 refere-se à conquista da ilha de São Pedro e de 1982 a 1991 a conquista da fazenda Caiçara e integralização do território Xocó.

A Lei nº 6001 de 1973 propôs a garantia das terras indígenas e estabeleceu o prazo de cinco anos, até 21 de dezembro de 1978 para a efetivação de todas as demarcações das terras indígenas. As possibilidades abertas por essa lei animaram a luta indígena em diversos estados, como em Sergipe e Alagoas. Mata (1989) articula essa última luta pela terra com a retomada da identidade genérica como

³⁸⁸ Bicalho (2010) destaca como principais lideranças da década de 1970 e 1980 foram Gersem Baniwa, Joênia Wapichana, Marcos Terena, Paulinho Montejo, Ailton Krenak e Azelene Kaingang.

³⁸⁹ Recordar-se aqui a oportunidade da autora observar uma das assembleias de diversos povos indígenas do Centro Oeste com a presença do referido bispo, em 1977, em Goiânia, como estudante de graduação em Serviço Social na UnB.

“índio” ou específica como Kariri-Xocó, que também se aplica aos Xocó de Porto da Folha, em Sergipe, exceto no momento inicial da luta.

Dentro do primeiro ciclo da luta dos Xocó, a primeira frente das mobilizações pela terra liderada pelo cacique Apolônio de Carvalho, começou no início da década de 1970 enquanto “trabalhadores rurais” (entrevista com o “pajé” da tribo Xocó, em 2006), contando com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto da Folha – STR além das pastorais sociais da Diocese da Igreja Católica de Propriá, que atuavam como movimentos sócioespaciais (entrevista com o então tesoureiro do sindicato, em 2008).

Segundo Beatriz Goes Dantas (1991), em setembro de 1978, após várias tentativas de serem reconhecidos como donos das terras, os “caboclos da Caiçara” ocuparam a ilha fluvial de São Pedro, de 97 hectares, com apoio de militantes do DCE da UFS e da comissão Pró-Índio/SE, mas foram expulsos pelos fazendeiros. Segundo Mata (1989), os índios Kariri-Xocó, de Porto Real do Colégio, Alagoas³⁹⁰ também aspiravam voltar para a ilha de São Pedro, mas, quando perceberam a viabilidade política da conquista das terras da Fazenda Modelo ou Sementeira, de 459,4 hectares, em novembro do mesmo ano, redirecionaram sua luta para essa fazenda então administrada pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, sobre a qual alegavam direito de posse imemorial.

Mata (1989) relaciona a tomada das terras pelo grupo indígena de Colégio, com as mudanças no contexto regional de implantação no baixo São Francisco³⁹¹, com o “Projeto das Áreas Inundáveis da CODEVASF” que planejou a desapropriação das áreas anteriormente inundáveis para dar lugar a projetos de agricultura de irrigação e piscicultura, em lotes distribuídos num sistema de

³⁹⁰ Os Kariri-Xocó cuja população é de 2.189 pessoas, se tornaram “índios urbanos”, pois viviam segregados na “Rua dos Índios”, a um quilômetro da praça central da sede municipal de Porto Real do Colégio, Alagoas (em frente à cidade sergipana de Propriá à qual se liga pela ponte da BR 101) onde viviam junto aos não-índios. Na esquina desta rua estava o Posto Indígena, fundado em 1943, e, junto ao mesmo, a escola. Quando ocuparam a fazenda se estabeleceram em suas dependências. Aos poucos, porém, com ajuda de uma entidade canadense, a FUNAI forneceu material para que as casas fossem construídas na nova aldeia. Em 1983 o Posto Indígena foi transferido para a fazenda ocupada.

³⁹¹ Toda a região abaixo da Cachoeira de Paulo Afonso, no atual município de mesmo nome, na Bahia é o Baixo São Francisco, abrangendo Porto da Folha (SE) e Porto Real do Colégio (AL) até a foz do rio. Do final da década de 1950 é o levantamento geral dos índios do médio e baixo São Francisco feito por W.D. Hohenthal Jr. O Museu do Índio, no Rio de Janeiro, dispõe de documentos textuais de 1950 a 1954 e também documentação microfilmada. O professor de fotografia Celso Brandão, do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Alagoas, possui material fotográfico sobre indígenas do mesmo Estado. Referente aos Kariri há também um trabalho de mais de quarenta anos, de Alfonso Trujillo-Ferrari.

cooperativa agrícola,³⁹² que se antecipava ao início do funcionamento da Hidroelétrica de Sobradinho, em 1979, cuja barragem, inviabilizaria a agricultura de inundação, pois, o rio já não teria seu ciclo de enchentes e vazantes determinado pelo sistema de seus afluentes.³⁹³ Apesar dos Xocó terem sido atingidos pelas mesmas mudanças drásticas do regime de cheias do São Francisco, na medida em que se avança para o interior percebe-se a alteração da conformação do relevo nas margens do rio: a última grande várzea fluvial e complexo de lagoas no lado sergipano do Baixo São Francisco, era na “Ilha do Ouro”, no município de Porto da Folha, junto à sede municipal, situada ao sul das terras indígenas, sem alcançá-las, por isso, a trajetória dos índios Xocó vai se diferenciar dos Kariri-Xocó.

Embora as fontes consultadas não tenham relacionado diretamente o acirramento da luta dos Xocó, de Porto da Folha, em Sergipe, com a divulgação do referido prazo legal, dado pela Lei nº 6001 de 1973, o fato de Dantas (1991) e Santos (2008) terem mencionado o apoio da Comissão Pró-Índio, que se estruturava no plano nacional e estadual em 1978 (outro importante movimento sócioespacial), torna isso bem provável.

A segunda frente de luta se deu simultaneamente à primeira – a batalha judicial foi desencadeada em 1978 com um longo litígio contra os Brito, de Propriá, na justiça, cujas mobilizações buscavam reverter a morosidade do andamento do processo.

A terceira frente de luta, da investigação documental também se deu concomitantemente às outras duas, quando os Xocó incrementaram a investigação documental sobre seus ancestrais indígenas, que ocorreu com apoio de intelectuais, notadamente Beatriz Goes Dantas, contando com o auxílio da Justiça, nos arquivos

³⁹² A rizicultura foi a mais atingida, mas toda a região parou a espera da instauração da nova ordem. As mudanças atingiram os índios enquanto trabalhadores meeiros ou alugados. O Projeto Itiúba, foi implantado em 1975 na região de Colégio e alguns índios conseguiram nele inscrever-se como parceiros, com acesso a empréstimo bancário pagável com produção agrícola, participação nas reuniões dos cooperativados, devendo obedecer aos horários de abertura da água para irrigar seus lotes e aceitar a supervisão dos agrônomos da CODEVASF, que distribuíam a semente de arroz padronizada. A maioria, porém, se sentiu discriminada.

³⁹³ A Fazenda Modelo também teve suas lagoas de plantio de arroz afetadas pelo novo regime imposto pela barragem de Sobradinho e a CODEVASF (1979) planejava nela criar um programa de piscicultura, quando a mesma foi invadida pelos Kariri-Xocó. Em 1980, os Kariri-Xocó que invadiram a Fazenda Modelo pressionam a CODEVASF para participar como parceiros, conseguindo que mais de quarenta índios fossem aceitos. Estes, porém, ficam separados dos primeiros índios, em lotes de um outro setor, de má qualidade, passando a ser assistidos por um técnico contratado pela Funai. Poucos parceiros, índios ou não, conseguiram obter um saldo positivo junto à cooperativa. Alguns foram trabalhar no corte de cana de usinas localizadas no sul do estado de Alagoas em áreas onde esta cultura é recente.

de Portugal onde foi encontrado um documento por meio do qual o Imperador Dom Pedro II dava posse da Caiçara aos índios, e o apoio da igreja de Propriá na compilação de outros documentos comprobatórios.³⁹⁴

Retomando a análise da frente de mobilizações, segundo o texto “A outra vida dos Xokó”, do Boletim da Comissão Pró-Índio de 1983, de acordo com depoimento do cacique Apolônio, no dia 09 de setembro de 1979 as 22 famílias que viviam e trabalhavam na fazenda Caiçara e mais 04 na fazenda Belém onde pescavam, cultivavam milho, arroz, feijão e fabricavam cerâmicas, foram expulsas pela família Britto.

Três dias depois, quando foi realizada pela Diocese de Propriá a primeira Romaria de comemoração dos cem anos da morte do missionário italiano Frei Doroteo de Loreto. Um pequeno grupo comprou arame farpado e grampos, para cercarem e ocuparem a Ilha de São Pedro entre os dias 13 a 16 de setembro, com apoio da Diocese representada pelo Bispo Dom José Brandão de Castro, da Paróquia de Porto da Folha na pessoa de frei Enoque, do STR de Porto da Folha na pessoa do presidente Manoel Oliveira. Em outubro daquele ano, o Conselho Indigenista Missionário – CIMI realizou na Ilha de São Pedro a 13ª Assembléia dos Povos Indígenas do Nordeste³⁹⁵ com a participação das aldeias Tucano do Amazonas e Xavante Itapirapé de Mato Grosso. Dessa forma a reconquista da ilha onde viveram seus ancestrais na missão indígena, se deu a partir da segunda e definitiva ocupação da ilha em setembro e com o seu reconhecimento enquanto remanescente indígena pela FUNAI em novembro de 1979, após relatório da antropóloga do órgão Delvanir Melatti, atestar a ascendência indígena dos Xocó e receberam a visita do chefe do Posto indígena Kariri-Xocó de Porto Real do Colégio (AL).

Em 7 de dezembro do mesmo ano, o então governador do Estado de Sergipe Augusto Franco desapropriou a ilha de São Pedro. Dantas (1991, p. 57), descreveu a aldeia dos Xocó, em 1981, com casas de taipa, a igreja, as ruínas de um convento e o cemitério, construídos no final do século XVII e início do XVIII pelos jesuítas e capuchinhos, cercados pela mata.

³⁹⁴ Mata (1989) não encontrou nenhum documento de doação aos Kariri-Xocó de Porto Real do Colégio.

³⁹⁵ Não há referência explícita à participação dos Kariri-Xocó de Colégio ou outros grupos do baixo São Francisco.

Dantas em coautoria com Dalmo Dallari escreveu “Terra dos Índios Xocó”, em 1980, no qual fazem uma análise dos direitos dos índios sobre suas terras, do ponto de vista jurídico e da documentação que fundamenta os direitos históricos dos Xocó sobre a Caiçara, mostrando seu confronto com o Estado e os interesses dominantes.

A vitória dos remanescentes indígenas pela reterritorialização que Santos (2008) ressaltou, como a primeira luta vitoriosa pela terra no Alto Sertão Sergipano, evitou nova dispersão espacial e integração social subalterna, em condições precárias, como tantos outros descendentes que se declararam indígenas nos Censos Demográficos do IBGE.

Em cerimônia no Palácio do Governo em 27 de junho de 1984 a FUNAI assumiu a gestão do território Xocó na ilha de São Pedro, representada por seu presidente Jurandi Marcos da Fonseca e o Delegado da FUNAI para a Região Nordeste, Leonardo Reis, na presença do prefeito de Porto da Folha, Antônio de Caio Feitosa e uma comissão dos índios Xocó composta por Paulo Acássio, Damião, Raimundo, Manoel de Lulu e Apolônio Xocó, conforme noticiou o jornal indígena (1984, p.3).

As lutas político-institucionais no plano nacional eram dirigidas pelo Comitê Pró-Índio e a CNBB/CIMI, junto à Assembleia Nacional Constituinte (1986/87). Desde 1966 os índios, apesar de tutelados, podiam votar e ser votados (Resolução 7.019/66 do TSE).³⁹⁶ O movimento contava com o primeiro índio que se tornou deputado federal – Mario Juruna³⁹⁷, eleito pela primeira vez em 1983 que foi reeleito deputado constituinte, o que significava como enfatizou Bicalho (2012) que eles passaram a se representar a si mesmos e nas palavras de Rafael Xavante, então estudante de antropologia na UnB “Juruna abriu as portas para a participação indígena no cenário político brasileiro”. A principal luta naquele momento era para garantir que o direito natural dos índios sobre suas terras constasse da nova Constituição e sobre o processo de demarcação das mesmas.

O texto constitucional de 1988 afirmou seu objetivo de promover o bem de todos, sem preconceitos de raça e cor e quaisquer forma de discriminação (art 3, IV), que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza (art 5); que a

³⁹⁶ Em 1983 havia um índio vereador na câmara municipal de Porto Real do Colégio, Alagoas (Mata, 1989).

³⁹⁷ Juruna ganhou visibilidade por andar pelos gabinetes de diversas autoridades, sobretudo da FUNAI com um gravador para registrar suas promessas, dificilmente cumpridas.

prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão” (art 5, XLII). Retomou, mas avançou sobremaneira em relação a toda legislação constitucional e infraconstitucional de proteção aos povos indígenas, ao reconhecer os povos indígenas em sua organização social, como grupos fundamentais da formação brasileira, cujos modos de vida, costumes línguas, crenças e tradições devem ser preservados como patrimônio cultural do país (cap. VIII da Ordem Social).³⁹⁸

Rompe com a tutela da FUNAI ao afirmar que os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa dos seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo (art 232), porque lhe cabe defender judicialmente os direitos e interesses dessa população (art. 129, V). Compete privativamente à União legislar sobre populações indígenas (art 22, XIV) e combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos (X) e aos juízes federais processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas (art 109, XI).

No que se ressalta nesta Tese, são reconhecidos os direitos originários dos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam (consideradas patrimônio da União),³⁹⁹ por eles habitadas em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

³⁹⁸ Há uma importante abordagem sobre a cultura, sendo competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar e proteger os o patrimônio histórico, cultural e artístico (art. 24): documentos, as obras e outros bens (art 23, III) e impedir a evasão, a destruição e a descaracterização desses bens (IV). Ao tratar especificamente da Cultura (Título VIII, da Ordem Social, seção II, cap III) o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (art 215); protegerá as manifestações das culturas indígenas participantes do processo civilizatório nacional, a lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais (art 215). Na sequência define que o patrimônio cultural brasileiro consiste nos os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (art 215). Os instrumentos de promoção e proteção desse patrimônio cultural pelo Poder Público, com a colaboração da comunidade: inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro (Disposições Constitucionais Gerais, Título IX, art 242).

³⁹⁹ Da Organização do Estado (Título III, cap I, art 20, XI).

Compete à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (art 231). Dessa forma o Estado garante sua posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios, dos lagos nelas existentes, tornando nulos os atos que pretendam ocupá-las ou a explorar as referidas riquezas e necessária sua participação nos projetos e resultados relativos ao aproveitamento dos recursos hídricos e riquezas minerais. As terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis; por isso é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras (salvo em catástrofes ou epidemias ou no interesse da soberania nacional após deliberação do Congresso Nacional, garantido o retorno ao cessarem os riscos).

A nova concepção sobre os direitos indígenas na Lei Máxima do país, de 1988, foi reforçada por uma nova Resolução Internacional. Em 7 de abril de 1989 realizou-se a 76ª (septuagésima sexta) Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho – OIT/ONU, em Genebra, que, observando as normas gerais internacionais e, particularmente os numerosos instrumentos internacionais sobre a prevenção da discriminação e as mudanças na situação desses povos em todas as regiões do mundo, resolveu adotar uma nova Convenção Internacional sobre os Povos Indígenas e Tribais (Convenção nº 169 da OIT), revisando a de 1957.

Conforme Bicalho (2012), a única índia brasileira que participou do processo de formulação da mencionada “Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas” foi Azelene Kaigang, que era então socióloga⁴⁰⁰.

O quadro a seguir apresenta a síntese da legislação nacional constitucional e infraconstitucional que situaram os direitos indígenas enquanto direitos fundamentais e das cartas internacionais que os situaram entre os Direitos Humanos.

O segundo ciclo da luta dos Xocó pela terra refere-se ao processo de disputa da Caiçara, que se iniciou em 1982 e terminou em 1991. Ao mesmo tempo que lutavam pela ilha de São Pedro os índios estenderam a luta pela fazenda Caiçara, nas margens do rio, em frente a ilha. Esse ciclo se inicia com a batalha judicial que se desdobrou por longo tempo contra a família Brito, e pela resistência à violência por jagunços.

⁴⁰⁰ Outras lideranças da época são Alvaro Tucano, Ângelo Kretã, Marçal de Souza, Raoni Mentuktire e Domingos Veríssimo Terena.

Quadro 02 Evolução da Fundamentação dos Direitos dos Povos Indígenas em Pactos Internacionais e na Legislação Brasileira até 1996:

Data	Evento/Entidade
1850	Lei de Terras, regulamentada pelo Decreto Imperial de 30/11/1854 previa reservar terras para a colonização dos indígenas (art.12)
1934	Constituição Federal – CF (art.129): respeito à posse de silvícolas, que se achem permanentemente localizados nas terras e sua incorporação à comunidade nacional
1937	CF: direitos especiais de posse dos silvícolas sobrepondo-se ao privado (art. 154).
1946	CF: respeito a posse das terras dos silvícolas onde se achem permanentemente localizados (art 216) e sua incorporação à comunhão nacional (art.5 “r”).
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Assembléia Geral das Nações Unidas.
1957	Convenção nº 107 sobre Populações indígenas e tribais na XIV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho– OIT/ONU, Genebra
1958	Convenção sobre Discriminação no Emprego e Ocupação – OIT/ONU
1960	Convenção sobre a luta contra Discriminação no Ensino, adotada pela UNESCO/ ONU, agência para Educação, Ciência e Cultura
20/11/1963 21/12/1965	Declaração sobre Eliminação de todas as formas de discriminação Racial pela Resolução nº 1904 da XVIII Assembleia Geral da ONU; retomado como resolução nº 2106-A da XX Assembleia Geral da ONU; entrou em vigor em 1969
1964	Emenda Constitucional nº 10 à CF de 1946: respeito a posse das terras dos silvícolas onde se achem permanentemente localizados e sua integração à comunhão nacional.
1964	Lei nº 4.504, que regulamenta a CF 1946: Estatuto da Terra Garantia às populações indígenas do direito à posse da terra que ocupam ou que lhe sejam atribuídas (art 2).
19/12/1966	Pacto internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado na XXI Sessão da Assembleia Geral da ONU; entrou em vigor em 3/1/1976
19/12/1966	Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos adotado na XXI Sessão da Assembleia Geral da ONU; entrou em vigor em 23/3/1976
1966	Convenção Internacional pela Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial; recomendação geral nº XXIII trata dos povos indígenas; retomada em 1998
1965 18/6/1965 18/6/1966 5/12/1967	Decreto Legislativo nº 20 aprova a Convenção nº 107 de 1957 sobre Populações Indígenas e Tribais; registro da ratificação brasileira na OIT; em vigor 12 meses após; Decreto nº 58.824 do Presidente Castelo Branco 14/7/1966 promulga a convenção nº 107; mantido pela Lei nº 5.371
1967	CF: assegura aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam (art 186) e reconhece o seu direito de usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nela existentes (art 198).
1969	Emenda Constitucional à CF de 1967: Idem. As terras ocupadas pelos silvícolas incluem-se entre os bens da União/ Fundação Nacional do Índio (art 4, II e IV).
1971	I Convenção Interamericana sobre os direitos dos Povos Indígenas
30/11/1973	Convenção Internacional sobre Repressão e Castigo de Crime de <i>Apartheid</i> , resolução nº 3068 da ONU
1973	Lei 6001 – Estatuto do Índio -prazo para demarcação terras indígenas até 21/12/1978
1988	Constituição da República Federativa do Brasil – art. 231 e art. 67 das Disposições Constitucionais Transitórias, define o prazo para as demarcações das terras indígenas por cinco anos, até 1993.
07/04/1989	Convenção Internacional sobre Povos Indígenas e Tribais nº 169 (revisando a de 1957) na 76ª. Conferência Geral da OIT/ONU – Genebra, Suíça.
12/2/1991 24/1/1992 e 6/7/1992	Decreto Legislativo nº 226; Carta de Adesão ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais depositada pelo governo ; Decreto nº 591 de Fernando Collor de Mello de adesão do Brasil ao Pacto; 24/4em vigor no Brasil .
12/12/1991 6/7/1992 24/4/1992	Decreto Legislativo nº 226 ratifica a adesão do Brasil ao Pacto. Internacional dos Direitos Civis e Políticos/ONU; Governo Federal deposita Carta de Adesão do Brasil; Decreto nº 592 de Fernando Collor de Mello publica a adesão do Brasil
1993	Lei nº 8.629, “lei agrária” regulamenta art 67 CF 88 sobre povos indígenas.
1996	Decreto nº 1.775 de 8 de janeiro, de Fernando Henrique Cardoso dispõe sobre a regularização de terras indígenas

Fonte: Construção da autora a partir da pesquisa bibliográfica da legislação (Seção 4). A lei agrária não afetou diretamente a luta pela terra dos índios Xocó, mas sim o seu acesso a outras políticas públicas posteriormente.

José Maurício Arruti, em *Mocambo - Antropologia e história no processo de formação quilombola* (2005, p.134) descreve esse processo tenso de luta:

Depois de a Caiçara ser declarada (mas não demarcada) como terra indígena pela FUNAI, em 1984, os Brito⁴⁰¹ continuaram a ocupá-la, mantendo o local sob a vigilância de jagunços, em constante ameaça de enfrentamento com os Xocós. Depois de os Xocós anunciarem uma invasão da Caiçara em 1985, a FUNAI tenta demarcar as terras da fazenda, mas seus técnicos são impedidos pelo fazendeiro, apoiado por jagunços e pela PM. Dois anos depois, em agosto de 1987, os Xocós efetivamente invadem a Caiçara (ainda ocupada pela milícia dos Britos), mas são expulsos, logo em seguida por decisão judicial. Os índios invadem então a delegacia regional da FUNAI em Maceió, em setembro, porém não conseguem um compromisso do órgão indigenista. (ARRUTI, 2005, p. 134).

As diretrizes constitucionais de 1988 abriram uma nova perspectiva para os povos tradicionais se reterritorializarem concretamente, apontando o caminho para a solução da questão das terras indígenas no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: “a União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição” (art 67), o que ampliava para 1993, o horizonte da possibilidade de integralização do território Xocó. Os índios permaneceram em luta como continuou descrevendo Arruti (2005, p.134):

O conflito no local se acirra, levando à intervenção de sucessivas instâncias de poder: polícia militar, justiça estadual e Ministério Público Federal. A Procuradoria da República intervém em 1988, com uma ação de reintegração de posse em favor dos Xocós e uma intimação à FUNAI, exigindo a demarcação da Caiçara. Devido à demora os índios Xocós novamente ocupam a delegacia do órgão durante quatro meses de 1989. Finalmente a demarcação é realizada e, em 1992 é homologada, embora nem todos os proprietários incidentes na área tivessem sido retirados. (ARRUTI, 2005, p.134).

O então procurador Geral da República em Sergipe era Evaldo Campos impetrou essa ação de reintegração de posse na Justiça Federal solicitando a intimação da FUNAI para demarcar o território Xocó. O quadro 04 a seguir retoma uma visão de conjunto da luta dos Xocó.

⁴⁰¹ Outro autor afirmou que desde outubro de 1982 o fazendeiro Jorge de Medeiros Pacheco comprou com recursos do Banco do Nordeste do Brasil essa fazenda da família Brito e em outubro o gado do fazendeiro invadiu a ilha.

Quadro 03: Luta de Gerações da Tribo Xocó pela Terra - Porto da Folha/SE.

Período	Fase da Luta e Conquistas
Século XIX	Em visita ao rio São Francisco o Imperador D. Pedro II, dá posse da ilha aos índios da missão de São Pedro. O engenheiro da comitiva iniciou a demarcação das terras.
1850	Lei nº 601 de 1850 reconhece a posse mediante solicitação formal; os territórios dos índios não aldeados, confundidos com a população civilizada deveriam ser incorporados à nação. Presidente da Província de Sergipe nega a existência de índios no território, extinguindo aldeias; as terras de São Pedro foram transformadas em fazendas de gado.
Século XIX e XX	Ao longo de mais de cem anos, articulações dos índios Xocó em reaver as suas terras, envolvendo violências que dispersava o grupo
1970	Os índios Xocó começaram a luta pela terra como “trabalhadores rurais”, com o apoio do STR de Porto da Folha, Diocese de Propriá e Paróquia de Porto da Folha
1978	Os Xocó ocuparam a ilha de São Pedro, em setembro, com apoio da comissão Pró-Índio/SE e do DCE da UFS; foram expulsos. Início da batalha judicial contra os Brito, de Propriá. Investigação documental sobre ancestrais indígenas, por intelectuais, Justiça e Diocese de Propriá. Documento de D. Pedro II dava posse da Caiçara aos índios.
1979	Relatório da antropóloga Delvanir Melatti, atesta a ascendência indígena dos Xocó. Reconhecimento da ilha de São Pedro como território Xocó pela FUNAI. 09/set - 22 famílias que viviam na Caiçara e 04 na Belém foram expulsas. 12/set - Diocese de Propriá faz romaria. 13-16/set - os Xocó ocupam e cercam a Ilha de São Pedro com apoio da Diocese de Propriá, Paróquia de Porto da Folha, STR de Porto da Folha. Out - o CIMI realiza na Ilha a 13ª Assembléia dos Povos Indígenas do Nordeste com a participação de aldeias do norte e centro oeste.
1979	7/dez – governador Augusto Franco desapropriou a propriedade particular da ilha de São Pedro reconhecida como área indígena
1979-1984	Processo burocrático de consolidação da desapropriação da propriedade particular da ilha eivado de pressões
1984	27/junh o novo governador João Alves Filho passou a ilha de São Pedro para o Patrimônio da União e deste para a gestão da FUNAI em presença dos índios.
1984	Caiçara declarada terra indígena pela FUNAI (mas não demarcada). Os fazendeiros continuaram a ocupá-la com jagunços, em constante ameaça aos Xocós.
1985	Xocós anunciam invasão da Caiçara; a FUNAI inicia demarcação das terras da fazenda, impedida pelo fazendeiro, apoiado por jagunços e PM. 25/julh formação do Comitê de Apoio Permanente a Luta dos Trabalhadores Rurais de Sergipe pela reforma agrária, com militantes do PT e DCE da UFS.
1986	Índios ocupam a fazenda Caiçara; Dez – os Xocó vencem a longa batalha judicial.
1987	Ago, os Xocós invadem a Caiçara (ocupada pela milícia dos Britos), mas são expulsos por decisão judicial. Set - índios ocupam a delegacia regional da FUNAI em Maceió
1988	O conflito se acirra envolvendo PM, justiça estadual e MPF. Ação de reintegração de posse da Procuradoria da República em favor dos Xocós e intimação á FUNAI, exigindo a demarcação da Caiçara.
1989	os índios Xocós novamente ocupam a delegacia da FUNAI durante quatro meses
1991 (Arruti/1992)	Mar/91 início da demarcação da área indígena da Caiçara, Belém e Araticum, ocupadas permanentemente. 24/dez/91 homologação pelo presidente Fernando Collor de Mello, da área Caiçara através do Decreto nº 401/91, integralizando o território Xocó.
1992	Continua processo de desintrusão dos proprietários particulares de dentro da área.

Fonte: Construção do quadro-síntese pela autora a partir da pesquisa bibliográfica

Complementando e explicitando diferenças com a citação de Arruti a demarcação da área indígena da Caiçara, incorporou as fazendas Belém e Araticum, ocupadas permanentemente, em março de 1991, e, em 24 de dezembro, foi feita a homologação pelo presidente Fernando Collor de Mello, através do Decreto nº

401/91, integralizando o território da única tribo indígena em Sergipe até a atualidade com 4.317 hectares⁴⁰² e não em 1992 como afirmou o autor.

Em duas datas houve comemorações da grande vitória da integralização do território Xocó, uma mais ampla com amigos nos dias 10 a 12 de maio de 1993, e dez dias depois comemora a posse definitiva exclusiva para a comunidade⁴⁰³ e, desde então não tiveram mais problemas com relação à posse da terra.

Com referência à dimensão do território Xocó, enquanto território indígena, de acordo com Fernandes (2005, p.4) caracteriza-se como descontínuo em pontos. Na ilha instalaram a aldeia, onde vivem 108 famílias e 432 pessoas. Depois de 1993 Arruti (2006) se refere à rotinização da aldeia e a organização para estabelecer a própria idianidade, o que não se dá sem certo conflito com o Mocambo.

Na luta pela preservação de seu território material, a apropriação da terra (propriedade) é coletiva, mas foi introduzida a separação em lotes familiares para seu uso produtivo, preservando-se a divisão de trabalho natural por sexo e idade. As famílias Xocó se caracterizam como pescadores artesanais e agricultores que produzem estritamente para o autoconsumo com poucos excedentes levados ao mercado local (Pão de Açúcar/AL). Dantas (1991, p.55-56 acrescenta) a cerâmica, feita pelas mulheres é vendida nas feiras das redondezas, conforme Barreto (2004 e 2010). Em geral usa o transporte fluvial tanto para atravessar o rio para as cidades de Alagoas, quanto para Sergipe quando o rio está cheio, existindo o porto de Mocambo como o mais próximo. Porém, em determinados períodos do ano fica interligada a terra firme da Caiçara, separada apenas por um córrego estreito e raso, que pode ser atravessado por carro e moto.

A relação com o Estado se dá por meio da política indigenista, de responsabilidade exclusiva da FUNAI, cuja sede no período do trabalho de campo (novembro de 2006 a fevereiro de 2007) se localizava no estado vizinho de Alagoas, desde o processo de reconhecimento e demarcação de terras até o atendimento de todas as demandas sociais. Todas as habitações de alvenaria com banheiro, água

⁴⁰² A área indígena dos Kiriri-Xocó na fazenda Modelo também foi delimitada como de posse indígena permanente no mesmo ano através da Portaria n. 600 de 25-11-91. Apenas dois anos depois a área foi homologada pelo Decreto de 4/10/1993, com 699,35 ha (PETI/MN).

⁴⁰³ Embora o território Xocó já estivesse legalizado, a Lei nº 8.629 de 1993 que também regulamenta as diretrizes constitucionais relativas aos indígenas reforça a necessidade de demarcação das terras dos povos tradicionais. Em 8 de janeiro de 1996, o Decreto nº 1.775 da Presidência da República/Subchefia de Assuntos jurídicos, no mandato de Fernando Henrique Cardoso, regulamentou especificamente os dispositivos constitucionais referente aos territórios indígenas, complementando ou substituindo a chamada "lei agrária".

encanada e energia elétrica, construídas em 1995, uma igreja, o colégio estadual Dom José Brandão de Castro de ensino médio (com arquitetura especial), posto de saúde (com médico, enfermeiros, agentes de saúde e dentista). O abastecimento da escola com merenda escolar e suprimento de recursos humanos e insumos de saúde da ilha vinha de lancha de Alagoas, como foi observado *in loco*.⁴⁰⁴ Posteriormente um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS especial, que já estava sendo esperado em 2006/2007.

Por isso, a reterritorialização dos indígenas-camponeses implica num aspecto político crucial e delicado, a superação da tutela autoritária e paternalista da FUNAI, (posteriormente um posto foi instalado na ilha), mas que garante a sobrevivência da tribo, enquanto outros órgãos não incluem os índios nas políticas implementadas, que tem outra face – a luta contra o isolamento.

A luta da tribo Xocó contra o isolamento passou pela aliança com outros povos indígenas e com os demais movimentos sociais do campo. Todavia, no primeiro caso, nenhum dos estudos consultados trouxe luz sobre prováveis articulações entre os Xocó e os Kariri-Xocó, embora tenham forte passado comum na missão da ilha de São Pedro, e parte dos primeiros tenham se abrigado junto aos segundos no final do século XIX e, na segunda metade do século XX tenham travado lutas simultâneas.

Parece ter prevalecido na luta pela terra da ilha de São Pedro e posteriormente da fazenda Caiçara, o segundo caso, na medida em que contou com o apoio do STR de Porto da Folha e pastorais sociais da Diocese de Propriá. Pode-se afirmar que o isolamento foi rompido definitivamente a partir de 1995, quando os Xocó se filiaram na Federação das Associações Comunitárias dos Pequenos Produtores de Porto da Folha – FEACOM (que chegou a ter 90 associações filiadas), frequentando suas reuniões mensais numa articulação orgânica que lhes permitiu alcançar outras políticas públicas de desenvolvimento rural e sociais por meio da luta conjunta.⁴⁰⁵ Porém, dado que a FEACOM tem limitações político-organizativas porque se mantém com caráter estritamente local (municipal), não estimulou às suas associações de base filiadas, como os Xocó, a participarem de

⁴⁰⁴ A ilha de São Pedro faz parte do Distrito Sanitário Especial Indígena de Sergipe e Alagoas.

⁴⁰⁵ A FEACOM é uma das duas únicas articulações municipais de associações de pequenos produtores rurais em Sergipe, sendo a outra no município de Santa Luzia do Itanhhy.

articulações mais abrangentes⁴⁰⁶. Nenhum dos estudos consultados trouxe à luz a relação entre os Xocó e os Kariri-Xocó ou outros índios do Baixo São Francisco.

Em março de 1996, a CNBB lançou a campanha da fraternidade - pela Reforma Agrária e Direito Indígena. “A CNBB sempre defendeu e defende os direitos dos povos indígenas à sua sobrevivência física e cultural, convicta também de que a grande dívida para com os povos indígenas está longe de ser resgatada” (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Março de 1996).⁴⁰⁷

Embora não tenha sido o foco desta Tese, cabe realçar que se considera relevante historicamente que os indígenas foram quase destruídos culturalmente e que, portanto, um aspecto importante da sua luta é pelo resgate do seu patrimônio cultural imaterial - sua língua, costumes e tradições, (território imaterial para Fernandes). A perda da identidade linguística original se deu tanto pela mistura de tribos de troncos linguísticos distintos quanto do trabalho de introdução da língua portuguesa na missão religiosa na ilha desde os tempos coloniais⁴⁰⁸; além da intensa miscigenação com brancos e negros de comunidades vizinhas, como o Mocambo.

Prevalece, a organização sociopolítica que preserva as figuras do cacique e do pajé como representativas da tribo - o cacique Lucimário Apolônio Lima (cacique Bá) tem 29 anos e Raimundo Bezerra Lima, o pajé Raimundo Xocó, 77 anos. Preservam como ritual sagrado, frequentar mensalmente o “Ouricuri”, uma espécie de “retiro”⁴⁰⁹, a dança do toré,⁴¹⁰ casamento e batizados celebrados de maneira

⁴⁰⁶ O momento que propiciou a maior articulação do movimento indígena com os demais movimentos sociais foi em 2000, ao participarem da campanha de diversos movimentos sociais do campo e da cidade - “Brasil, 500 anos de resistência indígena, negra e popular” que promoveu manifestações contra as comemorações oficiais dos 500 anos do descobrimento do Brasil quando sofreram repressões no confronto com o exército. A partir daí houve divergências internas com uma parte do movimento defendendo o recuo para reivindicações específicas e outra mantendo a importância do movimento unificado.

⁴⁰⁷ Bicalho, em 2010 referiu-se a uma pesquisa do Instituto Socio-ambiental que revelou a existência de 109 entidades que lutavam pelos direitos indígenas no Brasil em 1995, 318 em 2001 e 486 em 2009.

⁴⁰⁸ Mata (1989) também afirma que os Kariri-Xocó não preservaram sua língua. Apenas alguns termos foram mantidos. Ela menciona o trabalho de Clarice Novaes da Mota, “*As Jurema told us*”, na Universidade do Texas em 1987, que faz minucioso levantamento de vocábulos indígenas usados pelos Kariri-Xocó para designar plantas mágicas e medicinais por eles utilizadas ou expressões mágicas do ritual do Ouricuri, retomado no artigo “Sob as ordens da Jurema”, publicado na coletânea Xamanismo no Brasil, organizada por Jean Langdon no final dos anos oitenta. Não se teve acesso a trabalho semelhante com relação aos Xocó, de Sergipe.

⁴⁰⁹ Segundo Mata (1989) denomina-se “Ouricuri” o complexo ritual praticado por vários grupos do Nordeste que se realiza, numa clareira – o “limpo” na mata cerrada, em volta do qual há construções de tijolo para alojar as pessoas durante sua permanência; outra aldeia, a taba, construída para fins religiosos. Em Colégio as festividades duram 15 dias, nos meses de janeiro-fevereiro. O corpo ritual

própria, bem como a cerâmica ensinados às novas gerações (Dantas, 1991 e Barreto, 2004 e 2010)⁴¹¹.

Os Xocós se definem como índios legítimos e não como descendentes “nossa história não pode ser esquecida” e celebram as festas de aniversário da conquista da terra pela tribo. Dessa forma, esse grupo social se comporta como grupo étnico que valoriza o elemento cultural/simbólico, por meio do próprio resgate da identidade como povo Xocó, perdida na socialização e aculturação forçadas. Ser índio é um modo de identificação social por uma comunidade indígena ou com sociedades pré-colombianas (em outros países da América Latina), que não se define pelo biológico e sim pela continuidade histórica⁴¹².

Os Xocó como muitos outros grupos indígenas no Nordeste e no Brasil, apesar do alto nível de mistura racial com a população envolvente e modificação da sua cultura original, têm o sentimento de pertencerem a um grupo de referência muito definido: a comunidade indígena.

A formação de redes pela identidade étnica é dificultada por não haver outras tribos no estado, bem como pelo fato da própria articulação dos povos indígenas, no país, ser relativamente recente. Essa identidade será reforçada na medida, que os Xocó participem do processo de articulação dos povos indígenas que se iniciou mais fortemente no século XXI, sendo o primeiro passo a criação da “Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB”, em 2002 e, posteriormente, também o CAPOIB -

do Ouricuri se constitui num conjunto de cantos e danças e na ingestão de jurema, infusão feita da entrecasca da raiz desta árvore, posta a macerar para produzir o vinho. O clímax do ritual é o transe resultante do uso da jurema. Neste estado os participantes dizem romper as barreiras entre passado, presente e futuro numa comunhão com seus ancestrais e suas divindades. A fartura faz parte da festa e para lá é levado sob a forma de alimentos, tudo o que se consegue acumular durante o ano.

⁴¹⁰ Conforme Mata (1989) os índios de Colégio mantêm a tradição da dança do toré. Existem duas modalidades. O chamado toré "de roupa" é uma simples forma de folguedo, que pode ser dançado em qualquer festa, com roupas comuns. O toré mais ritualizado, o "de búzios" (espécie de trombeta), quando dançado, usando saíotes de palha e soprando os búzios, os índios dançam a fim de mostrar sua condição de "índios verdadeiros". Estavam em elaboração em 1989 duas monografias de graduação em História, orientadas pelo prof. Luís Sávio de Almeida, da UFAL, sobre os Kariri-Xocó, uma delas sobre o Toré, enquanto dança ritual.

⁴¹¹ Mata (1989) afirma ser outra fonte de renda o uso do barro para a fabricação de tijolos pelos homens, sendo as mulheres do grupo Kariri-Xocó famosas ceramistas. Normalmente a cerâmica é feita na entressafra, quando as mulheres não trabalham na agricultura. Fabricam potes e outras peças utilitárias. Registros antigos se referem a esta atividade como uma alternativa para os períodos de crise. Durante a enchente de 1979, foi a única atividade que pôde ser realizada para ajudar no sustento do grupo. Na Fazenda Modelo ou Sementeira há lagoas com barro de reconhecida qualidade. Entretanto, apesar de ser uma prática secular, já nos fins dos anos 1980 parecia estar diminuindo o interesse das jovens em aprender a tradicional manufatura.

⁴¹² Um exemplo atual é a formação na Bolívia de Evo Morales de um Estado Pluriétnico e Multinacional para assegurar às minorias étnicas o direito de se autogovernarem, utilizarem a própria língua e serem politicamente representados na sociedade e no Estado.

Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil.⁴¹³ Também foi criada uma articulação regional no Nordeste, com uma coordenação.⁴¹⁴ As relações sociais e culturais com o Mocambo evoluíram para a articulação política quando os quilombolas tomaram a luta dos Xocó como exemplo para lutar em 1980.

Num quadro de acompanhamento da situação fundiária das terras indígenas em Sergipe elaborado por José Augusto Sampaio, antropólogo da ANAÍ, atualizado em 20/03/2011, além das terras da Caiçara/ilha de São Pedro de 431 hectares, dos Xocó, cuja situação jurídica era regularizada; abrigando 329 habitantes (Funasa, 2010) e se encontrava em situação degradada, surpreendentemente mencionou dois outros grupos indígenas/povos: o povo Xocó - Guará, de Porto da Folha⁴¹⁵ e o povo Caxagó, de Pacatuba, que reivindicam suas terras.⁴¹⁶

7.1.1.2 Mocambo a Primeira Comunidade de Remanescentes Quilombolas a se Lançar na Luta pela Terra no Alto Sertão Sergipano

Falar dos remanescentes quilombolas do ponto de vista da relação com a terra remete a dois processos de expropriação. Primeiramente, desterrados enquanto tribos nativas na África, no processo violento de captura e tráfico de escravos para o Brasil-colônia. Parte dos escravos que conseguiu fugir dos engenhos e fazendas reconstruiu territórios de resistência e liberdade – passando a ser identificado como quilombola, ao longo da história brasileira. A segunda expropriação se deu quando os quilombos foram descobertos e destruídos, obrigando as gerações seguintes à integração subalterna na sociedade brasileira.

⁴¹³ O CAPOIB esteve presente na Conferência da Terra e da Água juntamente com comunidades quilombolas e todos os movimentos sociais do campo, em Brasília em 2004 (observação direta da autora como participante convidada pelo MST-SE).

⁴¹⁴ Dentre os índios do Nordeste podemos citar como exemplos: os Pataxó-Hahahãe, Kiriri, Kaimbé, Pankararé, Tuxá na Bahia, Xocó em Sergipe, Kiriri-Xocó, Tingui, Wassu em Alagoas, Funiô, Pankararu, Truká, Xucuru em Pernambuco, Potiguara na Paraíba, Tapeba e Tremembé no Ceará, conforme dados do CIMI citados por Dantas (1985, p. 56).

⁴¹⁵ POVO: Xocó- Guará, SITUAÇÃO JURIDICA: sem providências (pleito para aquisição de área a definir; comunidade em acampamento, EXTENSÃO: ?, CONDIÇÃO ATUAL: indefinida, MUNICIPIO: Porto da Folha, POPULAÇÃO: 108 pessoas (Funasa, 2010). Pode haver uma confusão com a própria tribo Xocó, que tem 108 famílias. No “mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil”, da Fiocruz, em 2007 aparecia na ficha com nº de código 87 uma referências ao povo Xocó-Kuará, de em janeiro, na qual o MPF apresentava ação civil na justiça federal sobre o direito coletivo dos índios de preservar o patrimônio histórico-cultural, exigindo obras de restauração da igreja de São Pedro.

⁴¹⁶ SITUAÇÃO JURIDICA: Tradicional, sem providências (a identificar), EXTENSÃO: ?, CONDIÇÃO ATUAL: intrusada, ou seja, comunidade vive na Terra Cariri-Xocó [em Porto Real do Colégio/AL?], MUNICIPIO: Pacatuba, POPULAÇÃO: ? abrangida na Terra Cariri-Xocó (Funasa, 2010).

No entanto nem todos foram descobertos ou, mesmo destruídos, deixando sobreviventes que se rearticulavam adiante, o que gerou imensa rede de quilombos mapeada pelo projeto “Brasil Quilombola” desde 2004.

A inserção dos remanescentes quilombolas como sujeitos de direito tem como antecedentes a luta mais geral dos negros contra a escravidão que se inicia, no mundo todo, em momentos distintos, o que, no Brasil⁴¹⁷, se traduziu nas leis que compuseram o processo abolicionista gradual da segunda metade do século XIX: lei de proibição do tráfico negreiro, lei sexagenária, lei do vinte livre e abolição. A abolição libertou a força de trabalho, mas não foi acompanhada da reforma agrária como havia proposto Joaquim Nabuco, ao contrário mais de três décadas antes a terra tinha sido aprisionada pela Lei de Terras, de 1850, a partir da qual só seria adquirida legalmente por compra.

O apossamento da terra devoluta pelos negros escravos fugidos dos engenhos e fazendas formaram territórios livres (quilombos)⁴¹⁸; sendo a mesma estratégia adotada por escravos libertos, parte deles tornando-se posseiros individuais. A diferença é que os quilombos são uma forma de organização social mais fortemente comunitária baseada na posse coletiva da terra.

Conforme o “Informativo Rural” do Centro Dom José Brandão de Castro, ano I nº 1 de novembro de 1997, a respeito do Mocambo de Porto da Folha “Quilombos eram lugares escondidos no interior onde os escravos fugidos se refugiavam e ali formavam comunidades de resistência. Muitos índios também seguiam os negros na fuga contra a escravidão”. Todos aqueles grupos de negros e índios encontraram ali seu espaço de refúgio entre o século XVII e o século XVIII e chegaram ao século XIX numa forma já relativamente estável de camponeses criadores.

O Mocambo é uma comunidade, localizada na margem do Rio São Francisco, em Porto da Folha, que vive, há gerações, como posseiros camponeses - criadores independentes. Os “mocambeiros” viviam naquelas terras reivindicadas como território desde o final do século XVII, há mais de 300 anos. Atualmente consistem

⁴¹⁷ O movimento abolicionista só tomou força a partir de 1880, tendo como centro Laranjeiras, centro exportador de açúcar e maior núcleo urbano provincial: reuniões, conferências e clubes formados por profissionais liberais oriundos das camadas médias urbanas discutiam as novas idéias. O jornal Horizonte apregoava implantação do trabalho livre e o Laranjeirense era abolicionista e republicano.

⁴¹⁸ A história de Sergipe registra a sublevação de escravos dos engenhos da Cotinguiba, principal região açucareira da província em 1827. No mesmo século XIX o enforcamento em praça pública do líder de quilombo João Mulungu demonstra que a organização de quilombos foi a principal forma de rebelião dos escravos no Brasil.

em 114 famílias, com uma população de aproximadamente 300 adultos e 150 crianças (ARRUTI, 1997, p. 4).

Como foi dito anteriormente, a ocupação de terras devolutas foi proibida pela Lei de Terras (1850) e a “brecha” aberta na lei para o reconhecimento das antigas posses, que inclui os povos tradicionais, esbarrou na necessidade da requisição formal pelos interessados, dentro de um prazo definido, que passou despercebida pelos negros de Porto da Folha. O líder do Mocambo, Maripaulo Acácio dos Santos, identificou o momento de demarcação das terras dos índios, após a promessa de D. Pedro II; deixando de fora as famílias de negros e suas terras (cuja extensão se aproximava a um quilômetro da beira do rio, em Porto da Folha), como o início dos seus problemas, porque os fazendeiros tentaram sucessivamente retomar suas posses consideradas “ilegítimas”, como resgatou o jornalista Cristian Goes (1997). A Lei Áurea (1888) também não previu acesso a terra para os negros libertos, muito menos para quilombolas, sempre criminalizados.

No início do século XX, os moradores do atual Mocambo eram conhecidos como os “negros do pé da serra”. Repete-se aqui o registro do intenso processo de miscigenação e articulações socioculturais familiares do Mocambo com a tribo indígena vizinha dos Xocó. Ao longo do século passado, os conflitos foram incrementados e juízes da comarca de Porto da Folha “sempre concederam ações de reintegração de posse para os fazendeiros”; havia ameaças de morte e tiros disparados constantemente.

Enquanto isso no plano internacional a luta pelo reconhecimento dos povos tradicionais avançava a consciência coletiva, exigindo respeito à diversidade cultural no âmbito dos Direitos Humanos, fixados nas resoluções de Convenções e outros Pactos Internacionais que o governo brasileiro subescreveu entre 1948 e 1966: Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948; Recomendação sobre Populações indígenas e tribais – ONU/ Genebra, em 1957; o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, os dois últimos de 1966 e a Convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre os Povos Indígenas e Tribais de 7 de abril de 1989, na 76ª sessão da Organização Internacional do Trabalho (Convenção nº 169 da OIT, revisando a de 1957), que atualiza as normas sobre a prevenção da discriminação e as mudanças na situação desses povos em todas as regiões do mundo, o que

reforçava a luta dos povos tradicionais, incluindo o reconhecimento das terras dos remanescentes quilombolas a partir da autoidentificação.

A luta do Mocambo pelo seu reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo se iniciou no início da década de 1980, seguindo o exemplo da luta dos vizinhos Xocó e animados por suas vitórias, como foi ressaltado por ARRUTI (1997); cujo marco foi a autoidentificação como comunidade remanescente de quilombo.

A comunidade foi diretamente beneficiada pela incorporação dos direitos dos remanescentes quilombolas na legislação brasileira, o que, diferentemente dos direitos dos povos indígenas, é muito recente e foi inaugurada com a Constituição de 1988. A Lei Maior do País afirmou seu objetivo geral de promover o bem de todos, sem preconceitos de raça e cor e quaisquer forma de discriminação (art 3, IV), que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza (art 5); que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão” (art 5, XLII). A Carta Magna reconheceu os quilombolas como grupos fundamentais da formação brasileira, cujos modos de vida, costumes línguas, crenças e tradições devem ser preservados como patrimônio cultural do país (cap. VIII da Ordem Social). O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (de natureza material e imaterial) e protegerá as manifestações das culturas afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (art 215).⁴¹⁹

Como consequência dessa nova concepção, são apontados os instrumentos de proteção desse patrimônio cultural, entre os quais destaca: o Poder Público, com a colaboração da comunidade promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação e, especificamente ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas de antigos quilombos.

⁴¹⁹ Acrescenta que “a lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais” (artigo 215, parágrafo 2º). No título IX das Disposições Constitucionais Gerais mais uma vez é reafirmada a importância dos grupos formadores do povo brasileiro ao se inserir “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro” (art 242).

As demandas e lutas dos povos tradicionais pela terra foram consideradas legítimas pela Constituição na referência às “terras tradicionalmente ocupadas”, que se coaduna com o direito à moradia e à cultura. No Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT o artigo 68 aponta o caminho para a solução da questão das terras dos quilombolas: aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Essas diretrizes constitucionais sobre os remanescentes quilombolas foram regulamentadas na Lei nº 8.269, de 1993.

O quadro a seguir apresenta uma síntese das resoluções internacionais que incluíram os direitos dos povos tradicionais – quilombolas entre os Direitos Humanos e da legislação brasileira que os incluiu enquanto direitos fundamentais.

No entanto o fato de estar escrito na Carta Constitucional e ganhar reconhecimento internacional não significou seu conhecimento e/ou sua aceitação imediata, como ocorreu em Porto da Folha. Conforme José Maurício Arruti, em seu livro “Mocambo” (2006), o último conflito se instalou de forma aguda, em 1991, quando a proprietária da fazenda Rosa Cruz, antiga fazenda São Francisco, soltou o gado nas roças de arroz maduro, que foram completamente destruídas.

Quadro 04: Fundamentação dos Direitos dos Povos Tradicionais nos Pactos Internacionais e na Legislação Brasileira até 1996.

Data	Fundamentação Legal
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos
1957	Convenção sobre Populações Indígenas e Tribais – Organização Internacional do Trabalho-OIT/ONU
1966	Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos/ ONU
1966	Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais/ONU
1968	Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial e Contra a Mulher. Promulgada pelo DECRETO Nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969
1973	Convenção Internacional sobre a Repressão e Castigo de Crime de <i>Apartheid</i>
1988	Constituição da República Federativa do Brasil (art 211 e 212) e Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (art 68)
22/8/1988	Lei nº 7.688 sobre atribuições da FCP/MC
1989/1991	Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais (nº 169 da OIT/ONU), revisando a de 1957, que entra em vigor em 1991 .
1993	Lei nº 8.269 “lei agrária” que regulamenta as diretrizes constitucionais sobre reforma agrária e sobre os povos tradicionais
20/12/1996	Lei nº 9394 sobre demarcação, regularização fundiária e titularidade das terras quilombolas.

Fonte: Elaboração pela autora a partir da pesquisa documental da legislação e pesquisa bibliográfica

A luta dos remanescentes quilombolas do Mocambo se acirrou em 1992, resistindo em sua ocupação secular da terra da fazenda Caiçara, embora empurrada para o rio. Contaram com o apoio do Centro Dom José Brandão de Castro (antiga Comissão Pastoral da Terra – CPT), sindicatos de trabalhadores rurais, igreja de Porto da Folha (que atuaram nesse conflito como movimento sócioespacial). Organizados na associação “Antonio do Alto do Quilombo Mocambo”, se autodefiniram como remanescentes quilombolas e solicitaram da Fundação Cultural Palmares - FCP, órgão do Ministério da Cultura-MC que fizesse um estudo histórico antropológico da área. Obteve a certificação que reconhecia a comunidade como remanescente de quilombo em 1992 pela FCP/MC (conforme atribuição que lhe foi conferida pela Lei nº 7.688 de 22 de agosto de 1988). As formas de luta dos quilombolas foram reuniões com autoridades, envio de documentação e articulação com órgãos responsáveis.

Em junho de 1995, Eliane Cantarino O’Dwyer doutora em Antropologia Social e José Mauricio Andiom Arruti, antropólogo, foram contratados e iniciaram as investigações cujo relatório entregaram ao INCRA, Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e IBAMA - “Mocambo de Porto da Folha” – parecer histórico e antropológico solicitado pelo projeto Quilombos – Terras de Preto (CETT/Ministério da Cultura: Convênio E1.32/96 – SE).

Quadro 05: Luta dos Remanescentes do Quilombo do Mocambo – Porto da Folha/SE até 1996.

Período	Fase da Luta e Conquistas
1991	Conflito agudo com a destruição das roças de arroz maduro pelo gado da proprietária da fazenda Rosa Cruz/antiga São Francisco
1992	Resistência na ocupação secular da terra da fazenda Caiçara com apoio do CDJBC (ex CPT), STRs, Paróquia de Porto da Folha. Associação firma a autoidentificação como quilombolas e solicita o reconhecimento à Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura, que certificou a comunidade como remanescente quilombola.
1995	Formas de luta: ocupação, reuniões com autoridades, envio de documentação e articulação com órgãos responsáveis. Em junho contratação antropólogos Eliane C O’Dwyer e José Mauricio A Arruti.
1996	Conclusão do relatório histórico-antropológico entregue ao INCRA, SPU e IBAMA. Governo Federal reconhece Mocambo como remanescente de Quilombos. Publicado DOU 28/05/1996

Fonte: Elaboração do quadro-síntese pela autora a partir da pesquisa documental da legislação no INCRA-SR/23 e pesquisa bibliográfica.

Em 1996, a partir do laudo antropológico, Mocambo foi reconhecido pelo governo federal como remanescente de Quilombo (publicado DOU 28/05/1996); o primeiro de Sergipe e o quarto do país.

Da mesma forma que os índios Xocó, Mocambo passou a integrar a mencionada Federação das Associações Comunitárias de Porto da Folha - FEACOM, desde 1995, e, a partir da identificação de novos territórios em terras de antigos quilombos foi sendo formada junto ao INCRA a comissão estadual dos quilombolas de Sergipe.

No entanto, a conquista do reconhecimento era apenas o primeiro passo de um longo processo técnico e burocrático até a apropriação definitiva da terra (titulação definitiva), que só ocorreria na segunda fase da luta pela terra no Alto Sertão Sergipano.

7.1.2 A União de Forças de Vários Movimentos Sociais do Campo – STRs, Pastorais Sociais e o Nascente MST Conquista os Primeiros Assentamentos de Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano: 1986 – 1996

Fernando Gaiger da Silveira (2006) mencionou que, na década de 1980, as obras da construção da barragem do Xingó, em Canindé do São Francisco (SE) significou certa dinamização da economia regional, impulsionando o entorno próximo, Paulo Afonso (BA); Pão de Açúcar (AL), através do incremento do comércio para suprir as necessidades dos trabalhadores, alterando a imagem de “vazio demográfico” e de isolamento até então.

Sete anos depois da conquista da Ilha de São Pedro pelos índios Xocó, o primeiro marco da luta pela terra, a união de forças de vários movimentos sócioterritoriais do campo, unindo forças de vários STRs, com apoio das pastorais sociais da Igreja católica (que se torna um movimento socioterritorial), fizeram a primeira ocupação/acampamento que resultou no primeiro projeto de assentamento de reforma agrária realizado pelo INCRA, no Alto Sertão Sergipano - Barra da Onça, em 1986.

O contexto nacional no bojo do qual se deu essa vitória foi o lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA (MIRAD,1985), uma das primeiras

medidas do primeiro governo civil do presidente José Sarney⁴²⁰, depois de vinte anos de ditadura militar, inaugurando a conjuntura da Nova República.

Marleide Santos (2008) afirmou que em 25 de julho de 1985 foi formado o Comitê de Apoio Permanente a Luta dos Trabalhadores Rurais de Sergipe, em torno da urgência da reforma agrária.⁴²¹

Barra da Onça foi o segundo projeto de reforma agrária do estado de Sergipe⁴²². Rosemiro Silva e Eliano Lopes (1996) analisaram esse processo de luta pela terra e caracterizaram os três grupos “sem terra” que a protagonizaram e seus respectivos apoios: o de Poço Redondo, apoiado pelo vigário da Paróquia daquele município - Frei Enoque do Salvador; o de Porto da Folha apoiado pelo STR daquele município e o de Nossa Senhora da Glória.

A própria história do MST em Sergipe, se iniciava naquele momento, a partir de lideranças sindicais do STR de Nossa Senhora da Glória, que tinham articulado um grupo de trabalhadores rurais sem terra, para participar do I Congresso Nacional do MST, em 1985, dentre eles João Sessenta presidente do referido STR, sua irmã Madalena, que seria posteriormente assentada em Vitória da União, Santa Luzia do Itanhy e Guido “branco”, que seria assentado em Barra da Onça, como relatou Gismário F. Nobre, em *Dilemas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Relação com o Estado e a Sociedade: entre a Autonomia e a Institucionalização – O caso de Sergipe* (2008).

A organização espacial é dispersa, pela opção dos 212 assentados de construir suas casas nos próprios lotes, resistindo à proposta do INCRA de situá-las numa agrovila; o que dificultou a implantação da infraestrutura de água e energia, que se arrastou por muitos anos.

Este foi um dos 44 assentamentos do país (o único de Sergipe) que fez parte da amostra da primeira pesquisa nacional sobre projetos de reforma agrária, no

⁴²⁰ Sarney era o vice presidente no governo de Tancredo Neves, que faleceu antes de tomar posse do mandato presidencial de cinco anos.

⁴²¹ Integravam o referido comitê de maneira mais decisiva a Diocese de Propriá (através da Equipe Pastoral da Terra, criada em 1976 e transformada em 1986 em CPT, que encerraria suas atividades em 1995); STRs de Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo, Porto da Folha, Monte Alegre de Sergipe – todos do Alto Sertão Sergipano e STR de Propriá, alguns partidos políticos: PT, PCB e PCdoB, CUT, e após 1986 o MST (SANTOS, 2008, p. 110).

⁴²² O PA Barra da Onça foi criado quatro anos após o PA Santana dos Frades, com 96 famílias de antigos posseiros do município de Pacatuba cujos 1.397,00 hectares foram desapropriados em 1981, a imissão de posse em abril e a criação do PA em setembro de 1982. A luta de Santana dos Frades foi iniciada em 1977 com apoio da Diocese de Propriá e sem participação do MST (SILVA, 2002).

Brasil, realizada em 1991 pela FAO/PNUD (1992 a,b e 1994), cinco anos após a implementação do I PNRA, que abria a possibilidade da superação do caráter nitidamente ideológico do debate sobre o tema, ao apresentar dados objetivos sobre essa nova realidade social no campo⁴²³.

Barra da Onça tinha uma situação semelhante à de outros assentamentos nordestinos (de áreas de sequeiro, ou seja, sem irrigação) em regiões semiáridas, que, apesar de alcançarem os menores níveis de renda da amostra do país, da mesma forma que os demais foram considerados viáveis tanto pelas melhorias das condições de vida anteriores das famílias, quanto das possibilidades de renda diante das alternativas de trabalho oferecidas no seu entorno (“custo de oportunidade”).

Este projeto também fez parte do universo dos assentamentos criados até outubro de 1996, pesquisados em Sergipe no I Censo Nacional da Reforma Agrária (UnB/INCRA, 1997), aparecendo de forma desagregada em Tanezini (2000). E naquele mesmo ano, quatorze anos após sua criação, José Lavres Filho (2000) considerou esse assentamento uma experiência fracassada de reforma agrária.

O foco deste estudo é a formação de movimentos sócioterritoriais. A união de forças inicial dos diversos movimentos sociais do campo para a conquista daquele primeiro assentamento desencadeou outras lutas específicas de cada um deles pela conquista da terra e criação de outros assentamentos.

Cada forma de luta correspondeu às concepções e táticas dos diferentes sujeitos políticos – sindicatos, igreja e MST, sem articulação mútua, decorrente da necessidade de cada movimento afirmar-se ao obter as primeiras vitórias.

O outro polo da luta de classes no campo são os latifundiários. Com base numa listagem do INCRA das propriedades rurais de Sergipe com mais de 300 hectares para efeito do ITR/91, Lopes (1995) apresentou um quadro das 20 maiores propriedades rurais do estado de Sergipe, do qual foram recortadas as 8 situadas nos municípios do Alto Sertão Sergipano, apresentadas no quadro seguinte em ordem decrescente de acordo com a área total possuída por eles.

⁴²³ Essa pesquisa institucional realizada por duas agências vinculados à ONU, que possuíam, credibilidade - FAO/PNUD, coordenada por Carlos Guanziroli, suscitou um grande debate acerca da viabilidade dos assentamentos de reforma agrária (ROMEIRO et alii, orgs. 1994). No mesmo ano Frei Sergio A Görgen e João Pedro Stédile organizaram uma coletânea sobre assentamentos enfatizando “a resposta econômica da reforma agrária”, na região de Cruz Alta (RS), no Espírito Santo e em São Paulo; enfocando a experiência do MST na educação e a cooperação agrícola, além de trazer um artigo de José Gomes da Silva acerca de um “modelo para uma reforma agrária social” no Brasil.

Quadro 06 Maiores Propriedades do Alto Sertão Sergipano – INCRA -1990.

Nome	Nome das Propriedades	Área total hectares	Ordem Coloc. SE	Município
1-Otávio Martins Peralva	-	7.491	1º	Canindé do São Francisco
2-José Ferreira Neto	Bela Vista e Santa Maria	6.595	3º	Poço Redondo
3-Carlos Alcino B. Mendonça	Cuiabá, Umburana, Alto Bonito e Barra ?	6.009 há	5º	Canindé do S Fco, Poço Redondo e Itaporanga
4- Elpídio Emílio dos Santos	Araticum	4.538 há	8º	Porto da Folha/
Nome	Nome das Propriedades	Área total hectares	Ordem Coloc. SE	Município (continuação)
5- Djenal de Tavares Queiróz	Alegria, Sucupira, Varginha, Águas Belas, São Francisco, Bela Vista e Santa Maria.	4.315	10º	Feira Nova, Nsa das Dores Canindé do S Fco
6-Gentil Barbosa de Jesus	Belo Horizonte	3946	13º	Canindé S Fco
7 – Manoel Feitosa da Silva	Bom Jardim, Lagoa do Tamanduá e Aparecida	3.493	17º	Canindé S Fco
8-Elpídio Teixeira	Cachoeirinha	3.388	19º	Gararu

Fonte: INCRA (Seção Fundiária, 1990), recortado do quadro de Sergipe elaborado por LOPES (1995).

A partir dessa identificação dos maiores proprietários sergipanos no início da década, o autor passou a caracterizá-los tomando como base outras fontes de informação, observando que as oligarquias rurais tradicionais de Sergipe se modernizaram, tornando-se empresários influentes, que diversificavam suas atividades econômicas, investindo na construção civil, no setor industrial e agroindustrial e nos meios de comunicação de massas (rádio, televisão e jornais), porém, mantendo influência no meio rural através da propriedade de grandes extensões de terras produtivas e improdutivas.

Entre as famílias que consistiam nas oligarquias mais tradicionais do estado, citadas pelo autor, nenhuma possuía grandes propriedades no Alto Sertão Sergipano, em 1990.

No entanto, observa-se dentre os grandes latifundiários que havia um que representava uma das duas grandes redes de supermercados da época,

exemplificando a diversificação do capital (agrário, comercial) dentro desses grupos econômicos.

O quadro 07 sintetiza a luta pela terra na primeira fase da reforma agrária – 1986 a 1996 (excluindo portanto os índios Xocó e os remanescentes quilombolas). Os anos assinalam a conquista da terra (data da desapropriação) e não o da criação do assentamento:

Quadro 07 Primeiras Conquistas da Luta pela Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano - INCRA - 1986 – 1996.

Nome do Assentamento	Município	Famílias envolvidas	Movimento local que dirigiu a luta
1986			
Barra da Onça	Poço Redondo	211	Pastoral Social de Poço Redondo STR Porto da Folha STR Nossa Senhora da Glória / MST
Ilha do Ouro	Porto da Folha	94	MST
1988			
Pedras Grandes	Poço Redondo	27	Pastoral Social de Poço Redondo
1989			
Nova Esperança	Gararu	40	MST (2ª. tentativa)
Nossa Senhora Aparecida	Monte Alegre de Sergipe (limite com Nossa Senhora da Glória)	24	STR Nossa Senhora da Glória
1995			
Flor da Serra	Poço Redondo	41	Pastoral Social de Poço Redondo
Total	04 municípios	437	04 movimentos

Fonte: elaborado pela autora a partir da listagem geral do INCRA, 31/01/2014 e bibliografia.

Na primeira fase da luta pela terra, a influência do MST no estado, embora diluída já se anunciava: das 1.546 famílias que foram assentadas em Sergipe (até outubro de 1996), no I Censo Nacional da Reforma Agrária, o MST organizava em torno de 500 delas (1/3 do total). No total de projetos de reforma agrária criados até outubro de 1996, o MST teve presença em 8 dos 22 assentamentos: 3 dos 6 do Alto Sertão, 2 dos 8 do litoral norte, regiões que juntas representavam a área de abrangência da Diocese de Propriá, onde se concentrava a luta pela terra; além de 1

dos 4 do litoral sul e os 2 da região metropolitana de Aracaju. Não houve influência do MST no assentamento do agreste de Dores e no assentamento do sertão de Carira⁴²⁴.

Os destaques desta primeira fase da luta pela terra dirigida pelo MST estavam fora do Alto Sertão Sergipano: quantitativamente o grande acampamento de Cruiri, no município de Pacatuba (litoral norte), representou a primeira ocupação massiva que representou um marco do método de luta do MST a partir daí, o que gerou críticas dos demais movimentos sociais e entidades de apoio de então, que temiam pela perda de qualidade do trabalho de base (antes caracterizado pela preparação de longo prazo de grupos relativamente pequenos de famílias).

A desapropriação do imóvel Cruiri foi conquistada em abril de 1989, a imissão de posse saiu em pouco mais de três meses (julho/89) e a criação do assentamento quatro meses depois, em agosto/89 (entrevista com liderança do MST em 2006).⁴²⁵

O destaque qualitativo foi para a materialização de forma radical da proposta de cooperação agrícola do MST nacional para a gestão de assentamentos, desenvolvendo uma experiência de coletivização total no assentamento Moacyr Wanderley, em Quissamã, nos municípios de São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, a partir de 1993, na posse e uso da terra – trabalho e, inclusive na troca e consumo (bodega comunitária), na região metropolitana de Aracaju, com grande repercussão nacional na imprensa escrita e TV.

⁴²⁴ Os demais assentamentos de Sergipe até outubro de 1996, registrados pelo I Censo Nacional da Reforma Agrária, conforme Tanezini (2000) eram: oito **no litoral norte** – PA Santana dos Frades criado em 1982 (93 famílias), PA Borda da Mata, em 1987 (80 fam), PA Três Cancelas em 1988 (19 fam), PA Padre Cícero em 1991 (41 fam), PA Nossa Senhora de Santana em 1992 (36 fam) e PA Santo Antônio do Betume em 1995 (300 fam), com apoio da Diocese de Propriá e/ ou Centro Dom José Brandão de Castro e os PA Cruiri em 1989 (35 fam) e PA Ivan Ribeiro em 1990 (43 fam) liderados pelo MST; três assentamentos **no litoral sul** - PA Vitória da União em 1991 (92 fam) sob direção do MST, além dos PA São Francisco (51 fam) e PA Santa Luzia (62 fam) ambos em 1991; e Mocambo em 1996 (40 fam); **na região metropolitana de Aracaju** o PA Moacyr Wanderley em 1993 (37 fam) e o PA Oito de Março em 1995 (100 fam) sob liderança do MST; **no agreste de Nossa Senhora das Dores** o PA Caipe em 1994 (20 fam) apoiado pelo STR; e no **sertão de Carira** o PA Manoel Martinho em 1996 (60 fam).

⁴²⁵ O movimento em nível nacional deslocou um militante de Santa Catarina para apoiar a organização incipiente em Sergipe. João Somariva Daniel se estabeleceu no estado entre 1987 e 1989. A repressão ao movimento foi muito intensa com prisão de lideranças, como Guido branco e João Daniel entre outros; houve problemas de organização interna e dificuldades para romper o isolamento entre 1989 e 1991, quando este último foi para Mato Grosso do Sul, retornando em 1992, reiniciando a organização do movimento. Os primeiros assentamentos conquistados em decorrência desta retomada da luta pelo MST foram o Moacyr Wanderley para o qual o INCRA comprou da EMBRAPA a área da estação experimental que estava abandonada e ocupada (entrevista com liderança da época). Conforme listagem do INCRA a imissão de posse foi obtida em fevereiro de 1993 e o assentamento foi criado seis meses depois. E o Oito de Março foi desapropriado em abril de 1994, obteve a imissão de posse quatro meses depois e criação do assentamento um ano e seis meses depois da ocupação, em outubro de 1995.

Apesar dessa oscilação da conjuntura tornando-se mais difícil para o avanço da reforma agrária, os assentamentos continuavam sendo pontual e gradualmente criados e se tornando mais visíveis: do ponto de vista sócio-econômico, os assentamentos de reforma agrária configuravam um novo espaço social produzido pelos trabalhadores rurais que experimentavam novas relações de produção. A alteração da paisagem pela presença de habitações de alvenaria e produção diversificada representavam as alterações nas relações sociais, ou seja, na estrutura agrária.

Do ponto de vista político os assentamentos conformavam os limites territoriais que representavam área de influência de determinados movimentos sociais isoladamente. Em conjunto, outros “sem terra” lutavam nos acampamentos para conquistar a terra e tornarem-se novos camponeses em futuros assentamentos de reforma agrária. Nas ocupações que se multiplicaram no Alto Sertão Sergipano um desses movimentos se tornou hegemônico na luta pela terra- o MST⁴²⁶.

7. 2 A Luta pela Territorialização do MST e dos Quilombolas do Mocambo na Segunda Fase da Luta pela Terra, no Alto Sertão Sergipano – 1996 a 2006

A segunda fase da luta pela terra foi marcada pela continuidade do processo de reterritorialização dos povos tradicionais com a territorialização dos quilombolas do Mocambo, em Porto da Folha e, sobretudo, pelo acirramento da luta pela reforma agrária, com destaque para um dos movimentos sócioterritoriais – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

7.2.1 A Luta do MST pela Territorialização no Alto Sertão Sergipano a partir de 1996

A acumulação de forças no processo de territorialização do MST entre outros movimentos sócio-territoriais de luta pela terra no Alto Sertão Sergipano se deu na medida em que avançou na produção de um novo espaço social – os assentamentos de reforma agrária, que, antes de se constituírem num novo espaço camponês representam a vitória na desterritorialização do latifúndio improdutivo, ou

⁴²⁶ A primeira tentativa de ocupação liderada pelo MST no estado tinha sido na fazenda Nova Esperança, em Gararu, porém havia sido frustrada. A luta pela desapropriação desse imóvel foi retomada tempos depois alcançando a vitória em julho de 1989, a imissão de posse oito meses depois (março de 1990) e a criação do assentamento um ano e nove meses depois (em abril de 1991). Entrevista com liderança da época.

seja, em relação direta com o processo gradual, mas cumulativo, de redistribuição fundiária, que foi se tornando massivo, relativamente à superfície territorial dos seis municípios que conformam esse espaço geográfico, nessa segunda fase da luta pela terra.

Dessa forma o confronto de classes cobrou do Estado um novo tipo de intervenção em prejuízo da classe dominante que perde sustentação legal e legitimidade social, que passa a ser marcada pela contradição com seu papel tradicional no desenvolvimento rural, contemplando em políticas institucionais distintas ambas as territorialidades em conflito. Se vitórias pontuais dos camponeses seriam toleradas, quando essa ação se torna massiva se torna ao mesmo tempo insuportável transformando o MST num inimigo de classe, do ponto de vista da burguesia agrária, preparando-se em diversas dimensões contraofensivas a esse avanço inaceitável na conquista da terra.

No Alto Sertão Sergipano o MST, como foi visto, se tratava de uma força menor na primeira ocupação de Barra da Onça em 1986, cuja direção foi dada por STRs e pastorais sociais, inclusive seu próprio surgimento no estado de Sergipe esteve ligado à participação de dirigentes sindicais “combativos” ligados à CUT. E a atuação do MST no Alto Sertão Sergipano tinha sido tímida na segunda metade da década de oitenta, assumindo pela primeira vez a liderança de duas ocupações, amargando na primeira delas uma derrota em Nova Esperança (Gararu), mas conquistando Ilha do Ouro (porto da Folha) em 1986 e revertendo aquele fracasso inicial em 1989.

No entanto, a partir de 1996, o processo de territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST vai ser o destaque no Alto Sertão Sergipano. Vários estudiosos enfocam a trajetória do MST em Sergipe, que passa, necessariamente, por esse espaço geográfico⁴²⁷, mas é muito recente a abordagem desses movimentos seguindo a trilha aberta por Bernardo Mançano Fernandes ao analisar o fenômeno da territorialização dos movimentos sociais do campo que se

⁴²⁷ Vários estudiosos analisam a trajetória da luta pela terra em Sergipe, os assentamentos que vão sendo conquistados (individualizados ou em conjunto): Silva e Lopes (1996) enfocam os primeiros conflitos e as primeiras conquistas; Maria Neide Silva (1999) resgata a história oral da vida camponesa refletida nos assentamentos criados entre 1985 – 1996; Maria da Conceição Cintra (1999) abrange praticamente o mesmo período enfocando o MST. Outros autores como Neilza B Oliveira (1996) e Gismário F Nobre (2008) chamam a atenção para as contradições desse processo ao analisar uma longa trajetória do MST em Sergipe, passando por diversas conjunturas dos governos estaduais até Albano Franco (1995/2002), enfatiza seus dilemas na relação com o Estado e a sociedade.

tornam movimentos sócioterritoriais: “MST – Formação e Territorialização em São Paulo (1996b) e “A Formação do MST no Brasil (2001), incluindo Sergipe. Debates com o geógrafo francês Jean Yves – Martin resultaram no estudo de Fernandes e Martin “Movimento sócio-territorial e globalização: algumas reflexões a partir do caso do MST” (2004).

Fernandes (2005) afirma que a abordagem dos movimentos sócioterritoriais permite superar pré-conceitos contra os sujeitos que lutam por suas existências na conquista de seus territórios, tratados na mídia como baderneiros, “porque mexeram, entraram, penetraram em espaços, territórios de onde foram excluídos, e que por causa da desigualdade econômica e do controle social não poderiam entrar e permanecer em seus territórios”.

O movimento das forças políticas sobre o espaço geográfico, transformando as paisagens, criando e destruindo territórios, pode ser mapeado pela leitura geográfica⁴²⁸ para se compreender melhor a realidade dos movimentos e contribuir com outras áreas do conhecimento. A totalidade da realidade é um processo coletivo que só pode ser compreendido no movimento de todos. Essa perspectiva é muito esclarecedora para a abordagem da luta de classes no alto sertão sergipano.

Foram constituídos no país dezenas de movimentos de luta pela terra, a maioria de abrangência regional e poucos que conseguiram se territorializar no plano nacional, ou seja, segundo Fernandes, territorializados. Este autor mencionou uma pesquisa da CPT de os movimentos localizados respondiam por um número menor de ações, enquanto os movimentos sócio-territoriais territorializados, ao romperem com a escala local e ampliarem suas ações, “[...] dimensionam seus espaços em diversas macrorregiões e se organizam em rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização” (FERNANDES, 2005, p.8).

A segunda fase da luta pela terra no Alto Sertão Sergipano se iniciou em 1996, dez anos depois da primeira área conquistada – Barra da Onça, a partir da

⁴²⁸ O Núcleo de estudos, pesquisas e projetos de reforma agrária (NERA) do departamento de Geografia da UNESP campus de Presidente Prudente – SP, coordenado por Bernardo Mançano Fernandes, continua a mapear anualmente a territorialização de todos os movimentos sociais no campo acompanhados na atualidade, em todas as regiões do Brasil, por meio de um banco de dados nacional – DATALUTA, apresentado em “O MST e a Pesquisa”. Cadernos do ITERRA nº 3 (outubro/2001). Eraldo Ramos, orientando de Bernardo Mançano Fernandes, cuja dissertação de mestrado resgatava a luta do MST pela desapropriação da Usina Santa Clara, em Capela/SE (2002), possui um projeto de extensão que inclui Sergipe no DATALUTA (Anais eletrônicos VIII SEMEX, 2011).

ocupação massiva e autônoma das instalações da Chesf, na beira do Rio São Francisco, no município de Canindé do São Francisco, com repercussão na mídia nacional. Ela teve características quantitativas e qualitativas muito distintas da primeira fase da luta.

Fernandes Gaiger Silveira (2006), contextualiza essa luta ao resgatar que durante a construção de Xingó nos anos 1980 e 1990, se assistiu a um grande movimento de migração populacional para o Alto Sertão Sergipano. Decorrente disso a economia regional atravessou uma fase de grande dinamismo, principalmente os municípios de Canindé (SE) e Piranhas (AL), dada a quantidade de empregos gerados direta e indiretamente pela construção da Usina⁴²⁹. O complexo hidrelétrico chegou a contratar 6.000 trabalhadores, muitos, com suas respectivas famílias, o que significou um incremento no contingente populacional, e consequentemente no consumo e na renda regional, já que esses trabalhadores significavam entre 10 a 15% da população economicamente ativa da região (SILVEIRA, 2006).

A condição objetiva que propiciou a profunda mudança na correlação de forças nesta região, segundo este autor foi o fim das obras da hidrelétrica de Xingó e barragem do rio São Francisco, por volta de 1996, cuja demanda de trabalho artificialmente criada por ela desde o início da sua construção em meados da década anterior, se exauriu, produzindo uma massa de operários desempregados, grande parte deles retornando à condição anterior de trabalhadores rurais “sem terra”, que ali se encontravam para trabalhar na obra (construção civil) ou em outras atividades econômicas dinamizadas como suporte das mesmas (entrevista com liderança do MST da época). A proximidade da inauguração da usina hidrelétrica do Xingó marcou a transferência da cidade ribeirinha e porto de Canindé para o alto do tabuleiro.

Gismário Ferreira Nobre (2008) e Marleide Maria Santos (2008) analisam a centralidade da luta no Alto Sertão Sergipano, nessa fase da história do MST, pelo

⁴²⁹ Quando do início da construção da barragem, parcela da população de Canindé de São Francisco foi deslocada para Piranhas (AL). Foi em Piranhas onde se concentraram as atividades de alimentação e lazer, enquanto, em Canindé ficaram localizados os serviços de hospedagem. Ambas as cidades foram dotadas de hospitais e escolas. O complexo hidrelétrico chegou a contratar 6000 trabalhadores, muitos deles com suas respectivas famílias, o que significou um incremento no consumo e na renda regional, já que esses trabalhadores significavam entre 10 a 15% da população economicamente ativa da região (INCRA/FAO, 2003).

peso histórico-concreto que adquiriu, já que se tratavam de análises estaduais sobre esse movimento, o autor até 2006 e a autora até 2008.

Nobre (2008) refletiu sobre a conjuntura política inaugurada em 1995 com o mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso. Acrescenta-se aqui que de fato esse governo implantou de forma mais competente do que Fernando Collor de Mello a política neoliberal. Com relação à questão agrária o autor pontua dois fatos políticos relevantes: a realização do III Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Brasília, em janeiro de 1995 e o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996.

O III Congresso do MST, realizado em janeiro de 1995, com 5.000 delegados dos 22 estados, dos quais 120 de Sergipe⁴³⁰, considerado por ele “o maior evento de massas realizado em tempos de descenso do movimento popular”, foi encerrado com a realização de uma grande marcha até a praça dos Três Poderes. “Com esse evento o MST passou a ocupar novamente as manchetes nos meios de comunicação” (NOBRE, 2008, p. 125).

Acrescente-se que, com a bandeira “Reforma Agrária, uma luta de todos”, o III Congresso do MST conclamava todas as outras forças progressistas a um novo momento de luta geral pela reforma agrária, no qual se insere a discreta criação, naquele ano, do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo – FNRAJC, que desencadearia importantes ações conjuntas até hoje⁴³¹.

O segundo fato político marcante daquela conjuntura foi o massacre de Eldorado dos Carajás em 17 de abril de 1996, onde 19 sem terra foram assassinados por forças policiais, com grande repercussão nacional e internacional, tendo sido adotado esse dia como dia internacional da luta camponesa, pela Via Campesina Internacional. Outro massacre, de Corumbiara (RO), tinha ocorrido no ano anterior. A partir dessas tragédias o MST intensificou seu combate preparando grandes ocupações de terra em todo o Brasil em março ou abril de 1996, que repetiriam anualmente na mesma data.

Segundo Nobre (2008, p. 125 e 126) o governo FHC, diante desses acontecimentos teve que alterar sua estratégia de relação com o MST: de início

⁴³⁰ A autora foi observadora convidada pelo MST de Sergipe nesse evento.

⁴³¹ A primeira coordenação executiva nacional era composta pela CONTAG, MST, INESC – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, CPT, CIMI e CARITAS – Cáritas Brasileira, as três últimas ligadas à CNBB da Igreja Católica.

tentou ignorá-lo passando na mídia⁴³² a ideia de que reforma agrária “seria coisa do passado”, posição refletida também nas indicações de um banqueiro para o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária e um representante da UDR do Paraná, Brasilino de Araújo Neto, para a Superintendência Nacional do INCRA. Num segundo momento, sem poder mais desconhecer a importância do movimento passou a tentar cooptar o movimento com a criação do Ministério da Reforma Agrária, transformado pouco tempo depois em Ministério Extraordinário de Política Fundiária, separado do Ministério da Agricultura, nomeando Raul Julgman para a pasta, que, segundo João Pedro Stédile, dirigente nacional do MST, adotou a tática ambígua de negociação e repressão. Completando essas mudanças, o superintendente do INCRA passou a ser Francisco Graziano Neto, conhecido no meio acadêmico. Essa postura teria desdobramentos nos dois mandatos do PSDB, no governo estadual, com Albano Franco.

Ainda segundo Nobre (2008), a Marcha Brasil do MST e outros movimentos sociais que terminou no ato público dos “100 mil” em Brasília em 1997, marcou a posição do MST na oposição ao governo, que a partir daí “os canais de mediação e negociação foram completamente fechados”. Os acontecimentos em Sergipe foram na contramão desses fatos, como se verá adiante.

Esse autor afirmou que o MST de Sergipe participou ativamente dessa nova onda nacional de ocupações de terra, com destaque para os estados de PE, PR, MS, retomando as ocupações no estado após um longo período de descenso, 2.800 famílias realizaram 18 ocupações, entre 1996 e 1997.

O autor também delineou o contexto estadual da questão agrária, nos primeiros anos do primeiro mandato do governador Albano Franco, entre 1995 e 1997, nos quais ocorreram cerca de trinta conflitos; refletindo sobre o clima de distensão política, se comparado ao governo João Alves em mandatos anteriores (1983-1987, 1991-1994), no entanto as ocupações sofriam grande repressão patronal, eram rechaçadas pela mídia⁴³³ e autoridades. Assim,

⁴³² Nobre resgata uma citação de Miguel Baldês de 2002 a respeito do papel ideológico da mídia, particularmente da Rede Globo de Televisão no tratamento da questão agrária, colocando no ar a novela *Rei do Gado*, que se mostra o movimento propõe a conciliação romanceada entre a sem terra e o fazendeiro moderno.

⁴³³ Cintra (1999) e Nobre (2008) refletiram particularmente sobre a repercussão negativa que a mídia impressa e televisiva dava a qualquer ação do MST; o autor levantou manchetes que criminalizavam o movimento entre 1999 – 2001.

O crescimento da espacialização desse movimento vai ser acompanhada do recrudescimento da violência por parte dos latifundiários que criam a UDR estadual, a partir da Associação dos Criadores de Sergipe. Aliaram-se a essa entidade, políticos latifundiários ou a eles associados e a mídia, controlada em quase sua totalidade pelos mesmos grupos que detêm o poder político e econômico no estado. A prática da violência de jagunços, controlados por fazendeiros bem como aquela institucionalizada, muito comum até 2004, não impediu a espacialização do MST nesse estado, o que tem permitido a territorialização da luta. (SANTOS, 2008, p. 118).

Até o final do segundo mandato do governador Albano Franco (1999-2002), continuou Nobre (2008) além de ocupações de terra, o MST realizou ocupações ou vigílias em agências bancárias, saques a caminhões de alimentos na rodovia e supermercados, interdição de pistas, ocupações do INCRA.

“Nessa fase, o MST não apenas ‘renasceu’, mas territorializou-se, sobretudo no Alto Sertão Sergipano” (NOBRE, 2008, p. 127)⁴³⁴. Essa segunda fase da luta pela terra no Alto Sertão teve como marco inicial a ocupação de instalações da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf⁴³⁵, no município de Canindé do São Francisco, no dia 13 de março de 1996. O referido autor ressaltou o trabalho de base preparatório (arregimentação e cadastramento) realizado pelos militantes do setor da “frente de massas” do MST, que se reorganizava, durante todo o ano anterior, que contou com a participação ativa dos STRs de Nossa Senhora da Glória, Canindé do São Francisco, Monte Alegre de Sergipe e Porto da Folha; no entanto com exceção da irmã Marlene e do padre Pedral, de Canindé do São Francisco, a Diocese de Propriá não se envolveu neste conflito⁴³⁶

Horácio Martins de Carvalho (1999), por seu turno, enfatizou as condições objetivas responsáveis pela explosão da luta no campo no Alto Sertão Sergipano,

⁴³⁴ Santos (2008, p. 118) refere-se à espacialização do MST diferentemente de Nobre (2008) e desta Tese, fundamentada também em Fernandes (1996).

⁴³⁵ Escritórios, dormitórios e refeitórios eram desarticulados e esvaziados com a conclusão das obras da barragem e usina Xingó, deixando para trás o desemprego em massa dos peões construtores.

⁴³⁶ Acrescenta-se que essa posição da diocese refletia as mudanças internas no Vaticano, com a hegemonia da ala conservadora, no caso de Sergipe, agravado pela morte de D. José Brandão de Castro, que tiraram a sustentação política para a CPT, em 1995, cujos integrantes criaram uma ONG cuja denominação o homenageava, para continuar a atuar no campo. O autor menciona que as entidades sindicais e partidos políticos articulados no Comitê de Apoio à Reforma Agrária, desde a década de 1980 em meados da década de noventa estava extinto, apontando não apenas divergências com a tática radical do MST, mas os esforços da construção do PT e da CUT. Todavia na relação com o movimento popular e sindical o MST manteve uma agenda comum de enfrentamento contra as políticas neoliberais, a consolidação do Grito dos Excluídos (7 de setembro), a realização de Plebiscitos populares entre outras ações conjuntas.

diretamente relacionadas com a crise de desemprego decorrente do fim das obras de Xingó:

Em **12 de março de 1996 cerca de 2.400 famílias**, oriundas na sua maior parte dos municípios Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Monte Alegre, Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e Gararu, todos eles situados no Estado de Sergipe, e outra parte das famílias oriunda dos Estados de Alagoas, Pernambuco e Bahia, **ocuparam as instalações da do empreendimento Usina Hidrelétrica Xingó, da CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco**, para pressionar o Governo na busca de soluções relacionadas com o **desemprego**. Naquela oportunidade haviam sido encerradas as atividades de construção da UHE Xingó as quais absorviam a maior parte da força de trabalho dos membros adultos dessas famílias. (CARVALHO, 1999, p. 1, grifos nossos).

Voltando a Nobre (2008), a ocupação da Chesf consistiu num ato público de massa, que reuniu em torno de 2000 famílias⁴³⁷, com grande repercussão na mídia. O autor comenta sobre a ocupação a partir da sua importância estadual e nacional:

Esta ocupação teve um forte apelo político. **A CHESF, simbolicamente, representava o poder instrumental do Estado na defesa dos interesses do capital**. Considerada pelos militantes do Movimento como a maior ocupação no estado, estava entre as quatro maiores do país pelas repercussões políticas que causou. (NOBRE, 2008, p. 127, grifos nossos).

Nobre (2008, p.127) continuou afirmando que “Como um ato de demonstração de força, o MST logo após a ocupação realizou uma marcha no local que contou com a participação de cerca de sete mil pessoas”. Militantes do MST entrevistados se referem ao grande acampamento do “beicho do rio” e da grande caminhada dos sem terra que atravessou a cidade de Canindé, que lhes “encheu de orgulho”; um fato político inédito naquela região.

Naquele momento histórico o MST combinava a mobilização “de rua” massiva com caminhadas, a ocupação de latifúndios improdutivos e de órgãos públicos, ou seja, a pressão direta, o confronto aberto (forma de ação que construiu a imagem do

⁴³⁷ Pela estimativa de 4 pessoas por família estariam presentes 8.000 pessoas segundo Nobre (2008, p. 127). Santos (2008, p. 117) mencionou 13.000 famílias, provavelmente querendo se referir a pessoas. É comum a diferença de estimativa em eventos que envolvem multidões como foi o caso.

movimento perante a opinião pública), e, simultaneamente a habilidade em empreender difíceis processos de negociação com autoridades, técnicos e os próprios latifundiários (uma das faces invisíveis do movimento).⁴³⁸ Os sem terra permaneceram acampados por oito meses, que resultou na primeira vitória expressiva – a fazenda Cuiabá, cuja desapropriação ocorreu em 09 de maio, até a promulgação da imissão de posse pelo INCRA e a criação do Projeto de Reforma Agrária de mesmo nome, em 30 de dezembro daquele ano (pela Portaria 022), como ressaltou Carvalho (1999):



Fonte: Terra, Sebastião Salgado, 1997.

Figura 02 – Foto da Comemoração da Conquista da Fazenda Cuiabá – 1996.

Trinta dias após a ocupação da Chesf, os sem terra se deslocaram para a fazenda Cuiabá, situada no mesmo município de Canindé do São Francisco. A territorialização do MST foi documentada em fotos de Sebastião Salgado que correram o mundo. A imagem da figura seguinte, publicada no livro “Terra” (1997) registra o momento de comemoração da conquista da fazenda Cuiabá. O fotógrafo

⁴³⁸ TANEZINI (2001) refletiu sobre essa “face invisível do MST”, que passa por sua ação cotidiana dentro de sua complexa e flexível estrutura organizativa (espacial e setorial cruzadas) e da amplitude dos seus objetivos dentro de sua concepção ampla da reforma agrária como “vida digna no campo” em todas as suas dimensões, “cortando muitas cercas”: produção, analfabetismo, compreensão política, habitação, saúde, cultura etc

acrescenta informações sobre “um grande acampamento com 2.800 famílias foi formado na entrada da Fazenda Cuiabá no Sertão do Xingó, às margens do rio São Francisco. Durante vários meses esta gente viveu penosamente na esperança do decreto de desapropriação, que foi, afinal adotado no dia 6 de maio de 1996. Manifestação dos camponeses em comemoração ao que consideraram uma vitória, mas que, na realidade, foi só um ato de justiça. Sergipe, 1996 (SALGADO, 1997, p. 132-133).”

Após várias negociações entre o Governo do Estado, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e os proprietários de uma fazenda próxima ao empreendimento UHE Xingó, denominada Fazenda Cuyabá, localizada no município de Canindé do São Francisco - SE, estabeleceu-se um acordo que constatava, como uma das suas cláusulas, a desocupação das instalações desse UHE e o deslocamento e acampamento dessas famílias para tal fazenda. Em junho de 1996, em decorrência do acordo acima referido, 2.011 famílias passaram a acampar na Fazenda Cuyabá. Com a desapropriação da Fazenda Cuyabá foram formalmente assentadas 200 famílias as quais já haviam sido cadastradas e selecionadas pelo INCRA de comum acordo com o MST (CARVALHO, 1999, p.1).

O imenso contingente de trabalhadores rurais sem terra, ligados ao MST, excedente da capacidade de assentamento do projeto Cuiabá, em outubro de 1996, se deslocou em bloco para ocupar a grande fazenda Alto Bonito do Formoso, que abrangia terras de dois municípios - Canindé do São Francisco e Poço Redondo (CARVALHO, 1999).

Essa grande ocupação do Alto Bonito, com mais de 1.811 famílias, formou uma verdadeira “cidade de lona preta” com grande visibilidade por localizar-se nas margens da rodovia estadual SE-230. A denominação de “acampamento-mãe”, conforme depoimento de assentados individualmente ou em grupo, porque a

partir dele o MST assumiu o comando do processo de transformação da estrutura fundiária no Alto Sertão Sergipano, na medida em que foi conquistando gradual, mas continuamente e com mais intensidade que na década anterior, vitórias na desapropriação por interesse social das propriedades rurais improdutivas e criação de projetos de reforma agrária.

Além da massividade, o grande acampamento concentrado era um espaço privilegiado para a organicidade do MST, como afirmou uma liderança “no Sertão todo mundo se conhece porque todos vieram do mesmo acampamento”. Desde o

momento inicial da luta coletiva pela terra, o acampamento propicia aos sem terra uma forte experiência política - associativa como integrante de um movimento sócio – territorial (radical), carregada de mística, como analisou Maria Edilúzia Santos (2005 e 2010)⁴³⁹ e uma experiência de vida comunitária no cotidiano do acampamento que lhes permite desde o primeiro momento superar a extrema pobreza política (Demo, 2002). Por conseguinte vem provocando mudanças culturais – traduzidas em grau crescente de consciência de classe para os próprios sujeitos políticos e seu reconhecimento pela população.

Santos (2010) se referiu à radicalização do confronto no Alto Bonito, captadas em entrevistas, demonstrando que os trabalhadores não se intimidavam e que a violência era iminente: as constantes ameaças de um delegado, foram respondidas com um sequestro de duas horas; as ameaças de prisão feitas por uma juíza escoltada por policiais para que desocupassem a fazenda, foram respondidas com a exigência de um ato de retratação, consumado em palanque e um ônibus de policiais teve a passagem bloqueada⁴⁴⁰.

Segundo Nobre (2008), os acampados do Alto Bonito exigiam a desapropriação de vários latifúndios improdutivos e segundo Carvalho (1999) a população rural organizada pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST reivindicou ações de Reforma Agrária para a solução do problema social crítico decorrente do final da construção da barragem do Xingó.

No bojo do impacto da repercussão nacional da ocupação simbólica das instalações da Chesf, da marcha histórica que atravessou a nova cidade de Canindé do São Francisco, no tabuleiro, até a fazenda Cuiabá e da tremenda pressão que representava a ocupação massiva do Alto Bonito iniciou-se um período de longas e tensas negociações.

Em março de 1997 foi realizada a grande Marcha dos mais de 2.000 sem terra que andaram durante dez dias de Canindé do São Francisco até Aracaju, onde ocuparam a sede do INCRA-SR-23 por outros dez dias, culminando com uma audiência com o presidente FHC em 15 de março de 1997, que se desdobrou em

⁴³⁹ Tanto a dissertação enfocando os acampamentos (2005) quanto a tese de Edilúzia Santos (2010) enfocando os assentamentos analisam a mística do MST.

⁴⁴⁰ A violência foi levada ao extremo em outras regiões do estado em 1996 com o assassinato de José Emídio (Capela) e Ciro Luis Sampaio (Malhador), segundo Nobre (2008, p. 130-131) que analisou as tentativas do governo de alterar a política de segurança pública, com o programa Segurança Cidadã para os conflitos do campo, sobretudo no momento de despejo, reconhecendo os sem terra como portadores de direitos.

outro momento de negociação em 31 de março, quando os governos Estadual e Federal resolveram atender a solicitação que culminou com a assinatura de um protocolo de intenções pelos Ministros de Estado Extraordinário de Política Fundiária, Raul Belens Jungmann, Presidente Substituto do INCRA, Eduardo Henrique Freire; o Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause Gonçalves; o Governador do Estado de Sergipe Albano Franco e o Secretario de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação Jorge Araújo, com a interveniência do MST representado por João Somariva Daniel e o testemunho do Secretario de Estado de Segurança Pública Welligton Dantas Manguiera do Superintendente Regional do INCRA João Bosco de Andrade Lima Filho “resolvem de mútuo acordo, celebrar o presente Protocolo de Intenções para o encaminhamento do processo de Reforma Agrária na região do sertão do São Francisco. O referido protocolo é apresentado na íntegra como anexo, em Carvalho (1999). Nesse documento as autoridades referiram-se à gravidade dos conflitos instalados na área:

O MEPF/INCRA e o ESTADO reconhecem a Região Sertão do São Francisco/ SE, nas áreas próximas ao Lago de Xingó como a zona onde se travam os mais intensos conflitos pela terra em Sergipe, **onde 1.198 famílias acampadas aguardam o acesso à terra; e dezoito imóveis rurais estão ocupados ou foram recentemente desocupados com o despejo de famílias de trabalhadores rurais sem-terra;** e que nesses confrontos entre trabalhadores rurais sem-terra e proprietários houve feridos e a queima de barracos de pelo menos um acampamento (protocolo de intenções, março 1997 anexo a CARVALHO, 1999, p.87, grifos nossos)⁴⁴¹.

O referido protocolo também afirmou que “para se configurar em efetiva Reforma Agrária as ações nesse sentido deverão se estender por uma área contínua com extensão que configure **uma região reformada**” (Carvalho, 1999).

Isso significou que das 1811 famílias acampadas no Alto Bonito, 687 famílias foram assentadas no PA Jacaré-Curituba a ser irrigado. Das 1.124 famílias restantes, 397 foram integradas em 10 outros acampamentos, que se tornaram assentamentos contemporaneamente em 1999, em situação de sequeiro, 396

⁴⁴¹ Além do MEPF– Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA estava então vinculado e do GOVERNO DE SERGIPE assinaram o protocolo o Ministério do Meio Ambiente – MMA..

famílias foram distribuídas em quatro outros acampamentos continuando a luta pela terra e outras 331 famílias desistiram.

O acampamento Alto Bonito representou o novo método de ocupação massiva e centralizada em “acampamentos-mãe”, a partir de Cuiabá, que foi a marca imprimida pelo MST nessa segunda fase da luta pela terra no Alto Sertão Sergipano, dali surgindo outros assentamentos, a partir de 1997: Modelo, Curralinho⁴⁴², Queimada Grande, São José de Nazaré, Gualter, Pinhão, Lagoa das Areias, Cajueiro, Canadá, Maria Feitosa e outros⁴⁴³.

Se os movimentos sócioterritoriais se confrontavam antes com latifundiários improdutivos que, pela baixa produtividade da pecuária extensiva tradicional, perdiam o respaldo da lei, para manter a propriedade privada da terra, vendo voltar-se contra si o aparelho do Estado, impondo-lhe a desapropriação por interesse social; abria-se a partir do acampamento do Alto Bonito nas terras do Jacaré-Curituba novo campo de disputa da água, no qual os novos sujeitos coletivos se confrontariam com as mais modernas forças econômicas do agronegócio (CAIs).

7.2.2 A Disputa da Terra e da Água no Alto Sertão Sergipano: a Reversão do Grande Projeto Empresarial de Irrigação Jacaré-Curituba para a Reforma Agrária – 1997-1998

O Vale do São Francisco foi, desde a década de 1940 transformado numa região de planejamento especial do governo federal, que criou para tal empresas especiais, para estimular o desenvolvimento econômico e social do vale que corta o semiárido sergipano com três objetivos complementares no discurso que se tornaram conflitantes na prática: a navegação, a geração de energia elétrica e a irrigação para o desenvolvimento agrícola em moldes predominantemente empresariais, embora em alguns perímetros também estivesse prevista a instalação de pequenos lotes.

A CODEVASF é a empresa que representa desde a segunda metade do século XX a linha oficial de intervenção nos recursos hídricos para o aproveitamento econômico das potencialidades do Vale do São Francisco, reforçando a

⁴⁴² SANTOS, Elaine Christian B. Questão Agrária e dinâmica ambiental nos assentamentos rurais Curralinho e Vitória da União/SE. São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2007, Dissertação de Mestrado em Geografia.

⁴⁴³ Esse método massivo tinha sido inaugurado em Sergipe com a grande ocupação da fazenda Cruiri, em Pacatuba, no Litoral norte do estado em 1989, que assentou apenas 35 pessoas, mas constituiu-se no “acampamento-mãe” para a conquista de vários assentamentos no entorno.

territorialização e a monopolização do território pelo capital. Está presente no Alto Sertão Sergipano que faz parte do distrito do Baixo São Francisco (a partir da antiga cachoeira de Paulo Afonso), mas diferentemente dos perímetros implantados na região de Propriá, não tinha se destacado, por não ter viabilizado uma forma de aproveitamento eficaz para as várzeas que deixaram de ser naturalmente irrigadas desde a interrupção do ciclo natural de cheias e vazantes do rio após a conclusão da barragem do Xingó, em 1996, referindo-se sobretudo, à grande várzea da ilha do Ouro que havia se tornado um projeto de assentamento em 1986 (talvez por isso mesmo).

Ideni Terezinha Antonello (1996a, p.58) refletiu sobre o debate nacional e internacional sobre as causas da seca no Nordeste nos anos oitenta, e à problemática das condições climáticas do semiárido não serem propícias para as atividades agrícolas enfocando o pequeno produtor rural: mas mesmo assim, encontram-se nesta zona fisiográfica de Sergipe, 63,9% da população na zona rural total do estado. Os resultados do seu trabalho de campo, em 1993, evidenciaram a dependência do camponês sertanejo do regime de chuvas no processo produtivo agrícola e na criação animal, na busca pela sobrevivência, utilizando como estratégia emergencial a compra de carradas de água, principalmente nos esabecimentos que desenvolvem uma pecuária leiteira. O número de estabelecimentos que utilizavam algum método de irrigação era insignificante: 10 em Porto da Folha e apenas 3 no município de Nossa Senhora da Glória e outros 3 em Poço Redondo.

A maioria absoluta da população rural ficava na “[...] dependência dos carros pipa fornecidos pelo poder político local, fortalecendo as relações assistencialistas tão necessárias para a manutenção e reprodução das elites agrárias dominantes no espaço rural sertanejo” (ANTONELLO, 1996a, p. 57-58). Sua análise dos projetos dos órgãos governamentais para o semiárido concluiu que eles não transformam a área, servindo mais para que os governos estaduais viabilisassem uma administração mínima em época de crise (seca), possibilitando “às lideranças locais a manipulação de suas bases eleitorais” (ANTONELLI, 1996a, p. 58).

É dessa forma que a autora avaliou o enfrentamento da seca com a política de investimentos em infraestrutura de armazenagem de recursos hídricos do DENOCS e sua construção através de “frentes de trabalho” e de “frentes de

emergência”, que resultou no conhecido uso político clientelista, denominado “indústria da seca”.

Da mesma forma o programa do governo estadual João Alves Filho para o semiárido – “Chapéu de Couro” executado pela Companhia de Recursos Hídricos (COHIDRO): construção de barragens, perfuração de poços⁴⁴⁴ e projetos de irrigação, como o projeto Hidroagrícola Califórnia, implantado em 1993, nos municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo, projetada para 1.500 ha. irrigáveis, tendo sido implantados 1.380 ha., com 61 lotes de sequeiro e 253 lotes irrigados (para agricultura familiar e para empresários), beneficiando mais de 331 famílias e 17 empresários. Segundo a autora os camponeses foram submetidos à monopolização do capital agroindustrial (fabricas de sucos de frutas) e ao capital comercial, atravessadores de quiabo para Salvador (ANTONELLO, 1996a).

A concepção desse sistema de irrigação (aspersão) implicava em alto consumo de água (numa região com alto grau de evapotranspiração) e intensivo na ocupando de força de trabalho (de dois a cinco trabalhadores por hectare). O Ministério Extraordinário de Política Fundiária - MEPF, em 1997 referiu-se a este projeto no mesmo sentido acima colocado:

Projeto de Irrigação Califórnia que abrange 1.300 ha de terras e onde estão assentados pequenos produtores [...] permanente dependência governamental já que as atuais deficiências resultantes de inadequado planejamento segundo o qual o mesmo foi concebido, poderão ser superadas e com isso, toda a sua produção que presentemente se dirige para mercados tradicionais de elevados riscos poderá, no novo contexto, se estabelecer com bases de sistemas mais racionais, seguros e rentáveis, como são aqueles fundados nas modernas relações agroindústrias. (MEPF...1997 anexo CARVALHO, 1999, p.1).

Antonello havia concluído que “a estrutura de poder tem como alicerce a propriedade da terra, essa por excelência desenvolve uma relação de poder. E na área de estudo entra em cena outro fator, apropriado como mecanismo de poder, o recurso água” (ANTONELLO, 1995a, p.54).

⁴⁴⁴ Uma extensa rede de centenas de poços artesianos foi implantada no Alto Sertão Sergipano, mas tiveram seu aproveitamento inviabilizado pela desconsideração das características do subsolo cristalino cuja água é salobra; e os dessalinizadores além do altíssimo custo não encontraram solução técnica para o resíduo de sal. Ver Atlas de Recursos Hídricos de Sergipe, 2004.

A CODEVASF admitiu em seu relatório do final da década de noventa que a inauguração da Hidrelétrica de Xingó, em 1996, teve grandes impactos regionais implicando numa “série de modificações, com período de dinamismo seguido por estagnação e perda de funções econômicas”. Horácio Martins de Carvalho (1999, p.1) também mencionou que a construção da hidroelétrica de Xingó “[...] promoveu uma economia artificial que atraiu para as regiões circunvizinhas de Sergipe e Alagoas uma população bem superior à então existente”. Como sempre ocorre em grandes obras como esta o fim das obras gerou um grande desemprego e um sério problema social, que desencadeou a luta pela terra.

A CODEVASF constatava com preocupação as alterações na correlação de forças no Alto Sertão Sergipano na disputa pelo controle da água:

Atualmente a zona rural da região está sofrendo rápidas modificações impulsionadas, sobretudo, **pela ocupação de áreas pelo movimento dos “sem terra”** o que reflete nas zonas urbanas e no conjunto de fatores sócio culturais da região. O **nível de organização do movimento** tem levado as autoridades federais e estaduais a realizar estudos e aprofundar o ritmo de prováveis e possíveis intervenções na área, inclusive com **mudança de planejamento do uso do solo rural**, o que poderá comprometer projetos em processo de negociação com potenciais parcerias internacionais. (CODEVASF, 1998 p 9, grifos nossos).

As parcerias potenciais que a CODEVASF se refere eram a busca de recursos do ex-governador João Alves Filho junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para o projeto de irrigação empresarial, que encontrava resistências da instituição diante dos conflitos de terra e da linha geral assumida pela ONU/Banco Mundial (BIRD), no sentido do não acirramento desses conflitos como foi mencionado anteriormente, retomando Santos (2008).

O grande acampamento-mãe do Alto Bonito não representou apenas a continuidade do referido método de ocupação massiva de latifúndios improdutivos em luta contra os pecuaristas tradicionais ou especuladores, mas também um novo direcionamento da luta que assinalou a mudança qualitativa no processo de territorialização do MST no Alto Sertão Sergipano, disposto a enfrentar a luta pela terra e pelo controle da água,⁴⁴⁵ com o grande capital (as mais modernas empresas agropecuárias/CAIS), o que exigia o aperfeiçoamento da negociação, sempre sobre

⁴⁴⁵ Marize Luciano Oliveira (2008) enfoca a política pública das águas como “mercadoria de territorialidades conflituosas”.

pressão massiva. O referido acampamento estava localizado nas terras onde seria implantado um grande perímetro de irrigação projetado pelo ex-governador João Alves Filho (ex PFL/DEM).

A ocupação da Chesf simbolizou o 'renascimento' do MST; pelos desdobramentos que teve, **representou um duro golpe na oligarquia e nos planos do Estado de transformar as áreas em disputa num território do capital.** Nesta área estava sendo implantado pelo **governador João Alves Filho, o projeto empresarial de irrigação Jacaré-Curituba** que foi ocupado pelo MST em outubro de 1996. O Alto Sertão era uma região controlada basicamente pelo latifúndio e o coronelismo; por outro lado, havia a necessidade de chamar a atenção da sociedade sergipana para a situação de miséria, fome e falta de trabalho que assolava a população sertaneja por conta da conclusão da barragem (NOBRE, 2008, p. 128, grifos nossos).

No bojo do impacto da repercussão nacional da ocupação simbólica das instalações da Chesf, da marcha histórica que atravessou a nova cidade de Canindé do São Francisco, no tabuleiro, até a fazenda Cuiabá e da tremenda pressão que representava a ocupação massiva da área do grande Projeto de Irrigação Jacaré-Curituba, projetado no governo estadual de João Alves Filho (1991-1994), com corte nitidamente empresarial, iniciou-se um período de longas e tensas negociações e pressão da grande Marcha dos mais de 2.000 sem terra que caminharam durante dez dias de Canindé do São Francisco até Aracaju, onde ocuparam a sede do INCRA-SR-23 por outros dez dias, reivindicando a desapropriação dos latifúndios improdutivos e também a desapropriação de 15.000 hectares no município de Poço Redondo e Porto da Folha para serem transformados em projetos de irrigação. O processo de mobilização/negociação culminou com a referida audiência com o presidente FHC (15/03/1997) resultou no acordo político para que o INCRA pudesse desapropriar o Jacaré – Curituba para fins de reforma agrária. A conquista do Jacaré-Curituba se constituiu num feito notável, num contexto politicamente adverso (NOBRE, 2008)⁴⁴⁶.

O foco do mencionado protocolo de intenções de 30/3/1997 entre o governo federal e estadual incluía “a questão da irrigação na área do Projeto Jacaré-Curituba”. Num dos considerandos do documento as autoridades federais e

⁴⁴⁶ Fora essa conquista o governador Albano Franco, nos oito anos do seu mandato (1995-1998 e 1999-2002) não criou nenhuma colônia estadual, apesar da promessa eleitoral de assentar 1.500 famílias (Nobre, 2008, p. 129-136).

estaduais admitiram que, a região era marcada pela mais alta concentração de terras e pelo seu alto nível de subutilização, portanto só seria possível aproveitar “a nova e extraordinária oportunidade de desenvolvimento” que representava a barragem e Usina de Xingó alterando essa estrutura fundiária. O Estado cobrou do MST dois compromissos políticos selados no referido protocolo de intenções:

- a) “O MST/SE se comprometerá a não ocupar propriedades rurais no Estado de Sergipe, durante a vigência do Projeto de Irrigação”.
- b) “O ESTADO, o MEPF/INCRA, o MMA e o MST se comprometem, no prazo de 100 dias a contar desta data, definirem um entendimento sobre o encaminhamento da Reforma Agrária em todo o Estado, sob pena de tornar insubsistente o presente compromisso”.

Diante da promessa de uma “trégua” no processo de luta, no Alto Sertão e em Sergipe, feita na mesa de negociação, num momento em que o movimento nacional negava a negociação com FHC (na mencionada marcha nacional daquele ano), o MST de Sergipe conseguiu transformar o Projeto de Irrigação Jacaré-Curituba no Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Irrigado Jacaré-Curituba, criado em 19 de dezembro de 1997. O referido protocolo também afirmou que a reforma Agrária na região semiárida, tem de incorporar a irrigação (Carvalho, 1999, p. 87).

O INCRA realizou uma grande audiência pública que reuniu movimentos sociais - STRs, MST e outros, com prefeitos dos municípios do Alto Sertão Sergipano, Colegiado Territorial, professores da UFS, representantes do governo estadual e promotores federais, para dar transparência a todo o processo; a plenária aprovou o encaminhamento, respaldando o INCRA.

O primeiro assentamento efetivo de famílias nas terras do Jacaré-Curituba ocorreu em 1998, dois anos depois da ocupação e um ano, após a assinatura do protocolo de intenções e a criação oficial do assentamento. O INCRA selecionou, juntamente com o MST (que vinha implementando longa discussão entre os grupos do acampamento Alto Bonito a respeito dos critérios para a escolha das famílias a serem assentadas), o que resultou na seleção de 687 famílias, dando prioridade aos “sem terra”, oriundos dos municípios de Poço Redondo, Canindé do São Francisco e Monte Alegre, cumprindo o que preconizava o mencionado protocolo.

O INCRA promoveu a desapropriação da maior parte da área do perímetro do projeto, e no seu entorno, prevendo-se sua redistribuição para 687 famílias. O complexo Jacaré – Curituba inicialmente formado por oito assentamentos desapropriados entre 1997 e 1999, situados nos municípios de Poço Redondo⁴⁴⁷ e Canindé do São Francisco.⁴⁴⁸

Tabela 20 O Complexo Jacaré-Curituba em Ordem Cronológica de Criação dos Assentamentos – INCRA - 1997 a 2002.

N	Código PA	Nome PA	Município	Data Criação PA	Nº fam.
1	SE0038000	Jacaré Curituba I	Poço Redondo	29/12/1997	736
2	SE0039000	Jacaré Curituba II	Poço Redondo	29/12/1997	71
3	SE0040000	Jacaré-Curituba III	Canindé do São Francisco	29/12/1997	100
4	SE0041000	Jacare-Curituba IV	Canindé do São Francisco	29/12/1997	142
5	SE0042000	Jacaré Curituba V	Canindé do São Francisco	29/12/1997	45
6	SE0059000	Jacaré Curituba VI	Poço Redondo	15/12/1998	17
7	SE0056000	Jacaré Curituba VII	Canindé do São Francisco	17/12/1998	45
8	SE0073000	Jacare Curituba VIII	Poço Redondo	24/12/1999	42
9	SE0098000	Monte Santo (JC)	Canindé do São Francisco	19/06/2002	14
10	SE0099000	Monte Santo I (JC)	Canindé do São Francisco	18/11/2002	16

Fonte: elaborado pela autora conforme listagens de assentamento do INCRA, SR-23/SE. OBS: Os valores registrados apresentam discrepâncias, por isso não foram totalizados. As 736 famílias do Jacaré Curituba I correspondem a estimativa inicial do total das famílias a serem assentadas, cuja capacidade de assentamento foi menor – 687 famílias. O INCRA criou os outros assentamentos Jacaré-Curituba na medida em que iam se concluindo os processos de desapropriação dos imóveis dentro da área do grande projeto de assentamento, sendo que os demais números de famílias, totalizam 492. Dessa maneira infere-se, que 195 famílias foram assentadas no JC I.

Posteriormente, em 2002, outros dois projetos vizinhos – Monte Santo e Monte Santo I – foram agregados ao complexo, totalizando 10 assentamentos.

⁴⁴⁷ Em Poço Redondo situam-se os projetos de assentamento: SE0038000 PA JACARÉ - CURITUBA I com 736 famílias; SE0039000 PA JACARÉ - CURITUBA II com 71 famílias; SE0059000 PA JACARÉ - CURITUBA VI 17 famílias; SE0073000 PA JACARÉ CURITUBA VIII A FEDERAL com 42 famílias. Há problemas nesses dados oficiais do INCRA, cuja totalização excede o número máximo de famílias do assentamento.

⁴⁴⁸ Em Canindé do São Francisco situam-se os projetos de assentamento: SE0040000 PA JACARÉ - CURITUBA III com 100 famílias; SE0041000 PA JACARÉ - CURITUBA IV com 142 famílias; SE0042000 PA JACARÉ - CURITUBA V com 45 famílias e SE0056000 PA JACARÉ - CURITUBA VII com 45 famílias. A mesma observação da nota anterior se repete.

O perímetro irrigado do Jacaré Curitiba com 3.156 hectares forma a maior área contígua de um projeto de irrigação em área de assentamento no país e na América Latina.

O assentamento Jacaré-Curitiba somando 5.005 hectares é maior que o perímetro irrigado abrangendo também lotes de sequeiro familiares, com tamanhos maiores compatíveis com as atividades agropecuárias que dependem da chuva⁴⁴⁹.

A organização espacial do futuro perímetro irrigado do assentamento Jacaré-Curitiba aproveitou a concepção técnica do projeto elaborado para tornar-se um grande perímetro empresarial, com 72 grandes lotes, cuja gestão seria entregue à COHIDRO (GOVERNO DE SERGIPE, 1994), a captação da água estava prevista no alto da barragem do Xingó, adução e distribuição de água do rio São Francisco.

A grande diferença da nova concepção do projeto é que a gestão da produção seria entregue aos 36 grupos de assentados, o que daria aproximadamente dois grandes lotes para cada grupo de 20 produtores que definiriam em conjunto o plano produtivo, a divisão interna dos pequenos lotes de no mínimo 4 hectares por família, além de lotes coletivos dos grupos.

Carvalho (1999) comentou sobre o tamanho de, no mínimo 4 hectares irrigáveis por família “lote esse supostamente capaz de gerar renda familiar suficiente para a reprodução dos meios de vida de trabalho de cada família, renda essa equivalente aproximadamente a três salários mínimos e estimados para um ano e meio após o início das operações de irrigação”.

Tomada à decisão política de adaptar um projeto empresarial de irrigação projetado em 04 grandes setores, para um assentamento de reforma agrária, com lotes familiares irrigados e de sequeiro e também lotes coletivos para os 35 grupos de produção⁴⁵⁰, o que exigiu o aprofundamento político-organizativo dos assentados. A única possibilidade de sobreviver em lotes de irrigação daquele tamanho, demarcados conforme liberação de empresas de assessoria em função das manchas de solo favorável a irrigação (distante muitas vezes do planejado), antes da chegada da água dependeu de grande organização interna dos grupos informais de produtores que passaram a utilizar em comum as áreas da propriedade sem

⁴⁴⁹ Lotes de sequeiro não seriam irrigados, e portanto sua utilização com cultivos e criações se daria na forma tradicional efetuada no semi-árido.

⁴⁵⁰ Os grupos do assentamento (agrupados em agrovilas) foram formados respeitando a organização anterior dos grupos do acampamento, ao invés da prática de sorteio das famílias, realizado por técnico do INCRA, presenciada em outros assentamentos.

qualquer demarcação. A operacionalização dessa transformação foi dramática, gerando um longo período de transição que se arrastou por mais de uma década.

Desde que retornou ao governo de Sergipe o governador João Alves Filho (2003-2006) tentou reverter o processo deslanchado, passando a emperrar com diversos argumentos as obras de construção do perímetro irrigado conforme as adaptações do projeto. Está se falando de uma tensão particular que envolveu as mais de 600 famílias assentadas dentro do perímetro irrigado que viveram, conforme as palavras dos mesmos “uma agonia sem fim” para sobreviver sem água em porções ínfimas de terra no Jacaré-Curituba, que atravessou toda a segunda fase da luta pela terra, ultrapassando-a.

A implantação efetiva do perímetro irrigado foi reprojetada, refinanciada (com recursos já aportados no orçamento de 1997 e busca de novos recursos em 1998), e a contratação da sua construção sofreu descontinuidades e paralizações constantes. A própria liberação de créditos de implantação do Orçamento do INCRA que envolve basicamente a habitação para a ansiada saída da “lona preta” teve que esperar definições de empresas externas sobre o local, fora das áreas irrigáveis, onde se poderiam implantar as 32 agrovilas, vias de acesso, eletrificação, escolas, postos de saúde, reservados os espaços para a área de preservação ambiental contígua etc.

O MST negociava com o INCRA uma saída emergencial, diante da falta de previsão da duração das obras e da constatação de que sem o acesso à água era impossível a sobrevivência em tão pouca terra no sertão. Em dezembro de 1999, Horácio Martins de Carvalho, da ABRA, foi convidado para coordenar uma proposta emergencial para o assentamento Jacaré-Curituba para manter as famílias assentadas até que fossem concluídas as obras do perímetro e se iniciasse a irrigação.

A justificativa do “Plano de Sustentabilidade Mínima do Assentamento Jacaré Curituba” - de dezembro, 1999 a dezembro de 2002⁴⁵¹ era “evitar conflitos gerados pela fome e falta de trabalho e das condições de produção previstas quando da possibilidade de irrigação dentro de três anos”.

Adentrar o plano ou avaliar sua efetividade foge aos objetivos deste estudo, no entanto alguns aspectos merecem ser explicitados porque tratam da forma de

⁴⁵¹ A autora desta Tese colaborou no diagnóstico e propostas de ação sociais do plano emergencial do Jacaré-Curituba, enquanto supervisora técnica estadual da assistência técnica do LUMIAR (de 1997 a 1999).

organização do movimento sem terra, das ações fundiárias implementadas pelo INCRA (mesmo em condições especiais) que demonstram um leque aberto de possibilidades de intervenção deste órgão e do próprio horizonte do plano emergencial ligado a uma expectativa de funcionamento do projeto irrigado: Do ponto de vista fundiário o plano apontou como saída o arrendamento de lotes (não utilizados) no vizinho projeto Califórnia (irrigado).

O drama dos assentados do Jacaré-Curituba demonstra que o tamanho da área de terra tem que estar em função do tipo de produção, por isso a capacidade de um assentamento leva essas condições em conta e o MST inicia, ainda na fase de acampamento, discussões sobre a produção desejada pelos sem terra e apresenta sua proposta de cooperação agrícola.

O INCRA exige a elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos - PDAs antes da demarcação definitiva dos lotes⁴⁵², o que, nesse caso, sofreu uma grave distorção entre 1996 e 2013, dado que as famílias encontram-se, de fato, em área de sequeiro, todavia com tamanho de lotes minúsculos por família⁴⁵³ viáveis apenas numa produção irrigada (se estivesse funcionando), cujo acesso à água, que se restringe apenas ao consumo humano é fornecida por carros-pipa da Defesa Civil do Governo do Estado (CARVALHO, 1999). A saída provisória encontrada pelo MST foi a exploração da área através de atividades coletivas de grupos em média de 20 famílias e/ou individual sem delimitação de lotes.

A área do PA Jacaré-Curituba está localizada na região do semiárido sergipano. Entretanto, função de características do microclima ela pode ser considerada como árida⁴⁵⁴. O contexto crítico de extrema pobreza e falta de perspectivas de trabalho (desemprego generalizado na região) e produção, agravadas por vários fatores: as duas sucessivas frustrações de safras pela seca (1998 e 1999) e, conseqüentemente, a não obtenção de colheitas; a suspensão de

⁴⁵² A autora desta Tese foi coordenadora elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos de Reforma Agrária – PDAs (1999 a 2002) como parte das atividades de extensão enquanto professora da Universidade Federal de Sergipe.

⁴⁵³ Considera-se área similar porquanto o número de famílias assentadas, 687, é aquele máximo desejável caso o perímetro de irrigação tivesse sido implantado. Na atualidade essas famílias exploram a área através de atividades individuais familiar e grupais (grupos em média de 20 famílias) sem delimitação de lotes.

⁴⁵⁴ Em 1998 choveu 219,5 mm e este ano (até o mês de agosto) a precipitação pluviométrica foi de 278 mm. A insolação média varia de 4,3 a 9,4 horas. As temperaturas máximas oscilam entre 27º a 40º C e as mínimas entre 17º a 25º C.

duas das três parcelas do financiamento de custeio do PROCERA em dois anos seguidos; a precariedade do abastecimento de água potável através de carros-pipa da defesa Civil do Governo do Estado, que proibia a liberação de água para dessedentação animal (dado à escassez geral); a suspensão da entrega de cestas de alimentos por parte do Programa Comunidade Solidária deste março de 1999; a não liberação de recursos para a habitação (e, portanto, a possibilidade de criação de empregos na construção civil durante a sua execução) para 250 das 687 assentadas, que continuavam morando “embaixo de lona” em função de pendências sob judice ou da não definição da localização geográficas das agrovilas (por conta das demarcações das áreas irrigáveis, etc que resultaram numa situação de alta vulnerabilidade pessoal, familiar e social).

Prevaleciam estratégias de sobrevivência usuais cultivos de sequeiro em roças feitas dentro do Jacaré-Curitiba (lembrando que nenhum lote estava demarcado não demarcadas) e a feitura de carvão com comprometimento ambiental. Observou Carvalho (1999) que a cobertura vegetal nativa de caatinga, tinha por remanescente desse bioma apenas a reserva legal do assentamento e pequenas áreas isoladas e estava sendo derrubada para o plantio de culturas anuais e a madeira utilizada para o fabrico de carvão, construção de cercas e consumo como lenha em fogões domiciliares o que também foi destacado por Teresa Cristina Martins (2001).

O plano emergencial por ele coordenado se refere com pessimismo sobre a paralisação das obras necessárias para a irrigação (captação, adução e distribuição da água), por diversos motivos, entre os quais a falta de recursos financeiros. Caso os mesmos fossem liberados, o prazo para o término das obras e início efetivo do processo de cultivos irrigados era, então, estimado em 2,5 a 3 anos, ou seja, entre o meio e o fim do ano 2002.

Atravessar essa interminável fase de transição exigiu um do processo interno de organização, que, iniciado na fase do acampamento do Alto Bonito (1996 a 1998), por grupos de famílias (por origem comum, parentesco, ou afinidade forjada na luta), foi mantido e aperfeiçoado de maneira admirável, como comentou Carvalho (1999): as 687 famílias que compõem esse assentamento desenvolveram uma complexa organização interna com as seguintes características foram constituídos 34 grupos, cada um com um total de 20 famílias, de afinidade/origem comum/vizinhança, que elegeram um coordenador, um secretário e um tesoureiro

(como um grupo subdividiu-se informalmente, para os assentados existem 35 grupos, mas formalmente para o INCRA apenas 34). Os coordenadores desses grupos compõem a Coordenação Geral do PA Jacaré-Curituba, composta de 35 membros, que elegeu uma coordenação executiva composta por 7 membros. Os assentados fazem parte do coletivo de um dos dez (10) setores: produção, saúde, educação, finanças, direitos humanos, comunicação, cultura, gênero, frente de massa e formação.

O número de pessoas varia em cada setor dependendo das relações político-institucionais com as direções regional e estadual do MST, com outros parceiros não-governamentais da organização representativa das famílias desse Projeto e das relações políticas bastante instáveis dessas famílias com o INCRA e com o Governo do Estado.

Registre-se entre os parceiros do MST, a volta do apoio fundamental da Diocese de Propriá, por ocasião da implementação do plano. O grau de organização da base e o amadurecimento das lideranças propiciou condições para um planejamento participativo a partir de uma demanda real para a sobrevivência das famílias assentadas, evidenciando uma forma de trabalho que predominou neste período – seminários, fóruns, *workshops* com a participação ativa dos trabalhadores sem terra⁴⁵⁵.

7.2.3 Avança o Processo de Reconquista de Territórios pelos Povos Tradicionais - Comunidades Quilombolas no Alto Sertão Sergipano - 1996-2006

Na segunda fase da luta pela terra a comunidade do Mocambo se territorializa e a da Serra da Guia avança no seu reconhecimento como remanescente de quilombo.

Nesse período o Brasil ratifica as recomendações sobre as demandas comunidades remanescentes de quilombos passam a ser compreendidas como Direitos Humanos na 169ª Convenção Internacional sobre os Povos Indígenas e Tribais, da Organização Internacional do Trabalho – OIT/ONU de 7/4/1989.

⁴⁵⁵ A autora desta Tese realizou observação-participante desse processo em muitos desses momentos: *workshops*, reuniões no INCRA e no MST, audiência pública em Canindé do São Francisco etc; e coordenou o treinamento de técnicos do projeto Lumiar de assistência técnica cuja parte prática se deu junto aos diversos grupos do acampamento Alto Bonito, refletindo sobre os desafios do Jacaré Curituba, em 1998.

Quadro 08 Fundamentação Legal do Reconhecimento das Comunidades Quilombolas e seu Território na Segunda Fase da Luta pela Terra no Alto Sertão Sergipano - 1996 – 2006.

Data	Fundamentação Legal
1993	Lei nº 8.269 – “lei agrária” e Lei complementar nº 76, do rito sumário que regulamentam os dispositivos constitucionais de 1988 relativos à reforma agrária e sobre os quilombolas
2001	III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlata da ONU, África do Sul
20/6/2002	Decreto Legislativo nº 143 do Congresso Nacional brasileiro ratifica a resolução nº 169/OIT
25/7/2002	Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação da Convenção nº 169 junto ao Diretor Executivo da OIT
25/3/2003	A convenção nº 169/OIT entrou em vigor no Brasil
20/11/2003	Decreto nº 4.887 do Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva regulamenta o artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da CF/88 sobre o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos
19/4/2004	Decreto nº 5.051 do Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva promulga a ratificação da convenção nº 169/OIT de 1989
2004	“Programa Brasil Quilombola” do Governo Federal
24/3/2004	Instrução Normativa do INCRA nº 16 (sobre o art. 68 do ADCT/CF88) Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos
19/09/2005	Instrução Normativa do INCRA nº 20 (sobre o art. 68 do ADCT/CF88 e Decreto nº 4.887 de 20/11/2003) regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão e titulação de terras ocupadas por remanescentes de quilombos

Fonte: Construção da autora a partir da pesquisa documental da legislação no INCRA-SR 23 e pesquisa bibliográfica

A nova convenção revisava a de 1957, especificamente sobre o reconhecimento dos quilombos, ao prever que a consciência da identidade indígena ou tribal (autoidentificação) deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam seus dispositivos e a definição de seu território (art. 1º) e o dever de serem levados na devida consideração os costumes ou direito consuetudinário dos povos (art 8º).

Ao aplicarem as disposições da convenção os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos possui à sua relação com a terra ou territórios, ou ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e particularmente, os aspectos coletivos

dessa relação (art 13º). Incluiu em toda a parte II (art. 13 a 19) o reconhecimento das terras dos remanescentes quilombolas. A convenção nº 169 da OIT/89, entrou em vigor em 5 de setembro de 1991.

No entanto tais resoluções influenciaram apenas indiretamente o avanço do direito dos quilombolas do Mocambo que continuavam sua luta pela terra a partir do seu reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo, obtido em 1992, porque só seria ratificada, pelo Congresso Nacional, mais de dez anos depois em 20 de junho de 2002. (CHACQUE, 2011, p.4).

A partir dessa convenção internacional outras aconteceram nesse período influenciando de maneira diferente a luta dos quilombolas do Mocambo e da Serra da Guia, reconhecidas como comunidades de quilombos num espaço de tempo de dez anos de diferença entre elas.

7.2.3.1 A Transformação da Comunidade do Mocambo em Movimento Sócioterritorial com a Conquista do seu Território - 1992 - 2000

A comunidade do Mocambo foi diretamente beneficiada pelos avanços do constitucionalismo social brasileiro em 1988, que reconheceu os direitos dos quilombolas, de forma inédita, como direitos fundamentais. A Constituição Federal de 1988 que foi pioneira no reconhecimento dos quilombolas como grupos fundamentais da formação brasileira, participantes do processo civilizatório nacional, cujos modos de vida, costumes línguas, crenças e tradições devem ser preservados como patrimônio cultural do país. São apontados os instrumentos de proteção desse patrimônio: inventários, registros, vigilância, tombamento⁴⁵⁶ e desapropriação.

As diretrizes constitucionais foram regulamentadas pela Lei nº 8.269 de 1993, a “lei agrária” que reforçava a concepção geral sobre o reconhecimento das comunidades quilombolas.

Segundo Chacque (2011) o conceito de remanescentes de quilombos é identificado pela resistência negra à opressão a partir do critério de auto-identificação dessas comunidades. A noção de quilombo, todavia além da autoidentificação exige não somente interpretação jurídica, mas também depende de investigações, estudos e pesquisas na área de antropologia, sociologia e história.

⁴⁵⁶ Especificamente ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas de antigos quilombos, como a Serra da Barriga, em Alagoas onde se localizou o maior e mais importante do Brasil – o “Quilombo dos Palmares”, que resistiu por um século.

Para a autora, parece indiscutível que quilombo “é mais do que a simples expressão de certo território, no qual em uma época remota alguns escravos ou ex-escravos, fugidos ou não, reuniam-se para viver e resistir à recaptura ou à escravidão”. (Chacque, 2011, p.1). Apoiando-se em Paul E Little a autora afirma que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social, o que implica que é um produto histórico de processos sociais e políticos; portanto faz-se necessário uma abordagem histórica dos contextos específicos em que surgiu, foi defendido e/ou reafirmado. Ela conclui: “reconhecer que o direito à titulação das comunidades quilombolas é antes de tudo uma forma tardia de recuperar o respeito pela resistência negra e a sua luta pela liberdade, considerando que ainda hoje a comunidade negra constitui-se da maioria excluída pela sociedade”. (CHACQUE, 2011, p.1).

Após a certificação pela FCP o INCRA ficou responsável pelas ações fundiárias do processo técnico e burocrático, cujo fluxograma se inicia pela identificação e contratação do profissional para realizar o laudo de reconhecimento antropológico e delimitação - RTID (que contém o autoreconhecimento da comunidade⁴⁵⁷, levantamento fundiário do território quilombola, delimitação com planta e memorial descritivo, cadastro dos quilombolas, levantamento de sobreposições, parecer jurídico); aprovação do CDR, publicação do RTID nos diários oficiais da União (DOU) e do Estado (DOE), notificações aos ocupantes e órgãos e entidades. Passa-se à fase contestatória em duas instâncias (CDR e CD) e pela Câmara de Conciliação até a publicação da Portaria de Reconhecimento do Território. Por fim a demarcação fundiária e titulação.

No Alto Sertão Sergipano, a comunidade do Mocambo, que vinha lutando pelo seu reconhecimento desde os anos oitenta, seguindo o exemplo dos índios Xocó, ainda durante a primeira fase da luta pela terra, a partir da sua autoidentificação como remanescentes de quilombo, tinha vencido a etapa do seu reconhecimento oficial como tal pela Fundação Cultural Palmates-FCP, em 1992. O território do Mocambo foi definido e demarcado a partir de 1996 e em 2000 foi titulado, consumando a territorialização desse movimento quilombola.

⁴⁵⁷ Desintrusão dos que não se identificam enquanto remanescentes quilombolas, mas que co-habitam o território e sua relocação.

7.2.3.2 A Luta da Serra da Guia pelo seu Reconhecimento como Remanescente de Comunidade de Quilombo

A segunda comunidade remanescente de quilombo do Alto Sertão Sergipano é a Serra da Guia, situada em Poço Redondo. Não foi possível recuperar a história dessa comunidade⁴⁵⁸, embora conste no catálogo no NPGeo, a dissertação de mestrado de Fabrícia O. Santos, intitulada “Serra da Guia: marcas da ocupação humana na paisagem de Poço Redondo” (2004).

Mas se pode refletir que, localizada no extremo oeste do município de Poço Redondo, num local de difícil acesso no alto da serra, que lhe deu o nome, sobretudo em época de chuva, cujas estradas de terra ficam intransitáveis, distante da sede municipal e muito mais longe ainda do rio São Francisco, onde se concentrava historicamente o povoamento e o centro dinâmico econômico, social, político e cultural do Alto Sertão nas duas margens (Sergipe e Alagoas) foi mais preservada da pressão dos fazendeiros e, por conseguinte não tenha se envolvido nos conflitos sociais acirrados e processos judiciais, que marcaram a história da tribo Xocó e da comunidade quilombola do Mocambo, em Porto da Folha.

A luta das 197 famílias (871 pessoas) da Serra da Guia, pelo seu reconhecimento enquanto remanescentes quilombolas é bem mais recente iniciando em 2000, ano em que o Mocambo conquistava seu território.

A comunidade da Serra da Guia também se beneficiou do acúmulo político dos novos movimentos sociais que levantaram e consolidaram a questão étnico-racial, como na III Conferência Mundial da ONU de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlata, em 2001; que passou a exercer influência direta no Brasil.

Os direitos relativos ao reconhecimento das diferenças de raça e etnia, contra discriminação, por ações afirmativas reforçam a luta quilombola, na medida em que foram alterando o nível de consciência geral e, particularmente a cultura institucional do MDA e INCRA, que editaram portarias específicas sobre essa temática a partir de 2001.⁴⁵⁹

⁴⁵⁸ O INCRA dispõe de um grande acervo documental sobre o processo de reconhecimento que contem os aspectos históricos, que não puderam ser examinados em tempo hábil.

⁴⁵⁹ Portaria nº 121 MDA (22/5/2001); Portaria nº 202 do MDA que institucionaliza o Núcleo de Estudos Agrários – NEAD GÊNERO, RAÇA E ETNIA; Portaria nº 202 MDA (4/9/2001) determina a adoção de medidas compensatórias especiais e temporárias que acelerem o processo de construção da igualdade racial no campo e que os diversos setores do MDA/INCRA apoiem a implementação do

A partir de março de 2002, o Congresso Nacional por meio do decreto legislativo nº 143 ratificou a Convenção Internacional sobre Populações tradicionais de 1989 (nº 169/OIT); e o governo brasileiro depositou a ratificação junto ao Diretor Executivo da OIT, quatro meses depois. A referida convenção entrou em vigor no Brasil em 2003 e o presidente Lula promulga essa ratificação por meio do Decreto nº 5051 de 19/4/2004. Nesse mesmo ano o governo federal lançou o “Programa Brasil Quilombola”.

A legislação nacional sobre os direitos à expressão da diversidade cultural dos povos tradicionais em seus territórios foi concebida a partir da “lei agrária” de 1993, que regulamentou os dispositivos constitucionais de 1988 sobre o reconhecimento das comunidades quilombolas como patrimônio cultural do País, como grupos formadores do nosso processo civilizatório (art 215 e 216).

Particularmente pelo o decreto nº 4.887 de 20/11/2003 regulamentou o artigo nº 68 da ADCT/88 sobre os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos cujo primeiro passo é a autoidentificação das comunidades. O referido decreto considera como remanescentes das comunidades dos quilombos:

os grupos étnicos-raciais, segundo **critérios de autoatribuição**, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, sendo que esta caracterização será atestada mediante autodefinição da própria comunidade (art. 2º)

Como desdobramento do referido decreto de 2003 o INCRA publicou em 19/09/2005 a Instrução Normativa nº 20 (sobre o art. 68 da ADCT/CF 88).

A partir da autoidentificação da comunidade como remanescente quilombola, a luta da Serra da Guia pelo reconhecimento legal do território dos seus ancestrais foi da mesma forma que a luta do Mocambo, igualmente apoiada pelas pastorais sociais da Diocese de Propriá e pelo pároco de Poço Redondo, a partir de 2004.

Nesse mesmo ano a Fundação Cultural Palmares reconheceu o referido processo de autoidentificação da Serra da Guia como quilombo e em 2005, com

enfoque raça e etnia do programa de ações afirmativas; Portaria nº 224 MDA (28/9/2001) que altera regimento interno do INCRA para incorporar o enfoque de gênero, raça e etnia e promover o programa de ações afirmativas.

base em estudos antropológicos concedeu-lhe a certificação. Simultaneamente em 2004 o INCRA deu parecer favorável ao reconhecimento dessa comunidade quilombola e no ano seguinte a associação que representa a comunidade requereu desse órgão a demarcação do seu território.

O quadro nº 09 resume as etapas de sua luta pelo seu reconhecimento e demarcação de seu território nessa segunda fase da luta pela terra no Alto Sertão Sergipano.

Quadro 09 Luta da Comunidade Remanescente de Quilombo /Processo de Reconhecimento da Serra da Guia – Poço Redondo/SE - 1996 a 2006

Período	Etapas da luta e Conquistas
2000-2004	Autoidentificação e solicitação de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares
1º/03/2004	Portaria da Fundação Cultural Palmares reconhece a Serra da Guia como remanescente de quilombo
2004	Parecer da Procuradoria Geral Federal e da Procuradoria Especializada do INCRA favorável ao reconhecimento da Serra da Guia como remanescente de quilombo
30/5/2005	Associação da comunidade Serra da Guia requereu do INCRA a demarcação de suas terras
11/7/2005	Certificação da Serra da Guia pela Fundação Cultural Palmares
16/9/2005	INCRA, UFS e SACI discutem com a comunidade de Serra da Guia todo o processo até a titulação

Fonte: Construção do quadro-síntese pela autora a partir da pesquisa documental da legislação no INCRA/SR-23 e pesquisa bibliográfica

Não se teve acesso à informação específica sobre a forma de apropriação da terra na comunidade da Serra da Guia. Porém infere-se que são características semelhantes à dos remanescentes quilombolas do Mocambo e dos índios Xocó, ou seja, a posse coletiva da terra, e é dessa forma que será legalizada; bem como do uso atual das mesmas em lotes familiares ou grupos de produção.

Todavia, o isolamento é mais evidente nesta última comunidade por duas razões: primeiramente pelos mencionados problemas de localização e condições de acesso, e em segundo lugar, porque em Poço Redondo não existe uma articulação de associações, como em Porto da Folha.

Apesar disso, ações pastorais locais, do Movimento Popular de Saúde – MOPS, da ANEPS em Sergipe e outras Ong's ressaltam o papel de Dona Zefa da Guia, parteira e líder comunitária, que passou a encarnar a representação das demandas dessa comunidade, como na Conferência Nacional de Saúde e em outros

eventos, mesmo existindo um presidente da associação dos pequenos produtores rurais da Serra da Guia.

O referido “Programa Brasil Quilombola” vem reforçando o mapeamento e caracterização dessas comunidades, que na atualidade possui, segundo a Fundação Cultural Palmares: 1,1 mil quilombos certificados, dentre os quais sete estados do Nordeste possuem: até 202 comunidades (BA); até 100 comunidades (PE); até 40 comunidades (PI, CE, RN, PB, SE, AL).

Bem como a formação de redes estaduais como um passo para a consolidação de um movimento quilombola nacional. Na atualidade, se amplia e se articula com o Plano Brasil sem Miséria. Mesmo que Mocambo e Serra da Guia não estejam articulados com a mobilização nacional de comunidades quilombolas, registra-se que ela se inicia, identificando-se como povos camponeses tradicionais, da mesma forma que os povos indígenas, participando em 2004, na I Conferência Nacional da Terra e da Água, promovida pelo FNRAJC, em Brasília.

A luta pela efetiva territorialização da comunidade de remanescentes quilombolas de Serra da Guia continuaria na etapa seguinte da luta pela terra no Alto Sertão Sergipano.

7.2.4 A Construção de uma “Área Reformada” pela Territorialização do MST reforçada pelo II Plano Nacional da Reforma Agrária - 2003 - 2006

Nessa segunda fase a reforma agrária no Alto Sertão Sergipano ganhava em radicalidade, ousadia, celeridade e massividade na transformação desse espaço agrário, o que teve como consequência uma maior pressão sobre a ação estatal por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/ SR 23 - Superintendência Regional de Sergipe, na gestão de Antônio Carlos de Siqueira Fontenele.

Além da massividade outro componente do referido conceito de “área reformada” elaborado por José Gomes da Silva (1971), adotado neste trabalho é o envolvimento direto dos trabalhadores em todas as etapas do processo de reforma agrária, reivindicada pelos movimentos sociais (da cidade e do campo em processo de alianças) no início da década de oitenta - “Reforma Agrária ampla, massiva e imediata sob o controle dos trabalhadores”.

Esse aspecto político se refere diretamente no protagonismo dos movimentos sócio-espaciais que se territorializaram nacionalmente transformando-se em movimentos sócio territoriais, particularmente o MST, ao atingir uma sólida organização de baixo para cima no plano espacial (local, microrregional, regional, estadual e nacional), e imprimir uma ação radical por meio de suas ocupações e longa resistência nos acampamentos (enfrentando repressão/sucessivos despejos).

Há um reconhecimento geral de que esse protagonismo foi responsável pela transformação profunda da estrutura fundiária. Esse protagonismo político se prolonga além da conquista da terra e se estende à participação direta enquanto beneficiários da política de reforma agrária, ou seja, enquanto assentados. A referida bandeira de luta foi empunhada e implementada pelo MST desde sua origem, quando decidiu em seu congresso que os assentados continuariam a fazer parte de sua base social junto com os “Sem Terra”, levando adiante uma complexificação de sua estrutura organizativa em diversos setores, para dar conta da luta pela democratização da terra e para influenciar os rumos desta política complexa constituída também por políticas agrícolas e sociais: infraestrutura básica (energia, água, estrada), habitação, crédito, escolas, postos de saúde, assistência técnica e apoio à comercialização.

Nesse aspecto político ressalta-se também a questão das alianças com os demais movimentos sociais do campo, enquanto processo muito lento e ainda incipiente, que esbarrava em diferentes concepções sobre o melhor caminho para se chegar ao mesmo objetivo da reforma agrária.

Durante a segunda fase da luta pela terra no Alto Sertão Sergipano houve a eleição para a presidência da República e governo do estado em outubro de 2002 que alterou a conjuntura com a saída do PSDB nos dois níveis de governo nacional e estadual (respectivamente FHC e Albano Franco), assumindo no plano federal Luís Inácio Lula da Silva (PT) e no estadual voltando para um terceiro mandato eletivo o governador João Alves Filho (DEM). Com relação à questão agrária e reforma agrária significavam posições opostas.

Em nível nacional foi lançado o II PNRA (MDA, 2003), que se desdobrou no plano estadual com o II Plano Regional de Reforma Agrária de Sergipe – PRRA do INCRA-SR23/SE, atendendo a demandas emergenciais (acampados) e potenciais, com a redistribuição fundiária tanto em Sergipe quanto, a partir de 2003 na Bahia (municípios fronteiriços), onde havia ocupações dos movimentos sociais sergipanos,

cujas políticas de obtenção fundiária passaram a ser da alçada da superintendência do INCRA-SR 23-SE (Portaria INCRA nº 39, de 28/10/2003).⁴⁶⁰

O processo geográfico de territorialização dos diversos movimentos de luta pela terra com ampla hegemonia do MST materializava-se na multiplicação de assentamentos e acampamentos no Alto Sertão Sergipano, sobretudo em Poço Redondo e Canindé do São Francisco, corresponde a um conjunto significativo de áreas de reforma agrária que propicia impacto na reorganização fundiária e nas relações sociais de produção (território material). Segundo José Gomes da Silva (1971) a sólida organização e ação radical dos movimentos sociais do campo, a participação ativa dos beneficiários e a sinergia de entidades governamentais e não governamentais, começava a esboçar a constituição de uma “área reformada” no Alto Sertão Sergipano.

Se para alguns a “área reformada” teria o mesmo sentido de uma “zona prioritária de reforma agrária” prevista no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), pode-se concordar com essa afirmação quanto a alguns dos seus aspectos técnicos – intempestividade, massividade, contiguidade. Porém há uma diferença crucial, o aspecto político do protagonismo dos movimentos sociais em sua ação radical e participação direta enquanto beneficiários desta política, impensável no estatuto que era produto do contexto autoritário que se instaurava.

Com referência à dimensão do território, conforme Fernandes (2005) o território da reforma agrária, era descontínuo, em pontos, pois os assentamentos inicialmente eram isolados, mas na medida em que novos assentamentos foram sendo criados começaram a se adensar nesses seis municípios formando uma “mancha”, ou seja, um conjunto relevante, como as destacadas por Beatriz Heredia et alii (2002 e 2004) em outros estados do Nordeste nas demais macrorregiões do país⁴⁶¹. Essa mudança metodológica no estudo sobre assentamentos superando a análise de casos isolados aumenta a possibilidade de verificar o impacto de um conjunto de assentamentos nos municípios onde se situam e numa região.

⁴⁶⁰ A superintendência regional do Incra de Sergipe - SR 23/SE é responsável pela atuação fundiária em Sergipe e também nos municípios baianos fronteiriços a este estado: Santa Brígida, Pedro Alexandre, Adustina, Coronel João Sá, Itapicuru, Paripiranga, Jeremoabo, Ribeira do Amparo, Rio Real e Sítio do Quintino.

⁴⁶¹ No Nordeste foram investigadas três manchas significativas: na região canavieira de Alagoas, Pernambuco e Paraíba e na zona cacauzeira no sul da Bahia e no semiárido do Ceará. Essa mudança metodológica no estudo sobre assentamentos superando a análise de casos isolados aumenta a possibilidade de verificar o impacto de um conjunto de assentamentos nos municípios onde se situam e numa região.

Em outubro de 2006, dez anos depois dos mencionados acampamentos-mãe, de Cuiabá e Alto Bonito, havia frentes de luta em todos os seis municípios do Alto Sertão Sergipano: 55 ocupações, todas lideradas pelo MST. Nesses acampamentos 3.698 famílias continuavam a luta pela terra.

A distribuição espacial dos assentamentos/PAs e acampamentos por município mostra que Poço Redondo representava desde o início até 2006 o coração do território da reforma agrária, totalizando uma força social de 3.555 famílias (46% do total das 7.717 famílias) do território da reforma agrária e luta pela terra no Alto Sertão, como mostrou a tabela nº 21. Os dois municípios – Poço Redondo e Canindé do São Francisco - representavam juntos 45 assentamentos (66,2 % do total dos 68 projetos) e 26 acampamentos (47,3 % dos 55 acampamentos do alto sertão).

Tabela 21 Famílias Acampadas e Assentadas por Município do Alto Sertão Sergipano – INCRA - 2006.

Município	Acampamento	Famílias	PA	Famílias	Total famílias
Poço Redondo	16	1.257	29	2.298	3.555
Canindé do São Francisco	10	932	16	1.033	1.965
Nossa Senhora da Glória	10	896	7	196	1.092
Monte Alegre de Sergipe	7	259	8	152	411
Porto da Folha	7	214	4	179	393
Gararu	5	140	4	161	301
Alto Sertão Sergipano	55	3.698	68	4.019	7.717

Fonte: Sistematização dos acampamentos da Ouvidoria Geral de Sergipe, setembro de 2006 e sistematização dos assentamentos do INCRA SR, outubro de 2006.

A força social total nas áreas conquistadas ou ainda em disputa representava nesses dois municípios 5.520 (71,5 % do total de 7.717 famílias assentadas e acampadas no alto sertão sergipano). As ocupações avançavam sobre as propriedades improdutivas nos demais municípios do alto sertão.

Durante o primeiro mandato de Lula e do novo mandato do governador João Alves Filho (2003-2006) o MST tinha alcançado grande influência em toda a área de atuação do INCRA SR 23/SE – Sergipe e Bahia. O peso da influência dos diversos movimentos sociais Ouvidoria Agrária de Sergipe publicar o movimento social cada acampamento.

Nobre (2008), contou 72 conflitos de terra no estado (em 2004). Em outubro 2006, dez anos depois dos mencionados “acampamentos-mãe”, de Cuiabá e Alto

Bonito, havia frentes de luta em todos os seis municípios do Alto Sertão Sergipano: 55 ocupações, todas lideradas pelo MST (37,41 % do total de 147 áreas no estado e 31,60% do total de 174 áreas de SE/BA). Nesses acampamentos 3.698 famílias continuavam a luta pela terra (33,32% das 11.098 famílias acampadas em Sergipe e 28,53% do total das 12.960 famílias em luta na área de atuação da SR/23).

Vários outros movimentos sócio-territoriais também incentivaram e coordenaram essas ocupações no estado, embora fosse incontestemente a liderança do MST: dos 147 acampamentos, 133 eram do MST, 7 da CARITAS, 6 da FETASE e 1 do MLC. Os acampamentos significam a continuidade da luta e o futuro adensamento dos assentamentos nesse novo espaço agrário que era produzido pela conquista da terra.

Santos (2008) resgatou da palestra de Alexandrina Luz Conceição, em seu texto um trecho que exprime o território, no mesmo sentido que se quer ressaltar nesta Tese – passa pela apropriação da terra⁴⁶²:

Uma porção de terra vista como condição necessária para a vida, para a garantia de vida do homem, só se configura território quando se tem condição de vida. Ou seja, quando o homem se apossa da terra e obtém a condição de vida. Obter uma condição ótima de vida é um processo que inclui apropriação, produção e reprodução de vida. Dessa forma, mirando a condição de território camponês, construído socialmente, só posso dizer que o grupo tem um território, se existir apropriação. Assim, produzo e reproduzo, tenho autonomia de vida (CONCEIÇÃO, 2004 apud SANTOS, 2008, p. 147).

A construção da “área reformada” deveu-se ao crescimento da força do MST na luta pela terra no Alto Sertão Sergipano, porque introduziu o aspecto da massividade, indispensável a esse conceito. Esse crescimento foi estudado por vários estudiosos, como Silvana Lúcia Lima (2007) e Marleide Maria Santos (1999 e 2008) no Alto Sertão Sergipano. Pedro Sebastião (2004) enfocou a luta no acampamento Gualter, em Canindé do São Francisco.

Maria Edilúzia Santos (2005 e 2010) ressaltou o aspecto simbólico da territorialização, do MST ao focar respectivamente a mística dos acampamentos e dos assentamentos dos Sem Terra no Alto Sertão. Outro aspecto interessante

⁴⁶² Santos (2008, p. 147) registrou a referida palestra que se deu no Seminário realizado em Simão Dias, em 2003, construído pela Associação Ambientalista Comunitária deste município, com a colaboração do MST, com a participação de STRs, e do MPA, e de representantes de órgãos públicos que debatiam sobre o desenvolvimento territorial, que aparecia nas falas dos camponeses como uma “novidade” que eles queriam compreender.

político-pedagógico ligado ao plano cultural/simbólico da produção desse espaço é o nome dado a cada acampamento e assentamento que evidencia a nova territorialidade, tornando mais visível para dentro e para fora dessas áreas a marca simbólica do novo território de luta (território imaterial), ao homenagear pessoas importantes para a memória das lutas internacionais dos trabalhadores, da luta pela reforma agrária no Brasil e os mártires das próprias fileiras do movimento no Alto Sertão.

7.2.5 As Alianças entre os Movimentos Sócioterritoriais e a Construção do Território Camponês nucleado pela “Area Reformada”:

O referencial teórico que funda estratégias governamentais de desenvolvimento rural sustentável inicialmente local (municipal), no governo FHC que evoluiu para uma abordagem territorial remonta a debates geográficos (nos quais Berta Becker participou com vários textos), para subsidiar decisões políticas de planejamento regional (em diversas escalas) durante o governo anterior, os trata como espaços de concertação dos interesses dos diversos atores sociais de uma determinada área (não reconhecendo a estrutura e a luta de classes nesta sociedade desigual) em função de projetos de desenvolvimento pensados a partir de vocações locais ou vantagens comparativas, na verdade favorecendo projetos de grandes empresas inclusive transnacionais.⁴⁶³

Marleide Santos (2008) menciona o papel do Banco Mundial (BIRD) no reforço a políticas de desenvolvimento rural baseadas em territórios na década de noventa, apoiando-se em João Marcio Pereira, em 2005, sobre as razões da instituição, dentre elas:

a necessidade de ‘resolver’ os conflitos agrários, **neutralizando as ações dos movimentos sociais de luta pela terra e por reforma agrária**, tendo presente a segurança e a estabilidade do capital. Essa razão contribuiria para outro aspecto que seria a oportunidade de **despolitizar o tratamento da questão agrária** existente em grande parte dos países do Sul, pois o fim da Guerra Fria teria **arrefecido a vinculação entre a luta pela Reforma Agrária e o ideário de transformação social mais radical**; além destas, aparece como imperiosa necessidade, a criação de programas e

⁴⁶³ Os conceitos de desenvolvimento local e do desenvolvimento sustentável é discutida criticamente por CONCEIÇÃO. A Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável (2004); CONCEIÇÃO e LISBOA. Desenvolvimento Local como simulacro do Desenvolvimento: o novo-velho sentido do Desenvolvimento e sua Funcionalidade para o Sistema do Capital. (2007 a, b).

projetos sociais para compensar, ao menos em parte, os impactos negativos das políticas de ajuste estrutural sobre parcelas significativas do campesinato (SANTOS, 2008, p.144, grifos nossos).⁴⁶⁴

A construção territorial observada no Alto Sertão Sergipano, embora seja atravessada pelas contradições dessas concepções institucionais, tem uma especificidade que reforça a concepção territorial esposada nesta Tese, que, a partir de Raffestin (1993) se funda em relações de poder, enfatizando-se o processo de produção do espaço pelas classes ou frações de classe, neste caso, o campesinato pobre, a partir da apropriação da terra e da água. Dessa forma a questão agrária é traduzida enquanto territórios em conflito e a construção de uma “área reformada” significa a construção de um território camponês alternativo ao espaço hegemônico do capital, como foi debatido em seções anteriores.

A luta social no Alto Sertão marcada pelo esforço dos movimentos sociais do campo em promoverem alianças na luta pela conquista da terra desdobrou-se na luta conjunta pelas políticas agrícolas e sociais complementares da reforma agrária, capaz de propiciar a redistribuição de riqueza, renda e poder no território: vários segmentos camponeses, representados pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs, pela FEACOM-Porto da Folha e Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, com sede em Monte Alegre, os dois últimos nascidos em 1995, as pastorais sociais da Diocese de Propriá e da Paróquia de Poço Redondo e o MST vem apoiando-se mutuamente desde o início da luta pela terra.

Em Porto da Folha, a luta pioneira dos Xocó pela terra, como foi dito, foi apoiada pelo STR daquele município e as pastorais, desde o final da década de setenta até o início da década de noventa, da mesma forma como ocorreu a partir daí com Mocambo, diretamente acompanhada pela ONG Centro Dom José Brandão de Castro – CDJBC (ex CPT da Diocese de Propriá). A tribo e esta comunidade quilombola foram integradas organicamente à FEACOM – Federação das Associações Comunitárias de Produtores Rurais de Porto da Folha, fundada em 1995, em sua luta por condições de produção e comercialização.

Em Poço Redondo a conquista da Barra da Onça em 1986 foi fruto da aliança de vários STRs – Poço Redondo, Porto da Folha e Nossa Senhora da Glória,

⁴⁶⁴ Santos (2008, p. 144-146) resgatou a fundamentação dos territórios como instrumento de planejamento, territórios de identidade, e o território visto como condição de processos de desenvolvimento.

pastorais sociais e incipiente MST, que também tinha contado com lideranças sindicais nos seus primeiros passos (do último STR mencionado).

Uma segunda relação mais orgânica entre movimentos se deu entre o MST e o MPA, este último criado em 1995, que também entrou na Via Campesina Internacional (criada em 1993). Esses dois movimentos pelo seu caráter nacional e articulações conjuntas internacionais alcançaram maior clareza político-ideológica acerca dos limites e potencialidades da reforma agrária. Posteriormente, quando o MST avançou na conquista da assistência técnica para os assentamentos e comunidades de pequenos produtores não assentados se articulou com a FEACOM para a prestação desse serviço também para as comunidades de pequenos proprietários familiares.

A I Conferência Nacional da Terra e da Água, promovida pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo - FNRAJC, realizado em Brasília, em 2004, representou um marco da articulação dos povos tradicionais com outros movimentos sócioterritoriais do campo, porém, a tribo Xocó e as comunidades quilombolas de Sergipe não participaram.

Desde o II Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA (2003) os índios, remanescentes de quilombos e demais pequenos agricultores familiares (não assentados) foram incluídos como público alvo da reforma agrária. Como desdobramentos previstos no II PNRA, deveriam existir os planos regionais. Em Sergipe o Plano Regional de Reforma Agrária – II PRRA-SE, foi elaborado entre 2003 e 2005, com a participação de inúmeros movimentos e ON:G's.

O plano oficial lançado um mês depois da referida proposta do II PNRA, referiu-se à estratégia de criação de “territórios institucionais”, pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SDT/MDA, a partir de critérios econômico-sociais, utilizando como parâmetro os baixos índices de Desenvolvimento Humano – IDH-M, no qual o Alto Sertão Sergipano se enquadrava com o pior índice no estado – 0,575, enquanto a média do estado era 0,687 (com base nos dados do Censo Demográfico, 2000)⁴⁶⁵.

⁴⁶⁵ Santos (2008, p. 144) acrescentam que “a escolha e delimitação geográfica dos territórios se dá a partir de duas orientações: a consideração de ‘território rural’ com base nas microrregiões geográficas com densidade demográfica inferiores a 80 hab/km² e a população média por município de até 50.000 habitantes, e a segunda, que leva em conta os critérios de priorização do MDA: concentração de agricultores familiares e de famílias de agricultores sem terras e acampadas ou assentadas por programas de reforma agrária; ordenamento e priorização dos trabalhos nos territórios através da parceria entre governo e sociedade civil articulada no interior

No entanto, o mencionado processo de construção do território institucional do Alto Sertão Sergipano, no bojo do II PNRA, teve uma particularidade que o diferencia da maior parte das experiências de implantação nos 30 primeiros territórios rurais do MDA do país⁴⁶⁶, o fato do principal agente governamental que definiu a delimitação dos municípios que comporiam esse território, ter sido o INCRA-SR-23/SE, que utilizou como critério fundamental a existência de assentamentos ou acampamentos⁴⁶⁷.

Nesse sentido houve uma convergência de objetivos e de delimitação entre o território institucionalizado pelo INCRA (aceito não sem reservas ou tensões pela SDT/MDA) e o território da luta pela terra que vinha sendo implementado pelos movimentos sócioterritoriais, e o primeiro reforçou o segundo.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA (2003) ampliou o público beneficiário da reforma agrária para além dos acampados e assentados, abrangendo todos os “pobres do campo”, na linguagem do próprio documento oficial, incorporando diversos segmentos do campesinato tradicional, inclusive indígenas, quilombolas, extrativistas etc.

Como desdobramento do plano nacional o II Plano Regional de Reforma Agrária de Sergipe - PRRA-SE (INCRA-SR23/SE, 2004) detalhou linhas de ação e metas para atuar especificamente com os povos tradicionais. Os índios e os quilombolas, inicialmente, não eram contemplados na primeira diretriz do Plano de Ação – a de “Reordenamento Fundiário”, na medida em que o reconhecimento dos seus territórios era de responsabilidade de outros órgãos federais, respectivamente, a FUNAI e a Fundação Cultural Palmares, mas como foi dito o INCRA a partir do Programa Brasil Quilombola passou a ser o responsável por todo o processo após a certificação pela FCP da autoidentificação da comunidade como quilombolas até a titulação, que constou como a meta nº 24 da terceira diretriz do II PRRA-SE - universalização do acesso aos direitos sociais.

de Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável”. Segundo a autora no referido Censo, 2000 o Alto Sertão tinha a menor renda *per capita*, situação revertida a partir do momento que Canindé do São Francisco, onde se localiza a usina geradora de energia elétrica (passou a receber os *royalties* da Chesf).

⁴⁶⁶ Segundo Santos (2008) os territórios foram implantados em três etapas: 30, 60, 120, 159 territórios entre 2003 e 2008.

⁴⁶⁷ Insiste-se que a condução pelo INCRA não foi regra geral, ao contrário, na maior parte das vezes os territórios foram criados diretamente pelo SDT/MDA em função de microrregiões geográficas preestabelecidas ou critérios agrícolas e raramente por critérios agrários.

Particularmente na segunda diretriz de “Desenvolvimento Rural Sustentável” do II PRRA/SE, cujas ações viabilizam o acesso ao Pronaf e outras políticas de apoio à produção agropecuária, agroindustrialização e comercialização, reforçou o processo de constituição de um território camponês por meio da estratégia de desenvolvimento territorial⁴⁶⁸.

Por conseguinte todos os pequenos agricultores familiares não assentados também foram convidados a integrar o Colegiado do Território do Alto Sertão Sergipano, criado em 2004, enquanto fórum de articulação entre movimentos sociais, ONG's e entidades governamentais federais, estaduais e municipais, que chegou a ser composto por mais de 40 representantes e adquiriu uma dinâmica política interessante na medida em que suas reuniões plenárias ordinárias mensais tinham em média 100 pessoas, ativamente participantes com muitas intervenções, decisões e ações coletivas.⁴⁶⁹

Os pequenos proprietários estavam representados por dois movimentos sociais o MPA e a FEACOM. Mesmo sendo membros dessa última federação de associações os índios Xocó e os remanescentes quilombolas do Mocambo, por sua especificidade étnico-racial tinham representação própria. Eles participaram de reuniões ordinárias do colegiado de forma inconstante. Para incrementar a regularidade dessa participação, solucionando suas dificuldades de transporte foi feita a cessão de um carro tanto para a tribo quanto para a comunidade quilombola. Mesmo assim conforme o depoimento oral de uma liderança Xocó, pelo fato da FUNAI estar instalada no estado de Alagoas e das ligações históricas com Pão de Açúcar e até mesmo a comunicação via rádio ser com o estado vizinho (as ondas de rádios instaladas em municípios sergipanos não têm bom alcance na ilha), essa tribo “esteve sempre de costas para o estado de Sergipe” antes do colegiado⁴⁷⁰.

O colegiado territorial conseguiu envolver lideranças do Mocambo de Porto da Folha, mas não conseguiu o mesmo com a Serra da Guia que continuou isolada em sua luta específica pelo reconhecimento tardio de seu território.

⁴⁶⁸ Numa perspectiva divergente da apresentada nesta Tese a análise da experiência territorial no Alto Sertão Sergipano, é feita por Lucas G. Lima em “Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento territorial no alto sertão sergipano: o (des)maskamento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante” (2010).

⁴⁶⁹ Observação participante da autora, representante suplente e depois titular da PROEX/UFS no Colegiado de 2003 a 2007.

⁴⁷⁰ Entrevista para a autora de liderança Xocó participante do território do Alto Sertão Sergipano em 2007.

Os povos tradicionais também foram contemplados na terceira diretriz do PRRA/SE de “Universalização do Acesso a Direitos Sociais e da Segurança Alimentar”, especificamente nas linhas de ação “Promoção da Paz no campo” e “Universalização dos Direitos de Grupos Especiais, propiciando igualdade de Raça e Etnia, Gênero e Geração” (metas nº 23 e 25).

Dentre as atividades dessa última linha de ação o referido Colegiado promoveu um seminário territorial “A participação do jovem, da mulher e do idoso no desenvolvimento social do território do Alto Sertão Sergipano”, realizado em Nossa Senhora da Glória, em 2005, o qual a tribo Xocó brilhou apresentando a dança do Toré. Representantes indígenas também participaram da discussão do projeto pedagógico do curso de nível médio do Colégio Agrícola de Poço Redondo, fruto da luta Territorial; e 8 jovens Xocó foram selecionados para a primeira turma.

Quanto aos segmentos não articulados em movimentos sociais, e que portanto não ingressaram como participantes do referido Colegiado Territorial, e que, portanto, continuam concretizando a metáfora de Marx de “batatas num saco de batatas” (pequenas unidades de produção homogêneas, mas dispersas e isoladas) podem também ser integrados nesse grande território camponês nucleado pela reforma agrária, enquanto público-alvo da reforma agrária conforme previsto no II PRRA: a primeira diretriz de reorganização fundiária contempla grande número de posseiros⁴⁷¹ que aguardam regularização fundiária, sobretudo em Porto da Folha; podem ser articulados nos arranjos produtivos locais via programas de crédito e apoio a comercialização em conjunto com os camponeses organizados.

Na medida em os movimentos sócioterritoriais do Alto Sertão Sergipano influíram decisivamente na criação do Colegiado do Território do Alto Sertão (em 2004), na indicação dos articuladores, na pauta e na forma de funcionamento das reuniões, além de propiciar a socialização da informação por técnicos de vários órgãos participantes do colegiado e debates com gestores, o território institucional ajudou a consolidar o território camponês nucleado pela luta da reforma agrária, o que culminou com a criação da coordenação autônoma de movimentos sociais, fugindo da estrutura paritária com representantes governamentais, amarrada por estatutos, como era proposto pela SDT/MDA.

⁴⁷¹ O PRRA/SE mencionou que estavam cadastrados em Sergipe 30.930 imóveis de menos de 100 hectares considerados posses de boa fé (INCRA, 2004, p.97).

A extrema politização e mobilização alcançada pelo território do Alto Sertão Sergipano atesta essa sobreposição entre o território institucional e o da luta concreta, que o destacou no plano estadual e nacional.

O colegiado territorial discutiu a importância de traçar um Plano de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão Sergipano (2006), convidando Fernando Gaiger da Silveira e Juliano Carvalho, ambos membros da equipe nacional que havia elaborado a proposta do II PNRA, coordenada por Plínio Arruda Sampaio, da ABRA para a tarefa.⁴⁷²

Conforme Gomes da Silva (1971) quando se conjugam determinadas condições como: uma sólida organização e ação radical dos movimentos sociais do campo, com uma redistribuição fundiária massiva (relativa a determinado espaço geográfico) e a sinergia de entidades governamentais e não governamentais – três elementos constitutivos de uma “área reformada”, essa política possibilita a segmentos sociais excluídos e jamais consultados, exigirem seu reconhecimento enquanto agentes econômicos e sujeitos políticos.

A experiência do território do Alto Sertão Sergipano (da luta, reforçado pelo território institucional) demonstra a potencialidade da reforma agrária enquanto política pública estrutural/estruturante, juntamente com o fortalecimento da agricultura camponesa (segmento mais pobre da chamada agricultura familiar) como suportes para a ampliação da oferta de alimentos, combinada com outras medidas de incremento da demanda, como foi concebido no Projeto de Segurança Alimentar para o Brasil – FOME ZERO (GRAZIANO DA SILVA, 2001) adotado como eixo do programa de desenvolvimento econômico-social do governo Lula (2003-2006).

7. 3 A Diversificação das Estratégias na Terceira e Atual Fase da Luta pela Terra e pela Água no Alto Sertão Sergipano - 2007 a 2014

O programa de governo do governo Lula no segundo mandato (2007- 2010) manteve como eixo do desenvolvimento social a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN (Fome Zero), e dentro dele o fortalecimento da agricultura familiar foi sendo incrementado gradualmente. A Lei nº 11.947/2009 passou a exigir que 30% do mercado institucional da merenda escolar seja fornecido

⁴⁷² O Plano de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão Sergipano foi viabilizado pelo CECAC, órgão de assistência técnica e INCRA - SR/23.

por produtos da agricultura familiar etc. Porém, ao mesmo tempo, a reforma agrária foi se esvaziando do ponto de vista da desapropriação de latifúndios que não cumprem a função social, e consequente criação de novos assentamentos.

No “Plano Brasil sem Miséria” (BRASIL/MDS, junho 2011) do atual governo de Dilma Rousseff, foi incluído um plano equivalente para o campo (BRASIL/MDA, outubro 2011). Nele reedita-se o discurso do fortalecimento da agricultura familiar e conhecidas políticas agrícolas desde o Plano - Safra 2011/2012, que inclui crédito, seguro agrícola, assistência técnica transformada em política pública – PNATER, prestada, por meio de chamadas públicas para empresas concorrentes públicas estaduais ou privadas, apoio à comercialização. No entanto não há qualquer ênfase à reforma agrária propriamente dita, que pudesse dar uma resposta concreta à crescente demanda por terra.

7.3.1 A Luta Continua com a Busca de Alternativas de Apropriação da Terra

Na terceira fase da luta pela terra a partir de 2007 o crescente número de acampamentos nos quais as famílias continuaram a pressionar o INCRA fez com que o número de assentamentos no Alto Sertão Sergipano se ampliasse gradualmente, mas de forma contínua.

Como mostra a tabela nº 22 pela comparação do número de acampamentos em 2006 que encerra a segunda fase da luta pela terra no Alto Sertão e em 2010 na terceira fase, no total do território subiu de 55 para 69 acampamentos, sinalizando que não houve arrefecimento da luta pela terra em quatro dos seis municípios do território (30% dos 234 acampamentos em Sergipe).

Tabela 22 Evolução dos Acampamentos por Município, no Alto Sertão Sergipano, em Ordem Decrescente do Número de Famílias Acampadas em 2010 e Movimentos Sociais Responsáveis – INCRA - 2006 e 2010

Município	2006	2010	Nº de Famílias 2010	Movimento 2010
Poço Redondo	16	23	1.018	MST
Canindé do São Francisco	10	09	605	MST
Nossa Senhora da Glória	10	01	25	FETASE
		11	420	MST

Porto da Folha	07	08	209	MST
Gararu	05	09	167	MST
Monte Alegre de Sergipe	07	08	118	MST
Alto Sertão Sergipano	55	69	2.562	-

Fonte: Ouvidoria Agrária de Sergipe, 2006 e 2010

A tabela nº 23 apresenta a distribuição espacial dos 48 acampamentos existentes em 31/01/2014, iniciados nas três fases da luta pela terra.

Do total de ocupações em 2010, 68 foram realizadas pelo MST e apenas uma pela FETASE (com 25 famílias); demonstrando que a liderança do MST é praticamente absoluta mobilizando 2.537 famílias (24,86 % das 10.202 famílias acampadas no estado).

No início de 2014 existem 48 ocupações no Alto Sertão Sergipano, nas quais 1575 famílias continuam a luta pela terra “debaixo da lona preta”.

Para cada ano estão desagregados os números de acampamentos e de famílias por município, em ordem decrescente conforme o número de famílias acampadas. E são apresentados os totais de famílias acampadas em cada fase da luta pela terra.

Uma característica do processo de assentamento na atualidade é a diminuição do tamanho das áreas desapropriadas ou compradas, cuja capacidade de assentamento de famílias é muito pequena. Generalizavam-se afirmações de que não havia mais terra para a reforma agrária no Alto Sertão Sergipano.

A análise da conjuntura de crise geral da reforma agrária encaminhou uma mudança de tática nas ocupações, com a diminuição do tamanho dos acampamentos, para que não sobrassem muitas famílias excedentes, e diante de uma longa espera, com poucas perspectivas, gerasse conflitos internos.

A tabela nº 23 mostra que ainda existe no momento atual uma ocupação da primeira fase da luta pela terra, o velho acampamento José Emídio, em Gararu, com 22 famílias acampadas desde 1996, portanto há 18 anos.

A ocupação mais antiga da segunda fase é o acampamento Mario Lago I, também em Gararu, com 26 famílias acampadas, desde 1997, há 17 anos. No subtotal dessa fase apenas esse acampamento aparece em Gararu o que significa a dificuldade da luta nesse município. As 24 ocupações, iniciadas entre 1996 e 2006, envolvem 738 famílias, com um sofrimento que se arrasta entre dez e dezoito anos, ainda sem solução.

Tabela 23 Total de Acampamentos Existentes e Famílias envolvidas, Iniciados nas Três Fases da Luta pela Terra no Alto Sertão Sergipano – INCRA - Janeiro de 2014

Fases da Luta pela Terra	Nº/ano ocupações	Nº famílias	Nº de acamp. e famílias p/ município
1ª. fase 1986 a out.1996	01 em 1996	22	01 Gararu (22)
2ª. fase nov.1996 a dez 2006	01 em 1997	26	01 Gararu (26)
	04 em 1999	236	02 Poço Redondo (192); 01 Canindé do São Francisco (32) 01 Nossa Senhora da Glória (12)
	02 em 2000	42	01 Canindé do São Francisco (33) 01 Poço Redondo (09)
	02 em 2001	101	01 Poço Redondo (90) 01 Porto da Folha (11)
	01 em 2002	36	01 Poço Redondo (36)
	01 em 2003	33	01 Porto da Folha (33)
	12 em 2004	242	04 Nossa Senhora da Glória (91) 03 Monte Alegre de Sergipe (64) 03 Poço Redondo (49) 02 Porto da Folha (38)
	Subtotais 23 ocupações	716	08 Poço Redondo (376) 05 Nossa Senhora da Glória (103) 04 Porto da Folha (82) 02 Canindé do São Francisco (65) 03 Monte Alegre de Sergipe (64) 01 Gararu (26)
3ª. fase jan 2007 a jan 2014	12 em 2007	323	06 Poço Redondo (156) 02 Nossa Senhora da Glória (79) 03 Gararu (76) 01 Porto da Folha (12)
	05 em 2008	102	03 Poço Redondo (50) 01 Porto da Folha (39) 01 Gararu (13)
	02 em 2010	219	01 Canindé do São Francisco (159) 01 Nossa Senhora da Glória (60)
	03 em 2011	126	03 Poço Redondo (126)
	01 em 2012	25	01 Poço Redondo (25)
	01 em 2013	42	01 Canindé do São Francisco (42)
	Subtotais 24 ocupações	837	13 Poço Redondo (357) 02 Canindé do São Francisco (201) 03 Nossa Senhora da Glória (139) 04 Gararu (89) 02 Porto da Folha (51)
TOTAL ALTO SERTÃO	48 ocupações	1575	21 Poço Redondo (733) 04 Canindé do São Francisco (266) 08 Nossa Senhora da Glória (242)

			06 Gararu (137) 06 Porto da Folha (133) 03 Monte Alegre de Sergipe (64)
--	--	--	---

Fonte: Elaborado com base na lista de acampamentos da Ouvidoria Agrária do INCRA-SR 23/SE de 31/01/2014.

A tabela também mostra 24 acampamentos iniciados na terceira fase da luta pela terra, desde 2007, que mobilizam 837 famílias. Essa progressão evidencia mais uma vez que a luta pela terra não arrefeceu, embora não autorize comparações numéricas entre as fases já que, com a criação dos assentamentos os acampamentos vão “saindo da lista” da Ouvidoria Agrária.

Dessa forma é o número crescente de assentamentos mostrados em tabelas anteriores que atesta a vitória gradual, sempre crescente na conquista da terra.

É vaga a informação da última coluna da listagem da Ouvidoria Agrária do INCRA SR-23/SE, sobre a situação desses antigos acampamentos, da primeira e da segunda fase da luta pela terra, quando assinala apenas que estão “aguardando a criação do PA”. Eles merecem estudos qualitativos para analisar os obstáculos à efetivação da reforma agrária em cada caso.

Fazendo uma subdivisão dessa terceira fase pelas conjunturas políticas ainda restam 19 ocupações iniciadas durante o segundo mandato de Lula e primeiro mandato do governador Marcelo Déda, mobilizando 644 famílias, entre 2007 e 2010, com destaque em termos de número de ocupações (12) e famílias envolvidas (323) para aquele primeiro ano, com metade deles em Poço Redondo e praticamente todos dirigidos pelo MST.

Comparando com os acampamentos de 2010, 11 foram transformados em assentamentos e 987 famílias passaram da condição de acampados para a de assentados.

No primeiro ano do governo de Dilma Rousseff (2011), a luta pela terra era exclusivamente liderada pelo MST no Alto Sertão e ainda se concentrava na resistência em antigos acampamentos. Comparando-se com o quadro da luta do ano anterior (2010): em Poço Redondo houve uma queda pela metade do número de famílias dos acampamentos antigos criados entre 1999 e 2008 (596 famílias) embora quase nas mesmas áreas (20), o que indica que houve poucos grandes assentamentos criados nesse ano.

Em Canindé do São Francisco entre 2010 e 2011 teve pequena diminuição do número de famílias (597) praticamente nos mesmos 9 acampamentos antigos criados entre 1996 e 2010.

Em Nossa Senhora da Glória também houve diminuição do número de famílias (386) e de um dos acampamentos antigos (11) criados entre 1999 e 2010, o que indica a conquista de um grande assentamento nesse ano.

O mesmo ocorreu em Porto da Folha, onde diminuiu o número de famílias (159) e um dos acampamentos antigos criados entre 2001 e 2008, indicando um assentamento conquistado.

Da mesma forma em Gararu diminuiu o número de famílias (145) e um dos acampamentos antigos (8) criados entre 1996 e 2009, que se tornou assentamento.

Apenas em Monte Alegre a situação em 2011 se manteve a mesma do ano anterior nos 8 acampamentos (116 famílias) antigos criados entre 2003 e 2007.

Isso quer dizer que naquele momento a luta no Alto Sertão Sergipano em grande parte se mantinha nas mesmas trincheiras antigas para 1999 famílias e em lutas dispersas sustentadas por grupos pequenos de famílias, com raras exceções.

Dessa forma em 2011, o primeiro ano do mandato de Dilma e do segundo mandato do governador Déda em Sergipe as ocupações antigas ou novas estavam espalhadas em todo o estado e o Alto Sertão Sergipano continuava a se destacar entre os territórios de luta pela reforma agrária tanto pelos 69 acampamentos, quanto pelas 2.055 famílias envolvidas.⁴⁷³

Apenas 5 são os acampamentos novos nessa nova conjuntura política de 2011 até 2013, sendo 3 ocupações em 2011 que somavam 126 famílias e 1 em 2012, com 25 famílias, todas em Poço Redondo; e posteriormente 1 acampamento, criado em 2013 em Canindé do São Francisco com 42 famílias.

Antigos ou novos todos os 48 acampamentos representam a manutenção da pressão popular pelas 1575 famílias que atualmente continuam a luta “palmo a palmo” pela terra, confrontando-se com as grandes propriedades.

Em geral, os grandes acampamentos-mãe que alavancaram a territorialização do MST no Alto Sertão Sergipano, em 1996 – de Cuiabá, seguindo para o Alto Bonito, com mais de 1.000 famílias, conseguiram assentar a grande maioria delas.

Outros grandes acampamentos com mais de 200 famílias existiram entre 1998 e 2003, mas a partir daí, a estratégia de ocupação foi afetada pela

⁴⁷³ **Centro-Sul** – 45 acampamentos (2.221 famílias); **Áreas da Bahia** – 57 acampamentos (2007 famílias); **Sertão Ocidental** – 27 acampamentos (1.510 famílias); Vale do Cotinguiba – 16 acampamentos (799 famílias); **Baixo São Francisco** – 16 acampamentos (574 famílias) e **Agreste** – 1 acampamento (222 famílias). Na atualidade há 9480 famílias em 231 acampamentos.

possibilidade concreta de vitória majoritariamente constituída de assentamentos bem menores que no início do processo de reforma agrária no território.

Dessa forma, a tendência foi da criação de acampamentos menores e dispersos, o que, também reflete o clima de menor repressão que permitiu a adoção uma tática de ocupação mais pragmática em função da provável capacidade de assentamento, evitando muitas famílias excedentes.

Predominaram os pequenos acampamentos de 5 a 29 famílias, seguidos pelos médios de 30 a 99 famílias, disseminados em diversas áreas, sendo raros (apenas quatro) os grandes assentamentos de mais de 100 famílias: Herbert de Souza, com 288 famílias, em Poço Redondo (iniciado em 1999); Adão Preto, com 110 famílias, em Nossa Senhora da Glória (em 2000); Manoel Dionízio Cruz com 120 famílias e Luiz Alberto com 227 famílias, ambos em Canindé do São Francisco (iniciados em 2010) conforme listagem de acampamentos do INCRA/OUVIDORIA AGRÁRIA (13/12/2010).

Entre os acampamentos existentes hoje (janeiro de 2014) poucos possuem mais de 50 famílias e raros são os de mais de 100 famílias: entre as ocupações mais antigas, da segunda fase da luta pela terra, duas respectivamente com 103 e 89 famílias em 1999; e uma em 2001, com 90 famílias ocorreram apenas em Poço Redondo.

Entre as ocupações iniciadas em 2007, ou seja, na terceira fase e atual da luta pela terra existem acampamentos com 51 famílias em Poço Redondo; com 60 famílias, em Nossa Senhora da Glória e o maior de todos com 159 em Canindé do São Francisco (iniciados em 2010). Dentre os acampamentos existentes hoje o de ocupação mais recente foi em 2011, com 91 famílias em Poço Redondo.

As totalizações da distribuição espacial dos acampamentos na atualidade mostradas na referida tabela, apontam para a continuidade da maior pressão em Poço Redondo, que tem 21 acampamentos com 733 famílias.

Em Canindé do São Francisco havia 04 acampamentos; embora tenha metade dos acampamentos de Nossa Senhora da Glória, mantém a liderança no número de famílias envolvidas (266 famílias).

Nossa Senhora da Glória, com 08 acampamentos nos quais vivem 242 famílias; Gararu e Porto da Folha possuem o mesmo número de acampamentos (06) e respectivamente 137 e 133 famílias. Por fim Monte Alegre de Sergipe aparece com

03 acampamentos e 64 famílias antigos sem ter hoje nenhuma ocupação da fase mais recente da luta de 2007 para cá.

No apêndice E se encontra a tabela nº 05 apresenta os acampamentos existentes em 31/01/2014, no Alto Sertão Sergipano, iniciados nas três fases da luta pela terra, em ordem cronológica, e, no apêndice F, a tabela nº 06 com a relação nominal dos acampamentos existentes nessa data, por município em ordem cronológica com os respectivos números de famílias.

Todos os acampamentos do Alto Sertão Sergipano são organizados pelo MST, o que quer dizer que nenhum dos outros três movimentos sócio-territoriais que atuam na luta pela terra em Sergipe – MLC – Movimento de Luta Camponesa⁴⁷⁴, MLT- Movimento de Luta pela Terra⁴⁷⁵ e FETASE- Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Sergipe⁴⁷⁶, possuem ocupações no Alto Sertão, sobretudo a territorialização do MST.

⁴⁷⁴ O MLC organiza 08 famílias, desde 2005, em Propriá, no Baixo São Francisco.

⁴⁷⁵ O MLT organiza 25 famílias acampadas desde 1983, no acampamento mais antigo do estado de Sergipe, em Riachuelo, no Vale do Cotinguiba, consistindo num movimento sócio-territorial não territorializado, ou seja, que atua no âmbito local.

⁴⁷⁶ A FETASE possui 06 acampamentos em Sergipe envolvendo 196 famílias, atuando em três regiões do estado no Centro-Sul, desde 1999, no Vale do Cotinguiba, desde 2005 e no Baixo São Francisco, desde 2007. No Centro – Sul sergipano tem 01 acampamento em Itaporanga d'Ajuda desde 1999, com 25 famílias; no Vale do Cotinguiba tem 04 acampamentos: 02 em São Cristóvão, com 32 famílias desde 2001 e com 23 famílias desde 2011, em Riachuelo com 25 famílias desde 2004 e em Nossa Senhora das Dores com 57 famílias desde 2008; no Baixo São Francisco tem 01 acampamento em Santana do São Francisco com 34 famílias acampadas desde 2007.

Os 48 acampamentos e as 1575 famílias em luta neste momento representam 33,1% do total dos 145 acampamentos de Sergipe e 25,68% das 6.133 famílias mobilizadas no estado.

Esse peso relativo do Alto Sertão Sergipano no total dos acampamentos e famílias envolvidas já foi maior, o que indica o fortalecimento de outras frentes da luta pela terra, somadas no estado, embora ainda seja muito significativo em relação a cada um dos territórios separadamente⁴⁷⁷.

A extensão da luta para os municípios baianos fronteiriços a Sergipe se constituiu enquanto alternativa da continuidade da luta pela terra, ao ser redefinido o âmbito de atuação fundiária do INCRA-SR - 23/Sergipe⁴⁷⁸, onde atuam o próprio MST, a FETASE e a CARAS [Cáritas ?], mas os assentamentos conquistados não serão somados na “área reformada” do Alto Sertão Sergipano pelo critério de contiguidade adotado .

O MST é responsável por 35, dos 50 acampamentos nos municípios baianos fronteiriços do estado de Sergipe, iniciados entre 2002 e 2013 nos quais 2.847 famílias ligadas a esse movimento estão em luta do total de 3.235 famílias acampadas.

A FETASE, também estendeu sua atuação para esses municípios baianos, possuindo 02 acampamentos envolvendo 51 famílias, desde 2005: 01 acampamento em Pedro Alexandre com 23 famílias desde 2005 e 01 em Coronel João Sá com 28 famílias desde 2009.

A CARAS [CARITAS] tem 13 acampamentos, mobilizando 337 famílias, desde 2003: 03 em Adustina (com 02 famílias desde 2003; 50 desde 2005 e 16 desde 2006); 04 em Jeremoabo (com 34 famílias desde 2005 e 03 em 2011 com

⁴⁷⁷ O MST mantém acesa a luta pela reforma agrária em outras regiões do estado: no Baixo São Francisco mantém 14 das 16 ocupações iniciadas entre 1988 e 2013, por 648 das 690 famílias; é a única força atuante no Agreste onde possui o grande acampamento com 227 famílias, na fazenda Tinguí, em Malhador, desde 1997; no Centro – Sul sergipano dirige 37 das 38 ocupações, iniciadas entre 1998 e 2013, mobilizando 1932 das 1957 famílias acampadas; no Sertão Ocidental é a única força que dirige a luta pela terra em 24 acampamentos iniciados entre 2002 e 2012, com 1053 famílias mobilizadas; no Vale do Cotinguiba é responsável por 13 dos 18 acampamentos com 459 das 621 famílias.

⁴⁷⁸ A listagem da Ouvidoria Agrária do INCRA SR-23/SE totaliza 195 acampamentos (145 em Sergipe e 50 na Bahia) com 9.358 famílias envolvidas nas novas ocupações (6.133 famílias em Sergipe e 3.235 na Bahia) até 31 de janeiro de 2014.

37, 19 e 33 famílias); 03 em Sítio Quintino com 15 famílias desde 2005, 69 desde 2008 e 28 desde 2011; 01 acampamento em Novo triunfo com 20 famílias desde 2003, Paripiranga com 14 famílias desde 2004 e Pedro Alexandre com 28 famílias desde 2008.

7.3.2 A Vitória da Luta pela Terra dos Quilombolas da Serra da Guia

A comunidade de Serra da Guia continuou sua luta pela territorialização ao longo da terceira fase da luta pela terra no Alto Sertão Sergipano. Nesse contexto consolidavam-se os avanços na consciência geral, a partir das resoluções internacionais e da legislação constitucional e infraconstitucional brasileira.

No plano internacional, os mencionados avanços da fase anterior de luta pela terra não chegaram a beneficiar diretamente a comunidade do Mocambo porque foram promulgados após sua titulação em 2000, e sim a luta da Serra da Guia que se iniciava naquele ano, como foi o caso da mencionada convenção nº 169 da OIT/89, que embora tenha entrado em vigor em 5 de setembro de 1991.

Porém, no Brasil, foi ratificada pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 143, mais de dez anos depois, em 20 de junho de 2002, quando o governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação junto ao Diretor Executivo da OIT (em 25 de julho do mesmo ano); só entrando em vigor no País em 25 de julho de 2003.

Quadro 10 Fundamentação Legal da Luta pelo Reconhecimento de Comunidades Quilombolas e seu território - 2007 – 2010

Data	Fundamentação Legal
26/11/2007	Portaria nº 98 da Fundação Cultural Palmares (revoga a portaria FP 1º/03/2004)
2007	Decreto nº 6.040 aprovou a Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
2007	Plano Plurianual 2008/2011 do Governo do Estado de Sergipe
2008	Participação das comunidades tradicionais (indígena e quilombola) na 1ª, e 2ª fase do PCPR, do Governo do Estado de Sergipe

Fonte: Construção da autora a partir da pesquisa documental da legislação no INCRA-SR 23

Por fim foi promulgada pelo Presidente da República pelo decreto nº 5.051 de 19/4/2004. (CHACQUE, 2011, p.4).

Particularmente avançava a cultura institucional do FCP e do MDA e INCRA reforçando a luta quilombola. Para a autora a Portaria nº 98 de 26 de novembro de 2007 (que revogou a de 2004), da Fundação Cultural Palmares menciona o cadastro para a emissão das certidões de reconhecimento dos quilombos que podem registrar as autodenominações. O quadro nº 10 sintetiza os documentos legais e planos de governo federal/estadual sobre os quilombolas.

O destaque nacional no início da terceira fase da luta pela terra, não é mais do âmbito do legislativo, no qual a fundamentação legal dos direitos dos quilombolas, em vigor na atualidade já estava estabelecida; e sim do âmbito do Poder Executivo, como o caso do Decreto nº 6.040, de 2007, que aprovou a Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A Portaria nº 98 da Fundação Cultural Palmares, de 26 de novembro de 2007, instituiu o cadastro geral de remanescentes das comunidades dos quilombos, também denominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos dentre outras congêneres, a partir das declarações de autoidentificação de identidade étnica, segundo origem comum presumida (conforme o art. 2º do decreto nº 4.887/2003).

Sintonizado com o Programa Nacional de Combate à Pobreza Rural, no estado de Sergipe a participação das comunidades tradicionais (indígena e quilombola) na 1ª, e 2ª fase do Programa de Combate à Pobreza Rural - PCPR, do Governo do Estado de Sergipe, se dava na perspectiva centrada nos eixos estratégicos do Plano Plurianual 2008/2011 do Governo do estado - Inclusão pelo Direito, Inclusão pela Renda e Formação de Capital Social - ⁴⁷⁹ cujo leque de ações visa garantir o acesso a bens e serviços aos diversos segmentos sociais, respeitando as diferenças culturais.

⁴⁷⁹ Plano de Participação das Comunidades Tradicionais (Indígenas e Quilombolas) - PPCT PCPR - 2a Fase Abril / 2008, da Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe/Projeto de Combate à Pobreza Rural no estado, ligada à Secretaria de Estado de Planejamento do Governo de Sergipe – SEPLAN/PRONESE em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e universidades federais; na esfera estadual Secretaria de Estado da Educação/Núcleo da Educação, da Diversidade e Cidadania (SEED/NEDIC), Secretaria de Estado do Trabalho, da Juventude Promoção Social/ Coordenação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SETRAPIS/COOPPIR), com a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Agricultura de Sergipe (FETASE) e organizações não governamentais com ampla experiência de atuação e representação das comunidades tradicionais.

Durante a primeira fase do PCPR as comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) apresentaram demandas de subprojetos comunitários por suas associações comunitárias; do financiamento de subprojetos e, da participação de suas entidades representativas nos Conselhos de Desenvolvimento Municipais (CONDEM).

Do universo de 36 (trinta e seis) comunidades tradicionais (35 quilombolas e 01 indígena), existentes em Sergipe, 26 (vinte e seis) receberam financiamento do PCPR em 10 dos 15 municípios Sergipanos que possuíam comunidades tradicionais.

Seguindo a diretriz de integração, as ações da 2ª fase do PCPR desenvolvidas para as populações das comunidades tradicionais, os subprojetos financiados foram determinados pelas demandas das comunidades tradicionais, elaborados por associações legítimas e representativas.

Tais subprojetos deviam estar alinhados aos Planos de Desenvolvimento dos Territórios de Planejamento, do Governo de Sergipe, que, em 2007, no início do primeiro mandato do governador Marcelo Déda, constituiu 8 territórios de planejamento: Alto Sertão sergipano, com os mesmos 6 municípios; Baixo São Francisco, Leste Sergipano, Grande Aracaju, Sul Sergipano, Agreste, Centro-Sul e Sertão Ocidental.

Foram priorizados os municípios com comunidades tradicionais existentes e com menores IDH-M (IBGE, 2000): como Poço Redondo 0,536⁴⁸⁰ e Porto da Folha 0,556 no Alto Sertão e de outros territórios⁴⁸¹.

Diferentemente, no território do MDA o Alto Sertão Sergipano, tanto em decorrência da mobilização política dos movimentos sócioterritoriais, quanto de critérios do INCRA foram privilegiados municípios com assentamentos e acampamentos, que, portanto contribuíssem para a construção de uma “área reformada”.

O panfleto de uma manifestação quilombola, realizada durante o segundo mandato presidencial de Lula intitulado “os quilombos de Sergipe querem os títulos das suas terras” afirma que de 3.000 comunidades remanescentes quilombolas, no

⁴⁸⁰ Poço Redondo 75º Ranking por UF (IDH); 46,971 Renda Per Capita 28.969 Pop. Municipal 290 População Quilombola (No. Famílias). 1.212 Área (KM²) e Porto da Folha 72º no Ranking por UF (IDH); 59,540 Renda Per Capita; 26.520 Pop. Municipal 159 População Quilombola (No. Famílias). 897 Área (KM²)

⁴⁸¹ Santa Luzia do Itanhy, Brejo Grande, Canhoba, Poço Verde, Amparo São Francisco, Japoatã, Indiaroba, Capela, Cumbe, Laranjeiras, Japarutuba, Barra dos Coqueiros.

Brasil, apenas 102 comunidades estavam tituladas no país, das quais apenas 04 tinham títulos emitidos pelo INCRA, 02 pelo SPU e os demais em parcerias com os Institutos de Terra dos Estados.

Desde 2007, o Instituto Socioeconômico (INESC) denunciou problemas de recursos para promoção dos direitos das comunidades quilombolas e afrodescendentes.

Em Sergipe, das 15 comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, apenas 01 – Mocambo, tinha sido titulada (no governo FHC). Multiplicavam-se os conflitos quilombolas com fazendeiros. As ameaças de morte marcam o cotidiano dos quilombos e o latifúndio se mantém cada vez mais forte.

A palavra de ordem levantada por essas comunidades de remanescentes de quilombos era: “Queremos títulos das terras dos nossos antepassados”. Ao final daquele governo 18 comunidades foram tituladas numa ação direta do Governo Federal.

O processo de reconhecimento da comunidade quilombola de Serra da Guia, em Poço Redondo como remanescente de quilombo tinha se dado em 2004, ainda na segunda fase da luta pela terra.

Porém, a legislação exigia como desdobramento para atestar o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo um série de estudos históricos e antropológicos. Além disso, exigia a identificação e delimitação do seu território, que se estenderam ao longo de toda a terceira fase.

A pesquisa antropológica foi iniciada em 2007, cuja equipe especializada foi contratada pela FAPES/UFMS que conclui seu relatório histórico-antropológico em 2009 e o entregou à Coordenação Nacional de Regularização de Territórios Quilombolas que analisa e aprova o relatório antropológico da Serra da Guia em 05 de janeiro de 2010.

Quadro 11 Luta da Comunidade Remanescente do Quilombo Serra da Guia/Processo de Reconhecimento, Demarcação e Titulação do Território – 2007 – 2013

Data	Etapas da luta e processo legal de regularização fundiária pelo INCRA
2004	Reconhecimento pela FCP e INCRA como comunidade remanescente de quilombo a partir da autoidentificação.
14/12/2007	Contratação da FAPES/UFMS para realização da pesquisa antropológica
17/9/2007	Comunidade apresenta ao INCRA relação nominal dos imóveis inseridos no perímetro do território reivindicado

12/5/2008	Nomeação da comissão para trabalho do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território - RTIDT pelo INCRA; pesquisa de campo para relatório antropológico
12/2/2009	Conclusão do levantamento cartorial pelo INCRA
Novembro 2009	Conclusão do relatório antropológico pela UFS e do relatório agrônomo e ambiental
05/01/2010	Fapece entrega relatório antropológico. Coordenação Nacional de Regularização de Territórios Quilombola analisa e aprova relatório antropológico.
25/02/2010	Parecer conclusivo do RTIDT pelo INCRA que inclui relatório antropológico (UFS) e parecer jurídico da procuradoria – INCRA/SR-23-SE
21/11/2012	Governo federal/Dilma Rousseff publica desapropriação por interesse social dos imóveis privados dentro do território
Dez 2013	Titulação do território quilombola

Fonte: Elaboração do quadro-síntese pela autora a partir da pesquisa documental da legislação no INCRA/SR-23 e pesquisa bibliográfica

Simultaneamente à investigação histórico-antropológica, se iniciou o processo de identificação e delimitação do território tendo a comunidade o direito de participar do mesmo apresentando ao INCRA a relação nominal dos imóveis inseridos no território que reivindicavam, em 2007. A partir daí o órgão inicia seu próprio trabalho técnico de identificação e delimitação do território dessa comunidade remanescente de quilombo, por meio de uma comissão da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA-SR 23/SE, nomeada em 12 de maio de 2008, que inclui entre suas ações um levantamento cartorial dos imóveis dentro do perímetro delimitado e levantamento ambiental e agrônomo (concluídos respectivamente em fevereiro e novembro de 2009). Toda essa documentação foi sistematizada e analisada conjuntamente no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território (RTIDT) concluído em 25 de fevereiro de 2010 que recebe pareceres conclusivos, técnico do INCRA e jurídico da Procuradoria do INCRA-SR-23/SE.

No entanto apenas em 21 de novembro de 2012 o governo federal por meio de Decreto presidencial de Dilma Rousseff declarou de interesse social para fins de desapropriação, os imóveis sob domínio privado dentro do território da comunidade remanescente do quilombo de Serra da Guia (DOU, 22/11/2012). Ainda levaria mais de um ano para o seu reconhecimento oficial e para a demarcação do seu território ser concluída em dezembro de 2013, quando em cerimônia no Palácio do Planalto, em Brasília, a comunidade representada por D. Zefa da Guia recebeu o título de domínio, que lhe garantia a vitória no seu processo de reterritorialização. Dessa

forma todo o processo entre o seu reconhecimento e a titulação do território passaram-se oito anos, mesma duração do processo do Mocambo.

Com referência à dimensão os territórios das comunidades quilombolas, de acordo com Fernandes (2005, p.4) esses são descontínuos em pontos. As duas comunidades quilombolas: Mocambo (Porto da Folha) e Serra da Guia (Poço Redondo) não construíram até este momento laços de articulação entre si, talvez, pela distância e dificuldades de transporte.

Ambas (só por existirem) já fazem parte do incipiente movimento quilombola em Sergipe, representado pela Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas (composta por representantes de cada comunidade em luta antes mesmo do seu reconhecimento oficial, que conta com mais de vinte comunidades), com participação irregular.

A luta dos povos indígenas e das comunidades quilombolas vem encontrando forte resistência dos latifundiários, que vem se acirrando, quando seus representantes ruralistas passaram a investir cada vez mais tanto com processos nas instâncias judiciárias quanto no Congresso Nacional contra o marco legal que dá sustentação à regularização fundiária dos territórios desses povos tradicionais. Segundo CHACQUE (2011) os latifundiários resistem.

Na atualidade há uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) protocolada pelos Democratas desde 2010 contestando o decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988, e estabelece procedimentos para a titulação das terras às comunidades remanescentes de quilombos diretamente pelo INCRA. O órgão, através da procuradora Renata Cedraz e a AGU argumentam a favor da manutenção do decreto, afirmando que com a queda do decreto as titulações baseadas nele podem ser questionadas e o processo de regularização poderá ficar sem regras e que esse é o principal instrumento de defesa do governo brasileiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, onde tramita ação por violação de direitos dos quilombolas. Pressionada por movimentos sociais e ativistas de direitos humanos a Advocacia Geral da União - AGU apresentou o 16º pedido de audiência pública no Supremo Tribunal Federal desde 2004 sem efeito.

7.3.3 A Disputa de Concepções dos Projetos de Irrigação

Da mesma forma que no projeto Califórnia, de 1993, estava previsto no Jacaré-Curituba a submissão dos camponeses à monopolização do território pelo capital agroindustrial (estabelecido previamente em contrato), ou seja, o protocolo do Jacaré-Curituba, de 1997 previa que a produção irrigada seria feita por contratos com determinada agroindústria,⁴⁸² integrando o agrícola ao comercial, por meio da formação de redes, da integração da cadeia produtiva especializada na fruticultura:

O Estado encaminhará ao MEPF/INCRA os estudos relacionados ao Projeto de Irrigação da referida área, que realizará os ajustes necessários à conformação de um projeto de Reforma Agrária incorporando a irrigação na perspectiva agroindustrial. O MEPF/INCRA, o MMA e o ESTADO realizarão eventos conjuntos voltados para a divulgação do projeto visando **a obtenção de parcerias do setor privado nos negócios que serão ensejados pelo mesmo projeto [...]** (protocolo anexo a Carvalho, 1999, p.87, grifos nossos).

Uma ressalva no próprio protocolo é feita negando a especialização dos cultivos ao se referir à “flexibilização das linhas e tecnologias de produção características próprias da pequena produção que tipifica a agricultura familiar”, bem como ao se referir à possibilidade de articulação do “sequeiro ao irrigado”, consolidando os assentamentos adjacentes ao perímetro irrigado, abre-se a possibilidade de produção do capim de corte irrigado para viabilizar a pecuária nesta bacia leiteira. A partir do protocolo de intenções de 1997, houve uma longa luta para a revisão dos projetos técnicos e efetivação das obras do perímetro irrigado.

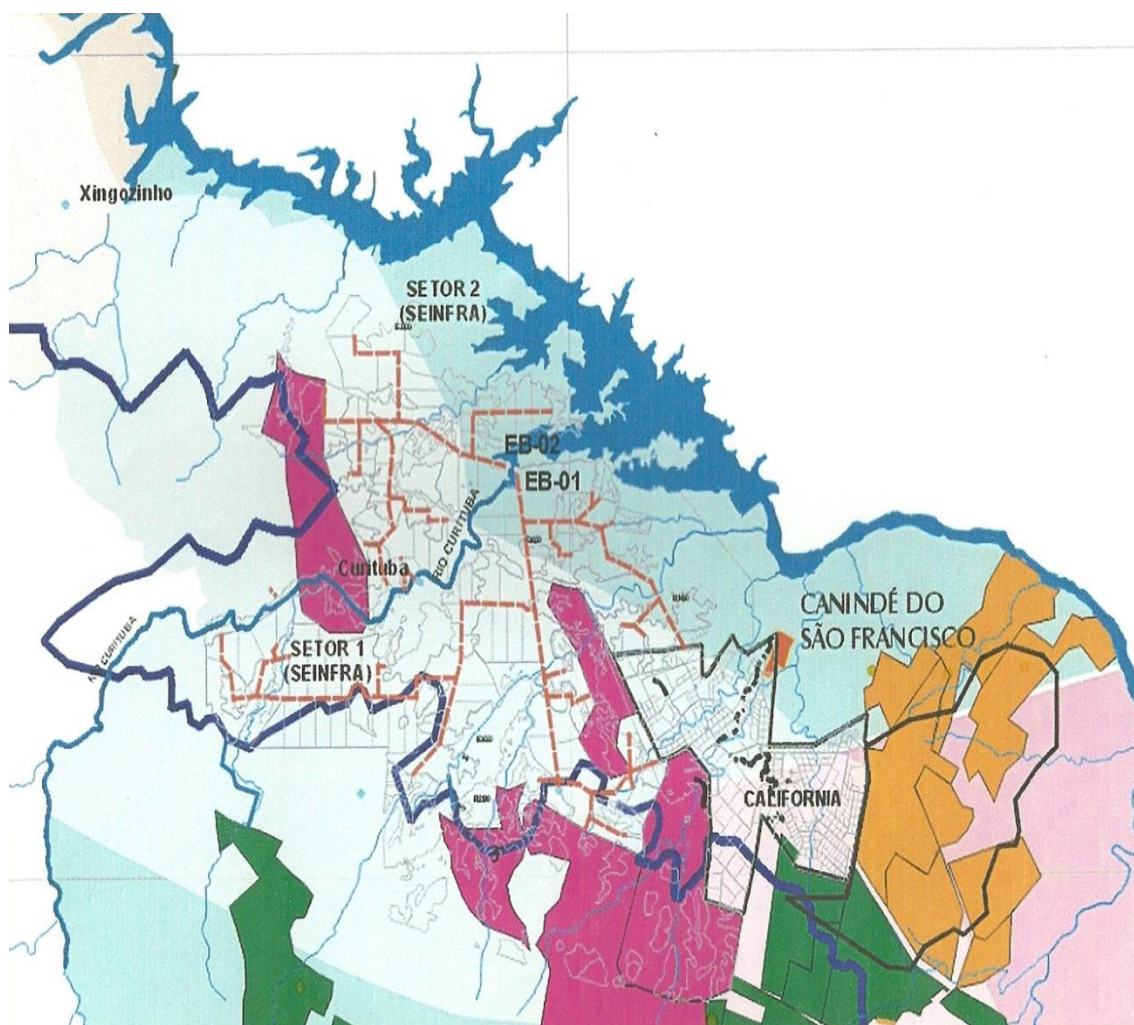
7.3.3.1 Nova Califórnia *versus* Manoel Dionízio e o Canal Xingó: a Disputa pela Terra e pela Água se Amplia

O governador João Alves Filho no seu novo mandato (2003-2006) promulgou o decreto nº 22.722, de 10 de março de 2004, por meio do qual o governador desapropriou por “interesse do estado” ou por “utilidade pública” uma grande área do Alto Sertão Sergipano para abrir caminho ao projeto de irrigação Nova Califórnia.

⁴⁸² No referido protocolo não há uma explicitação do tipo de agroindústria, mas discursos oficiais em outras ocasiões apontavam no sentido da implantação da GOIABRAS para a produção industrial de doce de goiaba.

Esse projeto de irrigação, que tinha sido planejado inicialmente pela CODEVASF, e a partir de então era assumido pelo Governo do Estado de Sergipe/SEINFRA numa perspectiva empresarial (ver no **anexo S** – Figura 01 o panfleto sobre o Projeto de Irrigação Nova Califórnia no Alto Sertão Sergipano, no mandato do governador João Alves Filho)..

Grandes projetos governamentais criam toda a infraestrutura de irrigação e são entregues para grandes grupos empresariais de fora movidos por objetivos de alta lucratividade. O Estado de Sergipe fez essa opção em mandato anterior de João Alves Filho, com o Platô de Neópolis, onde se cultiva coco, cana de açúcar e grama, analisado por Rui Belém de Araújo em sua dissertação de mestrado, “Processo da territorialização do capital monopolista na agricultura



LEGENDA:

---	Canais Principais do Projeto de Irrigação Manoel Dionício Cruz
—	Manchas irrigáveis pelo Manoel Dionício

	Percurso do Canal Xingó nos municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo
	Assentamentos do município de Canindé do São Francisco abrangidos pelo ex projeto de irrigação Nova Califórnia, hoje Manuel Dionízio e pelo canal Xingó
	Assentamentos do município de Canindé do São Francisco e de Poço Redondo abrangidos por derivação do canal Xingó
	Projeto de Irrigação Califórnia (com indicação do nome no mapa)
	Assentamentos do complexo Jacaré-Curituba

Fonte: Secretaria de Infraestrutura e Irrigação do Governo do Estado de Sergipe (2007).
Organização e Elaboração: Theresa Cristina Zavaris Tanezini e Edson Magalhães Bastos Júnior.

Figura 03 Mapa das Áreas Irrigáveis dos Assentamentos abrangidos pelo Projeto Manuel Dionízio (ex Nova Califórnia) e Canal Xingó em Canindé do São Francisco e Poço Redondo - 2007.

sergipana: projeto hidro-agrícola Platô de Neópolis” (1996)⁴⁸³; que foi retomada e ampliada no Alto Sertão Sergipano.

Silvana Lúcia Lima (2007) refletiu sobre esse contexto de retomada dos projetos de irrigação em larga escala. Como se vê no mapa da Figura nº 03

a captação do Projeto Nova Califórnia está prevista na margem do lago Xingó, no município de Canindé do São Francisco. Ao serem concluídos todos os projetos de irrigação vão abranger mais de 15.000 hectares de área irrigada, transformando radicalmente o Alto Sertão Sergipano. Há certa confusão ao se falar do Projeto Nova Califórnia e do Canal Xingó porque ambos envolvem a irrigação no Alto Sertão Sergipano em áreas, inclusive próximas e ambos foram planejados pela CODEVASF.

Lima (2007) também apresentou uma adaptação desse mapa⁴⁸⁴, assinalando 4 locais possíveis para uma ou mais tomadas d’água, onde aparecem projetados os canais principais do perímetro irrigado, no município de Canindé do São Francisco, que abrange vários assentamentos.

A autora chamava a atenção para o fato desse amplo e arrojado planejamento ter provocado a valorização da terra e o aguçamento do processo de concentração das melhores terras da região (Poço do Capim, em Canindé do São Francisco), onde grandes proprietários pecuaristas, conhecedores desses

⁴⁸³ Dez anos depois Jacilana de J. Dias voltou a realizar “Uma análise do projeto Platô de Neópolis-SE” (2005).

⁴⁸⁴ Lima denomina seu mapa “Sistema Xingó: áreas irrigáveis de interface com as ações do Governo do Estado (Canindé do São e Poço Redondo)”.

projetos tem comprado terras a baixo custo, pressionando os pequenos proprietários para vendê-las.

O canal Xingó, por sua vez, é uma obra de infraestrutura hídrica de maior envergadura, voltada para abastecimento das cidades, dessedentação animal e irrigação; também planejado pela CODEVASF, anterior ao mencionado Projeto Nova Califórnia, que também aparece no referido mapa. A tomada d'água virá de Paulo Afonso num percurso que atravessa Canindé do São Francisco, onde reforçará a vazão para o fornecimento de água do antigo projeto Califórnia, de 1993, situado neste município; Poço Redondo, Monte Alegre de Sergipe e Nossa Senhora da Glória e depois virando para Porto da Folha.

Mas a novidade nesse processo é que o MST, da mesma forma que fez com o Jacaré-Curituba, continua sua estratégia de ocupação de propriedades, hoje improdutivas, que serão irrigadas dentro do ex Projeto Nova Califórnia e pelo canal Xingó. Portanto, a mesma disputa da terra e da água está colocada em outras desapropriações.

Como Lima (2007) mostrou no seu mapa análogo, a mudança de concepção do projeto foi assinalada pela própria mudança em seu nome. A renomeação do projeto Nova Califórnia para Manoel Dionízio da Cruz, foi proposta por Frei Enoque, numa reunião do Território do Alto Sertão Sergipano, em Nossa Senhora da Glória e encampada pelo colegiado territorial em homenagem à liderança sindical assassinada (num assalto) pouco tempo antes, que foi dirigente de um dos STRs do pólo sindical do sertão, fundador da CUT e do PT e era recentemente pequeno proprietário dentro do Jacaré-Curituba, defensor e praticante da caprinocultura e da agroindustrialização artesanal de queijos de cabra. Portanto essa homenagem não é fortuita, mas indicativa da luta dos movimentos sócioterritoriais por uma irrigação em função da reprodução da agricultura familiar camponesa dentro ou fora dos assentamentos de reforma agrária. O governador Marcelo Deda assumiu em discursos a mudança do nome e da concepção do projeto.

Os assentados dos projetos de reforma agrária de Canindé do São Francisco: Mandacarú, Modelo, Cuiabá, João Pedro Teixeira, Florestan Fernandes, Santa Maria e Santa Rita; Maria Feitosa (em Poço Redondo) e Paulo Freire (em Porto da Folha), além de pequenos proprietários independentes, acompanham atentamente os desdobramentos das negociações e das obras, discutindo seu destino (entrevistas realizadas com a autora entre novembro de 2006 e fevereiro de 2007).

Defendendo outro rumo para o desenvolvimento econômico e social, Fernando Gaiger Silveira coordenou a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Território do Alto Sertão Sergipano – PDTR/ASS (SILVEIRA, 2006), na perspectiva do fortalecimento da reforma agrária e dos camponeses em geral.

É neste contexto que o profº Dr. José Juliano inicia o PDTR/ASS afirmando que a região do Alto Sertão é um espaço de disputa cujas variáveis centrais do seu entendimento estão **nas disputas por terra, água e recursos financeiros**. Para ele o setor público é árbitro e jogador nessas disputas. (SILVEIRA, 2006, p. 7, grifos nossos).

O autor afirma que, no lado sergipano do Semiárido do Baixo São Francisco, se observa uma clara disputa por terra e água, com importantes limitantes ao crescimento e desenvolvimento da região: a baixa sustentabilidade econômica da atual base tecno-produtiva (pecuária de corte e de leite e culturas anuais); a restrição da água de qualidade ao rio e seus reservatórios. Enquanto para as populações locais pobres observava-se o aporte de políticas sociais focalizadas, a distribuição de água para consumo humano em carros pipa e parques investimentos na construção de pequenas cisternas (que apenas garante o consumo humano emergencial, sem quantidade suficiente para os animais) e pequenas barragens, pequenos açudes, etc; para uns poucos empresários, em grande parte, de fora da área, era mobilizado um financiamento multilateral para a constituição de uma grande infraestrutura hídrica produtiva (adutoras), voltada para o empreendimento em agricultura irrigada de maior porte.

Silveira (2006) retoma o mesmo raciocínio de Teixeira da Silva, de 1981, quando questionava a concepção governamental unidirecional. A mesma desconsideração anterior da produção dos pequenos agricultores ainda está presente com relação à produção dos assentados. Repetem-se os mesmos argumentos: a esterilidade das terras e sua vocação para a pecuária extensiva e a irrigação, a principal solução para os problemas de sustentabilidade econômica da atividade agropecuária no sertão, deve ser desenvolvida e apoiada em empresários rurais e não nos pequenos agricultores.

Dessa forma, o embate pelo uso da água, ou seja, por modelos de desenvolvimento territorial, com a expressiva participação do MST, de associações, ONGs, do movimento sindical, vem pressionando no sentido de programas

governamentais voltados às regiões rurais, pobres, do semiárido e com elevada concentração de assentamentos.

Silveira (2006) questiona se ao sertão cabe apenas a solução da agricultura irrigada, defendendo que a irrigação poderia reforçar as chamadas atividades agropecuárias tradicionais, como a pecuária mista da região⁴⁸⁵, embora se afirme que esta precisaria de mais terra do que a área média dos estabelecimentos e o tamanho dos lotes concedidos aos assentados. Para o autor, a viabilidade do desenvolvimento dessas atividades tradicionais depende de intervenções no campo fundiário (ampliando e formalizando o acesso a terra), e de investimentos em infraestrutura hídrica que disseminem o fornecimento de água para as pequenas propriedades, suficiente para que elas também possam desenvolver “uma grande capineira” (capim de corte, milho e outras culturas cujo restolho serve de alimentação para o gado) que garanta a reprodução da atividade leiteira articulada com a agroindustrialização associativa.

Dessa maneira, num sentido contrário aos grandes projetos empresariais, Silveira, no Plano de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão Sergipano (2006) apontou para a existência no próprio território das soluções para os dois problemas geradores da pobreza do Semiárido: para a falta e insuficiência de terras, há a reforma agrária sendo feita, e, para a falta de água, o lago de Xingó.

A recuperação dos assentamentos passa pelos recursos hídricos, sendo, portanto, crucial que o governo federal, tendo em vista a envergadura da reforma agrária e da pequena propriedade na região e as potencialidades do reservatório, reforce a constituição da área reformada com disponibilidade de terra, água, trabalho, caatinga, cidadania, educação, saúde, cultura.

A disputa de projetos de desenvolvimento econômico-social ou a produção de territórios distintos e conflitivos, não passa apenas pelo Jacaré – Curituba, que hoje é um assentamento, mas se estende ao ex Nova Califórnia, hoje Manuel Dionízio Cruz e ao Canal Xingó, alterando o planejamento inicial da CODEVASF e do referido governador. A continuidade das obras desse canal tem sido reivindicada pelo Colegiado Territorial, bem como por todos os seis prefeitos, como medida

⁴⁸⁵ Volnandy A. Brito, em “O espaço agrário da ovinocaprinocultura no sertão noroeste de Sergipe no período de 1980 a 2003” (2006) analisa a viabilidade dessa atividade pecuária de pequeno porte no Alto Sertão Sergipano.

estruturante fundamental para enfrentamento definitivo da questão da água no Alto Sertão Sergipano.

7.3.3.2 A Conclusão das Obras de Irrigação do Jacaré-Curituba e a Redefinição dos Rumos Produtivos

Durante mais de uma década desde o mencionado protocolo de 1997, tanto o governador Albano Franco quanto João Alves Filho não imprimiu um ritmo das obras que demonstrasse um efetivo compromisso com a viabilização do perímetro irrigado no assentamento Jacaré-Curituba.

Entre novembro de 2006 e fevereiro de 2007 foram feitas visitas ao Jacaré-Curituba e entrevistas com lideranças e assentados. Observou-se que os grandes reservatórios elevados estavam cheios (com alguns irrigantes próximos improvisando molhação de cultivos), mas faltava a conclusão da interligações para os lotes, embora a maior parte dos canos já estivesse enterrada. O exército seria responsável pelo trabalho, depois do “destrato” com o governo estadual (João Alves) pelo descumprimento do contrato das obras do perímetro irrigado, acertada entre INCRA, CODEVASF e movimentos em audiência pública promovida pelo Colegiado territorial do Alto Sertão.

Silvana Lima (2007) afirma que os movimentos continuaram sua luta cotidiana pressionando o governo pelo fim das obras do Jacaré-Curituba, todavia não viam avanços nas negociações no início do novo governo estadual – Marcelo Déda. Marleide Santos entrevistou o coordenador estadual do MST, João Somariva Daniel, sobre a questão que envolvia, desde o final da década de 1990, o projeto de assentamento de irrigação Jacaré-Curituba: o MST tinha atendido em 2007 às diversas exigências feitas pelo BID para a celebração do convênio INCRA-BID, que viabilizaria o projeto de irrigação: “A procuradoria do INCRA nacional e estadual – encaminhou toda a documentação referente às 32 associações presentes e atuantes na área, às comissões de licitações, às assessorias técnicas para acompanhar o projeto e tudo o mais que foi exigido. Não foi pouca coisa” (entrevista do líder do MST em 02/11/2007 a SANTOS, 2008, p. 169).

Continua a autora que, no início de 2008, parecia que a questão do perímetro irrigado tinha chegado ao seu termo, porque os recursos tinham sido aprovados: “O projeto foi aprovado e o Banco anunciou a liberação dos recursos. (Política do PAC)

em torno de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões), que se daria em três parcelas. A primeira de R\$ 1.900.000,00 já estava disponibilizada. Era uma vitória após mais de dez anos de expectativa e muita luta” (idem). No entanto chegava-se naquele momento a um novo impasse por conta de um parecer da Controladoria Geral da União – CGU:

Entretanto, agora é colocado um impasse que não entendemos. A procuradoria geral do INCRA nos avisou que a CGU recomendou que o BID não liberasse os recursos. Qual a alegação? A entidade que representa a união das associações do Jacaré Curitiba não tem três anos de fundada – nos moldes deles – e assim, não teria o tempo mínimo exigido pela CGU – Controladoria Geral da União – para administrar os recursos. Eles sabem, pelos documentos, que a Associação tem o acompanhamento de engenheiros agrônomos, técnicos; não queremos pegar no dinheiro, queremos a sua aplicação. Não dá para entender essa posição. O próprio banco condiciona esses projetos ao controle dos trabalhadores rurais via entidades que os representa, mas a CGU não aceita. Estamos nos movimentando para reverter a decisão. É um golpe muito duro, após tantos anos de luta (entrevista do líder do MST em 2007 a SANTOS, 2008, p. 169).

A autora menciona que em abril de 2008, como discutiu a reunião do Colegiado, os recursos foram devolvidos aos cofres do BID. Ela interpreta a fala refletindo sobre a relação contraditória entre o Estado (instituições públicas) e os movimentos sociais, nesse caso entre o MST e o Poder Judiciário, representando a defesa da Lei.

A reflexão se deu sobre momentos da luta de classes aberta entre sem terra e latifundiários e sobre momentos da luta de classes aparentemente mediada pelo Estado, que todavia, é ator diretamente interessado, representante de um dos lados do conflito, viabilizador de um dos territórios em disputa – o do capital, com os grandes empreendimentos empresariais, para isso impondo obstáculos legais, financeiros, técnicos ou de simples disputa de concepção de desenvolvimento.

Mas a resistência e a luta dos sem terra só por existir e persistir gera contradições que perpassa discursos, que mal dissimulam objetivos reais, negociações que não tem prosseguimento, omissões, ações descontínuas, adiadas ou canceladas, falta de alocação ou devoluções de recursos.

A luta do MST continuou no âmbito da sociedade civil e do Estado, conjugando a pressão direta e a negociação, até que o recurso foi liberado e as

obras retomadas, e, afinal no início de 2014, os assentados de praticamente todos os setores do assentamento Jacaré Curitiba se tornaram irrigantes. Uma vitória estrondosa que só agora encerra uma fase de uma longa batalha, mas imediatamente abre nova fase da luta do movimento, interna e externamente, que vai exigir mais organização, estreitamento da relação direção-base, para o enfrentamento do mercado, para a continuidade da cobrança sobre o Estado.

O Setor de Produção do MST em 27 de agosto de 2011 promoveu um seminário no Jacaré-Curitiba discutindo os problemas e perspectivas do assentamento. Dentre outros temas ressalta-se a insistência na organização de base apesar das dificuldades; as 35 associações se articulam na União das Associações do Jacaré Curitiba – UNITUBA “a cada 15 dias nos juntamos todos os coordenadores de base, seguimos organizados”.

Agora que se inicia a produção irrigada no projeto Jacaré-Curitiba surge novo desafio - se os assentados vão conseguir escapar ao destino para o qual estava inicialmente direcionado o perímetro reforçando a monopolização do espaço pelo capital.

O fortalecimento da organicidade de base, a consolidação da cooperação agrícola e do cooperativismo, com apoio de Mondragon, para enfrentar os laticínios do agronegócio e os atravessadores.

A COOPRASE, sediada no PA Jacaré-Curitiba, avalia a experiência com o mercado institucional (merenda escolar em escolas estaduais).⁴⁸⁶ A discussão coletiva do planejamento da produção no Jacaré-Curitiba entre técnicos de ATES, assentados e lideranças do MST tem o desafio de colocar em prática uma produção autônoma e sustentável, a partir dos princípios da Via campestina - da diversificação produtiva, agroecológica (que evite os agrotóxicos, particularmente difícil numa área irrigada), fundamentais pelo impacto que podem proporcionar em todo o Alto Sertão Sergipano.

Dado ao acúmulo anterior do processo de produção e reorganização do espaço agrário pelos movimentos sociais do campo a ação estatal avançou na destruição/desarticulação do latifúndio improdutivo e na redistribuição fundiária, mudando gradualmente a paisagem daquela porção sertaneja.

⁴⁸⁶ Entrevista realizada pela autora com João Neginho, presidente da COOPRASE/Jacaré-Curitiba na Feira da Reforma Agrária, Praça Fausto Cardoso, em janeiro de 2014.

Os assentamentos que foram sendo pontualmente criados e a multiplicação das ocupações/acampamentos foram configurando/materializando uma progressiva territorialização do MST que avançou na apropriação da terra e da água e a partir daí redesenha projetos de desenvolvimento territorial e enfrenta novos desafios.

7.3.4 A Continuidade da Construção de Alianças e Lutas Conjuntas dos Movimentos Sócioterritoriais Camponeses e o Acesso ao Poder Institucional pelo MST

A mencionada estratégia territorial institucional do MDA (territórios rurais) implantada no primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) continuou ao longo do segundo mandato (2007-2010).

Em Sergipe o governador Marcelo Déda em 2007 criou 8 regiões de planejamento, também denominadas territórios⁴⁸⁷, para os quais deveria convergir os diversos programas das secretarias de estado. Nesse processo a SEPLAN procurou “absorver” ou isolar os “territórios rurais do MDA”, gerando uma crise. Diante do esvaziamento dos representantes governamentais do governo do estado de Sergipe, o colegiado territorial (institucional) cada vez mais se confunde apenas com a articulação dos movimentos sócioterritoriais e sócioespaciais do Alto Sertão.

A partir de 2008, o governo federal alterou a concepção de desenvolvimento territorial, transformando os antigos territórios rurais em “territórios da cidadania” e do combate à miséria, nos quais se concentraria a proposta de ações interministeriais focalizadas nessas zonas de baixo IDH.

No governo Dilma boa parte dos programas de erradicação da miséria, tanto o de transferência de renda (bolsa família) passou a ser implementado por dentro do Sistema Único da Assistência Social – SUAS (regulamentado pelo Congresso Nacional em agosto de 2011) centrado no programa bolsa família que amplia sua abrangência no campo e nas cidades, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Miséria, que também assumiu o programa de inclusão produtiva. O INCRA/MDA é chamado para compor essa parceria.

⁴⁸⁷ TEIXEIRA, Olívio Alberto.; MELO, Ricardo L.; FRANÇA, Vera Lúcia A. Construindo uma Territorialização para o Planejamento Regional de Sergipe. **Anais do VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**. Aracaju, Enaber, out. 2008.

Independentemente dos rearranjos institucionais, os movimentos sócioterritoriais continuam debatendo seus problemas e construindo ações conjuntas, dentre as mais recentes, a ocupação da rodovia estadual que dá acesso à rota do Sertão, em Nossa Senhora da Glória, em manifestação pública promovida pelo Colegiado territorial noticiada em 10/5/2012 na primeira página do Jornal da Cidade, da qual participaram os Xocó, os quilombolas do Mocambo, o MST, o MPA, a FEACOM, STRs, a CARITAS etc. Da mesma forma esses movimentos se uniram em atos públicos e audiências com autoridades e na marcha que reuniu mais de 12.000 pessoas, na luta vitoriosa pela extensão da Universidade Federal de Sergipe para o Alto Sertão Sergipano.

A articulação autônoma entre movimentos sociais do campo não se restringe ao Alto Sertão, ampliando-se para todo o estado na realização da “I Conferência Camponesa do Estado de Sergipe”, entre 08 e 10 de agosto de 2012, no assentamento Moacir Wanderley, Quissamã/Nossa Senhora do Socorro-SE, cujas bandeiras comuns foram expressas na “Declaração do Quissamã”. Uma delegação, representativa desses diversos movimentos sociais do campo sergipano participou do “Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas”, nos dias 20 e 22 do mesmo mês e ano, em Brasília-DF, em homenagem ao cinquentenário do I Congresso Camponês, que criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, em 1962.

Nesse processo de aprendizagem política coletiva citam-se alguns casos de dupla filiação de lideranças tradicionais ou jovens de grupos de base ou movimentos sociais locais como a FEACOM, para movimentos com articulação nacional como o MPA.

O processo de reforma agrária vem reforçando a recampenização no Alto Sertão Sertão Sergipano, primeiramente por oportunizar a reapropriação da terra pelos trabalhadores rurais sem terra ou camponeses com terra insuficiente, bem como por perseguir dentro dos assentamentos, as condições de produção (crédito rural) e comercialização que garantam a reprodução autônoma da família camponesa (renda), a permanência no lote/unidade de produção da maior parte da mão de obra familiar (trabalho/ocupação), a segurança alimentar por meio da produção para o autoconsumo e venda de excedentes e a luta pela agroindustrialização de produtos primários. Isso significa uma mudança concreta importante dos trabalhadores rurais “sem terra”, ex-assalariados temporários para os

novos camponeses, que buscam sua reprodução social dentro de um padrão de vida digno, propiciando condições semelhantes de estabilidade de pequenos proprietários, a partir da imissão de posse do INCRA.

O conjunto significativo de áreas de reforma agrária desencadeou o mencionado impacto material e imaterial, a partir da aprendizagem política na luta, longa e violenta, provocando alterações localizadas nas relações de poder político institucional: O vice-prefeito desde 2008, atual prefeito de Poço Redondo, Roberto Araújo, reeleito em 2012 é um dirigente estadual do MST.

Em 2010 a liderança do MST, de Sergipe com maior projeção nacional foi eleito para seu primeiro mandato como deputado estadual - João Somariva Daniel (PT), representando “a Força que vem do Campo”, não apenas o MST, mas também outros movimentos camponeses (prioritariamente); tornando-se um canal de acesso direto ao Estado, via Assembleia Legislativa; que permitiu levar “para dentro” do Estado (a partir das prerrogativas e apesar dos limites de um mandato parlamentar), as denúncias sobre os problemas do campo e suas demandas para o fortalecimento da reforma agrária e da pequena agricultura familiar (na tribuna, no boletim do mandato, nos fóruns, nas visitas *in loco* e, sobretudo, nas inúmeras audiências públicas, projetos de lei, mobilizando o apoio, ainda que formal, de outros parlamentares ou de toda a casa para essa causa). A luta conjunta dos movimentos sociais do campo contra o endividamento dos pequenos produtores rurais, contou com esse canal de expressão na audiência pública na Assembléia Legislativa Estadual, com parlamentares federais, representantes do governo e bancos estatais.

SEÇÃO 8

IMPACTOS DAS LUTAS TERRITORIAIS E DA AÇÃO DO ESTADO NA TRANSFORMAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO ALTO SERTÃO SERGIPANO

Retoma-se nessa última seção da definição de Gomes da Silva (1971) sobre a reforma agrária autêntica, seu objetivo de desencadear um processo amplo, “que atinja milhares de famílias e com milhões de hectares afetados”, que só pode ser iniciado e concretizado pelo governo central. Essa definição permanece atual e não deixa dúvida sobre a radicalidade que deve adquirir esse processo que se coaduna com os objetivos dos movimentos sócioterritoriais por uma reforma agrária “ampla, massiva e imediata”.

Como se percebeu na seção anterior, nesta Tese concebe-se a “reforma agrária” como o processo amplo de redistribuição fundiária pelo Estado, tanto aquela diretamente relacionada com a luta dos sem terra pela conquista da terra redistribuída pelo INCRA (tratada como a reforma agrária propriamente dita), mas também engloba a apropriação da terra pelos índios, viabilizada pela FUNAI, e dos quilombolas, pela FCP/INCRA.

Por um lado, a redistributividade da terra ganha relevância sócioeconômica e jurídicopolítica por afetar diretamente um segmento da classe dominante – a burguesia agrária, a começar pelos latifundiários improdutivos e especuladores⁴⁸⁸, mas também grandes propriedades produtivas. Na abordagem geográfica esposada nesta Tese, implica na desterritorialização dos latifundiários pelos movimentos sócioterritoriais.

Por outro lado, essa redistributividade significa democratização social e incremento da cidadania política, que se inicia durante a própria luta coletiva, no processo de organização da tribo, da comunidade quilombola e do acampamento e assentamento, quando esses segmentos sociais de camponeses tradicionais e sem terra vão superando a própria pobreza política (DEMO, 2003).

A apropriação da terra se constitui, sem dúvida, uma vitória expressiva contra a histórica estrutura fundiária e também altera de imediato a igualmente histórica estrutura agrária (as relações sociais de produção no campo) ao reverter a condição proletária precarizada (de assalariamento temporário, sem carteira assinada), intrinsecamente dependente de outrem (o patrão), ou pior, “*lumpenproletária*”, decorrente de processos sociais e espaciais anteriores de expropriação/desterritorialização, subemprego e desemprego, fazendo o trabalhador

⁴⁸⁸ Do ponto de vista do latifundiário e dos movimentos sócioterritoriais que o representam o pagamento da terra desapropriada com títulos da dívida agrária TDAs resgatáveis em 20 anos é questionado. Além disso, sempre há uma grande disputa no processo de avaliação do preço da terra, mesmo com critérios objetivos de aferição.

rural, ou o produtor direto com acesso precário a terra, reencontrar o meio de produção fundamental no campo – a terra - dos quais havia sido separado.

A partir da (re)apropriação da terra (enquanto posse coletiva garantida pela União, propriedade coletiva ou propriedade individual) a reforma agrária viabiliza o acesso à terra/o solo, que propicia aos produtores diretos controlarem seus meios de subsistência, e nesse sentido enfrentar a extrema pobreza material. O processo de recampanização lhes devolve o auto-emprego, o trabalho livre, a autonomia (mesmo que relativa no contexto do mercado capitalista).

Ao reconquistar a terra dos seus ancestrais os índios e quilombolas se territorializam consolidando-se como camponeses tradicionais e como povo que reconquista sua identidade étnico-racial. Ao conquistar a terra e tornarem-se assentados, os sem terra territorializam-se e produzem um novo espaço social (o assentamento), tornando-se novos camponeses. A alteração das relações de dominação e dependência é comemorada pelos assentados, nas entrevistas de campo realizadas, como também foi constatado por Sérgio Leite (2007) como a “libertação da escravidão”. Defende-se nesta Tese que nos dois casos está em construção um amplo território camponês nucleado pela “área reformada” e não vários territórios camponeses (em cada unidade de produção camponesa), na medida em que os diversos movimentos sócioterritoriais introduzem um elemento comunitário e se articulam nas outras etapas da luta que continua pela sua reprodução social.

Dado a potencialidade equitativa, redistributiva radical, da reforma agrária a questão da abrangência (massividade) é um divisor de águas. A verdadeira reforma agrária, conforme Gomes da Silva (1971) capaz de transformar efetivamente o espaço agrário tem como critérios a massividade, intempestividade e contiguidade. Daí a importância das “áreas reformadas”.

O método pelo qual a pretendida massividade poderia ser alcançada num país continental como o Brasil, seria a programação regional prevista no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) que estabelece as “zonas prioritárias” de reforma agrária (e colonização), “com vistas ao aproveitamento total e preferencial dos recursos humanos que vivem sobre as terras desapropriadas e que a lei considera como os sujeitos do processo”. (GOMES DA SILVA, 1971, p.42-43).

A compreensão mais usual para o conceito de “área reformada” é como sinônimo de projeto de assentamento de reforma agrária tomado isoladamente; mas

nesta Tese, diferentemente, esse conceito é compreendido como um conjunto de assentamentos, que o aproxima do conceito de “zona prioritária de reforma agrária”, do Estatuto da Terra mencionado pelo referido autor, ao concordar com a concepção espacial da área reformada numa escala mais abrangente que a estritamente local (cada assentamento). Todavia, esta abordagem se diferencia da concepção das “zonas prioritárias”, na escala regional, porque não concebe a “área reformada” como fruto de um planejamento autoritário (em contexto da ditadura) e sim como um território construído a partir da luta dos movimentos sócioterritoriais pela reforma agrária.

Como visto na seção anterior, a luta pela terra no Alto Sertão Sergipano, se desenvolveu em três fases inauguradas por momentos decisivos: a luta pioneira dos Xocó pelo reconhecimento da ilha de São Pedro, em 1979, que representou a primeira vitória de segmentos populares na redistribuição da propriedade, seguido sete anos depois pelo primeiro assentamento de reforma agrária do INCRA – Barra da Onça, em 1986, a partir de um somatório de forças de diversos movimentos sociais do campo, que marcou a primeira fase.

A segunda fase da luta pela terra se iniciou com a ocupação do canteiro de obras da Hidrelétrica do Xingó, da Chesf e a formação dos “acampamentos-mãe” de Cuiabá e depois do Alto Bonito, em 1996, que marcaram o início da territorialização do MST e também dos quilombolas do Mocambo.

Por fim, a terceira fase a partir de 2007 se caracteriza pela busca de alternativas do MST diante da crescente dificuldade da desapropriação de imóveis que não cumprem a função social da propriedade (restringida aos imóveis improdutivos) e a territorialização dos quilombolas da Serra da Guia. A exposição destacava cada tipo de categoria social envolvida e seguia seu processo de luta específica, em cada uma das fases da luta pela terra no Alto Sertão Sergipano, retomando cada luta específica até consumir sua territorialização.

Diferentemente, nesta seção, interessa apresentar os resultados da territorialização conjunta dos movimentos sócioterritoriais, em cada uma das três fases da luta pela terra e o processo redistributivo cumulativo em relação à estrutura fundiária existente antes da luta pela terra - o “ponto zero”.

8.1 O Espaço Agrário do Alto Sertão Sergipano antes da Luta pela Terra (“o Ponto Zero”)

Conforme Fernando Gaiger Silveira (2006), desde no início do século XX observava-se uma clivagem na estrutura da posse/propriedade da terra no Alto Sertão Sergipano, com a pequena propriedade situada nas partes sul e sudeste do território e as grandes fazendas no noroeste, conforme a análise dos dados do Censo de 1920, feita por Teixeira da Silva, em 1981: o número mais elevado de estabelecimentos em Gararu explicava-se pela maior vitalidade da pequena propriedade camponesa no primeiro eixo econômico Gararu–Providência, com a multiplicação das lavouras de arroz de vazante nas margens do São Francisco, que se prolongava até Porto da Folha; e de outras lavouras de mantimentos que adentravam Monte Alegre–Nossa Senhora da Glória. O segundo eixo econômico era caracterizado pelo maior número de fazendas de gado em Porto da Folha–Canindé do São Francisco–Poço Redondo”. Silveira (2006) comentou que essa divisão se preservou até meados dos anos 1990, quando a luta pela terra e a implantação de vários assentamentos modificou o desenho fundiário do território.

Considera-se nesta Tese como momento inicial que caracteriza a situação fundiária e agrária do Alto Sertão Sergipano no final da década de setenta e início de oitenta, a análise de programas governamentais feita por José Juliano de Carvalho Filho (1988)⁴⁸⁹ a partir de informações qualitativas (documentais e observação *in locu*). As ações governamentais eram voltadas para a população de baixa renda rural com objetivos de aumentar a estabilidade e o nível de renda, corrigir a estrutura agrária, modernizar a atividade agropecuária e incrementar a produção.

⁴⁸⁹ Este professor da Faculdade de Economia da USP e pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) foi pesquisador avaliador da efetividade dos principais programas do governo no Nordeste na década de setenta, tanto os de planejamento regional quanto os voltados para as populações de baixa renda: do primeiro tipo - Programa Plurianual de Irrigação, Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA, Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE, Programa Especial de Transformação e Fortalecimento da Economia da Região Semi-árida do Nordeste (PROJETO SERTANEJO); e do segundo tipo - o Projeto de Produção de Alimentos e Nutrição em Áreas Rurais de Baixa Renda no Nordeste e dentro dele o projeto experimental “Produção de Alimentos e Melhoria do Estado Nutricional em Áreas de Baixa Renda de Sergipe - PRAMENSE. Ele sintetizou essa experiência de pesquisa documental e de campo concluída em 1982, com base em seu artigo CARVALHO Fº, José Juliano. Ação do Estado no Meio Rural no Nordeste e Noroeste, uma discussão sobre Eficácia. Anais do XXVI Congresso Anual da SOBER, 1988. P. 226-241.

Esta listagem, retirada das intenções expressas nos programas do governo para o Nordeste evidencia que, pelo menos ao nível do discurso, o objetivo da política não foi restrito ao aumento de produção. Pelo contrário, grande parte dos investimentos públicos visava explicitamente a melhoria das condições de vida da população rural, inclusive **reconhecendo o problema fundiário**. (CARVALHO, 1988, p. 232, grifo nosso).

Conforme o autor a análise dos resultados das intervenções indicou a ineficácia da ação do governo em beneficiar o público-meta, na área social e de apoio à produção, na medida em que reduziu o nível de emprego, continuou o processo migratório, concentrou a renda, inclusive na área do PRAMENSE, que abrange o Alto Sertão Sergipano:⁴⁹⁰

Quanto **à estrutura fundiária**, apesar de ocorrência de ações específicas visando a desconcentração de propriedade, **permaneceu a concentração**. Os segmentos fundiários, de um modo geral, apresentaram baixíssimos níveis de eficiência, ficando aquém das metas previstas. Existem evidências de **ocorrência de concentração** em áreas do projeto (CARVALHO, 1988, p. 233, grifos nossos).

O autor conclui seu relatório mencionando que a instalação de infraestrutura física apresentou melhores resultados, no entanto não foi apropriada pelos pequenos produtores, “que continuaram a se reproduzir nos baixos níveis costumeiros” devido às distorções: o crédito, a construção de estradas e açudes, a eletrificação rural etc. beneficiaram os grandes e médios proprietários. “O fato básico nesta questão é que a estrutura agrária (incluindo as relações sociais) molda a distribuição dos benefícios” (CARVALHO, 1988, p. 234). Na sua problematização final o pesquisador afirmou que a ação do Estado, não alterou, ao contrário, reforçou o padrão de desenvolvimento agrícola – concentrador e excludente, perpetuando suas características históricas. A ineficácia segundo este, não pode ser atribuída a fatores internos da execução:

As deficiências das instituições envolvidas refletem entre outras coisas, **a correlação de força desfavorável** à solução dos

⁴⁹⁰ Como já foi mencionado o Alto Sertão Sergipano é formado pelos municípios: Porto da Folha, Gararu, Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre de Sergipe, Poço Redondo e Canindé de São Francisco.

problemas que envolvem os **pequenos produtores, as comunidades indígenas** e o meio ambiente [...] Tais fatores que atuam como forças contrárias, não são explicitados na elaboração dos programas, mas constituem parte integrante das condições objetivas que se pretende transformar [...] **As relações sociais relevantes refletem características econômicas** importantes, como, por exemplo **a estrutura fundiária**. Mais genericamente determinam a distribuição da riqueza entre os diversos grupos sociais, materializados nas dotações de recursos, no acesso ao crédito, nos canais de comercialização utilizados, na tecnologia empregada, no grau de educação formal dos diversos agentes, no acesso à informação e finalmente, na estrutura de poder institucional. (CARVALHO, 1988, p. 240-241, grifos nossos).

Este pesquisador, membro da atual direção da ABRA e participante da equipe que elaborou a proposta do II PNRA (outubro, 2003), coordenada por Plínio Arruda Sampaio, afirmou que, ao voltar ao Alto Sertão Sergipano depois de vinte e cinco anos (em 2005), o que mais chamou sua atenção foi o protagonismo dos movimentos sociais do campo.

Afirma-se nesta Tese que o Alto Sertão Sergipano vem assumindo o caráter de uma “área reformada” em construção, conceito resgatado de José Gomes da Silva (1971). Das condições apresentadas pelo autor, ou dos três elementos constitutivos de uma área reformada, ressalta-se nesta seção a redistribuição fundiária massiva, que, conforme o testemunho de Carvalho (1988) não tinha efetivamente se iniciado em intervenções anteriores, antes do I PNRA (MIRAD, 1985)⁴⁹¹.

No processo de construção de uma “área reformada”, o requisito do conceito de reforma agrária (GOMES DA SILVA, 1971) destacado é o de massividade da redistribuição da terra, relativamente à superfície territorial dos seis municípios que conformam esse espaço agrário.⁴⁹²

Com base nas estatísticas cadastrais oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA sobre a estrutura fundiária do Alto Sertão Sergipano e nas listagens dos assentamentos e acampamentos procurou-se

⁴⁹¹ Entre 1945 e 1985, no processo de colonização desencadeado pela Constituição estadual de 1946, poucas colônias pontuais foram criadas nesse espaço agrário: Santa Rita (45 famílias), em 1983 e Califórnia (333 famílias), em 1986, ambas em Canindé do São Francisco e Juazeiro (09) famílias, em 1989, em Monte Alegre de Sergipe. Essas colônias cuja terra foi comprada pelo governo estadual, eram administradas pela COHIDRO (2004). Cf. Rosemiro Silva, Assentamentos de Pequenos Produtores Rurais em Sergipe: 1945-1992 (1995).

⁴⁹² O município de Nossa Senhora de Lourdes não constava na instalação do território do INCRA, MDA/SDT (2003), incorporando-se posteriormente; no entanto como não se trata de um município sertanejo nem possui assentamento ou acampamento está fora deste estudo.

demonstrar os resultados da territorialização dos movimentos sócioterritoriais e da ação redistributiva da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, INCRA e posteriormente da Fundação Cutural Palmares - FCP/INCRA⁴⁹³.

A outra fonte de dados oficiais do IBGE, sobre a realidade agrária - os Censos Agropecuários, cujas publicações de 1985, 1995/6 e 2006, cobrem boa parte do período estudado, como foi comentado anteriormente, adotam como unidade de análise o estabelecimento rural, referente à unidade de produção, fornecendo dados sobre o uso da terra (meios e resultados da produção) e também sobre a estrutura agrária, ou seja, as relações sociais de produção ao caracterizar o agente produtivo responsável pelo estabelecimento: parceiro, arrendatário, posseiro – indicativos do acesso precário à terra, mencionando também os proprietários rurais, além da existência de assalariados.

Dessa forma ao classificar o tamanho dos estabelecimentos agrícolas, essa fonte permite uma aproximação da estrutura fundiária, embora esses dados tenham, neste último aspecto, que ser utilizados com cuidado, porque não são diretamente comparáveis com a unidade de análise do INCRA - o imóvel rural (posse/propriedade), como ressaltaram diversos estudiosos dessa questão, a exemplo de Silveira (2006). Referem-se indiretamente sobre a apropriação da terra, quando é cruzada a variável “condição do produtor” (proprietário, arrendatário, parceiro, ocupante) por classe de área.

Todavia, não poderia deixar de ser mencionado aqui que o último Censo Agropecuário de 2006 trouxe duas novidades metodológicas importantes: a primeira foi a publicação de uma versão primeira que trouxe como corte analítico a agricultura familiar e não familiar (IBGE, 2010). Isso vai exigir dos estudiosos do campesinato a necessidade de demarcar as diferenças em relação à agricultura familiar e avaliar as possibilidades de utilização desses dados.

O segundo aspecto inédito é que na segunda versão mais recente (acessada no site da FAO, em 2014), dentre os tipos de produtor, a categoria “ocupante” foi desagregada, surgindo duas categorias – a do posseiro (ocupante) e uma nova categoria - a do “assentado sem titulação”, que abre uma nova frente de

⁴⁹³ Esta Tese dialoga criticamente com José Evaldo Gonçalo. Reforma Agrária como Política Social Redistributiva. Brasília. Plano, 2001, que enfatiza que a reforma agrária redistributiva é uma proposta do MST, que não consegue implementá-la, na medida em que as políticas de assentamento pontuais e dispersos, não passam de políticas paliativas, distributivas, apenas para apaziguar conflitos sociais. Se é verdadeira essa reflexão para o conjunto do país, alguns espaços agrários como o Alto Sertão Sergipano, trazem novas questões e desafios.

investigações sobre as dimensões agrárias (relações de trabalho, relações sociais de produção, estratégias de reprodução familiar que passa também pela pluriatividade e renda) e agrícolas (produção, acesso à tecnologia, produtos, comercialização etc) nos projetos de reforma agrária; o que, com periodicidade regular, dará visibilidade aos resultados da reforma agrária, que até aqui contaram com muito poucas pesquisas nacionais amostrais, desde 1994 e um único censo da reforma agrária no país em 1996.

Sendo a apropriação da terra o foco dos “territórios em conflito”, a análise das transformações fundiárias permite avaliar o processo de redistribuição da terra – dos latifundiários para os “sem terra”, enquanto grupos sociais populares que se recampenizam, criando espaços diferenciais, apropriados, territórios usados, espaços de resistência, rugosidades conforme a Geografia Crítica; ou contra-espaços, territórios alternativos conforme a Geografia Humanista e Cultural Renovada.

A unidade de análise adotada na elaboração desta seção foi o imóvel rural, que se refere ao domínio da terra (posse ou propriedade). Por isso optou-se nesta Tese, pela análise da estrutura fundiária somente a partir dos dados cadastrais do INCRA⁴⁹⁴.

O Cadastro de Imóveis Rurais, previsto no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30/11/1964) e realizado pela primeira vez em 1965/66, pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária/IBRA, permitiu identificar “a distribuição do espaço fundiário entre os detentores de imóveis rurais – proprietários e posseiros”. A referida lei previa a atualização quinquenal desse cadastro possibilitando observar as transformações do espaço agrário. Em 1972, o recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (em 1971) realizou um recadastramento geral compulsório, que se repetiu em 1978, em função da tributação da terra (ITR).⁴⁹⁵

⁴⁹⁴ Essa opção introduziu uma dificuldade pelo fato de, diferentemente do IBGE, cujos censos agropecuários tem periodicidade decenal e estão sempre voltados para publicação, o INCRA ter seu cadastro mais para uso operacional do que a disposição do público interessado e serem suas estatísticas cadastrais publicadas em intervalos irregulares (1972, 1978, 1992). Dados mais atualizados (2006 e 2013) foram gentilmente cedidos por solicitação específica na Superintendência de Sergipe (do cadastro eletrônico do SNCR e SIPRA).

⁴⁹⁵ A Lei 8.022 de 12/04/1990 passou a função tributária para a Receita Federal, ficando o INCRA com a função de Manutenção do Cadastro, declaratório, para subsidiar a política agrária, sendo o alvo principal os grandes imóveis, inclusive, exigindo-se planta daqueles com mais de 1.000 hectares.

Os seis municípios que conformam o espaço agrário em foco, o território do Alto Sertão Sergipano, correspondia na época à Microrregião Homogênea (MRH) Sertão Sergipano do São Francisco, conforme divisão territorial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 1970.⁴⁹⁶

A estrutura fundiária da referida MRH, em 1972, constitui o “ponto zero” ou o ponto inicial para a análise das transformações do espaço agrário do Alto Sertão Sergipano, retratada tabela nº 24, refere-se a um universo de 4.077 imóveis rurais (8,69% do total de imóveis de Sergipe) e uma área total cadastrada de 366.082 hectares (21% da área total cadastrada no estado).

Tabela 24 Imóveis Rurais segundo Categorias do Estatuto da Terra na Microrregião Homogênea Sertão Sergipano do São Francisco - 1972.

Unidade Geográfica	Total		Minifúndio		Empresa Rural		Latifúndio por Exploração	
	Nº Imóveis	Área ha	Nº Imóveis	Área ha	Nº Imóveis	Área ha	Nº imóveis	Área ha
MRH	4.077	365.082	3.115	86.471	7	1.176	955	277.434
Sergipe	46.913	1.734.260	41.523	532.683	390	85.944	5.000	1.115.632

Fonte: Estatísticas Cadastrais INCRA – Recadastramento de 1972

Em termos numéricos predominavam amplamente os minifúndios que somavam 3.115 imóveis (76,40% do total da MRH⁴⁹⁷ e apenas 7,5% dos minifúndios sergipanos). Com tamanho médio de 27,76 hectares, se espremiavam em apenas 23,68% da área da microrregião (ocupavam 16,2% da área total dos minifúndios sergipanos).

Os 955 “latifúndios por exploração” (grandes e médias posses/propriedades improdutivas) representavam 23,42% dos imóveis da MRH (e 19,1% do número desses latifúndios de Sergipe). Com área média de 290,5 hectares⁴⁹⁸ abarcavam

⁴⁹⁶ Integrando a Meso-região Sertão Sergipano, a Microrregião Homogênea do Sertão Sergipano do São Francisco abrangia os municípios de Canindé do São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Porto da Folha.

⁴⁹⁷ Como a soma das totalizações de cada uma das categorias de imóveis – minifúndios, empresas rurais, latifúndios por exploração e latifúndios por extensão – corresponde ao universo, chama-se a atenção para o fato da categoria minifúndio, que conforme o Estatuto da Terra de 1964 representava uma área insuficiente para a reprodução social do campesinato. Na década de 1970, referia-se aos pequenos imóveis (em geral de menos de 100 hectares) e não apenas aos muito pequenos (menos de 10 hectares) como se convencionou depois. O tamanho médio do minifúndio no Alto Sertão do São Francisco era de 27,76 ha.

⁴⁹⁸ Os imóveis de tamanho médio (de + 100 a 1.000 ha), não existiam enquanto categoria separada, o que significa que eles estavam incluídos na categoria de empresa rural (produtiva /modernizada) ou na categoria de latifúndio por exploração, junto com grandes propriedades (de mais de 1.000 hectares), desde que apresentassem produtividades baixa, que era o critério fundamental. Esse fato fez com que a área média dos latifúndios por exploração fosse de apenas 290,50 hectares.

75,99% de toda a área cadastrada na MRH (e 24,8% do total da área desses imóveis no estado). Esses dados são coerentes com a ocupação histórica do espaço geográfico sergipano pela pecuária extensiva em grandes fazendas que adentraram o rio São Francisco, denominado “rio dos currais”.

Na microrregião não existiam grandes posses/propriedades com extensão tais que pudessem ser enquadradas como “latifúndios por dimensão”.

A presença de sete empresas rurais (médias e grandes posses/propriedades produtivas), indicava incipiente existência do capital agrário mais moderno nesse espaço geográfico. Numericamente as empresas rurais eram insignificantes numericamente na MRH (representando apenas 0,17 % dos imóveis da MRH (e 1,8% das 390 empresas do estado). Com área média de 168 hectares, ocupavam apenas 0,32% da área cadastrada da MRH (e 1,37% da área total das empresas de Sergipe).

A tabela seguinte (nº 25) apresenta os dados da estrutura fundiária em cada um dos municípios da microrregião homogênea, no momento inicial (1972), em ordem decrescente pela área total ocupada pelos latifúndios por exploração (e não em ordem alfabética).

Tabela 25 Estrutura Fundiária da MRH Sertão Sergipano do São Francisco – 1972 – o “ponto zero”.

Município	Número total de imóveis (absoluto)	Área total cadastrada (ha)	Nº Minif	Área Minif	Nº Latifúndio por Exploração	Área Latifúndio por exploração	Nº Empresa Rural	Área Empresa Rural
Canindé do São Francisco	198	78.878	59	1.785	139	77.093	00	00
Poço Redondo	585	76.959	378	10.249	207	66.710	00	00
Nossa Senhora da Glória	1.015	66.460	829	20.934	184	45.222	02	304
Porto da Folha	1.101	65.685	908	25.537	152	40.082	01	66
Gararu	849	52.470	693	18.729	152	32.934	04	806
Monte Alegre de Sergipe	329	24.627	248	9.236	81	15.391	00	00
Total MRH	4.077	365.082	3.115	86.471	955	277.434	07	1.176

Fonte: Adaptação feita pela autora das Estatísticas Cadastrais INCRA – Recadastramento de 1972⁴⁹⁹ e Sistematização da autora a partir de fontes documentais: José Maurício Arruti “Mocambo de Porto da Folha” 1997, fs. 19 e bibliográfica: ARRUTI, J. M. Mocambo. Bauru-SP, Edusc, 2006, p. 30

⁴⁹⁹ Não foi possível acessar os dados do recadastramento de 1978 do INCRA.

Conforme o IBGE, todos os municípios dessa “microrregião” eram caracterizados pela pecuária extensiva, no entanto dois deles apresentavam maior concentração fundiária: Canindé do São Francisco e Poço Redondo. O primeiro município possuía o menor número de imóveis menos de 200 e a maior área total cadastrada, superando os 78 mil hectares (com áreas médias de 398,37 há), o que já demonstra ter a maior concentração fundiária da microrregião - Sertão Sergipano do São Francisco. A estrutura fundiária municipal era caracterizada pelo fato dos latifúndios por exploração somarem a grande maioria dos imóveis existentes, em números absolutos pouco mais de uma centena de imóveis (que representavam 70,2% do total de imóveis do município). Esses latifúndios abarcavam 77 mil hectares, quase a totalidade (97,7%) da área cadastrada no município (com áreas médias de 554,63 ha). Por conseguinte, neste município existia o menor número de minifúndios da microrregião, pouco mais de meia centena (que representava 29,8% do total de imóveis municipais), espremidos numa área ínfima de menos de 2 mil hectares (2,26% da área total municipal), com área média de 30,25 ha.

O número total de imóveis em Poço Redondo, menos de 600 ocupava a segunda maior área total cadastrada da microrregião, superando os 76 mil hectares (com áreas médias de 131,55 ha). Desses em torno de 2 centenas (35,4% do total de imóveis) são latifúndios por exploração com área total de 66.710 (86,7% da área total cadastrada municipal), com área média de 322,27 ha). Todavia, tinha um significativo número de minifúndios (64,6% do total de imóveis municipais), embora ocupassem apenas pouco mais de 10 mil hectares (13,3% da área total), com área média de 27,11 ha. Em comparação com Canindé do São Francisco tinha oito vezes mais minifúndios em número, ocupando uma área 5 vezes maior, embora com área média menor.

Em relação ao conjunto dos seis municípios, que compõem o território do Alto Sertão Sergipano, os latifúndios por exploração como Canindé do São Francisco representavam respectivamente 14,5% do número e 27,7% da área total ocupada pelos latifúndios na microrregião, dando a esse município o primeiro lugar da área ocupada por latifúndios na microrregião. Os latifúndios de Poço Redondo representavam respectivamente 21,67% do número e 24% da área total ocupada pelos latifúndios na microrregião, dando-lhe o segundo lugar nesse critério.

O segundo maior número total de imóveis existia em Nossa Senhora da Glória, com mais de 1.000 imóveis e a terceira maior área total cadastrada da

microrregião em torno de 66.000 hectares (com área média de 65,48 ha). Pouco menos de 2 centenas de imóveis eram latifúndios por exploração (18,12% do número total dos imóveis do município) que ocupavam uma área de 45.222 hectares (68% da área total municipal), com área média de 245,77 ha. Aí também se encontrava o segundo maior número de minifúndios, 7 centenas de imóveis (81,67% dos imóveis do município), ocupando em torno de 20 mil hectares (31,5% da área total cadastrada municipal), com áreas médias de 25,25 ha.

Monte Alegre de Sergipe no conjunto microrregional possuía o segundo menor número total de imóveis, pouco mais de 300 imóveis e a menor área total, em torno de 25 mil hectares (com área média de 74,85 ha). Tinha também o menor número de “latifúndios por exploração”, 81 imóveis, ocupando também a menor área cadastrada, pouco mais de 15 mil hectares (com área média de 190,01 ha). O número de minifúndios é o segundo menor, com menos de 3 centenas de imóveis, ocupando cerca de 9 mil hectares (com áreas médias de 37,24 ha).

Embora esses dois municípios fossem também dedicados à pecuária a diferença em relação aos dois primeiros municípios é que Nossa Senhora da Glória e Monte Alegre de Sergipe constituíam o núcleo da bacia leiteira microrregional, que se destacava no estado de Sergipe. Os latifúndios de Nossa Senhora da Glória representavam respectivamente 19,26% do número e 16,30% da área total ocupada por latifúndios no conjunto microrregional, ocupando o terceiro lugar. Os latifúndios de Monte Alegre de Sergipe representavam respectivamente 8,5% e 5,55% do número e da área total dos latifúndios da microrregião, colocando esse município no último lugar.

Os dois municípios ribeirinhos onde se concentravam as várzeas⁵⁰⁰, com maior atividade agrícola, especialmente arrozeira eram Porto da Folha e Gararu, pontos iniciais da ocupação agrária pelos colonizadores e cidades-polo históricas. O maior número total de imóveis da microrregião existia em Porto da Folha, com mais de 1.000 imóveis e área total cadastrada em torno de 66.000 hectares (com áreas médias de 59,65). Também era o campeão microrregional pelo maior número de minifúndios da microrregião, 8 centenas de imóveis, e a maior área por eles ocupada em torno de 25 mil hectares (com áreas médias de 28,12 ha). Na estrutura fundiária

⁵⁰⁰ Canindé do São Francisco e Poço Redondo também são municípios banhados pelo Rio São Francisco, no entanto não possuem várzeas, mas apenas estreitas praias seguidas por uma forte elevação do relevo.

municipal, o destaque ia para o enorme contingente de minifúndios (89,45%) que ocupavam uma área significativa (38,87% da área total cadastrada com imóveis no município). Mesmo assim apresentava uma grande concentração de terras, na medida que pouco mais de 150 imóveis eram “latifúndios por exploração” (14,97% dos imóveis municipais) ocupando mais de 40 mil hectares (61,02%), com área média de 263,70 ha.

Gararu era o município com a terceira maior quantidade total de imóveis na microrregião, pouco mais de 800, com área total em torno de 52.000 (com área média 61,80 ha) e possuía a terceira maior quantidade de minifúndios, com 6 centenas de imóveis, ocupando em torno de 18 mil hectares (com áreas médias de 27,03 ha). A estrutura fundiária municipal era caracterizada pela presença ainda significativa de minifúndios (81,6% do total de imóveis), ocupando em torno de 18 mil hectares (35,7%), com áreas médias de 27,03 ha. Os latifúndios por exploração eram 150 em número (17,9% do total de imóveis municipais) que ocupavam mais de 30 mil hectares (62,70%), com área média de 216, 67 ha. Voltando a comparar com o conjunto microrregional os latifúndios de Porto da Folha representavam 15,9% do número e 14,44% da área dos latifúndios do Alto Sertão. Enquanto os de Gararu representavam 15,9% do seu número e ocupavam 11,87% da área total ocupada pelas grandes propriedades nesse espaço geográfico.

As empresas rurais se distribuíam espacialmente nos antigos polos regionais – os municípios diretamente relacionados com a dinâmica histórica do Rio São Francisco: 4 em Gararu (com área média de 201,5 ha) e 1 em Porto da Folha (com 66 ha). As outras 2 empresas rurais situavam-se no novo polo regional para onde se deslocou o eixo dinâmico a partir da rodovia SE 230 - Nossa Senhora da Glória (com área média de 152 ha).

A partir desse “ponto zero” da estrutura fundiária do Alto Sertão Sergipano em 1972, cuja situação se manteve praticamente inalterada por toda a década de setenta até meados dos oitenta, será possível analisar os impactos da redistribuição fundiária em cada uma das três fases da territorialização dos movimentos de luta pela terra.

8.2 A Transformação do Espaço Agrário do Alto Sertão Sergipano decorrente da Territorialização dos Movimentos Sócioterritoriais de Luta pela Terra e das Ações de Redistribuição Fundiária pelo Estado

A territorialização dos movimentos sociais do campo, a partir dos conflitos de terra, foi desterritorializando o latifúndio improdutivo e também produtivo no Alto Sertão Sergipano. O processo empírico a partir da diferenciação entre os diversos órgãos estatais responsáveis pela redistribuição fundiária – FUNAI, INCRA e FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, suscitou uma reflexão sobre as especificidades na fundamentação jurídica das ações desapropriatórias.

Jessica Ramos Farinelli (1999, p.1) resgata do Curso de Direito Administrativo de Celso Antonio Bandeira de Mello, de 1999 que a desapropriação é a transferência compulsória da propriedade de bens móveis e imóveis, corpóreos e incorpóreos, particulares para o domínio público, bem como os bens públicos (a União pode desapropriar bens dos Estados e Municípios e os Estados podem desapropriar bens dos Municípios).

A desapropriação só poderá ocorrer em função de três objetivos do Estado: necessidade pública (quando há risco iminente); utilidade pública (quando a desapropriação é conveniente e oportuna ao atendimento do interesse público), ou por interesse social (quando objetiva reduzir as desigualdades sociais).

Existem quatro tipos de desapropriação: direta, indireta, sancionatória e confiscatória que se articulam com os referidos objetivos. A desapropriação direta é a desapropriação clássica, que ocorre para saciar o interesse público, a necessidade pública e o interesse social (genérico). Nesta modalidade de desapropriação, a indenização deverá ser prévia, justa e em dinheiro.

Ao contrário, a desapropriação indireta ocorre quando o Poder Público se apropria de bens particulares sem observar os requisitos da declaração e indenização prévia, cabendo ao particular pleitear no prazo máximo de cinco anos seu direito de indenização, não podendo o bem ser desincorporado do patrimônio público, em função do princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos.

A desapropriação sancionatória ocorre quando o proprietário não explora sua propriedade, não dando a mesma finalidade útil, ou seja, quando não há o cumprimento da função social da propriedade⁵⁰¹. Nesta modalidade se a desapropriação recai sobre bens imóveis localizados na zona rural com propósito de

⁵⁰¹ Mello, em 1999, tem ainda uma visão restritiva da função social da propriedade apesar de sua obra ter sido publicada onze anos após a promulgação da Constituição de 1988.

reforma agrária, a indenização deverá ser prévia, justa e em Títulos da Dívida Agrária⁵⁰².

Por fim a desapropriação confiscatória é a expropriação de terra utilizada para o cultivo de plantas psicotrópicas e não autorizadas, conforme a Constituição Federal de 1988 (art nº 243) que tem sido reivindicada pelos movimentos sociais do campo ainda sem êxito.

O instrumento legal que o Estado dispôs para realizar a redistribuição fundiária que viabilizou a (re)territorialização dos diversos movimentos sócioterritoriais no Alto Sertão Sergipano foi, desapropriação das propriedades rurais por interesse social, subdivida em duas modalidades: a desapropriação por interesse social genérica, uma das formas clássicas de desapropriação, que atinge propriedades privadas independentemente do tamanho e uso da terra, e, sobretudo, a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária daquelas propriedades particulares que não cumprem a função social da terra, equivocadamente restringida ao grau de produtividade, em função da abrangência do conceito de função social da propriedade. Ambas possuem importante caráter redistributivo. A desapropriação por interesse de Estado ou utilidade pública, também clássica, foi utilizada em escala ampla em situações excepcionais, ambas envolvendo a terra e a água.

8.2.1 A Transformação da Estrutura Fundiária na Primeira Fase da Luta pela Terra entre 1979 e 1996 no Alto Sertão Sergipano

Dois grandes protagonistas foram vitoriosos na sua luta pela terra na primeira fase: os índios Xocó e os “sem-terra”, ligados a distintas organizações sociais – STRs, pastorais sociais e o nascente MST.

8.2.1.1 A Territorialização dos Índios Xocó

A reconquista da terra pela geração atual dos Xocó se deu em dois momentos distintos e distantes no tempo entre 1979/1984 e em 1986/1991-1992. A reconquista

⁵⁰² Esta modalidade poderá ser urbana, se a desapropriação é realizada pelo município, visando atender a política urbana; na qual a indenização deverá ser prévia, justa e em Títulos da Dívida Pública.

da ilha de São Pedro, no rio São Francisco, onde foi fundada uma antiga missão religiosa para catequizar índios de diversas etnias, entre eles os Xocó, se fundamentou em antigos documentos coloniais como o Alvará Régio de 1700 retomado pela Lei de 4 de junho de 1703, que determinava: "a cada missão se dê uma légua em quadra para a sustentação dos índios e missionários".

Não há referência geral às posses ou aos indígenas na primeira Constituição do Império de 1824. A Lei de Terras de 1850 reconheceu as posses como meio de acesso a terra até então, além da doação das sesmarias (extintas em 1822), todavia a exigência de solicitação formal desse reconhecimento, caso a caso, significou a exclusão da maioria dos beneficiários daquele direito, como os índios da missão de Porto da Folha.

A referida lei também especificava que o governo poderia "reservar terras para a colonização dos indígenas". Nesse sentido, a pesquisa histórica encontrou um documento no qual o Imperador Dom Pedro II dava posse da Caiçara aos índios (a ilha e seu entorno). A demarcação das terras, todavia não foi concluída, talvez porque a própria lei só se referisse a "índios de raça primitiva", e não aos "misturados", como insinuou o Imperador no seu diário e justificou o Presidente da Província em sua negativa oficial da existência de índios em Sergipe; que destruiu as aldeias remanescentes, entre elas, a da ilha de São Pedro, da mesma forma que ocorria no País no final do século XIX.

São Pedro de Porto da Folha permaneceu como Patrimônio provincial, durante o Império e Patrimônio estadual, na fase republicana, por tratar-se de uma ilha fluvial, e foi ocupada por latifúndios privados (mesmo havendo restrições à ocupação de terras públicas). Mas há registros de articulações das sucessivas gerações dos Xocó reivindicando a terra ao longo de cem anos.

O reconhecimento da posse de terras públicas pelos "silvícolas" foi mantido na Constituição de 1891, disciplinada pelo Código Civil de 1916 (Mezzomo, 2005, p. 4). A relação da defesa das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios com o princípio genérico da função social da propriedade da terra apareceu pela primeira vez no Decreto nº 20.910 de 1932, seguido pelas Constituições Federais de 1934, 1937 (na qual os direitos especiais de posse dos silvícolas sobrepõem-se a todo direito privado) e 1946, as três constituições representando a incorporação do constitucionalismo social da "Constituição de Weimar" de 1919.

Amanda Marques em “Direito `a Diferença: olhares sobre as Legislações indígena e Quilombola no Brasil” (2012) comenta que a Lei nº 4.132 de 1962 reconhece o direito coletivo das terras demarcadas, como usufruto exclusivo dos indígenas, inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis. Juliana Fernandes Chacque “Aspectos Relevantes do processo administrativo de regularização fundiária de territórios quilombolas” (2011, p.1) enfatiza a outro aspecto da referida lei: a solução jurídica que o Estado lança mão para tornar efetivo o processo administrativo de regularização fundiária das terras indígenas, que depende da desapropriação de propriedades particulares inseridas em territórios reconhecidos e delimitados.

Segundo os Procuradores Federais do INCRA (BRASIL, 2011) quando o interesse público se sobrepõe ao individual, o Estado lança mão do instrumento legal de “desapropriação” para suprimir compulsoriamente a propriedade privada, por meio da qual a titularidade do bem expropriado passa para o domínio público. A desapropriação está presente no ordenamento jurídico do Brasil desde sua origem na Constituição do Império de 1824, que já fazia uma ressalva ao direito de propriedade privada:

XXII. E'garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem publico legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será elle préviamente indenmisado do valor della. A Lei marcará os casos, em que terá logar esta unica excepção, e dará as regras para se determinar a indemnisação.

A lei imperial de 1826 distinguiu dois casos de desapropriação - por utilidade pública e por interesse social, presentes nas constituições seguintes de 1891, 1934, 1937 e 1946. A desapropriação por interesse social do tipo ordinária pode ser realizada por qualquer ente federativo a depender da situação de domínio da terra pública – da União, dos estados e dos municípios.

A Constituição Federal de 1946, nesse aspecto da desapropriação por interesse social genérico foi regulamentada pela lei 4.132/62, eleita pela Administração Pública como a mais adequada para reger sobre essa modalidade de desapropriação por interesse social (CHACQUE, 2011, p.2), que se tornou a base legal da regularização fundiária dos povos tradicionais.

A justificativa do interesse social genérico das terras indígenas é o estabelecimento e a manutenção de colônias de povoamento e trabalho agrícola, na

medida em que os povos tradicionais pelo seu histórico são em regra comunidades rurais (art 2º, III).

Toda a legislação constitucional e infraconstitucional até o final da década de setenta reafirmou a possibilidade de demarcação e reconhecimento da posse das terras indígenas utilizando o instrumento de desapropriação por interesse social genérico de propriedades privadas dentro de territórios de povos tradicionais (Estatuto da Terra, 1964, que regulamentava a CF de 1946 e a EC66; a CF 1967 e a EC69, a qual considera as terras ocupadas por indígenas como Patrimônio da União).

A Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973, da Presidência da República Subchefia de assuntos jurídicos, denominada “Estatuto do Índio”, propôs a demarcação e a garantia das terras indígenas e estabeleceu até 21 de dezembro de 1978 o prazo para a demarcação de todas as áreas, o que influenciou diretamente o acirramento da luta dos Xocó, que naquele ano ocuparam a ilha de São Pedro, obtendo em 1979 pela Fundação Nacional do Índio, Processo FUNAI/BSB/5525/79 o reconhecimento dos direitos de posse da ilha com 97 hectares.

Sendo toda ilha fluvial patrimônio estadual, em 7 de dezembro de 1979, o então governador de Sergipe Augusto Franco, por meio do Decreto Estadual nº 4.530, tornou a área de utilidade pública, como reserva indígena, e desapropriou a propriedade familiar dos Brito na ilha de São Pedro, pagando indenização prévia em dinheiro.⁵⁰³

O processo burocrático que se seguiu à desapropriação foi longo e eivado de pressões até 27 de junho de 1984, quando o novo governador João Alves Filho, por disposição da lei estadual, assinou a documentação por meio da qual o Estado de Sergipe transferia a ilha de São Pedro do Patrimônio estadual para o Patrimônio da União, representada pela FUNAI que assumia sua gestão, cabendo-lhe o estudo de identificação com base em elementos técnicos; a apresentação da delimitação para um colegiado em Brasília, que definia o limite da terra indígena segundo critérios políticos.

⁵⁰³ O valor de dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros da época, não foi transformado em reais nem deflacionado. Não se teve acesso às informações que esclarecessem se a indenização realizada foi da terra nua e benfeitorias ou apenas das últimas, mas estima-se que tenha sido de ambas, já que, somente com a Constituição de 1988, a terra de reserva indígena, como patrimônio da União não seria indenizável (art. 5, XXIV).

Os índios se apropriavam da terra por meio da posse do seu território e do usufruto exclusivo de suas riquezas.

No mesmo ano a Caiçara com 4.220 hectares foi declarada terra indígena pela FUNAI que reconheceu a posse permanente dos Xocó sobre os 4.220 hectares, estendendo sua gestão para essa área. A primeira tentativa de demarcá-la em 1985 foi barrada pelos proprietários. Os índios de Porto da Folha tiveram que esperar pela Constituição de 1988 que apontava para a necessidade da União demarcar as terras indígenas, consideradas inalienáveis e indisponíveis, o que tornava nulos os atos de particulares que pretendessem ocupá-las ou a tivessem feito.

O INCRA não participou da regularização fundiária das terras indígenas, atribuição exclusiva da FUNAI. O procedimento demarcatório das terras indígenas segundo a FUNAI comporta a identificação e delimitação; declaração (reconhecimento); demarcação; homologação; registro, extrusão de nãoíndios.

Quadro 12 A reterritorialização dos Xocó – Porto da Folha/SE – 1979, 1991.

Movim sócio territorial	Conquista	Município	Data	Documento Legal/ instituição	Área (Ha)	Fam/ Pess
Xocó	Ilha de São Pedro	Porto da Folha	1979	Processo de reconhecimento FUNAI/BSB/5525/79 (vol. 2, 1985)	97	108/ 434
			1979	Ilha fluvial Patrimônio estadual; desapropriação da propriedade privada da ilha pelo governador Augusto Franco, com indenização		
			1984	Transferência da ilha do Patrimônio estadual para o Patrimônio da União/FUNAI pelo governador João Alves Filho		
	Caiçara		1986	Recohecimento da Caiçara como área indígena pela FUNAI	4.220	
			1991	Demarcação e homologação da posse Decreto governo federal nº 401 de 24.12.1991		
				1991		
Total	-		-	-	4.317	

Fonte: Como não foi possível o acesso direto aos registros da FUNAI os dados sobre os Xocó foram recolhidos de fontes documentais: José Maurício Arruti "Mocambo de Porto da Folha" 1997, fs. 19 e bibliográfica: ARRUTI, J. M. Mocambo. Bauru-SP, Edusc, 2006, p. 30

Após a Constituição de 1988 e legislação infraconstitucional as equipes se especializaram e aportaram instrumentos legais para a efetivação segura do processo de demarcação, que tem prazo para contestação de qualquer interessado,

sobre aspectos técnicos e jurídicos; que passam ainda pela Advocacia Geral da União e pelo Ministro da Justiça, que podem solicitar novas diligências, e por fim a Casa Civil.

No caso da desapropriação decorrente do reconhecimento das terras indígenas, a terra não adquire efeito indenizatório, salvo as benfeitorias de boa fé, segundo Marques, (2012, p.6). Não se teve acesso à documentação específica que se refira aos processos desapropriatórios das propriedades privadas dentro do território indígena, sem direito a indenização, após a Constituição de 1988, no último ciclo da luta da Caiçara.

Especialmente as Disposições Constitucionais Transitórias (art.67) da CF 88, representaram a base para regularização dos territórios indígenas e definiram novo prazo para as demarcações por cinco anos, até 1993.

Os Xocó beneficiaram-se da nova determinação constitucional e conseguiram demarcar suas terras da Caiçara, que incluía Belém e Araticum, em março de 1991, obtendo a homologação do seu reconhecimento como área indígena em 24 de dezembro daquele ano pelo presidente Fernando Collor de Mello (Decreto nº 401/91).

A CF atribuía ao Ministério Público Federal a defesa dos interesses indígenas exercendo pressão sobre os órgãos públicos (FUNAI) para a demarcação das suas terras, como ocorreu com os Xocó. A partir daí a FUNAI iniciou a extrusão via desapropriação das propriedades particulares dentro do território demarcado. Os Xocó integralizaram seu território com 4.317 hectares.

Segundo o acompanhamento da situação fundiária das terras indígenas em Sergipe – 2011, pelo Ministério da Justiça, elaborado pelo consultor José Augusto Sampaio, antropólogo da ANAI, a terra indígena Caiçara/ilha de São Pedro, do povo Xocó, na qual viviam 329 pessoas (Funasa, 2010), no município de Porto da Folha (SE), com a extensão de 4.317 hectares, tinha a situação jurídica da terra tradicional regularizada, ou seja, homologada/registrada (na última atualização em 20/3/2011).

8.2.1.2 A Territorialização dos “Sem-Terra” por meio de Diversos Movimentos Sócioterritoriais – 1986 a 1996

Com relação à territorialização dos trabalhadores rurais sem terra, no contexto de mudança da conjuntura nacional no sentido da redemocratização da

sociedade e do Estado, a resposta à expansão dos conflitos no campo foi o I Plano Nacional da Reforma Agrária – I PNRA (MDA, 1985), que pretendeu utilizar, de forma mais sistemática e massiva o instrumento de desapropriação da propriedade privada por interesse social, fundada no princípio da função social da terra, com base na legislação agrária então vigente.

Foi a Constituição de 1946 que introduziu a nova modalidade de desapropriação por interesse social que se diferenciava da desapropriação por interesse social genérico ou ordinário. As diretrizes constitucionais de 1946 acerca dessa nova modalidade de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, das propriedades que não cumprem a função social da terra, competência exclusiva da União foram regulamentadas pela Lei nº 4504, de 1964 - o Estatuto da Terra (art.16).

O novo mecanismo desapropriatório específico para fins de reforma agrária se diferencia do mecanismo da desapropriação por interesse social genérico, porque ao invés da indenização prévia e justa, em dinheiro tanto da terra nua quanto das benfeitorias, é viabilizado pelo pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária resgatáveis, a partir do segundo ano, em 20 anos. Por isso é denominada desapropriação-sanção.

Essa nova modalidade de desapropriação por interesse social não sofreu modificações nas novas normatizações legais durante a conjuntura ditatorial: na Emenda Constitucional-EC de 1966, na CF 1967, na EC69, e no Decreto-lei 1.110/70 que criou o INCRA a partir da fusão do IBRA e INDA.

A aliança dos movimentos sociais do campo conquistou a primeira desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária no Alto Sertão Sergipano, pelo INCRA, de um imóvel classificado como “latifúndio por exploração”, ou seja, que não cumpria a função social da terra, conforme o Estatuto da Terra, então vigente, localizado no município de Poço Redondo, em 27/6/1986, e dois meses depois em 01/10/1986 criou o primeiro projeto de reforma agrária do Alto Sertão Sergipano⁵⁰⁴, que significou objetivamente a redistribuição de 6.261,94 hectares (área obtida) para 212 famílias.

⁵⁰⁴ Barra da Onça foi o segundo assentamento criado pelo INCRA no estado de Sergipe, muito maior que o assentamento Santana dos Frades que desapropriou 1.397 hectares em 1981, regularizando as antigas posses de 96 famílias (SILVA, 1992).

O reconhecimento da posse dos índios Xocó na Ilha de São Pedro, em 1984 e, dois anos depois, a desapropriação da Barra da Onça simultânea ao reconhecimento da fazenda Caiçara como território indígena pela FUNAI, significou subjetivamente uma tremenda vitória política, porque representaram o ponto de inflexão histórica nos processos de T-D-R com um resultado discrepante na luta de classes no campo e na solução da questão agrária por constituírem marcos da inversão da classe que se territorializa ou reterritorializa (por meio de gerações posteriores), representadas pelos movimentos sociais camponeses que se tornam movimentos sócioterritoriais. Portanto, de uma forma surpreendente para a sociedade de então, abriram uma possibilidade inédita de desterritorialização dos primeiros representantes da burguesia agrária que vêm seu direito absoluto de propriedade privada, questionado por uma pressão popular organizada e um condicionante jurídico-político-ideológico, a função social da propriedade, como princípio do novo constitucionalismo social, incorporado no arcabouço legal brasileiro.

Do ponto de vista dos “sem terra” que se tornam assentados, eles, na verdade ganham o direito de ocupar os lotes, já que, é o Estado através do INCRA que é imitado na posse do imóvel⁵⁰⁵, até que o assentamento seja emancipado, e cada família seja titulada, ou seja, se torne pequeno proprietário

privado. Até que isso aconteça a situação é semelhante à dos índios Xocó – posse/ocupação e usufruto. Por isso no último Censo Agropecuário do IBGE, de 2006 (IBGE, 2010) os assentados aparecem como “ocupantes não titulados”, categoria desmembrada dos ocupantes/posseiros.

Em 01/01/1990 o IBGE promoveu uma nova Divisão Regional do Brasil, na qual os municípios que conformam o Alto Sertão Sergipano passaram a integrar a Microrregião Geográfica Sergipana do Sertão do São Francisco, mais ampla do que o território em foco,⁵⁰⁶ e a Mesorregião Geográfica do Sertão (IBGE, 1991), onde predominava a pecuária extensiva e concentrava o maior número de latifúndios no

⁵⁰⁵ É possível que o Poder Público solicite a imissão provisória na posse antes do transito em julgado da desapropriação, observando alguns requisitos: declaração de urgência pelo poder público, pedido expresse de imissão e o valor arbitrado em juízo, podendo o particular levantar até 80% do valor. (FARINELLI, [1999], p 1 com base em Mello, de 1999).

⁵⁰⁶ Com a nova divisão regional do Brasil em 1990, os municípios do Alto Sertão Sergipano integram a Microrregião Geográfica Sergipana do Sertão do São Francisco, juntamente com mais três municípios: Feira Nova, Gracho Cardoso e Itabi. Essa divisão regional oficial do IBGE está em vigor em 2014.

início da década, corroborando que a realidade fundiária do “ponto zero” ainda era a mesma quase vinte anos depois.

Ao caracterizar a referida “microrregião geográfica” o IBGE apresenta uma região árida⁵⁰⁷, fracamente ocupada, cujo solo era predominantemente coberto por caatinga; algumas das políticas mencionadas por Carvalho Filho (1988), como o projeto sertanejo ainda era vigente⁵⁰⁸ enquanto novas políticas como o pró-sertão abrangiam municípios do Alto Sertão Sergipano⁵⁰⁹.

O uso do solo era caracterizado por capoeiras e pastagens para a pecuária bovina, além de alguns cultivos temporários de mandioca, milho, feijão e algodão (este último localizado apenas em Nossa Senhora da Glória⁵¹⁰ e Monte Alegre de Sergipe).⁵¹¹

O IBGE não mencionou o arroz produzido em Gararu e Porto da Folha, talvez porque a desarticulação desse cultivo já vinha ocorrendo desde que o funcionamento da usina hidroelétrica de Sobradinho, em 1979, impedindo o ciclo natural de cheias e vazantes, conforme analisou Mata (1989). No entanto ainda existia plantio de arroz em 1991, como revelou o conflito do Mocambo (na seção anterior). A situação do cultivo de arroz de vazante seria agravada com a conclusão da usina do Xingó, em 1996, inviabilizado sem as cheias do rio São Francisco e seus afluentes, como analisou Reginaldo Gouveia dos Santos (2010).

O INCRA – SR 23, com base nas relações de cobrança do ITR para 1991, relacionou os imóveis rurais com mais de 300 hectares existentes no estado. Eliano Sérgio Lopes (1995, p.23) estudou as propriedades com mais de 500 hectares, passíveis de desapropriação (latifúndios por exploração/ improdutivos), listagem da qual foram destacadas as 08 propriedades rurais do Alto Sertão Sergipano que

⁵⁰⁷ Sobre os efeitos econômicos e sociais da seca ver PINTO, Josefa Eliane S. S. Os Reflexos da Seca no Estado de Sergipe (1997) e CALDAS, Márcia S. Seca, fome e saques – relações perigosas (1998).

⁵⁰⁸ Cf. MENEZES, Ana Virgínia C. O Estado e a Organização do Espaço Semiárido Sergipano – O Projeto Sertanejo (1997).

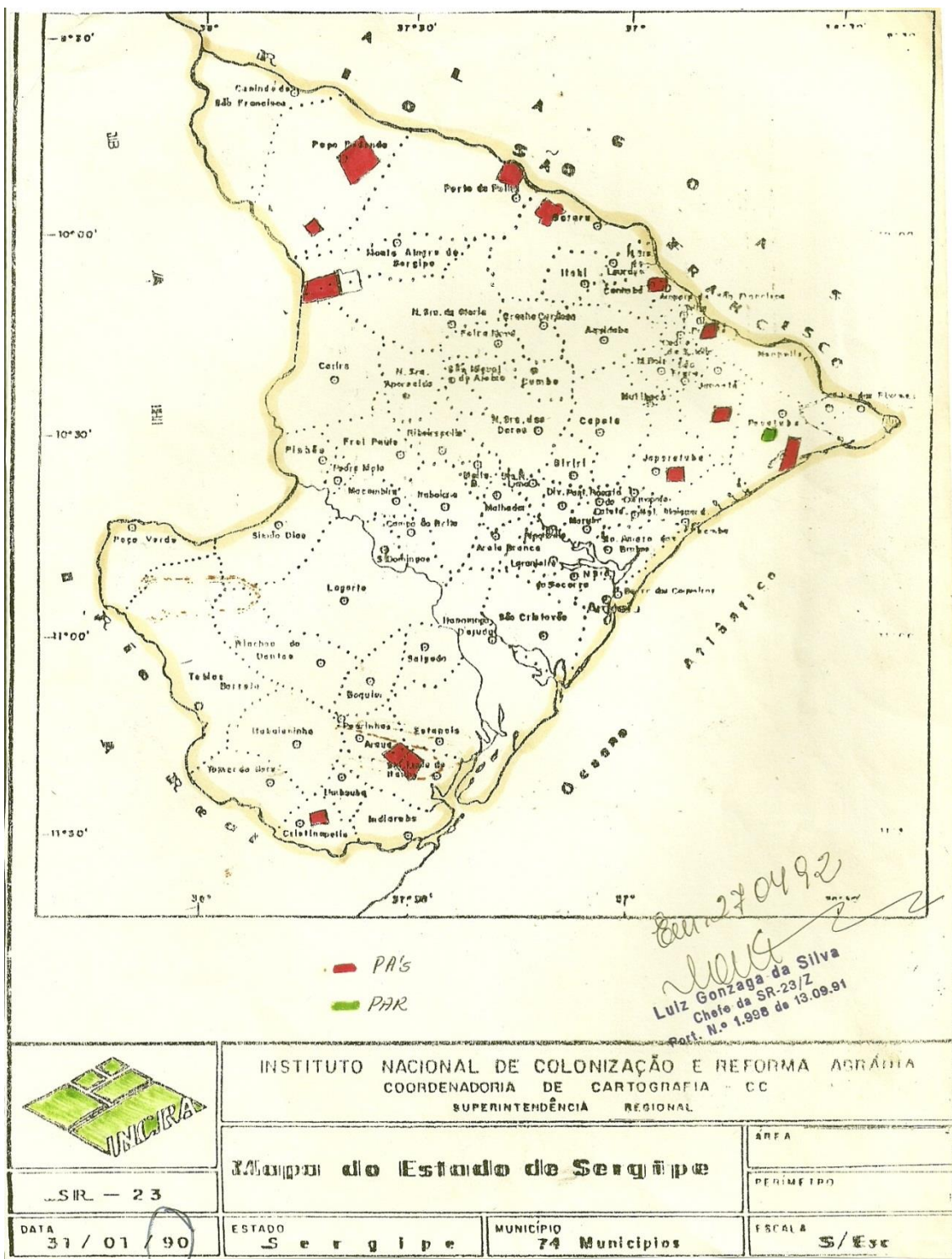
⁵⁰⁹ Cf. PIEDADE, Nicéia S. Piedade Conceção e Análise do Pró-Sertão – Projeto de Apoio às Famílias de Baixa Renda da Região Semiárida do Estado de Sergipe (1999); QUINTINO, Heliana Mary da S. Pró-Sertão – Iniciativa Governamental de Contenção da Pobreza na Região Semiárida do Estado de Sergipe (2001) e OLIVEIRA, Agton. A Intervenção do Pro-Sertão na Organização e Dinâmica do Espaço Semi-árido Sergipano (2004).

⁵¹⁰ Cf. VALIO, David. A Precipitação Pluvial e organização do espaço no município de Nossa Senhora da Glória/SE: um retrato do semiárido nordestino (2007).

⁵¹¹ Cf. LIMA, José Hualdo. A Dinâmica do Clima e a Organização do Espaço Agrário no município de Monte Alegre de Sergipe (2004).

somavam 39.595 hectares, como foi visto na seção anterior.⁵¹² Ressalta-se aqui que o interesse deste pesquisador em divulgar a lista das maiores propriedades improdutivas do estado de Sergipe estava sintonizado com a Constituição de 1988, que reiterou tanto o princípio da função social da propriedade, quanto o instrumento de desapropriação por

⁵¹² Esse valor está superestimado porque a área total inclui propriedades de municípios situados fora do Alto Sertão Sergipano: Itaporanga, Feira Nova e Nossa Senhora das Dores.



Fonte INCRA (1990). Organização e Elaboração: Edson Magalhães Bastos Júnior

Figura 04 Mapa dos Assentamentos de Reforma Agrária de Sergipe – INCRA – 1990.

interesse social para fins de reforma agrária (art. 184), que seria regulamentado pela Lei nº 8629, em 1993 a “lei agrária” (BRASIL/PFE-INCRA, 2011, p.36).

Em 1990 INCRA, SR – 23/SE elaborou um mapa dos 13 assentamentos do estado (12 projetos de reforma agrária - PA e 01 projeto de assentamento em área de reserva ambiental extrativista - PAR).

Como se vê no mapa da Figura 04, o Alto Sertão Sergipano começava a destacar-se no conjunto estadual com 05 PAS: 02 em Poço Redondo - Barra da Onça (1986) e Pedras Grandes (1988); 01 em Porto da Folha - Ilha do Ouro,

(1987); 01 - Nossa Senhora Aparecida, na divisa entre Monte Alegre de Sergipe e Nossa Senhora da Glória e 01- Nova Esperança, em Gararu (1989).

Rosemiro da Silva (1995) em seu livro “Assentamentos de Pequenos Produtores Rurais em Sergipe entre 1945-1992”, cita os mesmos projetos de assentamentos federais (do INCRA), localizando-os num mapa. Ele menciona mais um assentamento em Monte Alegre de Sergipe, além de outro no município vizinho de Nossa Senhora da Glória (há um equívoco porque nesses dois últimos municípios trata-se do mesmo assentamento situado na divisa municipal).⁵¹³

8.2.1.3 Impactos da Territorialização dos Diversos Movimentos Sócioterritoriais na Estrutura Fundiária do Alto Sertão Sergipano na Primeira Fase da Luta pela Terra

Cumulativamente a reterritorialização dos Xocó nas terras de seus ancestrais (retomadas de propriedades produtivas ou improdutivas) e a territorialização dos “sem terra”, a partir da redistribuição das propriedades que não cumprem a função social (latifúndios por exploração/improdutivos) estão sintetizadas na tabela nº 26, que apresentou essas conquistas em ordem cronológica crescente.

As análises especializadas afirmam que o fato das diretrizes constitucionais relativas à reforma agrária só terem sido regulamentadas em 1993, com a Lei nº

⁵¹³ Silva (1995) levantou e localizou no mapa outros tipos de assentamentos de pequenos produtores rurais: assentamentos federais/Codevasf – perímetros irrigados (PI), colônias estaduais e particulares. No Alto Sertão Sergipano: em Canindé do São Francisco – a colônia Santa Rita criada em 1983, com 45 famílias e o PI Califórnia, em 1986, com 264 famílias; em Porto da Folha a colônia Lagoa da Volta, de 1948; em Monte Alegre de Sergipe a colônia Juazeiro, de 1989, com 9 famílias; em Gararu um PI da Codevasf (sem nome) e em Nossa Senhora da Glória 4 colônias particulares, sendo 2 criadas pela Cooperativa ATROL de Nossa Senhora da Glória (Projeto Sertanejo): Morro do Pato (s/d), com 8 famílias e Campos Novos/Santa Helena, em 1983, com 21 famílias e as duas colônias particulares: Santa Bárbara e São Clemente (sem outras informações).

8.629, a chamada “lei agrária”, significou um atraso de cinco anos na implantação dessa política. Observa-se na tabela que, de fato, mal se iniciava a redistribuição fundiária de 9.622,76 hectares para 396 famílias com a criação de 5 assentamentos no Alto Sertão Sergipano, entre 1986 e 1993, além da conquista das duas áreas dos Xocó.

Tabela 26 Territorialização dos Movimentos Sócioterritoriais no Alto Sertão Sergipano - Primeira fase – INCRA - 1979 a 1993

Nome do assentamento/ tribo	Ano da conquista da terra	Fam	Área Redistribuída/ apropriada Hectares	Area média dos lotes familiares hectares*	Município
Tribo Xocó/ Ilha de São Pedro	1984	108	97,00	0,89	Porto da Folha
PA Barra da Onça	1986	211	6.261,94	29,67	Poço Redondo
PA Ilha do Ouro	1987	94	1.320, 34	14,04	Porto da Folha
PA Pedras Grandes	1988	27	636,88	23,58	Poço Redondo
PA Nova Esperança	1991	40	1.003,60	25,09	Gararu
PA Nossa Senhora Aparecida	1991	24	400,0	16,66	Monte Alegre de Sergipe
Xocó/ Fazenda Caiçara	1991/2	(108)	4.220,00	39,07	Porto da Folha
Subtotal 05 Pas	-	396	9.622,76	24,29	Alto Sertão Sergipano
Subtotal povos Tradicionais/Xocó	-	108	4.317,00	39,97	
Total	-	504	13.939,75	27,65	

Fonte: Elaboração da autora, 2014, com base na: listagem de assentamentos do INCRA-SR23/SE/ Sistema SIPRA por município, com código progressivo, tipo do projeto, área e número de famílias (21/01/2014) e listagem de assentamentos do INCRA por município com código não progressivo, fazenda(s) desapropriada(s) datas de obtenção e criação do assentamento e áreas (24/02/2014). As informações sobre as terras dos Xocós foram extraídas de José Maurício Arruti “Mocambo de Porto da Folha” 1997, fs. 19 e bibliográfica: ARRUTI, J. M. Mocambo. Bauru-SP, Edusc, 2006, p. 30. *Obs: o tamanho dos lotes é uma estimativa da área total desapropriada pelo número de famílias, que está superestimada porque abstrai área de preservação permanente, área de reserva legal, área das agrovilas quando for o caso etc.

As primeiras vitórias na luta pela terra projetaram dois municípios pelo pioneirismo: Porto da Folha, por ser o palco da reterritorialização de um povo tradicional, os índios Xocó, e Poço Redondo, por situar a primeira ação de reforma agrária – Barra da Onça, que também foi o maior assentamento da primeira fase, conforme mostrou a tabela nº 26.

Poço Redondo destacou-se quantitativamente pelo maior número de famílias assentadas nos seus dois PAs (Barra da Onça e Pedras Grandes) – 238, e pelo maior montante de terra redistribuída – 6.898,82 hectares. Porto da Folha é o segundo destaque quantitativo, pelo montante de terra apropriada - 5.637, 34 hectares e 202 famílias beneficiadas. Esse município também representa o maior destaque qualitativo porque lá convergiam as duas vertentes distintas de luta pela

terra no Alto Sertão Sergipano: por um lado os sem terra conseguiram que o INCRA desapropriasse uma grande propriedade de 1.320,34 hectares e criasse um assentamento de 94 famílias - Ilha do Ouro, situado numa importante várzea às margens do rio São Francisco. Por outro lado, dois povos tradicionais se mobilizavam nesse município para terem os territórios dos seus ancestrais reconhecidos – a tribo Xocó, com 108 famílias, que conquistou seu território na integralidade de 4.317 hectares (entre 1979 e 1991), e a comunidade de Mocambo com 114 famílias que dava o primeiro passo ao obter seu reconhecimento como remanescente quilombola, pela Fundação Cultural Palmares em 1992, no entanto somente vai se territorializar de fato e de direito na segunda fase da luta pela terra, por isso ficou de fora da soma das áreas redistribuídas nessa primeira fase.

A luta pela reforma agrária também alcançava as primeiras vitórias em Gararu e Monte Alegre. Em Monte Alegre o movimento sindical conquistou um assentamento em 1991, redistribuindo 400 hectares para 24 famílias. O destaque de Gararu, apesar da criação de um único assentamento no mesmo ano, é qualitativo por representar a primeira vitória do MST no Alto Sertão Sergipano, na segunda tentativa de ocupação dessa fazenda que redistribuiu 1.003,60 hectares para 40 famílias. Em dois municípios nenhuma conquista tinha ainda se efetivado – Canindé do São Francisco e Nossa Senhora da Glória.

Dessa forma a totalização das 5 áreas conquistadas pelos movimentos sócioterritoriais dos sem terra entre 1979 e 1993 somou 9.622,76 hectares redistribuídos para 396 famílias no Alto Sertão Sergipano enquanto as 108 famílias dos índios Xocó se reapropriaram de 4.317 hectares, totalizando 13.939,75 hectares redistribuídos no Alto Sertão Sergipano para 504 famílias (conforme a tabela nº 25).

Embora superestimada, a estimativa da área média dos lotes (área total dividida pelo número de famílias por assentamento), porque não foram subtraídas as áreas de preservação permanente, de reserva legal coletiva (20% da área total), áreas de superfície aquática, área das agrovilas quando existem, a tabela mostrou que o tamanho dos lotes nos projetos de assentamento foi de 24,29 hectares, variando o menor na Ilha do Ouro (14,04 hectares), na beira do rio São Francisco, cujas terras podem ser irrigadas naturalmente em época de grandes cheias, não contidas pelas barragens (obrigadas a abrir as comportas ao máximo) como ocorreu em fevereiro de 2007, ou com potencial de irrigação artificial por bombeamento; até 29,07 hectares em Barra da Onça, assentamento tipicamente de agricultura de

“sequeiro”. Observou-se na tabela que a área média das terras dos índios Xocó, em torno de 40 hectares é maior que a dos projetos de reforma agrária (o que é compreensível porque elas se referem a um território historicamente construído por ocupação permanente, que independe do número atual de famílias indígenas) e não ao critério técnico de capacidade de assentamento, diretamente correlacionado com o número de famílias e tipo de cultivo, arbitrado pelo INCRA.

Não foi possível analisar as transformações fundiárias dos municípios do Alto Sertão Sergipano resultantes das lutas pela terra nas duas décadas decorridas entre 1972 (PONTO ZERO) de forma comparativa com o novo recadastramento compulsório de julho/1992 a março/1993, publicado como “Estatísticas Cadastrais” (INCRA, 1999), porque a unidade espacial mínima de agregação desses últimos dados oficiais era estadual.

Agregando informações sobre a primeira fase da luta pela terra no Alto Sertão Sergipano, o I Censo Nacional dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do INCRA, realizado entre setembro de 1996 e fevereiro de 1997 (INCRA/CRUB/UnB, 1997 e SCHMIDT et alii, 1998), foi um marco nas pesquisas sobre assentamentos.

Até então só tinham sido realizados estudos de caso (dissertações e teses) e pesquisas regionais, sobretudo no estado de São Paulo. A primeira pesquisa nacional por amostragem realizada, em 1991, tinha analisado 44 assentamentos, dentre eles, Barra da Onça, em Sergipe (FAO/PNUD-MARA, 1992), cujos resultados foram debatidos por ROMEIRO, GUANZIROLI e LEITE (1994).

O censo, que abrangeu 1.460 assentamentos que após crítica totalizaram 1.425 projetos de reforma agrária no Brasil (97,6%), criados até outubro de 1996, com 159.778 famílias recenseadas (157.757 identificadas – 98,74%): identificou, localizou, recenseou os assentados e, ao embutir uma pesquisa socioeconômica amostral que adotou cada um dos assentamentos na amostra estratificada) caracterizou os assentamentos, permitindo um primeiro balanço geral da política de assentamentos ao completar dez anos do I PNRA. Por isso não foram contemplados os povos tradicionais nem as colônias estaduais.

Tabela 27 Assentamentos do Alto Sertão Sergipano no I Censo Nacional da Reforma Agrária em Ordem Cronológica da Desapropriação - INCRA - 1986 a out/1996

CODIGO PA	Nome dos Pas	Município	Data da Desapropriação	Data da criação do PA	Nº famílias
SE0003000	Barra da Onça	Poço Redondo	27/08/1986	01/10/1986	211
SE0004000	Ilha do Ouro	Porto da Folha	09/12/1986	26/05/1987	94
SE0007000	Pedras Grandes	Poço Redondo	15/04/1988	30/09/1988	27
SE0010000	Nova Esperança	Gararu	04/07/1989	02/04/1991	40
SE0014000	Nossa Senhora Aparecida	Monte Alegre de Sergipe	05/07/1989	02/04/1991	24
SE0021000	Flor da Serra	Poço Redondo	25/03/1995	18/03/1996	41
Total	06 PAs	04 municípios	1986/1995	1986/1996	437

Fonte: Adaptada das tabelas p.19 e 33 elaboradas a partir dos dados fornecidos pelo INCRA, 1ª agosto, 1996. publicadas por TANEZINI, T C (2000). Obs: O PA Nossa Senhora Aparecida situado no município de Nossa Senhora da Glória, na verdade está na divisa com Monte Alegre de Sergipe onde fica a agrovila atual.

No referido censo existiam 22 assentamentos em Sergipe, nos quais foram assentadas 1.523 famílias (1522 identificadas - 99,93%). Theresa Cristina Tanezini⁵¹⁴ em seu relatório “Sergipe no I Censo Nacional da Reforma Agrária” (2000), desagregou os dados do estado por municípios e microrregiões geográficas, encontrando 6 assentamentos no Alto Sertão Sergipano⁵¹⁵. A tabela nº 27, mostra os assentamentos por município, em ordem decrescente da área redistribuída.

Tabela 28 Áreas desapropriadas no Alto Sertão Sergipano no I Censo Nacional da Reforma Agrária por município e em ordem cronológica – INCRA - 1986 - out/1996

Município/ Nº Pas	Nome dos Pas	Data da Desapropriação	Área Desapropriada (hectares)	Nº famílias
Poço Redondo- 03	Barra da Onça	27/08/1986	6.261,94	211
	Pedras Grandes	15/04/1988	636,88	27
	Flor da Serra	25/03/1995	917,87	41
	Subtotal	-	7.816,69	279
Porto da Folha - 01	Ilha do Ouro	09/12/1986	1.320,34	94
Monte Alegre de Sergipe - 01	Nossa Senhora Aparecida	05/07/1989	400,0	24
Gararu - 01	Nova Esperança	04/07/1989	1003,60	40
Nossa Senhora da Glória	-	-	-	-
Canindé do São Francisco	-	-	-	-
Total 06 Pas	-	1986/1995	10.540,63	437

⁵¹⁴ Theresa Cristina Zavaris Tanezini (DSS/UFS) e Antônio Araújo da Silva (INCRA-SR23/SE) coordenaram a equipe de 33 universitários (32 entrevistadores e 1 de informática) no trabalho de campo entre novembro e dezembro de 1996, assessorada por Gismário Ferreira Nobre (DEA/UFS).

⁵¹⁵ Embora a microrregião geográfica do Sertão do São Francisco contemplasse outros três municípios, em nenhum deles havia assentamentos de reforma agrária.

Fonte: Essa tabela foi adaptada das páginas 19 e 33 (INCRA de 1º de agosto de 1996), publicada por TANEZINI, T. C. Sergipe no I Censo Nacional da Reforma Agrária. São Cristóvão, Cadernos de Extensão da UFS, 2000⁵¹⁶.

O código do assentamento, apresentado em ordem progressiva, refere-se à numeração geral dos assentamentos criados no estado de Sergipe, exceto SE0001000 que corresponde ao código da própria superintendência do INCRA SR-23 /SE, dessa forma Barra da Onça, com o código 003000 é, na verdade, o segundo assentamento criado em Sergipe.

Como indicadores do avanço da reforma agrária no Alto Sertão Sergipano, nos dez anos do primeiro assentamento decorrente do I PNRA, até outubro de 1996, 10.540,63 hectares foram redistribuídos para 437 famílias que passaram a viver e trabalhar em seis projetos de assentamento de reforma agrária.

Observa-se que o Alto Sertão tinha 06 dos 22 assentamentos no estado (27,27% do total).

O único PA que surgiu após 1993 foi Flor da Serra, em Poço Redondo, cuja desapropriação de 917,87 hectares é de 1995 e criação do assentamento em 1996, beneficiando 41 famílias (cuja área média dos lotes é de 22,38 hectares).

Em relação às áreas desapropriadas para reforma agrária até 1993, anteriormente analisados, o único imóvel desapropriado após essa data, em 1995, agregou mais 917,87 hectares de terras em Poço Redondo, cujas três áreas desapropriadas somavam 7.816,69 hectares, representando 74,16% do conjunto da área desapropriada para a reforma agrária no final da primeira fase, redistribuídas para 279 famílias (63,84% do total do território).

As tabelas nº 25 e 28 trazem como novidade a conjunção da luta pela reforma agrária com a de um povo tradicional – a tribo Xocó, de 1979 até 1993 e até 1996,

⁵¹⁶ A tabela nº 25 corrige os valores da pesquisa nacional, porque há grandes discrepâncias de área com as listagens atuais adotadas como base desta Tese, permanecendo em nota os valores originais apenas para registro: Barra da Onça – 6.278,0 hectares; Pedras Grandes – 621,0 hectares; Flor da Serra – 971,87 hectares; Ilha do Ouro – 1320,0 hectares; Nossa Senhora Aparecida – 592 hectares e Nova Esperança – 719,00 hectares. Por isso o total de 06 assentamentos era 10.501, 87 hectares. Fonte: listagem de assentamentos do INCRA-SR23/SE/ Sistema SIPRA por município, com código progressivo, tipo do projeto, área e número de famílias (21/01/2014) e listagem de assentamentos do INCRA por município com código não progressivo, fazenda(s) desapropriada(s) datas de obtenção e criação do assentamento e áreas (24/02/2014).

fundindo-se informações prestadas por fontes díspares: do INCRA para os assentamentos de reforma agrária, e da FUNAI para os índios.

O INCRA sistematiza as informações do seu Sistema Nacional de Cadastro Fundiário (classificação dos imóveis) e Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, com objetivos operacionais internos, mas mediante solicitação disponibiliza duas listagens dos assentamentos de Sergipe com dados complementares, ao pesquisador, a quem cabe recortar os dados relevantes e elaborar as tabelas ou em ordem cronológica geral ou por município. Na listagem geral do INCRA/SR (sempre retrospectiva ao primeiro assentamento) a partir de 3 de outubro de 2011 há um detalhe importantíssimo que permite verificar a correlação direta entre o assentamento e a forma de obtenção do imóvel – desapropriado, recuperado, comprado ou arrecadado. Há outro detalhe das novas listagens a partir de então, que diferencia claramente a área obtida da área original do imóvel.

Para a análise específica do processo de redistribuição fundiária, que se faz nesta seção, é pertinente retomar que a “a lei agrária” de 1993, que regulamentou as diretrizes constitucionais de 1988, atualizando em grande parte o Estatuto da Terra, de 1964, referendou tanto a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, quanto a desapropriação por interesse social genérico que cabia no caso da regularização fundiária dos povos tradicionais, ao reconhecer sua posse sobre terras públicas da União.

A última coluna da tabela nº 28 indica a forma jurídica da obtenção fundiária e quantos imóveis foram envolvidos, ligada tanto à reforma agrária quanto ao reconhecimento dos povos indígenas. A forma de obtenção fundiária em todos os assentamentos de reforma agrária foi a desapropriação por interesse social dos imóveis para fins de reforma agrária. Como em todos os seis PAS (INCRA) consta ter sido apenas 1 imóvel desapropriado tem-se diretamente a informação do tamanho dos mesmos que corresponde à área obtida. A comparação da coluna da obtenção fundiária com a da criação dos assentamentos mostrou a morosidade do processo que nos três primeiros casos durou meses e nos três últimos de um ano a um ano e nove meses.

No caso dos índios Xocó a forma de obtenção também foi a desapropriação (por interesse social genérico), mas persistem lacunas com relação ao número de

imóveis desapropriados, dado que as fontes bibliográficas consultadas não foram precisas neste aspecto.

Somando-se a terra redistribuída no Alto Sertão Sergipano, nos dez anos da reforma agrária – 10.540,63 hectares, para 437 famílias em 06 projetos de assentamentos; com os 4.317,00 hectares do território da tribo Xocó, com suas 108 famílias, chegou-se a uma totalização da área conquistada pelos movimentos sócioterritoriais de 14.857,63 hectares, redistribuídos para 545 famílias assentadas da reforma agrária e indígenas, entre 1979 e 1996.

Como mostrou a tabela nº 28 a territorialização dos movimentos sócioterritoriais resultou numa redistribuição fundiária, que não ocorreu de forma intempestiva (num prazo curto), nem de forma massiva como era preconizado por Gomes da Silva (1971), para uma reforma agrária verdadeira, e sim de forma pontual e gradual por mais de uma década.

Estando esses movimentos em luta sob forte repressão, alcançaram resultados concretos muito modestos de 6 assentamentos criados até outubro de 1996 e o reconhecimento das duas partes do território Xocó.

O município de Poço Redondo que já possuía o maior destaque no impulso inicial da luta pela terra foi reforçado no final dessa primeira fase com a criação do PA Flor da Serra, somando em outubro de 1996 três assentamentos onde viviam 279 famílias a partir da redistribuição de 7.816, 69 hectares (52,61% da área total redistribuída no território).

Tabela 29 Territorialização dos Movimentos Sócioterritoriais no Alto Sertão Sergipano em Ordem Cronológica das Conquistas da Primeira Fase da Luta - 1979 a out de 1996.

Assentamento/ comunidade Nome/código	Município	Data obtenção	Data Criação PA	Nº fam.	Área (HA)	Obt
Xocó – Ilha de São Pedro	Porto da Folha	?	1979	108	97,00	D?
PA Barra da Onça	Poço Redondo	27/06/1986	01/10/1986	211	6.261,94	D 01
PA Ilha do Ouro	Porto da Folha	05/12/1986	26/05/1987	94	1.320,34	D 01
PA Pedras Grandes	Poço Redondo	15/04/1988	30/09/1988	27	636,88	D 01
PA Nova Esperança	Gararu	04/07/1989	02/04/1991	40	1.003,60	D 01
PA Nossa Senhora Aparecida	Monte Alegre de Sergipe	05/07/1989	02/04/1991	24	400,00	D 01
Xocó – Caiçara	Porto da Folha	?	1991/1992	(108)	4.220,00	D?
PA Flor da Serra	Poço Redondo	18/03/1995	18/03/1996	41	917,87	D

Subtotal 06 Pas	-	1986-1996	-	437	10.540,63	01 D 06
Subtotal Povos Tradicionais – Xocó	Porto da Folha	1979 -1992	-	108	4.317,00	D?
Total Alto Sertão Sergipano	04 municípios	1979-1996	1979-1996	545	14.857,63	D 06+ ?

Fonte: Elaboração da autora com base na listagem de assentamentos do INCRA-SR23/SE/ Sistema SIPRA por município, com código progressivo, tipo do projeto, área e número de famílias (21/01/2014) e listagem de assentamentos do INCRA por município com código não progressivo, fazenda(s) desapropriada(s) datas de obtenção e criação do assentamento e áreas (24/02/2014). As informações sobre as terras dos Xocós foram extraídas de ARRUTI, José Mauricio. Mocambo. Bauru-SP, Edusc, 2006, p. 30. Obs.: a última coluna refere-se ao tipo de aquisição dos imóveis (I), se desapropriados (D); resultante de Recuperação (R) ou compra (C).

No município de Poço Redondo foram assentadas mais da metade (51,19%) do total de famílias do Alto Sertão Sergipano.

O segundo destaque foi para Porto da Folha tanto pelo número de assentamentos e famílias quanto por abrigar os territórios dos povos tradicionais – os índios Xocó e os quilombolas do Mocambo. Essa preponderância dos dois municípios é mais facilmente observada na tabela nº 30 a seguir, que reorganiza os dados da tabela anterior por município.

Tabela 30 - Territorialização dos Movimentos Sócioterritoriais do Alto Sertão Sergipano por Município e em Ordem Cronológica - 1979 – out. 1996.

ASSENTAMENTOS Nome/código e outras Territórios	MUNICIPIO	Data Criação PA	Nº fam.	Área (Ha)	Imóv
PA Barra da Onça	Poço Redondo	01/10/1986	211	6.261,94	D 01
PA Pedras Grandes		30/09/1988	27	636,88	D 01
PA Flor da Serra		18/03/1996	41	917,87	D 01
Subtotal Poço Redondo			279	7.816,69	D 03
Território tribo Xocó – Ilha de São Pedro	Porto da Folha	1979	108	97,00	D?
PA Ilha do Ouro		26/05/1987	94	1.320,34	01
Territorio tribo Xocó – Caiçara		1992	(108)	4.220,00	D 01
Subtotal Porto da Folha			202	5.637,34	D 01+?
PA Nossa Senhora Aparecida	Monte Alegre de Sergipe	02/04/1991	24	400,00	D 01
PA Nova Esperança	Gararu	02/04/1991	40	1.003,60	D 01
Total Alto Sertão Sergipano	06 ass + Xocó 04 mun	1979 – 1996	545	14.857,6 3	D 06+?

Obs.: D desapropriados. O parêntese indica que o número já consta na tabela. Fonte: Listagem Geral dos Assentamentos do INCRA- SR 23/SE /SIPRA 31/1/2014 e 24/2/2014 com informações complementares. Os dados sobre os índios Xocó foram retirados da pesquisa bibliográfica.

Uma tabela semelhante é apresentada no apêndice A – Tabela 01 – com a relação nominal dos assentamentos do Alto Sertão Sergipano da primeira fase – outubro de 1986 a outubro de 1996, em ordem cronológica – acrescentando o código do assentamento.

Como foi dito anteriormente (sobre o ano de 1993) o novo recadastramento compulsório de julho/1992 a março/1993, feito pelo INCRA e publicado como “Estatísticas Cadastrais” (INCRA, 1999) apresentou o estado como unidade espacial mínima de agregação desses dados, o que inviabilizou a análise das transformações fundiárias dos municípios do Alto Sertão Sergipano resultantes das lutas pela terra nas duas décadas decorridas desde 1972 (PONTO ZERO). O mesmo se deu com o recadastramento de 1998.

Além de serem datas mais próximas da primeira fase da luta pela terra, permitiram a comparação da estrutura fundiária utilizando a nova classificação introduzida pela lei agrária, de 1993 – pequenos, médios e grandes imóveis, mais facilmente comparável com a estrutura fundiária atual. Dessa maneira a análise comparativa do processo T-D-R no Alto Sertão, continua a levar em conta apenas a estrutura fundiária de 1972 (PONTO ZERO), obviamente abstraindo-se mudanças nesse período, provocadas pela tendência, sempre agressiva, de concentração fundiária dos empreendimentos capitalistas, expropriando, especialmente minifundiários e pequenos proprietários/posseiros, ou pela dinâmica natural do mercado de terras (compra/venda), ampliando a área dos latifúndios etc.

Tabela 31 Impacto da Redistribuição Fundiária para a Reforma Agrária por Município do Alto Sertão Sergipano – 1986 a 1996 em relação ao ponto zero de 1972 - INCRA.

Município	Nº latifúndios p/ exploração 1972	Área total cadastrada latifúndios p/ exploração 1972	Nº imóveis desapropriados 1979 – 1996	Área Desapropriada 1986 – 1996 (hectares)*	Relação área desapropriada Até 1996 /área latifúndios p/ exploração 1972	Nº famílias 1979-1993*
Porto da Folha	152	40.082	03	1.320,34	3,29%	94
Poço Redondo	207	66.710	03	7.816,69	11,71 %	279
Gararu	152	32.934	01	1.003,60	3,05%	40
Monte Alegre de Sergipe	81	15.391	01	400,00	2,60%	24
Nossa Senhora da Glória	184	45.222	-	-	-	-
Canindé do São Francisco	139	77.093	-	-	-	-
Total Reforma Agrária	915	277.432	06	10.540,63	3,79 %	437

Fonte: Estatísticas Cadastrais INCRA – Recadastramento de 1972 e Listagem geral de assentamentos do INCRA-SR23/Se/Sistema SIPRA de 31/01/2014 e de 24/02/2014 (com informações complementares)

Para a compreensão processual dos impactos da reforma agrária, pela ação fundiária do INCRA e também da FUNAI no Alto Sertão Sergipano, diferenciados em cada município, a tabela nº 30 mostrou os dados sobre o número e a área cadastrada com os latifúndios por exploração (grandes e médias propriedades improdutivas), bem como das empresas rurais de Porto da Folha, em 1972, que representam o “ponto zero” da estrutura fundiária dos municípios apresentados em ordem decrescente do montante da área desapropriada, acrescentando-se as informações sobre o número de imóveis e respectivas famílias assentadas.

Como indicadores do avanço da reforma agrária no Alto Sertão Sergipano, dez anos depois do primeiro assentamento decorrente do I PNRA, em 1986 até outubro de 1996, 10.540,63 hectares foram redistribuídos para 437 famílias que passaram a viver e trabalhar em 06 projetos de reforma agrária.

Em relação ao montante de área total dos 955 “latifúndios por exploração” (médias e grandes posses/propriedades improdutivas), ou seja, 277.434 hectares (PONTO ZERO em 1972), a área desapropriada para fins de reforma agrária no Alto Sertão Sergipano representou apenas 3,79% do “ponto zero”, ou seja, esses números iniciais representavam um ínfimo impacto na estrutura fundiária altamente concentrada existente antes do início da luta pela terra no Alto Sertão Sergipano (registra-se pequeno aumento em relação do 3,47% de 1993).

Em cada um dos quatro municípios onde os movimentos sócioterritoriais dos sem terra conquistaram uma resposta do governo federal com ações redistributivas do INCRA, o impacto sobre a área total dos latifúndios por exploração variou entre 2,60% (em Monte Alegre) e 11,72%, este percentual máximo alcançado em Poço Redondo, cujos impactos fundiários já se tornam quantitativamente mais significativos, além do impacto político (subjetivo).

Em Poço Redondo as três áreas desapropriadas entre 1986 e 1988, somaram 7.816,69 hectares, foram comparadas com a área total dos 207 “latifúndios por exploração” que abarcavam 66.710 hectares, em 1972. O montante da área desapropriada no município representava 74,16% do conjunto da área desapropriada para a reforma agrária no território no final da primeira fase.

Embora mal arranhassem a estrutura fundiária tradicional (ponto zero), essas conquistas demonstraram que era possível fazer o inimaginável naquele momento histórico, a partir da possibilidade aberta pela aplicação do instrumento de desapropriação por interesse social, desterritorializar a fração latifundiária dedicada

à criação de gado extensiva, que não cumpria um dos requisitos da função social da terra (não alcançava os índices de produtividade desta atividade, mesmo estando eles defasados, correspondentes à década de 1970), ou seja, era improdutivo.

Outro dos quatro municípios nos quais se inverteram os processos geográficos de T-D-R a favor do campesinato, Porto da Folha, se destacou qualitativamente já na primeira fase da luta pela terra pela diversidade de movimentos sócioterritoriais que a protagonizaram – os “sem terra”, que se territorializaram e por conseguinte se recampanizavam e os índios Xocó, cujas vitórias (ilha de São Pedro e Caiçara) representaram uma histórica reterritorialização de um povo nativo, através das novas gerações, ao conquistarem ações redistributivas de outra instituição do governo federal - a FUNAI.

No caso dos índios Xocó, como a forma de desapropriação das grandes propriedades por interesse social genérico não estava limitada ao descumprimento da função social da terra, penalizando tanto propriedades improdutivas quanto produtivas, que se sobrepunham ao território indígena reconhecido.

O impacto da redistribuição fundiária nesse caso, não pode ser calculado apenas em relação à área total dos “latifúndios por exploração” (improdutivos) nesse município, mas deve incluir também a área da única empresa rural como “ponto zero”.

Dessa forma os 4.317,00 hectares apropriados pela tribo Xocó deve ser comparado com o total dos 152 “latifúndios por exploração”, que abarcavam 40.082 hectares, mais a única empresa rural que possuía 66 hectares o que totaliza 40.148 hectares, que isoladamente representou um impacto de 10,75%.

Somada a área dos Xocó com a do PA Ilha do Ouro que redistribuiu mais 1.320, 34 hectares para 94 famílias, chega-se a um montante de terras de 5.637,34 hectares que mudam de mãos (beneficiando 202 famílias), o que causou impacto inicial de 14,04% no total da área dos latifúndios por exploração e empresas rurais desse município, tornando-se o município de maior impacto da territorialização dos movimentos sócioterritoriais, nessa primeira fase da luta pela terra.

Para totalizar os impactos conjuntos dos movimentos socioterritoriais no Alto Sertão no final da primeira fase, os 10.540,63 hectares desapropriados por interesse social para fins de reforma agrária (INCRA) somados aos 4.317,00 hectares desapropriados por interesse social genérico para a regularização fundiária do

território dos ancestrais da tribo Xocó (FUNAI) ⁵¹⁷, o montante total de terra redistribuído sobe para 14.857,63 hectares.

Comparado à área total de 277.500 hectares dos “latifúndios por exploração” e “empresa rural” de Porto da Folha, em 1972 (PONTO ZERO), representou um ínfimo impacto de 5,35% no conjunto da estrutura fundiária no território (um ligeiro acréscimo em relação ao percentual de 5,02% em 1993).

O que se deve ressaltar é que no Alto Sertão Sergipano, no total 545 famílias (437 assentados e 108 famílias Xocó) tiveram acesso à terra e (re)construíram “territórios camponeses de resistência”.

Mesmo que o montante da terra obtida não tenha alterado a concentração fundiária tradicional, naquele momento, essas conquistas tiveram enorme importância política, social e cultural, o que não pode ser subestimado.

Com referência à dimensão de um território, conforme Fernandes (2005) o território camponês, sobretudo com a criação dos primeiros assentamentos de reforma agrária, incluindo os índios Xocó, era descontínuo, em pontos, pois as áreas conquistadas eram isoladas.

Os resultados da luta pela terra no Alto Sertão Sergipano não diferia na primeira fase do padrão estadual (concentrando 6 de 20 assentamentos) e do padrão nacional, tanto do ponto de vista sócio político-institucional da efetividade da reforma agrária e da reterritorialização de povos tradicionais, quanto do ponto de vista espacial (disperso e pontual).

Todavia com essas primeiras vitórias na luta pela terra a concretização da possibilidade de inversão histórica dos processos geográficos T-D-R é que é relevante.

8.2.2 A Transformação da Estrutura Fundiária decorrente do Processo de Territorialização do MST e dos Quilombolas do Mocambo na Segunda Fase da Luta pela Terra – 1996 – 2006 no Alto Sertão Sergipano

⁵¹⁷ O decreto 1775 de 8/1/1996 do Presidente da República (FHC) provocou conflitos ao invés de agilizar as demarcações de terras indígenas, por colocar obstáculos ao processo, ao garantir a estados, municípios e “demais interessados” contestar a impugnar os limites de áreas já demarcadas permitindo sua redução, apoiados por forças políticas e econômicas, enfrentou a oposição da CNBB, com CIMI, CPT e outros movimentos sociais do campo.

A segunda fase da luta pela terra no Alto Sertão Sergipano tem como pano de fundo nacional a regulamentação da Constituição Federal de 1988, pela Lei nº 8.629, de 1993, que regulamentou as diretrizes constitucionais tanto com relação à reforma agrária, quanto com relação aos povos tradicionais, enfatizando aqui as comunidades quilombolas.

A função social da terra é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei aos seguintes requisitos: I aproveitamento racional e adequado; II utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III observância das disposições que regulamentam as relações de trabalho; IV exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores (art.186).

Esse princípio rege especificamente a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, mas também, a outra modalidade de desapropriação por interesse social genérico, na medida em que, fruto do constitucionalismo social, explicita a supremacia do direito coletivo sobre o direito individual de propriedade privada da terra condicionando-o e restringindo-o, o que é (ou deveria ser) papel do Estado.

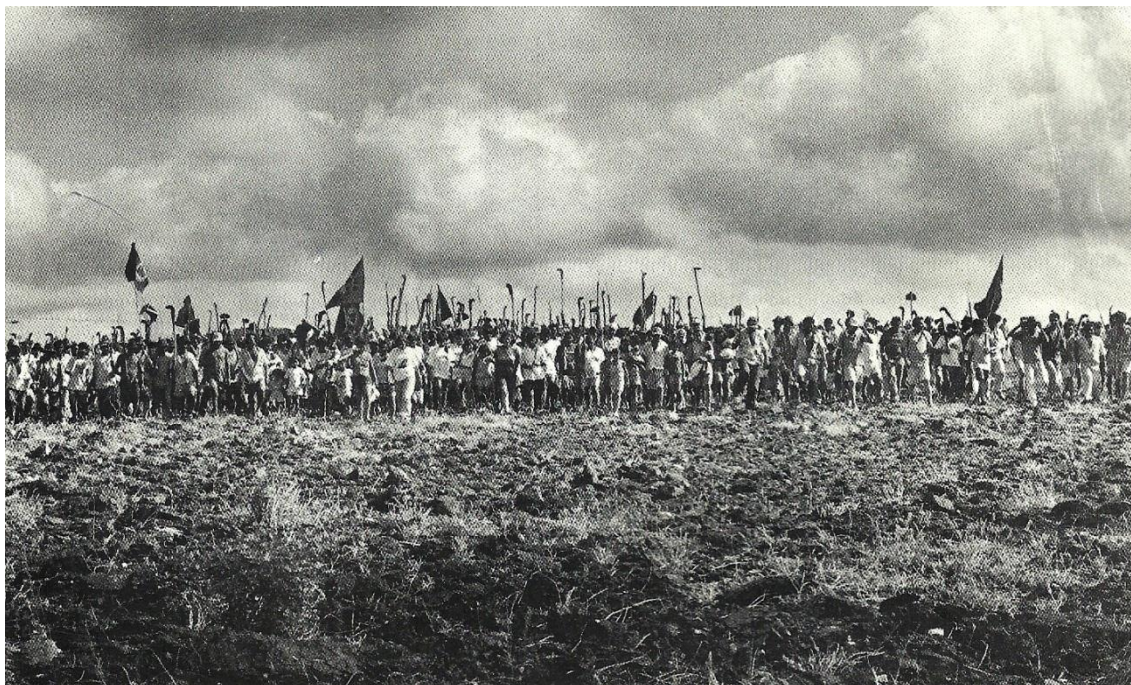
8.2.2.1 A territorialização do MST

O marco dessa segunda fase da luta pela terra foi a ocupação massiva das instalações da Chesf pelo MST, no município de Canindé do São Francisco, em 13 de março de 1996.

O fotógrafo Sebastião Salgado, flagrou o momento da ocupação massiva da grande fazenda Cuiabá, de 2023, 90 hectares, no dia 12 de abril de 1996, que assinala o início da territorialização do MST no Alto Sertão Sergipano. A imagem da figura 06 que corresponde à da capa desta Tese, foi publicada no livro “Terra”, sobre a qual acrescenta em nota a seguinte informação: “Marcha dos camponeses na Fazenda Cuiabá para a ocupação final do conjunto de edifícios que formam a sede da propriedade. Sergipe, 1996” (SALGADO, 1997, p. 134-135).

Os excedentes do projeto Cuiabá (com capacidade de assentamento de 200 pessoas) formaram um segundo acampamento enorme no Alto Bonito, com mais de 1.800 pessoas, em outubro de 1996, localizado nas terras onde seria implantado um

grande perímetro de irrigação empresarial projetado pelo ex-governador João Alves Filho (ex PFL/DEM).



Fonte: Terra, Sebastião Salgado (1997)

Figura 05 Foto da Entrada dos Sem Terra na Fazenda Cuiabá, Marco da Territorialização do MST no Alto Sertão Sergipano, em 21 de Abril de 1996.

Num gesto de ousadia o MST apostou em sua capacidade de pressão e negociação para avançar ao mesmo tempo na luta pela terra e pelo controle da água, estratégica no semiárido nordestino.

Isso significava lutar não apenas contra latifundiários pecuaristas com baixa produtividade e especuladores, mas contra os interesses dos mais modernos grupos econômicos em aliança com o governo, disputando projetos produtivos de grande envergadura, notadamente perímetros de irrigação com tecnologia de ponta.

Dessa forma os acampados passaram a exigir a desapropriação de fazendas improdutivas e também a desapropriação de 15.000 hectares irrigáveis no município de Poço Redondo e Porto da Folha.

Na retaguarda da negociação com o governo FHC em 15 de março de 1997 estava a mobilização massiva das bases: a grande marcha de mais de 2.000 sem terra de Canindé do São Francisco para Aracaju, durante dez dias naquele mesmo mês.

Glória						
Poço Redondo						
Porto da Folha						

Fonte: Adaptação da Tabela dos Indicadores Básicos do Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA, 1997. Apesar de não constar no intervalo do minifúndio os imóveis de menos de 0,5 MF também são usualmente assim denominados.

Observa-se no quadro que, para o INCRA, os imóveis de 0,5 a 1 módulo fiscal correspondem ao minifúndio, o que no Alto Sertão Sergipano equivalia a 35 a 70 hectares, abrangendo a totalidade dos lotes de assentamentos de reforma agrária, que, muitas vezes está abaixo de 35 hectares, dessa forma, a política de assentamentos não reforça a pequena propriedade rural, recuando em relação ao Estatuto da Terra que visava extinguir os tanto os latifúndios quanto os minifúndios, que propunha programas de agregação fundiária (no discurso oficial), mas, de fato, se omitia em relação ao processo de expropriação dos mesmos pela territorialização do capital.

Apenas de forma indicativa acrescentou-se uma coluna calculando o valor em hectares do limite máximo para o tamanho da terra proposto pelos movimentos sociais do campo, que adotou como parâmetro 35 módulos fiscais, na campanha pela emenda constitucional ao artigo da reforma agrária da Constituição Federal de 1988, iniciada no ano de 1997, apenas para efeito de comparação do tamanho da grande propriedade existente, conforme o INCRA e aquele admitido pelos movimentos sociais (vide tópico final da seção 6).

A referida tabela especial de 1997, portanto é um desdobramento legal que operacionaliza o processo de identificação e avaliação da produtividade (grau de eficiência e grau de exploração) das grandes propriedades para efeito de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, atendendo a um dos quatro critérios da função social da terra – produção efetiva (com produtividade adequada).

O processo de desapropriação e criação dos primeiros 8 assentamentos que formam o complexo Jacaré-Curituba durou dois anos, entre 1997 e 1998. Carvalho (1999) analisou detalhadamente as várias etapas da ação fundiária do INCRA em processos desapropriatórios, nessa situação de especial complexidade.

O processo de obtenção de terras a partir da Constituição Federal de 1988 (art.184), regulamentada pela “lei agrária”, se daria através do mecanismo legal de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, dos imóveis rurais

que não estejam cumprindo a função social da terra, como atribuição exclusiva da União, por meio do INCRA, garantindo ao ex proprietário prévia e justa indenização das benfeitorias em dinheiro e da terra nua em títulos da dívida agrária - TDAs, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até 20 anos, a partir do segundo ano de sua emissão, por isso considerada desapropriação-sanção.

Na lei nº 9.871/99 (art. 2º) sempre que o imóvel abrangido por título privado for objeto de ação de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária o INCRA de imediato impugnará o domínio do imóvel, o que implica em bloqueio da indenização até que se confirme o alcance da cadeia dominial até a origem.

O processo desapropriatório no Jacaré Curitiba teve início em setembro de 1997, com três imóveis (Santa Luzia, Alto Bonito e Alto Bonito do Formoso), tendo suas imissões de posses se dado três meses depois (19/12/97), deflagrando a reforma agrária. Em seguida, em outubro de 1997, houve a desapropriação de mais quatro imóveis (dentre eles Santa Cruz e Boa Esperança), com imissão de posse dois meses depois (19/12/97) e outros dois (Queribas e Santa Barbara) em abril e novembro de 1998, respectivamente, com imissão de posse em dezembro e novembro. Estes sete imóveis desapropriados totalizavam uma área de 5.966,44 hectares, sendo que, 3.641,14 hectares localizados dentro perímetro a ser irrigado (PI), perfazendo um total de 70,59%, da área prevista pela COHIDRO num total de 5.157,93 hectares.

O restante da área já desapropriada, que somava 2.325,30 hectares, situada no entorno do PI, seria destinada a exploração de agricultura de sequeiro. O processo de desapropriação realizado até dezembro de 1999 foi sintetizado na tabela nº 32.

Tabela 32 Relação dos Imóveis Desapropriados pelo INCRA no Jacaré-Curitiba até 1999

NOME DO IMÓVEL	Áreas Identificadas (ha)			% da área Irrigada
	PERÍMETRO IRRIGADO	SEQUEIRO FORA DO PERÍMETRO	Total	
Santa Luzia	1.158,29	161,98	1.320,27	22,46
Alto Bonito	483,53	732,92	1.216,45	9,37
Alto Bonito do Formoso	598,62	137,15	735,77	11,61
Santa Cruz	939,83	132,34	1.072,17	18,22
Boa Esperança	147,65	721,98	869,63	2,86
Queribas	299,64	-	299,64	5,81

Santa Bárbara	13,58	438,93	452,51	0,26
Subtotal	3.641,14	2.325,30	5.966,44	70,59

Fonte: Grupamento de Recursos Fundiários, INCRA-SE Adaptado da tabela em Carvalho (1999). Foi retirada a coluna referente ao número dos processos administrativos no INCRA. Área total do perímetro irrigado= 5.157,93 há.

Não foi possível para essa ou as demais tabelas sobre o Jacaré - Curitiba estimar a área média dos lotes de sequeiro e de irrigação, porque faltou o número de famílias para cada tipo de área desapropriada naquele momento.

Quando Carvalho concluiu seu texto em dezembro de 1999, restava 24,41% da área do PI do assentamento Jacaré-Curitiba a ser desapropriado, o que totalizava 1.516,79 hectares, correspondentes aos imóveis: Camará, São Luiz e Terra Nova, vistoriados, em fase de análise, sendo que o processo da fazenda Camará, mais adiantado, já se encontrava no INCRA em Brasília para assinatura do Decreto de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

A área destes imóveis totalizava 927,89 hectares, sendo 404,72 hectares na área a ser irrigada (representando 7,85% do total do perímetro) e 523,17 hectares na área de sequeiro, como mostra a tabela nº 33 a seguir.

Tabela 33 Imóveis em Desapropriação pelo INCRA no Jacaré-Curitiba - 1999

NOME DO IMÓVEL	Áreas Identificadas (ha)			% da área Irrigada
	PERÍMETRO IRRIGADO	SEQUEIRO FORA DO PERÍMETRO	Total	
Camará	213,39	411,37	624,76	4,14
São Luiz	131,39	111,24	242,63	2,55
Terra Nova	59,94	0,56	60,50	1,16
Subtotal	404,72	523,17	927,89	7,85

Fonte: Grupamento de Recursos Fundiários, INCRA-SE Adaptado da tabela em Carvalho (1999).

Obs.: Foi retirada a coluna referente ao número dos processos administrativos no INCRA

Dois imóveis faltavam ser vistoriados em 1999, representando apenas 5,76% do total da área a ser irrigada. A tabela nº 33 caracteriza os imóveis dos três processos de obtenção fundiária em fase inicial.

Tabela 34 Imóveis a vistoriar no Jacaré- Curitiba em 1999

NOME DO IMÓVEL	Áreas Identificadas (ha)			% da área Irrigada
	PERÍMETRO IRRIGADO	SEQUEIRO FORA DO PERÍMETRO	Total	
São João	107,90	-	107,90	2,09
Moinhos	189,60	-	189,60	3,67
Subtotal	297,50	-	297,50	5,76
Total Final	5.157,93	-	8.671,99	100%

Fonte: Grupamento de Recursos Fundiários, INCRA-SE Adaptado da tabela em Carvalho (1999).
Foi retirada a coluna referente ao numero dos processos administrativos no INCRA

O INCRA realizou vistoria e avaliação em 16 imóveis situados dentro do perímetro preestabelecido pela COHIDRO, num total de 1.480,16 hectares, sendo 814,57 hectares para a irrigação, o equivalente a 15,80% do total e 665,59 hectares para sequeiro. Destes imóveis, 10 estavam abaixo do módulo fiscal dos municípios de Poço Redondo e Canindé, que é de 70,00 hectares, portanto não eram desapropriáveis pelo INCRA, mostrados na tabela nº 35. Há uma observação feita por Carvalho (1999) acerca desses pequenos imóveis, únicos dos respectivos proprietários, que, não sendo passíveis de desapropriação, estavam sendo encaminhados ao Governo do Estado para a aquisição (por compra), em acordo feito com o INCRA.

Tabela 35 Imóveis do Jacaré-Curitiba Não Desapropriáveis pelo INCRA

NOME DO IMÓVEL	Áreas Identificadas (ha)			% da área Irrigada
	PERÍMETRO IRRIGADO	SEQUEIRO FORA DO PERÍMETRO	Total	
Santa Maria	308,60	9,28	317,88	5,98
Santa Ana	35,62	26,78	62,40	0,69
Lagoa do Mato	135,02	54,06	189,08	2,62
Charco das Queimadas	4,19	12,45	16,64	0,08
Lagoa do Marizeiro	34,91	0,06	34,97	0,68
São José	21,78	200,49	222,27	0,42
Boa Vista	52,93	84,82	137,75	1,03
Lagoinha (1)	8,57	-	8,57	0,17
Lagoinha (2)	12,73	-	12,73	0,25
Lagoinha (3)	15,36	-	15,36	0,30
Altos Verdes	20,29	81,04	101,33	0,39
Poço do Caititu	60,46	-	60,46	1,17
Terra Velha	60,50	-	60,50	1,17
Lagoa do Cedro	1,52	28,65	30,17	0,03
Olho D'água do Frio	3,64	167,96	171,60	0,07
Lagoinhas	38,45	-	38,45	0,75
Subtotal	814,57	665,59	1.480,16	15,80
Total 1	4.860,43	3.514,06	8.374,49	94,24

Fonte: Grupamento de Recursos Fundiários, INCRA-SE Adaptado da tabela em Carvalho (1999).

Entretanto, na prática, esses processos só seriam resolvidos cinco anos depois, quando o decreto de 2004 permitiu que fossem desapropriados por utilidade pública.

Em 2002, dois assentamentos já existentes cujas terras tornaram-se contíguas ao PA Jacaré – Curitiba – Monte Santo e Monte Santo I, foram incorporados ao complexo que passou a ter 10 assentamentos (INCRA, 2014).

As lideranças do MST tiveram que adentrar outro campo de batalha, pelo acesso à informação técnica especializada e se capacitarem nesse processo, com destaque para os dirigentes nacionais e estaduais e o coordenador geral do assentamento Jacaré – Curitiba – conhecido como João Neguinho, que o fez com grande competência.

Tabela 36 Distribuição Espacial do Complexo Jacaré-Curitiba – 1997-2002

Nº	Município	Nome PA	Ano de criação do PA	Nº fam.	Área (ha)	Imóvel D/R/C
1	POÇO REDONDO	Jacaré Curitiba I	1997	736	4.526,31	D01
2		Jacaré Curitiba II	1997	71	1.216,45	D01
3		Jacaré Curitiba VI	1998	17	430,96	D01
4		Jacaré Curitiba VIII	1999	42	605,00	D01
5	CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO	Jacaré-Curitiba III	1997	100	735,77	D01
6		Jacaré-Curitiba IV	1997	142	1.367,70	D01
7		Jacaré Curitiba V	1997	45	869,60	D01
8		Jacaré Curitiba VII	1998	45	299,64	D01
9		Monte Santo (JC)	2002	14	354,11	D01
10		Monte Santo I (JC)	2002	16	455,95	D01

Fonte: elaboração pela autora a partir das listagens do INCRA SR 23, 2014. OBS: Os valores registrados apresentam discrepâncias, por isso não foram totalizados. Na verdade as 736 famílias do Jacaré Curitiba I, representaria tal totalização porque foi um dado estimado para o total das famílias do PA como um todo, cuja capacidade de assentamento efetiva foi de 687 famílias. O INCRA optou por ir criando outros assentamentos, na medida, que as áreas iam sendo desapropriadas, sendo que os demais números de famílias que somam 492 estão contidos no primeiro. Da mesma forma as áreas dos demais assentamentos somam 6.335,18 hectares, nesse caso superando a do primeiro assentamento.

Esse foi um processo crítico e altamente tenso sobre a melhor forma de adaptar a configuração inicial do projeto de irrigação em moldes empresariais elaborado em grandes setores conforme as manchas de solos irrigáveis (redefinidas em vários momentos por diferentes empresas de projeto) para atender as 687 famílias exigiu, que envolveu um processo amplo de discussão e negociação técnica e política envolvendo uma série de outros agentes previamente contratados para o planejamento e execução (com a SEINFRA, INCRA, CODEVASF, empresas de projeto, grandes construtoras, desde a Odebrecht até o exército etc.).

Ao mesmo tempo exigiu o aprofundamento político-organizativo dos assentados na base para se adaptarem aos sucessivos ajustes no projeto e estratégias de sobrevivência.

A territorialização do MST no Alto Sertão Sergipano, tendo como ponto de partida os acampamentos-mãe do Cuiabá e do Alto Bonito foi caracterizada pela constante multiplicação dos assentamentos e enorme ampliação da área redistribuída, entre novembro de 1996 até dezembro de 2006.

A tabela nº 37 a seguir mostra a distribuição espacial dos assentamentos de reforma agrária da segunda fase da luta pela terra no Alto Sertão Sergipano. Os municípios foram apresentados em ordem decrescente pela área desapropriada.

Tabela 37 Assentamentos de Reforma Agrária do Alto Sertão Sergipano nov. 1996 – dez. 2006

Numero de Pas	Município	Anos de Criação PA	Nº fam.	Área (Hectares)	Imóveis D/R/C	Area Média Ha
21	Poço Redondo	1996-2006	1.828	24.398,74	D21	13,35
15	Canindé do São Francisco	1996-2005	933	16.208,60	D15	17,37
07	Nossa Senhora da Gloria	1997/2006	197	4.490,57	D07	22,79
04	Gararu	1999-2006	138	4.015,37	D04	29,09
07	Monte Alegre de Sergipe	1997- 2005	128	3.283,44	D07	24,87
03	Porto da Folha	2000-2005	85	1.870,03	D03	22,00
Total 57 Pas	06 municípios	1996-2006	3.309	54.266,75	D57	16,39

Fonte: Listagem Geral dos Assentamentos do INCRA- SR 23/SE de 31/01/2014 (com datas). Obs.: D desapropriados; R reconhecidos; C comprados. A área média é uma estimativa do valor total da terra dividido pelo numero total de famílias por município, que pode variar em cada assentamento.

Observa-se na tabela que todos os seis municípios do Alto Sertão Sergipano tornaram-se palco das lutas e, por conseguinte sofreram ações de redistribuição fundiária que somaram nos dez anos da segunda fase da luta pela terra 54.266,75 hectares (representando 5,14 vezes mais do que o montante desapropriado para a reforma agrária nos dez anos iniciais), beneficiando 3.309 famílias (7,57 vezes mais que na primeira fase) que foram assentadas em 57 PAs no território (9,5 vezes mais que na fase anterior).

O número de assentamentos corresponde, em geral, ao número de imóveis desapropriados (1-1) e, dessa forma, a área de cada assentamento corresponde praticamente à área de cada imóvel desapropriado. A área média total dos lotes

(igualmente superestimada) foi de 16,39 hectares. Por município essa estimativa variou entre 13,35 a 29,09 hectares.

Pelo grande número de assentamentos não foi mais possível a partir dessa segunda etapa analisar assentamento por assentamento; no entanto a área de cada um dos assentamentos e o respectivo número de famílias assentadas pode ser encontrados nos **apêndices nº 01, 02, 03 e 04**, o que permite calcular a área média de cada assentamento.

8.2.2.2 A Territorialização da Comunidade Quilombola do Mocambo

Além do adensamento da “área reformada”, nessa segunda fase da luta pela terra se consumou a territorialização de outro povo tradicional – os remanescentes quilombolas do Mocambo, em Porto da Folha, que formam uma comunidade de 114 famílias. Na seção 7 foi resgatada a luta dessa comunidade pelo seu reconhecimento enquanto quilombo desde o início dos anos de 1980, que atravessou a primeira fase da luta pela terra se consumando na segunda.

A Lei Maior do País elevou ao *status* constitucional o direito das comunidades de remanescentes de quilombos de obter a titulação dos seus respectivos territórios pelo Estado. Com essa nova concepção as demandas pela conquista das “terras tradicionalmente ocupadas”, foram consideradas legítimas.

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT/ CF 1988 (art 68) apontou o caminho para a solução da questão das terras dos quilombolas: aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe o título respectivo.

As novas diretrizes constitucionais foram regulamentadas pela Lei nº 8.269 de 1993, a “lei agrária” que reforçava a necessidade da regularização fundiária do seu território das comunidades reconhecidas como remanescentes quilombolas.

Como a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão ou extrusão (retirada da população que não tem traços étnicos com o grupo que ocupa o território), titulação e registro imobiliário das terras ocupadas pelos remanescentes dos quilombos fosse atribuição da União, o INCRA foi chamado a usar sua experiência em reorganização fundiária, também com relação aos

territórios quilombolas (embora o decreto específico dessa atribuição nº 4.887 fosse apenas promulgado em 2003).

Conforme os Procuradores Federais do INCRA (BRASIL/PFE-INCRA, 2011) tanto a doutrina do Direito Constitucional quanto a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça reconhecem que a desapropriação por interesse social é subdividida em duas modalidades, ou seja, coexistem a desapropriação por interesse social do tipo ordinária e a desapropriação-sanção para fins de reforma agrária.

Por sua vez Chacque (2011, p. 2) afirma que a legalização do território quilombola se deu com base no “interesse social sobre glebas suscetíveis de exploração rurícola nos termos da lei nº 4.132/62”, resgatado na Constituição de 1988 (art 5º, XXIV).

Quadro 14 Fundamentação Legal pertinente à Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas na Legislação Brasileira - 1996 – 2006

Data	Fundamentação Legal
1988	Constituição da República Federativa do Brasil: art 5º, XXIV, que resgata a lei de desapropriação por interesse social genérico de 1962; e ADCT (art.68).
1993	Lei nº 8.269 – “lei agrária” que regulamenta os dispositivos constitucionais de 1988 relativos à reforma agrária incluindo os quilombolas e Lei complementar nº 76, do rito sumário
20/12/1996	A Lei nº 9394 regulamenta a CF/88, ADCT (art.68) sobre demarcação, regularização fundiária e titularidade sobre as terras quilombolas
19/9/2005	Instrução Normativa do INCRA nº 20 (sobre o art. 68 da constituição de 1988 e do Decreto nº 4.887 de 20/11/2003)

Fonte: Construção da autora a partir da pesquisa documental da legislação no INCRA-SR 23 e pesquisa bibliográfica

Prevaleceu na regularização fundiária dos territórios quilombolas, de forma semelhante aos territórios indígenas o mecanismo de desapropriação por interesse social genérico:

A Administração Pública Federal ao entender que a finalidade da desapropriação em foco é a regularização fundiária das comunidades, como forma de preservação do patrimônio cultural brasileiro (arts 215 e 216 da CF/88) elegeu o procedimento desapropriatório regido pela Lei nº 4.132/1962 como o mais adequado para o fim social em debate (CHACQUE, 2011, p. 3).

Como afirmam os Procuradores Federais do INCRA, ao analisar a “lei agrária”, de 1993, para a decretação de interesse social genérico das terras de

quilombos, foi utilizada especificamente a Lei 4.132/62 (art. 2º, III) que considera “de interesse social o estabelecimento e a manutenção de colônias ou cooperativas de povoamento e trabalho agrícola” (BRASIL/PFE-INCRA, 2011, p. 317) como a base legal para a definição, delimitação e demarcação do território quilombola.

Chacque complementa que na especificidade dos quilombolas “O fundamento de desapropriação com vistas à regularização fundiária das comunidades de remanescentes de quilombos é a preservação do patrimônio cultural brasileiro, diferentemente da finalidade de reforma agrária” (CHACQUE, 2011, p.2), o que significa dizer que essa modalidade de desapropriação independe de tamanho e forma de uso do imóvel (improdutivo ou produtivo), ou melhor, do cumprimento da função social plena da propriedade rural, como só acontece quando se trata da desapropriação-sanção para fins de reforma agrária (regida pela CF art 184 e seguintes e da Lei nº 8.629/93).

Continua a autora afirmando que, dessa forma qualquer dos entes federados (União, estados e municípios) pode desapropriar com base em uma das hipóteses de interesse social previstas na referida lei (art 2º). O instrumento para realizar o processo de extrusão das propriedades privadas dentro do território quilombola demarcado é a desapropriação por interesse social genérico. Esse processo ocorre gradualmente após o reconhecimento oficial do domínio da comunidade, mediante indenização prévia em dinheiro tanto da terra nua quanto das benfeitorias.

Dessa forma, afirmam os Procuradores Federais do INCRA (BRASIL/PFE-INCRA, 2011, p.254 a 265) que está consolidada a orientação de que a desapropriação de terras particulares inseridas em territórios quilombolas deve ter como fundamento o interesse social genérico, explicitado na lei nº 4.132 de 1962, compatibilizada com o artigo 68 do ADCT/CF 88: uma vez apurada a área de ocupação de remanescentes de comunidades de quilombos, os títulos particulares ficam prejudicados e devem ceder ao reconhecimento da propriedade dos quilombolas, em decorrência da supremacia do interesse público que submete a propriedade privada aos interesses nacionais e constitucionais.

No caso específico dos remanescentes quilombolas, segundo o Ministério Público Federal, mesmo antes da ação de desapropriação, os proprietários particulares não podem reivindicar a posse da terra, restando-lhes apenas postular a indenização devida ao Estado, da mesma forma que se trata o direito possessório na desapropriação indireta, ou seja, a que se processa sem observância do

procedimento legal – de declaração e indenização prévia - conforme art 35, decreto lei nº 3.365/41 e art. 21 da Lei complementar nº 76/93, do rito sumário (BRASIL/PFE-INCRA, 2011, p.254 a 265).

Ainda conforme a referida Lei nº 4.132 de 1962 a desapropriação por interesse social genérico das propriedades particulares inseridas em territórios reconhecidos e delimitados, antes do pagamento de indenização, é exigido o estudo da cadeia dominial até a origem (CHACQUE, 2011, p. 1, grifos nossos).⁵¹⁸

A análise da legitimidade da cadeia dominial desde a origem é medida de extrema importância no **combate à grilagem** de terras públicas no País, ou apropriação indevida de terras públicas, de forma a evitar o desperdício de recursos públicos em favor daqueles que não se afiguram como legítimos donos do imóvel, isto é, **um simples registro imobiliário não gera presunção de direito de propriedade** conforme os princípios básicos da legislação brasileira⁵¹⁹

Segundo o ministro da Suprema Corte Moreira Alves “em nosso sistema jurídico ao contrário do que ocorre no direito alemão, o registro de título de aquisição de imóvel é causal e gera, apenas, a presunção *juris tantum* de propriedade. O que importa dizer que, invalidado o título, inválido será o registro, desfeita assim, a aparência de transferência da propriedade”; também confirmado pelo novo Código Civil de 2002 (art 169) sem correspondência no de 1916.

A Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 teve por finalidade legislar sobre a demarcação, regularização fundiária e titularidade sobre as terras quilombolas, complementando a regulamentação dos dispositivos constitucionais de 1988, especialmente os Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT (art.68), regulamentados de forma genérica na “lei agrária” de 1993.

A partir da nova Constituição de 1988, coube à Fundação Cultural Palmares – FCP, vinculada ao Ministério da Cultura - MC, a atribuição de reconhecer comunidades remanescentes de quilombo após autoidentificação e iniciar a

⁵¹⁸ Sobre o levantamento da cadeia dominial Chacque discorre sobre a jurisprudência do STF com base em farta legislação: artigo 34 do DL nº 3.365/1941; artigo 13 do DL nº 554/69; e parágrafo 2º do artigo 6º da LC nº 76/1993 (CHACQUE, 2011, p. 1).

⁵¹⁹ Expressos também nos artigos 221 e seguintes da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei nº 6.216 de 30 de junho de 1975; reforçada pelo artigo 8ºB da Lei nº 6.739/1976 com redação dada pela Lei nº 10.267/2001. A declaração de nulidade de registro de imóveis pode ser feita administrativamente conforme art 1º da Lei nº 6.739/1979 (CHACQUE, 2011, p. 1).

investigação histórico-antropológica para o seu reconhecimento, pela Lei nº 7.688 de 22 de agosto de 1988.

Ao INCRA coube utilizar sua experiência de regularização fundiária, também na solução da questão quilombola após a certificação pela FCP: o órgão passou a desenvolver ações fundiárias, sendo responsável pela constatação da autoidentificação, contratação do profissional para realizar o laudo de reconhecimento (histórico-antropológico) e realização de outros relatórios técnicos agrônômicos, delimitação, desintrusão dos que não se identificam enquanto remanescentes quilombolas, mas que coabitam o território (e relocação), delimitação e demarcação fundiária.

A comunidade do Mocambo, de Porto da Folha, obteve seu reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares em 1992 como remanescente de quilombo, com base na autoidentificação.

Quadro 15 A Reterritorialização do Mocambo - Porto da Folha/SE - 1992-2000.

Movimento sócio territorial	Mun	Data	Documento Legal/ instituição	Área (Ha)	Fam Pess	Área Média Há
Comunidade remanescentes quilombolas do Mocambo	Porto da Folha	1992	Certificação pela Fundação Cultural Palmares a partir da autoidentificação como comunidade remanescente de quilombo	2.100	114/450	18,42
		1996	Conclusão do laudo histórico-antropológico Reconhecimento oficial por decreto presidencial de FHC DOU 28/05/1996 da comunidade quilombola do Mocambo			
		1996/2000	processo de desapropriação da fazenda Rosa Cruz, antiga São Francisco e extrusão			
		2000	Finalização do proceso de demarcação, titulação do territorio do Mocambo pelo INCRA 14/7/2000			
		2000/2014	Continuidade do processo de extrusão dos membros da comunidade “não quilombolas” e seu reassentamento pelo INCRA			

Fonte: Sistematização da autora a partir de fontes bibliográficas (ARRUTI, J.M. 1997 e 2006) e jornalísticas.

Em 1996, a partir do laudo histórico-antropológico, o Governo Federal homologou o reconhecimento oficial do Mocambo como remanescente de

Quilombos, por meio de decreto do Presidente Fernando Henrique Cardoso (Publicado DOU 28/05/1996), o primeiro de Sergipe e o quarto do país.

Com a finalização da demarcação do território, em 2000, o Estado/INCRA transferiu para a comunidade de 114 famílias, representada pela associação “Antonio do Alto do Quilombo Mocambo”, o efetivo domínio (título de propriedade coletiva) dos 2.100 hectares das terras que seus ancestrais ocupavam secularmente, no município de Porto da Folha, abrangendo a fazenda Rosa Cruz, antiga São Francisco desapropriada por interesse social genérico. Dessa forma o processo do reconhecimento à titulação durou oito anos.

Uma característica da forma de titulação e demarcação de terras quilombolas é o reconhecimento do direito coletivo das terras (o que torna a estimativa da área média de 18,42 hectares meramente ilustrativa). No caso das comunidades quilombolas, o título de posse é expedido em nome da comunidade, sendo as terras inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis.

Essa é uma diferença relevante em relação aos indígenas que obtêm apenas a posse e usufruto exclusivo, da mesma forma que os “sem terra” que se tornam ocupantes legalizados ao serem assentados, mas a propriedade da terra continua a ser do Estado (Patrimônio da União), respectivamente da FUNAI e do INCRA.

Mocambo recebeu um código especial e já consta na listagem geral de assentamentos de reforma agrária (24/02/2014), confirmando que os quilombolas se tornaram de fato público – alvo do II PNRA (2003) e do II PRRA/SE (2004).

O INCRA também é responsável pela “desintrusão” de famílias situadas na comunidade de Mocambo, que não se reconheceram como remanescentes quilombolas, e seu reassentamento fora do território delimitado, que ainda não tinha sido concluído até março de 2014.

8.2.2.3 Impactos da Territorialização dos Movimentos Sócioterritoriais na Segunda Fase da Luta pela Terra no Alto Sertão Sergipano

A tabela nº 38 a seguir apresenta a evolução cumulativa das duas fases da territorialização dos movimentos sócioterritoriais no Alto Sertão Sergipano. Essa tabela-síntese mostra a distribuição de PAs/territórios por município em ordem decrescente pelo montante de área redistribuída, lembrando que nas 202 famílias e na área de 5.637,34 hectares de Porto da Folha, da primeira fase da luta pela terra,

estão incluídas as 108 famílias da tribo Xocó e a área de 4.317,00 hectares do território indígena nas 3.423 famílias e na área de 56.366,75 hectares da segunda fase inclui respectivamente as 202 famílias e os 2.100 hectares do território do Mocambo.

Tabela 38 Territorialização dos Movimentos Sócioterritoriais Sem Terra e Povos Tradicionais no Alto Sertão Sergipano - 1979/dez.2006

PAs/ Territ PT.	Município	Anos de Criação PA/ Reconhec territ.	Nº fam.	Área (Hectares)	Imóv D/R/ C	Área média lote ha
Primeira fase da luta pela terra – 1979 a out 1996						
03	Poço Redondo	1986-1996	279	7.816,69	D 03	28,02
02	Porto da Folha (inclusive Xocó)	1979-1992	202	5.637,34	D01+	27,91
01	Gararu	1991	40	1003,60	D01	25,09
01	Monte Alegre de Sergipe	1991	24	400,00	D01	16,66
07	Subtotal 04 municípios	1979-1996	545	14.857,63	D6+	27,26
Segunda fase da luta pela terra – nov. 1996 a dez. 2006						
21	Poço Redondo	1996-2006	1.828	24.398,74	D21	13,35
15	Canindé do São Francisco	1996-2005	933	16.208,60	D15	17,37
07	Nossa Senhora da Glória	1997-2006	197	4.490,57	D07	22,79
04	Gararu	1999-2006	138	4.015,37	D04	29,10
04	Porto da Folha (inclusive Mocambo)	2000-2005	199	3.970,03	D03+	19,94
07	Monte Alegre de Sergipe	1997- 2005	128	3.283,44	D07	25,65
58	Subtotal 06 municípios	1996-2006	3.423	56.366,75	D57+	16,46
Totalizações 1979 – dez. 2006						
24	Poço Redondo	1986-2006	2107	32.215,43	D24	15,29
15	Canindé do São Francisco	1996-2005	933	16.208,60	D15	17,37
06	Porto da Folha (inclusive Xocó e Mocambo)	1979-2005	401	9.607,37	D04+	23,95
05	Gararu	1991-2006	178	5.018,97	D05	28,20
07	Nossa Senhora da Glória	1997-2006	197	4.490,57	D07	22,79
08	Monte Alegre de Sergipe	1991-2005	152	3683,44	D08	24,23
65	Total 06 municípios	1979-2006	3.968	71.224,38	D63+	17,95

Fonte: Listagem Geral dos Assentamentos INCRA-SR 23/SE de 24 de fevereiro de 2014 (com datas). Obs.: Última coluna representa o tipo de obtenção: D desapropriados; R reconhecidos; C comprados.

Em primeiro lugar, a comparação entre as duas fases da luta pela terra, mostra o salto no número de assentamentos de 07 para 58 assentamentos (8 vezes mais na segunda fase); de 545 para 3.423 famílias (seis vezes mais) e de 14.857,63 hectares para 56.366,75 hectares (quase 4 vezes mais) na segunda fase. Isso demonstra que o MST em seu processo de territorialização alcançou a desejada massividade da luta, acirrando o confronto na disputa da terra.

Nessa fase O MST ficou praticamente isolado imprimindo seu método de grandes ocupações massivas (acampamentos-mãe), com grande poder de pressão que resultaram em grandes assentamentos.

Em segundo lugar essa tabela permite também a análise cumulativa das duas fases de conquistas da terra, que resultou em 3.968 famílias, para as quais foram redistribuídos 71.224,38 hectares (cujas áreas médias jamais ultrapassou 30

hectares), obtidos na totalidade pelo instrumento de desapropriação por interesse social, nas duas modalidades, para fins de reforma agrária e genérico das propriedades de domínio privado dentro do território dos povos tradicionais (a ilha de São Pedro e a fazenda Caiçara que formam o território Xocó e do território dos remanescentes do quilombo Mocambo).

Observando os municípios, se na primeira fase dois - Canindé do São Francisco e Nossa Senhora da Glória, não tinham assentamento, na segunda fase todos passaram a ter, no mínimo três assentamentos e os dois municípios mencionados se tornaram palco de intensa luta incluindo-se entre os três mais importantes em número de assentamentos, famílias e área desapropriada na segunda fase. Poço Redondo se consolidou como principal "área reformada" e Porto da Folha consolidou sua importância devido aos territórios dos povos tradicionais - Xocó e Mocambo; mas, na reforma agrária, foi ultrapassado por Canindé do São Francisco.

A área média total dos lotes dos assentamentos de reforma agrária na segunda fase da luta pela terra (de 1997 a 2006) foi de 16,39 hectares, que diminuiu em relação aos 24,29 hectares da primeira fase (de 1986 a 1996). Por município essa estimativa variou nesse segundo momento entre 13,35 a 29,09 hectares, enquanto na primeira fase tinha variado entre 14,04 e 29,67 hectares. Incluindo os povos tradicionais a área média da segunda fase sobe ligeiramente para 16,46 hectares, consideravelmente menor que os 27,26 hectares da primeira fase (1979 a 1996), na qual pesou a área média dos Xocó, confirmada pela estimativa por município que variou de 16,66 hectares em Monte Alegre a 28,02 hectares em Poço Redondo.

A variação por município na segunda fase teve significativa inversão de 13,35 hectares em Poço Redondo (principal área de adensamento dos assentamentos) a 29,10 hectares em Gararu; mostrando que o crescimento da redistribuição fundiária,

se estava beneficiando mais famílias, aparentemente estava ocorrendo, com diminuição do tamanho dos lotes.

Para compreender esse processo é preciso resgatar que o valor em hectares do módulo fiscal (MF) em cada município, de acordo com o conceito de módulo rural do Estatuto da Terra, de 1964, corresponderia à dimensão mínima para garantir a sobrevivência de uma família, o que foi corroborado pela “lei agrária” de 1993, ao definir esse valor como o limite mínimo do conceito de pequena propriedade rural (que também se articula com a sobrevivência do produtor e sua família).

No entanto, dado que a fração mínima de parcelamento (FMP) definida diretamente pelo Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária/ INCRA⁵²⁰ foi de 4 para todos os municípios do Alto Sertão Sergipano, conforme a “Tabela do Sistema Nacional de Cadastro Rural, com informações operacionais, 1997”, isso significa que era oficialmente permitido dividir o tamanho do módulo fiscal de 70 hectares, até por 4 vezes, criando lotes de reforma agrária em média com 17,5 hectares.

Às 3.968 famílias do total do Alto Sertão até aqui analisadas devem também ser acrescidas 60 famílias ligadas ao MST, excedentes do assentamento São Jose de Nazaré, criado em 04/11/1999, assentadas em um assentamento - Bonsucesso, em Poço Redondo, cuja terra foi comprada com recursos do Programa “Banco da Terra”, instituído pelo governo FHC (que por isso não consta da listagem geral do INCRA). Sendo assim, o total de assentados/povos tradicionais até dezembro de 2006 foi 4.028 famílias. Como não se teve acesso à área desse assentamento esse montante permanece o mesmo (acrescido do sinal +), o que também impede a estimativa da área média dos lotes.

O MST tem insistido na defesa da desapropriação da terra por interesse social e tem criticado a compra da terra pelos sem terra, porque isso imobiliza na terra seus poucos recursos e/ou os endivida de imediato, além do fato de todas as demais condições – tamanho da terra, infraestrutura, crédito serem mais precárias. Todavia, neste caso, aceitaram essas condições pela falta de alternativa, dentro das possibilidades de ação fundiária pelo INCRA (não se enquadrando na Lei 433 que permite a compra).

⁵²⁰ Vale a pena aprofundar a investigação acerca da sucessão de medidas ministeriais durante o governo de FHC que alteraram o valor da fração mínima de parcelamento, que implicaram na possibilidade legal de diminuição do tamanho dos lotes dos assentamentos de reforma agrária.

No governo Lula, o Banco da Terra foi extinto, mas continuou a política de compra de terras para assentamento de pequenos produtores, com algumas modificações, denominado crédito fundiário, previsto no II PNRA como ação complementar de reorganização agrária. O processo, em Sergipe, é gerido pela PRONESE / SEPLAN do governo de Sergipe, em cujo relatório de dezembro de 2006 evidenciava que o INCRA barrava a liberação de áreas para compra/venda, preferindo implementar a própria política fundiária.

O impacto da reforma agrária na estrutura fundiária é mostrado na tabela nº 38 a seguir, que apresenta os municípios em ordem decrescente pela área desapropriada embora o peso relativo das mesmas varie em função do total da área cadastrada pelos “latifúndios por exploração” e “empresas rurais” (no caso de Porto da Folha), em 1972 (PONTO ZERO).

A antepenúltima coluna da mesma tabela permite uma análise comparativa das desapropriações cumulativas entre 1979 e 2006 em cada município, sendo o critério da ordem decrescente, enquanto a penúltima coluna relaciona tais desapropriações comparativamente ao “ponto zero” em cada município.

Os dados percentuais apontam para um impacto significativo depois de mais de 20 anos de luta e ação fundiária, sobretudo nos dez últimos anos de territorialização do MST, evidenciado pela elevação substancial do peso relativo das terras redistribuídas sobre a área dos latifúndios por exploração de 1972, no geral alcançando 24,91%, sobretudo, no município de Poço Redondo onde esse número relativo atingiu 48,9% do total.

Mesmo no município com menor percentual, Nossa Senhora da Glória a redistribuição fundiária representou 10% da área dos latifúndios improdutivos de 1972. Os resultados da transformação desse espaço agrário são mostrados na tabela nº 39 a seguir.

Observa-se na tabela que o confronto direto/as ocupações foram uma tática vitoriosa adotada tanto pelos sem terra quanto pelos povos tradicionais que representou quantitativamente o aprofundamento acelerado do processo de redistribuição fundiária, pela via da desapropriação por interesse social nas duas modalidades: o número total de “áreas apropriadas pelos movimentos sócioterritoriais” deu um salto de 07, incluindo o território da tribo Xocó, na primeira fase da luta pela terra em outubro de 1996, para 57 em dezembro de 2006 (incluindo

a única área comprada pelo Banco da Terra), além do território quilombola do Mocambo, na segunda fase, totalizando 58 “áreas”.

Tabela 39 Redistribuição Fundiária no Alto Sertão Sergipano – 1979 a 2006.

Município	Nº latifúndios exploração Empresa R 1972	Área total cadastrada latifúndios exploração empresa R 1972	Nº. imóveis desapropriados 1979 – 2006	Área Desapropriada 1979 – 2006 (hectares)	Relação área desapropriada Até 2006 /área latifúndios p/ exploração 1972 %	Nº famílias 1979-2006
Poço Redondo	207	66.710	25 (*)	32.215,43+	48,29	2017 (*)
Canindé do São Francisco	139	77.093	15	16.208,60	21,02	933
Porto da Folha	152 +01 ER 153	40.082 + ER 66 40.148	06 (02 Xocó + 01 Mocambo)	9.607,37	23,97 23,92	401
Gararu	152	32.934	05	5.018,97	15,23	178
Nossa Senhora da Glória	184	45.222	07	4.490,57	9,93	197-
Monte Alegre de Sergipe	81	15.391	08	3.683,44	23,93	152
Subtotal Reforma agraria	915	277.432	64(*)	64.904,38 (1) +	23,39	437
Subtotal povos tradicionais	(+ 01 ER) (916)	+ 66 ha (277.500)	03	6320	2,28 2,27	222
Total Alto Sertão Sergipano	916	277.500	67 (*)	71.224,38 +	25,67	4028(*)

Fonte: Estatísticas Cadastrais INCRA – Recadastramento de 1972 e Listagem geral de assentamentos do INCRA-SR23 de 24/02/2014 OBS: (*) inclusive as 60 famílias do Bonsucesso (Banco da Terra) e + porque não se tem a área desse PA.

Dado o grande número de assentamentos nessa segunda fase da luta pela terra não é mais possível apresenta-los nominalmente nas tabelas, como ocorreu na primeira fase. A listagem nominal dos assentamentos da segunda fase de novembro de 1996 a dezembro de 2006 se encontra no apêndice B – Tabela 02, que os apresenta em ordem cronológica.

Em Porto da Folha mais uma vez o cálculo relativo ao ponto zero se diferencia dos demais ao comparar as áreas desapropriadas para a reforma agrária e para a regularização fundiária dos territórios dos povos tradicionais reconhecidos oficialmente – indígenas e quilombolas, incluindo juntamente com os latifúndios por exploração as empresas rurais o que resultou num impacto de 23,97 %.

No diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Alto Sertão Sergipano, Silveira (2006) apresentou a estrutura fundiária do território com base no Cadastro do INCRA (de julho de 2003). Na tabela a seguir observa-se a existência de 7.164 imóveis rurais no Alto Sertão Sergipano e 382.991 hectares de área total cadastrada.

Tabela 40 Imóveis Rurais e Área Total, segundo Condição de Domínio e por Estratos de Área Total, no Alto Sertão Sergipano – agosto 2003.

Classes de Área Há	Número de imóveis			Área dos Imóveis (hectares)			
	Total	Propri	Poss e + mista	Total	Propri	Misto Pror/ Posse	Posse
Até 10	1.961	395	1.566	11.033	2.465	98	8.470
10 a 50	3.768	1.969	1.769	95.016	54.810	4.112	36.095
50 a 100	797	641	156	56.543	45.379	5.433	5.731
100 a 500	539	452	87	109.705	93.060	10.334	6.064
+ de 500	99	87	12	110.694	97.893	10.851	1.951
Total Terr	7.164	3.574	3.590	382.991	293.606	31.074	58.310
part. % estadual	12	11	29	23	23	57	24

Fonte: Adaptada da Tabela 41 do Plano de Desenvolvimento Territorial, 2006, feita com base no Cadastro do INCRA (ago./2003).

O autor estimou os impactos dos assentamentos do INCRA em quase vinte anos de lutas, desde 1985/86 (sem levar em conta a conquista dos Xocó, da ilha de São Pedro em 1979 e da fazenda Caiçara em 1992, bem como do Mocambo titulado em 2000).

Utilizando metodologia diferente da adotada nesta Tese, esse autor analisou os dados do INCRA, traçando como linha de corte 100 hectares (pouco acima do módulo rural dos seis municípios do Alto Sertão Sergipano) cujos imóveis abaixo dessa linha representavam as pequenas propriedades e os minifúndios, enquanto os imóveis acima da mesma seriam médios ou grandes propriedades, e fez

comentários com dados percentuais, preocupando-se em demonstrar o quão concentrada era a propriedade da terra no Alto Sertão, em 2003.

Por um lado os estabelecimentos com mais de 100 hectares, respondiam por apenas 9% do total dos 7.164 imóveis do Alto Sertão, todavia apropriavam-se de 58% da área total cadastrada (382.991 hectares). Dentre eles os imóveis acima de 1.000 hectares, que representavam apenas 0,5% do número total se apropriavam de 16,5% da área (essa informação desagregada que o autor comentou no texto não é visualizada na tabela que mostra apenas as propriedades acima de 500 hectares).

No outro extremo os imóveis rurais com menos de 50 hectares (que incluíam seguramente todos os lotes dos assentados da reforma agrária ao longo de 17 anos) perfaziam, 80% do total das propriedades e 96% das posses, que se apropriavam, no entanto, somente de 28% da área cadastrada. Sendo que os imóveis abaixo de 10 hectares, que representavam 27,4% do total se espremiam em apenas 2,9% da área. O autor comentou que essa situação observada no Alto Sertão Sergipano se repetia no estado de Sergipe como um todo.

O índice de Gini do Território que mede a distribuição fundiária registrava 0,688 corroborando a muito alta concentração da terra no Alto Sertão. Num contexto de luta pela terra o autor fortalecia com esses dados a necessidade da reforma agrária, ou seja, independentemente do quanto se avançou, a imperiosa necessidade de aprofundar a luta.

O autor fez também uma correlação entre faixa de renda e apropriação da terra. Seu estudo indicava que as parcelas da área total apropriadas pelos 50% mais pobres representavam 9,2%; enquanto a faixa apropriada pelos 10% mais ricos representava mais da metade do total (59,5%). Dentro dessas últimas as parcelas da área total apropriadas pelos 5% mais ricos representava 48,2% e pelo 1% mais rico 24,7%, isto é, mais que o dobro da área apropriada pelos 50% mais pobres). Essa correlação desmente um discurso corrente, que procura desqualificar o debate agrário, afirmando que o tamanho da terra não deve mais ter peso nas discussões sobre realidade agrícola diante das novas tecnologias e seu poder de incrementar a produção e a produtividade sem correlação com o tamanho da terra. Esse novo

discurso esconde a brutal apropriação da terra, por muito poucos, colocando o Brasil na contramão da tendência mundial (objeto da reflexão da seção 6).

Continuando o diagnóstico de Silveira (2006) procurou avaliar o impacto da reforma agrária a partir de estimativas do aumento do número de pequenas posses/propriedades e diminuição das grandes, com ressalvas. Afirmou ele que, ao utilizar-se o cadastro do INCRA, o exercício incorre em menos arbitrariedades do que a utilização dos dados do IBGE, pois se esta trabalhando com conceitos semelhantes, o lote da reforma agrária e o imóvel rural. Afirmou ele que é de se esperar o incremento dos imóveis com tamanho entre 10 e 20 hectares que equivale ao tamanho dos lotes (que se diferencia da área média encontrada nas estimativas dessa Tese – cujos valores se reconhece que estão superestimados⁵²¹ e a queda dos maiores imóveis com mais de 1.000 hectares, visando eliminar tanto a subutilização das terras, ou seja, os latifúndios improdutivos, quanto os minifúndios (que o autor considera os imóveis de menos de 10 hectares, diferentemente do INCRA, em 1997 que considerava os de menos de 70 hectares acompanhado por esta Tese), por meio de vários instrumentos da política fundiária: a desapropriação, a compra, a regularização e o reordenamento fundiário.

No entanto o autor afirmou que era possível perceber a desconcentração fundiária com os dados do INCRA, para o qual o imóvel equivale diretamente à posse do lote pelo assentado ou à sua propriedade (onde o assentamento foi emancipado e houve titulação individual), o que não é o caso no Alto Sertão Sergipano.

Os dados da estrutura fundiária de agosto de 2003, apresentados por Silveira (2006) mostram um dado absoluto interessante: o fato de 99 imóveis com mais de 500 hectares (1,38% do total), dos quais 87 são propriedades, 9 são mistas e 3 são grandes posses, somarem uma área de 110.694 hectares (28,90% do total cadastrado).

Esses imóveis representam a parcela superior das médias propriedades (de 280 a 1.050 hectares, conforme o tamanho de 70 hectares para o módulo fiscal dos municípios do Alto Sertão Sergipano, na faixa entre 4 e - 15 MF) e incluem as 36

⁵²¹ O tamanho entre 10 e 20 hectares dos lotes dos assentamentos estaria abaixo do limite mínimo do minifúndio de 0,5 MF, ou seja, 35 hectares nos municípios do Alto Sertão Sergipano, conforme a tabela especial de indicadores do INCRA de 1997.

grandes propriedades de 1.050 hectares ou mais, de 15 MF + (0,5% do total) que abarcam 63.193,52 hectares (16,5% do total).

Desde o Estatuto da Terra de 1964, como foi visto, grandes e médias posses/propriedades que não cumpriam a função social eram consideradas “latifúndios por exploração” passíveis de desapropriação, como aparecem na estrutura fundiária de 1972, elaborada pelo INCRA (“ponto zero”). Com a Lei Agrária de 1993, apesar da mudança do critério de classificação para o tamanho do imóvel – as grandes e médias propriedades/posses e até mesmo pequenas propriedades, se mais de um desses imóveis forem do mesmo dono, poderiam sofrer desapropriação.

Comparando-se os dois quadros fundiários, com base em dados do INCRA de 1972 e de agosto de 2003, lembrando desde já, que os “latifúndios por exploração”, em 1972, eram propriedades improdutivas por definição, enquanto as grandes e médias propriedades de 2003 são classes de área que contém propriedades produtivas e não produtivas, portanto, seu número tende a ser maior (abstraindo-se outras dinâmicas fundiárias – desmembramentos por herança, compra/venda, ou ao contrário reconcentração fundiária).

Observa-se que o número total de imóveis passou de 4.007 para 7.164 e a área total de 366.082 para 382.991 hectares. O aumento de ambos parece significar maior cadastramento espontâneo, já que não houve nenhuma mudança nas superfícies municipais no Alto Sertão entre 1972 e 1992. Entretanto o fato do aumento do número dos imóveis ter sido muito mais expressivo que o da área pode também indicar fragmentação de imóveis, inclusive pela reforma agrária.

Enquanto em 1972 os “latifúndios por exploração” representavam 955 imóveis (médios e grandes improdutivos) e 277.434 hectares, ficando registrado que não havia nenhum “latifúndio por dimensão”; em agosto de 2003, a partir de novos critérios, havia 539 imóveis (entre 100 e 500 hectares) e 99 imóveis que possuíam 500 hectares ou mais, ocupando respectivamente 109.705 e 110.694 hectares. A soma da área dessas 638 propriedades/posses médias e grandes deu 220.399 hectares. A comparação desses dados está mostrando no Alto Sertão uma diminuição do número (menos 317 médias e grandes propriedades/posses) e da área dos imóveis (menos 57.035 hectares nessas classes de área) que antes, em 1972, eram tidos oficialmente como improdutivos.

Dado que a tendência tanto de concentração ou de desconcentração fundiária operam num largo período de tempo, buscou-se uma estrutura fundiária

(desagregada por municípios) o mais próxima possível da conclusão da segunda fase da luta pela terra após 20 anos do primeiro assentamento.

Tabela 41 - Distribuição do Número e Área Total segundo a Categoria de Imóvel Rural, por Município do Alto Sertão Sergipano em Ordem Decrescente por Área das Grandes Propriedades - Dezembro 2005

Munic	Total		Grande Propriedade (+ 15 Módulos Fiscais - MF)		Média Propriedade (+ 4 a 15 MF)		Pequena Propriedade (1 a 4 MF)		Minifúndio* (- 1 MF)	
	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)
Poço Redondo	1726	112.525,2	18	35.571,5	47	21.607,0	169	21.052,9	1.481	34.252,8
Canindé DoSãofrancisco	507	79.060,2	13	26.470,6	60	28.703,8	113	14.930,1	316	8.502,0
Porto Folha	2.461	76.612,2	03	3.884,4	24	10.258,8	200	24.588,1	2.225	37.880,4
Gararu	1.826	63.960,0	01	2.694,6	21	7.827,0	177	21.616,5	1.609	31.817,9
Nossa Senhora da Glória	2119	31.544,2	01	1.257,2	30	15.861,2	166	19.816,1	1.919	34.737,7
Monte Alegre de Sergipe	655	31.544,2	00	-	20	8.958,6	87	10.365,9	547	12.219,6
Alto Sertão	9.294	395.246,0	36	69.878,3	202	93.216,4	912	112.369,6	8.097	159.410,4
Sergipe	74.12	1.791.383,	511	360.750,2	1.957	437.685	6.834	454.566,1	63.435	535.623,7

FONTE: Elaboração pela autora a partir da listagem do INCRA/DF/DFC Apuração Especial nº 00588 – SNCR dezembro 2005.*
Obs: diferentemente da tabela especial do INCRA de 1997 adotou-se aqui minifúndio como imóvel com menos de 1 MF.

Ao se comparar as totalizações do INCRA nesses dois momentos - julho de 2003 e dezembro de 2005, observa-se um crescimento total dos imóveis rurais no Alto Sertão de 7.164 para 9.294 (dezembro de 2005) e um aumento da área total cadastrada de 382.991 hectares para 395,246 hectares (2005). O crescimento do número de imóveis e de área pode significar o aumento do número de informações cadastrais (espontâneas declaratórias).

Observando apenas a estrutura fundiária em dezembro de 2009 a linha das totalizações da tabela nº 41, do total de 9.294 imóveis e de uma área cadastrada de 395.246,0 hectares (descontados os 47 imóveis e 517,2 hectares não classificados) havia no Alto Sertão Sergipano, em dezembro de 2005, de um lado 36 grandes propriedades (0,39%) que abarcavam 69.878 hectares (17,68% do total da área cadastrada), o que dava uma área média de 1.941 hectares.

Havia ainda 202 médias propriedades (2,2%) que abarcavam 93.216,4 hectares (23,58% da área total), com área média de 461,46 hectares, o que mostrava que parte desses imóveis superava os 500 hectares, corte privilegiado neste estudo. Somados esses dois estratos das grandes e médias propriedades, 238 imóveis (2,56% do total) concentravam 163.094,7 hectares (41,26 % da área total).

Do outro, lado 912 pequenas propriedades (9,81%) abrangiam 112.369,6 hectares (28,43% do total da área), com dimensão média de 123,21 hectares. Além disso, havia um número impressionante de 8.097 minifúndios (87,12% do total de imóveis) que se espremiavam em 159.410,4 hectares, representando 40,33% da área total; com área média de 19,68 hectares.⁵²²

Somados esses dois estratos (pequenas posses/propriedades e minifúndios), encontravam-se 9.009 pequenos e muito pequenos imóveis –propriedades e posses - (96,93% do total de imóveis), em 271.780 hectares (55,09 % da área total).

Comparando-se, então, a evolução da estrutura fundiária no Alto Sertão Sergipano nos três momentos 1972 (ponto zero), agosto de 2003 e dezembro de 2005, focando nos grandes e médios imóveis, com corte nos 100 hectares, em 1972 (PONTO ZERO) os totais dos “latifúndios por exploração” no território representavam 955 imóveis e 277.434 hectares (compreendendo médias e grandes posses/propriedades improdutivas, sem especificar as classes de área em hectares), sem nenhum “latifúndio por dimensão”.

Em agosto de 2003, havia 638 imóveis (entre 100 e 500 há e de 500 ou + ha), ocupando 220.399 hectares no Alto Sertão Sergipano. A grande diminuição do número e da área dos imóveis observada anteriormente entre 1972 e 2003 parece se confirmar como tendência, pois em dezembro de 2005 no total do Alto Sertão Sergipano havia 238 imóveis (médias e grandes propriedades/posses) que concentram 163.094,7 hectares (da área total). Em termos absolutos houve uma diminuição de 400 grandes e médios imóveis e de 57.304,3 hectares entre agosto de 2003 e dezembro de 2005 (em relativamente curto espaço de tempo).

Se a comparação for entre o quadro de dezembro de 2005 e o “ponto zero”, 1972, encontra-se uma diminuição de 717 imóveis e 220.129,7 hectares !

Tabela 42 Comparação do Número e Área dos Latifúndios por Exploração (1972) com as Grandes e Médias Propriedades (dez. 2005) no Alto Sertão Sergipano

⁵²² Lembrando que esse tamanho está muito abaixo do módulo fiscal de 70 hectares e do limite mínimo do minifúndio de 35 hectares, pelo INCRA, em 1997, em todos os seis municípios.

Município	1972		Dez 2005	
	Latifúndio por Exploração		Grandes e Médias Propriedades (4 MF +)	
	Nº	Área ha)	Nº	Área (Ha)
Poço Redondo	207	66.710	65	57.178,50
Canindé do São Francisco	139	77.093	73	55.174,40
Nossa Senhora da Glória	184	45.222	31	17.118,40
Porto da Folha	152	40.082	27	14.143,20
Gararu	152	32.934	22	10.521,6
Monte Alegre de Sergipe	81	15.391	20	8.958,60
Total Alto Sertão Sergipano	915	277.432	238	163.094,70

Fonte: Elaboração pela autora a partir da listagem do INCRA/DF/DFC Apuração Especial nº 00588 – SNCR dezembro 2005.
OBS: (*) inclusive Bonsucesso (Banco da Terra).

Em termos relativos, o número dos médios e grandes imóveis, em dezembro de 2005, representava 24,9% do universo dos “latifúndios por exploração”, ou seja, das médias e grandes propriedades improdutivas existentes, em 1972 (ou um percentual ainda menor do conjunto das médias e grandes propriedades produtivas e improdutivas de então). Em termos da terra apropriada (hectares) o montante das grandes e médias propriedades em dezembro de 2005 representam 58,78% da área dos latifúndios improdutivos em 1972.

Afirmar a consistência da tendência de diminuição do número e área de médios e grandes imóveis não implica dizer que a estrutura fundiária deixou de ser concentrada no seu conjunto, como foi evidenciado na tabela de dezembro de 2005, ao contrário, isso justifica a necessidade da continuidade da luta pela terra no território do Alto Sertão Sergipano.

A tabela nº 43 seguinte apresenta o corte realizado na estrutura fundiária de 2005 para isolar as grandes e médias propriedades, somadas, em cada município.

Os resultados da adição das duas classes de áreas – grandes e médias propriedades – de todos os municípios e do total do Alto Sertão Sergipano foram transportados para a tabela seguinte, tornando possível adotá-la como segundo parâmetro, além do “ponto zero” (de 1972) para confrontar com os dados das desapropriações a serem realizadas pela reforma agrária (na terceira fase da luta pela terra de 2007 a 2014).

Tabela 43 Número e Área de Grandes e Médios Imóveis do Alto Sertão Sergipano – INCRA - dezembro 2005.

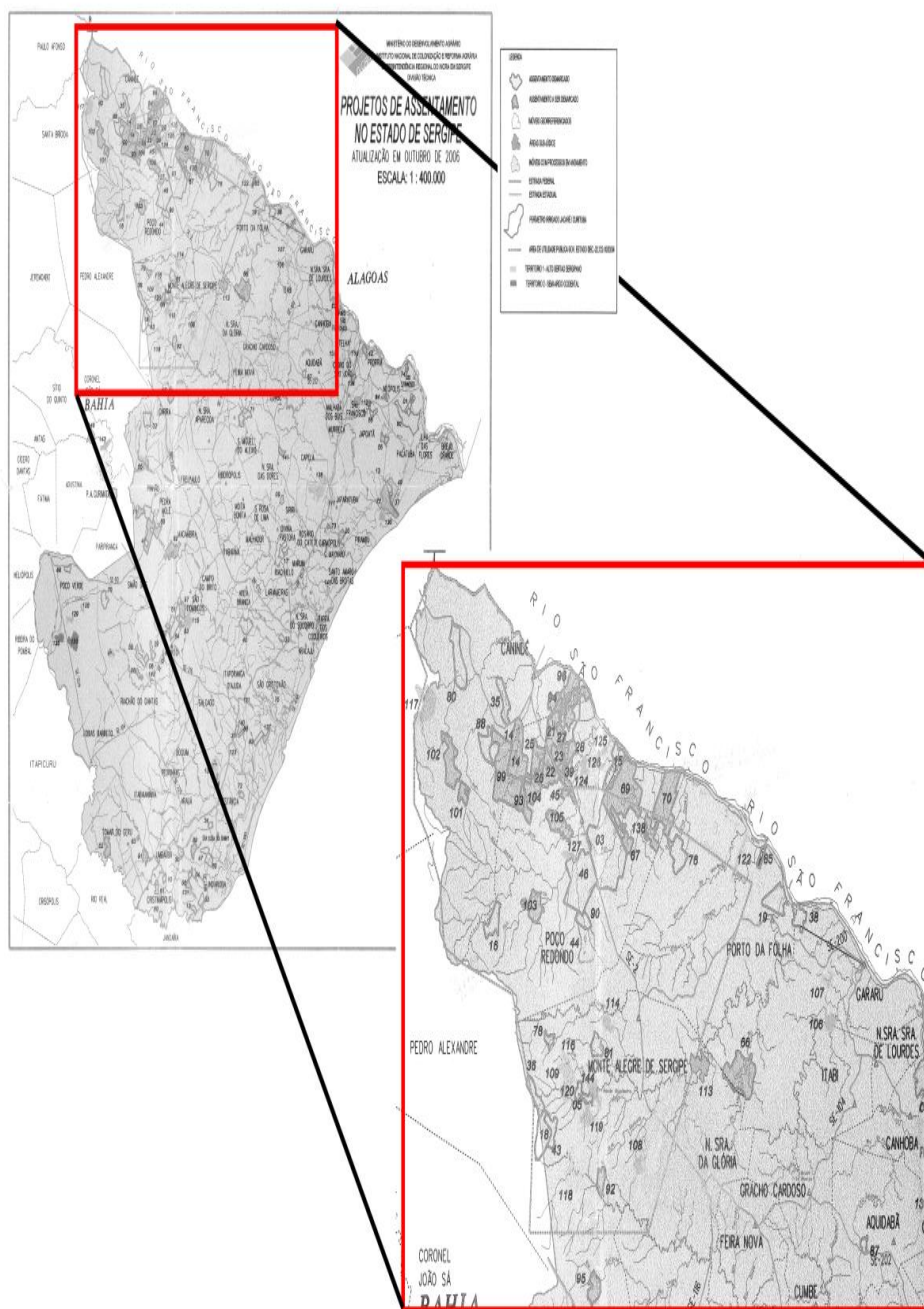
Município	Dez 2005		Dezembro de 2005			
	Nº Grandes/Médias	Área Grandes/Médias (ha)	Nº Grande Propriedade (+ 15 MF)	Área Grandes Propriedade (ha)	Nº Média Propriedade (+ 4 a 15 MF)	Área Média Propriedade (ha)
Poço Redondo	65	57.178,5	18	35.571,5	47	21.607,0
Canindé do São Francisco	73	55.174,4	13	26.470,6	60	28.703,8
Nossa Senhora da Glória	31	17.118,4	01	1.257,2	30	15.861,2
Porto da Folha	27	14.143,2	03	3.884,4	24	10.258,8
Gararu	22	10.521,6	01	2.694,6	21	7.827,0
Monte Alegre de Sergipe	20	8.958,6	00	0,0	20	8.958,6
Total Alto Sertão Sergipano	238	163.094,7	36	69.878,3	202	93.216,4

FONTE: Elaboração pela autora a partir da listagem do INCRA/DF/DFC Apuração Especial nº 00588 – SNCR

Mesmo com um ano de diferença a menos do final dessa segunda fase, esse quadro fundiário permite uma aproximação válida, porque justamente, em 2006, caiu drasticamente o número de desapropriações: 04 que somaram 2.647,45 hectares redistribuídos para 112 famílias⁵²³.

Todavia não se pode calcular peso relativo do total da redistribuição realizada ao longo das duas fases anteriores da luta pela terra, porque a estrutura fundiária atual já é fruto dessas ações.

⁵²³ A distribuição espacial das desapropriações em 2006 foi a seguinte: 02 em Poço Redondo, que somaram 1558, 34 hectares redistribuídos para 73 famílias; 01 em Nossa Senhora da Glória com 490,15 hectares, redistribuídos para 23 famílias; e 01 em Gararu com 598,96 hectares redistribuídos para 16 famílias. Nenhuma desapropriação em Canindé do São Francisco, em Monte Alegre de Sergipe e em Porto da Folha.



Fonte: INCRA (out 2006). Organização e Elaboração: Edson Magalhães Bastos Júnior

Figura 06 Mapa dos Assentamentos de Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano - INCRA - Outubro de 2006.

O impacto redistributivo das terras, ao longo dessa fase, pode ser contemplado visualmente, nos mapas do INCRA, de 2006, que mostra a superfície dos imóveis desapropriados, onde se observa a importância da reforma agrária no Alto Sertão Sergipano. No recorte territorial, Poço Redondo, seguido de Canindé do São Francisco, destaca-se concentrando a maioria absoluta dos assentamentos. Os

assentamentos no mapa de 2006 conformavam duas grandes manchas de áreas contíguas, uma nucleada pelo perímetro irrigado Jacaré-Curituba e outra nucleada por Barra da Onça, com a característica de sequeiro.

Essas manchas de assentamentos formam subconjuntos significativos de assentamentos contíguos ou muito próximos o que pode minimizar o fato das áreas conquistadas serem menores, portanto com poucas famílias, na medida em que se incrementa o “efeito vizinhança”.

O estudo do NESA/NPGEO/CODEVASF, coordenado por Vânia Fonseca (1998) sobre os sistemas e subsistemas ambientais, a partir das sub-bacias como unidades de análise, serviu de base para o Zoneamento Agroecológico do Alto Sertão Sergipano (INCRA/FAO, 2002)⁵²⁴. A compatibilização da base cartográfica digitalizada do estudo de 1998 com a do INCRA de 2006 permitiu a elaboração do mapa da distribuição espacial dos assentamentos a partir de critérios agro-sócio-ecológicos abrindo uma nova frente de análise e intervenções conjuntas nos assentamentos levando-se em conta estas variáveis ambientais tão relevantes para prevenção, preservação, conservação e recuperação ambiental, componente do ATEs, conforme o **apêndice Y** – figura nº13 – que contém o mapa dos Assentamentos por Sistemas e Subsistemas ambientais e por subbacias.

Além dos projetos de reforma agrária que nasceram a partir de desapropriações, outros assentamentos rurais surgiram a partir de um novo programa do governo federal no mandato do presidente Lula, de crédito fundiário que adaptava o antigo programa de FHC do Banco da Terra. Por meio do decreto nº 6672 de 2/12/2008 foi regulamentado o Subprograma de Combate à Pobreza Rural para os beneficiários dessa modalidade de crédito para aquisição de terra. Em Sergipe vários assentamentos surgiram a partir da aquisição de terras com recursos do crédito fundiário entre 2003 e 2006 (que ficam fora da listagem do INCRA).

Entre 2003 e 2006, foram criados 15 assentamentos do crédito fundiário no Alto Sertão (32,6% do total de 46 assentamentos em Sergipe), nos quais foram assentadas 331 famílias (48,32% do total das 885 famílias assentadas no estado no período).

⁵²⁴ Para exemplificar a análise de uma subbacia no Alto Sertão Sergipano ver OLIVEIRA, Carlos Hermínio A. Bacia Hidrográfica e os territórios de gestão das águas – estudo de caso: a subbacia hidrográfica do Riacho Jacaré do Baixo São Francisco (2007).

Tabela 44 Assentamentos pelo Crédito Fundiário no Alto Sertão Sergipano – 2003-2006

Município	Nº propried adquirida	Nome da Fazenda Adquirida	Área Ha	Família assent	Área média Ha
2003					
Porto da Folha	02	Faz. Sr do Bonfim	322,85	29	11,30
		Faz. São Judas Tadeu	336,08	29	11,58
		Subtotal	658,93	58	-
Subtotal 2003	02	-	658,93	58	-
2004					
Monte Alegre de Sergipe	03	Faz. Lagoa Funda	267,81	20	13,39
		Faz. Fonte Nova/ Jacaré	216,30	14	15,45
		Faz. Bom Jardim	205,60	14	14,68
		Subtotal	689,71	48	-
Porto da Folha	03	Faz. São Pedro/outras	307,50	30	10,25
		Faz. São José	352,69	26	13,56
		Faz. Santa Maria/Girassol	278,32	20	13,91
		Subtotal	938,51	76	-
Nossa Senhora da Glória	02	Faz. Aningas I	313,42	26	12,05
		Faz Aningas II	301,60	24	12,56
		Subtotal	615,02	50	-
Subtotal 2004	08	-	2.243,24	174	-
2005					
Porto da Folha	01	Faz. Santa Rosa	139,00	12	11,58
Monte Alegre de Sergipe	02	Faz. Chafardona	352,70	30	11,75
		Faz. Pica Pau	151,50	11	13,75
		Subtotal	504,20	41	-
Subtotal 2005	03	-	643,20	53	-
2006					
Porto da Folha	02	Faz. São José I	242,50	23	10,54
		Faz. São José II	242,50	23	10,54
		Subtotal	485,00	46	-
Subtotal 2006	02	-	485,00	46	-
Total 2003-2006 Alto Sertão Sergipano	15 32,6%	-	4.030,37 46,28%	331 48,32%	-
Total 2003-2006 Sergipe	46 100,0%	-	8.706,93 100,0%	685 100,0%	-

Fonte: Relatório de Atividades 2003-2006 da Gerência do Programa Nacional de Crédito Fundiário em Sergipe/MDA, PRONESE/Empresa do Desenvolvimento Sustentável de Sergipe/Governo de Sergipe, dezembro 2006. Recorte da Tabela da p.03.

Os assentamentos do crédito fundiário foram incentivados pelos STRs. A relação dos outros movimentos sociais do campo com o programa foram divergentes, como atesta o relatório (PRONESE, 2006) que destaca a parceria com a FETASE e STRs e a resistência de outros movimentos, bem como do INCRA em liberar áreas para a compra.

Entre 2003 e 2006, a distribuição espacial das 15 fazendas adquiridas no Alto Sertão Sergipano nos municípios se deu da seguinte maneira: 08 em Porto da

Folha, 05 em Monte Alegre de Sergipe, e 02 em Nossa Senhora da Glória⁵²⁵. Foram comprados pela PRONESE/Governo do Estado de Sergipe (com recursos federais do referido Programa) 4.030,37 hectares no Alto Sertão Sergipano (46,28% do total de 8.706,93 hectares no estado, em 16 municípios)⁵²⁶.

Somando-se todos os assentamentos de reforma agrária do INCRA, o assentamento Bonsucesso do MST (Banco da Terra), os territórios dos Xocó e do Mocambo, que havia totalizado 66 áreas, 4.028 famílias e 71.224, 38 (+) hectares com os assentamentos do crédito fundiário encontram-se 80 áreas (assentamentos/territórios) apropriadas por 4.359 famílias e 75.254,38 hectares.

8.2.3 A Transformação da Estrutura Fundiária decorrente da Territorialização dos “Sem Terra” e dos quilombolas da Serra da Guia na Terceira Fase da Luta pela Terra e pela Água - 2007 a 2014 no Alto Sertão Sergipano

Na terceira fase da luta pela terra, de janeiro de 2007 a janeiro de 2014 generalizavam-se afirmações de que não havia mais terra para a reforma agrária no Alto Sertão Sergipano, quando o total das terras desapropriadas, nas duas fases precedentes, abrangia 98.292,51 hectares⁵²⁷, ou melhor, que se tratava de uma fronteira de ocupação fechada. Mesmo assim, dado à persistência de acampamentos antigos e o surgimento de novas ocupações o número de assentamentos continuou crescendo.

Essa última fase da territorialização dos movimentos sócioterritoriais e de redistribuição fundiária pelo INCRA corresponde às conjunturas políticas nacionais do segundo mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva e do mandato de Dilma Rousseff. O órgão responsável pela reforma agrária tinha passado por uma reestruturação institucional em 2006 (com base no decreto nº 5735 de 27/3/2006 e na Portaria nº 69 do INCRA 19/10/2006).

No plano estadual, se iniciava o primeiro dos dois mandatos de Marcelo Déda como governador de Sergipe, fechando pela primeira vez, no plano nacional e estadual,

⁵²⁵ Outros parceiros institucionais são mencionados: Conselhos Municipais e Estadual de Desenvolvimento Sustentável, DEAGRO e empresas prestadoras de planejamento e assistência técnica.

⁵²⁶ Segundo o relatório da PRONESE (2006) o valor médio estadual do hectare adquirido foi de R\$ 1.022,09. O menor valor médio foi verificado no município de Monte Alegre de Sergipe de R\$ 661,25/ hectare, mas atingiram-se valores superiores a R\$ 1500,00 em Areia Branca e Estância.

⁵²⁷ Em Poço Redondo (42.916, 65 hectares), Canindé do São Francisco (33.589,97 ha), Nossa Senhora da Glória (8.726,37 ha), Gararu (5.695,89 ha), Monte Alegre de Sergipe (4.173,26 ha) e Porto da Folha (3.190,37 ha).

com governos do Partido dos Trabalhadores – PT, com o qual o MST é historicamente alinhado desde a sua origem, criando no movimento a expectativa de diminuição da repressão às ocupações, ampliação do diálogo. A relação do MST com o Poder executivo foi estreitada, ainda pelo fato que conseguiu eleger sua maior liderança como deputado estadual em 2010, participando de negociações e decisões, chegando a ser o líder do governo na Assembleia Legislativa.

No entanto, ao mesmo tempo, que negociava e tinha membros participando do Estado (Parlamento estadual), objetivamente o MST manteve a organização de base, entrincheirado nos acampamentos, como mostrou a tabela nº 22 da seção anterior: havia 24 acampamentos remanescentes das fases anteriores da luta pela terra, sendo um ainda da primeira fase, desde 1996, completando 18 anos, com 22 famílias (em Gararu) e 23 ocupações realizadas entre 1997 e 2004, ou seja, com idade entre 10 e 17 anos (da segunda fase da luta) em todos os municípios, reunindo 716 famílias. Na fase atual da luta pela terra desde 2007 surgiram 24 novas ocupações, reunindo 837 famílias em cinco municípios, exceto Monte Alegre de Sergipe. No total são 48 ocupações em todos os municípios do Alto Sertão Sergipano (33,1% do total dos 145 acampamentos do estado), a partir dos quais as 1575 famílias acampadas (25,68% das 6.133 famílias mobilizadas no estado) continuaram a pressionar o INCRA e o governo do estado de Sergipe em busca de alternativas para a continuidade da reforma agrária (Ouvidoria Agrária do INCRA-SR-23, 31/10/2014).⁵²⁸

Desde o primeiro assentamento de reforma agrária do Alto Sertão Sergipano, em outubro de 1986 até dezembro de 2010 (final do segundo mandato de Lula e do primeiro de Déda), conforme o INCRA (13/12/2010) somavam-se 82 projetos de reforma agrária criados pelo INCRA (40,20% do total de 204 assentamentos do estado). Neles viviam 4.543 famílias assentadas nos seis municípios do Alto Sertão representavam quase metade dos assentados no estado (49,19 % do total das 9.235 famílias). As terras desapropriadas somavam cumulativamente nos últimos trinta anos 98.292,51 hectares e distribuíam-se espacialmente pelos municípios de forma decrescente pelo montante de terra redistribuída: em Poço Redondo (42.916, 65 hectares), Canindé do São Francisco (33.589,97 ha), Nossa Senhora da Glória

⁵²⁸ Focalizando apenas os acampamentos novos iniciados nessa terceira fase: 19 ocupações, com 644 famílias, foram iniciadas durante o segundo mandato de Lula e primeiro mandato do governador Marcelo Déda, entre 2007 e 2010; e, na nova conjuntura política de 2011 até janeiro de 2014, surgiram 5 novas ocupações, com 193 famílias.

(8.726,37 ha), Gararu (5.695,89 ha), Monte Alegre de Sergipe (4.173,26 ha) e Porto da Folha (3.190,37 ha).

8.2.3.1 A busca de Alternativas pelo MST para a Continuidade da Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano

Enfocando a terceira fase da luta pela terra entre 2007 e 2014 o número de assentamentos no Alto Sertão Sergipano, continuou a se ampliar.

A tabela nº 45 mostrou que a reforma agrária nessa terceira fase da luta pela terra no Alto Sertão Sergipano totalizou 34 assentamentos para os quais foram arrecadados 33.522,23 hectares, redistribuídos para 1.733 famílias.

Dos 34 assentamentos apenas 05 foram PAs - Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, para os quais foram desapropriados 4.445,28 hectares redistribuídos para 177 famílias.

Esses dados evidenciam que a desapropriação por interesse social, segundo critérios da função social da terra, para fins de reforma agrária, desabou nesta

terceira fase, como mostrou a terceira coluna da tabela, na qual os 05 Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do INCRA se distribuíram espacialmente em: 02 em Nossa Senhora da Glória, 02 em Porto da Folha e 01 em Gararu. Isso quer dizer que nas duas áreas mais dinâmicas da luta pela terra do Alto Sertão Sergipano – Canindé do São Francisco, onde se localizam 04 acampamentos com 266 famílias e, sobretudo, em Poço Redondo que possui 21 acampamentos com 733 famílias, não foi criado nenhum PA.

A tabela mostra também que na última fase da luta pela terra, surge um novo fenômeno da reforma agrária no Alto Sertão Sergipano a criação das colônias

agrícolas estaduais, que passaram a constar das listagens gerais de assentamentos do INCRA-SR-23/SE, desde 2007 (com Luis Inácio Lula da Silva na Presidência da República), que tiveram continuidade do início do segundo mandato do governador Marcelo Déda em 2011, já com Dilma Rousseff na chefia do governo federal.

Tabela 45 Assentamentos por Ano no Alto Sertão Sergipano - 2007 a 2014

Ano de Criação	MUNICIPIO	Nº PAs	Nº PEs	Nº T	Nº fam.	Area (ha)	Area Média Lotes	Imóv D/R/C
----------------	-----------	--------	--------	------	---------	-----------	------------------	------------

o PA							(ha)	
2007	-	-	-	-	-	-	-	-
2008	Canindé do São Francisco	-	07	07	32 41 06 53 54 22 14	1.502,39 937,17 159,54 1.284,67 1.249,74 517,33 338,42	46,95 22,86 26,59 24,24 23,14 23,51 24,17	01 01 01 03 01 01 01
	Poço Redondo	-	01	01	48	1.190,94	24,81	01
	Nossa Senhora da Glória	01	-	01	25	852,06	34,08	D01
	Gararu	01	-	01	21	516,57	24,60	D01
	Canindé do São Francisco	-	07	07	117 40 33 12 92 35 43	2.908,61 1.049,35 881,24 310,30 2.725,84 834,79 981,15	24,86 26,23 26,70 25,86 29,63 23,85 22,82	01 00 01 01 00 00 00
	Poço Redondo	-	05	05	04 20 26 261 13	76,70 480,43 597,44 5.691,84 336,59	19,17 24,02 22,98 21,81 25,89	01 01 01 01 01
	Nossa Senhora da Glória	01	-	01	100	2.462,82	24,63	D01
2009	Monte Alegre de Sergipe	-	02	02	14 06	339,61 150,20	24,26 25,03	00 00
	Canindé do São Francisco	-	01	01	36	1.631,90	45,33	00 -
	Poço Redondo	-	01	01	04	74,89	18,72	- -
2010	Nossa Senhora da Glória	-	03	03	17 11 30	409,72 240,98 605,00	24,10 21,91 20,16	00 00 01
	Canindé do São Francisco	-	01	01	45	981,15	21,80	-
	Poço Redondo	-	01	01	27	589,03	21,81	-
2011	Porto da Folha	02	-	02	19 12	395,94 217,89	20,84 18,16	D01 D01
2012	-	-	-	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-	-	-	-
2014 /jan	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		05	29	34	1733	33.522,23	19,34	-

Fonte: Listagem Geral dos Assentamentos do INCRA- SR 23/SE em 24 de fevereiro de 2014. D desapropriados ; R reconhecidos; C comprados

Do total de 34 assentamentos 29 foram PEs – Projetos estaduais ou colônias agrícolas (listagem do INCRA 24 de fevereiro de 2014), conforme mostra a quarta coluna da tabela nº 45. Foram obtidos 29.076,95 hectares (86,73% do total

arrecadado na terceira fase) para o assentamento de 1556 famílias nas colônias estaduais (89,78 % do total de famílias assentadas nessa última fase).

A publicidade oficial e os discursos do próprio governador referiam-se às colônias agrícolas como “a reforma agrária sem conflitos”, que o governo de Sergipe estava implantando no Alto Sertão Sergipano.

Do ponto de vista do trabalhador rural sem terra em luta nos acampamentos, a conquista da terra de uma fazenda transformada num assentamento se diferenciava de uma colônia, porque na segunda forma ao invés do confronto era “resultado de uma negociação com o governo”, “era coisa do governo”, “era mais fácil”, “era o único jeito de continuar a reforma agrária naqueles tempos difíceis” (depoimentos colhidos em seminários com militantes do MST em 2010).

Do ponto de vista do tamanho do lote, a estimativa da área média total da terceira fase foi de 19,35 hectares. Nos 05 projetos de assentamento de reforma agrária via desapropriação-sanção as áreas médias variaram entre 18,16 e 34,08 hectares. A área média das 29 colônias agrícolas variou por município entre: 21,80 a 29,63, dando um salto para 46,95 (em 2008), e 45,33 hectares (em 2010), em Canindé do São Francisco; 18,72 e 25,89 hectares em Poço Redondo; entre 24,26 e 25,03 hectares em Monte Alegre e entre 20,16 e 24,10 hectares em Nossa Senhora da Glória. Não se encontrou diferença significativa entre a área média dos projetos de assentamentos de reforma agrária do INCRA e das colônias agrícolas estaduais/INCRA.

O Apendice C – tabela nº 03 – apresenta a relação nominal dos sprojotos de assentamento e colônias estaduais do Alto Sertão Sergipano na terceira fase da luta pela terra – de janeiro de 2007 a janeiro de 2014, em ordem cronológica. O apêndice D – tabela nº 04 – permite a comparação da área desapropriada nos assentamentos e colônias dessa fase, por ano e por município.

Para se compreender o contexto atual da reforma agrária no Alto Sertão Sergipano é preciso analisar, por um lado, porque a desapropriação-sanção que resulta na criação de PAs não conseguiu avançar mais e, por outro lado, qual foi o novo mecanismo de obtenção fundiária, que permitiu multiplicar colônias agrícolas estaduais.

De fato a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária vem encontrando dificuldades crescentes em todo o País, em parte pela atuação do Poder Legislativo Federal e em parte pelo Poder Executivo Federal como foi analisado na seção 6. Por um lado, o Parlamento que apresenta uma composição política conservadora, cuja atuação da bancada ruralista vem obtendo vitórias expressivas: ao inviabilizar a reforma agrária massiva na Constituição de 1988, marco jurídico da redemocratização do País, e conseguir o adiamento da regulamentação das diretrizes constitucionais por cinco anos até 1993, compactuando com sua substituição por medidas provisórias até 2001.

Por outro lado, pela timidez ou ausência dos planos de reforma agrária dos sucessivos Presidentes da República, desde 1985, que se coadunaram com as medidas de ajuste neoliberal, propostas pelo FMI e Banco Mundial, e pela descaracterização e fragilização legal da “lei agrária” por sucessivas medidas provisórias do presidente FHC. Mesmo no caso do PT, em nome da governabilidade foram montados governos com ampla coalização partidária que representaram também ampla composição de classe, que inviabilizaram compromissos históricos com os trabalhadores relativos à reforma agrária.

Mas para ampliar a compreensão sobre porque a reforma agrária pela via da desapropriação por interesse social não anda, é preciso analisar também a outra instância de Poder do Estado, lançando luz neste momento sobre o Judiciário, com pouca ou nenhuma visibilidade, no qual se trava a luta de classes pela disputa da propriedade, dentro de cada processo.

Os Procuradores Federais do INCRA (BRASIL/PFE-INCRA, 2011, p. 316) esclarecem a cotidiana batalha judicial a favor e contra a reforma agrária cujos argumentos dos dois lados baseiam-se em diferentes documentos legais. O questionamento da validade e viabilidade dos instrumentos de desapropriação que alcançam a reforma agrária é sempre revisitado, referindo-se aos tipos de desapropriação, à competência para realizá-las, aos imóveis que podem ser

alcançados por cada uma delas e as respectivas formas de compensação ao proprietário expropriado.

Como foi comentado anteriormente com relação aos povos indígenas, deve ser levado em conta que, embora a desapropriação seja um instrumento legal com 190 anos (desde 1824), sendo ela a forma de intervenção mais drástica do Estado na propriedade privada, por se tratar de uma supressão compulsória da propriedade, por meio da qual a titularidade do bem expropriado passa para o domínio público (quando o interesse público se sobrepõe ao individual, tanto no meio urbano quanto rural), não surpreende que encontre fortes resistências em toda parte, sobretudo no meio rural onde a grande propriedade além de significar patrimônio, representa poder econômico, *status* social e poder político.

Em qualquer das modalidades de desapropriação por interesse social o princípio da anterioridade e justiça indenizatória é garantido ao expropriado, em todas as cartas e leis, com exceção, a partir da CF 88 e suas leis regulamentadoras da reforma agrária e do rito sumário de 1993, no caso dos cultivos ilegais de psicotrópicos que prevê a expropriação sem qualquer indenização ou no caso das reservas indígenas. Nos processos desapropriatórios regulares varia a forma de pagamento: na desapropriação por interesse social genérica a indenização tanto da terra nua quanto das benfeitorias é prévia e de forma monetária, enquanto, no caso da desapropriação para fins de reforma agrária a forma de indenização é mista – a indenização prévia em dinheiro das benfeitorias e a terra nua em títulos da dívida pública/agrária. É denominada desapropriação-sanção, porque penaliza mais o expropriado pelo fato de indenizá-lo a posteriori, em parcelas, resgatáveis a partir do segundo ano em até 20 anos, embora sejam garantidos os juros e a correção monetária do valor inicial⁵²⁹.

A “lei agrária” de 1933 também prevê a aquisição por compra e venda de imóveis rurais destinados a implantação de projetos integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária (art.5-IV), corroborando o Decreto nº 433/92.

⁵²⁹ Nesta modalidade, a indenização deverá ser prévia, justa e em Títulos da Dívida Agrária. O expropriado poderá requerer cumulativamente os juros compensatórios (juros inerentes à atualização do valor) e juros moratórios (juros impostos sancionatoriamente ao devedor pelo atraso no cumprimento da obrigação), devendo estes ser contados a partir do primeiro dia do ano seguinte àquele em que a indenização deveria ter sido paga e possui Direito de extensão, isto é, de exigir da Administração Pública que a desapropriação e a indenização do bem desapropriado recaiam sobre sua integralidade, se a área remanescente da propriedade tiver seu valor reduzido ou se perder seu valor econômico (FARINELLI, [1999],p. 1).

Três temáticas na atualidade são objeto de intensa controvérsia jurídica: a maneira de estabelecer a quantia justa, sendo vigente a partir da “lei agrária” de 1993 o preço de mercado do imóvel em sua totalidade (localização, aptidão agrícola, dimensão, ancianidade e funcionalidade das benfeitorias); a definição de propriedade produtiva e sua pretensa imunidade e as estratégias de resistência contra a aplicação da desapropriação-sanção, essas últimas responsáveis por atrasos e interrupções em processos de desapropriação e de imissão de posse pelo INCRA.

Como observam os Procuradores Federais do INCRA sobre o pano de fundo econômico-social, é uma crescente tendência do desapropriado em resistir à desapropriação, como reflexo da escassez de terras boas, do avanço do agronegócio e das avaliações administrativas cada vez mais corretas do INCRA, o que tem diminuído a indústria das superindenizações via juros compensatórios. (PFE, 2010, p. 305).

Continuam os Procuradores reiterando o caráter preferencial e prejudicial da desapropriação e rito sumário, com prazos e providências indeclináveis e sem margem de discricionariedade pelo juiz *versus* ações ordinárias, medidas cautelares e liminares para suspender ou anular o processo administrativo e judicial de desapropriação ou a imissão do INCRA na posse dos imóveis desapropriados. Todavia a proliferação de decisões dos juízes favoráveis aos proprietários rurais tem provocado uma mudança de estratégia processual de seus advogados, a migração paulatina das impugnações via Mandado de Segurança no STF para as hoje popularmente chamadas “ações declaratórias de produtividade”. Com isso, das antigas questões formais (ausência de notificação, desmembramento de imóvel etc) passa-se a trazer para o judiciário o debate da produtividade. (BRASIL/PFE-INCRA, 2010, p.305).

O pano de fundo da questão específica tratada neste expediente está relacionado ao desvirtuamento do caráter preferencial e prejudicial da desapropriação e do próprio rito sumário previsto na Constituição. Este resultado deriva de um entendimento cada vez mais sufragado no Judiciário, segundo o qual ações cautelares e ordinárias manejadas por proprietários, **quando visem discutir a produtividade do imóvel** rural objeto da desapropriação, configurariam causas prejudiciais externas, gerando a necessária suspensão da desapropriação até o julgamento definitivo das ações mencionadas. (BRASIL/PFE-INCRA, 2011, p. 302).

Para os Procuradores uma análise aprofundada e sistemática da Constituição Federal, do Código de Processo Civil e, principalmente, da legislação específica da questão agrária, revela que a suspensão de ações de desapropriação ou imissão do INCRA na posse é entendimento que não encontra respaldo legal e constitucional, porquanto desnatura o rito sumário da desapropriação para fins de Reforma Agrária ordinarizando o procedimento, que fica sobrestado até que a ação declaratória de produtividade seja julgada e transite em julgado. Ademais, viola expressamente artigos legais, e inviabiliza uma opção clara pela reforma agrária do Poder constituinte originário. Por isso, a reflexão sobre a preferencialidade da ação de desapropriação é, hoje, tão importante quanto o justo preço (BRASIL/PFE-INCRA, 2011, p. 305) A Lei Complementar 76/93 (do rito sumário) admite apenas a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil - CPC e somente no que lhe for compatível (art 22), o que não se dá com o artigo 265-IV do CPC.

Eles denunciam a reversão de processos que chegarem a termo e alertam sobre como escapar dessas armadilhas judiciais. A eliminação da imissão de posse do INCRA no imóvel, pelo simples fato da terra “ser talvez produtiva” preserva o direito de propriedade e inviabiliza o programa de reforma agrária no país (como está ocorrendo), sacrificando um direito fundamental mais premente que a propriedade individual que é exatamente o princípio da dignidade da pessoa humana, por assentar famílias que buscam trabalho digno no campo e não têm condições financeiras para tanto, por meio de títulos de concessão de uso ou de domínio, quando o assentamento é emancipado, como previsto na CF 88 e art. 19 da “lei agrária” (BRASIL/PFE-INCRA, 2011, p.173 e p. 183).

Com relação ao fato de terem se multiplicado com certa rapidez projetos estaduais (PEs) ou colônias agrícolas, a partir de 2007, que, contudo, constam da listagem geral de assentamentos do INCRA, como não se conhecia tamanha área devoluta (terra pública) no baixo Vale do São Francisco, restava compreender qual foi o mecanismo jurídico de obtenção fundiária.

A multiplicação de assentamentos denominados colônias agrícolas estaduais não se deu a partir da desapropriação por interesse social de grandes propriedades privadas improdutivas (que não cumprem a função social), dado que nas listagens gerais do INCRA a forma de obtenção que aparece é “Recuperação”/“Reconhecimento” e não desapropriação.

Ao invés do que poderia ser pensado também não foram compradas pelo governo estadual, como as antigas colônias em Sergipe, entre 1945-1992, tanto pelo governo, pela igreja (PROHCASE) e mesmo pelas cooperativas para distribuí-las aos trabalhadores rurais, como previa a Constituição Estadual de 1946, levantadas por Silva (1995). Ou, de forma semelhante continuam a ser compradas por meio do crédito fundiário, no período 2007- a fevereiro de 2014 (cujos números para o Alto Sertão Sergipano não foram acessados). Essa temática tem sido objeto de estudo de Eraldo Ramos em “Reforma Agrária de Mercado – RAM” (RAMOS FILHO, 2008) e para os anos mais recentes em suas pesquisas e análises do Banco de Dados DATA LUTA – Sergipe.

É importante lembrar aqui o que foi observado no referido protocolo de intenções de 1997, em anexo no relatório de Carvalho (1999) a respeito do Jacaré-Curituba, quando mencionou um ato do governador João Alves Filho, relativo à desapropriação por “interesse do estado” daquelas terras.

Recorde-se que a desapropriação foi um instrumento legal presente desde a origem do próprio ordenamento jurídico do Brasil independente, na primeira Constituição do Império de 1824, que, ao mesmo tempo que garantia o direito de propriedade do Cidadão em toda plenitude, previa, como única exceção a possibilidade do Bem público exigir o uso e emprego da mesma, comprometendo-se que seu valor seria previamente indenizado conforme a lei (art. XXII). Como já foi dito, lei imperial regulamentadora, de 1826 distinguiu dois casos de desapropriação - por utilidade pública e por interesse social, que passariam a todas as constituições republicanas até a atual de 1988. A desapropriação por utilidade pública foi regulamentada pelo Decreto-lei de 1941.

As investigações recuaram ao período no qual João Alves Filho (DEM), foi reconduzido ao cargo de governador de Sergipe. Por Decreto Estadual de Utilidade Pública Nº 22.722 de 10/03/2004 (DOE 11/3/2004), o governador determinou que áreas contidas dentro do grande perímetro traçado no Alto Sertão Sergipano, que abrangia uma área de 332.762, 72 hectares (quase um milhão de tarefas), deveriam ser consideradas “de interesse do Estado”, e



Fonte INCRA (2004). Organização e Elaboração: Edson Magalhães Bastos Júnior

Figura 07 Mapa do Perímetro Desapropriado por Interesse de Estado - 2004.

dessa forma poderiam ser desapropriadas por utilidade pública,⁵³⁰ como pode ser visualizado no mapa elaborado pelo INCRA, em 2004 (figura nº 07).

⁵³⁰ Entrevista com servidor da divisão de obtenção fundiária do INCRA-SR-23/SE em 2014.

O referido decreto foi promulgado, para implantação de obras de infraestrutura hídrica para desenvolvimento da pecuária e agricultura, em função do grande projeto de irrigação empresarial “Nova Califórnia” (**anexo nº 19** – no qual a **Figura 01** é representada pelo panfleto sobre o projeto de irrigação Nova Califórnia no Alto Sertão Sergipano, no mandato do governador João Alves Filho).

O caminho jurídico encontrado pelo mesmo governador, em dois períodos distintos do seu mandato a frente do estado, para tornar o Alto Sertão Sergipano atrativo para o grande capital, tanto por meio da sua territorialização, quanto da monopolização do território (via agroindústrias beneficiadoras da produção nos PI), removia, de uma só vez, qualquer obstáculo ligado à posse ou propriedade privada da terra, sem restrição de tamanho ou condição de uso (improdutivas ou produtivas) já que nessa modalidade desapropriatória, que paga pela terra nua e benfeitorias previamente em dinheiro, o “consentimento” do expropriatório, relacionava-se apenas ao preço da indenização, que ele tinha o direito de questionar.

O governador, interessado nos recursos do BID para implantar um grande projeto de irrigação, a exemplo de Petrolina e Juazeiro, na Bahia, encontrou no Alto Sertão Sergipano uma conjuntura política adversa, dado que o MST tinha sua base social entrincheirada em dezenas de acampamentos, dentro da área do referido perímetro.

Tendo em vista “não acirrar o clima de tensão social” João Alves Filho teve que ceder às exigências daquela instituição multilateral para dialogar com o MST, admitindo conceber projetos de irrigação mistos (com lotes empresariais e de agricultores familiares). O governo de Sergipe chamou o MST e o INCRA, para reuniões de negociação, que terminaram com a afirmação de interesse por todas as partes, mas não teve tempo de concluir o acordo antes do final do seu mandato.

Na nova conjuntura política (segundo mandato de Lula no governo federal e primeiro mandato de Déda como governador), o MST e o INCRA retomaram as negociações com o governo estadual e, somente ao final de 2007, as partes entraram num acordo acerca do percentual das terras irrigáveis (80% para os assentados e 20% para empresários) e foi elaborado o convênio por meio do qual o governador Marcelo Déda utilizaria o decreto desapropriatório por interesse de Estado/utilidade pública, de 2004⁵³¹ e o governo do estado de Sergipe teria a

⁵³¹ Na declaração de desapropriação pode ocorrer a caducidade, se transcorridos cinco anos nos casos de utilidade e necessidade pública (FARINELLI, s/d, p 1 com base em Mello, 1999).

responsabilidade da negociação do preço da indenização até a aquisição dos imóveis desapropriados.

O governo federal através do INCRA/SR-23 seria o repassador dos recursos para a obtenção fundiária, viabilizando a indenização da terra nua e das benfeitorias em dinheiro à vista aos proprietários, da mesma forma que na segunda modalidade da desapropriação por interesse social genérico.

Conforme o portal Transparência Pública⁵³² o Convênio nº 601748 do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (órgão superior) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (órgão subordinado) e a Superintendência Estadual de Sergipe – INCRA/SR-23 – 373052 (unidade gestora) e a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Irrigação – 131 (convente), publicado em 31/12/2007, com vigência no período entre 27/12/2007 e 31/12/2014, tem como objeto “promover a desapropriação de imóveis rurais para implantação de colônias ou cooperativas agrícolas, o equivalente, no âmbito do Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Federal, a projetos de assentamento, no Território do Alto Sertão Sergipano e na área de abrangência”. O valor do convênio é de R\$ 49.559.663,83 (que cabe ao INCRA), já liberado e o valor da contrapartida é de R\$ 4.996.506, 42 (do governo estadual de Sergipe), o que dá um valor total de R\$ 54.556.170,25. A situação do convênio é adimplente em 25/3/2014.

Raphaela A. Pereira et al (2012) em “Prolegômenos à Reforma Agrária em Sergipe: o convênio nº 04000 /2007 INCRA/SEAGRI em foco” analisou, na verdade, a minuta de convênio CRT SR-23/SE, que depois se tornaria o mencionado convênio nº 601748/2007. Esse trabalho se desdobrou em PEREIRA, Raphaela A. e RAMOS FILHO, Eraldo S. Tipologia da Reforma Agrária em Sergipe: Descortinando o Convênio 04000/2007 INCRA SEAGRI e seus Impactos Sócioterritoriais para o Campesinato, São Cristóvão, NPGeo/UFS “30 anos de contribuição à Geografia” (2013).

Os 54 imóveis desapropriados tornaram-se 29 colônias estaduais, no Alto Sertão Sergipano, para assentar 1200 famílias, com contratos de concessão do direito real de uso, por conta do respaldo jurídico de um decreto estadual de utilidade pública utilizado, de forma inédita, em função da reforma agrária, mas também constam da listagem geral dos assentamentos do INCRA, cuja forma de

⁵³² Portal Transparência Pública acessado em 25/3/2014.

obtenção, é “Reconhecimento”/“Recuperação” e não desapropriação, porque quem desapropriou foi o governo estadual que incorporou esses imóveis ao Patrimônio do Estado de Sergipe. As colônias agrícolas estaduais reconhecidas pelo INCRA passam a ter direito aos programas de créditos e assistência do governo federal⁵³³.

Diante da mudança da correlação de forças, com a saída de João Alves Filho e a entrada de Albano Franco no Governo de Sergipe, em 1997 e, novamente com a saída de João Alves Filho e a entrada de Marcelo Déda, em 2007, a continuidade da luta massiva e radical do MST pela terra com acampados ocupando diversos latifúndios, o movimento encontrou uma nova possibilidade de acesso a terra, por um novo mecanismo jurídico de desapropriação.

Dessa maneira o Alto Sertão Sergipano continua o processo de construção da “área reformada”, porque os sem terra em luta continuam avançando sobre grandes propriedades com a novidade de que agora se trata também de propriedades produtivas, aprofundando a disputa da terra e da água neste território e o INCRA, em parceria com o Governo do Estado de Sergipe vem conseguindo responder a essa demanda explícita com a redistribuição fundiária por meio de processos desapropriatórios de natureza distinta: por interesse social, na modalidade desapropriação-sanção para fins de reforma agrária e de utilidade pública, que também pode legalmente ser utilizada para a reforma agrária⁵³⁴, como o foi, articulado com o projeto de irrigação, por meio de uma série de atos do governo estadual: Decreto estadual nº 25.096, de 28/2/2008 (DOE 29/2/2008); o Decreto estadual nº 25.462 homologa a Portaria nº 13/2008 da Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário – SEAGRI que dispõe sobre a criação de Comissão Especial para vistoria e avaliação de imóveis e estudos técnicos do Projeto Manoel Dionízio Cruz, conforme previsto no Decreto Estadual nº 22.722/2004, e dá outras providências. O Decreto estadual nº 25.767 (DOE 5/12/2008) prorroga o prazo de vigência do Decreto de 2004.

⁵³³ Segundo Pereira (2012, p.16) um segundo convênio, cujas negociações iniciaram em 2011 envolviam imóveis em outros territórios de planejamento do estado de Sergipe: Centro-Sul, Leste Sergipano, Médio Sertão, Sul e Agreste, envolvendo R\$ 70 milhões para assentar 1400 famílias. Em 2012, segundo a autora estava em fase conclusiva. Acrescenta-se aqui que até fevereiro de 2014 não tinha sido concluído, porque a verba tinha sido suspensa.

⁵³⁴ Até mesmo o município tem competência legal para desapropriar por utilidade pública/ interesse social genérico propriedades privadas, não interessando se são produtivas ou não, para a reforma agrária, desde que se indenize previamente em dinheiro tanto a terra nua quanto as benfeitorias. Nesse sentido merecem ser investigadas se e onde houve materialização dos “projetos Casulo” nos quais o INCRA buscou parcerias com as prefeituras, num momento que o Governo Federal apontava para a descentralização da reforma agrária.

A possibilidade de mudança da modalidade de desapropriação para a reforma agrária é endossada pelos Procuradores Federais do INCRA, por exemplo, para escapar de armadilhas judiciais que tentam protelar ⁵³⁵ou reverter processos que chegaram a termo com a imissão de posse do INCRA no imóvel ou mesmo a invalidação do decreto presidencial em razão da alegação em juízo produtividade do imóvel, tornando impossível apenas a desapropriação direta para fins de reforma agrária. Afirmam eles que “isso não impede que o juízo federal processante, constatando a existência de apossamento administrativo através da implantação de projeto de assentamento, declare a desapropriação indireta do imóvel, que nenhuma relação possui com a validade ou não do decreto presidencial, tendo em vista que a desapropriação indireta é o fato administrativo pelo qual o Estado se apropria do bem particular, em observância dos requisitos de declaração e da indenização prévia, segundo José dos Santos Carvalho Filho, em seu manual de direito administrativo. (BRASIL/PFE-INCRA, 2011, p. 318)⁵³⁶.

É obvio que no tensionamento entre dois direitos fundamentais envolvidos: o direito individual de propriedade (sendo ela produtiva, melhor dizendo, cumprindo a função social em sua plenitude) e o caráter social da desapropriação para a reforma agrária e a dignidade dos trabalhadores rurais (direito coletivo) a solução legislativa passa necessariamente pela limitação de um deles em favor do outro. Exatamente prevendo esta possibilidade de conflito foi que a solução veio há muito tempo através da própria via legislativa (art 35 Decreto – Lei 3365/1941). Com efeito, a limitação que é operada no direito de propriedade justifica-se pelo caráter social do assentamento criado, sem contar que a indenização integralmente em dinheiro elimina o caráter de sanção imposto ao proprietário (BRASIL/PFE-INCRA, 2011, p.319).

A desapropriação direta por interesse social para fins de reforma agrária, pelo descumprimento da função social da propriedade segundo os Procuradores Federais do INCRA (BRASIL/PFE-INCRA, 2011), com base na doutrina do Direito

⁵³⁵ Sabedores que na declaração de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária pode ocorrer a caducidade, se transcorridos dois anos (FARINELLI, [1999], p. 1 com base em Mello, 1999).

⁵³⁶ Recorde-se que a desapropriação indireta ocorre quando o Poder Público se apropria de bens particulares sem observar os requisitos da declaração e indenização prévia. Desta forma, cabe ao particular pleitear no prazo máximo de cinco anos seu direito de indenização. Não podendo o bem ser desincorporado do patrimônio público, em função do princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos (FARINELLI, [1999], p. 1).

Constitucional, e na jurisprudência do STF e STJ, não é a única forma de possível de desapropriação para a reforma agrária.

Essa exclusividade diz respeito à modalidade de desapropriação e não implica dizer que a reforma agrária somente possa ser realizada pela União e por meio deste instrumento. Ou seja, é possível que **outros entes** como Estados e Municípios **também desapropriem e destinem o imóvel para a reforma agrária, desde que a indenização seja paga de forma prévia e em dinheiro**, conforme previsão do art. 5º, XXIV da Constituição Federal. (B RASIL/PFE-INCRA, 2011, p.35, grifos nossos).

O direito possessório na desapropriação indireta, conforme decreto lei nº 3.365/41 (art 35) se processa sem observância do procedimento legal exigido para o outro tipo de desapropriação direta por interesse social para fins de reforma agrária conforme a lei complementar nº 76/93 (art.21), que estabelece o rito sumário (BRASIL/PFE-INCRA, 2011, p.254 a 265).⁵³⁷

Para os objetivos desta Tese interessa ressaltar outros argumentos da defesa da reforma agrária pelos Procuradores Federais do INCRA como resposta necessária à eventual declaração de produtividade da terra, por decisão transitada em julgado, pelo fato de esclarecerem a relação entre as diversas modalidades de desapropriação por interesse social.

Uma eventual declaração de produtividade da terra, por decisão transitada em julgado, conduz efetivamente a invalidade do processo de desapropriação, por ferir a Constituição (art. 185, II). No entanto esta nulidade encontra solução jurídica no artigo 35 do Decreto lei 3365/41 que trata das desapropriações em geral: os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação. Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.

A posterior declaração de produtividade, portanto acaba conduzindo o processo para a conversão em perdas e danos, que no caso é a figura da desapropriação indireta. Evidentemente que este não é um resultado esperado, mas é a saída jurídica que o sistema oferece para a impossibilidade de retomar o “*status*

⁵³⁷ O Brasil ratificou a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT em 1989, pelo decreto legislativo nº 143. O Decreto Federal nº 6.040/2007 que aprovou a Política Nacional para o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

quo ante”, qual seja, o pagamento da terra nua em dinheiro, o que retira o caráter de desapropriação-sanção da área.

No caso, a anterior desapropriação, que antes era fundada na improdutividade do imóvel e era medida sancionatória (por isso o pagamento em TDA), é alterada para a desapropriação comum por interesse social, conforme prevista na 4.132/62, com o pagamento da terra nua em dinheiro, tendo em vista, que inobstante produtiva (sem esclarecer se houve descumprimento de qualquer outra das três cláusulas restantes do descumprimento da função social da terra), a existência do assentamento não retira o caráter do interesse social da área desapropriada, com base, especificamente no artigo 2º, III, da Lei 4.132/62 – considera-se de interesse social: III – o estabelecimento e a manutenção de colônias ou cooperativas de povoamento e trabalho agrícola (BRASIL/PFE-INCRA, 2011. p. 317).

Essas novas conquistas se dão, sobretudo nos municípios de Poço Redondo e Canindé do São Francisco, tornando mais próxima a concretização do sonhado projeto “Manuel Dionízio Cruz” que bloqueia em grande parte (80% da área) o avanço do projeto de irrigação empresarial “Nova Califórnia”, como epicentro dos territórios em conflito no Alto Sertão Sergipano, envolvendo a água e, portanto as terras mais valorizadas por sua maior potencialidade produtiva.

Os resultados do processo de reforma agrária, assentamentos criados pelo INCRA, isoladamente ou em parceria com o governo do estado, a partir, sobretudo da territorialização do MST, ao longo das três fases, entre 1986 e janeiro de 2014, são mostrados na tabela nº 46.

Tabela 46 Assentamentos de Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano – INCRA - 1986 a Janeiro de 2014

Período Criação Assentam	Nº Assentamentos			Municípios			Nº fam.	Área Hectares	Imóv D/R/C
	PA	PE	T	PA	PE	T			
Out.1986 a Out 1996	06	00	06	04	00	04	437	10.540,63	D06
Nov.1996 a Dez. 2006	57	00	57	06	00	06	3.132	56.519,05	D57
Jan.2007 a Jan 2014	05	29	34	06	04	06	1.733	33.522,23	D34
Total	68	29	97	06	04	06	5.302	100.581,91	D97

Fonte: listagem geral de assentamentos do INCRA, 24/02/2014.

Obs.: Tipo de obtenção do imóvel - D desapropriação; R recuperação; C compra.

Observa-se que nas duas primeiras fases só existiam projetos de assentamento de reforma agrária do INCRA, totalizando 63 PAs, conquistados por 3.569 famílias. Enquanto na última fase na qual só aparecem 05 PAs, o INCRA redirecionou sua ação para o convênio com o governo do estado de Sergipe na criação de 29 colônias agrícolas (PEs), totalizando 34 assentamentos de reforma agrária, conquistados por 1.733 famílias.

A territorialização dos movimentos sócioterritoriais, especialmente o MST avança na construção de uma “área reformada” no Alto Sertão Sergipano. A transformação desse espaço agrário foi caracterizada pela redistribuição de 100.581,91 hectares, que resultou em 97 assentamentos recampanizando 5.302 famílias que vêm produzindo um novo espaço social.

Todas essas áreas foram obtidas mediante desapropriação, variando o mecanismo jurídico “por interesse social por descumprimento da função social da terra para fins de reforma agrária” ou “por interesse do estado” (utilidade pública) que inicialmente pensado para viabilizar projetos produtivos exclusivamente empresariais, também foi revertido em grande parte para fins de reforma agrária.

8.2.3.2 A Territorialização da Comunidade Quilombola da Serra da Guia

Outra conquista importante, nessa última fase da luta pela terra, foi a territorialização das 197 famílias da comunidade Serra da Guia, no município de Poço Redondo, concluindo o processo iniciado na segunda fase da luta pela terra, quando a associação que a representa tomou a iniciativa da autoidentificação como remanescentes quilombolas (2004), da solicitação do seu reconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares-FCP e INCRA, que foi obtida em 11/7/2005, mais de uma década depois do reconhecimento do Mocambo, em 1992.

Diante da nova legislação, após a certificação oficial pela FCP, todo o processo identificação, delimitação e demarcação do seu território tornou-se responsabilidade do INCRA, sob processo INCRA nº 45370000549/ Serra da Guia 2005/38.

No mesmo ano a Associação da comunidade Serra da Guia requereu do INCRA a demarcação de suas terras, que constou na meta 24 do II Plano Regional da Reforma Agrária de Sergipe – II PRRA-SE, em 2005.

Os avanços no processo de regularização fundiária nessa última etapa da luta pela terra que beneficiaram diretamente a comunidade Serra da Guia no plano nacional foram os seguintes conforme o quadro nº 16:

Especificamente, para viabilizar o preconizado do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 1988 (art.68), com o decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos de que trata o artigo 68 do ADCT. Embora esse documento legal tenha sido publicado em 2003 (na segunda fase) ele é a grande referência do processo de regularização da comunidade de Serra da Guia nessa terceira fase.

Chacque (2011, p.1) afirmou que o referido decreto de 2003 está em pleno acordo com os compromissos internacionais que a referida convenção nº 169 da OIT implica para o Brasil e especialmente com o significado que da autodefinição surge para a unidade da luta do povo negro.

Quadro 16 Fundamentação Legal do Processo de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas - 2007- 2014

Data	Fundamentação Legal
20/11/2003	Decreto nº 4.887, que regulamenta os ADCT/CF 88 (art.68)
19/9/2005	Instrução Normativa do INCRA nº 20 que regulamenta as diretrizes constitucionais do ADCT/CF 88 (art 68) e Decreto nº 4.887 de 20/11/2003
29/09/2008	Instrução Normativa do MDA/INCRA e Presidência da República – Casa Civil nº 49 que regulamenta os procedimentos para legalização das terras quilombolas.
20/10/2009	Instrução Normativa do INCRA nº 57 (art. 18 e 20) trata do resultado do estudo da cadeia dominial até a origem no processo desapropriatório por interesse social genérico para regularização fundiária de comunidade quilombola

Fonte: Construção da autora a partir da pesquisa documental da legislação no INCRA-SR 23 e pesquisa bibliográfica

Chacque destaca o parecer da Equipe da Sociedade Brasileira de Direito Público em trabalho coordenado pelo prof Doutor Carlos Ari Sundfeld intitulado “Comunidades Quilombolas Direito à Terra”:

Nossa conclusão, portanto, é que o Poder Público para garantir às comunidades quilombolas a propriedade definitiva das terras que estejam ocupando, no caso delas pertencerem a particulares, **deve lançar mão do processo de desapropriação, de nítido interesse social** com fundamento constitucional nos artigos 215 e 216 parágrafo 1º e será feito em benefício de comunidades quilombolas além do artigo 68 do ADCT **não demandando por isso a edição de lei específica**. [...] O Poder Público já dispõe de instrumentos jurídicos e materiais necessários para iniciar e conduzir os processos de desapropriação, sendo perfeitamente possível, na esfera federal, a coordenação de tarefas entre a FCP e o INCRA. (CHACQUE, 2011, p 118).

Segundo a autora, no referido decreto nº 4.887/2003 (art 5º), compete ao INCRA: a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão ou extrusão (retirada da população que não tem traços étnicos com o grupo que ocupa o território), titulação e registro imobiliário das terras ocupadas pelos remanescentes dos quilombos.

Quando o imóvel dentro do território ocupado por remanescentes quilombolas é pertencente a algum dos entes federativos (terra pública federal, estadual ou municipal) o processo rapidamente se resolve com a demarcação e “deverão ser os autos remetidos à esfera administrativa correspondente para promover a titulação em nome da comunidade” (CHACQUE, 2011, p.3). Se o imóvel corresponde à propriedade particular decorrente de título de domínio particular válido, não prescrito, nem caduco ou tornado ineficaz, será realizada vistoria e avaliação do imóvel objetivando a adoção dos atos necessários à estar sujeito a desapropriação por interesse social (art 13), considerado por Chacque (2011) uma forma de acautelamento e preservação do patrimônio cultural.

Por sua vez, Amanda Christinne Nascimento Marques (2012) também analisa o Decreto nº 4.887/2003 (art 13) por meio do qual o INCRA expede contra os imóveis particulares com títulos de domínio válidos que incidem no território do quilombo delimitado o instrumento de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária ou de proteção do patrimônio cultural, via desapropriação por interesse social genérico, mediante indenização. (Marques, 2012, p. 6).

O referido Decreto de 2003 que regulamenta o artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 se desdobrou na Instrução Normativa do INCRA nº 20 de 19/09/2005, sobre procedimentos para identificação,

reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, ao estabelecer a competência/responsabilidade para a titulação das comunidades quilombolas, a depender da respectiva competência administrativa sobre as terras ocupadas quando públicas federais, estaduais, municipais ou do Distrito Federal afirmou que, quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidirem em terrenos de marinha, marginais de rios, ilhas e lagos o INCRA e a Secretaria do Patrimônio da União tomarão as medidas cabíveis para a expedição do título.

CHACQUE (2011) se refere ainda à Instrução Normativa nº 49 de 29 de setembro de 2008, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Presidência da República – Casa Civil, que regulamenta os procedimentos para legalização das terras quilombolas.

Quando se trata de desapropriação por interesse social (genérico) para fins de regularização fundiária de comunidade quilombola a responsabilidade pela titulação depende da respectiva competência administrativa sobre as terras ocupadas quando públicas federais ou estaduais com fundamento no Decreto nº 4.887/2003 (art 10 e 12) e exige o levantamento da cadeia dominial até a origem antes do pagamento da indenização, a fim de auferir a autenticidade e legitimidade do título de domínio (art 13).

A partir dos resultados desse estudo a Instrução Normativa / INCRA/ nº 57 /2009 (art. 18 e 20) explicita que, caso o título de domínio privado seja válido procederá o prosseguimento da ação de desapropriação; em caso contrário ocorre a “desistência da ação de desapropriação, a reversão da indenização, bloqueada para os cofres públicos, haja vista não ser cabível a indenização de terras públicas” (CHACQUE, 2011, p. 3).

No Alto Sertão Sergipano o requerimento da associação que representa a comunidade quilombola de Serra da Guia ao INCRA, em 2005, da mesma forma que ocorreu com a comunidade do Mocambo, foi o ponto de partida da demarcação do seu território pelo INCRA. A comunidade participa diretamente desse processo ao realizar a identificação dos imóveis particulares dentro do território que reivindica em 17 de setembro de 2007; ao que se seguiu a investigação cartorial pelo INCRA, concluída em 12 de fevereiro de 2009.

O processo de regularização fundiária do território da comunidade quilombola de Serra da Guia, em Poço Redondo avançou, a partir de 25 de fevereiro de 2010, com a conclusão do complexo Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território (RTIDT) – histórico, antropológico, agrônômico, ambiental e fundiário, ao que se acrescenta o parecer jurídico - dessa Comunidade Remanescente de Quilombo, pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA-SR 23/SE com apoio da Universidade Federal de Sergipe/FAPESE, encaminhado e aprovado pelo Comitê de Decisão Regional da Superintendência do INCRA/SR-23/SE – CDR (gestores das divisões e superintendente do INCRA de Sergipe) e homologada pelo Conselho Dirigente do INCRA – CD (presidência e diretores do INCRA nacional).

O quadro seguinte nº 17 apresenta as etapas da regularização fundiária do território da Serra da Guia.

A identificação, delimitação e demarcação do território da Serra da Guia, desapropriação e extrusão dos imóveis particulares por meio do Decreto de 21 de novembro de 2012 (DOU, 22/11/2012) da presidente Dilma Rousseff, que declarou de interesse social para fins de desapropriação os imóveis, sob domínio privado válido, abrangidos pelo território da comunidade remanescente do quilombo Serra da Guia. Sua demarcação e titulação foram concluídos apenas um ano depois em dezembro de 2013, no entanto o processo de extrusão continua em março de 2014.

Quadro 17 A Reterritorialização da Comunidade de Quilombo Serra da Guia, Poço Redondo-SE / Processo de Regularização Fundiária – FCP/INCRA - 2007 - 2014

Ano	Documento Legal/ instituição	Área (ha)	Fam/ Pess	Area media (ha)
2004	Reconhecimento Fundação Palmares como comunidade remanescente de quilombo	9.013,18	197/ 871	45,7
2007 (17/9)	Comunidade apresenta ao INCRA relação nominal dos imóveis inseridos no perímetro do território reivindicado			
2009 (12/2)	Conclusão do levantamento cartorial pelo INCRA			
2010 (25/2)	Parecer conclusivo do RTIDT pelo INCRA que inclui relatório antropológico (UFS) e parecer jurídico da procuradoria – INCRA/SR-23-SE			
2012	Decreto de Dilma Rousseff declarou de interesse			

(21/11)	social (genérico) para fins de desapropriação os imóveis de domínio privado dentro do território quilombola.			
2013 dez	Conclusão do processo e titulação do território quilombola			
2014 Até Março	Continuidade do processo de extrusão das propriedades privadas dentro do território quilombola pelo INCRA			

Fonte: Sistematização da autora a partir de fontes documentais da legislação do INCRA/SR-23 e pesquisas bibliográfica.

O título de propriedade definitivo é coletivo expedido em nome da comunidade, o que assegura soberania dos quilombolas sobre o seu território, garantindo-lhes condições de existência (Marques, 2012, p. 5 e 6). Como isso ainda não foi concluído Serra da Guia ainda não recebeu um código especial para constar na listagem geral de assentamentos de reforma agrária (24/02/2014).

Hoje no Brasil, segundo o movimento quilombola, existem cerca de 5 mil comunidades quilombolas à espera de certificação da FCP, até hoje apenas cerca de 80 conseguiram o título de propriedade coletivo; da mesma forma inúmeros povos indígenas, à espera de laudos de identificação das terras que ocupam. Como obstáculos no processo de identificação desses territórios a autora cita a ausência de profissionais habilitados (antropólogos) nos órgãos responsáveis para a elaboração dos relatórios de identificação étnica e delimitação territorial - RIDT, contratados pela FUNAI e FCP/INCRA, mediante convênios interinstitucionais; exigência de laudos extremamente detalhados pela referida instrução normativa de 2008, que acarreta maior demanda de tempo; os processos demarcatórios são demorados e onerosos com 5 etapas no caso das comunidades quilombolas e 6 etapas no caso das tribos indígenas; o Estado alega falta de recursos para indenizar e realocar as populações retiradas do território quilombola.

8.2.3.3 A territorialização dos movimentos sócioterritoriais nucleada pela “área reformada” em 2013

No mapa do estado de Sergipe (INCRA, 2013) a grande “área reformada” aparece no recorte territorial do Alto Sertão Sergipano; ressaltando o forte adensamento dos assentamentos, além dos dois territórios quilombolas.

O processo de contiguidade dos assentamentos se consolida com as duas manchas mencionadas em 2006 se alongando no sentido norte-sul, sendo que a do

Jacaré-Curituba se emendou com a do assentamento João Pedro Teixeira de divisa a divisa até alcançar o território de Serra da Guia.

Também se observa a formação de duas outras manchas menores em Canindé do São Francisco, uma no extremo oeste em torno do assentamento Mandacaru, e outra que se prolonga a leste e oeste do assentamento Modelo; além de uma terceira mancha no extremo leste de Poço Redondo, em torno do assentamento Lagoa das Areias.

Figura 08 Mapa dos Assentamentos de Reforma Agrária e Territórios Quilombolas - INCRA - Dezembro de 2013

Esse mapa só não representa o retrato da territorialização de todos os movimentos sócioterritoriais 1979-2014, porque falta a localização do território da tribo Xocó (vizinho ao Mocambo), cuja obtenção fundiária foi realizada pela FUNAI, que utilizou a mesma modalidade de desapropriação por interesse social genérico, pelo governador do estado, em 1979, já que ilha fluvial era patrimônio estadual, que só em 1984, com o governador João Alves Filho foi transferida para o patrimônio da União/FUNAI, assim como a Caiçara em 1991. Também não são visualizados o assentamento do MST, cuja terra foi comprada com recursos do Banco da Terra, nem os 15 assentamentos incentivados pelos STRs, cujas terras foram compradas com recurso do crédito fundiário, nos dois casos, realizadas pelo PRONESE/Secretaria de Estado do Planejamento do Governo de Sergipe.

A possibilidade de análise de tais subconjuntos, com maior acuidade é aberta pela distribuição espacial dos assentamentos do INCRA (2013) na “Malha Digital de Setores Censitários Rurais” (IBGE, 2010), de cada um dos municípios do Alto Sertão Sergipano, como pode ser observado nos mapas que constam **nos apêndices seguintes: H – figura nº 01** (Poço Redondo); **K – figura 03** (Canindé do São Francisco); **N – figura nº 05** (Nossa Senhora da Glória); **Q – figura nº 07** (Monte Alegre de Sergipe); **T – figura 09** (Gararu) e **W - figura nº 11** (Porto da Folha).

O avanço da técnica cartográfica permite a visualização de indicadores socioeconômicos dos Censos Demográficos e Agropecuários do IBGE nesta escala mais desagregada possível,⁵³⁸ que resultaram nos mapas de cada um dos seis municípios, acerca, por exemplo, da variável “classes de renda dos chefes de domicílios rurais” (IBGE, 2010), cruzada com os assentamentos rurais (INCRA, 2013) por setores censitários (IBGE,2010), como se observa nos mapas dos apêndices seguinte: **I – figura nº 02** (Poço Redondo); **L – nº 04** (Canindé do São Francisco); **O – nº 06** (Nossa Senhora da Glória); **R – nº 08** (Monte Alegre de Sergipe); **U – nº 10** (Gararu) e **X – 12** (Porto da Folha). A análise cartográfica nesses casos permite comparar a situação dos assentamentos com seu entorno imediato, com relação a diversos indicadores socioeconômicos, abrindo novas linhas investigativas e novas possibilidades para os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (isolados ou de subconjuntos significativos) elaborados e/ou

⁵³⁸ A compatibilização eletrônica da base cartográfica dos setores censitários do IBGE (2010) com a do INCRA, permite maior acuidade na análise comparativa de dados estatísticos entre as áreas onde há assentamentos com outras onde existe apenas o campesinato tradicional, permitindo avaliar melhor o impacto da reforma agrária no entorno de um assentamento ou subconjunto significativo.

acompanhados pela Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES nos assentamentos,

Em síntese o Alto Sertão Sergipano representa um grande território camponês nucleado por uma “área reformada” produzido a partir da luta pela terra coordenada por diversos movimentos sócioterritoriais que foram se territorializando ao longo desses 35 anos:

- 1) O MSTR, o MST com apoio de pastorais sociais organizaram 5.302 famílias que hoje produzem novos espaços socioeconômicos nos 97 assentamentos de reforma agrária a partir da apropriação de 100.581,91 hectares;

O MST e o MSTRT lançaram mão de outros mecanismos de reordenamento fundiário, para que 60 famílias (excedentes de acampamentos do MST) conquistassem a terra mediante recurso do

- 2) Banco da Terra e outras 311 famílias, ligadas ao MSTR, fossem assentadas em 15 assentamentos rurais, com recursos do crédito fundiário, ambas com intermediação do governo do estado de Sergipe, totalizando o acesso de 371 famílias a mais de 4.030,37 hectares (falta informação da dimensão do Bonsucesso), em 16 assentamentos rurais. O primeiro mecanismo foi extinto, mas o segundo foi incorporado ao II PNRA (2003) e II PRRA/SE (2004), portanto deve ter tido continuidade no período 2007-2014 (faltou informação).

Como é abordado em vários estudos sobre assentamentos rurais as duas formas de obtenção fundiária provocam transformações no espaço agrário, o que no Alto Sertão Sergipano conforma um conjunto de 113 assentamentos, a partir dos quais 5.673 famílias se apropriaram de mais de 104.612,28 hectares.

- 3) Três povos tradicionais se lançaram na luta pela terra reconquistando seus territórios seculares, e, portanto se reterritorializando: as 108 famílias da tribo Xocó, na primeira fase da luta tiveram duas vitórias – a ilha de São Pedro em 1979 (pioneira) e a fazenda Caiçara em 1992, tendo finalmente reconhecida e homologado seu território de 4.317 hectares. Na segunda fase as 114 famílias

da comunidade Mocambo foram reconhecidas como remanescentes quilombolas, em 2000, apropriando-se do território de 2.100 hectares. Tanto os Xocó como Mocambo localizam-se em Porto da Folha. Por fim na terceira fase as 197 famílias da comunidade quilombola de Serra da Guia, em Poço Redondo, tiveram reconhecimento legal do seu território de 9.013,16 hectares em 2013 e a partir daí começou a desapropriação dos imóveis particulares no seu interior, ainda não concluída em janeiro de 2014.

A totalização da luta dos povos tradicionais chegou à conquista de três territórios de 419 famílias, que se apropriaram de 15.430,16 hectares. Não se identificou até este momento outras comunidades remanescentes quilombolas, e não há nenhum movimento que inicie essa luta no Alto Sertão Sergipano, da mesma forma as pessoas que se declaram indígenas nos Censos Demográficos do IBGE (2000, 2010) estão dispersos e integrados na sociedade. Portanto a luta dos povos tradicionais se conclui com essas conquistas.

O MSTR, índios, remanescentes quilombolas e, sobretudo MST, apoiados por pastorais sociais da Diocese de Propriá; conseguiram influenciar do Poder Público federal (INCRA, FUNAI, FUNDAÇÃO PALMARES) e estadual, órgãos do Governo do Estado de Sergipe a realizarem ações efetivas de obtenção fundiária, a maior parte delas (exceto Banco da Terra e Crédito Fundiário) pelo mecanismo de desapropriação, ou seja, predominantemente uma ação de redistribuição fundiária que demarcou a territorialização desses segmentos sociais, na disputa da terra e da água, o que implicou na desterritorialização de latifúndios improdutivos e produtivos.

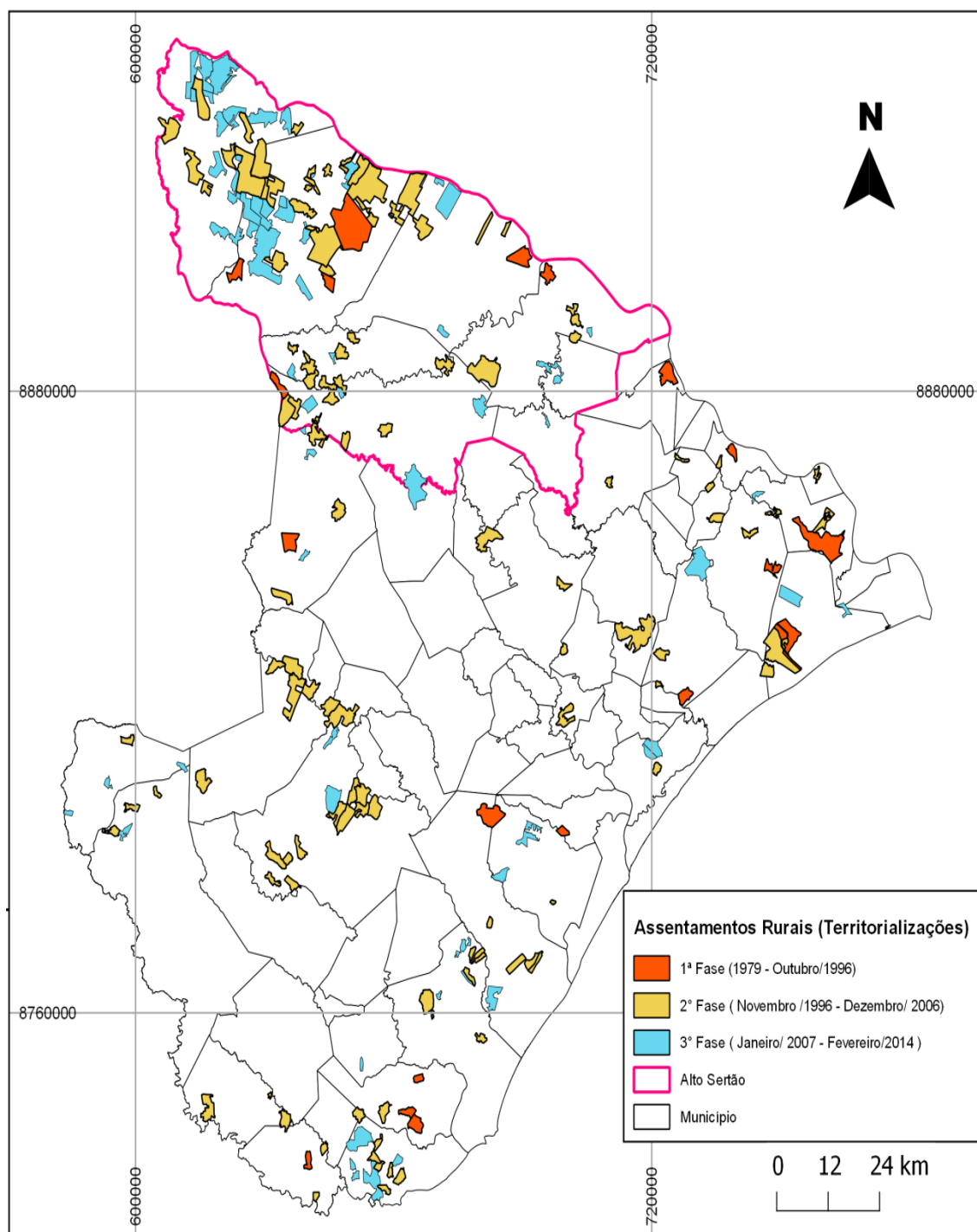
O processo cumulativo de territorialização dos movimentos sócioterritoriais, recuando a 1979 até janeiro de 2014, totalizou finalmente 116 assentamentos/tribo/comunidades, com 6.092 famílias e 104.612,28 hectares que conformam um grande território camponês nucleado pela reforma agrária.

Qualitativamente, cabe lembrar que parte dos imóveis que foram desapropriados são produtivos (por interesse social genérico, no caso dos povos tradicionais e por utilidade pública no caso das colônias agrícolas estaduais). No Alto Sertão Sergipano, a luta social transformou-se efetivamente em territorialização dos movimentos sócioterritoriais, particularmente do MST e a ação pública contraditória, por meio da política de redistribuição fundiária, do INCRA, FUNAI, Fundação Cultural Palmares e do Governo de Sergipe, vem consolidando a recampanização

dos sem terra. As ações fundiárias vêm também reconhecendo e legalizando os territórios dos povos tradicionais – índios Xocó e remanescentes quilombolas – Mocambo e Serra da Guia, reterritorializados, pelas novas gerações.

A “área reformada” que nucleia a territorialização dos movimentos sócioterritoriais entre 1979 e fevereiro de 2014 pode ser observada no mapa dos assentamentos do Alto Sertão Sergipano que evidencia as três fases da luta pela terra e da redistribuição fundiária nos assentamentos de reforma agrária (INCRA): de 1979 a 1996; de 1997 a 2006 e de 2007 a 2014 (Figura nº 09).

As tabelas com a relação nominal dos assentamentos por município nas três fases da luta pela terra no Alto Sertão Sergipano permitem salientar a especificidade de ritmos e a abrangência desse processo em cada um dos seis municípios, mas o comentário das mesmas foge aos objetivos desta Tese, deixando para leitor a apreciação e análise das mesmas respectivamente nos apêndices seguintes: **apêndice G**, tabela nº 07 de Poço Redondo (de novembro de 1986 a fevereiro de 2014); **apêndice J**, tabela nº 08 de Canindé do São Francisco (de dezembro de 1996 a 2011); **apêndice M**, tabela nº 09 de Nossa Senhora da Glória (de dezembro de 1997 a 2010); **apêndice P**, tabela nº 10 de Monte Alegre de Sergipe (abril 1991 a 2009); **apêndice S**, tabela nº 11 de Gararu (de abril de 1991 a 2008) e **apêndice V**, tabela nº 12 de Porto da Folha (de maio de 1987 a 2011).



Fonte: INCRA (2014). Organização e Elaboração: Theresa Cristina Zavaris Tanezini e Edson Magalhães Bastos Júnior

Figura 09 Mapa da “Área reformada” Construída pelos Movimentos Sócioterritoriais no Alto Sertão Sergipano nas Três Fases da Luta pela Terra e Redistribuição Fundiária pela FUNAI, FCP e INCRA - 1979 – 2014.

Esse não é um processo político que está esgotado na medida em que em 48 ocupações, 1575 famílias continuam a luta pela terra “embaixo da lona preta”, como foi analisado na seção 7.

8.2.3.4 Impacto da Redistribuição Fundiária em Relação ao Ponto Zero de 1972 refletida na Estrutura Fundiária de 2013

Para avaliar o impacto do conjunto da terra redistribuída para os sem terra e povos tradicionais a tabela seguinte apresenta dados comparativos do número e da área total dos latifúndios por exploração, de 1972 (ponto zero) e do número e área total redistribuída no período entre 1979 e fevereiro de 2014.

Tabela 47 Comparação do Número e Área dos Latifúndios por Exploração (1972) com Assentamentos/Desapropriações no Alto Sertão Sergipano - entre 1979 e fevereiro 2014

Município	1972		1979-2014		Área redistribuída em relação aos Latifúndios improdutivos 1972
	Latifúndio por Exploração		Assentamentos/Territórios dos Povos Tradicionais Desapropriações/Compra		
	Nº	Área ha)	Nº imóveis	Área (ha)	
Poço Redondo	207	66.710	-	-	-
Canindé do São Francisco	139	77.093	-	-	-
Nossa Senhora da Glória	184	45.222	-	-	-
Porto da Folha	152	40.082	-	-	-
Gararu	152	32.934	-	-	-
Monte Alegre de Sergipe	81	15.391	-	-	-
Total Alto Sertão Sergipano	915	277.432	116	104.612,28	37,70%

FONTE: Elaboração pela autora a partir da listagem do INCRA/DF/DFC Apuração Especial nº 00588 – SNCR dezembro 2005

Observa-se na tabela que o montante da área arrecada em 35 anos de luta pela terra no Alto Sertão Sergipano representa 37,70% da área total dos “latifúndios improdutivos” (grandes e médias propriedades que não cumpriam a função social em 1972). Isso significa que apesar do considerável avanço, e a despeito das colocações correntes de que não há mais espaço para se avançar na reforma agrária os dados do PONTO ZERO desmentem isso.

A tabela nº 47 mostra o universo fundiário do Alto Sertão Sergipano em 2013, constituído de 12.728 imóveis e 390.716 hectares da área total cadastrada (INCRA, 2013). A análise da tabela se inicia pelos dois polos dessa estrutura fundiária - a grande e a pequena propriedade/posse.

Sendo a grande propriedade nos seis municípios deste território (15 módulos fiscais ou mais) correspondente a 1.050 hectares, da classe de área de grandes propriedades com mais de 1.000 hectares restavam apenas 05 imóveis no Alto Sertão Sergipano (um número estatisticamente irrelevante de 0,03% do total de imóveis), que abarcavam 6.392 hectares (cujo peso relativo é de apenas 1,63 % da área total cadastrada no território).

Em três dos seis municípios, tanto o número, quanto a área das grandes propriedades/posses está zerada: Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre de Sergipe e Gararu. Em Poço Redondo, o número de imóveis é praticamente nulo (0,04% do total) e a área restante dessas grandes propriedades/posses é estatisticamente irrelevante (1,48 % da área total cadastrada no município). Em Porto da Folha, o número de imóveis maiores de 1000 hectares também é praticamente nulo (0,07% do total) e a área por eles ocupada é muito pequena (4,67 % da área total) e por fim, em Canindé do São Francisco restam apenas 0,3 % das grandes propriedades/posses que abrangem apenas 5,28% da área total municipal. Os números falam por si mesmo.

Com relação a esse primeiro corte da análise da estrutura fundiária percebe-se que os movimentos sócioterritoriais foram bem sucedidos, nesses trinta anos de luta pela terra e redistribuição fundiária, na medida em que conseguiram desterritorializar em grande medida o latifúndio (não apenas improdutivo, mas também produtivo).

De outro lado, fazendo o corte analítico nos 250 hectares (já que a pequena propriedade nesses municípios (até 4 módulos fiscais) vai até 280 hectares, a soma das classes de área até 250 hectares é de 12.511 pequenas propriedades/posses que abarcam 311.497 hectares. Em números relativos esse número de imóveis representa 98,25 % do total, que abrangem uma área, igualmente significativa, que representa 79,7 % do total da área cadastrada.

Desagregando esses dados das pequenas propriedades/posses de menos de 250 hectares observa-se que a maioria absoluta (86,3%) ainda são minifúndios – de menos de 70 hectares - que abrangem 45,1% da área total o que demonstra uma grande fragilidade dessas pequenas unidades de produção camponesas com tamanho tão pequeno, embora no conjunto detenham quase metade da área total cadastrada no território. Desses pequenos imóveis predominam tanto em número (52,10%) quanto em área (39%) as propriedades/posses de 10 a menos de 50

hectares, nas quais se concentram os lotes dos assentamentos (de sequeiro), enquanto os imóveis de menos de 10 hectares, representam 34,20% do número e 6,1% da área total, dentre os quais constam os lotes irrigados do Perímetro Califórnia e do Jacaré-Curituba (4 hectares em média). Outros 11,95% dos imóveis são de mais de 50 e menos de 250 hectares ocupando um montante significativo de 34,6 % da área total. Dentre eles 8,48% do número abarcando 19,2% da área, são de imóveis de mais de 50 a menos de 100 hectares e 3,47% do número ocupando 15,4% da área são de mais de 100 a menos de 250 hectares. Esses números evidenciam o grande contingente numérico do campesinato e o grande peso relativo da área que ocupam.

Tabela 48 Estrutura Fundiária no Alto Sertão Sergipano - INCRA - 2013

Munic	Canindé do São Francisco		Poço Redondo		Nossa Senhora da Glória		Porto da Folha		Monte Alegre		Gararu		Alto Sertão Sergipano		Alto Sertão Sergipano		Caracterização imóveis 1993 (1 MF= 70 ha)
Classe de área	IMOVEIS		IMOVEIS		IMOVEIS		IMOVEIS		IMOVEIS		IMOVEIS		IMOVEIS		IMOVEIS		
	Nº	Área	Nº	área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº %	Área %	
-10	65	397	485	2.904	1.272	6.728	1.046	5.597	272	1.765	1.212	6.478	4.352	23.869	34,20	6,1	Minifúndio (- 1MF) - 70 ha
10-50	327	8.652	1.431	34.414	1.418	30.973	1.452	31.943	699	16.350	1.311	29.965	6.638	152.297	52,10	39,0	
50 - 100	103	7.358	229	15.922	178	12.373	223	15.707	109	7.421	237	16.326	1.079	75.107	8,48	19,2	Pequena Propriedade/Posse (1 - 4 MF) 70 – 280 ha
100 - 250	59	8.094	78	11.423	85	11.108	90	12.491	40	5.468	90	11.640	442	60.224	3,47	15,4	
Sub Total -250	554	24.501	2.223	64.663	2.953	61.182	2.811	65.738	1.120	31.004	2.850	64.409	12.511	311.497	98,25	79,7	Minifúndios e pequenas propriedades/posses
250 – 500	40	12.896	36	11.184	31	9.252	33	9.077	14	3.566	33	8.755	187	54.730	1,46	14,0	Média Propriedade/Posse (4 – 15 MF) 280 - 1050 ha
500 – 1000	13	9.279	01	934	06	4.675	01	556	02	1.387	02	1.266	25	18.097	0,20	4,6	
1000-2000	02	2.602	01	1.152	00	00	02	2.638	00	00	00	00	05	6.392	0,03	1,6	Grande Propriedade/Posse (15+ MF) + 1050 ha
Sub Total 500 +	15	11.881	02	2.086	06	4.675	03	3.194	02	1.387	02	1.266	27	24.489	0,21	6,2	Grandes e Médias propriedades/posses
Total Imóv	594	49.278	2.261	77.933	2.990	75.109	2.847	56.441	1.134	35.957	2.885	74.430	12.728	390.716	100	100	Total de Imóveis
500+/ Total %	2,52 %	24,11 %	0,0 %	2,67 %	0,2 %	6,22 %	0,1 %	5,66 %	0,17 %	3,86 %	0,0 %	1,7 %	0,21 %	6,26 %	0,21 %	6,2 %	Grandes e Médias Propriedades/Posses / total imóveis
1000+/ Total Imov	0,3 %	5,28 %	0,04 %	1,48 %	0,0 %	0,0 %	0,07 %	4,67 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,03 %	1,63 %	0,03 %	1,6 %	Grandes Propriedades/Posses / total imóveis

Fonte SNCR/INCRA, 2013.

Sendo a Média Propriedade/Posse (4 – 15 MF) correspondente a 280 - 1050 hectares, existem 212 imóveis nessa categoria (1,66% do total) que abrange 72.827 hectares (18,60% da área total). Dentro dessa categoria muito ampla o maior contingente é o das 187 propriedades/posses de mais de 250 e menos de 500 hectares (1,46% do total) que abarcam 54.730 hectares (14% da área total). A classe de área de mais de 500 e menos de 1000 hectares é representada por apenas 25 imóveis (0,20% do total) que ocupam 18.097 hectares (4,6 % da área cadastrada total).

Por fim, fazendo o corte analítico nos 500 hectares, usualmente utilizado, de um lado, o total de propriedades/posses de menos de 500 hectares no Alto Sertão Sergipano representa 99,71% do total dos imóveis e 93,7% da área total cadastrada, o que permite afirmar que a luta massiva e radical dos movimentos sócioterritoriais estabeleceu 500 hectares praticamente como limite máximo da terra neste território, muito inferior aos 35 módulos fiscais propostos nesta campanha nacional (o que daria 2450 hectares nesses municípios).

Do outro lado, as propriedades/posses de mais de 500 hectares, incluindo as de mais de 1000 hectares, somam 27 em número absoluto (0,21% do total de imóveis) e abarcam 24.489 hectares (6,26% da área total cadastrada). A maior parte desses imóveis se concentra em Canindé do São Francisco, com 2,52% do total desses imóveis que abarcam o significativo montante de 24,11% da área total do município e que poderão se tornar importantes, considerando-se a implantação do perímetro irrigado em parte dessas terras. Em todos os demais municípios do território essas médias e grandes propriedades representam número relativo irrelevante e ocupam uma área de menos de 7% do total, como se vê em ordem decrescente, respectivamente em: Nossa Senhora da Glória (0,2% do número e 6,22% da área); Porto da Folha (0,1% e 5,66%); Monte Alegre de Sergipe (0,17% e 3,86% da área); Poço Redondo (0,0% e 2,67%) e Gararu (0,0% e 1,7%). E, dado que a luta pela terra ainda não se esgotou esses números absolutos e relativos poderão ser menores, na medida em que mais acampados se tornem assentados.

Em anexo são apresentadas tabelas com a estrutura fundiária atual (2013) de cada um dos seis municípios do Alto Sertão Sergipano – respectivamente por classes de área, por módulos fiscais e por tipo de imóvel (minifúndio, pequena, média ou grande propriedade/posse): de Canindé do São Francisco (**anexo A** tabela

nº 01; **anexo B**, tabela nº 02 e **anexo C**, tabela nº 03); de Gararu (**anexo D**, tabela nº 04, **anexo E**, tabela nº 05 e **anexo F**, tabela nº 06); de Monte Alegre de Sergipe (**anexo G**, tabela nº 07, **anexo H**, tabela nº 08 e **anexo I**, tabela nº 09); de Nossa Senhora da Glória (**anexo J**, tabela nº 10, **anexo K**, tabela nº 11 e **anexo L**, tabela nº 12); de Poço Redondo (**anexo M**, tabela nº 13, **anexo N**, tabela nº 14 e **anexo O**, tabela nº 15) e de Porto da Folha (**anexo P**, tabela nº 16, **anexo Q**, tabela nº 17 e **anexo R**, tabela nº 18).

Essa tabela nº 48 evidencia que existe no Alto Sertão Sergipano um grande contingente de pequena propriedade/posse, reforçado pela redistribuição fundiária massiva propiciada pela reforma agrária. O desafio para todos os movimentos sócioterritoriais é amplificar a potencialidade da reforma agrária, a partir da apropriação da terra e da água, estruturante de um novo contexto sócio-econômico-político e cultural que pode ser compreendido como um grande território camponês nucleado pela “área reformada”, espaço diferencial produzido pelos movimentos sócioterritoriais que ao se apropriarem da terra, se recampenizam, criando seus “territórios usados”, espaços de resistência, como uma “rugosidade” no espaço liso hegemônico do capital (Santos, 1978), ou um território alternativo “de vida, de luta e de justiça social” (Oliveira, 2004).

CONCLUSÕES

O objetivo geral desta Tese foi analisar os processos empíricos que implicaram na transformação do espaço agrário do Alto Sertão Sergipano. Para compreendê-los teoricamente foi perseguida uma abordagem interdisciplinar fundada na perspectiva teórico-metodológica histórico-estrutural, que enfocou o debate geográfico, mas também se apoiou em filósofos, historicadores, sociólogos, antropólogos e juristas. Os objetivos específicos enfatizaram as próprias classes na disputa da terra e também o papel contraditório do Estado frente aos territórios em conflito.

A expressão conceitual que intitula esta Tese – Territórios em Conflito – decorre da interpretação do espaço como espaço social produzido pelas classes em processos sócioespaciais e da abordagem relacional do território, enfatizando os processos geográficos T-D-R - territorialização, desterritorialização, reterritorialização, enquanto lutas sociais que traduzem a prática social e política das classes em confronto, por meio de seus movimentos sociais, a partir do olhar sociológico, ou movimentos sócioterritoriais apoiados por movimentos sócioespaciais, a partir do olhar geográfico, como a versão geográfica da questão agrária.

Por um lado representam os interesses da burguesia agrária, ou seja, do capital que avança no campo territorializando-se ou monopolizando o território.

Por outro lado, os movimentos dos camponeses com acesso precário a terra e dos trabalhadores rurais sem-terra, que se organizaram e atuaram politicamente para resistir a esse avanço, lançando-se na luta pela terra e a cada conquista foram se territorializando, incluindo os povos tradicionais – índios e quilombolas, que ao serem reconhecidos seus territórios ancestrais, se reterritorializaram. Camponeses tradicionais ou trabalhadores rurais sem terra buscam reproduzir-se e recriar-se enquanto camponeses independentes, produzindo um território alternativo ao espaço hegemônico do capital.

Teoricamente os processos conflitantes de produção do espaço passaram necessariamente pela apropriação da terra, entendida tanto na sua dimensão material, enquanto, solo, principal meio de produção, quanto, na sua dimensão superestrutural – jurídico-política, enquanto posse legitimada e legalizada ou propriedade da terra.

A retrospectiva histórica, filosófica e jurídica sobre o direito de propriedade da terra fundamentou a bandeira defendida hoje pelos movimentos sócioterritoriais

“terra para quem nela trabalha” com base no direito natural (direito humano fundamental) que condicionava a propriedade privada da terra ao trabalho.

Os “Gracos”, tribunos da plebe, representaram os camponeses na experiência histórica de reforma agrária e democratização social e política na república romana, assinalada por Nicolau Maquiavel como o exemplo de democracia plena na antiguidade clássica, superando Atenas; eles também foram homenageados pelo precursor da defesa da coletivização da terra na Revolução Francesa, que se codinominou “Gracho” Babeuf. As idéias dos socialistas utópicos, incluindo os anarquistas no século XIX previam ampla repartição da terra e a autogestão da produção por produtores associados, foram retomadas criticamente por Marx e Engels na elaboração do socialismo científico.

No século XX, se deu a construção do Estado Social pelas duas vias do pensamento e da luta socialista: por um lado, o revolucionário, que fundou o Estado Proletário (há mais de meio século na China e em Cuba e quase centenária na Rússia); e, por outro lado, o Estado Social-Democrático, reformista que resultou do pacto social entre trabalhadores e burguesia, fundando o *Welfare State* (Estado de Bem Estar), sobretudo europeu, durante 30 anos, que alcançou o maior grau de igualdade social dentro do capitalismo. O que se ressaltou nessas duas experiências históricas socialmente mais avançadas é que a democratização da terra foi resolvida como questão estratégica do Estado, em função do desenvolvimento econômico-social nacional, portanto, de forma intempestiva e massiva, estabelecendo, no primeiro caso, a propriedade social da terra (estatal e cooperativada) e no segundo caso, definindo um limite máximo para o tamanho da propriedade privada da terra (em grande parte também cooperativizada).

Por influência direta ou indireta dessas experiências foram realizadas reformas agrárias em diversos contextos (inclusive “pela espada”) por isso, na atualidade observa-se ampla distribuição da terra, valorizando-se o seu uso com força de trabalho predominantemente familiar, viabilizado por recursos tecnológicos (mecanização adaptada) na agricultura e pecuária intensivas, no curto calendário agrícola dos países temperados. Limites máximos de menos que 500 hectares, em geral menores que 100 hectares, para os estabelecimentos agrícolas foi a realidade encontrada nos cinco continentes, entre países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos (segundo classificação do BIRD, 1988), com superfícies territoriais pequenas ou grandes, inclusive nos Estados Unidos (FAO, 2006).

Esses exemplos históricos de democratização da terra no mundo permitiram a José Gomes da Silva (1971), estudioso da reforma agrária e primeiro presidente da ABRA (criada na ditadura, em 1967), elaborar o conceito de reforma agrária como política de Estado, embora impulsionada e controlada pela luta camponesa; confrontando-se e denunciando as tentativas de substituição da política agrária por políticas agrícolas, na disputa do próprio conceito. Sua proposta mantém plena atualidade na mesma disputa conceitual que permanece.

Apesar das campanhas dos movimentos sociais do campo no Brasil em 1997-2000-2003 e 2007-2010 pela emenda constitucional que defina um limite máximo para o tamanho da terra, o País, permanece na contramão dos processos de democratização da propriedade como uma ação resolutiva estratégica num determinado sentido de desenvolvimento econômico-social, a partir de parâmetros de segurança alimentar e nutricional e de soberania alimentar, temas recorrentes nos debates internacionais atuais, quando a fome alcança 1 bilhão dos 7 bilhões de habitantes do planeta (FAO, 2014). A concentração fundiária no Brasil medida desde 1940 pelo Índice de Gini jamais deixou de ser muito forte – 0,84, e vem aumentando em nível nacional.

Reitera-se nesta Tese que a concentração fundiária atual não é simplesmente herança colonial, pois a dimensão do latifúndio no país não tem precedente histórico; as imensas propriedades são resultado do desenvolvimento capitalista, são modernas e se ampliam sem limites. Recorde-se que a legislação agrária original da colônia (sesmarias) da Corôa Portuguesa, mercantilista (interventor em toda atividade econômica) continha o pressuposto do seu uso efetivo para que a doação pudesse ser legalizada tornando-se propriedade privada (em que pese distorções em sua implementação), beneficiando-se o Estado da arrecadação de impostos sobre a produção. E ao longo do processo histórico houve definição do tamanho máximo das sesmarias de acordo com o sistema produtivo regional, levando-se em conta as necessidades de terra das respectivas atividades econômicas: 1 légua em quadro na atividade canavieira e 3 X 1 léguas em quadro na atividade pecuária (Tanezini, 1994).

Historicamente o Estado brasileiro financiou e subsidiou o avanço do capital no campo nacional e transnacional (que chega na atualidade a altos índices de desnacionalização das terras) nas duas formas: a territorialização do capital pelas empresas rurais, expropriando/proletarizando o campesinato, transformado em

assalariados temporários precarizados – os chamados “bóias frias”; e a monopolização do território pelo capital monopolista, na medida, que se incrementou no bojo do processo de modernização conservadora da agricultura, a formação dos CAIs – complexos agroindustriais – que integraram camponeses como fornecedores de matéria prima agropecuária para as indústrias beneficiadoras (a jusante), além de se tornarem consumidores de insumos industriais - químicos e mecânicos (a montante) e crédito rural.

Dado que seu caráter burguês, embora tensionado pelas classes trabalhadoras do campo e das cidades, não foi efetivamente transformado, a resolução da questão agrária foi deixada para a luta de classes no âmbito da sociedade civil. Num país de superfície continental como o Brasil, a conquista da terra se dá “palmo a palmo”, de forma tremendamente desigual, com muito sacrifício e violência sobre trabalhadores e apoiadores. Os conflitos se acirraram e disseminaram na medida do avanço do capital sobre a terra indígena e quilombola e de outros posseiros e pela expulsão de moradores, parceiros e arrendatários de dentro das grandes propriedades rurais.

A bandeira da democratização da terra de forma massiva no Brasil vem sendo empunhada sem sucesso pelos movimentos sociais do campo há diversas gerações: desde as ligas camponesas, que proclamou “reforma agrária na lei ou na marra” no I Congresso Camponês Nacional, no início dos anos sessenta, do Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER, que promovia ocupações de latifúndios e do movimento sindical de trabalhadores rurais⁵³⁹. Apesar do drástico corte histórico nas lutas, imposto pela repressão da ditadura militar, a bandeira da “reforma agrária ampla, massiva e imediata, sob o controle dos trabalhadores” foi retomada nas mobilizações operárias, camponesas e populares no início dos anos oitenta.

Permanece atual no país o debate entre duas concepções do direito sobre a propriedade da terra. Por um lado, a concepção liberal da propriedade da terra como um direito individual absoluto e “sagrado”, desvinculado da necessidade de produção, inclusive estimulado pelo Estado que fundou o mecanismo das hipotecas do patrimônio fundiário como garantia de empréstimos, tornando a terra reserva de

⁵³⁹ As ligas camponesas foram animadas em sua organização de base, articulação e visibilidade, pelo PCB e posteriormente contaram com o decisivo apoio do advogado Francisco Julião. O MASTER no Rio Grande do Sul foi apoiado pelo PTB do governador Leonel Brizola, e o movimento sindical (apoiado pela igreja católica e o PTB governista).

valor. Esse comportamento especulativo resultou numa absurda ociosidade da terra, enquanto milhões de minifundiários se “espremem” em áreas de terra insuficientes para garantir a reprodução social da família camponesa. Essa concepção até hoje é defendida ferrenhamente pelas entidades representativas dos latifundiários (CNA, UDR) e sua bancada ruralista no Congresso Nacional, investindo contra os sem-terra, os indígenas e os quilombolas. Dessa forma o desenvolvimento histórico da grande propriedade no país vai de encontro ao princípio da função social da terra que prevalecia no resto do mundo.

Por outro lado, a concepção do condicionamento social do direito de propriedade, representada pelo referido princípio da função social, que já conta com larga fundamentação na doutrina do Direito e no constitucionalismo social, teve como marcos as constituições republicanas das três primeiras décadas do século XX, do México (1917), de Weimar/Alemanha (1919), além da Espanha (1931). Sobretudo a de Weimar influenciou os juristas brasileiros a partir de 1934 até 1988 e decorrentes legislações infraconstitucionais. Todavia essa concepção na qual se fundam os movimentos socioterritoriais, é desconhecida da opinião pública em geral, o que não consolida um apoio de toda a sociedade à luta pela terra.

Três hipóteses nortearam o processo investigativo: a primeira foi que a conquista da terra por vários movimentos sociais que foram se territorializando, sobretudo o MST, representou um ponto de inflexão na disputa territorial, na medida em que reverteu o avanço do capital, ao desterritorializar o latifúndio e construir seus territórios (em cada acampamento que se transforma em assentamento), que, no conjunto, vão configurando uma “área reformada” e a reforma agrária propicia a recampanização dos trabalhadores rurais sem terra. A segunda hipótese refere-se à possibilidade da “área reformada” tornar-se o núcleo de gestação de um abrangente e politicamente significativo território camponês, ampliado, na medida em que os diversos movimentos sócioterritoriais promovem alianças dos novos camponeses assentados com o campesinato tradicional, reforçada por essa política, possibilitando a esses segmentos sociais exigirem seu reconhecimento enquanto agentes econômicos e sujeitos políticos, que lutam pela redistribuição de riqueza, renda e poder na região.

Por fim a terceira hipótese foi que os espaços diferenciais construídos por esses grupos populares, como espaços de resistência, territórios alternativos não apenas questionam, mas também interferem nos fluxos do espaço hegemônico, liso,

homogeneizante imposto pela ordem social e política dominante, criando nele suas “rugosidades”, representando a influência da ordem espacial no direcionamento dos processos sociais.

No desenvolvimento da Tese a primeira ideia central foi totalmente defendida tanto pela argumentação teórica a partir da abordagem relacional do território enfatizando os processos geográficos de T-D-R, quanto pelas demonstrações documentais, estatísticas e cartográficas sobre a configuração empírica de um novo espaço agrário no Alto Sertão Sergipano, resultante da luta de vários movimentos socioterritoriais, ao longo de 35 anos, sobretudo o MST, que foram se territorializando, ao desterritorializar o latifúndio improdutivo e produtivo.

Determinadas circunstâncias objetivas foram decisivas para a forma particular como se deu o enfrentamento da questão agrária no Alto Sertão Sergipano, que vem alterando as relações sociais de produção tradicionais decorrentes do acesso precário à terra, relações agrárias marcadas pela exploração e opressão de “coronéis”, que perpetuavam a pobreza crônica (que se tornava aguda em períodos de seca prolongada), resultando no movimento migratório secular: o desemprego em massa ao final das obras da barragem e usina Xingó em meados dos noventa agudizou o drama social encorajando os trabalhadores sem-terra a iniciarem a luta pela terra, acirrando a questão agrária.

As condições subjetivas (grau de organização política e consciência dos trabalhadores) já vinham se dando desde os anos oitenta, quando os movimentos sociais do campo no Alto Sertão Sergipano se articularam com a vanguarda operária que adotava uma estratégia de renovação da organização geral dos trabalhadores “de baixo para cima”, nas cidades e nos campos, por meio do movimento sindical combativo, e fundava o Partido dos Trabalhadores – PT (1982), colmo ferramenta de disputa do poder político institucional, pela via eleitoral. A fase inicial de organização do MST estava articulada com essa retomada das mobilizações da classe trabalhadora do país, definindo-se com caráter sindical (fora da estrutura sindical corporativa legal). Dirigentes do STR de Nossa Senhora da Glória articularam um grupo de doze pessoas que participaram do I Congresso do MST, em 1985.

Outro fenômeno social, político e ideológico que convergiu para criar essas condições especiais no Alto Sertão Sergipano foi a decisão da Igreja católica de apoiar a organização popular, inicialmente com o MEB, fundado no início dos anos sessenta, que sobreviveu à ditadura e a corajosa tomada de posição política do

episcopado latino-americano, quando fez a “opção” pelos pobres em Medellín, 1967 e Puebla, 1979, assumida pelo Bispo da Diocese de Propriá Dom José Brandão de Castro. Essa nova ala progressista do episcopado rompeu com os governos militares e passou a atuar por meio de pastorais sociais diversas: operária, estudantil e do campo, destacando-se nesta Tese o CIMI e a CPT.

Dessa maneira, no Alto Sertão Sergipano, se cruzavam condições objetivas suficientemente duras de desemprego em massa que desencadearam o clima de tensão e subjetivas – as influências político-organizativas do sindicalismo combativo e a da igreja católica progressista que sustentaram a luta pela terra. Dessa forma, os conflitos que pipocavam em toda parte encontraram nesse espaço social apoio para a resistência, como ocorreu com os Xocó, entre 1978 e 1979, que teve seguimento até a integralização do seu território em 1992; simultaneamente várias forças se juntaram para a conquista da primeira área de reforma agrária – a Barra da Onça e a partir dela muitas outras, e das duas comunidades remanescentes de quilombos – Mocambo, em Porto da Folha, que reconquistou seu território em 1992 e Serra da Guia, que o fez em 2013. O MST se destacou nesse processo de territorialização a partir de 1996. A partir da reapropriação da terra os movimentos passaram a ser chamados movimentos sócioterritoriais e as pastorais sociais, enquanto entidades de apoio, de movimentos sócio-espaciais.

Outra direção reflexiva foi sobre a contradição no papel do Estado, introduzida com a reforma agrária em face das territorialidades conflitantes, na medida em que diferentemente das demais políticas de desenvolvimento rural e regional que induziam, estimulavam e sustentavam os avanços do capital no campo; esta política subvertia esse avanço, em favor dos segmentos populares camponeses.

A contradição do Estado se torna visível na própria estruturação institucional do órgão governamental responsável pela reforma agrária, marcada pela descontinuidade, indefinições e redefinições, ao sabor das conjunturas (o SUPRA em 1963, passando pelo INDA e IBRA, até o INCRA, em 1971). Essa mesma instabilidade se observa no próprio nível ministerial, que ora vinculou esse órgão ao Ministério da Agricultura, ora lhe deu uma fisionomia independente, mas sem recursos orçamentários, demonstrando sua menor importância; as mudanças de denominação significam as constantes alterações do seu papel: MARA, MIRAD, MEPF, MDA. As ações de (re)distribuição fundiária, em geral, tem sido dispersas e pontuais, desde as experiências de colonização até a política de assentamentos

após o I Plano Nacional de Reforma Agrária – I PNRA (INCRA, 1985), apesar de sua meta de assentamentos massiva, o que também se deu com o II PNRA (novembro de 2003).

Mas no Alto Sertão Sergipano a luta e as ações da FUNAI, FCP e INCRA resultaram numa redistribuição fundiária massiva que marcou a experiência de reforma agrária nesse território enquanto uma “área reformada”. A principal ferramenta redistributiva do Estado – representado pela FUNAI, pelo INCRA e pela FCP/INCRA – foi a desapropriação por interesse social nas suas diversas modalidades, em última instância inspiradas no princípio da função social da propriedade.

A FUNAI foi o primeiro órgão do governo federal a realizar uma ação redistributiva no Alto Sertão Sergipano, inicialmente muito pontual na ilha de São Pedro (97 hectares), em 1979, mas de muito impacto no município de Porto da Folha, sobretudo, no segundo momento, de ocupação, desapropriação e homologação da posse efetiva da fazenda Caiçara, em 1991, do ponto de vista material, pelo expressivo montante de terra desapropriado pelo governo estadual por interesse social genérico (4.220 hectares). O maior impacto foi político-ideológico, que contempla o simbólico, pelo pioneirismo dos Xocó na conquista pela terra no Alto Sertão Sergipano, diante do imenso preconceito étnico-racial, lembrando que em Sergipe havia sido declarado desde o século XIX que “não havia índios na província”. Do ponto de vista geográfico trata-se da reterritorialização de um povo tradicional. A geração atual dos índios Xocó, se considera como tribo (descendentes diretos), e não apenas como remanescente o que para eles tem um sentido de continuidade da luta dos seus ancestrais; apesar do processo de integração cultural (na missão da Ilha de São Pedro, misturados com outros povos indígenas culturalmente distintos e intensa catequização e ensino do português) que ocasionaram a perda linguística, e da miscigenação com quilombolas e outras comunidades vizinhas, nas fases de dispersão.

Seguindo o exemplo dos índios e favorecidos por um contexto nacional e internacional de reconhecimento de multiculturalidades, Mocambo e Serra da Guia a partir de sua autoidentificação como remanescentes de quilombo, também se reterritorializaram num espaço de mais de dez anos entre suas conquistas, reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares/INCRA, que demarcaram, desintruíram as propriedades privadas de dentro do território desapropriadas por

interesse social genérico e titularam coletivamente suas terras. Os povos tradicionais apesar das especificidades culturais são abordados como movimentos camponeses, que participam da luta geral pela terra no Alto Sertão Sergipano.

Os impactos das lutas dos movimentos socioterritoriais e da ação da FUNAI, do INCRA e da FCP/INCRA na transformação da estrutura fundiária do Alto Sertão Sergipano foram analisados a partir de um parâmetro fixo denominado “ponto zero” (estrutura fundiária de 1972), momento anterior ao início da luta pela terra (com dados disponíveis desagregados por município). A argumentação nesse sentido foi acompanhada da demonstração estatística da transformação da estrutura fundiária nas três fases da luta pela terra: 1979/1986 a 1996; 1996 a 2006 e 2007 a 2014.

Com relação à terceira fase da luta pela terra, num contexto de esvaziamento da política redistributiva por meio da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, - jan 2007 a jan 2014, houve uma reviravolta na investigação, dado que todos os pressupostos da mesma estavam fixados no descumprimento princípio da função social da terra que norteia essa política, cujo foco da desterritorialização recaia sobre a fração dos latifundiários dedicados à pecuária extensiva, ou seja, os latifúndios improdutivos. Nesse sentido o parâmetro destacado era o número e área dos “latifúndios por exploração” – que pelos critérios vigentes em 1972, significavam grandes e médias propriedades improdutivas.

No entanto, a investigação mais detida sobre as 29 colônias agrícolas ou projetos de assentamentos estaduais, presentes nas listagens do INCRA, mostrou que o MST vislumbrou uma nova “brecha” jurídica a partir de um decreto do Governador João Alves Filho, de 2004, de desapropriação “por interesse de estado” no Alto Sertão Sergipano, e implementou uma ofensiva ousada de disputa da terra e da água também com o latifúndio produtivo que combinou ocupações em pontos estratégicos dos projetos de irrigação empresarial e grande maturidade política em processos de negociação, iniciado na fase anterior. O uso do mecanismo jurídico da desapropriação por utilidade pública era inovador e surpreendente para a redistribuição fundiária em função da reforma agrária. Por fim, foi avaliado o impacto cumulativo, das vitórias alcançadas por todos os movimentos sócioterritoriais e da ação dos três órgãos federais enfocados em aliança com o governo estadual, ao se analisar a estrutura fundiária atual (2013).

Como resultado da reforma agrária por mais de três décadas, existem atualmente, em fevereiro de 2014, no Alto Sertão Sergipano 97 assentamentos de

reforma agrária, nos quais vivem 5.302 famílias, além de um assentamento de 60 famílias ligadas ao MST (Banco da Terra) e outros 15 incentivados pelo MSTR com 311 famílias (Crédito Fundiário), até 2006, número que aumentou até 2014 (embora não se tenha conseguido quantificar), com intermediação do governo do estado de Sergipe, para acessar mais de 4.030,37 hectares. Os três povos tradicionais reconquistaram seus territórios seculares, e, portanto se reterritorializaram: as 108 famílias da tribo Xocó (a ilha de São Pedro em 1979 e a fazenda Caiçara em 1991), integralizando um território de 4.317 hectares em Porto da Folha; as 114 famílias remanescentes quilombolas do Mocambo, no mesmo município, reapropriaram-se de 2100 hectares (em 2000); e as 197 famílias quilombolas de Serra da Guia, em Poço Redondo, tiveram reconhecimento legal do seu território de 9.013,16 hectares, em 2012. Dessa forma a territorialização dos movimentos sócioterritoriais, entre 1979 e janeiro de 2014, conquistou 116 assentamentos/territórios, totalizando 6.092 famílias ou mais que apropriaram-se da terra, a partir da redistribuição de 104.612,28 ou mais hectares. Este amplo reordenamento fundiário confere ao Alto Sertão Sergipano o caráter de uma “área reformada” em construção na medida em que a luta continua nos acampamentos antigos e novas ocupações.

Nesse processo geográfico T-D-R o embate pela apropriação da terra implica em relações de poder; pois afirmar que uma força social saiu vitoriosa, implica que outra força social saiu derrotada nesse confronto, subvertendo relações econômicas, sociais e políticas vigentes, isto é, os mecanismos de dominação que se sustentavam no latifúndio.

Ao serem desapropriados os latifúndios e criados os assentamentos de reforma agrária ou reconhecidos os territórios dos povos tradicionais, se altera também a estrutura agrária, ou seja, as relações sociais de produção, procurando recriar o território camponês, compreendido como modo de viver e trabalhar de famílias do campo, que também se coloca como territórios de identidade, sobretudo no caso da tribo Xocó e das comunidades remanescentes de quilombos, teorizado em vasta literatura.

No entanto, ao se falar em produção de um novo espaço social, ou território camponês, ao invés de se referir às pequenas unidades de produção e moradias dispersas e isoladas, foco da teorização clássica sobre o campesinato, observa-se a presença marcante de comunidades que se assemelham às “aldeias” camponesas (cujas relações de parentesco, compadrio e vizinhança não podem ser desprezadas)

que reúnem produtores diretos com lugares de trabalho/produção (lotes) no entorno de habitações próximas nas agrovilas dos assentamentos e das comunidades quilombolas e na aldeia Xocó, onde se situam alguns equipamentos produtivos e sociais essenciais. Esse sentido comunitário avança para o coletivo porque os assentados, não perdem o vínculo orgânico com o MST (movimento social).

Nesses novos espaços sociais – os assentamentos de reforma agrária e nos territórios dos povos tradicionais - as anteriores relações precarizadas de trabalho foram substituídas por relações camponesas autônomas (terra de trabalho, agricultura para o autoconsumo, agricultura de subsistência, pequena agricultura familiar, voltada para a reprodução mercantil simples), que eles definem como “libertação da escravidão”. Deve-se realçar que o auto-consumo não se restringe à alimentação humana (sinônimo de subsistência), mas produção para auto-consumo também produtivo, isto é, alimentação animal e sementes.

Formas de cooperação agrícola aparecem ao mesmo tempo como resgate da experiência secular dos povos tradicionais com as roças coletivas – pela tribo Xocó e pelos remanescentes quilombolas do Mocambo, que passou à tradição camponesa dos mutirões nordestinos em meados do século XX, defendida pelo trabalho pastoral da terra nos anos setenta e oitenta, que chega à atualidade como proposta do setor de produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, presentes na estratégia de sobrevivência dos 35 grupos de produtores do Jacaré-Curituba, na compra coletiva de ferramentas e material de construção na fase inicial de implantação dos assentamentos, na gestão e uso coletivo de maquinário e equipamentos, na agroindustrialização associativa que vem sendo reforçada por uma parceria com uma das entidades com reconhecida uma das mais avançadas experiências mundiais de cooperativismo classista (Mundukidi, da região de Mondragon, no País Basco).

Os movimentos sociais lutam pela defesa de uma produção autônoma, por isso reivindicam políticas agrícolas: crédito PRONAF, seguro agrícola, assistência técnica transformada em política pública – PNATER, prestada por meio de chamadas públicas para empresas concorrentes estaduais ou privadas, apoio à agroindustrialização (Terra Sol).

A venda de excedentes voltada para um mercado local de alimentos *in natura* (que perde aqui a conotação de estreiteza e precariedade), nas feiras existentes em todos os municípios em dias não coincidentes, o que significa já a possibilidade de

acessar um mercado regional, por meio de formas associativas de comercialização, pela rede do sistema CONCRAB/MST, embora ainda incipiente no Alto Sertão; sendo que alguns produtos irrigados como o quiabo alcançam o mercado consumidor de Salvador (BA) e as feiras da reforma agrária e outras tentativas buscam alcançar o público consumidor na capital sergipana. Os movimentos pressionam o Poder Público no seu papel mediador junto ao livre mercado, como faz a Conab na regulação de preços e para ampliar o acesso ao mercado institucional, com base na Lei nº 11.947/2009 que exige que 30% do mercado institucional da merenda escolar seja atendido por produtos da agricultura familiar (PNAE), viabilizado pela Conab via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) etc .

A experiência do território do Alto Sertão Sergipano demonstra a potencialidade da reforma agrária enquanto política pública estrutural/estruturante, juntamente com o fortalecimento da agricultura familiar (com as ressalvas a esse conceito excessivamente flexibilizado que inclui pequenos e médios produtores rurais, enfocando a pequena agricultura familiar ou a agricultura camponesa), como suportes para a ampliação da oferta de alimentos, combinada com outras medidas de incremento da demanda, como foi concebido no Projeto de Segurança Alimentar para o Brasil – FOME ZERO (GRAZIANO DA SILVA, 2001) adotado como eixo do programa de desenvolvimento econômico-social do governo Lula, que se desdobrou com Dilma Rousseff no atual “Plano Brasil sem Miséria” (BRASIL/MDS, junho 2011).

A partir da multiplicação de assentamentos e territórios dos povos tradicionais e da geração de ocupação produtiva nos lotes (individuais e/ou coletivos), a reforma agrária, no sentido amplo, tem poderoso potencial desencadeador da redistribuição de riqueza e renda, com impactos imediatos na ultrapassagem da linha da indigência para milhares de famílias. A experiência de construção da “área reformada” nesse território evidencia sua potencialidade para alterar as condições de vida dos trabalhadores rurais, tanto, na superação da pobreza material como, dentro do próprio processo organizativo enquanto movimentos socioterritoriais e na luta pela terra, a superação da pobreza política (DEMO, 2002).

A segunda idéia central enfatizou a construção de um abrangente e politicamente significativo território camponês, recriado pela reforma agrária, mas que vai além do conjunto de assentamentos e territórios dos povos tradicionais, valorizando a articulação política entre os movimentos socioterritoriais, por meio da construção de alianças entre os novos camponeses assentados e os camponeses

tradicionais, também representados pelos movimentos sociais de pequenos proprietários, organizados em distintas escalas, o que foi parcialmente demonstrado. Pela observação direta percebeu-se o esforço dos vários movimentos sociais camponeses nessa direção: o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs, FEACOM-Porto da Folha, outras associações de base, vem apoiando-se mutuamente desde o início da luta pela terra, como foi o caso dos Xocó (com STR de Porto da Folha) e da Barra da Onça (esforço de vários STRs, pastorais sociais); apoio do STR de Nossa Senhora da Gloria e pastorais para o surgimento do MST.

A relação mais orgânica entre movimentos é entre o MST e o MPA, desde que este último que surgiu em 1995 entrou para a *Via Campesina* Internacional (criada em 1993). Esses dois movimentos dão o direcionamento político-ideológico no Alto Sertão Sergipano na atualidade, que também conta com vários STRs (que se organizam num polo sindical). Cabe registrar a experiência de prestação de assistência técnica do CEFAC/MST para FEACOM.

Importante momento de articulação geral dos movimentos sociais do campo foi a “I Conferência Camponesa do Estado de Sergipe”, entre 08 e 10 de agosto de 2012, no assentamento Moacir Wanderley, Quissamã/Nossa Senhora do Socorro-SE, cujas bandeiras comuns foram expressas na “Declaração do Quissamã”. Em homenagem ao cinquentenário do I Congresso Camponês, que criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, em 1962, delegação representativa de Sergipe participou do “Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas”, entre 20 e 22 de agosto de 2012, em Brasília-DF. Na atualidade, merece ser ressaltada a luta conjunta contra o endividamento dos camponeses, apoiada pelo mandato parlamentar da liderança do MST na Assembleia Legislativa.

A construção do amplo e politicamente significativo território camponês foi reforçada pela vivência conjunta no Colegiado do Território do Alto Sertão Sergipano (território institucional do MDA/SDT/INCRA) adotado como estratégia de desenvolvimento rural sustentável dos últimos planos - nacional e regional - de reforma agrária, respectivamente de 2003 e 2005, conforme observação participante durante mais de uma década, o que permitiu estender-se a articulação para os índios Xocó e quilombolas, além de outros segmentos de camponeses isolados ou organizados apenas em associações locais, que se tornaram público alvo da

reforma agrária, como o grande número de posseiros que aguardam regularização fundiária e pescadores artesanais.

Na medida em que ocorra um conjunto de processos de interação mútua a partir da intensificação das relações dos assentados com seu entorno, da inclusão desses pequenos produtores no circuito econômico local e regional, como responsáveis pelo abastecimento do mercado interno de alimentos saudáveis e da dinamização da vida econômica desses pequenos municípios, pode ocorrer também a ultrapassagem da linha de pobreza para essas famílias camponesas alcançarem vida digna no campo, revertendo o êxodo rural constante para cidades de médio e grande porte (sobretudo de jovens).

O fato de privilegiar o processo de territorialização dos movimentos sócioterritoriais camponeses, que começaram a desterritorializar o latifúndio improdutivo, no bojo do processo de reforma agrária não quer dizer que se tenha descuidado de observar os processos de avanço do capital no Alto Sertão Sergipano, nem que os próprios movimentos camponeses referidos não estejam acompanhando essa movimentação, ao contrário. Depoimentos dos próprios assentados, em várias reuniões do setor de produção do MST, ao longo de 2011, dão conta de que há uma ofensiva do capital nos dois sentidos da monopolização do território e da territorialização. A monopolização do território camponês pelo capital monopolista vem integrando os camponeses como fornecedores na tradicional cadeia produtiva leiteira, cada vez mais modernizada no setor agroindustrial, aprisionados por contratos ou pela tecnologia dos tanques de resfriamento instalados em vários pontos. Num processo de concorrência desigual, aparentemente, os grandes laticínios empresariais estão a ponto de esmagar a extensa rede de fabriquetas de queijo ou laticínios familiares ou associativos (MENEZES, 2009); que, todavia resistem. Continuam as articulações público-privadas em função de grandes obras de perímetros irrigados planejadas e/ou em construção pelo Governo Federal (CODEVASF) e estadual, levantando empréstimos internacionais para que o capital monopolize o território (submetendo agricultores familiares irrigantes) via agroindustrialização da produção irrigada. Por outro lado, a territorialização do capital no Alto Sertão vem se dando através da acelerada expansão da monocultura de milho (transgênico) que vem do agreste do estado, com proposta de compra ou arrendamento de terras para os camponeses, inclusive assentados, e de aumento do assalariamento.

Todavia a análise desse processo complexo, que é histórico, foi apenas parcialmente desenvolvida, exigindo o aprofundamento da investigação iniciada, mas que encontrou dificuldades técnicas para sua conclusão, portanto a segunda ideia central que norteou esta Tese permanece como uma hipótese robustecida. Da mesma forma a terceira ideia central de que os territórios alternativos não apenas questionam, mas também interferem nos fluxos dos espaços hegemônicos, como espaço liso homogeneizante imposto pela ordem social e política dominante, criando neles suas “rugosidades”.

Tais “rugosidades” no Alto Sertão Sergipano são representadas pela reversão do Jacaré-Curituba de um perímetro irrigado empresarial para a reforma agrária; estratégia que se amplia para a disputa da terra e do controle da água no projeto empresarial Nova Califórnia, transformado num projeto de irrigação misto renomeado para “Manuel Dionízio da Cruz”, bem como áreas abrangidas pelo canal Xingó, na medida em que nessas áreas o MST conseguiu que o governo estadual desapropriasse por “utilidade pública” latifúndios improdutivos e produtivos, fundando 29 colônias agrícolas. Diante da pressão permanente para a homogeneização do espaço agrário em função dos interesses do capital, essa estratégia do MST, que está em curso bloqueou o avanço da territorialização do capital, subvertendo a direção dos rumos do desenvolvimento anteriormente planejado pelo Estado, exigindo que leve sua presença em conta.

É sempre frágil a territorialização dos movimentos sociais sem terra na construção de uma “área reformada” e, em aliança com movimentos representativos do campesinato tradicional na construção de um território camponês autônomo no Alto Sertão Sergipano, diante da constante pressão do capital, pela monopolização do território camponês, submetendo-os às grandes agroindústrias empresariais, dentro e fora dos perímetros irrigados.

Mas a aprendizagem política que acompanha a experiência organizativa e de luta de cada um desses movimentos sociais do campo, somada à luta conjunta pela construção/consolidação do colegiado territorial, posiciona os camponeses de maneira ímpar diante das forças econômicas do capital regional, estadual, nacional e multinacional, aliadas dos latifundiários locais, para prosseguir na disputa dos recursos naturais (terra e água), das políticas e do fundo público, e os rumos do desenvolvimento regional, reivindicando/propondo um modelo de agricultura que propicie a redistribuição de riqueza, renda e poder.

A definição de José Gomes da Silva (1971) da reforma agrária verdadeira, quando se conjugam determinadas condições como: uma sólida organização e ação radical dos movimentos sociais do campo, com uma redistribuição fundiária massiva (relativa a determinado espaço geográfico) e a sinergia de entidades governamentais e não governamentais – três elementos constitutivos de uma “área reformada” mostrou-se adequada para compreender o processo de implantação da política de reforma agrária no Alto Sertão Sergipano, que possibilitou a segmentos sociais excluídos e jamais consultados, exigirem seu reconhecimento enquanto agentes econômicos e sujeitos políticos.

Silveira (2006) verificou que a estrutura fundiária do Alto Sertão Sergipano permanecia altamente concentrada apesar dos golpes recebidos por uma fração dos latifúndios, contudo essa situação se alterou na atualidade, conforme a tabela do INCRA de 2013 na qual dos 12.728 imóveis (100,0%) e dos 390.716 hectares (100,0%) as 27 propriedades com mais de 500 hectares (0,21% do total de imóveis) abarcam 24.489 hectares (6,2 % da área total) e dentre esses imóveis, restavam apenas 05 grandes propriedades com mais de 1000 hectares (0,03% do total de imóveis) que abarcavam 6.392 hectares (1,6 % da área total cadastrada do território)!

A conclusão a que se chegou nesta tese é que, sintonizados com o objetivo estratégico de limitar o tamanho da terra no Brasil (em 35 módulos fiscais, sendo 70 hectares o tamanho definido pelo INCRA para o módulo fiscal no Alto Sertão Sergipano), independente da propriedade ser ou não produtiva, os movimentos sócioterritoriais, sobretudo o MST, estabeleceram como limite máximo da terra neste território 500 hectares !

Mesmo sabendo que esse é um processo dinâmico que comporta avanços e retrocessos, pelo protagonismo político desses sujeitos coletivos, a partir da resistência organizada em suas lutas específicas e conjuntas, neste momento, o centro da luta é a consolidação da reforma agrária, via democratização da terra e do controle da água apropriados pelos novos e tradicionais camponeses. O Alto Sertão Sergipano abriga não apenas um significativo contingente numérico camponês, mas um espaço diferencial produzido pelos movimentos sócioterritoriais que, ao se apropriarem da terra no processo de reforma agrária, se recampanizaram, criando a área reformada como o núcleo do espaço de resistência, a partir do qual se inicia a

construção de um território camponês como território “de vida, de luta e de construção da justiça social” alternativo ao espaço hegemônico do capital.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo, Hucitec – ANPOCS, 1992.

ALCÂNTARA FILHO, José Luiz e FONTES, Rose Maria O. A Formação da Propriedade e a Concentração de Terras no Brasil. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. Vol 4. Nº7 jul-dez 2009

ALMEIDA, Rosimere Aparecida. O Conceito de Classe Camponesa em Questão. **Terra Livre**, ano 19, v.2, nº 21, São Paulo, jul/dez 2003, p.73-88

ALTHUSSER, Louis. **Posições**. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

AMMANN, Safira B. **Movimento Popular de Bairro**: de frente para o Estado, em busca do Parlamento. São Paulo, Cortez, 1991.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**. (1ª. ed. 1976). 2. ed. São Paulo. Editora Brasiliense.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. (1ª. ed. 1963). 5a. ed..revista e atualizada. São Paulo, Atlas, 1986.

_____. **Tradição e Mudança**: a Organização do Espaço Rural e Urbano na área de Irrigação do submédio São Francisco. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

ANTONELLO, Ideni Terezinha. **O Camponês Sertanejo**. Dissertação (Mestrado de Geografia), São Cristóvão, NPGeo/UFS, 1994.

_____. As condições materiais de produção do camponês sertanejo sergipano In: DINIZ, J. A. (org.) **Agricultura e Pequena Produção em Sergipe**. São Cristóvão, editora UFS, 1996 a, p. 41-62.

_____.Força de Trabalho Familiar: Célula da Reprodução Camponesa. In: SANTOS, Lourival Santana (Org.). **Camponeses de Sergipe**: Estratégias de Reprodução. São Cristóvão, NPGeo-UFS, 1996b. p. 17- 44.

_____. **A Metamorfose do Trabalho e a Mutação do Campesinato**. São Cristóvão, NPGeo-UFS, 2001.

ARAÚJO, Ruy Belém. **Processo da territorialização do capital monopolista na agricultura sergipana**: o projeto hidroagrícola Platô de Neópolis. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Aracaju, NPGeo-UFS, 1996.

ARCHETTI, Eduardo. Economia Camponesa: Chayanov ou Marx? In: **Cadernos Brasil em Debate**. Campina Grande, Departamento de Sociologia e Antropologia do Centro de Humanidades da UFPB. Número Especial - “Marx na Atualidade”, Agosto de 1987.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX** – Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo. 1ª. ed. 1994. Rio de Janeiro, Contraponto e Unesp, 2003

ARRUDA, José Jobson de A.; PILLETI, Nelson. **Toda a História: história geral e história do Brasil**. São Paulo, Ática, 1995.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: Parecer histórico e antropológico solicitado pelo Projeto Quilombos – Terras de Preto: convênio E132/96-SE) sobre a comunidade de Mocambo, janeiro de 1997.

_____. **Mocambo**: Antropologia e História no processo de formação quilombola [s.l] 2005 (mimeo).

_____. **Mocambo**: Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru-SP, EDUSC e ANPOCS, 2006.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. **Projeto de Lei nº 29/2005**, 28/02/2005 autoriza o Poder Executivo a abrir em favor da Secretaria de Estado da Infraestrutura, créditos especiais no valor de até R\$ 26.000.000,00.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, realizada no Clube Social da Cidade de Monte Alegre de Sergipe, em 18 de junho de 2004 sobre o interesse do governador do Estado de Sergipe de firmar um Termo de Cooperação entre INCRA e Governo do Estado de Sergipe para realizar o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido Sergipano com base no Decreto de Utilidade Pública nº 22.722.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA realizada no Auditório da Escola do Legislativo de Sergipe, em Aracaju (SE), em 21 de Julho de 2005, para discutir o descumprimento do Termo de Compromisso das Obras do Jacaré-Curituba.

BARRETO, Hélia Maria de Paula. **Produção Cerâmica Xocó**: a retomada de uma identidade. São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2004. Dissertação de Mestrado em Geografia.

_____. **Produção Cerâmica Xocó**: a retomada de uma identidade. São Cristóvão, UFS, Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

BATH, Sérgio. Apresentação. **Nicolau Maquiavel – O Príncipe e Dez Cartas**. (1ª. ed. 1980). 3ª. ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 7 – 11.

BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO MUNDIAL - BIRD **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial**, Oxford University Press, Washington D.C., 1988.

BOBBIO, Norberto. **Locke e o Direito Natural**. 2ª. ed. Brasília, editora da Universidade de Brasília, 1997.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Vol. 1. 5ª ed. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

_____. **Dicionário de política**. Vol. 2. 5ª ed. Brasília, UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. .

BOGOLIUBOV, Klavdi. **O Desenvolvimento do Sector Agrário na URSS**. Moscovo, Edições da Agência de Imprensa Nóvosti, 1983.

BOINO Paul. O Pensamento Geográfico de Élisée Reclus (1ª. ed. 1998), 2008. In: COELHO, Plínio Augusto (Org.). **Élisée Reclus: Da Ação Humana na Geografia Física e Geografia Comparada no Espaço e no Tempo**. São Paulo, Expressão & Arte e Imaginário, 2010, p.9-39.

BONIN, Anamaria Aimoré. et al. Luta pela terra e contradições de um projeto comunitário de vida. In: **Movimentos Sociais no Campo**. Curitiba, Cria, 1987.

BRASIL, **Constituição Política do Império do Brasil**, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1824.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1891.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, Câmara dos Deputados, 1934.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, Câmara dos Deputados, 1937.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1946, com redação dada pela Emenda Constitucional de 1966.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1967, com redação dada pela Emenda Constitucional de 1969.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988.

_____. **Decreto Imperial**. 30/11/1854 previa reservar terras para a colonização dos indígenas.

_____. **Decreto-Lei** nº 3.365 de 21/6/1941 dispõe sobre desapropriação por utilidade pública. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

_____. **Decreto nº 401** do presidente Fernando Collor de Mello homologa a posse da fazenda Caiçara pelos índios Xocó. Brasília, Presidência da República, 24/12/1991.

_____. **Decreto** do presidente Fernando Collor de Mello reconhece o Mocambo como área remanescente de quilombo, em julho de 1992.

_____. **Decreto** do presidente Fernando Henrique Cardoso de desapropriação do território quilombola de Mocambo, DOU 28/05/1996.

_____. **Decreto nº 6.672**, de 2/12/2008, regulamenta o art.6º da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24/08/2001, que trata do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, instituído no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária, para os

beneficiários do Crédito Fundiário. Brasília, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

_____. **Decreto** da presidenta Dilma Roussef de desapropriação do território quilombola de Serra da Guia. DOU 21/11/2012.

_____. **Lei nº 601** de 18 de setembro de 1850, Rio de Janeiro, Senado do Império (Lei de Terras).

_____. **Lei nº 4.132**, de 10 de setembro de 1962, assinada pelo Presidente João Goulart, DOU 7/11/1962, define os casos de desapropriação por interesse social.

_____. **Lei nº 4.504/1964**, Senado Federal. In: Estatuto da Terra e Decretos Regulamentadores. Brasília, Contag, 1979.

_____. **Lei nº 6001**. Brasília, Senado Federal, 1973.

_____. **Lei nº 8.629**. Brasília, Senado Federal, 25/02/1993 (lei agrária).

_____. **Lei Complementar nº 76/93**. Brasília, Senado Federal, 1993 (lei do rito sumário).

BRASIL/PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA/INCRA. **Lei 8.629/93 comentada por Procuradores Federais Especiais** – Uma contribuição da PFE/INCRA para o Fortalecimento da Reforma Agrária e do Direito Agrário Autônomo. Brasília, PFE/INCRA, 2011.

BRASIL/Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, mediante o Contrato de Empréstimo 1248 /BR, assinado no dia 07/12/2000. **Programa de Aperfeiçoamento da Consolidação de Assentamentos – PAC**: Projeto Califórnia, Jacaré-Curituba, Cuiabá, Florestan Fernandes, Modelo.

BRITO, Volnandy A. **O espaço agrário da ovinocaprinocultura no sertão noroeste de Sergipe no período de 1980 a 2003**. São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2006. Dissertação de Mestrado em Geografia.

CALDAS, Márcia S. **Seca, fome e saques** – relações perigosas. São Cristóvão. NPGeo/UFS, 1998. Dissertação de Mestrado em Geografia.

CAMACHO, Daniel. Movimentos Sociais: algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WAREN, I.. e KRISCHKE, P.(Orgs). **Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 214-243.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 10ª. ed. Campinas, Papius, 2004.

CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social, O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo, Unesp, Oxford/England, Centre for Brazilian Studies, Brasília, Unesp, 2010.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Formação de associativismo vivenciado pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba, [s.n.], 1998 (mimeo).

_____. **Plano de Sustentabilidade Mínima do Assentamento Jacaré-Curitiba** de 1999 a 2002, Aracaju, INCRA/SR-23 e IICA, dezembro 1999.

_____. **Comunidade de resistência e de superação**. Brasília, MST, 2004 a .

_____. **O impacto negativo do agronegócio burguês na sociedade brasileira**. Curitiba, [s.n.], 2004b (mimeo).

_____. **A questão Agrária e o fundamentalismo neoliberal no Brasil**. Curitiba, [s.n.], 2004c (mimeo).

_____. **Campesinato e a democratização da renda e da riqueza no campo**. Curitiba, [s.n.], 2005a (mimeo).

_____. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 2005b.

_____. **De produtor rural a camponês: a catarse necessária**. Curitiba, 2009a (mimeo).

_____. **Uma resignificação para a reforma agrária no Brasil**. Curitiba, [s.n.], 2009b (mimeo).

_____. (org) **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo, Expressão Popular, 2014.

CARVALHO FILHO, José Juliano. Ação do Estado no Meio Rural do Nordeste e Noroeste, uma discussão sobre a eficácia. **Anais do XXVI Congresso Anual da SOBER**, [s.l.], 1988, p. 226-241.

_____. **A nova (velha) questão agrária**. Jornal Valor, 22/02/2008.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana** (posfácio de 1975). Seleção de Textos nº 3. São Paulo, AGB, set/1977, p.1-38.

_____. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capital**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

_____. A sociedade em Rede. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Vol. 1. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

_____. O Poder da Identidade. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Vol 2. São Paulo, Paz e Terra, 1999

_____. O Fim do Milênio. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Vol 3. São Paulo, Paz e Terra, 1999

CASTILHO, Manoel Lauro Volkmer. Prefácio In: PAULSEN, L. (org) **Desapropriação e Reforma Agrária**. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 1997, p.7-8..

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da C; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 7. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, I. E; COSTA, P. C. C, CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. 7. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005, p.117-140.

CENTRO DOM JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO. Mocambo de Porto da Folha. **Informativo Rural do CDJBC**, ano I, nº 1, Aracaju, CDJBC, novembro de 1997.

CHACQUE, Juliana Fernandes. **Aspectos Relevantes do processo administrativo de regularização fundiária de territórios quilombolas**, 2011. Portal Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, nº 94, novembro 2011, disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10890>aces so em janeiro de 2014

CHAUÍ, Marilena. Introdução. **Rousseau**. Vol. II. São Paulo, Nova Cultural, 1997, p. 5 – 21.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre la Teoría de los Sistemas Económicos no capitalistas. **Cuadernos Políticos**, nº 5, México D.F., Julio-septiembre de 1975, pp.15-31.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**, São Paulo, Xamã, 1996.

_____. (coord.). **A Mundialização Financeira – gênese, custos e riscos**. São Paulo, Xamã, 1998.

CHESNAIS, François et alii. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo, Cemarx/IFCH/UNICAMP; Xamã, 2003.

CHIGNIER, Caroline et al. A Percepção dos Consumidores de Aracaju sobre a Qualidade dos Queijos Artesanais. In **Anais do II Encontro de Pesquisa sobre a Questão Agrária nos Tabuleiros Costeiros de Sergipe – Agricultura Familiar em Debate**. Aracaju, Embrapa, 1997, p. 113-118.

CINTRA, Maria da Conceição B. **A Trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Sergipe: 1985 – 1997**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Recife, UFPE, 1999.

CIVITA, Victor (editor). **Geografia Ilustrada**. São Paulo, Abril Cultural, 1972.

_____. **Almanaque 2013**, São Paulo, Abril Cultural, 2014.

CLACSO/Observatório Social de América Latina. **A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST**. Clacso/Osal, 2005. http://osal.clacsop.org/dev/article.php3?id_article=109. Acessado em 4/5/2008.

CODEVASF. **A irrigação no Vale do São Francisco**: Problemas e Soluções. [s.l.: s.n], 1998

_____. PARECER sobre o **Projeto de Irrigação Jacaré-Curituba**. 01/11/2005.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. **A outra vida dos Xokó**. Boletim da Comissão Pró-Índio, [s.l], 1983.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. **A Questão Camponesa: O Olhar sob o Signo Dialético**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Aracaju, NPGeo/UFS, 1991.

_____. A Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Disforia**. Ano 2, vol.2, nº 2. Florianópolis, Programa de Pós Graduação em Geografia da UFSC, julho/dezembro 2004.

_____. A Expansão do Agronegócio no Campo de Sergipe. **Geonordeste**, Ano XXII, n2. Aracaju, NPGeo/UFS, [2011].

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. e LISBOA, Josefa B. Desenvolvimento Local como simulacro do Envolvimento: o novo-velho sentido do Desenvolvimento e sua Funcionalidade para o Sistema do Capital. **Terra Livre**. Ano 23, v.2, a.29. Presidente Prudente, AGB, Ago-Dez/2007, p. 115-132.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. As experiências clássicas de cooperação agrícola. **Caderno das Experiências Históricas da Cooperação** nº 03, São Paulo, Concrab/MST, 2001.

CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA. **A Luta pela Terra no Brasil**. Brasília, Contag, 1980.

CONSELHO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Igreja e Problemas da Terra**. Brasília, CNBB, 1980.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave de Geografia. In CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.e CORRÊA, R.L. (orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. 7. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005. p.15-47.

COSTA, Sérgio. Ascensão, Declínio e Reconstrução do conceito de sociedade civil. Orientações para novas pesquisas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Nº 27, Ano 10. São Paulo, ANPOCS, 10 fev. 1995

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: o Marxismo na Batalha das Ideias**. São Paulo, Cortez, 2006.

CRISTO, Ismael. V. **Acesso à Justiça e Participação Popular**: reflexões sobre o direito de ação. São Paulo, Pulsar, 2000.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90 Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DANTAS, Beatriz Góis. Os Índios em Sergipe. In: DINIZ, Maria de Faro Leal. **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS, 1991, p.19-60.

DATAUTA: **Banco de Dados da Luta pela Terra**, São Paulo, Unesp, 2010. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>.

DELGADO, Guilherme Costa. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. **Texto para Discussão nº 1025**. Brasília, IPEA, 2004a.

_____. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. In: RAMALHO, J. P. e ARROCHELAS, M.H. (orgs). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo, Cortez / Petrópolis, Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, 2004b, p.45-76.

DEMATTEIS, Giuseppe. O Território: uma oportunidade para Repensar a Geografia In: SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo, Expressão Popular, 2007, p. 7 a 11.

DEMO, Pedro. **Pobreza da Pobreza**. Petrópolis, Vozes, 2003.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **A Via Campesina – a globalização e o poder do campesinato**. (1ª ed. 2007) São Paulo, Expressão Popular, 2013.

DEVEZA, Felipe. Revolução Mexicana: cem anos da heroica guerra camponesa por terra e liberdade. **Nova Democracia**, ano VIII, nº 62, fevereiro de 2010.

DIAS, Jacilana de J. **Uma análise do projeto Platô de Neópolis-SE**. Monografia. (Graduação em Economia). São Cristóvão, DEC/UFS, 2005.

D'INCAO, Maria Conceição e ROY, Gérard. **Nós, Cidadãos – Aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

DINIZ, José Alexandre. Felizola. **Geografia da Agricultura**. São Paulo, DIFEL, 1984.

_____. **O Sub-Sistema Regional de Aracaju**. Recife, SUDENE, 1987.

_____. **A Condição Camponesa em Sergipe: Desigualdade e Persistência da Agricultura Familiar**. São Cristóvão, NPGeo-UFS, 1996, p. 202 a 203..

DINIZ, Alexandre e ANTONELO, Ideni Teresinha. Tamanho e Limite de Estabelecimentos camponeses em Sergipe – uma definição estatística para uso de dados censitários In: DINIZ, José A. F. et al. (Org.). **Agricultura e Pequena Produção em Sergipe** São Cristóvão: Editora UFS, 1996, p. 9 a 28.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo: O Campo do Signo, 1945 a 1966**. v. 1. Campinas: Editora Ensaio/Unicamp, 1993.

_____. **História do Estruturalismo: O Canto do Cisne, de 1967 a nossos dias**. v. 2. Campinas: Editora Ensaio/ Unicamp, 1994.

ENGELS, Friedrich. **As Guerras Camponesas na Alemanha** (1ª. ed. 1850). Lisboa-Portugal, editorial Presença e São Paulo-Brasil, Livraria Martins Fontes, 1975.

_____. O problema camponês na França e na Alemanha. In: GRAZIANO DA SILVA, José e STOLCKE, Verena (Orgs.). **A Questão Agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 59-80.

ESTERCI, Neide. **Roças Comunitárias e outras experiências de coletivização no campo**. Rio de Janeiro, Cadernos do Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1982.

_____. (Org.). **Cooperativismo e coletivização no campo**: questão sobre a prática da “Igreja Popular” no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

FABRINI, João Edmilson. **A Escala da Luta e Resistência Camponesa**, [2005]. (mimeo)

FAO. **World Census of Agriculture** - Main Results and Metadata by Country 1996 - 2005, nº 12, Rome, Fao, 2010.

_____. **World Agricultural Census – 2005-2010**, Genebra: Fao, 2010. Disponível no site [http:// www.fao.org](http://www.fao.org). Acessado em 15 de janeiro de 2014

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Resumo do Relatório Final do Projeto UFT/BRA/036. Segunda Versão. Brasília, Fao/Incra, março de 1995.

_____. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Projeto UFT/BRA/036. Brasília, Fao/Incra, Agosto 1996.

FAO/INCRA SR-23/SE. **Documento Preliminar de Discussão para o Planejamento do Desenvolvimento Regional Sustentável do Sertão do Baixo São Francisco Sergipano**. Documento base para o primeiro encontro regional intermunicipal. Aracaju, Fao/Incra SR 23-SE, 2002.

FAO/PNUD/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA. **Principais Indicadores Sócioeconômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária**. Relatório Final do Projeto BRA 87/022. Versão Preliminar. Guanziroli, C. E.(coord). Brasília, FAO/PNUD/MAARA, janeiro de 1992a.

_____. **Principais Indicadores Sócioeconômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária**. Versão Resumida do Relatório Final do Projeto BRA 87/022. Brasília, FAO/PNUD/MAARA, dezembro de 1992b.

_____. **Principais Indicadores Sócioeconômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária.** Relatório Final BRA/87/022, FAO/PNUD/MAARA, 1994.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder:** Formação do Patronato Político Brasileiro. Vol 1.(1ª. ed. 1957) 6ª ed. Porto Alegre, Globo, 1984

_____. **Os Donos do Poder:** Formação do Patronato Político Brasileiro. Vol 2. 5ª. ed. Porto Alegre, Globo, 1979

FARINELI, Jessica Ramos. **Desapropriação** – análise do Curso de Direito Administrativo de Celso Antônio Bandeira de Mello, de 1999. Infoescola, [1999]

FASSO, Guido. Verbetes “Jusnaturalismo”. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política.** Vol. I. 5ª. ed. Brasília, UnB; São Paulo Edição Imprensa Oficial, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Atlas Fundiário Brasileiro,** Presidente Prudente-SP, Unesp, 1996 a.

_____. **MST – Formação e territorialização em São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1996 b.

_____. **A Formação do MST no Brasil.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001a.

_____. O MST e a Pesquisa. **Cadernos do ITERRA** nº 3 (outubro/2001b).

_____. **Políticas de Assentamentos Rurais e Luta pela Terra do MST.** São Paulo, Unesp/Nera, 2004. Disponível em: www4.fct.unesp.br/nera. Acesso em 01/11/2010.

_____. **Movimentos Sócioterritoriais e movimentos sócioespaciais:** Contribuição Teórica para uma Leitura geográfica dos movimentos Sociais. Observatório Social da América Latina, vol. 16, Buenos Aires, CLACSO, 2005a, p.273-284. Disponível em: <www.prudente.unesp.br/dgeo/nera>. Acesso em: jan. 2013.

_____. **DATALUTA,** Presidente Prudente-SP, NERA/Unesp, 2005b.

_____. **Los dos campos de la cuestión agraria: campesinado y agronegocio.** Guatemala, Pastoral de la Tierra Interdiocesisana, julho 2007.

_____. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e Territórios em Disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008a. p. 273-302.

_____. **Sobre a Tipologia dos Territórios.**[s/l , s.n], 2008b (mimeo).

_____. Questão Agrária conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN A.M. (Org.). (abril 2004). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, Unicamp, 2008c, p.173- 224.

_____. (org) **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo, Expressão Popular, 2008d.

FERNANDES, Bernardo M., MARQUES, Marta Inês M. e SUZUKI, Julio Cesar (orgs) **Geografia Agrária – teoria e poder**. II Simpósio Internacional e III Simpósio Nacional de Geografia Agrária - SINGA. São Paulo, Expressão Popular, 2007, 1ª. reimpressão abril 2009.

FERNANDES, B.M e MARTIN, J-Y. **Movimento sócioterritorial e globalização: algumas reflexões a partir do caso do MST**, [s.l.], [s.n] 2004.

FERRANTE, Vera Lúcia B. (org) **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, UNESP, 1994.

FERRANTE, Vera Lúcia B.; BERGAMASCO, Sonia Maria P.P (coords). **Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo – Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos do Estado de São Paulo**, Araraquara, Unesp, 1995.

FIALHO, Aline Farias et al. **Um Breve Histórico da Formação do Latifúndio no Brasil e seus rebatimentos no espaço agrário do Nordeste**, [s/d] www.uesb.br .

FOLHA DE SÃO PAULO. **Enciclopédia Mundo Contemporâneo**, São Paulo, da Folha de São Paulo, 2000.

FONSECA, Vânia. e BASTOS, Eduardo A. (coords) **Sertão do Baixo São Francisco Sergipano. Bacia Hidrográfica como Unidade de Estudo**, Aracaju, CODEVASF-MMA/NESA e NPGeo-UFS/SEPLANTEC-Governo do Estado de Sergipe/CNPQ, 1998.

FREDERICO, Celso. Introdução. **Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

FUINI-Ô, Amazonir em **Pesquisa Recupera História do Movimento Indígena no Brasil**. apresenta tese em História Social da UnB, de 2010, de Poliana S. S. Bicalho. Brasília, Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília – UnB, 04/04/2011.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO. **Processo de desapropriação da Ilha de São Pedro** nº 5525/79. Brasília, FUNAI, 1979.

_____. **Portaria de Reintegração de Posse da Fazenda Caiçara**. Brasília, FUNAI, 1991, passada à Procuradoria da República.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 10ª. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1970.

GALVÃO, Hélio. **O mutirão no Nordeste**. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1959.

GARCIA, Maria Franco e THOMAZ JR., Antônio. Trabalhadores Rurais e luta pela Terra no Brasil: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Terra Livre**, Ano 18, nº 19. São Paulo, AGB, jul./dez. 2002, p. 257-272

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**: Uma análise dos Problemas Agrários através do Mapa. Cuiabá, UFMT, 2003; www.uff.br/usinga/trabalho

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais** – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997

_____. **Os Sem Terra, ONGs e Cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Movimentos Sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Movimentos Sociais: e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 2010.

GOMES, Gustavo M. **Velhas Secas em Novos Sertões**: continuidade e mudança na economia do semiárido e dos cerrados nordestinos. Brasília: IPEA, 2001.

GOMES, Paulo Cesar da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E; COSTA, P. C. C, CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. 7. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005, p.49-76

GOMES DA SILVA, José. **A Reforma Agrária no Brasil**. Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento? Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

_____. **Buraco Negro, a reforma agrária na constituinte**, São Paulo, ed. Paz e Terra, 1989

_____. Um Modelo para uma Reforma Agrária Social no Brasil In: GORGEN F. S. A e STEDILE, J.P. **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis, Vozes, 1991.

GONÇALO, José Evaldo. **Reforma Agrária como Política Social Redistributiva**. Brasília. Plano, 2001.

GORGEN Frei Sergio A e STEDILE, João Pedro. A resposta econômica da reforma agrária, Petrópolis, Vozes, 1991.

GOVERNO DE SERGIPE. **Decreto nº 4.530 do Governador Augusto Franco** declara a Ilha de São Pedro área de utilidade pública desapropriada e passada à União - Superintendência de Agricultura e Produção - SUDAP. DOE. 07/12/1979. Portal www.in.gov.br.

_____. **Decreto nº 22.722 do governador João Alves Filho** declara de utilidade pública 332.762,72 hectares para fins de implementação de projetos e obras de

infraestrutura hídrica para desenvolvimento de pecuária e agricultura irrigada no Alto Sertão Sergipano. DOE 11/03/2004 (nº 24.487) REP 23/06/2006 (nº 24.556).

_____. **Decreto nº 25.096 do governador Marcelo Déda**, 28/02/2008, DOE 29/02/2008 (Nº 25.462) homologa a Portaria nº 013/2008 da SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário que dispõe sobre a comissão especial para vistoria e avaliação de imóveis e estudos técnicos do Projeto Manuel Dionízio Cruz I conforme previsto no decreto estadual nº 22.722/2004 e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 25.767, do governador Marcelo Déda**, DOE 05/12/2008 prorroga o prazo de vigência do decreto nº 22.722/2004 de utilidade pública.

_____. **Mensagem do Governador João Alves Filho ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe**. Nº 06/2005. Proposição: Projeto de Lei autoriza o Poder Executivo a abrir, em favor da Secretaria de Estado da Infraestrutura, créditos especiais, no valor de até R\$ 26.000.000,00, para os fins que especifica. 24/02/2005.

_____. /Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas - CEHOP. **Relatório de Investimento e Recursos Hídricos no Projeto Jacaré-Curituba**, 2003. 22/03/2004.

_____. /PRONESE. **Relatório de Atividades do Programa Nacional de Crédito Fundiário**. 2003-2006. Aracaju, MDA/PRONESE, 2006.

_____. /Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI. **Convênio CRT nº 04000/2007** com o INCRA-SR23/SE para desapropriação de imóveis rurais visando implantação de colônias e cooperativas agrícolas no Alto Sertão Sergipano, vigência 27/12/2007 a 31/12/2014. DOE 31/12/2007. Portal Transparência Pública nº Convênio 601748.

_____. /Secretaria de Estado de Planejamento-SEPLAN. **Atlas de Recursos Hídricos de Sergipe**, Aracaju, Seplan, 2004 (CDROM).

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Introdução ao Estudo da Filosofia (1910 a 1934).v.1, 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é Questão Agrária**. (1ª. ed. 1980). 5ª. ed. São Paulo, editora Brasiliense, 1982.

_____. (coord. Técnica). PROJETO FOME ZERO. **Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil**. São Paulo, Instituto Cidadania e Fundação Djalma Guimarães, out. 2001. Disponível em <http://www.icidadania.org.br>. Acessado em maio de 2003.

GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel** – as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre/RS, L&PM, 1980.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. (1ª. ed. 1987) 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

GUANZIROLI, Carlos et al. **Agricultura familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro, Garamond, 2001.

GUNDER FRANK, André. **Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento**. Repensando a teoria da dependência. São Paulo, Brasiliense, 1980.

GUSMÁN, Eduardo Sevilla e MOLINA, Manuel Gonzáles. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**: um aporte para via campesina. 3. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

HARNECKER, Marta. **Landless People: Building a Social Movement**. São Paulo, Expressão Popular, 2003.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. (1ª. ed 1992) 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo, Annablume, 2005.

HEREDIA, Beatriz. et al. Análise dos Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 18. Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, 2002, p. 73-111.

_____. **Impactos dos Assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: UNESP/ Brasília: NERA, 2004.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. (1ª. ed.1936) 16. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**, Rio de Janeiro, IBGE, 1985

_____. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, IBGE, 1995-96

_____. **Censo Agropecuário de 2006**, Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

_____. **Censo Agropecuário de 2006** (2ª. versão), Rio de Janeiro, IBGE, site do IBGE, www.ibge.gov.br. acesso em nov.2013.

_____. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, IBGE, 1991

_____. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, IBGE, 2000.

_____. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

IBGE. **Malha digital de setores censitários**, 2010. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/censo_2010/setores_censitarios/se.zip>. Acesso em: maio 2012.

IBGE/FUNAI-Fundação Nacional do Índio. **O Brasil Indígena**. Rio de Janeiro, IBGE/Brasília, FUNAI, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA. **Estatísticas do Cadastro Fundiário**. Brasília, IBRA/Ministério da Agricultura, 1966.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Estatísticas do Recadastramento Geral de Imóveis Rurais**. Brasília, INCRA/Ministério da Agricultura/SNCR, 1972.

_____. **Estatísticas do Recadastramento Geral de Imóveis Rurais**. Brasília, INCRA/Ministério da Agricultura/SNCR, 1978.

_____. **Estatísticas do Recadastramento Geral de Imóveis Rurais**. Brasília, INCRA/Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento - MIRAD/SNCR, 1992/93.

_____. **Estatísticas do Recadastramento Geral de Imóveis Rurais**. Brasília, INCRA/Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA/SNCR, 1998.

_____. **Estatísticas Cadastrais**. Brasília, INCRA/Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/SNCR, 1999.

_____. **Estatísticas Cadastrais**. Brasília, INCRA/Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA/SNCR, 2003.

_____. **Estatísticas Cadastrais**. Brasília, INCRA/ Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA/ SNCR, dez. 2005.

_____. **Estatísticas Cadastrais**. Brasília, INCRA/ Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA/ SNCR, 2013.

_____. **Instrução Especial** nº 19 de maio de 1980, estabelece os índices técnicos para a agricultura brasileira.

_____. **Pesquisa Nacional Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos do Brasil**. Brasília, INCRA/MDA, 2010.

_____. **Portaria nº 039**, de 28 de outubro de 2003. Aprova a área de atuação da Superintendência Regional do INCRA-SR 23/SE nas ações fundiárias que inclui a região limítrofe do Estado da Bahia.

INCRA/ PROCURADORIA GERAL **Nota Técnica**, Brasília, PG/INCRA, 2010.

INCRA-MDA/CRUB/UnB. **I Censo Nacional dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Brasília, INCRA/UnB, 1997.

INCRA-MEAF/BID/BIRD/IPEA. **Simpósio Internacional de Experiência Fundiária**, Salvador/Brasil, 1984.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E SOCIAL APLICADA. **Mapa da Fome**. Brasília, Ipea/IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – (PNAD, 1990), Brasília, Ipea, 1993.

JACCOUD, Luciana et al (org). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília, IPEA, 2005.

KAIPPER, Carlos Henrique. Apresentação. In: PINTO Jr. J.M.; FARIAS, V.A. **Função Social da Propriedade, dimensões ambientais e trabalhistas**. Brasília, NEAD, 2005.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. (1ª. ed. 1898). 3. ed. São Paulo: Proposta editorial, 1980

KOSMINSKY, Ethel V. e ANDRADE, Margarida M. de. O Estado e as classes sociais. In: MARTINS, J.S. (org) **Henri Lefebvre e o Retorno da Dialética**. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 51-70.

KROPOTKIN, Prior A. Sobre o Governo Representativo ou Parlamentarista. In: GOLDKORN, R. e VENÂNCIO, A. (Trad. e Revisão). **O Anarquismo e a Democracia Burguesa**. São Paulo, Global editora, 1979, p. 47-75..

LACOSTE, Yves, **A Geografia - Isso Serve, em Primeiro Lugar para fazer a Guerra**. Campinas, Papirus, 1989.

LAUREANO, Delze dos Santos. **O MST e a Constituição**. Um sujeito histórico na luta pela reforma agrária. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LAVRES FILHO, José. **Barra da Onça**: uma esperança frustrada de reforma agrária. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade – Espaço e política (1ª. ed. parcial 1968 e integral Le Droite à la Ville – Suivi de Espace et Politique, 1972)**. Belo Horizonte, UFMG, 2008.

_____. **A Produção do Espaço** (1ª. ed. *La Production de L'Espace*, Cap VI 1974 e integral, 1985). Belo Horizonte, UFMG, 2006.

_____. **Sociologia de Marx**. São Paulo, Forense, 1968.

_____. **Lógica Formal / Lógica Dialética**. (1ª. ed. 1969). 2ª. ed.. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979

_____. **A Revolução Urbana**. (1ª. ed. 1970). 2ª. reimpressão. Belo Horizonte, editora UFMG, 2004.

LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs.). **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais**. Diálogos para uma Nova Práxis. São Paulo, Cortez, 2005.

LEITE, Sérgio P. A Reforma Agrária como Estratégia de Desenvolvimento: Uma Abordagem a partir de Barraclough, Furtado, Hirschman e Sen. **Boletim de Ciências Econômicas**. vol. XLX, Coimbra, [s. n.], 2007, p. 3-38.

LÊNIN, Vladimir I. (1913). **As três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo**. São Paulo, Global editora, 1980.

_____. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo. (1ª ed. 1899) Abril Cultural, 1982.

_____. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos**: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. (1ª. ed 1917). São Paulo, Brasil Debates, 1980.

_____. **O Problema Agrário I (1894 a 1921)** traduzido de “La Alianza de la Classe Obrera y del Campesinato”. Ediciones en Lenguas Extranjeiras, Moscou, 1ª Ed. 1957, Belo Horizonte, Aldeia Global, 1978.

_____. **O Problema Agrário II (1902 a 1921)** traduzido de “La Alianza de la Classe Obrera y del Campesinato”. Ediciones en Lenguas Extranjeiras, Moscou, 1ª Ed. 1957, Belo Horizonte, Aldeia Global, 1979.

_____. **o Programa Agrário da Social Democracia na 1ª. Revolução Russa 1905 – 1907**. Livraria Ciências Humanas, São Paulo, 1980.

_____. **Teses de Abril e Cartas de Longe**. (1ª. ed. abril de 1917). Belo Horizonte. Veja, 1979

LIMA, Eliany D. **A Feira Livre na mediação campo-cidade**. São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2012. Dissertação de Mestrado em Geografia.

LIMA, José Hinaldo. **A Dinâmica do Clima e a Organização do Espaço Agrário no município de Monte Alegre de Sergipe**. São Cristóvão, NPGeo, 2004. Dissertação de Mestrado.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena História Territorial do Brasil**: sesmarias e terras devolutas (1ª. ed. 1933). 5. ed. Goiânia, editora UFG, 2002.

LIMA, Silvana Lúcia S. **Transformações Sócioterritoriais e o Espaço Rural do Alto Sertão Sergipano**. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2007.

LISBOA, Josefa. **Associativismo no campo: das relações em redes ao espaço da socialização política**. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 1999.

_____. **A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste: políticas na (dis)simulação da esperança.** Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2007.

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo (1ª. ed. 1690). São Paulo, Martin Claret, 2002.

LOPES, Eliano Sérgio A. Estrutura agrária e produção de alimentos em Sergipe. **Cadernos UFS de Extensão – Estudos Rurais** 1. São Cristóvão, EDUFS, PROEX/UFS, 1995, p.09 a 43

_____. **Com a Lei do Itamar, a Reforma Agrária vai andar?** Aracaju, UFS, 1993 (mimeo).

LOPES, Eliano Sérgio et al. Um Olhar sobre os Assentamentos Rurais do estado de Sergipe. In: MEDEIROS, L. S; LEITE, S. **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: UFRGS; Rio de Janeiro, UFRJ, 1999, p. 161-196.

_____. **Assentamentos Rurais e Desenvolvimento Local:** Dimensões Econômicas e Sócio-Políticas e Redes Sociais no Campo Sergipano. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro, UFRJ, 2000.

_____. Organização Produtiva e Impactos dos Assentamentos Rurais do Estado de Sergipe. In: MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. **Assentamentos Rurais:** Mudança Social e Dinâmica Regional. Rio de Janeiro, Mauad, 2004, p.229-269

LOUREIRO, Maria Rita. **Parceria e Capitalismo.** Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

LOWY, Michael. **Marxismo, Modernidade e Utopia.** São Paulo, Xamã, 2000.

_____. **Método Dialético e Teoria Política.** 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen:** Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. São Paulo, Busca Vida, 1987.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe:** estudos de dialética marxista. Porto, Publicações Escorpião, 1974.

_____. **Ontologia do Ser Social:** os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

LUXEMBURGO, Rosa. **Introdução à Economia Política.** São Paulo, Martins Fontes, [1969].

MAIOR, Armando. Souto. **História Geral.** São Paulo, editora Nacional, 1972.

MALAGODI, Edgard. **O que é Materialismo Dialético.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARÉS, Celso Frederico. Prefácio. **Lei 8.629/93 comentada por Procuradores Federais Especiais** – Uma contribuição da PFE/INCRA para o Fortalecimento da Reforma Agrária e do Direito Agrário Autônomo. Brasília, PFE/INCRA, 2011, p.17 a 19.

MARQUES, Amanda Christinne N. **Direito `a Diferença: olhares sobre as Legislações indígena e Quilombola no Brasil**, São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2012.

MARQUES, Marta Inez M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In PAULINO, E.T e FABRINI, J.E. **Campesinato e Territórios em Disputa**, São Paulo, Expressão Popular, 2008, p. 49-78.

MARSHALL, Theodor. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTIN, Jean-Yves. Uma Geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST. Terra Livre, São Paulo, ano 18, nº 19, jul/dez – 2002, p. 11-36.

MARTINS, Carlos E; MONTEIRO, João P. **Locke Vida e Obra**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo, Hucitec, 1980a.

_____. **Sobre o Modo Capitalista de Pensar**. 2ª. ed. São Paulo, Hucitec, 1980b.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1981a.

_____. **O Cativo da Terra**. 2ª. ed. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1981b

_____. **Reforma Agrária – O Impossível Diálogo**. São Paulo, Edusp, 2000.

_____. **O Sujeito Oculto**. Ordem e Transgressão na Reforma Agrária. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

MARTINS, Sérgio, prefácio. **O Direito à Cidade – Espaço e Política**. H. Lefebvre, 2008.

MARTINS, Tereza Cristina S. **Questão Agrária e Questão Ambiental: um estudo do Assentamento Irrigado Jacaré – Curitiba**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). São Cristóvão, PRODEMA/UFS, 2001.

MARX, Karl. **Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. (1ª. ed. 1844). São Paulo, Expressão Popular, 2010.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos** (1ª. ed. 1844). São Paulo: Boitempo editorial, 2008.

_____. O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte. (1ª. ed. 1856). In: **18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 4. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____. Prefácio de 1857 In: Marx, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

_____. Introdução de 1859 In: Marx, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

_____. **O Capital**. Livro I, Vol. 1 (1ª. ed. 1867). 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

_____. **O Capital**. Livro I. Vol. 2. (1ª. ed. 1867). 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. (1ª. ed. 1848) São Paulo: Alfa Ômega, 1985.

MATA, Vera Lúcia C. **A Semente da Terra**. Tese de doutorado de antropologia. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1989.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**, (1ª. ed. 1976). 2ª. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Portaria nº 33**. Institucionaliza o Programa de Ações Afirmativas para Promoção de Igualdade de Oportunidades e de Tratamento entre homens e mulheres para os servidores do MDA e INCRA e para os beneficiários e beneficiárias da reforma agrária e da Agricultura Familiar. Brasília, MDA, 8/3/2001.

_____. **Áreas Reformadas**. Brasília, MDA/SNDA, março de 2003.

_____. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**, Brasília, MDA, 2004.

_____. / Comissão Jurídica/ Coordenação de Processos Agrários, Legislação, Normas e Pesquisas Jurídicas – CEPALNP/ Coordenação Geral Agrária, de Processos Judiciais e de Pesquisas Jurídicas - CGAPJP/CJ/MDA/nº 011/2004 (VAF/JMPJ) **Parecer Conjunto: Desapropriação para fins de reforma agrária – produtividade obtida mediante infração ou abuso nos incisos II, III e IV do art. 186 da Constituição Federal de 1988**.

_____. /MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI/GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. **Relatório sobre entendimento acerca do Projeto Jacaré-Curituba**. 20/07/2004.

_____. / Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT/ Superintendência Regional do INCRA em Sergipe - SR-23/Secretaria de Estado da Agricultura, do

Abastecimento e da Irrigação – SAGRI e a Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA. **Termo de Acordo**. 07/07/2004.

MEDEIROS, Leonilde S. **História dos Movimentos Sociais do Campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. **Reforma Agrária no Brasil**: História e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

MEDEIROS, Leonilde S. et alii (orgs). **Assentamentos Rurais. Uma visão Multidisciplinar**. São Paulo, editora da Unesp, 1994

MELLUCCI, Alberto. Um Objetivo para os Movimentos Sociais? **Lua Nova**, nº17, São Paulo, [s.n], 1989.

MENEZES, Ana Virgínia C. O Estado e a Organização do Espaço Semiárido Sergipano – O Projeto Sertanejo. Rio Claro/SP, Unesp, 1997.

MENEZES, Sônia de S. M. **As fabriquetas de queijo: uma estratégia de reprodução camponesa no município de Itabi-SE**. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2001.

_____. **A Força dos Laços de proximidade na Tradição e Inovação no/do Território das Fabriquetas de Queijo Sergipano**. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: Rumo a uma teoria da Transição. (1ª. ed 1995), São Paulo, Boitempo, 2002.

MEZZOMO, Marcelo Colombelli. **Terras Públicas**. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, nº 796, 7 set, 2005. Disponível em < <http://jus.com.br/artigos/7235>, acesso em 30 outubro de 2013.

MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/GOVERNO DE SERGIPE. **Termo de Compromisso** que entre si celebram a União e o Estado de Sergipe, com a Interveniência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA-SR23/SE, relativo à Conclusão das Obras no Projeto Jacaré-Curituba, localizado nos Municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo, 2005.

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **I Plano Nacional da Reforma Agrária**. Brasília, MIRAD, 1985a.

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/INCRA. **Diretrizes do Plano Nacional de Reforma Agrária**, aprovado pelo decreto nº 91.766, de 10/10/1985. São Paulo, Atlas, 1985b.

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/INCRA. **Plano Regional de Reforma Agrária – PRRA, Sergipe**. Aracaju, Incra/SE, [1985c].

MINISTERIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA. **Tabela dos Indicadores Básicos do Sistema Nacional de Cadastro Rural**, Brasília, MEPF-INCRA, 1997.

_____. - INCRA/MMA/GOVERNO DE SERGIPE. **Protocolo de Intenções** para a Reforma Agrária no Sertão de Sergipe, de 31/03/1997 In: CARVALHO, H.M. Plano Emergencial do Jacaré-Curituba, Aracaju, Incra SR-23, 1999 (em anexo).

MOLINA, M. C, SOUZA JR. e TOURINHO NETO, Fernando da C. (Orgs). **Introdução Crítica ao Direito Agrário**. v. 3. Brasília, editora da Universidade de Brasília, 2002.

MONTEIRO, João Paulo. Apresentação. **O Príncipe**, de Maquiavel. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **Hobbes Vida e Obra**. São Paulo, Nova Cultural, 2000.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. (1ª. ed. 1983). 9ª. ed. São Paulo, Editora Hucitec, 1990.

MOREIRA, Rui. **O Que é Geografia**. (1ª. ed. 1981). 3ª. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo, Expressão Popular, 2001.

NETTO, José Paulo. **O que é Marxismo**. 8. ed. São Paulo, Brasiliense, 1993.

_____. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política**. São Paulo, Cortez, 2006.

NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e Pequenos Produtores de Cana**: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1981.

_____. **Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas**. Niterói, EDUFF, 1997.

NOBRE, Gismário F. MIELE, Neilde e ZAVARIS, Theresa C. A Questão Agrária no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, ano VI, São Paulo: Cortez, 1985. p. 108-125.

NOBRE, Gismário Ferreira. **A Trajetória do Sindicalismo Rural na Paraíba**: Um estudo sobre as relações entre o Estado e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no período entre final da década de 50 e final da década de 70. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Campina Grande/PB, UFPB, 1990.

_____. **Dilemas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Relação com o Estado e a Sociedade:** entre a Autonomia e a Institucionalização – O caso de Sergipe. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Salvador, UFBA, 2008.

NOVAES, José Roberto. I Programa Nacional de Reforma Agrária. E o Sonho Acabou? **Cadernos de Economia**. Série Debates. Texto nº 24. Campina Grande, Mestrado em Economia (economia rural) da Universidade Federal da Paraíba, campus II, fevereiro de 1987.

OLIVEIRA, Agton. **A Intervenção do Pro-Sertão na Organização e Dinâmica do Espaço Semi-árido Sergipano**. NPGeo/UFS, 2004, Dissertação de Mestrado em Geografia.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Espaço e Tempo: compreensão materialista e dialética. In: SANTOS, M. (org). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1981, p. 66-110.

_____. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1991.

_____. **A Geografia das Lutas no Campo**. (1ª. ed. 1988) 5ª. ed. São Paulo: Contexto, 1993.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80 In: STEDILE, J. P. (org). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: UFRGS/ANCA, 1994. p. 45-67.

_____. (org). **Chiapas: construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Barbárie e Modernidade. As transformações no Campo e o Agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, ano 19, vol. 2, nº 21, São Paulo, AGB, jul./dez. 2003, p.113-156.

_____. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI. In OLIVEIRA, A.U. e MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção de justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inês M. (Orgs.) **O Campo no Século XXI. Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social**. II Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Geografia Agrária, dezembro de 2003. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Carlos Hermínio A. **Bacia Hidrográfica e os territórios de gestão das águas** – estudo de caso: a subbacia hidrográfica do Riacho Jacaré do Baixo São Francisco. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2007. Tese de Doutorado.

OLIVEIRA, Francisco. **A Economia Brasileira: Crítica da Razão Dualista**. (1ª, ed 1972) 4. ed. Petrópolis, RJ: CEBRAP/Vozes, 1981.

_____. **O Surgimento do Antivalor:** capital, força de trabalho e fundo público. Novos Estudos CEBRAP nº 22, outubro, 1988, p.8 - 28.

_____. **A Navegação Venturosa** – ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo, Boitempo editorial, 2003.

OLIVEIRA, Marize Luciano V. M. **A Política Pública das Águas:** mercadoria de territorialidades conflituosas. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2008.

OLIVEIRA, Neilza B. **Lutando pela Terra: abrindo mão de um poder alternativo.** Dissertação (Mestrado em Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 1996.

OLIVEIRA, Tânia Maria B F. **Dinâmica da produção e comercialização dos Produtos Lácteos de Nossa Senhora da Glória, Semiárido sergipano.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrônômica). São Cristóvão, NEREN/UFS, 2007.

OPPENHEIM, Felix E. **Verbetes “Justiça”.** In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de Política. Vol. I 2003. 5ª. ed. Brasília: UnB; São Paulo edição imprensa oficial, 2004.

PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio. Debates Econômicos, Processos Sociais e Lutas Políticas: Reflexões sobre a Questão Agrária. **Debates CPDA**, nº 1. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1997.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Vida Digna no Campo. Desenvolvimento Rural, Política Agrícola, Agrária e de Segurança Alimentar.** São Paulo: PT, 2002.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em Disputa e Agricultura. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J E. **Campesinato e Territórios em Disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.213-238.

PAULINO, Eliane T. e ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **A Eficiência da Produção Camponesa no Brasil:** Estudo Comparativo. Terra Livre, Ano 26, vol.2, nº 35, São Paulo, AGB, jul/dez-2010, p. 17-34.

PAULSEN, Leandro (org). **Desapropriação e Reforma Agrária.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

PEREIRA, Potyara P. **Necessidades Humanas:** Subsídios à Crítica dos Mínimos Sociais. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania. **Temporalis**, Ano 2, n. 3 (jan/jul. 2001). Brasília: ABEPSS, 2001, p. 51 – 61.

PEREIRA, Raphaela A. et alii **Prolegômenos à Reforma Agrária em Sergipe:** o Convênio 04000/2007 INCRA/SEAGRI em Foco, XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia –MG, 15 a 19 de outubro de 2012.

PEREIRA, Raphaela A. e RAMOS FILHO, Eraldo S. **Tipologia da Reforma Agrária em Sergipe**: Descortinando o Convênio 04000/2007 INCRA SEAGRI e seus Impactos Sócioterritoriais para o Campesinato, São Cristóvão, NPGeo/UFS “30 anos de contribuição à Geografia”, 2013.

PESSOA, Vera Lúcia S. **As contradições da Pequena e da Grande Produção Agrícola**. Geonordeste, ano I, nº 1, 1984, São Cristóvão, NPGeo/UFS, p.51/53.

PIEIDADE, Nicéia S. **Concepção e Análise do Pró-Sertão** – Projeto de Apoio às Famílias de Baixa Renda da Região Semiárida do Estado de Sergipe. São Cristóvão, Curso de Especialização em Análise Econômica, Departamento de Economia, UFS, 1999.

PINAUD, Justine et al. **Queijos Artesanais consumidos em Aracaju** – Qualidade Sanitária. In Anais do II Encontro de Pesquisa sobre a Questão Agrária nos Tabuleiros Costeiros de Sergipe – Agricultura Familiar em Debate. Aracaju, Embrapa, 1997.

PINHEIRO, Maria Cláudia B. [A Constituição de Weimar e os direitos fundamentais sociais](http://jus.com.br/artigos/9014). **Jus Navigandi**, Teresina, [ano 11, n. 1192, 6 out. 2006](http://jus.com.br/artigos/9014). Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9014>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

PINTO, Josefa Eliane S. S. **Os Reflexos da Seca no Estado de Sergipe**. Tese (Doutorado em Geografia). Rio Claro/SP, Unesp, 1997.

PINTO Jr., Joaquim M.; FARIAS, Valdez Adriane. **Função Social da Propriedade - Dimensões ambiental e trabalhista**. Brasília, NEAD, 2005.

PISÓN, José Martinez. **Políticas de Bienestar**: un estudio sobre los derechos sociales, [s.l.], 1998 (mimeo).

POCHMANN, Márcio. **Atlas da Exclusão Social**. São Paulo, Cortez, 2000.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: As origens da nossa época. (1ª. ed 1963) 7. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

POLI, Odilon. **Leituras em Movimentos Sociais**, Chapecó, SC: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1999.

PONTARA, Giuliano. Verbete “Utilitarismo” In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. PASQUINO, G. **Dicionário de política**. v. 2. 5. ed. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa oficial, 2004. vol. II.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. 1ª. ed. 1968. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. **O Estado, o Poder, o Socialismo** (1ª. ed. 1978) 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PRADO JR., Caio. **Introdução à Lógica Dialética: Notas Introdutórias**. 4. ed São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.

_____. **O que é Filosofia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo** - Colônia. (1ª. ed. 1942) 1ª. reimpressão da 23ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1995.

PRESTON, Paul (2006). **The Spanish Civil War: Reaction, Revolution, and Revenge**. New York: W.W. Norton and Company. [ISBN 0393329879](https://doi.org/10.1017/9780511531111). Publicado em 9 de junho de 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura P. **O Campesinato Brasileiro**. (1ª. ed. 1973). 2ª. ed. Petrópolis, Vozes, 1976.

QUINTINO, Heliana Mary da S. **Pró-Sertão – Iniciativa Governamental de Contenção da Pobreza na Região Semiárida do Estado de Sergipe**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). São Cristóvão, DEC/UFS, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder** (1ª. ed. 1980). São Paulo, Ática, 1993.

RAMALHO, Jether P. Apresentação. RAMALHO, J. P. e ARROCHELAS, M.H. (orgs). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo, Cortez / Petrópolis, Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, 2004.

RAMOS FILHO, Eraldo S. **Reforma Agrária de Mercado – RAM**, tese de doutorado do Programa de Pós Graduação em Geografia, Unesp – Presidente Prudente-SP, 2008.

_____. **DATALUTA**. Projeto de Extensão. São Cristóvão, Anais da VIII SEMEX/UFS, 2011 (CD-ROM).

_____. **Os (Des)Caminhos da Estrutura Fundiária e Reforma Agrária em Sergipe (1992-2011)**. Presidente Prudente, Unesp/NERA, Outubro 2012. www.fct.unesp.br/nera.

RAUBER, Isabel. **Movimientos Sociales y Representación Política**. 4ª ed. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2004.

RAWLS, John. **Justiça como Equidade** – uma reformulação. (1ª. ed. 2002) São Paulo, Martins Fontes, 2003.

RECLUS, Élisée. Da Ação Humana sobre a Geografia Física (1ª. ed 1864) In: COELHO, Plínio Augusto (org). **Élisée Reclus**. Da Ação Humana na Geografia Física e Geografia Comparada no Espaço e no Tempo. São Paulo: Expressão & Arte/ Imaginário, 2010a, p.51-73.

_____. Geografia Comparada no Espaço e no Tempo. (1ª.ed. 1894). In: COELHO, Plínio Augusto (Org). **Élisée Reclus**: Da Ação Humana na Geografia Física e

Geografia Comparada no Espaço e no Tempo. São Paulo: Expressão & Arte/Imaginário, 2010b, p.75-96.

_____. Prefácio. O Homem e a Terra (1ª. ed. 1905). In: COELHO, Plínio Augusto (Org). **Élisée Reclus: Da Ação Humana na Geografia Física e Geografia Comparada no Espaço e no Tempo**. São Paulo: Expressão & Arte/ Imaginário, 2010c, p.43-50.

REIS, Rute S. **Sertão Noroeste Sergipano: Mudanças Recentes e Ação Governamental**. Dissertação. (Mestrado de Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 1991.

RIBEIRO, Jorge M. **A controvérsia entre o imóvel rural e imóvel urbano (a luz dos critérios da localização e de destinação)**. Visconde do Rio Branco, Gráfica Rejane, 2000.

ROMEIRO, Adhemar; GUANZIROLI, Carlos e LEITE, Sérgio. (Orgs). **Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda**. O Relatório da FAO em Debate. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

ROSA, Sueli Couto. **Projetos de Assentamento**. Brasília, NEAGRI/UnB, s/d [1992].

_____. Do Agrícola e do Agrário: Proposta para uma Análise do Modelo Brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.34,nº 2, nov/dez 1995, p. 81-91.

_____. **Os Desafios do PRONAF: Os Limites de Sua Implementação**. Campina Grande, 28º Encontro Nacional do APIPSA, 1996, (mimeo).

ROUSSEAU, Jean Jacques. Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens (1ª. ed. 1754). In: **Rousseau**. Vol. II. São Paulo, Nova Cultural, 1997, p 29 – 150.

SADER, Emir. **Movimentos Sociais na Transição Democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SALGADO, Sebastião. **Terra**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

SAMPAIO, Plínio A. (coord). Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária. outubro de 2003. **Reforma Agrária**. Revista da ABRA – Política Agrária no Governo Lula. Vol. Nº 32 – nº 1, ago-dez 2005, p.109-186

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SANTOS Jr., Avelar. **A Terra Xocó: um espaço como expressão de um povo**. São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2005, Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Célia Regina B. **Reorganização do Espaço Agrário e (des)territorialização das relações tradicionais**. Dissertação (Mestrado de Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 1996.

SANTOS, Elaine Christian B. **Questão Agrária e dinâmica ambiental nos assentamentos rurais Curralinho e Vitória da União/SE**. São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2007, Dissertação de Mestrado em Geografia.

SANTOS, Fabrícia O. **Serra da Guia**: marcas da ocupação humana na paisagem de Poço Redondo. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2004.

SANTOS, Genésio José. **Mudanças técnicas e impactos ambientais na agricultura de Canindé de São Francisco – 1985-2005**. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2007.

SANTOS Jr, José Wilson. **O Processo Social do Cooperativismo Sergipano de meados da década de 90 ao início do século XXI**. Monografia (Graduação em Serviço Social). São Cristóvão, DSS/UFS, 2003.

SANTOS, Luciene L. **Mobilidade do trabalho na fronteira do município de Canindé do São Francisco**: a estratégia de formação e degradação do espaço. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2007.

SANTOS, Maria Edilúzia L. **A mística dos acampamentos dos trabalhadores rurais sem-terra como processo de territorialização**. Dissertação. (Mestrado de Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2005.

_____. **A territorialidade da Mística nos Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais no Estado de Sergipe**: novas parcerias e contradições. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2010.

SANTOS, Marleide Maria. **O Sertão do São Francisco e os movimentos sociais no campo**. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 1999.

_____. **Movimentos Sociais**: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2008.

SANTOS, Milton. Espaço e Dominação: Uma Abordagem Marxista (1975) in: Santos, M. **Economia Espacial**: Críticas e Alternativas (coletânea de ensaios de 1970-1978). 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003, p.137-164.

_____. Totalidade do Diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais (1978) In: Santos, M. **Economia Espacial**: Críticas e Alternativas (coletânea de ensaios de 1970-1978). 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003, p.187-204.

_____. **O Espaço Dividido**: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. (1ª. ed francesa em 1975; 1ª. ed. em português 1979) 2ª. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica** (1ª. ed. 1978). 6ª. ed, 1ª. reimpressão. São Paulo, Edusp, 2008.

_____. Alguns Problemas Atuais da Contribuição Marxista à Geografia. In: Santos, M. (org). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1981a, p. 131-142.

_____. Novos Rumos para a Geografia Brasileira. In: SANTOS, M. (org). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1981b, p. 209-219.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia** (1ª. ed. 1988) 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1994a

_____. O Retorno do Território. In SANTOS, M., SOUZA, M. A. e SILVEIRA, M. L. (orgs). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994b.

_____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção (1ª. ed. 1996). 4ª. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. O Dinheiro e o Território. In: VV, **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. (1999) 3. ed. Niterói, PPGeo_UFF/AGB, 2002.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Reginaldo G. **Impactos sócioambientais à margem do Rio São Francisco: Relação homem *versus* natureza**. São Paulo: Biblioteca 24x7, 2010.

SANTOS, Ricardo M. **Se Planta e Colhe Alimentos neste Sertão: resistência e permanência da autonomia camponesa e as estratégias do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) nas contradições do projeto de soberania alimentar**. São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2012, Dissertação de Mestrado.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis, UFSC, 1987.

SCHMIDT, Benício V et alii (orgs). I **Censo Nacional da Reforma Agrária do INCRA**. Set. 1996/ fev. 1997. Brasília, INCRA/CRUB/UnB, 1997.

_____. SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D.N C; ROSA, S.L.C (orgs). **Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Brasília, UnB, 1998.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SEBASTIÃO, Pedro. **O caminho da reforma agrária: acampamento Gualter, roça boa, vida nova**. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2004.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**. (1ª. ed. 1999). 4ª. reimpressão. São Paulo, Companhia de Letras, 2000.

SHANIN, Teodor. A Definição de Camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. In: Trabalho e Dominação, **Estudos CEBRAP**, nº 26, Petrópolis, Vozes, 1980, p. 41-80.

_____. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T. e FABRINI, J.E. (orgs) **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo, Expressão Popular, 2008, p. 23-47.

SIGAUD, Lygia. **Clandestinos e os Direitos**: Estudos sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco. São Paulo, Duas Cidades, 1979.

SILVA, Jônathas. **O Direito e a Questão Agrária na Constituição Brasileira**. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia, ed UCG, 1996.

SILVA, José Adailton B. **A Comissão Pastoral da Terra e a questão agrária**: trajetória de luta e resistência no Baixo São Francisco. São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2006. Dissertação de Mestrado em Geografia.

SILVA, Marcelo Araújo. **Impactos Sócioeconômicos da Reforma Agrária sobre as famílias do Assentamento Queimada Grande e seus Reflexos no Município de Poço Redondo**. Monografia do Curso de Graduação em Engenharia Agrônoma da Universidade Federal de Sergipe – DEA/UFS/PROQUERA, 2008.

SILVA, Maria Neide S. (Coord.) **História Oral da Vida Camponesa**: Assentamentos de Reforma Agrária em Sergipe (1985-1996). São Cristóvão: NEPA/UFS, 1999.

SILVA, Nelmiros Ferreira. **Adeus Cascalho**: Jovens Sergipanos na Odisseia do Trabalho Temporário. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2003.

SILVA, Paulo Sérgio. **A Constituição brasileira de 10 de novembro de 1937**: um retrato com luz e sombra. São Paulo, editora Unesp, 2008.

SILVA, Rosemiro M. da. **Assentamentos de Pequenos Produtores Rurais em Sergipe 1945 – 1992**. Aracaju, SAGRI, 1995.

_____. **A Luta dos Posseiros de Santana dos Frades**. São Cristóvão, Editora da UFS, Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

SILVA, Rosemiro M.; LOPES, Eliano Sérgio. **Conflitos de Terra e Reforma Agrária em Sergipe**. São Cristóvão: Edufs, 1996.

SILVEIRA, Fernando Gaiger (coord). **Plano de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão Sergipano**. Aracaju, CECAC/INCRA SR-23, 2006 (mimeo).

SILVEIRA, Paulo (Org). **Poulantzas**: Sociologia. São Paulo, Ática, 1984.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. (1ª. ed. 1776). São Paulo, Abril Cultural, 1983.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Natureza, Capital e a Produção de Espaço. (1ª. ed. 1984). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. (1ª. ed 1956) 11. ed. São Paulo, DIFEL Difusão Editorial, 1982.

SOUSA, Celestino. **Revolução Francesa**. Lisboa, Internacional, 1911.

SOUSA, Raimunda Áurea D. **O AgroHidronegócio no Vale do São Francisco**: Território de Produção de Riqueza e Subtração da Riqueza da Produção. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2013.

SOUZA Jr, José Geraldo (Org.). **Introdução Crítica ao Direito**. v. 1, Brasília: UnB/CEAD/NEP, 1993.

SOUZA Jr., José Geraldo; AGUIAR, Roberto A R (Orgs.). **Introdução Crítica ao Direito do Trabalho**. vol. 2. Brasília: UnB/CEAD/NEP, 1993.

SOUZA, Marcelo L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; COSTA, P. C. C, CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. 7. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005, p. 77-116.

SOUZA, Natelson O. A História está no drama: jovens Xocó e produção de socialidade com linguagem das artes. **Cadernos de Arte e Antropologia**. vol. 2, nº 2. Salvador, UFBA, 2013, www.portalseer.ufba.br. Acessado em setembro de 2013.

SOUTO, Miguel Heimar. **Caminhos e Descaminhos da atividade leiteira no noroeste de Sergipe**. São Cristóvão, NPGeo/UFS, 1998. Dissertação de Mestrado em Geografia.

SPAROVEK, Gerd. **A Qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária Brasileira**, USP/MDA/FAO, São Paulo, Páginas & Letras editora e gráfica, 2003.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. _____. **Questão Agrária no Brasil**. 8ª ed. São Paulo, Atual, 1997

_____. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil**. O debate tradicional 1500-1960. v. 1, São Paulo, Expressão Popular, 2005a.

_____. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil**. O debate na esquerda 1960 – 1980. v. 2. São Paulo, Expressão Popular, 2005b.

_____. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil**. Programas de Reforma Agrária: 1946 – 2003. v. 3. São Paulo, Expressão Popular, 2005c.

_____. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil**. História e Natureza das Ligas Camponesas 1954 – 1964. v. 4. São Paulo, Expressão Popular, 2006a.

_____. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil**. Sônia Regina de Mendonça: a classe dominante agrária: natureza e comportamento 1964 – 1990. v. 5. São Paulo, Expressão Popular, 2006b.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: A trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA DE SERGIPE. **II Plano Regional da Reforma Agrária - Sergipe**. Aracaju, INCRA-SR23/SE, 2005, CDROM.

_____. **Relatório/Listagem de Assentamentos Rurais de Sergipe**. Aracaju, INCRA-SR23/SE, 24/02/2014.

_____/OUVIDORIA AGRÁRIA. **Relatório/Listagem de Acampamentos**. Aracaju, INCRA - SR 23/SE, 31/01/2014.

_____ - MDA; CODEVASF-MI; GOVERNO DE SERGIPE. **Termo de Cooperação Técnica** visando promover ações conjuntas destinadas à Implantação do Programa de Desenvolvimento do Semi-Arido Sergipano. (Minuta), 2004.

_____; GOVERNO DE SERGIPE/SEINFRA; MST; Líderes do Assentamento Jacaré-Curituba; Engenheiros do Consórcio Magna/Combec, empresa responsável pela elaboração do projeto. **Memória da Reunião. 18/02/2005** para discutir o Jacaré-Curituba.

_____ ; GOVERNO DE SERGIPE; Delegacia MDA de Sergipe; Prefeituras Municipais de Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Monte Alegre e Porto da Folha; MST. **Memória de Reunião**, 22/03/2005 no Mini Auditório da Secretaria de Estado da Agricultura, Aracaju, para homologar a discussão ocorrida em 21 de Março, no mesmo local, sobre a Proposta do Termo de Cooperação Técnica relativo ao Programa de Desenvolvimento do Semiárido Sergipano e acordo de Empréstimo a ser firmado entre o Governo do Estado de Sergipe e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID.

TANEZINI, Theresa Cristina Z. **Avaliação do PROCERA em Sergipe**. Jaboticabal, Unesp, 1998 (mimeo).

_____. Sergipe no I Censo Nacional dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do INCRA. **Cadernos UFS - Extensão**. v. 2. São Cristóvão, Edufs, 2000.

_____. **MST – A Face Invisível de um Movimento Social**. Sessão Temática Questão Agrária, Movimentos Sociais e Meio Ambiente. Anais do X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Rio de Janeiro, CBAS, 2001 (CDROM CO_ 577).

_____. MST: 20 anos de luta pela Reforma Agrária dentro de um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil e de construção da globalização contra-hegemônica.

Ser Social: Democracia e Participação Sociopolítica, n. 15, jul / dez. 2004, Brasília, p. 11 – 56.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do Vinho** – estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Hucitec, 1978.

TEIXEIRA, Aloisio (Org.). **Utópicos, Herédicos e Malditos:** os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro, Record, 2002.

TEIXEIRA, Olívio Alberto.; MELO, Ricardo L.; FRANÇA, Vera Lúcia A. **Construindo uma Territorialização para o Planejamento Regional de Sergipe.** Anais do VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. Aracaju, Enaber, out. 2008.

THOMAZ Jr, Antônio. **Territorialização do capital na agroindústria canavieira.** Presidente Prudente, Unesp, 1988. Dissertação de Mestrado de Geografia.

THOMAZ JR, Antônio. Se Camponês, se Operário! Limites e Desafios para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. **Geografia e Trabalho no Século XXI.** Vol.2. São Paulo, [s/n], [2005], vol. 130-167.

_____. **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil.** IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre, UFRGS, 28 de maio a 1º de junho de 2007. Disponível em www.ub.es/geocrit/9porto/thomaz.htm. Acessado em 1/11/2010.

TOURAINÉ, Alain. **Um Novo Paradigma.** Para compreender o mundo de hoje. Petrópolis, Vozes, 2006.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resolução nº 7.019/66**, sobre a participação indígena no processo eleitoral

TURNER, Bryan S. **A Igualdade.** Nova York, Methuen, 1986.

VALIO, David. **A Precipitação Pluvial e organização do espaço no município de Nossa Senhora da Glória/SE:** um retrato do semi-árido nordestino. São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2007. Dissertação de Mestrado em Geografia.

VARGAS, Maria Augusta M. **A Natureza Sertaneja da política de desenvolvimento: sertão sergipano do São Francisco.** Dissertação (Mestrado em Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 1988.

_____. **Desenvolvimento Regional em Questão – O Baixo São Francisco** Revisitado. Tese. (Doutorado em Geografia). Rio Claro, Unesp, 1999.

VEIGA, José Eli. **O que é Reforma Agrária.** São Paulo, Brasiliense, 1981.

VENÂNCIO, Romero. **“Questões metodológicas - Marx e Engels”,** São Cristóvão, edufs, 2002.

VILAR, José Wellington C. **O Papel da pecuarização no processo de produção do espaço agrário sergipano**. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 1991

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. **Temporalis**, ano. 2, n. 3 (jan / jul. 2001). Brasília, ABEPSS, 2001, p. 33 – 40.

WANDERLEY, Maria Nazaré. **O Camponês**: um trabalhador para o capital. Caderno de Difusão de Tecnologia, Brasília, EMBRAPA, jan / abril, 1985, p.13 – 78.

_____. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In Anais. II Encontro de Pesquisa sobre a Questão Agrária nos Tabuleiros Costeiros de Sergipe. Aracaju, Embrapa, 1997, 9- 40.

_____. Apresentação (orelhas). LIMA, Ruy Cirne. **Pequena Historia Territorial do Brasil**: sesmarias e terras devolutas (1ª. ed. 1933). 5. ed. Goiânia: UFG, 2002.

WEBER, Max. **Reforma Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 2ª. ed. revista. São Paulo. Pioneira Thompson Learning, 2001.

_____. **A situação dos trabalhadores rurais na Alemanha nas províncias do Além Elba**. (1ª. ed 1892). In: SILVA, J.G e STOLCKE, V (orgs). A Questão Agrária. São Paulo. ed. Brasiliense, 1981.

WILKINSON, John e MALUF, Renato S. (orgs) **Reestruturação do Sistema Agroalimentar** – questões metodológica e de pesquisa. Rio de Janeiro. REDCAPA, 1999.

_____. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos *clusters* a montante. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 18, Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, abril de 2002, p. 147 -184.

WELCH, Clifford Andrew . et al (orgs) **Camponeses brasileiros** – leituras e interpretações clássicas, São Paulo, Unesp/ Brasília, Nead, 2009.

WOLF, Eric. R. **Sociedades Camponesas** (1ª. ed. 1966), 2ª. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

WOORTMANN, Ellen. **Sitiantes e Roceiros**. A produção camponesa num contexto de pecuarização. Dissertação (mestrado em geografia), Brasília, UnB, 1981.

_____. **Significados da Terra** (org). Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 2004.

WOORTMANN, Ellen e WOORTMANN, Klaas. **O Trabalho da Terra** – a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília. Ed Universidade de Brasília, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Tabela 01 Relação Nominal dos Assentamentos do Alto Sertão Sergipano em Ordem Cronológica – Primeira Fase - out. 1986 a out. de 1996

ASSENTAMENTOS Nome/código do assentamento	MUNICIPIO	Data Criação PA	Nº fam.	Área (Hectares)	Imóv D/R/C
SE0003000 PA BARRA DA ONÇA	Poço Redondo	01/10/1986	211	6.261,94	D01
SE0004000 PA ILHA DO OURO	Porto da Folha	26/05/1987	94	1.320,34	D01
SE0007000 PA PEDRAS GRANDES	Poço Redondo	30/09/1988	27	636,8800	D01
SE0010000 PA NOVA ESPERANÇA	Gararu	02/04/1991	40	1.003,6000	D01
SE0014000 PA NOSSA SENHORA APARECIDA	Monte Alegre de Sergipe	02/04/1991	24	400,0000	D01
SE0021000 PA FLOR DA SERRA	Poço Redondo	18/03/1996	41	917,8700	D01
TOTAL 06 Pas	04	-	437	10.540,63	06

Fonte: Adaptada da listagem geral de assentamentos do INCRA, 24/02/2014

OBS: Tipo de obtenção - D desapropriação; R recuperação; C compra

APÊNDICE B – Tabela 02 Relação Nominal dos Assentamentos do Alto Sertão Sergipano em Ordem Cronológica . Segunda Fase- Nov de 1996 a Dez. de 2006.

ASSENTAMENTOS Nome/código do assentamento	Município	Data Criação PA	Nº fam.	Área (Hectares)	IMOVEIS D/R/C
SE0026000 PA CUIABÁ	Canindé do São Francisco	30/12/1996	212	2.023,90	01
SE0027000 PA CURRALINHO	Poço Redondo	27/12/1996	50	1.175,00	01
SE0034000 PA BOM JARDIM	Monte Alegre de Sergipe	31/12/1997	28	603,65	01
SE0037000 PA PIONEIRA	Poço Redondo	31/12/1997	21	513,24	01
SE0038000 PA JACARÉ - CURITUBA I	Poço Redondo	29/12/1997	736	4.526,31	01
SE0039000 PA JACARÉ - CURITUBA II	Poço Redondo	29/12/1997	71	1.216,45	01
SE0040000 PA JACARÉ - CURITUBA III	Canindé do São Francisco	29/12/1997	100	735,77	01
SE0041000 PA JACARÉ - CURITUBA IV	Canindé do São Francisco	29/12/1997	142	1.367,70	01
SE0042000 PA JACARÉ - CURITUBA V	Canindé do São Francisco	29/12/1997	45	869,60	01
SE0043000 PA FORTALEZA	Nossa Senhora da Glória	29/12/1997	50	922,62	01
SE0044000 PA MODELO	Canindé do São Francisco	16/04/1998	30	837,61	01
SE0045000 PA QUEIMADA GRANDE	Poço Redondo	12/08/1998	150	4.087,27	01
SE0048000 PA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	Nossa Senhora da Glória	09/09/1998	28	656,26	01
SE0056000 PA JACARÉ - CURITUBA VII	Canindé do São Francisco	17/12/1998	45	299,64	01
SE0059000 PA JACARÉ - CURITUBA VI	Poço Redondo	15/12/1998	17	430,96	01
SE0060000 PA NOVO MULUNGU	Poço Redondo	17/12/1998	10	249,37	01
SE0066000 PA SÃO JOSE DO NAZARÉ	Poço Redondo	04/11/1999	26	743,20	01
SE0068000 PA CACHOEIRINHA	Gararu	26/11/1999	99	2.694,67	01
SE0073000 PA JACARÉ CURITUBA VIII	Poço Redondo	24/12/1999	42	605,00	01
SE0074000 PA LAGOA DA AREIA	Poço Redondo	29/12/1999	160	3.984,82	01
SE0075000 PA CAJUEIRO	Poço Redondo	29/12/1999	112	2.745,24	01
SE0078000 PA PAULO FREIRE	Porto da Folha	20/11/2000	40	1.181,00	01
SE0080000 PA SÃO RAIMUNDO	Monte Alegre de Sergipe	14/12/2000	10	266,49	01
SE0082000 PA JOSÉ UNALDO DE OLIVEIRA	Porto da Folha	21/06/2001	15	211,77	01
SE0085000 PA UNIÃO DOS CONSELHEIROS	Monte Alegre de Sergipe	21/06/2001	25	627,01	01
Subtotal 25 a transportar	06 municípios	-	2264	33.574,55	25

Continuação **Tabela 02** Assentamentos do Alto Sertão Sergipano em Ordem Cronológica. Segunda Fase - Nov de 1996 a Dez. de 2006.

ASSENTAMENTOS Nome/código do assentamento	Município	Data Criação PA	Nº fam.	Área (Hectares)	IMOVEIS D/R/C
SE0087000 PA MANDACARU	Canindé do São Francisco	21/06/2001	31	824,97	D01
SE0090000 PA FLORESTAN FERNANDES	Canindé do São Francisco	09/04/2002	14	424,15	D01
SE0092000 PA CALDEIRÃO	Poço Redondo	09/04/2002	19	507,53	D01
SE0094000 PA NOSSA SENHORA DA BOA HORA	Nossa Senhora da Glória	12/04/2002	25	502,14	D01
SE0096000 PA NOVA VIDA	Canindé do São Francisco	20/06/2002	25	893,42	D01
SE0098000 PA MONTE SANTO (JC)	Canindé do São Francisco	08/05/2002	14	354,11	D01
SE0099000 PA MONTE SANTO I (JC)	Canindé do São Francisco	19/06/2002	16	455,95	D01
SE0101000 PA MARIA BONITA I	Poço Redondo	04/11/2002	39	1.092,48	D01
SE0102000 PA SANTA MARIA	Canindé do São Francisco	18/11/2002	40	1.143,19	D01
SE0103000 PA SANTA RITA	Canindé do São Francisco	25/11/2002	31	824,97	D01
SE0105000 PA NOVO PARAÍSO	Poço Redondo	25/11/2002	40	1.074,32	D01
SE0106000 PA JOÃO PEDRO TEIXEIRA	Canindé do São Francisco	21/10/2002	145	3.740,32	D01
SE0107000 PA MARIA FEITOSA	Poço Redondo	25/11/2002	45	1.271,86	D01
SE0108000 PA MARIA VITORIA	Gararu	20/10/2003	13	420,31	D01
SE0109000 PA FLOR DA INDIA	Gararu	20/10/2003	10	301,43	D02
SE0110000 PA JOÃO DO VALE	Nossa Senhora da Glória	22/12/2003	19	559,11	D01
SE0111000 PA RAIMUNDO MONTEIRO DA SILVA	Monte Alegre de Sergipe	22/12/2003	21	602,42	D01
SE0116000 PA JOSÉ RIBAMAR	Nossa Senhora da Glória	19/10/2004	32	823,96	D01
SE0117000 PA JOSENILTON ALVES	Monte Alegre de Sergipe	17/11/2004	14	356,54	D01
SE0118000 PA DOZE DE MARÇO	Canindé do São Francisco	24/03/2005	43	1.413,25	D01
SE0120000 PA RAIMUNDO MONTEIRO I	Monte Alegre de Sergipe	14/12/2004	06	162,01	D01
SE0122000 PA PRIMEIRO DE MAIO	Monte Alegre de Sergipe	11/04/2005	24	665,33	D01
SE0123000 PA LUIZ BELTRANO	Nossa Senhora da Glória	11/04/2005	20	536,28	D01
Subtotal 23 a transportar	06	-	686	18.950,05	D24

Continuação **Tabela 02** Assentamentos do Alto Sertão Sergipano em Ordem Cronológica. Segunda Fase - Nov. de 1996 a Dez. de 2006

ASSENTAMENTOS Nome/código do assentamento	Município	Data Criação PA	Nº fam.	Área (Hectares)	Imóveis D/R/C
SE0125000 PA VITORIA DO SÃO FRANCISCO	Porto da Folha	11/04/2005	30	477,26	D01
SE0127000 PA NELSON MANDELA	Poço Redondo	10/05/2005	17	294,91	D01
SE0128000 PA DJALMA CESÁRIO	Poço Redondo	11/05/2005	09	229,84	D01
SE0129000 PA CARLITO MAIA	Poço Redondo	11/05/2005	06	146,97	D01
SE0130000 PA MADRE TEREZA DE CALCUTÁ	Poço Redondo	11/05/2005	08	198,02	D01
SE0145000 PA CHE GUEVARA	Poço Redondo	15/02/2006	33	649,16	D01
SE0148000 PA NOVA ALEGRIA	Nossa Senhora da Glória	30/03/2006	23	490,15	D01
SE0151000 PA JOSENILTON ALVES II	Gararu	09/10/2006	16	598,96	D01
SE0152000 PA DOM JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO	Poço Redondo	20/12/2006	40	909,18	D01
Subtotal 09 Pas	06 municípios	-	182	3.994,45	D09
Total 57 Pas	06 municípios	-	3.132	56.519,05	D58

OBS: D desapropriação; R recuperação; C compra

Fonte: Adaptada da listagem geral de assentamentos do INCRA, 24/02/2014

APÊNDICE C – Tabela 03 Relação Nominal dos Projetos de Assentamento e Colônias Estaduais do Alto Sertão Sergipano em Ordem Cronológica. Terceira Fase - Jan.de 2007 a Jan.de 2014

ASSENTAMENTOS Nome/código do assentamento	Município	Data Criação PA	Nº fam.	Área (Hectares)	Imóveis D/R/C
SE0158000 PA APOLONIO DE CARVALHO	Gararu	25/06/2008	21	516,57	D01
SE0160000 PA ZÉ EMÍDIO	Nossa Senhora da Glória	30/12/2008	25	852,06	D01
SE0165000 PE COLONIA AGRÍCOLA ALTO DA BELA VISTA	Canindé do São Francisco	30/12/2008	32	1.502,39	01
SE0166000 PE COLONIA AGRÍCOLA ELDORADO DOS CARAJÁS	Canindé do São Francisco	30/12/2008	41	937,17	01
SE0167000 PE COLONIA	Canindé do São	30/12/2008	06	159,54	01

AGRICOLA SEBASTIÃO ENÉAS	Francisco				
SE0168000 PE COLONIA AGRÍCOLA RONIVALDO FARIAS	Poço Redondo	30/12/2008	48	1.190,94	01
SE0169000 PE COLONIA AGRÍCOLA 09 DE JUNHO	Canindé do São Francisco	30/12/2008	53	1.284,67	03
SE0170000 PE COLONIA AGRÍCOLA KARL MARX	Canindé do São Francisco	30/12/2008	54	1.249,73	01
SE0171000 PE COLONIA AGRÍCOLA EMILIA MARIA	Canindé do São Francisco	30/12/2008	22	517,33	01
SE0172000 PE COLONIA AGRÍCOLA ANA PATRICIA	Canindé do São Francisco	30/12/2008	14	338,42	01
SE0177000 PE COLONIA AGRÍCOLA MANOEL DIONÍSIO CRUZ	Canindé do São Francisco	26/08/2009	117	2.908,61	01
SE0178000 PE COLONIA AGRÍCOLA ANTONIO CONSELHEIRO	Canindé do São Francisco	26/08/2009	40	1.049,35	00
SE0179000 PE COLONIA AGRÍCOLA VALMIR MOTA KENIO	Canindé do São Francisco	25/08/2009	33	881,24	01
SE0180000 PE COLONIA AGRÍCOLA MANRIQUE	Poço Redondo	26/08/2009	04	76,70	01
SE0181000 PE COLONIA AGRÍCOLA FLORESTAN FERNANDES	Poço Redondo	26/08/2009	20	480,43	01
SE0182000 PE COLONIA AGRÍCOLA JOSÉ NOGUEIRA	Canindé do São Francisco	26/08/2009	12	310,30	01
SE0183000 PE COLONIA AGRÍCOLA ANA PATRÍCIA II	Poço Redondo	26/08/2009	26	597,44	01
SE0187000 PE COLONIA AGRICOLA JOSE RENILSON DE MENEZES	Monte Alegre	20/11/2009	14	339,61	00
SE0188000 PE COLONIA AGRICOLA PAULO FREIRE	Monte Alegre	20/11/2009	06	150,20	00
SE0189000 PE COLONIA AGRICOLA ADAO PRETO	Canindé do São Francisco	20/11/2009	92	2.725,84	00
Subtotal 20 assentam. a transportar	06 municípios	-	680	18.068,54	18

Continuação **Tabela 03** Projetos de Assentamento e Colônias Estaduais do Alto Sertão Sergipano em Ordem Cronológica. Terceira Fase - Jan.de 2007 a Jan. de 2014

ASSENTAMENTOS Nome/código do assentamento	Município	Data Criação PA	Nº fam.	Área (Hectares)	Imóveis D/R/C
SE0190000 PE COLONIA AGRICOLA MORRO DA BARRIGUDA	Canindé do São Francisco	20/11/2009	35	834,79	00
SE0192000 PE COLONIA AGRICOLA HEBERT DE SOUZA	Poço Redondo	20/11/2009	261	5.691,84	01
SE0193000 PE COLONIA AGRICOLA JOSE ACACIO	Poço Redondo	03/12/2009	13	336,59	01
SE0199000 PA ADAO PRETO	Nossa Senhora da Glória	29/12/2009	100	2.462,82	01
SE0200000 PE COLONIA AGRICOLA JAPAO	Canindé do São Francisco	30/12/2009	43	981,15	00
SE0202000 PE COLONIA AGRICOLA NOVA VIDA	Nossa Senhora da Glória	06/05/2010	17	409,72	00
SE0203000 PE COLONIA AGRICOLA NOSSA SENHORA APARECIDA	Nossa Senhora da Glória	06/05/2010	11	240,98	00
SE0208000 PE COLONIA AGRICOLA PAULO FREIRE II	Nossa Senhora da Glória	22/10/2010	30	605,00	01
SE0209000 PE COLONIA AGRICOLA AUGUSTO BEZERRA	Canindé do São Francisco	2009	36	1.631,90	00
SE0210000 PE COLONIA AGRICOLA SALETE STROZAKE	Poço Redondo	2010	04	74,89	-
SE0213000 PA EMILIA MARIA II	Porto da Folha	02/08/2011	19	395,94	D1
SE0215000 PA NOSSA SENHORA DO CARMO	Porto da Folha	23/12/2011	12	217,89	-
SE0221000 PE COLONIA DANIEL RICARDO DOS SANTOS	Canindé do São Francisco	2011	45	981,15	-
SE0222000 PE COLONIA AGRICOLA JOSUE DE CASTRO	Poço Redondo	2011	27	589,03	-
Subtotal 14 assentam.	06	-	653	15.453,69	05
Total 34 assentam	06	-	1.333	33.522,23	23

Fonte: listagem geral de assentamentos do INCRA, 24/02/2014

OBS: D desapropriação; R recuperação; C compra

APÊNDICE D – Tabela 04 Área Desapropriada nos Projetos de Assentamentos e Colônias Estaduais do Alto Sertão Sergipano por Ano e por Município – Terceira Fase Jan. 2007 a Jan. 2014.

PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRARIA - Pas			COLONIAS AGRICOLAS ESTADUAIS - PES			Município
Nº fam.	Area Hectares	Imóveis D/R/C	Nº fam.	Área Hectares	Imóv D/R/C	
2008						
21	516,57	D01				Gararu
25	852,06	D01				Nossa Senhora da Glória
			32	1.502,39	01	Canindé do São Francisco
			41	937,17	01	Canindé do São Francisco
			06	159,54	01	Canindé do São Francisco
			53	1.284,67	03	Canindé do São Francisco
			54	1.249,73	01	Canindé do São Francisco
			22	517,33	01	Canindé do São Francisco
			14	338,42	01	Canindé do São Francisco
			48	1.190,94	01	Poço Redondo
2009						
100	2.462,82	D01				Nossa Senhora da Glória
			117	2.908,61	01	Canindé do São Francisco
			40	1.049,35	00	Canindé do São Francisco
			33	881,24	01	Canindé do São Francisco
			12	310,30	01	Canindé do São Francisco
			92	2.725,84	00	Canindé do São Francisco
			35	834,79	00	Canindé do São Francisco
			43	981,15	00	Canindé do São Francisco
			04	76,70	01	Poço Redondo
			20	480,43	01	Poço Redondo
			26	597,44	01	Poço Redondo
			261	5.691,84	01	Poço Redondo
			13	336,59	01	Poço Redondo
			14	339,61	00	Monte Alegre de Sergipe
			06	150,20	00	Monte Alegre de Sergipe
2010						
			36	1.631,90	00	CanindédoSãoFrancisco
			04	74,89	-	Poço Redondo
			17	409,72	00	Nossa Senhora da Glória
			11	240,98	00	Nossa Senhora da Glória
			30	605,00	01	Nossa Senhora da Glória
2011						
19	395,94	D1				Porto da Folha
12	217,89	D1				Porto da Folha
			45	981,15	-	Canindé do São Francisco
			27	589,03	-	Poço Redondo
05 PAs em 03 municípios			29 PEs em 04 municípios			-
177	4.445,28	D5	1556	29.076,95	19	
TOTAL GERAL 34 assentamentos 33.522,23 hectares redistribuídos para 1733 famílias						

Fonte: Elaborado pela autora a partir da listagem geral de assentamentos do INCRA, 24/02/2014

APÊNDICE E – Tabela 05 Acampamentos em Ordem Cronológica Iniciados nas Três Fases da Luta pela Terra no Alto Sertão Sergipano existentes em 31 de janeiro de 2014

Fases da Luta pela Terra	Nº e data ocupações	Nº famílias Envolvidas	Município
1ª. fase – 1986 a out.1996	05/05/1996	22	Gararu
Subtotal 1ª fase	01	22	01 município
2ª. fase – nov.1996 a dez 2006	10/07/1997	26	Gararu
	15/07/1999	103	Poço Redondo
	25/07/1999	12	Nossa Senhora da Glória
	18/09/1999	89	Poço Redondo
	01/10/1999	32	Canindé do São Francisco
	16/06/2000	33	Canindé do São Francisco
	07/11/2000	09	Poço Redondo
	29/04/2001	11	Porto da Folha
	01/10/2001	90	Poço Redondo
	04/06/2002	36	Poço Redondo
	20/06/2003	33	Porto da Folha
	11/01/2004	22	Monte Alegre de Sergipe
	11/01/2004	21	Nossa Senhora da Glória
	17/04/2004	11	Monte Alegre de Sergipe
	23/04/2004	31	Monte Alegre de Sergipe
	25/04/2004	27	Porto da Folha
	10/05/2004	13	Nossa Senhora da Glória
	14/05/2004	11	Poço Redondo
	19/05/2004	17	Nossa Senhora da Glória
	25/05/2004	11	Porto da Folha
	09/06/2004	21	Poço Redondo
	07/07/2004	17	Poço Redondo
	25/08/2004	40	Nossa Senhora da Glória
Subtotal 2ª fase	23	716	06 municípios
3ª. fase – jan 2007 a jan 2014	02/01/2007	19	Gararu
	01/02/2007	40	Poço Redondo
	03/02/2007	45	Nossa Senhora da Glória
	01/03/2007	10	Poço Redondo
	10/06/2007	34	Nossa Senhora da Glória
	01/07/2007	11	Poço Redondo
	01/08/2007	26	Poço Redondo
	02/08/2007	51	Poço Redondo
	03/08/2007	18	Poço Redondo
	01/09/2007	12	Porto da Folha
	01/09/2007	14	Gararu
	01/09/2007	43	Gararu
	13/03/2008	09	Poço Redondo
	15/03/2008	19	Poço Redondo
	16/03/2008	22	Poço Redondo
	03/07/2008	39	Porto da Folha
	12/10/2008	13	Gararu
	12/05/2010	60	Nossa Senhora da Glória
	25/08/2010	159	Canindé do São Francisco
	26/09/2011	91	Poço Redondo
	26/09/2011	13	Poço Redondo
	26/09/2011	22	Poço Redondo
	2012	25	Poço Redondo
	2013	42	Canindé do São Francisco
Subtotal 3ª fase	24	837	06 municípios
TOTAL	48	1575	06 municípios

Fonte: Elaborado pela autora a partir das listagens da Ouvidoria Agrária do INCRA

APÊNDICE F – Tabela 06 Relação Nominal dos Acampamentos e Número de Famílias envolvidas no Alto Sertão Sergipano por Município em Ordem Cronológica existentes em 31 de janeiro de 2014

Município	Nome do Acampamento	Nºfam	Data início Ocupação
Poço Redondo	Herbert de Souza	103	15/07/1999
	José Renilson de Menezes II	89	18/09/1999
	Roseli Nunes	09	07/11/2000
	Padre Cícero	90	01/10/2001
	Atevaldo das Neves	36	04/06/2002
	14 de Maio	11	14/05/2004
	Josué de Castro	21	09/06/2004
	José Nilton	17	07/07/2004
	Oziel Alves	40	01/02/2007
	Dandara	10	01/03/2007
	Margarida Alves	11	01/07/2007
	Irmã Doroth	26	01/08/2007
	Paulo Freire	51	02/08/2007
	Madre Cristina	18	03/08/2007
	Araújo Silva	09	13/03/2008
	Valmir Mota	19	15/03/2008
	Julia Soares	22	16/03/2008
	8 de Abril	91	26/09/2011
	14 de Abril	13	26/09/2011
	Padre José Comblam	22	26/09/2011
	Jose Valentim	25	17/11/2012
Subtotal	21	733	1999-2012
Canindé do São Francisco	Caiçara	32	01/10/1999
	Serra Grande	33	16/06/2000
	Luiz Alberto	159	25/08/2010
	Japão	42	21/06/2013
Subtotal	04	266	1999-2013
Nossa Senhora da Glória	25 de julho	12	25/07/1999
	Margarida Alves II	21	11/01/2004
	Oziel Alves	13	10/05/2004
	1º de Maio	17	19/05/2004
	Josenilton Alves	40	25/08/2004
	Ana Patrícia	45	03/02/2007
	Eldorado dos Carajás	34	10/06/2007
	Antônio Conselheiro	60	12/05/2010
Subtotal	08	242	1999-2010
Gararu	José Emidio	22	05/05/1996
	Mario Lago I	26	10/07/1997
	Ademilton Alves	19	02/01/2007
	Carlos Mariguela	14	01/09/2007
	Seguidores de Canudos	43	01/09/2007
	Nossa Senhora Aparecida	13	12/10/2008
Subtotal	06	137	1996-2008
Porto da Folha	São Francisco	11	29/04/2001
	Patativa do Assaré	33	20/06/2003
	Salvador Allende	27	25/04/2004
	Olga Benário	11	25/05/2004
	Nossa Senhora do Carmo	12	01/09/2007
	Ana Patrícia	39	03/07/2008
Subtotal	06	133	2001-2008
Monte Alegre de Sergipe	Margarida Alves	22	11/01/2004
	Maria Bonita	31	23/04/2004
	Oziel Alves	11	17/04/2004
Subtotal	03	64	2004
Total Alto Sertão Sergipano 06 municípios	48 acampamentos	1575	Iniciados entre 1996 e 2013

Fonte: Elaborado pela autora com base na listagem geral de acampamentos, da Ouvidoria Agrária do INCRA/SR-23/SE, de 31 de janeiro de 2014

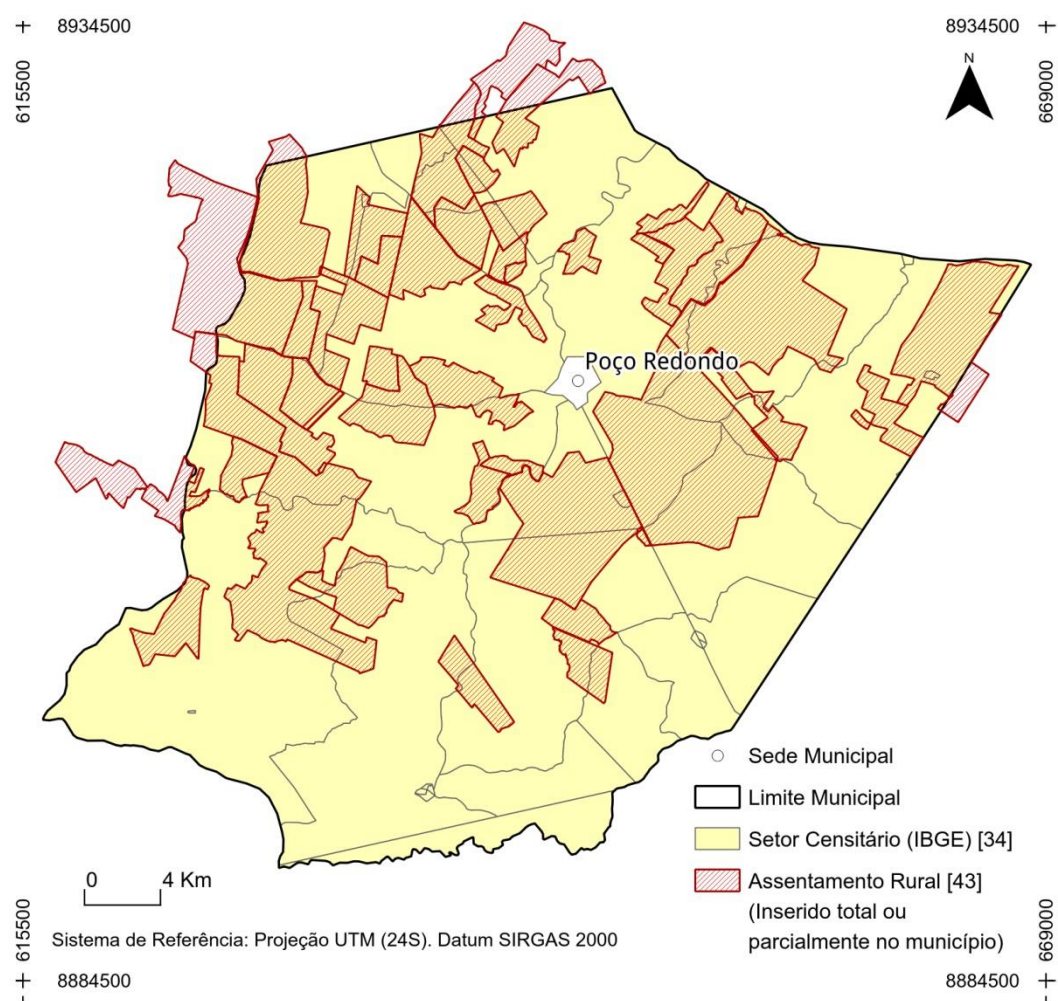
APÊNDICE G – Tabela 07 Relação Nominal de Projetos de Assentamento de Poço Redondo nas Três Fases da Luta pela Terra - nov. 1986 a fev. 2014.

Nº	Código PA	Nome PA	Data Criação PA	Nº fam.	Área (ha)	Imóv D/R/C
1ª. fase 1986 – out.1996						
01	SE0003000	PA Barra da Onça	01/10/1986	211	6.261,94	D01
02	SE0007000	PA Pedras Grandes	30/09/1988	27	636,88	D01
03	SE0021000	PA Flor da Serra	18/03/1996	41	917,87	D01
Subtotal		03	-	279	7.816,69	D03
2ª. fase nov 1996 – out 2006						
1	SE0027000	PA Curralinho	27/12/1996	50	1.175,00	01
2	SE0037000	PA Pioneira	31/12/1997	21	513,24	01
3	SE0038000	PA Jacaré Curitiba I	29/12/1997	736	4.526,31	01
4	SE0039000	PA Jacaré Curitiba II	29/12/1997	(71)	(1.216,45)	01
5	SE0045000	PA Queimada Grande	12/08/1998	150	4.087,27	01
6	SE0059000	PA Jacaré Curitiba VI	15/12/1998	(17)	(430,96)	01
7	SE0060000	PA Novo Mulungu	17/12/1998	10	249,38	01
8	SE0066000	PA São José do Nazare	04/11/1999	26	743,20	01
9	SE0073000	PA Jacare Curitiba VIII	24/12/1999	(42)	(605,00)	01
10	SE0074000	PA Lagoa da Areia	29/12/1999	160	3.984,82	01
11	SE0075000	PA Cajueiro	29/12/1999	112	2.745,25	01
12	SE0092000	PA Caldeirão	09/04/2002	19	507,53	01
13	SE0101000	PA Maria Bonita I	04/11/2002	39	1.092,48	01
14	SE0105000	PA Novo Paraíso	25/11/2002	40	1.074,32	01
15	SE0107000	PA Maria Feitosa	25/11/2002	45	1.271,86	01
16	SE0127000	PA Nelson Mandela	10/05/2005	17	294,91	01
17	SE0128000	PA Djalma Cesario	11/05/2005	09	229,84	01
18	SE0129000	PA Carlito Maia	11/05/2005	06	146,97	01
19	SE0130000	PA Madre Tereza Calcutá	11/05/2005	08	198,02	01
20	SE0145000	PA Che Guevara	15/02/2006	33	649,16	01
21	SE0152000	PA Dom Jose Brandão Castro	20/12/2006	40	909,18	01
Subtotal		21	-	1828	24.398,74	21
3ª. fase 2007 a fev.2014						
01		PE	2008	48	1.190,94	01
02		PE	2009	04	76,70	01
03		PE	2009	20	480,43	01
04		PE	2009	26	597,44	01
05		PE	2009	261	5.691,84	01
06		PE	2009	13	336,59	01
07		PE	2010	04	74,89	-
08		PE	2011	27	589,03	-
Subtotal		08	-	403	9.037,86	06
TOTAL		32		2.510	41.253,29	30

Fonte: Elaborado pela autora com base na listagem geral de assentamentos do INCRA, 24/02/2014

OBS: D desapropriação; R recuperação; C compra.

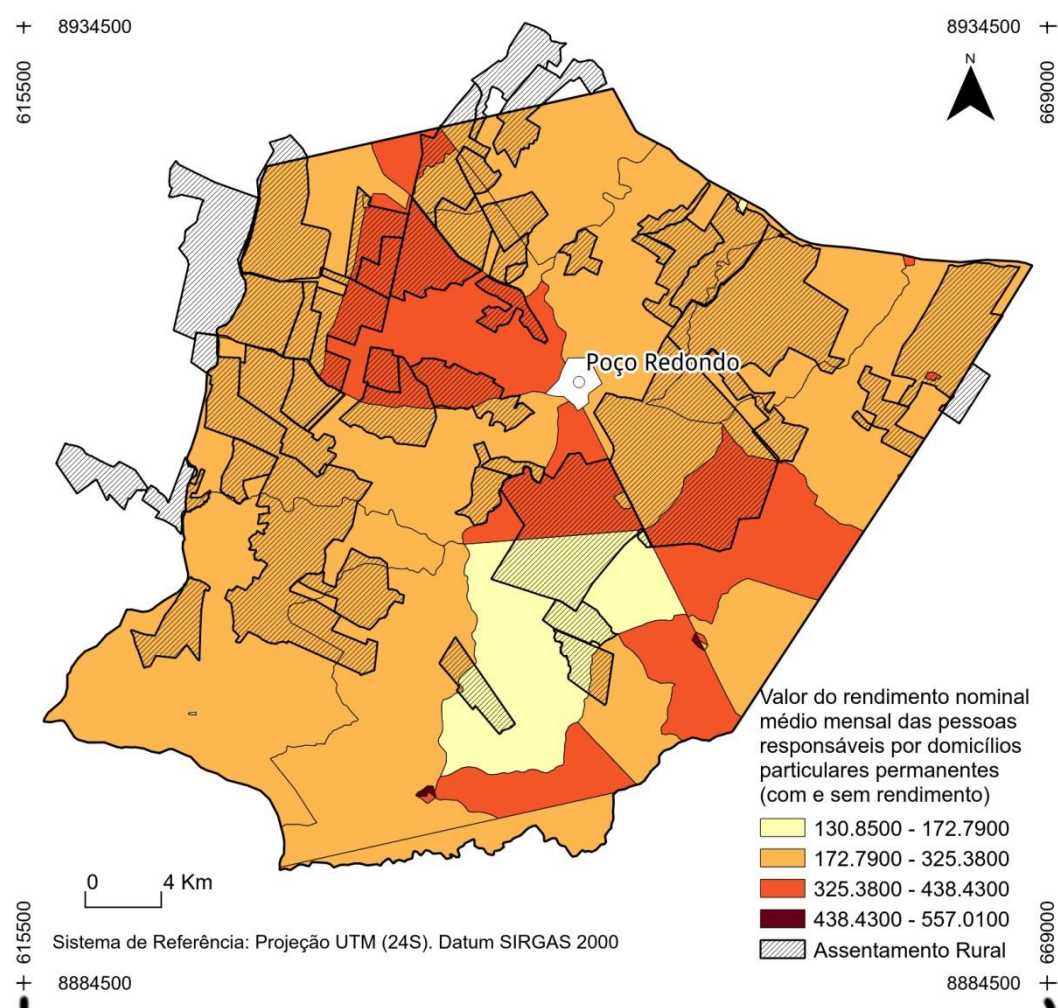
APÊNDICE H – Figura 01 Mapa de Poço Redondo: Assentamentos de Reforma Agrária por Setores Censitários - 1986 – 2013.



Fonte dos dados: IBGE (2010), INCRA (2013).

Organização e Elaboração: Theresa Cristina Zavaris Tanezini e Edson Magalhães Bastos Júnior

APÊNDICE I – Figura 02 Mapa das Classes de Renda dos Chefes de Domicílio Rurais e Assentamentos Rurais por Setores Censitários do Município de Poço Redondo.



Fonte dos dados: IBGE (2010), INCRA (2013).

Organização e Elaboração: Theresa Cristina Zavaris Tanezini e Edson Magalhães Bastos Júnior

APÊNDICE J– Tabela 08 Relação Nominal dos Projetos de Assentamento do Município de Canindé do São Francisco nas Três Fases da Luta pela Terra - dez.1996 a 2011.

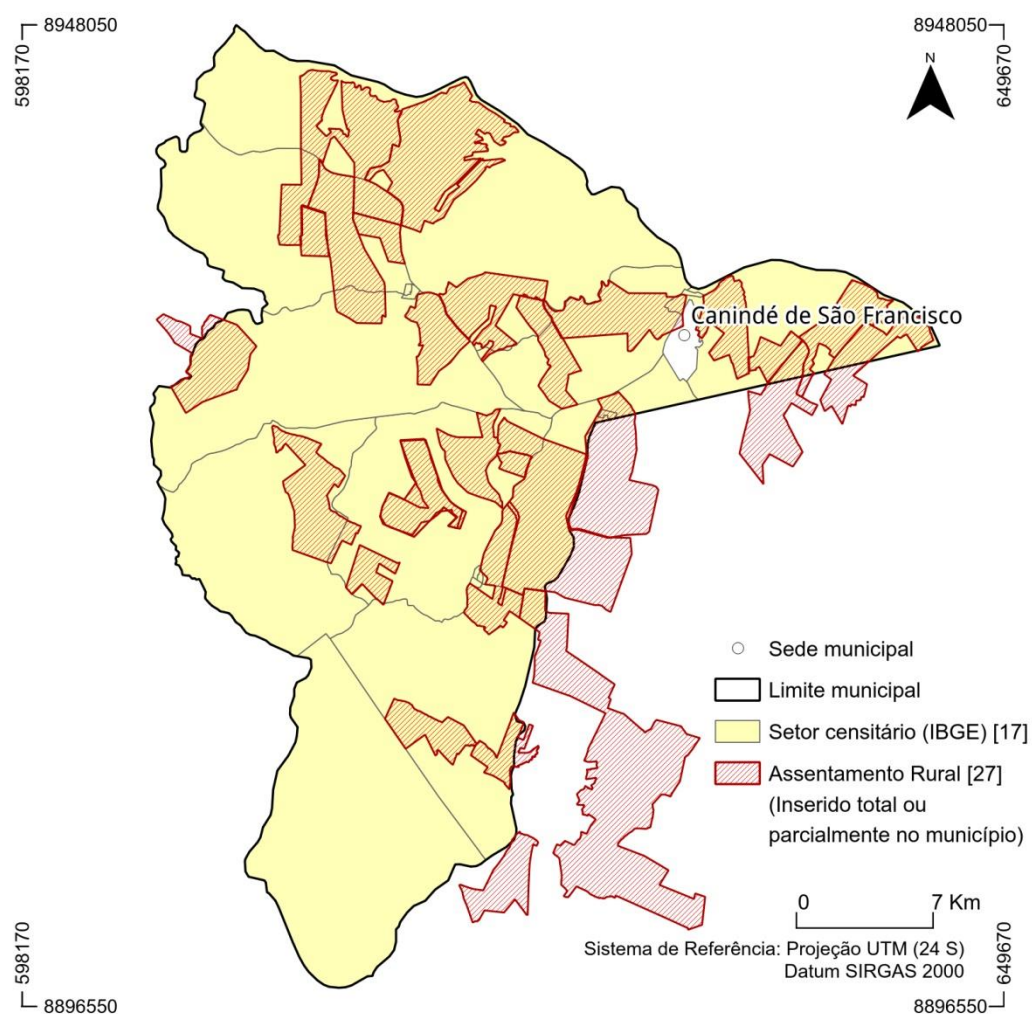
Nº	Código PA	Nome PA	Data Criação PA	Nº fam.	Área (ha)	Imóv D/R/C
1ª. fase out 1986 a out 1996						
-	-	-	-	-	-	-
2a. fase nov 1996 a dez 2006						
1	SE0026000	Cuiabá	30/12/1996	212	2.023,90	01
2	SE0040000	Jacaré-Curituba III	29/12/1997	(100)	735,77	01
3	SE0041000	Jacaré-Curituba IV	29/12/1997	(142)	1.367,70	01
4	SE0042000	Jacaré Curituba V	29/12/1997	(45)	869,60	01
5	SE0044000	Modelo	16/04/1998	30	837,61	01
6	SE0056000	Jacaré Curituba VII	17/12/1998	(45)	299,64	01
7	SE0087000	Mandacaru	09/04/2002	31	824,97	01
8	SE0090000	Florestan Fernandes	20/06/2002	14	424,17	01
9	SE0096000	Nova Vida	08/05/2002	25	893,42	01
10	SE0098000	Monte Santo (JC)	19/06/2002	14	354,11	01
11	SE0099000	Monte Santo I (JC)	18/11/2002	16	455,95	01
12	SE0102000	Santa Maria	25/11/2002	40	1.143,19	01
13	SE0103000	Santa Rita	09/04/2002	31	824,97	01
14	SE0106000	João Pedro Teixeira	21/10/2002	145	3.740,35	01
15	SE0118000	Doze de Março	24/03/2005	43	1.413,25	01
Subtotal		15	1996-2005	933	16.208,6	15

3ª. fase jan 2007 a fev 2017						
01		PE	2008	32	1.502,39	01
02		PE	2008	41	937,17	01
03		PE	2008	06	159,54	01
04		PE	2008	53	1.284,67	03
05		PE	2008	54	1.249,73	01
06		PE	2008	22	517,33	01
07		PE	2008	14	338,42	01
08		PE	2009	117	2.908,61	01
09		PE	2009	40	1.049,35	00
10		PE	2009	33	881,24	01
11		PE	2009	12	310,30	01
12		PE	2009	92	2.725,84	00
13		PE	2009	35	834,79	00
14		PE	2009	43	981,15	00
15		PE	2010	36	1.631,90	00
16		PE	2011	45	981,15	-
Subtotal		16	2008-2011	675	18.293,6	12
TOTAL		31	1996-2011	1.608	34.502,2	27

OBS: D desapropriação; R recuperação; C compra

Fonte: listagem geral de assentamentos do INCRA, 24/02/2014

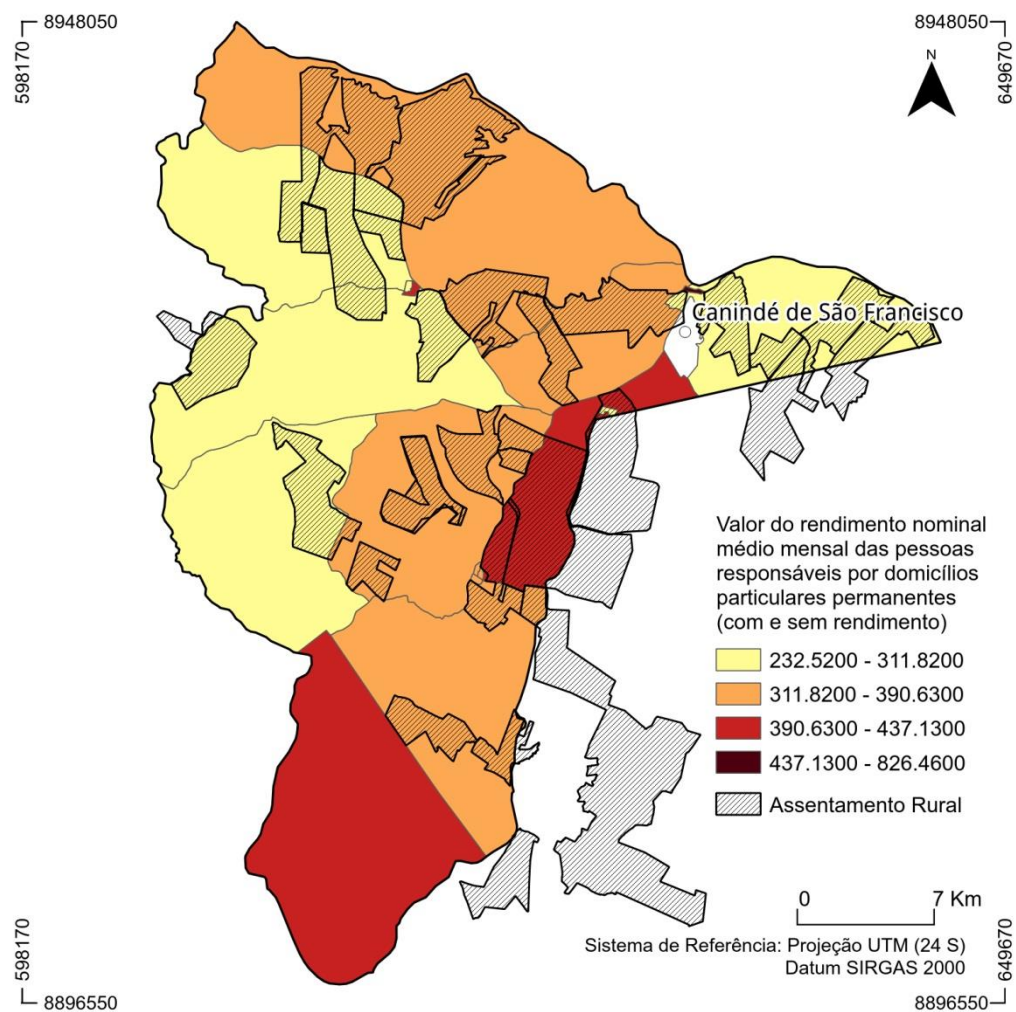
APÊNDICE K – Figura 03 Mapa - Assentamentos de Reforma Agrária, por Setores Censitários de Canindé do São Francisco - dez. 1996 – 2013.



Fonte dos dados: IBGE (2010), INCRA (2013).

Organização e Elaboração: Theresa Cristina Zavaris Tanezini e Edson Magalhães Bastos Júnior

APÊNDICE L – Figura 04 Mapa das Classes de Renda dos Chefes de Domicílio Rurais e Assentamentos Rurais, por Setores Censitários do Município de Canindé do São Francisco.



Fonte dos dados: IBGE (2010), INCRA (2013).

Organização e Elaboração: Theresa Cristina Zavaris Tanezini e Edson Magalhães Bastos Júnior

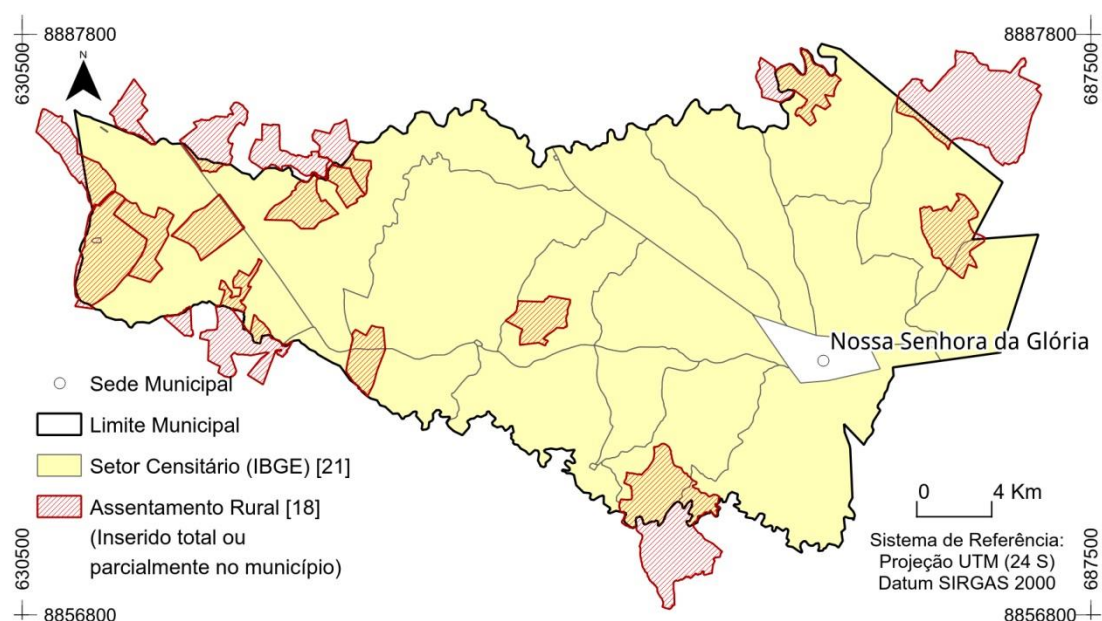
APÊNDICE M – Tabela 09 Relação Nominal dos Assentamentos do Município de Nossa Senhora da Glória nas Três Fases da Luta pela Terra - dez.1997 a 2010.

Nº	Código PA	Nome PA	Anos Criação PA	Nº fam.	Área (ha)	Imóv D/R/C
1ª. fase out 1986 a out 1996						
-	-	-	-	-	-	-
2ª. fase nov 1996 a dez 2006						
1	SE0043000	Fortaleza	29/12/1997	50	922,62	D01
2	SE0048000	Nossa Senhora da Glória	09/09/1998	28	656,26	D01
3	SE0094000	Nossa Senhora da Glória	12/04/2002	25	502,14	D01
4	SE0110000	PA João do Vale	22/12/2003	19	559,16	D01
5	SE0116000	PA Jose Ribamar	19/10/2004	32	823,96	D01
6	SE0123000	PA Luiz Beltrano	11/04/2005	20	536,28	D01
7	SE0148000	Nova Alegria	30/03/2006	23	490,15	D01
Subtotal		07	1997-2006	197	4.490,57	D07
3ª. fase jan 2007 a fev 2014						
01	PA		2008	25	852,06	D01
02	PA		2009	100	2.462,82	D01
03		PE	2010	17	409,72	00
04		PE	2010	11	240,98	00
05		PE	2010	30	605,00	01
Subtotal		05	2008-2010	183	4.570,58	
TOTAL		12	1997-2010	380	9.061,15	17

OBS:Tipo de obtenção: D desapropriação; R recuperação; C compra

Fonte: listagem geral de assentamentos do INCRA, 24/02/2014

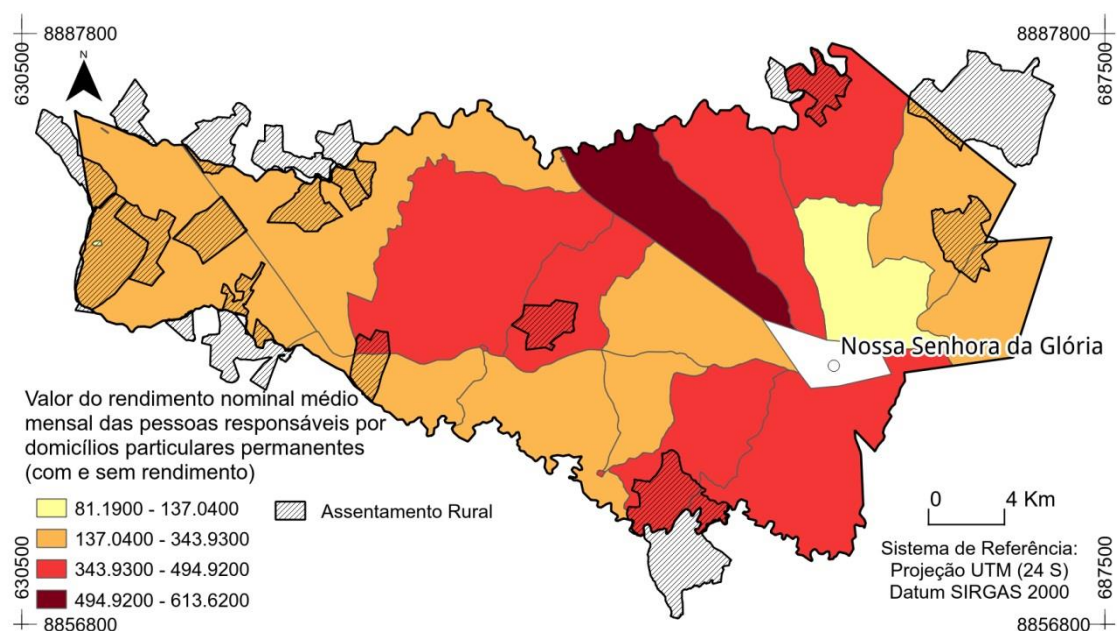
APÊNDICE N – Figura 05 Mapa dos Assentamentos de Reforma Agrária por Setores Censitários do Município de Nossa Senhora da Glória - dez. 1997 a 2010.



Fonte dos dados: IBGE (2010), INCRA (2013).

Organização e Elaboração: Theresa Cristina Zavaris Tanezini e Edson Magalhães Bastos Júnior

APÊNDICE O – Figura 06 Mapa das Classes de Renda dos Chefes de Domicílio Rurais do e Assentamentos Rurais por Setores Censitários do Município de Nossa Senhora da Glória



Fonte dos dados: IBGE (2010), INCRA (2013).

Organização e Elaboração: Theresa Cristina Zavaris Tanezini e Edson Magalhães Bastos Júnior

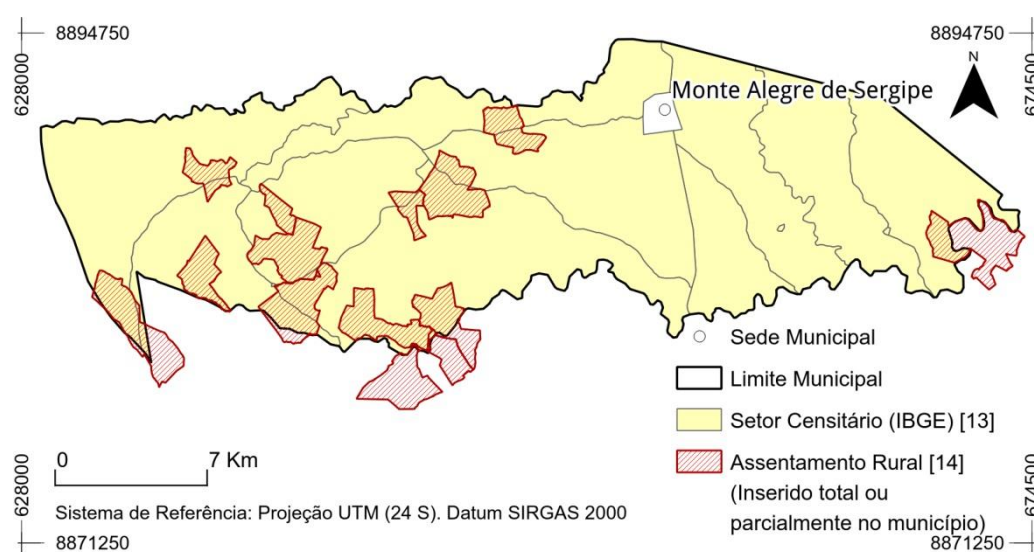
APÊNDICE P – Tabela 10 Relação Nominal de Assentamentos do Município de Monte Alegre de Sergipe nas Três Fases da Luta pela Terra - abril 1991 a 2009.

Nº	Código PA	Nome PA	Anos Criação PA	Nº fam.	Área (ha)	Imóv D/R/C
1ª. fase out 1986 a out 1996						
1	SE0014000	Pa Nossa Senhora Aparecida	02/04/1991	24	400,00	D01
Subtotal		01	1991	24	400,00	01
2ª. fase nov. 1996 a dez. 2006						
1	SE0034000	Bom Jardim	31/12/1997	28	603,65	D01
2	SE0080000	São Raimundo	14/12/2000	10	266,49	D01
3	SE0085000	UniãoConselheiros	21/06/2001	25	627,01	D01
4	SE0111000	RaimundoMonteiroSilva	22/12/2003	21	602,42	D01
5	SE0117000	Josenilton Alves	17/11/2004	14	356,54	D01
6	SE0120000	Raimundo Monteiro I	14/12/2004	06	162,00	D01
7	SE0122000	Primeiro de Maio	11/04/2005	24	665,33	D01
Subtotal		07	1997-2995	128	3.283,44	D07
3ª. fase jan 2007 a fev 2014						
1		PE	2009	14	339,61	00
2		PE	2009	06	150,20	00
Subtotal		02	2009	20	489,81	00
TOTAL		10	1991-2009	172	4.173,25	08

OBS: Tipo de Obtenção: D desapropriação; R recuperação; C compra

Fonte: listagem geral de assentamentos do INCRA, 24/02/2014

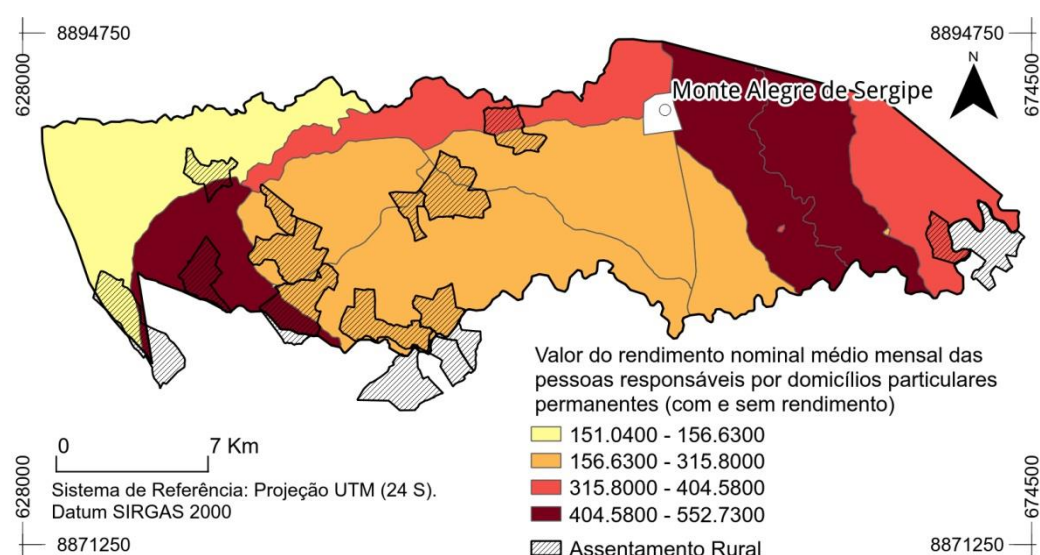
APÊNDICE Q – Figura 07 Mapa dos Assentamento de Reforma Agrária por Setores Censitários do Município de Monte Alegre de Sergipe - Abril 1997 – 2009.



Fonte dos dados: IBGE (2010), INCRA (2013).

Organização e Elaboração: Theresa Cristina Zavaris Tanezini e Edson Magalhães Bastos Júnior

APÊNDICE R – Figura 08 Mapa das Classes de Renda dos Chefes de Domicílio Rurais e Assentamentos de Reforma Agrária por Setores Censitários do Município de Monte Alegre de Sergipe.



Fonte dos dados: IBGE (2010), INCRA (2013).

Organização e Elaboração: Theresa Cristina Zavaris Tanezini e Edson Magalhães Bastos Júnior

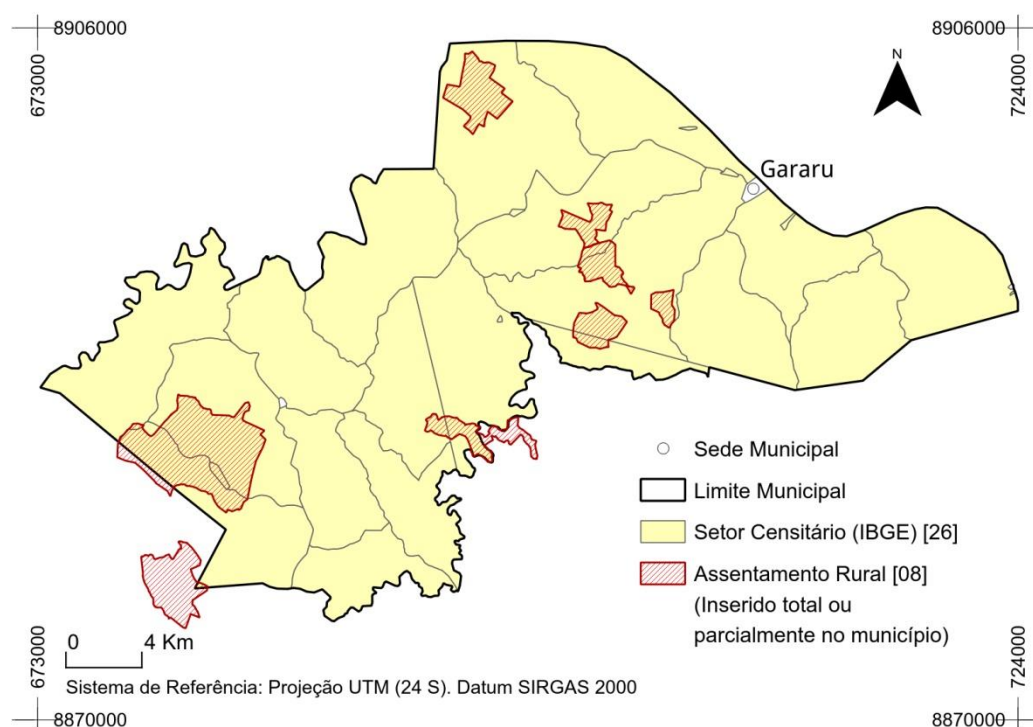
APÊNDICE S – Tabela 11 Assentamentos de Gararu nas Três Fases da Luta pela Terra de abril de 1991 a 2008.

Nº P A	Código PA	Nome PA	Anos Criação PA	Nº fam.	Área (ha)	Imóv D/R/C
1ª. fase out 1986 – out 1996						
1	SE0010000	PA Nova Esperança	02/04/1991	40	1.003,60	D01
Subtotal		01	1991	40	1.003,60	01
2ª. fase nov. 1996 a dez. 2006						
1	SE0068000	Cachoeirinha	26/11/1999	99	2.694,67	D01
2	SE0108000	Maria Vitoria	20/10/2003	13	420,31	D01
3	SE0109000	Flor da India	20/10/2003	10	301,43	D02
4	SE0151000	Josenilton Alves II	09/10/2006	16	598,96	D01
Subtotal		04	1999/2006	138	4.015,37	D04
3ª. fase jan 2007 a fev 2014						
1		PA	2008	21	516,57	D01
Subtotal		01	2008	21	516,57	01
TOTAL		06	1991-2008	199	5.535,54	11

OBS: Tipo de Obtenção: D desapropriação; R recuperação; C compra

Fonte: listagem geral de assentamentos do INCRA, 24/02/2014

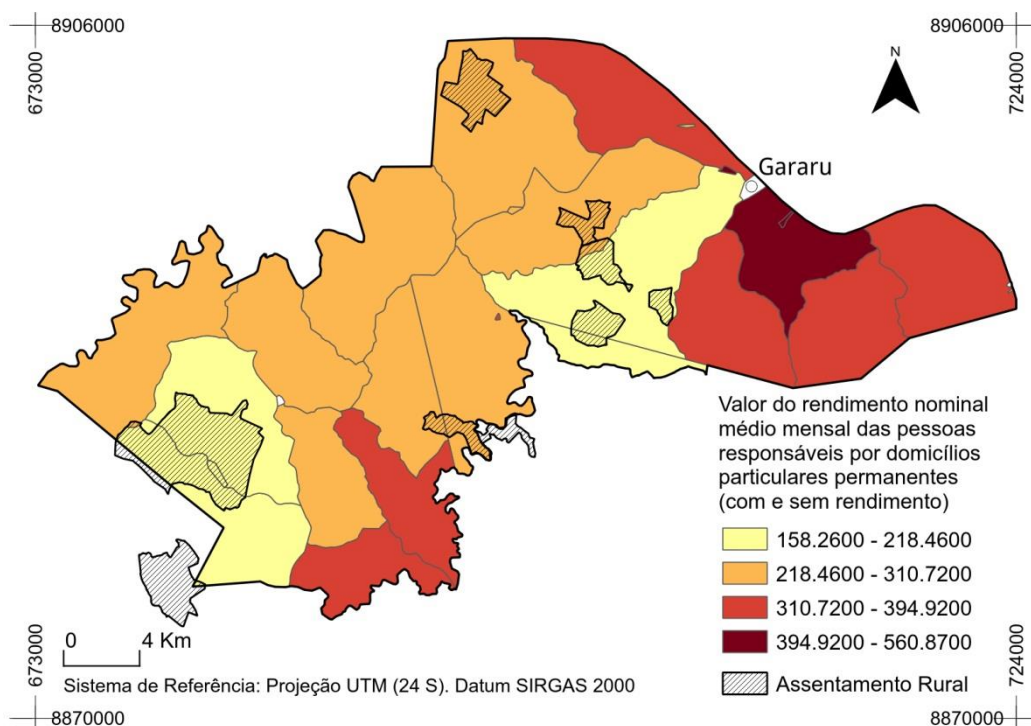
APÊNDICE T – Figura 09 Mapa Assentamentos de Reforma Agrária por Setores Censitários do Município de Gararu:– abril 1991 a 2008.



Fonte dos dados: IBGE (2010), INCRA (2013).

Organização e Elaboração: Theresa Cristina Zavaris Tanezini e Edson Magalhães Bastos Júnior

APÊNDICE U – Figura 10 Mapa das Classes de Renda dos Chefes de Domicílios Rurais e Assentamentos Rurais por Setores Censitários do Município de Gararu.



Fonte dos dados: IBGE (2010), INCRA (2013).

Organização e Elaboração: Theresa Cristina Zavaris Tanezini e Edson Magalhães Bastos Júnior

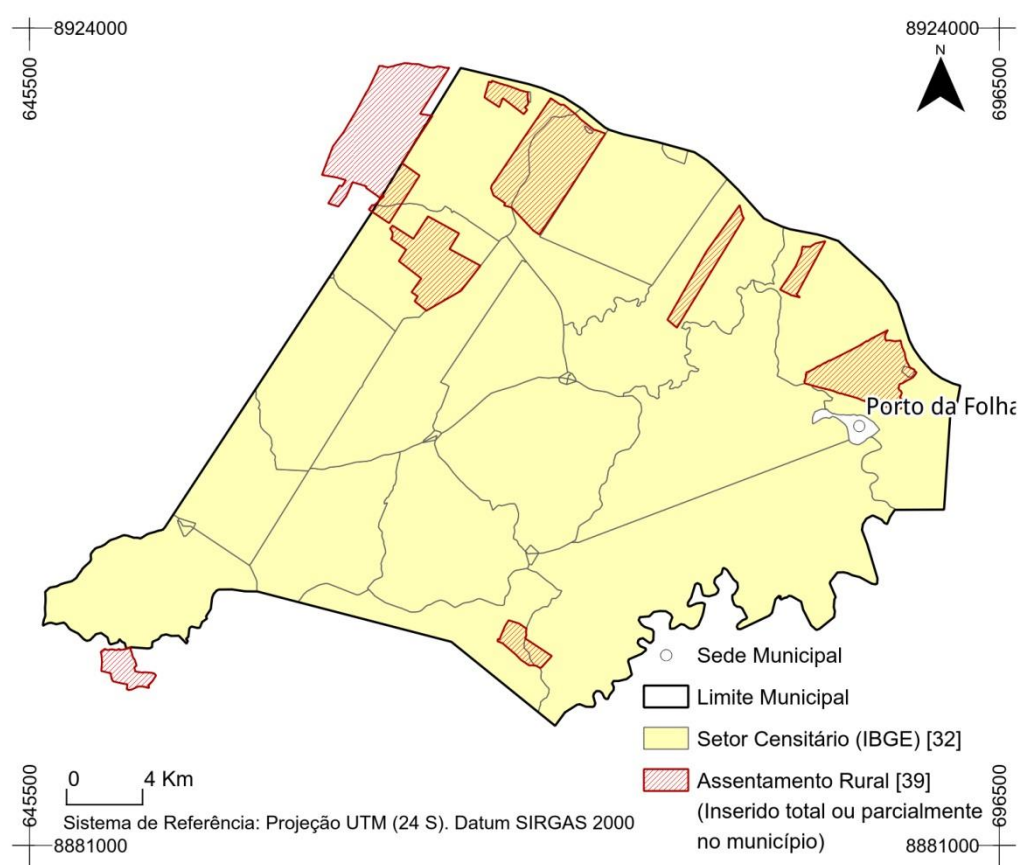
APÊNDICE V - Tabela 12 Relação Nominal e Caracterização dos Projetos de Assentamento de Porto da Folha nas Três Fases da Luta pela Terra - maio 1987 a 2011.

Nº	Código PA	Nome PA	Anos Criação PA	Nº fam.	Área (ha)	Imóv D/R/C
1ª. fase out 1986 a out 1996						
1	SE0004000	PA Ilha Do Ouro	26/05/1987	94	1.320,34	D01
Subtotal		01	1987	94	1.320,34	01
2ª. fase - nov. 1996 a dez. 2006						
1	SE0078000	PA Paulo Freire	20/11/2000	40	1.181,00	01
2	SE0082000	PA JoséUnaldo Oliveira	21/06/2001	15	211,77	01
3	SE0125000	PA VitoriaSão Francisco	11/04/2005	30	477,26	01
Subtotal		03	2000/2005	85	1.870,03	03
3ª. fase jan 2007 a fev 2014						
1		PE	2011	19	395,94	D1
2		PE	2011	12	217,89	D1
Subtotal		02	2011	31	613,83	02
TOTAL		06	1987-2011	210	3.804,20	09

OBS: Tipo de Obtenção: D desapropriação; R recuperação; C compra

Fonte: listagem geral de assentamentos do INCRA, 24/02/2014

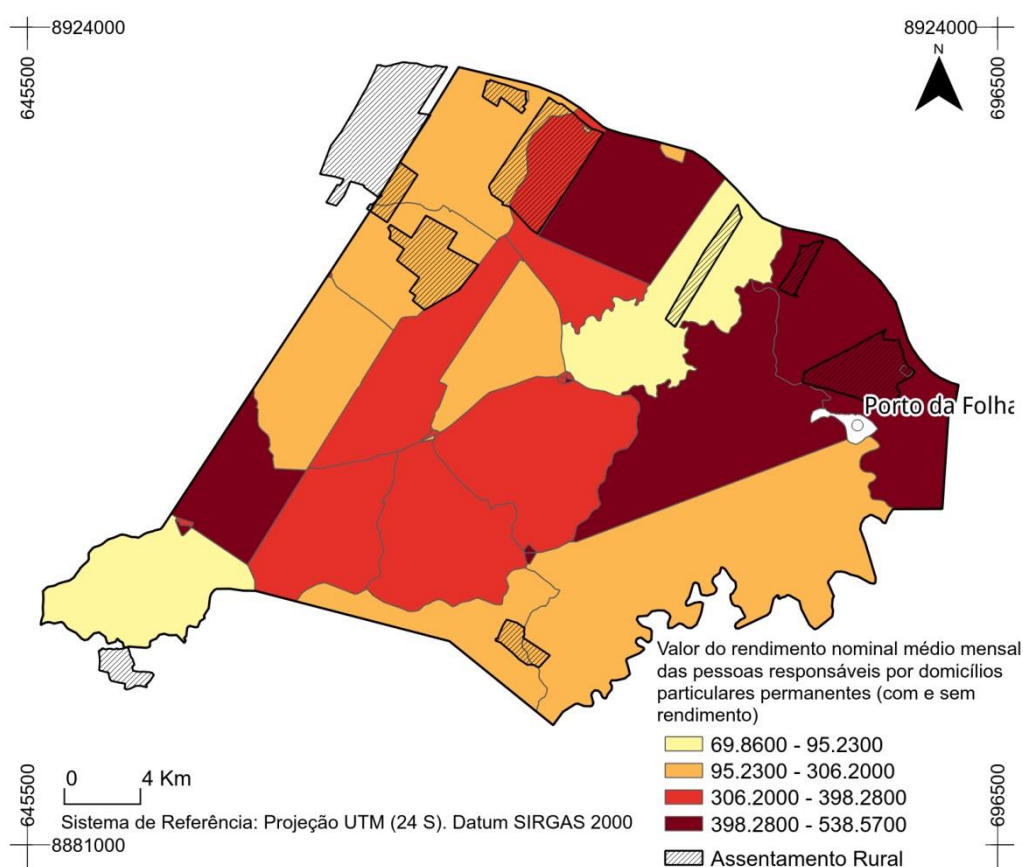
APÊNDICE W – Figura 11 Mapa Assentamentos de Reforma Agrária por Setores Censitários do Município de Porto da Folha – maio de 1997 a 2011.



Fonte dos dados: IBGE (2010), INCRA (2013).

Organização e Elaboração: Theresa Cristina Zavaris Tanezini e Edson Magalhães Bastos Júnior

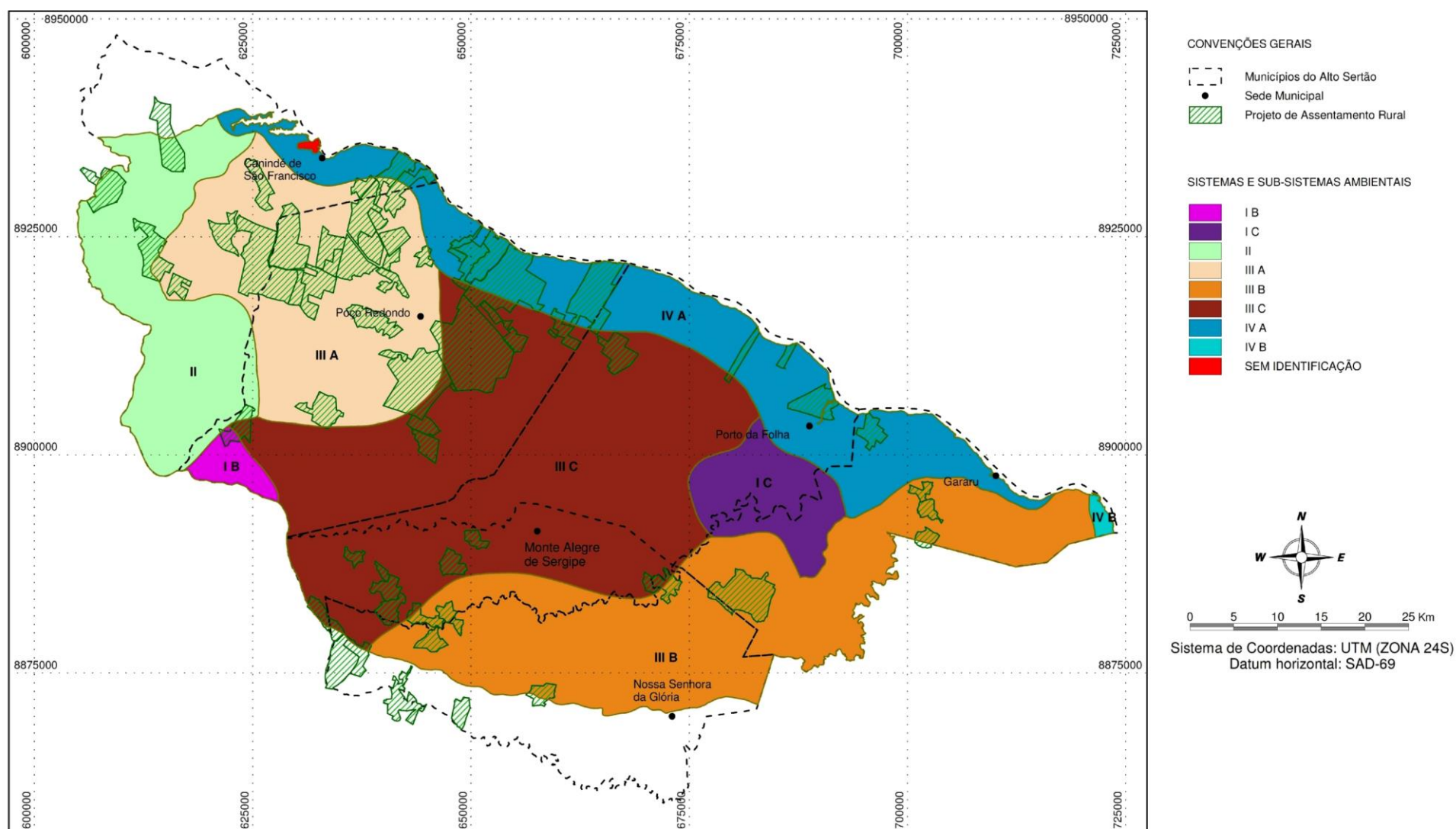
APÊNDICE X – Figura 12 Mapa das Classes de Renda dos Chefes de Domicílio Rurais e Assentamentos Rurais por Setores Censitários do Município de Porto da Folha



Fonte dos dados: IBGE (2010), INCRA (2013).

Organização e Elaboração: Theresa Cristina Zavaris Tanezini e Edson Magalhães Bastos Júnior

APÊNDICE Y – Figura 13 Mapa dos Assentamentos do Alto Sertão Sergipano por Sistemas e Subistemas Ambientais e por Subbacias – NESA/NPGeo/CODEVASF (1998), SRH (2004) e INCRA (out.2006)



FONTE:
DADOS BRUTOS SOBRE SISTEMAS E SUBSISTEMAS AMBIENTAIS - CODEVASF, 2006.
DADOS BRUTOS SOBRE ASSENTAMENTOS - INCRA, 2007.
DADOS BRUTOS SOBRE SUB-BACIAS - SRH/SE, 2004.

EXECUÇÃO



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SERGIPE - SR/23
DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA
SERVIÇO DE CARTOGRAFIA (SR-23/F2)



CARTOGRAFIA
GR-23

MEMORIAL DESCRITIVO = SISTEMAS E SUB-SISTEMAS AMBIENTAIS														
SISTEMAS E SUB-SISTEMAS	GEOLOGIA	TOPOGRAFIA	SOLOS	RECURSOS HÍDRICOS	CLIMA	USO DA TERRA	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	GEOMORFOLOGIA	DENSIDADE DE POPULAÇÃO	ARTESANATO REC. NATURAIS	UTILIZAÇÃO DA CAATINGA	ATIVIDADE QUALITATIVA		
												FRAGILIDADE E MEIO FÍSICO	PESSOAL/ATIVIDADES HUMANAS	
IA	Rochas graníticas metatritulíticas	Serras - relevo fortemente ondulado	Assoc. litólicos + afloramento de rochas	Baixo potencial de água subterrânea e superficial	—	Pastagem Caatinga / peneiradeira densa arbórea/arburativa	70% propriedades: menos de 20 ha Produção agrícola baixa Produção de leite média	—	Alta	Forte-média produção artesanal	Média utilização da caatinga			
IB	Rochas graníticas metatritulíticas	Serras - relevo fortemente ondulado	Assoc. litólicos + afloramento de rochas	Baixo potencial de água subterrânea e superficial	—	Pastagem, Caatinga / peneiradeira densa arbórea/arburativa	70% propriedades: menos de 20 ha Produção agrícola alta Produção de leite alta	—	Média	Forte produção artesanal	Intensa utilização da caatinga			
IC	Micasisto - filito predominante	Relevo fortemente ondulado	Assoc. litólicos + Bruno não calcário + pozolítico vermelho-amarelo + afloramento de rochas	Baixo potencial de água subterrânea e superficial	—	Pastagem Caatinga / peneiradeira densa arbórea/arburativa e caatinga / peneiradeira desmatada/degradada	70% propriedades: menos de 20 ha Produção agrícola alta Produção de leite alta	—	Alta	Média-fraca produção artesanal	Média-fraca utilização da caatinga			
II	Rochas metamórficas Sedimentos metamorfizados= rochas sedimentares fanerozoicas da bacia Tucano-Jatobá	Relevo suavemente ondulado	Grupo Indiscriminado de planossolo + solo arenoso + neossolo + Bruno não calcário + litólicos	Baixo potencial de água subterrânea e superficial Rozo, alta de incompatibilidade bacia Tucano - Jatobá com potencial regular Bacia do Jacaré	—	Pastagem + lavoura temporária, Caatinga / peneiradeira desmatada/degradada	Predomínio de grandes propriedades Produção agrícola baixa Produção de leite média	—	Baixa	Forte-média produção artesanal	Média utilização da caatinga			
IV A	Faixa de dobramentos urucubantinos granitoides predominantes filitos e alúvios	Relevo ondulado e Suavemente ondulado Relevo plano Suave ondulado	PVAe - GXbe - PVA2d Assoc. litólicos + Bruno não calcário + pozolítico vermelho-amarelo	Forte Influência do Rio São Francisco Elevada e baixa altura mano mecânica para bombeamento	Semi-árido	Pastagem + lavoura temporária Caatinga / peneiradeira densa arbórea/arburativa e caatinga / peneiradeira desmatada/degradada, irrigação	70% propriedades: menos de 20 ha Produção agrícola alta e baixa Produção de leite alta e média	Pediplano sertanejo	Média Alta	Pesca - madeira palha - cestos	Intensa utilização da caatinga			Bom a média condição do meio físico Média a forte pressão das atividades humanas
IV B	Formações superficiais Depósitos argilo-arenosos	Relevo plano	GXbe - Ind. mangue	—	Transição úmido	Lavoura irrigação	—	Planície fluvial e funchoaguar	Média	Pesca - palha cestos	—			
III A	Granitoides e migmatitos, Rochas básicas e ultrabásicas e gabbros predominantes	Relevo suavemente ondulado	Assoc. regressivo + grupo litólicos de planossolo + solo arenoso + grupo Indiscriminado de planossolo + solo arenoso + solo arenoso + litólicos + afloramento de rochas	Baixo potencial de água subterrânea e superficial	—	Pastagem + agricultura irrigada	70% propriedades: menos de 20 ha Produção agrícola alta Produção de leite alta	—	Média	Média-fraca produção artesanal	Média-fraca utilização da caatinga			—
III B	Faixa de dobramentos vicinários Granitoides Gabbros, gneissoides Filito predominante=granitoides e migmatitos	Relevo suavemente ondulado Relevo ondulado a forte ondulado	Ru2 - Ru3 - PVA1d Assoc. regressivo + litólicos + planossolo + grupo Indiscriminado de planossolo + solo arenoso + solo arenoso + litólicos + afloramento de rochas	Baixo potencial de água subterrânea e superficial	Semi-árido	Pastagem + lavoura temporária + formações pioneiras	50% propriedades: menos de 20 ha Produção agrícola média e baixa Produção de leite alta e média	Pediplano sertanejo	Média Fraca	Palha - cestos	Média-fraca utilização da caatinga	Média fragilidade do meio físico Média a forte pressão das atividades humanas		
III C	Granitoides e migmatitos= micasistos/filito predominante	Relevo suavemente ondulado	Assoc. regressivo + grupo Indiscriminado de planossolo + solo arenoso + grupo Indiscriminado de planossolo + solo arenoso + litólicos + afloramento de rocha / assoc. de planossolo + litólicos + migmatito	Baixo potencial de água subterrânea e superficial	—	Pastagem + lavouras temporárias + formações pioneiras	70% propriedades: menos de 20 ha Produção agrícola alta e baixa Produção de leite alta e média	—	Alta e média	Forte produção artesanal	Intensa utilização da caatinga	—		
V	Faixa de dobramentos grupo barrera micaxistos areias finas e grossas	Relevo ondulado a forte ondulado	RLu2 - RLu3 - PVA1d - PVAhe	—	Semi-árido Transição	Pastagem + lavouras + formações pioneiras pastagem agricultura	—	Pediplano sertanejo superfície tabular erosiva	Média	Palha - cestos	—	Bom a média condição do meio físico Média pressão das atividades humanas		
VI	Bacias sedimentares grupo barragem arenitos, filitos, tohados e arcóleos	Relevo plano a forte ondulado	PVA1d	—	Transição úmido	Pastagem + lavouras + formações pioneiras pastagem projeto de irrigação	—	Tabuleiros costeiros	Fraca	Palha - cestos madeira	Média fragilidade do meio físico Média pressão das atividades humanas	—		
VII	Formações superficiais Depósitos arenosos, areias	Relevo suave ondulado	RQe - RQe - GXbe Ind. de mangue	—	Úmido	Mangue nativo dunais pastagem agricultura	—	Planície de marinha	Média a fraca	Palha - pesca cestos - madeira	Forte fragilidade do meio físico	Forte pressão das atividades humanas		

ANEXOS

ANEXO A – Tabela 01: Canindé do São Francisco: Estrutura Fundiária por Classes de Área INCRA – 2013.

CLASSE DE ÁREA Hectares	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA hectares
Mais de 0 a menos de 1	1	0,90
1 a menos de 2	1	1,80
2 a menos de 5	18	66,20
5 a menos de 10	45	327,92
Mais de 0 a menos de 10	65	396,82
10 a menos de 25	118	1.806,33
25 a menos de 50	209	6.845,81
10 a menos de 50	327	8.652,14
50 a menos de 100	103	7.357,63
100 a menos de 250	59	8.094,18
250 a menos de 500	40	12.896,06
500 a menos de 1000	13	9.278,96
1.000 a menos de 2.000	2	2.601,40

Fonte: Recortado da Tabela do INCRA 2013. Obs: As classes de área do INCRA para imóveis de 1000 hectares ou mais vai até 100.000 hectares e mais. Entre parênteses foi colocado o limite máximo dos imóveis no município.

ANEXO B – Tabela 02: Canindé do São Francisco: Estrutura Fundiária por Módulos Fiscais INCRA – 2013.

CLASSES DE ÁREA Módulos Fiscais – MF	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA Hectares
Mais de 0 a 0,5 MF	337	6.735,09
Mais de 0,5 a menos de 1 MF	112	5.687,86
De 1 a 2 MF	77	7.730,63
Mais de 2 a 3 MF	29	4.548,90
Mais de 3 a 4 MF	15	3.576,00
Mais de 4 a 5 MF	10	3.017,10
Mais de 5 a 6 MF	5	1.993,35
Mais de 6 a 10 MF	16	7.927,57
Mais de 10 a 15 MF	7	6.466,50
Mais de 15 a 20 MF	0	0,00
Mais de 20 a 50 MF	1	1.594,20
Total Geral	609	49.277,19

Fonte: Recortado da Tabela do INCRA, 2013. OBS 1 : 1 MF no município = 70 hectares.

OBS 2: Nas classes de módulo Fiscal de 50 a 100MF, de 100 a 200 MF, de 200 a 400 MF, de 400 a 600 MF e de 600 ou mais não há imóveis no município.

ANEXO C – Tabela 03: Canindé do São Francisco: Estrutura Fundiária por Tipo de Imóvel – INCRA - 2013.

TIPO DE IMÓVEIS	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA
Minifúndio	448	12.352,55
Pequena Prop. Produtiva	24	3.303,20
Pequena Propriedade Improdutiva	37	4.859,80
Pequena Propriedade Total	61	7.762,93
Média Propriedade Produtiva	16	9.889,20
Média Propriedade Improdutiva	22	9.515,32
Média Propriedade Total	0	0,00
Grande Propriedade Produtiva	0	0,00
Grande Propriedade Improdutiva	1	1.594,20
Grande Propriedade Total	0	0,00
Não Classificada	0	0,00
N Classific. Art.7 Lei 8629/93	0	0,00

Fonte: Recortado da tabela do INCRA, 2013.

ANEXO D – Tabela 04: Gararu: Estrutura Fundiária por Classes de Área – INCRA – 2013

CLASSE DE ÁREA (hectares)	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA (hectares)
Mais de 0 a menos de 1	67	43,00
1 a menos de 2	111	160,70
2 a menos de 5	354	1.257,92
5 a menos de 10	678	5.016,15
Mais de 0 e menos de 10	1,212	6.477,77
10 a menos de 25	831	13.419,83
25 a menos de 50	480	16.544,92
10 a menos de 50	1,311	29.964,75
50 a menos de 100	237	16.325,55
100 a menos de 250	90	11.640,43
250 a menos de 500	33	8.754,50
500 a menos de 1000	2	1.265,90

Fonte: Recortado da tabela do INCRA, 2013

ANEXO E - Tabela 05: Gararu: Estrutura Fundiária por Módulos Fiscais – INCRA-2013

CLASSE DE ÁREA Módulos Fiscais - MF	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA Hectares
Mais de 0 a 0,5 MF	2340	28.823,52
Mais de 0,5 a menos de 1 MF	336	16.894,65
De 1 a 2 MF	148	14.779,14
Mais de 2 a 3 MF	27	4.522,40
Mais de 3 a 4 MF	18	4.348,10
Mais de 4 a 5 MF	10	3.033,20
Mais de 5 a 6 MF	2	762,00
Mais de 6 a 10 MF	2	1.265,90
Total Geral	2883	74.428,90

Fonte: Recortado da tabela do INCRA, 2013.

OBS 1 : 1 MF no município = 70 hectares.

OBS 2: Nas classes de módulo Fiscal de 50 a 100MF, de 100 a 200 MF, de 200 a 400 MF, de 400 a 600 MF e de 600 ou mais não há imóveis no município.

ANEXO F – Tabela 06: Gararu: Estrutura Fundiária por Tipo de Imóvel – INCRA – 2013

TIPO DE IMÓVEL	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA Hectares
Minifúndio	2674	45.577,76
Pequena Prop. Produtiva	69	8.182,90
Pequena Propriedade Improdutiva	51	6.859,30
Pequena Propriedade Total	75	8.747,84
Média Propriedade Produtiva	3	902,00
Média Propriedade Improdutiva	11	4.159,10
Média Propriedade Total	0	0,00
Grande Propriedade Produtiva	0	0,00
Grande Propriedade Improdutiva	0	0,00
Grande Propriedade Total	0	0,00
Não Classificada	0	0,00
N Classific. Art.7 Lei 8629	0	0,00

Fonte: Recortado da tabela do INCRA, 2013

ANEXO G – Tabela 07: Monte Alegre de Sergipe: Estrutura Fundiária por Classes de Área – INCRA - 2013.

CLASSE DE ÁREA Hectares	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA Hectares
Mais de 0 a menos de 1	3	2,10
1 a menos de 2	5	7,60
2 a menos de 5	73	259,03
5 a menos de 10	191	1.496,25
-10	272	1.764,98
10 a menos de 25	428	7.320,88
25 a menos de 50	271	9.028,69
10-50	699	16.349,57
50 a menos de 100	109	7.420,84
100 a menos de 250	40	5.467,58
250 a menos de 500	14	3.565,81
500 a menos de 1000	2	1.386,90

Fonte: Recortado da Tabela do INCRA, 2013

ANEXO H – Tabela 08: Monte Alegre de Sergipe: Estrutura Fundiária por Módulos Fiscais – INCRA – 2013

CLASSE DE ÁREA Módulos Fiscais – MF	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA Hectares
Mais de 0 a 0,5 MF	887	14.570,05
Mais de 0,5 a menos de 1 MF	154	7.637,09
De 1 a 2 MF	62	6.006,04
Mais de 2 a 3 MF	20	3.401,26
Mais de 3 a 4 MF	6	1.403,63
Mais de 4 a 5 MF	4	1.195,30
Mais de 5 a 6 MF	1	355,40
Mais de 6 a 10 MF	1	507,50
Mais de 10 a 15 MF	1	879,40
Total Geral	1.136	35.955,67

Fonte: Recortado da Tabela do INCRA, 2013

OBS 1 : 1 MF no município = 70 hectares.

OBS 2: Nas classes de módulo Fiscal de 50 a 100MF, de 100 a 200 MF, de 200 a 400 MF, de 400 a 600 MF e de 600 ou mais não há imóveis no município.

ANEXO I – Tabela 09: Monte Alegre de Sergipe: Estrutura Fundiária por Tipo de Imóvel – INCRA - 2013

TIPO DE IMÓVEL	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA Hectares
Minifúndio	1.040	22.137,04
Pequena Propriedade Produtiva	26	3.341,31
Pequena Propriedade Improdutiva	24	2.820,60
Pequena Propriedade Total	39	4.719,12
Média Propriedade Produtiva	4	1.772,20
Média Propriedade Improdutiva	3	1.165,40
Média Propriedade Total	0	0.00
Grande Propriedade Produtiva	0	0.00
Grande Propriedade Improdutiva	0	0.00
Grande Propriedade Total	0	0.00
Não Classificada	0	0.00
N Classific. Art.7 Lei 8629	0	0.00

Fonte: Recortado da Tabela do INCRA, 2013

ANEXO J – Tabela 10: Nossa Senhora da Glória: Estrutura Fundiária por Classes de Área – INCRA – 2013

CLASSE DE ÁREA Hectares	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA Hectares
Mais de 0 a menos de 1	45	31,71
1 a menos de 2	118	177,54
2 a menos de 5	429	1.492,73
5 a menos de 10	680	5.026,08
Mais de 0 e menos de 10	1.272	6.728,06
10 a menos de 25	953	15.146,65
25 a menos de 50	465	15.826,14
10 a menos de 50	1.418	30.972,79
50 a menos de 100	178	12.373,33
100 a menos de 250	85	11.107,92
250 a menos de 500	31	9.252,26
500 a menos de 1000	6	4.674,91

Fonte: Recortado da Tabela do INCRA, 2013

ANEXO K – Tabela 11: Nossa Senhora da Glória: Estrutura Fundiária por Módulos Fiscais – INCRA – 2013

CLASSE DE ÁREA Módulo Fiscal – MF	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA Hectares
Mais de 0 a 0,5 MF	2.515	30.490,17
Mais de 0,5 a menos de 1 MF	282	13.590,19
De 1 a 2 MF	132	13.145,93
Mais de 2 a 3 MF	27	4.565,90
Mais de 3 a 4 MF	12	2.787,90
Mais de 4 a 5 MF	8	2.470,96
Mais de 5 a 6 MF	4	1.572,70
Mais de 6 a 10 MF	7	3.697,04
Mais de 10 a 15 MF	3	2.788,47
Total Geral	2.990	75.109,25

Fonte: Recortado da Tabela do INCRA, 2013

OBS 1 : 1 MF no município = 70 hectares.

OBS 2: Nas classes de módulo Fiscal de 50 a 100MF, de 100 a 200 MF, de 200 a 400 MF de 400 a 600 MF e de 600 ou mais não há imóveis no município.

ANEXO L – Tabela 12: Nossa Senhora da Glória: Estrutura Fundiária por Tipo de Imóvel – INCRA – 2013

TIPO DE IMÓVEL	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA Hectares
Minifúndio	2.797	44.080,36
Pequena Prop. Produtiva	27	3.028,40
Pequena Propriedade Improdutiva	65	7.715,50
Pequena Propriedade Total	79	9.755,83
Média Propriedade Produtiva	17	8.354,07
Média Propriedade Improdutiva	5	2.175,10
Média Propriedade Total	0	0,00
Grande Propriedade Produtiva	0	0,00
Grande Propriedade Improdutiva	0	0,00
Grande Propriedade Total	0	0,00
Não Classificada	0	0,00
N Classific. Art.7 Lei 8629	0	0,00

Fonte: Recortado da Tabela do INCRA, 2013

ANEXO M – Tabela 13: Poço Redondo: Estrutura Fundiária por Classes de Área – INCRA- 2013

CLASSE DE ÁREA Hectares	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA Hectares
Mais de 0 a menos de 1	5	2,70
1 a menos de 2	27	42,20
2 a menos de 5	144	513,30
5 a menos de 10	309	2.345,90
Mais de 0 e menos de 10	485	2.904,1
10 a menos de 25	780	13.036,25
25 a menos de 50	651	21.377,50
10 a menos de 50	1.431	34.413,75
50 a menos de 100	229	15.922,36
100 a menos de 250	78	11.423,12
250 a menos de 500	36	11.183,97
500 a menos de 1.000	1	933,80
1.000 a menos de 2.000	1	1.152,00

Fonte: Recortado da Tabela do INCRA, 2013

ANEXO N – Tabela 14: Poço Redondo: Estrutura Fundiária por Módulos Fiscais – INCRA - 2013

CLASSE DE ÁREA Módulos Fiscais – MF	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA
Mais de 0 a 0,5 MF	1760	30,749.85
Mais de 0,5 a menos de 1 MF	302	15,433.17
De 1 a 2 MF	115	10,863.38
Mais de 2 a 3 MF	48	8,025.23
Mais de 3 a 4 MF	16	3,863.86
Mais de 4 a 5 MF	9	2,859.41
Mais de 5 a 6 MF	1	367.30
Mais de 6 a 10 MF	8	3,685.10
Mais de 10 a 15 MF	1	933.80
Mais de 15 a 20 MF	1	1,152.00
Total Geral	2261	77,933.10

Fonte: Recortado da Tabela do INCRA, 2013

OBS 1 : 1 MF no município = 70 hectares.

OBS 2: Nas classes de módulo Fiscal de 50 a 100MF, de 100 a 200 MF, de 200 a 400 MF de 400 a 600 MF e de 600 ou mais não há imóveis no município.

ANEXO O – Tabela 15: Poço Redondo: Estrutura Fundiária por Tipo de Imóvel – INCRA – 2013

TIPO DE IMÓVEL	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA Hectares
Minifúndio	2061	46.164,62
Pequena Prop. Produtiva	36	3.953,30
Pequena Propriedade Improdutiva	55	7.485,76
Pequena Propriedade Total	88	11.313,41
Média Propriedade Produtiva	10	4.249,51
Média Propriedade Improdutiva	9	3.596,10
Média Propriedade Total	0	0,00
Grande Propriedade Produtiva	1	1.152,00
Grande Propriedade Improdutiva	0	0,00
Grande Propriedade Total	0	0,00
Não Classificada	1	18,40
N Classific. Art.7 Lei 8629	0	0,00

Fonte: Recortado da Tabela do INCRA, 2013

ANEXO P – Tabela 16: Porto da Folha: Estrutura Fundiária por Classes de Área – INCRA – 2013

CLASSE DE ÁREA Hectares	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA Hectares
Mais de 0 a menos de 1	55	36,32
1 a menos de 2	86	123,35
2 a menos de 5	340	1.189,86
5 a menos de 10	565	4.247,64
-10	1,046	5.597,17
10 a menos de 25	969	15.563,13
25 a menos de 50	483	16.379,70
10-50	1,452	31.942,83
50 a menos de 100	223	15.707,24
100 a menos de 250	90	12.490,93
250 a menos de 500	33	9.077,41
500 a menos de 1000	1	555,70
1.000 +(a menos de 2.000)	2	2.638,39

Fonte: Recortado da Tabela do INCRA, 2013

ANEXO Q – Tabela 17: Porto da Folha: Estrutura Fundiária por Módulos Fiscais – INCRA – 2013

CLASSE DE ÁREA Módulos Fiscais – MF	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA Hectares
Mais de 0 a 0,5 MF	2.323	30.306,00
Mais de 0,5 a menos de 1 MF	301	14.748,56
De 1 a 2 MF	142	13.499,40
Mais de 2 a 3 MF	53	8.823,84
Mais de 3 a 4 MF	15	3.698,81
Mais de 4 a 5 MF	5	1.641,57
Mais de 5 a 6 MF	3	1.128,18
Mais de 6 a 10 MF	3	1.524,92
Mais de 10 a 15 MF	0	0,00
Mais de 15 a 20 MF	2	2.638,39
Total Geral	2847	78.009,68

Fonte: Recortado da Tabela do INCRA, 2013

OBS 1 : 1 MF no município = 70 hectares.

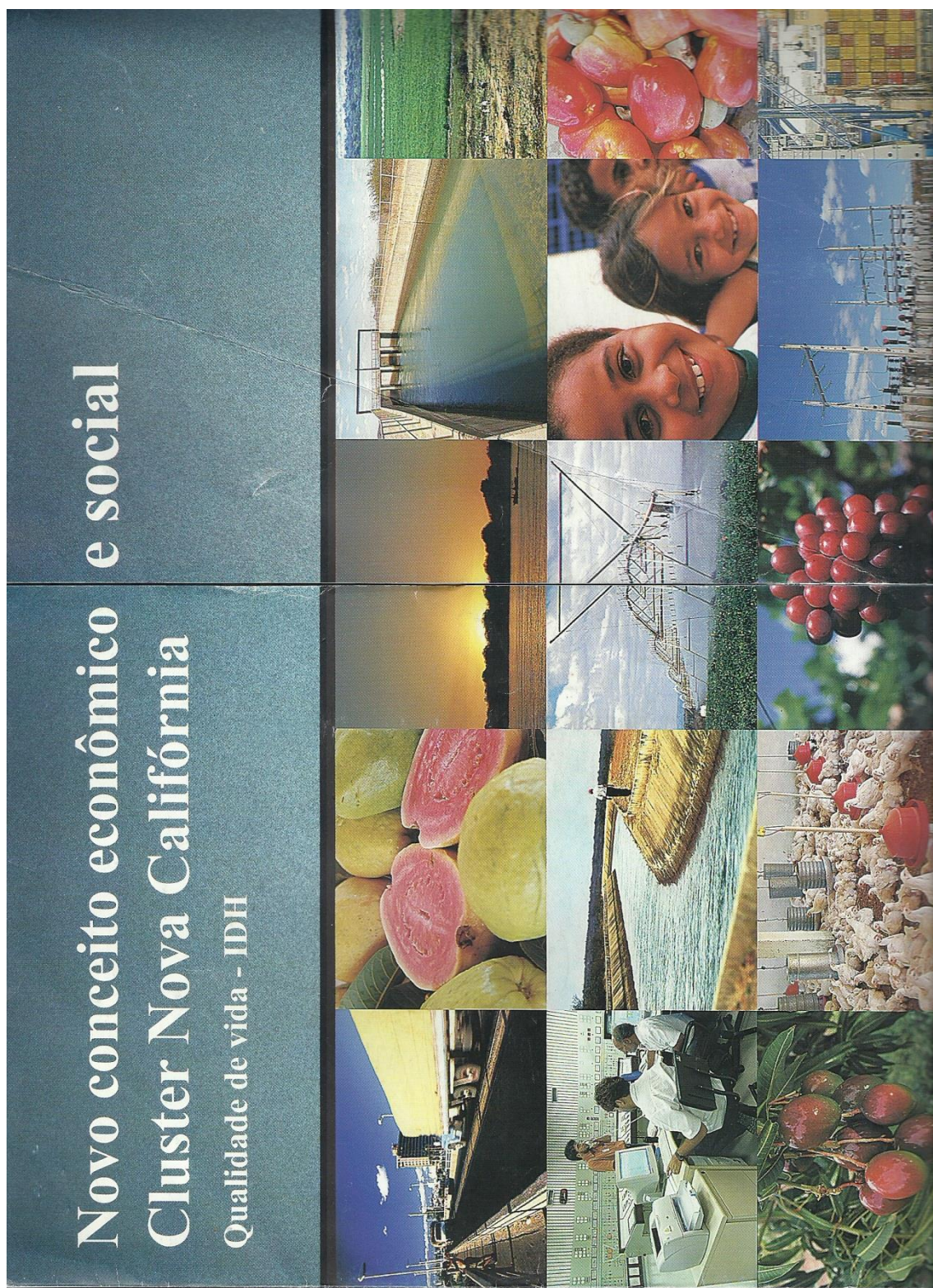
OBS 2: Nas classes de módulo Fiscal de 50 a 100MF, de 100 a 200 MF, de 200 a 400 MF de 400 a 600 MF e de 600 ou mais não há imóveis no município.

ANEXO R – Tabela 18: Porto da Folha: Estrutura Fundiária por Tipo de Imóvel – INCRA – 2013

TIPO DE IMÓVEL	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA
Minifúndio	2.624	45.054,56
Pequena Propriedade Produtiva	35	4.814,14
Pequena Propriedade Improdutiva	99	12.041,13
Pequena Propriedade Total	76	9.166,79
Média Propriedade Produtiva	6	2.223,00
Média Propriedade Improdutiva	5	2.071,67
Média Propriedade Total	0	0,00
Grande Propriedade Produtiva	1	1.245,69
Grande Propriedade Produtiva	1	1.392,70
Grande Propriedade Total	0	0,00
Não Classificada	0	0,00
N Classific. Art.7 Lei 8629	0	0,00

Fonte: Recortado da Tabela do INCRA, 2013

ANEXO S – Figura 01: Panfleto sobre o projeto de irrigação Nova Califórnia no Alto Sertão Sergipano – no mandato do governador João Alves Filho



O maior projeto do Sertão Nordestino nos últimos 30 anos

O Projeto Nova Califórnia buscará o desenvolvimento sustentável para o semi-árido de Sergipe, modernizando, fortalecendo a economia e preservando o meio ambiente.

20.000 hectares irrigados

Os cinco municípios atendidos pelo Projeto Nova Califórnia estão localizados numa área de solos da melhor qualidade para a agricultura e pecuária. Em razão do clima semi-árido, nas áreas irrigadas, é possível produzir o ano todo.

O Projeto Nova Califórnia é resultado de uma parceria do governo do Estado de Sergipe e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, com investimentos de US\$ 184 milhões, criando condições para os produtores rurais explorarem suas terras, com certeza de bons lucros.



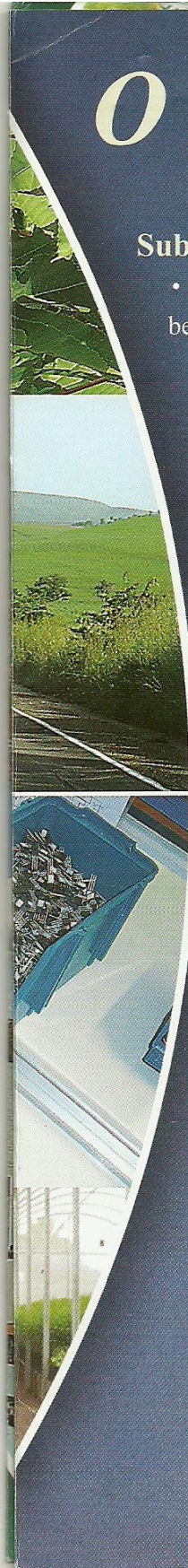
O Lado Social

Substituição das casas de taipa por casas de alvenaria

- 5.000 famílias atendidas e capacitadas. Em torno de 20 mil pessoas beneficiadas.
- Proteção contra doenças.

Educação

- Fim do analfabetismo nos municípios envolvidos.
- Escola Técnica Agrícola Fundamental - Formação de jovens para o aprendizado de técnicas voltadas para a fruticultura irrigada, modernas técnicas agrícolas, criação de peixe e camarão.
- Escola Profissionalizante Agrícola - Oferece cursos de nível médio profissionalizante, com atividades do setor agrícola: torneiros mecânicos, tratoristas, marceneiros e carpinteiros, dentre outros.
- Centro de Difusão Tecnológica.
- Centro de Vocações Tecnológicas - Ensino profissionalizante de curta duração, com práticas de irrigação, processamento de alimentos, criação de peixe e camarão, além de cursos de eletricista, bombeiro, encanador, tratorista, mestre-de-obras, unidades laboratoriais de fruticultura e piscicultura.
- Campus avançado (fase final do projeto) - Curso Superior de Agronomia, parceria com Universidade Federal ou Privada.
- Centro de Excelência - Escola modelo, com funcionamento e professores em tempo integral.



Atividades Econômicas

Fruticultura irrigada

- Modelo de sucesso no nordeste e no Brasil.
- Alta renda devido ao enorme mercado de frutas tropicais existentes no mundo.
- Investimentos empresariais, tecnologia, mercado e agroindústria.

Piscicultura / Carcinicultura

- 20.000 hectares para cultivo de camarão.
- 600 hectares de viveiros de camarão em produção.
- 2.000 hectares de viveiros de camarão em fase de construção.

Turismo

- Xingó - o 5º maior canyon navegável do mundo.
 - Museu Arqueológico de Xingó.
- Investimento em hotéis e pousadas.
- Ecoturismo - parte do turismo que mais cresce no mundo.
 - Turismo de pesca.
 - Agroturismo.

Pecuária Intensiva

- Caprino • Ovino • Bovino

Agroindústria

- Indústria de sucos e polpas.
- Processamento de pescados e camarão.
- Indústria de alimentos.
- Packing House.

Biodiesel

- Região propícia ao plantio de mamona e dendê, matéria-prima do biodiesel.
- Implantação de uma unidade industrial para 100 mil ton/ano.

Embalagens

- Empresas para suporte da atividade produtiva de alimentos *in natura* e processados.

Transporte



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
DO ABASTECIMENTO E DA IRRIGAÇÃO
Rua Vila Cristina, 1051 Bairro São José
49020 - 150 Aracaju - SE
Fone: (79) 3211 - 9266 / 3214 - 5683
gabinetesagri@sagri.se.gov.br